

SENADO FEDERAL

Afonso Arinos no Congresso

Cem Discursos Parlamentares

AFONSO ARINOS, filho

II

Brasília
1999

"A história parlamentar brasileira não poderia prescindir da contribuição que ora lhe proporciona esta coletânea de discursos de Afonso Arinos de Melo Franco, tornada possível graças à dedicação e pertinácia com que sobre sua obra se debruçou o Embaixador Afonso Arinos, filho, reconstituindo a ação do legislador, do estadista, do homem público fiel aos ideais de liberdade e bem-estar social.

Durante sua vida, Afonso Arinos manteve-se sempre atuante e atualizado em relação aos problemas nacionais e, mesmo quando afastado das tribunas do Congresso, continuou pregando a reconstitucionalização do Brasil por meio de artigos, aulas, palestras e conferências.

Em mais de 40 anos de fecunda trajetória política, deixou um legado às novas gerações de brasileiros que merece ser difundido como subsídio inestimável do Poder Legislativo à edificação cultural da nossa sociedade.

.....

Ninguém o superou em hombridade e altivez para defender tudo quanto, a seu juízo, representou a aspiração legítima de toda uma geração, empenhada, sobretudo, na consolidação democrática do Brasil.

É motivo de orgulho para mim, como Presidente do Senado Federal, propiciar a publicação deste trabalho literário, que configura grande parte da história política, institucional e cultural de nossa recente vida republicana, tão bem narrada e vivificada na palavra do Afonso Arinos, tribuno.

As páginas indeléveis da lavra do grande líder comporão os registros que haverão de perpetuar a grandeza e a responsabilidade do Poder Legislativo, nas decisões que compuseram os destinos de nossa Nação num longo período de sua busca e aprendizado de democracia e justiça social.

Afonso Arinos continua a inspirar o Congresso Nacional, iluminando, nos momentos de trevas, a ação dos homens públicos brasileiros."

Senador
Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal



SENADO FEDERAL

AFONSO ARINOS NO CONGRESSO

CEM DISCURSOS PARLAMENTARES

Afonso Arinos, filho

Brasília – 1999

Arinos Afonso, 1868-1016.

Afonso Arinos no Congresso : cem discursos parlamentares / Afonso Arinos Filho, organizador. – Brasília : Senado Federal, Gabinete da Presidência, 1999.

1085 p. : il.

1. Discurso parlamentares. 2 Arinos, Afonso, 1968-1916, atuação parlamentar. I. Arinos Filho, Afonso, 1930-, organizador. II. Título.

CDD 320.08

SUMÁRIO

Pág.

APRESENTAÇÃO 7

AFONSO ARINOS NO CONGRESSO – CEM DISCURSOS PARLAMENTARES 9

Na Câmara dos Deputados

1. 12-4-47 – Homenagem a Franklin Roosevelt 29
2. 12-5-47 – Comissão de Leis Complementares da Constituição 31
3. 1º-12-47 – Centenário do nascimento de Afonso Pena 38
4. 7-7-48 – Centenário do nascimento de Rodrigues Alves 46
5. 22-2-49 – Plano Salte 62
6. 17-5-49 – Código Brasileiro de Radiotransmissão 78
7. 19-8-49 – Centenário do nascimento de Joaquim Nabuco 85
8. 18-1-50 – Resposta a Getúlio Vargas 89
9. 2-5-50 – Centenário da morte de Bernardo de Vasconcelos 94
10. 21-6-50 – Emenda parlamentarista 101
11. 23-6-50 – Emenda parlamentarista 118
12. 28-6-50 – Emenda parlamentarista 131
13. 25-8-50 – Preconceito racial 141
14. 28-6-51 – Ações ao portador 149
15. 5-7-51 – Preconceito racial 158
16. 9-7-51 – Ações ao portador 160
17. 23-7-51 – Radiotransmissão 166
18. 18-9-51 – Aniversário da Constituição Federal 184
19. 10-12-51 – Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem 192
20. 6-3-52 – Sesquicentenário do nascimento de Vitor Hugo 194
21. 9-10-52 – A UDN e o governo Getúlio Vargas 201
22. 3-12-52 – Saudação ao presidente da Câmara dos Deputados do Peru .. 217
23. 5-12-52 – Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA 222

Pág.

24. 20-5-53 – A UDN e o governo Getúlio Vargas 238
25. 22-5-53 – Política externa 270
26. 11-6-53 – Emenda parlamentarista 293
27. 11-6-53 – Emenda parlamentarista 296
28. 24-9-53 – Liberdade de expressão radiofônica 303
29. 29-10-53 – Comemoração da queda da ditadura de Getúlio Vargas 327
30. 15-12-53 – Inauguração do retrato de Afrânio de Melo Franco na Comissão de Constituição e Justiça 334
31. 20-1-54 – Bicentenário da morte de Alexandre de Gusmão 337
32. 15-6-54 – Pedido de impedimento do Presidente Getúlio Vargas 350
33. 22-6-54 – Pedido de licença para processar os Deputados Euvaldo Lodi e Lutero Vargas 363
34. 9-8-54 – Atentado contra Carlos Lacerda e morte do major Rubens Vaz 375
35. 13-8-54 – Getúlio Vargas e o atentado contra Carlos Lacerda 386
36. 23-8-54 – Censura às estações radiofônicas 393
37. 24-8-54 – Necrológio de Getúlio Vargas 402
38. 23-3-55 – Necrológio de Artur Bernardes 403
39. 30-5-55 – Reforma da Lei Eleitoral 407
40. 27-6-55 – Reforma da Lei Eleitoral 421
41. 26-8-55 – Reforma da Lei Eleitoral 427
42. 11-11-55 – Impedimento do Presidente Carlos Luz 437
43. 21-11-55 – Impedimento do Presidente Café Filho 443
44. 12-12-55 – Situação política interna, independência dos Poderes 451
45. 16-8-56 – Estende a legislação trabalhista ao trabalhador rural 467
46. 11-10-56 – Censura à rádio e à televisão, inviolabilidade parlamentar 476
47. 19-11-56 – Participação na Força Internacional de Emergência da ONU 487
48. 25-2-57 – Acordo Brasil-EUA para cessão da base de Fernando de Noronha 497
49. 4-4-57 – Denúncia contra o Deputado Carlos Lacerda 514
50. 2-5-57 – Pedido de licença para processar o Deputado Carlos Lacerda 532
51. 15-5-57 – Pedido de licença para processar o Deputado Carlos Lacerda 547
52. 29-8-57 – Monumento em memória de Joaquim Caetano da Silva 560
53. 30-4-58 – Emenda parlamentarista 571
54. 9-6-58 – Radiotransmissão no Brasil 587
55. 12-8-58 – Política pan-americana do Presidente Kubitschek 609
56. 12-1-59 – Título de conselheiro com assento no Senado aos ex-presidentes da República 632

Pág.

No Senado Federal

57. 20-3-59 – Asilo ao General Humberto Delgado na Embaixada do Brasil em Lisboa 655
58. 18-9-59 – Aniversário da Constituição Federal 676
59. 22-1-60 – Governo do Estado da Guanabara 684

No Congresso Nacional

60. 25-2-60 – Saudação ao Presidente Dwight Eisenhower 693

No Senado Federal

61. 12-7-60 – Situação na República Dominicana, asilo diplomático e territorial 697
62. 29-7-60 – Discurso de Jânio Quadros, política pan-americana 702

Como Ministro das Relações Exteriores

63. 17-5-61 – Discurso na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados 719
64. 6-6-61 – Discurso no Senado Federal 726
65. 28-7-61 – Discurso na Câmara dos Deputados 740

No Senado Federal

66. 30-8-61 – Posse do Vice-Presidente João Goulart, emenda parlamentarista 758
67. 2-9-61 – Emenda parlamentarista 761
68. 2-9-61 – Emenda parlamentarista 768
69. 15-2-62 – Chefia da Delegação à XVI Assembléia Geral da ONU ... 771
70. 15-2-62 – Chefia da Delegação à XVI Assembléia Geral da ONU ... 778
71. 19-2-62 – Chefia da Delegação à XVI Assembléia Geral da ONU ... 788
72. 17-7-62 – Chefia da Delegação à Conferência do Desarmamento 805
73. 10-5-63 – Chefia da Delegação à XVII Assembléia Geral da ONU .. 820
74. 10-5-63 – Chefia da Delegação à XVII Assembléia Geral da ONU .. 827
75. 14-5-63 – Chefia da Delegação à Conferência do Desarmamento 834
76. 12-6-63 – Bicentenário do nascimento de José Bonifácio 845
77. 12-6-63 – Bicentenário do nascimento de José Bonifácio 860
78. 20-7-63 – Empréstimos externos dos estados-membros 864
79. 9-4-64 – Ato Institucional 880
80. 3-7-64 – Maioria absoluta 884

Pág.

No Congresso Nacional

81. 10-10-64 – Saudação ao Presidente Charles de Gaulle 891

No Senado Federal

82. 11-2-65 – Homenagem a Winston Churchill 896
83. 30-4-65 – Acordo sobre Garantia de Investimentos Brasil-EUA 901
84. 20-5-65 – Remessa de tropas à República Dominicana 922

No Congresso Nacional

85. 10-9-65 – Saudação ao Presidente Giuseppe Saragat 931

No Senado Federal

86. 3-3-66 – Reforma constitucional 935
87. 29-9-66 – Eleição indireta do Presidente da República 943
88. 14-12-66 – Reforma constitucional 948
89. 15-12-66 – Reforma constitucional 961
90. 16-12-66 – Reforma constitucional 975
91. 19-12-66 – Reforma constitucional 987
92. 20-12-66 – Reforma constitucional 999
93. 16-1-67 – Exortação ao Congresso Nacional 1014

Na Assembléia Nacional Constituinte

94. 4-8-87 – Emenda parlamentarista 1027
95. 4-12-87 – Presidência da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e da Comissão de Sistematização 1033
96. 12-1-88 – Poder constituinte 1040
97. 2-3-88 – Maioridade eleitoral 1046

No Congresso Nacional

98. 12-5-88 – Centenário da Abolição da Escravatura 1048

Na Assembléia Nacional Constituinte

99. 4-10-88 – Promulgação da Constituição Federal 1054

No Congresso Nacional

100. 10-5-89 – Bicentenário da Inconfidência Mineira 1058

APRESENTAÇÃO

A história parlamentar brasileira não poderia prescindir da contribuição que ora lhe proporciona esta coletânea de discursos de Afonso Arinos de Melo Franco, tornada possível graças à dedicação e pertinácia com que sobre sua obra se debruçou o Embaixador Afonso Arinos, filho, reconstituindo a ação do legislador, do estadista, do homem público fiel aos ideais de liberdade e bem-estar social.

Durante sua vida, Afonso Arinos manteve-se sempre atuante e atualizado em relação aos problemas nacionais e, mesmo quando afastado das tribunas do Congresso, continuou pregando a reconstitucionalização do Brasil por meio de artigos, aulas, palestras e conferências.

Em mais de 40 anos de fecunda trajetória política, deixou um legado às novas gerações de brasileiros que merece ser difundido como subsídio inestimável do Poder Legislativo à edificação cultural da nossa sociedade.

Repleto de emoções, seu relato proporciona uma viagem por episódios marcantes da vida nacional. Momentos de exaltação e brilho como, em 1952, ao discursar sobre o sesquicentenário de Vitor Hugo, demonstrando incontestável vocação humanística, ou os pronunciamentos de saudação ao Presidente dos Estados Unidos, General Dwight Eisenhower, e ao Presidente da França, General Charles de Gaulle, em visita ao nosso País.

E momentos de tristeza e desilusão, dias de *"sabor acre e triste (...) paixão e medo"*, como os em que se sentiu compelido a ocupar a tribuna da Câmara dos Deputados e proferir discursos de repúdio ao chamado atentado da Rua Toneleros – pedindo a renúncia do Presidente Getúlio Vargas –, em defesa de Carlos Lacerda – ameaçado de cassação dos direitos políticos –, e sobre o golpe militar dos Generais Teixeira Lott e Odílio Denys, que o levaram a se bater energicamente contra a ruptura da integridade constitucional.

Uma existência voltada para a defesa da liberdade e dos direitos humanos, que veio a ser coroada com sua participação na Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988), na qual pontificou como um dos seus luminares. Do alto de seus 81 anos, em pleno vigor, jovialidade e contemporaneidade, discursou transmutando o pensamento da maioria do Plenário em favor da emenda que reduziria a maioridade eleitoral para dezesseis anos.

Ninguém o superou em hombridade e altivez para defender tudo quanto, a seu juízo, representou a aspiração legítima de toda uma geração, empenhada, sobretudo, na consolidação democrática do Brasil.

É motivo de orgulho para mim, como Presidente do Senado Federal, propiciar a publicação deste trabalho literário, que configura grande parte da história política, institucional e cultural de nossa recente vida republicana, tão bem narrada e vivificada na palavra do Afonso Arinos, tribuno.

As páginas indeléveis da lavra do grande líder comporão os registros que haverão de perpetuar a grandeza e a responsabilidade do Poder Legislativo, nas decisões que compuseram os destinos de nossa Nação num longo período de sua busca e aprendizado de democracia e justiça social.

Afonso Arinos continua a inspirar o Congresso Nacional, iluminando, nos momentos de trevas, a ação dos homens públicos brasileiros.

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

AFONSO ARINOS NO CONGRESSO

CEM DISCURSOS PARLAMENTARES

Afonso Arinos, filho

CÂMARA DOS DEPUTADOS

"Afonsinho, se estiver desocupado poderá ir, também, fazendo uma seleção dos discursos parlamentares", escrevia-me Afonso Arinos, de Florença, a 13 de fevereiro de 1956. Esse pedido, formulado às vésperas de completar nove anos consecutivos de mandato, denotava plena consciência da importância histórica de sua atuação no Congresso Nacional. Dei andamento à empreitada, que tive de interromper ao ser removido para posto diplomático no exterior, e a retomo agora, estimulado pela disposição generosa do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal.

Afonso fora o oitavo Melo Franco, desde o Império, a passar pela Câmara, e o nono deputado da família, incluído o avô materno, Cesário Alvim. Sua candidatura, em 1945, à Assembléia Nacional Constituinte, devera-se, no entanto, a pressão fraterna. Ao temperamento de Virgílio de Melo Franco, ex-deputado estadual e federal, aborrecia a atividade congressual, e Arinos conta haver o irmão insistido com o argumento de que "todos nós temos de passar pelo parlamento, e você não deve escapar a essa tradição da nossa gente". Ficou, afinal, como primeiro suplente na chapa do partido que ajudara a fundar na luta contra a ditadura do Estado Novo, ao qual dera o nome de União Democrática Nacional. E só após a eleição do Deputado Milton Campos para o governo de Minas Gerais, Afonso Arinos assumiu sua cadeira na Câmara, em março de 1947.

Daí até à morte, em 1990, exerceria cinco mandatos parlamentares durante vinte e quatro anos, doze na Câmara e doze no Senado. As duas décadas em que permaneceu afastado do Congresso, de 1967 a 1987, deveram-se à recusa a disputar qualquer eleição sob o regime militar. Mas, apesar desse longo hiato, Arinos falou e escreveu tanto, em plenário e nas comissões, que a seleção aqui exposta implicou a necessidade de escolhas radicais.

Comecei por limitar-me a um número predeterminado de intervenções. Os deveres da liderança, que cedo lhe couberam, acrescidos a uma inesgotável capacidade de trabalho intelectual, elevaram-nas a muitas centenas, em plenário e nas comissões. Sua volumosa produção na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, nos poucos anos em que ali permaneceu, tem, até hoje, grande relevância política, jurídica e histórica. E ele chegou a dizer, certa vez, em discurso, que "para mim o período mais feliz e talvez mais fecundo que vivi neste Palácio Tiradentes foi aquele em que pude ter a fortuna de figurar entre os membros de número desta douta Comissão". Mesmo assim, fui levado a descartar os pareceres e optar pela atuação em plenário, selecionando cem discursos parlamentares, os quais, distribuídos pelo tempo em que Afonso exerceu os mandatos de deputado e senador, somam, aproximadamente, quatro discursos por ano, ou uma fala por trimestre. Não é muito, para quem esteve sempre no centro das tempestades que, no seu tempo, fustigaram as políticas interna e externa brasileiras.

Além da atuação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, Arinos também participou ativamente de Comissão Especial da Câmara, das Comissões de Justiça e de Relações Exteriores do Senado, e, na Assembléia Constituinte, presidiu a Comissão de Sistematização, que elaborou o anteprojeto da Constituição de 1988 Dentre os trabalhos mais importantes por ele empreendidos, mencionem-se, de passagem, sua proposta, aceita e vigente até hoje, do sistema proporcional para distribuição, pelas sobras dos votos, das cadeiras não preenchidas por quociente eleitoral; a proibição de que o mesmo cidadão se apresentasse como candidato por mais de um estado, conforme ocorrera com Getúlio Vargas em 1945; o parecer sobre o projeto de Código de Radiotransmissão; o longo voto contrário à cassação dos mandatos dos deputados eleitos pelo Partido Comunista, cujo registro na Justiça Eleitoral havia sido cancelado; o voto em separado, seguido de substitutivo, estabelecendo o provimento, por eleições, das cadeiras dos deputados comunistas cassados, que a maioria derrotou mas cuja substância a Justiça Eleitoral reafirmou; o parecer pela criação de órgão destinado a aplicar dispositivo constitucional referente à valorização da Amazônia; a volumosa série de pareceres como relator da Comissão de Inquérito sobre os contratos da Light; os pareceres sobre emendas parlamentaristas; o relativo ao projeto de lei reguladora da liberdade de imprensa; o concernente à autonomia do antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro); o que regulava os empréstimos externos aos estados.

Caso essa grande e valiosa produção fosse aproveitada aqui, ainda que parcialmente, esta obra assumiria dimensões incompatíveis com o objetivo, que me propus, de percorrer mais de quatro décadas da História do Brasil pela mão de um dos seus principais atores e analistas. Por isso, não pude atender à aspiração expressa nas memórias de Afonso Arinos, onde ele explica que "os discursos mais duráveis de plenário são os que versam temas gerais, políticos ou culturais. Se eu al-

gum dia pudesse reunir os discursos mais importantes da minha vida parlamentar não misturaria os gêneros, nos mesmos volumes. Colocaria em livros separados os de conteúdo cultural ou literário, e os de fundo jurídico".

Pelo mesmo motivo, foram excluídas as intervenções relativas a problemas partidários, questões regionais ou conjunturais. Só conservei aquelas que, pela atualidade dos temas tratados ou permanência das situações descritas, transcendam o contingente e mantenham pleno interesse, em nossos dias, para os que se preocupam com os problemas brasileiros e a vida pública em nosso país.

É significativo que Afonso haja estreado na tribuna, em abril de 1947, para, em nome do seu partido, comemorar o segundo aniversário da morte do presidente americano Fkranklin Roosevelt. Isso lhe forneceu oportunidade para demarcar logo as convicções democráticas, fundadas na justiça social, a que seria sempre fiel.

Sob o ponto de vista parlamentar, entretanto, o seu pronunciamento mais fecundo naquela sessão legislativa foi o que acompanhou requerimento criando a Comissão de Leis Complementares da Constituição – tema, aliás, da tese com que então preparava o concurso para a cátedra de Direito Constitucional da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, que venceria em 1949 (como ganharia, em 1950, o da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil).

No fim do ano, ao comemorar o centenário do Presidente Afonso Pena, Arinos desenvolveu uma interpretação histórica da tradição republicana de Minas Gerais, bem como das causas econômicas e sociais determinantes da ação dos seus grandes estadistas. E, em 1948, o longo discurso que proferiu a 7 de julho, data do centenário do Presidente Rodrigues Alves, revestiu-se de significado especial. "A emoção – lembra Afonso – se originava no desejo que eu tinha de prestar uma afetuosa homenagem a minha mulher, falando o melhor que pudesse do seu avô, que dela muito gostava, e de quem ela conserva delicada lembrança."

Em 1949, o plano Salte ocupou-o tanto na Comissão de Justiça, onde apoiou sua constitucionalidade, quanto em plenário, ao defender o planejamento econômico e o estado intervencionista, dentro do regime democrático.

Quanto ao Código Brasileiro de Radiotransmissão (naquela época, a televisão ainda não estava em pauta), ao discuti-lo, já procurava estabelecer critérios limitativos da propaganda política, por meio das estações de rádio, nas campanhas eleitorais. A propósito da filosofia subjacente à questão, apesar de deputado oposicionista, ele diria que seu "parecer era visivelmente propenso a defender os interesses do governo (ou melhor, do Estado) no campo da radiodifusão. Entendo que, pela sua natureza, os serviços de rádio e televisão deviam-se moldar, no Brasil, mais pelos exemplos da Inglaterra, França ou Itália, em que constituem uma atividade pública, embora não propriamente governativa, do que pelos interesses privados, como é o nosso caso e o dos Estados Unidos".

Novo centenário, o de Joaquim Nabuco, levá-lo-ia a manifestar-se em agosto. O tema e o personagem eram de seu especial agrado, e, ao abordá-los, Arinos procurou salientar o individualismo humanista do homenageado, e sintetizar seu pro-

prio pensamento quanto à "relatividade das doutrinas, aceitação do progresso social, crença nos valores permanentes e imprescritíveis do ser humano".

No início de 1950, enérgico repúdio a increpações vinculando a memória de seu irmão Virgílio a um discurso do embaixador dos Estados Unidos no Brasil – que, em 1945, haveria precipitado a derrubada da ditadura de Getúlio Vargas – teve importância como depoimento histórico.

Já o centenário da morte de Bernardo Pereira de Vasconcelos lhe permitiu celebrar, em maio, a memória daquele que considerava o maior estadista oferecido por Minas Gerais ao Brasil. E pensava, decerto, em si mesmo, quando se referiu a Bernardo como o "homem que vivia assimilando o ideal para aplicá-lo ao real, que vivia remoendo as doutrinas e as idéias para com elas resolver as situações de fato que se apresentavam sob seus olhares angustiados naquela fase incipiente e hesitante da formação nacional".

Em junho, rebate longamente, por duas vezes, emenda parlamentarista apresentada pelo Deputado Raul Pilla. Mais tarde, adotaria os pontos de vista do seu opositor de então. O livro Presidencialismo ou Parlamentarismo?, *datado de 1958, engloba os pareceres e votos em separado que ambos apresentaram na Comissão Especial da Câmara, bem como, no prefácio, sua conversão ao parlamentarismo (precipitada pelas crises políticas que desembocaram na morte do presidente Getúlio Vargas e na deposição sucessiva dos presidentes Carlos Luz e Café Filho, reveladoras, a seu ver, da rigidez inflexível do regime presidencial).*

Nos meses seguintes, apresenta e justifica projeto contra a discriminação racial, que se transformaria na Lei Afonso Arinos – para ele, "a iniciativa de maior repercussão social (...) de toda a minha vida parlamentar. Na modéstia de minhas realizações políticas, se fiz alguma coisa importante, foi realmente esta".

Em 1951, ao defender projeto do Deputado Lúcio Bittencourt visando extinguir as ações ao portador, afirmou, bem humorado, que "o medo das leis progressistas é que continua através da história. Os barões do Império são tubarões da República".

No mesmo ano, comemorou, em nome do seu partido, o quinto aniversário da Constituição Federal, porque, "preocupada com a presença de Vargas no poder e com os movimentos não oficialmente autorizados, mas também não formalmente desautorados, que amigos e colaboradores do ditador faziam em torno a uma obscura reforma constitucional, entendeu a UDN que devia marcar, pelas palavras de um dos seus líderes, posição intransigente na defesa da lei maior". Essa desconfiança quanto aos propósitos do presidente da República, justificável pelos seus antecedentes políticos, iria num crescendo de que os discursos de Arinos dão claro testemunho, e explodiria, em 1954, no atentado contra Carlos Lacerda e no suicídio de Getúlio Vargas.

No começo de 1952, um discurso sobre o sesquicentenário de Vítor Hugo mostrou que o humanista, o crítico literário e o historiador não estavam submersos pelas ocupações e preocupações do político e do jurista.

Em maio, Afonso viajou para a Europa. Ao despedir-se do líder da UDN, o Deputado Soares Filho, gravemente enfermo do coração, vaticinara: "Você voltará líder". Soares morreu naquele mesmo mês, e, quando Arinos regressou em agosto, vencida a resistência de um grupo desejoso de aproximar-se politicamente do Governo Federal, foi confirmado na liderança partidária. Nela permaneceria até sua eleição para o Senado, em fins de 1958, configurando o mais longo período de chefia parlamentar exercida sob a Constituição de 1946.

Nesse interim, Vargas propôs um projeto de reforma administrativa, para cujo preparo se constituiu uma grande comissão interpartidária, sendo designados relatores, na Câmara, os líderes do governo e da oposição, Gustavo Capanema e Afonso Arinos. A 3 de outubro, aniversário da Revolução de 1930, que encabeçara, o presidente fez importante pronunciamento político, salientando o alcance da reforma e a colaboração, que para ela desejava, de todos os partidos. Em resposta a este apelo ao Congresso, Arinos manifestou disposição de colaborar com a obra administrativa do governo, sem sacrifício da independência partidária e da vigilância democrática. Porém a ala mais radical da UDN opôs restrições, não admitindo qualquer forma de cooperação. Quando a imprensa governista o elogiou, buscando alargar brechas na sua bancada, ele reagiu, dizendo não querer ser apedrejado com os louvores da Última Hora. *E as portas do entendimento se fecharam.*

Logo depois, visita do Presidente da Câmara dos Deputados do Peru permitiu-lhe, ao saudá-lo, reafirmar sua visão da política continental, e honrar a memória do pai, Afrânio de Melo Franco, que evitara conflito armado entre aquele país e a Colômbia, ao solucionar, como mediador, o litígio fronteiriço de Letícia.

Em seguida, sua intervenção resolveu delicado problema internacional. Estava em pauta o Acordo de Assistência Militar entre o Brasil e os Estados Unidos, e o líder da oposição aceitou apoiá-lo mediante a apresentação de reserva interpretativa, constante de carta do Ministro das Relações Exteriores ao líder da maioria no Congresso, segundo a qual o governo brasileiro só aceitaria a remissão ali feita à lei americana para os fins especificados no texto do próprio Acordo. Anos depois, em 1965, a aprovação do Acordo sobre Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos seria condicionada por reserva análoga, proposta por Afonso Arinos no Senado Federal.

Outra objeção de monta levantada contra o Acordo dizia respeito à hipótese da remessa de tropas brasileiras para o exterior, com o fito de manter a paz e a segurança no continente. Prevendo essa possibilidade, Arinos apresentou projeto de lei regulando a matéria. Aprovado na Câmara e retido no Senado, ele só seria sancionado no governo Kubitschek, quando o Secretário-Geral das Nações Unidas pediu contribuição militar brasileira para integrar o contingente da ONU que separava as forças hostis na zona do canal de Suez, nacionalizado pelos egípcios.

Em 1953, longos discursos do líder da oposição abordando a política interna e externa do governo Vargas reiteraram suas convicções profundas sobre a "perfeita compatibilidade entre o planejamento econômico e a moderna democracia" e a

necessidade de "integrar a noção de solidariedade continental com as exigências do nosso interesse nacional".

Nova emenda parlamentarista, esta do Deputado Rui Santos, ensejou, em meados do ano, manifestações contrárias de Afonso Arinos. Que voltaria, por outro lado, ao problema da radiodifusão, a fim de defender a liberdade de expressão radiofônica para os membros da oposição.

Na Comissão de Justiça, seu projeto de reforma eleitoral, prevendo alianças de legendas com transferências de votação para as eleições majoritárias, provocou grande debate no Congresso e na imprensa, mas foi derrotado pela maioria. Mais tarde, a idéia vingaria, com a instituição das sublegendas.

Ao comemorar, em outubro, o aniversário da queda da ditadura do Estado Novo, ele desenvolveu os temas da democracia como forma natural de governo dos homens, e da responsabilidade histórica das Forças Armadas na defesa do regime democrático.

O ano seguinte seria palco de crescente turbilhão político, a culminar na deposição e morte do Presidente Vargas. Mas, para Arinos, seu início foi tranqüilo, com a comemoração do segundo centenário do falecimento de Alexandre de Gusmão, o fundador da diplomacia brasileira, e a do tricentenário da restauração pernambucana, que lhe permitiram reiterar o interesse permanente pelos temas históricos, nacionais e internacionais.

A seguir, suas manifestações sobre os pedidos de impedimento do Presidente Vargas e de licença para processar-lhe o filho, deputado Lutero Vargas, demonstravam já o acirramento da campanha. Mas, em agosto, o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, no qual morreria um oficial da Aeronáutica, iria provocar a tormenta fatal. Arinos viajava por Minas Gerais, em campanha eleitoral, quando soube do crime. Regressou ao Rio sem dormir, conduzindo seu carro durante a noite, e, no mesmo dia, deu início, na Câmara, a uma série de quatro pronunciamentos, que constituíram, sem dúvida, o zênite dramático da sua vida parlamentar. Em aparte ao primeiro, o deputado Aliomar Baleeiro sugeriu o afastamento de Getúlio Vargas. O segundo discurso, qualificou-o um ilustre amigo seu, ao telefonar-me naquela noite (Arinos voltara a viajar, premido por compromissos políticos): "Há sempre um momento culminante na vida do homem público. Afonso atingiu hoje este momento". Mas ele nunca quis ouvir a gravação da fala, a qual me fora cedida pela radioemissora que a transmitiu.

Nas memórias, Afonso Arinos descreve "o sabor acre e triste daqueles dias de paixão e medo; de incerteza e aventura. Revejo o plenário da Câmara como que transido, enquanto (...) eu atirava aquela catadupa de palavras inflamadas que não conseguia conter. Realmente eu me sentia (...) presa de uma estranha sensação. No silêncio da grande sala, minhas palavras se despenhavam e eu as ouvia, recebia-lhes o eco, como se fossem de um outro; de alguém que não eu, que estivesse falando dentro de mim. (...) Meu cérebro era o simples instrumento do meu coração; era toda a minha alma que se me arrebentava pela boca, numa força que não me era

possível reprimir". Quando desceu da tribuna, um deputado acercou-se e lhe disse: "Você derrubou o governo". Após assistir ao discurso das galerias, fui ao seu encontro, perguntando-lhe qual o motivo daquela tempestade desencadeada. E ele respondeu: "– Eu estava pensando no meu irmão". Pensava em Virgílio, assassinado havia seis anos, porque o encarregado do inquérito policial-militar do Galeão – que incriminou membros da guarda pessoal de Getúlio Vargas como responsáveis pelo atentado contra Lacerda – lhe telefonara pouco antes, apresentando indícios que atribuiriam a mesma origem aos dois homicídios.

No dia em que Vargas se matou, acompanhei-o à Câmara. Companheiros concitavam-no a não falar, por haver atuado tão intensamente na crise anterior ao desenlace, mas ele ponderou que o exercício da liderança exigia o seu pronunciamento. Que foi escrito, curto, pacificador. Elementos da bancada governista tentaram tumultuar o ambiente, outros se retiraram, mas a reação enérgica do presidente da Câmara atalhou qualquer atitude mais agressiva. E a crise amainou, para recrudescer no ano seguinte.

Em 1955 o Alto Comando das Forças Armadas apresentou ao presidente Café Filho documento preconizando uma candidatura de união nacional em lugar da coligação entre o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro – ambos herdeiros políticos do Estado Novo – em torno da chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart, tese que foi endossada e defendida por Arinos. Mais tarde, a esse propósito, ele reconheceria que "dei minha colaboração – e não posso negá-lo – às tentativas udenistas de resolver a situação por meio de pressões militares".

Em intervenções prolongadas, debateu a reforma da lei eleitoral no tocante ao problema da cédula oficial, defendida para moralizar as eleições majoritárias. E conseguiu, afinal, a adoção da cédula única, que não deixou de atender, ao menos parcialmente, às reivindicações da oposição. Configurada a derrota do seu candidato, Juarez Távora, pela chapa PSD-PTB, a UDN ainda se empenharia em teses casuístas, como a de que a exigência de maioria absoluta para a eleição do presidente da República estaria implícita na Constituição, e a de que a votação do Partido Comunista no pleito anterior deveria ser descontada da chapa vencedora, dada a ilegalidade daquela agremiação partidária e o apoio expresso que ela dera aos ganhadores. Nada disso funcionou; vieram, em novembro, o golpe militar dos generais Lott e Denys e os impedimentos dos presidentes Carlos Luz e Café Filho, declarados pela Câmara, que propiciaram ao líder Afonso Arinos bater-se energicamente, embora em vão, contra a violação da integridade constitucional.

Cansado e desiludido, ele embarcou em dezembro para a Europa, onde permaneceu por cinco meses. Ao regressar, em maio de 1956, retomou a liderança da oposição. Em agosto, fez seu primeiro trabalho de fôlego daquele ano, o Estatuto do Trabalhador Rural, consubstanciado em substitutivo ao projeto que estendia aos lavradores a legislação trabalhista, justificando-o e defendendo-o da tribuna. Falou, também, contra a censura às emissoras de rádio e televisão, e apresentou projeto

assegurando a divulgação radiofônica dos discursos, pareceres e votos dos parlamentares. Defendeu, ainda, a liberdade de imprensa e, mais uma vez, a extinção das ações ao portador.

Em novembro, as crises internacionais concomitantes da invasão da Hungria pelos russos e do ataque de israelenses, ingleses e franceses ao Egito, que nacionalizara o canal de Suez, puseram em grave risco a paz mundial. Tendo o Secretário-Geral da ONU solicitado ao governo brasileiro a remessa de um contingente de tropas para integrar a força de paz disposta na zona de Suez, o presidente Kubitschek reuniu em palácio, com o ministro das Relações Exteriores, as lideranças da maioria e da minoria no Senado e na Câmara. Ali, então, decidiu-se dar andamento rápido ao projeto de Afonso Arinos que, preparado para obviar situação análoga criada pelo Acordo de Assistência Militar entre o Brasil e os Estados Unidos, dormia no Senado desde 1952. Reposto em discussão, foi aprovado rapidamente, e permitiu o envio do nosso Batalhão Suez à região conflagrada. Arinos o defendeu, mas, no princípio do ano seguinte, criticaria o Acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para a cessão da base de Fernando de Noronha, por não haver sido submetido ao Congresso, ocasião que lhe permitiu recordar e fixar posições em face do princípio da solidariedade continental e do seu funcionamento no contexto do nosso direito interno.

Em agosto de 1956, levantou-se o caso de que, em 1950, um "legislador brasileiro" se teria envolvido em negócio de importação de pinho nacional pelo governo argentino, e recebido polpuda comissão, por ordem expressa do presidente Perón, que haveria contribuído, dessa forma, para o financiamento da campanha eleitoral de Getúlio Vargas à presidência da República. Consultada pelo Itamarati, nossa Embaixada em Buenos Aires respondeu por telegrama no qual, embora ficasse claro que o legislador em questão seria João Goulart, não constava o nome do vice-presidente da República. O Deputado Carlos Lacerda, então líder da UDN (Afonso Arinos assumira a liderança da oposição) leu-o da tribuna, propiciando ao procurador da Justiça Militar a oportunidade de denunciá-lo como infrator da Lei de Segurança Nacional, por dar a público despacho telegráfico sigiloso, e de pedir, em conseqüência, licença à Câmara para processá-lo. Arinos, a fim de evitar a cassação do mandato de Lacerda, sustentou, em abril e maio de 1957, como líder da oposição, combate sem tréguas, afinal vitorioso.

O ano de 1958 assinalaria duas vitórias marcantes em sua vida, as eleições para a Academia Brasileira de Letras e o Senado. Três campanhas consecutivas para deputado federal, fatigantes e dispendiosas, disputadas em todo o Estado de Minas Gerais, e a notoriedade que adquirira na cidade do Rio de Janeiro com a liderança da oposição, sobretudo nas grandes batalhas políticas travadas de 1954 a 1957, induziram-no à disputa da senatória pela capital da República.

No mês de abril, Arinos proferiu importante discurso, explicando sua evolução de adepto do presidencialismo a partidário do regime parlamentar. Em agosto, apoiou o princípio da política pan-americana do presidente Kubitschek, ao passá-la

das declarações retóricas para as reivindicações concretas nas áreas econômico-financeira e social, embora criticando a forma publicitária de sua apresentação. E, em janeiro de 1959, já eleito senador pelo Distrito Federal, despediu-se da Câmara com longo discurso, combatendo e derrotando projeto de emenda constitucional, fortemente apoiada por Juscelino, que outorgava aos ex-presidentes da República o título de conselheiros, com assento permanente no Senado.

SENADO FEDERAL

A campanha para o Senado, com a inovação do "caminhão do povo" – dentro do qual, na companhia de Carlos Lacerda, que se recandidatava à Câmara dos Deputados, promovia comícios-relâmpago nos bairros e subúrbios do Rio de Janeiro – fora um êxito espetacular. Quatro anos após a morte de Getúlio Vargas, Afonso obteve cerca de um terço de votos a mais que os do seu principal adversário, o deputado Lutero Vargas, filho de Getúlio, na cidade onde o nome Vargas era um mito.

Liberto da dura incumbência, que lhe coubera por vários anos, de liderar a oposição no plenário da Câmara, Afonso Arinos foi alçado, por seus pares, à presidência da Comissão de Relações Exteriores do Senado. Mais tarde, ao assumir a Comissão de Constituição e Justiça, não lhe escaparia haverem sido essas as duas presidências de comissão exercidas por seu pai na Câmara. E, no decorrer desse mandato de oito anos, a política externa teria grande destaque na sua atuação parlamentar.

Assim, o primeiro discurso de Arinos no Senado, em 1959, versou o problema criado pelo asilo que a Embaixada do Brasil em Lisboa concedera ao General Humberto Delgado, opositor implacável da ditadura salazarista, que seria, mais tarde, assassinado pela polícia política portuguesa.

Nesse ano, freqüentou com assiduidade a tribuna, verberando prisões arbitrárias de políticos oposicionistas, manifestando-se sobre efemérides históricas, traçando perfis de ilustres personalidades falecidas, criticando a administração financeira, comemorando o aniversário da Constituição, analisando a situação jurídica da cidade do Rio de Janeiro após a mudança da Capital Federal para Brasília, tratando da sucessão presidencial, debatendo o seqüestro de uma aeronave civil por militares da Força Aérea Brasileira e o estado de sítio.

Em 1960, ocupou-se do status *do então Distrito Federal, que se tornaria em Estado da Guanabara após a transferência da capital da República para o planalto central.*

No fim de fevereiro, o General Eisenhower, presidente dos Estados Unidos, visitou o Brasil, e Arinos foi indicado para saudá-lo em nome do Senado, como o seria, quatro anos depois, quando da estada entre nós do General de Gaulle, presidente da França. É significativo que haja recaído sobre ele a escolha para receber os dois chefes de Estado mais importantes a nos visitarem depois da guerra, e que foram, por sua vez, grandes chefes militares nos campos de batalha.

No mês de julho, solidarizou-se com o governo em caso de asilo diplomático no qual foram violadas as imunidades da Embaixada do Brasil na República Dominicana. E, ao comentar discurso do Deputado Jânio Quadros, candidato do seu partido à presidência da República, tratou de novo, longamente, de política externa, sobretudo no âmbito continental.

Eleito, em outubro, presidente da República, Jânio Quadros faria de Afonso Arinos o seu Ministro das Relações Exteriores. Na qualidade de chanceler, foi convidado a expor a política externa do governo perante o Congresso por três vezes, duas na Câmara (na Comissão de Relações Exteriores e em plenário) e uma no Senado. Mas permanecia senador licenciado para o exercício de cargo executivo, e falava no Legislativo. Por isso, aqueles pronunciamentos estão aqui transcritos. São importantes para a compreensão dos difíceis problemas que teve de enfrentar, das duras lutas que combateu. E documentam uma fase de transição que marcou a tomada de consciência da nossa maioridade internacional. Fase a propósito da qual, mais tarde, ele reconheceu "que seria impossível fazer aceitar, de chofre, a renovação desejada na política externa, a grupos sociais despreparados para compreendê-la, ou a serviço de interesses que a ela se opunham".

O problema levantado pela adesão do regime cubano ao marxismo-leninismo; o do apoio à autodeterminação prevista pela Carta das Nações Unidas para os territórios não-autônomos, que incluíam as colônias de Portugal em África, antagonizando grande parte da influente colônia portuguesa no Brasil, bem como os partidários da ditadura fascista de Salazar; o das relações com os Estados Unidos, que ele queria estabelecidas "na base de entendimentos francos mas de decisões autônomas"; a busca de aproximação com a África negra e do incremento nas relações econômicas com os países socialistas; "a convicção da necessidade de um firme entendimento com a Argentina"; a defesa da paz e do desarmamento internacionais – todas essas posturas despertavam reações e polêmicas virulentas, refletidas nas exposições feitas diante do Congresso.

A renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, apanhou-o completamente desprevenido. Mas, ao se dar conta de que a oposição de certos comandos militares à posse do vice-presidente João Goulart levava o país ao limiar da guerra civil, Afonso teve atuação capital no encaminhamento da solução parlamentar, consubstanciada no Ato Adicional à Constituição, que permitiu a investidura de Goulart, embora despojado dos poderes de chefe de estado no regime presidencial. Os senadores Afonso Arinos e Nélson Carneiro redigiram o anteprojeto da emenda parlamentarista, que contou, também, com participação relevante do deputado San Tiago Dantas. Os discursos proferidos por Arinos no fim do mês e em princípios de setembro mostram seu papel de grande destaque no êxito da empreitada.

Empossado Goulart na Presidência, Tancredo Neves na chefia do primeiro gabinete parlamentar da República e San Tiago Dantas no Ministério das Relações Exteriores, Afonso foi convidado para exercer a chefia das delegações do Brasil à Assembléia Geral das Nações Unidas e à Conferência do Desarmamento. A presta-

ção de contas dessas missões perante o Senado, nos longos discursos proferidos em 1962 e 1963, dá abundante testemunho da importância da atuação do Brasil numa fase delicadíssima da conjuntura internacional, quando a crise dos mísseis soviéticos em Cuba deixou o mundo bem próximo da hecatombe nuclear.

Não tiveram história os dois meses incompletos, de julho a setembro de 1962, em que Afonso Arinos voltaria a encabeçar, sem ilusões, o Ministério das Relações Exteriores, no gabinete do primeiro-ministro Brochado da Rocha. Ele já se conscientizara das "dificuldades que cercam, no Brasil, a qualquer titular do Itamarati que deseje levar avante uma política de verdadeira afirmação nacional". E, de volta ao Senado, envolvido pela radicalização crescente em torno à restituição dos poderes presidenciais ao presidente João Goulart, cedeu, contrito. "Reconheço que, convicto embora de que a volta ao presidencialismo viria fechar o melhor, talvez o único, caminho da democracia, deixei-me vencer pela atmosfera de derrotismo do Congresso e, protestando embora, aderi à manobra do plebiscito, levado pelo que me parecia ser um invencível caso de força maior. (...) Relembro estes pormenores, não para atenuar minha responsabilidade, nem o meu erro, de que me penitencio e arrependo profundamente, mas para dar uma idéia – e idéia aproximada – do que era o ambiente apreensivo e confuso em que me manifestei, insone e fatigado, a 14 de setembro, pelo plebiscito. (...) Hoje (escrevia em fevereiro de 1968) me penitencio daquele momento de fraqueza e me disponho a lutar sem desfalecimentos pela volta do parlamentarismo." Como, de fato, o fez, até o fim da vida.

O bicentenário de José Bonifácio – que ele considerava, "possivelmente, a maior figura de homem público do Brasil" – ensejou longa manifestação de Afonso Arinos, dividida em duas partes e proferida a 12 de junho de 1963.

Releve-se ainda, no mês seguinte, o discurso a propósito de circular do Ministério da Justiça que, visando à administração de Carlos Lacerda na Guanabara, fixava critérios, juridicamente contestáveis, limitativos da competência dos governos estaduais em matéria de empréstimos externos. Arinos se opôs àquele ato por julgar que vulnerava a estrutura federativa estabelecida pela Constituição, procurando interpretar a matéria de forma a conferir ao Senado a supervisão dessas iniciativas de caráter financeiro.

A escalada da radicalização política levaria à revolução militar de 1964, que deu por terra com o regime democrático estabelecido pela Constituição de 1946. Os artigos semanais que Afonso Arinos escreveu, nesse período, para o Jornal do Brasil, *reunidos, posteriormente, no livro* Evolução da Crise Brasileira, *analisam uma das fases mais dramáticas da nossa história republicana.*

Nas primeiras horas do movimento vitorioso, Arinos preparou um projeto de resolução pelo qual o Congresso concederia plenos poderes ao comando revolucionário, para que este procedesse às medidas impostas pelas circunstâncias. Caso aceita, a fórmula, embora atendendo às razões de salvação pública alegadas para a deposição do governo anterior, não teria cortado as raízes da legitimidade democrática, e o estado de direito poderia ser mais facilmente restabelecido, graças à

manutenção da soberania dos poderes Legislativo e Judiciário. Mas prevaleceu a solução oposta, que Francisco Campos fez afirmar, enfaticamente, no preâmbulo do Ato Institucional, segundo a qual, em vez do Congresso legalizar a revolução, esta é que "legalizaria" o Congresso. As conseqüências dessa opção seriam duas décadas de autoritarismo militar.

A 9 de abril, Afonso divulgou, em discurso, o documento que enviara aos líderes militares e civis do movimento, expondo sua proposta. Em julho, tratou longamente de subemenda que apresentara à emenda constitucional determinando a adoção da maioria absoluta para as eleições presidenciais, proposta pelo Executivo e, afinal, aprovada.

Neste ano e no seguinte, os discursos de saudação dirigidos, em nome do Senado, aos presidentes da França e da Itália, Charles de Gaulle e Giuseppe Saragat, que visitavam o Brasil, bem como o que proferiu quando do falecimento de Winston Churchill, deram azo à reiteração da sua fé os valores do humanismo latino e das convicções democráticas, que sempre lhe nortearam a existência.

Em abril de 1965, a ressalva interpretativa, sugerida no seu substancioso pronunciamento, quanto ao conceito da denegação de justiça incluído no Acordo sobre Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos, acompanhou a aprovação, pelo Congresso, daquele instrumento jurídico internacional, tal como ocorrera, em 1952, com o Acordo de Assistência Militar firmado pelos dois países.

No mês seguinte, o presidente da República enviou mensagem ao Congresso pedindo autorização a fim de que fossem remetidas tropas brasileiras à República Dominicana, para dar cobertura à intervenção que, sob a capa da OEA, ali praticavam os Estados Unidos. Afonso, em longo discurso, se opôs à medida.

A reforma constitucional já estava em pauta na sua fala de março de 1966, quando propôs ordenar o caos institucional então vigente, e se dissociou com firmeza da orientação que tomava o regime militar, ao reconhecer que "muitos entre nós que aderimos à revolução de 1964 no empenho de evitar a desordem, a radicalização ideológica e a corrupção, estamos servindo de caudatários a algo que não aceitamos, ou seja, a participar da transformação dos instrumentos da ordem em barreira contra o progresso social e econômico exigido pelo bem comum e conducente ao estabelecimento de um governo democrático no país. Em uma palavra, não pertenço ao grupo que, antes, defendia a integridade da lei para evitar reformas ditatoriais, mas que, hoje, apela para a ditadura com o objetivo de evitar transformações necessárias, ainda que legais". Em setembro, manifestou-se com firmeza contra a eleição indireta do presidente da República, que beneficiaria o General Costa e Silva, alegando "convicções jurídicas antigas" e "motivações intelectuais (...) inafastáveis" da sua vida de homem público.

No fim do ano, o presidente Castello Branco transformou o Congresso, dizimado por cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos, em Assembléia Constituinte, com o fito de institucionalizar o regime de força. A Constituição de 1967, daí resultante, não durou muito, atropelada que foi, no ano seguinte, pelo Ato

Institucional nº 5, que implantaria abertamente a ditadura militar. E Afonso Arinos, recusando-se a nova candidatura nas circunstâncias políticas vigentes, despediu-se do Legislativo com seis discursos memoráveis sobre a reforma constitucional, cinco proferidos no Senado e um na Câmara, em sessão conjunta do Congresso Nacional. Ele mesmo os subdividiria, intitulando-os: I – considerações gerais; II – poder militar e poder civil; III – autoridade e legitimidade do Executivo, intervenção do Estado e liberdade econômica; IV – direitos e garantias; V – a solução parlamentarista; VI – exortação ao Congresso. "O quarto discurso da série – diria Arinos, mais tarde – tratou dos direitos e garantias individuais, e deu em resultado o maior êxito que consegui em todos os meus anos de Parlamento. Posso dizer que a lei anti-racista, na Câmara, e a restauração das garantias individuais, no Senado, foram os pontos mais altos na minha atividade de legislador. O projeto do governo era, neste particular, intolerável; contrariava toda a tradição humanística brasileira; era, em uma palavra, vergonhoso", porque "desejar que o esmagamento das liberdades do povo fosse votado por um Congresso eleito por ele, era uma afronta ao Congresso. (...) Conservei em manuscrito o texto que escrevi, durante aquela madrugada, sozinho no hotel (...). Com a alteração de pouquíssimas palavras, ele é hoje (escrevia em 1968) o capítulo dos direitos e garantias individuais da Constituição do Brasil; a trincheira que ainda defende as liberdades do povo diante do poder. Não creio que haja, felizmente, força capaz de destruí-la, e a sua existência propiciará a volta à democracia".

Quando falava pela última vez, diante do Plenário do Congresso, o deputado Adauto Cardoso aparteou-o: "Tudo aquilo que o passado nos legou foi dispersado, foi dizimado. Vossa Excelência serviu de ponte entre o passado e o presente. Os seus exemplos hão de ficar e as gerações hão de se lembrar do que foram esses homens que Vossa Excelência comandou, primeiro como líder de bancada e depois como líder de oposição; o que foram esses homens que fundaram de novo a tradição democrática neste país. Isto Vossa Excelência conquistou e nada lhe arrancará".

Afonso Arinos, contudo, não foi indulgente quanto ao significado da primeira fase de sua vida congressual (que ele retomaria, vinte anos mais tarde, em nova Assembléia Nacional Constituinte, como último clarão do sol se pondo). "Não posso julgar se a história parlamentar do Brasil fixará alguma coisa da minha passagem, durante vinte anos, pelas duas casas do Congresso. Às vezes fico cogitando se tantas lutas sustentadas pela minha geração política não terão sido mais retumbantes do que verdadeiramente importantes. Afinal, reconheço-o humildemente, os grupos mais atuantes entre 1947 e 1967, dos quais participei e que cheguei a liderar, empenharam-se a fundo numa ação de pouca profundidade. Empunhamos as bandeiras que se nos ofereciam; enfrentamos os problemas que se nos apresentavam. Mas, às vezes, receio que tais problemas tenham sido de cúpula, de superfície, de forma. Destruímos o poder pessoal (de Getúlio Vargas) e erigimos uma Constituição democrática. Mas, pela falta de solução dos problemas de fundo, voltamos a outra

forma de poder imposto, o poder militar, e nunca pudemos executar a parte mais humana, progressista e social da Constituição que adotamos. (...) Meu consolo, em face da consciência de um possível insucesso que terá sido de toda uma geração, reside em que eu terminei minha passagem pelo Congresso tal como a iniciei: lutando."

A TRAVESSIA DO DESERTO

A longa travessia do deserto da vida pública brasileira duraria, para Afonso Arinos, até o fim do regime militar. Mas, declinando embora reiterados convites para disputar mandatos legislativos, ele buscou sempre impulsionar o lento e penoso processo de reconstitucionalização do Brasil por meio da palavra escrita e falada, onde quer que lhe fosse facultado exercitar a pregação democrática. Por vinte longos anos, desdobrou-se em artigos, entrevistas e livros. Percorreu o país de norte a sul, dando aulas, palestras e conferências. Discursos como o que fez no Instituto dos Advogados Brasileiros, por exemplo, quando do recebimento da Medalha Teixeira de Freitas – ao qual ele mesmo apelidou "manifesto de um mineiro", em memória do "Manifesto ao povo mineiro" contra a ditadura de Getúlio Vargas, que ideara em 1943 –, tiveram a mais ampla repercussão, reproduzidos em jornais, revistas e publicações diversas. Em 1978, o "relatório, elaborado por solicitação do Senador Petrônio Portella", apresentando "sugestões às recomendações do presidente Ernesto Geisel, no sentido de uma evolução gradativa e ordenada para a reimplantação do Estado de direito no Brasil", teria grande influência na evolução do processo de redemocratização, a começar pela revogação do Ato Institucional nº 5. A Emenda nº 11 à Constituição então vigente resultou, em boa parte, daquelas sugestões, e foi um dos primeiros atos jurídicos a marcar o início do processo de abertura política.

As perspectivas de restauração da democracia no Brasil eram ainda incertas, mas o professor emérito de Direito Constitucional e antigo parlamentar se preparava para elas. A convite da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, ele ali se estenderia longamente, em agosto de 1979, sobre o tema do reordenamento constitucional do Brasil.

Ao assumir, em 1980, a direção do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas, Afonso desvendou suas intenções no discurso de posse: "Trata-se de proceder (...) a uma pesquisa, ao mesmo tempo abrangente e sintética, orientada segundo os melhores métodos a nós acessíveis de Direito Constitucional e Ciência Política, sobre as correntes mais significativas e influentes do pensamento e das aspirações nacionais, com referência ao inevitável preparo de uma Constituição para o Brasil". E cumpriu cabalmente o prometido, ao preparar estudo de abrangência sem precedentes sobre as aspirações institucionais do povo brasileiro. O alentado relatório daí resultante, intitulado Por uma Nova Constituição: as Aspirações Nacionais, *está publicado no volume 28, nº 3, de 1984, da* Revista de Ciência Política, *da Fundação Getúlio Vargas. Ao concluí-lo, Arinos observou*

que "as vantagens do nosso trabalho, apesar das dificuldades e contratempos, se evidenciam na identificação de expectativas nacionais, que podem contribuir para que se alcance um texto constitucional brasileiro que corresponda ao encaminhamento e solução de problemas cruciais do presente e do futuro do nosso povo. Que esteja, em suma, à altura da nossa cultura jurídica e da nossa sofrida, mas longa e tenaz experiência política. (...) Isto significa que, no termo de longos e penosos anos de autoritarismo tantas vezes nefasto, opiniões indiscutivelmente representativas de brasileiros fornecem uma lição de confiança, serenidade e compreensão, acima das paixões, ressentimentos e intransigências, mas, ao contrário, voltadas para a tolerância política, a solidariedade social e a esperança na ação coletiva em busca do bem comum".

Nesse interim, em setembro de 1983, ele fora o único brasileiro convidado a participar da Conferência Internacional sobre a Redação de Constituições, efetuada na sede da Suprema Corte, em Washington. E, ao concluir extenso informe sobre o assunto tratado, ofereceu-o "à meditação dos poderes do Estado. Imitando o Padre Antônio Vieira, seu autor, sem nada pedir, procura, mais uma vez, servir ao seu país, como é do seu dever, sendo provável que o país esqueça a pobre oferta, como é de seu costume".

A eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República pôs o ponto final no autoritarismo militar. Tancredo convidou Afonso Arinos para presidir a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, com vistas à Assembléia Nacional Constituinte, que deveria reunir-se. O presidente-eleito morreu antes de empossar-se, e o vice-presidente José Sarney, ao sucedê-lo, manteve a designação de Afonso e convocou a Assembléia. A Comissão, com o apoio da sociedade – que, consultada, contribuiu com as mais variadas sugestões –, preparou anteprojeto constitucional cujo preâmbulo, redigido por Arinos, procurou definir-lhe o alcance e as intenções: "Elaborada por uma Assembléia Constituinte livre, soberana e de poder construtivo ilimitado, segundo a tradição democrática de 1891, 1934 e 1946, enriquecida por milhares de contribuições diretas do povo, provindas de todo o país, bem como pelo trabalho de entidades profissionais e culturais e de uma Comissão do governo, apoiada em meditada experiência e animadoras esperanças, a Constituição dispõe-se a dotar o Brasil de instituições que atendam às mais sentidas necessidades do nosso povo, agora e para o futuro".

Tanto nos esforços empreendidos no Instituto de Direito Público e Ciência Política quanto nos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, era sua preocupação permanente a maior abrangência possível a ser conferida aos participantes daqueles trabalhos. Isto se repetiria, mais adiante, na Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, que viria a presidir, denotando a convicção arraigada, que ele sempre manteve e nunca ocultou, da superioridade do povo brasileiro sobre as suas autoproclamadas elites governantes.

ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

As eleições para a Assembléia Constituinte se efetuaram em novembro de 1986. O Partido da Frente Liberal convidou Afonso Arinos a disputá-las, pleitean-

do uma cadeira de senador pelo Estado do Rio de Janeiro. Pressionado por amigos e admiradores, que consideravam a contribuição do experiente constitucionalista e parlamentar indispensável à feitura da nova Constituição para o Brasil redemocratizado, Afonso anuiu, afinal. Porém, às vésperas de completar 81 anos, compreensivelmente fatigado, avisou que o fato de ceder o próprio nome para compor a chapa dos candidatos não implicava disposição a desgastar-se pessoalmente na campanha. Campanha que, por isso, fui levado a coordenar. Mas o prestígio do velho combatente de tantas lutas democráticas prevaleceu, assegurando-lhe a vitória, com mais de um milhão de votos no Estado.

A Assembléia alçou-o, então, à presidência da Comissão de Sistematização, encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição, no qual desaguariam os projetos de subcomissões e das comissões temáticas. Além de coordenar as proposições apresentadas, ele fez aprovar emendas próprias, algumas de importância, como a que estabeleceu a responsabilidade objetiva do Estado em caso de danos praticados por seus agentes. Mas ficou tão decepcionado com a derrota da que implantava o parlamentarismo, constante do anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização, que se desligou do PFL, explicando não poder continuar num partido cuja bancada, por oitenta por cento dos seus membros, se opunha a um princípio que constituía a principal razão de ser do seu retorno à vida pública. E alinhou-se entre os fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira, que tinha o sistema parlamentar de governo inscrito na plataforma política.

Sua oratória, naturalmente, perdera parte do vigor de outrora, mas era, por outro lado, mais emotiva. E sempre preocupada com a injustiça social, com a sorte dos pobres, dos pequeninos, dos humilhados, dos excluídos. Lutou, até o fim pela adoção do regime parlamentarista; explicou a própria atuação na presidência da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e da Comissão de Sistematização, que haviam preparado anteprojetos para a nova Constituição; defendeu o irrestrito poder constituinte da Assembléia contra os que desejavam limitá-lo.

Em discurso vibrante, o mais idoso dentre os congressistas virou o plenário em favor da emenda que reduzia a maioridade eleitoral para dezesseis anos, com uma exclamação memorável: "A tradição do Brasil não é dezesseis anos para eleitor, não; é quinze anos para Imperador!"

O velho historiador comemorou ainda, em nome do Congresso, o Centenário da Abolição de Escravatura, bem como o Bicentenário da Inconfidência Mineira. E foi o escolhido para falar, em nome dos seus pares, quando se promulgou a Constituição de 1998.

EPÍLOGO

Afonso Arinos morreu em agosto de 1990, aos 84 anos, em plena atividade parlamentar. Preocupado com os rumos do governo Collor, chegara a tomar anotações para um discurso que tencionava fazer sobre a conjuntura política nacional.

Quando faleceu, algumas opiniões prestigiosas, veiculadas pela imprensa, podem dar idéia das dimensões do vácuo que deixou, da claridade do farol que se apagara. Assim, Heráclio Sales sentiu-se tentado "a recair em antigo cacoete para indagar quem seria em nosso tempo, até o desaparecimento" de Arinos, "o maior brasileiro vivo; (...) o mais representativamente alteado na paisagem geral do Brasil, como José Bonifácio no primeiro Império, Joaquim Nabuco no segundo e Rui Barbosa na primeira República. Tal título cabe a homens raros, como Afonso Arinos, que o levou consigo sem deixar sucessor; homens que, além de dotados de faculdades intelectuais superiores, se transformam, pela destinação misteriosa da vida e das circunstâncias, na consciência cívica e moral de um povo, sem a preocupação suspeita de se apresentarem como seus guias". Para Vilas-Boas Correia, ele "morre como a maior figura do país. (...) Morreu como a mais importante figura do seu tempo". Marcos Sá-Correia acentuou "o tamanho do desfalque aberto por essa morte no relevo da (...) paisagem humana do Brasil," pois "não haverá ninguém como ele, caso raro e exemplar de político capaz de perceber, em todas as circunstâncias, a linha de atitudes que separa as elites das oligarquias e, enxergando, tratar como seus os interesses do país a longo prazo". Carlos Castelo Branco, sempre equilibrado e cuidadoso nos julgamentos, a fim de evitar que a paixão ou a emoção os turvassem, ao considerar Afonso "o mais completo exemplar da ilustre grei a que pertencia", finda a "vida de um patrício tocado pela causa dos pobres", não hesitou em depositar na sua celebrada coluna, pelo "desaparecimento de um grande brasileiro, (...) num luto modesto, a homenagem do admirador, do amigo e companheiro". Para José Guilherme Merquior, "Arinos resplendia numa geração cultural brasileira (...) à qual coube assumir nosso édipo histórico. Isto é, envergar, sem complexos, a roupa da nossa autenticidade social. Uma geração capaz de modernizar sem renegar origens nem recusar (...) o passado. (...) E nela brilhou, por seis decênios, a precoce estrela de Afonso Arinos, historiador e parlamentar, constitucionalista e constituinte, chanceler e embaixador, biógrafo e memorialista. O líder ciceroniano da oposição udenista. O comparatista das constituições, que acabou presidindo a fecunda Comissão preparatória da Carta de 1988. O biógrafo de Afrânio e Rodrigues Alves. O narrador chateaubrianesco (...) dos seus tomos de memorialística – os mais importantes da época, ao lado dos de Nava e Gilberto Amado. E o prosador elegíaco de Amor a Roma". *Josué Montello indagou que "se tentarmos definir Afonso Arinos, para fixar-lhe o aspecto mais relevante da personalidade extraordinária, teremos naturalmente de hesitar. O político? O literário? Ou optaremos pelo professor universitário? Ou pelo diplomata, na chefia de nossa política externa?" Pois, "na pequena nota explicativa que precede* A Alma do Tempo, *(...) eu tive a oportunidade de acentuar, depois de aludir ao político Afonso Arinos, que ele soubera ser, além de ensaísta, crítico literário, historiador, jornalista, poeta, um extraordinário memorialista. Poderia ter acrescentado: como Joaquim Nabuco. Cada qual com seu estilo, com seu modo de avivar as recordações, com seu poder de dar perenidade ao passado, mas criando simultaneamente algumas das mais belas páginas da língua portuguesa". Para Barbosa Lima Sobrinho, "o temperamento*

de Afonso Arinos não desprezava as restrições da autocrítica. Tanto mais que a ação política nunca impedira que ele deixasse de lado o momento presente, para recorrer ao julgamento do historiador. Mesmo porque a sua visão sempre fora a do estadista, que sabe fugir ao efêmero e às impressões marcadas pela transitoriedade". E reconhece que sempre encontrou nele "um dos maiores servidores do povo brasileiro, em todos os cargos que exerceu, com uma competência realmente excepcional". Guilherme Figueiredo confessou, emocionado, "uma admiração consolidada por sua obra de exaltação (...) dos brasileiros que você historiou, de sua pregação constitucionalista e parlamentarista, de sua coragem de tribuno, do homem de elite voltado à defesa dos fracos e da justiça social, da fé num futuro sem brutalidades raciais, num país de prestígio e respeito ao Parlamento que sempre foi a sua casa, (...) o embaixador da fraternidade, o educador educado, o fiel à palavra como diálogo e à palavra como honra, o estadista do Estado de direito..."

José Sarney assinalou que "Afonso Arinos foi um dos mais altos instantes da inteligência brasileira. Sobre ele, vale lembrar o que disse Aliomar Baleeiro, seu contemporâneo e companheiro, ao abrir a coletânea de estudos de Direito (...) publicada em sua homenagem: ' A Afonso Arinos de Melo Franco poderia caber a divisa e pluribus unum, *tal a versatilidade de apitidões de talentos dentro da unidade monolítica de seu espírito'. (...) A sua presença na vida brasileira foi tão intensa, que dela surgem as figuras do professor, do jurista, do historiador, do político, do escritor, do homem público, do jornalista, do crítico literário e do memorialista, todas ricas de significação. A vida e a obra de Afonso Arinos, em seus múltiplos aspectos, representa rever um grande segmento da vida brasileira contemporânea (...). Afonso Arinos foi um desses momentos raros que fazem a história dos parlamentos. Fez história e construiu um pedaço da própria história. (...) Sem o perceber, construía a imagem do que seria a sua extraordinária passagem pelo Parlamento brasileiro. Era um teórico que praticava a sua teoria (...). Era o profeta que via o que viria. (...) O orador parlamentar e o legislador se ombreiam em Afonso Arinos com o professor, o estudioso, o conhecedor profundo dos problemas políticos brasileiros. Mas o traço predominante é o seu próprio exemplo, a sua personalidade, a sua vida, o fato de que podemos repetir com ele a experiência de Plutarco em* Vidas Paralelas. *A simetria a ser estabelecida, no caso de Afonso Arinos, tem de ser necessariamente com Joaquim Nabuco. (...). Em Nabuco,* Um Estadista do Império, *e em Afonso Arinos,* Um Estadista da República. *E o que é* A Alma do Tempo, *de Afonso Arinos, senão a* Minha Formação, *de Nabuco, quer no tom da poesia evocativa, quer no gosto das idéias políticas? (...) Não se pode escrever a história da República sem os livros de Afonso Arinos. Chego mesmo à convicção de que alguns de nossos erros políticos, na experiência republicana mais recente, decorrem do fato de que não foi meticulosamente repensado, à luz dos textos de Afonso, o seu ideário político. (...) Morre Afonso, parlamentar. Talvez essa tenha sido a função que desempenhou na vida com maior prazer. É essa imagem, que não é mais sua,*

porque é da nação, que ficará. A imagem de homem que, no Parlamento, modificou, algumas vezes, a História do Brasil".

Quando foi internado, na clínica de onde não mais sairia com vida, Afonso Arinos pediu à esposa que explicasse ao líder do seu partido no Senado o motivo de saúde por que não poderia atender-lhe a convocação. Ao saber da sua morte, o líder, Fernando Henrique Cardoso, escreveu: "Quando optou pela socialdemocracia, (...) o fez pensando em dois objetivos: o de ajudar a criar um partido que fosse parlamentarista e o de dar mais vitalidade às reivindicações sociais. (...) Ele sabia que tivera influência decisiva na minha conversão ao parlamentarismo. (...) Perde o Brasil uma figura excepcional. Perde alguém que soube manter-se jovem e fiel a seus ideais de liberdade, soube deixar emergir na plenitude da vida, com mais força, os ideais de igualdade e de bem-estar social, que a lei contra o preconceito racial – chamada Lei Afonso Arinos – já prenunciava. Eu perco o amigo mais velho, o companheiro de bancada, prumo dos dias difíceis".

Homenagem a Franklin Roosevelt

12-4-1947

O SR AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, por delegação do líder do meu partido nesta Casa, o eminente Sr. Deputado Prado Kelly, junto, em nome da União Democrática Nacional, os votos da nossa reverência e da nossa saudade a todos os mais que, nesta sessão, se exprimirem em memória do grande Presidente Franklin Delano Roosevelt.

Ainda há poucos dias, li, da pena de um dos maiores críticos da literatura moderna americana, apreciação sobre livro recente surgido na grande República, em que se traçam a biografia e a carreira política do ilustre cidadão cuja memória hoje reverenciamos. E o crítico em questão salientava o que ocorria com Roosevelt, isto é, aquilo que invariavelmente acontece com as figuras dos mais destacados personagens da história, após seu passamento: estabelece-se como que uma dúvida, uma disputa, uma polêmica sobre os verdadeiros intuitos e inclinações do desaparecido.

Discutem-se hoje, Sr. Presidente, no cenário intelectual da grande República americana, as idéias e as intenções de Roosevelt, em relação aos fatos da vida presente. Esta discussão tem aspecto tanto mais interessante, tanto mais apaixonante, quanto dela participa, em lugar de relevo, um dos filhos do eminente estadista americano, que, pela proximidade diuturna mantida com seu pai, se pode arrogar o direito de conhecer, mais que qualquer outro, a sua maneira de pensar. Entretanto, Sr. Presidente, como bem salienta o crítico de que há pouco me ocupava, não devemos interpretar os homens através de conjecturas *post mortem*, mas encarar as ações e diretrizes de sua vida pelo que elas representam de concreto, pelo que incorporaram de positivo ao cenário da história. Nesta ordem de idéias, devemos considerar a figura do grande presidente, não segundo as intenções menos conhecidas ou os propósitos menos públicos que se lhe atribuam, mas, ao contrário, de acordo com as conseqüências objetivas de sua ação – sua ação gigantesca, sua formidável ação pública – que alterou todo o cenário da história contemporânea.

Assim, o grande Presidente Roosevelt foi, mais e acima de tudo, o homem que conseguiu forjar, que conseguiu reunir, que conseguiu acumular, em uma só e impetuosa direção, todas as forças vivas do mundo na defesa da democracia. Esta a

enaltecedora missão, este o grande significado, esta a mensagem, o legado máximo que nos deixou. Mostrou, numa hora de crise mundial, que é possível a um esclarecido espírito, como o seu, coordenar, juntar, impulsionar, na mesma direção, forças aparentemente díspares para um objetivo comum. Eis o que o Presidente Roosevelt conseguiu para o seu país e para o mundo. Como e por que obteve Roosevelt esse magnífico resultado? Porque representava, na sua personalidade grandiosa e multiforme, na linha evolutiva de sua cultura pessoal, no destino que a história lhe abriu, a verdadeira significação da democracia. Porque Roosevelt era o povo aliado às elites, era a elite intelectual e a elite moral e social da grande República, cumprindo a histórica missão de trabalhar para o bem das massas populares. Com o seu nome aureolado de glórias, nome que vinha das origens mesmas da nacionalidade americana, condensava o que havia de mais puro na linhagem aristocrática de sua pátria. Por outro lado, a sua sensibilidade aberta a todos os reclamos da nova humanidade, o seu coração, que era um porto a oferecer sempre guarida, abrigo, a todas as dificuldades e a todos os sofrimentos das massas; a sua cultura permanentemente voltada para o presente e para o futuro; o seu saber político; a sua prodigiosa capacidade de distinguir, dentro das situações complexas, o núcleo central sempre puro do verdadeiro interesse comum, todas essas qualidades que possuía, em grau elevado, faziam dele o que disse há pouco, isto é, o símbolo da democracia, porque esta é a possibilidade da junção das elites com o povo, essa possibilidade de assimilação das forças populares com os homens que têm de realizar a estrutura superior do Estado.

Eis o que era o eminente estadista: a união das forças profundas de sua nação, condicionadas, dirigidas e esclarecidas pelos mais altos aspectos intelectuais da cultura norte-americana.

Nesta Casa, nesta sala, neste recinto, onde hoje falamos, ecoou certa vez a sua nobre voz. Estamos recordados todos quantos tiveram a fortuna de vê-lo, todos que receberam suas palavras, senão pelas ondas milagrosas do rádio, pelo conhecimento que delas tiveram por meio dos jornais – todos nos recordamos do que foi a empolgante oração que ele proferiu aqui.

Aqueles que o viram transpor os umbrais deste recinto, agrilhoado pela terrível moléstia que ainda mais exalçava suas qualidades insignes – porque a vitória sobre essa moléstia representava, mais do que em qualquer outra biografia humana, o poder do espírito sobre o corpo, da força de vontade sobre as inclemências e as fraquezas da carne – todos nós, que o ouvimos, desta tribuna, guardamos a recordação da sua maravilhosa mensagem de confiança e de paz no futuro das Américas.

Sr. Presidente – se me fosse permitida uma recordação pessoal – lembraria que, naquele momento, encontrava-me em casa do ilustre diplomata brasileiro Afrânio de Melo Franco. Sentados os dois na pequena sala de sua velha residência, em Copacabana, ouvíamos, sozinhos, um frente ao outro, o discurso que o Presidente Roosevelt pronunciava da tribuna desta Casa.

Não me esquivarei de relatar a V. Exª, Sr. Presidente, que a certa altura, Roosevelt citou o nome daquele ilustre chanceler patrício, entre os homens aos

quais deve a América muitas das suas condições de fraternidade e de paz. Não me furtarei a relatar a V. Exª, Sr. Presidente: que dos olhos daquele diplomata brasileiro marejaram lágrimas comovidas, na segurança do verdadeiro reconhecimento e da maior das consagrações aos seus esforços.

Daqui falou Franklin Delano Roosevelt e daqui aconselhou, às Américas e aos que o ouviam, a confiança na paz e na segurança dos destinos do nosso continente.

Lembro suas eloqüentes palavras e delas fazendo o sentido final do meu discurso, peço aos Senhores Deputados recordem que o Brasil marchará para a frente; mas que não nos devemos esquecer de que marchará na paz, sem exacerbar, sem aprofundar, sem transformar em questões irremediavelmente insolúveis, as divergências doutrinárias que nos separam, pois, conforme a lição do grande Presidente nos autoriza a crer, é possível reunirmos todas as nossas opiniões políticas, confundirmos todas as nossas orientações doutrinárias, para, apoiados nelas, trabalharmos pelo futuro da democracia no Brasil e no mundo. (*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

Comissão de Leis Complementares da Constituição

12-5-1947

O SR. AFONSO ARINOS (*Para encaminhar a votação, lê o seguinte discurso.*) – Sr. Presidente, é ponto assentado, entre os melhores cultores do Direito Público, que a divisão clássica das constituições em escritas e não escritas não pode ser tomada rigidamente. A Constituição inglesa, paradigma de lei fundamental costumeira, apóia-se, de fato, em numerosos textos escritos. Reciprocamente a Constituição americana, modelo reconhecido de lei constitucional escrita, incorporou à sua prática mais de um elemento introduzido pelo costume.

E não é somente por incorporar costumes ao texto formal que as constituições chamadas escritas deixam de corresponder à designação. É também porque, em muitos casos, as suas provisões não bastam, por elas mesmas, para assegurar a execução das medidas que assentam. O texto escrito da constituição deixa, assim, de ser auto-suficiente, ou, para empregar a expressão técnica consagrada, deixa de ser auto-aplicável, exigindo o auxílio de toda uma legislação complementar. Pode-se, portanto, afirmar, que nenhuma constituição é completamente escrita. Todas necessitam, para a construção do seu mecanismo, de textos complementares que as interpretem e as enriqueçam.

Legislação Complementar

Devemos acentuar desde logo o caráter extraordinário desta legislação complementar. Não se pode identificar a lei complementar da constituição com a lei

constitucional. Esta última é a própria constituição, ou com ela se confunde. O conceito de constituição escrita – observa Carl Schmidtt na sua *Teoria da Constituição* –"não enuncia outra coisa senão que a constituição é igual a uma série de leis constitucionais. Mais além do conceito de lei constitucional se perde o conceito de constituição". A lei constitucional, por conseguinte, no regime de Constituição escrita que é o nosso, corresponde exatamente a uma emenda à Constituição, é só com as cautelas expressas dentro desta pode ser elaborada.

Entre as aberrações mais espantosas, as incongruências legais mais extraordinárias do chamado Estado no Brasil, salienta-se sem dúvida, a expedição de leis constitucionais em flagrante desobediência aos próprios preceitos da Carta de 1937 sobre as emendas ao seu texto. A chamada Constituição de 1937 era rígida, isto é, a sua reforma só se faria por processo especial, diferente do da legislação ordinária. O então Chefe do Governo estava impedido, pelo art. 13 da Constituição que outorgou, de expedir decretos-leis modificativos da mesma, ainda no período de recesso do Parlamento. No entanto, baseado no art. 180, que não lhe dava competência para isto, o ditador reformou por nove vezes a lei magna, que de resto só pôs em vigor as exceções.

Voltando à legislação complementar exigida pelas constituições insistamos em que ela é toda de caráter ordinário, e, por isto mesmo, a sua confecção é da inteira competência do legislativo ordinário.

A este propósito Tomaz Cooley, famoso constitucionalista americano, escreve no seu clássico livro *Tratado das Limitações Constitucionais*:

"Ainda que nenhuma das disposições de uma constituição possa ser considerada simplesmente esclarecedora, a verdade é que algumas existem que são tão incapazes de execução compulsória quanto geralmente as provisões que traçam diretrizes. A razão disto é que, embora o propósito seja de estabelecer direitos sem impor deveres, não contêm elas regras por meio das quais tais direitos possam ser protegidos ou tais deveres impostos. Nestes casos, antes que a medida constitucional possa ser efetivada, deve ser provida de legislação complementar".

As próprias constituições solicitam muitas vezes, no seu texto, o auxílio da legislação complementar ao se referirem à regulamentação, por lei ordinária, deste ou daquele dispositivo. No Brasil a Constituição de 1891, instrumento de uma época feliz de estabilidade econômica e paz social, estabeleceu apenas as grandes linhas de organização do Estado. Já o natural aumento da complexidade dos negócios públicos e a instabilidade geral do mundo contemporâneo fizeram com que as cartas modernas tivessem o seu âmbito de ação muito desenvolvido e, conseqüentemente, o seu material dispositivo muito mais variado. A Constituição de 1891 possuía 91 artigos, enquanto a de 1934 continha 137 e a vigente apresenta não menos de 218. Evidentemente, tendo de prover a tantos e tão diversos assuntos, as modernas constituições generalizam o mais possível as suas regras, e fazem, por isto mesmo, apelo largo à colaboração do poder legislativo ordinário. Se fizermos uma comparação, sob este aspecto, das cartas republicanas, veremos que, enquanto a de 1891 apelou menos de vinte vezes para o concurso da lei ordinária, a de 1934 deixa a cargo desta lei

a regulamentação de quase cem dos seus dispositivos, enquanto a de 1946 eleva este número acima de centena.

Disposições auto-aplicáveis

O primeiro trabalho exigido pela Constituição de 1946 é reconhecer quais são as suas disposições auto-aplicáveis.

Esta expressão pode ser compreendida no sentido geral ou no particular. No geral, são auto-aplicáveis todas as disposições constitucionais que contenham em si mesmas os elementos suficientes para a execução das medidas que promovem. Habitualmente pertencem a este gênero os artigos que se referem à organização federal e à definição e atribuições dos mais altos poderes políticos do Estado.

No sentido restrito são sempre consideradas auto-aplicáveis, segundo a lição de Rui Barbosa, as disposições constitucionais que versem sobre os seguintes assuntos:

1º – As proibitivas, porque, como adverte Rui, "a norma proibitiva encerra em si mesma tudo quanto se há mister para que desde logo se torne obrigatória a proibição, embora a sanção contra o ato que a violar ainda não esteja definida".

2º – As declaratórias de direitos, porque, sempre ainda nas palavras de Rui, "a declaração de um direito individual pela Constituição importa na imediata aquisição do direito assegurado e na proibição aos particulares e às autoridades de o violarem".

3º – As que contêm isenções fiscais expressamente declaradas mesmo que a lei fiscal ordinária não tenha ainda disposto sobre o assunto.

Disposições não Aplicáveis Automaticamente

Cooley, na obra citada, assim se expressa sobre a caracterização das disposições constitucionais que exigem complemento legal:

"Uma provisão constitucional não é auto-executável quando indica simplesmente princípios, sem estabelecer regras por meio das quais a estes princípios possa ser atribuída força de lei."

Rui Barbosa se expressa sobre o assunto quase com as mesmas palavras:

"As determinações constitucionais que apenas estabelecem princípios não se podem executar enquanto uma lei não as tornar executáveis, organizando-lhes esse mecanismo de que a Constituição, por seu texto, as deixou destituídas".

Na Constituição de 1946, conforme tive ocasião de recordar, numerosas são as determinações incapazes de se fazerem executar por si mesmas. Mas, por mais variados que sejam estes princípios, pertencem todos a um mesmo corpo que é a Constituição Federal. Eis porque o trabalho de elaboração legislativa, visando a transformação de tais princípios em leis, deve obedecer ao critério da homogeneidade. Se estudar em conjunto as leis que se fazem necessárias, o Poder Legislativo estará aparelhando o país com um sistema coerente de normas indispensáveis, sistema elaborado sob as mesmas influências históricas, os mesmos princípios doutrinários e os

mesmos ideais políticos que regeram a criação da lei magna cujo aprimoramento se procura. O atual Poder Legislativo é mais do que indicado para esta alta função, visto que foi ele próprio, na sua fase Constituinte, que criou a Constituição. Estará, portanto, em condições excepcionais para completá-la sem lhe desvirtuar o espírito de que é autêntico intérprete.

Aspectos da Nossa Evolução Constitucional

A primeira Constituição republicana era uma lei de caráter marcadamente político, no sentido menos extenso da expressão. Sua preocupação dominante foi a de organizar o aparelho do Estado no que concerne ao estabelecimento, à definição e às atribuições dos poderes políticos, isto é, dos poderes públicos tomados na sua estrutura mais formal do que substancial, mais estática do que dinâmica, operativa ou social. Devemos aliás reconhecer que, nas condições históricas mundiais e nacionais que cercaram o advento da Constituição de 1891, o problema brasileiro era também predominantemente político. A Constituição estava pois, plenamente de acordo com a sua época. Mas as épocas mudam. Por isto a prática da Constituição de 1891 foi, aos poucos, lhe desvendando os pontos vulneráveis. A princípio estes pontos foram todos de ordem política, e diziam respeito a situações formais, como o estado de sítio, a intervenção nos estados, a temporariedade dos mandatos eletivos não federais. Porém sob a pressão de acontecimentos históricos que abalaram o mundo, sobretudo a partir da primeira grande guerra, outros problemas, estes de ordem econômico-social, foram-se erguendo para os exegetas da Constituição. Daí os termos da reforma de 1926, que, ao lado de alterações de cunho político, como a que se referia à intervenção nos estados (art. 6º), introduziu outras que procuravam disciplinar situações de caráter econômico ou social, como a que modificou o regime de propriedade das minas (art. 72, § 17), a que previu uma legislação especial para o trabalho, (art. 34 nº 28), ou a que deu ao governo autoridade para intervir no livre jogo das forças econômicas (art. 34 nº 5). Basta considerarmos estas duas emendas, preparatórias da legislação trabalhista e da economia dirigida, para se ver como a mutação dos tempos tinha tornado imperiosa à evolução do nosso estatuto básico de maneira que assombraria ao prisma liberal e à ortodoxia contista dos homens de 1891.

Estas alterações não impediram que a carta de 1891 conservasse seus lineamentos gerais marcadamente políticos. A revolução de 1930, cujos fundamentos econômicos e sociais ainda não foram bem estudados, é que veio fixar na Constituição que engendrou a multiplicidade dos novos interesses nacionais, que exigiam expressão e defesa dentro da organização do Estado. É por isto que a Constituição de 1934, seguindo mais ou menos a ordem adotada pela sua antecessora na disposição dos assuntos relativos à organização política, acrescenta ao texto vários títulos novos, e que aquela não cogitou, referentes aos grandes problemas humanos em que a ação do Estado moderno se faz sentir com intensidade cada vez maior.

A Constituição de 1946 é feita no modelo da de 1934, com algumas coisas melhores e outras piores. Entre as melhores salienta-se a supressão do Poder Legislativo classista, experiência fascistizante bem característica da confusa mentalidade política da época que ficou entre as duas guerras mundiais. Entre as coisas piores podem ser indicadas o excessivo rigor na defesa da propriedade, como, por exemplo, quando erige em princípio constitucional a discutida tese do direito adquirido ou quando obriga o pagamento em dinheiro da desapropriação, e também a supressão da delegação de poderes; conseqüência talvez de um demasiado escrúpulo na defesa do Legislativo. De qualquer forma, tomada em conjunto, a carta vigente é de desenvolvimento histórico da que foi votada em seguida à revolução de 1930, podendo-se mesmo considerá-la como a expressão apurada das tendências político-sociais daquele movimento, as quais podem ser resumidas na expressão "liberalismo do século XX". Isto é, liberalismo que visa não somente a liberdade política, mas também a libertação econômica e social das grandes massas.

A Constituição de 1946 e as Leis Complementares

Sem o intuito de estudar pormenorizadamente o assunto, e apenas para fornecer ao plenário uma idéia mais concreta dos motivos que favorecem a criação de uma Comissão Especial de Leis Complementares da Constituição, indicarei a seguir alguns aspectos mais relevantes do problema, tal como se apresenta na Constituição de 1946.

O Título I, destinado à Organização Federal, embora com os seus 123 artigos contenha mais da metade da Constituição, é o que menos solicita a colaboração da lei ordinária. Fato que se explica pela circunstância de ser o Título I em grande parte destinado a estabelecer o aparelho político do Estado, e, como vimos, serem as disposições de natureza política geralmente auto-aplicáveis. Entretanto, na parte não estritamente política deste Título, parte inexistente na Constituição de 1891, exige a Carta de 1946 complementos importantes. Assim a reforma indispensável da legislação eleitoral e da organização dos partidos políticos.

O Título II, referente à Justiça dos Estados, não impõe deveres ao Legislativo federal, mas aos estaduais. O título III trata do Ministério Público, e não oferece exigência marcante para o nosso tema. Já o Título IV, que corresponde à Declaração de Direitos, reclama uma série de leis importantes no legislador ordinário, seja inteiramente nova, seja visando alterar as existentes. Entre elas a de naturalização, a de imprensa, a de direitos autorais, a de adaptação ao meio nacional de profissionais diplomados no estrangeiro.

Muito importante para o nosso caso é, sem dúvida, o Título V, que dispõe sobre a ordem econômica e social.

O problema da coexistência da democracia política com as normas que atendam à melhor distribuição das oportunidades econômicas e com a elevação social dos trabalhadores se encontra na base de todas as tentativas reformistas do Direito

Constitucional. O resultado concreto dessas tentativas pode ser traduzido nesta observação: as constituições modernas não procuram somente controlar as condições econômicas e sociais da vida coletiva, mas o fazem criando no seu texto e fora dele órgãos especiais de controle econômico e social, que exerçam, no campo de ação respectivo, função semelhante à conferida aos órgãos políticos para o exercício das atribuições políticas.

O século dezenove foi caracterizado pela conquista constitucional dos direitos individuais de natureza política, formulados com largueza e eloqüência pelos pensadores do século dezoito. O século vinte se vem caracterizando pela conquista constitucional dos direitos sociais, também de ordem política, formulados com igual amplitude e vibração pelos pensadores do século dezenove. Cada época moderna vai realizando, assim, no direito positivo, as formulações teóricas da época precedente. Creio que foi Renan quem disse: lentamente, mas incessantemente, a humanidade executa o sonho dos sábios.

Pode-se considerar a Constituição alemã de 1919 como sendo a pioneira do novo constitucionalismo democrático do século vinte, visto que a Constituição soviética de 1918 já impunha a confessada ditadura de classe, que até hoje afasta aquela nação da prática da democracia política, tal como a entende a doutrina ocidental. Foi a Constituição de Weimar que inaugurou os Conselhos Econômicos (art. 165) destinados a impulsionar as forças da produção e a primeira que reconheceu expressamente a evolução do conceito de propriedade do estágio subjetivo – o *dominium* tradicional – para a noção social que não pode ser exercida em prejuízo dos interesses coletivos.

Estes e outros grandes princípios do direito moderno, passaram da Constituição alemã para admirável Constituição espanhola de 1931, brutalmente suprimida pela ditadura fascista de Franco, e para várias outras leis básicas modernas, inclusive a francesa e a brasileira de 1946.

Referindo-se à aplicação do Título V da Constituição vigente, escreve o professor Cesarino Júnior no trabalho *O Direito Social na Nova Constituição*:

"A tarefa dos legisladores ordinários se reveste, no momento, de importância quase tão grande como a dos constituintes. Oxalá saibam eles estar à altura dessas responsabilidades colocando acima dos interesses políticos do momento as mais elevadas preocupações com a manutenção da paz social".

Vejamos algumas leis importantes tornadas necessárias pelo Título V, das quais o Poder Legislativo deve-se ocupar desde logo.

O art. 148 exige uma lei que reprima o abuso do poder econômico. Quem conhece a influência das leis antitruste nos Estados Unidos, pode bem aquilatar o alcance desta medida. O art. 155 recomenda a fixação do homem desajustado no campo. É outro gravíssimo problema nacional, acentuado nestas épocas de inflação e concentração urbana. O art. 157 conta com numerosas inovações.

No nº I cria o salário mínimo familiar, medida da maior justiça mas que precisa de uma leis especial que a execute. Quer adotemos o sistema das caixas de com-

pensações, quer qualquer outro, é indispensável agirmos logo, para premiar a família, protegida pela Constituição. O nº IV estabelece obrigatoriamente a participação do trabalhador nos lucros da empresa. Eis aí outro assunto da maior relevância que necessita imediato estudo e solução. O nº XII inova a estabilidade do trabalhador rural, estendendo a este grande pária da civilização brasileira, uma das garantias já conferidas ao seu irmão das cidades.

Os arts. 158 e 159 tratam dos delicados assuntos da regularização legal do direito de greve e da autonomia sindical. Ambos ficaram a critério da lei ordinária, e tão importante são que ninguém poderá negar a urgência da sua solução.

Para completarmos esta enumeração que já vai longe, apesar de não conter senão o essencial e talvez nem todo ele, podemos aludir ainda à futura lei que regule a instrução dos empregados, custeada pelas empresas, prevista no Título VI, da Educação e Cultura, e a que instituirá o Conselho Nacional de Economia, órgão fundamental de planejamento econômico previsto no Título IX das Disposições Gerais.

A Comissão Especial de Leis Complementares

Eis, em poucas palavras, algumas das razões determinantes da iniciativa que submeto à aprovação dos meus nobre colegas.

A Comissão Especial, no meu entender, não deve nem pode centralizar com exclusividade o trabalho da legislação complementar da Constituição. Sua existência em nada interfere com a iniciativa, seja individual dos Senhores Deputados, seja das comissões permanentes ou especiais.

O que a vai caracterizar é apenas a obrigação de trabalhar com afinco num setor que até agora está, como os demais, deixado livre à iniciativa parlamentar.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Todos podem e ela deve.

O SR. AFONSO ARINOS – Evidentemente. Este o propósito, Vossa Excelência acaba de, em feliz aparte, sintetizar meu pensamento.

E o que me parece incontestável é que a Câmara deve criar um órgão com jurisdição obrigatória neste terreno, que não pode ser deixado ao acaso das iniciativas esparsas. Que me seja permitido insistir no dever que nos cabe, lembrando mais duas opiniões de Cooley e Rui Barbosa. Algumas vezes – observa Cooley – a Constituição requer expressamente do Legislativo que adote leis sobre determinados assuntos, e é óbvio que tal requerimento tem apenas uma força moral, mas o Legislativo deve obedecer-lhe". E Rui concorda: "As constituições não têm o caráter analítico das codificações legislativas. Ao legislador cumpre ordinariamente, revestir-lhes a ossatura delineada... e lhes dar capacidade de ação."

É minha sincera convicção, Senhores Deputados, que ao terminardes o grande trabalho que vos é requerido pela Constituição, tereis bem merecido da pátria e pres-

tigiado, aos olhos de toda a nação, a democracia republicana. (*Muito bem! Muito bem! Palmas.*)

Centenário do nascimento de Afonso Pena

1º-12-1947

O SR. AFONSO ARINOS (*) – Sr. Presidente, Joaquim Nabuco, em frase famosa, apelidou a Bahia de *Vírginia brasileira*.

De fato, no largo panorama do Império, o grande Estado ofereceu ao Brasil uma coorte de figuras admiráveis na vida política.

De Calmon a Saraiva, foi, realmente, espetáculo surpreendente a fecundidade baiana em brindar o Brasil com altos vultos de eloqüência graciosa, de ação sutil, de cultura superior e de inteligência construtiva.

Se, porém, o historiador imparcial desejasse significar ou simbolizar em três retratos únicos as fisionomias mais características de que se revestiu o regime imperial, tenho para mim – sem qualquer eiva de vaidade regionalista – que seriam três rostos mineiros que surgiriam nos três retratos aludidos.

O Império teve, no desenvolvimento de sua linha política, três fases nìtidamente características, uma, por assim dizer, de construção, de elaboração do mecanismo parlamentar, que pode ser sintetizada na ação formidável de Bernardo de Vasconcelos, a quem o mesmo Nabuco chamou *gigante intelectual* e a quem cronista estrangeiro cognominou o *Mirabeau brasileiro*.

Se mais tarde, pretendêssemos indicar, por meio de expressiva figura a fase de estabilização das instituições e funcionamento regular da política imperial, encontraríamos o Marquês do Paraná, essa figura cuja inteligência e cultura longe estavam da do preclaro predecessor que acabo de nomear.

Paraná, denominado o *Cabeça fria*, que aliava a astúcia à serenidade e ao senso da oportunidade, representou, em verdade, a fase de estabilização da vida política do Império.

Se, posteriormente, desejássemos lobrigar terceira figura exponencial do regime, os traços que antecipavam a decadência do Império e anunciavam a aurora republicana, ninguém melhor do que Teófilo Otoni serviria para caracterizar essa etapa de transição.

Teófilo Otoni representou, em sua vida fecunda, a síntese da tradição liberal mineira do princípio ao fim do segundo Reinado.

A sua figura se agigantava nos horizontes da pátria; participou de todas as lutas; enfrentou todos os riscos; deu com a sua pessoa e com o seu destino uma grande

* Não foi revisto pelo orador.

lição ao Brasil, pois foi da escola de Teófilo Otoni, dessa tradição imorredoura do pensamento liberal de Minas Gerais, que brotou a figura por todos os títulos grandiosa que hoje reverenciamos.

Afonso Pena, na sua larga vida, na sua fecunda existência, foi sempre um liberal de Minas, sempre foi um filho dileto daquele pensamento que Teófilo Otoni simbolizou. Ele aparece, aliás, no cenário nacional, pouco após o choque terrível de 1868, no qual um golpe autoritário da Coroa desvendou perante a nação a fragilidade estrutural do regime representativo parlamentar que então se praticava.

Afonso Pena surgiu – repito – no cenário federal, em seguida à dissolução de 1868 e à formação escandalosa da nova Câmara majoritária e conservadora de 1869. Surgiu, pois, imbuído daquele espírito bravio, de resistência que caracterizou a nova geração liberal, posterior a êsses acontecimentos.

Dessa geração liberal não partiu, apenas, a pregação quase romântica, a pregação de fundo abstrato e individualista a que o Partido Liberal habituara o Brasil; partiram também os anseios de ação direta, por meio do grupo chamado das *liberdades históricas* e, principalmente, da ala conhecida sob o nome de *radical-liberal*. Dos *liberais históricos* surgiram os *radicais*; dos *radicais*, os *republicanos*. Foi esta uma linha coerente de desenvolvimento natural das forças internas do liberalismo: do liberalismo à República. Do liberalismo de Afonso Pena à República de 1889 havia poucos passos a se transpor. Havia o problema político da Federação e o problema econômico da nova lavoura do café. Os liberais apresentaram-se ao país conseqüentemente, baseados em um desses dois alicerces de ação política: ou bem representavam os interesses econômicos das novas zonas de lavoura ocupadas pela rubiácea, após a decadência do café imperial na bacia do rio Paraíba, em seguida à abolição, ou bem representavam o objetivo e o ideal político federalista que correspondia desde os princípios de vida independente a uma barreira de franquia e garantia constitucionais.

Em Minas, a situação se apresenta com acentuada nitidez, porque nós, mineiros, nos preparamos para a República levados por esse duplo impulso, por esses ímpetos paralelos. A zona do sul e a zona da mata entraram a participar do sistema econômico da nova lavoura cafeeira, que se desenvolvia em São Paulo, na região de Campinas para o noroeste e o oeste. Isso explica, em grande parte, que a República ou, pelo menos, que a primeira República, em Minas, tenha sido um regime de predomínio político dessas zonas, onde se concentrava a grande produção cafeeira.

Por outro lado, a República entrou em Minas por intermédio da pregação liberal, da pregação intelectual, da pregação teórica, da pregação, vamos dizer, doutrinária e desligada dos interesses econômicos propriamente ditos, e o problema que sintetizava essa pregação, o núcleo de atração de todas essas forças intelectuais, era, precisamente, a questão federal, a defesa da federação, a implantação do federalismo.

Neste particular, Afonso Pena era um homem representativo da mentalidade pública republicana; era o epígono do regime imperial e um escoteiro, um pioneiro do regime republicano. Ele se situava à vontade; ele se situava, sem esforço nem

constrangimento, ao lado de outros homens que, com ele, chegaram à República, por meio do desejo da federação, homens como Cesário Alvim, homens, como o maior de todos os demolidores do Império, que foi Rui Barbosa.

Falei-vos em Rui Barbosa, falei-vos em Afonso Pena. Justo será que ocorrera à minha mente, como às vossas, os nomes de outros companheiros de geração, que com ele compuseram aquela floração admirável com que a primeira República encheu a primeira metade desse século brasileiro. Justo é que se lembre o segundo Nabuco e o segundo Rio Branco; justo é que se memore um conselheiro como Afonso Pena e como Rui Barbosa, que foi Rodrigues Alves.

Essa República de conselheiros e de doutores, essa República de intelectuais e de letrados, foi uma grande República, foi uma República que enfrentou, com modéstia, bravura e serenidade, problemas que mais tarde tivemos a vaidade de saber que só poderiam ser resolvidos por técnicos.

O Sr. Flores da Cunha – Sobretudo a transformação do regime.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª tem toda a razão. Sobretudo a transformação do regime.

Dizia eu, porém, Sr. Presidente, que Afonso Pena chegou, naturalmente, por intermédio do federalismo, à República. Na República, depois de proclamada, juntou-se ele a um homem que poderia ser chamado, com alguma ternura, pois bem o merece, o mosqueteiro de Minas; juntou-se a esse velho endurecido nas lutas, mas que conservou sempre a flama da juventude no coração – Cesário Alvim. E, ao lado de Cesário Alvim, Afonso Pena representou, em Minas, uma política admirável de compreensão e de tolerância, um esforço grandioso de acolhimento e de receptividade para todos os valores provinciais que, embora, como eles, não se inscrevendo entre o grupo reduzido dos propagandistas, como eles pretendessem colocar suas atividades e devotamento a serviço da causa nacional.

Para isto, o seu primeiro passo foi o de colaboração decisiva na reestruturação da vida constitucional do país. A ação que desenvolveu na Assembléia Constituinte responde, por inteiro e por miúdo, aos seus anseios de liberal. Tratava-se de organizar coisa cara, inscrita nos programas liberais desde 1868, tratava-se de organizar a máquina autônoma da administração e da política mineiras.

O meu povo de Minas, a minha terra mineira jamais esquecerão o que foi a presença paternal, isto é, a presença capaz de compreender, de orientar e de servir, de Afonso Pena, no decorrer dos debates da Constituinte.

Eis porque não foi surpresa para ninguém, senão para ele próprio, que geralmente se surpreendia com as justas honras que os seus méritos reclamavam, o fato da sua convocação imperiosa à presidência do Estado de Minas Gerais, em seguida à dramática luta política que não desejo aqui rememorar, e que terminou pela admirável renúncia de Cesário Alvim.

Investido dos poderes do governo alvo de confiança não só dos seus conterrâneos, mas de toda a nação, Afonso Pena teve sagacidade bastante, equilíbrio sufi-

ciente, tino e sabedoria para prestigiar a ação de Floriano, consolidar o que nele havia de representativo da ordem legal, sem jamais atrelar Minas ao carro da ditadura nem aos despojos da tirania.

Este foi o seu grande momento, em matéria de política.

Colocou-se contra as revoltas que o ímpeto bravio dos gaúchos e a coragem sem mácula de certos combatentes alçaram no Rio Grande como um pendão de terremoto. Afonso Pena colocou o prestígio e a força do seu Governo ao lado da legalidade, mas nunca, nem por um só momento, por um só instante, jamais, no Brasil, se articulou contra ele que tivesse arrastado a bandeira da inconfidência diante da ditadura. O que sustentou foi a lei, o que defendeu foi o governo legalmente constituído e o que salvou foi a honra da nação.

Mas, Sr. Presidente, além desta atitude política, que mais consolidou seus títulos perante a gratidão dos brasileiros, outros serviços inestimáveis lhe ficou devendo a comunhão mineira: em primeiro lugar, o decidido apoio, o apoio persistente, paciente e incansável que ele ofereceu aos jovens mineiros que deliberaram fundar em Minas Gerais os cursos jurídicos.

Afonso Pena tinha pertencido a uma das mais gloriosas gerações da Faculdade de Direito. Foi aplicando os ensinamentos que bebera sob as arcadas, que ele tanto pôde contribuir para a solução dos problemas administrativos e para o afastamento dos vícios políticos que ensombravam a nação.

Era, por conseqüência, justo, era por conseqüência, compreensível o seu apego à tradição legalista e jurídica. E foi assim, com grande alegria, com o maior desvanecimento, que ele aceitou o convite que lhe foi feito para presidir aquele pugilo de jovens que estabeleceram, em Ouro Preto, a Faculdade Republicana de Direito.

Posso falar, porque ouvi de meu pai, que foi o primeiro secretário dessa Faculdade, então Procurador da Justiça Federal na capital mineira, muitas vezes o testemunho ou a narrativa das tardes que passava em companhia do Conselheiro, no palácio da presidência despachando, com amoroso e burocrático cuidado, todos os papéis relativos à vida daquela entidade.

Mas, Sr. Presidente, outra atividade e esta de caráter popular, mais larga, reclamava, em breve, as atenções do grande Presidente. Tratava-se de incorporar à civilização mineira todo um largo trato de seus territórios, abandonado e deserto pelas circunstâncias peculiares à colonização e bandeirismo.

O Sr. Agamemnon Magalhães – Entre as ações beneméritas do Conselheiro Afonso Pena, cultor do direito, como homenagem e estímulo ao estudo jurídico no Brasil, peço a V. Exª para citar seu gesto, mandando construir o belo edifício da Faculdade de Direito de Recife, como preito de gratidão daquele centro da intelectualidade do país.

O SR. AFONSO ARINOS – Consigno, com grande satisfação o aparte do nobre deputado, professor Agamemnon Magalhães, no sentido de que o Presidente Afonso Pena foi quem construiu a Faculdade de Direito de Recife. Agradeço a V. Exª.

Dizia eu, Sr. Presidente, que o que caracteriza a civilização brasileira e, até certo ponto, a americana, não é a luta de raça entre si, porque na nossa história, a diferença de nível cultural e técnico entre a raça invasora européia e a autóctone e aborígene, era grande de mais, para que o combate entre elas existente pudesse oferecer qualquer dramaticidade. Dramática foi a extinção dos índios, não, porém, a luta sustentada contra os invasores. No Brasil, como nos Estados Unidos, não são os conflitos dos povos de cultura, de religião, que perfazem e consubstanciam o substrato da história nacional ou continental, como ocorreu na Europa. No Brasil, a batalha dramática é do homem contra o deserto, é da civilização contra a barbárie, é a tentativa desesperada de construir diante do vazio, do imponderável, da negação, do caos.

Este é o drama americano.

Por isso o fenômeno bandeirista, a que damos o nome de bandeirismo, e que tem, nesta casa, cultores eminentes, como assunto da nossa historiografia, e não quero ir além a citação do nome do nosso colega Aureliano Leite...

O Sr. Aureliano Leite – Obrigado a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – ... esse fenômeno, por não ser tipicamente brasileiro, não é, tampouco, característico de determinada etapa da nossa evolução. O bandeirismo é um traço de evolução sociológica americana, e ele sobreexiste, permanece por meio dos séculos: tivemos o bandeirismo do século XVI; tivemos o grande bandeirismo paulista, do século XVII; tivemos o bandeirismo do ciclo de ouro, do século XVIII; tivemos o bandeirismo do século XIX, da mesma maneira que hoje assistimos ao bandeirismo do século XX.

A nova capital de Goiás é um espetáculo bandeirante, tão bandeirante em suas essências quanto a fundação de Mariana e Paracatu.

Ora, Afonso Pena representou, no governo, uma figura pinacular, uma figura exaltada daquela mentalidade bandeirante, daquele espírito de bandeirismo caracterizado, como referi há pouco, pelo desejo de alargar as fronteiras internas do país, pela necessidade de incorporar aos benefícios da civilização e da cultura largas extensões territoriais e largas massas populares que vivem como marginais dentro da sua própria terra.

Neste sentido, Srs. Deputados, é que se deve compreender o fenômeno da fundação de Belo Horizonte: bandeirismo burocrático, bandeirismo de colarinho duro e camisa engomada, bandeirismo de *pince-nez* de aro de ouro e chapéu de pelo. Este, o bandeirismo do século XX e temos em Afonso Pena, na persistência, na bravura, na diligência, no esforço com que resistiu aos óbices dos retrógrados e dificuldades dos céticos, temos em Afonso Pena um bandeirante do século XIX, que pode ser comparado às figuras mais significativas do bandeirismo nacional.

Seu governo terminou, antes que lhe tivesse sido possível coroar, com a sua presença, na qualidade de Chefe de Estado, as cerimônias da transmutação da capi-

tal mineira, obra por ele admirávelmente secundada. Aliás, justo é que consignando este preito de reconhecimento ou de homenagem à ação de Afonso Pena, na oportunidade da transferência da capital, não esqueçamos, tampouco, aqueles que o antecederam e aqueles que o sucederam no mesmo esfôrço.

É curioso relembrar até – e isto me ocorre neste momento – que tanto a mudança da capital quanto a fundação dos cursos superiores, por conseqüência, um como outro dos objetivos principais do governo Afonso Pena, já tinham sido entrevistos e fixados pelos inconfidentes. Os inconfidentes pressentiram antes que a presença da capital de Minas no Ouro Preto, numa ocasião como aquela, em que estava em decadência a civilização do ouro, representava uma dificuldade à expanção econômica da Capitania. Por isto mesmo desejavam que a capital de Minas se transferisse para zonas mais ferazes, para regiões mais ricas, aquelas que circundam a bela cidade de São João del Rei.

Ao mesmo tempo, desejavam, também, criar, em Vila Rica, a universidade para o ensino superior.

Pois bem. Esses dois ideais inconfidentes, Afonso Pena teve a dita de realizá-los. Foi em seu governo que se estabeleceu o ensino superior do Direito em Minas Gerais, e, bem assim, adquiriu impulso e tomou feição, que assumiu realidade e contornos concretos, a construção da nova capital mineira, este grande sonho que nos vinha do século XVIII.

Passando pela vice-presidência, à qual foi trazido em virtude da morte do austero republicano Silviano Brandão, Afonso Pena viu-se objeto das atenções nacionais, no momento em que se iniciaram as *démarches* para a sucessão de Rodrigues Alves.

Não irei relembrar aqui os pormenores dessas negociações, as idas e vindas, os altos e baixos, as intrigas que se urdiram, as resistências que se esboçaram, as ameaças que se fizeram e dentro das quais surgia, já como uma antemanhã ameaçadora, o clima de perturbações e de desordens em que se engalfou a nação, depois da morte do grande mineiro.

Sr. Presidente, o que desejo aqui significar é que Minas Gerais atingia, naquele ano ditoso de 1903, talvez o clímax de sua evolução histórica. Minas Gerais chegava a um estado de maturação, a um estado de plenitude, a um estado de florescimento e de frutificação que ocorrem misteriosamente na vida das comunidades políticas.

No momento em que Afonso Pena chegava ao Palácio do Catete, João Pinheiro ascendia ao Palácio da Liberdade.

Eram duas grandes figuras republicanas, dois varões representativos do liberalismo mineiro, que se viam, assim, alvo da consagração dos seus coestaduanos e compatriotas. João Pinheiro e Afonso Pena representaram a um só tempo, a força e a tolerância, a audácia administrativa e o respeito pela legalidade, a imaginação criadora e o gosto da tradição, a força na ponderação, força mineira!

Sr. Presidente, não desejo, pequeno que sou...

O Sr. Aureliano Leite – Não apoiado. V. Exª está discorrendo magistralmente sobre uma página política do Brasil.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre colega.

...enumerar fatos e fastos que se encontram na memória de todos, que se incorporam ao patrimônio cívico e moral da nação.

O que desejo particularizar, pôr em evidência, é a profunda união, a íntima convivência intelectual que aproximaram aquelas duas grandes figuras de escol da política mineira.

Afonso Pena e João Pinheiro representavam o espírito de Minas. Poder-se-ia dizer que João Pinheiro era o Afonso Pena de Minas, e que Afonso Pena era o João Pinheiro do Brasil.

Não se distinguia o pensamento de um do pensamento do outro; não se fazia diferença da ação, por um desenvolvida, da do outro, repetida no cenário federal. E como se organizou, como se orientou, como se desenhou esta ação? Nada responde melhor a tal pergunta do que o depoimento de um espadachim do regime, de um fulgurante, de um bravo que lutou dentro desta assembléia, que lutou desesperadamente, contra tudo e contra todos por seus ideais, jamais satisfeitos – Pedro Moacir.

Foi Pedro Moacir, esse d'Artagnan pampeiro, que depois de uma vida de lutas agressivas e ferozes caiu fulminado do alto desta tribuna, siderado pelo raio de sua própria eloqüência; foi Pedro Moacir que, em discurso memorável, desenhou a ação de Minas naquele ano, dizendo que a sombra mineira se extendia no selo nacional como uma constelação de estrelas!

De fato, Sr. Presidente, nesta bancada, nesta sala, nesta tribuna, elevava a voz representando o pensamento e a palavra de Afonso Pena, uma constelação de astros: falavam Calógeras, Campista, Carlos Peixoto; falavam Gastão da Cunha, Melo Franco, João Luís e Estevão Lobo! Aqui defendiam com autoridade, aqui difundiam com alegria, as lições que lhes vinham dos dois palácios habitados por locatários mineiros!

Mas, Sr. Presidente, no regime que praticamos, no regime presidencial ao qual dou ainda o meu apoio, apesar de todas as reações porventuras existentes em contrário; no regime presidencial, muitas vezes o destino das Nações depende demasiado da vida dos seus grandes homens. O que conspirava contra o Brasil, não eram os políticos; o que conspirava contra o Brasil era a fatalidade. Era o destino, era o acaso cego, era o acaso desorientado que fulminava de morte, quase que sucessivamente, aqueles dois homens que Minas ofereceu à nação, em horas de graves dificuldades. Morre João Pinheiro, morre Afonso Pena. O Jardim da Infância, essa curiosa organização política, este caprichoso bloco parlamentar que as condições peculiares da vida republicana, naquela época, não permitiriam nunca que adquirisse a feição a estrutura de um partido; o Jardim da Infância, formado sob a proteção de Afonso Pena e João Pinheiro, e constituído por elementos de todo o país, do norte ao sul, empenhados em manter a dignidade e a probidade administrativa, a tolerância política e

outros elementos de honra republicana; o Jardim da Infância esboroava-se, desaparecia, diluía-se diante da resistência gigantesca, da reação de certos setores da vida política nacional.

Rui Barbosa previra, em palavras candentes: Rui Barbosa traçara, diante da nação estarrecida, em uma linguagem de fogo, o prenúncio dessa hora de declínio; previra que com o desaparecimento do apoio para uma política de tranqüilidade, de tolerância, de paz e de honradez, representada pelos dois grandes presidentes, acolitados pelos jovens que os seguiram oriundos de todos os quadrantes nacionais, previra que esta política se extingüiria imediatamente após o desaparecimento de seus chefes mais graduados. E foi o que se deu.

Evitarei, também, Sr. Presidente, entrar na rememoração dos turvos anos, na exumação dos tristes episódios que caracterizaram a história republicana no declínio do regime e que vieram encontrar repercussões longínqüas muito recentemente, impressas pelas letras da mágoa e do desgosto, em tôdas as nossas memórias. Mas a verdade é que com a morte de Afonso Pena não desapareceu a sua lição.

Quero esperar, desejo crer, e creio que a Minas de hoje, que a nossa Minas recolheu a bandeira que ele alçou e que por tantos anos andou enrolada nos desvãos da República! Desejo afirmar que nós, mineiros, pretendemos acolher e seguir a lição que ele nos traçou – lição de tolerância, lição de respeito à legalidade política, lição de repúdio e de resistência a todas as formas da opressão e da tirania.

Sr. Presidente, o pensamento liberal de Minas, que Afonso Pena representou no seu mais alto grau, não desconhece os avatares das evoluções históricas que impõem a necessidade das construções constitucionais. Sabemos que as constituições são letras mortas se não seguirem os caminhos da História, que é vida, agitação, fremência e palpitação. Sabemos que a Constituição é a planta de um edifício que é necessário, ainda, erguer e construir. Êsse edifício, que não se acaba nunca, que se aprimora a cada momento, que se aperfeiçoa em cada geração, é o edifício da legalidade política, o edifício do funcionamento das instituições.

Nós, por conseqüência, liberais de Minas Gerais – permiti que use com orgulho, permiti que eu use sorrindo para os céticos, permiti que eu traga como uma condecoração êste título de liberal mineiro; permiti que eu sorria dos que descrêem da liberdade; permiti que vos assegure que nós não a confundimos com o liberalismo econômico, que acreditamos na permanência da liberdade política e na sua coexistência com a direção econômica.

Quando falo que sou um liberal mineiro como Afonso Pena, sei perfeitamente que sou um discípulo, de 1947, das idéias que ele pregava e apregoava há quarenta anos, um discípulo integrado no meu tempo.

Permiti por conseqüência, que insistia junto a vós, que dê, perante vós, meu depoimento, que preste, sem abuso de confiança, perante vós, meu testemunho e meu compromisso de mineiro, de que nós, de Minas Gerais, estamos onde sempre estivemos: ao serviço da legalidade, ao serviço da liberdade.

Aqui nesta sala, ou melhor, na sala que neste mesmo espaço de terra a esta precedeu, pronunciou uma vez Carlos Peixoto uma frase que tem sido utilizada com várias significações: *sub lege libertas*, disse o grande chefe mineiro. É assim que pensamos sobre a lei e sôbre a liberdade. Mas, quando falamos em leis que constroem as liberdades, mas quando pensamos nas leis que limitam as liberdades, não estamos supondo nem digitando apenas a liberdade dos cidadãos. Pensamos, também, que a lei constringe a liberdade dos governos e dos governantes. (*Muito bem.*) Quando falamos em liberdade sob a lei, achamos que abaixo do pálio protetor da lei se acolhem e reprimem, em seus impulsos, os homens e os governos, os governados e os governantes.

Por isto, Sr. Presidente e Senhores Deputados, recordando a figura, a palavra e o exemplo de Afonso Pena, declaro que a Minas de hoje, como a Minas de ontem, não acredita nas construções constitucionais que visem atender, por medidas da maior gravidade, a pânicos inconsiderados, a situações transitórias de emergência. (*Muito bem.*)

Consideramos a construção constitucional como sendo aquele trabalho que responde às necessidades expressas pelas forças e os interesses mais profundos da nacionalidade.

Isto o que concebemos; isto o que pretendemos aplicar neste setor. Por conseqüência, cônscio, seguro, absolutamente certo de que falo representando o espírito desse grande mineiro e, mais do que o seu espírito, o da terra onde ele nasceu e formou a sua cultura, minha terra, e de tantos outros brasileiros, eu vos digo: o que a imagem de Afonso Pena reclama é a tolerância; o que sua lição ensina é respeito à lei; o que seu exemplo nos aponta é curvamo-nos diante das necessidades da paz e da honra da República. (*Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

Centenário do nascimento de Rodrigues Alves

7-7-1948

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a República brasileira comemora hoje o primeiro centenário do nascimento do maior dos seus homens de Estado. Sem dúvida, poder-se-á dizer, e talvez provar, que outros, mais que Francisco de Paula Rodrigues Alves se alçaram, por motivos especiais, na vida pública; outros, mais que ele, terão atraído sobre si a gratidão dos pósteros, pelo vigor, pela energia e pelo denodo com que defenderam as liberdades; outros, mais que ele, terão elevado, no conceito internacional, o nome do Brasil; outros mais que êle, terão tido conhecimento mais acurado e informações mais amplas sôbre os problemas de governo. Entretanto, lícito nos é assegurar, sem sombra de dúvida, que nenhum mais que ele compôs e conteve, na sua personalidade, o equilíbrio de qualidades, o

equilíbrio de virtudes, que constitui a substância própria do estadista, e, mais que isso, aquela estrela, aquele destino, aquela sorte de estar sempre, na oportunidade adequada e no momento adequado ao serviço de seu país, pois que entre as virtudes do homem de Estado está, seguramente, esta: a do destino.

Pascal dizia que as virtudes dos homens não se apresentam nas expressões do seu maior esforço, nos momentos de sua ação mais convulsiva; que, ao contrário, a virtude dos homens se afirma, precisamente, na continuidade dos seus feitos comuns, na coerência de sua linha habitual, na segurança do seu comportamento uniforme. Rodrigues Alves, sob esse ponto de vista – do ponto de vista pascaliano – foi, exatamente, um grande homem, pela coerência, pelo equilíbrio, pela segurança das suas virtudes e pela sua – vamos dizer – quase milagrosa presença nos momentos oportunos e nos pontos adequados.

Francisco de Paula Rodrigues Alves, nascido em Guaratinguetá, na data de hoje, há um século, era filho de humilde negociante português de Ponte de Lima. Mesclaram-se na sua formação e no seu atavismo as qualidades tradicionais do povo lusitano: parcimônia, mansidão, resistência, tenacidade, frente ao duro labor da vida. E, tanto influiu sobre o filho a personalidade modesta, afetuosa e, embora, autoritária e um tanto ríspida do pai, que o Presidente na madrugada dramática de 15 de novembro de 1904, quando se restabeleciam em torno ao Governo as seguranças e as garantias de ordem, que por muitas horas tinham estado fugidas – nesta madrugada dramática Rodrigues Alves confidenciava a um dos seus filhos que a razão principal, o motivo terminante que o levaram a resistir a todo preço, acima de qualquer possibilidade de resistência, diante dos riscos que ameaçavam seu governo, fora precisamente a idéia da humilhação que sofreria da vergonha que atravessaria quando voltasse a Guaratinguetá e enfrentasse, humilhado e vencido, o velho pai. Vejam, Srs. Deputados, até que ponto a obscura lição de tenacidade e probidade de um homem humilde pode conformar a ação de um grande homem!

Depois dos primeiros anos de puerícia e dos estudos elementares na sua cidade natal, veio Rodrigues Alves matricular-se no já então tradicional internato Pedro II.

Aqueles que, como o orador que vos fala, tiveram a sua educação secundária abrigada nos vetustos muros do grande casarão, sabem a importância psicológica que tem para o aluno do colégio Pedro II integrar-se naquela casa de grandes tradições.

Ali, desde o início dos seus estudos secundiários, revelou-se Rodrigues Alves o homem que sempre foi. Desde o primeiro ano do seu curso, em 1859, aos onze de idade, foi ele o primeiro aluno da turma – o aluno premiado. Aqui está o primeiro prêmio do colégio de Rodrigues Alves (*exibe um livro*), do primeiro-anista do internato do Imperial colégio de D. Pedro II, primeiro prêmio que lhe foi oferecido pelo Reitor, numa grave dedicatória.

Não a lerei. Lerei neste exemplar do aluno Francisco de Paula Rodrigues Alves a nota que nele copiei do livro *A Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, nota em que Nabuco manifesta a sua admiração pelo colega de estudos. Diz: "Filho de

presidente do Conselho (ele Nabuco) foi para mim uma vibração de amor próprio mais forte do que teria sido, imagino, a do primeiro prêmio que o nosso camarada Rodrigues Alves tirava todos os anos".

Defrontavam-se, assim, nos bancos do internato, aquelas duas altas figuras da vida pública brasileira dos últimos anos do Império e dos primeiros da República, tal como se defrontariam, mais tarde, em diferentes oportunidades, na luminosa trajetoria de cada um pelos destinos nacionais.

Nabuco era o menino fidalgo de Massangana, era a criança transplantada; era como a planta arrancada ao solo que lhe deu o alimento primeiro; era o pequeno senhor de engenho que largava os crepúsculos coloridos de sua província, aqueles crepúsculos que enchem de poesia as paisagens, de um Franz Post; que largava as águas quase paradas do seus rios planos; que largava o cheiro das tachas de mel, o perfume dos canaviais ondeantes, a liberdade senhoril do senhor de escravos, do "nhônhô" da casa rica e que se sentia isolado e sozinho, marcado como um número insignificante no convívio igualitário do internato.

Rodrigues Alves era a força nova que surgia, era o filho de imigrante, era o filho do pequeno comerciante obscuro, que se procurava alçar sobre o seu próprio esforço. Não era o filho do presidente do Conselho, não era o descendente do Morgado do Cabo, não era o fidalgo de Massangana, era o portuguezinho de Guaratinguetá, era o menino pobre que estudava, que se esforçava para abrir, nos destinos do seu país, o caminho que o outro já encontrara aberto, como uma estrada real.

Unidos, companheiros, foram: amigos permaneceram, sem emulação, pelo resto de suas vidas. Mais tarde, vamos encontrá-los novamente juntos – Rodrigues Alves e Nabuco – nos bancos também gloriosos, também tradicionais do velho Convento de São Francisco. Em São Paulo, três anos depois de matriculados, em 1868 – graças às transferências escolares que do norte trouxeram alguns jovens estudantes de Recife e Olinda –, formou-se, uma estrela de cinco pontas naquela mocidade, um astro cheio de luminosidade naquela geração. Eram do mesmo tempo: Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nabuco, Castro Alves e Rui Barbosa.

Estes nomes, Srs. Deputados, vamos encontrá-los a cada passo, em cada curva da sinuosa estrada, do terrível caminho em que o Brasil se dessangra, em que o Brasil se alvorota, na transição entre o Império e a República.

Nós, acovardados diante das dificuldades que por vezes nos tolhem os passos, nós, intimidados diante das nuvens que, não raro, nos sombreiam os horizontes, temos, fracos que somos, o mau veso, temos, comodistas que somos, o mau hábito de invejar as épocas passadas, como se elas porventura, fossem alcatifados caminhos de rosas. Os historiadores, entretanto, quando perquirem os tempos transatos, quando abrem as caixas misteriosas do passado, encontram nelas, não apenas facilidades, submissões, soluções feitas, mas lutas, dúvidas, erros, esforços, fracassos. E é isto, precisamente isto, o que a História nos traz, o que a História nos ensina: enfrentar o presente, conhecendo as dificuldades do passado.

A geração de Rodrigues Alves, tanto quanto a nossa, enfrentou problemas aparentemente insolúveis, contradições aparentemente irredutíveis, crises aparentemente invencíveis. Quando Rodrigues Alves chega, depois de breve passagem pela promotoria de Guaratinguetá e de São Paulo, à Assembléia provincial paulista, em 1872, o Império estava em plena fase de transformação. A Lei Euzébio de Queiroz tinha lançado, no capitalismo incipiente do Império, massa formidável de recursos anteriormente represada pelo tráfico negreiro, daí provindo larga transformação econômica e técnica.

A guerra do Paraguai, com seu cortejo de sofrimentos e misérias, trouxe ao povo brasileiro a segurança de sua capacidade de resistência frente ao infortúnio e de sua possibilidade de organização e improvização. Esse mesmo acontecimento histórico introduzira nos debates políticos um frêmito até então desconhecido. A senectude precoce do Imperador colocava à vista o problema da sucessão. O Exército elevava-se nos horizontes políticos, como terceiro partido, fora do Parlamento, mas dentro da caserna, partido que não falava mas era armado e estava prestes a falar.

Neste momento de perturbação e transformação do cenário nacional, Rodrigues Alves, membro da Assembléia paulista, discutia os problemas que centralizaram toda sua vida e atenção de homem de Estado. Esses problemas consistiam na questão do ensino obrigatório, no da expansão ferroviária, finalmente, na necessidade da imigração.

Certo é que não era ele o único a ocupar-se do assunto, naquela época. Já salientei, no começo do meu discurso, aos nobres colegas, que Rodrigues Alves nunca se afirmou por uma qualidade extraordinária ou capacidade original de atender, prever ou conhecer os assuntos. É verdade que, naquela ocasião, outros se preocupavam com os mesmos problemas, mas também é indubitável que Rodrigues Alves, desde o início, a eles prestou o máximo de atenção.

Como Rui Barbosa, que pouco depois apresentaria ao país seu primeiro e gigantesco trabalho, o monolítico *Parecer sobre a Reforma da Instrução*, Rodrigues Alves ocupa-se do ensino. Como Mauá, Monte Alegre, Pimenta Bueno e tantos outros, que voltavam suas vistas ansiosas para o problema da expansão ferroviária, ele preconizou o incremento da construção de estradas de ferro.

Em 1872, quando assumiu seu posto inicial, no Poder Legislativo, diz-nos Calógeras, no seu livro *Formação Histórica do Brasil*, a rede ferroviária do Brasil não atingiria a mil quilômetros e era urgente e angustioso que ela se expandisse.

O café, em sua vertiginosa carreira e espantoso crescimento, distanciava-se, cada vez mais, da costa e aumentava cada vez mais o volume da produção. Não era mais possível que o seu transporte se fizesse da maneira primitiva por que vinha sendo feito desde a Colônia. Os cafezais se estendiam por centenas de quilômetros e as colheitas alcançavam a centenas de milhares de sacas.

Rodrigues Alves defendeu e apresentou susgetões para o desenvolvimento da rede ferroviária paulista, prevendo a expansão da lavoura do café.

Outro problema sobre o qual se demorou foi o da imigração. Também aí tivera predecessores, tinha contemporâneos e teria continuadores. Antônio Prado, seu amigo e companheiro, já estava preocupado com a concomitância do progresso do movimento abolicionista e da deficiência de braços na lavoura. Antônio Prado já propugnava, como seria um dos defensores mais vigorosos, a vinda de imigrantes europeus que não apenas substituissem o braço negro, mas melhorassem o padrão e o rendimento do trabalho.

Antes de Rodrigues Alves, antes de Antônio Prado, já Nicolau Vergueiro, o Senador Vergueiro, inciara o movimento de aclimatação dos brancos às lavouras brasileiras, por meio das suas famosas colônias de parceria. Mas a verdade é que como aqueles que à frente se encontravam do movimento político e administrativo nacional, Rodrigues Alves se colocou também à vista desse problema.

Em 1885 é eleito pela primeira vez para a Câmara nacional, Deputado Geral, como então se dizia. Desde 1879 que um assunto centralizava, por assim dizer, as atenções do país, que um problema esgotava toda nossa capacidade de criação e as nossas energias de resistência – era o problema da Abolição. Digo desde 1879 porque a partir dessa data, pelo famoso discurso de Jerônimo Sodré é que a nação se deu conta do fracasso relativo, da insuficiência relativa da Lei Rio Branco. A lei de 28 de setembro, cujo advento fora saudado por todo o Império como uma aurora inextinguível, a Lei Rio Branco que viera dos esforços de Pimenta Bueno e de Nabuco, e que chegou a se afirmar como uma solução definitiva do problema da escravidão, manifestara-se, na prática, insuficiente.

O Partido Liberal não tinha a coragem de dizê-lo. O Partido Liberal que chegara novamente ao poder em 1878, com Sinimbú, não tinha coragem de afirmá-lo. É que, em virtude da natural divisão das convicções políticas em torno de interesses econômicos, toda a ala agrícola do Partido Liberal receava uma solução demasiado rápida ao problema da Abolição, que viesse prejudicar aos seus interesses. Essa a verdade. O Partido Liberal estava cindido, de forma que os governos liberais, a partir de Sinimbú, Martinho Campos, Lafayette, Paranaguá não trouxeram qualquer melhoria à situação que se afirmara falida, pela impossibilidade da aplicação da Lei Rio Branco. Foi então que, com o advento de Dantas à presidência do Conselho novas esperanças se desenharam no espírito dos liberais abolicionistas. O Projeto Dantas, que melhor nome teria se se chamasse Projeto Rui, o Projeto Dantas, provocar acesos debates, depois de provocar na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa o parecer formidável de Rui Barbosa, forçara a concretização da cisão do Partido Liberal e levara o governo a um impasse: ser derrotado pelas suas próprias fileiras. Seguiu-se a inevitável dissolução. E as eleições embora ainda presididas pelo gabinete liberal de Dantas, trouxeram no seu bojo, na onda de ascenção conservadora, os novos deputados conservadores, entre eles Rodrigues Alves, eleito por Guaratinguetá.

Chega ele à Câmara com os deputados republicanos; chega com Campos Sales, seu velho amigo, e – peculiaridade curiosa! – Campos Sales faz parte da Comissão de Poderes que expede o diploma de Rodrigues Alves. O deputado republicano é quem dá o parecer favorável ao reconhecimento do deputado conservador.

Rodrigues Alves segue na Câmara, no princípio de seu mandato, uma linha de estrita discrição, embora de evidente eficiência. Defende com inteligência, num longo discurso, a posição do seu partido, que era a de apoiar, de sustentar o Projeto Saraiva, que sucedera como um paliativo ao Projeto Dantas. Com efeito, depois da queda do Gabinete Dantas, viera o Gabinete Saraiva, e Saraiva apresentara um projeto que cerceava, que podava aquilo que a opinião conservadora considerava os excessos intoleráveis do Projeto Dantas. Procrastinava a emancipação por quatorze anos e obrigava ao serviço os sexagenários libertados, pelo prazo de três anos. Não satisfazia mais esse projeto aos anseios da opinião nacional, mas o Partido Conservador o sustentava e era de ver-se a sagacidade, a fluidez, a rapidez de raciocínio, a energia nos debates com que Rodrigues Alves estreou nesta casa, defendendo um projeto impopular.

Mais tarde, acentuavam-se, amiudavam-se as perturbações da ordem em todo o país, em virtude, precisamente, da aprovação da Lei Saraiva, que, por uma ironia do destino, traz a data da Lei Rio Branco, fazendo com que a irreverência das ruas o chamasse *Lei de 28 de Setembro Plaquée*. Mas, dizia eu, amiudavam-se as desordens nas províncias. Os negros, excitados pela propaganda libertadora, fugiam aos magotes das fazendas, cometendo muitas vezes violências físicas contra seus senhores e suas famílias. Incendiavam propriedades, mudavam de zona, transferiam-se não raro de província em província, constituíam núcleos de resistência e quilombos capitaneados e armados por brancos, incitados pela flama admirável dos abolicionistas.

Foi nesse momento que, tendo sucedido a Saraiva na presidência do Conselho, Cotegipe – o astuto Cotegipe, essa espécie de Talleyrand do Império Brasileiro, esse baiano de uma rara argúcia, de uma finura admirável, cheio, não vamos dizer de defeitos, digamos antes de vícios leves, amigo da vida, amoroso do que ela pode oferecer – foi nesse momento que Cotegipe incumbiu a Rodrigues Alves de pacificar São Paulo convulsionado. Esta é a missão de Rodrigues Alves. Vai para o governo de São Paulo em 1887, aos 40 anos incompletos, com o pesado encargo de pacificar a província revoltosa, a província onde, pela expansão cafeeira, se acumulava a escravaria, a província em que, pelo acréscimo da imigração, despontavam as idéias novas da Europa, a província em que, pela facilidade de transportes, era mais móvel e mais rápida a desordem. Aí vai ele, ciente das suas responsabilidades. E, durante meses, numa ação ao mesmo tempo suasória e enérgica ao mesmo tempo mansa e forte, restabelece a ordem na província. Mas, tendo caído, em março, o Gabinete Cotegipe, em virtude da pressão iniludível da Princesa, e tendo subido ao poder o gabinete antecipadamente conhecido por abolicionista de João Alfredo, deixa Rodrigues Alves a presidência de São Paulo e vem para a Câmara, ainda a tempo de votar a Lei de 13 de Maio. Muito se tem dito, muito se tem inventado sobre as supostas inclinações escravagistas de Rodrigues Alves. Elas são falsas. Não desenvolverei aqui, de forma a contestar documentadamente essas críticas, as provas com que me habilitei a falar, compulsando os documentos particulares do grande

brasileiro. Basta a afirmação de que ele deixou a presidência de São Paulo para votar a Lei Áurea para ficar rapidamente desmentida a increpação que seus inimigos lhe fizeram de escravagista, increpação evidentemente caída no olvido pela sua própria insubsistência.

Em 1889, com a ascenção nova da situação liberal, sob a chefia de Afonso Celso, retorna Rodrigues Alves à sua querida província, à sua pequenina Guaratinguetá, onde passa de novo a revolver os velhos autos e os velhos praxistas no foro local. E assim o encontra a República.

Mas os republicanos de São Paulo o conheciam; os republicanos de São Paulo, o berço da República, a terra da Convenção de Itu, sabiam que ele era imprescindível à reorganização dos negócios públicos, na era que despontava. E, por indicação dos republicanos, o conservador Rodrigues Alves, cujo partido se dissolvera com a República, por indicação dos varões republicanos, como Prudente e Campos Sales, é que Rodrigues Alves entra na chapa do Partido Republicano e se elege constituinte.

Aí o tendes, Senhores Deputados (*o orador aponta para a pintura mural atrás da mesa*), na sala da Constituinte, flanqueado pelas figuras primaciais da geração republicana. Lá está ele, simbolizado com felicidade pelo pintor, entre Pinheiro, Epitácio e Floriano. Era o monarquista, era o conservador que chegava à Assembléia republicana. Republicano ele o foi – eu o sustento – republicano ele o foi no sentido novo; foi a revelação da República da administração. Porque, Senhores Deputados, a República foi, a princípio, uma ideologia política; a República foi, no seu início, uma posição do sentimento, da inteligência e do coração. Esta foi a República de Prudente, o austero varão, o homem cuja figura física, ascética, cuja figura moral, retilínea, fazia realmente lembrar os republicanos romanos. Foi esta República de convicção, esta República de espírito, esta República de sentimento, a República de Prudente, de Campos Sales, de Bernardino, de Floriano. Havia, porém, uma outra República: havia a República da americanização do governo brasileiro; a República da técnica; a República que envolvia a capacidade de ver os problemas nacionais sob o prisma técnico e continental. Não era mais o pensamento republicano, a doutrina republicana que nos vieram através dos pensadores de elite da Europa e que dominaram os republicanos chamados históricos. Era a atitude, a ação republicana, a República em movimento, a República como capacidade para os laboratórios, os aços, os ferros, as forjas, com capacidade de demolição, a República que faria do Rio de Janeiro uma cidade americana e não uma velha cidade européia, uma velha cidade ibérica adormentada nos trapos, nos piolhos e na miséria.

Esta foi a República de Rodrigues Alves; esta foi a sua assimilação ao novo espírito; esta foi a sua capacidade de compreender a República de uma forma executiva.

Não vejais, nesta minha afirmação, qualquer julgamento de valor, qualquer tentativa de situar a sua posição republicana acima da dos seus companheiros de geração. Quero apenas discriminar setores de influência, pontos de vista terrenos de ação. Sem dúvida, ele não faria o que fez se não tivesse tido os predecessores que teve, homens da velha guarda republicana, mas tenho para mim que ele foi, sob certo

aspecto, sob o ponto de vista que chamo de americanização do governo, o homem da higiene, o homem das linhas retas, o homem das cidades limpas, o homem dos portos, o homem das ferrovias, o homem dos intercâmbios internacionais, foi o primeiro presidente republicano.

Mas, Senhores Deputados, deixando a Assembléia Constituinte, Rodrigues Alves é convocado por Floriano, que assumira o poder em seguida ao golpe de Estado, golpe de Estado que, seja dito de passagem, não merecera a aprovação do Conselheiro, é convocado – dizia – para a gestão das finanças nacionais.

Tenho, a este propósito, alguns breves documentos, que não me furto ao prazer de ler. Foram-me eles, bem como outros dados de que disponho, fornecidos pelo filho e nobre herdeiro das tradições paternas, o Dr. Rodrigues Alves Filho.

Floriano não o convidou para a pasta: nomeou-o sem convite.

(lê)

> "24-11-1891 – Dr. Rodrigues Alves – Guaratinguetá – Pátria carece vossos serviços pasta Fazenda com todo vosso patriotismo. Mandei lavrar decreto. Venha quanto antes. – a) *Floriano Peixoto.*"

Rodrigues Alves resiste, não quer sair. Sua querida esposa, companheira de vinte anos de vida, estava em precárias condições de saúde. Recusa-se o Conselheiro a deixar Guaratinguetá e faz seus mais íntimos amigos republicanos de São Paulo cientes da sua firme deliberação.

Pude consultar a quantidade de mensagens que ele recebeu dos republicanos do Estado, dos maiores, dos insignes, que apelam de maneira veemente para o Conselheiro, pedindo-lhe que não recuse a pasta da Fazenda. Ele, que fora relator do orçamento na Comissão de Finanças, ainda na Câmara Imperial; ele, que se dedicara aos estudos financeiros, durante largo período de sua vida, não deveria faltar com sua solidariedade ao Brasil e a São Paulo.

Colocam nas suas mãos o destino de São Paulo. É uma pressão tremenda, demonstrada nos documentos do seu arquivo.

Floriano passa-lhe novo telegrama:

(lê)

> "Campos Sales apresentou vossas excusas. Sinto não poder aceitá-las. Decreto publicado. Bom patriota que sois, não deveis recusar serviços tão relevantes. Vossa persistência de excusas será para mim motivo de grande descontentamento."

Estava feita a nomeação. O decreto, publicado. Rodrigues Alves abandona a cabeceira da esposa enferma e parte para o Rio de Janeiro, Ministro da Fazenda. Pouca tranqüilidade de espírito ele tem, pouco tempo de alegria é o seu, nessas funções.

Agrava-se cada vez mais o estado de sua mulher, até que, chamado rapidamente a Guaratinguetá, chega a tempo de assistir-lhe os últimos dias.

É este – e tem-se esta segurança percorrendo, como percorri, seus diários íntimos, suas notas pessoais – um dramático momento na sua vida.

Aquele Conselheiro sereno, aquele patriarca de barbas, aquele dorminhoco de que falavam os articulistas venenosos e que servia de pasto à ira dos caricaturistas ferinos, foi, também, homem que sofreu profundamente, no seu coração, nos seus sentimentos mais ternos e mais íntimos, e em silêncio. Sofreu pela República; sofreu sacrificando-se por aquilo que considerava o bem comum; sofreu a terrível mágoa de desamparar a própria mulher nas últimas semanas de vida.

Em meados de 1892, Rodrigues Alves pede demissão da pasta da Fazenda, por motivo de divergência de política financeira com o Chefe do Executivo. Estas eram intransponíveis e ele chegou à conclusão de que não era mais possível acompanhar a administração de Floriano, no terreno em que o rude Marechal queria colocá-la.

A carta que Floriano lhe escreveu é, nessa passagem, por seu lado, documento que eleva o Marechal de Ferro, pelo respeito com que se dirige ao Ministro demissionário e pela compreensão que manifesta da superioridade dos motivos que o levaram a tomar aquele passo.

Senador por São Paulo, Rodrigues Alves é tirado da cadeira por Prudente, eleito, em 1894, Presidente da República. Ministro da Fazenda de Prudente, como tinha sido Floriano, teve aí Rodrigues Alves ação muito mais fácil, atividade muito mais cômoda, pela identidade de pontos de vista seus e os do governante e pela fraternal estima que os ligava.

Não descerei a minudências. Muitos dos nobres colegas – e aqui na primeira fila vejo vários deles – especialistas em questões financeiras, sabem perfeitamente a importância que teve o governo de Prudente, isto é, a gestão Rodrigues Alves, chefiado por Prudente, na negociação dos acordos internacionais que possibilitaram a formidável recuperação econômica e financeira de Campos Sales.

Ministro de Prudente, fica Rodrigues Alves até a interinidade de Manuel Vitorino. Nessa ocasião, deixa o governo; afasta-se da pasta, retorna a São Paulo. Mas o seu nome já era cogitado para outros misteres. Aquela estrela, aquele destino que sempre brilharam acima de sua vida e que salientei no princípio deste discurso, o solicitavam novamente – e no princípio do século vêmo-lo Presidente de São Paulo.

A Presidência de São Paulo era antecâmara do Palácio do Catete. Ninguém duvidava disso. Campos Sales, Presidente da República, tinha, para com o ocupante da Presidência paulista, ligações fortes demais, identidades profundas demais, para que alguém duvidasse de que seu esforço seria no sentido de fazê-lo seu sucessor. E São Paulo, o grande S. Paulo do princípio da República, era por demais poderoso, estava por demais controlando os destinos da República, para que se pudesse duvidar de que um tal candidato seria eleito. Assim, as mensagens de Rodrigues Alves ao Congresso estadual já surgiam quais verdadeiros anúncios do seu futuro governo.

A última, com que se dirige aos representantes do povo do seu Estado, é, realmente, plataforma do governo, e nela, tanto quanto naquela com que se apresenta candidato e na mensagem com que se dirige aos brasileiros no dia de sua posse, vamos encontrar, sempre, os mesmos princípios, naturalmente ampliados, naturalmente evoluídos, naturalmente adaptados às novas condições do Brasil, descobrimos sempre as mesmas preocupações do Presidente, interessado na solução dos problemas do povo, do Presidente resolvido a sanear e remodelar a capital da República, não por vaidade estulta ou rastaqüerismo de sul-americano; não para ter túneis forrados de mármore e iluminados por luz fluorescente, mas para ter uma cidade aberta à imigração, um porto aberto à exportação, um centro digno do país em que o Brasil se estava transformando. E o problema do saneamento se apresentava ligado a este, da modernização do Rio. Tenho, a respeito, depoimento realmente admirável – o de Pereira Barreto.

A Câmara verificará esta coisa, que me parece sensacional: quando o Conselheiro assumiu a Presidência da República, estava perfeitamente consciente de como se poderia resolver o problema da saúde do Rio de Janeiro; estava perfeitamente informado de como conduzir a campanha contra a febre amarela, a varíola e a peste!

Não foi um homem de dedo afortunado que, ao acaso, qual numa roleta, tocasse nos indivíduos, como nos números que vão dar. Sabia escolher os auxiliares, porque estava a par de sua capacidade.

Diz Pereira Barreto:

(Lê).

> "Tendo irrompido, em Tietê, uma violenta epidemia – isto durante o período em que Rodrigues Alves era Presidente do Estado – combinei com alguns colegas de lá, especialmente com o modesto Dr. Correia, pequeno programa no modo de executar as observações.
>
> Todas as nossas observações anteriores apontavam para o laço irrefragável, que prende a febre amarela à água estagnada dos poços.
>
> Era preciso verificar de modo indiscutível se sim ou não podiam contrair a moléstia indivíduos que não bebiam água do poço depois de bem fervida. Das observações feitas ficou verificado, fora de toda dúvida possível, que não é a água de bebida que transmite a febre. Permanecia de pé, inabalável, o fato da ligação da água do poço com a etiologia da febre. Como resolver o enigma? Que podia haver dentro do poço, além da água?!...
>
> Era geral, e estrindente a queixa da população contra as nuvens de mosquitos, que todas as tardes se despejavam dos poços.
>
> A lógica a mais elementar impunha uma única conclusão: não podiam ser senão eles os transmissores do medonho flagelo!...
>
> Nesse tempo eu ainda não conhecia a opinião de Finlay, emitida em um pequeno jornal médico de Havana; nem tampouco tinha conhe-

cimento da comunicação de Ronald Ross, anunciando, dois meses antes, a descoberta do mecanismo da transmissão de malária pelo anofeles.

Depois de ter maduramente refletido, não hesitei em apresentar à nossa Sociedade de Medicina e Cirurgia as minhas reflexões, conduzindo firmemente a conclusão: é o mosquito o transmissor indubitável da febre amarela.

No dia seguinte, o *Estado de S. Paulo* deu na íntegra a minha conferência, feita na Sociedade de Medicina e Cirurgia. O Dr. Rodrigues Alves, então presidente do Estado, leu-a de manhã cedo, tomou imediatamente a pena e dirigiu-me uma amável cartinha, felicitando-me calorosamente pelas idéias que aventei. Essas espontâneas felicitações significavam; sem dúvida, que o seu ilustre autor partilhava as minhas convicções.

Ora, isto se passava cinco meses antes das estrepitosas experiências feitas pela comissão norte-americana, na Havana, para verificar a hipótese de Finlay".

Vejam os Srs. Deputados que não há nisso nada de excepcional; é o bom senso, é o equilíbrio do estadista. Antes do genial Finlay espalhar pelo mundo a notícia de que o mosquito era transmissor da febre, o Presidente de um Estado brasileiro, por questão de bom senso, aceitava os argumentos de um auxiliar e escrevia-lhe uma carta. E sabem os nobres colegas o que ele disse no momento de partir para assumir o governo? O seguinte:

(Lê).

"No momento da despedida, na Estação do Norte, no meio dos amigos, que o homenageavam, disse-me confiadamente o Dr. Rodrigues Alves: "O meu programa de governo vai ser muito simples, vou limitar-me quase exclusivamente a duas coisas, o saneamento e o melhoramento do porto do Rio de Janeiro!"

Quando o Conselheiro, por conseguinte, veio assumir o governo, tinha a sua política firme em relação à febre amarela. Eis porque, tendo aceito a indicação que lhe foi sugerida, do nome de Osvaldo Cruz para a chefia do Departamento de Saúde manteve o jovem cientista com aquela firmeza com que se mantêm convicções de fé, com aquela firmeza que é inabalável a quaisquer argumentos e a quaisquer crises políticas, a firmeza da verdade. *(Muito bem!)*

Contra Osvaldo Cruz levantaram-se os interesses comerciais do Rio de Janeiro, os interesses prejudicados pelos comandos sanitários de então pelas demolições violentas praticadas por ele e por Passos no sentido de realizar o saneamento.

O Sr. Flores da Cunha – E os preconceitos científicos.

O SR. AFONSO ARINOS – Diz muito bem o nobre General Flores da Cunha que, a esse tempo deveria ser um jovem estudante no Rio de Janeiro...

O Sr. Flores da Cunha – Era delegado de polícia.

O SR. AFONSO ARINOS – Um jovem delegado. *(Risos.)*

Levantaram-se também os preconceitos, a falsa ciência, a intriga dos políticos, o fanatismo dos sectários positivistas, a ameaça de violência dos quartéis, e, a tudo, com a maior serenidade resistiu o Presidente da República, seguro da certeza de sua diretriz, seguro da certeza de suas convicções.

O Sr. Dioclécio Duarte – V. Exª poderia acrescentar que se afirmou, também a vantagem do regime presidencial encarnado em Rodrigues Alves.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª está corporificando, cristalizando tudo aquilo que pretendo sugerir no conjunto do meu discurso.

O Sr. Dioclécio Duarte – Não há resposta melhor para dar aos que pensam que o parlamentarismo pode salvar o país.

O Sr. José Bonifácio – Mas os Rodrigues Alves não andam por aí.

O SR. AFONSO ARINOS – Procurarei evitar que o reconhecimento dos méritos de um grande Presidente possa transformar-se em arena de debates para apreciação das qualidades ou defeitos do regime. Agradeço o aparte com que me honrou o nobre colega.

Sr. Presidente, a acumulação tremenda de ressentimentos, ambições, despeitos e loucuras que se levantou contra o plano de saneamento da Capital Federal, explodiu de forma terrível no 14 de novembro. Essa foi uma noite realmente dramática para os destinos da República. Era a mocidade militar no que tinha de mais vigoroso, de mais idealista, de mais nobre explorada pelas ambições de alguns políticos e pelo fanatismo de alguns sectários, que se ergue disposta a morrer por uma falsa causa. A cidade estava convulsionada havia dias; a desordem campeava nas ruas e eis que no escurecer dessa data fatídica é informado o Presidente de que a Escola Militar marchava contra o Palácio do Catete. A tropa – pequena tropa – que ele manda mais para conter do que para combater os rebeldes, tem as suas vanguardas fraternizadas com o inimigo. O General comandante, velho soldado experiente das lutas caudilhistas do Brasil fez retroceder o resto de seus homens sob a alegação muito sensata de que, tendo-se passado para o inimigo numerosos soldados, os que lhe restavam dificilmente atiriariam contra os seus companheiros.

Viu-se assim o Conselheiro subitamente desamparado das forças legais, viu-se assim a autoridade do governo à mercê da boa vontade dos rebeldes. Naquele momento terrível em que os responsáveis pela ordem desesperaram, em que os comandantes militares declaravam que tudo estava findo, em que os esteios sobre que se devia apoiar o poder se curvavam e se quebravam, nesse mo-

mento partindo de quem o devia defender o convite para que ele abandonasse o Palácio e se refugiasse em um couraçado, respondeu o Presidente, sem arroubos, mas sem temores, que dali não sairia, que o seu destino – caso fosse necessário – era morrer defendendo o seu posto.

É sabido como se desenrolou a crise daí por diante. A presença de espírito, a firmeza inabalável daquele homem, quase velho, levantou o moral dos que fraqueavam, trouxe o sangue à face dos que tinham descorado e, valendo-se das informações preciosas que Afrânio Peixoto, então interno do Hospício Pedro II passava, pelo telefone, ao Conselheiro, segundo as quais os rebeldes se dispersavam e hesitavam em prosseguir naquela luta louca, que só poderia terminar pela chacina de uma família e nunca pela derrota de um regime, reorganizou-se a resistência; aplacou-se a tempestade e o governo restabeleceu sua autoridade.

Tenho sobre este episódio uma outra nota ligeira, que me permitirei ler, tanto me parece ela preciosa. É uma página do diário de Gastão da Cunha. Sabeis como esse homem foi dos mais interessantes do seu tempo; sabeis como o grande deputado, o grande orador desta tribuna, o grande participante da Comissão de Limites com o Peru, o grande embaixador do Brasil na Liga das Nações era superior ao nome que deixou na História. Sabeis – porque próximos a ele ainda estamos – que figura admirável foi a desse deputado mineiro, que teve o privilégio de passar aquela noite tremenda junto a Rodrigues Alves, no recesso de sua casa.

A descrição que nos deixa Gastão da Cunha, no seu diário – infelizmente inédito, e uma das fontes de informação mais preciosas da vida republicana, e que motivos que não convém examinar impedem seja publicado – é magnífica. Homens que, ainda hoje, os mais íntimos do Conselheiro – e sei porque com eles tenho falado – supõem que estivessem firmes ao lado do pai, convidavam à fuga, propunham a retirada – expressões textuais – "daquela ratoeira" em que se transformara o palácio do Catete, daquele cenário provável de uma nova revolução da Sérvia – alusão ao rei da Sérvia, que tinha sido assassinado. Era o pânico que imperava na casa do Presidente. E Gastão da Cunha nos descreve a tranqüilidade com que aquele velho circulava entre as salas, animando os fracos, rindo com as visitas. Copiei apenas o último parágrafo. Diz ele, depois de contar que Rodrigues Alves tinha no bolso uma medalha de Nossa Senhora do Triunfo, que lhe tinha sido entregue por uma das filhas:

> "Talvez aquela fé ardente seja o segredo de sua extraordinária altivez, serena, igual, superior, a noite inteira.
>
> Sua extremada cortesia, sua linha não teve uma falha, nem sua inteligência um eclipse.
>
> Mesmo nos momentos mais graves, naqueles em que se julgou tudo perdido, seu juízo era firme, resoluto e calmo.
>
> É realmente um homem de governo: Chefe de Estado, não se esquecia também de que era o dono da casa; e o cavalheiro era igual ao Chefe de Estado".

E isso foi escrito na madrugada de 15 de novembro.

Este homem, depois destes fatos, conquistou, realmente, a opinião nacional.

Gastão da Cunha era o florete flexível, o punhal florentino da crítica; quase que poderia dizer: da maledicência. Mas outro gigante da crítica nacional – não o florete, nem o punhal, mas o morteiro, o canhão de grosso calibre, Rui Barbosa dizia nessa época o seguinte do Conselheiro:

> "Não vendo as minhas armas nem abjuro uma linha dos meus princípios de liberdade e de justiça, quando, na sinceridade, de uma comoção nova, me aproximo de um governo para o qual me atrai uma impressão de patriotismo irresistível".

Isto dizia o grande demolidor dos governos, o grande crítico dos presidentes, a espada de fogo da República.

Terminando a sua passagem pelo primeiro quatriênio presidencial, Rodrigues Alves viu-se, no fim, envolvido nos problemas da política e, ainda aqui, muita coisa que se diz não corresponde à verdade. Não é exato que tenha levantado a candidatura de Bernardino de Campos, ou melhor, esse fato não se aplica àquele momento. A candidatura Bernardino de Campos levantou-a ele, mas, quando foi sugerido seu nome para substituir Campos Sales. Aí é que fez sentir a Campos Sales que Bernardino de Campos possuía mais títulos que ele próprio, mais autoridade junto às gerações republicanas, republicano histórico que era. Mas, quando de sua própria sucessão, não é real haja sido ele o autor da candidatura de Bernardino de Campos. Quem a levantou foi Tibiriçá, Presidente de São Paulo. Falava-se no nome de Campos Sales para um segundo período e, então, Tibiriçá ponderou que, se o governo houvesse de caber uma quarta vez a São Paulo, o nome indicado seria antes o de Bernardino de Campos, cujos serviços à República não eram menores do que os de quaisquer outros e que ainda não tinha tido esta oportunidade. Foi a esta ponderação que anuiu Rodrigues Alves, sem, entretanto, fazer dela ponto de vista exclusivo ou obrigatório. A solução Afonso Pena, levantada por aqueles mesmos que a haviam combatido antes – porque é de se instar que a princípio dizia-se que Rodrigues Alves havia sugerido o nome de Afonso Pena e surgiu, então, o *slogan*: basta de Conselheiros! – veio em contraposição à de Bernardino de Campos.

O Sr. Aureliano Leite – A esta altura, V. Exª me permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com prazer.

O Sr. Aureliano Leite – Quem levantou a candidatura Afonso Pena, em São Paulo, foi um grupo de estudantes mineiros, de que eu fazia parte como colegial. Esse documento deve estar em poder do nobre filho daquele estadista, o Sr. Afonso Pena Júnior.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradecido a V. Exª cujo aparte traz não somente a autoridade do historiador, mas a do participante desse acontecimento histórico.

O Sr. Aureliano Leite – É muita gentileza de V. Exª

O SR. AFONSO ARINOS – Mas, dizia eu: a candidatura Afonso Pena foi bem recebida por Rodrigues Alves, tanto quanto tinham sido a de Bernardino de Campos e a de Campos Sales. A única cousa que objetava era ainda o que mais tarde se objetou muitas vezes – a celeridade, a precocidade com que se colocava no Brasil o problema da sucessão presidencial. Dizia apenas que não achava oportuno que no terceiro ano do governo, já o país estivesse voltado para esse problema.

Eleito Afonso Pena, seu companheiro e íntimo amigo – e eu possuo entre meus livros uma edição de Musset oferecida, com carinhosa dedicatória a Rodrigues Alves por Afonso Pena ainda nos tempos da Escola de Direito – recolheu-se novamente ao seu querido ostracismo de Guaratinguetá.

Realizara um grande governo. Esta era, apesar de todas as paixões, a opinião nacional. Tinha saneado o Rio de Janeiro, aberto o porto, multiplicado as estradas de ferro e também os recursos financeiros que encontrou à chegada depois do glorioso governo de Campos Sales, pois a verdade é que deixou o câmbio em taxa firme e 10 milhões de libras de saldo em Londres; tinha pacificado o país, mantido a ordem interna e o respeito do Exército ao poder civil; tinha anistiado os rebeldes que contra ele se levantaram; tinha levado Rio Branco à pasta das Relações Exteriores. E este passo da ida de Rio Branco para o Itamarati é um dos mais curiosos do seu governo porque o Conselheiro, não o conhecendo pessoalmente pediu a Campos Sales, ainda no palácio antes dele assumir o governo, que convidasse Rio Branco, então em Berlim.

Rio Branco respondeu a Rodrigues Alves em carta que é modelo de dignidade, lastimavelmente inédita. Diz o Barão nessa carta que não aceita o convite pelos motivos que enumera, alguns de ordem privada, estreiteza de vida, pobreza de recursos, família numerosa, desejo de dedicar-se aos estudos históricos, consciência de que, dificilmente, se adaptaria ao novo trabalho. Contudo, o ponto que mais o preocupa, a razão que mais o demove de aceitar o convite é que ele, Rio Branco, considerava Nabuco o homem nas condições de aceitá-lo. De fato, dizia ele mais ou menos o seguinte: "Seu homem é Nabuco. Este é o grande homem, o grande diplomata, o que vem prestigiado desde o Império, pela sua admirável luta popular; este é a bela presença, a bela figura para seu Ministro do Exterior." Para não dar a impressão de que apresentava esse nome apenas para excusar-se, concluía aproximadamente (cito de memória): "Afirmo a V. Exª, entretanto, que se Nabuco não puder aceitar, eu aceitarei".

A verdade é que o Conselheiro Rodrigues Alves chegava ao fim do seu governo nimbado por verdadeira luz gloriosa. Depois de alguns anos de relativa tranqüilidade em que procurou por ordem em seus negócios, educar seus filhos e instruir-se numa viagem à Europa, vai novamente para o governo de São Paulo.

No último período de governo, de 1912 a 1916, era um novo Brasil que se apresentava ao mundo. Problemas de toda ordem se acumulavam no horizonte. A morte de Afonso Pena como que marcara ponto nítido, um divisor de águas na política republicana. Novas questões surgiram, novas crises espoucaram, novas dificuldades sobrevieram; principalmente aquelas que diziam respeito à moderação dos costumes políticos, à transigência com os adversários, à mansidão nos hábitos de governo e também à ordem pública, no que ela tem de mais significativo.

Tínhamos passado períodos tormentosos em que o país fora varrido como que por uma onda de loucura. Rodrigues Alves chega ao fim do seu segundo quatriênio paulista nessa situação: a primeira grande guerra, ou antes, a primeira parte dessa grande guerra que ainda hoje não está terminada, colocava novamente em jogo os destinos do país. Se bem que estivesse tentado resistir energicamente – e disso existem numerosas provas entre seus papéis – não pôde evitar que as forças políticas se compusessem e se orientassem no sentido da indicação de seu nome.

Que nome era este? Aquele que infundia respeito pelo seu passado, que inspirava confiança pela sua ação, que se impunha à veneração pela sua autoridade.

O Conselheiro Rodrigues Alves sentia periclitar a saúde, pois seu estado físico era cada vez menos satisfatório mas não pôde mais resistir à pressão das forças políticas, quer aquelas que partiam do seu próprio Estado, quer aquelas, ainda mais poderosas, que partiam do meu – o Estado de Minas –, quer aquelas que encontravam eco e repercussão em todo território nacional.

Nesta ocasião, nos últimos tempos do governo Venceslau Brás, a sua ação já se fez sentir precisa e enérgica. O Presidente da República o consulta a cada momento; no meio de seus arquivos há cartas do então Presidente, pedindo-lhe aviso sobre os problemas mais urgentes da guerra.

O Ministro das Relações Exteriores, Nilo Peçanha, insiste em ouvi-lo sobre a orientação de sua política naquela fase angustiosa. E Rodrigues Alves, que tudo guardava, inclusive cópias de suas próprias cartas, manteve os conselhos que lhe deu e que são apenas aqueles que, agora, ouvimos das vozes mais prudentes, que são aqueles que, nesta época, se nos afiguram os mais consentâneos com os interesses nacionais; eram os conselhos de manter viva a autonomia e a independência do país, alçado o estandarte do Brasil em todos os pontos em que ele devesse estar, mas manter também vigilante, constante e lúcida a preocupação da aliança democrática com os Estados Unidos.

Esta era a sua voz; este era o seu conselho: acompanhemos os Estados Unidos, sigamos-lhe o largo passo; vamos, após ele, na larga trajetória, para a paz e a liberdade! Não nos iludamos com as aparências – esta era sua opinião nos últimos momentos da guerra.

Sabem V. Ex^{as} os desgostos que acompanharam os seus últimos tempos de vida provocados pela natural incompreensão que trazem as paixões; pela efervescência, que chamo sempre sadia, da liberdade, sempre sadia, mas nem sempre justa; pelas acusações que se lhe fizeram de ambição, ridículas para quem conhece, na in-

timidade, o esforço e a resistência que empregou para recusar a presidência; pelos prejuízos, que o cercavam, sobre sua capacidade intelectual, que se manteve íntegra até o fim; pelas ingratidões e pelas defecções. Mas a verdade, é que o Conselheiro Rodrigues Alves, não assumindo o segundo governo da República para o qual havia sido eleito, deixou, entretanto, àqueles a quem convidou para constituir esse mesmo governo como que uma linha, uma diretriz, a ser seguida e instruções que foram rigorosamente cumpridas.

Sabeis até que ponto a situação predominantemente mineira, que sucedeu ao desaparecimento do grande presidente paulista, procurou imprimir aos seus atos a mesma linha de conduta que tinha sido a característica principal da gestão do estadista.

Assim foi, vendo ainda em ação os seus últimos discípulos, observando em aplicação suas últimas idéias, podendo pressentir a continuação, pela história, de seus derradeiros pensamentos, que desapareceu o grande brasileiro. A sua vida deve ter para nós valiosa significação.

Ao nos determos sobre sua memória, não nos devemos deixar amolecer pelo sentimento fácil da saudade; não nos devemos deixar entorpecer pelas lamentações da ausência. Devemos, ao contrário, servir-nos da lição de sua vida como fonte de consolo para as nossas mágoas, como fonte de combate para as nossas descrenças e, sobretudo, como fonte de entusiasmo pelo futuro da República. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é vivamente cumprimentado*)

Plano Salte

22-2-1949

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente e Srs. Deputados, minha inscrição no debate que hoje se inicia neste plenário obedeceu, apenas, ao propósito de expender, perante a Câmara, algumas considerações tendentes a justificar o voto por mim proferido na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, no sentido de apoiar a constitucionalidade do Plano Salte.

Não tenho a intenção, nem a pretensão de conduzir uma crítica, acurada e penetrante, relativamente aos aspectos técnicos do Plano, observados à luz do seu material específico, isto é, de suas finalidades econômicas e de seus intuitos administrativos, nos diferentes setores abrangidos pelo referido trabalho. Está, entretanto, dentro de minha alçada e dos limites de minhas atribuições, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, justificar, como disse, o voto que ali ofereci nesta data, sustentando a plena exeqüibilidade do Plano Salte, unicamente do ponto de vista da técnica constitucional.

O interesse que para mim apresenta esta oportunidade, Senhor Presidente, prende-se ao desejo de manifestar, de forma categórica, a perfeita compatibilidade exis-

tente entre o regime democrático que praticamos e as necessidades do planejamento econômico, que se oferecem, por igual, neste momento, a todos os povos civilizados.

Na verdade, tão complexos, dificultosos e eminentes são os empecilhos, imprevistos decorrentes da vida social de nossos dias, em seguida à terrível convulsão que interessou a todas as nações do mundo, que temos de encarar de frente o problema da transformação dos métodos da administração pública e o imperativo de condicioná-los a estudos prévios e a execuções a distância.

Efetivamente, planejar é governar. E não se pode conceber hoje nenhum governo capaz de estabilizar as condições, por sua natureza mutáveis, da vida social e econômica, a não ser por meio da realização de planos de ordem econômica, administrativa e social de longo alcance.

O planejamento só tem de novo o nome. A ânsia de planejar, o desejo de estatuir em conjunto para as necessidades peculiares da administração em tempo de crise é tendência que se observa no mundo ocidental, desde os fins da primeira conflagração. Efetivamente, foi logo após o final da primeira guerra mundial que, na Alemanha, se esboçou, pela vez primeira, a tentativa de organização de um programa de governo condicionado à articulação de todos os elementos e ao aproveitamento de todos os valores e possibilidades nacionais, no sentido da satisfação das necessidades mais urgentes do povo. Foi naquele país que se constituiu, pela primeira vez, sob a influência de Walter Rathenau, o grande estadista germânico, a primeira comissão que elaborou um plano de governo, tomado no seu conjunto.

Posteriormente, a União Soviética pôs em funcionamento, e com sucesso incontestável em vários setores, segundo observação de técnicos e especialistas desapaixonados, o famoso plano qüinqüenal, que vem servindo, em muitos pontos, de inspiração e de modelo aos estadistas.

Mas não apenas nesses dois países se planejou, em momentos de crise. Pode-se dizer que, hoje, em todas as nações, os homens estão interessados nesta maneira de governar.

Ainda, recentemente, na grande União americana, no decorrer da segunda guerra mundial, constituiu-se a junta ou o conselho de aproveitamento dos recursos nacionais, que ainda em 1943 exercia preponderante influência no desenrolar da administração pública; tanto no terreno da preparação da guerra, quanto no da manutenção dos serviços da paz.

O planejamento econômico democrático difere substancialmente daquilo que os técnicos em economia chamam, modernamente, de economia planificada. Não é, absolutamente, a mesma coisa. De fato, a economia planificada tende para a incorporação de todas as atividades econômicas nacionais sob a égide do Estado, ou mais precisamente, sob a orientação e o controle dos poderes executivos do Estado. Enquanto isto, o planejamento econômico limita a intervenção do poder público aos setores mais sensíveis da produção, do transporte e do consumo, sem, entretanto, com esta intervenção, procurar suprimir ou anular a iniciativa privada.

A diferença fundamental entre economia planificada e planejamento econômico é precisamente a mesma que diferencia a intervenção do Estado nos regimes totalitários desta mesma intervenção nos regimes democráticos.

O Sr. Coelho Rodrigues – V. Exª permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Coelho Rodrigues – Permita-me lembrar que, na mensagem assinada pelo Sr. Presidente da República, acha S. Exª que a única autoridade que deve fiscalizar a execução do plano é o próprio Presidente da República. Lastimo tenha partido de S. Exª essa situação ímpar na execução do plano, quando aqui o próprio Líder da maioria poderia propor a indicação, e essa escolha seria feita por aclamação.

O SR. AFONSO ARINOS – Respondo ao aparte de V. Exª, recordando que os termos da Mensagem não constituirão a base para a execução do plano, mas, sim, os termos da lei que o Congresso vai aprovar.

O Sr. Coelho Rodrigues – Mas de acordo, creio, com o último artigo, que dá plenos poderes ao Presidente para fiscalizar todos os atos a serem executados, e mais essa proposta que já vem no bojo do projeto, ficará tudo nas mãos de S. Exª, sem dúvida alguma.

O SR. AFONSO ARINOS – Se V. Exª tiver a bondade de me honrar com sua atenção até o fim do meu discurso, procurarei responder ao seu aparte, no momento oportuno.

O Sr. Coelho Rodrigues – Terei todo o prazer.

O SR. AFONSO ARINOS – Como dizia, Sr. Presidente, há necessidade incontestável para nós, parlamento democrático, de fixarmos, de uma vez por todas – porque esta é a primeira oportunidade que se nos apresenta no Brasil – o caráter eminentemente democrático do planejamento econômico, para mim particularmente importante, porque, antes de tudo, desejo deixar patente aos olhos dos ilustres colegas e, também, à consciência de toda a opinião nacional, que a eficácia administrativa, que a energia na ação política, não são elementos inseparáveis dos governos ditatoriais. Longe disso, o Estado democrático pode e deve ser, nas medidas de seu feitio e nos limites dos seus processos legais, tão fortemente intervencionista, tão ativamente participante da vida econômica nacional quanto qualquer ditadura, sem que, entretanto, sejam desvirtuadas as bases filosóficas, políticas e racionais da sua organização.

O Sr. Coelho Rodrigues – Devendo, também, o governo levar em conta, sempre, a boa escolha dos administradores, para a boa execução dos planos.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço o aparte do nobre colega.

A diferença entre plano e programa, que tem sido, mais de uma vez, objeto de críticas no debate do Plano Salte, me parece irrelevante.

Na minha opinião, o Plano é um programa transformado em lei. Não é senão a cristalização de um programa teórico dentro de um texto legislativo.

Desde que tenhamos confeccionado e aprovado, no seio do Congresso, esse texto legislativo, com as qualidades intrínsecas que a lei deve possuir, essa lei terá consubstanciado um plano, terá mudado um programa teórico num capítulo de direito objetivo, terá transformado um simples anseio político em texto específico de realização concreta.

Não temos de nos perder em sutilezas de semântica; não temos de procurar interpretações mais ou menos falaciosas para as palavras. Devemos considerar plano todo aquele programa que nossa capacidade, maior ou menor, tiver tido a virtude de transformar em lei.

Estamos aprovando um plano que é um programa corporificado em texto legal. As vantagens e desvantagens, as qualidades e defeitos, a força e a fraqueza, a exeqüibilidade ou a inexeqüibilidade desse plano são assuntos que escapam à minha competência. Foi ele discutido nas diferentes comissões técnicas da Casa, cujas finalidades coincidem com os objetivos do trabalho. Sofreu, no seio dessas comissões, a crítica de muitos eminentes companheiros e, à luz dessa crítica, recebeu as emendas que se faziam mister.

Temos, agora, em mãos, o substitutivo apresentado pela douta Comissão de Finanças, em seguida ao estudo apurado dos diferentes pareceres oriundos das diversas comissões e após o aproveitamento de diversas sugestões contidas em emendas anexas a esses pareceres.

Assim sendo, deixarei ao cuidado dos mais capazes, ao trabalho dos mais doutos, o exame da apreciação do mérito, da substância e das possibilidades intrínsecas do Plano.

Desejo circunscrever, conforme salientei de início, minhas considerações ao aspecto puramente jurídico desse trabalho, a fim de que fique constando dos *Anais* o ponto de vista expresso pelo meu partido, tanto quanto possa eu exprimir e representar o partido, que colaborou não somente na elaboração do Plano, mas que também deu apoio nas diferentes comissões em que é representado.

Passo a examinar as dúvidas constitucionais suscitadas, desta tribuna e fora dela, nesta casa e na imprensa, dúvidas que serviram de motivo e de pretexto, inclusive, para questões de ordem versando, exatamente, o ponto que pretendo debater.

A Constituição de 1946 é clássica, mais do que clássica, conservadora na adoção dos preceitos relativos à elaboração do orçamento. Praticamente em nada inovou a atual carta política do país, com referência a sua antecessora democrática – a Constituição de 1934. E, nas suas linhas gerais, abandonados certos pormenores menos importantes, poderíamos dizer que a técnica da elaboração orçamentária, no Brasil, é a mesma desde a primeira carta republicana e, até, se quisermos levar mais longe o exame, poderemos dizer que nossa elaboração orçamentária não sofreu modificação de relevo desde o antigo regime imperial.

Que se diga isso em nosso abono, em louvor das nossas tradições jurídico-administrativas. Realmente o Brasil foi daqueles países em que o problema orçamentário mais cedo atingiu ao seu delineamento nítido; foi daqueles em que a confecção do orçamento encontrou, mais precocemente, guarida constitucional, e o esforço dos legisladores que nos antecederam cifrou-se, principalmente, em transferir para a legislação brasileira os princípios essenciais aos poucos construídos pela prática parlamentar britânica. O sistema orçamentário brasileiro é de fundo inglês. O desvio que tivemos nessa longa tradição foi precisamente instituído no parênteses do Estado Novo, a modificação que sofreu a elaboração orçamentária, no Brasil foi, com efeito, produto da imitação do sistema norte-americano que o governo ditatorial pretendeu introduzir nos nossos processos, esquecido de que, se havia uma coisa que não nos era lícito procurar imitar dos Estados Unidos, era precisamente a elaboração orçamentária, um dos maiores espetáculos de desordem da política nacional, oferecidos por aquele país.

Como dizia, porém, Sr. Presidente, a atual Constituição de 1946 voltou ao regime de 1934 quase literalmente, e seguiu em seus lineamentos gerais, o regime de 1891.

Os arts. 73 e seguintes de nossa carta magna estabelecem as bases habitualmente aceitas na elaboração orçamentária. O art. 73 impõe sua unidade; o 74, a sua anuidade e o art. 75 veda a inclusão de créditos ilimitados e abertura de créditos especiais sem autorização legislativa, bem como fulmina de nulidade o estorno de verbas. Estas são, na sua singeleza, as regras, quase que universais, do orçamento, adotadas nos países democráticos.

Levantaram-se, nesta casa, algumas objeções sobre pretendidas infrações dessas regras básicas, em relação ao Plano Salte. Disse-se, particularmente, que ele infringia a regra da anualidade orçamentária, assim como também se disse que ele infringiu uma regra, um preceito de nossa Constituição Federal, não no capítulo referente ao Orçamento, mas no relativo à organização dos poderes, isto é, o art. 36, § 2º, que veda a qualquer dos poderes delegar atribuições.

Estas, a meu juízo, até este momento, as questões mais graves suscitadas na Câmara dos Deputados quando da aprovação do Plano Salte, sob o ponto de vista constitucional.

Desejo discutir de *per si* cada uma dessas objeções, com a finalidade de exprimir a minha opinião contrária aos desacordos e favorável à aceitação da tese da constitucionalidade.

Vejamos, em primeiro lugar, a questão da delegação de poderes atribuída ao Presidente da República pelo Congresso, ainda há pouco aflorada no aparte com que me honrou o ilustre Deputado Sr. Coelho Rodrigues, meu prezado correligionário.

Haverá no texto do Plano Salte disposição que infrinja ou desobedeça aos preceitos do § 2º, do art. 36, que veda a qualquer dos poderes delegar atribuições?

Ainda hoje, no debate que sofreu o assunto no seio da Comissão de Constituição e Justiça, meu nobre companheiro e amigo, Deputado Hermes Lima, discutindo

o art. 17 do substitutivo, agora em exame, expendeu opinião no sentido de que esse artigo representava infração clara do preceito que veda a delegação de poderes.

Este problema da delegação constituiu um dos pontos mais delicados de todo o arcabouço constitucional. Da sua interpretação, da maneira pela qual conduzamos sua inteligência e entendimento, decorrerão conseqüências de grande alcance e de indisfarçável gravidade.

Sou dos que pensam que se o Congresso Nacional interpretar restritamente esse preceito e, mais que o Parlamento, o Poder Judiciário entender a disposição no sentido de vedar completamente a articulação da ação governamental, distribuída em três poderes harmônicos, então nos veremos coagidos de duas uma: ou não podermos mais levar avante a administração pública no país, ou suprimir imediatamente, da Constituição, tal preceito que será como uma porta fechada a qualquer possibilidade de progresso.

O Sr. Coelho Rodrigues – Os poderes harmônicos podem, realmente, viver em perfeita paz, sem haver interferência de jurisdição. O que existe, porém, no texto da lei, é delegação de poderes, pura e simples. Todos os atos de que precisar, baixando um decreto, o Presidente resolverá por si, sem consulta ao Legislativo, o qual, no tocante ao Plano Salte, já deixou a trouxa no meio da estrada.

O SR. AFONSO ARINOS – Responderei a V. Exª na medida do possível.

Sr. Presidente, a lei em discussão que vamos votar é constituída de duas partes: uma distribuída em artigos, outra constante do anexo, onde são especificados os planos, as despesas respectivas e as providências de ordem administrativa necessárias para criar os recursos com que se façam essas despesas.

O Sr. Oscar Carneiro – Ontem, sustentei, evidentemente não com o brilho de V. Exª ...

O SR. AFONSO ARINOS – Bondade do nobre colega.

O Sr. Oscar Carneiro – ... a integral constitucionalidade do Plano Salte. Agora, o aparte do ilustre Deputado Sr. Coelho Rodrigues me faz responder que as verbas são contadas, as quantias distribuídas e o emprego dessas verbas discriminado – tudo isso é feito pelo Poder Legislativo, competindo ao Poder Executivo, como a palavra está dizendo, apenas executar dentro do esquema e atribuição legal conferida pelo Legislativo. Portanto, não se trata de delegação de poderes. O que há é de um lado, o Legislativo, que concede atribuição e, do outro, o Executivo, que cumpre a determinação. Eis tudo.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência está exatamente, e com muita acuidade, avançando os argumentos de que me vou servir, que não são, aliás, de minha autoria e que confirmam o ponto de vista expresso por V. Exª.

O Sr. Castelo Branco – Permita o nobre orador. É para pedir a Vossa Excelência que voltasse ao ponto em que estava, esclarecendo a verdadeira inteligência da Constituição, e do qual foi desviado em parte pelo Deputado Coelho Rodrigues. Depois de fixar esse aspecto que conheço, porque tive a ventura de ouvir a sua palavra sempre brilhante, na Constituição de Justiça esta tarde...

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Castelo Branco – ... depois, então, V. Exª responderia ao aparte do Deputado Coelho Rodrigues.

O Sr. Coelho Rodrigues – A interpretação do texto da lei não deixa dúvidas. Para os atos que forem necessários, o Sr. Presidente da República baixa um decreto, e está tudo terminado.

O Sr. Oscar Carneiro – Mas atos de execução do Plano.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, esta questão foi calorosamente debatida nos Estados Unidos, onde também é vedada a delegação de poderes. E a maior crise constitucional da história americana, depois da guerra de secessão, foi precisamente a deflagrada no seio da Suprema Corte, por ocasião da discussão desse assunto, desse tema, desse ponto que estamos debatendo. No tempo do primeiro governo do grande Presidente Franklin Roosevelt, como não ignoram V. Exªs criou-se na União americana um estado tremendo de inquietação popular em face do *non possumus*, em face do obstáculo intransponível criado pela interpretação de uma Suprema Corte, constituída por juristas veneráveis, mas por juristas que tinham formado suas convicções em épocas definitivamente transpostas, contra as novas necessidades oficiais e econômicas de que se fazia intérprete e arauto o Chefe do Executivo.

Nessa ocasião, Sr. Presidente, uma corte de nove juízes, dos quais o mais jovem tinha mais de 70 anos, fulminava reiteradamente, impiedosamente, com os raios de sua condenação judiciária, toda a nova legislação, todos os propósitos generosos da política nos setores de economia e da assistência social.

Criou-se, então, nos Estados Unidos um clima de alarma; adensaram sobre os horizontes nacionais até os perigos dos movimentos armados; e a imprensa explorava apaixonadamente esta tremenda situação. Milhões de trabalhadores, milhões de desempregados, todo o impulso nacional no sentido de uma política progressista que vencesse os entraves do capitalismo decadente, se esbatiam e se entrechocavam, nas portas fechadas de um tribunal, diante de nove figuras veneráveis de sábios semi-mortos.

Nessa ocasião pensou-se em tudo. Pensou-se em emendar a Constituição, no sentido de conceder ao Congresso Federal a possibilidade de examinar os arestos da Corte Suprema, equiparando-os aos vetos presidenciais. Comparou-se o julgamento de inconstitucionalidade de uma lei ao veto do Presidente da República, e pensou-se em criar uma maioria especial no Congresso, que derrubasse esse julgamento, como é possível derrubar o veto. Pensou-se, Sr. Presidente, em dar poderes especiais ao

Executivo, passando sobre a autoridade do Judiciário. Pensou-se – e esta foi a solução esposada pelo Presidente da República, uma vez que a Constituição não marcava o número de ministros que tinham assento no tribunal – em nomear um novo ministro, um novo ministro que fosse, ao mesmo tempo, um ministro novo, um homem jovem, de mentalidade arejada, que viesse automaticamente, substituir todos aqueles que tivessem atingido a idade de 70 anos.

Mas, Sr. Presidente, esse problema que agitou a vida nacional americana, esse problema que chamou a atenção de todos os juristas e professores da ciência jurídica do mundo para a gravidade da situação que se desenrolava nos Estados Unidos, teve seu desfecho satisfatório, dentro das tradições da técnica jurídica anglo-saxônica e do bom senso do próprio povo, expresso na mentalidade daqueles mesmos juízes, que resolveram modificar a sua jurisprudência, que resolveram coisa sem precedente na história judiciária americana, que foi dar uma guinada de 90 graus no rumo do seu leme, para passarem a considerar como válidos, para passarem a considerar como necessárias e indispensáveis todas as medidas que, algum tempo atrás, vinham sendo declaradas nulas e impossíveis de serem aplicadas. É sobre este assunto, é sobre o desfecho dessa grave emergência que trago, não direi ao conhecimento, mas à lembrança dos Senhores Deputados, que mais de uma vez terão tido oportunidade de percorrer esses textos que tenho em mãos, algumas indicações precisas, que muito melhor que minhas palavras e meus argumentos, virão demonstrar, à saciedade, à Câmara dos Deputados do Brasil, que essa é uma questão vencida, que esse é um assunto morto, que esse é um obstáculo que não existe e que não temos de nos ocupar com ele.

No seu livro sobre a Corte Suprema e o *New Deal,* o professor francês Pinto diz que a Suprema Corte Americana, para desembaraçar-se daquele impasse terrível, que era a atitude anteriormente assumida, conseguiu fixar uma doutrina, conseguiu estabelecer uma orientação, cristalizar uma jurisprudência que viesse dar, definitivamente, cobro aos protestos que se levantavam contra as pretensas delegações de poderes.

Aliás, aproveito a oportunidade para recordar à Câmara que o que se vai fazer dentro do Plano Salte, não é uma delegação de poderes. Esta é uma expressão viciosa, visto que a Constituição veda as delegações de poderes.

Não podemos dizer que estamos fazendo o que a Constituição proíbe. O que se vai dar é uma habilitação de autoridade – foi o nome que a Suprema Corte Americana atribuiu a essa medida. O Congresso concede ao Presidente da República uma habilitação de autoridade: transfere ao Presidente da República, especificamente, limitadamente, algumas faculdades de execução de certos preceitos, que estão expresos na lei que ele aprovou.

O Sr. Coelho Rodrigues – Suponha V. Exª que o Presidente da República, a conselho do Ministro da Fazenda, não lance mão dos quatro bilhões de cruzeiros a 7%, e baixe uma portaria no sentido de que o Banco do Brasil por intermédio da Superintendência da Moeda e do Crédito, faça uma emissão de quatro bilhões, a tempo, somente para as obras. Está a autorização já dada!

O SR. AFONSO ARINOS – Concebo esta hipótese em homenagem a V. Exª

O Sr. Coelho Rodrigues – Mas já existe o exemplo: com o Congresso aberto houve autorização de emissão sem consulta.

O SR. AFONSO ARINOS – Estarei pronto a examinar estas novas emissões; aliás, já me propus na Comissão de Justiça a fazê-lo. Assim como estou aqui declarando a minha convicção da constitucionalidade dessa habilitação de autoridade, não tenha V. Exª dúvida de que virei à tribuna pra declarar também a minha convicção, se for o caso, da inconstitucionalidade dessas emissões.

O Sr. Coelho Rodrigues – Mas a porta estará aberta, com a delegação que damos ao Presidente da República.

O Sr. AFONSO ARINOS – Compete ao Poder Judiciário fechá-la.

O Sr. Coelho Rodrigues – Mas quem vai reclamar?

O Sr. Oscar Carneiro – Qualquer brasileiro.

O Sr. Coelho Rodrigues – Mande o *Diário da Noite* reclamar. *(Riso).*

O SR. AFONSO ARINOS – Aqui está, Sr. Presidente, o que diz o autor aludido:

> "Pode-se definir a habilitação lícita: uma atribuição de competência especial condicionada e limitada. Especial, limitada no seu objeto, a atribuição de competência não pode, verdadeiramente, permitir ao Presidente da República um poder espontâneo e autônomo. Uma dupla qualificação intervém: ou circunstâncias de fato, que tornarão necessária a regulamentação presidencial, devem ser precisadas pela lei, ou então, a aplicação de dispositivos legislativos emanados do Congresso é condicionada pela existência de circunstâncias de fato que pertence ao Presidente constatar. Enfim, o Presidente deve agir na medida em que a existência dos fatos previstos pelo legislador é constatada por ele. A sua competência é limitada".

O Sr. Hermes Lima – Permita V. Exª. Combati, na Constituinte, o artigo que proibia a delegação de poderes, exatamente para que não tivéssemos necessidade de chegar a uma interpretação constitucional, dando a essa delegação um nome novo e mais moderno como habilitação de autoridade. Na verdade, o que V. Exª está definindo como habilitação de autoridade corresponde à delegação de poderes, ainda que em sentido parcial, porque no fundo de toda delegação de poderes o que há é, precisamente, isto: transferência de uma competência de um poder para outro. Sou a favor dessas transferências. Apenas a Constituição atual fechou, de modo radical essa possibilidade. Uma das nossas constituições permitia a delegação parcial, com o objetivo limitado. É o que V. Exª está chamando de habilitação de autoridade. Pe-

rante o texto da Lei Magna atual, entretanto, tenha o nome que tiver, essa transferência de competência não se pode verificar, desde que estejamos convencidos de que a competência a ser transferida pertence, originariamente, ao poder que a tranfere.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

O Sr. Aloísio de Castro – V. Exª me concede um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Se V. Exª permite, eu responderei primeiro ao nobre Deputado Hermes Lima.

O Sr. Aloísio de Castro – É conveniente que V. Exª me ouça, porque, então, a resposta de V. Exª compreenderá também o meu aparte.

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Aloísio de Castro – Posso assegurar a V. Exª que o projeto relativo ao Plano Salte não envolve qualquer delegação de poderes, nem habilitação de autoridade na frase de V. Exª. Oportunamente demonstrarei isto a V. Exª. O projeto especifica encargos e dá recursos ao Poder Executivo para aplicá-los, na conformidade da discriminação feita pelos órgãos competentes da casa, e mediante aprovação do plenário. Isto provarei oportunamente a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado ao ilustre colega.

Sr. Presidente, o nobre Deputado Hermes Lima, no ardor do seu brilhante aparte, acaba de proferir, contra a Constituição Federal, uma sentença condenatória, que não é do feitio nem da inteligência essencialmente realista e prática de S. Exª tomado como indivíduo, nem da posição que S. Exª ocupa no plenário desta Casa, como representantes do Partido Socialista. Porque, Sr. Presidente, se um deputado socialista, se um professor de Direito acha que a Constituição Federal que estamos vivendo fechou, definitivamente, a porta das habilitações de autoridade, S. Exª não tem outra coisa que fazer senão apresentar, ou procurar o número necessário que o acompanhe na apresentação de uma emenda de reforma da Constituição, porque a conclusão a que S. Exª chegará inevitavelmente é de que é impossível governar o Brasil.

E vou mais longe ainda.

O nobre Deputado Hermes Lima, em uma das conversas de que tenho o privilégio de gozar aqui nesta casa com S. Exª, comentando o parecer oferecido pelo nosso querido mestre Francisco Campos, parecer em que o grande jurista mineiro, levado por uma espécie de fúria racionalista chegava, com grande luxo de detalhes, a uma posição teórica exatamente igual à que S. Exª lembrou no seu aparte – o nobre Deputado Hermes Lima declarou-me, nessa conversa, que, se fosse possível entender a Constituição Federal nos termos daquele parecer, não seria possível a ninguém exercer o governo do Brasil.

Apelo para S. Exª sobre essa conversa que tivemos comentando o parecer do Sr. Francisco Campos.

O Sr. Hermes Lima – É exato, e por isso mesmo é que na Constituinte me bati ardorosamente contra esse artigo da Constituição, contra a proibição da delegação de poderes. Aceito a tese de V. Exª, de que a Constituição precisa ser reformada neste ponto. Não tenho, entretanto, autoridade política para encabeçar essa reforma.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas, Sr. Presidente, ela não precisa apenas ser reformada. Um dos males, a meu ver, da política nacional, é o desejo de sempre reformarmos as Constituições antes de praticá-las. Do que a Carta Magna precisa é de ser praticada, e ela pode ser praticada por meio de uma interpretação construtiva, de que o nobre Deputado Hermes Lima pode e deve ser um dos pioneiros nesta casa, sem a qual não será possível governar este país, sem a qual não será possível progresso algum, não será possível providência alguma no sentido de atenuar os graves males que atormentam a nossa economia e a nossa vida social.

A prova de que é possível a interpretação que estou dando ao texto constitucional – direi mais à Câmara – não é trazida apenas pela jurisprudência da Suprema Corte americana, que acabei de ler. É mais do que isto, Sr. Presidente. Esta prova vem de sua necessidade: podemos fazer assim porque devemos fazer assim; temos o poder de interpretar desta forma porque temos o dever de interpretar desta forma.

Não há outra maneira de governar este país, senão entendendo tolerantemente, – e eu aproveito a ocasião para lembrar a S. Exª, que foi constituinte, o que não fui – entendendo este artigo como circunscrito às finalidades políticas para as quais foi criado. Este artigo não é senão a explosão de um recalque antiditatorialista da Assembléia Constituinte...

O Sr. Hermes Lima – Apoiado.

O SR. AFONSO ARINOS – ... não é senão o gesto de revide desta casa, fechada traiçoeiramente a 10 de novembro pelo ditador; não é senão o desejo de manifestar num texto imperecível a condenação do Poder Legislativo aos excessos brutais e tirânicos do Poder Executivo. Este artigo não tem significado econômico, este artigo não tem, sequer, significado jurídico. Ele não é senão a manifestação de uma condenação política, ele não é senão o protesto da consciência legislativa nacional em face das ameaças da espada ou da ditadura.

Por conseqüência, devemos fazê-lo retroagir à sua posição, devemos defender a nossa autonomia política, devemos defender a nossa dignidade política, mas não devemos comprometer o nosso dever de cooperação harmônica de poder soberano do Estado com os demais poderes soberanos do Estado, numa obra de interesse comum.

O Sr. Hermes Lima – Foi exatamente o que vi no tempo em que se elaborava a Constituição. E declarei que me batia contra essa radical proibição, apontando contra ela os mesmos motivos que V. Exª está argüindo neste momento.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência está então, fazendo história e eu apelo para V. Exª no sentido de que se volte para o presente e para o futuro.

O Sr. Tristão da Cunha – Cheguei neste instante ao recinto, não tendo o prazer de ouvir o início do seu discurso; mas parece que V. Exª está sustentando a constitucionalidade do Plano Salte. Queria que V. Exª me esclarecesse a matéria sob o ponto de vista orçamentário. Esta a minha maior dúvida, porque a Constituição declara que o Orçamento será um e que nele serão compreendidas todas as receitas e despesas da União. Isto é muito claro. No artigo seguinte, declara que a despesa consta de duas partes: uma fixa, outra variável, sendo que esta deve ser rigorosamente especializada. Pergunto a V. Exª: o Plano Salte não é um orçamento, não ofende a unidade orçamentária, não traz verbas globais e, portanto, não está em desacordo com o preceito constitucional que manda especializar, rigorosamente, a despesa variável da União? Este o ponto que desejava que V. Exª, com sua grande autoridade, me esclarecesse.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª, mas me desfaço ao qualificativo de grande autoridade, porque ele traz responsabilidades enormes, e não desejo assumi-las.

O Sr. Tristão da Cunha – Todos nós reconhecemos essa autoridade. *(Apoiados).*

O SR. AFONSO ARINOS – Dizia a V. Exª que, na minha opinião, a especialização rigorosa se refere, na parte final do § 2º do art. 73, à parte variável do Orçamento.

O Sr. Tristão da Cunha – Sim, parte variável do Orçamento.

O SR. AFONSO ARINOS – Essa lei que vamos adotar não é lei que vá destinar as verbas previstas para a parte variável do Orçamento, ela é, exatamente, a parte fixa, que não pode ser modificada, a não ser em virtude de lei anterior. Para modificarmos esta parte, temos de modificar a lei anterior, que é esta que estamos votando.

O Sr. Dolor de Andrade – Apenas para este ano.

O SR. AFONSO ARINOS – Disposição especial para este ano.

O Sr. Tristão da Cunha – Vou insistir: o Orçamento contém duas partes: uma fixa – quer dizer, criada em lei anterior, pelo que precisa ser especificada, pois a lei anterior que criou o serviço, criou a função e, naturalmente, as verbas estão também determinadas – e outra variável. Justamente aquela incluída no Orçamento por tempo determinado e que se supõe se exaure durante o exercício: verbas para construção disso, daquilo etc. É o que se costuma chamar parte variável, que todos os anos se renova, ao passo que a outra, sendo estabelecida em lei, forçosamente o Orçamento tem de incluir as verbas. Elas são, portanto, fixas, só podem ser alteradas por lei, porque assim foram instituídas. Ora, o Plano Salte, evidentemente, só contém verbas variáveis a serem exauridas durante

um período. Não foram criadas por lei anterior: não há dispositivo legal algum que tenha criado as verbas incluídas no Plano Salte.

O Sr. Oscar Carneiro – V. Exª está confundindo verbas fixas para os serviços previstos pelo Orçamento. As verbas fixas, entretanto, são aquelas também destinadas a melhoramentos, a obras, a investimentos, como os do Plano Salte autorizados por lei anterior ao Orçamento. Aí está o engano de V. Exª quando divide o Orçamento. V. Exª já fez uma preleção sobre o sistema inglês e o sistema americano. No sistema inglês e no sistema americano, nem as verbas fixas precisam constar do Orçamento, porque se destinam à parte pessoal, fixa ou variável. Não pode ser verba fixa a que cuida de melhoramentos como o caso do Plano Salte.

O Sr. Tristão da Cunha – V. Exª está concordando comigo sem saber.

O Sr. Oscar Carneiro – Não é possível V. Exª inferir isso! Ainda não perdi o juízo a esta hora.

O SR. PRESIDENTE – Atenção! Está com a palavra o nobre Deputado Afonso Arinos.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª, Sr. Presidente.

O Sr. Tristão da Cunha – Senhor Deputado Afonso Arinos, estava aparteando V. Exª. O nobre colega não concorda, então, que continue o aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente, com muita honra.

O Sr. Tristão da Cunha – As verbas do Plano Salte não foram criadas por lei anterior; não há lei que tenha estabelecido verbas para serem incluídas no Plano Salte. Trata-se, pois, de verba perfeitamente variável. E vou explicar a V. Exª por que assim a considero. Imagine o nobre colega o seguinte: há um dispositivo na Constituição dispondo que, se o Orçamento não estiver votado a 30 de novembro considera-se o mesmo prorrogado. Ora, prorrogada a lei de meios, naturalmente a parte fixa do ano anterior continua a funcionar, pois consta na lei. Mas a parte variável, essa provavelmente se exauriu durante o exercício. Não existirá mais no ano seguinte, e não haverá autorização nem para obras, nem para isso nem para aquilo.

O Sr. Oscar Carneiro – E que tem isso?

O Sr. Tristão da Cunha – Suponhamos que amanhã, o Congresso não vote o Orçamento até o dia 30 de novembro. É prorrogado o anterior. Vem, depois, o Presidente da República com o Plano Salte, ou outro qualquer, em que se inclua a parte variável do Orçamento para o ano seguinte. Quer dizer, não adiantou nada a punição que se queria dar ao Congresso. Nada alterará; poderemos deixar de votar o Orçamento até o dia 30 de novembro, sem conseqüências, pois podemos votar um apêndice ao Orçamento, com o plano de obras, para o ano seguinte.

O Sr. Oscar Carneiro – Se as verbas especiais são previstas para mais de um ano? Essas se esgotam, se exaurem com o término do Orçamento? De maneira nenhuma. Seguem seu curso pelo tempo da autorização.

O Sr. Tristão da Cunha – Crédito especial é outra coisa.

O Sr. Oscar Carneiro – Mas está, também, contido no Orçamento.

O Sr. Tristão da Cunha – Não tem nada a ver com o assunto.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, o que se dá, neste caso, é o que se chama especialização da receita.

O Sr. Oscar Carneiro – Perfeitamente.

O SR. AFONSO ARINOS – Essa providência – especialização da receita – foi, não há dúvidas, condenada pelos técnicos clássicos em matéria orçamentária, mas hoje não pode mais ser combatida, visto figurar expressamente em mais de um ponto de nossa Constituição Federal. Pois não especializamos receita para o Vale Amazônico e para o Vale do São Francisco? Pois não especializamos a receita do imposto de consumo, quando incide sobre os lubrificantes líquidos, para entregá-la a outras entidades?

O SR. PRESIDENTE – Peço permissão ao nobre orador para interromper sua oração, a fim de levar ao conhecimento da casa que há, sobre a mesa, requerimento de autoria do nobre Deputado Hermes Lima, solicitando prorrogação por 30 minutos do tempo de que dispõe o Sr. Deputado Afonso Arinos, a fim de que S. Exª conclua suas considerações.

Os senhores que aprovam o requerimento queiram levantar-se. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O ilustre orador dispõe de mais trinta minutos.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, agradeço a V. Exª, ao Deputado Hermes Lima, e à casa a gentileza.

Dizia que isto nada mais é do que o que se chama, em técnica orçamentária, um aspecto de especialização da receita, a qual procurava eu demonstrar que está prevista em vários artigos de nossa Constituição.

Mais do que isso, vou ler o texto de uma lei orçamentária muito antiga, de quase trinta anos e que nem sei se ainda está em vigor, o que pouco importa para a elucidação de minha tese.

Vou demonstrar que, antes dos planos, antes da necessidade dos planejamentos, antes das especializações expressamente consentidas pela Constituição, já o Código de Contabilidade do Brasil adotava francamente o sistema da distribuição parcelada, por vários anos, de verbas globais.

O texto em questão é o art. 73 do Regulamento Geral da Contabilidade Pública Brasileira, aprovado pelo Decreto nº 15.783, de 8 de novembro de 1912. Esse dispositivo diz o seguinte:

> "Toda despesa ordinária a efetuar-se repartidamente em diversos anos deverá ser inscrita no Orçamento apenas pela parte vencível em cada ano, repetindo-se, sucessivamente, a respectiva consignação nos orçamentos posteriores, até extinção total da soma repartida."

O Sr. Tristão da Cunha – Com isso todo o mundo está de acordo. Todos concordaram em que a despesa seja criada por lei especial e apareça anualmente no Orçamento até examinar-se.

O SR. AFONSO ARINOS – Ora, Sr. Presidente.

O Sr. Tristão da Cunha – Queria que o orador permitisse completar meu aparte. V. Exª citou o caso em que a Constituição previu a existência de verbas globais. Estamos aí, porém, em face de exceções à regra geral.

O SR. AFONSO ARINOS – A interprestação de V. Exª é puramente subjetiva. V. Exª é quem declara que essas receitas são excepcionais.

O Sr. Tristão da Cunha – Taxativas na Constituição.

O SR. AFONSO ARINOS – Não são exceções taxativas, porém, obrigações taxativas. Temos de fazer, obrigatoriamente, nesses casos, aquilo, mas podemos fazer, embora não obrigados, em outros casos, coisas semelhantes. Não há nenhuma hermenêutica constitucional habilitando V. Exª a manifestar que aquela enumeração constitucional é restritiva, limitativa. Trata-se de ponto de vista exclusivamente individual, que não sou forçado a seguir.

O Sr. Tristão da Cunha – Todas as verbas variáveis serão especializadas.

O SR. AFONSO ARINOS – Chamo a atenção da Casa para essa lei, incorporada à nossa tradição orçamentária. Não existe inovação alguma na distribuição de verbas globais autorizadas por lei anterior. Não somente essa questão se acha consignada em texto expresso da Constituição vigente, como se encontra ainda no texto de uma lei ordinária já de cabelos brancos, que talvez nem esteja mais em vigor.

O que se dá com o Plano Salte é apenas a especialização de uma receita autorizada por lei anterior. A execução, a aplicação dessa receita está consignada, discriminadamente, nos textos do anexo que se segue a esta lei e que dela faz parte integrante, tão integrante quanto, na órbita do direito privado, certos documentos, certos recibos, certas quitações que declaramos fazerem parte das escrituras que passamos. São inseparáveis. Uma coisa está na outra. O anexo está na lei e a lei não existe sem o anexo.

Assim, Sr. Presidente, a celeuma levantada sobre a delegação de poderes não é procedente. Não existe delegação, conforme demonstrei, apoiado na jurisprudência

da Suprema Corte; existe somente uma habilitação de autoridade. Não existe infração do preceito da anualidade porque, conforme declarei, aqui essa distribuição é consentida pelo nosso sistema orçamentário.

A objeção do nobre Deputado pelo PR, meu prezado amigo Deputado Tristão da Cunha, é daquelas às quais podemos responder com os exemplos do passado. S. Exª pergunta que acontecerá, se não for aprovado o Orçamento no dia 30 de novembro. Acontecerá o mesmo que com o fato de não ser transferida a Capital da República para o Planalto Central. Não acontecerá coisa alguma. Não existe pena alguma ou resultado concreto apreensível das omissões ao cumprimento das disposições legais, desde que não fira direitos individuais. Não acontecerá coisa alguma. As verbas não entrarão no Orçamento, que não foi enviado em tempo oportuno e passarão a ser incluídas no Orçamento posterior, sofrendo nós, Deputados ou o Presidente da República, conforme a responsabilidade, as críticas que se fizerem mister por essa negligência.

O Sr. Oscar Carneiro – Um escritor americano, estudando justamente o assunto da delegação de poderes, declarou que o Congresso americano deu o poder de elaborar as leis ao Legislativo, e ao Executivo o de dar cumprimento às disposições legais, deixando-lhe a faculdade de como fazer. Esta é uma forma simples de se definir precisamente a atribuição de poderes entre o Legislativo e o Executivo. O poder de fazer é atribuído ao Presidente; como fazer é da sua competência.

O Sr. Milton Prates – Apoiado!

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, outro grande jurista, o professor Laferrière, da Faculdade de Direito de Paris, em um estudo sobre o poder regulamentar do Presidente da República na União americana, tem palavras que se aplicam como luvas à nossa situação. Como sabem os nobres colegas, o problema do Poder Executivo norte-americano é dos que desafiam mais de perto a atenção, a meditação e as pesquisas dos juristas gauleses, tão singular se apresenta aos olhos dos constitucionalistas franceses a existência do poder do Presidente americano. Tão extraordinária é a sua autoridade, tão poderosa é a sua ação que o regime parlamentar francês, que sofre do mal oposto – digamos assim –, a fragilidade do Executivo e da instabilidade do Legislativo, procura, por meio de seus juristas, examinar cuidadosamente a estrutura e o funcionamento do presidencialismo americano.

Podemos dizer, com efeito, que é nos juristas estranhos aos Estados Unidos – no inglês Bryce ou nos franceses Duguit e Laferrière – que vamos encontrar os mais substanciosos estudos sobre a natureza do poder presidencial. É exatamente de um desses estudos que ora destaco seguinte trecho que, a meu ver, pode encerrar perfeitamente as despretensiosas considerações que aqui estava alinhando.

Diz o professor Laferrière:

> "O órgão legislativo, renunciando a regular por si mesmo, em sua totalidade, as questões que comportam uma solução, a estabelecer por

meio de prescrição geral, se limita a decidir que tal assunto será regulado num sentido que ele determina em vista de um resultado que ele fixa...

Veja bem a Câmara,

> ...regulado num sentido que ele determina, em vista de um resultado que ele fixa e remete ao Executivo o cuidado de assegurar a realização dos seus objetivos por uma regulamentação secundária apropriada."

Não há, nessa definição, uma palavra a mais ou a menos. O gênio da língua francesa, a lucidez do pensamento gaulês declara, de forma que é inútil repetir, aquilo que temos em vista: precisamente o que está consubstanciado na lei do Plano Salte.

Obedecendo ao imperativo de uma necessidade evidente, aos clamores que em todo o país, se levantam em face da queda da nossa produção, da miséria dos nossos transportes, do desastre da nossa saúde pública, não podemos deixar de ter uma visão moderna, uma aproximação consciente e um tratamento objetivo e contemporâneo desse assunto.

Foi exclusivamente nesse propósito sem qualquer outro intuito, que vim à tribuna defender a constitucionalidade desse Plano, para o qual colaborou patrioticamente o meu Partido! *(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Código Brasileiro de Radiotransmissão

17-5-1949

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente. Srs. Deputados. Minha intervenção no debate deste projeto se restringe à justificação de emenda por mim apresentada, ainda no decurso da tramitação pela Comissão Mista de Leis Complementares, emenda essa aditada a outra do nobre deputado da União Democrática Nacional, seção de São Paulo. Sr. Deputado Plínio Barreto. Visam as nossas emendas, precipuamente, estabelecer um critério limitativo da ação das empresas radiodifusoras, no tocante à propaganda política em épocas pré-eleitorais.

Devo anunciar à casa que tanto eu como o Deputado Sr. Plínio Barreto temos recebido mensagens, traduzindo o desacordo de várias empresas que exploram esse ramo de negócio. Procuram justificar a ampla liberdade da radiodifusão em matéria política com o fundamento da liberdade de iniciativa consignada na Constituição. Era exatamente o aspecto constitucional do problema que eu desejaria, de início, salientar.

O assunto de que tratam as nossas emendas é da maior importância e para ele desejo chamar, com veemência, a atenção dos Srs. Deputados. Na verdade,

ninguém ignora que a exploração da radiodifusão obedece, grosso modo, a duas orientações distintas. As empresas de rádio ou são exclusivamente da propriedade do poder público, segundo acontece, por exemplo, na Grã-Bretanha, onde, como é sabido, existe somente a British Broadcasting Corporation, a famosa BBC, que a todos nós manteve acordados e vigilantes, tantas vezes, nos períodos em que a democracia corria o risco de desparecer sob o impacto feroz dos invasores nazistas; ou o paradigma do regime oposto, encontrado nos Estados Unidos, onde a liberdade comercial transformou o instituto da radiodifusão em negócio privado por excelência e, como tal, principalmente regido pelos interesses particularistas.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Até o telégrafo comum. Todo o telégrafo pertence a empresa particular.

O SR. AFONSO ARINOS – É exato.

O Sr. Emílio Carlos – Acho que V. Exª deve ter tido informações um tanto errôneas, relativamente à British Broadasting Corporation. Ela não pertence ao governo britânico, mas ao povo; tanto que é próprio Rei da Inglaterra quem, por carta Régia, nomeia o diretor da organização. O governo britânico não tem interferência, sequer para pedir contas à orgnização.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço o aparte de V. Exª, técnico no assunto, e desejo salientar que ao usar a expressão "governo" desejava, praticamente, significar a idéia de povo; governo como representante do povo, na acepção constitucional do termo.

O Sr. Emílio Carlos – Tenho lido o Código de Radiotransmissão e, em particular, deparei com a emenda de V. Exª. Na questão da propaganda política, parece que V. Exª quis basear-se na orientação que essa organização dá às campanhas políticas da Inglaterra. Daí a razão do meu aparte, porque pretendo discutir com V. Exª a questão da propaganda política nas emissoras.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª.

O Sr. Raul Pilla – O nobre orador tem toda a razão, porque, no sistema parlamentar, governo é, realmente, povo...

O SR. AFONSO ARINOS – Desejo discutir com V. Exª esse assunto, um pouco mais tarde, quando vier a plenário a emenda que o ilustre colega tão brilhantemente subscreveu.

Mas, voltando ao assunto, desejo ponderar ao Sr. Deputado Emílio Carlos, que não foi em obediência ao sistema praticado no Reino Unido que apresentei minha emenda, mas, sim, e tão-somente, em obediência à prescrição constitucional brasileira. Breve chegarei a esse ponto.

Dizia, porém, Sr. Presidente, que podemos separar, grosso modo, em dois grupos os sistemas de exploração da radiodifusão; ou bem está subordinado ao controle do poder

público, por meio dos representantes do povo – como é o caso da Inglaterra – ou bem está condicionado à supervisão dos interesses privados – como ocorre nos Estados Unidos.

No Brasil, nesta, como em muitas outras coisas, a nossa Legislação adotou uma posição *sui generis:* escolheu solução particular.

Esta é uma das vantagens, direi, uma das poucas vantagens que assistem ao nosso sistema de revoluções constitucionais sucessivas. Nossas constituições se sucederem numa seqüência tão amiudada, se repetem em tão curto lapso de tempo, que podemos inserir nos seus textos preceitos especialmente destinados a regular situações novas no campo da atividade social.

Foi o que se passou, precisamente, em relação ao rádio. Evidentemente, na Constituição dos Estados Unidos, não poderia existir disposição alguma específica com referência a esta atividade, que conta com tão poucos anos de vida. Já, porém, a Constituição vigente no Brasil, a de 1946, teve oportunidade de apreciar a repercussão pública, a repercussão política, a repercussão significativa, em vários âmbitos do interesse nacional, que decorre da exploração do rádio, e pode, concomitantemente, inserir entre os seus preceitos um que estabelece o caráter de concessão de serviço público para a exploração da radiodifusão.

E porque, Sr. Presidente, dizia, há pouco, que o nosso regime constitucional adotou uma posição singular? Entre nós, nem o rádio é uma atividade de competência do governo, como na Inglaterra, nem o rádio é uma atividade confinada ao âmbito dos interesses privados, como nos Estados Unidos. No Brasil o rádio está na situação de participar dessas duas esferas de competência, eis que a Constituição Federal declara, explicitamente, que a sua operação depende de concessão do poder público. Destarte, o Poder Legislativo é absolutamente competente para estabelecer as condições mediante as quais serão concedidas as autorizações.

O assunto foi largamente debatido no seio da Comissão Mista de Leis Complementares, com referência a um ponto possivelmente mais controvertido do que o presente: O estatuto das companhias de serviço público. Nessa ocasião, discutiu-se a possibilidade das disposições da lei federal, referentes ao regulamento das companhias de serviço público, invadirem atribuições que poderiam ser tomadas como privativas da autoridade municipal; se a inserção, na lei que regula a concessão de serviços públicos, de preceito que dissesse respeito a atos da competência do municípios, não viria infringir aquele artigo da Constituição que garante a autonomia municipal para os assuntos de seu peculiar interesse. Depois de longo debate, ficou decidido, e a meu ver com toda procedência e justiça, que, sendo da competência do Legislativo Federal legislar sobre as concessões de serviço público, somente ao Legislativo Federal era permitido limitar o âmbito de sua própria competência.

Em relação a este assunto não se pode, jamais, arguir o preceito da autonomia municipal, porque nós é que somos competentes para declarar o que deve entrar na lei que regula as concessões de serviço público municipal.

Ora, se isso se deu com referência àqueles serviços públicos da competência municipal, com muito mais razão se dará na questão do rádio, que, pela sua organização, seu aparelhamento, e caráter decisivo do preceito constitucional, é assunto que diz respeito exclusivamente à legislação federal. A lei que daqui sair obrigará a todos os poderes; obrigará, por igual, ao poder estadual e ao poder municipal.

Esta é uma das asserções preliminares que eu gostaria de deixar consignadas em meu discurso, porque diante desta afirmativa, falece, absolutamente, procedência às recriminações levantadas pelos interessados das companhias privadas no concernente à liberdade de iniciativa, por eles alegada como óbice à regulamentação por parte do Poder Legislativo. Se está expresso na Constituição que a radiodifusão é uma concessão federal, está evidentemente explícito na Constituição, porque não há poderes expressos, conforme é da natureza do nosso regime e da nossa tradição constitucional, que não definam, que não compreendam, que não englobem todos os poderes explícitos, necessários à sua realização.

Por conseqüência, se o poder federal, é competente, e o único competente, para outorgar as concessões de exploração da radiodifusão, também o poder federal, no caso o Poder Legislativo, é soberanamente competente para impor a essas autorizações e a essas concessões aquelas limitações que julgar necessárias ao interesse público nacional.

Eis por que, Sr. Presidente, tanto a emenda que tive a honra de submeter à Comissão Mista de Leis Complementares, quanto aquela mais aperfeiçoada, mais completa, mas, no fundo, consubstanciando as mesmas idéias e aqui apresentada pelo nobre Deputado Plínio Barreto, nada têm de inconstitucional, não infringem a liberdade de iniciativa comercial. Ao contrário, representam simples complementação, necessária, dos preceitos da Constituição Federal.

Não poderemos desconhecer, no problema da propaganda política em nosso país, a importância básica, a importância, poderia mesmo dizer insuperável, que assume a radiodifusão. As razões desta são tão evidentes, que me limitarei a sumariá-las, tantas vezes têm sido repetidas, e tão poucas vezes, para não dizer nunca, têm sido contestadas com valimento e oportunidade.

Nosso país é essencialmente descentralizado, não descentralizado apenas, do ponto de vista administrativo, por uma injunção do regime liberal federativo que decorre do presidencialismo – se me permite o nobre Deputado Raul Pilla –, não apenas por esse motivo da descentralização federalista, mas, também, pela razão de imperiosa imposição geográfica. O Brasil é um país que só se torna unitário, para os efeitos da propaganda política, através do rádio: é um país que só se une e só se reúne, porque união e reunião em matéria de propaganda política não querem dizer apenas identidade sentimental, não significam apenas conformidade de opiniões, mas, sobretudo, instantaneidade de processo, de conhecimento dos assuntos, das doutrinas e das palavras e, dessa maneira a união nacional ou a reunião do nosso país só se pode fazer, hoje, através do rádio. Anteriormente, ela não era feita, o país possuía e possui numerosos núcleos de imprensa. Com as dificuldades conhecidas de transporte, de comunicações, a irradiação

dos jornais fora dos centros de impressão é a mais precária e a mais retardada. Além disso, a precariedade da nossa instrução e o obscurecimento de nossa população, em matéria educativa, são outros fatores que tornam nosso país o de maior percentagem de habitantes que desconhecem o jornal. Não podemos basear a capacidade de divulgação de nossa imprensa apenas nos dados estatísticos referentes à alfabetização, porque, por mais apavorantes que sejam esses dados, devemos ainda refletir que entre os alfabetizados, muito poucos são aqueles que têm o hábito da leitura diuturna dos jornais, não apenas hábito, mas possibilidades materiais de fazê-lo, possibilidades de recebê-los em suas casas, possibilidade de pagarem seu preço todos os dias.

Nestas condições, exigindo a alfabetização das massas, exigindo o acesso fácil ao leitor por meio dos transportes, evidentemente a imprensa é veículo muito deficiente, insuficiente para a propaganda e a doutrinação política. O rádio – e a afirmativa pode ser provada com exemplo recentíssimo – é, essencialmente, aquela atividade que atinge, de chofre, todo o território nacional e, ao mesmo tempo, os ouvintes do Brasil. Através do rádio proclamam-se as verdades, como se poderão proclamar as mentiras; através do rádio insinuam-se as boas idéias, como se poderão propagar idéias deletérias; afirmam-se realidades, como se poderão fazer rebrilhar, aos ouvidos ingênuos, as lantejoulas da falsidade.

Nestas condições, entendo que não é, absolutamente, posição de parcialidade, nem de forma alguma posição sectária, exigir, como o faço em minha emenda, que a todos os Partidos políticos nacionais seja conferido o direito igual de, por igual quantia, gozar de tempo igual, em todas as estações públicas e privadas da radiodifusão.

O Sr. Emílio Carlos – Permita-me V. Exª um aparte. Não sou proprietário de rádio e coisa alguma tenho a ver com as estações. Evidentemente, como político, eu concordaria com V. Exª quanto ao tratamento equitativo a ser dado, pelas estações de rádio, aos diferentes partidos, relativamente ao uso dos programas; verifico, entretanto, que o ilustre Deputado Sr. Plínio Barreto, estabelece, em sua emenda a "obrigatoriedade da reserva do tempo de irradiações, de acordo com o que for estipulado pelo Conselho Federal de Radiotransmissões". Como V. Exª não ignora, as estações de rádio, concessionárias, vivem exclusivamente da parte comercial, e esta, no Brasil, rende apenas determinados períodos de transmissão, sendo período ideal o noturno, que vai das 19 às 22 horas. Dessas três horas, exige o governo trinta minutos, para a transmissão da chamada Hora do Brasil. Compreende, assim, o nobre orador que aquela medida se torna impraticável, uma vez que as radiodifusões não recebem qualquer benefício do governo, e até, pelo contrário, sobre elas incidem, como sociedades anônimas, todos os impostos, todos os gravames. É o rádio que arca, no Brasil, com a contribuição dos direitos autorais que dão vida aos nossos compositores, os quais, tal como as orquestras, os músicos, os grandes artistas, pouco fazem fora dele. Pergunto, então: como pode o Conselho Federal de Radiotransmissões intervir na vida das estações de rádio? Apenas porque lhe deu o serviço em concessão? Além do mais, V. Exª sabe que temos vários tipos de prefixos: os prefe-

renciais, os bipartidos e os canais exclusivos internacionais em que determinadas estações atingem de três mil a duzentos mil watts, enquanto outras não podem funcional acima de cinco mil. São preços diferentes, porque áreas diversas; V. Exª, no entanto, obriga, com sua emenda, que os preços sejam iguais.

O SR. AFONSO ARINOS – Essa questão será regulada com a colaboração de técnicos do valor, de V. Exª revelado no esclarecimento que acaba de dar...

O Sr. Emílio Carlos – Muito obrigado.

O SR. AFONSO ARINOS – ...com imparcialidade, pois V. Exª afirmou não mais ter ligação com qualquer espécie de empresa comercial de rádio.

Desejo, porém, salientar desde logo, divergindo um pouco da afirmativa de V. Exª, de que as estações de rádio nada devem ao governo federal, que, ao contrário, estas tudo lhe devem, a começar pela própria existência.

O Sr. Emílio Carlos – Apenas a concessão.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas a concessão é tudo! Não ignora o nobre colega que no caso do jornal, por exemplo, basta que o particular consiga o capital necessário à aquisição das máquinas, à compra do papel, e a outras despesas, que não vem a pelo mencionar, para que possa fundar o seu jornal, e nele defender as idéias e a corrente política que entender. Quanto ao rádio, V. Exª sabe, perfeitamente, que o número de faixas, atribuído aos nosso país, pelas convenções internacionais, é limitado, de tal forma que ninguém pode ocupar uma faixa depois de todas terem sido ocupadas, como atualmente ocorre. Destarte, a concessão do governo para utilização de determinada faixa constitui verdadeiro privilégio de zona aérea, assim como no tempo das ferrovias, havia o privilégio da zona terrestre.

O Sr. Emílio Carlos – Essas faixas são distribuídas em determinados períodos pelas Conferências Internacionais de Rádio, uma das quais ainda se encontra reunida nos Estados Unidos, devendo encerrar-se em setembro próximo.

Segundo o adiantamento da técnica, elas vão distribuindo faixas. Mas existe uma que não tolera interferência – o chamado canal exclusivo internacional, dentro do qual as estações podem funcionar com a potência que bem entenderem. Agora, existe um outro tipo de faixa, o canal bipartido; das estações de cinco quilowatts que abundam em território nacional

Além disso, há os canais menores, entregues a estações do interior, que vão até mil watts. V. Exª não ignora, o governo pode conceder tanto quanto lhe aprouver, ou segundo as necessidades dos municípios do interior. Mas não é o governo que assegura esses privilégio, porque à medida que a ciência progride o privilégio acaba. Agora estamos distribuindo um novo sistema de onda, a chamada onda modulada, e verá V. Exª que, à medida que a técnica vai avançando, vão surgindo novos canais, outros dispositivos técnicos de seletividade permitindo a montagem de outras tantas estações de rádio. Portanto, o privilégio cessa, com o avanço da ciência.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª, mas tenho de ponderar duas coisas. A primeira é que, no regime da nossa lei constitucional, o funcionamento da estação de rádio depende da concessão do serviço público. Assim, desde que não exista essa dependência de causa e efeito, desde que só se possa colocar em funcionamento uma estação mediante concessão de serviço público, há um privilégio, do ponto de vista constitucional. Isto quanto ao primeiro tópico de seu aparte. Quanto ao segundo, concedo muito bem que a evolução da técnica radiofônica permita alguma vez a emissão em todas as ondas, sem interferência. Mas a nossa lei não é eterna. Estamos legislando para as condições vigentes, no momento em que a lei está sendo elaborada; oportunamente, se as condições técnicas alterarem o quadro, a lei será aplicada com as alterações exigidas por essa mudança de situação. Nas condições atuais, porém, em verdade a concessão é um privilégio constitucional e, nesta ordem de considerações, sendo privilégio constitucional, é, não apenas do direito mas também do dever, da obrigação elementar do Poder Legislativo federal impor a estas concessões as limitações que se afigurarem mais convenientes ao interesse público.

Sr. Presidente, não há a menor dúvida de que a distribuição eqüitativa – e não exijo aqui que o momento dessas irradiações coincidam com as horas do dia em que a exploração comercial é mais atraente – está em subordinar todos os partidos ao uso das mesmas horas para a irradiação da sua propaganda política. Se o nobre Deputado entende que a limitação imposta pela minha emenda vai atingir aos interesses das empresas de rádio, por coincidir com as horas de irradiações de maior audiência, seria muito fácil transferirem-se todas as horas de irradiação para uma parte do dia em que os interesses comerciais fossem menos acentuados, digamos por exemplo das quinze às dezoito horas.

Em verdade, o que tenho em vista – direi francamente – não há motivo para usar de subterfúgios – é que o poder econômico, o poder do dinheiro, a capacidade de arregimentação de meios financeiros, muito mais pronunciados para determinados grupos políticos do que para outros, e muito mais pronunciados por motivos que nem sempre obedecem aos ditames do decoro e da decência administrativa, não se faça sentir de maneira temível na propaganda radiofônica, em favor dos candidatos que representem precisamente aqueles partidos que, por processos ilícitos, por manobras excusas, por atos indecorosos, tenham conseguido amealhar maior soma de dinheiro. Isto quis evitar. Proclamo-o com a maior lisura e franqueza, porque nunca tive intuito de esconder, nem dissimular o meu pensamento. Desejo evitar que maiores caixas eleitorais façam preponderar seus interesses através de propaganda radiofônica, na ocasião das campanhas políticas. É o que propugno, postulo e defendo perante a Câmara dos Deputados.

Não se pode ser mais claro do que isto. Acho inútil a menção de nomes. Inútil, deselegante e injusto, porque certos nomes poderão desgarrar deste páreo e outros ainda poderão a ele se incorporar. Falo, impessoalmente, como quem assistiu ao risco que isso representa numa campanha eleitoral, como participante, no interior do

meu Estado, na zona sertaneja da minha província, do último pleito de 1945, como quem assistiu ao redemoinhar de mentiras, a eclosão de falsidades, a inundação terrível de boatos, através do rádio, para efeito de beneficiar determinada propaganda, conforme, posteriormente, da tribuna que agora ocupo, o principal responsável por esta manobra confessou, de forma tranquila, a toda a nação.

Eis o objetivo da minha emenda.

Neste discurso, desejei apenas redarguir, retrucar e contestar a afirmativa constante do telegrama que me foi transmitido pelo Sr. Edmundo Monteiro, Presidente da Associação Emissora de São Paulo e que procurava colocar-me na situação de Deputado que infringe a Constituição Federal.

Ora, Sr. Presidente, o contrário é que justamente fiz. Foi no intuito, de fato, de obedecer ao preceito constitucional que eu impus, através da minha emenda, para cuja aprovação peço a bondosa atenção e relevante apoio dos meus confrades, o sistema que interessa a todos os partidos democráticos. Ofereci-a, não direi para suprimir, mas, pelo menos, minorar uma das mais temíveis formas de influência do poder econômico na vida política da nossa democracia. *(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Centenário do nascimento de Joaquim Nabuco

19-8-1949

O SR. AFONSO ARINOS – *(Palmas)* – Sr. Presidente, Senhores Deputados. Dos usos tradicionais, mediante os quais se realiza o estudo de uma personalidade, a pesquisa de uma obra, o esclarecimento de uma vida, não me parece seja o da análise, porém, o da síntese, aquele que mais encantos, embora mais dificuldades, oferece.

No decorrer destes dias de glorificação de Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, temos assistido, em todos os quadrantes da pátria, a nossa geração que se debruça comovida sobre aquele berço de ouro, sobre aquele berço privilegiado do menino do engenho, denominado de Massagana, de onde emergiu, dominadoramente, uma das mais poderosas personalidades da história nacional. Temos assistido ao cuidado, à minúcia e ao entusiasmo com que se perquire, com que se procura, com que se esclarecem todos os lances primordiais daquela nobre existência. Temos assistido, Sr. Presidente, à exposição da vida de Nabuco em todos os aspectos mais relevantes de sua trajetória. Assistimos à evocação do parlamentar, que ele foi, o grande orador popular, na defesa da mais perigosa e da mais comovente causa do povo brasileiro, naqueles dias; e do jornalista incansável que também foi e que, durante anos seguidos, expôs à Nação a necessidade e a fé renovada na justiça de se pôr um fim ao opróbrio imposto à raça negra.

Assistimos à glorificação do escritor, do insigne escritor que era Nabuco, do homem que terá melhor apresentado ao Brasil o caráter verdadeiramente literário da história, porque sua obra histórica não tem similar nos fastos das nossas letras, como realização literária. Assistimos, inclusive, à rememoração dos seus sucessos de homem social, a sua beleza, a sua graça, a sua fidalguia, o seu poder sedutor de homem de salão. Assistimos, também, à lembrança da sua conversão maravilhosa aos estudos do Direito, do vigor da paciência, da humildade, do espírito de sacrifício que ele revelou, na construção, pedra a pedra, linha a linha, argumento a argumento, de um dos maiores arrazoados jurídicos de que se possa jactar a nossa ciência do Direito.

Assistimos a tudo isso, Sr. Presidente, assistimos a essa refração do prisma Nabuco, a essa multiplicação das cores vazadas que integram a sua figura solar, à sua divisão das estrias coloridas, de que se compunha a luz sintética da sua personalidade – do vermelho do combatente às cores menos acuradas das outras facetas da sua personalidade.

Quer-me parecer, entretanto, Senhor Presidente, que mister se faz uma aproximação não analítica, porém sintética, ao mesmo tempo geral e perfunctória, do que aquele grande espírito oferecia de humano, porque, por meio do recolhimento dos traços gerais, por intermédio do entendimento das qualidades genéricas, é que poderemos, realmente, melhor compreender sua personalidade. Nesta ordem de idéias e com estes objetivos, pretendo, em nome da minha província, em nome da terra e da gente de Minas Gerais, que sempre nutriu pelo liberal Joaquim Nabuco a mais comovida, a mais enternecida admiração, debuxar, em traços ligeiros, contorno algum, que desejarei humanístico, capaz de exprimir quanto existia de humano na figura de Joaquim Nabuco. Porque, Sr. Presidente, as personalidades representativas, em todos os tempos da vida, em todas as épocas da história, contêm este privilégio, este milagroso favor de reunir aquilo que o homem tem de eterno. Notem que com o utilizar esse vocábulo *eterno* não pretendo, em absoluto, colocar o problema, de que me aproximo, em termos de sobrenatural ou no sobrenatural.

A eternidade a que me referi é a eternidade do homem, e a caracterização do homem naqueles seus traços absolutos, naqueles seus atributos privativos, naquelas suas qualidades peculiares, que fizeram com que já a filosofia grega dissesse ser o homem a medida de todos os seres. É nesse sentido do humanismo, nesse sentido de depositário dos mais eminentes atributos do ser humano, do resumo daquilo que o homem tem de mais alto e de mais puro, que pretendo localizar a personalidade de Joaquim Nabuco, como uma das mais representativas de sua geração.

Com efeito, sou dos que entendem existir, no ser humano, qualquer coisa que chamarei de permanente, para evitar a repetição da palavra eterno. São esses traços de permanência do humano dentro do efêmero das gerações que conseguem identificar-se com certos aspectos do pensamento e do sentimento de cada geração, aspectos que não são mais do que apresentações temporárias, apresentações sucessivas daquela parte irredutível do homem.

Quais foram em Nabuco, quais eram no tempo de Nabuco esses traços residuais, esses traços expressivos do humanismo, no Brasil? Eram, precisamente, aquelas qualidades que o fizeram defensor intransigente e acalorado do que então se chamava o individualismo e o liberalismo. Individualismo e liberalismo, no tempo de Joaquim Nabuco e na terra de Joaquim Nabuco, representavam, exatamente, o que havia de mais significativo no homem brasileiro.

Sr. Presidente, não participo, em todas as suas conseqüências, das conclusões a que o meu eminente colega, Sr. Hermes Lima, parece ter chegado, na exposição de sua – chamemo-la assim – teoria, a propósito da participação dos radicais e da omissão dos que denominou prudentes. Participar e omitir-se, aparecer e refugiar-se são coisas que, muitas vezes, correspondem mais ao julgamento do observador póstero do que à verdade dos fatos contemporâneos. Existe uma forma de participação que aparenta ser omissão. Ninguém participou mais, ninguém se inseriu mais, ninguém se misturou mais, na carne e no sangue, com o drama do seu tempo do que aquele castelão prudente, encerrado nas ameias pedregosas de sua torre, circundado pelas vinhas ridentes de seus vales, acariciado pelas lombadas prestantes dos seus livros e que se chamou Miguel Montaigne.

Ninguém mais do que Montaigne, o castelão omisso, o observador silencioso, o homem que se recusava a participar do drama sangrento de sua época, representa mais para nós, há perto de quatrocentos anos de distância, a verdade daqueles dias, a justiça daquelas vozes, o clamor daquelas reivindicações!

Teriam morrido os combatentes, ter-se-ia perdido o pó de seus ossos, teria desaparecido a memória de seus feitos, se aqui não recolhêssemos, naquele breviário de sabedoria, naquela bíblia de prudência, naquele gigantesco monumento de equilíbrio, as forças da verdade palpitando desrespeitosas, sob o aparente véu da indiferença.

Por conseguinte, tenho para mim que, mesmo no período em que aparentemente se refugiou em si mesmo, na época em que inconformado com as transformações do regime, desgostoso com a inépcia e a incompreensão dos correligionários, Joaquim Nabuco se refugiava na discrição de sua cela de escritor; tenho para mim que então, como sempre, ele era um participante da vida nacional.

Devemos-lhe, nessa época, nesse período, nesses dias em que ninguém se recordaria dele e em que as balas da esquadra se cruzavam contra as do exército no céu da Guanabara; devemos-lhe a mais percuciente, a mais penetrante, a mais vigorosa e a mais rigorosa análise do que estava ocorrendo. Se estivesse no alto das trincheiras, a disparar contra os navios sublevados; se se encontrasse no convés dos navios, a visar os objetivos de terra, não teríamos nós o escrito lapidar, a palavra convincente que nos deixou no seu livro admirável.

Afasto-me, porém, involuntariamente dos objetivos a que me tinha proposto. Reteria-me ao individualismo e ao liberalismo de Nabuco, como expressão verdadeira do humanismo do século XIX. O individualismo de então – é esta uma palavra nova, posta em circulação pelo ilustre Alexis de Toqueville – era uma doutrina es-

sencialmente liberal, uma doutrina essencialmente evolutiva, transformadora, progressista. Não se confundia com o personalismo, com o egoísmo, com o sibaritismo, com o hedonismo, com todas as formas de apropriação do meio pelo homem para seu desfrute e seu prazer.

O individualismo, como filosofia política, como construção jurídica do século passado, era uma manifestação de crença nas possibilidades de aprimoramento e de evolução do homem; era, por conseqüência, uma representação do humanismo a que faz pouco me referi, do humanismo, não tomado com escola literária, do humanismo, não significando aquele movimento artístico e intelectual, em que renasceram e floresceram as preciosidades da antigüidade clássica nos séculos XIV e XV, mas do humanismo como atitude filosófica, do humanismo como escola de valorização moral e de respeito jurídico aos direitos do homem. Eis o que no século passado era significado pelo individualismo, e esse se completava pela escola do liberalismo jurídico, de que Joaquim Nabuco foi, realmente, Srs. Deputados, o mais alto representante do Brasil, pela sua tolerância, pela sua piedade, e também por aquela virtude incomparável, que é a felicidade pessoal. A felicidade para o homem é uma espécie daquela graça que Pascal declarava ser o signo da preferência do Senhor. O homem feliz é o que não tem ódios; o homem com a trajetória venturosa de Nabuco não sente as rajadas de cólera destrutiva, que não enodoam, que não envilecem, mas perturbam a memória de alguns de seus maiores contemporâneos.

Era o liberal típico, sem ódios, sem intolerância, sem fanatismo, sem sectarismo e com esta outra dàdiva miraculosa de ventura, que é a desambição – sem ambições.

Individualista e liberal, o mundo, a sociedade, para Nabuco apresentava os signos de sua redenção, na medida em que o Estado se dispusesse a salvaguardar os direitos públicos individuais.

Era a grande lição do individualismo liberal, esta a grande lição de sua vida. Esta, Sr. Presidente, a aparência dessa parte do eterno que há no homem, com a qual ele se apresentava no seu tempo e no seu país.

Temos, portanto, hoje, nós para quem os problemas se apresentam sob faces diversas, para quem a história se mostra muitas vezes de catadura convulsa, de catadura ameaçadora, com a qual, dizem, Moisés surgiu diante de seu povo: temos, nós que vivemos esta época desventurosa, que somos os joguetes, que somos como que velas enfunadas ao rojo das ventanias apaixonadas; temos de encontrar na composição de nossos dias, na trama atual de nossa vida, aquela parte do eterno, aquela parte correspondente e compatível com a eternidade do homem, que, em Nabuco, se afigurara e se apresentara sob as formas do individualismo liberal.

Transpusemos, evidentemente, os limites do que ele chamava liberdade; saltamos, sem dúvida, sobre a linha do que até então se concebia como sendo a fronteira da liberdade.

Mas teremos, por isto, renunciado a reconhecer a permanência dos atributos humanos, teremos por isto desistido de encontrar dentro de nós mesmos aquela parte que não é de César, aquela parte que escapa ao controle de César e que faz de nós irmãos no tempo não só de Nabuco como dos que o antecederam? Entendo que não, Sr. Presidente.

E esta é a grande lição que, para mim, recolhi de Nabuco.

Os problemas divergem, as soluções têm que ser arrancadas ao sofrimento de nossa experiência sucessiva, mas existe em nós, como existia nele e naqueles que labutaram e sofreram antes dele, algo de permanente, algo de conseqüente, algo de continuamente ligado à personalidade humana e que devemos pôr em jogo para a solução de nossas lutas, mas não devemos sacrificar em hipótese alguma nas nossas reivindicações.

Equilibremos o ideal da liberdade com o ideal da igualdade.

Não me parece que este último venha anular o primeiro nem perturbar o verdadeiro sentido de sua aplicação. Ao contrário, o que me parece é que ele se complementa com o anterior e temos de nos cingir, com nossas armaduras humanas, para enfrentar as dificuldades dessa antinomia – o princípio de liberdade que Nabuco reivindicara e a igualdade que nós hoje reclamamos. Temos que fundir essa antinomia de nosso tempo. E, Sr. Presidente, tenho certeza, se Nabuco entre nós estivesse, encontraria a solução para essa contradição aparente, solução que não pode estar fora deste triângulo: justiça, tolerância e liberdade. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é vivamente cumprimentado.)*

Resposta a Getúlio Vargas

18-1-1950

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, é a contragosto que venho à tribuna, fugindo ao convívio que, há algumas semanas, me impus, agora mais do que nunca forçado em virtude das justas apreensões com que encaro um próximo concurso na Faculdade Nacional de Direito – o convívio dos meus livros –, é a contragosto que venho à tribuna tratar de um caso que se pode chamar pessoal, caso pessoal, surgido entre o ex-Presidente Getúlio Vargas e o ex-Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Sr. Adolfo Berle Júnior.

É, de fato, profundamente desagradável envolver-se uma terceira pessoa em caso de natureza pessoal. Faço-o, porém, Sr. Presidente, movido por duas razões, cada qual mais poderosa e mais convincente, a meu juízc.

A primeira, é que este assunto acaba de envolver a memória – para mim especialmente querida – de meu irmão Virgílio de Melo Franco, memória que, acredito, é tão cara à consciência cívica dos brasileiros quanto querida à minha saudade fra-

ternal. Além disso, fui movido por outra razão, que não é apenas sentimental, mas também de natureza política, visto que devemos atribuir ao fenômeno político o seu verdadeiro conteúdo, por mais disfarçado e por mais dissimulado que se apresente na sua face.

Verdadeiramente, o assunto em tela tem sua configuração política marcada, visto representar uma das mais astuciosas, das mais urdidas manobras, levadas a efeito pelo incorrigível manobrista que é o Sr. Getúlio Vargas.

Lamento, apenas, Sr. Presidente, que a ausência do Sr. Deputado Vargas Neto, neste recinto, não me permita responder – não direi pessoalmente, mas face a face – às afirmativas absolutamente destituídas de fundamento, para não dizer literalmente falsas, que S. Exª teve a infelicidade de veicular, por intermédio de um dos grandes jornais desta capital, o vespertino *Diário da Noite.*

À rapidez e à subitaneidade, entretanto, do ataque, só podem suceder a rapidez e a subitaneidade do contra-ataque – e da defensiva. Mal tive entre as mãos o exemplar do jornal em questão, venho à tribuna para, apoiado em fatos absolutamente indiscutíveis, dar a verdadeira versão, a única versão, a versão que me permito cognominar ou qualificar de histórica do acontecimento que tem preocupado a opinião política do país. Sr. Presidente, é absolutamente inverídico que tenha havido por parte de Virgílio de Melo Franco, e posso estender, tanto quanto é do meu conhecimento, por parte de qualquer outro membro da União Democrática Nacional, a menor intervenção, a mais distante influência, a mais remota solicitação ao Sr. Embaixador Berle no sentido de conduzir, orientar, influir, opinar sobre o discurso que S. Exª pronunciou num hotel de Petrópolis.

O Sr. José Bonifácio – O desmentido de V. Exª é desnecessário, porque todos aqueles que conheceram Virgílio de Melo Franco estão capacitados de seu grande patriotismo e de sua grande dignidade.

O Sr. Adelmar Rocha - Apoiado.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exªs.

Aliás, Sr. Presidente, durante a ditadura que, por tantos anos comprimiu as liberdades públicas e suprimiu o direito de manifestação de pensamento neste país, não seria excepcional que vozes brasileiras se tivessem manifestado no estrangeiro no sentido de porfiar pelo restabelecimento dos direitos cívicos, dentro do mais lídimo patriotismo nacional.

O Sr. Baeta Neves – Não conheço as declarações do Sr. Vargas Neto, mas quero dar meu depoimento.

O SR. AFONSO ARINOS – Peço a V. Exª, caso não lhe seja desagradável, que deixe seu depoimento para depois da minha explicação.

O Sr. Baeta Neves – É apenas um aparte. Ao que me consta e estamos procurando apurar, é que *O Mundo*, de 30 de outubro de 1948, dizia que o Sr. Virgílio de

Melo Franco, a quem rendo minhas homenagens, por quem tenho admiração, se recusara, justamente, a tomar parte no caso porque lhe repugnava a intervenção de nação estrangeira em qualquer movimento nesse sentido de alteração do regime em nosso país.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado, cujos antecedentes políticos o colocam em situação de absoluta imparcialidade, o aparte para mim profundamente sensibilizante que acaba de proferir.

Volto à narrativa do acontecimento a que me reportava.

Sr. Presidente, em dias do ano de 1945, Virgílio de Melo Franco e eu jantamos com o Embaixador Berle, na residência de um amigo comum, o Sr. Dr. José Tomás Nabuco. Terminado o jantar, o Embaixador, o meu irmão e eu nos reunimos numa conversa amistosa em uma das varandas daquela residência. Nessa ocasião, o Sr. Embaixador Berle teve oportunidade de manifestar a sua convicção íntima de que o então chefe do governo, Sr. Getúlio Vargas estava animado dos melhores propósitos no que tocava à sucessão. Disse-nos o Embaixador que, ao contrário do que supunham os líderes da UDN, ao contrário do que afirmava publicamente a imprensa do Distrito Federal, ao contrário da opinião firmada em muitos meios responsáveis da política nacional, parecia-lhe a ele, Embaixador, que o chefe do governo não tinha outra intenção, outro propósito, outro desejo, outro anseio, senão o de realizar, em plena liberdade, eleições isentas de qualquer compressão, às quais não se candidataria, e de passar o posto que ocupava ao seu sucessor legitimamente eleito.

O Sr. Gurgel do Amaral – Quando V. Exª faz a defesa do Sr. Virgílio de Melo Franco, estou plenamente de acordo com V. Exª. Um deputado ilustre de minha bancada acabou de dar seu depoimento abonando a memória daquele grande brasileiro – permita-me dizer assim...

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

O Sr. Gurgel do Amaral – ...mas quando V. Exª faz a defesa do Embaixador Berle, sou obrigado a discordar, porquanto o discurso pronunciado em Petrópolis não deixa dúvida sobre a tendência intervencionista daquele diplomata. Peço, portanto, a V. Exª licença para discordar de sua alegação de ser manobra política do Senador Getúlio Vargas a declaração feita relativamente ao incidente Berle. Para tanto, invoco o testemunho do Sr. Sumner Welles, por demais conhecido e largamente difundido pela imprensa. Trata-se de um norte-americano, com as mais altas credenciais, que depôs sobre o incidente. É fato aliás confirmado pelo ilustre Senador Góis Monteiro, ilustre general do Exército Nacional.

O SR. AFONSO ARINOS – ...opinião de V. Exª. Farei também referência ao General Góis Monteiro.

Quero declarar ao nobre colega, Deputado Gurgel do Amaral, que não estou de forma alguma fazendo a defesa do Embaixador Berle, mas relatando um fato que se verificou na minha presença. Neste momento, procuro apenas realçar a verdade dos acontecimentos, a fim de que a memória de meu irmão não seja tisnada por alegações de tal superficialidade relativas ao Embaixador Berle. Declaro que não estou defendendo, mas narrando os acontecimentos.

Dizia eu que o Embaixador Berle sustentava que as opiniões da União Democrática Nacional, do Partido Republicano e de outros partidos da oposição eram, então, insubsistentes, visto que, na sua convicção, estava o senhor Presidente da República animado dos melhores propósitos no que tocava à eleição para o cargo que ocupava no momento; que, em abono desta sua afirmativa, como comprovação desse fato – e é esse o ponto para o qual desejo chamar a atenção da Câmara –, declarou o Sr. Embaixador Berle a Virgílio de Melo Franco e a mim que estava convencido disso, porquanto, dias antes, tinha lido para o Senhor Presidente da República uma oração na qual estavam consubstanciadas as idéias que ele acabava de enunciar, tendo esse discurso merecido cabal aprovação do chefe do governo.

Ora, o que se passa aí é o seguinte. Esse fato, que é a expressão da verdade, essa narrativa que é a mais clara e mais fiel que minha memória pode registrar, vem apenas demonstrar, em primeiro lugar, que Virgílio de Melo Franco não teve conhecimento formal, nem mesmo aproximado, do discurso, a não ser por uma referência verbal feita por seu autor; em segundo lugar, o discurso já estava, há dias, escrito e tinha sido lido ao principal interessado. Como então, de que maneira, por que motivo vem-se hoje afirmar que Virgilio teve influência na redação e elaboração desse discurso?

Sr. Presidente, até o presente dia mantive com o Sr. Deputado Vargas Neto as mais cordiais e afetuosas relações. Dada essa explicação da tribuna para uso de S. Exª concito-o, à vista do que acabo de afirmar sob palavra de honra, a rever as declarações que formulou, porque serei obrigado a não mais manifestar a mesma expressão de afetuosos sentimentos que acabo de empregar para com Sua Excelência, pois não é possível que o nobre deputado venha confiar mais em assuntos que lhe chegaram ao conhecimento por meio de conversas que podem ter sido esquecidas ou desvirtuadas pela memória sempre falível, do que no meu depoimento e testemunho presencial.

O Sr. Tristão da Cunha – Ninguém nesta casa porá em dúvida a palavra de V. Exª, esteja certo disso.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Tristão da Cunha – Eu, aliás, pessoalmente entendo que para libertar a pátria da tirania todos os processos são úteis. Além do mais, se o Sr. Getúlio Vargas na sua sensibilidade patriótica achou que o Embaixador Berle com seu discurso havia intervindo na política interna do Brasil, por que não lhe deu o passaporte?

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

Sr. Presidente, o nobre Deputado Gurgel do Amaral fez referência ao nome do ilustre General Góis Monteiro. Aproveito a oportunidade de estar na tribuna para, de passagem, retificar conceitos que me foram atribuídos relativamente àquele ilustre militar.

Ninguém mais do que eu lamenta a situação quase ridícula desse desentendimento de pequenos disse-me-disse entre o repórter e o deputado. Quero, entretanto, que os *Anais* da Câmara, com a segurança da matéria de que se compõem e pela qualidade do papel de sua impressão, que lhes assegura duração mais longa do que a dos diários da imprensa, conservem para os desocupados leitores do futuro essa ligeira explicação.

Disse duas coisas referentemente às afirmativas do General Góis; primeiro, que não tendo lido a entrevista de S. Exª, achava estranho conhecesse S. Exª melhor a política da UDN do que nós udenistas, porque dentro do meu partido nunca tinha ouvido falar que tivesse havido influência junto ao Embaixador Berle, no sentido afirmado por aquele general; segundo, parece-me particularmente estranho que S. Exª, um dos organizadores – se assim posso dizer –, um dos comandantes mais em vista do golpe militar de 29 de outubro, aceitasse a versão de que esse golpe fora levado a efeito com influência de forças estranhas em nosso país.

Não declarei que faltava uma vírgula de verdade às afirmativas do General Góis. Esta questão de pontuação, de colocação de vírgulas no meu discurso, ficou por conta do jornalista. E, atendendo às considerações, feitas ontem pelo General Góis, apelando para uma velha – e que reputo sólida – amizade que nos liga, desejo declarar que não pronunciei estas afirmações, em relação a S. Exª.

Sr. Presidente, para concluir o meu discurso devo ainda – se me permite a paciência dos meus ilustres colegas – formular considerações de ordem geral. O que se está passando no País é coisa perfeitamente fácil de se apurar.

Não possuímos partido de massa. Possuímos partidos que se chamam de opinião. Os dois partidos radicais, os dois partidos que exprimem, não opinião, mas sectarismo e fé, estão privados de convivência política e presença nesta Casa, que são: o partido da extrema direita e o partido da extrema esquerda.

Mas, Sr. Presidente, não possuindo nós partidos com atividade, vamos, dizer, sectária ou...

O Sr. Gurgel do Amaral – Permita-me V. Exª. O Partido da extrema direita está representado: é o PRP. Temos aqui o Deputado Gofredo Teles, de São Paulo.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª a informação.

Mas, Sr. Presidente, os partidos de opinião, partidos que manifestam especialmente na sua atividade política a procura do sucesso eleitoral, partidos que são em geral os do tipo daqueles que se fazem representar no Congresso brasileiro, são capazes, são forçados, são levados inflexivelmente nas vésperas das eleições às mais

extraordinárias alianças, às mais espantosas mancebias e aos mais surpreendentes contubérnios. Esses partidos se ligam não mais em torno de problemas, de doutrinas de idéias e de reivindicações, mas de golpes, de manobras, de expedientes, de rasteiras, para obter de chofre o apoio de um eleitorado pouco esclarecido. Assistimos ao que se deu na campanha de 1945, e assistiremos ao que agora se está procurando fazer, mas que espero estoure em nossas mãos, como bolhas usadas de sabão; assistiremos a novos golpes; assistiremos a revelações inventadas; assistiremos a foguetes de lágrimas; assistiremos a fogos de risos; assistiremos a choradeiras e gargalhadas no país; assistiremos a regabofes rabelaisianos; assistiremos aos jejuns de São João Batista; assistiremos a manifestações de amor que nos lembrarão o paraíso; assistiremos a manifestações de furor que farão pensar nos *Anais* de Tácito e na sua referência ao furor teutônico.

O Sr. Gurgel do Amaral – Permita-me V. Exª aparteá-lo mais uma vez?

O assunto nada tem de novo. É velho. O Sr. Getúlio Vargas, pouco depois de deposto, fez uma declaração a esse respeito, em Porto Alegre. O Sr. Luís Carlos Prestes fez declaração idêntica. Incidentemente o Senhor Getúlio Vargas se referiu ao assunto. Não há nada de novo, não há qualquer interesse eleitoral. V. Exª está inteiramente equivocado nesse particular.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, exatamente o aspecto para o qual chama a atenção o nobre deputado é que me confirma nas minhas suspeitas, é que me reafirma nos meus receios, é que me mantém nas minhas suposições. Exatamente por ser velho o assunto, exatamente por ser antiga a queixa, exatamente por não ser nova a presunção é que nós, da União Democrática Nacional, rememoramos antigas mistificações, relembramos passadas fantasias, como por exemplo a espetacular mentira dos marmiteiros, espalhada por todo o país, preparados como estamos, entretanto, para, de uma tribuna livre como esta, de uma imprensa livre como a que nos pode acolher e de um rádio livre como aquele que pretendemos criar, a cada passo, em cada momento, restabelecer a verdade histórica, retificar os equívocos, voluntários ou involuntários, e mascarar as ambições que, sejam elas risonhas ou sinistras, encolham-se nas montanhas, nas cidades ou refugiem-se nas coxilhas; apresentem-se com formas salvadoras ou com as garras ameaçadoras, que não mais tememos! (*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

Centenário da morte de Bernardo de Vasconcelos

2-5-1950

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, Srs. Deputados, há poucos dias, quando na nossa velha e querida Ouro Preto assistia eu às festividades come-

morativas da Semana Santa, detive-me, como de hábito o faço sempre que visito a antiga capital colonial, ao lado da grande casa em que viu a luz Bernardo Pereira de Vasconcelos.

À noite, parado em frente ao sobrado extenso e acachapado que se recolhe sob a proteção das torres da Igreja de São Francisco de Assis, iluminada pelo gênio do Aleijadinho; que se situa no ângulo de uma velha rua junto à casa de Manoel da Costa Mourão, onde foi preso Tomás Antônio Gonzaga, numa fria madrugada do mês de maio; naquele velho sobradão, onde residia Cláudio Manuel da Costa, demorei-me por largo trato de tempo, rememorando a figura gigantesca que hoje se comemora.

Ali, naquele edifício vetusto, naquela casa solarenga meio arruinada, ali, em 1795, nasceu Bernardo Pereira de Vasconcelos. Seu pai, o primeiro Diogo de Vasconcelos, ilustre jurista, historiador eminente, autor de uma das mais curiosas monografias existentes sobre Minas colonial, envolvido que fora na Inconfidência e dela libertado sem culpa, tinha adquirido, no processo de leilão público, aquela casa que pertencera ao malogrado poeta do Ribeirão do Carmo. Foi, pois, em um meio saturado de História, foi assim, entre quatro paredes que haviam assistido ao drama ingente do nascimento da Independência brasileira que, ao findar do chamado século das luzes, nasceu Bernardo, na velha Vila Rica.

No decurso da sua breve vida iria ele constituir, com dois dos seus mais ilustres conterrâneos e até certo ponto contemporâneos, a trindade admirável, o tríptico de retratos impressivos que mais se assemelham às fases políticas do Império brasileiro, no seu sucessivo desenvolvimento. Na verdade, costumo eu dizer que, se se quisesse traçar do Império brasileiro uma história por imagens, uma narrativa por biografias, teríamos de apresentar como representativas das suas fases mais importantes três figuras da Província de Minas Gerais: Bernardo, o construtor, Honório, o realizador, e Otoni, o demolidor! De fato, esses três grandes mineiros – Bernardo de Vasconcelos, Honório Hermeto e Teófilo Otoni – constituem, nas linhas dominantes dos seus caracteres, nos traços definidos de suas vidas, as três fases em que se decompõe a evolução da política imperial. Bernardo, o construtor, chamei-o eu. Esta é, realmente, a designação que com toda justiça lhe cabe. Isso foi reconhecido, de modo invariável, pelos seus maiores contemporâneos, ainda que desafetos; proclamado insistentemente pelos mais eméritos historiadores do nosso passado, e isto é aceito, sem discrepância, por quantos no presente se preocupam com as glórias nacionais. Dele disse Otoni que foi uma das maiores ilustrações brasileiras; a ele chamou Nabuco "gigante intelectual"; referindo-se a ele o orgulhoso Rio Branco não poupou a invocação de "mestre"; o ciclópico Euclides não vacilou em chamá-lo de "alma titânica"; e o severo Capistrano classifica-o a mais poderosa cabeça política do seu tempo. Biógrafos têm-se ocupado com seu destino: Xavier da Veiga, Otávio Tarquinio de Sousa, Alfredo Valadão, Nestor Massena e tantos outros têm estudado as múltiplas facetas daquele gênio polimorfo da política nacional. É indubitável, entretanto, que sua sombra enorme e seu vulto dominador não eram suficientemente

conhecidos nos grandes círculos da opinião nacional; embora continue Bernardo, e cada vez mais, admirado, respeitado e proclamado pelas elites de nosso pensamento. Por que um homem da envergadura intelectual, de vida aventurosa e combativa, por que um homem do temperamento de lutador incansável como foi Bernardo não se situa, ainda, entre as figuras populares do Brasil?

É este um dos mistérios de nossa cultura, devido talvez à circunstância de que Bernardo, no momento em que as instituições se criavam ao entrechoque das lutas de rua, ao clamor das batalhas da imprensa, tinha, graças às deficiências físicas que o atormentavam, limitada a sua ação à ativa diligência de seu gabinete de trabalho e do plenário das casas do Parlamento.

Não foi Bernardo o homem a que se chamou a voz popular do Brasil, não foi Bernardo o reconhecido condutor intemerato das reivindicações populares – um homem popular. Não foi Bernardo o general das batalhas arriscadas e chefe das lutas da liberdade, um homem caro ao povo de seu tempo, homem popular em nossa época. É que havia nele esse misterioso destino das inteligências criadoras que é o de se acorrentar e de se prender à verdade das idéias, colocando-as ao serviço do povo, mas o de nunca se oferecer aos aplausos fáceis da popularidade.

Bernardo foi um curioso assimilador da realidade com a cultura, realista que levava seu realismo à agressividade, ao sarcasmo e, no bom sentido, a uma certa dose de cinismo. Nunca, entretanto, ele atuou numa realidade que estivesse divorciada, separada, afastada das idéias, ao mesmo tempo que nunca assimilou, nunca se nutriu, nunca se enriqueceu com as idéias, teorias ou doutrinas, para proveito de uma inteligência egoísta, senão que para colocar essas aquisições da cultura a serviço da sua espantosa intuição da realidade.

Esta é, talvez, a chave de seu atormentado mistério, esta é, talvez, a explicação de sua complexa personalidade.

É um homem que vivia assimilando ideal para aplicá-lo ao real, que vivia remoendo as doutrinas e as idéias para com elas resolver as situações de fato que se apresentavam sob seus olhares angustiados naquela fase incipiente e hesitante da formação nacional. Numa época em que ainda a mentalidade dominante do Brasil se cevava nos mingaus digestivos dos praxistas, nas combinações da época em que as nossas idéias habituais não passavam muito além dos estreitos limites do absolutismo pombalino, já o grande mineiro descortinava aos seus companheiros de geração, em lufadas de ar puro e em jatos de luz reveladores, todas as novas idéias que se agitavam no mundo.

Ledor dos escritores ingleses, imitador dos constitucionalistas americanos, devoto dos revolucionários franceses, Bernardo servia-se desse arsenal infinitamente superior às frágeis armas das sabujices lusitanas, para com ele colocar o direito público brasileiro em novas bases e romper novas sendas para o progresso das idéias e das instituições.

Deputado em 1826, provoca, a princípio, surpresa, antipatia e cólera.

Como alguns predestinados da vida política, nunca a sua carreira foi atapetada de rosas, mas antes e permanentemente, eriçada de espinhos.

A principio orador medíocre, canhestro, titubeante, físico desgracioso, pesado, chumbado à infelicidade de uma moléstia irremisível, temperamento facilmente excitável, colérico – atributos ainda aumentados pelas dores cruciantes da moléstia de espinha, que tanto o perseguiu – foi com o esforço do gênio, com a pertinácia da vontade, com a segurança da fé que aquele homem malferido pelo destino, que aquela alma torturada pelos sofrimentos físicos e morais, conseguiu dominar as misérias da carne e levantar-se na vida parlamentar como o mais extraordinário vulto do seu tempo.

Um dos mais importantes historiadores da época, o inglês Armitage escreveu isto a propósito de Bernardo:

> "O modo pelo qual a adoção das instituições representativas tendia a desenvolver as faculdades intelectuais desse homem, o *Mirabeau do Brasil,* era na verdade surpreendente...
>
> Nessa época, uma nova causa parecia animar a sua inteira existência, sempre devotada ao estudo da ciência administrativa. Seus primeiros ensaios oratórios foram, no entanto, tudo, exceto brilhantes. Suas palavras eram mal-arranjadas, a elocução difícil, o gesto despreocupado. Além dessas desvantagens, havia também, mesmo entre os patriotas, o preconceito de sua desordenada ambição. Além de tudo, sua moral passava por corrupta e uma série de doenças, atribuídas pelos inimigos a censuráveis excessos e pelos amigos aos efeitos de um sutil veneno, tinham-lhe dado a aparência e o porte decrépitos de um sexagenário. Sua pele tornou-se murcha, seus olhos cavos, seu cabelo grisalho; seu passo perdeu a firmeza, sua respiração ficou opressa e uma doença de espinha, de que começou a padecer no mesmo período, veio a ser para ele a fonte dos mais tormentosos sofrimentos. No entanto, à medida que decaía fisicamente, o espírito progredia e amadurecia, o rústico e áspero orador de 1826 obtivera em 1828 um comando de linguagem, uma facilidade no sarcasmo e um talento de argumentação desconhecidos por qualquer outro membro da casa; e quando, arrastado pelo entusiasmo ou esforçado pela indignação, dava largas a sua emoção, sua figura decrépita se desempenava totalmente, qual a de um espírito dominador; os olhos recuperavam a animação e todo o brilho antigo, e o seu porte encarquilhado e cadavérico voltava ao que era, iluminado instantaneamente pela juventude e o talento renovado."

Em 1826, chegando à Câmara, Bernardo tornou-se, desde logo, o centro de atração na tribuna e o centro de trabalho nas comissões. Naquele ano, preparou o projeto de lei que vinha dar regulamento e vida ao Superior Tribunal de Justiça. Na verdade, esse Tribunal criado pela Constituição estava ainda dependendo da lei or-

gânica de que Bernardo foi o redator e que veio constituir a cúpula do nosso Poder Judiciário, aquela casa ilustre onde se sucederam os maiores juristas do Império e que veio a ser, em 1890, substituída pelo Supremo Tribunal Federal.

Em 1827, nas férias parlamentares, Bernardo elabora o projeto de Código Criminal, esta obra monumental, Sr. Presidente, este trabalho que chamou sobre si a atenção de grandes especialistas do mundo, surpresos de ver como, numa desconhecida e distanciada nação da América, alguém poderia ao mesmo tempo aliar a doutrina e o conhecimento profundo do direito à sensibilidade e à exatidão no julgamento dos fatos objetivos da vida social.

Esse trabalho veio a constituir o Código Criminal de 1830, inigualado, talvez, segundo a opinião de alguns doutos na história de nossa doutrina penal.

Em 1828, Bernardo, graças a uma desavença com Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro Marquês de Baependi, escreve contra este um panfleto, que vai muito além do alvo porque se torna uma das mais admiráveis paginas da nossa politica. Esta é a carta aos eleitores de Minas Gerais, resumo de atividades admiráveis, programas e atos futuros, não menos surpreendentes e repositório da maior confiança na justiça e na liberdade.

Em 1831, já então como Ministro da Fazenda, organiza o Tesouro Nacional. Restitui a vida financeira do país às suas necessárias posições, subvertidas pela época de lutas que então o Brasil atravessava.

Em 1833, em episódio memorável, ainda há pouco recordado com a habitual maestria pelo nosso ilustre colega Aureliano Leite, Bernardo, como disse, Presidente da Província, enfrenta a desordem, combate a peito aberto a rebelião e restitui o poder constitucional, que tinha sido dissolvido pela mazorca reacionária, às mãos do seu legítimo titular.

Em 1834 é ele o redator principal dessa admirável lei da nossa história que é o Ato Adicional. Fixa nela e encerra com chave de ouro o ciclo do seu liberalismo, porque, na verdade, o liberalismo brasileiro se inicia com o 7 de abril para terminar com o Ato Adicional.

É certo que, quando falo em liberalismo, não desejo me referir à necessidade que todos nós, democratas, sentimos de basear no culto da liberdade a nossa política. Mas o liberalismo como escola doutrinária, o liberalismo como conseqüência da idéias então dominantes na Europa, sua intervenção em nossa vida pública, principalmente limitado por essas duas épocas marcantes, o 7 de abril, que expulsa o soberano estrangeiro, terminando a independência e fixando o poder nacional – etapa inicial do liberalismo – e o Ato Adicional, que resulta da formação da maioria liberal na Câmara e, ao mesmo, tempo, imprime seu selo indelével de federalismo ao Direito Constitucional brasileiro, por meio da aprovação daquela grande lei. Estava formado por conseqüência o movimento liberal e Bernardo foi seu chefe, de 1831 a 1834. Mas, como ele bem o disse em palavras famosas, como ele bem definiu em sentenças que ficaram célebres, aos ou-

vidos da nossa história e da nossa literatura parlamentar a partir de 1834, o chamado liberalismo passou a se transformar não mais numa reivindicação fervente, mas, ao contrário, na origem de uma série de males que ensangüentam a nação.

Sucedem-se as revoluções em todo o país. Adensam-se sobre os horizontes da pátria os riscos do separatismo. Decai a autoridade dos governos. Perturba-se, de tal maneira, a vida financeira da nação, que o próprio Parlamento é obrigado a votar leis especiais que venham coibir abusos provenientes do Ato Adicional.

Inicia-se, então, a fase chamada progressista de Bernardo, ou melhor, é então que se consolida, naquele penetrante espírito, naquele verbo poderoso, naquela ação intimorata, a convicção de que o País precisava parar, como ele bem o diz, o carro revolucionário. Quem é o homem que tem a mão no freio?

É aquele mesmo que empunhou o chicote da aventura desmesurada. Quem é o homem que segura o tropel dos cavalos que conduzem ao abismo? É aquele mesmo que os incitou à galopada liberal: é Bernardo. Ele explica naquelas palavras, que são do conhecimento de todos vós; naquelas palavras de fogo que soam, ainda, à nossa memória, que ainda ecoam como se tivessem sido pronunciadas neste momento desta mesma tribuna, que ele tanto iluminou: "Fui liberal – disse ele; e então, a liberdade era nova no país; estava na aspiração de todos, mas não nas leis, não nas idéias práticas: o Poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre agora o risco pela desorganização e pela anarquia.

Como quis, então, quero hoje servi-la, quero salvá-la e, por isso, sou regressista."

Eis a declaração corajosa do antigo liberal; eis a palavra que atira com desdém sobre um rodamoinho de protestos aquele homem que tinha sido o condutor da liberdade!

Eis a prudência, virtude tradicional, virtude preclara da gente montanhesa, virtude que nada tem a ver com a timidez ou a covardia. Eis a prudência sofreando os ímpetos naturais, reprimindo os impulsos turbilhonantes e mantendo o grande chefe mineiro na linha construtiva e patriótica que foi sempre a sua.

Sr. Presidente, como eu dizia, a partir de 1934 até 1937 forma-se no país o Partido Conservador, tendo à frente como figura máxima, como figura de proa, como líder, como verdadeiro condutor aquele que anteriormente tinha formado o Partido Liberal: Bernardo Pereira de Vasconcelos. E esse movimento se cristaliza; e essa força se congrega; e esse impulso se define; e esse partido se constitui, para chegar ao poder, para arrebatar o poder, em 1837, no famoso "Ministério das capacidades" de que foi Bernardo a principal e a grande personalidade.

Daí por diante sucedem-se as suas vitórias. Daí por diante se reproduzem os seus sucessos e, com monótona pertinácia, com desalentadora teimosia se repetem contra o grande homem as investidas dos fracassados, as dentadas dos vencidos, as calúnias dos desalmados! Tudo contra ele se diz: incestuoso, desonesto, corrupto, traidor! Tudo contra Bernardo se levanta. Todas as calúnias se despejam contra ele.

Todas as infâmias se derramam, mas a sua figura continua admirável! A tudo resiste, contra tudo se opõe. Contra todas as investidas eleva sua poderosa voz. Combate com fúria, mas sem ódio; combate com a cólera sagrada do temperamento rico de qualidades, mas nunca com aquelas forças mesquinhas que abocanham as vindictas de pessoas. Jamais sentem aqueles que percorrem as páginas dos *Anais* da Câmara e do Senado, na sua voz que troava como as cachoeiras nos recintos, nada que fosse pessoal na sua cólera, nada que parecesse vingança em suas vitórias, nada que fosse mesquinho na sua grandeza. Leva o velho lutador, até o fim, sempre pura a estrela da sua vitória. Consegue interpretar o Ato Adicional, naqueles pontos em que a prática tinha aconselhado a revisão. Para isso, conduz a campanha da Lei de Interpretação de 1840, já então no Senado.

Tem influência naquela lei que restitui o Conselho de Estado, que tinha sido suprimido pelo mesmo Ato Adicional, e arma, assim, e aparelha, assim, o regime parlamentar do Império, o tão peculiar Poder Moderador para, debaixo daquela autoridade forte, debaixo daquele poder diretor trazer ao país a paz de que gozou nos decênios que entre nós prevaleceu.

Conselheiro de Estado, membro daquele Conselho de Estado que ajudara a criar, preocupado sempre com a coisa pública, relator de diversos e admiráveis pareceres sobre matéria de Direito Constitucional e de Direito Administrativo, debatendo no Senado as mais importantes questões da sua época, vai Bernardo até o fim dos seus dias, até aquele aziago 1º de maio de 1850, em que tombou vítima da primeira epidemia de febre amarela, daquela febre que ele não temia e de que, como sempre imprudente, caçoava nos seus discursos.

Em poucas palavras, eis num rápido e esmaecido esforço, num pequeno discurso, que tive atabalhoadamente de preparar no dia de hoje, a homenagem que a bancada de Minas Gerais, pela minha voz, presta ao grande mineiro.

Agradeço aos meus patrícios do Partido Social Democrático e do Partido Republicano a honra que me deferiram para que, unidos todos, como devemos estar nestes momentos, cultuássemos conjuntamente com o meu partido, a União Democrática Nacional, a figura sob todos os aspectos dominadora do mineiro Bernardo de Vasconcelos. Ele foi, nós mineiros vo-lo dizemos, o maior de todos nós. Na orografia humana de nossa terra, no sistema montanhês, se assim podemos dizer, dos nossos grandes homens, ele foi o píncaro mais alto, ele levantou a sua fronte como um cume de serrania, sobre as nuvens e as tempestades. Ele foi, realmente, o maior de todos os políticos mineiros, e nós o confessamos, nós o proclamamos, sem nenhum vexame.

E é por isso, Sr. Presidente, que no dia do centenário da sua morte, nós, os representantes de Minas Gerais vo-lo entregamos, vo-lo damos, a vós, representantes do Brasil, para que tenhais nele um exemplo a seguir e um guia seguro para o nosso ameaçado porvir. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Emenda parlamentarista

21-6-1950

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, Srs. Deputados, chegamos ao fim desta árdua campanha oratória, que se tem desenrolado na tribuna da Câmara a propósito da emenda constitucional de autoria do ilustre Presidente do Partido Libertador.

Não fora a obrigação moral e o encargo político que me couberam por designação do preclaro presidente da Comissão Especial, o nobre Deputado Sr. João Mangabeira, e eu pouparia aos colegas o tédio e o desgosto de, ainda uma vez, embora distraidamente, acompanharem as monótonas considerações que incumbe ao Relator expender e desenvolver.

O Sr. Raul Pilla – Não apoiado.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradecido a V. Exª

Observo, inicialmente, a indiferença geral com que o plenário da Câmara, neste caso bem representativo da opinião nacional, tem acompanhado esta controvérsia que, se não fosse teoricamente tão importante, mais pareceria um jogo floral, um exercício acadêmico, uma batalha de retórica.

Na verdade, quem examinar os dias trepidantes que estamos atravessando, em que tantos problemas políticos, tantas dúvidas, tantas questões sociais e econômicas preocupam a consciência dos brasileiros, achará profundamente estranho o fato de, até certo ponto, a opinião pública se desinteressar desse debate.

Ora, Sr. Presidente, este simples indício, o desinteresse da opinião, o silêncio da imprensa, o eco amortecido dos nossos discursos são a prova de que, apesar da alta autoridade do ilustre representante do Rio Grande do Sul, sua iniciativa não corresponde, de forma alguma, à conjuntura nacional.

O Sr. Raul Pilla – V. Exª me permite um aparte? Não me parece que V. Exª tenha razão na interpretação que está dando ao fenômeno. V. Exª não ignora que todos os assuntos, por mais relevantes que sejam, decorrem neste Parlamento presidencialista em meio a uma indiferença geral. Mas, em relação à emenda constitucional, essa indiferença se poderia interpretar de outro modo; é que ninguém se interessa pela sorte do regime presidencial, sorte que está em jogo por vários fatores de ordem política e, aqui dentro mesmo, pelo crescente aumento da corrente parlamentarista, corrente que, na Constituinte, contava com o apoio de pouco mais de meia dúzia de representantes e que hoje anda em cerca de cento e trinta deputados ou mais.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, não acredito que seja uma manifestação de desinteresse pela sorte do regime vigente a circunstância de não estarmos propensos a debater as vantagens de sua modificação.

Quando um barco está em plena viagem, quando um navio se encontra em alto-mar, é natural que sua tripulação, os responsáveis pelo seu comando, os responsáveis pela sua rota estejam mais interessados naqueles assuntos que dizem respeito ao funcionamento de suas máquinas, à condução de seu leme, à boa orientação de seu rumo, do que propriamente na defesa, a cada passo, dos planos da construção do navio, planos de melhoria de suas máquinas e outros do mesmo gênero.

Estamos, neste momento, no auge de uma grande viagem política; estamos pondo em funcionamento, e mais do que isso, estamos pondo à prova de resistência todo o aparelho das nossas instituições democráticas: estamos assistindo, apesar das ameaças que ainda se adensam sobre a viabilidade dessas instituições à sua experiência, ao seu batismo democrático, em condições que propiciam as mais fundadas esperanças num desfecho que venha demonstrar aos seus mais radicais adversários, como o nobre Deputado Raul Pilla, a possibilidade de que elas correspondam realmente às conveniências do nosso estado político.

O Sr. Raul Pilla – V. Exª me permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Raul Pilla – V. Exª estará inteiramente tranqüilo quanto à sorte das nossas instituições, neste momento?

O SR. AFONSO ARINOS – Para ser absolutamente leal, direi a V. Exª que inteiramente tranqüilo não estou, mas estou suficientemente tranqüilo para me assegurar nesta convicção de que melhor funcionarão elas de acordo com o estatuído na Carta Magna do que procurando trazer neste momento as modificações profundas que V. Exª sugere.

Se nós, nesta emergência, nesta ocasião, nestes dias, procurássemos entrosar a reconstrução política do Estado, proposta por V. Exª com as necessidades do funcionamento da Constituição que atualmente temos sob as mãos, então as minhas apreensões seriam muito maiores.

Mas, tempo é que eu entre no brilhante, ainda que contundente, revide com que galardeou meu modesto trabalho o ilustre representante do Rio Grande do Sul.

S. Exª já o disse no início do meu parecer, é desses adversários que honram a quem os combate.

O Sr. Raul Pilla – Muito agradecido a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – E vou repetir, aqui, uma velha frase, que consta de uma carta remetida por Lutero a Erasmo de Rotterdam. Lutero dizia, certa vez, a Erasmo:

> "Tu és um daqueles cavalheiros, diante de quem se deve levantar a viseira e baixar a lança em saudação, porque mereces toda a admiração

dos teus adversários; mas, feita esta necessária reverência, cumpre baixar a viseira, erguer a lança e marchar decididamente contra ti."

É, Sr. Presidente, mudando o tratamento, usando, na carta, aquele tratamento que nos é imposto pelo Regimento, o mesmo que digo ao nobre Deputado Raul Pilla: V. Exª merece de mim toda a reverência, toda a atenção, todo o respeito. Mas não levará a mal que, usando, aliás, do precedente que V. Exª firmou no seu voto, eu me permita, agora, baixar a viseira e de lança em riste investir contra V. Exª.

O Sr. Raul Pilla – Sinto-me muito honrado.

O SR. AFONSO ARINOS – Começo, Sr. Presidente, dizendo que, desde logo, desejo esvaziar meu coração de uma tinta, de um ressábio de amarguras que não quero que nele subsista.

Desejo responder inicialmente no meu discurso a dois trechos do parecer Raul Pilla, em que S. Exª, levado pelo ardor de suas convicções, pela combatividade do seu temperamento e pela juventude do seu espírito, resvalou na impertinência, andou nas fronteiras da insolência para com o seu humilde admirador, que neste momento ocupa a tribuna.

O Sr. Raul Pilla – Se assim é, desde já me penitencio.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência verá que tenho razão.

Com efeito, diz o ilustre Deputado do Rio Grande do Sul, às páginas 40 e 41 do seu brilhante voto o seguinte:

> "Raciocinando por tal forma incidiu o ilustre Relator na falência, ou no sofisma (conforme se perpetre de boa ou de má-fé), que consiste em empregar a mesma palavra com sentidos diferentes. Positivismo pode ser filosofia, política ou religião: nem todos os adeptos de filosofia de Augusto Comte lhe adotam a política e a religião. E positivismo pode ser também um simples critério científico – o critério que ao racionalismo antepõe o empirismo, e remonta, pelo menos a Francisco Bacon, no século XVI.
>
> Neste sentido, e não no de adepto da filosofia, da política ou da religião de Augusto Comte, é que León Duguit se diz e pode dizer positivista: ele é um dos mestres da escola positiva ou positivista do Direito. Somente. Reuni-lo, sob o mesmo rótulo, a Teixeira Mendes e Miguel Lemos, os apóstolos da Religião da Humanidade no Brasil, é uma fantasia que ao Sr. Afonso Arinos, menos que a qualquer outro, se pode desculpar".

Sr. Presidente, vê V. Exª que num documento brilhante dos *Anais* desta Casa eu sou não diretamente mas indiretamente acusado de má fé. O ilustre representante pelo Rio Grande do Sul, usando da expressão "má-fé", sugere que eu me haja utilizado com dubiedade da palavra "positivismo", aplicada à teoria de Duguit.

Ora eu desejo não repelir a imputação, porque sei que as palavras muitas vezes pesam na mão mais do que no pensamento. Muitas vezes o que sai da pena não corresponde ao que destilou a idéia.

O Sr. Raul Pilla – Permita-me o nobre orador. Eu estabeleci as duas hipóteses possíveis. É a tendência que todos nós, habituados a raciocinar na cátedra, sempre temos de não considerar nunca unilateralmente uma questão. V. Exª vê bem que estabeleci as duas hipóteses possíveis e não houve má-fé. Foi apenas isso.

O SR. AFONSO ARINOS – Apenas aceito que o nobre Deputado Sr. Raul Pila tenha estabelecido uma hipótese alternativa, mas direi que em relação a S. Exª eu nunca usaria do segundo membro da alternativa. Mas isso não tem importância. Vou, porém, responder a S. Exª nos termos estritos da controvérsia intelectual. S. Exª declara que Duguit nunca foi positivista, do ponto de vista filosófico ou religioso, e era apenas um representante da escola positiva do Direito.

Em primeiro lugar, o nobre Deputado não exprimiu o seu conceito sobre a significação do positivismo jurídico. S. Exª não disse o que entende por positivismo jurídico, isto é, se ele é apenas aquela posição filosófica, que repele todos os elementos metajurídicos, metafísicos, todos os elementos espirituais ou religiosos na formação do Direito – e esta é uma maneira de se conceber o positivismo jurídico – ou se entende por positivismo jurídico apenas aquela escola que vê o Direito circunscrito à lei positiva, ao texto escrito, à regra vigente; o que é outra forma de se empregar a expressão.

O Sr. Raul Pilla – Devo dizer que empreguei a expressão na primeira acepção.

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente. Por conseqüência, S. Exª empregou a expressão positivismo jurídico como querendo significar a ausência de influência metajurídica, metafísica, na formação de Direito, isto é, aceitando a tese de que o direito decorre do Estado, decorre da História, decorre das condições sociológicas. Nada além disso. Sua Excelência se contrapõe à chamada teoria do Direito Natural. S. Exª se coloca no ponto de vista de defender o positivismo jurídico como sendo o contrário do Direito Natural, e diz que Duguit era o representante dessa tendência, isto é, seria o jurista cujo positivismo se limitava à exclusão de qualquer influência que não fosse histórica, sociológica, na forma do Direito.

Não é isto, Senhores, o que se dá. S. Exª está radicalmente enganado quando eu dizia que Duguit representava a escola positivista no Direito. Eu queria afirmar precisamente que ele era um discípulo de Augusto Comte. Isto é o que ele era. Nunca foi outra coisa, nunca sustentou outra coisa e ele próprio declarou, na sua volumosa obra, que só enveredara pelo campo do Direito por haver percebido que no seu tempo a Sociologia ainda não era um instrumento suficientemente poderoso para influir na modificação da mentalidade da França e das suas instituições na medida em que o Direito o poderá fazer.

Vou ler trechos de autoridades reconhecidas, que declaram o positivismo filosófico de Léon Duguit.

Vejamos, por exemplo, Coste-Floret, que teve grande influência na elaboração da Constituição francesa de 1946. Foi Ministro de Estado e é hoje, se não me engano, deputado pelo MRP – Movimento Republicano Popular. É autor de um livro muito interessante: *Les problèmes fundamentaux du droit.*

Diz, referindo-se a Léon Duguit:

> "Sua doutrina se apresenta sob uma aparência muito coerente. Ela se filia muito estreitamente a uma filosofia que implica em um método. Duguit pertence à escola positiva. É um discípulo de Augusto Comte. Duguit não é, portanto, um positivista jurídico.
>
> É um positivista sociólogo, o que corresponde a dizer que ele se esforça por construir uma teoria geral do Direito à base da filosofia positivista."

O Sr. Raul Pilla – V. Exª vai me permitir um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muita honra.

O Sr. Raul Pilla – A citação que V. Exª acaba de fazer não demonstra que Léon Duguit seja um positivista, um seguidor de Augusto Comte no terreno da política. Não me consta que Léon Duguit seja partidário da ditadura científica. Pelo contrário, parece-me que é um grande tratadista dos sistemas democráticos.

O SR. AFONSO ARINOS – Responderei a V. Exª

O Sr. Raul Pilla – Uma coisa é ser positivista em sociologia, na acepção sociológica. Sabemos que foi Augusto Comte quem primeiro procurou dar aos estudos sociólogos um critério positivo. Neste sentido Duguit é positivista, como todos nós mais ou menos o somos. Insisto: Duguit nunca foi positivista, por exemplo, no sentido de Teixeira Mendes e dos outros próceres positivistas que tanto influíram na formação do presidencialismo brasileiro.

O SR. AFONSO ARINOS – O ilustre Deputado Sr. Raul Pilla não teria dado esse aparte se tivesse ouvido a citação que ainda vou fazer.

S. Exª aceita que Duguit tenha sido positivista no sentido sociológico. Nega que o tenha sido no sentido político.

Vou ler Roger Bonnard. Num seu artigo da *Enciclopédia de Ciências Sociais,* exatamente a propósito de Léon Duguit, Bonnard faz a seguinte observação:

> "Duguit é conhecido pela sua aplicação do positivismo filosófico à jurisprudência e à teoria política."

Vê, pois, o Sr. Raul Pilla o positivismo de Duguit referido na teoria política.

George Burdeau diz no seu *Tratado de Ciência Política* o seguinte:

"Nós aludimos aqui, bem entendido, aos positivistas jurídicos e não aos juristas que se filiam ao positivismo filosófico, tais como Duguit, por exemplo."

Realmente, parece-me que, tendo eu o objetivo, no meu voto, de demonstrar a variação dos conceitos filosóficos em relação e em seguimento ao meio político; tendo eu, principalmente, o objetivo de salientar como no Brasil os positivistas se enquadram dentro do sistema político nacional ao passo que na França outros positivistas do tipo de Duguit se haviam fixado dentro do regime parlamentar; tendo eu, repito, esse único objetivo estava perfeitamente fundado para fazer essa asserção. O parlamentarista Duguit pertencia à filosofia positivista, como o ditatorialista Teixeira Mendes. E considero que S. Exª o Sr. Deputado Raul Pilla não terá outra razão, citada pela boa-fé e pelo cavalheirismo, senão retirar as palavras "má-fé" de que se serviu no seu parecer.

O Sr. Raul Pilla – Peço licença para ponderar ao nobre orador que eu me rendo às suas considerações. Quero, porém, esclarecer uma coisa: Léon Duguit não é, nunca foi, positivista, no sentido adotado por Teixeira Mendes.

O SR. AFONSO ARINOS – Entretanto, nobre colega, o que eu sustentei no parecer foi precisamente isto: os positivistas variam de acordo com as condições do meio político em que vivem.

O Sr. Raul Pilla – O fato é que Duguit não é, nunca foi, partidário da sociocracia, da ditadura científica.

O SR. AFONSO ARINOS – Desde que a taquigrafia tenha reconhecido as expressões "eu me rendo às suas considerações", estou satisfeito, porque, realmente, o emprego pelo nobre colega Sr. Raul Pilla de semelhantes palavras é o mesmo que se um couraçado inglês abaixasse a bandeira em pleno fogo! Se S. Exª se rende, é preciso, sem dúvida, que o impacto tenha atingido em cheio no meio da casa de máquinas! Não é possível concluir de outra maneira, ouvindo S. Exª dizer que se rende, quando se trata de parlamentarismo!

A segunda observação, de ordem pessoal, que eu desejava fazer, sempre no objetivo pré-esclarecido, pré-declarado, de esvaziar do meu coração as duas gotas de ressentimento, que me ficaram da leitura do parecer do brilhante representante da emenda, surge quando S. Exª, à pagina 95 do voto, referindo-se ao seu modesto contraditor, declara ser meu intuito, ao manifestar minha opinião sobre a situação absolutamente precária em que ficará o Senado da República, no caso de ser aprovada a emenda parlamentarista, "fazer uma pequena intriga com os senadores".

Ora, S. Exª não foi feliz também nesse reparo. Bastava que tivesse atentado nos fundamentos da minha afirmativa, que se houvesse demorado nas bases sobre que se fixou meu raciocínio, para que S. Exª não ousasse atirar contra mim essa invectiva.

Já dizia Montaigne, nos seus *Ensaios,* uma coisa para qual chamo a atenção do nobre colega *Je'prends mon bien où je le trouve* – pego o que é meu onde o encontro – e isto, muitas vezes, tem grande utilidade – dizia o sábio, o prudente e cauteloso castelão da Gasconha – porque, na realidade, acrescenta ele, "quando se agride a mim, ataca-se Plutarco, Suetônio, Tito Lívio e todos aqueles nos quais vou colher os materiais de que meus adversários divergem!"

Ora, o que se passou comigo, em relação a esse trecho do meu parecer, foi exatamente aquilo a que Montaigne se referiu ao descrever seu processo de trabalho. Também nesta casa tomei o meu onde o encontrei: em Rui Barbosa. Diante da opinião de Rui Barbosa, provavelmente o nobre colega Relator teria, como é natural, hesitando em se servir da expressão pequena intriga.

Vou ler – se S. Exª o deseja – o trecho de Rui Barbosa, exatamente a fonte, aliás citada do meu parecer, de onde tirei aquela opinião de que a emenda viria reduzir o Senado a uma reunião parecida com a de senhoras que vão fazer *tricot* e tomar chá, porque nada mais têm a fazer.

Diz Rui Barbosa:

> "Depois, no governo de gabinete, o gabinete é responsável. Mas responsável ante quem, sob uma Constituição federal? Nele não existe uma câmara predominante, como nas monarquias parlamentares. As duas Casas do Congresso têm poder eqüiponderantes. Ora, um Ministério não pode ser responsável, juntamente, a duas câmaras, dotadas de poder igual e inspiradas muitas vezes em políticas diversas. Aquela que dispusesse da sorte dos gabinetes absorveria o poder presidencial. Haverá, na República Federativa, algum dos dois ramos do Congresso, a que se pudesse reconhecer tal ascendente?"

Foi precisamente esse raciocínio de Rui, aliás elementar, quando discutia o problema da Federação e o funcionamento do Senado Federal em nosso tipo de federação, que pus em equação no meu voto e mereceu do autor da emenda o epíteto de pequena intriga.

Se porém houve intriga, não terá sido pequena. A intriga foi grande, muito grande. Foi tão terrível, foi uma intriga que fez vacilar a habitual discrição do ilustre Deputado Raul Pilla levando S. Exª, diante do que chama pequena intriga, a apresentar uma grande oferta.

O Sr. Raul Pilla – Grande oferta?

O SR AFONSO ARINOS – Sim, grande oferta. Para combater a sugestão que fiz, V. Exª formula uma oferta clara, tentadora, profundamente atraente, constante do seu voto à página 95, que passo a ler:

"Se é verdade que a emenda confere à Câmara um papel político que nega ao Senado – o de decidir por si mesma a sorte dos gabinetes que não se podem manter sem a sua confiança – esta vantagem é sobejamente compensada por uma prerrogativa do Senado – a de nunca ser dissolvido, a de poder cada senador chegar seguramente ao fim do seu longo mandato."

É como se o nobre colega dissesse: "Vocês não tenham medo. Nós – permita-me a Câmara a expressão antiparlamentar – vamos para o beleléu, mas fiquem quietinhos os velhos nas suas cadeiras; desde que votem a emenda parlamentarista, não terão o risco de perder o mandato; nada pesa sobre suas cabeças; o ato de presença, os 24 mil cruzeiros por mês e outras regalias provectas da idade senatorial serão concedidas a V. Ex.as, desde que não se oponham às turbulências da parte jovem do Poder Legislativo!"

Pequena intriga – grande oferta!...

O Sr. Raul Pilla – Entrei no terreno em que me pareceu posta a questão; apenas isto. V. Exª citou, há pouco, a opinião de Rui Barbosa. V. Exª resguardou-se, perfeitamente, em sua grande autoridade. Animo-me, entretanto, a afirmar que na questão do Senado, Rui Barbosa errou, porque havia o exemplo da Bélgica, sistema parlamentar em que tanto a Câmara quanto o Senado têm a faculdade de derrubar o gabinete mediante moção de desconfiança.

O SR. AFONSO ARINOS – A questão, porém, é que, na Bélgica, tanto quanto estou informado – e devo dizer a V. Exª que, embora tenha, em minha casa, os tratados de Errera e Ortolan sobre o Direito Público belga, deles não me recordo exatamente – a função do Senado é completamente diferente da nossa. O senador é eleito na base da representação democrática, como na Câmara, e não na da representação política dos estados. Eis porque a incompatibilidade da emenda com a federação se manifesta, precisamente, na questão do Senado, nos países federais do tipo do Brasil. Chegarei, porém, lá. Na Bélgica, como no Canadá e outras federações, o Senado não tem a função que lhe é atribuída pelo regime presidencial.

Sr. Presidente, abordarei, no meu discurso, em cujo mérito e conteúdo substancial entro neste momento, passadas as refregas preliminares que, em mim, não deixaram qualquer marca, aos pontos que me pareceram mais significativos, mais dignos de controvérsia e de resposta, do voto do Sr. Deputado Raul Pilla. Aliás, todo o voto de S. Exª é excepcionalmente digno de resposta e, se assim me expresso, é no sentido do esclarecimento do plenário.

A grande arma, de que lançaram mão todos os parlamentaristas desta Casa, o grande argumento, que foi tocado sobre as nossas cabeças em todos os tons, desde o quarteto de câmera até a sinfonia de grande orquestra, desde a pequena música saltitante e popular dos argumentos até a construção gigantesca, que se observa no voto do Deputado Raul Pilla e no discurso do Sr. Hermes Lima, é o da responsabilidade. Para S. Exas, o presidencialismo é um governo essencialmente irresponsável: o parla-

mentarismo, um governo fundado na mais estrita noção e no mais rigoroso cumprimento do principio da responsabilidade política.

Ora, Sr. Presidente, isto é uma fantasia completa, integral, absoluta. S. Exªs discutem academicamente, servem-se de textos de escritores favoráveis a seus pontos de vista, trazem essas peças rutilantes e nos apresentam essas linhas escritas, essas opiniões do papel, esses clamores da pena como se fossem verdades demonstradas, como se fossem fatos inconcussos da história dos povos. Isto, porém, não é exato.

A verdade que procurei, em certa fase das discussões, veicular, num tímido aparte ao nobre Deputado Hermes Lima – aparte desde logo fulminado pela fúria da sua convicção eloqüente –, foi a de que, em todos os regimes, existe uma margem de irresponsabilidade, em todas as práticas políticas existe uma larga fronteira para o arbítrio do poder. Não é privilégio do regime que praticamos, nem sequer do regime propugnado por S. Exª .

Vou ler página profundamente oportuna de George Burdeau, autor do mais ambicioso, do mais volumoso e ousado trabalho de Direito Constitucional aparecido na Europa, nos últimos vinte anos. Desde a morte de Duguit, desde a morte de Esmein ainda não se escreveu na Europa um trabalho sistemático de Direito Constitucional comparável ao *Tratado de Ciência Política* de George Burdeau.

Eis o que diz esse ilustre professor francês, no volume III do seu livro, aparecido ainda este ano:

> "Qualquer que seja a eficácia dos processos jurídicos organizados para obrigar os governantes a respeitarem a lei do poder que eles exercem e eventualmente para impor sanções às suas decisões e aos seus atos contrários ao direito, é claro que tais processos não podem assegurar, em todos os casos, a correção de atitudes das autoridades estatais. É que, com efeito, as instituições de controle supõem sempre, mais ou menos, o consentimento daqueles contra quem elas se exerceram. Muito aptas, por conseqüência, a censurar um ato arbitrário isolado, elas se tornam rapidamente impotentes diante da vontade sistemática dos governantes, de seguirem uma política não autorizada pelo direito."

Esta a opinião de um eminente tratadista de Direito Político, num país que se rege pelo regime parlamentar.

No Direito Público, como no Direito Privado, como fora do direito, nas atividades puramente circunscritas no domínio da moral, é sempre lícito aos homens, aos quais incumbem certos misteres, excederem-se no exercício desses misteres, de forma a modificar a regra sob a qual estão agindo.

Sustentei, no meu aparte ao nobre Deputado, e declarei, no meu voto, que o que se chama de irresponsabilidade do poder presidencial não é senão o exercício – não digo sempre, mas muitas vezes – lícito das atribuições conferidas ao Poder Executivo.

O Sr. Raul Pilla – Pelo sistema presidencial.

O SR. AFONSO ARINOS – Pelo sistema, que V. Exª chamou parlamentar do Império brasileiro, e por todos os sistemas parlamentares do mundo. Exatamente nesse ponto procurei discutir com o nobre Deputado Hermes Lima. Todo poder político, sem exceção de regime, sem exceção de forma de Estado, sem exceção de sistema de governo, tem sempre uma margem de arbítrio, para exercer a sua ação.

Ora, Sr. Presidente, no regime parlamentar essa margem de arbítrio tem-se desenvolvido de maneira impressionante. O regime parlamentar inglês é, hoje, um exemplo de arbítrio governamental, como talvez não haja outro igual na face da Terra.

O Sr. Hermes Lima – O que V. Exª chama de arbítrio governamental no governo parlamentar inglês é, apenas, a verificação de que o sistema parlamentar não se opõe, como vulgarmente se diz, aos governos de autoridade, aos governos cheios de autoridade para governar. V. Exª só faz esse raciocínio, porque parte de uma premissa inarticulada no seu pensamento: a de que o governo parlamentar é fraco. Eis a premissa inarticulada que V. Exª tem no seu pensamento. Mas a inteligência de V. Exª deve concluir pelo reconhecimento de que nada mais natural, no sistema parlamentar, do que um governo com absoluta autoridade para governar. Isso não implica em dizer que o sistema não realize, com muito maior perfeição, o princípio da responsabilidade política.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, o nobre Deputado Hermes Lima, com a sua habitual inteligência, serviu-se de uma técnica não original. S. Exª me atribui aquilo que quer que eu pense, para poder responder com facilidade. Este não é absolutamente, um processo de se discutir. S. Exª que é um hábil ginasta das idéias, que é um acrobata expedito nos saltos, está fazendo como aqueles acrobatas que saltam de um trapézio mas não conseguem pegar o outro, e caem na rede. S. Exª deu um belo salto, mas não pegou o outro trapézio, que é a intenção, que me quer atribuir, por sua livre, absoluta e exclusiva responsabilidade.

O Sr. Hermes Lima – O maior salto que se deu, hoje, aqui na Câmara foi o de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a sua gentileza.

O Sr. Hermes Lima – Salto tão grande que eu tive medo de que V. Exª viesse ao solo. Com sua brilhante inteligência, felizmente, assim não aconteceu. E esse salto mortal consistiu, simplesmente, na circunstância de V. Exª considerar uma coisa, que é da contingência humana, como o governante se exceder no exercício da sua autoridade, como qualidade comum a qualquer sistema político.

São duas coisas inteiramente diferentes. Veja V. Exª como são diferentes. Um Presidente da República jura que vai respeitar a Constituição e toma posse do cargo. Em última análise, quem é que levará este homem a respeitar a Constituição? A sua consciência. Entretanto, não há nada que leve este homem a respeitar a Constituição, senão a sua consciência. Quer dizer, faltando a consciência dele, faltando-lhe lealdade consigo mesmo no cumprimento da sua jura, evidentemente, em qualquer regi-

me, qualquer governo pode cair no arbítrio da ilegalidade. V. Exª confunde, pois, o que é que uma contingência humana com um aspecto comum no concretizar-se a responsabilidade política, seja no regime presidencial, seja no regime parlamentar. Este é o salto mortal a que me referi.

O Sr. Raul Pilla – Permita-me o orador dizer também algumas palavras. O erro do raciocínio de V. Exª é este: da verificação inexpugnável de que a natureza humana está sujeita ao abuso e de que este abuso é possível em todo regime. V. Exª quis concluir que o mecanismo mais ou menos perfeito com que cada regime procura obviar a estes abusos não tem importância.

O Sr. Hermes Lima – Exatamente.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, o que eu desejei sobretudo significar – e não me perderei mais neste ponto do debate, porque estou também pressentindo a intenção clara dos meus nobres aparteantes, que é me levar para aquele ponto onde me reputam mais vulnerável – foi que o governo em geral é suscetível de influir-se pela contingência humana. O nobre Deputado Hermes Lima e o ilustre Sr. Raul Pilla procuram dissociar os dois conceitos, a contingência humana e o material político, a formação do homem e o exercício da função política. Um, entretanto, está em função do outro. É por isto mesmo que eu dizia que as considerações gerais sobre a tendência natural do homem de exercer o seu próprio poder são adaptáveis a qualquer regime.

O Sr. Raul Pilla – Aí é que está o engano: a todos, não.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, vou descer mais – perdoe-me o nobre Deputado Raul Pilla – no tom afetuosamente pessoal desta observação. S. Exª é um representante a meu ver típico, puro sangue de uma espécie de cultura mediterrânea que não tem como o nosso país aquela ligação genética necessária para perceber a consonância do meio sociológico. S. Exª é um homem que não terá talvez, nas suas nobres veias, uma gota de sangue ibérico. É o tipo puro de intelectual mediterrâneo, como o seu nobre colega de representação o Deputado Daniel Faraco. Sendo profundamente brasileiro, brasileiro ao ponto de representar da maneira mais viva uma das apresentações típicas do Brasil, que é a variedade nacional, S. Exª não é, entretanto, um luso-brasileiro. S. Exª não sente, por isto, aquilo que sentimos.

Vejo o nobre Deputado Agamemnon Magalhães observar-me com seu aspecto tipicamente luso-brasileiro. Embora não tenha falado responderei daqui a pouco a S. Exª.

Os nobres Deputados Raul Pilla e Daniel Faraco são expressões manifestas de uma forma de cultura européia desambientada na tradição de nossa vida política e do nosso Direito Político. Não sentem que o Brasil é um país formado à sombra do poder forte, que é um país que necessita organizar esse poder juridicamente para viver, e não destruí-lo com as árias das cantigas mediterrâneas.

Sr. Presidente, o nobre Deputado Agamemnon Magalhães é representante de um outro tipo, de outro espírito, de outra corrente. S. Exª é apenas um intelectual puro, no sentido político, e diverge, dissocia, afasta completamente suas convicções

intelectuais da sua atividade política, da sua fé política e da sua convicção política. Se nós pusermos um discurso do Deputado Agamemnon Magalhães ao lado de artigos do Chefe do Executivo pernambucano Agamemnon Magalhães, veremos exatamente o que afirmo. Como ilustre Chefe do governo, representa S. Exª o que há de nacional, de excessivamente nacional no poder forte; como intelectual, como professor de Direito, como criador de doutrina, S. Exª é enamorado das musas que trazem este Romeu de cabelos brancos acorrentado aos balcões marmóreos da Julieta do Parlamentarismo.

O Sr. Hermes Lima – V. Exª não está longe de chegar à tese latino-americana do cesarismo democrático, o famoso cesarismo.

O SR. AFONSO ARINOS – Não estou longe disso. Desde que possamos construir uma filosofia política, desde que consigamos refrear as ameaças, as brutalidades, as inconveniências do poder pessoal; desde que possamos erigir a Justiça nas suas atribuições privativas, nosso regime não está longe de vir a transformar aquilo que V. Exª chama de cesarismo político, e que não é senão nossa tradição política, do poder jurídico e estável, num regime que seja absolutamente adequado às nossas conveniências e ao nosso destino.

O Sr. Hermes Lima – A experiência feita não dá razão a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Ao contrário.

O Sr. Hermes Lima – O regime presidencial é cada vez mais um regime de irresponsabilidade política. Basta dizer o seguinte: o Presidente da República cumpre no Orçamento aquilo que quer.

O SR. AFONSO ARINOS – Sabe V. Exª por quê? Porque nós, na Câmara, não fazemos o Orçamento como devemos. Não entrarei neste terreno que me levaria muito longe. Se V. Exª lesse o parecer de um dos homens a quem mais me desejaria assemelhar na direção, na orientação e na vida política, que foi Carlos Peixoto, o grande representante de Minas Gerais, o grande Presidente da Câmara, o grande relator da Comissão de Finanças, o grande líder político e democrata, se V. Exª lesse esse parecer, dado como relator da Receita sobre a forma absurda, tumultuária e insensata com que nós no Congresso realizamos a política orçamentária, V. Exª responderia ao próprio aparte que acaba de me dar. Nosso Orçamento é teoricamente proposto pelo Poder Executivo e feito com a colaboração do Congresso. Mas o que fazemos nesta Casa é encher a Lei de Meios de bilhetes eleitorais para nossos companheiros dos municípios. Por isso, transformamos o Orçamento da República, que devia ser obra orgânica, construtiva, inteiramente homogênea, um plano de governo, que deve ser todo Orçamento, numa espécie de floração desenfreada e cancerosa, onde conscientemente criamos um déficit que não poderá ser coberto pelas forças da Receita, para servir apenas aos interesses políticos de núcleos municipais. Essa é a verdade sobre o Orçamento brasileiro.

O Sr. Hermes Lima – Sempre foi assim na República.

O SR. AFONSO ARINOS – E sempre foi assim no Império. V. Exª, deve ter lido o livro de Castro Carreiro, *História Financeira do Império do Brasil,* que é a explicação, a mais definitiva do que foi a queda, o vórtice do Império para o abismo de 15 de novembro. O Império caiu em parte pelo fracasso de sua política financeira.

O Sr. Raul Pilla – V. Exª acaba de pôr o dedo numa das mais graves chagas, num dos mais graves defeitos do sistema; o Orçamento, obra essencialmente do governo, elaborado sem sua responsabilidade. Esse defeito fundamental do sistema presidencial foi luminosamente posto em evidência por Wilson, tratando, não do Brasil, mas dos Estados Unidos.

O SR. AFONSO ARINOS – Perdoe-me o nobre colega. O caso é completamente diferente. A opinião de Wilson está contida no seu livro *Governo Congressual,* tese com que ele, em 1883, pleiteou o doutorado de Direito da Universidade de John Hophins. A tese não tem aplicação ao nosso padrão de vida político, porque nos Estados Unidos não havia, então, orçamento. Não há na Constituição americana nenhuma referência a elaboração do orçamento. O que havia nos Estados Unidos eram 7, 8 ou 9 orçamentos paralelos, da receita ou da despesa. Conforme fosse o número de ministérios, se elaboravam orçamentos estanques, sem nenhuma ligação entre si, sem nenhuma noção de conjunto, de tal jeito que o orçamento americano era um dos escândalos do mundo.

Foi somente em 1920 ou 1921, depois da guerra mundial de 1914, quando os Estados Unidos deixaram de ser aquele manancial de ouro, aquele país onde, por mais loucas que fossem as despesas, a receita sempre sobrepujava a despesa – situação que se extinguiu com os formidáveis gastos militares da Primeira Guerra Mundial – que se organizou o *Bureau* Federal de Orçamento, instituição criada graças aos estudos de Willoughby, e que funciona admiravelmente de forma a trazer a percepção dos impostos americanos durante a última guerra a uma soma gigantesca, sem que tenha havido inflação.

No Brasil é diverso. Nossa elaboração orçamentária é das mais antigas. Vem na nossa Constituição de 1824. O que há no Brasil é que nunca se cumpriu a Constituição na parte que se refere à elaboração orçamentária. É preciso que haja um governo que tenha autoridade eficiente no Congresso...

O Sr. Hermes Lima – Autoridade no Congresso?

O SR. AFONSO ARINOS – ...para elaborar o Orçamento de acordo com que preceitua a Constituição.

O Sr. Hermes Lima – Então V. Exª acha que para o Congresso elaborar um bom orçamento, no regime presidencial, é preciso que o Presidente da República tenha sobre o Congresso bastante autoridade?

O SR. AFONSO ARINOS – Não sei a que ponto V. Exª quer chegar. Não quero responder sem saber o que V. Exª tem no fundo de seu pensamento.

O Sr. Hermes Lima – Estou apenas perguntando se posso tirar essa conclusão das palavras de V. Exª

O SR. AFONSO ARINOS – Depende do que V. Exª pensa delas. Não me refiro a um governo ditatorial. Penso em um governo como o do Brigadeiro Eduardo Gomes. Se o Brigadeiro for o Presidente da República terá sobre o Congresso autoridade política e moral suficiente para elaborar o Orçamento sem necessidades desses bilhetes eleitorais.

O Sr. Hermes Lima – V. Exª acha que o Congresso só poderá elaborar um orçamento bom se o Presidente intervir. Não é isso?

O SR. AFONSO ARINOS – Se tivermos um Presidente da República conhecedor da política orçamentária; um Ministro da Fazenda também conhecedor da política orçamentária; um líder da maioria disposto a acompanhá-lo e uma Comissão de Finanças nas mesmas condições, enfim, um relator da despesa e da receita...

O Sr. Hermes Lima – A que reduz V. Exª o Congresso nesse esquema? O Congresso no sistema presidencial, veja V. Exª, só pode elaborar bom orçamento se o Ministro da Fazenda for bom, se a Comissão de Finanças for boa, enfim, se o Executivo for bom. Se o Executivo não for bom, não pode.

O SR. AFONSO ARINOS – E no regime parlamentar?

O Sr. Hermes Lima – No regime parlamentar a responsabilidade é inteira do Congresso. Se não elaborar um bom orçamento, a responsabilidade é dele. V. Exª colocando a questão assim, no sistema presidencial, o Congresso só pode elaborar um bom orçamento se o Presidente da República, se o Executivo fizer intervenção nesse sentido.

O SR. AFONSO ARINOS – Isso tudo é V. Exª quem está dizendo.

O Sr. Hermes Lima – Amanhã vamos ler o discurso de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª é que está usando de processos diferentes, como se manipulasse aquele ovo de cerzir que vai desatarraxar em busca de um outro menor, de outro mais pequenininho, e no fim não tem coisa alguma.

Sr. Presidente, assisti na minha juventude – estava então em França – Poincaré transformar-se no mais forte, no mais ditatorial dos presidentes da República de qualquer regime presidencial, para botar em ordem os orçamentos na ocasião da crise do franco, em 1924. Ele expediu tantos decretos-leis – e, daí vem o sistema dos chamados decretos-leis –, expediu tantos decretos-leis fora da competência do Poder Executivo e invadindo as do Legislativo que transformou num ditador de tal sorte que foi preciso depois que o Poder Judiciário de França criasse o que se chamou a teoria da legalização das leis ilegais. O Poder Judiciário criou essa teoria e o Parlamento francês aceitou e legalizou todos os decretos-leis feitos por Poincaré.

Vê V. Exª como é necessário centralizar num Executivo forte o problema orçamentário para que as finanças do país marchem em ordem!

O Sr. Hermes Lima – Mas autoridade dentro do Parlamento.

O SR. AFONSO ARINOS – Fora do Parlamento e enfrentando todas as regras da Constituição que diziam respeito à soberania do Parlamento. É uma coisa sabida, na França, que Poincaré se transformou em ditador contra o Parlamento.

O Sr. Hermes Lima – Ele não se transformou num ditador. Poincaré teve autoridade legal do Parlamento para os decretos financeiros que expediu.

O SR. AFONSO ARINOS – Não é exato!

O Sr. Hermes Lima – Ele teve autorização.

O SR. AFONSO ARINOS – A autorização veio *a posteriori.* Poincaré expediu decretos-leis que não eram previstos no sistema francês.

O Sr. Hermes Lima – Mas tinha a confiança do Parlamento para fazer isso.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª aceita isso como elementar ao regime parlamentar e nega que possa existir essa confiança no regime presidencial. Aceita no regime parlamentar, e nega no regime presidencial.

O Sr. Hermes Lima – São coisas inteiramente diferentes.

O SR. AFONSO ARINOS – De acordo, são coisas inteiramente diferentes.

O Sr. Raul Pilla – Permita-me V. Exª. Quero, apenas, esclarecer um ponto relativo à invocação, que fiz, de Wilson. V. Exª deu uma explicação cujo valor não quero discutir aqui. Mas Wilson, ao mesmo tempo que criticou o sistema norte-americano da separação dos dois poderes na elaboração do Orçamento e na legislação em geral, lhe sobrepunha, como muito superior, o sistema britânico, em que o governo está presente no Parlamento. Esta observação parece que é de capital importância.

O Sr. Hermes Lima – Os decretos expedidos por Poincaré eram expedidos pelo Gabinete?

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª sabe que em França não há precisamente um sistema de Gabinete. Isso é peculiar à Inglaterra.

O Sr. Hermes Lima – Mas a responsabilidade era dele só?

O SR. AFONSO ARINOS – Sim, era dele só.

O Sr. Hermes Lima – E o Gabinete?

O SR. AFONSO ARINOS – Concordava.

O Sr. Hermes Lima – Quer dizer – era da responsabilidade do Gabinete.

O SR. AFONSO ARINOS – Já declarei que não há sistema de Gabinete em França.

O Sr. Hermes Lima – Como o Ministro da Fazenda, em França, poderia expedir decretos sem ter a solidariedade política de todos os colegas de Ministério?

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª pode estar tranqüilo que no regime presidencial brasileiro se daria a mesma coisa: aliás, se deu. Eram os despachos coletivos. No regime presidencial brasileiro havia os despachos coletivos que não sei por que foram suprimidos com o Sr. Getúlio Vargas, que não despachava nada, que nada fazia, a não ser por intermédio de seus secretários particulares. Em uma forma de responsabilidade coletiva.

O Sr. Hermes Lima – Foram suprimidos no regime do Sr. Campos Sales, não pelo Sr. Getúlio Vargas. V. Exª chegando em casa poderá ler *Da Propaganda à Presidência.*

O SR. AFONSO ARINOS – Mas depois voltou. V. Exª tem até fotografias dos despachos coletivos até o governo Bernardes.

O Sr. Eduardo Duvivier – A meu ver a elaboração de um bom orçamento depende do Congresso tanto no regime presidencial como no regime parlamentar. No regime presidencial o Executivo apenas faz uma proposta que o Legislativo pode alterar – e constantemente altera. No regime parlamentar é o Gabinete que prepara esse orçamento mas o Gabinete não é senão uma delegação do Parlamento, à aprovação do qual está também sujeito o orçamento. Portanto em última análise, é o Congresso o responsável pela boa elaboração do orçamento. O grande mal que temos no Brasil é elaborarmos dois orçamentos: um por proposta do Executivo, e outro pelo Legislativo, através de créditos especiais e outros que o Congresso constantemente concede. No dia, porém, em que nos convencermos de que a Comissão de Constituição e Justiça é o árbitro da constitucionalidade no Congresso, esses créditos a meu ver deverão ser fulminados como inconstitucionais, porque o Orçamento é um só e elaborado anualmente.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre Deputado.

Sr. Presidente, infelizmente a excessiva bondade dos meus nobres colegas perturbou de forma substancial o plano que tinha elaborado para o meu discurso. Ele se transformou numa sorte de conversa entre amigos. Desejo apenas tenha contribuído, até certo ponto, para o esclarecimento da matéria. Mas previno que da segunda vez que falar vou pedir licenças aos nobres colegas para não conceder mais tão grande quantidade de apartes, porque, afinal, o meu discurso se transformou, como dizia há pouco, numa espécie de conversa em família.

Agora, Sr. Presidente, pretendo chegar a um dos pontos sobre os quais também se demoraram raivosamente os ilustres defensores da emenda parlamentarista. E este ponto é o que diz respeito à existência ou inexistência do regime parlamentar na nossa História. Isto não é apenas uma dissertação sem significação, não é uma dissertação acadêmica, porque é baseado nesta capacidade de experiência pretérita

que o nobre autor da emenda insiste copiosamente nas possibilidades de execução, sem empecilhos nem obstáculos, da sua pretendida transformação. Logo, tem importância para o nosso debate o enquadramento dessa questão, a sua colocação em termos tanto quanto possíveis esclarecedores.

Desde logo devo acentuar – e aliás o faço um pouco com atraso – a contribuição inestimável que tanto neste ponto como em outros prestaram ilustres oradores que me precederam nesta tribuna, defendendo o presidencialismo brasileiro.

Por exemplo: na parte histórica desejo salientar, especialmente, a importância da contribuição do ilustre Deputado Manuel Duarte, representante do Rio Grande do Sul; S. Exª elaborou trabalho copioso, erudito e também, principalmente, corajoso, em que, partindo das premissas determinadas pela documentação, não receou levar seu pensamento às mais afirmativas conclusões.

Outra contribuição que desejaria salientar também: como o Sr. Manuel Duarte falou do ponto de vista histórico, o nobre Deputado Batista Pereira falou do ponto de vista político. O teor da oração do ilustre representante paulista deve ter sido de alta qualidade para os nossos adversários, tal a fúria vingadora que despertou no autor da emenda. Fosse um discurso de fácil aceitação, um discurso não duro de roer, e não teria provocado as iras sagradas com que o Sr. Deputado Raul Pilla chegou a esta tribuna, como se fosse um púlpito de igreja, para invectivar o pecaminoso, aquele que se coloca fora de portas, onde só deve existir "escuridão e ranger de dentes" como dizem os Evangelhos.

Outro, Sr. Presidente, a quem também desejaria agradecer, é ao ilustre Deputado Eduardo Duvivier, que apresentou uma contribuição de natureza jurídica igualmente de grande importância e significação; como também ao meu prezado e velho amigo e eminente escritor Gilberto Freire, que – envaideço-me de dizê-lo – por sugestão minha, analisou o problema dentro dos quadros habituais de suas investigações históricas, filosóficas e sociológicas, tendo produzido um trabalho que não saberei elogiar mais senão dizendo que é digno do autor de *Casa Grande e Senzala.* Trabalho de interpretação histórico-sociológica de não menor valor é o contido no discurso do ilustre deputado e escritor Munhoz da Rocha.

Assim sendo, e feito este agradecimento coletivo, que eu desejaria formular no princípio do meu discurso, passo, Sr. Presidente, a examinar a questão do parlamentarismo no Império, que serviu tanto para dissertações dos nobres partidários da emenda. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, o ilustre assistente técnico da Mesa acaba de me informar que meu tempo está esgotado. Peço a V. Exª, nos termos do Regimento, que me permita continuar estas considerações na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE – V. Exª será atendido.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª. *(Muito bem! Muito bem! Palmas.)*

Emenda parlamentarista

23-6-1950

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, reinicio as considerações interrompidas no meu último discurso, agradecendo a gentileza e o cavalheirismo do nobre Deputado Raul Pilla, que, em cumprimento da combinação entre nós feita, permitiu a conclusão de minha oração antes que S. Exª prosseguisse na sua.

De acordo com o que tinha estabelecido no plano de minha oração, abordarei hoje, de início, o problema da prática parlamentar no Império, que, conforme acentuei no último dia em que ocupei a tribuna, não é assunto exclusivamente acadêmico ou digressão de caráter especificamente histórico, visto que é sobre essa matéria que se fundam muito dos argumentos dos nobres parlamentaristas desta casa, no sentido de afirmarem que o regime que propugnam se coaduna com a realidade sociológica, econômica e cultural do Brasil.

Releva notar, Sr. Presidente, que cedendo como sempre ao seu vezo de polemista e à sua combatividade de político, o nobre representante do Rio Grande do Sul atribuiu-me expressões e idéias que não são precisamente aquelas de que faço uso e aquelas que defendo. Diz, com efeito, S. Exª à página 29 do seu brilhante voto:

> "Afirma o ilustre relator não ter havido parlamentarismo na Monarquia brasileira. Longe está de ser verdadeira a afirmação."

Ora, Sr. Presidente, eu peço vênia ao meu nobre colega para acentuar que não fiz afirmação de tal forma categórica no meu parecer. O que disse à página 5 foi o seguinte:

> "No Brasil, como é sabido, o regime semiparlamentar do Império dava à reunião das duas casas legislativas o nome de Assembléia Geral."

E à página 7, quando trato especificamente da existência ou da inexistência do sistema parlamentar dentro do mecanismo imperial, as minhas expressões são – como, aliás, de hábito naqueles que se ocupam de ciências históricas – muito mais cautelosas. Não são afirmações.

O nobre Deputado, brilhante professor de uma disciplina médica e de uma disciplina de caráter eminentemente experimental, pode ter adquirido no largo trato de sua atividade didática o hábito das afirmações categóricas; e, por isso, ficou-lhe o vezo de servir-se, não só em relação a seus pensamentos, como na definição do pensamento alheio, de palavras profundamente afirmativas. S. Exª me atribuiu pensamentos concretos, de contornos nítidos, em suma, atitudes positivas, quando, muitas vezes, meu pensamento é intermédio, dubitativo, de simples verificação histórica porque na ciência que tem sido o objeto principal dos meus estudos – a ciência histórica – a afirmação é muito rara e as posições afirmativas muito menos freqüentes.

Veja V. Exª, nobre Deputado Raul Pilla, como está distante da posição em que me colocou a verdadeira posição que assumi no meu parecer.

Digo eu:

> "Comecemos por observar que é altamente duvidosa, ou, pelo menos, muito pouco rigorosa a caracterização do governo imperial como sendo parlamentarista."

Assim, não me cabe aquela crítica de ter eu afirmado uma inexistência.

O Sr. Raul Pilla – Permita o nobre orador. Infelizmente, não tenho em mãos o parecer.

O Sr. Afonso Arinos – Está aqui à disposição de V. Exª .

O Sr. Raul Pilla – Também não me adiantaria, porque eu teria de estar procurando. Mas, não haverá outras afirmações um pouco mais precisas?

O SR. AFONSO ARINOS – Há, de fato, um raciocínio continuado, com a demonstração consecutiva, que leva o leitor à impressão dominante no meu espírito, isto é, aquele regime que V. Exª considera com tendo sido parlamentar, de fato não o foi; foi um regime do tipo paternalista, não só condicionado pela situação social e econômica do Império, como, também, autorizado pela letra expressa da Constituição imperial.

Não o coloquei, porém, em termos de afirmação categórica – e desejo, desde logo, ressalvar isso.

O Sr. Raul Pilla – De toda forma eu me congratulo com V. Exª. Terei errado ao interpretar V. Exª, mas consigno com prazer que seu pensamento não está tão distanciado do meu, como pensava.

O SR. AFONSO ARINOS – Meu pensamento nunca esteve tão distanciado do seu, porque o regime que defendo não é tão diferente do que V. Exª defende, como V. Exª pode supor. Todo o esforço que fiz foi para mostrar os entretons, a cambiância, a possibilidade de evolução de um sistema para outro. Mostrei que, ao mesmo tempo que o sistema parlamentar se acentuava na evolução para o fortalecimento e a estabilidade do Eecutivo, o regime presidencial se acentuava na evolução no sentido do abrandamento do Executivo e da divisão semiparlamentar do Congresso. Foi esse o meu propósito. As condições do mundo evoluem para neutralizar as arestas mais marcantes dos dois institutos, mantendo, entretanto, aquelas características predominantes que, na minha opinião, concorrem em maior quantidade, no regime presidencial para a situação brasileira.

Mas, dizia eu, Sr. Presidente: meu intuito foi demonstrar que o chamado parlamentarismo imperial se revestia de tantas peculiaridades, apresentava originalidades tão marcantes, continha em si traços tão característicos, que de forma alguma

pode ser tomado como modelo, como precedente justificativo para aquele parlamentarismo ortodoxo, teórico e rigoroso que o Sr. Deputado Raul Pilla pretende instituir através da sua emenda. O nobre representante do Rio Grande do Sul serve-se, no seu voto, da opinião, contida numa espécie de parecer técnico da história, fornecida pelo Sr. José Maria dos Santos. Não contesto, de forma alguma, o valor desse escritor, que possui obras realmente marcantes na nossa bibliografia histórica e sociológica. Notadamente seu livro *Política Geral do Brasil* e seu estudo mais recente *Os Republicanos Paulistas e a Abolição* são trabalhos estimáveis que merecem a atenção do público especializado e – por que não dizê-lo? – a gratidão de todos os que no Brasil se preocupam com os assuntos culturais. Mas, Sr. Presidente, para um homem – direi – da minha experiência intelectual, para um homem que há mais de 20 anos se vem democrando em leituras cada vez menos afirmativas – porque, em história, as afirmações se desenvolvem no sentido inverso da complexidade e da profundidade das pesquisas – para um homem, dizia eu, da minha experiência, não deixa de ser motivo para – vamos dizer – um certo sorriso, a atitude pedagógica, doutoral e deslumbradora que toma o ilustre Sr. José Maria dos Santos na exposição dos seus pontos de vista.

Mostrarei, por exemplo, quanto é falível essa preocupação política de colocar-se a História ao serviço das doutrinas. Diz – e neste caso não estou respondendo ao ilustre Deputado Sr. Raul Pilla; estou, de fato, respondendo ao Sr. José Maria dos Santos –, diz esse escritor o seguinte:"Em todo o decorrer do segundo reinado, nunca ministro algum foi nomeado sem prévia e, às vezes, laboriosa consulta."

A demonstração que tentei fazer do contrário dessa afirmativa – esta sim, verdadeira afirmativa –, no meu parecer, foi copiosa. Depois disto, o nobre Deputado Sr. Batista Pereira trouxe à colação novos argumentos, novos documentos.

Não farei mais do que reler, aqui, o depoimento de um homem que foi político no Império, que foi homem de projeção no Império, que ocupou no Império não só funções legislativas eminentes como também funções administrativas do maior relevo – Cristiano Otôni.

Vejamos o que ele diz:

> "O mesmo espírito presidia à nomeação dos ministros. Devia ser o organizador, e foi algumas vezes o mais distinto chefe do partido chamado ao poder; e esse devia ter carta branca para escolha dos colegas. Assim é na Inglaterra; assim não é entre nós. O organizador não podia convidar senão os previamente autorizados pelo autocrata, que mais uma vez excluiu nomes, por suas antipatias. Já quase no fim do reinado disse ele um dia que, de certo tempo em diante, deixara plena liberdade ao Ministro do Conselho, o que envolve a afirmação de que antes não a deixara."

Eis o que escreve Cristiano Otôni no seu estudo escrito sobre o Imperador.

Outra informação, Sr. Presidente, é a que consta de estudo memorável de Aureliano Leal sobre o parlamentarismo no Império, publicado no volume 40 dos *Anais da Biblioteca Nacional.*

Diz o ilustre jurista e historiador baiano:

> "Muitos gabinetes foram constituídos e dissolvidos sem atenção às fórmulas parlamentaristas, a começar pelo da Maioridade. O de 4 de maio de 1857 retirou-se pouco parlamentarmente; o de 30 de maio de 1862 foi organizado fora de todas as condições parlamentares; sendo que esse mesmo gabinete reconheceu que sua formação, vida e sustento não eram parlamentares, só provinham da Coroa. O primeiro gabinete liberal do qüinqüênio 1863-1868 caiu não obstante o apoio da Câmara. Do Cotegipe quando, no futuro, a História recordá-lo há de causar espécie que, no século XIX, se fez uma mudança dessa natureza, contra todas as regras e princípios. E José de Alencar acentua que o direito de recusar confiança aos gabinetes só foi concedido 5 ou 6 vezes".

Veja V. Exª que, do princípio ao fim do Império, os depoimentos, vamos dizer, são contraditórios. Não é a mim, portanto, que V. Exª deveria fazer a increpação, primeiro porque não fiz uma afirmação, e segundo porque o que eu afirmei não é inexato; V. Exª deveria dirigir a sua crítica àquele ilustre escritor que forneceu os dados, porque a afirmação é dele e os fatos que sustenta são perfeitamente inexatos.

Volto ao que ele diz:

> "Em todo o decorrer do segundo reinado, nunca ministro algum foi nomeado sem prévia e, às vezes, laboriosa consulta."

O Sr. Raul Pilla – Permita-me um esclarecimento. Esses fatos que V. Exª menciona agora, da intervenção do Imperador na constituição dos gabinetes e sua queda, muitas vezes são relatados pelo Sr. José Maria dos Santos e outros autores perlamentaristas que fazem a história do Império. Eles absolutamente não desconhecem esses fatos. Apesar disso, não me parece que aquela afirmação do Sr. José Maria dos Santos seja inexata. Se é verdade que o Imperador intervinha, a princípio, e decisivamente, na constituição e na queda dos gabinetes, não é menos certo que o Imperador não nomeava arbitrariamente, sem previa consulta, o ministro que devesse organizar o gabinete. A isto, parece, se limita a afirmação o Senhor José Maria dos Santos. Nessa fase, digamos, a influência do Imperador podia ser maior ou menor. Mas, por maior que fosse, não se processava a organização do Gabinete, na Monarquia, com a mesma facilidade com que o Presidente, na nossa República, nomeia o seu ministro.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas, aí – V. Exª me perdoe –, aí V. Exª está tocando num das pedras angulares do regime presidencial. Realmente, no regime presidencial, não existe a obrigatoriedade...

O Sr. Raul Pilla – Não estou criticando, neste ponto, o regime; estou apenas fazendo uma comparação.

O SR. AFONSO ARINOS – Prossigo, na exemplificação de dados que vêm em meu apoio e em desabono das afirmações do Sr. José Maria dos Santos. S. S.ª se refere ao ilustre Conselheiro Saraiva, neste tópico:

> "Tem-se a exata medida da influência de Pedro II em qualquer delas (as crises ministeriais) na palavra solene e austera do Conselheiro José Antônio Saraiva, que, grande homem de governo..., afirmava nos primeiros dias da República nunca haver em sua carreira encontrado o poder pessoal do Imperador."

Não sei de onde o Sr. José Maria dos Santos retirou isto, mas é uma afirmação dele, endossada, como é natural, por V. Exª: que Saráiva, o grande chefe liberal; Saraiva, o amigo pessoal do Imperador depois da República teria afirmado que nunca encontrou o poder pessoal na sua frente. Não podia ser mais infeliz o exemplo escolhido, meu caro colega, pois aqui está um documento que desmente completamente isto. Numa carta dirigida, em 1868, ao Senador Nabuco, afirmou o Conselheiro Saráiva:

> "Que a Coroa exercia no Brasil poder absoluto, igual ao de Napoleão III em França, com a diferença que a lei dera tal poder a Napoleão o que entre nós não sucedia."

Veja V. Exª como são falíveis esses depoimentos pessoais de que se serviu o Sr. José Maria dos Santos. Estou apenas mostrando a Vossa Excelência como são precárias as conclusões doutrinárias firmadas em tão vacilantes relatórios pessoais.

O Sr. Raul Pilla – Permita-me uma observação. A opinião de Saraiva, que V. Exª acaba de citar, é de 1868, justamente o ano em que, por assim dizer, o poder pessoal do Imperador, depois de terem cometido um grande abuso, um verdadeiro desatino, que foi a queda do Gabinete Zacarias, desapareceu. Até este ano, realmente, o poder pessoal do Imperador era uma realidade mais ou menos presente.

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

Mas V. Exª não se esqueça de que no trecho que li consta o seguinte: Saraiva afirmava: "Nos primeiros dias da República", "nunca haver encontrado o poder pessoal do Imperador".

O Sr. Raul Pilla – Se Vossa Excelência permite, darei uma explicação psicológica. Não sei se esta afirmação de Saraiva, ou que o Sr. José Maria dos Santos atribui-se a Saraiva, é verdadeira...

O SR. AFONSO ARINOS – Não admito que a veracidade do depoimento seja posta em dúvida. O que declaro é que não se podem tirar as conclusões, otimistas, que V. Exª tirou em seu estudo brilhante, baseado em depoimentos de tal forma falíveis, de tal forma precários.

O Sr. Raul Pilla – Pretendo agora dar a V. Exª uma explicação psicológica dessa afirmação. Saraiva declarou nunca ter encontrado o poder pessoal do Imperador já em plena República, quer dizer, quando se verificou o supra-sumo, a expressão mais completa do poder pessoal. Claro é que, comparado o poder pessoal do Imperador com o que Saraiva veio a encontrar depois no Presidente da República, desapareceria o poder pessoal do Imperador. É a explicação psicológica.

O SR. AFONSO ARINOS – Tão psicológica que lhe vou dar uma prova disso. Relatarei fato que talvez não seja do seu conhecimento, mas que exprime perfeitamente esse estado de espírito a que V. Exª acaba de aludir.

V. Exª se recorda seguramente do grande desenhista francês, Forain. Ele notabilizou-se pelo seu poder gigantesco de sátira política, de dramaticidade no desenho e, sobretudo, pelas suas legendas admiráveis. Ele era ao mesmo tempo grande desenhista e notável escritor. A sua técnica de elaboração era, ao contrário do que habitualmente ocorre, fazer, primeiro, a legenda; em seguida, o desenho sobre a legenda que estava redigida.

Pois bem: um dos desenhos políticos mais famosos de Forain é exatamente o da imagem da República, andrajosa, aleijada, deformada pelo vício e pelas lutas, com a seguinte legenda por baixo: *Oh! qu'elle était belle sous l'Empire!* Como era bela no tempo do Império!

É exatamente o estado psicológico de Saraiva ao referir-se ao Imperador D. Pedro: como o Império é belo visto da República! Como o chamado parlamentarismo pode ser apresentado, em colorações idílicas, em tonalidades deslumbrantes, quando examinado de longe, do meio das lutas, das dificuldades, dos espinhos, das realizações do presidencialismo. Como o Império é belo, visto da República!

Mas, Sr. Presidente, eu poderia prosseguir ainda nesta digressão sobre as muletas com que é preciso apoiar o chamado parlamentarismo imperial.

Não vou, porém, sobrecarregar o meu já demasiadamente extenso discurso com dados novos a esse respeito.

O Sr. Raul Pilla – Permita-me V. Exª mais uma interrupção. V. Exª referiu-se com certo ar depreciativo ao parlamentarismo do Império. Não poderia, com maior razão, referir-se ao chamado presidencialismo da República?

O SR. AFONSO ARINOS – A mim me parece que o presidencialismo republicano tem evoluído num sentido mais favorável ao princípio da ética presidencial do que o parlamentarismo do Império, no sentido da ética parlamentar.

O Sr. Raul Pilla – Não esqueça V. Exª que, no Império, não haviam estabelecido constitucionalmente o sistema parlamentar.

O SR. AFONSO ARINOS – A esse ponto chegaremos em breve.

Eu desejava apenas recordar aqui, como fecho desta parte de meu discurso, a seguinte declaração de meu velho e respeitável mestre, senhor Conde de Afonso Celso. Ninguém mais puramente fiel às diretrizes monárquicas do que esse ilustre estadista e jurista de Minas Gerais, o qual sacrificou toda a sua carreira política – provavelmente brilhante – pelo apego intransigente a um ideal passado.

No entanto, diz o Conde de Afonso Celso o seguinte:

> "1º O Sr. D. Pedro II exerceu o poder pessoal.
> 2º Exerceu esse poder legitimamente, porque lho conferia a Constituição de 24 de março de 1824".

O que acabo de citar entre aspas são proposições do monarquista Afonso Celso Júnior, que figuram no seu estudo sobre Pedro II, apresentado no I Congresso de História Nacional.

Veja V. Exª que isso foi há muito pouco tempo, relativamente, pois o Congresso realizou-se em 1922. O Conde Afonso Celso, que foi a fidelidade em pessoa à memória do Imperador, vem e declara, limpamente, francamente, singelamente que o governo do Império era baseado no poder pessoal, porque assim o permitia a Constituição de 1824. Foi exatamente isso que eu disse no meu parecer.

O Sr. Raul Pilla – Parece que V. Exª não está bem interpretando as palavras do Conde de Afonso Celso. O Conde de Afonso Celso disse: D. Pedro II exerceu o poder pessoal. Ora, todos dizem e eu mesmo o reconheci no meu voto. Realmente, na primeira fase e em grande parte do seu reinado, D. Pedro II, como D. Pedro I, exerceu o poder pessoal. E mais: defendeu ardorosamente esse poder, invocando as disposições da Constituição imperial. Só depois que se viu forçado a transigir é que chegou até o sistema parlamentar. A afirmação de Afonso Celso, portanto, é verdadeira: o Imperador exerceu realmente esse poder, mas durante uma certa fase do seu reinado.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, não chegaremos nunca a uma conclusão.

O Sr. Raul Pilla – E mais ainda: como lembra o nobre Deputado Hermes Lima, convém acentuar aquela declaração, hoje clássica, de Afonso Celso, que reproduzi no meu voto, de que o sistema parlamentar no Império foi criação do costume.

O SR. AFONSO ARINOS – Essa divergência, Sr. Presidente, entre a opinião de Afonso Celso citada por S. Exª e a opinião de Afonso Celso citada por mim, corresponde à divergência entre a opinião de Saraiva citada pelo Sr. José Maria dos Santos e a opinião de Saraiva citada por mim. Isso vem confirmar o que acabei de acentuar: não se pode, de maneira alguma, colocar o problema jurídico, científico, técnico do parlamentarismo imperial, baseado exclusivamente em depoimentos falíveis de homens que a si mesmos se contradizem conforme a época em que estão escrevendo e os motivos que norteiam o que estão compondo.

O Sr. Raul Pilla – Lembraria então a V. Exª, já que está insistindo tanto nesta suposta contradição – que não há –, lembraria a contradição dos republicanos da propaganda, muitos dos quais acabaram declarando-se desencantados da República que haviam feito.

O SR. AFONSO ARINOS – E lembrarei, a propósito, aquilo que há pouco narrei a respeito de Forain. A gente sempre se desencanta das dificuldades do presente e volta-se, enamorado, para as supostas facilidades do passado.

Mas, meu nobre colega, passarei agora a uma outra fase da minha exposição, a que diz respeito à incompatibilidade funcional, a meu ver, entre o parlamentarismo e o sistema federal.

Esta matéria foi muito debatida, tanto por mim, em meu parecer, como por V. Exª, em seu brilhante voto. Não creio, entretanto, que ela se tenha esgotado completamente, sobretudo porque procuramos colocá-lo num ângulo técnico mais resumido, mais claro para o possível leitor dos documentos parlamentares.

O meu ponto de vista, a este respeito, se cifra no seguinte: o regime federal do tipo brasileiro pressupõe três condições complementares e inseparáveis.

1ª – a Constituição escrita e rígida, e supremacia da Constituição sobre todas as demais leis;

2ª – o controle da constitucionalidade das leis pela Justiça;

3ª – o regime presidencial.

São três condições que se superpõem hierarquicamente num país com as características do nosso, primeiro economicamente federativo, porque a sua economia floresce num verdadeiro arquipélago de centros econômicos; segundo, sociologicamente federativo, porque a sua formação étnica e cultural corresponde a um desenvolvimento localista profundamente enraizado, conforme demonstra, entre outros, o ilustre sociólogo Sr. Gilberto Freyre, e terceiro, culturalmente federal, porque esta economia, esta sociologia, esta etnia não pode deixar de, correspondentemente, influir na elaboração de uma cultura regional, cuja aliança, soma, cuja integração se produz através de um processo político extremamente delicado, que é o processo federativo. As novas idéias sobre Federação, as novas aquisições da ciência política sobre o instituto federal constituem o que há de mais dissonante e, talvez, de mais revolucionário, em toda a evolução do Direito Político moderno, seja o

Direito Constitucional, seja o Direito Internacional. Saliento esta circunstância apenas para colocar diante da responsabilidade de V. Exª, de sua inteligência, de seu patriotismo, de sua cultura, o que existe de significativo e de importante na evolução do processo federal, bem como do que existe de arriscado e perigoso em todas as tentativas de ordem política que possam, como conseqüência, perturbar, revolver ou anular este equilíbrio federativo, porque da idéia de federação, da prática federal dos objetivos federativos se descortinam hoje perspectivas ainda não abrangidas pela visão humana, nas épocas que nos antecederam. Quero referir-me às perspectivas da paz mundial. O problema federal adquire a sua importância essencial, a sua excelência e a sua magnitude quando nos apercebemos do que pode vir através dela e por intermédio dela dentro do Direito Internacional.

O Sr. Raul Pilla – Creio que V. Exª está querendo arrombar uma porta aberta.

O SR. AFONSO ARINOS – Ao contrário. Não estou supondo que V. Exª ignore tudo isso. Veja V. Exª que estou a solicitar a atenção e o rigor de suas inclinações naturais para este fenômeno, porque o federalismo visa a colocação do poder em bases não nacionais. E este é o segredo, a definição, o que se pode chamar a expressão mais típica do federalismo. O federalismo é um conceito político ligado à noção de poder político antes mesmo de ser uma forma do Estado, porque o fenômeno do poder político antecede ao próprio conceito de Estado.

O Sr. Raul Pilla – É uma distribuição de poderes.

O SR. AFONSO ARINOS – E o federalismo consiste precisamente no assentamento do poder em bases não nacionais, isto é, em bases subnacionais, ou em bases supernacionais conforme estejamos tratando de Direito Constitucional ou de Direito Internacional.

Por conseqüência, tudo aquilo que tiver, num país como o nosso, o propósito confessado ou a conseqüência imprevista de perturbar o equilíbrio federal em benefício de um acréscimo do poder nacional, é de extremo risco para a vida do país. O que tenho mais acentuado, em matéria de crítica, diante do seu projeto, é, exatamente, a possibilidade, que me parece inevitável, de entrar o parlamentarismo em choque com o federalismo, no país.

Todos os exemplos que V. Exª cita no seu voto, todos os argumentos em que V. Exª se baseia, todas as práticas que V. Exª rememora não têm qualquer ligação, nem podem servir de fundamento a qualquer raciocínio, desde que se esteja a tratar de uma federação do nosso tipo. V. Exª me perdõe, nobre Deputado Raul Pilla, mas, nesse caso...

O Sr. Raul Pilla – V. Exª vai-me permitir, agora, apenas um aparte. Que entende V. Exª por "federação de nosso tipo"? Se V. Exª admite que o próprio presidencialismo se tem modificado, tendendo a adaptar-e, por que a federação não há de sofrer as modificações, as adaptações convenientes, quando passarmos de presiden-

cialismo para parlamentarismo? Claro é que essa federação parlamentarista não poderá funcionar exatamente como o faz uma presidencialista, mas nem por isso deixa de ser uma federação.

O SR. AFONSO ARINOS – Deixa de ser uma federação do nosso tipo, de tipo brasileiro, do tipo que impôs a escolha do sistema presidencial.

O Sr. Raul Pilla – Mas, quem tem autoridade para assegurar que essa federação que estamos realizando é a que nos convém verdadeiramente?

O SR. AFONSO ARINOS – Pediria ao nobre colega Raul Pilla ouvir-me com calma, comprometendo-me a fazer o mesmo quando S. Exª ocupar a tribuna.

Diz o nobre Deputado Raul Pilla que o presidencialismo tem evoluído, se tem transformado, de acordo com minha própria sugestão. Mas, precisamente, o presidencialismo entre nós se tem transformado na medida em que o regime federal impôs o açodamento do poder presidencial, na medida em que o rigor, o excesso, e o extravasamento do poder presidencial significam um choque com as necessidades da federação. Por isso, no Brasil, o regime presidencial se tem transformado e por isso não nos convém o regime preconizado por S. Exª, o Deputado Raul Pilla, que é exclusivamente centralizador, inevitavelmente centralizador.

Concentrando-se o poder político num órgão de centralização como é a Assembléia Nacional, o federalismo vai-se estiolar, vai involuir, num sentido altamente prejudicial ao que temos entendido, ao que temos observado, ao que temos concluído serem as mais evidentes conveniências de nossa História.

Sr. Presidente, uma das apresentações técnicas mais visíveis do federalismo é exatamente o controle da constitucionalidade das leis.

Esta é matéria de caráter extremamente especializado, é matéria que dificilmente se presta a uma aula. É preciso que o professor se tenha preparado longamente para poder dissertar com acerto sobre esse assunto num auditório de estudantes especializados. Pretendo com este reparo manifestar a impossibilidade em que me encontro de apresentar no plenário da Câmara, plenário evidente e logicamente político, com o rigor técnico que o assunto requer, um estudo pormenorizado sobre este problema do controle da constitucionalidade das leis.

Vou tentar mostrar, em largos traços, o aspecto político deste problema, porque é através deste aspecto que irei me encontrar com uma das teses fundamentais do discurso do nobre colega Hermes Lima.

O Sr. Luís Silveira – V. Exª o faz com muito brilhantismo e completa visão das realidades brasileiras: o federalismo é incompatível com o parlamentarismo e o federalismo é o regime que convém ao Brasil.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

Mas, Sr. Presidente, eu dizia que uma das imposições do sistema federal é, através da supremacia da Constituição Federal, o exercício do controle da legislação ordinária, por parte do Poder Judiciário Federal.

Esta é uma descoberta do sistema político americano, descoberta que provocou a atenção, a inveja, vamos dizer assim, e as esperanças de todos os grandes publicistas continentais do Direito Político, nos últimos trinta anos, atenção, inveja e esperança, que se traduziram numa série de tentativas, não só doutrinárias, como também legislativas, para a imposição de qualquer coisa de assemelhado nos regimes constitucionais europeus. Sabemos que isto foi objeto de tentativas, desde a Constituição espanhola até as constituições da Europa central, dos numerosos estudos feitos pelos juristas franceses, depois da escola de Duguit para cá, estudos que se manifestaram através de uma especialização crescente dos escritores franceses, em matéria de direito americano. São numerosos e notáveis os juristas franceses que escrevem sobre o Supremo Tribunal americano, sobre a jurisprudência da Suprema Corte americana, sobre o regime de controle da constitucionalidade exercida nos Estados Unidos.

Até agora, Sr. Presidente, este movimento que se iniciou na Constituição espanhola de 1931 persiste, continua, não arrefeceu nas tentativas que vêm sendo feitas, como, por exemplo, na Constituição francesa de 1946 e na Constituição italiana de 1947.

Nestas duas leis constitucionais de dois países parlamentaristas, tentou-se organizar um aparelho político que pudesse exercer aquele papel, que pudesse funcionar como um Judiciário político norte-americano e brasileiro, no sentido de controlar o direito, no sentido de eliminar da obra legislativa aquelas disposições contrárias ao direito.

Ora, Sr. Presidente, o que é manifesto, o que é aceito por todos e que ninguém discute é que essas tentativas reiteradas, esses esforços continuados, esses ensaios têm fracassado sistemática e continuadamente: são esforços frustros, não têm valido a pena que custaram nos discursos das Assembléias. E por que, Senhor Presidente? Porque, assim como o sistema federal exige que o Judiciário garanta a supremacia da Constituição, por outro lado o sistema federal impõe aquela organização política, na qual o Judiciário pode-se desincumbir desse mister. Isto mostra o que é o sistema presidencial. Mas no sistema parlamentar o mecanismo não funciona. Porque todas as vezes, todos os momentos em que se tem tentado entregar às cortes judicantes ou a organizações semijudiciárias, o desempenho desta importantíssima missão, elas fracassaram invariavelmente frente ao processo inevitável, ao processo que os parlamentares se esmeraram em contestar teoricamente, mas se esmeram em praticar objetivamente, que é o da soberania, que é o da força avassaladora, que é o poder incontrastável do Parlamento nos regimes parlamentares.

O Sr. Raul Pilla – Apenas uma indagação. O controle das leis, que é de importância, principalmente tratando-se de estados federativos, existe também no Canadá.

O SR. AFONSO ARINOS – Existe, mas exatamente aí é que eu desejo chegar àquele ponto em que a nossa divergência não tem remédio.

No Canadá e na Austrália não existe Federação. Se V. Exª supõe que seja possível aplicar-se ao Brasil uma Federação igual à do Canadá, então direi a V. Exª que será possível, por outro lado, o controle da constitucionalidade das leis da maneira como no Canadá se processa. Mas a verdade é que a nossa Federação não tem relação com a do Canadá.

Vou dar um exemplo a V. Exª. Em relação ao Canadá, quero apenas lembrar a V. Exª duas coisas: nos estados federais do nosso tipo, a pedra de toque do equilíbrio político federal é o Senado; mas, no Brasil, o Senado não representa uma excrescência, não representa uma Câmara inútil, conforme é, entre outras, a opinião do nobre Deputado João Mangabeira, de quem divirjo profundamente neste ponto. O Senado, no Brasil, tem uma função precípua importantíssima, que é a de controlar a atividade legislativa da Câmara, constituída na base demográfica, pela ação de um corpo legislativo constituído na base política. Quer dizer: se na Câmara, três bancadas – a do meu Estado, a do Estado de V. Exª e a do Estado de São Paulo – votarem determinada lei, teoricamente se entende que essa lei está votada pela metade e mais um dos eleitores brasileiros.

No entanto, basta que no Senado um número de estados componha a maioria dos senadores, com três representantes por estado, para derrubar essa lei da Câmara; e, entretanto, esses estados que se harmonizaram no Senado para derrubar a lei da Câmara podem representar um quarto ou um quinto do eleitorado brasileiro. Basta que seja uma reunião de pequenos estados. Isso mostra até que ponto a formação do Senado, através de embaixadores dos estados, importa num país federal; controla a legislação demográfica pela legislação política; introduz um sistema de freios e contrapesos, para me servir da expressão clássica dos regimes presidenciais.

Já no Canadá não é assim. No Canadá, as províncias são representadas por número de senadores correspondentes às suas diversas populações. A província mais populosa terá, por exemplo, dezoito ou vinte senadores, enquanto que uma pequena província terá um ou dois senadores. Isso mostra que a Federação canadense, num dos seus pontos nevrálgicos, no seu coração, é qualquer coisa de absolutamente distante da Federação americana, que imitamos; e para sabermos da importância que isso representa no Estado federal do tipo americano e brasileiro, basta que V. Exª se lembre do que foi o problema da criação do Senado nos Estados Unidos.

O Sr. Raul Pilla – Creio que V. Exª está exagerando ao dizer que a Federação canadense é absolutamente diferente da brasileira. É diferente, não há dúvida. Pode ser até bastante diferente.

O SR. AFONSO ARINOS – Não é Federação no nosso sentido.

O Sr. Raul Pilla – Mas a diferença não é tão essencial. O que caracteriza a Federação é a distribuição de atribuições entre o governo nacional e os governos dos estados.

O SR. AFONSO ARINOS – Não é isso absolutamente. O que caracteriza a Federação, como salientei no início do meu discurso, é a distribuição do poder político; e uma das demonstrações dessa distribuição do poder político é o Senado, nos Estados Unidos e no Brasil. Vou mais longe: no Canadá, não existe o aparelho judiciário semelhante ao dos Estados Unidos e do Brasil para controlar a constitucionalidade das leis, porque, no Canadá, há uma Suprema Corte, instância da qual se interpõem recursos para a Câmara dos Lords.

O Sr. Raul Pilla – Por quê?

O SR. AFONSO ARINOS – Porque o Império Britânico é uma unidade política.

O Sr. Raul Pilla – Porque o Canadá, embora federação, é membro de outra nação. Não é, pois, federação no rigor técnico da definição, mas, evidentemente, unidade de outra nação. Se o Canadá fosse inteiramente independente, não haveria tal coisa.

O SR. AFONSO ARINOS – O nobre colega não está atentando no valor do meu argumento.

O SR. PRESIDENTE – Advirto ao nobre Deputado que o seu tempo está a se findar.

O SR. AFONSO ARINOS – Disse eu que o Poder Judiciário canadense não tem competência final para resolver do controle da constitucionalidade das leis, como no Brasil. A situação não só não é igual, como é inteiramente diferente. Em primeiro lugar, não existe Senado e a Federação não é entendida com a mesma significação política. Em segundo lugar, o Poder Judiciário não tem a mesma competência de controle. Logo, como dizia, segundo maliciosas anedotas, grande estadista da Primeira República, V. Exª apresentou simile que não é nada igual...

Sr. Presidente, tendo sido advertido de que meu tempo terminou, reservo-me para continuar e concluir meu discurso depois de ouvir, com o apreço e admiração de sempre, o ilustre colega Sr. Raul Pilla.

O SR. PRESIDENTE – V. Exª será atendido.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª. *(Muito bem! Muito bem! Palmas.)*

Emenda parlamentarista

28-6-1950

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, inicio o discurso lastimando que contingência de última hora o tenha privado da assistência e vigilância sempre douta do nobre colega Sr. Raul Pila. S. Exª comunicou-me que, por ter de partir amanhã para seu Estado, via-se impedido de assistir ao prosseguimento da sessão de hoje. Entretanto, não se opôs, antes solicitou que eu ultimasse as considerações, mesmo em sua ausência. Esta a explicação que devo dar pelo fato de ocupar a tribuna sem que esteja presente o ilustre colega.

Devo limitar as considerações que restam, em defesa do parecer da Comissão Especial, de minha autoria, a dois pontos que se me afiguram essenciais na exposição: aquele que diz respeito ao processo de controle da constitucionalidade das leis, já abordado por mim em meu último discurso, em regime presidencial como chave da organização política; em oposição ao controle político do Parlamento que é, como bem salientou o preclaro colega Sr. Hermes Lima, a característica fundamental do regime parlamentar.

O problema da constitucionalidade das leis e sua solução judiciária no regime presidencial, conforme já acentuei, são, por assim dizer, peças inteiramente ligadas no funcionamento desse mesmo regime e decorrem principalmente do aspecto federal do Estado.

A não-atenção a essa ligação substancial entre federalismo, controle da constitucionalidade das leis e regime presidencial, a não-atenção a esse aspecto da questão foi que levou o nobre colega apresentante da emenda a uma inadvertência, que, ao meu ver, compromete fundamentalmente o projeto, pois o levou a instituir a reforma do funcionamento político da Constituição, mediante a introdução do sistema parlamentar de governo, sem que, entretanto, tenha eliminado do texto constitucional o processo de controle judiciário da constitucionalidade das leis. Chamei para isso a atenção no meu parecer, tendo merecido do nobre autor da emenda uma contestação que, brilhante, não abalou, segundo entendo, de forma alguma, os fundamentos da minha objeção.

Como não desejo insistir em argumentos próprios, lançarei mão da opinião, por todos os Srs. Deputados e juristas desta Casa respeitada, que é a de Rui Barbosa, opinião tantas vezes invocada pelos parlamentaristas no propósito de estear, apoiar e confirmar suas pretensões, esquecidas, embora, de que tais opiniões eram colhidas em obras de polêmica. Rui tem, contudo, em trabalhos de natureza técnica, de natureza doutrinária, de natureza teórica, reflexões e pensamentos que vêm em apoio às minhas conclusões.

O Sr. Batista Pereira – O que os parlamentaristas não encontrarão na obra de Rui será um trecho em que mostre a compatibilidade do parlamentarismo com o regime federal. Isto eles não encontrarão.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª tem toda razão. Mais do que isto; não encontrariam nunca, na obra de um grande jurista como Rui, na sua apreciação jurídica do estatuto político que é a Constituição, não encontrariam jamais na obra desse grande jurista, dizia eu, qualquer opinião que supusesse seu assentimento à coerência ou à concomitância desse, dois institutos fundamentalmente antagônicos que são, de um lado, o regime político parlamentar e, de outro, a permanência do controle judiciário da constitucionalidade das leis. Esta é a antinomia fundamental, a contradição intrínseca que não é puramente formal, mas substancial que o ilustre apresentante da emenda não teve a necessária cautela de evitar na transformação que propugna.

S. Exª deixa funcionando na Constituição, ao mesmo tempo, tal como a imagina, como a deseja e propõe, duas instituições que serão necessariamente adversárias que se oporão inevitavelmente provocando um choque, fato que não fará mais que suscitar a anarquia entre os poderes e a luta entre os órgãos da soberania nacional.

Passo a ler Rui Barbosa:

> "De nada aproveitam as leis; bem se sabe, não existindo quem as ampare contra os abusos; e o amparo sobre todos essencial é o de uma Justiça tão alta em seu poder quanto na sua missão... na Constituição brasileira, mão sustentadora das leis, aí a temos, hoje, criada e tão grande que nada lhe iguala em majestade, nada lhe rivaliza o poder. Entre as leis, aqui entre as leis ordinárias e a lei das leis é a Justiça quem decide, fulminando aquelas, quando com esta colidirem.
>
> Soberania tamanha, só nas federações de molde norte-americano cabe ao Poder Judiciário, subordinado aos demais poderes, outras formas de governo mas, neste, superior a todos."

Vejam V. Exªs que a afirmativa de Rui é categórica. Não concebe a possibilidade de controle constitucional da legalidade das leis – digamos assim – pelo Poder Judiciário a não ser no regime federal subordinado ao sistema presidencial.

Mais ainda, Sr. Presidente, no seu trabalho *Os atos inconstitucionais* Rui sustentou, a princípio, seguindo, aliás, a opinião de Marshall, grande Ministro da Suprema Corte da América, que a questão do controle da constitucionalidade das leis dependia das constituições escritas. Era a opinião expressa por Marshall no famoso julgado, em que ele determina a obrigatoriedade desse processo de controle. Posteriormente, entretanto, Rui Barbosa conveio na insuficiência dessa explicação, porque se certificou da evidência de que havia numerosos países dotados de constituição escrita e onde não existia o sistema do controle da constitucionalidade das leis.

Então, diz Rui, no seu livro *Coletânea Jurídica:*

> "Figura ele (refere-se a Marshall), como lineamento essencial a toda constituição escrita um traço que não existe em nenhuma das constituições escritas européias. Depois, não adverte a grave diferença entre

a função, reconhecida à Justiça Federal, de negar execução a atos de outro poder da mesma esfera, e a competência, que essa Justiça exerce, de tratar desse modo as leis estaduais, distinção observada sob as constituições escritas da Europa, onde, admitindo-se a última dessas faculdades, não se tolera a outra".

Rui Barbosa salienta o aspecto essencialmente técnico do problema e que, por isso mesmo, escapou à advertência dos parlamentaristas que, nesta Casa, se têm pronunciado sobre as possibilidades de controle da constitucionalidade das leis nos regimes parlamentares. É que, nos governos parlamentaristas, o máximo que se consegue é o processo de controle, como na Suíça, por exemplo – cujo regime não é bem o parlamentar, mas também não é o presidencial, tendendo antes para o parlamentarismo – é, dizíamos, o processo de controle da constitucionalidade das leis cantonais, das leis estaduais, mas nunca das federais. É o que se verificava, por exemplo, na Constituição da Áustria, redigida pelo ilustre professor Kelsen, ou pelo menos por ele grandemente influenciada.

Mas, não se cogita, nem se cogitou nunca, em condições eficazes, nos sistemas parlamentares, do controle da constitucionalidade das leis federais, advindo do próprio Poder Judiciário federal.

Esta a característica fundamental do sistema americano.

Quer dizer: o Judiciário Federal mantém, na linha de conformidade jurídica, não apenas os poderes legislativos estaduais, ou provinciais, ou cantonais, mas também, acima de tudo, e principalmente, o próprio Legislativo federal.

Ora, a emenda do nobre Deputado Raul Pilla continua este processo, mantém esta situação contraditória, institui o regime parlamentar e mantém o controle do Poder Legislativo federal, que será o núcleo, a base, a mola principal de todo o poder político. Quer dizer: obriga o Judiciário a uma função para a qual não lhe dá garantia alguma, nenhum poder, nenhuma eficácia.

É para este aspecto técnico, Sr. Presidente, que chamo a atenção dos dignos Deputados.

Rui Barbosa, em discurso de paraninfo na Faculdade de Direito de São Paulo, confirma ainda mais esta opinião quando diz:

"A liberdade nos grandes estados não tem até hoje senão duas fórmulas conhecidas: a da solução parlamentar e a da solução judiciária, a da monarquia britânica e a da república americana. A soberania, que é o poder, tem de ser limitada pelo direito, que é a lei. Daí as necessidades que se impõe à democracia, especialmente no regime presidencial, de traçar divisas insuperáveis aos três órgãos da vontade nacional... E a Justiça é a chave de todo este problema, o problema da verdade republicana."

Confirma-se o que disse em aparte ao Deputado Raul Pilla. O pensamento de Rui quando expresso em forma jurídica, não apóia os parlamentaristas.

Tocamos, aqui, também, no ponto que diz respeito às principais objeções do nobre Deputado Hermes Lima, isto é, o caráter jurídico do poder presidencial e o caráter político do poder parlamentar.

Não quero, neste momento, abordar a controvérsia levantada pelo ilustre representante do Distrito Federal, nem salientar as razões que, no meu entendimento, se orientam no sentido de confiar tanto na capacidade de controle do poder jurídico, num país como o Brasil, quanto na capacidade de controle do poder político, propugnado por S. Exª.

Desejo, porém, acentuar a contradição e mostrar como, na opinião de Rui Barbosa, a questão do poder jurídico, mantida pelo nobre Deputado Raul Pilla, na sua emenda, só se compõe com o regime federal presidencial e se choca e agride o poder político parlamentar, a que Rui chama de monárquico.

Assim sendo, aqui não suscito uma questão bizantina, mas a mesma que suscitei no meu parecer.

A emenda é profundamente defeituosa do ponto de vista técnico, porque mantém vigentes duas instituições que nunca se encontraram reunidas e são substancialmente antagônicas. A fim de demonstrar esta parte do antagonismo entre as duas instituições formularei algumas considerações sobre os países onde se diz existir, nos moldes existentes nos Estados Unidos, no Brasil e demais nações que adotam o regime presidencial, o controle da constitucionalidade das leis.

Comecemos pela Suíça. Um dos mais ilustres tratadistas do Direito Federal Suíço, Salis, no seu conhecido livro, afirma o seguinte:

> "Se é verdade que a Constituição Cantonal, no seu conjunto, não pode ser modificada senão pelo Cantão interessado, é evidente, entretanto, que algumas das suas disposições podem ser derrogadas pelas autoridades federais, desde que estas se convençam de que suas disposições são contrárias à Constituição Federal."

Vejam V. Exªs: a permissão máxima que Salis encontra na competência do Tribunal Federal Suíço – permissão que, se não estou enganado, consta de texto expresso em Constituição – é a de atribuir a esse Tribunal Federal competência para julgar da constitucionalidade das leis cantonais, mas nunca das leis federais.

Na Áustria, Sr. Presidente, nunca se conferiu ao problema do controle da constitucionalidade das leis pelo Judiciário a significação profunda tradicional, eminente, que o problema tem no regime presidencial. Isto porque, na Áustria, o controle do Poder Judiciário sobre a atividade do Legislativo só se poderia verificar por provocação das pessoas jurídicas de Direito Público. Isto é, apenas as províncias ou os Estados poderiam reclamar, perante a Suprema Corte, contra a inconstitucionali-

dade das leis federais, e somente a União Federal poderia reclamar, perante a mesma instância judiciária, contra a constitucionalidade das leis estaduais.

Assim, o que é essencial no nosso regime – é a colocação desse poderoso mecanismo judiciário na defesa dos direitos públicos individuais, na defesa dos interesses respeitáveis dos cidadãos – não existe, absolutamente na Constituição da Áustria. Entre nós, constitui, exatamente, a grande função do Poder Judiciário, no julgamento das leis inconstitucionais, impedir que elas venham ferir os direitos individuais garantidos pela Constituição. O sistema de freios e contrapresos, o sistema de limitação dos poderes do regime presidencial tem como um dos grandes objetivos precisamente o de colocar o mecanismo judiciário a serviço dos direitos individuais. E esses direitos não podiam, no regime constitucional da Áustria, ser levados perante as instâncias jurídicas a não ser pelas pessoas judiciárias de direito público.

O Sr. Agamemnon Magalhães – O controle da constitucionalidade das leis, pelo Poder Judiciário, originou-se do presidencialismo, ou do regime federativo?

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª, se me tivessem dado a honra de assistir ao meu último discurso, veria que estabeleci uma analogia muito clara entre o regime federativo, nos moldes em que é praticado no Brasil e Estados Unidos, e o regime presidencial. Assim, à pergunta de V. Exª responderei dizendo que se originou de ambos, pois ambos estão jungidos, inevitavelmente: federalismo tipo americano e presidencialismo.

O Sr. Agamemnon Magalhães – Perdão. Pergunto a V. Exª, emérito professor de Direito Constitucional cuja cultura acaba de se confirmar em brilhante concurso se na Constituição americana, quando surgiu o princípio do controle da constitucionalidade das leis, o motivo predominante foi o presidencialismo, ou o federativo.

O SR. AFONSO ARINOS – O sistema Marshall – que V. Exª como mestre mais ilustre do que eu, e também mais antigo, há de conhecer melhor – se baseou, sobretudo, numa questão de interpretação de dois preceitos expressos da Constituição. Sustentara Marshall: primeiro, que a Constituição era lei predominante nos Estados Unidos; segundo, que nenhuma questão que ferisse dispositivo constitucional poderia ser retirada da apreciação do Judiciário.

Partindo desses dois princípios, isto é, da predominância da Constituição e da competência indiscriminada do Judiciário ele chegou à conclusão – admiravelmente exposta na famosa sentença do caso Marbury contra Madison – de que o Supremo Tribunal tinha a incumbência e o dever de controlar a constitucionalidade das leis, isto é, de garantir, em qualquer caso, a supremacia da Constituição contra os outros poderes.

O Sr. Agamemnon Magalhães – Para estabelecer a predominância da Constituição Federal num regime de organização unitária não precisaria esse controle. O controle surgiu precisamente pela teoria da autolimitação. Era preciso que as províncias, ou

as colônias, que se organizavam em estados autônomos dentro da União americana, tivessem um controle; quer dizer, que se subordinassem à Constituição Federal. Era preciso um poder, que seria o Judiciário, para controlar essa supremacia da Constituição Federal, para evitar que os estados usurpassem as atribuições ou a jurisdição federal. Quero, com este aparte, esclarecer a exposição de V. Exª para não aceitar a conclusão de que é essencial, no regime parlamentar, a soberania do Congresso, a soberania constitucional, isto é, a soberania sem limite. Quero mostrar a V. Exª que há evolução do direito político, mesmo nos regimes parlamentares, nos regimes do controle da constitucionalidade das leis. A França aí está.

O SR. AFONSO ARINOS – Na França existe o problema na doutrina, na tradição dos juristas e na tentativa do legislador, mas não nos fatos concretos.

Veja V. Exª. A Constituição francesa, em 1946, impôs esse sistema para a verificação da constitucionalidade das leis. Agora, qual o remédio encontrado em França, se por acaso a tal Comissão Constitucional, que não é judiciária, mas mista e predominantemente política, chega à conclusão de que uma lei é inconstitucional? V. Exª é mestre na matéria e sabe muito bem o resultado: reforma-se a Constituição, mas não se anula a lei. No caso de ser a lei considerada inconstitucional, o que acontece é a reforma da Constituição! Pense nesse absurdo!

O Sr. Agamemnon Magalhães – É o regime unitário da França. Na Suíça não acontece o mesmo. Se o cantão exceder os limites constitucionais federais há o controle do Judiciário.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas só das leis cantonais; nunca das leis federais.

O Sr. Agamemnon Magalhães – A minha tese é que o presidencialismo americano chegou a esse sistema original de controle, que o europeu ainda hoje não compreende, do Poder Judiciário controlando as leis federais, as decisões do Parlamento, chegou a esse sistema engenhoso pela Federação.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª está exatamente de acordo comigo.

O Sr. Agamemnon Magalhães – Agora acho exagerado concluir V. Exª que no regime federativo não podemos adotar o parlamentarismo.

O SR. AFONSO ARINOS – Não tenho a menor esperança, infelizmente, de contar com o apoio de V. Exª. Nossa divergência é inicial e fundamental. V. Exª está mantendo a controvérsia nos termos em que a coloquei.

O Sr. Agamemnon Magalhães – Estou chegando á conclusão com os argumentos de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Ao contrário.

O Sr. Agamemnon Magalhães – Acho que pode haver parlamentarismo na Federação com o controle pelo Poder Judiciário da constitucionalidade das leis.

O SR. AFONSO ARINOS – É exatamente isto que nego. O exemplo que o nobre Deputado apresentou prova contra tal possibilidade; prova que num país em que se tentou organizar esse controle – a França – o resultado foi o seguinte: em primeiro lugar o tribunal não é judiciário; em segundo lugar, verificada a inconstitucionalidade das leis, o que se altera é a Constituição e não as leis.

O Sr. Agamemnon Magalhães – É que a função desta Comissão é política, como política é essa função que o direito americano deu ao Judiciário.

O SR. AFONSO ARINOS – Apoiado. Estou de acordo. Nunca neguei que o Judiciário fosse político. É coisa que sustento desde o início: o Supremo Tribunal é essencialmente político. A nossa divergência está em que V. Exª confia mais na isenção, na imparcialidade, na serenidade das assembléias políticas para decidirem das questões políticas; eu confio mais nesta mesma imparcialidade, isenção e serenidade dos corpos judiciários, que estão afastados da vida política. Esse é justamente, o meu desentendimento com V. Exª, com o Deputado Hermes Lima e com o Deputado Raul Pilla. Estamos aqui insistindo em esclarecer pontos de vista que não têm, realmente, possibilidade de se encontrar.

O Sr. Agamemnon Magalhães – O que quis, com esse aparte, foi dar a V. Exª oportunidade de desenvolver outros argumentos em defesa da sua tese.

O SR. AFONSO ARINOS – Infelizmente não posso juntar maior número de argumentos do que aqueles que, há cinqüenta anos, vêm sendo oferecidos. São sempre os mesmos.

Sr. Presidente, a Austrália é outro país onde se diz existir o controle da constitucionalidade das leis. Mas é exatamente uma Federação que não se identifica com a nossa. Isto foi objeto de uma ligeira escaramuça entre o humilde Relator da emenda e o ilustre apresentante da mesma; nem a Austrália, nem o Canadá são federações que possam ser citadas como exemplo para nós. Em primeiro lugar na Austrália o regime parlamentar funciona – *ex modus in rebus* – de maneira muito discutível, porque na Austrália, como no Brasil, os gabinetes, muitas vezes, se formam mediante o consentimento ou a boa vontade do governador-geral, tal como no tempo do Império, no Brasil. Tenho, por exemplo, um livro muito recente do jurista inglês, Hood Phillips, em que estuda a organização política da Comunidade Britânica e mostra que, há poucos anos, um governador-geral demitiu um ministério com larga maioria no Parlamento. Por que demitiu este ministério com larga maioria parlamentar?

Porque infringia continuadamente as leis federais. Estão aí reunidos dois exemplares que vêm confirmar o que muitas vezes aqui tenho dito, isto é, são federações de tipo especial, regimes parlamentares de tipo especialíssimo. Mais ainda,

são regimes onde o poder federal tem a tendência insopitável de infringir a lei federal, como se dá, sempre, nos regimes parlamentares, onde o poder político se arroga todas as possibilidades de ação.

Além disto, na Austrália, a Suprema Corte não é órgão final de interpretação das leis, porque existe recurso dessa instância para a Suprema Corte do Império Britânico, que é, como sabemos, aquela parte legal e judiciária da Câmara dos Lordes.

Da mesma maneira no Canadá. Não voltarei àquela digressão sobre o Canadá, porque tive oportunidade de estudar as anomalias e oposições existentes entre nossa Federação e a chamada Federação canadense, no meu último discurso.

Finalmente, na União Soviética – embora esta se relacione com sistema de governo completamente diferente do nosso –, também lá, onde o regime tende para um certo parlamentarismo formal, tal como da Suíça, o Poder Judiciário não tem o controle da constitucionalidade das leis.

Desejava, Sr. Presidente, terminando essas considerações a respeito do problema democrático do controle da constitucionalidade das leis, repetir uma vez mais minha convicção de que a emenda Raul Pilla padece de um vício que não é formal, é substancial: vício intrínseco da maior gravidade, qual seja o de ter S. Exª permitido subsista uma função política atribuída ao Judiciário, quando, segundo exemplo de todas as demais nações parlamentares do mundo, esse poder não está em condições de, no regime parlamentar, desincumbir-se dessa importantíssima função.

Devo, agora, fazer algumas considerações sobre o problema de juridicidade – digamos assim, empregando um neologismo um tanto bárbaro – do sistema presidencial, em contraposição ao caráter político do regime parlamentar. Isto foi uma das pedras de toque do discurso do nobre Deputado Hermes Lima. Não desejo tratar do problema nos seus aspectos exclusivamente técnicos, mas quero colocá-lo dentro de uma ordem de considerações profundamente gratas ao ilustre representante do Partido Socialista Brasileiro, e que não são, tampouco, estranhas às minhas cogitações habituais.

Essas observações dizem respeito sobretudo, às possibilidades de evolução da política presidencial e da política parlamentar na direção da maior receptividade para os problemas sociais.

Sr. Presidente, neste ponto, já em aparte que formulei ao discurso do nobre Deputado Hermes Lima, manifestei meu profundo ceticismo quanto ao valor efetivo e à influência sensível dos regimes de governo no processo de desenvolvimento do que modernamente se convencionou chamar justiça social. Os exemplos são numerosos. Muitas vezes – é doloroso que o reconheçamos – nem mesmo é nos regimes de liberdade, de estabilidade jurídica e nos regimes de legalidade política que evoluem, de forma mais rápida e mais satisfatória, os interesses sociais dentro do Estado.

Aliás, Sr. Presidente, isso tem uma explicação até certo ponto psicológica, que é a seguinte: os regimes de força, que não se fundam no consentimento livre dos cidadãos, têm necessidade, de estimular, e até certo ponto, de adular a massa para

conseguir, mediante solicitações aos apetites mais imediatos, aquele apoio que a consciência e que a razão política negam às tiranias.

Não vou, para não colocar o problema em termos muito particulares, procurar estabelecer reminiscências que sejam diretamente proveniente da História brasileira. Irei, por exemplo, à história de França. Ora, Sr. Presidente, num dos livros mais documentados e mais bem construídos que ultimamente se tem publicado sobre a história política recente daquele país, que é o livro de François Goguel intitulado *La politique de partis sous la Troisième République,* existe uma comparação muito interessante a respeito das realizações efetivas, conseguidas no governo ditatorial paternalista e, vamos dizer, pré-fascista de Napoleão III, quanto à liberdade sindical, à proteção do trabalho, à assistência ao trabalhador e às mesmas realizações obtidas nos regimes de liberdade, inclusive no próprio regime chamado socialista da Constituição de 48. Isto porque, enquanto os sistemas legais se preocupam em organizar ética e juridicamente o poder e levam, naturalmente, algum tempo até que possam utilizar esse poder já constituído à satisfação das necessidades e interesses das massas, os ditatoriais sem os empecilhos, sem os obstáculos, sem as dificuldades que encontram os regimes legais, podem, no empenho mesmo de levantarem a adesão das populações, conseguir medidas muito mais rápidas, muito mais espetaculares e muito mais brilhantes do que aquelas que são objetivo das organizações legais.

Não há maior depoimento, mais cáustico, mais ferrenho, mais agressivo contra a capacidade ou a presumida capacidade do parlamentarismo através de sua discussão flutuante, de sua dispersão permanente, de seus choques continuados, de atender de forma satisfatória à evolução social, do que aquele julgamento que Lenine exprime numa das páginas de seu famoso livro *O Estado e a Revolução.*

Diz o famoso chefe do bolchevismo russo:

> "Decidir periodicamente qual será o membro da classe dominante que vai oprimir e esmagar o povo no Parlamento, eis aí a essência mesma do parlamentarismo burguês, não somente nas monarquias parlamentares constitucionais, mas também nas repúblicas as mais democráticas."

Essa, a opinião de um militante evidentemente sectário, exagerado e fanático do comunismo, em relação ao processo parlamentar da satisfação das necessidades populares. Mas, sem dúvida, opinião até certo ponto confirmada pelo parlamentarismo do século passado.

O certo porém, é que, conforme procurei salientar no aparte por mim dado ao nobre colega, tanto a Justiça que, na frase cruel de Bacon, era o leão sob o trono, frase que S. Exª invocou; tanto a Justiça como o Parlamento, tanto o Tribunal Judiciário como a Assembléia Legislativa, são compostos de homens de seu tempo, de homens sujeitos, subordinados a todas as influências culturais e sociais da época em que estão vivendo.

Em determinado momento não há prova, razão ou motivo algum para que as assembléias legislativas possuam posição teórica e doutrinária mais avançada quanto à questão social do que os corpos judicantes.

Se é exato que os países parlamentaristas, quando se convencem da necessidade de transformar o estado de coisas vigentes, são capazes de levar a efeito reformas radicais – e eu o reconheço –, não é menos exato que nos países do sistema presidencial as organizações judiciárias, desde que, sofrendo a influência do meio, se compenetrem dessas mesmas verdades, são também todas capazes de alterar a sua linha de conduta no sentido de melhor assistir à justiça social através dos casos que lhes são submetidos.

Para confirmar esta minha assertiva, basta relembrar a reviravolta espetacular sofrida pela jurisprudência da Suprema Corte americana, nos últimos trinta anos de sua atividade, principalmente durante a fase do governo do grande Presidente Franklin Delano Roosevelt.

Assim sendo, não me parece assistir razão teórica, não me parece ser apoiada pela experiência histórica aquela objurgatória candente, lançada pelo ilustre Deputado socialista contra as corporações judiciárias e em defesa das assembléias legislativas.

O Sr. Hermes Lima – Desejo, apenas, opor meus embargos à palavra "objurgatória", de que V. Exª usou para qualificar o que fiz com espírito de análise.

O SR. AFONSO ARINOS – Tenho o maior prazer em atender a V. Exª; e peço desculpas se essa palavra possa, de qualquer forma, ter traído as suas verdadeiras intenções. Direi então: a crítica candente que o nobre Deputado lançou desta tribuna.

Senhor Presidente, não tenho mais coragem de prosseguir remoendo, nesse velho engenho de fogo morto, os restos do caldo que ainda possam existir em tal assunto. Estou fatigado dele depois de três longos discursos e após um parecer que, consumindo semanas de estudo, atingiu às desmensuradas proporções de um pequeno livro. Acho que já é tempo de terminarmos com essa batalha de retórica. Vamos aos votos, vamos ao pronunciamento do Plenário. Teremos todos cumprido o nosso dever. Parlamentaristas e presidencialistas sucederam-se nesta tribuna resguardando e, até certo ponto – direi com exclusão da minha pessoa (*não apoiados*) – engrandecendo as tradições do Congresso brasileiro. Apresentamos os nossos argumentos, produzimos as nossas provas, infligimos aos adversários todos os castigos tolerados pela ética parlamentar. E o fizemos sempre sem retaliações, sem mágoas, sem descermos àquele campo onde as paixões políticas levam, não raro, os congressos a atitudes mais ou menos decepcionantes.

Acho que, no fim, esta jornada terá dado à atual legislatura brasileira um dos pontos altos da sua tribuna parlamentar, apesar disso não ter sido sempre compreendido pela opinião pública e mesmo pelo Plenário da Câmara, jornada que produziu

peças, estudos e trabalhos que não desmerecem os melhores daqueles que se encontram inscritos nos *Anais* desta Casa.

Penso que é tempo de chegarmos ao fim da parte introdutória desse combate para passarmos diretamente à sua decisão.

Devo dizer a V. Exª que não tenho receio sobre o seu desfecho. Acho que mesmo aqueles deputados que assinaram a emenda parlamentar por simpatia de momento, por decepções de momento, e até mesmo por espírito simplesmente esportivo de apoio a uma iniciativa que devia ser discutida, julgo que os numerosos deputados nestas condições deverão, sobretudo, refletir nas graves responsabilidades que lhes cabem no momento que estamos atravessando, se tentarmos, agora, mudar completamente o panorama das nossas instituições, em plena batalha política, em plena batalha eleitoral.

Nunca descri dos ilustres signatários da emenda, nunca neguei o seu patriotismo. Apelo apenas para a sua ponderação e responsabilidade.

Quanto a mim, Sr. Presidente, regresso tranqüilo à minha bancada, depois de, tanto quanto me foi possível, me ter desincumbido das funções a mim atribuídas imerecidamente (*não apoiados*) pelo preclaro Deputado João Mangabeira, e confirmadas, unanimemente, pela Comissão Especial. Sei que defendi o regime com que se formou a República; sei que defendi o regime que foi desejado pelos grandes homens da geração dos nossos pais e dos nossos avós; sei – e ali estão eles em efígie, naquele grande painel, assistindo a estes debates – que defendi o regime criado pelos fundadores da República, que fez realmente a grandeza nacional e a projeção internacional do Brasil, o regime que saneou o País, o regime que rasgou o interior do Brasil, o regime que aumentou enormemente o nosso potencial econômico, o regime que consolidou e aparelhou a nossa força militar, o regime que instituiu a nossa verdadeira ciência jurídica no terreno político, o regime que democratizou o poder, levando-o realmente às fontes populares, o regime que levou a diplomacia brasileira ao cume da sua glória e da sua galhardia.

Estou, Sr. Presidente, defendendo com o presidencialismo brasileiro, a República brasileira e a glória dos nossos antepassados. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Preconceito racial

25-8-1950

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, Senhores Deputados, desejaria utilizar-me de uma oportunidade mais favorável – quando as atenções da Câmara estivessem mais voltadas para os trabalhos que se desenrolam no seu seio do que

para a luta eleitoral, que se prenuncia em todo o país – para justificar, da tribuna, o projeto que tive a honra de oferecer com apoio de numerosos representantes.

Dada, entretanto, a explicação de V. Exª de que a mesma proposição não sofrerá segunda discussão, sou forçado a vir à tribuna, embora em oportunidade menos conveniente, para tecer algumas considerações em torno das causas e finalidades da mesma proposição.

Não sou, Sr. Presidente – e aproveito o ensejo para fazer desde logo essas declarações –, dos que interpretam de forma desfavorável a vazante que se observa na Câmara dos Deputados. Parece-me, mesmo, passível do qualificativo de injusta a crítica que, a esse propósito, se vem levantando na imprensa.

Efetivamente, os deputados que se encontram, neste momento, nas viagens, muitas vezes penosas, pelo nosso difícil interior, os representantes que, nestes dias, procuram retomar os contatos com os meios eleitorais de onde provêm estão, sem sombra de dúvida, exercendo função de alto significado político, estão em todos os seus termos cumprindo devotadamente o mandato para que foram eleitos, não se justificando, portanto, Sr. Presidente, a pecha de desídia, de negligência ou de indiferença que freqüentemente lhes tem sido lançada.

O Sr. João Botelho – O desassombro com que V. Exª, com justas razões, defende a maré vazante desta Câmara, credencia mais V. Exª ao respeito e à admiração constante de seus colegas. O que se passa é que estamos a um mês das eleições e aos políticos, a todos os que têm responsabilidade política incumbe o dever precípuo e primário de assistência aos seus agrupamentos eleitorais e de orientação e esclarecimento das massas populares, a fim de que a democracia possa caminhar melhor e o povo tenha maior consolidação das suas idéias.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço as suas generosas palavras e declaro que S. Exª está perfeitamente afinado comigo na interpretação que ofereço dos fatos que vou relatando.

O Sr. Raul Pilla – Concordo inteiramente com a defesa que V. Exª acaba de fazer da Câmara. Justifica-se plenamente a vazante que estamos presenciado. Desejo apenas fazer notar a V. Exª que, no regime parlamentar, uma das suas praxes adotadas é esta: em vésperas de eleições, suspendem-se os trabalhos parlamentares. Assim, estaríamos sendo poupados a esse triste espetáculo mas justificado, como V. Exª acaba de demonstrar.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao ilustre professor Raul Pilla o brilhante aparte com que iluminou o meu discurso, mas lembro a S. Exª que não é específica do regime parlamentar a suspensão das sessões do Congresso em vésperas de eleições. Na própria Constituição de 1891, rigidamente presidencialista, o Congresso tinha duração, normalmente, muito mais reduzida do que hoje e as eleições ocorriam em épocas em que o Congresso estava preparado para a sua missão política.

O Sr. Raul Pilla – V. Exª procurou desviar muito habilmente o golpe. Na verdade, existe uma diferença fundamental entre os dois regimes. O regime presidencial é rígido: o Congresso tem dias certos para se instalar e terminar a sua tarefa. O regime parlamentar, pela sua própria natureza, é plástico: o Congresso não tem datas certas para começar e terminar a sua tarefa. Esta não é – reconheço – prática essencial do regime parlamentar. Mas no regime presidencial poder-se-ia adotar prática semelhante. O que digo é que é praxe característica do regime parlamentar.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª tem razão, e se eu tiver a fortuna de me defrontar com V. Exª neste plenário na próxima legislatura, poderemos chegar a um acordo, quando mais não seja introduzindo essa prática semiparlamentarista em nosso sistema presidencial.

O Sr. Raul Pilla – Esta e muitas outras, espero.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, folgo em ouvir do ilustre Deputado Raul Pilla um apoio tão sincero e tão espontâneo à defesa que venho fazendo dos colegas ausentes às nossas sessões. Porque, na verdade, Sr. Presidente, as eleições que vão-se processar, que se aproximam a despeito da crise que se avizinha constituem indubitavelmente um fator decisivo para a consolidação das nossas instituições democráticas. E, nestas condições, muito maior serviço, mais assinalado serviço, estão prestando aqueles representantes que, no contato direto com os grupos eleitorais, no interior esclarecem esses mesmos grupos em relação ao funcionamento da lei eleitoral, estimulam com a sua presença os desarvorados, tímidos e esquecidos companheiros municipais, mantendo, com a sua autoridade, a liberdade, a integridade da vida política – muito mais assinalado serviço estão prestando esses companheiros, dizia eu, do que se aqui estivessem apegados à marcha dos trabalhos nas comissões e no plenário.

Neste último mês tenho empreendido reiteradas viagens ao meu Estado, tenho percorrido milhares de quilômetros do território mineiro e só agora posso aquilatar, por experiência direta, só agora posso julgar, por conhecimento de causa, o quanto é necessária a assistência moral, técnica e política que os representantes do povo estão, neste momento, prestando em todos os quadrantes do território nacional.

O que importa, o que interessa, o que é necessário é que o pleito que se avizinha transcorra em ordem, atinja o objetivo estabelecido na Constituição e preconizado na lei eleitoral.

Sr. Presidente, se conseguirmos evitar, sem quebra da legalidade, Scylla e Charybde, se conseguirmos transpor os escolhos que se oferecem à nossa rota, teremos realmente prestado o maior e mais assinalado serviço que poderíamos prestar à Nação.

Nestas condições, e feita esta declaração, que vale como testemunho sincero do que tenho visto no interior do país, passo, Sr. Presidente, em rápidas palavras, ao objetivo do meu discurso.

O que mais diretamente me atingiu nas críticas por vezes violentas de fora da Câmara – porque de dentro desta Casa, louvado Deus, não tenho recebido senão confortadoras demonstrações de apoio e aplausos...

O Sr. João Botelho – Isso, pela orientação que V. Exª imprime aos seus trabalhos e pelos méritos pessoais de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado, meu prezado amigo, Deputado João Botelho.

O que mais me tem ferido, dizia, nas críticas por vezes violentas de que tem sido alvo o meu projeto e que me têm chegado ao conhecimento através de correspondência postal é a injusta suposição de que se trata de medida eleitoralista, de que se trata de iniciativa que visa ao apoio do eleitorado negro brasileiro para a renovação do meu mandato.

Não é verdade isto, Sr. Presidente. Desejo declarar a esta casa que, na qualidade de professor do Instituto Rio Branco, que o fui antes de ser deputado, eu, perante os jovens que se destinavam à carreira diplomática, e comentando as dificuldades que se antepunham aos negros brasileiros para terem aberta diante de si a carreira diplomática, muitas vezes lembrei aos meus ouvintes que se fazia necessário um projeto de lei que viesse regular definitivamente as disposições constitucionais relativas à igualdade das raças perante a lei da República.

A oportunidade da apresentação do meu projeto deveu-se exclusivamente a um fato escandaloso que os jornais veicularam e que se tornou, desde logo, do domínio público, qual seja, a proibição instituída ou determinada pela gerência estrangeira de um luxuoso hotel em São Paulo, de receber como hóspede uma grande artista de cor, norte-americano, que tem dedicado a sua vida a apresentar ao mundo, por meio de uma mensagem de arte, as queixas e reivindicações da raça, oprimida nos Estados Unidos.

Foi exclusivamento este fato que fez com que eu entendesse oportuno o momento, chegada a ocasião em que a psicologia brasileira estaria em estado de receptividade para iniciativas dessa natureza.

Mas, Sr. Presidente, a verdade é que esse projeto se fazia desde muito necessário em nosso país. Se fizermos uma análise retrospectiva da evolução do pensamento nacional em relação ao problema do negro brasileiro poderemos de forma simplificadora, como são todas as sínteses, separar três etapas diferentes e sucessivas do desenvolvimento das idéias referentes ao assunto.

A primeira fase é aquela que poderíamos chamar da Abolição. Ela se inicia, talvez, já no século XVIII.

Que eu me lembre, é a primeira vez em que se coloca de fato o problema da libertação do negro em termos positivos, no Brasil. Foi durante a Inconfidência Mineira, quando os conjurados de Vila Rica discutiam os planos das inovações que entendiam introduzir na estrutura política e administrativa da Colônia, que um deles, se não me engano Alvarenga Peixoto, propôs, com o assentimento dos demais com-

panheiros, se colocasse no programa da Inconfidência a cláusula da libertação dos escravos.

Sente-se aí o sopro das idéias enciclopedistas que chegavam até nós; sente-se aí a influência daquele movimento da chamada época das luzes que, unindo a técnica e a segurança científica às reivindicações humanísticas da filosofia, iria constituir aquela formidável corrente que arrastaria diante de si os preconceitos e as velharias da Europa feudal.

No século XIX, em nosso país, encontramos pioneiros da idéia da Abolição desde os seus albores.

Sabido é, Sr. Presidente, que o grande José Bonifácio, sem dúvida dos maiores, se não o maior estadista que já produziu o Brasil, incluía entre as suas aspirações políticas a necessidade da Abolição.

Não vou historiar minudentemente o que foi o desenvolvimento da campanha abolicionista no Brasil. Os nomes dos seus pioneiros, a glória dos seus condutores, o êxito dos seus chefes são páginas definitivamente inscritas nos anais da nossa evolução histórica. Justo é que se ressaltem figuras como aquelas que ainda o ano passado reverenciamos numa consagração nacional – Rui Barbosa e Joaquim Nabuco; justo é que lembremos a influência de estadistas imperiais do tipo de Pimenta Bueno ou de Sousa Dantas; justo é que recordemos a obra de escritores como Perdigão Malheiro, como também justo é que não esqueçamos a influência, sempre discreta, mas tenaz e decidida, que em favor do movimento exerceu Pedro II.

Sr. Presidente, em seguida a esta primeira fase, em que o problema do negro era tratado principalmente em termos de defesa da raça escrava, em termos de conquista da Abolição, sobrevindo esta mesma Abolição, instalada a República, prosseguindo o país na sua marcha ascensional para o progresso democrático, apresentou-se ele sob outra forma, que poderemos chamar a forma da investigação científica. Foram, então, os trabalhos iniciados por Nina Rodrigues, o grande professor da Universidade da Bahia, trabalhos continuados pelo ilustre Artur Ramos no campo da Sociologia – Artur Ramos que acaba de falecer em Paris, onde ocupava um dos mais altos postos da organização internacional da Unesco – trabalhos procedidos no Brasil ainda hoje, por mestres da eminência do Deputado Gilberto Freire, nosso ilustre companheiro de legislatura e meu caro correligionário de partido, por homens que destinaram sua vida às pesquisas médicas, antropológicas, sociológicas e históricas, no sentido de situar definitivamente o problema negro dentro de um campo científico verdadeiro e despido de quaisquer interesse ou prevenções.

Passada essa fase, que poderemos chamar de científica, em que o problema negro tanto evoluiu no Brasil, estamos iniciando uma outra, de que me fiz modesto colaborador, através do meu projeto: é uma fase que devemos consignar como de recuperação política, de integração política do negro no nosso convívio e no nosso complexo social. Não se pode negar a necessidade de que o Congresso Nacional encare de frente esta fase. O meu projeto, não me custa declará-lo, nada tem de original, a não ser no nosso país: o meu projeto é apenas uma adaptação aos dias que correm, é apenas a composição

adequada à nossa época de idéias já expressas em leis dos Estados Unidos há perto de um século. Não ignoram os nobres Deputados que, desde 1868, o Congresso Federal americano adotou a famosa Emenda nº 14, emenda que, na opinião de um dos mais insignes comentadores do estatuto político daquela República – Waggon – representa a mais importante contribuição trazida ao texto de Filadélfia pelo Congresso Federal. Essa emenda proibia aos Estados servirem-se dos seus poderes políticos para impor quaisquer restrições aos cidadãos por motivo de raça ou de cor. A essa emenda se seguiu uma lei federal que foi chamada a segunda declaração de direitos dos Estados Unidos. E o que era essa lei federal? Nada mais, nada menos do que a concretização dos objetivos visados pelo meu projeto. Por essa lei, de 1875, ficavam proibidas as segregações raciais nos edifícios públicos, nos hotéis, nos caminhos de ferro, em todos os locais de aglomeração, nos templos religiosos, assim como também se obrigava a aceitação dos negros em quaisquer cursos ou escolas.

Dir-se-á, então: por que, em face de uma legislação deste teor, por que, em face de uma iniciativa dessa magnitude, ainda os Estados Unidos se batem com o terrível problema da segregação racial? A explicação, Sr. Presidente, não é difícil, e eu, pedindo embora desculpas pela digressão, me apresso em dá-la.

Devemos voltar ao clima, que se estabeleceu na República, depois da guerra da secessão. Como se sabe, essa tremenda luta civil, esse conflito armado que foi, na sua época, o maior que até então tinha conhecido a história, determinou o arrasamento da economia dos chamados Estados Confederados do sul; determinou a destruição das culturas, a demolição das cidades, a miséria do comércio, em suma, a implantação de uma situação social de caos e de abandono. Houve por essa época um certo interregno constitucional. Os estados do sul passaram, de fato, a ser governados militarmente, fora do regime estabelecido na Constituição, por uma verdadeira corte de interventores nomeados pelos estados do norte.

É sabido que nos estados do norte o problema do negro não se fazia sentir com a mesma agudeza com que aparecia nos estados do sul. Isso se deveu também ao fato de que, nos estados do sul, para uma população de cerca de sete milhões de brancos, havia mais de quatro milhões de negros, enquanto nos estados do norte a população negra era menor e quase inexistente. A mentalidade dos chamados ianques" como se chamavam os habitantes dos estados do norte, era, portanto, mais desprendida do preconceito racial. Isso explica as razões pelas quais, no período em que dominaram militarmente o sul, fizeram com que o Partido Republicano – que foi, então, o grande partido das reivindicações negras – dominasse o Congresso e fizesse adotar essa legislação salvadora e progressista. Entretanto à proporção que diminuía a influência econômica e a influência militar do norte sobre o sul, à proporção em que o sul se refazia, em que a rede bancária retomava suas atividades e em que a agricultura voltava a florescer e, sobretudo, à proporção que aquela classe dos *landlords* dos grandes proprietários rurais, se concentrava nas cidades e se transformava em uma espécie de nova burguesia, foi-se restabelecendo no espírito dos habitantes do sul o velho preconceito racial que a guerra da secessão não tinha conseguido extinguir. Eis por

que a lei de 1875, que tinha determinado providências salutares, que, se seguidas, teriam impedido os dramas terríveis que se vêm desenvolvendo através da história recente dos Estados Unidos; eis por que aquela lei de 1875 foi declarada inconstitucional pela Suprema Corte, se não me engano em 1883, em virtude da pressão exercida pelo novo espírito discriminatório que renascia no sul.

Ora, Sr. Presidente, esse ato da Suprema Corte, tornando sem efeito, por especiosas razões, por falaciosos fundamentos, aquilo que os homens de coração e de inteligência da época tinham chamado a segunda declaração de direitos dos Estados Unidos, esse ato da Suprema Corte veio fazer retornar o problema ao seu significado primitivo. A verdade, entretanto, é que tais foram as dificuldades criadas à evolução pacífica da democracia americana pela estupidez, pela brutalidade, pela inconsciência com que se fez sentir no fim do século passado e no princípio deste o preconceito racial na grande República, tais foram os inconvenientes dessa situação, dizia eu, que, apoiado pelos grandes pensadores, pelos grandes escritores, pelos grandes professores, pelos grandes jornalistas, um movimento se formou principalmente a partir da terceira década deste século, com o objetivo de levar, finalmente, de vencida, debaixo da clava da justiça, da ciência e do direito, aquela situação absolutamente absurda e insustentável.

As esperanças, que hoje desabrocham na grande nação americana, são as mais promissoras, no sentido de que uma evolução – que não poderá ser instantânea, visto como não se procede instantaneamente a uma transformação de mentalidade num povo de mais de cem milhões de habitantes, mas que será segura e definida em breve se fará sentir, relativamente em breve tempo, se tomarmos a brevidade num sentido histórico, a fim de que aquele país possa de fato declarar que a bandeira das estrelas e das listras tremula sobre um povo livre e não sobre milhões de escravos, aparentemente libertados.

No Brasil, pela linha completamente diversa de nossa evolução histórica, pelo sentido altamente tolerante da nossa miscigenação social, sentido este que tem constituído objeto preferido dos estudos do ilustre professor Gilberto Freire, as dificuldades que se impuseram ao povo americano não existem. Havia nos Estados Unidos uma série de preconceitos oriundos em parte de certo vício de raciocínio da teologia protestante; e, de outra parte, em virtude de certas tradições específicas da civilização saxônica, que, felizmente, não encontraram guarida entre nós, criados que fomos à sombra da Igreja Católica e debaixo da orientação de uma tradição histórica completamente diversa – dizia eu, nos Estados Unidos a situação, no particular, não pode ser colocadas em paralelo com a nossa.

Eis por que não será possível que no Brasil se esboce sequer contra o projeto que tive a honra de apresentar aos meus caros colegas da Câmara dos Deputados a sombra de uma reação semelhante à que nos Estados Unidos se fez sentir contra a lei de 1875.

As acusações de demagogia, as acusações de eleitoralismo, as acusações de exibicionismo não me intimidam, não me atemorizam, nem me constrangem. Estou certo de que venho ao encontro das vozes do sofrimento e das aspirações conscientes,

muitas vozes imprecisas e inconscientes, muitas outras, de milhões de patrícios nossos da capital e do interior.

Despreparado que estava, Sr. Presidente, para este discurso, atabalhoadamente pronunciado no improviso da tribuna...

O Sr. João Botelho – Poderá V. Exª dizer brilhante pela explanação das idéias e pela erudição com que aborda a tese.

O SR. AFONSO ARINOS – O nobre colega já me habituou à sua generosidade.

O Sr. João Botelho – Creia V. Exª que não sou lisonjeiro.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradecido a V. Exª.

Sr. Presidente, dizia eu que, despreparado como me achava para juntar documentos a esta informe exposição do que venho fazendo, não pude pôr na minha pasta algumas missivas altamente significativas da oportunidade, do acerto e da conveniência do projeto que, com o apoio de tantos ilustres companheiros, tive a honra de oferecer à consideração da Câmara. Recebi cartas de pais que viram colégios religiosos fechados a suas filhas porque não eram brancas; recebi cartas de professores da Universidade do Brasil, contando amarguras que tem a sua vida, pelo fato de trazerem na pele pigmentação daquela raça, que criou a nossa grandeza econômica; recebi cartas de oficiais do Exército, sustados na marcha justa de suas carreiras impedidos e humilhados pelo absurdo preconceito que o Estado Novo tentou, uma vez, estimular e fazer progredir no seio das classes armadas; recebi cartas de aspirantes à Escola Naval e de candidatos ao Instituto Rio Branco e ao Ministério das Relações Exteriores, que se encontraram, como dizia Cruz e Souza, com as portas da liberdade profissional, com as portas do acesso nas suas carreiras, fechadas diante de si, pela hipocrisia de medidas que não figuravam nas leis, mas que constavam de instruções reservadas, servilmente cumpridas por funcionários submissos; recebi cartas de clérigos, de padres, de trabalhadores manuais e de homens do campo; recebi cartas que teria eu verdadeira emoção em reler desta tribuna, tal qual senti ao lê-las no recesso do meu gabinete.

Se isto é ser demagogo, se isto é desejo de agradar, com as lantejoulas da fantasia, o eleitorado da minha terra. Sr. Presidente, se interpretar tão sinceramente, com tanta abundância d'alma e energia de convicções merece o apodo de eleitoralista e de demagogo, então, teríamos de mudar o significado das palavras do dicionário. Não existe neste país uma crise de caráter político, mas, simplesmente, crise de dicionário, porque as palavras não têm mais o sentido que os léxicos lhes atribuem.

Sr. Presidente, o nobre Deputado Plínio Barreto, ilustre representante da UDN, pelo Estado de São Paulo, deu-me a honra de, no seu relatório, subscrever *ipsis litteris* o meu projeto, sem alteração de uma palavra, limitando-se a incluir no seu substitutivo emenda que eu mesmo formulara no período em que a proposição atravessou os quatro regimentais dias de pauta.

Ofereço, assim, ao plenário, o projeto que mereceu o aplauso de tantos Deputados, a aprovação unânime da minha Comissão – a de Constituição e Justiça – para que ele requereu urgência. Entrego-o, confiante, à alta e esclarecida deliberação dos meus colegas, certo de que, não por meu intermédio, ou por minha voz, ou minha iniciativa, mas, pela imposição das circunstâncias da época, por uma necessidade histórica, a nossa legislatura terá prestado, com a sua aprovação ainda este ano, um dos maiores serviços realizados pelo Poder Legislativo neste país.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Ações ao portador

28-6-1951

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, Srs. Deputados, não fosse a necessidade de defender para este plenário o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, de que fui relator designado, e pouparia aos meus ilustres colegas o desprazer *(não apoiados)* de um seguimento às brilhantes razões e aos judiciosos argumentos oferecidos à Câmara pelo iluste Deputado Lúcio Bittencourt, autor do projeto. Assim, ver-se-á a Câmara forçada a ouvir as desataviadas considerações que me propus aduzir.

Sr. Presidente, realmente as condições em que foi redigido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça exigem um pronunciamento mais minucioso, mais pormenorizado, do Relator designado, a fim de que as razões que prevaleceram para o voto daqueles ilustres colegas não fiquem sem uma expressa justificativa nos *Anais*.

Ainda mais essas explicações se impõem, em homenagem ao eminente Relator, o bilhante Deputado Daniel de Carvalho, cujo voto em separado, em que foi transformado o seu trabalho, exprime uma das mais brilhantes manifestações de sua fecunda, produtiva e autorizada passagem por aquela Comissão Técnica da Câmara. *(Apoiados.)*

O Sr. Daniel de Carvalho – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Assim, não só no intuito de exprimir de forma sucinta os motivos que levaram os membros da Comissão de Justiça à posição que adotaram, como também no de prestar uma homenagem especial ao meu ilustre coestaduano, é que, vencendo condições adversas de saúde, me animo a ocupar, por alguns momentos, a atenção da Casa.

Preliminarmente, devo justificar o motivo pelo qual, não apenas o antigo relator, Sr. Daniel de Carvalho, como o relator designado e os demais membros da Co-

missão de Justiça, adotaram a orientação de entrar no mérito do projeto, orientação que se viu injustificadamente objeto de acusações por companheiros e alguns jornais.

Realmente, tratando o projeto, como tratava, de uma alteração substancial na lei das sociedades anônimas, não há negar que era projeto na forma e no fundo, na aparência e no conteúdo, de natureza jurídica e, como tal, enquadrado no art. 27, § 1º, do nosso Regimento, que atribui à Comissão de Constituição e Justiça competência específica para opinar sobre o aspecto constitucional, legal ou jurídico das proposições.

O Sr. Daniel de Carvalho – Foi justamente o que fiz, no meu parecer.

O SR. AFONSO ARINOS – Nesse ponto estou defendendo o parecer de V. Exª das increpações que lhe têm sido feitas, de ter entrado indebitamente no mérito do projeto que, ao ver de determinadas opiniões, se cinge ao aspecto econômico e financeiro.

A constitucionalidade do projeto, defendida aliás pelo nobre colega primeiro relator, Sr. Daniel de Carvalho, tem sido algumas vezes contestada, inclusive por alguns dos mais doutos juristas desta Casa. A razão habitualmente formulada para inquinar de inconstitucionalidade o projeto Lúcio Bittencourt é a presunção de que ele viria infringir o art. 141 da Constituição Federal naquele ponto em que assegura que a lei não pode prejudicar o direito adquirido.

Ora, não são necessárias pormenorizadas explicações para demonstrar a inanidade dessa presunção.

A própria definição de direito adquirido é um dos mais espinhosos, um dos mais complexos problemas da doutrina jurídica, tanto civil como constitucional. Entre os autores de Direito Civil, o grande Planiol escreve, em seu *Tratado,* volume I, nº 221, que nunca ninguém pode dar uma definição satisfatória do que seja direito adquirido. E o não ilustre professor Léon Duguit, que meu mestre João Mangabeira diz, com toda razão, ser o maior constitucionalista do mundo e de todos os tempos, declara no seu *Direito Constitucional,* volume II, nº 21, que nunca pessoa alguma soube o que era um direito não adquirido e que o direito não adquirido se confunde, precisamente, com a ausência de direito.

Mas, Sr. Presidente, ainda que aceitemos as definições habituais dessa locução jurídica de tão lata aplicação, veremos que o projeto Lúcio Bittencourt de forma alguma infringe a Constituição Federal, na parte em que assegura o respeito ao direito adquirido.

Léon Duguit, tratando das leis relativas ao regime de propriedade e a suas alterações, escreve o seguinte:

(Lê)

> "Elas se aplicam (essas leis) a todas as propriedades e a todos os direitos reais existentes no momento em que são promulgadas, embora a propriedade de direitos reais tenham nascido em seguimento a atos jurí-

dicos praticados anteriormente. O ato jurídico, tomado em si mesmo, continua regulado, no que concerne à sua validade, pela lei em vigor no momento em que ele apareceu. Mas as situações do proprietário e a do titular dos direitos reais, situações objetivas, situações legais, recebem todas as modificações trazidas pelas leis novas".

Assim, Sr. Presidente, se quiséssemos adaptar esse raciocínio ao caso em questão, teríamos de dizer que não poderia ser aceita, por exemplo, a lei atual, que mandasse completar o pagamento dos impostos de renda sobre as ações ao portador, que pagaram esses impostos no montante da lei anterior, antes dela ser modificada.

Isto é que quer dizer a noção veiculada por Duguit quanto ao direito adquirido. Esse direito serve para dar intangibilidade ao ato jurídico praticado na vigência de determinada lei; mas não quer dizer que uma lei posterior não possa alterar o instituto da propriedade, de maneira a regular diferentemente os atos jurídicos ou os títulos a ele referentes.

Vejam V. Ex^as^ Srs. Deputados, como essa opinião se coaduna, se confunde mesmo, posso dizer, com a do conhecido trabalho do ilustre jurista francês Paul Roubier no livro intitulado *Os conflitos da lei no tempo,* precisamente matéria do chamado Direito Intertemporal.

Ali, diz Roubier:

> "O princípio da não retroatividade das leis significa que o juiz, no exercício da sua função, deve apreciar os fatos em litígio segundo a lei, do dia em que eles se produziram".

Deve, portanto, apreciar o conflito do direito de acordo com a lei vigente na época em que se deram os atos jurídicos de que decorreu o conflito de direito.

Mas ele precisa melhorar seu pensamento no seguinte trecho, que é quase repetição do trecho de Duguit.

Diz ele, referindo-se à situação dos bens: *(lê)*

> "As leis desse gênero se aplicam imediatamente a todos os bens existentes, porque as situações jurídicas visadas não têm propriamente nem começo nem fim. Resulta daí que não se pode dizer que a um certo momento da sua duração um bem adquiriu de maneira definitiva tal ou qual caráter. Se ele possui tal caráter sob uma lei durante o período determinado, não há razão para que ele não tenha outro caráter sob uma lei seguinte. Estas situações repousam sobre o substrato material de um estado de fato indefinido. Pode-se dizer que elas estão em estado permanente de constituição, portanto, não só as leis que definem quais são os efeitos do caráter mobiliário ou imobiliário de um bem, mas também as leis que definem quais são os bens móveis ou imóveis, devem-se aplicar imediatamente a todos os bens existentes".

Vejam os nobres Deputados que é precisamente a questão de que estamos tratando.

E Roubier vai mais longe na sua exposição, quando declara que em sua opinião, mesmo as leis que modificam os termos expressos as leis que alteram os prazos prescricionais, mesmo das prescrições, são imediatamente aplicáveis às prescrições em curso.

Ora, Sr. Presidente, se esta é a opinião dos doutores, se esta é a doutrina dos juristas, menos verdade não é que esta opinião e esta doutrina têm sido habitualmente aplicadas em todas as legislações do mundo. Nos Estados Unidos, cujo regime político, cuja constituição estatal, cuja organização federal tanto se aproximam das nossas, existe, como sabem V. Ex.as, dispositivo constitucional que impede também a lei retroativa. E aquele preceito da Constituição que determina que o Congresso não pode adotar lei *ex post facto*. É formula utilizada na Constituição americana.

Pois bem, nunca ninguém pensou ali levantar a suspeita de inconstitucionalidade das leis mais enérgicas, das leis mais violentas que foram votadas e aplicadas sobre o regime das sociedades anônimas como, por exemplo, aquelas leis que forçaram, em todo o território nacional, a divisão das grandes empresas de petróleo. Se houvesse direito adquirido em relação à forma das sociedades anônimas ou aos seus títulos, não teria sido possível ao Congresso americano obrigar a Standard Oil a desfazer, pelo menos até certo ponto, seu truste, dividindo-se em companhias independentes.

Sr. Presidente, explicado assim o motivo pelo qual a Comissão de Constituição e Justiça seguiu o parecer do nobre relator quanto à constitucionalidade da proposição, devo agora entrar na justificativa da posição daquele órgão técnico, com referência ao próprio mérito do projeto.

Nesta ordem de considerações, desejo desde logo dar o meu ponto de vista pessoal – e felizmente o sei acompanhado por alguns dos mais doutos membros daquela Comissão – relativamente à nossa função dentro desta casa. Na Comissão de Constituição e Justiça, somos numerosos aqueles que pensam que devemos estar na vanguarda das transformações do direito.

Numa época como esta em que estamos vivendo, se devemos, se podemos, se queremos atender ao propósito de demonstrar ao governo e à nação a flexibilidade das nossas instituições e a possibilidade de transformação legal e pacífica da nossa estrutura econômica e social, compete à Comissão de Constituição e Justiça, não adotar impensadamente atitudes levianas, demagógicas ou revolucionárias, mas colocar-se na primeira linha, na linha dos pioneiros, na linha de frente daqueles que se batem por uma adaptação da estrutura às realidades da vida contemporânea. *(Apoiados.)*

Realmente passado é já o tempo, realmente distante é já a época em que a lei representava a expressão de um equilíbrio social preexistente.

Nós, juristas de hoje, estamos convencidos de que só podemos normalizar e conduzir a confusão e o tumulto social que se processam ao nossos olhos, estamos convencidos de que só poderemos nortear os acontecimentos dentro de um programa

evolucionista e por conseguinte anti-revolucionário, se fizermos da lei instrumento não apenas de reconhecimento mas de criação do direito.

O Sr. Antônio Balbino – Criando um sistema legal à sombra da Constituição que temos.

O SR. AFONSO ARINOS – Disse muito bem o nobre Deputado Antônio Balbino. Respeitada a Constituição, seguidos os seus preceitos e colocados dentro dos seus lindes, deve a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados fazer que a lei se transforme no elemento dinâmico, no elemento criador, no elemento realmente gerador, no dínamo do direito moderno, porque o legislador de hoje não é mais, como o legislador antigo, aquele representante do povo que se assentava em assembléia tranqüila, cercado por nações tranqüilas, que se assentava em salas repousadas, cercado por povos calmos. Nós, Sr. Presidente, somos forçados, ao contrário, a captar, a recolher, a nos deixar empolgar por todos os anseios, por todos os desejos, por todas as necessidades informemente manifestadas na vida das multidões, a fim de darmos a esses anseios, a essas necessidades e a esse tumulto social, a ordenação jurídica conveniente, de forma a regular, através da lei, o direito, e não esperar que o direito venha impor, nas assembléias legislativas, a forma cristalizada, a forma definitiva da lei.

Esta, a posição da nossa comissão. Dela, eu pelo menos, não me afastarei. Estarei sempre convicto de que nosso dever está na vanguarda, que devemos compreender a necessidade de evolução que o país atravessa, porque só assim poderemos vitalizar o instrumento que não é apenas jurídico, mas, também, político da nossa existência coletiva, ou seja a Constituição Federal.

Claro é, Sr. Presidente, que em determinados momentos a Comissão de Constituição e Justiça se tem manifestado, nesta casa, como escrínio das tradições nacionais, claro é que tem defendido com empenho a sua posição de conservadora da linha tradicional da vida brasileira. E assim o fez, Sr. Presidente, no caso do jogo. Não admitindo, no caso da implantação do jogo, as novidades mirabolantes e que fosse possível servir-se alguém do vício para defender a virtude e a necessidade. *(Palmas.)* Mantivemo-nos onde estávamos – na velha tradição da Comissão de Justiça e do parlamento Nacional. Estávamos, realmente, dentro da tradição brasileira, porque ela se impunha como o mais moderno para o presente e o mais estimulante para o futuro. Aqui não! Rompemos desabridamente com as Cassandras que nos vem agourar desastres e tormentas pela nossa coragem; aqui abandonamos o delineamento histórico, que nos vem da demonstração largamente documentada da evolução do nosso direito, pelos que só se lembram das tradições que coincidem com seus interesses porque estamos, Sr. Presidente, convencidos de que um novo direito se forja e de que se o Congresso não estiver à sua frente, o Congresso terá realmente faltado ao seu dever. *(Muito bem! Palmas.)* Achamos que é razoável, achamos mesmo que é necessário que as demais comissões técnicas da Câmara, e entre elas as brilhantes comissões de Economia e de Finanças, aonde se assenta numa plêiade in-

vejável, alguns dos mais altos valores do Parlamento Nacional, que essas Comissões, para me servir da expressão cáustica de meu velho amigo General Flores da Cunha, imponham aos arroubos sociológicos da Comissão de Constituição e Justiça algum temperamento, como diz S. Exª, forçadas pelas contingências materiais do país.

Nestas condições, aceitável seria que os temperamentos impostos à nossa atitude pela douta Comissão de Economia fossem aceitos pelo plenário, caso eles realmente correspondessem aos objetivos que têm em mira, ou que dizem ter em mira. A verdade, porém, é que até agora não ficou demonstrado que o interesse econômico do país, a verdade é que até agora não ficou provado que nem mesmo a evolução pacífica do capitalismo nacional dependam, estejam jungidos, estejam vinculados à rejeição do projeto Lúcio Bittencourt. *(Muito bem!)* Ao contrário, tudo o que aqui se tem dito, com cópia brilhante de argumentos, principalmente por dois ilustres colegas, cuja amizade me honra e desvanece, os nobres Deputados Alberto Deodato e Daniel Faraco, todos esses argumentos têm sido a meu ver, suficientemente contrastados com raciocínios, com fatos e com argumentos em sentido oposto.

Um dos mais importantes deles, isto é, que a adoção do projeto Lúcio Bittencourt corresponderia a uma ameaça de evasão dos investimentos estrangeiros em nosso país, foi hoje brilhantemente combatido pelo autor do projeto, que se esqueceu, entretanto, de apresentar novo argumento no mesmo sentido, e que tenho o prazer de manifestar aos meus ilustres colegas da Câmara.

Realmente, não compreendo como se pode alegar que a desaparição das ações ao portador implique no afugentamento de capital estrangeiro, quando verificamos, pela lei do imposto de renda, que foi lamentavelmente esquecida pelos produtores desse argumento, que as pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou sediadas no estrangeiro, mercê do art. 97 letra *a,* desse mesmo regulamento, pagam, indefectivelmente, invariavelmente, imposto fixo, que é igual ao cobrado sobre as ações ao portador. *(Palmas.)* Que importa ao capitalista, que viva no estrangeiro, que a sua ação seja ao portador ou nominativa? O fato dele revelar a propriedade de ações, nunca fará com que elas incidam no progressivo, porque, sobre o total delas – diz o regulamento do imposto de renda – ele só paga quantia fixa sobre as ações ao portador. Isto não é inovação no nosso direito fiscal, é habitual. Nos Estados Unidos, a mesma coisa. No regulamento do imposto de renda, nos Estados Unidos, os capitalistas estrangeiros, os rendeiros que residem fora do território americano, pagam também a quantia fixa de 30%, fixa sobre seus rendimentos, sem que sejam incluídas no progressivo.

Ou estou inteiramente enganado ou estou errado, – e, se o estou, peço que seja corrigido pelos mestres de direito fiscal nesta casa – ou estou certo, e realmente não vejo fundamento algum no argumento que até aqui tem sido apresentado. *(Muito bem!)*

A outra razão, o nobre Deputado Lúcio Bittencourt, assim como alguns dos seus antecessores na tribuna, destruíram completamente.

Se nós, Sr. Presidente, acharmos que estamos resolvendo o problema com a fixação do imposto em 35%, devemos nos desenganar desta solução, porque, na verdade, o que estamos fazendo é manter a imunidade fiscal com caráter ainda mais escandaloso, com caráter ainda mas iníquo, mais agressivo, mais contundente, porque é mantê-la, então, apenas para aqueles cujos rendimentos são acima de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros *(Muito bem!)*.

A questão da democratização do capital através das ações ao portador é outro problema que tem sido freqüentemente suscitado nos debates nesta casa, e que me parece também profundamente discutível. As sociedades anônimas são, depois do Estado, talvez a maior instituição da história moderna. O Estado é sem dúvida a maior instituição moderna no campo do Direito Público, e assim me exprimo porque sou dos que consideram o Estado como uma das instituições sociais. Não compreendo como se pode supor que o Estado seja a incorporação de todas as forças sociais. Ainda estou com o Evangelho, naquela parte em que faz diferença entre o que é e o que não é de César. Mas, se o Estado é o maior instituto de Direito Público, as sociedades anônimas são a maior de todas as instituições de Direito Privado. Elas possibilitaram a formidável expansão do capitalismo moderno, possibilitaram empreendimentos gigantescos, para não irmos mais adiante, o Canal de Suez, possibilitaram os grandes bancos, as grandes ferrovias, tudo que há de bom e de mau no capitalismo moderno; tudo que há de mau, porque é também através das sociedades anônimas que se criou a terrível e cancerosa proliferação das indústrias de armamentos em todo o mundo, aquela indústria que os alemães chamavam de *Man in Dunkel,* o homem na escuridão.

Mas, Sr. Presidente, essa grande instituição do direito moderno, que são as sociedades anônimas, tem aspectos que não podem deixar de chamar atenção dos juristas.

Sob estes aspectos dois livros existem, escritos ambos no país onde esta instituição encontrou seu mais formidável florescimento, que são os Estados Unidos: o livro do Sr. Adolfo Berle, antigo embaixador no Brasil, e que se chama *Modern Corporations and Private Property* – As Modernas Sociedades Anônimas e a Propriedade Privada; o outro livro é mais recente, um estudo famoso de um professor da Faculdade de Filosofia de Nova Iorque, James Burnham, *The Managerial Revolution* – A Revolução dos Gerentes.

Através desses dois livros o mesmo fenômeno se observa. Este fenômeno é a aristocratização das sociedades anônimas, é a concentração de todos os poderes existentes naquelas aparentemente mais democráticas sociedades anônimas ou seja, por exemplo na American Telephone and Telegraph que é indicada como sendo a sociedade anônima mais democrática do mundo, porque tem mais de seiscentos mil acionistas. Estes livros estudam o processo interno da aristocratização dessas sociedades, por meio do controle do seu gigantesco potencial por grupos cada vez mais reduzidos de pessoas que muitas vezes nem sequer são acionistas. No livro de Berle estuda-se a formação daqueles grupos pequenos que, mercê de uma atividade que se pode

chamar política, reúnem em suas mãos a grande massa eleitoral dos acionistas, para administrar a sociedade em seu próprio interesse como se fosse em nome de terceiros.

No livro de Burnham estuda-se, mais do que isso, aquele domínio exercido sobre as sociedades anônimas pelos gerentes, pelos *managers,* que nem sequer são, as mais das vezes, acionistas das mesmas.

Assim, quando falamos na democratização do capital através dessas empresas de interesse privado, não devemos esquecer que esta democratização do capital é também temperada por muitos aspectos que, na verdade, não contribuem senão para aristocratizar esse capital disseminado nas mãos potentes de alguns grandes chefes de empresa, que exercem um poder político, econômico e social extraordinário.

O Sr. Daniel Faraco – Permita o nobre Deputado. V. Exª mencionou problemas da democracia econômica que existem também na democracia política. Mas V. Exª, não vai, porque existem problemas difíceis de resolver na democracia política, pretender que se suprima a democracia política e os meios de atingi-la. V. Exª poderia indicar que outros meios podemos encontrar para a democratização da propriedade industrial, senão a disseminação das ações?

O SR. AFONSO ARINOS – Não. Estou de acordo com V. Exª, em que, realmente, não existe um processo conhecido que possa substituí-lo. Apenas permito-me dizer que a invocação contínua da sociedade anônima, como sendo um instrumento ideal de democratização de capital, precisa ser admitida com certa cautela, porque nem sempre a sociedade anônima exerce exclusivamente esse papel. E onde ela o exerce – e é neste ponto que eu queria chegar – é naquelas sociedades anônimas onde as grandes massas de capital podem-se acobertar atrás do anonimato. Isto é que não existe nos Estados Unidos. *(Apoiados.)*

A questão dos Estados Unidos tem sido considerada aqui várias vezes, e de maneira que nem sempre corresponde aos fatos. Realmente, nos Estados Unidos existem duas espécies de ação: as ações que se destinam ao lucro fácil, na bolsa, através do jogo de preços, são as ações de aventura, são as ações que o cidadão americano, movido por um sentimento muito peculiar daquele povo, adquire exclusivamente para efeito de jogo, para obter um rendimento com flutuação de preços na bolsa, e existem as outras ações, aquelas que se destinam exatamente a contribuir com um dividendo, ou com uma renda, para a economia do seu proprietário. São duas coisas completamente distintas, nos Estados Unidos, estes dois grupos de ações.

O primeiro muito menor do que o segundo; ações de aventura, de exploração de jogo, e lá a flexibilidade da lei das sociedades anônimas é tal que, às vezes, a ação tem o valor nominal atribuído pela própria direção da empresa no momento que deseja.

Dizia eu: as primeiras ações não ficam registradas no nome do proprietário, visto como ele não as compra com o interesse de mantê-las permanentemente no seu poder, a fim de auferir rendas; tais ações são registradas no nome dos intermediários,

que efetuam essas compras; são os corretores, e que dão aos seus comitentes uma espécie de ressalva por fora, na qual manifestam a propriedade efetiva daquelas ações. Mas, esses corretores pagam os impostos e recebem dividendos. De fato, existe, realmente, uma propriedade oficial daquelas ações: são as casas de corretagem.

As outras, as ações que o indivíduo incorpora definitivamente ao seu patrimônio, para auferir rendas, são invariavelmente registradas no nome do seu proprietário. Não ignoro que a lei não impede a existência de ações ao portador, ou não impõe sejam elas nominativas. A este argumento tem-se respondido – e ainda hoje o ilustre autor do projeto o fez – com argumento mais forte. É mais uma razão para nos convencer de que estes títulos não são necessários ao desenvolvimento pacífico do capitalismo nacional, pois, se o fossem, seriam aplicados naquele país onde não há este impedimento e onde o capitalismo se desenvolveu com o maior vigor.

As ações nos Estados Unidos – dizia eu – são por conseqüência nominativas praticamente; na Inglaterra são nominativas, praticamente. E as demonstrações oferecidas, em matéria de direito continental europeu, são também da maior importância, e nos devem fazer refletir muito. Tanto na Itália, como na França, não se pode negar, há uma tendência geral observada na evolução do direito, no sentido do maior controle das ações ao portador. Mesmo no Brasil, observamos o número cada vez maior de empresas cujas ações obrigatoriamente só podem ser nominativas, a começar pelas imposições constantes da Constituição Federal.

Assim sendo, penso que, sem abusar por mas tempo da atenção dos meus ilustres colegas, pude desincumbir-me mediocrimente, *(não apoiados),* como sempre, mas com a habitual sinceridade e a habitual boa-fé, do encargo que me foi naturalmente outorgado, como Relator da Comissão de Constituição e Justiça, de aqui defender nossa posição e nosso parecer.

Estamos, Sr. Presidente, convencidos de que votamos bem; votamos patrioticamente, não apenas no sentido fiscal, como no sentido social e no sentido moral. No sentido fiscal, é até curioso sejamos nós, ou seja eu, representante confesso e obstinado da oposição, quem venha nesta Casa defender a captação de maiores recursos para uso do governo ao qual me oponho; mas é que queremos, como já o fez o ilustre Deputado Bilac Pinto, demonstrar a possibilidade de o recolhimento de recursos copiosos e abundantes, recursos fortemente satisfatórios para enfrentar aquelas necessidades de aparelhamento dos serviços públicos, que continuamos a proclamar inadiáveis e cuja supressão continuamos a declarar erro que muito se aproxima de crime. *(Palmas.)*

Não estamos, assim, senão permanentemente agindo na mesma direção, demonstrando que podemos conseguir, por atos de moralização elementar, por atos que não infringem a Constituição, por atos que não subvertem o direito, recursos capazes de permitir ao governo Federal executar aqueles serviços de sua competência.

Nestas condições, Sr. Presidente, é que me animo a apelar para a Câmara dos Deputados de 1951, para esta Câmara dos Deputados integrados no espírito do seu

tempo, no sentido de que não dê ouvidos àquelas ameaças, as mesmas sempre formuladas contra as leis progressistas neste país; ameaças, que fizeram com que os abolicionistas estacassem, em face de uma revolução que se dizia processar; ameaças que têm paralisado, muitas vezes, por um sentimento natural de prudência, o batimento de tantos corações patriotas.

Sr. Presidente, apelo para os deputados de 1951, no sentido de que aprovem este projeto, porque ele corresponde aos imperativos mais vigorosos da utilidade pública, da necessidade pública e da moralidade pública. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).*

Preconceito racial

5-7-1951

O SR. AFONSO ARINOS *(Para explicação pessoal)* (*) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao apagar das luzes desta sessão, é-me particularmente grato ir à tribuna, em ligeira explicação pessoal, agradecer, em primeiro lugar, as generosas palavras do ilustre Deputado Coelho de Sousa, cuja atuação em prol da cultura nacional é de nós sobejamente conhecida, desde o tempo em que S. Exª exerceu, com tanto fulgor, altas posições políticas e administrativas no seu Estado natal.

Mas, realmente, não devo agradecer pessoalmente as palavras de Sua Excelência, porque o projeto que ontem, pela sanção do Exmº Sr. Presidente da República, se transformou em lei, não é nem deve ser considerado obra individual de nenhum membro do Congresso Nacional e, sim, obra coletiva de compreensão e de progresso intelectual de todo o Congresso Nacional.

Na verdade, é extremamente significativo que o meu projeto não tenha sofrido nesta casa, nem no Senado, a mais leve impugnação. As duas únicas emendas incorporadas ao seu texto foram por mim mesmo apresentadas, no intuito de completá-lo. É-me até grato, Sr. Presidente, recordar aqui que o relator da proposição no Senado, o ilustre Senador Aloísio de Carvalho, que é como todos sabemos um expoente das letras jurídicas e penais do país, apontou certas imperfeições que o projeto continha, quando analisado do ponto de vista técnico-penal, acentuando, entretanto, que, embora ciente dessas imperfeições, dar-lhe-ia parecer favorável sem qualquer emenda, a fim de não retardar o andamento da proposição.

Veja, portanto, V. Exª, Sr. Presidente, que a obra não foi absolutamente minha. Não fui mais do que um insuficiente instrumento da expressão de um estado de consciência coletiva, que se refletiu normal e verdadeiramente no estuário da consciência nacional, que é o Parlamento brasileiro. Esta é uma lei – não me pesa nem é

* Não foi revisto pelo orador.

prova de vaidade dizê-lo – que honra o Congresso, porque é uma lei que coloca o Congresso na vanguarda de todo o pensamento político, de todo o pensamento sociológico, de todo o pensamento científico da época moderna em relação a esta matéria.

Aliás, era tradição do pensamento brasileiro a luta contra a discriminação racial. Nos tempos da Colônia, na minha terra de Minas Gerais, quando os intelectuais se reuniam nas conspirações de que deveria sair aquele admirável movimento que foi a Inconfidência Mineira, já Alvarenga Peixoto, entre as preocupações que mais o atraíam, nos debates coletivos, ressaltava exatamente a necessidade da abolição dos escravos. V. Exª, Sr. Presidente, encontrará, nos *Anais da Inconfidência,* publicados pelo Ministério da Educação, a prova material do que acabo de asseverar. A abolição estava no programa dos inconfidentes. Posteriormente, um dos maiores homens de Estado do país, que foi o primeiro José Bonifácio, colocou a abolição entre os seus planos de governo.

Não precisamos rememorar a atividade de homens que, durante o Império, se bateram pela causa contrária à discriminação racial – homens como Perdigão Malheiros, autor de trabalho ainda hoje admirável sob tantos pontos de vista; homens como Rebouças – para que, no fim do Império, esse movimento insuperável viesse florir e se espraiar na obra imortal de Rui Barbosa, em seu grande parecer sobre a emancipação, e nos discursos admiráveis de Joaquim Nabuco, dentro e fora desta casa do Congresso.

Sr. Presidente, eu não fiz mais, não fizemos mais, nós outros, senão seguir uma linha em que o Brasil é realmente um exemplo para o mundo, a linha da democracia racial.

Modernamente, os estudos de Nina Rodrigues, os estudos de Artur Ramos, os estudos de Ulisses Pernambucano, para só falar dos mortos, e até hoje toda a nova escola de sociologia de Recife, que podemos sintetizar na figura do eminente sociólogo Gilberto Freire, têm contribuído; de forma decisiva, para que nosso país seja acolhido, seja admirado, seja respeitado em todos os círculos do pensamento mundial, com relação aos problemas da antropologia cultural e da antropologia social.

Falo como descendente de antigos senhores de escravos. Lembro-me, ainda, Sr. Presidente, na minha infância, das figuras veneráveis da negra Raquel e da negra Beatriz, que morreram em nossa casa, escravas que foram dos meus avós. Lembro-me do carinho com que eram recordados os negros como Flor, como Joaquim Mironga, como Pedro Barqueiro, como tantos outros que passaram a tipos literários, imortalizados pelas páginas do primeiro Afonso Arinos. Falo, em conseqüência, como homem que se criou no respeito, na admiração e na ternura pela raça negra, que formou o Brasil. Nós nos formamos embalados pelos braços dos negros. Nós nos criamos, progredimos, enriquecemos, alimentados pelo trabalho e pelo suor dos africanos. E foi para mim motivo de revolta íntima, foi para mim sempre motivo de protesto incontido da minha consciência democrática de brasileiro, o espetáculo deprimente que oferecia o nosso país, no momento em que a Constituição Federal proíbe as discriminações de raças, saber eu que o Itamarati negava entrada aos

negros, sob especiosos argumentos, e que na Marinha e na Aeronáutica, recusava-se entrada aos candidatos negros, sob os mesmos pretextos inconfessáveis. Por conseqüência, foi cedendo a uma linha de coerência do pensamento nacional, foi cedendo a uma tradição de ternura, de afeto e de admiração que herdei dos meus maiores, foi sobretudo atendendo à consciência que encontrei formada e resoluta no Congresso Nacional, que modestamente me prestei a servir de instrumento para esse alto desiderato da nossa cultura.

Já que estou falando nesta casa, já que estou fazendo o retrospecto de idéias neste recinto, pediria à Câmara dos Deputados do Brasil que se lembrasse, no dia de hoje, da figura notável de Monteiro Lopes, o primeiro e grande deputado negro que inaugurou, em 1909, sua campanha, sua batalha pela libertação econômica e racial dos negros. Monteiro Lopes foi o pioneiro da raça no Brasil, precursor de todas as novas idéias que hoje nos empolgam e arrastam. Penso fechar essas minhas comovidas palavras de saudação ao Congresso Nacional – porque quero saudar neste momento o Congresso Nacional – recordando o grande nome de Monteiro Lopes e recomendando-o à admiração dos nossos contemporâneos.

Sr. Presidente, muito de propósito, estabeleci no meu projeto que se desse o prazo de 15 dias para sua entrada em vigor, apelando para nossos companheiros da imprensa, principalmente para nossos companheiros das estações de rádio, para que chamem a atenção para esse prazo, a fim de que no seu transcurso se prepare a opinião nacional para a aceitação dessa medida, para a aplicação dessa lei, a fim de que não encontre na sua execução qualquer reserva, qualquer óbice, qualquer obstáculo, como não encontrou no seu transcurso dentro das casas do Parlamento nacional.

Com estas palavras, Sr. Presidente, desejo mais uma vez, agradecendo ao Deputado Coelho de Sousa, manifestar minha admiração, minha alegria e minha confiança num Congresso como este, que sabe respeitar o passado, compreender o presente e engrandecer o futuro do nosso país. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Ações ao portador

9-7-1951

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho mais uma vez à tribuna, depois de terem falado, como relatores, respectivamente, das Comissões de Finanças e de Economia, os ilustres Deputados Israel Pinheiro e Alberto Deodato, na qualidade de relator da Comissão de Constituição e Justiça, a fim de defender esta proposição e o voto quase unânime que a ela demos naquele órgão.

O Sr. Israel Pinheiro – Não falei na qualidade de relator, e, sim, em nome do relator, que foi o Deputado Lauro Lopes.

O SR. AFONSO ARINOS – Peço perdão a V. Exª, mas, tinha interpretado "falar em nome de", no mesmo sentido que "na qualidade de". Não creio que na minha interpretação esteja muito longe da verdade.

Sr. Presidente, já que me fala o Deputado Israel Pinheiro, aproveito a oportunidade para responder a S. Exª com uma outra frase de João Pinheiro. S. Exª referiu-se no seu discurso e mencionando meu nome a um pronunciamento de seu ilustre pai, opinião manifestada pelo grande homem que Minas ofereceu ao Brasil. Infelizmente, teve ele, pela morte, cortada a sua carreira, antes de atingir o seu natural desenvolvimento.

Ali está ele, naquela tela, da sua tribuna, como a nos observar e às nossas respectivas atuações. Ali está João Pinheiro *(o orador mostra o painel existente no fundo do recinto)*. Não está entre os que aparecem em baixo, mas é aquela figura histórica que se desenha no canto da tribuna e observa o seu ilustre filho e, também o filho de um de seus amigos. E assim como João Pinheiro disse o que há pouco relembrou o ilustre Deputado Israel Pinheiro, teve, também, outra frase, sobre a qual desejo chamar a atenção desta Câmara. Assim se expressou João Pinheiro – e não sei se minhas palavras serão exatamente as que pronunciou, mas muito se devem aproximar do seu pensamento: – Sobre a experiência dos velhos, que é tolerante, e sobre a esperança dos moços, que é generosa, havemos de construir a República. Ora, Sr. Presidente, é exatamente apelando para a experiência dos provectos membros da Comissão de Finanças, que não chamei de velhos, mas procuro situar na posição conservadora nesta casa, e ressaltando o ponto de vista da Comissão de Justiça, no caso, incorporando ao seu acervo a orientação da juventude jurídica, que insisto na frase de João Pinheiro: – Sobre a experiência dos velhos, que é tolerante, e sobre a esperança dos moços, que é generosa, havemos de construir o futuro da República. Porque o futuro da República não se compadece com esses terrores místicos, com essas reminiscências vãs, com esses pavores quase sobrenaturais com que nos desejam fazer considerar aqui o projeto do ilustre Deputado Lúcio Bittencourt. O parecer do meu eminente e prezado amigo Alberto Deodato me é muito caro, mas a verdade é que a opinião de S. Exª se choca frontalmente com a não menos aceitável, com a não menos respeitável e acompanhável de muitos outros juristas que de S. Exª divergem. Posso citar, por exemplo, desta tribuna, a opinião de um dos mais eminentes comercialistas desta geração, que é o Sr. Senador Ferreira de Sousa. Não se pode incriminar, no Senador Ferreira de Sousa, quaisquer atitudes demasiadamente aventurosas no trato dos problemas jurídicos. Se S. Exª pudesse ser qualificado, em rigor e com justiça, seria, antes, na chave dos juristas conservadores.

Ora, Sr. Presidente, o ilustre Professor Ferreira de Sousa, catedrático da disciplina na Faculdade Nacional de Direito, encareceu, ainda há pouco, quando comigo em conversa pessoal, o acerto e ajustamento do nosso projeto às novas tendências do Direito Comercial e às necessidades efetivas da nossa economia.

O Sr. Israel Pinheiro – As leis econômicas nunca acompanham, certamente, as leis jurídicas, principalmente nos países como o nosso, ainda em evolução. No Brasil da beira-mar a situação é uma, as facilidades são diferentes. No do interior, tudo se passa como V. Exª bem conhece.

Este é o grande problema.

O SR. AFONSO ARINOS – Respondo ao ilustre aparteante declarando que, de fato, a economia não acompanha o direito, mas o direito, sim, acompanha a economia. E, exatamente, a diferenciação que se estabeleceu nas bases econômicas da nossa vida social é que sugere, exige, reivindica uma transformação completa da cobertura jurídica e da cobertura legal. E justamente porque estou de acordo com S. Exª, que reconhece as transformações da base de nossa economia, reivindico para a Câmara o direito de transformar a organização jurídica que sobre tal economia se assenta. *(Palmas.)* Por que, Sr. Presidente, temos de aceitar a tese de que devemos acompanhar *pari passu,* de que devemos seguir servilmente todas as etapas atravessadas pela evolução do capitalismo nos outros países? Se atingimos uma forma de capitalismo pré-industrial e de capitalismo financeiro antes de atravessarmos as fases da revolução industrial, do feudalismo, que os outros países atravessaram por que motivo, na hora de debatermos as leis jurídicas, havemos de exigir que o nosso país siga todas aquelas etapas que os outros seguram e nós não, para atingir à atual situação? Nesta conjuntura, nesta ordem de considerações, seguindo esta linha de raciocínio, teríamos, em boa lógica, de negar assentimento a toda legislação protetora do trabalho, porque esta só se veio instalar nos países capitalistas, depois de terem eles vencido uma etapa que não chegamos a atravessar. *(Palmas.)*

É, por conseqüência, invocando a lei sociológica, a lei plenamente assentada, a lei indiscutivelmente reconhecida de desenvolvimento desigual do capitalismo – lei que nenhum sociólogo recusa, que nenhum economista repele, lei, repito, de desenvolvimento desigual do capitalismo – que poderemos ter esperança de que o talão de ferro do qual falava Jack London não venha sobre o Brasil, com peso esmagador que ofereceu nos países de desenvolvimento capitalista mais antigo. *(Palmas.)*

Poderemos chegar a uma etapa de transição capitalista, sem evitar o trabalho exaustivo dos menores, sem evitar a exploração de mulheres, sem evitar a rapinagem dos trustes que nos Estados Unidos e na Inglaterra causaram, no século passado, expansão imperialista e lutas de ferro e sangue espalhadas por todos os continentes. Teremos de aceitar as bases econômicas de nosso liberalismo; teremos de aceitar a livre empresa e a propriedade privada tal como existentes na nossa Constituição; mas, temos de aceitá-las de acordo com a possibilidade de reajustar nosso desenvolvimento econômico-social, a fim de colocá-la na vanguarda de todos os países que mais adiante surgem nessa linha.

O Sr. Israel Pinheiro – Temos de ajustá-lo de acordo com as nossas leis.

O Sr. Alberto Deodato – Não são as ações ao portador que vão evitar tudo isso.

O SR. AFONSO ARINOS – Então, se não são elas, por que oposição a essa lei? Por que essa fúria destrutiva com que os nobres aparteantes se aferram contra nós? Se elas não têm essa importância, a importância é a elas atribuída por V. Exªs *(Palmas.)*

O Sr. Alberto Deodato – A fúria não é nossa.

O Sr. Rui Santos – V. Exª nobre orador, não observa quantas cabeças brancas o aparteiam?

O Sr. Alberto Deodato – Como V. Exª coloca a questão no terreno das doutrinas velhas contra as doutrinas moças, quero dizer que não me sinto tão velho assim.

O SR. AFONSO ARINOS – Aliás, V. Exª, nobre Deputado Alberto Deodato, sabe que o ilustre governador Milton Campos dizia que V. Exª era cabeça branca por fora, mas loura por dentro. É a juventude, a alegria, a espontaneidade.

Mas, Sr. Presidente, notei que as observações contrárias são apoiadas em testemunhos, em pontos de vista, em declarações, em opiniões de todas as classes e corpos representativos, dos grupos que possuem ações ao portador. São elementos extremamente respeitáveis, mas sem dúvida parciais, por serem ligados à Bolsa de Valores, à Associação Comercial, à Associação dos Industriais. Mas, senhores, muito mais numeroso do que estes, são aqueles que não possuem nenhuma ação ao portador. *(Muito bem!)* e é em nome deles que falo. Estamos numa democracia e é em nome da maioria daqueles que não possuem ações e não têm organizações vastas para se fazerem ouvir com acatamento e atenção.

O Sr. Fernando Ferrari – Neste instante em que V. Exª brilhantemente cita o testemunho dos interessados nesse debate, não nos deveremos esquecer dos testemunhos fundamentais para o esclarecimento dos representantes da nação. Refiro-me aos dois últimos governos: o do Sr. General Eurico Gaspar Dutra, e o do Sr. Getúlio Vargas. Ambos, com a responsabilidade que lhes é peculiar nos documentos oficiais que aí estão, lançaram, por assim dizer, o mais violento ataque aos títulos ao portador – a mensagem do Sr. Guilherme da Silveira e a mensagem do Sr. Getúlio Vargas, que se encontram nesta casa. Os dois documentos, repito, são oficiais e sobre eles deveremos raciocinar ao darmos nosso veredito.

O Sr. Lauro Lopes – Tributar é uma coisa, extinguir é outra. O nobre Deputado Fernando Ferrari incorre num equívoco. O Sr. Getúlio Vargas, em sua mensagem ao Congresso não se insurge contra as ações ao portador, mas contra a diferenciação, contra a desigualdade da tributação das ações ao portador. Por isso mesmo, a Comissão de Finanças sugere aumento de tributação das ações ao portador.

O SR. PRESIDENTE – Atenção. Peço aos Srs. Deputados que não mais aparteiem o orador, porque S. Exª não dispõe de tempo para conceder mais apartes.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado, Sr. Presidente, e apelo para a bondade dos ilustres colegas.

Há ainda uma razão que demonstra, de forma irretorquível, a maneira, não direi leviana, porém precipitada, sem dúvida alguma, pela qual se manifestaram muitos dos corpos organizados cuja voz se tem feito ouvir neste plenário. Ainda há pouco o nobre colega Sr. Israel Pinheiro fazia-se portador do apelo lançado pela organização dos corretores de títulos imobiliários na Bolsa de Valores e, se não estou enganado, das declarações lidas por S. Exª consta uma passagem que mostra o alheamento completo dos signatários às realidades com que estamos manejando.

Dizem eles que a transmissão *causa mortis,* além de outro exemplo citado, não é de molde a trazer grande rombo à Receita Federal.

Ora, é elementar, do be-a-bá da distribuição de rendas da Constituição que a transmissão, tanto a *causa mortis* como a *intervivos*, são assuntos, são impostos de competência estadual. Vejam os nobres colegas: a questão da transmissão *causa mortis,* exatamente uma das mais importantes que nos levam a nós representantes dos estados, a insistir na aprovação do projeto...

O Sr. Luiz Garcia – Aliás tive ocasião de focalizar esse aspecto da repercussão na economia dos estados na modesta contribuição que dei ao projeto do Sr. Lúcio Bittencourt.

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Luiz Garcia – O erário público estadual é grandemente prejudicado pela transmissão das ações ao portador por ocasião das partilhas, antes e depois da morte, eis que a transmissão indireta evita pagamento.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado. Urge, terminar, porque meu tempo está quase esgotado.

Insisto para que a Câmara note que realmente não nos queremos ater simplesmente ao problema fiscal.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Peço a V. Exª ainda que proclame o aspecto moral e constitucional.

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Inúmeros negócios não podem ser praticados por indivíduos que têm conexão com o Congresso e com outros ramos da administração pública. Os deputados não podem comerciar, contratar, empreitar com o governo,

por princípio elementar de moralidade; os diretores de departamentos e órgãos de construção, de serviços públicos, nem seus parentes ou aderentes. E foi esse o único meio de se fazer luz sobre os negócios excusos.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência muito bem adiantou, com habitual lucidez e brilho costumeiro, as considerações com que pretendia terminar meu discurso.

Realmente o ponto de vista da Comissão de Justiça, que aqui defendo, é que o assunto não se cinge, não se restringe, não se limita, ao problema fiscal. Tem âmbito muito mais largo; tem desígnios muito mais amplos, tem propósitos muito mais alevantados, quais sejam os de atender aos interesses de moralidade da administração pública e da decência das relações entre o poder e o capital. *(Palmas.)*

Queremos identificar onde está o capital, onde se esconderam as forças obscuras que regem e orientam muitos dos movimentos dessa complicada máquina da administração pública. É nesse sentido que apelamos para os Senhores Deputados.

O Sr. Fernando Ferrari – Se for necessária uma revolução econômica para bem do Brasil, aí está ela, e deve ser feita.

O SR. AFONSO ARINOS – Não desejo de maneira alguma, menoscabar o pronunciamento das ilustres comissões de Finanças e de Economia. Posso dizê-lo com tranqüilidade de espírito, porque ficou patenteado, pelos discursos dos nobres relatores daqueles órgãos técnicos, que seus propósitos se referiam exclusivamente ao aspecto fiscal da proposição. Respeito a opinião dos ilustres companheiros dessas comissões, que, como nós, não têm outro objetivo senão atender aos superiores interesses da nação. Isto por mim está dito, está declarado está confirmado com abundância d'alma e calor de coração.

Devo dizer, entretanto, Sr. Presidente, que, passando embora sobre a premissa de que o assunto fiscal não é tão ponderável, visto que os elementos compulsados pelo Sr. Deputado Lúcio Bitencourt demonstraram que a perda orçamentária é muito inferior e possivelmente não se dará: pondo de lado o ponto de vista fiscal, repito, que é o dessas ilustres combinações, declaro que existe aí outro ponto de vista, para o qual o plenário da Câmara deve estar atento: é a herança dos barões, que se transmitiu para os tubarões. *(Palmas.)* O medo das leis progressistas é que continuou através da nossa História.

Os barões do Império são os tubarões da República. *(Palmas.)* Assim como, no Império, o poder distribuía a graça do baronato, hoje, no regime presidencial, o poder deseja distribuir a graça do tubaronato! *(Muito bem! Palmas. O orador é vivamente cumprimentado).*

Radiotransmissão

23-7-1951

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o Sr. Afonso Arinos, em explicação pessoal.

O SR. AFONSO ARINOS – (Para explicação pessoal) (Não foi revisto pelo orador) – Agradeço, preliminarmente, ao ilustre Presidente, Senhor Deputado Nereu Ramos, a oportunidade que me oferece para, em prosseguimento às observações aqui formuladas pelo líder de meu partido, Senhor Deputado Soares Filho, aduzir algumas novas considerações a respeito do recente decreto do Poder Executivo, publicado no Diário Oficial do dia 20 corrente, e que se propõe regularmentar as atividades ligadas à radiodifusão no território nacional.

Procurarei, na medida do possível, dar ao meu discurso caráter exclusivamente técnico-jurídico, visto que a repercussão política, promanada do referido diploma legislativo – e assim o chamo porque é pacífico que os decretos do Executivo constituem leis materiais – já foi suficientemente analisada, através da palavra do líder Soares Filho.

Assim, Sr. Presidente, *sine ira ac studio,* exclusivamente no propósito de fornecer, sem qualquer eiva de vaidade ou de estulta pretensão, inclusive, ao Sr. Presidente da República, elementos que o habilitem a melhor exame da matéria, procurarei fazer a demonstração da inconstitucionalidade do decreto.

Atendo, desde logo, à arguição formulada pelo meu prezado amigo, o ilustre Sr. líder da maioria, no sentido de que não compete ao Congresso Nacional proceder à declaração da inconstitucionalidade das leis. Eu o reconheço. Estou convencido de que esta é matéria privativa, da competência do Poder Judiciário. Tal convicção, porém, a meu ver, não invalida nossa competência para, no exercício de legítimo direito de proteção e preservação do âmbito de nossa influência, como poder soberano, fixarmos aquelas reservas necessárias quanto à falta de técnica jurídica e de fundamento constitucional do aludido diploma.

Em primeiro lugar, devemos considerar que a própria terminologia utilizada pela legislação brasileira, a partir de 1930, é variável e se presta a contínuas confusões.

Decreto, de acordo com a tradição do Direito Público, nacional e estrangeiro, é aquela decisão tomada pelo Poder Executivo, em matéria da sua competência.

As Ordenações Filipinas já diziam que decreto, em especial, constitui a resolução primária do rei, é por ele assinado com a sua rubrica e diz respeito, regularmente, a casos especiais. Já se distinguiam, desde o tempo da colônia, os decretos das cartas de leis e dos alvarás, que eram propriamente as deliberações tomadas pelo soberano, no exercício da sua função precipuamente legislativa. A carta de lei, por sua vez, diferia do alvará, porque continha disposição de natureza permanente que criava, permanentemente, direito novo, somente renovável por outra carta de lei

subseqüente. O alvará, também com força de lei, era, entretanto, lei temporária, com duração limitada ao prazo de um ano, consoante as próprias Ordenações.

Este entendimento tradicional se manteve na doutrina jurídica e – poderei dizer – tanto na doutrina nacional como na estrangeira.

Uma das melhores definições de decreto, sobretudo do decreto regulamentar, é a do ilustre constitucionalista Léon Duguit, quanto diz que, segundo a terminologia, hoje possivelmente considerada como estabelecida em definitivo, se dá o nome de regulamento a todas as decisões que contenham disposições por via geral e emanem de um órgão diferente daquele que, segundo a Constituição do país, tem o caráter de órgão legislativo.

Assim sendo, não se pode negar aos decretos seu caráter legislativo. O decreto, indubitavelmente, é uma lei material, uma disposição, por via geral, que cria obrigações. Eventualmente é reforçado pela coerção do poder público. Acontece, entretanto, que esta lei material não constitui lei no sentido formal, isto é, não é lei cuja feitura se tenha processado de acordo com as estipulações constitucionais referentes à elaboração legislativa, ou melhor, à função legislativa ou ao trabalho do Poder Legislativo.

Chegamos, por conseguinte, à conclusão que se impõe, depois desse raciocínio: num país regido por uma Constituição que estabeleça um processo especial de legislação e uma competência específica para o Legislativo, somente a lei que dele se origine e que tenha sofrido as tramitações previstas nos artigos da Constituição relativos à elaboração legislativa, cria direito novo, em matéria da atribuição privativa daquele mesmo poder. Só a lei formal cria direito novo, dentro da função legislativa. O decreto e o regulamento são textos subsidiários que vêm esclarecer, pormenorizar ou completar as disposições substanciais estabelecidas na lei formal.

Não se pode dizer, preliminarmente, antecipadamente, que tal ou qual assunto seja matéria de lei ou de regulamento. O que se pode estabelecer, no texto constitucional, é uma discriminação de competência. A diferença entre lei e decreto provém da competência respectiva para expedição de decreto ou para elaboração de lei.

Daí, então, chegamos à conclusão de que é matéria legislativa aquele assunto que, pela Constituição, está afeta à competência do Congresso Nacional. E a conseqüência que, desta primeira conclusão, decorre, é a de que não pode o Executivo, no exercício de sua atribuição regulamentar, inovar em matéria que esteja, pela carta magna, adstrita à competência do Poder Legislativo.

O regulamento baixado pelo Presidente da República reforma as disposições anteriores existentes sobre a radiodifusão no Brasil. Essas disposições, segundo pesquisa a que pude, hoje, pela manhã, proceder na biblioteca desta casa, são as seguintes: 1º, Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931, que regula execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. Este decreto foi expedido – para isso chamo a atenção do eminente líder da maioria – segundo as atribuições conferidas pelos artigos 1º e 4º do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930. O decreto a que

acabo de me referir é, de fato, a Constituição provisória do período ditatorial, é aquela lei de ordem pública que estabeleceu as diretrizes fundamentais para o exercício dos poderes chamados discricionários, porque, por mais discricionários que fossem esses poderes – aqui devemos prestar uma justa homenagem aos homens que fizeram a revolução de 1930 – por mais discricionários repito, que fossem esses poderes, eles, desde o início, se pautaram e se circunscreveram às limitações estabelecidas no decreto a que acabo de me referir.

O Sr. Raul Pilla – Era ainda a força do ideal que havia inspirado o movimento.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

O Sr. Raul Pilla – Em pouco tempo se dissipou.

O SR. AFONSO ARINOS – Dizia eu, portanto, Sr. Presidente, que esse decreto institucional – note a Câmara que ele tinha o nome de decreto, e não de lei – era a Constituição do governo discricionário. Numa história rigorosa do Direito Constitucional brasileiro, este decreto deve ser considerado como uma das nossas Constituições outorgadas, tanto quanto a de 1824, tanto quanto a de 1937. Esta lei de magna importância na evolução das nossas instituições políticas também se chamou decreto.

O Decreto nº 20.047 – repito – foi expedido de acordo com as atribuições conferidas pelos artigos 1º e 4º da lei institucional do governo Provisório.

O art. 1º dizia o seguinte:

> "O governo Provisório exercerá, discricionariamente, em toda a sua plenitude, as funções e atribuições não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita, a Assembléia Constituinte estabeleça a reorganização constitucional do país."

O art. 4º dispunha:

> "Continuam em vigor as constituições Federal e estaduais, as demais leis e decretos federais, sujeitos às modificações e restrições estabelecidas por esta lei..."

o decreto referido,

> "... ou por decretos, ou atos ulteriores do governo Provisório."

Assim, todos os decretos, expedidos no exercício das atribuições contidas nos artigos que acabo de ler, eram leis materiais e eram leis formais, porque expedidas pelo Poder que se tinha atribuído o exercício do Legislativo.

Portanto, Sr. Presidente, o Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931, era lei. Lei, igualmente, era o Decreto nº 21.111, de 1º de março de 1932, que aprovou o Regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicações no território

nacional. Era lei, porque, segundo o mesmo raciocínio que acabo de desenvolver, foi expedido de acordo com as atribuições dos artigos 1º e 4º do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930.

O Sr. Gustavo Capanema – Até aqui estava de pleno acordo com V. Exª. Já agora, porém V. Exª afirma tese que devo contestar. Oportunamente, mostrarei que, de 1930 a 1934, durante o governo Provisório, o governo tanto fazia leis, como fazia regulamentos. A história do país está, neste período, cheia de leis e regulamentos. O governo operava, simultaneamente, como Poder Legislativo e como Poder Executivo, segundo disse há pouco V. Exª, lendo o texto institucional primitivo. Agora, o que V. Exª faz, neste momento, conferindo caráter de lei ao regulamento de 1932, equivale a afirmar que, nessa época, houve apenas leis, e não regulamentos. Neste ponto, contesto V. Exª. Estou de pleno acordo com V. Exª em que o decreto de 1931, sobre rádio, seja uma lei, como lei é o de 1934; mas o de 1932 é tipicamente, formalmente, um regulamento.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a intervenção de V. Exª e não estou muito longe de admitir possa V. Exª defender, com boas razões, a doutrina que acaba de sustentar. Quero, no entanto, deixar consignado nos Anais que a nossa divergência diz apenas respeito ao decreto indicado por V. Exª como sendo um regulamento e não às minhas afirmativas anteriores relativamente ao Decreto de 1931. Isto deve ficar perfeitamente claro, se bem que eu pense de maneira diferente. Desde que o Regulamento, conforme chama o eminente líder da maioria, tenha sido expedido no exercício de atribuições legislativas e tenha sido expedido por um decreto que o Presidente da República sancionou, no exercício dessas mesmas atribuições, ele *ipso facto,* passa a ser lei, porque o art. 1º da lei institucional atribuirá aos papéis chancelados pelo chefe do governo, usando desse mesmo artigo, o caráter de lei.

O Sr. Gustavo Capanema – Para V. Exª naquele período, houve lei e não regulamento.

O SR. AFONSO ARINOS – Houve regulamentos nos quais não se fazia menção ou apelo ao Poder Legislativo para expedição dos mesmos. Mas, desde que o regulamento surgisse patrocinado por apelo feito ao exercício do Poder Legislativo passava a ser lei. Não vou, porém, discutir com meu prezado colega e douto constitucionalista sobre matéria que é de detalhes.

O Sr. Gustavo Capanema – Para o caso é da maior importância.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª verá que não é porque as modificações – digamos assim – levadas a efeito pelo atual decreto, conforme poderei demonstrar oportunamente, dizem respeito tanto ao regulamento a que V. Exª se refere, com este nome, como ao decreto que V. Exª aceitou como estando incluído no caráter de lei. Não sei se me fiz entender.

O Sr. Gustavo Capanema – Perfeitamente. Quero deixar bem claro, ante o espírito de V. Exª e para esclarecimento da matéria perante o povo, que nos devemos colocar em face do governo Provisório, a meu ver, como diante de um Poder ao mesmo tempo Legislativo e Executivo.

O SR. AFONSO ARINOS – Estou de acordo com V. Exª.

O Sr. Gustavo Capanema – A parte legislativa estabelecia leis, estabelecia um mandamento que só por outra lei podia ser modificado. Quando regulamentava, estabelecia um conjunto de disposições que podiam ser alterados pelo regulamento. Voltando o país ao regime constitucional, pergunto: quem poderá modificar aquilo que, no governo Provisório era lei? Somente o Poder Legislativo. Quem pode, no entanto, modificar aquilo que, no governo Provisório, era declaradamente Regulamento? O poder atual de regulamentar, que é o Presidente da República.

O Sr. Raul Pilla – Permita. Eu acrescentaria: pode ser modificado pelo Poder Executivo, que elabora os regulamentos e pode, com maioria de razão, ser modificado pelo Poder Legislativo, porque toda lei se sobrepõe a qualquer regulamento.

O Sr. Gustavo Capanema – É claro que isto é da natureza da própria vida legislativa. O Legislativo poderá transformar smpre um regulamento em lei, e, daí por diante, o Executivo não mais poderá modificá-lo.

O Sr. Raul Pilla – Mas é que V. Exª deu ao seu pensamento expressão muito rígida e exclusiva. Foi contra esta exclusividade que achei de bom alvitre manifestar-me.

O Sr. Gustavo Capanema – O pensamento é este e não pode ser outro.

O Sr. Raul Pilla – Então, estamos todos de acordo.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, o Decreto nº 24.655, de 11 de julho de 1934, que dispõe igualmente sobre a concessão e execução dos serviços de radiodifusão e dá outras providências, foi, também, expedido segundo as atribuições do artigo 1º do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930. É, por conseqüência, outra lei. Aliás, devo acentuar, de passagem, que o próprio Presidente da República reconheceu que esse Decreto nº 24.655 é uma lei, porque, num dos consideranda com que precede a parte expositiva do novo decreto, Sua Excelência declara, de modo expresso, que esse mesmo decreto número 24.655, nunca foi convenientemente regulamentado. Logo, Sua Excelência é o primeiro a declarar que se trata de lei, porque só as leis são regulamentadas.

Sr. Presidente, temos, assim, depois desta fastidiosa, porém, necessária exposição *(não apoiados)* provado, na opinião do líder da maioria e de seu modesto colega e

admirador que os dois diplomas a que se refere o decreto em discussão são leis no sentido material e no sentido formal.

Aceitava que o terceiro também o fosse. Mas, neste ponto não tenho a fortuna de me ver acompanhado pela douta opinião do ilustre colega.

Devia, agora, Sr. Presidente, entrar na segunda etapa de minhas exposição. É aquela que diz respeito à própria competência do chefe do governo neste atribulado, neste fluido, neste controvertido capítulo do Direito Constitucional, o poder regulamentar do Executivo.

Necessárias se tornam algumas palavras a respeito. Eu mesmo tive oportunidade, em declarações formuladas à imprensa vespertina desta cidade, de sustentar a constitucionalidade do ato do Sr. Presidente da República, no que toca à competência e ao poder de iniciativa. Esta declaração, mesmo, foi objeto de alguma confusão por parte dos amigos jornalistas que tiveram a bondade de ouvir-me. Eu me pronunciei, quando consultado – porque estou sinceramente convencido disso, conforme demonstrarei em breves instantes – sobre a constitucionalidade do Presidente da República expedir regulamentos autônomos. Agora, quando assim falei, não me referia naturalmente ao conteúdo mesmo do decreto que, aliás, não conhecia ao ser ouvido sobre a matéria. É justamente este conteúdo que apresenta vícios de inconstitucionalidade que me compete assinalar, em nome do meu partido.

Penso que o chefe do Executivo, em nosso regime, tem amplo poder regulamentar. Essa matéria de poder regulamentar é uma *vexatio quaestio*, não apenas conforme deixa transparecer o sardônico sorriso do Deputado Raul Pilla, no que diz respeito ao regime presidencial, como também no que toca ao regime parlamentar.

Realmente, a dificuldade para aceitação do poder regulamentar proveio, em começos do século passado, ou melhor dito, antes dessa época, da aplicação demasiado rigorosa do princípio jurídico da separação de poderes.

É sabido – e temos a respeito o depoimento, o testemunho sucessivo das repetidas Constituições escritas que governaram o povo francês – que desde 1791 as assembléias legislativas só com muitas reservas reconheciam ao Poder Executivo o direito de expedir decretos regulamentares, e isso em obediência ao princípio da separação de poderes.

A Constituição francesa, em 1791, veda a expedição de decretos regulamentares. Mas a prática da política e da administração, repetindo aliás o que se tinha dado na Inglaterra, demonstrou a impossibilidade do Poder Legislativo exercer, com todos os pormenores, todas as minúcias necessárias, a função de legiferar, e desde logo se foi estabelecendo, apesar da proibição constitucional, o costume das leis regulamentares expedidas pelo Executivo. Esse costume tomou, a princípio, em França, o nome de "proclamação do soberano", uma tradução defeituosa da palavra inglesa *proclamation*, porque na Inglaterra é que o poder regulamentar tinha sido ou vinha sendo exercido com o nome de proclamação. A chamada proclamação não era no fundo mais do que um poder regulamentar, que

excedia de muito o conteúdo efetivo, objetivo, da palavra proclamação. O Rei não proclamava a lei existente apenas para chamar a atenção sobre ela, proclamava, introduzindo na proclamação artigos que vinham completar e desenvolver o conteúdo da própria lei. Na Constituição do ano III e principalmente na Constituição do ano VIII, que deram nascimento às expressões posteriormente usadas por quase todas as constituições do mundo, ficou incorporada a tradição do exercício do Executivo para regulamentar. Mas esse Poder Executivo, desde o início, começou – e não é nova a situação com que nos antolhamos agora – ampliando demasiado o conceito de regulamentação, e foi exatamente por ampliar demasiado que o primeiro Bonaparte teve a sua destituição juridicamente firmada pelo Senado francês porque, conforme não ignoram os Senhores Deputados, no regime da Constituição do ano VIII, competia ao Senado declarar a inconstitucionalidade das leis e dos atos do poder administrativo.

Depois da derrota de Waterloo foi que o Senado francês, usando das prerrogativas que lhe cabiam como corpo legislativo, proclamou a deposição do Imperador. Por quê? Porque o Imperador, no exercício do poder de regulamentar, tinha inovado em matéria de direito, tinha excedido os poderes que a Constituição lhe cometia. Esta mesma situação se repetiu no fim da Restauração, ou seja, no fim do governo de Carlos X, com as famosas *Ordonnances* do seu Primeiro Ministro, perfeitamente legais, mas que contrariavam a Constituição de 1814 e determinaram, como a Câmara também não ignora, a Revolução de 1830, que instalou no poder o ramo mais moço da Casa de Bourbon, ou sejam, os Orleans, com a Monarquia de Julho. A Monarquia de Julho, com Luís Felipe, não chegou ao poder em França senão pela mesma razão por que os Bourbons haviam chegado ao poder pela queda de Napoleão: porque o Executivo tinha – se excedido no exercício de suas atribuições de regulamentar.

O Sr. Tenório Cavalcanti – O mesmo ocorreu no século XIII, como João Sem Terra, na Inglaterra, que, derrotado por Felipe II, quando quis voltar, teve de se submeter à Magna carta, por imposição do povo, de vez que aceitou a guerra sem a homologação do poder competente.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado.

Daí por diante passou a ser matéria pacífica na doutrina constitucional a de que não é permitido ao Poder Executivo o exercício de atribuições fundamentalmente legislativas, que invadam a competência específica do Poder Legislativo.

No Brasil, esta doutrina prevalecia desde a Constituição do Império.

O ilustre líder da maioria, versado como é, e como tem dado provas de ser, na leitura do nosso douto Marquês de São Vicente, ou seja Pimenta Bueno, deve recordar-se de que o eminente jurista paulistano sustenta, com grande lucidez, a tese da incompatibilidade do exercício do poder regulamentar com a função formalmente legislativa. E é interessante, Sr. Presidente, observarmos que a matéria exposta pelo emérito autor de Direito Público brasileiro do Império coincide em muitos pontos com a doutrina esposada pelos mais modernos constitucionalistas.

O poder regulamentar do Presidente da República pode exercer-se: ou por solicitação de texto legislativo que reclame regulamentação; ou, sem solicitação desse texto, mas atendendo às necessidades da administração para o bom cumprimento de determinada lei; ou, finalmente – e é este caso exatamente o do decreto que estamos examinando – através dos chamados regulamentos autônomos, ou seja, daquele poder indiscriminado que tem o Executivo de regulamentar não uma lei que exija no seu texto regulamentação, não esta ou aquela lei determinada, mas de regulamentar autonomamente matéria que não esteja disciplinada na lei formal.

O Sr. Gustavo Capanema – Permite-me um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente. Aliás, V. Exª deve agradecer-me, porque estou realmente seguindo um caminho que, até o momento, não pode contrariar os seus pontos de vista.

O Sr. Gustavo Capanema – Estou de acordo com V. Exª em toda essa explanação. Mas estamos, agora, diante de outro ponto, em que tomo a liberdade de divergir de V. Exª. O Presidente da República, ao baixar o decreto desta semana sobre rádio, não exerceu o seu poder de regulamentar autônomo. S. Exª regulamentou uma legislação existente. Como V. Exª já sabe muito bem, a legislação do país, como o Poder Legislativo, é interminável, é continuada. O Poder Legislativo continua, mesmo quando passa de uma assembléia democrática-popular para uma ditadura; continua existindo, porque não é possível desaparecer o Poder Legislativo de uma nação. O Poder Legislativo existia depois de 30, por intermédio do Governo Provisório, e, mais tarde, no regime de 34, continuou existindo, assim como de 37 a 46 e até agora. Exercido por um Congresso ou por um ditador, sempre existiu o Poder Legislativo; e, por igual, existia também legislação. Durante esse período, com o Poder Legislativo legítimo, de modo que existe no Brasil uma legislação *strictu sensu* sobre rádio, constituída, principalmente, por decretos de 1931 e de 1934. Estamos aí diante de duas leis histórica e legitimamente estabelecidas, sobre o rádio. Existe, no nosso país, uma legislação, no sentido estrito, sobre rádio. Não estamos, pois, nesta matéria de rádio, no vazio da lei. Existe uma legislação até copiosa sobre o assunto, legislação expedida pelo governo ditatorial, de 1930 a 34. Pois, nobre Deputado, os Decretos de 32, como os de agora, constituem regulamentação sobre essa legislação existente. Nestas condições, peço vênia para discordar de V. Exª sobre o caráter...

O SR. AFONSO ARINOS – Autônomo.

O Sr. Gustavo Capanema – ...dessa regulamentação. É regulamentação, mas não autônoma, porque vem ao encontro de uma legislação existente, legislação histórica e legitimamente existente, que é aplicada, e, portanto, não pode ser desconhecida.

O SR. AFONSO ARINOS – Aí é que divirjo de V. Exª

O Sr. Tenório Cavalcanti – Permita V. Exª um adendo ao que diz o nobre líder da maioria. S. Exª se esquece de que as leis a que se refere, de 32 a 34 foram elaboradas numa época em que vivíamos sob a lei da espada. Agora estamos sob a égide da espada da lei. E, ao modificar leis promanadas de uma época em que predominava a lei da espada, nós, que vivemos numa época em que predomina a espada da lei, precisamos ter muito cuidado nessas modificações, na salvaguarda de direitos já adquiridos.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado. V. Exª tem toda razão.

Dizia eu ao nobre Deputado Gustavo Capanema que as inovações contidas num decreto-lei do Presidente da República, do molde das existentes no decreto que estamos discutindo, não seriam em si mesmas inconstitucionais, desde que obedecessem ao princípio do poder autônomo de regulamentar, ou melhor, do poder de expedir regulamentos autônomos. Isso, o que estava querendo dizer a S. Exª. Mas inovações existem em relação a leis anteriores, modificadas por esse decreto. São, entretanto, inovações que não se podem enquadrar dentro do âmbito do poder de regulamentação autônoma – daí o protesto do meu partido e acredito que o de muitas consciências parlamentares apreensivas diante dos resultados que possa ter a continuação dessa política – senão que vêm alterar matéria constante de outras leis e até de códigos, da competência exclusiva do Congresso Nacional para o efeito de reforma ou de inovação. Assim, ainda que se aceitasse, como eu aceito, o poder de regulamentação autônoma – e era a advertência que desejava fazer com minhas palavras anteriores – essa aceitação, no caso, não caberia, porque não houve regulamentação autônoma, mas invasão de dispositivo de leis formais, cuja alteração compete ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE – Atenção! Peço licença para interrompê-lo. Há sobre a mesa requerimento do Senhor Deputado Antonio Balbino, de prorrogação da sessão por 30 minutos, na forma regimental, a fim de que Vossa Excelência termine suas considerações.

Em votação.

Os Senhores, que aprovam o requerimento, queiram ficar como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O nobre orador pode prosseguir.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, agradeço a V. Exª, ao Deputado Antonio Balbino e à casa a gentileza da prorrogação.

É chegado o momento de examinarmos concretamente o decreto em discussão, a fim de não mais tomar o tempo tão generosamente concedido pelos meus colegas.

O Sr. Tenório Cavalcanti – É preciso se acentue, se V. Exª me permite, que o protesto de V. Exª simboliza o protesto da consciência livre do país.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª

Fi-lo, com a possível exatidão. Digo com a possível exatidão, porque hoje, pela manhã, em consulta especial à biblioteca da casa, cotejei, penosamente, sem o auxílio de pessoa habilitada, centenas de artigos de leis redigidas com aquela fecunda confusão, típica da legislação do governo Provisório. Acredito, no entanto, não haver engano nas observações que aqui tenho compendiadas. Para elas chamo a atenção e o crivo da crítica do Sr. Líder da maioria. Quero, como escusa antecipada, significar que, se engano houver, se deficiência existir, se em omissão incorrer, serão devidas às precárias condições em que pude nesta manhã efetuar meu trabalho.

O Sr. Gustavo Capanema – Para que o debate, tão inteligentemente conduzido por V. Exª, possa chegar à elucidação completa do assunto, permita-me V. Exª dizer nesta oportunidade o seguinte: de acordo com o que V. Exª afirmou até agora, o governo Provisório – e posso acrescentar que também o governo ditatorial instituído em 1937 – expediu algumas leis sobre a radiodifusão. O decreto que o Presidente da República expediu agora, no uso do seu poder de regulamentar, não violou qualquer dispositivo legal existente sobre a matéria. A revogação versa, apenas, sobre dispositivos de ordem regulamentar, isto é, sobre o regulamento de 1931, o único corpo de regulamentação expedida sobre a matéria, até hoje, no Brasil. Espero, portanto, indique V. Exª quais os artigos, quais as disposições do decreto agora expedido pelo Presidente da República que violam textos realmente legislativos, uma vez que declaro a V. Exª que o decreto teve por finalidade, justamente, modificar textos de ordem regulamentar.

O SR. AFONSO ARINOS – Tentarei fazer o que V. Exª solicita.

Para dar toda a medida do meu espírito de tolerância neste debate, devo declarar que as minhas idéias – e declaro sem qualquer eiva de suspeição, porque constam do parecer que em 1947 ofereci ao projeto do Código Brasileiro de Radiodifusão – que as minhas idéias em matéria de atividade radiodifusora se aproximam das finalidades gerais que o decreto diz defender.

Sustentei no parecer, com efeito, que minha tendência seria antes pela colocação da radiodifusão a serviço da educação do povo. Creio que o nobre Deputado Emílio Carlos, especialista no assunto, deve recordar-se de que, mais de uma vez, debatemos a matéria em plenário, e, em particular, em conversas que tivemos, sustentei sempre que as atividades radiodifusoras em nosso país deveriam ter uma vigilância e uma, digamos assim, presença mais profunda do poder público, porque faço parte daqueles que consideram a radiodifusão atividade basilarmente educativa. Nessas condições, sempre me repugnou sua transformação em atividade puramente publicitária, ou principalmente publicitária, condicionada ao predomínio dos interesse publicitários.

O Sr. Emílio Carlos – V. Exª há de concordar também em que o rádio foi considerado como a sexta arma, tal a sua importância na atualidade. Sabe V. Exª que na guerra, em especial, o rádio tomou vulto e obrigou todos os países civilizados a ado-

tar medidas de caráter excepcional, porque se transformou no que ficou definitivamente consagrado como a sexta arma.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência tem razão.

Vamos ao decreto no art. 3º, § 2º:

> "É consentido, ou é outorgado ao Presidente da República, a suspensão, em qualquer tempo, e por prazo indeterminado, por motivo de ordem ou segurança pública, da execução de serviço da radiodifusão, da radiocomunicação em todo o território nacional."

Não desejo contestar a ilegalidade do dispositivo.

O Sr. Gustavo Capanema – Esta, justamente, a única função que Vossa Excelência tem no momento.

O SR. AFONSO ARINOS – Estou querendo dar a demonstração da minha absoluta imparcialidade. Estou entrando na matéria da lei por um capítulo espinhoso e perigoso.

O Sr. Raul Pilla – É uma longanimidade.

O SR. AFONSO ARINOS – Não se trata de longanimidade, mas de imparcialidade, porque verifiquei que o art. 12 do Decreto nº 21.111, de 1932, e o art. 37 do Decreto nº 20.047, de 1931, outorgavam ao Presidente da República esse poder de suspender, discricionariamente, por motivo de ordem ou segurança pública e em caso de guerra ou de ameaça de guerra, as irradiações no território nacional. Queria, neste ponto, fazer uma observação preliminar. A matéria existe na lei de rádio vigente nos Estados Unidos, que, como se sabe, é lei de 34, modificada em 37. Mas, nos Estados Unidos, o Presidente a República só tem o poder de suspender as irradiações por motivo de ordem pública, em caso especificamente determinado de guerra. Devemos reconhecer que as condições da vida pública no Brasil são, infelizmente, diversas das que ocorrem na grande nação norte-americana. Não temos a experiência de ter alterado a ordem pública em virtude de guerra civil, da guerra interna, de situações graves internacionais: de forma que, neste caso considero, em primeiro lugar, que do ponto de vista formal, não houve infração da Constituição vigente. E, em segundo, vamos dizer do ponto de vista político, é justificável a inovação.

Quero, porém, chamar a atenção para o fato de que, na lei futura, que elaboramos, temos de dar redação mais cautelosa a esse texto, para não concentrarmos nas mãos do Presidente da República o poder de definir, de acordo com as suas conveniências ou suas opiniões, o que é perturbação da ordem susceptível de fazer paralisar o rádio em todo o território nacional.

Acredito que o meu caro amigo, Deputado Gustavo Capanema, não estará divergente desta minha observação.

O Sr. Gustavo Capanema – Está muito bem. Quero que fique bem claro que V. Exª a esta altura do debate, não está propriamente declarando que o Regulamento decretado pelo Sr. Presidente da República seja ilegal.

O SR. AFONSO ARINOS – Absolutamente!

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª está apenas comentando a conveniência da legislação existente.

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente. E declarando que as fontes em que ela se abeberou são outras.

O Sr. Gustavo Capanema – Quero deixar bem claro que o Sr. Presidente da República, no decreto que baixou, não violou a lei.

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Emílio Carlos – Sabe V. Exa. que nos Estados Unidos há várias leis de rádio, aplicadas, quase na sua totalidade, pela *Federal Comission of Comunication* – Comissão Federal de Comunicações, supervisionada e funcionando sob as ordens diretas do Sr. Presidente da República. Têm elas uma escapatória – a lei de propaganda que os tribunais aplicam, quase discricionariamente e que pode abranger o rádio – o que não é o caso brasileiro. Daí, provavelmente, ter o Sr. Presidente da República maior cuidado na conceituação daquilo que pode julgar perigoso para a ordem interna.

O SR. AFONSO ARINOS – Meu caro Deputado Emílio Carlos, V. Exª está raciocinando bem, mas chega a uma conclusão que não aceito, porque – veja só – nos Estados Unidos a discrição é concedida pelo Poder Judiciário, que é poder por sua natureza apolítico, que é poder por sua natureza desinteressado das lutas partidárias – pelo menos, teoricamente – ao passo que, no Brasil, foi transferido para as mãos do Presidente da República.

O Sr. Emílio Carlos – V. Exª verificará, no próprio texto da lei, que é o Presidente da República quem estabelece o prazo de três meses para que se codifique, através do Legislativo. Não há essa intenção, esse ânimo que V. Exª pretende descobrir.

O SR. AFONSO ARINOS – Acredito que, daqui por diante, passarei a interpretar o que V. Exª pensa e não o que V. Exª diz. Compreendo que, pela sua situação de homem, não direi ligado atualmente às atividades radialistas, mas, por sentimento, num passado ainda recente, em dias de sua mocidade, ligado a essa atividade, terá o interesse, que tenho, de defender a liberdade do rádio. Como, porém, V. Exª não quer prejudicar essas empresas, eu me permito falar em seu nome, daqui por diante. Pode ficar descansado.

O Sr. Emílio Carlos – Não vai ser bem assim. V. Exª conhece meu ponto de vista, que já tive ensejo de lhe expor. Acho que há necessidade de defesa dos

interesses das empresas mas há, também, por outro lado, grande necessidade de proteger os interesses nacionais.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, chegamos ao art. 4º, § 2º, do decreto, que passo a ler:

> "As concessões para montagem de estações de onda curta, de onda intermediária, de freqüência modulada e de televisão, serão sempre a título precário, qualquer que seja a potência da estação."

Não sou técnico, desde logo confesso. Parece-me, porém, que esse dispositivo passa a cobrir, com suas asas, todas as estações que daqui por diante se montarem, tanto de ondas curtas quanto de ondas intermediárias, ou de televisão. Assim, as concessões, para qualquer estação doravante, serão dadas a título precário. Ora, para este ponto chamo a atenção da Câmara: não encontrei, em pesquisa paciente que fiz, em todos os artigos das leis vigentes, disposição que desta se aproxime. Não existe. Posso estar enganado – repito – e invoco, novamente, as razões que há pouco formulei, para possíveis inexatidões em minha exposição – mas estou convencido, de boa fé, pelas minhas investigações nas centenas de artigos das leis mencionadas, de que nenhuma lei estabelece a possibilidade de qualquer concessão ser dada indeterminadamente, a título precário. E isto me parece, já de si, inovação. Não há dúvida alguma, Sr. Presidente: é inovação, porque o rádio é concessão de serviço público e é da natureza do direito administrativo que as concessões de serviço público sejam por prazos determinados. Esses prazos podem ser limitados pelas leis gerais, de maneira que cada instrumento de concessão obedeça àquele limite mas, Sr. Presidente, uma coisa é concessão de serviço público e outra é concessão a título precário. Esta é o que muitos autores chamam de autorização. Por isso, a Constituição Federal – que, infelizmente, não tenho comigo, mas os nobres Deputados poderão compulsá-la – fala que o rádio funcionará por via de concessão ou de autorização.

Ora, a criação da concessão permanente a título precário é coisa de si mesma extravagante no campo do Direito Administrativo. Admito possa ser criada por uma lei, mas é inovação do direito anterior, que não tem uma só palavra a respeito sendo, por isso, o parágrafo inteiramente inconstitucional.

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª não tem razão.

O SR. AFONSO ARINOS – Por que não?

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª permite longo aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Meu tempo avança. Prefiro que V. Exª responda no seu discurso.

O Sr. Gustavo Capanema – A matéria não pode ser explanada, mesmo, em aparte. Provarei a V. Exª que o dispositivo está perfeitamente de acordo com a legislação existente.

O SR. AFONSO ARINOS – Peço desculpas a V. Exª, mas agradecerei se deixar sua demonstração para o discurso que vai proferir, como líder.

E ainda que seja totalmente – não direi desmentido, porque não estou mentindo, mas opinando, falando com a maior boa fé, com a mais profunda convicção – dissuadido pelos argumentos de V. Exª, de que o regulamento não infringiu um só dos artigos das leis anteriores, sentir-me-ei profundamente satisfeito, pois ficará, pelo menos para nós – para V. Exª e para mim – o valor do serviço de, dentro de um parlamento democrático, termos debatido democraticamente um ato do Executivo e mostrado ao povo que as críticas contra ele argüidas, que as dúvidas sobre ele suscitadas eram improcedentes, o que, já de si mesmo, é serviço prestado pelo Congresso Nacional.

O Sr. Gustavo Capanema – Direi a V. Exª, em uma palavra, o seguinte: a legislação atual sobre rádio é muito sumária e o próprio Presidente da República reconhece que ela tem de ser modificada, declarando, no decreto que a regulamentou, a expectativa de uma legislação nova.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas ele não podia legislar, meu nobre colega, e foi o que fez no caso.

O Sr. Gustavo Capanema – Não legislou; regulamentou, de acordo com a legislação existente.

O SR. AFONSO ARINOS – Se V. Exª não destruir o que afirmei, ficará patenteado que ele legislou, criou uma categoria nova de concessão a título precário, aplicável a todas as empresas que se mantiverem da data do decreto em diante. Isso é matéria de Direito Administrativo, portanto matéria da competência do Congresso Nacional, e não de regulamento.

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª verá, pela leitura dos textos legais, que o art. 16 do Regulamento de 1931 estabelecia que as concessões serão outorgadas por decreto, acompanhado de cláusulas que regulem os ônus e vantagens a serem firmados em contrato. Esse texto do Regulamento de 1941 foi em 1934 transformado em lei. Veja o nobre orador o Decreto nº 24.655, de 1934, que diz: "A partir da data deste Decreto, a outorga de concessão para execução dos serviços de radiodifusão será feita nos termos do art. 17 do Regulamento de 1932".

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª está incidindo numa petição de princípio; volta sempre à afirmativa preliminar, sem que venha ao encontro da dúvida que suscitei. Não duvido que o Presidente da República possa regulamentar, nos termos da lei que acabou de ler mas esses termos não o autorizam a criar nova disciplina legislativa que é da competência do Congresso Nacional.

Se o nobre colega puder provar que os termos, a cuja leitura acabou de proceder, autorizam o Presidente a criar um tipo de concessão a título precário, não estabelecido anteriormente, então V. Exª terá razão, mas, no caso contrário isso não será possível.

O Sr. Gustavo Capanema – O eminente orador deve reconhecer que o texto regulamentar de 1931, transformado em lei em 1932, estabeleceu que a concessão se faz por decreto do Presidente da República, mediante cláusulas concedendo vantagens, estabelecendo ônus a critério do governo, a critério do Poder Executivo. Ficou livre a este, portanto, baixar um regulamento especial, de modo geral,das cláusulas das restrições, dos ônus, das condições de toda e qualquer concessão ou permissão por mais amplos que pareçam esses poderes conferidos pela lei ao governo, a verdade é que esses poderes existem .

O SR. AFONSO ARINOS – Divirjo, nesse particular, de forma fundamental. Estamos aí diante de um caso típico de inovação legislativa. Espero que o Poder Judiciário seja solicitado, por algum dos interessados nessas empresas particulares, a se pronunciar sobre a matéria. Estou certo de que o Poder Judiciário esposará a tese que defendo e, não, aquela que o eminente colega sustenta.

O Sr. Gustavo Capanema – No dia em que o Poder Judiciário fizesse isso, transformar-se-ia em Poder Legislativo.

O SR. AFONSO ARINOS – Foi o que V. Exª me disse naquela noite em que discutíamos e quando assinalei a V. Exª que aquela lei sustentada pelo nobre colega continha um processo especial de distribuição das vagas dos deputados comunistas entre os dois maiores partidos, e que essa lei seria repelida pelo Poder Judiciário. Tivemos, então, uma troca, não direi áspera, porém viva, de palavras, de que V. Exª e eu devemos nos recordar perfeitamente. V. Exª também, há de recordar-se de que o Poder Judiciário ficou comigo e não com V. Exª.

O Sr. Gustavo Capanema – Não há correlação entre um caso e outro.

O Sr.Emílio Carlos – Nobre orador, em 1937, a Portaria nº 534, que aprovou instruções para permissão a título precário de funcionamento de estações de rádio de ondas intermediárias e curtas, diz, no seu artigo 1º:

> "A permissão para o estabelecimento de estações de radiodifusão em ondas intermediárias entre 200 e 1.550 quilociclos, 150 metros, etc., etc., e ondas curtas será dada sempre a título precário, de acordo com as presentes instruções."

Vê V. Exª que o texto não é uma inovação; já vem de 1937, quando aprovava instruções para permissão e concessões a título precário.

O SR. AFONSO ARINOS – Felicito V. Exª pela coragem e pela impassividade realmente chinesas com que V. Exª, antigo radialista, caminha para a morte. V. Exª vai

para o Jardim do Céu que estava como não ignora, situado nos arredores de Pequim, com aquele sorriso com que os condenados à morte marchavam para ele.

O Sr. Emílio Carlos – V. Exª sabe que tenho sempre alguma coisa desse desprendimento oriental, mas não o levo tão longe a ponto de aceitar até o matadouro, estou apenas mostrando a V. Exª que não é uma inovação o que a lei trouxe.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, quanto ao art. 5º a minha observação é puramente de caráter técnico. Ele traduz, entretanto, a preocupação do Presidente em sempre dar às palavras aquele valor que mais se aproxima das suas tendências psicológicas. Se não vejamos: a Constituição Federal, ao falar sobre rádio, determina, no artigo 5º, nº XII, que compete à União explorar diretamente ou mediante autorização ou concessão os serviços de radiocomunicação e radiodifusão.

É de evitar, em qualquer texto de lei, a negligência na tecnologia, enfim, na terminologia. Em matéria constitucional, como esta, de rádio, porque as leis de rádio são leis complementares da Constituição, deve-se evitar sempre que a lei se utilize de termos diferentes daqueles de que se serviu o texto constitucional.

A Constituição fala, de acordo, aliás, com a límpida tecnologia do direito público, em concessão e autorização. O decreto rarissimamente, senão nunca – creio que talvez nunca – emprega a palavra "autorização" e só se serve da palavra "permissão" que não é a expressão constitucional, que não é a expressão de Direito Administrativo, mas que dá à situação das empresas – vamos dizer – uma tonalidade ainda mais submissa, porque na permissão existe qualquer coisa de mais genuflexo do que na autorização.

Vamos, entretanto, ao art 7º.

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª deve reparar que toda a legislação brasileira sobre rádio, de 1931, 1932, 1934, etc., fala sempre em concessão e permissão. Concessão é ato do Presidente da Republica e permissão é o ato do Ministro. Portanto estando o Presidente da República regulamentando, agora, não a Constituição, mas a legislação de 1931 e de 1934, tinha de usar os termos técnicos dessa legislação.

O SR. AFONSO ARINOS – Vejo, aí, apenas a prova de que ele se lembra sempre das leis do governo Provisório, e nunca da Constituição. Sempre lhe ocorrem os termos usados ao tempo do governo Provisório.

Mas, Sr. Presidente, o art. 7º diz o seguinte:

> "Nas sociedades concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão e radiocomunicação, toda e qualquer transferência de ações ou de cotas, quer a terceiros, quer de um para outro sócio da mesma sociedade, importará numa transferência indireta de concessão, e se for feita sem autorização prévia do Presidente da República, dará lugar à sanção prevista no art. 26 e no art. 27 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 21.111."

Sr. Presidente, o que consegui encontrar sobre a matéria, nas leis por mim hoje compulsadas pela manhã, foi o seguinte: o § 2º do art. 7º do Decreto nº 20.047 declara as concessões intransferíveis, mas o faz intercorrentemente, transitoriamente, passageiramente: é uma oração incidente no período. Afirma: as concessões, "que serão intransferíveis, etc.". E a letra l do art. 16 do Decreto nº 21.111 estabelece também que as concessões são direta ou indiretamente intransferíveis. Este o material sobre o qual trabalhou o autor do decreto executivo.

Pois bem, sustento que no artigo 7º do Decreto em exame, Sua Excelência inovou e infringiu, transformou e desrespeitou frontalmente os dispositivos legais nos quais se baseou para *soi disant* expedir o regulamento. Aí me parece que a inovação é muito mais séria, em primeiro lugar pelos seus objetivos. O decreto devia visar – é o que me parece da leitura que fiz – impedir qualquer transferência de propriedade das atuais estações rádio. Sem autorização do Presidente da República, ninguém mais pode comprar qualquer estação de rádio. Falo em nome de um partido que não possui uma só estação e, infelizmente, não contou com o rádio na sua campanha, a não ser contra si. Foi com a experiência dolorosa de quem assistiu, nos rincões do meu Estado, em plena barranca do São Francisco, ao espoucar miserável da mentira dos marmiteiros, que apresentei tanto ao projeto de Código de Radiodifusão, como ao de Legislação Eleitoral, emendas que pudessem colocar a propaganda política do rádio nas mãos da justiça eleitoral. Falo, por conseqüência, em defesa dos interesses democráticos confiados à salvaguarda de meu partido, que não dispõe de estação de rádio, mas poderá pretender possuí-la, estaria talvez em entendimento para aquisição de uma, e se vê subitamente privado desse direito, que lhe facultam todas as leis da República, em virtude de um decreto, estabelecendo que a aquisição de qualquer estação de rádio fique dependendo da benesse, da boa vontade, da proteção do Chefe do Poder Executivo.

Sr. Presidente, neste caso, a violação é flagrante.

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª disse que, em seu discurso, teria perfeita isenção de ânimo.

O SR. AFONSO ARINOS – A isenção de ânimo não se choca com a veemência.

O Sr. Gustavo Capanema – Peço a atenção de V. Exª para o seguinte: neste artigo, o Presidente nada inovou; ao contrário; procurou obter solução para as transferências. Atente V. Exª para a legislação existente. No Decreto de 1931, pelo artigo 16, se proibia, terminantemente, a alienação da concessão.

O SR. AFONSO ARINOS – Já sei. Vou responder a V. Exª

O Sr. Gustavo Capanema – O artigo 18 proíbe a alienação da transmissão. Por isso, tanto a concessão como a permissão não podiam, pela legislação existente, ser alienadas. Pois bem. Os artigos 26 e 27 desse mesmo regulamento cominavam a penalidade de caducidade e de cassação, automaticamente, à alienação

direta ou indireta. Agora, o Presidente da República vem estabelecendo que, no caso de alienação indireta, não haverá a imediata, a automática cassação ou caducidade, se houver autorização do Presidente da República. De modo que o decreto atual conserva a legislação vigente, dando-lhe, porém, maior flexibilidade, ampliando seu caráter democrático.

O SR. AFONSO ARINOS – Peço a V. Exª que não me aparteie mais, pois disponho apenas de cinco minutos e estas serão as últimas ou penúltimas considerações que pretendo formular.

Divirjo de V. Exª. A inovação constante desta lei é aquela declaração de que a cessão de qualquer ação, de qualquer cota de qualquer empresa privada corresponde à transferência da concessão.

O Sr. Gustavo Capanema – Não é transferência.

O SR. AFONSO ARINOS – Perdoe o nobre colega, não se trata de transferência, mas o que se está fazendo é confusão entre a pessoa física do sócio da empresa e a pessoa jurídica, titular da concessão. Chamo a atenção para um caso inevitável: o da sucessão *causa mortis* do Código Civil: ninguém mais, que seja acionista de empresa, pode morrer, porque, se morre, dando-se a sucessão *causa mortis* da cota ou ação que possua na sociedade, imediatamente essa sociedade passa por ter transferido sua concessão, e o Sr. Presidente da República lhe cassará essa concessão para funcionar.

Veja V. Exª, Sr. Presidente: os rudimentos do Direito Comercial, do Direito Privado, aqueles rudimentos que impõem a aceitação desta tese indiscutível, de que a pessoa do sócio é diferente da pessoa da sociedade, são subvertidos. Um sócio minoritário, cotista que não tem influência nem pesa nas deliberações da empresa, se morre, imediatamente esse episódio passa a ser considerado como transferência da concessão, que é contrato de Direito Público, instrumento de Direito Público, e a concessão é cassada por decreto do Presidente da República.

O Sr. Gustavo Capanema – Permita V. Exª que eu esclareça.

O SR. AFONSO ARINOS – Não posso permitir apartes, porque estou concluindo. Disponho apenas de três minutos.

Aí estão as razões principais que meu partido oferece, como motivação para estudo e reflexão dos senhores Deputados.

Não podemos atirar sobre o Congresso – não digo intencionalmente, mas conforme aparece nas motivações do Decreto-lei – a pecha de termos sido negligentes na elaboração desse diploma legislativo.

Fui relator na Comissão Mista de Leis Complementares e me esforcei muito, tanto quanto pude; ignorante do assunto, esforcei-me, repito, para a medida da minha parca capacidade, mas o Executivo foi negligente – perdoem-me os fiéis amigos do governo passado, ao fazer essa crítica involuntária mas verdadeira. Dirigi-me ao Ministério da Educação e Saúde, solicitei a presença de um amigo que faz parte

da Comissão Técnica de Rádio e que também se empenhou junto àquela Comissão. Fizemos estudos sobre o projeto. Como eu não era técnico, e a matéria o era, fiz esforço para que o Executivo fornecesse os elementos no sentido do aprimoramento da lei, pois não queria seguir orientação da antiga, uma vez que o projeto havia sido oferecido como representando interesses das empresas privadas.

Quis transformar o rádio naquilo que realmente deve ser – instrumento de difusão da cultura nacional. Pensei em fornecer os grandes canais às nossas instituições culturais, a começar pela Universidade do Brasil. O que não pretendi foi colocar o rádio com esta forma, que passou a ter, de dócil instrumento para servir os desígnios políticos do Sr. Presidente da República. O que pretendi foi fazer do rádio uma instituição nacional, tanto quanto possível, como na Inglaterra, respeitando, embora os princípios da empresa privada e as finalidades publicitárias que adquiriu entre nós.

O Congresso não foi culpado da demora, do arrastamento, da insuficiência, da omissão de elementos técnicos, que solicitei ao Sr. Ministro, no momento oportuno.

Nestas condições, termino fazendo um apelo a esse mesmo Congresso, para que, ante as ameaças que não se dissiparam do meu espírito, apesar da brilhante inteligência e notória boa vontade do líder da maioria, ponhamos o maior empenho possível em fazer com que esta lei continue, sem esperar aqueles esclarecimentos que devem vir da Comissão agora criada pelo Presidente da República, que pode mandar sua mensagem daqui a dois, três anos, quando o rádio não nos vai mais interessar.

Façamos prosseguir a lei, trabalhemos nela, empenhemo-nos no seu aprimoramento e na sua aprovação, porque estaremos defendendo assim as prerrogativas do Poder Legislativo e, quiçá, muito mais do que isto, o futuro da democracia no nosso país. *(Muito bem! Muito bem! O orador é cumprimentado).*

Aniversário da Constituição Federal

18-9-1951

O SR. AFONSO ARINOS – *(Palmas.)* Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente do Senado Federal, Srs. Deputados, Srs. Constituintes: sejam minhas primeiras palavras, antes mesmo de iniciar a leitura de meu discurso, de comovida e fraternal saudação aos membros da Assembléia Nacional Constituinte os quais com patriotismo e alta capacidade elaboraram a lei magna que hoje festejamos. Dirijo particularmente a minha saudação aos eminentes companheiros de jornada democrática que não se encontram, no momento, participando dos trabalhos do Poder Legislativo.

(Lê.)

A passagem do primeiro lustro da Constituição Democrática de 1946 – cujo transcurso a Câmara festeja em solenidade que deve servir de exemplo educativo para o culto da Constituição em todo o país – sugere algumas reflexões que valham

para a nossa classe dirigente como autocrítica, diante dos agitados anos que acabamos de viver, e como tomada de consciência, em face do futuro talvez atormentado que nos aguarda.

O que é uma constituição.

Entre as reflexões que nos impõe a data de hoje a primeira, que é das mais importantes, diz respeito à natureza mesma da Constituição. Que é uma constituição?, já indagava, em 1862, Ferdinand Lassale, na sua famosa conferência aos democratas de Berlim.

Muitas podem ser, e muitas têm sido as respostas que o Direito, a Política e a Sociologia vêm oferecendo à angustiosa pergunta do grande socialista alemão, nestes longos séculos de sucessos e desastres alternados em que o homem cumprindo a sua dolorida experiência, se esforça por um equilíbrio mais feliz entre os interesses sociais, dentro da moldura do Estado.

Inútil seria procurarmos uma solução global e satisfatória para a dúvida, confiados na leitura desprevenida das centenas de obras-primas que, da antigüidade ao mundo contemporâneo, desde Aristóteles até Harold Laski, vêm submetendo a matéria constitucional à mais penetrante e abrangente das análises.

Nós nos perderíamos fatalmente neste tesouro inexaurível de pensamentos e de opiniões em conflito. Seríamos como um nauta em pleno mar, que dispusesse de numerosas cartas, roteiros e portulanos, mas ao qual faltasse o auxílio da bússola.

Diante dos livros, a nossa bússola é o fio condutor do raciocínio crítico e finalístico, isto é, aquele raciocínio que seleciona o material em função do objetivo que deseja atingir. Nas trevas das nossas dúvidas, a leitura por si só não é uma luz; são caminhos a escolher. A luz trazemo-la nós mesmos no nosso pensamento, e Jesus já disse no Evangelho que louco é aquele que, em vez de levantar bem alta a lanterna que lhe ilumine os passos, prefere escondê-la debaixo do leito.

Não procuremos, pois, fragmentariamente, no direito, na política e na sociologia, conceitos dissociados de Constituição, pois que tais visões parciais de uma complexa realidade seriam fatalmente deformadoras. Tomemos a constituição tal como ela é, um texto formal cujo conteúdo material se integra de técnica jurídica, de pensamento político e de experiência sociológica, empregadas estas expressões no mais compreensivo sentido. Tomemos a constituição – e aqui utilizo a palavra que, no caso, é plural, porque reúne a diversidade dos aspectos – tal como ela é: um texto formal, de conteúdo histórico.

Apreciarei sinteticamente essas três caudais que vêm desaguar no estuário histórico da constituição: o direito, a política e a sociologia. E o farei diante desta alta assembléia, sem receio de ser tido por doutrinador desligado da realidade; crítica que pode com justiça ocorrer na massa dos representados, naturalmente ansiosos pela solução pronta e satisfatória dos seus problemas concretos, mas que não seria justa nem pertinente no reduzido grupo dos representantes a quem falo, os quais sabem muito bem que não existe possibilidade de solução de múltiplos problemas

concretos sem uma posição teórica anterior de quem os deva resolver, pois já passou a lugar comum dizer-se, em política, que a teoria outra coisa não é senão a generalização sistemática, dedutiva, da experiência concreta.

Uma das demonstrações mais denunciadoras da queda da mentalidade política em um país é esta espécie de desprezo proclamado pela teoria. É uma atitude que denota, no terreno das idéias, um alheamento primário dos conceitos elementares, e o que é muito mais grave, no plano das realizações, uma incapacidade total de verdadeira organização para a ação pública, pois as forças que se arregimentam dentro do Estado só se podem organizar para uma ação inteligível – uma ação que não seja simples agitação – quando obedeçam a certas determinantes teóricas. Na vida privada, e principalmente na vida pública, o homem que não tem um sistema pelo menos coerente de idéias, mesmo as mais simples, um homem que, para empregar a expressão justa do povo, não sabe o que quer, não vive, vegeta, não é ser, é objeto usável e transportável. É um povo massa plástica ideal para as aventura dos que gostam de pensar e querer por todos, isto é, acima de todos.

A técnica jurídica

A Constituição é antes de tudo um estatuto jurídico. Das numerosas doutrinas sobre o conteúdo jurídico das constituições, duas me parecem essencialmente úteis ao pensamento jurídico dos dias atuais, a da institucionalização do poder e a do Estado de direito.

A idéia de que o Estado é uma das instituições sociais, e não toda a sociedade, ainda que tenha recebido brilhantes contribuições de recentes tratadistas de Teoria do Estado não é, em si mesma, uma aquisição recente. Ela já se encontra expressa no aforismo admirável com que Jesus mostrou para sempre, que o homem é mais do que o cidadão, e que acima dos valores temporais que caem em número cada mais maior sob o controle do Estado, pairarão, sempre, os valores espirituais, a crença, a opinião, os sentimentos profundos, o gosto, que são insuscetíveis de redução ou enquadramento pela ação do poder político. Este é sem sombra de dúvida, o sentido da palavra divina: "Dai a César o que é de César e dai a Deus o que é de Deus". Quem der a César o que é de Deus, quem entregar ao Estado o que constitui a essência do ser humano, escraviza o que só pode existir quando livre e, por isto mesmo, mata uma parte de si, a mais alta parte de si. É a tremenda escravidão totalitária, que não é nova, que vem do fundo da escuridão dos tempos, mas que nunca talvez tenha assumido as monstruosas proporções de hoje. Sou dos que pensam que melhor será morrermos na luta do que a ela nos submetermos. É preferível matar o corpo na luta para salvar o espírito, do que fazer o contrário.

Voltando à tese de que o Estado é uma das instituições sociais, embora a mais poderosa, mas coexistindo com outras, chegamos a compreender o caráter estatutário da Constituição. A Constituição é o estatuto jurídico da instituição do Estado, tal como as regras de conduta de quaisquer outras instituições públicas ou privadas serão as suas respectivas constituições ou seus respectivos estatutos jurídicos. Porque

há um direito constitucional de qualquer instituição como há o Direito Constitucional do Estado. Um grêmio literário, um clube de futebol, uma sociedade anônima são instituições que têm os seus estatutos jurídicos: as suas constituições. Todas elas, é claro, subordinadas às normas ditadas pela instituição social líder, que é o Estado, a única capaz não só do poder de auto-organização, como de traçar regras à organização alheia. Em outras palavras, a única capaz do poder de império ou de soberania.

Esta concepção jurídica que vê no Estado o poder institucionalizado e na Constituição o estatuto jurídico da grande instituição me parece importante, porque dá a um só tempo a noção dos limites e da supremacia do Estado na órbita social. Pondo de parte como cumpre, o reino espiritual, aquilo que chamamos de essência humana e que, como já se viu é insuscetível de apropriação pelo Estado, a teoria constitucional da instituição que já existia latente mas que foi melhormente delineada por Maurice Hauriou e a sua escola, vem-nos mostrar que, mesmo no reino do temporal e do social, o homem não pertence somente à instituição do Estado, mas também a todas aquelas outras a que adira por natural inclinação. O homem livre pertence ao seu ou aos seus grupos distintos: o grêmio cultural, o clube esportivo, o sindicato, a Igreja, a família. Ser cidadão livre num Estado constitucional é mover-se no seio dos seus grupos e admitir para eles a regência normativa e geral das leis do Estado. A teoria constitucional democrática repele, por isto mesmo de forma irremissível, a pretensão do Estado totalitário, isto é, do Estado que totaliza em si as funções de todos os grupos, de todas as instituições sociais. O Estado que só admite arte e literatura interessadas na propaganda dos seus fins; que faz da cultura física um meio de arregimentação policial e militar; que transforma o sindicato em órgão de enquadramento e intimidação do trabalhador; que se infiltra na religião para conduzi-la à propaganda de ódios; que não vê na família um grupo natural, mas um aglomerado econômico-sexual e por isto lança pais contra filhos e irmãos contra irmãos, na ânsia de destruir o que existe para reagrupar a sociedade em novas e misteriosas bases e formações.

O Estado totalitário, o Estado instituição temporal única que submete todas as ações humanas ao exclusivo interesse do seu desenvolvimento, o Estado fascista, nazista, comunista, franquista, peronista, uma triste loucura. É muito pior do que o antigo Estado absolutista, porque, ao tempo deste, o chamado poder absoluto, sendo integral no seu âmbito de ação, o possuía contudo muito mais restrito, visto que, pelo próprio caráter da economia daquela época, havia uma enorme parte da atividade que não podia deixar de ser individual e livre. Nos nossos dias de estandardização e planificação, o campo de influência do Estado aumentou formidavelmente e, portanto, o totalitarismo do poder atual é de fato muito maior que o absolutismo de Luís XIV.

Outra doutrina constitucional que não deve ser esquecida nos dias que correm é a do Estado de direito, ou da subordinação do Estado à regra jurídica.

Pouco importa a concepção filosófica que tenhamos sobre as relações do Direito com o Estado, pouco interessa aqui indagar se o direito decorre da lei estatal,

limitando-se o Estado voluntariamente pela norma que traça como querem os positivistas jurídicos; se o direito é uma hierarquia de normas logicamente deduzidas de uma norma inicial e objetiva, como sustentam os racionalistas; ou se o direito se subordina ao primado de um conjunto de regras éticas preeexistente, provindas da própria natureza humana ou da revelação divina, como acreditam os jus-naturalistas. O essencial é que, qualquer que seja a nossa concepção de direito, aceitemos que ele, uma vez existente, se impõe ao Estado. A tragédia em que se engolfou o mundo neste século provém, em grande parte, da execução das teorias que colocavam o Estado acima do direito. E ficou demonstrado cabalmente que a força do Estado, abandonada a si mesma, é uma coisa bestial e terrível, e que nunca se chega a conseguir uma força capaz de submeter a todas as outras reunidas. O sangue de milhões de vítimas inocentes deve ser argumento bastante para aqueles poucos homens de quem dependem os destinos do mundo. O Estado de direito é o fundamento único da paz internacional. No campo interno o Estado de direito traduz-se pela submissão do governo à Constituição.

O pensamento político

Ademais de ser um estatuto jurídico a Constituição é a mais política das leis. Este caráter lhe é forçado pela função mesma que ela desempenha no organismo social. Sendo a mais política de todas as leis, não pode dispensar um grande poder de adaptação. Não quero dizer com isto que tudo pode caber na interpretação constitucional; seria uma atitude cínica e arriscada, mas devemos aceitar que o pensamento político admite que todas as interpretações que sejam historicamente desejáveis, e que não contrariem os princípios gerais de justiça, nem sacrifiquem os valores humanos reinantes no momento dado, devem caber dentro da Constituição. O conteúdo político das constituições só é vigoroso quando capaz de evoluir, quando corresponde a este requisito mínimo da Constituição que é a duração. Nós, povos latinos, cuja história constitucional é feita de revoluções sucessivas às quais se seguem cada vez novas construções, nos consideramos muito políticos, quando, na verdade, os grandes povos políticos do mundo são os saxões e escandinavos, nos quais a história constitucional é feita de evolução contínua e não de revoluções espasmódicas.

Enquanto na França, na Espanha, na América Latina, as constituições duram muito menos do que os códigos de direito privado, a Constituição dos Estados Unidos orientou a transformação de uma pequena Confederação de províncias agrícolas no mais poderoso Estado industrial da história universal; e a Constituição da Inglaterra não é estorvo à mudança da mais democrática e conservadora das monarquias européias para a mais ousada concepção de Estado existente no mundo democrático.

Aí está o gênio político que nos falta e que urge cultivar entre nós. Falta-nos esta capacidade de adaptação transformadora, que faça a estrutura do poder conforme com a evolução da História, sem precisar desta diátese reformista que nos assalta como uma inquietação simiesca, levando-nos à fúria de mudar antes de experimentar, de refazer antes de acabar a construção. Sobra-nos esta agitação histórica que

como já tenho dito em escritos anteriores, nos leva a fugir constantemente dos trabalhos difíceis, sob pretexto da mudança dos métodos de trabalhar.

Ainda neste ponto da política constitucional há certas coisas a distinguir, e há riscos a denunciar às elites intelectuais e às camadas dirigentes do Brasil.

Falemos claro. A adaptação política das constituições às sucessivas realizações da evolução histórica, coisa essencial, como vimos, não pode fazer esquecer que a política é uma arte que não dispensa a moralidade nos processos e que só tem o bem comum como fim.

Se eu tivesse autoridade para indicar o mais grave sintoma de desagregação social do Brasil de hoje, diria que tal sintoma é esta incrível confusão que o povo está começando a fazer entre superioridade moral e superioridade social. Explico-me melhor. Graças à imunda corrupção de certa propaganda, graças ao atraso e à crença milagreira do nosso povo bom e indefeso, vai-se infiltrando, aos poucos, no subconsciente das massas, esta impressão perigosa de que a honestidade, a pureza de intenções e de processos, a dignidade da vida, a resistência ante as seduções do dinheiro ou dos cargos, são outras tantas vantagens dos bem-nascidos, dos ricos; são meros luxos de quem não precisa, simples grã-finagem social. Daí o aceitar-se que o perjúrio, a traição, a ladroagem pública em benefício de organizações políticas sejam imposições naturais, sejam atitudes mais conformes com as precisões históricas, digamos logo a palavra, atitudes mais populares. O homem que se conduziu no governo segundo uma linha invariável de honestidade pessoal e política é chamado de inerte, é considerado um fracassado, e só não é proclamado um idiota total por um resto de pudor e de respeito aos valores tradicionais. Enquanto isto o que traiu, o que mentiu, o que enriqueceu no poder o que oprimiu, é galardoado com os mais tonitroantes epítetos e seguido pelos rebanhos de adeptos mais entusiastas.

Se ainda temos salvação em face de tal descalabro é porque ele se circunscreve à loucura de alguns fanáticos e à inconsciência de alguns vendidos, embora dele se originem espetaculares resultados eleitorais. Mas estou seguro de que, no dia em que a convicção de que a moral é inimiga do sucesso se espalhar de fato pela maioria esmagadora do nosso povo, no dia em que as classes armadas forem contaminadas por tal espírito cloacal e demissionista, então deveremos clamar por que Deus mande sobre nós o fogo sagrado que destruiu Nínive, porque não será mais possível viver neste país. Falava-se muito antigamente no Brasil, país perdido. Era uma frase retórica, mas só o era porque denunciava estados de corrupção de grupos limitados. Hoje as elites procuram corromper o povo, incutindo-lhe a opinião de que a moral é um luxo de grã-finos, de que a superioridade moral é uma das formas da detestada superioridade social. O êxito desta obra insensata será simplesmente o naufrágio de tudo e de todos, numa República encalhada como uma barca apodrecida, num baixio de lodo e de sangue.

Temos assim, nos grupos dirigentes, de elevar o nível político da vida constitucional. É dever de todos unirmo-nos neste inadiável mister. Temos de adaptar

politicamente a Constituição à realidade, temos de procurar praticá-la antes de pretender reformá-la, temos de restaurar os valores morais da vida política, em lugar de denegri-los elevando como símbolos vitoriosos os exemplos mais degradantes na conduta dos homens públicos.

Podemos terminar este exame da matéria política com uma referência à situação das classes militares. Nós democratas, seremos sempre gratos a elas pela forma com que souberam restaurar, no Brasil, as instituições livres. Confiamos na sua vigilância patriótica e quaisquer que sejam as divergências de opiniões surgidas no seu seio, sobre os problemas nacionais, só nos cumpre trabalhar sem desfalecimento pela união das classes armadas, em torno da bandeira da Constituição.

A experiência sociológica

Uma constituição moderna não contém somente técnica jurídica e pensamento político. Isto se dava nas épocas do liberalismo econômico, quando a doutrina constitucional queria o Estado abstencionista em face das forças privadas decisivamente atuantes. Verdade é que tal doutrina nunca se aplicou completamente fora dos livros, pois que o Estado sempre interveio, mais ou menos veladamente, no campo das atividades privadas. Hoje a intervenção do Estado é aceita não só como inevitável, mas também como indispensável, porque se verificou que não há liberdade sem garantias mínimas de igualdade e que a igualdade jurídica tal como a moral, consiste precisamente em proteger os fracos contra os fortes, isto é, em tratar desigualmente os seres desiguais. Por outro lado, a doutrina política chegava à conclusão de que o liberalismo não é uma condição inseparável da democracia e que pode perfeitamente existir um regime do mais lídimo caráter democrático, no qual o intervencionismo estatal se amplie até os limites da necessidade geral.

Foi esta experiência sociológica, no mais amplo sentido, abrangendo os vastos campos da economia e do trabalho, que incorporou às novas constituições capítulos considerados matéria estranha ao Direito Constitucional clássico.

A Constituição brasileira de 1946 é, a este respeito, plenamente satisfatória e se situa entre as mais perfeitas do mundo de hoje.

Mas é preciso que ela seja aplicada, e corajosamente aplicada, tanto nos preceitos de valorização do trabalho quanto nos de nacionalização da economia. As garantias da liberdade, que são tão valiosas para o homem de certa cultura, pouco representam para um povo como o brasileiro. De forma que – falemos claro mais uma vez – assim como nós, dirigentes, exigimos a preservação da liberdade, indispensável à nossa vida, o povo exige, ainda que confusamente por enquanto, a instalação dos requisitos mínimos da igualdade, indispensável à vida dele.

De nada vale o funcionamento da técnica jurídica e do pensamento político da Constituição, se não forem tais fatores acompanhados das providências exigidas pela experiência sociológica.

O direito e a política têm por fim, afinal, o bem comum, e este não pode ser atingido sem uma larga ação de fraternidade humana.

Só os mais cegos e impenitentes reacionários podem acusar de demagogos os que assim pensam. Eu mesmo tenho sofrido muitas acusações deste gênero nos últimos tempos, e o que nelas mais me inquieta é a incompreensão daqueles que as formulam.

Considerar demagogia revolucionária a exigência do cumprimento da parte social e econômica da Constituição é que representa, precisamente, um serviço à causa revolucionária. Porque facilitar a evolução é impedir a revolução, ao passo que reprimir o curso natural do progresso é preparar a explosão inevitável das mais justas revoltas.

Neste particular é urgente que ponhamos em funcionamento a experiência sociológica fixada no texto constitucional.

Nada explica, nada justifica que o governo e o Congresso não tenham tomado posição, por exemplo, em face do problema da distribuição dos lucros das empresas, claramente colocado. Dizer-se que ele é inaplicável é apenas uma mentira. É uma forma disfarçada de se lhe negar aplicação. Pode-se perfeitamente dar cumprimento ao texto constitucional, desde que tenhamos para tanto inteligência política. Daqui, em nome do meu partido, lanço à maioria um apelo e um convite para que colaboremos logo nesta tarefa.

Questões como a de uma mais justa incidência do imposto de renda, do controle das ações ao portador, da nacionalização das riquezas do subsolo e das fontes de energia, da direção pública das autarquias entregues à escuridão das gestões privadas, acham-se ligadas a este capítulo, bem como outras, como a libertação dos sindicatos da escravidão oficial, que até na Itália que nos serviu de modelo já desapareceu. *(Palmas.)*

Não podemos esquecer a existência de capítulo inteiros da Constituição sob a alegação de que aplicá-los é impedir o desenvolvimento do país, o enriquecimento do povo, tudo isso de envolta com raciocínios complicados e afirmações eruditas e enigmáticas. Esta é a opinião e a ciência de alguns poucos, sendo de se notar que tais atitudes pretensamente científicas se ajustam como luvas aos mais visíveis interesses dos que as emitem. A Constituição pensa de outra forma, dispõe coisas diversas. E o que cumpre a nós, legisladores, é obedecer à Constituição e não ficarmos ouvindo cursos suspeitos de estatística terrorista ou de economia política catastrófica.

Palavras finais

Aí tendes, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em palavras talvez demasiadas, algumas reflexões que, em nome do meu partido, submeto à vossa douta consideração, nesta solenidade em que festejamos a grande Constituição democrática de 1946. Devemos orgulhar-nos dela e dos constituintes que a elaborarem, dos quais

citarei, como nomes simbólicos, os de Nereu Ramos e Costa Neto, pela maioria, e Otávio Mangabeira e Prado Kelly, pela oposição. *(Palmas.)*

Para cultuar a Constituição, é preciso conhecê-la, para conhecê-la é necessário aplicá-la, para aplicá-la é indispensável não temê-la.

Membro de um partido de oposição, de um partido consciente das altas responsabilidades que incubem à oposição, é com redobrada sinceridade que vos dirijo, Senhores Deputados e Senhores Constituintes, em nome da União Democrática Nacional, os mais calorosos votos pela data de hoje, e reitero nosso firme empenho de colaborar no trabalho de construção constitucional, que nos defronta.

Rivarol dizia que a lei é como o escudo: pesa mas protege. A Constituição não é só um escudo, é um lar. É o lar democrático em que todos nós nos acolhemos para viver com dignidade e liberdade a fascinante existência política: esta luta em prol do reinado da legalidade para o poder e da conquista da maior felicidade para todo o povo. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).*

Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem

10-12-1951

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, hoje, 10 de dezembro, transcorre o 3º aniversário, da Declaração Internacional dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Parece-me extremamente oportuno que se faça consignar na Ata dos nossos debates deste dia uma referência a algumas ponderações a respeito desse alto documento. Com efeito, na evolução do pensamento político e constitucional moderno e também na evolução do Direito Internacional, um dos aspectos mais promissores e mais fecundos é exatamente o da transplantação para o campo do Direito Internacional da velha preocupação de um documento de afirmação dos direitos públicos individuais.

A elaboração da carta internacional dos Direitos do Homem foi custosa, minuciosa e tra'balhada. Dela participou o nosso país através do seu representante no Conselho Econômico e Social da ONU.

Esse Conselho havia sido incumbido, desde a carta de São Francisco, documento fundamental da ONU, de elaborar este *bill* internacional dos Direitos Humanos.

Constituiu o Conselho Econômico e Social da ONU comissão especial incumbida de redigir a declaração de princípios. Essa comissão especial por sua vez, designou cinco dos seus componentes para integrarem o comitê especial de redação que levou avante o trabalho.

Nosso país, dizia eu, fêz-se representar na elaboração desse documento e, através de seu delegado especial, formulou uma das opiniões que têm sido recolhidas pelos tratadistas, qual seja a de que essa declaração internacional de direitos deve – se traduzir numa linha de conduta obrigatória para o direito interno de cada país.

Como sabe a Câmara, os chamados direitos públicos individuais têm essa designação precisamente porque constituem aquela soma de direitos que o indivíduo pode apresentar *erga omnes*, mesmo e, sobretudo, contra o Estado. Eis por que, sendo direitos individuais, são também direitos públicos e os tratadistas costumam dividir esse conjunto de direitos individuais em dois tipos distintos, mas não opostos; os direitos pessoais e os direitos sociais, ambos de natureza pública, ambos de natureza individual. Os direitos públicos pessoais do homem são aqueles que dizem respeito a própria dignidade inerente à pessoa humana, pelo simples fato da sua existência, e da sua condição de ser humano, servindo-me eu, aqui, mais ou menos, das próprias palavras que formam o intróito da declaração a que me venho reportando: são o direito à vida, à liberdade individual, à liberdade de pensamento, à liberdade de religião, são, enfim, aqueles direitos essenciais à própria personalidade humana, pelo simples fato de existir como homem no seio da sociedade.

Além destes, existem os outros direitos públicos individuais, que são vinculados a condições do homem como ente social: são os direitos de representação política, de igualdade perante a lei, os referentes à constituição da família, à liberdade de reunião, são, enfim, aqueles direitos inerentes à pessoa humana, não mais como ser, mas como peça integrante da coletividade social.

Na sua magistral declaração, a Organização das Nações Unidas reuniu e sintetizou em trinta artigos tudo aquilo que a filosofia política e mesma a filosofia simplesmente considerada como tal, a Teoria do Estado, o Direito Constitucional e o Direito Internacional têm recolhido nos diferentes períodos de sua evolução para indicar como consistindo o que de melhor se tem apreciado com referência a esta matéria. Nestes trinta artigos existe, por assim dizer, a definição expressiva e eterna da dignidade humana, considerando o homem como um ente social.

Sr. Presidente, discutiu-se muito no seio das Nações Unidas se esse documento, nos termos em que foi redigido, poderia ser considerado como uma recomendação da Organização aos diferentes País que a compõem, ou se poderia ser desde logo, entendido como um texto obrigatório na legislação interna desses países. Depois de largos debates, e principalmente depois das restrições que foram oferecidas pelo bloco das nações soviéticas, ficou entendido que a Declaração internacional dos Direitos Humanos não poderia transpor, preliminarmente, os limites da recomendação oferecida pela Organização internacional aos seus membros componentes.

Mas essa recomendação, num caso como o do Brasil, vem-se inserir, vem-se integrar, vem, por assim dizer, se confundir com aquelas normas obrigatórias que são, também, tradicionais na evolução do nosso pensamento político e que estão perfeitamente delimitadas no texto escrito da nossa Constituição. É portanto como participante de um pensamento democrático, de um país regido pelo regime democrático, que venho lembrar o transcurso desta data por tantos títulos festiva para a vida internacional moderna e recordar aos nossos ilustres colegas que a manutenção deste texto não é apenas um assunto de interesse teórico, é muito mais do que isto –

o estímulo que nos deve levar a um combate permanente que precisamos sempre manter e do qual jamais deveremos fugir para continuar na senda que restabelecemos, em 1945, de um governo democrático muito compatível com a dignidade humana neste planeta. *(Muito bem! Muito bem! Palmas).*

Sesquicentenário do nascimento de Vitor Hugo

6-3-1952

O SR. AFONSO ARINOS *(Lê o seguinte discurso.)* – Sr. Presidente, o dia 26 de fevereiro marcou cento e cinqüenta anos de nascimento de Vitor Hugo, poeta tão cônscio de sua grandeza, que pôde escrever com orgulho, mas sem ridículo, que o século era dois anos mais velho do que ele.

Nós outros, nascidos na aurora vermelha de outro século – vermelha de sangue como a época que o acolheu no mundo, e não tinta de luz – não tivemos ainda, dobrada a primeira metade da centúria atual, um intérprete e um guia como ele, cuja imensa voz, redentora e benfazeja, viesse causticar os crimes do presente ao mesmo tempo que para lançar, nas leiras do futuro, a semente da esperança.

Talvez o sinal mais alarmante da crise do nosso tempo seja esta ausência de poetas universais, que venham consolar as dores e prenunciar as alegrias do gênero humano. Atravessamos, na primeira metade deste século, convulsões e cataclismos sem precedentes na História; assistimos, nas mais distantes terras e águas, nos mais longínquos céus, a espetáculos de valor e de miséria que nos fazem pensar, com Pascoal, que o homem não pode deixar de ser criatura de Deus sempre entregue à tentação do demônio. Mas, como em aumento da nossa aflição, os sofrimentos que curtimos e as redenções que conquistamos não encontraram poetas bastante fortes para cantá-los. Tão desnorteadora, confusa e insensata é a crise em que nos debatemos, que a voz dos poetas tornou-se também misteriosa. Falam eles hoje uma linguagem fechada, uma linguagem escura e velada de símbolos, somente perceptível pelos iniciados no seu hermetismo, quando não voluntariamente impenetrável, mas que, por isso mesmo, não leva consolação à densa turba dos que sofrem e procuram amparo na mensagem dos poetas. A obscuridade da poesia moderna, a sua impotência para suscitar nas almas medianas sentimentos simples e grandiosos é o mais severo sinal de que estamos longe de encontrar saída para as nossas dúvidas e aflições. Deve haver, no porvir, muita treva concentrada, desde que os pássaros de vôo mais alto e mirada mais perscrutadora não vislumbraram ainda, claridade no horizonte.

Não podemos aceitar a triste conclusão de que a poesia e, mesmo, a literatura em geral tornaram-se incompatíveis com a vida do homem moderno. Para que isto

fosse verdade, outras conclusões seriam necessárias, que amputassem do homem toda vivência espiritual e intelectual e o transformassem num autômato entregue às forças certas do Estado Leviatã. Seria, ainda mais, preciso que o homem de hoje demonstrasse estar voltando espontaneamente as costas a Deus e aos poetas. Mas se, precisamente, a grande maioria dos homens se alarma com o absurdo desta luta que é o mundo, luta sem fé nem beleza, com a monstruosidade desses ódios, dessas fomes, desses pânicos que, como látegos malditos atiram povos uns contra outros como feras encarniçadas, como é possível pretender-se que falta ao ser humano as condições subjetivas criadoras do amor à beleza e à fé?

Não acolhamos, pois, as razões dos que desejam curar matando: dos que pretendem justificar a pobreza atual do mundo em poetas mundiais, com a declaração, tão simples de se fazer quanto terrível de se admitir, que foi a poesia que morreu. Ao contrário, reconhecendo embora que os poetas faltaram, até certo ponto, à nossa geração, empenhemo-nos no esforço de lançar nossas perguntas aos das gerações que já se foram.

Entre esses nenhum mais próximo, mais solidário, mais capaz de lições e castigos do que Vítor Hugo.

Este poeta que, como Dante e Camões, sentiu diretamente e soube fundir na eternidade do verso um momento ascensional do seu próprio povo, este homem que foi na palavra do seu mestre Chateaubriand o "menino sublime" e, depois, jovem glorioso, homem vingador e ancião profético cresceu com o século, entestando rijamente, qual árvore enorme, com os vendavais da História; este homem, este poeta, tem respostas às dúvidas que hoje lhe propusermos. Eis por que, em todo mundo, tanta gente se volta para sua grande lição, para o seu gênio feito de energia e amor, de justiça e esperança.

A questão puramente especulativa e que, no entanto, apaixona agora a tantos escritores, a questão de se saber de que lado da cortina de ferro se acolheria a sua musa é evidentemente supérflua, se não francamente prejudicial aos verdadeiros interesses da cultura. Em vez de procurarmos investigar como estaria Vítor Hugo em face das nossas fundas divisões, perguntemo-nos se não seria possível uma união nossa em torno dos ideais de justiça e liberdade que foram sempre os seus. Pois a vida de Vítor Hugo é um fervoroso desmentido a esta necessidade de opção em que nos querem colocar os frios ambiciosos e os fanáticos sanguinários do nosso tempo, opção entre uma justiça sem liberdade e uma liberdade sem justiça.

Pensamos, às vezes, que estão usadas e gastas as idéias que estas duas palavras exprimem, mas é um erro. O que gastamos foram as palavras, mas não as idéias. E gastamos as palavras porque as temos usado com um sentido hipócrita, porque trocamos o seu verdadeiro conteúdo, feito de experiência e pensamento, por um enchimento falso e fofo, mistura de astúcia e sectarismo.

Hoje, quando a filosofia política nos mostrou o que é a liberdade individual e a doutrina científica nos ensinou como se pode conquistar a justiça social, é evidente que estas duas aquisições da cultura humana, se ajustaram, se interpenetraram, se

integraram num só todo. Não há possibilidade de separá-las, mantendo-se ao mesmo tempo o homem satisfeito materialmente e digno espiritualmente. Justiça é satisfação material; liberdade é dignidade espiritual.

Se nós restituirmos a estas palavras, tidas por caducas, o seu verdadeiro e original sentido, que já consta há milênios dos textos dos santos e dos filósofos, e nós não considerarmos a justiça como a querem os defensores unilaterais da liberdade, nem a liberdade como a desejam os defensores unilaterais da justiça, então veremos que as idéias solidárias que elas exprimem readquirem a sua significação sempre nova, porque eterna. Nada mais jovem do que a manhã, que renasce desde o princípio dos tempos.

Estes grandes problemas, que jogam com o próprio gênero humano, foram sempre definidos em palavras simples, na obra dos grandes poetas, de Homero e Virgílio a Dante, Milton e Hugo, pois não pode haver complicações na verdadeira grandeza. Este segredo da simplicidade gigantesca foi o de Vítor Hugo, e por isto foi ele atacado pela ociosa sutileza dos críticos. "Tolo como o Himalaia", chegou a dizer dele um dos mais engenhosos críticos da sua época, porque singelas como a sua grandeza eram as causas enormes a que dedicou a vida e o gênio: as causas da justiça e da liberdade entre os homens. Também outro escritor, o que talvez melhor reflita na sua obra os pélagos da alma contemporânea não hesitou em declarar que, mais tedioso que Virgílio, somente Homero.

Lamentável é que tenhamos perdido, e Deus sabe até quando, a simplicidade de coração que, aliada à força do gênio, pode modelar, como fez Hugo, as paixões humanas, não em decomposições e refrações exasperadas, mas nas suas formas elementares e imensas. Eis porque, à falta de poetas que hoje traduzam com a necessária amplidão o drama do mundo, apelamos para os que foram como ele.

De todos as manifestações do pensamento humano a poesia é a mais expressiva, porque é a mais desdenhosa. Não é apenas porque a linguagem poética, essencialmente reversível e indomável pela lógica, pode exprimir várias coisas a um só tempo, e mesmo coisas contrárias. É que a própria substância da poesia permite, e até obriga, a uma espécie de milagre da multiplicação da verdade, em correspondência com as variações da inteligência ou dos sentimentos do leitor.

Por isto mesmo, na caudal do gênio hugoano, poderemos colher aquela linfa sempre capaz de aplacar a nossa mais variada sede. Mas se há nele três elementos constantes serão eles, além da liberdade e justiça já referidos, o amor da glória.

Foi este amor que o fez titubear, por vezes, nos outros dois caminhos. Daí seu culto por Napoleão, filho dileto da glória. Há, na epopéia napoleônica, qualquer coisa de juvenil e generoso, qualquer coisa de arrebatador e irresistível que deslumbra, mesmo em face da justiça oprimida e da liberdade espezinhada. Só isto explica a fascinação que aquele homem, fora de todas as medidas, exerceu sobre os mais livres e maiores escritores do seu tempo.

Goethe que não admirava os guerreiros, nem quando se chamavam Júlio César ou Frederico, já no Consulado se deixava atrair pelo jovem corso, por aquela,

como ele disse *herrlische und herrschende und Erscheinug*, esplêndida e dominadora aparição.

Byron, na suprema aventura da vida, procurava conquistar, com a independência da Grécia, uma coroa de rei, que talvez não lhe fosse negada. Era juntar um coroamento napoleônico ao seu destino byroneano.

Chateaubriand, apóstolo da restauração e do legitimismo, precursor do constitucionalismo liberal, opositor altivo e irredutível do Império, disse entretanto de Bonaparte que ele foi "o maior sopro de vida que jamais animou a argila humana". E, ouvindo o canhoneio de Waterloo, deixou-se dominar pela emoção da glória e rezou pela vitória do detestado adversário.

Benjamin Constant, o exilado de Coppet, o panfletário mordaz, combateu sem desfalecimento o sol no seu zênite mas não resistiu a reverenciar a sua luz de ocaso. Nos Cem Dias apoiou o cambaleante tirano, redigiu o Ato Adicional, lançou-se francamente em defesa do Império agonizante.

Stendhal não foi somente o soldado da campanha da Rússia e de Waterloo. Foi também escritor que tomou como modelo de estilo o Código Civil napoleônico, e cujo livro mais admirável, a *Chartreuse de Parme*, é uma trama psicológica e sentimental urdida sobre a vertiginosa Europa imperial.

Havia, naquela glória nababesca e perdulária, qualquer coisa de superior, que pairava acima dos seus crimes e brutalidades. Esta qualquer coisa era o facho da Revolução, de que Bonaparte nunca deixou de ser o filho e o epígono. O imperador parvenu que subiu com tanta gula ao leito de uma arquiduquesa de Áustria nunca deixou de sentir dentro do peito o mesmo coração de jovem general do Diretório. E o que atraía os grandes escritores na figura de Napoleão era esta lembrança dos ideais revolucionários, sempre presente debaixo da glória militar ou do poder imperial.

O Império foi o incêndio final, que lavrou no continente ateado por facho aceso na tomada da Bastilha. Por isto mesmo as suas labaredas guardavam algo da luz primeira, algo das audácias da Enciclopédia, dos errantes desvarios de Jean-Jacques, das lágrimas torrenciais do pré-romantismo.

O classicismo postiço que se observa certas manifestações da arte imperial, desde a pintura, o mobiliário e o vestuário feminino, até a poesia ditirâmbica, não é espontâneo. Surge, antes, como encomenda do oficialismo político para marcar um retorno ao império romano, como se o grande César vivo precisasse de exteriorizar, com tão ingênuas aparências, a sua real aproximação histórica dos maiores capitães da antigüidade.

Nada resta de significativo naquele museu de imitações clássicas. Como sempre acontece a arte censurada e o pensamento dirigido só puderam produzir tediosas, quando não nauseabundas contrafações. Os literatos do Império, Delille à frente, jazem no mesmo esquecimento que cobrirá, no futuro, as adulações recentes feitas a Mussolini ou Hitler, ou, ainda hoje a Staline. A posteridade não premia a escravidão do espírito.

É perfeitamente natural que a glória de Napoleão tenha sido mantida, no campo das letras, não pelos escritores submissos aos seus caprichos, mas por aqueles que não pactuaram nem concordaram com os males provocados pelo seu destino.

Eis por que Vítor Hugo podia, como disse em um belo verso, ajuntar à sua lira uma corda de bronze para cantar os feitos do novo herói lendário, sem que isso diminuísse o som das cordas de ouro com que cantou os mais elevados e nobres dons da alma humana.

Considerada a parte napoleônica da sua poesia como uma resultante do natural entusiasmo de poeta por uma glória excelsa e também como concessão ao sentimento patriótico de francês pelo general que levou o penacho gaulês às fronteiras mais remotas do mundo civilizado, resta uma constante harmonia no significado da sua obra, harmonia baseada sempre nos dois fundamentos de justiça e liberdade.

Desse ponto de vista a criação hugoana exibe uma linha contínua de evolução, sem hesitações nem retrocessos.

No princípio da vida, o seu modelo foi Chateaubriand, então a figura dominadora do meio literário. Chateaubriand, o maior prosador do tempo, tinha dedicado sua agitada carreira política a compor um sistema de governo que harmonizasse os fundamentos do cristianismo e a aceitação histórica da legitimidade monárquica com a prática inglesa da liberdade constitucional. Eis por que Vítor Hugo da primeira mocidade, seguindo a linha, por ele mesmo marcada na adolescência de ser um "novo Chateaubriand ou não ser nada", aparece na quadra dos vinte anos como o denunciador do Antecristo que dominará a terra "enquanto a sombra imensa de Deus passa e repassa no seu deserto"; como o poeta que compara o ressurgimento de Henrique IV, fundador da dinastia legal, com o esquecimento do usurpador Bonaparte; como o pensador que considerava britanicamente que a salvação da França estava em que "o rio popular corresse à sombra do trono, apoiado nas leis."

Mas os Bourbons restaurados da Santa Aliança retrocediam pouco a pouco ao absolutismo dos seus avós. O liberalismo de fachada cedia lentamente, apesar dos protestos dos liberais verdadeiros, que achavam, com a razão, que a única salvação para o trono seria a prática sincera da Constituição de 1814. De Luiz XVIII a Carlos X o movimento regressista prossegue sem remissão. Carlos X voltou a ser o conde d'-Artois de 1789 como bem disse Royer Collard. Afinal os decretos ilegais de dissolução da Câmara eleita pela oposição em pleito triunfal e de censura à imprensa, precipitam a revolução de 1830, que pretendeu levar ao poder uma espécie de rei ou de presidente coroado, da pessoa de Luís Felipe.

Vítor Hugo não aparece à frente deste movimento político. Naquele ano de 1830 ele havia ganho um decisivo combate literário que precedeu, como freqüentemente acontece, a luta popular. Em fevereiro e março tinha sofrido, no "Théatre Français" a famosa "batalha do Hernani", que marcou a vitória espetacular do romantismo, isto é, que marcou a aceitação popular de um novo estilo de pensamento extremamente poderoso e capaz de penetrar em todos os setores da vida. Não se pode negar parentesco entre a "batalha do Hernani" e a revolução de 1830. Parentesco

que o próprio Vítor Hugo acentua no prefácio da sua peça ao ligar profeticamente o romantismo à revolução liberal. "O romantismo militante, disse ele, é o liberalismo em literatura".

Sob a Monarquia de Julho, Vítor Hugo poderia encontrar portanto ambiente favorável às idéias de fé cristã, monarquia legal e de soberania popular que eram as que vinham da sua mocidade. Assim, ao festejar com entusiasmo a vitória de Revolução, que ele atribui com justiça ao povo, mas que também se deve, em parte aos intelectuais do romantismo, não se esquece de ajuntar que os cataclismos que arrasam tronos preservam, pela vontade de Deus, as ermidas humildes onde se prosternam os velhos padres.

Durante o período de estabilidade do reinado de Luís Felipe o poeta, em paz com a sua consciência, consolidou a glória literária e construiu com sucesso, a vida.

Sua reserva em face do governo era atitude própria do inconformismo latente dos intelectuais, mas também não deixava de incluí-lo no sistema geral de que fazia parte uma oposição do tipo da sua. Vítor Hugo era, na Monarquia de Julho, ainda o que Chateaubriand fora na Restauração, e, como o seu admirado modelo, chegou à Câmara dos Pares.

A partir de 1845, com a sua entrada no Parlamento, o poeta dedica-se a viver o que cantava, a viver pela liberdade e pela justiça.

A revolução burguesa e parlamentarista de 1830 passou a trair os sentimentos de liberdade. E, assim como a liberdade ferida criou a resistência liberal que deu em terra com o trono dos Bourbons, a justiça sufocada veio a criar a resistência socialista que derrubou o trono dos Orleans e desfechou na República de 1848. Vítor Hugo, na sua aureolada madureza, está presente nesta grande fase.

Já em 1839, por ocasião da insurreição socialista de Blanqui e da condenação à morte de Barbès ele manda ao rei aquele admirável poema pedindo graça para o condenado, poema que, dez anos depois, encontraria no Brasil, em circunstâncias semelhantes, uma imitação à altura com o comovente apelo de Álvares de Azevedo a Pedro II, em favor de Pedro Ivo.

O escamoteamento da liberdade pela Restauração se fez através da reação aristocrática. A supressão da justiça pela Monarquia de Julho se operou por meio da reação burguesa e capitalista.

De um lado o capitalismo se lançava na aventura da revolução industrial e do começo da produção em massa, utilizando o trabalho como mercadoria sujeita às leis da economia liberal. Era a miséria e o esmagamento do proletariado, enquanto se consolidavam, através dos lucros e reservas, as fortalezas do capital. Este era o movimento que encontrava no governo expressões poderosas da burguesia, como Casimir Pèrier, Lafitte ou Thiers.

Mas de outro lado, como era inevitável, a defesa da justiça se operava não mais como simples movimento liberal, mas em franca articulação socialista, na qual o proletariado insurreto encontrava guias intelectuais como Fourier ou Blanqui. Louis Blanc ou o ilustre Proudhon.

Nesse ambiente, a marcha de Vítor Hugo é francamente pela restauração da justiça, isto é, para a esquerda. Em ocasiões sucessivas ele combate a lei eleitoral censitária e defende o sufrágio amplo, ataca a brutalidade dos métodos de Casimir Pèrier elogia o socialismo de Saint Simon, pede perdão, como dissemos para Barbés. Enquanto isto, na vida literária, o pensamento libertador e justiceiro se amplia em obras como *Notre Dame de Paris*, *Cantos do Crepúsculo* e *As Vozes Interiores*.

Depois da Revolução de 1848 vem a admirável Constituição democrática e socialista redigida por homens como Lamartine, Tocquevillo, Lamenais, Odilon, Banot, Vitor Considérout. Constituição que criou o direito do trabalho e o sufrágio universal, que erigiu a educação popular em dever do Estado e considerou a paz universal como fim supremo dos estados. Constituição que sem se desprender de Deus, uniu na teoria humana justiça e liberdade. O grande erro da República de 1848 foi a eleição, para Presidente do Príncipe Luís Napoleão, de fato aspirante a ditador. E, à proporção que o Presidente imperial conspirava para a queda da legalidade que devia encarnar o seu maior inimigo, o grande poeta que deveria pregá-lo em versos sublimes a um eterno pelourinho de expiação, se dispunha a defender, como sempre a liberdade e a justiça. Então Vitor Hugo chega a romper com a parte reacionária da Igreja, inclusive com seu antigo amigo Montalembert porque entendeu que o catolicismo deixava de ser cristão para se tornar instrumento de um poder que aspirava à tirania.

O inevitável aconteceu. O Presidente, traidor das esperanças do novo, deu o golpe de Estado de dezembro de 1851 e o país mergulhou na treva da ditadura. Vítor Hugo é dos que, naquele Paris transido, se põem à frente da resistência. Triste foi naqueles dias, a sorte dos intelectuais democratas. O povo estava adormecido ante o golpe e, até certo ponto, esperançoso nos falsos benefícios de uma ditadura que se dizia popular. Inutilmente os deputados, e entre eles Vítor Hugo, tentaram defender a Constituição democrática. Inutilmente um deles Baudin morreu na barricada enfrentando a tropa ditatorial. Estava morta a liberdade em nome de uma falsa justiça. Só restava ao poeta o exílio vingador.

Sua tremenda vingança está nos sangrentos poemas compostos no exílio contra o Segundo Império. Jamais a língua francesa e talvez nenhum outro idioma alcançou mais destrutivo poder na agressão, no sarcasmo, na queixa e no desespero do que mostram os versos de fogo que Vítor Hugo incluiu nos *Châtiments*. Pode-se dizer que o Império, antes de Sedan, já tinha desabado sob o impacto de lava daquele vulcão de poesia incandescente.

Nestas páginas imortais que devem estar hoje sob os olhos de todos, a traição do golpe é descrita, a mentira demagógica desmascarada, a corrupção podre e a incapacidade visível do governo ditatorial exposta; enquanto aquele monte de lixo e fausto da ditadura se via furiosamente revolvido por tenazes ardentes.

Mas ao fracasso interno sucede a ignomínia da derrota. E o poeta logo esquecido de tudo que sofreu como francês, limpando os olhos das lágrimas dos próprios e terríveis golpes que tinham assaltado a sua vida íntima, ocorre para suster com o braço a França malferida.

É a Comuna e o sangue tingindo o Sena. É a repressão brutal contra a cidade heróica, que a reação desencadeia, protegida pelos canhões do prussiano. Mas para Vítor Hugo é *O Ano Terrível,* que ele fixa no título e nos versos dolorosos de um livro.

Ele se recusa a optar entre justiça e liberdade. Ele cauteriza a violência repressiva. Ele sente que a justiça está com o povo, e que é preciso defendê-la, sem sacrifício da liberdade. Naquela primeira grande divisão do mundo, que foi a Comuna de Paris, microcosmo preparatório da imensa divisão em que hoje nos achamos, Vítor Hugo não se divide de si mesmo. Quem o diz é ele próprio. "Sua consciência – brada – é fixa, e nada a moverá. Porque quaisquer que sejam os ventos que soprem sobre a sua flama, os princípios profundos não tremem dentro da alma."

Eis, grande poeta, a lição profunda que, na miséria do tempo, século e meio depois que surgiste, deveríamos colher na tua vida e na tua obra.

O homem é um ser completo, tu o disseste, e tu o provaste em versos dos mais belos que jamais foram ouvidos neste mundo.

Para nós também, como tu o afirmaste, o homem é feito à imagem de Deus, que é a expressão suprema do livre e do justo. Portanto, se a vida tem hoje um sentido, só pode ser aquele que deste à tua gloriosa e lógica existência: não nos dividirmos de nós mesmos, lutarmos como homens completos que somos ao mesmo tempo pela justiça e pela liberdade. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

A UDN e o governo Getúlio Vargas

9-10-1952

O SR. AFONSO ARINOS *(Como líder da minoria.) – (Palmas prolongadas.)* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumpre-me, de acordo com a resolução unanimemente adotada ontem pelo Diretório Nacional do meu partido, fornecer à casa e à nação as razões da atitude assumida pela União Democrática Nacional, em face do apelo formulado pelo Sr. Presidente da República no seu discurso de 3 do mês corrente.

Devemos, em primeiro lugar, acentuar que o acolhimento dispensado a este apelo, nos termos constantes da nota hoje publicada pela imprensa, corresponde, Sr. Presidente, ao coroamento e à execução de uma linha invariavelmente preconizada pelo meu partido, todas as vezes que a necessidade tornou conveniente a exposição deste ponto de vista.

Sustentou, com efeito, cada vez que tal se fez mister, que o Sr. Presidente da República, para desencumbir-se convenientemente de sua função constitucional, no momento em que necessitava organizar a máquina política do país, com o objetivo de iniciar e prosseguir empreendimento de interesse nacional, deveria fazê-lo por intermédio dos partidos, porque este é o quadro jurídico traçado pela Constituição vigente.

Na ocasião em que o Sr. Getúlio Vargas, pouco depois de empossado, saído de um pleito eleitoral que teve características quase plebiscitárias, de público enca-

minhou o seu projeto de lei de economia popular ao meio político nacional, acentuando que esperava fosse tal projeto considerado como convinha pelo Congresso, porque, se não o fosse, o povo saberia fazer justiça pelas próprias mãos – o meu Partido levantou-se, nesta e na outra casa do Parlamento para protestar contra a temerária declaração, sustentando que, em um regime político organizado, a justiça não se desincumbe e não procede senão de acordo com o aparelhamento criado pelas leis.

Quando, posteriormente, Sr. Presidente, o Sr. Getúlio Vargas, em recente e sensacional discurso proferido na cidade de Porto Alegre, esboçou uma linha doutrinária que procurava basear-se no apelo feito à política sindical, mais uma vez o meu partido, através de diferentes e autorizados pronunciamentos, sustentou que não era possível ao Presidente da República alicerçar sua orientação política no apelo direto às organizações sindicais, visto como somente por intermédio do mecanismo constitucional e partidário poderia S. Exª organizar os planos e executá-los.

Ora, Sr. Presidente, seria de nossa parte manifesta incoerência se, pela primeira vez, quando o Sr. Presidente da República, desejoso de entregar à consideração do Congresso Nacional um plano de profunda reforma administrativa, o faz apelando para a colaboração política e legislativa dos partidos, seria, dizia eu, manifesta incoerência da União Democrática Nacional que viesse, *in limine*, negar apoio a essa atitude, que mais não é, Sr. Presidente, do que realização dos postulados e da orientação que ela, de acordo com que acabo de expor, vem defendendo intransigente e coerentemente.

Mas, Srs. Deputados, a posição do nosso partido, ao atender, nos termos em que o faz, ao apelo do Sr. Presidente da República, não corresponde apenas à necessidade de uma coerência interna: corresponde também à submissão e à obediência às diretrizes da Ciência Política e do Direito Constitucional contemporâneos. Na verdade, o regime democrático deve ser apreciado como se manifestando através de um duplo caráter, de uma dupla apresentação: a forma legal e o conteúdo material. A forma do regime democrático pressupõe e exige aquilo que poderemos chamar de dialética democrática – a existência de uma contradição perene, a permanência de uma antinomia constante, entre governo e oposição. É sabido que o regime democrático não se manifesta e não existe pela idéia de governo das maiorias; ele seria uma ficção, esvaziada de qualquer conteúdo, se ao lado dessa idéia de governo das maiorias também não prevalecesse, também não coexistisse, também não figurasse a idéia de existência das minorias. Governo das maiorias, existência de minorias – eis o que caracteriza o regime democrático. E, Sr. Presidente, este fato da existência das minorias fiscalizadoras, das minorias críticas, das minorias oposicionistas, de tal forma impregnou o pensamento e a doutrina democráticos que, hoje, deixou de ser uma reivindicação e uma afirmativa dos doutores dos livros, para se incluir, definitivamente, nos textos positivos do direito político.

Desde os tempos do início do século XVIII, em que na Inglaterra se procurou fazer sentir à Coroa que a existência das minorias parlamentares não representava hostilidade pessoal ao governo mas, sim, dever de fiscalização, até hoje, largo é o período percorrido pelos sofrimentos humanos. Mas a verdade é que esses sofrimen-

tos, que essa experiência, que essas lições da vida, vivida e plena, se cristalizam e se sintetizam em textos, como o da atual Constituição alemã do Estado de Baden, que passo a ler, como exemplo do que acabo de significar.

Diz o art. 120 da Constituição de Baden interpretada por Carlos Ollero:

> "Os partidos políticos devem declarar-se responsáveis pela formação da vida política e direção do Estado, quer se colaboram no governo, quer se figuram na oposição. Se estão na oposição, compete-lhes vigiar a atividade do governo e dos partidos que dele participam, assim como criticá-lo se necessário, mas de maneira objetiva e construtiva."

Eis, Sr. Presidente, na crueza e no despojamento da linguagem legal, o coroamento de toda uma grande doutrina, baseada na necessidade de oposição. Temos, assim, repito eu, não apenas a opinião dos professores, dos jornalistas e dos demais informados, que são, da ciência jurídica, mas Sr. Presidente, o preceito expresso e obrigatório de um dispositivo constitucional. Devo acentuar que a esse dispositivo que acabo de ler se deve juntar um outro, para orgulho nosso, que é aquele preceito da Constituição de 1946, elaborado pela sabedoria desta geração política brasileira, e segundo o qual não se pode conceber regime democrático sem a pluralidade dos partidos. Ora, a pluralidade dos partidos, Sr. Presidente, significa a pluralidade de orientações partidárias, a independência no julgamento dos atos do Executivo e dos atos das demais autoridades detentoras do poder público. Podemos, portanto, assegurar que a nossa Constituição, usando de uma técnica diferente, de uma linguagem distinta, estabeleceu e fez respeitar o mesmo preceito a que há pouco me reportei, retirado de uma constituição européia. Por conseqüência, o dever da oposição é um dever partidário; por conseqüência, a necessidade da vigilância é uma necessidade política; por conseqüência, a incumbência da resistência é uma incumbência moral. Partidariamente, politicamente, moralmente, nós, da União Democrática Nacional, permanecemos fiéis aos postulados adotados pela Convenção de abril.

Mas, Sr. Presidente, além da forma jurídica dos regimes políticos, além da moldura formal dentro da qual devem abrigar-se as instituições governativas, existe um conteúdo operativo, um conteúdo de execução ao qual não podemos escapar e do qual não podemos esquecer: é este conteúdo operativo, é esta necessidade de execução das tarefas do governo, é esta obrigatoriedade da atenção e do atendimento aos problemas do povo, que obriga, que impõe, que faz com que, no regime que hoje praticamos, regime presidencial baseado na proporcionalidade eleitoral, os partidos sejam levados a se juntar, no Congresso, para execução das tarefas de interesse popular.

Quando vinha, há pouco, para ocupar esta tribuna, ao atravessar as ruas da cidade em demanda ao Palácio Tiradentes, assisti a espetáculo que, poderíamos dizer, não mais nos comoveria, pela insistência de sua repetição, se não encerrasse um doloroso apelo, se não fosse uma excitação constante às cordas mais sensíveis do nosso coração. Na rua do Catete, por onde passei por causa de uma desordem de tráfego, que se transforma em um dos desastres da vida brasileira, vi três famílias de ho-

mens do campo, andrajosos, miseráveis, famintos, atravessarem horrorizados, como gado assustadiço, diante daquelas máquinas rumorosas que faziam o seu espanto e o seu terror. Eram crianças famintas, eram mulheres em farrapos, eram homens que traziam nos olhos o deslumbramento da cidade e o desencanto da miséria, que olharam para mim como se estivéssemos, realmente, residindo em dois países diferentes, como se fôssemos pertencentes a duas raças distintas. E eu me senti humilhado diante daquela situação insolvável a qual eu não poderia remediar.

O Sr. Armando Falcão – Esse quadro relata nada mais nada menos do que a miséria reinante no nordeste e que de lá expulsa seus filhos. Pois bem, Sr. Deputado, a essa miséria o governo assiste impassível. Não têm sido poucas as vezes que as representações nordestinas levantam aqui a sua voz clamando e reclamando providências que só existem, na realidade, na demagogia oficial. Isso vem provar o quê? Que esse governo, que se instalou em fevereiro de 1951 como sendo o governo de salvação nacional, não passa de um embuste, de um engodo.

O Sr. Fernando Ferrari – Lamento sinceramente venha o ilustre Deputado Armando Falcão apartear Vossa Excelência, que está produzindo um discurso sereno e patriótico, no tom altamente partidário com que o fez. Devo dizer a S. Exª que jamais na história de governo algum foi dado tanto ao nordeste. Nunca, Senhor Deputado Afonso Arinos, um governo se interessou pelo nordeste dentro das possibilidades nacionais, mais do que o de agora.

O Sr. Armando Falcão – Nas manchetes dos jornais.

O Sr. Fernando Ferrari – Se existe demagogia é da parte do nobre Deputado Armando Falcão, e não do patriótico governo da República, que se interessa pelas zonas flageladas.

O Sr. Joel Presídio – Como filho do Nordeste, e quando o nobre orador coloca tão alto um problema que é do Brasil, vejo com tristeza outro deputado, também do Nordeste, ligado ainda a partido que está apoiando o governo nesta Casa, do qual, até hoje, não se afastou, proferir aparte traduzindo uma inverdade. Nunca o Presidente Getúlio Vargas, durante seu governo, esteve de ouvidos e de olhos fechados ao sofrimento dos nordestinos. Os socorros que têm ido para todo o nordeste, por meio de gêneros alimentícios e remédios, por meio de todos os recursos de que dispõe o governo, respondem solene e formalmente à inverdade com que o Deputado Armando Falcão, em suas tiradas de demagogia, pretende empanar o brilho do discurso de V. Exª

O Sr. Armando Falcão – Permita V. Exª: demagogia, se fizesse eu, iria buscá-la na escola do chefe do Partido de V. Exª

O Sr. Joel Presídio – Lamento profundamente que S. Exª, nordestino como eu, venha negar uma verdade repetida na tribuna, mais de cem vezes, inclusive por ilustres representantes do seu Estado. *(Trocam-se apartes.)*

O Sr. Ernani Satiro – Pediria ao nosso orador que não se deixasse perturbar e prosseguisse na brilhante exposição que vem fazendo. *(Apoiado.)*

O Sr. Pereira da Silva – Penso que o assunto deve ser discutido com serenidade. A verdade é que homens da estatura do Governador José Américo de Almeida e representantes do mesmo partido a que pertence o nobre colega Sr. Armando Falcão têm trazido a esta Casa depoimentos os mais frisantes do quanto o governo do ilustre Sr. Getúlio Vargas tem feito, dentro de suas possibilidades, para socorrer as populações do nordeste. Por certo o problema é complexo e de suma gravidade. Mas dizer que o Sr. Presidente da República tem abandonado a população do nordeste à sua própria sorte, seguramente, é um flagrante, uma grande, uma clamorosa e grave injustiça. *(Palmas.)*

O Sr. Arnaldo Cerdeira – Estamos abordando um problema político de grande atualidade e o nobre orador o faz com essa elegância e cultura que o caracterizam.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Arnaldo Cerdeira – Realmente, o assunto é de palpitante interesse nacional. Todavia, gostaria que V. Exª, para que ficasse bem fixada a situação do passado e a contribuição da Câmara e do Senado a S. Exª o Sr. Presidente da República, respondesse se os partidos majoritários, bem assim os partidos da minoria, em ambas as casas do Congresso Nacional, não têm dado até hoje, a toda a nação, todo o concurso, toda a dedicação, toda a cooperação, todo o sacrifício, até na votação das leis pedidas para serem acautelados os interesses brasileiros.

O SR. AFONSO ARINOS – Respondo, com prazer, depois de agradecer a honra que me fizeram os brilhantes colegas com os apartes com que ilustraram meu discurso, ao Senhor Deputado Arnaldo Cerdeira.

De fato, a maioria e a minoria desta casa jamais negaram todos os esforços que se tornaram possíveis para o minoramento desse drama universal, que é o sofrimento do nordeste brasileiro.

Ainda agora, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para mencionar o último, o mais recente e, esperamos todos, o mais frutífero talvez dos nossos esforços. Minoria e maioria desta casa se uniram com todas as bancadas nordestinas do Palácio Tiradentes, a fim de formularem, por intermédio do eminente líder da maioria, o Sr. Gustavo Capanema, apelo veemente às autoridades responsáveis para que fosse feito, por meio do Banco do Brasil, um adiantamento por conta da lei de aplicação do *superavit* da receita de orçamentos anteriores, orçamentos estes que deixaram de consignar as verbas constitucionais destinadas ao Polígono das Secas.

E esta nossa iniciativa, segundo informações que me foram gentilmente prestadas pelo eminente líder da maioria, teve o melhor acolhimento por parte do governo. É uma prova de que o Congresso, absolutamente, não descura das suas obrigações, e é uma notícia que posso transmitir às bancadas nordestinas desta casa.

O Sr. Arnaldo Cerdeira – Agradeço o esclarecimento de Vossa Excelência. O meu objetivo era tão-somente o de deixar bem claro que se a administração do país não pôde, até hoje, obter mais, não foi por deficiência ou negligência dos ramos do Legislativo.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª

Mas, Sr. Presidente, prosseguindo no meu discurso, eu recordo que procurei esboçar as necessidades decorrentes da forma democrática, necessidades estas que se confinam nesta única palavra: oposição.

A oposição é a contradição necessária de governo. É, dentro da dialética democrática, um fator da mesma indispensabilidade que é a maioria.

E, daqui de passagem, sem de longe querer influir, intervir ou participar da deliberação tomada pela seção udenista de Pernambuco, que, atendendo às conveniências da política local, nos termos dos nossos estatutos e da legislação eleitoral, resolveu adotar a candidatura do ilustre Senador Etelvino Lins para o governo do Estado, quero mencionar que a compreensão do nosso Partido nesse assunto transparece hoje das declarações publicadas na imprensa desta manhã e atribuídas aos representantes udenistas na Assembléia Estadual, pela qual todos eles louvaram o aparecimento da candidatura Osório Borba, manifestaram seu entusiasmo pela personalidade desse claro, desse bravio lutador que é Osório Borba. *(Muito bem!)*

Esta é a posição da UDN. Nós não compreendemos governo sem oposição e como oposição permaneceremos até o fim deste governo.

Mas, Sr. Presidente, dizia eu que além da forma material, a democracia representativa tem, no regime presidencial, seu conteúdo específico. Este conteúdo específico, no sistema do presidencialismo temperado pela proporcionalidade eletiva, leva necessariamente, leva inevitavelmente às composições dentro do Congresso para o apoio àquelas medidas que o Executivo tenha necessidade de aplicar, no sentido do bem comum. Vossas Excelências sabem, melhor do que eu, que o sistema de representação proporcional, aliado ao regime presidencial, é inovação recente e, até certo ponto, latino-americana.

De dez anos para cá, de onze anos para cá, é que esse processo de organização das assembléias legislativas se tem implantado em nosso continente. E esse processo, levando invariavelmente à multiplicação dos partidos, leva também, necessariamente, à posição de falta de maioria do Executivo dentro das assembléias.

Por conseguinte, Sr. Presidente, este sistema que não repilo, esta solução que aceito, esta realidade que me agrada, nos força, por outro lado, a fazer convergir para um estuário comum todas aquelas forças legislativas em cada ocasião em que se manifestam as necessidades do Executivo de organizar planos que digam respeito ao bem comum. É, portanto, não apenas atendendo àquelas razões que há pouco enumerei e que diziam respeito à atitude do meu partido com relação à conveniência da participação desses mesmos partidos nos planos de execução da política econômica e da política administrativa; não é apenas atendendo a esta circunstância, mas,

também, a uma imposição indeclinavel da realidade política que, hoje, fazemos, Senhor Presidente, a declaração pública, a declaração peremptória de que aceitamos aquela iniciativa, aquele apelo e aquele convite, que mais não são do que o desejo de que a União Democrática Nacional colabore na formulação das soluções dos problemas de interesse popular. (*Palmas.*)

Mas, Sr. Presidente, será isto novidade? Será isto atitude assumida em correspondência aos encantos de um discurso literário? Não, Sr. Presidente. Isto é a prática diuturna; isto é a tradição continuada de nosso partido nas duas legislaturas que se sucederam à Constituição de 46.

Neste momento, neste momento mesmo, posso citar as numerosas iniciativas de interesse geral ou algumas delas, das quais participa, efetivamente, a União Democrática Nacional, dentro do Congresso: a Lei Eleitoral, onde temos os ilustres Deputados Ernani Satiro e Dantas Júnior, na Comissão; a Lei do Rádio, onde contamos com a presença de Bilac Pinto e a minha própria; a Lei de Participação nos Lucros, aonde a União Democrática Nacional enviou seus ilustres companheiros Paulo Sarasate, Bilac Pinto e Osvaldo Trigueiro; a Lei de Fixação do Câmbio, a lei cambial, Sr. Presidente, sobre a qual peço permissão para ligeiro parêntese e curta narrativa.

Esta lei, Sr. Presidente, foi objeto de longa e profunda conversa que, com o ilustre udenista e ex-Presidente do nosso Partido, o ex-Deputado Prado Kelly, e eu próprio manteve o Sr. Osvaldo Aranha há cerca de um mês. A convite do eminente ex-Ministro das Relações Exteriores e ex-Ministro da Fazenda, o Sr. Prado Kelly e eu nos dirigimos à sua residência, onde debatemos longamente o assunto.

Técnicos não somos, e isto declaramos. E pela razão de não sermos especialistas nessa matéria, convimos com S. Exª na dilação do prazo a que essa matéria estava subordinada ao exame do Congresso, para tanto nos tendo dirigido ao eminente líder da maioria, que aceitou as nossas ponderações a fim de que os especialistas da UDN, Deputados Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, Alberto Deodato, Magalhães Pinto, Herbert Levy, enfim, todos aqueles que se interessam pelos estudos de economia e de finanças pudessem participar, não por meio de emendas dentro do plenário, mas por meio de sugestões fora dele, na elaboração dos projetos que venham disciplinar essa situação.

Por quê, Sr. Presidente irmos dizer então, que essa atitude, que corresponde pela teoria e pela prática do regime a um imperativo nacional, representa o recuo de uma linha política definida, como há pouco fiz, de vigilância, de resistência e de oposição?

O Sr. Joel Presidio – Vossa Excelência permite um outro aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com prazer.

O Sr. Joel Presídio – Quero dar o meu testemunho e invocar para ele o testemunho do próprio líder da maioria, o honrado Deputado Gustavo Capanema. Não

fora o patriotismo com que a UDN tem-se portado aqui na votação dos assuntos de interesse nacional, o líder da maioria muitas vezes nesta casa teria sido derrotado. Isto é que os *Anais* precisam registrar, e que saiu dos lábios de um deputado cem por cento fiel ao atual Presidente da República.

O Sr. Armando Falcão – Isto é contra a maioria!...

O Sr. Arnaldo Cerdeira – A declaração do nobre Deputado do Partido Trabalhista Brasileiro envolve uma acusação tão séria...

O Sr. Nestor Duarte – Não apoiado.

O Sr. Arnaldo Cerdeira – ... ao bloco majoritário, que devo declarar ao nobre orador que o Partido Social Progressista, cônscio das suas responsabilidades, subscreve inteiramente as referências altamente elogiosas que S. Exª fez à União Nacional nesta casa, mas tem, com os seus olhares, visto que a indisciplina, aquela que muitas vezes compromete a maioria nesta casa, comprometendo, realmente, a liderança desta maioria, nasce, sobretudo, dentro do próprio partido do Deputado Joel Presídio. (*Palmas. Risos.*)

O Sr. Gustavo Capanema – Meu nobre colega Deputado Afonso Arinos, não posso deixar de interromper, por um minuto, a excelente oração que V. Exª está fazendo, para dizer uma palavra de retificação a essa versão que se quer dar de que a maioria, num ou noutro caso, age com indisciplina. Não há absolutamente isso. O que acontece na maioria é que em primeiro lugar ela não é liderada em termos peremptórios e tirânicos...

A liderança só pode ser um convite ao estudo e à meditação e uma tentativa de persuação. A liderança, portanto, supõe sempre divergência. Isto por um lado. Por outro lado, a maioria é composta de partidos que divergem em muitos pontos fundamentais em seus programas, em seus compartimentos políticos. O PSD, o PSP, o PTB, o PTN são agremiações partidárias de ideologia completamente diversa e compromissos políticos diferentes. Nada mais razoável, pois, que nas diferentes circunstâncias da vida parlamentar, estes partidos possam discordar entre si. Devo, assim, achar natural que, em grande número de casos, haja dentro da maioria divergência de posição – muitos casos de divergência justificada – daquilo que ao líder pareça ser melhor solução. Isto posto, Sr. Deputado Afonso Arinos, devo dizer que, quando se tratou de questões fundamentais para o governo, a maioria esteve coesa e decisiva. Nunca me faltou a maioria na oportunidade em que declarei a cada partido tratar-se de questão fechada. Agora, nas múltiplas questões ordinárias, é natural que a maioria se fragmente. Longe de mim exigir do PSD, do PSP, do PTB e dos demais partidos que compõem a maioria, funcionem aqui como máquinas de votar. Assim, quero dizer aos meus companheiros da maioria que esta se comporta com a disciplina mínima necessária ao apoio político que deve ao governo. Mas, repito, nos casos em que o apoio decisivo não é necessário, ela se comporta com aquela liberdade de opinião, que é

natural no Parlamento, indispensável na democracia. *(Palmas.)* Assim, não esposo o conceito de que dentro da maioria haja um partido indisciplinado.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, os discursos por vezes servem como aparelhos radiográficos. Além da fotografia de um plenário, pode existir a radiografia dele, e esta tribuna não deixa de ser um aparelho de radiografia, que manifesta não aos olhos de todos, mas dos entendidos, o que está por dentro do que aparece por fora.

O Sr. Vieira Lins – Queria dizer a V. Exª; já que fui chamado a debate, sem desejar, pelo aparte do nobre líder do PSP, o seguinte: não há, não houve e não haverá indisciplina no PTB. O que o PTB tem tido é a coragem e a independência de, quando os assuntos determinam um valor, dentro de um prisma de caráter político e social, não se afastar de sua linha doutrinária, porque o partido não pretende vantagens imediatistas, mas visa a construção de um sistema político; nestas condições, temos tido, por vezes, dentro da maioria que formamos, neste conceito emitido pelo nobre líder da mesma maioria, a atitude que poderia parecer de rebeldia a S. Exª o nobre Deputado aparteante, quando não era senão de independência e de bom-senso, de coerência, conforme a filosofia política em que nos pautamos. Quando, porém, um interesse fundamental, ou o interesse político do governo, reclamou do partido o seu pensamento a favor dessa ou daquela conjuntura, desse ou daquele projeto, nunca faltou disciplina absoluta, na luta, ao lado desse governo que elegemos pela felicidade do Brasil. Mas, ainda hoje, tive a ventura de ver que a UDN, na sua grande evolução, no seu conjunto de homens de valor – e aqui já salientei isso uma vez, quando lembrava que nos projetos de grande alcance nunca nos faltou a solidariedade de todos os partidos – acaba de atender a um apelo patriótico do Presidente, porque, como nós, não pensa nas coisas imediatas, nas vantagens que surgem da forma de agir, mas, realmente, de um programa de salvação nacional, que se impõe sem personalismo e sem vantagens.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª

Desejo salientar, em seguida, Senhor Presidente, que não quero aprofundar esta questão política de interesse da maioria, que foi ventilada pelos ilustres aparteantes.

Não desejo aprofundar, Sr. Presidente, mas não desisto de apreciá-la, se tal se fizer mister. No momento, a minha orientação é outra, meus desígnios são diferentes. Direi que gosto de comida temperada, mas nem sempre gosto de temperar a comida. Servi-me com prazer das ocorrências aqui verificadas, tirei delas meus ensinamentos e conclusões, mas não tenho interesse em desviar o curso de minha oração em virtude desta circunstância.

O Sr. Arnaldo Cerdeira – Permita-me V. Exª o último aparte, porque realmente o discurso que V. Exª vem fazendo não é de molde a permitir apartes. Apenas me sinto dentro daquela imagem fotográfica a que V. Exª se referiu a propósito, com

grande sabedoria e até mesmo com grande eficácia. Cumpre-me declarar que não cabe a mim a culpa do aparte que dei, quase que em defesa da maioria nesta casa. O nobre líder do Partido Trabalhista Brasileiro, Deputado Vieira Lins, foi injusto para comigo. Eu apenas dei um depoimento de como nos comportamos neste plenário, respondi a um aparte do nobre Deputado Joel Presídio. Assim quero só excluir da minha responsabilidade aquilo que o nobre líder do Partido Trabalhista Brasileiro me quer atribuir.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª

O Sr. Joel Presídio – Permita-me V. Exª um aparte final com o qual pretendo justificar o outro. No momento em que V. Exª relembrava à casa a conduta da UDN ajudando e sempre facilitando a votação de projetos de interesse nacional, quero dar meu testemunho de que a atitude da UDN é de tal elevação que algumas vezes, não fosse a solidariedade ou o voto da bancada udenista, o líder da maioria teria amargurado derrotas nesta Casa. Esse é um fato que ninguém contesta, é um fato documentado pelos *Anais* da Câmara. Não pretendi talhar carapuças para quem quer que seja, e se aquilo que disse, sem intenção de colocar carapuça, alguém transformou em tal e a enfiou na cabeça, a culpa não é minha.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, faço aos meus nobres colegas um apelo para que tenham a bondade de não mais interromper a exposição que tenho o dever de fazer hoje, não tanto, Sr. Presidente, por minha causa, mas por causa de Vossa Excelência. V. Exª, homem generoso em todas as atitudes da sua vida pública e privada, é, entretanto, um reconhecido pão duro, em matéria de contagem de tempo e de observância do Regimento – e estou realmente surpreso com sua largueza. É preciso que V. Exª esteja mesmo convencido do interesse nacional desse debate, para permitir que ele tenha assumido as proporções que assumiu e que, já agora, V. Exª há de convir, já não está mais dentro das possibilidades de sua generosidade suprimir ou diminuir.

Mas, Sr. Presidente, eu dizia que a participação que temos oferecido a essas leis, que estamos dando às leis orçamentárias elaboradas, não é tampouco uma novidade. Nós tivemos participação semelhante em iniciativas nas quais não confiávamos totalmente, pela convicção de que, embora não confiando no êxito daquele processo, não confiando no sucesso daquele mecanismo tal como era apresentado ao Congresso, tínhamos, entretanto, a justificação lógica e moral de que se tratava de assunto de interesse do país.

Daí minha divergência fundamental neste ponto com o líder da maioria e com os líderes do Partido Trabalhista e do Partido Social Progressista que integram a maioria. Não temos nenhum interesse, em nome da União Democrática Nacional, de apoiar aquelas iniciativas que sejam do agrado do governante, do governo. Nós fazemos a distinção obrigatória entre governo e nação, entre grupo governativo e país, de forma que, por isso mesmo, preservamos sem desfalecimento, preservamos, a cada momento, o direito de distinguir entre o interesse do governo e o interesse do país. Nunca a

União Democrática Nacional se alinhará ao lado de uma iniciativa pelo pressuposto de que ela seja da conveniência do governo e sempre se filiará àquelas injunções que contiverem nosso apoio em bem do país, apoio que é livre, democrático e espontâneo, firmado em cada caso, pela reunião do diretório, presidido pelo eminente político e jurista Sr. Odilon Braga, e pela reunião das bancadas, no que diz respeito à nossa concepção do interesse nacional. O governo para nós é uma peça do mecanismo da nação; o governo para nós é um instrumento no sistema constitucional. Assim, com a votação do orçamento do Ministério da Viação, tive oportunidade de assinalar, ao assumirmos a nossa posição defendendo o equilíbrio orçamentário que não tínhamos por escopo atender o discurso do Sr. Presidente da República, mas tão-somente aquilo que considerávamos do interesse público. Pela mesma razão eu retifico, agora, a nossa exposição em declarações claramente livres. Seguimos aquela linha, não porque seja interesse do governo, mas porque tal nos parece ser do interesse do país.

Mas, Sr. Presidente, depois de termos esboçado os motivos que nos levaram a atender ao apelo, aludindo às tradições partidárias que confirmam a nossa atitude atual, devo assinalar entretanto que nunca poderíamos ter uma hostilidade gratuita ao Sr. Presidente da República e aos dignos brasileiros que o cercam na espinhosa missão de governar. Ao contrário, nós é que poderíamos alinhar dados, fatos, objetivos que demonstram que a União Democrática Nacional, desde o reconhecimento do atual Presidente da República ao termo de um pleito a que já chamei de semi plebiscitário, até hoje, tem sido prudente na sua atitude em relação ao tratamento dispensado ao governo sem, entretanto, todas as vezes, recíproca à altura desta posição.

Não quero aprofundar nem estender minhas considerações a este respeito. Apenas desejo mencionar que, ao termo da campanha, o Sr. Presidente da República tinha, naturalmente, conforme estipula a Constituição, o direito de escolher os seus auxiliares diretos entre aqueles que mais de perto correspondessem à sua confiança: A nós sempre pareceu estranho que exatamente para a pasta, a que estava vinculado, pela tradição da sua vida e pelos objetivos da sua nobre carreira, o candidato escolhido pelo nosso partido, tivesse sido encontrada solução que não pode ser defendida como constituindo um esforço para prestigiar o nosso candidato.

Esta, Sr. Presidente, seria uma das alegações facilmente demonstráveis e facilmente desenvolvíveis, mas não desejo insistir nela. Declaro apenas que, acatando a influência e as solicitações diretas do Brigadeiro, esses problemas jamais foram aqui ventilados pela União Democrática Nacional, mas agora, como líder deste partido – estou certo que em plena consonância com o pensamento do Brigadeiro –, aproveito-me da oportunidade para declarar formalmente aos ilustres membros das agremiações majoritárias que estes acontecimentos não nos passaram desapercebidos, nem deixaram de constituir um peso na nossa memória.

O Sr. Presidente da República surpreendeu favoravelmente a nação com os termos do seu apelo, incluindo-se naturalmente dentro dela os nossos correligionários que são seus adversários. Porque, Sr. Presidente, nós outros, habituados que estamos pelas imposições naturais do sofrimento, habituados que estamos a acompa-

nhar, com meticulosa atenção, a carreira surpreendente deste homem público brasileiro, o traçado realmente excepcional desta longa e repleta vida pública, traçado singular, senão único na história do nosso continente, como ainda ontem salientava esta nobre figura de homem público que é Raul Pilla, nós, Sr. Presidente, que estamos habituados, dizia, a acompanhar, com meticulosa atenção, as transformações sucessivas e chocantes do pensamento e da ação do Sr. Getúlio Vargas, tínhamos, portanto, mais do que quaisquer outros agrupamentos políticos, o direito e, talvez, o dever de nos surpreendermos com as suas palavras.

O Sr. Getúlio Vargas emergiu na história do Brasil como estrela de primeira grandeza. Seria falta de espírito, falta de consciência histórica, de resto inútil, de resto ridícula, tentar discutir ou negar esta verdade elementar. S. Exª, entretanto, não pode, como nenhum outro homem, escapar às influências do seu meio e do seu tempo.

Em várias oportunidades nas tribunas, nas cátedras das faculdades onde ensino e nas colunas dos jornais a que empresto minha modesta colaboração, tenho salientado a vida e a trajetória deste estranho, deste curioso exemplo do caudilhismo sul-americano. Pela sua formação, pelas suas origens, origens ao mesmo tempo geográficas e culturais, ao mesmo tempo jesuíticas e militares, origens em que se confundem a estabilidade, a estagnação imemorial das reduções jesuíticas da sua província, da sua região com as carreiras pampeiras das lutas gaúchas, S. Exª é realmente a expressão típica do seu meio e do seu tempo. Não é um incoerente, não é um contraditório, não é nem nunca foi um falso, um desavisado, um refolhado, um mentiroso: S. Exª é realmente um homem cuja personalidade desabrochou harmoniosamente, obrigado por vezes a dissimular suas inclinações antidemocráticas contra as pressões contrárias do seu tempo.

(Muito bem!)

O atual Sr. Presidente da República é um homem que sempre manifestou, desde os primórdios da sua formação política, desde os primeiros passos da sua longa vida pública, a maior desconfiança em relação ao mecanismo democrático, como instrumento capaz de realizar o progresso social. Esta é que é a verdade. A sua ideologia, que ao mesmo tempo se inclinava pela preocupação da solidariedade com o povo, por outro lado se recolhia na desconfiança da capacidade do mecanismo democrático para atender às imposições das necessidades populares.

Tive oportunidade, em outras épocas, de meditar sobre as afirmações do Sr. Getúlio Vargas nesta casa, neste recinto, nesta tribuna, como líder do Partido Republicano Rio-Grandense. Tratava-se da famosa, da velha, da cansada discussão sobre a integração dos princípios da Constituição gaúcha, na moldura da Constituição de 91. Este assunto, como sabem aqueles que se têm demorado no estudo da nossa história constitucional, era o tema predileto dos debates teóricos e acadêmicos na velha República. As consultas sobre ele se sucediam na Comissão de Justiça. Eram longas as dissertações e copiosos os pareceres para seu esclarecimento, pois o Senhor Presidente Getúlio Vargas, líder da representação gaúcha, interessado em defender a orientação castilhista que predominava na

carta constitucional do seu Estado, fez aqui discursos que se encontram publicados nos *Anais* do Congresso, naqueles volumes que dizem respeito à reforma constitucional de 1924, empreendida pelo Presidente Artur Bernardes, discursos que deixam translúcido, discursos que deixam cristalino, discursos que deixam absolutamente descarnado o seu pensamento, que poderia ser sintetizado numa frase retirada de um desses discursos. É a seguinte:

> "No descontentamento dos tempos que correm há a surda fermentação de um novo mundo que sob o esboroamento das instituições descrépitas ainda conseguirão manter-se os governos fortes, conscientes das suas responsabilidades, amparados por grandes valores morais, que souberam conciliar esses predicados com u'a maior participação do povo nos negócios públicos, diminuindo a influência dos intermediários."

Isto dizia o Presidente da República em palavras que repetiu copiosamente em discursos posteriores, principalmente durante o tempo do Estado Novo.

O Sr. Armando Falcão – V. Exª entende que toda essa formação fascista, toda uma consciência formada na escola do totalitarismo pode ser substituída pelo discurso de 3 de outubro?

O SR. AFONSO ARINOS – Responderei a V. Exª se me der a honra de ouvir.

Sr. Presidente, esta é, por conseqüência, uma atitude psicológica coerente. O discurso se compõe admiravelmente com tantos outros por ele pronunciados em épocas diferentes de sua vida, principalmente, reitero, no período do Estado Novo.

Dispenso-me de ler agora o discurso de 11 de junho, porque, embora a memória seja fraca, o discurso é tão recente que não se pode ter apagado da memória dos homens.

Fui captar, nas profundezas, nos pélagos dos documentos parlamentares, esta pérola escolhida, mas, realmente, esta pérola pode comparar-se e pode equilibrar-se perfeitamente com uma outra, que é o discurso de 11 de junho, a fim de compor um adereço gracioso, para a democracia presidencial.

O Sr. Arnaldo Cerdeira – V. Exª, dentro de suas próprias imagens, pode esclarecer se agora funciona a máquina fotográfica ou o Raio X...

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª terá a bondade de responder a esse aparte a si mesmo. *(Riso.)*

Dizia eu – e repito com a sinceridade, com a tranqüilidade de consciência dos homens que não temem e que não aspiram – que a nitidez, a cristalinidade, a pureza das intenções políticas se baseia, sobretudo, nestes dois pressupostos: nada temer e nada querer.

Não pretendo me deter, por mais tempo, sobre minha vida e sobre mim mesmo, mas garanto a V. Ex.as que, politicamente, nada quero, e nada temo, de forma que estou tranqüilo quanto à pureza e integridade de minhas posições.

Dizia eu, e repito o que ainda há pouco disse: um homem é produto do seu tempo e das circunstâncias que conformam a sua época, e, nestas condições, temos de apreciar, atualmente, a posição do Sr. Presidente da República.

O mundo de hoje é um mundo trágico, é, talvez, o mais trágico dos mundos históricos conhecidos no ocidente, mas não um mundo confuso, mas não um mundo equívoco, um mundo baço, obscuro e misturado. É um mundo trágico, mas nítido; é um mundo trágico, mas onde as posições estão definitivamente assumidas. Democracia ou ditadura. Confiança nos processos legais para a solução dos problemas populares, inclusive daqueles suscitados pelos temperamentos socialistas: ou ditadura, ou esmagamento, ou desconformidade com os destinos e com a própria formação humana.

Eu, Sr. Presidente, e todos os Srs. Deputados nos alinhamos resolutamente – e nem poderia ser de outra maneira – naquela concepção a que primeiro me referi. Na nitidez da divisão trágica do mundo, temos de nos alinhar dentro de um dos seus grupos, temos de eleger, de escolher. Eis por que os equívocos diminuíram, eis por que as obscuridades se dissiparam, eis por que as aventuras desapareceram.

O Sr. Getúlio Vargas vive, hoje, num mundo que saiu de uma grande guerra para a consolidação de certas verdades e para a construção de certos edifícios políticos.

Nosso país manifestou, no fim de tantos anos de ditadura, no fim de tantos anos de esmagamento das suas liberdades cívicas – esmagamento contra o qual fui humilde, porém denodado e pertinaz soldado –, o Brasil manifestou, repito, no fim desta guerra, milagrosa compreensão, direi mais, milagrosa intuição dos seus destinos democráticos.

Tem razão o Sr. Getúlio Vargas quando afirma que passados são os momentos em que se tornavam possíveis o golpe e as aventuras ditatoriais.

Sr. Presidente, é transparente e é claro. Transpusemos, realmente, as épocas de pronunciamentos militares: transpusemos, realmente, as épocas de fraude e de mistificação eleitoral.

O Brasil adquiriu consciência eleitoral por parte da massa, e eu digo consciência eleitoral no sentido mecânico da liberdade de votar, e não, ainda, consciência eleitoral no sentido substancial da escolha eleitoral.

O nosso eleitor não tem ainda a consciência da escolha, mas tem a consciência da sua liberdade. Seria mais difícil, hoje, suspender, por um ato criminoso, o funcionamento das instituições, do que dissolvê-las em mistificações, em fantasias, em farsas e em mentiras, como se fazia, incontestavelmente, antes da revolução de 30 a qual também permaneço fiel.

Mas não é apenas o mundo que mudou. Os homens do Estado Novo, dos melhores aos piores – e entre os melhores, Sr. Presidente, coloco V. Exª –, os homens

do Estado Novo transformaram-se, evidentemente, ao influxo das novas condições históricas.

Temos no atual Presidente da República um exemplo do que venho dizendo. O Sr. Getúlio Vargas que me perdoe. S. Exª exerceu mandatos políticos legais, mas não legítimos. Nunca se elegeu, a não ser no regime da Constituição que elaboramos em 1946, porque anteriormente a ela, anteriormente a esta revolução e à revolução de 1930, cumpre acentuar que os mandatos eram legais, mas não legítimos. Eram legais porque se fundaram na aparência das leis votadas no Congresso, mas a execução dessas leis pelos reconhecimentos vergonhosos das assembléias legislativas – reconhecimentos para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo – tirava a legitimidade desses mandatos pretensamente legais, porque legitimidade é espontaneidade nas fontes populares dos mandatos, e não simples obediência formal a textos imprecisos e a textos mortos.

O Sr. Getúlio Vargas elegeu-se, legalmente, antes de 1930, como todos se elegiam, mas não legitimamente. A não ser com raríssimas exceções, entre as quais devemos colocar o Distrito Federal, apenas os representantes da capital da República e de poucas outras circunscrições eleitorais do país possuíam ao mesmo tempo representantes legais e legítimos. Em todas as províncias, em Pernambuco como em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul como no Amazonas, nossos representantes políticos eram legais, mas não legítimos.

O Sr. Getúlio Vargas, como todos os outros, nunca se elegeu sob verdadeira legitimidade democrática. Depois de 1930, S. Exª ascendeu à Presidência da República e nela se manteve por processos que também não eram legítimos. A eleição indireta, dentro da Constituição, foi feita sob coação das forças políticas e das Forças Armadas. O golpe de Estado de 1937 – sobre o qual não me quero demorar, porque não desejo rememorar paixões inúteis neste momento – foi uma outra atitude, foi uma outra explosão dos sentimentos mais profundos do nosso irracionalismo político, apoiado por forças materiais que sufocaram a nação. *(Apoiados.)*

Sr. Presidente, pela primeira vez, o chefe do governo se encontra investido de um mandato legal e legitimamente popular. S. Exª deve ter apreciado que o mundo mudou; deve ter observado que o poder que concentra nas suas mãos é o mais forte que jamais deteve.

Por menos tropa que tenha a seu lado, por menos DIP para decantar suas supostas grandes qualidades, verdadeiras ou não – pouco importa –, por menos mecanismos, por menos glórias, por menos lantejoulas que cerquem o seu poder, este poder que ele hoje exerce é um poder legítimo, e não poderíamos contestá-lo, porque fomos nós que o criamos. Ele está eleito pelo povo. E no regime presidencial vigente, regime de que continuo adepto apesar das ojurgatórias do meu querido mestre Raul Pilla, no regime presidencial vigente o Presidente, consagrado pela eleição popular, é um Presidente legítimo. S. Exª, pela primeira vez na sua vida, tem a tranqüila consciência de que a democracia lhe entregou um grande poder.

Nós, Sr. Presidente, temos a certeza de que a democracia no Brasil tanto se enraizou e de tal modo se difundiu que não podemos temer que esse poder legítimo se transforme num poder ilegítimo.

Que homens, que políticos, que deputados somos nós, que desconfiamos da Constituição, que nós mesmo fizemos, que tememos os resultados da instituição que nós mesmos criamos?

Eu, Sr. Presidente, nada temo, e não temo porque estou disposto à luta para preservar essa instituição, e acredito que aqueles que deixam de tomar atitude franca, que deixam de colaborar para o bem do Brasil, sob pretexto de ilusórios receios e de falsos temores, esses não estão dispostos a lutar nas ruas, como eu estou, caso a democracia esteja em risco de sucumbir. *(Muito bem! Palmas.)*

Sr. Presidente, a hora já vai avançada e eu gostaria de fazer algumas referências ainda a algo que me parece substancial na definição da linha do meu partido, a algo que julgo indispensável à compreensão da nossa atitude: é que vamos conscientemente, dentro do Poder Legislativo, entregar os nossos melhores valores, colaborar com os nossos melhores homens, empregar o que de mais puro e mais alto temos dentro do nosso partido na feitura dessa reforma administrativa proposta, sabendo que ela tem e deve-se processar num clima lidimamente democrático. Repeliremos qualquer transformação dessa reforma em tentativa de subversão do único regime político que consideramos compatível com a dignidade da vida pública; e repeliremos sobretudo, de antemão, Sr. Presidente, na defesa da Constituição e das instituições que criamos, a tentativa de se transformar os sindicatos operários em maquinismos de ação direta da política.

Não quero demorar-me sobre este assunto. Desejo, porém, fazer a ele apenas uma referência que me parece necessária no desenvolvimento das minhas idéias. Mesmo porque, na ocasião em que vier a esta casa a lei sindical, eu, ou qualquer outro deputado – e aqui vejo vários, como Artur Santos, Flores da Cunha, José Bonifácio, Magalhães Pinto, o vice-líder e tantos outros –, eu, ou qualquer outro colega, repito, virei a esta tribuna expor e defender os pontos de vista do meu partido em relação a essa matéria. Mas, desde já, declaro que os nossos pontos de vista são nítidos, que a nossa orientação é firme e que ofereceremos denodada batalha pela vitória das nossas aspirações.

Nós, da União Democrática Nacional, queremos entrar na política sindical, queremos chegar ao operariado pelas vias constitucionais, e não permitiremos que se faça monopólio das vias de acesso ao operariado para uma máquina partidária ou para a máquina governativa ou ministerial.

Mas, Sr. Presidente, dizia eu, devemos, portanto, defender o regime vigente e a linha democrática na execução da reforma que se vai empreender.

Queria, por outro lado, alertar a nação sobre as finalidades dessa reforma. É uma ilusão, e o digo aqui apenas na defesa das terríveis responsabilidades e dos espinhosos encargos que se vão acumulando sobre os ombros meus, do ilustre líder da Maioria e dos demais líderes que foram convocados para essa tarefa.

A reforma é extremamente complexa e delicada. Vou apenas, Sr. Presidente, reproduzir o trecho introdutório da exposição formulada pela Comissão. Houve quem empreendeu reforma semelhante nos Estados Unidos há cerca de três anos.

"O trabalho foi feito pela Comissão Governamental de Organização do Executivo, organismo bipartidário..."

Portanto, maioria e minoria na elaboração dessa providência.

"... de técnicos do governo e homens de negócios presidida pelo antigo presidente Hoover. Esses homens gastaram quase dois anos e dois milhões de dólares, não incluindo o valor de muitos serviços gratuitos, para oferecer os seus relatórios. A narrativa que eles prepararam mostra um panorama monumental de confusão, desperdício e burocracia."

Não quero dizer que vamos gastar dois anos, nem quarenta milhões de cruzeiros. Desejo acentuar apenas que a nossa situação é muito mais fácil do que a do governo americano, que tem mais de dois milhões de funcionários distribuídos em tarefas que não são apenas nacionais, mas, talvez, muito mais internacionais nos seus objetivos do que nacionais em seus propósitos. Quero apenas declarar à nação que vamos para esse emprendimento cônscios, eu, das minhas deficiências *(não apoiados gerais)*, e todos nós das nossas responsabilidades: vamos certos de que a coisa é difícil, de que a coisa é penosa, de que a coisa é vagarosa, de que a coisa é muito séria.

Sr. Presidente, aqui chega o ponto em que temos de juntar a ação ao pensamento. Schiller dizia que pensar é fácil: que agir é difícil, mas que agir segundo o pensamento é quase impossível. O que se pede, agora, é que ajamos de acordo com os nossos pensamentos, pensamentos que se dirigem ao mais alto bem do país, pensamentos que se voltam para o supremo interesse nacional. Nós, da União Democrática Nacional, estamos dispostos a dar tudo em prol do país, mas declaramos uma vez, outra vez e sempre declararemos que, pelo bem do Brasil, a oposição não pode agir se não como oposição dentro de um critério moral, dentro de um critério legal e dentro dos preceitos da liberdade. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado.)*

Saudação ao presidente da Câmara dos Deputados do Peru

3-12-1952

O SR. AFONSO ARINOS *(Não foi revisto pelo orador.)* – Sr. Presidente, Sr. Presidente Juan Manuel Peña Prado, Srs. Deputados, é para mim especial privilégio e subida honra saudar, em nome de todas as correntes componentes da Câmara dos

Deputados do Brasil, o nosso ilustre hóspede, Sr. Juan Manuel Peña Prado, Presidente da Câmara dos Deputados do Peru.

Vem S. Exª representar no Brasil, em viagem de confraternização, um dos países mais ilustres, por todos os títulos, do nosso continente. A História conhece, realmente, o espetáculo renovado e sempre fascinante dos povos que poderíamos chamar de formação aristocrática. Não existe contradição na expressão "povos de formação aristocrática", porque desejo situá-la como exprimindo e configurando aqueles povos cuja trajetória no tempo, cuja construção nos fastos da vida coletiva os colocam, realmente, nas alturas de uma aristocracia de povos.

O Peru, Srs. Deputados, é um destes privilegiados do nosso continente, pela glória do seu passado, pela densidade de sua contribuição à cultura americana.

Foi, realmente, nos altiplanos andinos, nas duras fráguas e nos formidáveis penhascos da cordilheira que se aninhou uma da grandes civilizações pré-colombianas, a admirável, a ainda hoje surpreendente civilização quíchua, o império dos quíchua que chegou a controlar e a dominar a vida de provavelmente mais de dez milhões de súditos e que deixou gravado na paisagem do nosso continente um dos mais comovedores espetáculos da criação humana.

Quando lemos as páginas imarcescíveis de Garcilaso de la Vega, o genial cronista de sua gente, aquele que gravou para sempre nas páginas dos *Comentários Reales* a história das dinastias incaicas no Peru, compreendemos, Srs. Deputados, o orgulho que têm os peruanos na sua posição de guardas avançadas, de sentinelas altaneiras da cultura americana, na sua verdadeira expressão e no seu legítimo entendimento; a cultura autóctone da América, a cultura criadora de uma grande língua, uma grande civilização plástica, a cultura incaica que deixou nas rochas do Peru, à falta de conhecimento da escrita e à falta de textos em que pudessem ser rememorados para os pósteros as páginas mais fulgurantes da sua vida, que deixou, Srs. Deputados, aquele livro eterno cujas páginas de pedra ainda hoje esplendem ao sol da cordilheira e que são espetáculos sempre renovados para todos os que ao Peru se dirigem: a cidade de Cuzco.

Cuzco, livro de pedra de uma civilização que é morta apenas porque foi superada por outra, mas que vive e viverá sempre na consciência e no coração da América!

Aristocrático é ainda o Peru, nos fastos da sua colonização européia. Quando percorremos a história de Lopez de Gómara, por exemplo, ou de outros cronistas da conquista do Pacífico, atropelam-nos a mente e comovem-nos a imaginação as figuras admiráveis daqueles representantes típicos do gênio ibérico que, atravessando, não apenas o mar, mas a selva brava; que, enfrentando, não apenas os riscos dos homens, mas os do deserto, conseguiram plantar à margem ocidental do nosso continente, à borda do oceano imenso que se desdobrava aos olhos atônitos, assentar nas praias ocidentais do nosso continente, dizia, não apenas a bandeira de Castela, mas também a bandeira da cultura ocidental da Europa e da civilização cristã. Entre esses, Cortez, Balboa e Pizarro colocam-se nos altos planos dessa imensa aventura. Quando atravessamos, Srs. Deputados, as terras adustas da Extremadura, dessa pro-

víncia espanhola, que foi como que o ninho de onde desprenderam as asas as águias da conquista – esta província da Extremadura, berço de quase todos os grandes conquistadores espanhóis da América –, quando a atravessamos e temos oportunidade de nos deter na Plaza del Cabildo, na cidade de Trujillo, onde nasceu o herói da conquista peruana, na cidade de Trujillo, onde ensaiou os seus primeiros vôos o condor que cobriu as águas do mar e as serras da cordilheira, vemos, Srs. Deputados, as bases de uma grande, de uma estupenda epopéia. Ao lado da velha igreja, o Palácio dos Pizarros ergue as suas paredes formidáveis de pedra, as suas torres cheias de ameias e de seteiras, enquanto que em frente a esse mesmo palácio, em uma atitude ao mesmo tempo combativa e protetora, a estátua eqüestre de Pizarro lembra aos espanhóis de hoje o que foram os espanhóis de ontem e o que foi a epopéia americana. O Peru construiu à sombra de Pizarro e à sombra de Almagro, construiu à sombra dos capitães espanhóis, na tragédia e no sangue, entre letrados da Igreja e sicários de capa e espada, construiu, Srs. Deputados, uma civilização continental, uma civilização colonial que tanto quanto a civilização incaica é também ainda hoje pretexto para admiração comovida dos outros países da América.

Nessa civilização cresceu Lima, a admirável Lima, a Cuzco espanhola da América; a Lima dos marqueses e das fortunas gigantescas do século XVI; a Lima de uma universidade também quinhentista; a Lima de Santa Rosa; a Lima tantas vezes evocada nas páginas sempre cálidas e sempre frescas como flores recém-colhidas, que são as páginas das *Tradiciones,* de Ricardo Palma.

Nós, habitantes da orla atlântica, temos motivos para nos orgulhar com essa civilização andina, essa civilização dos incas e dos Pizarros. E com ela e dela muitas vezes nos aproximamos. A homens como Garcilaso de la Vega, cronista admirável do século XVI, podemos aproximar o nosso Gabriel Soares de Souza, do *Tratado Descritivo do Brasil;* o nosso Fernão Cardim, do *Tratado da Terra e da Gente do Brasil,* e os demais jesuítas do primeiro século, que nas suas crônicas e nas suas cartas realizaram obra de uma literatura colonial tão rica e tão cálida como a do genial mestiço nascido na cidade de Cuzco.

No século XVIII poderemos aproximar também da literatura peruana, aquela literatura que nos deu esse livro admirável que é *El Lazarillo de Ciegos Caminantes,* poderemos aproximar homens como o nosso Nuno Marques Pereira, do *Peregrino da América,* homens como o nosso Antonil, da *Opulência do Brasil, pelas suas Drogas e Minas,* homens que seguiram aquele modo habitual, aquele processo freqüente da literatura setencentista que era uma sorte da lição da história filosófica dada por meio do toque imaginário das viagens. Livro de viagem foi *El Lazarillo,* livro de viagem foi o *Peregrino da América.* E ainda aqui como que um laço superior de cultura nos unia à civilização peruana. É desta grande civilização histórica, é desta cultura que enraíza as suas bases no subsolo da América, porque subsolo americano é a América pré-colombiana, e que enraíza também as suas bases no solo americano, tal é a civilização colonial, de que provém nosso ilustre hóspede, Presidente Peña Prado.

Pertence S. Exª a uma das mais notáveis e beneméritas famílias do Peru. O seu avô, General Mariano Prado, foi o herói da defesa de Callao contra a última tentativa espanhola de reconquista do Peru. Foi Mariano Prado quem defendeu Callao contra a frota espanhola e quem provocou a admiração de cronistas estrangeiros que assistiram a este espetáculo de uma cidade desprotegida e desavisada dos riscos que corria conseguir organizar rapidamente a defesa popular e enfrentar com êxito o inimigo, superior em armas e em número.

Mariano Prado, eleito depois Presidente da República, teve filhos que se destacaram na História do Peru, na História da América. Os filhos Leôncio, Crócio e Justo, este herói da guerra pela independência de Cuba, a última das guerras de independência do nosso Continente. Os dois primeiros deles, heróis também, e um herói admirável da guerra contra o Chile, sendo um dos mártires da História recente do Peru.

Filhos ainda de Mariano Prado são Manuel Prado, Presidente da República em um dos mandatos recentes, e Jorge Prado, nosso amigo, um dos mais queridos amigos do Brasil, por tantos anos embaixador do seu país em nossa terra.

É desta gente ilustre, desta gente por tantos títulos tão representativa do seu povo e da sua terra, que descende o ilustre Presidente Peña Prado.

S. Exª é, pessoalmente, um dos mais avisados, dos mais informados, dos mais exatos e dos mais cultos historiadores da civilização peruana.

Os seus trabalhos resplandecem na bibliografia histórica do Peru, tanto os que dizem respeito às civilizações andinas pré-colombianas, como aqueles que estudam a época mais moderna do desenvolvimento colonial.

Deputado em várias legislaturas, e hoje Presidente da Câmara Democrática do Peru, representa S. Exª com todas as honras um dos poderes democráticos, em uma Constituição, como a de 1947, que atribui ao ramo popular do Poder Legislativo peruano tarefas de incontestável importância e da maior significação.

Não encontrará o ilustre Presidente Peña Prado, na sua passagem pelo Brasil, senão motivos para satisfação e para conforto do seu coração de patriota e para o seu espírito de americanista.

Agora, desfruta o Brasil, mercê de Deus e graças à obra continuada dos seus estadistas, uma situação de singular acolhimento no coração de todos os povos americanos. Um deputado brasileiro, um deputado democrático deste país pode, com ufania e tranqüilidade, dizer desta tribuna ao seu povo e aos outros povos da América que o Brasil é um país que não tem com nenhum dos povos americanos qualquer questão que possa toldar, ou anuviar de longe, a limpidez das nossas relações internacionais.

A questão existente com o Peru, iniciada por uma interpretação contraditória do Tratado do Santo Ildefonso, mantida em seguida sob reserva pelo tratado imperial de 1851, foi, como tantas outras, resolvida solarmente, à luz dos debates públicos, dentro do maior espírito de justiça, dentro da mais continuada tradição jurídica,

dentro do mais perfeito entendimento continental, pelo tratado de 1909, devido também ao gênio iluminado de Rio Branco.

Com efeito, foi depois das questões de 1904, em que se estabeleceu o primeiro acordo provisório negociado pelo Barão e pelo ilustre Ministro peruano Hernando Valarde, e, em seguida aos acordos temporários com a criação das comissões mistas, uma delas entregue à chefia de um dos maiores gênios de que se orgulha a literatura brasileira e talvez a inteligência americana, que foi Euclides da Cunha, foi depois dos trabalhos laboriosos executados por técnicos e por militares que o Brasil e o Peru assinaram, em julho de 1909, o tratado que dirimiu para sempre quaisquer questões ainda subsistentes entre os dois povos.

Depois de ter assim resolvido o problema diretamente com o Peru, como com os demais países da América, acerca dos quais poderia haver dúvida sobre as lindes ocidentais do nosso país, lindes abertas desde o século XVI e principalmente no século XVII pela marcha gigantesca do nosso povo para as direções do oeste; depois de resolvida toda essa questão – dizia eu – com as nações americanas, com quem tínhamos limites, pôde o Brasil ter a suprema satisfação e a subida glória de intervir diretamente, não mais para decidir qualquer caso que de perto o ligasse a ele e ao Peru, mas para dirimir uma questão que se tornava arriscada e dolorosa entre o Peru e a Colômbia.

V. Ex.as, Srs. Deputados, terão naturalmente pressentido que me refiro ao problema de Letícia, onde o Brasil teve a satisfação de prestar uma homenagem e, na medida de suas possibilidades, um serviço à nobre nação peruana. Não me deterei sobre este capítulo, porque nele está envolvido o nome do meu pai. Mas poderei e deverei dizer que no fim da sua vida, alanceado por dores cruéis que o atingiram no mais vivo dos seus sentimentos, abalado pela repulsa com que assistia a muitos dos espetáculos que então se verificaram na política nacional, era, no entanto, motivo de refrigério e de conforto para o velho embaixador brasileiro a lembrança que guardou até os últimos dias de sua existência na retina ainda maravilhada pela memória do acolhimento triunfal que mereceu em todo aquele grande país, desde as praias em que aportou o seu navio, pelas estradas em que passava o seu trem e pelas ruas, onde o povo e as mulheres se ajoelhavam, às vezes, para beijar-lhe as mãos, como a de um ancião que tinha impedido que a guerra sugasse o sangue de seus filhos.

Devo dizer que foi para o velho ministro brasileiro uma das últimas e mais profundas alegrias de toda a sua vida.

Sr. Presidente Peña Prado: Vossa Excelência retornará ao seu país certo de que o nosso acompanha o seu na marcha ascensional para os grandes destinos que lhe esperam. E quando V. Exª transpuser os altos cumes e os admiráveis cabeços que resplandecem na cordilheira; aquelas estupendas montanhas que, como dizia o grande poeta brasileiro Olavo Bilac, são as últimas a receber o adeus do sol e as primeiras a colher a bênção das estrelas, verá que a cordilheira dos Andes não nos separa, mas apenas exige que subam mais altos os nossos sentimentos de afeição para

que se encontrem com os vossos. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado.)*

Acordo de Assistência Militar Brasil-EUA

5-12-1952

O SR. AFONSO ARINOS (*Não foi revisto pelo orador.*) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, sendo provável que não encontre nesta Capital no decorrer da segunda discussão deste projeto, sinto-me no dever de, vencendo embora condições adversas de saúde, ocupar a tribuna a fim de manifestar o ponto de vista da maioria do partido em relação à matéria em discussão.

Preliminarmente, desejo salientar que o assunto em debate tem sido objeto de críticas lúcidas e veementes, que encaram o assunto principalmente nos termos das suas manifestações de caráter econômico. Entretanto, não se tem salientado, como convém, a meu ver, os aspectos políticos de que se reveste a matéria. Em primeiro lugar, entendo que se deve pôr em evidência que o Acordo Militar em discussão se integra num processo de convênios, tratados e resoluções de caráter internacional, extensivos aos demais países do continente, e que tem por objetivo estabelecer o mecanismo da chamada legítima defesa coletiva.

A legítima defesa coletiva, em matéria internacional, era assunto de há muito explanado pela doutrina jurídica e, teoricamente, considerado direito geral e inerente às nações soberanas o de se reunirem sob a égide dos objetivos comuns para coletivamente se defenderem de agressões que pudessem atingir a mais de um país. Na prática, esse direito vem sendo considerado como o direito de repulsa armada contra qualquer ataque ou agressão. É, portanto, uma imposição da doutrina jurídica, que o estabelecia como direito inerente às nações soberanas, à lei internacional, que como tal devem ser entendidos os tratados políticos, como a lei positiva do direito internacional para configurar, como dizia há pouco, o ato de repulsa contra a agressão não provocada. Nesta ordem de considerações, é natural que o direito de legítima defesa coletiva se tenha especialmente desenvolvido no continente americano. Isso por duas razões, a meu ver coincidentes ou convergentes. A primeira dessas razões é o desenvolvimento relativamente mais acentuado do direito internacional americano, aquele que se chama, na ciência internacional, um direito internacional particular. Além do direito internacional geral, existe, como ninguém ignora, certo tipo de direito internacional particular, ou sejam, certas expressões de manifestação jurídica que se acentuam ou se manifestam preferencialmente em determinadas regiões geográficas. No continente americano, esse direito internacional particular, ou seja, o pan-americanismo, tem encontrado, Srs. Deputados, condições políticas, ou melhor dito, condições históricas que lhe auguram e lhe

têm permitido um desenvolvimento homogêneo, uniforme, muito maior do que o direito particular de outras regiões, ou de outros continentes.

Ninguém ignora que temos avançado muito no sentido, não apenas da organização política dos países americanos, como também no sentido, de uma espécie de codificação do Direito Internacional americano, do qual é o projeto do Código de Bustamante um dos marcos essenciais.

Nestas condições, desde logo se acentuou na história do Direito Internacional americano uma maior receptividade para os planos e para a execução da política da legítima defesa coletiva.

Isto talvez tenha significação especial no momento, porque a legítima defesa coletiva americana é um processo, em primeiro lugar, de manter o continente americano afastado das causas que têm determinado os trágicos conflitos em que a Europa, nas últimas gerações, se tem engolfado.

E, em segundo lugar, é um processo de se estabelecer um nexo mais íntimo entre as próprias nações do continente, de forma a propiciar soluções mais fáceis e mais vantajosas para possíveis dissenções internas, que venham a surgir, dentro do âmbito continental.

O Sr. Roberto Morena – Como V. Exª explica então que as tropas da Colômbia e de Porto Rico tenham sido levadas agora para combater na Coréia? Em que tratado se baseou isso? E como V. Exª explica o pedido feito ao nosso país e a outros, para enviar tropas fora do continente para as agressões que se fazem em nome da Organização das Nações Unidas?

O SR. AFONSO ARINOS – Não tenho tempo para entrar com V. Exª nesse debate. Disponho apenas de meia hora e desejaria prosseguir no desenvolvimento de meu discurso, de forma a não deixar de dizer aquilo que reputo essencial.

O Sr. Roberto Morena – O tratado não é de nenhuma forma defensivo. Vamos nos ater a um tratado de forma ofensiva. Para isso é que vão nos dar armas.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª terá a bondade de me ouvir e verificará que não é essa a minha opinião.

Esse sistema de defesa continental, Sr. Presidente, começou a se manifestar imediatamente após a conflagração da última grande guerra, por ocasião da Primeira Reunião de Consulta dos Ministros do Exterior, no Panamá, em 1939. Essa reunião já adotou a medida chamada de Panamá, em 3 de outubro de 1939, que criava uma zona de segurança continental e configurou um mar continental, por proposta da delegação brasileira. Esta zona de segurança continental é, com ligeiras alterações, a mesma adotada e definida pelo Tratado de Segurança Mútua, em 1947, assinado no Rio de Janeiro.

Na reunião de Havana, de 30 de junho de 1940, redigiu-se a declaração, que contém o seguinte trecho:

"Todo atentado de um estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território e contra a soberania ou independência política de um estado americano será considerado como um ato de agressão contra os estados que assinam esta declaração."

Nessa oportunidade, o sistema de defesa coletiva do continente funcionava em relação ao nazismo, então dominando a maior parte da Europa. Não foi, por conseqüência, política determinada, erguida, articulada ou assentada contra o poder soviético, conforme poderá parecer aos que estão menos entranhados nas origens e no desenvolvimento dessa política. Ela foi, de fato, uma organização destinada a compor o continente numa unidade geográfica e política contra as agressões que contra ele se viessem a manifestar, qualquer que fosse sua origem. O início da execução desse princípio de defesa coletiva nós iremos encontrá-lo por ocasião da Terceira Reunião de Consulta do Rio de Janeiro, na Declaração de 23 de janeiro de 1942, que reafirma a Declaração de Havana nos seguintes termos:

"As repúblicas americanas, obedecendo aos preceitos estabelecidos por suas próprias leis e de acordo com a posição e circunstâncias de cada uma no atual conflito continental, recomendam a ruptura de suas relações diplomáticas com o Japão, a Alemanha e a Itália, por haver o primeiro desses Estados agredido e os outros dois declarando guerra a um país americano."

O Brasil, em obediência à declaração, rompeu relações diplomáticas, no mesmo dia, com a Alemanha, a Itália e o Japão. Na tarde de 24 de agosto, declarou guerra aos dois primeiros destes países. Continua, porém, o preparo do sistema de defesa coletiva pan-americana.

Na Ata de Chapultepec, no dia 6 de março de 1945, reafirmam-se os princípios de Havana e do Rio de Janeiro. É a parte I, nº 4, que diz o seguinte:

"Que caso sejam executados atos de agressão ou haja razões para crer que se prepara uma agressão por parte de qualquer estado contra a integridade ou a inviolabilidade do território, ou contra a soberania ou a independência política de um estado americano, os Estados signatários da presente Ata consultar-se-ão entre si para decidir sobre as medidas que devam ser tomadas."

Existe ainda uma parte, que deve ser conhecida, da Ata de Chapultepec. Diz o seguinte:

"Recomenda:

Que, com o fim de fazer face às ameaças ou atos de agressão que tiverem lugar contra qualquer das repúblicas americanas depois do

estabelecimento da paz, os governos destas repúblicas deverão considerar, de acordo com as suas normas constitucionais, a celebração de um tratado que estipule as medidas destinadas a conjurar tais ameaças ou atos mediante o emprego, por todos ou alguns dos signatários do mencionado tratado, de uma ou mais das seguintes providências: retirada dos chefes de missão diplomática; ruptura das relações diplomáticas; ruptura das relações consulares; ruptura das relações postais, telegráficas, telefônicas e radiotelefônicas; interrupção das relações econômicas, comerciais e financeiras; emprego das forças militares para evitar ou repelir agressão."

Em seguida à Ata de Chapultepec, vamos encontrar, na carta das Nações Unidas, de 26 de junho de 1945, no art. 51, o seguinte:

"Nada na presente carta prejudicará o direito inerente de autodefesa individual ou coletiva se um ataque armado ocorrer contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança haja tomado as medidas necessárias à manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros no exercício de seus direitos de autodefesa serão imediatamente comunicadas ao Conselho de Segurança e não poderão em caso algum afetar a autoridade e a responsabilidade do Conselho de Segurança, nos termos da presente carta, de adotar em qualquer tempo a ação que julgar necessária, de modo a manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais."

Esta deliberação ou esta proposição, constante do art. 51 das Nações Unidas, implica no reconhecimento explícito dos acordos regionais de defesa coletiva, que já vinham, conforme tenho acentuado, sendo cristalizados, sendo definidos, desde a Declaração de Panamá até à Ata de Chapultepec. Em seguida à Ata de Chapultepec, a carta das Nações Unidas reconheceu expressamente o direito de determinadas regiões se reunirem, sob a égide de um acordo comum a todos, para estabelecer princípios da defesa coletiva contra a agressão externa.

O Sr. Roberto Morena – Contra a agressão de quem? Porque, no próprio caso, está-se formulando uma hipótese.

O SR. AFONSO ARINOS – Depois da carta das Nações Unidas, concluímos o Tratado do Rio de Janeiro, de 2 de setembro de 1947, onde, finalmente, todas essas normas jurídicas se transformam num texto preciso, concreto, de lei internacional.

É no Tratado do Rio de Janeiro, art. III, que está escrito o seguinte:

"As altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado por qualquer estado contra um estado americano será considerado como um ataque contra todos os estados americanos e, conseqüentemente, cada uma das Partes Contratantes se esforçará em conjunto no sentido de enfrentar o ataque, no exercício do direito

inerente de autodefesa individual ou coletiva reconhecido pelo art. 51 da carta das Nações Unidas."

O Sr. Osvaldo Orico – Desejaria que V. Exª, com sua grande ilustração e experiência, interpretasse esta expressão do Acordo: "fazer frente ao ataque".

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência permitirá que responda quando chegarmos à discussão do texto do Acordo. Agradeço as referências elogiosas à minha pessoa.

No art. IV do Tratado do Rio de Janeiro se fixa a zona de segurança continental, que há pouco referi, nos termos da Conferência do Panamá, de 1939.

O art. VIII diz o seguinte:

> "Para os efeitos deste Tratado, as medidas que o órgão de consulta acordar compreenderão uma ou mais das seguintes: retirada de chefes de missões diplomáticas; rompimento de relações diplomáticas; rompimento de relações consulares; parcial ou completa interrupção de relações econômicas ou por estradas de ferro, mar, ar e de comunicações postais, telegráficas, telefônicas, radiotelefônicas ou radiotelegráficas; e uso de força armada."

É, em resumo, a repetição dos termos do Ato de Chapultepec, que não tornaremos a ler para não alongar indefinidamente este discurso.

Mas, no art. 20 do Tratado do Rio de Janeiro, está a ressalva, para mim fundamental, quanto à aplicação desses atos de legítima defesa coletiva.

Diz o seguinte:

> "As decisões que exijam a aplicação das medidas mencionadas no art. VIII devem ser tomadas em conjunto pelos estados signatários que tiverem ratificado este Tratado, com a única exceção de que de nenhum estado será exigido o emprego de força armada sem seu consentimento."

O Sr. Roberto Morena – Neste caso, pelo que V. Exª diz, o projeto é inconstitucional. V. Exª invocou guerra não declarada.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência terá oportunidade de considerar a constitucionalidade do projeto quando ela for debatida.

O Sr. Roberto Morena – Creio que figura em nossa Constituição: "guerra declarada".

SR. AFONSO ARINOS – Não se trata de guerra. Insisto exatamente nesse ponto: não se trata de guerra não declarada. V. Exª terá a bondade de esperar, se não tem a intenção de impedir que eu fale.

O Sr. Roberto Morena – V. Exª poderá ter a bondade de explicar. V. Exª defende o tratado para o qual foi aprovada urgência de cujo requerimento V. Exª foi um dos coniventes. Isso fez com que a Câmara procedesse a um exame apressado da matéria.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência emprega a palavra "conivente" num sentido que não está tecnicamente perfeito.

O Sr. Roberto Morena – Mas é verdade.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência irroga a toda a Câmara conivência em um ato que não posso reputar criminoso, porque não considero que a Câmara de meu País tenha praticado crime. V. Exª tenha a bondade de não insistir em apartear. Não creio que V. Exª tenha o intuito de me impedir de falar, a mim que nunca procurei desviar o rumo de seus discursos; ao contrário, muitas vezes tenho até emprestado o meu apoio a V. Exª para que não lhe seja obstado o uso da palavra.

O Sr. Roberto Morena – V. Exª discute o tratado, e desejo saber a sua opinião sobre o assunto.

O SR. AFONSO ARINOS – Vou chegar lá, se V. Exª me permitir, porque tenho tempo marcado.

Sr. Presidente, nesta ligeira resenha da evolução do Direito Internacional americano, neste particular, desejo salientar duas conclusões que me parecem essenciais. A primeira é de que o sistema de legítima defesa coletiva americana implica, na minha opinião e na minha interpretação – que são, aliás, a opinião e a interpretação usuais, assentadas, indiscutíveis – um processo de defesa da América contra qualquer agressão. Não é um sistema ofensivo, não é um sistema de conduzir à guerra fora do continente. É um sistema político para impedir que a guerra atinja o nosso continente. Esta é a primeira constatação que desejaria fazer.

Quanto à segunda, quero também observar, de maneira muito especial, que o emprego de força armada, mesmo dentro do sistema de legítima defesa coletiva continental, isto é, mesmo dentro do mecanismo destinado a reagir contra uma agressão estranha ao nosso continente, só funcionará em cada estado, à medida que esse estado der ao emprego de força armada a sua aprovação e o seu assentimento específico.

Estas as duas conclusões incontestes, as duas verdades absolutas que se recolhem da evolução dos fatos e das regras políticas e jurídicas, a que acabo de me reportar, as únicas que condicionam e dirigem a formação do Acordo que estamos discutindo.

Trata-se de um Acordo que visa a defender o continente e no qual o emprego de força necessita especificamente do consentimento de cada país.

Sr. Presidente, relativamente a esses problemas de participação de força armada na execução do sistema de legítima defesa coletiva – e agora tenho o prazer de responder ao aparte com que me honrou o Sr. Deputado Roberto Morena – procurei resolver

a situação que se criara pela aprovação do Tratado do Rio de Janeiro. Veja V. Exª que não me referi ao Acordo, por ser ele uma decorrência do Tratado. Refiro-me ao Tratado do Rio de Janeiro de 1947, o qual estabeleceu para o Brasil a obrigatoriedade do emprego de força armada dentro do processo de legítima defesa coletiva.

Dizia eu, para que cumpramos as obrigações decorrentes do Acordo, criou-se uma situação que não é inconstitucional, embora não tenha eu autoridade para tentar convencer o nobre Deputado, mas que não estava prevista expressamente na Constituição. E, isto, por uma razão muito simples: ser a Constituição de 1946 anterior àquele documento diplomático pelo qual nos obrigávamos a cumprir suas determinações. Assim, a Constituição Federal, Sr. Deputado Roberto Morena, só trata da mobilização da força armada e dos atos do emprego de força armada para as finalidades específicas decorrentes de guerra.

Pela Constituição, a mobilização e o emprego de força armada fora do território nacional tem como objetivo fazer a guerra. Ora, se concordássemos em que o emprego de força armada, para o incremento do mecanismo da legítima defesa coletiva, fosse ato de guerra, estaríamos infringindo ao mesmo tempo duas formas do direito brasileiro, uma do Direito Internacional e uma do direito interno. E infringiríamos norma de Direito Internacional que se incorpora nesse patrimônio jurídico e ao sistema legal, porque estaríamos declarando inconstitucionais os tratados que assinamos visando exatamente ao funcionamento desse mecanismo do emprego de força para manter a paz e não para fazer a guerra.

O Sr. Roberto Morena – Mas V. Exª fez um projeto no sentido de arranjar a figura constitucional de uma guerra não declarada.

O SR. AFONSO ARINOS – Eu não me referi à guerra não declarada. Refiro-me a um movimento de força sem declaração de guerra, o que é diferente. Quer dizer, um movimento de força armada que viesse atender a compromissos internacionais de legítima defesa coletiva, que vise a manter a paz e não fazer a guerra.

O Sr. Roberto Morena – Fora do hemisférico, isto é, mandar tropas para o exterior.

O SR. AFONSO ARINOS – Se não tivéssemos possibilidade de mandar tropas para o exterior sem ser em caso de guerra, nós estaríamos declarando inconstitucional, principalmente, o Tratado do Rio de Janeiro, que prevê essa possibilidade, e inconstitucional em face do art. 4º da nossa própria carta magna que estabelece que o Brasil não recorrerá à guerra, antes que se esgote o recurso do arbitrariamento.

O Sr. Roberto Morena – Logo é inconstitucional todo tratado e o próprio projeto defendido por V. Exª

O SR. AFONSO ARINOS – Seria inconstitucional se todos nós concordássemos com V. Exª em que esse emprego de força armada se faria em estado de guerra.

Mas acontece que toda tradição do instituto e toda interpretação jurídica dada a esse instituto é no sentido de sustentar que esse emprego de força é feito para evitar a guerra é não para declará-la.

O Sr. Roberto Morena – Isso não é um direito; é um sofisma.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Deputado, é um sofisma que consta do art. 51, da carta das Nações Unidas, assinada inclusive pela União Soviética. É um sofisma aceito tranqüilamente pela União Soviética. *(Palmas.)*

O Sr. Roberto Morena – Mas o tratado assinado não está enquadrado propriamente nos termos da carta das Nações Unidas.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª está enganado.

O Sr. Roberto Morena – Se V. Exª diz que o problema da invasão das tropas americanas na Coréia é para defender a paz, então, todo sofisma vale.

O SR. AFONSO ARINOS – Não digo isso; aliás, trata-se de assunto que me recuso a debater com o nobre colega, porque não está em discussão. O que se encontra em debate é o problema da legítima defesa coletiva continental, e o Tratado do Rio de Janeiro estabelece o mecanismo militar que nos permite dar cumprimento a essa obrigação.

O Sr. Roberto Morena – É o emprego de força para aquilo que é realmente acobertado pela bandeira da ONU e que os americanos estão realizando na Coréia.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, não poderei prolongar por muito tempo esse discurso em virtude do meu estado de saúde, conforme declarei de início. Procurei, na minha oração, salientar três aspectos essenciais: primeiro o sistema de legítima defesa continental não foi organizado deliberadamente em oposição à União Soviética.

Esta é a primeira inverdade que cumpre dissipar, é o primeiro equívoco que cumpre esclarecer.

O Sr. Roberto Morena – O próprio parecer da Comissão de Justiça é claro neste sentido.

O SR. AFONSO ARINOS – Não sou o Relator do parecer da Comissão de Justiça.

Sr. Presidente, demostrei que este foi um processo de defesa do continente, em face da agressão nazista. Se existem hoje novas possibilidades de agressão contra o continente americano, a resposta a esta pergunta está na consciência de cada um dos representantes do povo do meu país e estará, talvez, nas páginas da história futura. De minha parte quero acreditar sinceramente – e acredito sinceramente sem

qualquer propaganda, sem apelo de Estocolmo, sem me submeter a qualquer espécie de pressão interna ou externa, como uma tradição do meu país e como uma tradição do meu nome – que não é possível o progresso social sem a paz. Acredito firmemente na possibilidade de manutenção da paz entre as duas grandes seções em que se divide a política e a economia do mundo.

O SR. PRESIDENTE – Peço licença para submeter à Casa um requerimento, do Deputado Eurico Sales, de prorrogação do tempo de V. Exª por 15 minutos.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre Deputado e à Câmara pela gentileza.

Sr. Presidente, a verdade é que a expansão comunista no mundo se tem feito sempre após as grandes, as tremendas guerras que assolaram a Europa e a Ásia no decurso deste século.

O Sr. Roberto Morena – São países que se libertam. Na luta contra o nazismo conseguiram vários países não somente liquidar o nazismo, mas também libertar-se da tutela do capitalismo, e isso ajudados por um país como a União Soviética. É outro problema.

O SR. AFONSO ARINOS – Aceito como sincera e honesta a interpretação de V. Exª

O Sr. Roberto Morena – E como verdade.

O SR. AFONSO ARINOS – A verdade, Sr. Deputado Roberto Morena, é uma palavra cujo significado já Pôncio Pilatos, assistindo ao julgamento do maior drama que jamais viveu a história humana, declarou impossível de ser encontrado. O significado da palavra "verdade" está no interior da consciência de cada um de nós. E eu, como sou um homem livre, um homem que só pode viver em regime de liberdade, faço questão de declarar, de público, que aceito esteja V. Exª convencido da verdade do que disse; mas, não posso deixar de exigir de V. Exª aceite também que estou convencido da verdade do que afirmo.

O Sr. Roberto Morena – V. Exª falou em expansão comunista. De que forma?

O SR. AFONSO ARINOS – Disse que é um fato comprovado pela história moderna que a expansão comunista no mundo se tem processado em seguimento às grandes guerras, principalmente, talvez mesmo quase que exclusivamente, nos países derrotados. Nos países vitoriosos não. Creio que não existe exemplo de terem sido envolvidos pela dominação soviética.

O Sr. Roberto Morena – V. Exª fala em dominação soviética, mas V. Exª não aponta um só caso de dominação soviética. Libertação de povos é outra coisa. Na

França e na Itália existem poderosos movimentos comunistas e V. Exª não pode dizer que os povos desses países não são povos com maturidade política.

O SR. AFONSO ARINOS – São povos de tal maturidade política que souberam manter os princípios da democracia em face desse forte movimento comunista a que V. Exª acaba de se referir.

O SR. PRESIDENTE – Atenção, quando o orador estiver falando os Deputados só poderão interrompê-lo com a devida licença. Falarem dois ao mesmo tempo não é possível.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, como dizia, não acredito que a aprovação desse acordo represente qualquer coisa mais do que aquilo que está consignado no Tratado do Rio de Janeiro. É o coroamento de um longo esforço de organização no sentido da defesa continental e da reação continental contra qualquer agressão armada vinda de fora do continente.

O Sr. Roberto Morena – Há opiniões em todos os sentidos, como, por exemplo: o tratado significa dominação econômica dos Estados Unidos em nosso país.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, quanto às cláusulas econômicas a que se refere o nobre Deputado e contidas no tratado, foram objeto de longo exame por parte da Comissão competente desta Casa. Desejo apenas salientar o seguinte: o tratado visa ao fornecimento de armas, de munições e de determinados materiais contra a aceitação de matérias-primas...

O Sr. Roberto Morena – Produtos básicos.

O SR. AFONSO ARINOS – ...e de produtos básicos, como diz muito bem o nobre Deputado. Aqui, quero acentuar o seguinte: o fornecimento desses produtos básicos está condicionado à execução de uma lei vigente no país, votada por nós neste Congresso democrático, durante a legislatura passada. De acordo com tal lei, o fornecimento dessas matérias-primas e desses materiais estratégicos só poderá ser feito de governo a governo, mediante o exame, em cada caso, das exportações a serem realizadas, das compras a serem efetivadas, das vendas a serem efetuadas por intermédio do Conselho de Segurança Nacional brasileiro, ouvidos os ministérios militares.

O Sr. Roberto Morena – O tratado não diz isso.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas o texto da lei o diz e o tratado não pode ser aplicado contra a lei.

O Sr. Roberto Morena – O tratado é aplicado contra várias leis do país porque se regula por leis americanas.

O SR. AFONSO ARINOS – Não é exato o que V. Exª diz – perdoe-me declará-lo. Tive oportunidade de examinar dois pontos do tratado que me preocupam profundamente. O primeiro refere-se à questão da remessa de tropas para o exterior. Procurei, por meio do projeto que não tive tempo de defender porque V. Exª não me permitiu, fazer que essa remessa de tropas só se pudesse dar – e só se poderá dar, disso ainda hoje obtive confirmação expressa dos dois mais autorizados representantes do pensamento do governo nesta casa, os Srs. Deputados Gustavo Capanema e Brochado da Rocha, tendo este último insistido em pedir urgência para o meu projeto –, fazer com que a remessa de tropas brasileiras para o exterior, mesmo no sentido do cumprimento das obrigações internacionais, só se pudesse dar ligadas à legítima defesa coletiva e com a aprovação prévia do Congresso. O nobre Deputado Artur Santos comigo participou também da elaboração do projeto.

O Sr. Roberto Morena – É uma nova figura que V. Exª coloca na Constituição.

O Sr. Brochado da Rocha – Eu queria dize a V. Exª que, após a nossa conversa de hoje à tarde, a casa concedeu urgência para discussão e votação do projeto de Vossa Excelência.

O Sr. Roberto Morena – Quer dizer, então, que a maioria se serve da minoria para tornar o tratado cada vez mais odioso.

O SR. AFONSO ARINOS – Brasileiros que se apóiam em brasileiros para deixar firmes assuntos de interesse nacional. *(Palmas.)*

O Sr. Roberto Morena – O tratado não defende interesses nacionais absolutamente.

O SR. AFONSO ARINOS – Respondendo ao Deputado Roberto Morena, que continua, com muito desvanecimento para mim, embora com bastante perturbação para o meu discurso, a me interromper, tenho de dizer que o ilustre Deputado Gustavo Capanema me autorizou a proceder à leitura desta carta:

> "Excelentíssimo Senhor Deputado Gustavo Capanema, Câmara dos Deputados.
>
> Senhor Deputado,
>
> Tenho a honra de acusar recebimento de sua carta de 27 do corrente, pela qual Vossa Excelência solicitava esclarecimentos a respeito do artigo 4º parágrafo 1º do Acordo de Assistência Militar Brasil–Estados Unidos da América, firmado nesta Capital a 15 março do ano em curso.
>
> A esse respeito, cumpre-me informar que o Ministério das Relações Exteriores entende que a referência aos objetivos da Lei de Segu-

rança Mútua de 1951, existente no artigo 4º, § 1º do Acordo, abrange apenas aqueles objetivos da dita lei que foram expressamente incluídos no mesmo Acordo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. – M. de Pimentel Brandão."

(Trava-se debate entre os Srs. Deputados Roberto Morena, Artur Santos e Arruda Câmara).

O SR. PRESIDENTE – Atenção! Está com a palavra o Deputado Afonso Arinos.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, devo terminar.

O Sr. Augusto Meira – V. Exª permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com prazer.

O Sr. Augusto Meira – O nobre colega sabe do meu apreço a sua pessoa...

O SR. AFONSO ARINOS – É recíproco.

O Sr. Augusto Meira – ...apreço que já dedicava a seu eminente pai, a quem tive ocasião de escrever, em certo momento, a propósito de sua retirada da Sociedade das Nações, a retirada do Brasil. O projeto de V. Exª parece-me – não sei se penso bem – foi a resultante de uma observação que fiz na Câmara a propósito deste assunto, fazendo sentir que, em face da Constituição, forças não podiam sair do Brasil sem determinação do Congresso. Mas o projeto de V. Exª me deixa numa grande dúvida. Se V. Exª apresentasse aquele projeto e ele fosse aprovado, pura e simplesmente, estava tudo muito bem. Se, porém, aprovamos o acordo e este nos obriga a mandar forças para fora, é claro que o Congresso fica com a faca sobre o peito para fazer uma lei determinando a ida das forças.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª teria razão se não houvesse a articulação dos dispositivos do Acordo com os do Tratado do Rio de Janeiro aos quais faz remissão expressa. O Acordo não pode ser aplicado, a não ser em função do Tratado do Rio de Janeiro, e como este determina que o emprego de forças só se fará mediante consentimento do Estado que tiver de empregar as forças, é por norma de direito interno que o Estado brasileiro determine o processo pelo qual manifesta seu assentimento. Não há outra maneira de estabelecer o princípio que regerá a espécie. Se o Tratado nos dá direito de mandar forças somente quando o queiramos, e se nosso governo – Poder Legislativo, Poder Executivo –, ao sancionarmoss essa lei, determinasse que a remessa de forças só se fará por intermédio de permissão especial do Congresso, evidentemente o assentimento do Estado brasileiro é dado com essas condições, com essas restrições.

O Sr. Augusto Meira – Parece-me que a lei que resultar do projeto de V. Exª pode ser revogada a qualquer momento, não nos dando nenhuma segurança.

Essa lei não pode interessar aos Estados Unidos, por ser interna, cujo teor não está no tratado. Por esta razão, parece-me que um de nossos nobres colegas apresentou emenda determinando que ficasse essa cláusula inserta no próprio tratado. Assim, os Estados Unidos ficariam cientes da nossa opinião de que forças iriam somente de conformidade com a lei que fizéssemos e estamos certos de que apenas elaboraríamos uma lei dentro dos textos da Constituição a qual não permite, absolutamente, a remessa de forças para fora do país.

O SR. AFONSO ARINOS – Já entendi o aparte do nobre colega. V. Exª se refere à emenda interpretativa de meu prezado amigo Deputado Bilac Pinto.

O Sr. Roberto Morena – Que acho muito inteligente.

O SR. AFONSO ARINOS – Não pude, infelizmente, dar meu apoio à emenda de S. Exª, exatamente porque me parecia que, se incluíssemos essa deliberação, em forma de emenda, no tratado, estaríamos submetendo à aprovação de outro país regra de conduta que a nossa soberania impõe seja tomada por nós mesmos.

Esse o motivo principal por que não pude concordar, embora o lamentasse, com a sugestão do nobre Deputado Bilac Pinto.

O Sr. Roberto Morena – Entretanto, o tratado nos obriga a aplicar, em nosso país, leis americanas, contra as quais V. Exª não se rebelou.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª acaba de obter, através da leitura do documento fornecido pelo Ministério das Relações Exteriores, a contestação formal a essa assertiva. As leis americanas são aplicadas pelo acordo exclusivamente na medida em que elas estiverem contidas no próprio acordo. Ou V. Exª não ouviu o que li, ou não deu às palavras constantes da carta seu verdadeiro sentido.

O Sr. Artur Santos – A própria carta das Nações Unidas declara que as nações signatárias do pacto das Nações Unidas, inclusive, portanto, a União Soviética, somente são obrigadas à remessa de força no caso de ação defensiva ou ato de guerra por parte das Nações Unidas conforme os respectivos processos constitucionais de cada nação.

Ora, o Brasil é signatário da carta das Nações Unidas e, segundo o processo constitucional brasileiro, a remessa de tropas para fora do território nacional, sendo ato de guerra, só pode ser determinado após autorização do Congresso Nacional. Assim, nos próprios termos da carta das Nações Unidas, essa remessa de tropas só pode ser feita, repito, mediante autorização do Congresso Nacional.

O Sr. Roberto Morena – A Constituição não diz isso. Ela evita a guerra, prescreve a arbitragem. Este, o preceito constitucional.

O Sr. Arthur Santos – Como declarou o nobre orador e muito bem, o processo da legítima defesa coletiva de que o Brasil faz parte, na cristalização do pensamento pan-americano, foi sempre no sentido da ação conjunta das nações americanas para evitar a guerra, para repelir a agressão, não para fazer a guerra.

O Sr. Hélio Cabal – Discordo do ilustre orador, quando à interpretação que dá ao acordo relativamente ao Tratado do Rio de Janeiro. Não vejo a relação de acordo substantivo e adjetivo, isto é, que o acordo seja mera execução do Tratado do Rio de Janeiro. Não encontro, a rigor, nenhuma relação entre os dois. Um foi assinado em 1947; outro, em 1952. Um é tratado multilateral; outro, acordo bilateral. O acordo de assistência militar é, antes, fundado sobre o modelo adotado para idênticos atos entre os Estados Unidos e as nações européias, membros da Organização do Atlântico Norte e que, aí, sim, assinaram estes acordos tendo em vista o que havia sido disposto e substantivamente no Tratado do Atlântico Norte. O Tratado do Rio de Janeiro confirma, apenas, a mesma orientação, o mesmo conceito adotado desde 1939 – como V. Exª disse acertadamente –, isto é, da solidariedade americana ao país agredido e após a agressão, e dependendo, sempre, da ajuda, da vontade do país prestante do auxílio. Por isso, não vejo a relação e não compreendo como seja ela necessária. No entanto, respeito a interpretação de V. Exª Se me permite, alongarei meu raciocínio, para completá-lo.

O SR. AFONSO ARINOS – Pediria a V. Exª que o alongasse na medida do necessário, porque já quase terminei meu tempo, e tenho de expender, ainda, algumas considerações.

O Sr. Hélio Cabal – Mais uma palavra. Agradeço a bondade de V. Exª. A respeito da afirmação de V. Exª, de que estaria resguardada a significação da exportação de materiais estratégicos, inclusive atômicos, pelo Brasil, mediante o emprego de lei proibindo a exportação, senão de governo para governo, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os órgãos militares, ministérios etc., devo informar a V.Exª que não existe tal. O que há é o seguinte:

Em 15 de janeiro de 1951, isto é, na legislatura passada, aprovamos lei em cujo art. 4º se dispunha que as exportações de urânio e tório só se poderiam fazer de governo para governo. Era a lei que criava o Conselho Nacional de Pesquisas. Nada mais há na lei.

O SR. AFONSO ARINOS – Lamento não ter trazido o documento oficial que possuo – poderei, entretanto, emprestá-lo a V. Exª quando desejar –, do qual constam, expressamente, com estas mesmas palavras, todas as afirmativas por mim feitas, isto é, que, nos termos desta lei, não apenas as vendas serão feitas de governo a governo, mas também todas as transações serão efetuadas ouvidos, preliminarmente, o Conselho de Segurança Nacional e os ministérios militares. O Deputado Aliomar Baleeiro conhece esse documento e o Deputado Artur Santos também.

O Sr. Hélio Cabal – Não discordo, de modo algum, de que as informações prestadas a V. Exª, aliás, por escrito, tenham sido, realmente, como V. Exª expõe.

O SR. AFONSO ARINOS – Logo...

O Sr. Hélio Cabal – Perdão. Apenas estou argumentando com a situação de fato, não de direito.

O SR. AFONSO ARINOS – Ao contrário, V. Exª está argumentando com a situação de direito, e eu, com a situação de fato, porque dou exatamente o sentido em que esta lei se executa. V. Exª, na realidade, se ateve à situação do artigo 1º dela.

O Sr. Hélio Cabal – A expressão "de direito", que desejo empregar, não é, evidentemente, invocando dispositivo legal. O direito a que aludo quer significar apenas o que deve ser. Não é este o sentido de minhas palavras. Quero dizer: é uma situação de fato. O artigo 4º só menciona o que acabei de referir a V. Exª É possível que exista isso em outro passo, mas, na lei, não.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª

O Sr. Hélio Cabal – Quanto à declaração de V. Exª, ou melhor, quanto à declaração do Itamarati, que V. Exª teve a bondade de transmitir à casa, através de uma carta dirigida pelo Ministro das Relações Exteriores interino ao Sr. Líder da Maioria, devo informar a V. Exª que isto não ressalva, de modo algum, a periculosidade ou inconveniência de qualquer cláusula, especialmente dessa a que se refere em particular, porque V. Exª sabe que, em Direito Internacional positivo, a interpretação unilateral é de nenhum efeito; a interpretação só é válida quando bilateral ou, então, quando pronunciada por um tribunal cuja competência é aceitar por ambas as partes. São estas explicações que V. Exª tão bondosamente me permitiu dar.

O Sr. Artur Santos – Labora em equivoco o aparteante de V. Exª, o eminente Deputado Hélio Cabal, porque, quer no Tratado do Rio de Janeiro, quer na carta da Organização dos Estados Americanos que incorporou em seu texto o Tratado do Rio de Janeiro, fala-se nos acordos militares entre duas ou mais nações, para preparar os planos de legítima defesa coletiva. Portanto, é um engano do nobre Deputado, porque, quer no Tratado do Rio de Janeiro, quer na carta da Organização dos Estados Americanos, há expressamente essa referência, tanto que a Organização dos Estados Americanos criou, com sede em Washington, o Comitê do Estado-Maior Militar das nações signatárias do pacto. É a prova, portanto, de que existe referência expressa, tanto num como noutro ao Acordo Militar entre dois ou mais signatários do Tratado do Rio de Janeiro e da carta das Nações Unidas.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª tem toda razão. Aliás, além desta observação muito valiosa, saliento que o próprio tratado, em seu preâmbulo, declara que o mes-

mo decorre dos acordos firmados pelos estados signatários do Tratado do Rio de Janeiro, porque a Organização nada mais é do que uma decorrência direta do Tratado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, estou com meu tempo esgotado e devo concluir. Quero dizer a V. Exª e à casa, o que aliás seria execusado, que é com absoluta convicção, com inteira boa-fé como sempre procedo e como espero em Deus, sempre procederei, que em nome da maioria de meu partido, respeitadas, como sempre, poucas exceções que se manifestarão oportunamente, desta tribuna, voto pela aprovação do Acordo, desde que forem atendidas as ressalvas que nos pareçam fundamentais, atendida pela maioria da Câmara a ressalva que dizia respeito ao controle da remessa de tropas e atendida pelo governo em documento válido a ressalva que diz respeito à interpretação que deve ser dada à referência feita pela lei de 1951.

Sr. Presidente, sou daqueles que pensam que o mundo deve evoluir cada vez mais no sentido da satisfação e do progresso de todos os direitos sociais. Exatamente porque creio sinceramente que a liberdade política é uma das manifestações indissoluvelmente ligadas à liberdade de consciência, liberdade de crença e todas aquelas outras formas de liberdade individual que a compõem; exatamente para um homem de minhas convicções políticas, das minhas crenças, centro mesmo de todas as razões da existência, a liberdade política não se opõe, antes deve estimular e promover todas as formas do progresso e de adiantamento social. Acredito que o capitalismo hoje, não pode mais ser aquele regime que conhecemos depois da revolução industrial, com o esmagamento do proletariado do mundo. Tenho dado, nesta casa, as demonstrações mais diretas, mais sinceras, mais continuadas, a ponto de merecer às vezes críticas improcedentes, de que sou um convicto da necessidade de se elevar o trabalhador ao nível que ele merece em nosso organismo social. Acredito mais que o trabalhador está conquistando nos países democráticos uma situação de participação nos benefícios da civilização, que não conseguiu conquistar no período do capitalismo brutal, do chamado talão de ferro de que falou o grande Jack London.

O Sr. Roberto Morena – É o caso dos operários em greve, um dos quais a polícia matou.

O SR. AFONSO ARINOS – Protestei contra esse ato. Assim, V. Exª não tem autoridade para me censurar.

Sr. Presidente, estou também convencido da necessidade de todos nós nos prepararmos, não para fazer guerra a quem quer que seja, mas para resistir, resolutamente e inquebrantavelmente, contra aqueles que, convencidos de que estão de boa-fé, da justiça das suas idéias e do alevantamento das suas aspirações, queiram impor-nos sistema de vida que quebre aquilo que para nós representa realmente as verdadeiras razões de viver. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).*

A UDN e o governo Getúlio Vargas

20-5-1953

O SR. AFONSO ARINOS *(Como líder da Minoria.)* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela primeira vez depois do termo da Convenção do meu Partido, tenho a honra de me dirigir à Câmara e à nação, não apenas no propósito já de si elementar de oferecer ao meio político nacional um relato, tanto quanto possível objetivo e circunstanciado do espetáculo que foi a nossa Convenção, como também para me desincumbir, desde logo, da missão que as decisões últimas dessa mesma Convenção atribuíram aos representantes da nossa legenda nesta casa do Congresso Nacional.

A Convenção da União Democrática Nacional revestiu-se do aspecto de um embate permanente entre as diferentes correntes e os diferentes pontos de vista que, democraticamente, encontravam espaço e guarida dentro do nosso partido.

Nunca, entretanto, Sr. Presidente, esse embate tomou o aspecto que lhe foi tantas vezes atribuído por observadores possivelmente mal informados, de dissídios ou de incompatibilidades.

Quero ressaltar aqui os agradecimentos do nosso partido ao estímulo e à solidariedade de que nos sentimos permanentemente amparados por parte das representações de todas as agremiações partidárias do Congresso Nacional.

Quero também, Sr. Presidente, salientar, de forma especial, o apoio que nos foi dado e o aplauso que nos foi conferido pela unidade com que, afinal, conseguimos terminar os nossos trabalhos, não apenas por parte da imprensa, que sempre nos tem sustentado com a sua simpatia, mas, também, por parte daquela ala valorosa da imprensa nacional que, muitas vezes, não nos tem poupado as críticas, as admoestações e as advertências.

Sr. Presidente, a Convenção da UDN foi de certa maneira um episódio que interessa de perto à vida política nacional, porquanto representou um passo decisivo na integração, na unidade de uma agremiação partidária cuja desunião estava sendo possivelmente descontada, especulada e aguardada por forças que menos se preocupavam com os problemas internos do nosso partido, do que, propriamente, com os referentes à manutenção das instituições democráticas do nosso país.

É assim, para nós, motivo de especial satisfação consignar aqui o sentimento de viva alegria com que, em nome da minha bancada, comunico os resultados da Convenção e a eleição de um companheiro da alta categoria moral e intelectual, de passado político e de temperamento rico, vibrante e colorido do Deputado Artur Santos para a chefia suprema da nossa agremiação durante os próximos dois anos.

A posição de um partido que se revista das características e que possua os objetivos fundamentais do nosso é uma posição cuja delicadeza e cuja dificuldade não podem ser artificiosamente exageradas, porque a posição de um partido que se opõe ao governo é particularmente difícil, quando não existe, por parte desse governo,

uma linha política coerente, um plano de administração organizado e homogêneo e, afinal, uma ação que corresponda, necessariamente, a essa linha política e a esse lado de administração. É uma tarefa sobremodo incerta e precária a de transformar uma crítica que, no caso de uma política orientada e coerente, seria uma sucessão de estudos, de observações e de advertências coordenadas; é uma tarefa delicada, dizia eu, transformar esse gênero de crítica em um processo descontínuo, em um processo até certo ponto anárquico, de denúncia e de acusação. Esta é, no fundo, a tarefa que nos incumbe, e dela teremos de nos desincumbir na medida das nossas possibilidades. Assim, proponho-me, no discurso de hoje, analisar a situação nacional política e administrativa sob os três aspectos em que, na minha opinião, ela se apresenta, não somente mais importantes, mas também mais graves. Esses aspectos dizem respeito ao problema econômico-financeiro, à situação trabalhista e social e ao panorama internacional. A acusação mais forte, aquela que, com mais vigor, com mais persistência, com mais insistência e com mais energia nós entendemos ser de nosso dever formular contra o governo da República, na questão da nossa vida econômica e financeira, é a absoluta, a integral ausência de qualquer planejamento, a absoluta ausência de qualquer orientação voluntária e antecipadamente planejável, não apenas com referência ao desenvolvimento do nosso arcabouço econômico, mas também com referência à estabilização do nosso processo inflacionário. *(Muito bem!)* Aquilo que o nosso partido recrimina, aquilo que o nosso partido insiste em exigir das autoridades governamentais, no campo econômico-financeiro, é o estudo, a elaboração, a composição e a apresentação de um plano que seja, ao mesmo tempo, viável, prudente e honesto, para fazer face às necessidades do nosso desenvolvimento, às premências da estabilização da inflação, que aflige o país. Passado já é o tempo, Senhor Presidente, em que a doutrina econômica sustentava a incompatibilidade entre o planejamento e o regime democrático. Temos, hoje, opinião firmada, não apenas do humilde orador, transeunte nestes assuntos, mas, por meio dele, opiniões por ele compulsadas, temos o aviso de algumas das maiores autoridades contemporâneas em economia política, que insistem e demonstram o significado altamente construtivo e a vinculação indissoluvelmente inevitável da democracia política com o planejamento econômico. Os exemplos neste particular são inúmeros e abundantes.

O Sr. Tristão da Cunha – Queria que V. Exª esclarecesse à Câmara o que entende por planejamento, porque sabe V. Exª que esta palavra vive empregada em vários sentidos: planificação econômica, plano de governo, planejamento etc. Gostaria que Vossa Excelência, antes de prosseguir no seu discurso, dissesse à Câmara o que entende por planejamento econômico, para que ela possa saber se esse planejamento é possível ou não dentro do regime democrático.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª

Satisfarei ao nobre colega dentro de alguns minutos, quando tratar do caso especial do Brasil, porque, então, me referirei ao que entendo como devem ser

os planejamentos num país das condições do nosso. Uma definição vaga, geral, de planejamento aplicável a qualquer situação, a qualquer regime, seria, evidentemente, uma definição insuficiente, sobretudo para um homem objetivo e conhecedor da matéria, como é o ilustre representante de Minas Gerais. Vou definir o que entendo por planejamento, no que se refere a um país subdesenvolvido como o nosso.

O Sr. Mauricio Joppert – Penso que V. Exª podia mandar ao nobre Deputado Tritão da Cunha um volumezinho da coleção caçanje, cujo autor não me recordo, que tem o título *As Economias Planificadas.*

O Sr. Tristão da Cunha – Tenho lido tudo ou quase tudo quanto se tem escrito a respeito do assunto, mas o que desejo é que o orador fixe o que entende por planejamento. V. Exª sabe que essa questão é explicada de maneiras completamente diferentes, conforme o autor. De modo geral, considera-se que a economia planificada é uma economia totalitária. É preciso então que o orador esclareça o seu ponto de vista, porque estou certo de que ele não pretende absolutamente implantar no Brasil uma economia planificada do tipo totalitário.

O Sr. Gustavo Capanema – Tomando a observação que acaba de fazer o meu nobre colega Tristão da Cunha, devo dizer que acredito como S. Exª que se o orador vai atacar o governo por falta de planejamento, concluirá pela necessidade de um planejamento do tipo soviético ou do tipo fascista. Quero crer que não chegará a esse extremo, dados os precedentes, que conhecemos, de sua formação jurídica e democrática e dada a posição francamente democrática do seu partido. Penso que V. Exª vai afirmar que o planejamento possível numa democracia é um planejamento não totalitário, mas um planejamento pluralista. Pois bem, esse planejamento, vou dizer a V. Exª desde já, o governo está realizando.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª

Sr. Presidente, o nobre Deputado Tristão da Cunha empregou uma expressão que é hoje corrente nos trabalhos recentes de economia política relativos ao planejamento econômico. Essa expressão é exatamente a de planejamento totalitário. De fato, os autores que se preocupam com este assunto, como, para citar entre outros vários, o ilustre economista, sociólogo e pensador político alemão Karl Manheim, que, como V. Exª sabe, depois de 1930, veio a residir na Inglaterra e lá realizou grande parte de sua obra filosófica e econômica...

O Sr. Tristão da Cunha – Manheim é francamente totalitário. Se V. Exª vai por esse caminho, vai mal.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Essa doeu!

O SR. AFONSO ARINOS – As dores que o nobre Deputado Aliomar Baleeiro sentiu são a melhor resposta que eu poderia dar ao aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Há até um livro de Manheim, que tem o seguinte título: *Power, Freedom and Democratic Plane.*

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência tem razão. Esse livro, aliás, se encontra traduzido pelo Fundo de Cultura do México e é acessível a todos os leitores que não tenham contra os planejamentos preconceitos irremovíveis.

Mas, dizia, Sr. Presidente, que o nobre Deputado empregou uma expressão que é corrente nos novos economistas: a do planejamento totalitário em oposição ao planejamento democrático. Não quero entrar em divagações que fariam com que perdesse o fio de meu discurso, mas essa questão do que seja um planejamento econômico democrático é paralela e corresponde até certo ponto, no campo do Direito Público e do Direito Constitucional, ao mesmo esforço no sentido de conceber a existência de um planejamento político democrático. Ninguém mais hoje contesta que o regime democrático, politicamente considerado, não é mais o regime de abstenção do Estado em face do fenômeno político. Ao contrário disso, tanto no campo econômico, como no campo político, o regime democrático é o da intervenção franca do Estado, desde que se respeitem na Constituição desse Estado e na formação do seu governo aquelas normas que são essenciais aos sistemas democráticos. Desde que o planejamento se opere de forma nitidamente democrática, desde que o governo se exerça de forma nitidamente democrática, teremos no campo econômico e no campo político o governo democrático que é, neste momento, a única forma capaz de estabelecer o convívio humano, tanto no campo da economia, como no da política, sobre uma idéia de planejamento, sem sacrifício da dignidade e da liberdade do homem.

O Sr. Tristão da Cunha – V. Exª admite a liberdade política sem a liberdade econômica?

O Sr. Aliomar Baleeiro – Nobre Deputado e grande democrata que todos nós conhecemos e admiramos, sabe mais do que ninguém que o primeiro plano econômico e financeiro que existe em todas as democracias, e sem o qual o regime não é democrático, é o Orçamento. Ele, sim, já é um planejamento.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª tem toda razão.

O Sr. Tristão da Cunha – É o que ia dizer. O Orçamento já é um plano de governo; pode ser um mau ou um bom plano; corrigir isso competiria ao Congresso. Agora, um plano de governo, no regime democrático, vem dentro do Orçamento.

Estou de acordo com o Deputado Aliomar Baleeiro nesse ponto. Mas, nesse caso, não há necessidade do planejamento a que V. Exª se refere, porque já temos o plano do governo, que é o Orçamento.

O Sr. Heitor Beltrão – O ilustre líder da maioria está encantado porque acaba de descobrir que o governo tem um plano: é o Orçamento! *(Risos.)*

O Sr. Gustavo Capanema – Quem acaba de proclamar isso é o nobre Deputado Sr. Aliomar Baleeiro. Que o governo tem um grande plano, estou dizendo há dois anos.

O Sr. Aliomar Baleeiro – V. Exª tem a resposta nas palavras do nobre Deputado de Minas Gerais: o plano pode ser bom ou mau, o governo se o tem, é péssimo!

O Sr. Gustavo Capanema – Então, que a UDN critique o plano, mas não negue a sua existência.

O Sr. Heitor Beltrão – É o que estamos fazendo.

O Sr. Gustavo Capanema – Não, o que se está fazendo neste momento é negar a existência do plano. Posso admitir que o plano seja falho, num ou noutro ponto, mas negar sua existência já é outra coisa.

O Sr. Maurício Joppert – Temos o "Plano Láfer"...

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, peço aos nobres Deputados que permitam ao orador prosseguir no seu discurso.

Eu estava, ainda, na parte em que procurava demonstrar, com apoio na experiência diuturna, a composição entre os sistemas democráticos e o planejamento econômico. Queria ir além, nesse particular, para mostrar que na Europa ou na Eurásia – fiquemos principalmente na Europa –, aqueles países democráticos, que mais conseguiram robustecer e fortalecer sua economia com aplicação, inclusive, do Plano Marshall, foram precisamente os que adotaram esta aplicação a um planejamento interno de reconstrução econômica.

Neste particular, os resultados estatísticos mais recentes – digo mais recentes porque foram colhidos em publicação da ONU do ano corrente – indicam um aumento de 80% na produção global inglesa, de 65% da produção holandesa e de 140% na produção sueca, países que adotaram o processo de planejamento econômico. E, mesmo dentro do sistema de auxílio do Plano Marshall, aqueles países que mais dificultosamente abrem seu caminho na senda da recuperação são precisamente a Itália e a França, nos quais não se estabeleceu preliminarmente um plano geral de reorganização econômica.

O Sr. Tristão da Cunha – Aliás, na França, houve o Plano Monnet.

O SR. AFONSO ARINOS – Peço ao nobre Deputado Tristão da Cunha que não me interrompa, a não ser naqueles pontos em que S. Exª reputasse seu aparte essencial.

O Sr. Tristão da Cunha – Pensei que estivesse cooperando com V. Exª

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª me honra, não apenas coopera. Mas, desde os mercantilistas e demais autores, que forram sua biblioteca de cabeceira, até Adam Smith, Ricardo e os liberais da economia, conheço mais ou menos, não tão bem como V. Exª, todos os argumentos de que se vai servir. Acredito, pois, que seria para nós ambos e para a casa contribuição que diminuiria as dificuldades do meu discurso e o tédio de sua audição. *(Não apoiados.)*

Sr. Presidente, queria fazer menção especial, neste breve relato a que venho procedendo, às palavras pronunciadas pelo Presidente Trumann em discurso realizado em 15 de maio de 1952, faz precisamente um ano, no qual o antigo chefe de Estado americano dizia que o *New Deal* e o *Fair Deal* mostraram que uma economia planificada deu tão bons resultados na agricultura como nos demais setores da vida norte-americana.

É, portanto, aquele país habitualmente considerado como o centro, o foco, a barreira, a trincheira, a cidadela do individualismo econômico, que vem, pelo chefe do seu governo, declarar que, por meio de dois ensaios de planejamento, os níveis, tanto agrícola como industrial, da produção nacional só tiveram a lucrar e ganhar e a progredir.

Encontramos, portanto, base para uma crítica severa, para uma acusação precisa à constatação de que o governo da República não possui um planejamento nem para o desenvolvimento da nossa economia nem para a estabilização do processo inflacionário que afoga o país. Não nos faltariam recursos humanos, não nos faltariam competências que pudessem elaborar este plano, este estudo, este projeto, submetido depois – para se atender às necessidades do regime democrático que adotamos – ao exame e à aprovação pelo Congresso. O que tem faltado é, realmente, uma orientação uniforme; o que tem faltado é um propósito definido; o que tem faltado é a sinceridade e a energia que são necessárias para a execução de uma tarefa dessa envergadura.

O que tem havido no Brasil, como aliás está dito nas declarações finais, que constituíram o fundamento da linha política adotada pelo nosso partido, é somente uma tomada de medidas fragmentárias, prementes e desconexas que vêm muitas vezes ou quase sempre em um sentido demagógico corresponder apenas ao desejo de se estabilizar os preços nos mercados de consumo, sem que esses desejos tenham sido, de fato, satisfeitos pelas medidas tomadas. Aí estão todas as infrações das tabelas que dão em resultado a sucessão de escândalos a que temos assistido e nunca à tomada de posição para feitura de um plano de realizações no campo da produção.

Em um país subdesenvolvido como o nosso – e aqui respondo diretamente à pergunta com que me honrou o nobre Deputado Tristão da Cunha; e é claro que não preciso me alongar na definição do que seja técnica ou cientificamente um país subdesenvolvido –, o planejamento é aquele programa de governo que vise ao aproveitamento dos escassos recursos existentes, dentro de um quadro de distribuição de prioridades, a fim de que se atenda, no sentido do interesse público, ao grande excesso das necessidades sobre esses recursos. Isto é o plano econômico, repito, em um país subdesenvolvido: é distribuição da escassez para atender à emergência das solicitações em uma medida que diga respeito não aos interesses privados ou grupistas, mas no seu mais alto sentido ao interesse público, ao interesse social.

Aí está um esquema, uma síntese linear do que se pode conhecer como definição aproximada do planejamento em um país subdesenvolvido.

O Sr. Tristão da Cunha – Então, eu me louvo com V. Exª, porque se a palavra planejamento quer dizer plano de governo, todo governo tem um plano, errado ou certo, mas tem um plano. Neste caso, a palavra planejamento foi apenas para enfeitar a expressão, porque o programa do governo atual está errado, mas o governo tem um plano, está seguindo um caminho.

O Sr. Heitor Beltrão – Não tem plano algum.

O Sr. Tristão da Cunha – O que V. Exª então está citando como planejamento, no caso, é possível, no regime democrático. É uma prioridade na execução de obras.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Maurício Joppert – O governo tem um plano inclinado, porque o único plano econômico que existia era o Plano Salte. Este foi revogado.

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª chama plano inclinado o Plano de Recuperação Econômica que deu origem aos trabalhos da Comissão Mista Brasil–Estados Unidos?

Serão planos inclinados os planos do carvão e do petróleo?

O Sr. Maurício Joppert – Queria que V. Exª informasse qual o empréstimo da Comissão Brasil–Estados Unidos até agora realmente realizado, se houve alguma coisa além da aprovação e do decreto do governo.

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª está pondo em dúvida os documentos oficiais mas não está negando a existência de planos.

O Sr. Maurício Joppert – O plano de dragagem de nossos portos foi executado de tal modo que o material fornecido pela Holanda está na iminência de voltar, porque o governo não pagou seus compromissos.

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª está citando detalhes. Depois de ter querido brilhar, proferindo frase sem nexo – "plano inclinado" – como se ela tivesse aplicação no discurso do Deputado Afonso Arinos, que está pronunciando uma oração séria; depois que V. Exª empregou uma expressão dessa espécie, vem citar detalhe que não tem ligação alguma com o fato. V. Exªs poderão criticar os planos do governo, que terão seus defeitos, suas falhas, seus erros, mas negar que o governo atual está dentro de um ritmo de planificação, tanto quanto é possível em um regime democrático, é negar a realidade, é negar as circunstâncias históricas.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, começo estabelecendo uma distinção de conteúdo entre as palavras "plano" e "programa". O programa é uma aspiração de natureza muito geral, muito subjetiva, muito genérica. O programa contém aquelas declarações que os candidatos fazem na procura de votos e no desejo de captar as massas para o sufrágio, em favor de seu nome: "Darei carne a seis cruzeiros. Darei habitação a todos os que dela precisarem. Darei transporte para as mercadorias que se acumulam no interior". Aí está, Sr. Presidente, o que se pode chamar de programa...

O Sr. Heitor Beltrão – Isso tudo, na verdade, não foi plano, porém meras promessas jamais cumpridas.

O SR. AFONSO ARINOS — ... dentro de um critério lato, tolerante, favorável. É a emissão, a exposição, a sugestão de idéias, de pontos de vista, de inclinações, muitas vezes, até, sentimentais. Mas, o que se denomina plano é a coordenação desses intuitos em tarefas discriminadas, minuciosas e exeqüíveis.

O Sr. Maurício Joppert – V. Exª tem toda razão.

O SR. AFONSO ARINOS – Plano é a concretização desses propósitos idealistas no preto e no branco, em realizações que tenham o cunho da exatidão científica e de possibilidade política. É aí que eu falo, que insisto, que me empenho e que proclamo: a inexistência completa, absoluta, integral, indisfarçável de qualquer plano digno desse nome, por parte do atual governo *(Palmas.)*, porque, realmente, se tal plano existisse, se tais propósitos sentimentais atirados como lantejoulas sobre a boa-fé de nossos patrícios, em todos os quadrantes do território nacional; se essas palavras, mais aladas do que os aviões de dentro dos quais foram proferidas, tivessem sido sinceras e tido seguimento técnico e político à altura das responsabilidades históricas daqueles que as pronunciaram, já nosso país estaria dando mostra de reação salutar em seu organismo econômico, tal como ocorreu com todos os países dentro dos quais as promessas se fizeram realidade ou, para acompanhar a palavra do Evangelho, daqueles países onde o verbo se fez carne e se fez sangue. *(Palmas.)*

O Sr. Heitor Beltrão – Não fale em carne, nobre colega, pelo amor de Deus. *(Risos.)*

O Sr. Pereira da Silva – Se as condições são estas, de não ter o governo, até hoje, como proclama o ilustre orador e como reconhece seu partido, planejado de modo a se reestruturar a situação brasileira em todos os seus setores, pergunto: – por que razão seu partido, que congrega, exatamente, o que se chama uma elite política, estando há tanto tempo funcionando, dirigindo suas hostes, orientando, dentro do Congresso, esses problemas, já não apresentou os fundamentos desse planejamento, de maneira a concorrer para que o governo acerte, realize, e se tem levado, até o momento, simplesmente à pregação doutrinária e à crítica nem sempre construtiva de tudo quanto o Poder Público faz? É a interpelação que faço ao nobre orador.

O Sr. Lauro Lopes – É injustiça do ilustre colega, porque o partido do nobre orador tem colaborado patrioticamente tanto no plano do carvão, como no de recuperação econômica, no de valorização econômica, enfim, em quantos planos estão aí em plena execução. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. AFONSO ARINOS – Antes de mais nada, respondendo ao aparte do nobre Deputado pelo Amazonas, quero agradecer às referências preliminares que fez em relação aos componentes de meu partido e, ao fazê-lo, dizer a S. Exª que não é privilégio de nosso partido, nem pretendemos que fosse privilégio de nossa legenda, recrutar, na sua bancada, os homens capazes de elaborar os planos.

No seio do partido do nobre colega, no do Partido Trabalhista Brasileiro, no do Partido Social Progressista, enfim, no seio de todos os demais partidos que compõem esta casa do Congresso, existem, sabemos, talentos refulgentes e competências comprovadas, homens capazes de levar adiante incumbência como aquela a que se refere V. Exª.

Mas, respondendo, especificamente ao aparte, em homenagem a V. Exª...

O Sr. Pereira da Silva – Muito obrigado a V. Exª

O SR. AFONSO ARINOS – ... desejo dizer que a primeira parte foi atendida pelo nobre Deputado Lauro Lopes, relator da Receita na Comissão de Finanças, ao reconhecer nossa colaboração naqueles estudos fragmentários que de maneira alguma se podem aproximar do plano geral a que há pouco me reportava. *(Muito bem! Palmas.)* Ao Deputado Pereira da Silva, responderei de outra maneira. Não apresentamos planos porque não somos governo *(Muito bem!)*, não apresentamos planos porque não poderíamos levá-los a bom termo. *(Palmas.)* A nossa função nesta casa é criticar e combater as deficiências do governo. Vou, entretanto, assumir grave responsabilidade na resposta que lhe vou dar, responsabilidade que não assumiria se não tivesse consciência do tesouro de solidariedade e do empenho e dedicação dos meus companheiros da bancada udenista.

Vamos apresentar, à Maioria, um plano. Vamos pedi-lo às competências da nossa bancada. Vamos pedir aos conhecedores da matéria econômica e financeira,

para que, em nome da UDN, ofereçamos ao governo e à nação aquelas idéias que nos parecerem essenciais no planejamento econômico para o país, e vamos ver, então, qual será o seguimento dessas idéias, qual será o acolhimento que as forças da Maioria darão às nossas iniciativas. Vamos ver até que ponto existe sinceridade naqueles que nos combatem, ao dizer que formulamos increpações vazias e acusações sem base. Vamos dar a nossa contribuição, a fim de que ela tenha o destino que têm tido tantas outras valiosas contribuições do nosso partido *(Muito bem! Palmas.)*: o combate sutil, o engavetamento constante, o esquecimento, o olvido, o desprezo, a indiferença!

O Sr. Gustavo Capanema – Qual a iniciativa do partido de V. Exª que foi engavetada pela Maioria?

O Sr. Bilac Pinto – O Plano Salte. A UDN o ofereceu e o que fez o governo? Torpedeou-o.

O Sr. Gustavo Capanema – O Plano Salte é do PSD, meu caro amigo, do Presidente Dutra. V. Exª não sabe que o Marechal Dutra pertence ao PSD?

O Sr. Bilac Pinto – O Plano Salte foi organizado por uma comissão interpartidária. V. Exª sabe disso.

O Sr. Gustavo Capanema – É nosso o plano. O PSD o organizou e executou com a colaboração da UDN, no governo passado, e está sendo continuado agora por outro governo, que não é nem da UDN nem do PSD, mas sim de Getúlio Vargas.

O Sr. Paulo Sarasate – Onde anda o projeto de lei de diretrizes e bases?

O Sr. Gustavo Capanema – Foi julgado inconstitucional, porque esse projeto é um crime contra a nação. Trata-se de proposição organizada pelo Sr. Clemente Mariani e, como demonstrei na Comissão Mista de Leis Complementares, atenta fundamentalmente contra a unidade do nosso país. É um crime contra a nação, repito.

(Trocam-se apartes.)

O Sr. Paulo Sarasate – O projeto de diretrizes e bases foi organizado pelos maiores técnicos brasileiros. Se V. Exª tem mais luzes, o que lhe compete é retificá-lo, não engavetá-lo, ferindo a Constituição.

O Sr. Gustavo Capanema – Esses técnicos são os técnicos do separatismo, da desunião, do anti-Brasil. Se foi engavetado esse processo, V. Exª sabe com que votos, inclusive, com o voto solidário do Deputado Afonso Arinos. *(Apoiados. Não apoiados. Palmas.)*

O Sr. Rui Santos – A Comissão de Educação, presidida pelo Vice-Líder do Partido Social Democrático, convidou para deporem homens da responsabilidade de Anísio Teixeira, Almeida Júnior, Lourenço Filho. Todos eles fizeram elogios ao

Plano de Diretrizes e Bases. O eminente Deputado Gustavo Capanema, fator da centralização administrativa na educação brasileira, é contra o plano, porque ele é descentralizador. Daí considerá-lo S. Exª inconstitucional. Só por isso.

O Sr. Paulo Sarasate – Por que foi engavetado?

O Sr. Gustavo Capanema – Para concluir: esse plano também não era da UDN. Era do General Dutra, que o apresentou ao Congresso. *(Palmas.)* Se o fato de partir de um ministro da UDN, embora o governo não seja desse partido, torna udenista o plano, neste caso todo o plano de agricultura do nosso país é da UDN, porque está sendo realizado pelo Sr. João Cleofas, ministro da UDN.

Quer dizer que, neste caso, quem está fracassando é a UDN.

O Sr. Rui Santos – O Sr. Deputado Lopo Coelho está radiante com a informação do aparte de V. Exª...

O Sr. Maurício Joppert – V. Exª poderia acrescentar ao nobre Deputado Pereira da Silva que o governo acaba de aprovar, o Plano de Valorização da Amazônia, mas até hoje não nomeou o executor desse Plano, e os ilustres Deputados pela Amazônia ficam pedindo da tribuna, reiteradamente, sejam concedidas verbas, por meio do Ministério da Fazenda, para amparar a economia amazônica.

O Sr. Heitor Beltrão – V. Exª está enganado. Tudo quanto o governo fez pela Amazônia foi um discurso.

O SR. PRESIDENTE – Atenção! Peço aos Srs. Deputados que não aparteiem da forma como estão fazendo, visto ser contrário ao Regimento. Os apartes só podem ser dados com o consentimento do orador.

O Sr. Pereira da Silva – Quero registrar meu contentamento em ouvir V. Exª declarar a esta casa, ao plenário, que agora, somente agora, a União Democrática Nacional está disposta a apresentar um planejamento de base para restaurar a alta administração do País. Felicito V. Exª e espero, como todos nós esperamos, que se concretize essa declaração de V. Exª, na certeza de que não haverá ninguém, nesta Câmara, capaz de negar seu apoio a proposição dessa natureza, porque acima das questiúnculas pessoais e dos interesses partidários, quando os partidos decidem têm em vista apenas a grandeza da nação. Essa justiça V. Exª há de fazer ao Partido Social Democrático.

O SR. AFONSO ARINOS – Quero manifestar ao Sr. Deputado Pereira da Silva que estou de acordo com o que S. Exª disse.

Faço ao Partido Social Democrático toda a justiça que ele merece, e acredito que o seu apoio não será negado por motivo de divergências políticas. Apenas insisto naquilo que lhe disse antes, isto é, a ausência de iniciativa da nossa parte no que

concerne ao planejamento econômico, prende-se à circunstância, aparentemente sem significação, mas para nós fundamental, de acharmos que essa iniciativa deve ser do governo pois somos partido de oposição. Isto, porém, não quer dizer que eu não procure cumprir a minha promessa.

O Sr. Bagueira Leal – Há falta de confiança nos executores.

O Sr. Lopo Coelho – Pretendo dar ao orador um aparte calmo, facultando-lhe retomar o caminho tão bem iniciado. Queria dizer a V. Exª, em resposta ao nobre Líder da Maioria, que falou no plano de carvão e no plano do petróleo, na recuperação econômica, que nada disso deixa de estar dentro do Plano Salte. Eram parcelas do Plano Salte carvão e petróleo. Eram parcelas mínimas, dentro do setor da eletricidade. Agora, pergunto a V. Exª, que disserta com rara sabedoria sobre a planificação: de que adianta esses planos, sem a recuperação do homem, tão bem cuidada no Plano Salte, no setor de saúde? V. Exª, como todos os Srs. Deputados, conhece as endemias que assolam o Brasil, as campanhas contra a tuberculose, a falta de hospitais, a mortalidade infantil, enfim, um conglomerado de problemas, Sr. Deputado, demonstrando que, sem a recuperação do homem, nenhum plano é possível no Brasil. Entretanto, fazemos planos esparsos, deixando jogado por terra, totalmente, o que havia de sábio dentro do Plano Salte, que era o plano de Saúde.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª

Sr. Presidente, prosseguindo no meu discurso, desejo, em primeiro lugar, rejubilar-me com o espetáculo de extrema vivacidade que eu, incerta e indiretamente, pude provocar neste plenário.

É, para mim, como democrata, uma satisfação especial verificar que, em nosso país, o debate das idéias é livre, a expressão das opiniões é franca e daí não resulta qualquer prejuízo público ou particular.

Sr. Presidente, queria eu dizer, insistindo no que há pouco declarava, que o que tem merecido a nossa atenção, vigilância e crítica é o fato de aquilo que denominei, há pouco, plano econômico para os países subdesenvolvidos, se ter transformado, dentro do nosso país, em oportunidade para desorganizações, vícios e até crimes, que ocorrem, inevitavelmente, em todos os países que atravessam uma etapa inflacionária como a que atravessamos, sem que o governo possua meios adequados e decentes para orientar a estabilização dessa mesma inflação.

O que sucede hoje, no Brasil, em matéria de corrupção administrativa, o que se desenrola aos nossos olhos em matéria de escândalos financeiros...

O Sr. Heitor Beltrão – Muito bem.

O SR. AFONSO ARINOS – ... são assuntos conhecidos, são fatos inevitáveis, são exemplos sempre presentes na existência daquelas nações que, imersas na inflação, como a nossa, não possuem planos dignos desse nome de combate à

inflação. Dizia eu: o que caracteriza o planejamento em um país subdesenvolvido é exatamente a distribuição parcimoniosa da pouquidão existente, da escassez existente, de acordo com essa rígida linha de prioridades substanciais, prioridades essas conferidas no propósito ativo, percuciente, arguto de atender aos interesses da sociedade e não de servir e de incrementar os interesses de grupos particulares.

O que tem ocorrido no Brasil, Senhor Presidente, é um desvio que freqüentemente ocorre na ausência desse planejamento. A propósito, refiro-me aos inquéritos que esta Câmara tem aberto. E aproveito a oportunidade para louvar de forma irrestrita o trabalho das comissões parlamentares de inquérito, para louvar o trabalho do meu intransigente adversário e prezado amigo Senhor Deputado Tancredo Neves, que, como relator na Comissão que estudou o problema da carne, verberou os escândalos da CCP na aquisição de gado na Alta Sorocabana para o abastecimento da população carioca.

Os estudos que fizemos em matéria de política algodoeira, as denúncias que têm vindo a furo e que têm estarrecido a nação, na questão dos privilégios da Carteira de Importação, da Carteira de Redesconto...

O Sr. Nestor Duarte – Apoiado!

O SR. AFONSO ARINOS – ... o que existe sob esse aspecto nos arcanos do Banco do Brasil é de revoltar a consciência de um povo, é de elevar o tônus cívico de uma nação, a fim de que se conjuguem todos os esforços, de que convirjam todas as forças, de que se reúnam todas as paixões no sentido de debelar esse infortúnio, no sentido de acabar com essa vergonha e de se fazer realmente uma administração que corresponda às esperança, aos direitos e desejos do nosso povo.

O Sr. Maurício Joppert – Todos os planos do governo são planos de escândalos.

O Sr. Gustavo Capanema – Mais uma vez intervém o meu prezado professor Maurício Joppert...

O Sr. Maurício Joppert – Seu professor, não! *(Riso.)*

O Sr. Gustavo Capanema – ... que eu queria tivesse aqui aquela mesma claridade com que rege a sua cadeira na Escola Nacional de Engenharia,...

O Sr. Maurício Joppert – Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Gustavo Capanema – .....mas que aqui sai com algumas palavras sem o menor cabimento.

O Sr. Maurício Joppert – V. Exª nega que haja esses planos de escândalos? São escândalos de todo dia, já não mais escândalos de abril, de maio, de junho...

O Sr. Gustavo Capanema – Essas expressões não são nem mesmo um udenistas, no sentido em que esta palavra é tida hoje no Brasil, isto é, componente de um partido de elite intelectual, partido que foge ao demagógico, partido que não quer o demagógico.

O Sr. Maurício Joppert – A UDN não tem o privilégio dessas qualidades.

O Sr. Gustavo Capanema – Essas expressões – "plano de escândalos", plano inclinado...

O Sr. Maurício Joppert – Mas plano inclinado também serve para subir.

O Sr. Gustavo Capanema – ... ficam bem na boca da demagogia, mas nunca na da UDN.

Sr. Maurício Joppert – V. Exª está torcendo a realidade, porque, se não há plano de escândalos, a coincidência é tal que faz pensar em planejamento.

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª terá sempre em mim um colaborador meticuloso de todas as iniciativas que o seu partido tomar no sentido de punir todas as imoralidades que se verificarem na administração. E eu hipoteco a V. Exª este apoio, não só em nome da maioria, mas também em nome do governo que porfia no sentido de afastar dos postos de administração todos aqueles sob cuja sombra se procedeu a quaisquer processos administrativos eivados de imoralidade.

O Sr. Maurício Joppert – A verdade é que até hoje ninguém foi punido por todos esses escândalos.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, eu queria manifestar ao nobre Líder Gustavo Capanema a minha satisfação, aliás tranqüila, pelas palavras que S. Exª acaba de pronunciar. Nunca tive dúvida de que S. Exª e o seu partido, de que o nobre Deputado Brochado da Rocha, individualmente, com quem tenho muitas e reiteradas vezes conversado franca, aberta e diretamente sobre esse problema, sem que tenhamos tido necessidade de anuviar ou de obscurecer o nosso pensamento; nunca tive dúvida, dizia, de que S. Exªs e seus partidos tivessem outra atitude. O que desejo salientar aqui – e isso vem em abono da serenidade e imparcialidade da nossa posição – é que o nosso partido não quer apenas que sejam punidas aquelas autoridades causadoras dos escândalos, a que me referi e aos quais, dentro em pouco, voltarei. Queremos que se elabore o planejamento geral da economia do governo, precisamente porque, dentro desse sistema, tais abusos são impossíveis. Estou sempre colocando o problema dentro do terreno tanto quanto possível impessoal em que o devo colocar. Não mencionei nomes, não referi firmas, não enumerei fatos; estou aludindo a este espetáculo geral, estou aludindo a um clima que é conhecido de todos, a um estado psicológico que é, infelizmente, seguro na opinião de todos nós e que representa um peso na nossa consciência patriótica. O que quero é que o governo tome uma orientação tal, elabore um plano tal, siga diretrizes tais que os des-

vios para coisas desta ordem, para espetáculos desta jaez, para negociatas desta repugnante apresentação sejam exceção, como são exceção em todos os países e não regra, como vêm sendo no nosso país. *(Apoiados e não apoiados. Palmas e protestos.)*

O Sr. Gustavo Capanema – Regra, não, meu nobre colega.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Deputado Gustavo Capanema, peço a V. Exª o obséquio de atender a que tenho pouco mais de uma hora para prosseguir meu discurso. Estou no primeiro terço dele; ainda faltam dois terços.

O Sr. Gustavo Capanema – Vou abster-me de apartear V. Exª daqui por diante. Mas V. Exª teria toda a tarde de hoje, todo o dia de amanhã...

O SR. AFONSO ARINOS – É que assumi compromisso com o Partido Socialista Brasileiro para ceder parte do meu tempo ao nobre Deputado Brígido Tinoco.

O Sr. Gustavo Capanema – ... e mesmo toda a semana, se quiser, para expender as suas considerações. Eu me disponho, então, a responder, tópico por tópico, à oração de Vossa Excelência, noutro discurso.

O SR. AFONSO ARINOS – Logo V. Exª não precisa apartear-me com essa freqüência, se se dispõe a responder depois.

O Sr. Gustavo Capanema – Se V. Exª conclui da desnecessidade ou da impertinência dos meus apartes, deixarei, daqui por diante, de interrompê-lo. Mas quero que V. Exª fique sabendo que não posso, com o meu silêncio, significar que estou aquiescendo a tudo que V. Exª está dizendo.

O SR. AFONSO ARINOS – Não. V. Exª terá liberdade de apartear-me quando quiser. V. Exª sabe que eu seria o último a impedi-lo de assim o fazer. Apenas, com a franqueza que nos permite nossa velha amizade, eu lhe pediria que só aparteasse nos momentos que V. Exª julgasse, realmente necessários, não para contestações interlocutórias, mas para contestações definitivas.

O Sr. Gustavo Capanema – O aparte que pretendia dar neste momento é o mais pertinente possível...

O SR. AFONSO ARINOS – Então, peço que o dê.

O Sr. Gustavo Capanema – ... porque era para divergir do que V. Exª está dizendo e para externar o pensamento da maioria.

O SR. AFONSO ARINOS – Neste caso, estou inteiramente disposto a ouvi-lo, e peço a V. Exª, humildemente, que dê o seu aparte.

O Sr. Gustavo Capanema – Não, não quero que V. Exª fale desta maneira. Peço que V. Exª compreenda que não coloco jamais as questões em posição de natureza

pessoal, tanto que vou aparteá-lo. V. Exª reconhece que o governo tem os seus planos parciais: O Plano do Carvão é um plano parcial; o Plano da Eletrificação, que aí vem, é um plano parcial; o Plano do Petróleo é um plano parcial; o Plano das Ferrovias é um plano parcial; o Plano da Recuperação dos Portos é um plano parcial. Eu podia ir citando vários deles, já que o governo tem um conjunto de planos parciais.

O Sr. Heitor Beltrão – Todos sabemos: é um governo parcialíssimo. *(Riso.)*

O Gustavo Capanema – V. Exª, Sr. Deputado Afonso Arinos, acha que esses planos são insuficientes e que é preciso coordenação geral desses planos, para um planejamento geral. Então, respondo a Vossa Excelência – e este é o meu aparte: quem reconheceu essa necessidade, desde logo, foi o Presidente da República, que resolveu, em 3 de outubro do ano passado, apelar para todos os partidos no sentido de colaborarem com ele na realização de uma ampla reforma de fundo da nossa administração. E, ao apresentar seu Plano de Reforma Administrativa, colocou, dentro dele, como primeiro princípio, a criação de um órgão que possibilitasse a planificação geral. A Exposição de Motivos com que o governo encaminhou a sua Reforma Administrativa é uma demonstração da necessidade desse plano. Assim, o discurso que V. Exª está pronunciando agora coincide cem por cento com os termos da Exposição de Motivos do Projeto de Reforma Administrativa entregue pelo Presidente da República à Comissão Inter-Partidária, de que V. Exª faz parte. Concluindo: vê V. Exª que o próprio governo reconhece a necessidade do estudo de uma planificação geral. Portanto, estamos no rumo da realização desse objetivo.

O Sr. Heitor Beltrão – O governo vai fazer um estudo já a esta altura quase três anos depois de empossado!

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao aparte do nobre Deputado Gustavo Capanema. Realmente Sua Excelência tem razão, e muita, no que diz, mas a razão que tem naquilo que afirma não destrói a razão que procuro ter naquilo que assevero.

O que vinha dizendo é que, em nossa opinião, não constituem um plano orgânico de recuperação econômica e estabilização da inflação, a elaboração e a execução – muito mais elaboração do que execução – de medidas parciais, reservada a trechos de nossa economia.

Muita vezes o atendimento a essas medidas tomadas parcialmente significa contradição com os aspectos gerais de um plano que seria necessário. Para isso é que quero chamar a atenção do nobre Deputado Gustavo Capanema. Realmente, a planificação global, a planificação geral, a planificação conjunta é útil, porque estabelece dentro mesmo do atendimento às necessidades nacionais, aquelas prioridades indispensáveis para a execução de uma tarefa deste montante.

E quanto à existência do Conselho do Planejamento, estou de acordo com S. Exª. E nós debatemos longamente isto na Comissão de Reforma Administrativa. Até concordamos em que essa tarefa fosse transferida ao Conselho Nacional de Economia. Mas tudo isso – e peço a atenção da Câmara – são assuntos que estão emergindo na cogitação do governo e da maioria, nos meados da sua administração, enquanto que as providências tomadas no sentido de intervir no domínio econômico para adotar ou orientar a distribuição de produtos, e as providências seguidas para o controle de certas atividades econômicas, como sejam, o comércio internacional, o câmbio, o redesconto, o crédito bancário, têm sido – e insisto em chamar a atenção do plenário – desastrosas em muitos pontos, desastrosas quase sempre porque o resultado concreto obtido não é a melhoria do *standard,* do nível de vida da população brasileira, mas o enriquecimento ilícito de certos grupos privados, por meio de atividades escandalosas denunciadas à nação, inclusive, com depoimentos de muitos dos representantes dos partidos da maioria.

Espero ter deixado, desta forma, claro o meu ponto de vista em relação a este aspecto do meu discurso. Mas, Sr. Presidente, queria entrar na parte final desta apreciação, no lado econômico da nossa vida pública.

Queria chamar a atenção da Câmara para que, embora esteja em curso, como diz o nobre líder da maioria, embora esteja em preparo, como assevera o representante autorizado das forças majoritárias nesta casa, um plano geral de recuperação econômica do país, o ilustre Sr. Ministro da Fazenda, em documento oficial, publicado na imprensa desta capital há poucos dias, delineia por sua vez, um plano de ação que deve ter merecido a aprovação do Senhor Presidente da República, sem o que não seria dado à publicidade com toda a ênfase com que o foi.

Refiro-me às declarações do Senhor Ministro Horácio Lafer divulgadas pelos jornais do Rio de Janeiro no final da semana passada. Essas declarações contêm não propriamente um programa de governo, mas um plano de administração próximo, que visa principalmente deter a inflação existente no país.

Entre as medidas sugeridas pude distinguir, com as minhas parcas luzes de amador nesses estudos, seis ou sete grupos de providências que o Ministro considera necessárias. A primeira está consignada no seguinte parágrafo de sua exposição:

> "Se temos cimento, ferro, materiais etc. para uma quantidade 100 de obras e serviços e programamos 150, é evidente que há o leilão dos produtos existentes que, não sendo bastantes para todos os que os procuram, determinam a elevação dos seus preços. Por outro lado, estados, na necessidade de realizar, podem fazer programas que a sua situação financeira não comporta, então exercem pressão para obter empréstimos no Banco do Brasil, determinando emissões."

Nada do que diz o ilustre Ministro da Fazenda e nada do que vou dizer em comentário às suas assertivas representa qualquer pensamento original. São coisas elementares em matéria de administração econômica e financeira, mas dada a apresentação

concreta de seu plano urge que a oposição faça dele também uma apreciação concreta e crítica.

Sr. Presidente, o plano, se posso chamar assim o programa ou as diretrizes do nobre Ministro da Fazenda, coincide em muitos pontos, ou quase sempre, com o relatório, preparado pelo Diretor do Departamento de Pesquisas do Fundo Monetário Internacional, estudo muito importante, e de que possuo um exemplar. Este trabalho foi executado com a cooperação das autoridades financeiras e monetárias do nosso país, notadamente do então Presidente da Superintendência da Moeda e do Crédito. Encontrei nas causas ou no diagnóstico da situação econômica do país, delineada pelo Ministro da Fazenda, e nas sugestões formuladas para fazer face a estes males um grande sincronismo, uma grande similitude, uma articulação estreita com o exame e as conclusões constantes do relatório que tenho em mãos.

Esta parte, por exemplo, Senhor Presidente, do diagnóstico formado pelo Ministro da Fazenda quanto às exigências da administração pública no campo da construção e do equipamento, e as emissões e os apelos ao crédito correspondente, para atender a essas exigências, encontra-se precisamente nas páginas 119 e 120 do relatório em questão.

Ele diz – vou ler com alguma hesitação porque estou traduzindo:

> "O programa de estabilização deve promover a cobertura das despesas governamentais, sem apelo a crédito bancário adicional. Isto é tão importante para o governo federal como para o governo estadual e o municipal. Deve ser encontrada uma certa folga para se adiar, temporariamente, despesas governativas, especialmente novos projetos de construção."

O Sr. Carmelo D'Agostino – Permita V. Exª um aparte. Com referência a esta asserção há pouco anunciada por V. Exª quanto ao programa de deflação que implica necessidade de se estabelecer receitas ou arrecadações que evitem as inflações, devo lembrar a V. Exª que o Sr. Ministro da Fazenda está em desacordo com ela. O Orçamento da República, ano por ano, vem num crescendo inflacionário, contrariando desta forma, as afirmações feitas por S. Exª no tocante às arrecadações deflacionárias.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª está abordando ponto para o qual agradeço sua antecipação, e que formará exatamente o final de meu discurso nesta parte.

O Sr. Carmelo D'Agostino – Veja o nobre colega que não há sentido correlato na deflação do Sr. Ministro e o seu orçamento público, já que é ele inflacionário.

O Sr. Brochado da Rocha – A leitura que o nobre orador acaba de fazer deste trecho do relatório mostra como são injustas as afirmações de que o governo está desinteressado dos problemas nacionais e não planeja sua solução. Vê V. Exª, portanto, pelo trabalho do Sr. Ministro da Fazenda, pela consonância dos princípios que

prega, e pelo que o relatório afirma, que S. Exª está estudando a situação do país, inspirando-se nas melhores fontes, num esforço que devemos louvar e aplaudir com entusiasmo, para debelar a situação de dificuldades em que vive o país.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª

Deve salientar-se que o relatório, em outros pontos, ou seja, na página 114 do seu texto chama a atenção para o seguinte fato:

> "Não foi o uso de recursos para os objetivos do governo tão abundante que tenha privado o público dos meios de manter o consumo e o investimento em nível razoável. Ao contrário, o uso de recursos para os objetivos públicos foi extremamente modesto do ponto de vista da expectativa geral, para uma provisão muito mais ampla de serviços por intermédio do governo."

Esta é a declaração dos técnicos da ONU, em relação ao problema da demanda governativa de recursos para investimentos e equipamentos.

Por conseqüência, a assertiva do nobre Ministro Horácio Láfer não corresponde exatamente às conclusões do relatório neste particular.

Entende que o uso dos recursos por parte do governo foi extremamente modesto, e é esta a primeira reserva que desejo fazer. Não estou aqui assegurando que esse relatório tenha servido como único elemento de informação do Ministro da Fazenda, mas está-me parecendo que contribuiu muito para a formação das suas conclusões, e é natural que assim tenha sido. Não faço nem formulo nenhuma acusação a S. Exª no particular, visto que o relatório foi preparado por especialistas na matéria, pelo chefe da Divisão de Pesquisas do Fundo Monetário Internacional, com a contribuição de autoridades brasileiras também especializadas na matéria.

Desejo apenas chamar a atenção da Câmara para o fato de que, na opinião do próprio relatório, não foi a demanda – e eu me sirvo aqui de um vocábulo que não me agrada muito, mas para o qual não encontro no momento substituto – não foi a exigência da aplicação de recursos por parte das obras públicas em reequipamento e em investimento, que determinou a inflação.

O relatório, na página 114, assevera o contrário, assevera que a inflação é que estimulou, no campo privado, o reequipamento e o reinvestimento exagerados, e que a procura de recursos por parte do governo foi extremamente modesta no que toca à expectativa que pode existir no país sobre a assistência do governo aos processos de recapitalização ou de reinvestimento públicos. De maneira que, aquilo para o que quero chamar a atenção da casa é que a conseqüência primordial, a conseqüência essencial, a conseqüência, enfim, exclusiva ou determinante que o Ministro tirou de que um dos fatores para se diminuir o processo inflacionário é a sustação das obras públicas estaduais e municipais em todo o território nacional, é opinião até certo ponto subjetiva, porque não corresponde às bases objetivas sobre as quais assentaram as conclusões do relatório. *(Apoiado.)*

Poderia ler mais um pouco, mas V. Ex^as terão oportunidade de cotejar a leitura e eu, desde já, ponho à disposição do nobre Líder da Maioria, que deve possuir esse trabalho e do nobre Deputado Brochado da Rocha, que com tão generosa atenção acompanha o meu discurso...

O Sr. Brochado da Rocha – Com bastante interesse.

O SR. AFONSO ARINOS – ... para que V. Ex^as possam tirar as conclusões que se fazem mister.

Contesto, por conseqüência, tanto quanto minhas fracas luzes podem contestar, a afirmativa formulada pelo Ministro nos termos em que o foi, e declaro que não convém, que não devemos assentir indiscriminadamente à cessação das obras públicas em atendimento ao processo de desinflação, porque o combate à inflação deve ser feito por processos diferentes, aos quais chegarei no fim desta parte do meu discurso.

O segundo ponto do relatório da Fazenda diz respeito ao processo inflacionário da falta de produção agrícola.

Neste ponto, nós, da UDN, temos larga tradição partidária de contribuição a essas idéias. O nosso partido tem muitas vezes formulado energicamente o seu ponto de vista em relação ao maior incremento da produção agrícola. Não concebemos mesmo – está no nosso programa, figura e vem à tona freqüentemente nos nossos debates – não podemos conceber um estímulo lógico à industrialização sem uma recuperação econômica, sem o fortalecimento, sem a insuflação de sangue novo, de energia criadora à agricultura abandonada, depauperada, esquecida e vilipendiada de nosso país. Entendemos que um dos pontos capitais de um programa de reequipamento – e este é outro aspecto para o qual quero chamar a atenção da casa – é o problema da reforma agrária, reforma que seja flexível, adaptável às diferenciações sociais, geográficas e econômicas do país, reforma que seja adaptável à complexidade de nosso panorama agrícola e tenha em vista atender ao crédito rural, que tenha em vista reaparelhar com instrumentos novos as possibilidades dos que labutam na terra e que tenha também em vista quando tal se fizer oportuno, encarar o problema da propriedade da terra.

Isso tudo tem de entrar num plano de conjunto complexo, maleável, flexível, adaptável a um país que não é apenas um país, mas é também um continente; um continente que não é apenas um continente, mas que, com aquela expressão que já se tornou corriqueira, é também um arquipélago do ponto de vista geográfico e econômico!

Assim sendo, somos, Sr. Presidente, um partido que tem autoridade bastante para declarar que esposamos esta tese. Ela consta do nosso programa, dos nossos debates, das nossas sugestões e, aqui, o Deputado Nestor Duarte, quando apresentou pela primeira vez o seu projeto de reforma agrária, o fez ainda nos quadros da União Democrática Nacional, quadros que – diga-se de passagem – continuam abertos para S. Ex^a

Mas, Sr. Presidente, devo dizer que o nosso partido, no particular, é entidade política que tem autoridade para exigir o cumprimento desse propósito, por meio de projetos que se revistam realmente de uma forma exeqüível e não apenas da apresentação de simples acenos ou soluções livrescas.

O Sr. Brochado da Rocha – Neste terreno, V. Exª sabe que pensamos da mesma maneira. A maioria também entende que a reforma agrária é indispensável. Apelaria então para V. Exª, já que há na casa uma série de projetos neste sentido, que por intermédio da brilhante bancada e dos valores de que V. Exª dispõe, fizesse com que esses projetos pudessem vir a plenário, consubstanciando soluções realizáveis, como deseja V. Exª, como desejamos nós, como deseja o povo brasileiro.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª, como dizia Turenne de Luiz XIV, esmaga-me de glórias, mas também me esmaga com o peso de tarefas superiores às minhas forças. Transmitirei à minha bancada esse apelo que, partindo de um Líder da autoridade de V. Exª, espero tenha, dentro de minha bancada, a ressonância que as minhas iniciativas nem sempre encontram. *(Risos.)*

O Sr. Brochado da Rocha – Confio mais no prestígio de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Prossigo no exame do projeto do nobre Ministro da Fazenda.

O terceiro ponto de S. Exª, depois do programa agrário, é o que diz respeito ao crédito, à limitação de crédito, à política crediária.

Diz S. Exª:

> "Outro agente inflacionário pode ser o crédito se mal utilizado e distribuído. O Banco do Brasil já tomou novas providências no sentido de evitar a expansão inflacionária do crédito."

É preciso que o resto da rede bancária nacional também acompanhe esse objetivo patriótico, o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito estude o plano para evitar, por meio de desvios e outras facilidades, o apoio e estímulo aos que agirem contra os interesses nacionais.

Sr. Presidente, à página 118 do Relatório Bernstein se lê o seguinte:

> "Se as autoridades têm a intenção de efetuar um programa de estabilização, elas devem começar por tornar claro ao Banco do Brasil e aos bancos comerciais que a rápida expansão de crédito deve ser paralisada. Os bancos devem limitar os novos empréstimos que fazem ao montante dos reembolsos mais algum aumento moderado – digamos, nada mais do que cinco por cento dos atuais empréstimos em vigor sobre no decurso dos próximos seis meses. As autoridades monetárias devem advertir os bancos de que as facilidades de redescontos serão muito limitadas e

serão negadas inteiramente aos bancos que não cooperarem neste programa de estabilização. Além disto, as autoridades monetárias devem restringir muito severamente a inflação de nova moeda corrente que é a última salvaguarda contra a persistente expansão de crédito no Brasil."

Como vêem os nobres Deputados a declaração do Sr. Ministro da Fazenda coincide estritamente com o que acabo de ler.

O Sr. Brochado da Rocha – Está bem inspirado.

O Sr. Carmelo D'Agostino – No Relatório do Ministro da Fazenda há uma contradição, como há, em nossa terra, quanto à inflação do crédito, que não existe. Se examinarmos o dinheiro em espécie que circula nos bancos e a sua utilização pelo crédito, com o uso do cheque encontramos 123 bilhões de cruzeiros que são os depósitos bancários, e se V. Exª apurar a existência da espécie dinheiro nos bancos, verificará que ela não vai além de 15 bilhões de cruzeiros. V. Exª observará que, assim mesmo, o crédito, pelo uso do cheque, está restrito comparativamente a outros países. O uso do cheque, neles, sobre a espécie depositada nos bancos é bem maior. Acresce mais outro fato. Embora os bancos tenham emprestado sobre o dinheiro em espécie neles depositado de 15 bilhões, que é em quanto montam os depósitos dessa natureza, ainda está muito aquém do que o país reclama, para sua maior produção. Ora, pergunto eu, onde está a inflação do crédito? O que há é desvirtuamento da circulação do dinheiro, desvio dele das finalidades produtoras. É falta de convergência do dinheiro para os bancos, a fim de que sejam empregados mais vezes pelo cheque e atendida por essa forma, a maior produção do país.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª

Diz bem o nobre Deputado, autoridade reconhecida em matéria de Direito Bancário e da vida bancária; realmente o que se impõe é a discriminação entre o crédito inflacionário e o crédito destinado a atender às legítimas necessidades da expansão econômica. E o que nós acusamos na política do governo, o que nós reclamamos contra a política do governo, o que nós censuramos e criticamos, aquilo a que nos opomos, é precisamente que agora o Ministro da Fazenda, dois anos e meio passados da sua gestão na pasta das Finanças, venha fazer declarações que visem ao futuro, a respeito de um propósito político, de uma ação que se deveria ter transformado na sua preocupação elementar desde que assumiu o Ministério.

O que nós queremos é combater aquilo que se tem feito. O que queremos é extinguir aquilo que temos denunciado e que tem saído em todos esses escândalos que há pouco me reportei. É a utilização do crédito bancário para as facilidades vergonhosas, para transferência de propriedade de empresas que não interessa ao conteúdo das mesmas empresas ou ao progresso da economia nacional.

O Sr. Carmelo D'Agostino – E contra o crédito político, diz muito bem V. Exª

O SR. AFONSO ARINOS – Combatemos o que diz o inquérito sobre a Carteira de Redescontos. É sobre isso que queremos, realmente, tomar contas ao Sr. Ministro da Fazenda, e não ouvir de S. Exª declarações, promessas, projetos, esperanças, que nada nos dizem de real, porque se chocam com tudo aquilo feito na pasta entregue à sua gestão.

O Sr. Aliomar Baleeiro – A Câmara deve recordar-se de que, no dia 29 de outubro de 1951, o Sr. Ministro da Fazenda aqui esteve convocado e, nessa ocasião, foram cobrados a S. Exª todos esses fatos; foi-lhe apresentada uma lista dos bancos que estavam com excesso de redesconto e até perguntado se S. Exª não reconhecia no fato um crime de responsabilidade.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado Aliomar Baleeiro o aparte com que me honrou.

Sr. Presidente, antes de tratar do número 5, vamos dizer assim, das sugestões ministeriais, voltando ao ponto em que há pouco me detinha e para mostrar até onde as nossas ponderações são isentas e procedentes, quero ler o tópico de um artigo do *Correio da Manhã,* jornal notoriamente, não direi favorável, mas não hostil ao Sr. Ministro da Fazenda.

O Sr. Brochado da Rocha – É simpático.

O SR. AFONSO ARINOS – Esse jornal, que não pode ser tido nem considerado um órgão sectário, concorda plenamente – e isso me satisfaz – com o esboço ou esquema que eu já tinha elaborado para o meu discurso e que, como é notório, foi publicado muito antes do dia de hoje, muito antes do dia em que deveria aparecer esse artigo.

Referindo-se a esse ponto de restrição de crédito, escreve o *Correio da Manhã:*

> "Aí, porém, termina nossa concordância, porque a tese da disciplina dos investimentos não implica em necessária redução dos programas estaduais e municipais, que só absorveram no ano transato, 3,2 bilhões de empréstimos do Banco do Brasil."

Por meio do mecanismo central do Banco do Brasil, evidentemente, exige-se o controle do nosso sistema bancário.

> "O que a tese em apreço exige é a imediata adoção do regime do planejamento geral, para que se torne possível o estabelecimento da prioridade de investimentos, abrangendo as inversões de todas as procedências e para todos os fins. Esta é que é a verdadeira conseqüência das premissas reconhecidas pelo Sr. Horácio Láfer."

Realmente, Sr. Presidente, estas são as conseqüências que nós da União Democrática Nacional e, acredito, com o apoio de todos os ilustres colegas de outros partidos, retiramos da exposição feita pelo Sr. Ministro Horácio Láfer.

Sem um planejamento anterior da economia brasileira; sem a colocação do programa do governo dentro de um esquema que possa atender à nossa condição de país subdesenvolvido, estabelecendo os controles, os critérios necessários para a intervenção estatal na economia, nós, por melhores que sejam as intenções das autoridades, não estaremos nunca em condições de deter esta maré afogadora que é a inflação que corrói o organismo econômico nacional.

Aquele seria portanto, Sr. Presidente, o caminho que eu indicaria se pudesse ser ouvido, inclusive, na elaboração do plano que, espero, o meu partido me atenda em organizar, ou de esboço de plano, ou dos pontos de um plano que confio, como disse, os técnicos do meu partido estejam em condições e com a coragem suficiente para elaborar.

O meu conselho seria este, Sr. Presidente: é típico, é indiscutível que, num país com as características do nosso, temos de considerar a renda nacional como divisível em partes.

Um país subdesenvolvido, onde se consome a totalidade da sua renda nacional, é um país estagnado; um país subdesenvolvido, onde a renda nacional seja menor do que as necessidades do consumo, é um país subdesenvolvido; onde a renda nacional seja aproveitada pela política tributária, a fim de organizar um plano de inversões e de equipamento público, é um país em desenvolvimento.

Assim, Sr. Presidente – é esta a minha tese – teremos que atender àquele apelo para a restrição das obras públicas, com muita cautela e com muita reserva; teremos que atender aos apelos da restrição ao crédito bancário, também, com cautela e com reserva; mas teremos que encarar o problema do fortalecimento de uma política tributária, a fim de que, dos excessos daquela renda destinada ao consumo – notem bem que estou falando a linguagem dos partidos não-revolucionários, que estou usando a linguagem dos partidos tipicamente democráticos, dos partidos que acreditam na evolução do capitalismo para um sistema melhor de justiça social – se organizem as possibilidades de inversão pública no sentido do reaparelhamento, do desenvolvimento e do reequipamento do país.

Esta, Sr. Presidente, é a sugestão que eu formularia dentro do meu partido, como ponto de vista pessoal, para contribuição de um estudo geral que se fizesse nesse sentido.

O Sr. Brochado da Rocha – Não acha V. Exª que o esforço que vem fazendo o Ministério da Fazenda, no sentido de moralizar a arrecadação do Imposto sobre a Renda, esforço que permitiu fosse a arrecadação quase duplicada em três exercícios, já representa alguma coisa nessa estrada que V. Exª aponta? Não entende que é o trabalho preliminar indispensável para que se possa, depois, agravar a tributação,

porque, se não se fizesse isso, o agravamento da tributação iria onerar homens honestos e permitir que a evasão da renda continuasse, como existia até aqui?

O SR. AFONSO ARINOS – Não contesto o que V. Exª diz. Mas, por outro lado, V. Exª sabe que as iniciativas parciais no sentido do agravamento da tributação, em certos casos, recebem meu bom acolhimento. Por exemplo, o projeto de V. Exª acrescendo de um por cento o imposto sobre a renda além de certo limite, para atender às necessidades do SAPS e do SAMDU. Desse projeto em estudo tive a honra de receber um dos exemplares. Vê V. Exª que nos podemos encontrar em muitos pontos. Não sou nem partidário indiscriminado da agravação da política tributária, nem sou partidário indiscriminado da negação deste agravamento. O que me parece é que temos necessidade de um plano econômico, e volto sempre ao mesmo ponto, como num monótono *ritornello,* como a cantiga do provérbio: se ela aborrece, recomece para que aborreça ainda mais. E insisto, para que tenhamos um plano geral de reequipamento econômico com todas as suas manifestações de inversão pública, de reequipamento nacional, de reaparelhamento do corpo e dos tecidos nobres do país. Então, temos de aplicar, a este plano e ao seu desenvolvimento, preferencialmente, os recursos da política tributária, em vez dos recursos da política creditória, em vez de apelar para a cessação de obras públicas o que é, por sua natureza, a negação do mesmo plano.

Chamo a atenção de V. Exª para um aspecto especial. V. Exª não ignora que, sob a gestão do Sr. Ministro das Relações Exteriores, se chegou a um acordo com o Estados Unidos para o fornecimento de empréstimos, por meio de estudos e de planos da Comissão Mista, até o total de trezentos milhões de dólares. O ilustre Ministro Horácio Láfer, achando o limite escasso ou insuficiente, na viagem que fez aos Estados Unidos conseguiu elevá-lo a quinhentos milhões de dólares como limite, partindo sempre do princípio de que essas possibilidades de auxílio deveriam corresponder às nossas necessidades. Se estou errado, apelo para os doutos suprimentos do Professor Aliomar Baleeiro que me observa com a atenção do mestre que costuma reparar nos seus discípulos na hora do exame. Sr. Presidente, eu queria dizer que já invertemos qualquer coisa que vai por 3 ou 4 milhões por ano, para atender às necessidades dos empréstimos feitos de acordo com o limite atual que é de 140 milhões de dólares, não é verdade Professor Aliomar Baleeiro?

O Sr. Aliomar Baleeiro – Perfeitamente.

O SR. AFONSO ARINOS – Não chegamos, ainda, ao total dos 300 milhões, que nos foi concedido na primeira fase das negociações diplomáticas; ficamos muito longe, excessivamente longe, do total dos 500 milhões a que poderíamos ter chegado, caso a nossa contribuição nacional estivesse em condições de oferecer paridade a essa ascensão.

Pois bem, nada disso, parece, se fará, além dos 140 milhões de dólares.

Dissolveu-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, as possibilidades parecem ter sido abandonadas, e esgotou-se uma das oportunidades mais importantes

para o nosso desenvolvimento econômico, desde que o governo não tomou as medidas necessárias e vai continuar – parece-me, neste ponto não estou seguro – na cobrança desses tributos, que estão baseados, se não me engano na proporção ou na relatividade dos 300 milhões de dólares e não dos 140. Por conseqüência, se estou enganado, peço que me retifiquem, porque é advertência que faço à maioria, se a cobrança desses tributos complementares corresponde a uma soma, a um teto muito maior do que aqueles combinados no plano de empréstimo estabelecido pela Comissão Mista, vamos ter uma arrecadação inflacionária, que funcionará como um impacto no Tesouro e no Banco do Brasil, e irá agravar a situação existente.

O Sr. Brochado da Rocha – A impressão que tenho é a de que a Comissão Mista se dissolve, porque já realizou estudos e projetos que absorverão o total do crédito em dólar de que podemos dispor. Apenas a concessão desse empréstimo é que está sendo relativamente retardada, não apenas pelos motivos a que aludiu V. Exª, mas também pela situação difícil da nossa balança comercial, dos atrasados comerciais, que V. Exª sabe exagerados e que se estão prolongando além do que seria de esperar.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª

Sr. Presidente, passando assim rapidamente sobre o panorama econômico e financeiro, em que insistimos em denunciar a ausência de um plano de conjunto, para a recuperação econômica e a estabilização da inflação; em que insistimos em acusar o governo por essa omissão inexplicável, inexplicável porque, insisto, a ausência desta política coordenada tem resultado numa dissipação que, não raro, se aproxima da corrupção, que, não raro, incide no terreno da corrupção; passado este setor, Sr. Presidente, queria deter-me ligeiramente sobre outro aspecto da vida nacional.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Meu nobre líder, se V. Exª pudesse acolher meu pedido, eu gostaria que se fizesse porta-voz da seguinte pergunta que desejávamos fazer aos eminentes líderes da maioria: voltou atrás o governo daquela sua iniciativa, a nosso ver correta, exposta na mensagem, de instituir como medida antiinflacionária, a tributação dos lucros excessivos?

O Sr. Brochado da Rocha – Não tenho nenhuma informação de que o governo haja recuado nesse propósito. Ao contrário, a última notícia que tive, dada de público pelo Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, no Congresso de Santa Maria, foi a de que haviam sido confiados elementos ao eminente Senador Alberto Pasqualini, para que S. Exª que é, indiscutivelmente, um nome autorizado...

O Sr. Aliomar Baleeiro – Sem dúvida.

O Sr. Brochado da Rocha – ... no assunto, pudesse redigir um projeto, capaz de ser submetido à aprovação do Senado.

O Sr. Aliomar Baleeiro – É estranho que o Sr. Ministro da Fazenda não houvesse dedicado uma palavra sequer, meu nobre colega, ao problema da tributação de lucros extraordinários num programa de política antiinflacionária.

O Sr. Brochado da Rocha – Não desejo intervir no problema das relações de V. Exª com o Sr. Horácio Láfer.

O Sr. Aliomar Baleeiro – O problema não é meu, mas nacional.

O Sr. Artur Santos – Parece-me que está havendo, em grande parte, uma inversão. No regime presidencial toda ação de comando e toda responsabilidade cabe ao governo. A prova temos na maneira com que está sendo aplicada a política creditória do Banco do Brasil no estrangulamento cada vez maior da produção. Num momento como este, num período como este, os financiamentos se dirigem muito mais para as inversões imobiliárias. A dissipação do crédito, de que dão notícias os inquéritos do Banco do Brasil, e outros inquéritos, como o da Carteira de Redescontos...

O Sr. Fernando Ferrari – Não apoiado.

O Sr. Artur Santos – V. Exª não pode apartear contestando, pois é verdade que não existe crédito para a produção. Aí está o café estrangulado, e, no meu Estado, obrigados os produtores a vender o produto abaixo do custo por falta de financiamento. Aí está o feijão do Paraná. Aí está o feijão, sendo vendido a 80 e a 100 cruzeiros a saca no Paraná, quando, no Rio de Janeiro é vendido a 500 cruzeiros a saca. O que existe é, portanto, falta de governo, falta de ação de comando, dispersão do crédito do Banco do Brasil, falta de planejamento por parte do governo, porque, no regime presidencial, toda a responsabilidade da falta de rendimento da ação administrativa cabe ao governo e não ao Parlamento, que tem dado ao Executivo todas as leis que ele tem solicitado ao Congresso para a execução de sua política, em matéria financeira. *(Palmas.)*

O Sr. Fernando Ferrari – Quero dizer ao nobre Deputado, Sr. Artur Santos, que há nesta casa quem não concorde com parte da intervenção de S. Exª. Houve, de fato, uma política dispersiva nos financiamentos imobiliários, já examinados pela Comissão Parlamentar de Inquérito da qual sou Vice-Presidente. Mas S. Exª não pode deixar de reconhecer o notável trabalho da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, que nunca emprestou tanto à produção nacional. E eu respondo a S. Exª com estatística e não com palavras apenas. Nunca a Carteira Agrícola do Banco do Brasil emprestou tanto a produtores quanto agora. Aí está a mensagem presidencial e aí estão as estatísticas da própria Carteira, que respondem a qualquer argumento em contrário.

O Sr. Carmelo D'Agostino – Pergunto então: por que o arroz e o feijão chegaram a preços astronômicos? Por haver superabundância de produção?

O Sr. Tristão da Cunha – Quer-me parecer que há uma contradição no discurso do nobre orador. S. Exª acha que o governo deve conter a inflação e, ao mesmo tempo,

acham V. Exªs que ele deve financiar a produção, que resultará no aumento da inflação. Acham V. Exªs que o governo deve prosseguir no plano de reconstrução ou de construção e ao mesmo tempo, querem que ele detenha a inflação. São coisas antitéticas. Se o governo tem de financiar a produção e deve prosseguir no plano de obras, forçosamente, há de elevar a inflação. O custo de vida, portanto, continuará a subir.

O Sr. Carmelo D'Agostino – Estou em desacordo com V. Exª. Realmente, o financiamento da produção, sendo bem feito, sem que em virtude dele se venha a fazer novas emissões, não é manter a inflação. Permita-me V. Exª que diga mais: seria agravar a inflação se a produção não correspondesse ao dinheiro em circulação que deu motivo ao financiamento dessa produção. Desde, porém, que o produto venha a se beneficiar com o dinheiro há estabilidade da produção e não mais existe a inflação.

O Sr. Tristão da Cunha – Isto, num regime de curso forçado, sabe V. Exª, é impossível, porque o redesconto no Banco do Brasil é inflação e toda emissão que o governo fizer, mesmo para atender à produção, é inflação. É diluir, como já disse aqui, capitais existentes. Não aumenta a produção.

O Sr. Carmelo D'Agostino – É porque o Banco do Brasil não emite com destino à produção. V. Exª sabe disso.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, queria, agora, fazer alguns comentários sobre assunto que não deve merecer menos atenção por parte do governo nem por parte da oposição. Quero referir-me, Sr. Presidente, a alguns aspectos da política trabalhista ou da política social deste governo.

Não desejo me demorar na constatação da insuficiência total do aparelhamento assistencial do país. Isto é um fato sobre o qual todos nós estamos de acordo, é um fato que mereceu as atenções desveladas da Comissão de Reforma Administrativa, e ninguém se manifestou contrariamente a esta opinião. Queremos, apenas, insistir neste ponto, de que para um governo trabalhista, de que para um governo eleito, para atender às necessidades mínimas dos trabalhadores, a situação em que se encontra a política previdencial e assistencial é extremamente vexatória, extremamente penosa. Poderemos, mesmo, assegurar que ao lado de todas as facilidades levantadas e construídas na legislação, nunca as condições de vida do trabalhador terão sido tão duras como no presente momento. Acredito que as transferências desses organismos previdenciais e assistenciais para um novo Ministério que se preocupe realmente com a execução dos direitos específicos desses organismos, mais do que com a política partidária, que pode ser apoiada dentro desses organismos e tal foi o resultado do trabalho da Comissão Interpartidária de Reforma Administrativa, acredito que essa transferência possa trazer o fruto que todos nós esperamos.

O Sr. Brochado da Rocha – Transferência proposta pelo governo, na sugestão, que entregou ao exame da Comissão Interpartidária.

O SR. AFONSO ARINOS – Não contesto, insisto, apenas, em declarar que essas providências todas são tardias. Devemos insistir e combater a situação que existe, embora tenhamos boa vontade em esperar a sua melhora por meio de promessas de homens como V. Exª.

O Sr. Vieira Lins – V. Exª está fazendo coro com as palavras que sempre os trabalhistas têm dito nesse sentido, apesar de parecer, às vezes, a espíritos estranhos ao que se passa na política nacional, uma crítica ao governo que é deles. Todavia, não é crítica procurar levar o governo ao caminho acertado.

O SR. AFONSO ARINOS – Não há necessidade que me detenha mais longamente sobre este ponto.

Queria chamar a atenção dos nobres colegas para aquilo que consideramos como sendo preciso. É o reaparelhamento e a melhoria da Justiça Trabalhista.

Concordo plenamente com o nobre Deputado Sr. Lúcio Bittencourt nas razões que o moveram a apresentar – não sei, aliás, se foi apresentada ou se está em termos de projeto – emenda constitucional suprimindo determinada instância da Justiça do Trabalho. Note S. Exª que eu insisto em dizer que concordo com as razões que o levaram a esta atitude, a esta posição, embora não concorde com ela propriamente – com a sua posição ou com a sua atitude.

O problema do dissídio, ou da solução do dissídio nos conflitos trabalhistas, nos países democráticos tem seguido duas linhas paralelas, se assim me posso exprimir. Ou bem as democracias porfiam em organizar o seu aparelho de solução dos dissídios trabalhistas por intermédio de agências administrativas mais ou menos independentes do Executivo, mas de agências predominantemente administrativas, embora investidas daquelas funções que os juristas americanos chamam quase jurisdicionais ou quase judiciais; ou bem as democracias têm optado por adotar a solução judiciária jurisdicional para a composição dos dissídios oriundos das relações de trabalho.

O Sr. Lúcio Bittencourt – Folgo em saber que V. Exª reconhece a necessidade de se encarar de frente o problema que foi precisamente o objetivo que me moveu a apresentar a emenda constitucional nº 10. Há uma dupla instância extraordinária e essa situação não pode nem deve perdurar. Na minha justificação deixei bem claro que ambas as fórmulas – a supressão do recurso para o Supremo Tribunal Federal, ou a supressão pura e simples do Superior Tribunal do Trabalho – ambas as fórmulas eram perfeitamente defensáveis. Preferiria a primeira, exatamente por entender que, no regime federativo, há mister um organismo de cúpula encarregado da interpretação e uniformização da lei federal. Agora, V. Exª argumenta que, por vezes, as democracias adotam o sistema das agências administrativas, dando à Jurisdição do Trabalho certa autonomia em relação ao Poder Judiciário. Permito-me, *data venia,* apesar do respeito e admiração que tenho por V. Exª, lembrar-lhe que, nos Estados Unidos, tal não ocorre porque, exatamente, aos atos judiciais cabe apelo à Corte Suprema dos

Estados Unidos. É exatamente este o papel do recurso extraordinário entre nós. A fórmula que sugiro é perfeitamente concordante com a fórmula americana.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª vem, de certa maneira, em abono de minha argumentação. Mostrarei a V. Exª, ou melhor, espero poder mostrar.

Realmente, nos Estados Unidos, não existe uma jurisdição trabalhista, embora em determinados estados – não os tenho presentes de memória; não podia prever versasse discurso sobre este ponto – haja um simulacro, um esboço, uma espécie de órgão não completamente desenvolvido, de caráter jurisdicional.

Existe, até, trabalho especial recente sobre este assunto, de um jurista americano. Mas, ao lembrar V. Exª que das agências administrativas cabe, nos Estados Unidos, recurso para a Justiça Federal, vem colocar exatamente nos termos em que desejo fique a discussão, porque vem mostrar que este expediente é aplicável a um país que não conta em sua organização constitucional com a jurisdição trabalhista. Por isso mesmo, no meu entender, é menos aplicável a um país onde existe, tradicionalmente, tanto quanto as modernas tradições podem ser chamadas assim, a Justiça Trabalhista integrada no nosso sistema legal. É precisamente porque possuímos a tradição de Justiça Trabalhista que a eliminação de sua cúpula e a exigência do recurso da primeira instância para o Supremo Tribunal Federal me parecem arriscadas e pouco compatíveis com a evolução natural de nosso Direito Constitucional, no campo do Direito Trabalhista.

Como dizia, há pouco, há duas orientações neste particular. A orientação jurisdicional existiu antes da unidade de jurisdição, que, como sabem os nobres colegas, é criação do pensamento liberal. A unidade de jurisdição defendida por Bentham e tantos outros pensadores liberais do fim do século XVIII ou princípio do século XIX, em todo caso, das vésperas ou do seguimento da Revolução Francesa e da Revolução Americana, é reivindicação liberal típica, porque corresponde à necessidade de eliminação de toda justiça de classe, tomada a expressão justiça de classe em seu aspecto de justiça de privilégio.

O Sr. Lúcio Bittencourt – V. Exª tem razão no particular. Realmente, é conquista liberal. O que invoco é, justamente, a jurisdição no regime federativo. Sendo o Direito positivo do Trabalho grande parcela da legislação federal, não era possível fosse seu exame furtado a um órgão jurisdicional de cúpula. Este o meu raciocínio.

O SR. AFONSO ARINOS – Queria chamar a atenção de V. Exª para o seguinte. Essa preocupação da unidade rígida de jurisdição, encontrada nos países saxônicos, na Inglaterra, por exemplo, veio até recentemente. A grande obra de Dicey é executada no propósito de mostrar a inexistência do Direito Administrativo e da Justiça Administrativa na Inglaterra. Entretanto, hoje, as mais recentes edições de Dicey mostram a sem-razão de sua suposição, e a evolução do direito inglês no sentido da criação indiscutível de um direito administrativo e de uma justiça adminis-

trativa específicas. Esta, hoje, a situação na Inglaterra. A antiga unidade de jurisdição é lembrança do passado, do passado liberal, daquele tempo em que o progresso estava em se evitar a chamada "câmara estrelada" e as outras formas de jurisdição de classe que vinham julgando sempre em benefício dos privilegiados e em prejuízo dos que não tinham privilégios. Esse preconceito liberal desapareceu e, ainda hoje, como dizia há poucos instantes, na velha Inglaterra, ninguém mais tem o preconceito da unidade de jurisdição.

E assistiremos sob o governo trabalhista, indiscutivelmente, à formação de uma mentalidade suscetível de aceitar a dualidade de jurisdição inclusive da jurisdição trabalhista, porque as agências administrativas podem assumir de início caráter quase jurisdicional. O problema no direito inglês nesse ponto está em plena evolução. Nosso país é daqueles que, desde o início, se esmeraram em considerar a solução para os dissídios trabalhistas na base do Poder Judiciário – as Juntas de Conciliação e Julgamento, na Constituição de 1934, principalmente durante a Constituição de 1937, e, atualmente, na de 46. Organizamos um sistema travado por interdependência de repartições, de instâncias, de processos, tanto no direito substantivo como no processual, no judiciário.

É, portanto, para mim – permita dizer o nobre Deputado – coisa estranha se oriente o pensamento trabalhista no sentido de reconhecer a inviabilidade dessa justiça e não no sentido de proclamar a necessidade de sua reforma. Parece-me que a solução seria a sua adaptação às contingências atuais, às exigências da celeridade e da economia, às finalidades específicas do Direito Trabalhista, uma das partes principais do novo Direito Público Constitucional.

O Sr. Lúcio Bittencourt – Em absoluto, não alegamos a falência do sistema, não somos contra a Justiça do Trabalho. Ao contrário, desejamos isso que V. Exª afirmou: desejamos aperfeiçoar o sistema. Quando mostramos que a dupla instância extraordinária é absurda, estamos querendo justamente um sistema mais consentâneo com a realidade, exigência expedida da Justiça do Trabalho.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas, o que me parece, deve merecer a atenção de V. Exª.

O Sr. Lúcio Bittencourt – Reconheço haver, afinal de contas, a possibilidade das duas soluções. Não quero afirmar, não afirmo, nem posso afirmar à casa que minha solução seja a perfeita, a ideal, a exata, mas, indiscutivelmente, ao apresentar o projeto V. Exª há de reconhecer, como já o fez, com a lealdade e a nobreza que o caracterizam, que a fórmula pela Constituição estabelecida, permitindo o duplo recurso extraordinário, absolutamente não atende aos interesses atuais dos trabalhadores.

O SR. AFONSO ARINOS – Quanto ao particular, V. Exª tem todo o meu apoio. Aliás, declaro que, desde o princípio, considerei a iniciativa de V. Exª no seu melhor significado e no seu mais alto sentido, mas estou manifestando minha opi-

nião, que acredito ser a opinião dominante no meu partido, no sentido de que as reformas que se impõem as modificações que se fazem mister dizem respeito não à organização judiciária, mas à organização do processo judiciário. *(Muito bem!)* Este, meu ponto de vista: esta, nossa posição.

O Sr. Carmelo d'Agostini – Não discuto o lado legal, pois sou profano em matéria jurídica, mas o lado econômico das leis trabalhistas. Estas enveredam por um ponto muito errado quanto à eqüidade que deveriam distribuir no seu articulado. Por exemplo, as leis trabalhistas impõem o aumento de salário, mas determinam as horas que os trabalhadores devem trabalhar, mais as férias, mais outras regalias e não fixam o limite de renda do capitalismo, do empregador de maneira a fechar nos dois extremos qualquer logro do empregador sobre o empregado. Vê o nobre orador que, no campo legal, há uma grande discordância porquanto em face das leis trabalhistas, com a seqüência de elevações constantes no reconhecimento do trabalhador em ganhar mais, ou seja, em ganhar tanto quanto lhe permita viver confortavelmente, faz com que, de outro lado, essa própria vantagem do trabalhador passe a ser dupla vantagem do empregador. Era preciso que, as leis trabalhistas, no campo econômico, exercessem uma função socialista, enfeixando, nos dois extremos, qualquer logro do empregador ao empregado.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

Sr. Presidente, formulo a seguinte questão de ordem: não tenho podido terminar meu discurso, pois falta uma parte, que me parece indispensável, sobre a análise da situação internacional, pergunto a V. Exª se posso continuar inscrito para concluir minhas considerações na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE – Inscreverei V. Exª na sessão de amanhã.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

O Sr. Brochado da Rocha – Queria acentuar que V. Exª proporcionou hoje uma tarde de grande alegria para nós, membros da maioria. Desejamos ver freqüentemente homens do seu partido, com a serenidade, a autoridade e a erudição de V. Exª versando da tribuna os problemas que afligem o país, porque, assim, terão trazido para o governo, que apenas deseja acertar, a contribuição a que todos aspiramos.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço, muito sensibilizado, o aparte de V. Exª e declaro que nunca foi, não é, e não será outro o propósito do nosso partido, senão oferecer, dentro do Congresso Nacional, aquela contribuição que estiver em nossas possibilidades para o êxito da administração deste governo. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é vivamente cumprimentado.)*

Política externa

22-5-1953

O SR. AFONSO ARINOS *(Como líder da minoria)* – Presidente, cumpre-me, hoje, terminar o discurso de análise da situação política interna e externa do nosso país, o que não me foi dado fazer na sessão de ontem, em virtude da necessidade de serem votados projetos urgentes do amparo aos nossos patrícios do nordeste e da Amazônia atualmente vitimados por circunstâncias climatéricas catastróficas.

Desejaria eu, no correr da sessão de hoje, versar, ainda que de forma passageira, a situação internacional do Brasil e a ação – ou, melhor dito, a inação – do nosso governo, em face da política internacional.

É verdade inconcussa, é realidade indisputável a progressiva internacionalização das políticas nacionais. As exigências históricas, os anelos pacifistas de todos os povos, as transformações que a técnica e a ciência têm imposto à vida moderna determinam a presença continuada e simultânea de todos os povos, uns diante dos outros, em um mesmo cenário mundial. É, portanto, numa atmosfera de interpenetração cada vez maior, num ambiente de interligação cada vez mais estreito que se desenrolam hoje, em todos os continentes, as orientações políticas de todos os governos.

No nosso regime, no nosso sistema de governo presidencial, não há dúvida que o ideal da política externa deve ser obtido sobre o equilíbrio entre a ação do Presidente da República, do Ministério do Exterior e do Congresso Nacional.

No regime presidencial, a orientação da política externa cabe ao chefe do Executivo. As negociações, os entendimentos que levem a bom cabo essa orientação incumbem ao departamento do Estado especializado em matéria diplomática, ou seja, ao Ministério do Exterior. E a resolução final, a decisão definitiva importa à representação nacional, nas duas casas do Congresso.

É, portanto, Sr. Presidente, por meio de um mecanismo bem equilibrado e bem coordenado que uma política internacional pode atingir os seus objetivos patrióticos no nosso regime de governo – orientação presidencial, negociação ministerial, aprovação congressual. É portanto da atitude, vamos dizer, ativa do Executivo, da orientação positiva do governo e da ação até certo ponto negativa do Congresso, que devem partir os atos, visando a nossa boa política internacional. O Congresso é o freio. O Congresso é o anteparo. O Congresso é a instância de estudo e de julgamento supremo das iniciativas tomadas pelo Executivo.

Mas, Sr. Presidente, não é isto o que temos assistido no nosso país. O que temos assistido é a um desligamento incompreensível – e esta é a primeira observação que desejo formular à política internacional do governo – um desligamento incompreensível entre a ação do Executivo e a ação do Congresso Nacional.

Somos, aqui, muitas vezes surpreendidos para o exame perfunctório e atabalhoado de convênios, tratados, pactos e outras formas de entendimento diplomático

do qual não tínhamos, antecipadamente, nenhuma indicação. Dir-se-á que isto decorre do sistema de independência de poderes, mas será uma afirmativa errônea, porque esse sistema de independência de poderes sofreu, na nossa Constituição atual, atenuações e ajustamentos necessários exatamente no propósito de melhorar o rendimento da máquina política e administrativa. E também seria errônea essa afirmativa, porque justamente no sistema da Constituição de 1891 – onde as preocupações com a divisão dos poderes, com a independência dos poderes correspondiam a diretivas muito mais precisas do que as que hoje existem – naquele sistema de 1891 o entendimento, o entrosamento, a correspondência estreita entre o trabalho do Executivo e o trabalho do Legislativo foi, Sr. Presidente, a pedra de toque, a razão predominante, o alicerce do êxito da administração do ilustre Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, no Palácio Itamarati.

O Sr. Fernando Ferrari – Estaria inclinado, nobre líder, a concordar em grande parte com as brilhantes considerações de V. Exª; entretanto, precisamos situar certos acontecimentos. A mim, Sr. Deputado Afonso Arinos, parece-me que nesses males, apontados por V. Exª, existe realmente divórcio entre o Legislativo e o Executivo, no que diz respeito a tratados internacionais e à política internacional. Esses males não são de hoje. Ainda há poucos dias na Comissão de Diplomacia, o Vice-Presidente da mesma, Deputado Hélio Cabral, provocou interessante questão a esse respeito, com a qual quase unanimemente concordamos, isto é, a falta de entrosamento entre certas providências do Executivo, relativas a tratados sobremodos comerciais e o Legislativo. Quer dizer, o fato existe, os erros, entretanto, são de origem um tanto remota. Lembro a V. Exª, Sr. Deputado Afonso Arinos, que pontificava aqui na época da realização do primeiro tratado comercial com a Argentina, ao tempo do Sr. General Eurico Gaspar Dutra, que foram levantadas críticas ao Congresso a respeito da falta de conhecimento, sobre certas cláusulas do referido contrato. Quer dizer, esses males que V. Exª aponta, gostaria de retificar V. Exª agora, não se referem apenas a fatos atribuídos a este governo, mas já remontam a certo passado.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª, nobre Deputado.

A sua afirmativa é, para mim, motivo de especial satisfação, não apenas por ser V. Exª membro destacado da Comissão técnica desta Casa, como também por ser V. Exª partidário leal do atual governo. O simples reconhecimento por V. Exª da verdade que acabo de afirmar empresta autoridade ao que venho dizendo. Entretanto, a circunstância de V. Exª recuar a prática desses erros a mandatos anteriores do Poder Executivo não invalida as minhas assertivas, não modifica as nossas críticas e não melhora em nada a situação deste governo em face dos acontecimentos.

O Sr. Fernando Ferrari – Estou por concordar com V. Exª, nobre líder, apenas porque me pareceu que V. Exª brilhantemente estava procurando caracterizar responsabilidades, e na parte de caracterizar responsabilidades, a mim parecera lógico levá-las um pouco mais para a retaguarda.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª devia fazer-me justiça e compreender que percebi desde o início as suas alusões ao antigo ministro do Exterior, membro eminente da UDN.

Mas deveria V. Exª, em primeiro lugar, caracterizar melhor as críticas que formulou em relação a S. Exª, e refletir que essas críticas deveriam ter sido proferidas neste plenário por adversários daquele governo, e não neste momento, por V. Exª. Naquele momento é que se deveria ter feito aquilo que estou fazendo agora. Naquele momento é que se deveria ter apresentado as reclamações e críticas que agora apresento, na desincumbência ou na obrigação, para mim nada confortável ou nada agradável de exercer, lealmente, os misteres da minha liderança.

Mas, Sr. Presidente, declaro que estas dificuldades criadas à ação do Itamaraty, este afastamento entre o Itamarati e o Congresso, responsável, por tantas razões, pelos erros cometidos na nossa política internacional, são devidos a um mau hábito, a um erro de gestão, de orientação executiva que, diga-se de passagem, não é peculiar ao nosso país, e que também se tem feito sentir, em épocas infelizes, na política internacional americana, e que representam a ação pessoal do chefe do Poder Executivo intervindo sobre a autoridade do delegado da sua confiança no Ministério das Relações Exteriores.

O Sr. Osvaldo Orico – Desejaria ponderar a V. Exª que não é tão grande o afastamento entre o atual Ministro das Relações Exteriores e o Congresso. Ao contrário, é tão pronunciada essa ligação ou essa conexão que o Sr. João Neves da Fontoura se permite a liberdade de intervir na vida do Parlamento, aconselhando a inclusão de membros desta casa do Congresso nas comissões técnicas nas quais S. Exª é interessado.

O Sr. Fernando Ferrari – Nobre líder, V. Exª vai-me permitir que considere a declaração do nobre Deputado Osvaldo Orico demasiado grave e gostaria que S. Exª a concretizasse melhor, porque acho que isso importa injúria aos grandes partidos democráticos que se mantêm livremente no Parlamento brasileiro. Gostaria, repito, que S. Exª concretizasse sua acusação para responsabilizar aquela autoridade que teria feito essa ingerência no Parlamento, ou pedir informações ao digno presidente desta casa, que seja pelo seu passado, sua formação, sua alta compostura, não permitiria interferência indébita no Palácio Tiradentes.

O Sr. Osvaldo Orico – Pois faça V. Exª as investigações e prometo renunciar ao mandato de deputado federal, excluindo-me, mesmo, da vida pública do país se não ficar patente a interferência do Sr. João Neves da Fontoura na inclusão ou exclusão de membros nas comissões da Câmara. V. Exª, com sua obstinada maneira de defender aquilo que desconhece, revela pouca autoridade para contestar os que conhecem o assunto.

O Sr. Fernando Ferrari – Apelo regimentalmente para o digno Presidente desta casa, a fim de nos informar a respeito. Que nos responda S. Exª se o Sr. Minis-

tro João Neves da Fontoura interfere pessoalmente ou por escrito junto ao Presidente desta Câmara, solicitando seja tomada essa ou aquela providência pelos líderes em favor deste ou daqueles membros, em favor desta ou daquela comissão técnica. É pergunta, de todo regimental, que faço ao Presidente da casa, por meio de V. Exª, nobre líder da minoria.

O Sr. Osvaldo Orico – Basta dizer que o Presidente da Casa não é pessoa hábil para responder à pergunta. V. Exª pode indagar, inclusive, ao Vice-Presidente da Comissão de Diplomacia se o Sr. Ministro João Neves da Fontoura não interferiu para que S. Exª não fizesse parte desse órgão técnico.

O Sr. Fernando Ferrari – Sempre aprendi em Direito Processual que a prova cabe a quem alega e não a quem nega. V. Exª está afirmando; V. Exª deve trazer as provas.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, como vê V. Exª, o debate deriva para um assunto que não foi aflorado no meu discurso. Considero matéria de relevante importância a que foi submetida à controvérsia entre os nobres deputados; apenas espero que essa matéria seja esclarecida e tratada no momento oportuno, sem perturbar as considerações que aqui pretendo continuar a desenvolver.

Dizia eu que as dificuldades criadas, muitas vezes, à ação do Itamaraty representam a reprodução do que se deu nos Estados Unidos, por mais de uma feita, principalmente a partir do primeiro governo do Presidente Wilson, ou seja, a intervenção pessoal do Presidente da República na indicação e na escolha dos funcionários, dos delegados do serviço diplomático, em missões especiais, ainda que em postos permanentes.

O Sr. Osvaldo Orico – Permite V. Exª mais um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª falará dentro em breve.

Não desejo aqui fazer a declaração pessoal de que considero inútil ou prejudicial a presença de elementos estranhos aos serviços ou aos quadros do Itamaraty, na execução de tarefas diplomáticas. Não é isso que pretendo dizer, e sim que subverte o serviço da repartição, da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros aquela intervenção que procura, por meio de delegados subalternos ao Ministro, imprimir uma orientação diferente, independente daquela que seria provavelmente a do próprio Ministro. Isto, senhores, se deu nos Estados Unidos da América, na gestão Wilson. Wilson era de opinião que o mecanismo do Departamento de Estado era excessivamente vagaroso e talvez excessivamente conservador. Procurou, então, Wilson estimular, desenvolver, imprimir maior rendimento e maior vivacidade aos trabalhos daquela máquina burocrática, por meio de representantes pessoais seus, que passaram, desse modo, a funcionar na política internacional americana, independentes da gestão do Departamento de Estado, representando pessoalmente a confiança e o prestígio do chefe de Estado, com os piores resultados para a política americana. Foi, Sr. Presidente, exatamente o que se deu com a designação do famoso Coronel Haus, íntimo amigo de Wilson, que foi dos grandes responsáveis pelo fracasso da

sua política, responsável, talvez, até certo ponto, pelo insucesso da ratificação do Tratado de Versalhes.

Foi a distância entre Haus e o pessoal do Departamento de Estado, foi a incompreensão do papel do Senado e das suas prerrogativas na elaboração dos convênios internacionais, segundo o Direito Constitucional americano, foi, finalmente, essa intervenção pessoal do Presidente por cima do Ministro, por meio de delegados da sua confiança, que levaram a política de Wilson ao fracasso espetacular da negativa do Senado ao ratificar o Tratado de Versalhes.

O Sr. Roberto Morena – Senhor Deputado Afonso Arinos, V. Exª está discorrendo sobre a responsabilidade do Presidente e do Congresso na política internacional que segue o nosso governo. Seria aconselhável que V. Exª desse um curso talvez mais interessante ao seu discurso, esclarecendo qual a posição da UDN quanto à política internacional. É o que estamos esperando que V. Exª diga, porque talvez a convenção da UDN, tendo examinado esse problema, haja revelado como pensa o partido e como deve ser a política internacional do nosso país. Quero crer que seja este o esclarecimento mais importante que possamos ouvir nesta Câmara.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª retarda o que deseja ouvir, porque, com seu aparte, está demorando o término do meu discurso, e, por conseqüência, a sua parte final, que é exatamente a que V. Exª deseja ouvir. Assim, o trabalho de V. Exª é contra o seu interesse.

O Sr. Osvaldo Orico – Permita-me V. Exª ligeira interrupção nas suas considerações...

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Osvaldo Orico – ... para que possa assinalar a pertinência do meu aparte há pouco ao seu brilhante discurso. Aparteei quando V. Exª criticava a aparente dissociação do Ministério das Relações Exteriores relativamente à Câmara dos Deputados. Agora, quanto à minha afirmação, que reafirmo nesta hora, desejo declarar ao meu contra-aparteante e à Câmara que a única pessoa autorizada para desmentir o que eu disse é o Sr. João Neves da Fontoura, que tanto gosta de retificar as declarações de parlamentares aqui. Agora, para desmentir-me, S. Exª que o faça... se puder.

O SR. AFONSO ARINOS – Espero que S. Exª, o Sr. João Neves da Fontoura, tome conhecimento do aparte de V. Exª e dê a resposta que parecer justa e conveniente.

Mas, Sr. Presidente, uma outra forma de retardamento, de empecilho e de obstáculo criado ao desenvolvimento de uma política internacional, no campo burocrático, no campo administrativo, são as divisões internas que se estabelecem entre os chefes no Ministério das Relações Exteriores. Isto determinou, sob as nossas vistas, no Tratado do Rio de Janeiro, por ocasião da presença aqui do delegado americano Sumner Welles, uma grave crise na política internacional norte-americana, em virtu-

de do dissídio que se estabeleceu entre o Subsecretário Welles e o Ministro das Relações Exteriores, o Sr. Cordell Hull. Hoje estão publicados documentos, dos quais se depreende que o desentendimento havido entre as duas autoridades supremas do Ministério das Relações Exteriores foi uma das causas do relativo fracasso da decisão tomada, no Rio de Janeiro, em relação ao rompimento dos países americanos para com as potências do Eixo.

Isto também, Sr. Presidente, é fato que ocorre no nosso panorama político atual. A intervenção direta do Executivo na escolha de delegados de sua confiança a postos-chave de nossa diplomacia é outra forma de intervenção do Executivo para manutenção do seu prestígio, por meio do estímulo a certas aspirações de mando dentro mesmo do Itamaraty. Estes são elementos que, muitas vezes, contribuem para a incapacidade de ação relativa do Ministério das Relações Exteriores.

Mas, Sr. Presidente, quando nós – e aqui começo a me aproximar do objetivo que tem em vista o nobre Deputado Roberto Morena – quando nós observamos o panorama internacional, mundial ou americano, chegamos, por um lado, auspiciosamente à conclusão de que o nosso país amadurece no cenário político mundial para se tornar possivelmente uma potência de primeira categoria, ao passo que no continente não ocupa a situação que merece.

Na ONU, nas comissões da ONU, na Comissão Política da ONU, na Organização Internacional de Saúde, na Organização internacional de Alimentação e, possivelmente, na UNESCO, enfim, em várias agências da Organização mundial de Nações, nosso país tem sido alvo de excepcionais homenagens, tem sido detento de posições importantes e tem podido influir, muitas vezes de forma decisiva, nas deliberações tomadas em torno de assuntos relevantes. Entretanto, Sr. Presidente, naquele setor mais exíguo, naquele panorama mais estrito e mais importante para nós, do ponto de vista político, que é o panorama continental, verificamos que, em virtude mesmo da flutuação, da indecisão e da vacilação da orientação política do governo e da lacuna existente entre esta orientação e a execução do Ministério do Exterior, o que se tem verificado é que o Brasil não está exercendo, na política continental americana, aquela atribuição de fator de equilíbrio, de gestor da boa vizinhança e de propugnador das soluções felizes, que é o que se encontra gravado nas tradições da nossa chancelaria. Muitas vezes, no decurso da nossa História independente, tem sido o nosso país o penhor de composição de dissídios aparentemente insolúveis; muitas vezes tem sido ele o traço de união, o fator de recomposição, no meio de dificuldades e até de guerras. Mas, Sr. Presidente, nos momentos em que assim agíamos, nos momentos em que a ação era assim, coroada de êxito, fazíamo-nos representar nesses interesses, nos pontos centrais, nos pontos nevrálgicos em que se desenvolvia a política continental, por personalidades de escol, que significavam por elas mesmas, não apenas o prestígio e a confiança individuais, que lhes eram depositados pelo chefe do Governo, mas, além disso, o prestígio, a confiança e o respeito que lhes eram tributados por toda a nação.

Quando, faz pouco mais de um século, resolveu o Brasil intervir no Prata, para solucionar talvez o mais grave problema político que naquela época existiu no

ocidente, inclusive na Europa, o problema de Rosas, como agiu a chancelaria imperial? Mandando ao Prata uma embaixada, de que era chefe o Marquês do Paraná e de que era secretário o Visconde do Rio Branco: O Marquês do Paraná, estadista máximo do meado do Império, o Marquês do Paraná, homem de quem se poderia dizer que plasmou e consolidou as instituições do Império, delineadas e iniciadas por Bernardo Pereira de Vasconcelos. E o Visconde do Rio Branco, secretário dessa missão, o Visconde do Rio Branco, auxiliar desse trabalho, era apenas o homem de quem Joaquim Nabuco escreveu que foi o maior diplomata no regime imperial.

Esta foi, Sr. Presidente, a delegação que o Brasil considerou necessário enviar ao Prata, na oportunidade em que a tirania e a ditadura de Rosas devastavam a nobre nação argentina.

Ao Paraguai mandamos Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente, o grande arquiteto do Direito Público do antigo regime e, ainda ao Prata homens da envergadura intelectual e do prestígio político do Visconde de Abaeté e do Conselheiro Saraiva.

No princípio da República, os delegados brasileiros nos momentos de dificuldade da política platina chamavam-se Quintino Bocayuva, Amaro Cavalcanti, Ramiro Barcelos, Assis Brasil, Tomás Porciúncula, Domício da Gama.

Estes eram, Sr. Presidente, os delegados do nosso país, naquele centro, naquela bacia, naquela reunião de rios, de geografias, de correntes históricas e de interesses políticos, cuja fricção, cuja sensibilidade e cuja proximidade aos centros mais nobres e mais sensíveis do nosso país tornam aquilo tudo que por ali ocorre motivo de especial atenção e de desvanecido interesse.

Hoje, Sr. Presidente, não pretendo fazer paralelo, não pretendo estabelecer contrastes, não quero referir-me a nomes. Desejo, apenas, salientar que, por mais respeitáveis e por mais compreensíveis que sejam as razões da confiança pessoal, que o chefe do Executivo possa ter no nome deste ou daquele dos seus delegados no Prata, não são estas razões suficientes, nem são motivos compreensíveis e aceitáveis, para que se possa fazer representar nosso país naquele teatro de extrema delicadeza da situação continental por homens que não têm aquela tradição, aquela envergadura e aquela responsabilidade dos nomes que acabo de citar, que militaram na política platina, defendendo o Brasil, no Império e na República.

O Sr. Osvaldo Orico – Folgo em que o discurso de V. Exª, neste momento, esteja focalizando a figura do Marquês de Paraná, que se notabilizou na vida do Império, não só pela sua atuação no campo internacional, como também no campo de política interna, porque foi ele o grande chefe do gabinete de conciliação que tantos anos de tranqüilidade deu ao nosso país, sobretudo por aquela virtude que lhe apontou Oliveira Viana, como qualidade máxima de seu caráter – a capacidade de resistir aos amigos.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente podemos dividir a apreciação da política continental em dois grandes campos de observação: o norte-americano e a política do Prata.

Naturalmente, as nossas relações se desenvolvem, se aprofundam e se interpenetram com todos os países do continente. Claro é que, com todos eles, sem exceção de nenhum, sem prejuízo de nenhum, está o nosso máximo interesse em manter sempre firme e sempre altas as melhores relações de confraternidade e de paz.

Esta é a tradição do nosso país, esta é a tradição do nosso regime, esta é a tradição da nossa casa e – se me for permitida a conclusão – a tradição de meu próprio nome. Mas, os países objeto de minha referência anterior, ou seja, os Estados Unidos da América do Norte e o grupo das nações platinas, compreendido entre elas o Paraguai, são regiões com as quais as singularidades específicas da nossa geografia, as determinantes imutáveis da nossa sociologia e da nossa História, impõem um tipo de relações mais estreitas, mais apuradas e mais atentas.

Não pretendo fazer aqui nenhuma digressão sobre a transformação operada na política, e até mesmo no espírito americanos, com referência ao convívio internacional.

A evolução da mentalidade governativa, a evolução do estado da opinião pública, naquela grande República, do isolacionismo tradicional que imperou até princípios deste século para a compreensão duma necessidade maior de colaboração e de intercâmbio, são fatos corriqueiros que não merecem melhor, nem maior análise.

Todavia, Sr. Presidente, integrados, que se acham, na vida do mundo, advertidos, que estão, de que a própria sorte deles depende da sorte do mundo, de que o nível de vida deles depende do nível de vida dos países mais atrasados do globo, de que a paz, que gozaram, e a tranqüilidade, que usufruíram, dependem da manutenção da paz e da tranqüilidade em todos os setores do universo, estas constatações elementares, que entram pelos olhos e que abrem caminho nas mais empedernidas resistências psicológicas, fizeram com que a nobre nação americana, se convença, realmente, de que o nosso mundo, como já disse um dos seus estadistas, é "um mundo só", é um mundo unitário, é um mundo único do ponto de vista do interesse político.

Devemos, portanto, aceitar a conclusão que hoje mais ninguém nega nos Estados Unidos, indispensabilidade da sua cooperação na sorte de todos os povos da Terra; mas, Senhor Presidente devemos aceitá-la sabendo equilibrar e sabendo integrar a noção de solidariedade continental com as exigências de nosso interesse nacional. Estes são os pontos essenciais sobre os quais devem versar as nossas relações com os Estados Unidos: de um lado, a solidariedade continental que nos prende àquela República como às demais repúblicas da América; de outro lado, os interesses nacionais, que não podem nunca ser esquecidos no jogo da solidariedade continental.

Estou convencido de que a política dos Estados Unidos é uma política de paz; estou seguro de que os esforços realizados por aqueles a quem Deus e a História entregaram o terrível encargo de dirigir os destinos do mundo são esforços tendentes a resolver pacificamente os problemas da nossa época.

Mas, Sr. Presidente, embora consciente da nossa relativa insignificância no concerto das opiniões das grandes potências, embora certo de que nos faltam muitos

dos elementos de informação indispensáveis à elaboração de um raciocínio firme, parece-me, entretanto, que muito poderia ainda ser feito no sentido do auxílio americano ao desenvolvimento nacional.

Há nos Estados Unidos uma corrente que eu imagino seja a menor e a menos significativa da opinião; há nos Estados Unidos um pensamento que eu imagino seja o menos influente e o menos decisivo nas resoluções do governo, que entende a necessidade da intervenção do Estado na maquinaria industrial daquele país para a preparação bélica – intervenção do Estado no sentido da preparação bélica – como uma das formas de evitar o colapso econômico e a deflação.

O Sr. Roberto Morena – Em todos os seus discursos pronunciados nesta casa a respeito da condição internacional do Brasil, V. Exª nunca vai além dos Estados Unidos. Por quê?

O SR. AFONSO ARINOS – Porque V. Exª não esperou que eu chegasse ao fim de minha oração. Peço a V. Exª pois, que aguarde.

O Sr. Roberto Morena – Sempre que V. Exª fala no mundo, só ouvimos: nossos interesses com os Estados Unidos, nossas relações com os Estados Unidos, nossas transações com os Estados Unidos. Esperamos que V. Exª enxergue um pouco mais adiante: existe um mundo maior que os Estados Unidos.

O SR. AFONSO ARINOS – Não pretendo ter um campo de visão tão extenso como o do nobre deputado...

O Sr. Roberto Morena – Parece-me que os nossos interesses não abrangem só os Estados Unidos.

O SR. AFONSO ARINOS – ... mas desejo manter meu discurso de acordo com a linha por mim preparada e não com a que V. Exª pretende traçar.

O Sr. Roberto Morena– Não pretendo absolutamente que V. Exª faça seu discurso de acordo com a linha que eu seguiria.

O SR. AFONSO ARINOS – Referia-me Sr. Presidente, à seguinte observação; estou certo de que o esforço financeiro do governo americano, a coleta gigantesca que a máquina tributária daquele país faz sobre o povo no sentido de colher recursos para a preparação bélica, teria – possivelmente, não: seguramente – uma aplicação muito mais útil na construção da paz se fosse ela empregada para estimular o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

O Sr. Orlando Dantas – Muito bem!

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado o seu apoio.

Esta, porém, Sr. Presidente, é uma diretriz que, evidentemente, não pode ser imposta pelos países subdesenvolvidos; esta é opinião que não pode ser vitoriosa se defendida exclusivamente por nós e por outros que nas nossas condições estejam.

Mas é, Sr. Presidente, não deixa de ser, será, seguramente, um elemento para a formação da própria opinião pública americana e um elemento para a formação das próprias deliberações do seu governo, a defesa deste ponto de vista, defesa coerente, defesa vigorosa, defesa pertinaz e, sobretudo, defesa levada a cabo por elementos que tenham prestígio dentro do nosso país e não por elementos que tenham apenas prestígio dentro do Palácio do Catete.

O Sr. Osvaldo Orico – V. Exª que é de uma família de diplomata ilustres e é, por sua vez, um diplomata, acompanhando com tanto interesse e tanto patriotismo o desenvolvimento da nossa política interna e externa, poderia por acaso, externar opinião a respeito da representação do Brasil junto à Casa Branca, dizendo se acha que, realmente, o Sr. Walter Moreira Sales é nesta hora o elemento mais indicado para representar o Brasil junto ao governo dos Estados Unidos?

O SR. AFONSO ARINOS – O que V. Exª diz por palavras eu manifesto por silêncio. A afirmativa que se contém no aparte de V. Exª está contida na negativa das minhas palavras anteriores.

O Sr. Oswaldo Orico – Então, eu me felicito por ter sido o alto-falante de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado.

Sr. Presidente, há hoje dentro dos Estados Unidos uma corrente extremamente vigorosa, do pensamento político e do pensamento econômico que esposa os pontos de vista que acabo de desenvolver desta tribuna.

A grande massa de recursos financeiros orçamentários haurida pela política tributária do governo, no desempenho da preparação bélica, seria facilmente deslocada, seria facilmente canalizada e transportada para o auxílio econômico e técnico aos países subdesenvolvidos, com pequenas, relativamente pequenas adaptações técnicas tanto nos planos financeiros como nos planos industriais.

O Sr. Tristão da Cunha – Mas, para que essa política pudesse ser realizada seria necessário que da parte dos países subdesenvolvidos não houvesse essa fobia pelo capital americano. Nós é que escorraçamos daqui esses capitais com a nossa legislação imprudente e errada.

O SR. AFONSO ARINOS – Responderei a V. Exª.

O Sr. Carmelo d'Agostino – Não imagina V. Exª quanto aprecio a lição que acabo de receber sobre fatos nossos diplomáticos. Mas, desenvolvida essa tese entre o nosso país e a América do Norte, pergunto a V. Exª: os vários congressos que se fizeram em grande parte na América do Sul, inclusive aqui em nosso país, justamente sobre o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, não deveriam, desde logo, ter alertado o nosso governo em face daquilo que estava acontecendo na África e em parte, na Ásia, isto é, grande desenvolvimento econômico, produtor e agrícola, desenvolvimento esse que agora se está operando em concorrência com os nossos

produtos? Por exemplo, o café que já se produz na África representa cerca de 43% daquilo que se consome na Europa. O sisal, o algodão, as oleaginosas, uma série enorme de produtos, fomentado seu desenvolvimento nos países latino-americanos, inclusive o nosso, de fato nos elevaria economicamente. Nesses congressos não deveriam ter sido debatidos esse auxílio americano, franco e ostensivo desde o Plano Marshall, até os capitais privados que convergem às colônias e possessões européias para que, ali, se desenvolva aquilo que deva ser concorrência contra nós, embora subdesenvolvidos, concorrência à nossa economia e à nossa produção?

O SR. AFONSO ARINOS – Tem razão V. Ex. Existe realmente necessidade de se estabelecer uma diferença entre a mentalidade colonizadora e a mentalidade de solidariedade. A concentração dos interesses americanos e dos demais países capitalistas no desenvolvimento da África equatorial diz respeito a um resquício, a uma seqüela da mentalidade colonizadora do século passado, graças à semi-escravidão da mão-de-obra e a outras circunstâncias especiais a essa região. A política colonial continua a se exercer, ao passo que não se compenetram bastante os países capitalistas de que a necessidade está em auxiliar as democracias livres, levantar seu *standard* de vida muito mais útil à paz e à felicidade do mundo.

O Sr. Carmelo D'Agostino – V. Exª tem razão. São os resquícios colonizadores que ainda perduram nos países europeus sobre as concessões africanas.

O Sr. Artur Santos – Desejaria assinalar de início que esse esforço dos Estados Unidos na sua mobilização bélica nada mais representa do que o imperativo categórico do momento internacional, que exige dos Estados Unidos, como maior potência democrática, a mobilização dos seus recursos, não só em face da guerra da Coréia como em relação aos países europeus. São os recursos bélicos americanos que permitem o rearmamento das nações democráticas em torno do Pacto do Atlântico Norte. Em relação ao Brasil, quanto a esses pequenos recursos que os Estados Unidos pretendem enviar para aqui, estou inteiramente de acordo com o Deputado Tristão da Cunha, em que a nossa organização e a campanha de xenofobia contra o capital e o braço estrangeiros têm afugentado em grande parte a contribuição não só norte-americana como européia. Esses dois fatos é que precisam ser bem assinalados. Primeiro – não é o rearmamento americano um ato voluntário da grande nação; segundo – a falta de inversão de capitais americanos e europeus no Brasil decorre também da política de xenofobia do governo, em relação à entrada de capitais estrangeiros, e aproveitamento do braço estrangeiro. *(Palmas.)*

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência não está propriamente contestando o que eu disse.

O Sr. Arthur Santos – Absolutamente.

O SR. AFONSO ARINOS – Darei resposta aos dois pontos que V. Exª suscitou, com tanta oportunidade; a um, imediatamente e a outro, daqui a pouco.

Quanto à questão dos armamentos americanos, V. Exª deve estar recordado que afirmei anteriormente, que aos Estados Unidos competirá o julgamento da oportunidade em que a segurança internacional estará garantida pelo aparelhamento bélico e a oportunidade da transferência desses recursos ao auxílio aos países subdesenvolvidos, o que é uma forma de garantia da segurança internacional porque a manutenção da prosperidade dos países subdesenvolvidos é tão importante para a manutenção da paz no mundo quanto a manutenção de forças militares nas zonas ameaçadas de conflito. Declarei que os Estados Unidos é que estavam com os elementos de informações necessários para julgar o momento oportuno.

Quanto ao segundo ponto, isto é, à entrada dos capitais americanos no Brasil, em breve poderei responder a V. Exª, se a tanto me permitir engenho, arte e paciência do Sr. Deputado Tristão da Cunha.

O Sr. Tristão da Cunha – Como é que V. Exª queria essa cooperação? Por intermédio do governo?

O SR. AFONSO ARINOS – Direi daqui a pouco.

O Sr. Orlando Dantas – Aguardarei a palavra de V. Exª sobre assunto e, depois, terei oportunidade de opinar a respeito, se V. Exª me permitir.

O SR. AFONSO ARINOS – O problema do auxílio aos países subdesenvolvidos é também problema que está suficientemente estudado. Não há nada de novo dentro dele. A única coisa nova que pode surgir é a execução dos planos formulados e dos estudos feitos. Acrescento que o problema do auxílio não está sendo estudado na base de parcialidades políticas ou de opiniões sectárias. Este problema está sendo estudado na base do trabalho de organismos técnicos internacionais, organismos que não estão trabalhando para o interesse de nenhuma bandeira, mas que estão trabalhando para o interesse da bandeira do mundo, que é a bandeira da ONU. São as conclusões a que chegaram os especialistas da ONU, as comissões incumbidas de estudos dessa natureza. E as conclusões são as seguintes.

A América Latina necessita, mais ou menos, de 550 milhões de dólares de capitais estrangeiros, por ano, para o desenvolvimento normal das suas zonas subdesenvolvidas. Esta a conclusão da ONU: 550 milhões de dólares, *grosso modo*, por ano, para o desenvolvimento normal das zonas subdesenvolvidas. Este desenvolvimento normal se manifesta, sobretudo, por meio de planos de reequipamento público, de reaparelhamento público, de instrumentos de trabalho nacionais, não por meio de auxílios a empresas ou entidades privadas que se possam desenvolver na base da rentabilidade e do lucro.

Há duas espécies de capital: o capital que funciona na base do lucro e da rentabilidade, que é o capital privado, e o capital que funciona na base do reequipamen-

to nacional, que não pode ser hoje, nos termos atuais, o capital privado. E V. Exªs querem ver por que não pode ser o capital privado? Eu lhes respondo: porque a média do lucro do capital privado nos Estados Unidos é de 14%. É de 14%, repito, a média do lucro do capital privado invertido dentro das fronteiras dos Estados Unidos. E é de 17% a média do lucro do capital privado investido nos países estrangeiros.

Não podemos, por conseqüência, partir para o reequipamento nacional, na base do empréstimo privado a 14% de juros, e nos países estrangeiros a 17% de juros. Isto sem querer provocar aqui uma questão, porque não vou provocar, caso em que não acabaria mais de falar, e que é a do capital privado americano em certos tipos de indústrias, como a do petróleo. Nessa questão, não entro e perdoe-me o Deputado Orlando Dantas, porque do contrário não mais terminaria.

O Sr. Tristão da Cunha – Mas V. Exª não pode pretender que o governo americano tribute o seu povo para fazer presentes aos estados subdesenvolvidos.

O SR. AFONSO ARINOS – Não sou eu quem pretende. Refiro-me à opinião de muitos economistas e homens públicos americanos.

O Sr. Tristão da Cunha – O capital americano entrará aqui a 4 e 5%, se o governo abrir as portas.

O SR. AFONSO ARINOS – Se V. Exª assegura que o capital privado americano entrará aqui a 4 ou 5%, faço apelo para que V. Exª seja imediatamente nomeado Ministro da Fazenda.

O Sr. Tristão da Cunha – Ainda agora, V. Exª sabe, o governo americano emprestou trezentos milhões a quatro por cento.

O SR. AFONSO ARINOS – São estatísticas da ONU, que poderei reproduzir ao Deputado Tristão da Cunha. Quanto ao empréstimo de 300 milhões não foi feito por capitais privados, mas por um banco do governo.

O Sr. Orlando Dantas – Estou de acordo com a tese de V. Exª. Quero contestar, porém, que haja, no Brasil, uma corrente contra a orientação da entrada de capitais para o Brasil fortalecer suas industriais. O fato é que em Vitória se monta a maior indústria siderúrgica do Brasil, com capitais alemães, ninguém protestou contra isso. Quando o governo americano, na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cogitou de auxiliar o Brasil, num acordo de reequipamento de transportes, de energia e de portos, foi excluído o petróleo.

Esta tese é que contestamos, tese que V. Exª bem conhece e que não queremos trazer para debate, neste momento. Agora, não podemos compreender que se queira acusar a corrente nacionalista de jacobina, de estar impedindo que o Brasil prospere, quando justamente o que esta corrente deseja é progresso sempre crescente do nosso país.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado Orlando Dantas, e aproveito seu aparte para insistir em que nós, dentro do nosso partido, que temos certos pontos de vista em relação à política petrolífera, não somos, de forma alguma e nunca seremos hostis à importação de capitais privados estrangeiros. É coisa liquida, é ponto de vista pacífico dentro da UDN. Somos partidários ardorosos da vinda desses capitais. Somos hostis àquelas manifestações extemporâneas e demagógicas do governo Vargas, como o seu famoso discurso de fim de ano, há cerca de dois anos, em que estancou, realmente, a corrente de capitais que poderia dirigir-se para o Brasil, com as ameaças que formulou e os escândalos que permitiu! Mas Sr. Presidente, o que nós somos – o que eu, pelo menos sou – é consciente da necessidade de uma divisão dessa política de capitais. O capital estrangeiro privado deve vir para implementar, suprir, impulsionar certos tipos de atividades econômicas, mas não poderemos esperar dele – isto não sou eu quem diz, são os técnicos da ONU que dizem e os economistas americanos, que repetem – mas não poderemos esperar dele o impacto substancial de fundos para desenvolver aquele mecanismo público que é indispensável ao desenvolvimento econômico do país. Daí a minha orientação, daí a minha sugestão, daí a minha lembrança de que o Brasil e demais países subdesenvolvidos deveriam fazer permanente pressão por seus representantes autorizados – mas que fossem realmente autorizados – junto ao governo americano a fim de que se completassem, depois das medidas necessárias à segurança da paz por meio da preparação bélica, se completassem essas medidas através de outras indispensáveis ao desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, matéria tão importante como a defesa, pelas armas, nos campos da guerra. Este é que é o ponto de vista que desejo deixar bem claro.

O Sr. Orlando Dantas – O Deputado Euvaldo Lodi, no seu discurso na América do Norte, sustentou tese que todos aceitamos.

O SR. AFONSO ARINOS – Não li o discurso do Deputado Euvaldo Lodi.

O Sr. Carmelo D'Agostino – Realmente, somos nós que afugentamos os capitais estrangeiros, pelas restrições cambiais e deficiências produtoras. Não há fomento desse intercâmbio pela falta de garantias da entrada e saída dos capitais. O erro é nosso, de nossas autoridades, de nosso país. Nós é que não queremos que eles entrem, porque não temos meios de garantia da entrada e saída, do próprio retorno do capital.

O Sr. Luiz Viana – Permita-me V. Exª, Deputado Afonso Arinos. Se V. Exª não considerasse impertinente, eu lhe perguntaria se estou entendendo bem as palavras de V. Exª, admitindo que, no entender de V. Exª, o fato principal, o fato mais daninho dos defeitos da nossa atividade diplomática é a incapacidade do nosso corpo diplomático. V. Exª, desde o começo, tem insistido nesse ponto, e eu não tenho nenhuma restrição a fazer a essa opinião de V. Exª, de que o Brasil está ressentido da falta de autoridade, da falta de apoio, em certos casos, de seus agentes diplomáticos.

Há pouco, V. Exª acentuava isso, de maneira categórica, em relação aos Estados Unidos, dizendo que o que seria necessário é que o Brasil tivesse agentes realmente autorizados, homens realmente à altura das funções que exercem nos diversos postos diplomáticos. Isso, segundo entendo, é sobretudo grave, no que diz respeito ao continente americano, quer a América do Sul, quer a América do Norte, quer a América Central. Acredito que uma das deficiências fundamentais entre a política da monarquia e a política da República está no fato da desatenção, do pouco cuidado, do pouco estudo que tem merecido por parte das elites políticas brasileiras, na República, o problema internacional, que na monarquia como sabe V. Exª era um teste para todos os estadistas.

O SR. AFONSO ARINOS – Para responder ao aparte do nobre Deputado, preciso dar alguns esclarecimentos quanto ao meu modo de pensar. Essas referências feitas por V. Exª às tradições diplomáticas do Império, eu as fiz também mencionando nomes e quanto à República no seu início, citando numerosos republicanos eminentes que ocuparam posições diplomáticas normais ou extraordinárias. Não sustento, em absoluto, a incapacidade pessoal dos nossos representantes diplomáticos, não é isso que pretendo dizer. Quero declarar sim que a ação pessoal do Sr. Presidente da República intervindo na designação, muitas vezes contra a vontade do Itamaraty de representantes brasileiros em postos-chave nos Estados Unidos da América e no Prata, tem determinado a ocupação desses postos-chaves por personalidades cujos méritos me excuso de discutir, porque não estão em causa, mas que não têm, digo eu, além da autoridade que lhes dá o Sr. Presidente da República, não têm, no consenso nacional, na opinião nacional, nem dentro do Congresso, aquela soma de serviços e aquele passado que são indispensáveis para o desempenho de função tão espinhosa e tão grave. Não estou colocando o problema em termos pessoais, não o fiz nunca, nem o faço.

O Sr. Luiz Viana – Nem eu tampouco.

O SR. AFONSO ARINOS – Nem V. Exª também, bem o sei. Estou querendo deixar claro que falta o *background,* falta o que não faltava aos Pimenta Bueno, aos Paraná, aos Visconde de Rio Branco, aos Abaeté que foram nossos representantes no Prata no tempo do Império.

O Sr. Roberto Morena – Sr. Deputado Afonso Arinos, continuo a insistir com V. Exª em que o problema não é de homens, que o Brasil erija em diplomatas; o importante é saber qual a política internacional do país, e se essa política internacional é aquela que V. Exª já defendeu aqui dentro.

O SR. AFONSO ARINOS – Qual?!...

O Sr. Roberto Morena – V. Exª apoiou a aprovação do Acordo Militar Brasil – Estados Unidos.

O SR. AFONSO ARINOS – O Acordo Militar Brasil – Estados Unidos foi aprovado, não por mim, mas pelo Congresso Nacional.

O Sr. Roberto Morena – Mas V. Exª, na qualidade de líder da UDN e de Líder da minoria, foi dos que mais lutaram para que o Acordo fosse ratificado, tal como fizeram o Ministro das Relações Exteriores e o Presidente Vargas.

O SR. AFONSO ARINOS – Não tenho nenhuma restrição a formular ao que V. Exª afirma, e não tenho qualquer arrependimento de ter agido assim na tramitação do Acordo.

O Sr. Roberto Morena – Veja V. Exª que para fazer essa política que a UDN tem apoiado pela voz de V. Exª, aqui dentro, qualquer diplomata pode fazer. Não queira V. Exª incriminar os diplomatas brasileiros, a culpa de nosso país assumir essa posição internacional, porque ela é feita pelo Ministério das Relações Exteriores, como é feita pelo Presidente da República, como ainda é apoiada e ratificada pelo Congresso, com poucas vozes discordantes. Portanto, o problema não está nas pessoas. V. Exª deve definir qual deve ser a posição do nosso país, não no âmbito da América Latina, mas no campo internacional.

O SR. AFONSO ARINOS – A opinião de V. Exª sobre a conduta do meu partido é sumamente interessante; apenas ela não está no momento em discussão. De modo que eu espero que, quando V. Exª for líder da oposição contra a UDN venha fazer essas considerações.

O Sr. Roberto Morena – Não quero fazer semelhante coisa. Quero simplesmente dizer o seguinte: se aqui estivesse hoje essa figura que V. Exª vai exumar da monarquia, que é o Marquês de Paraná, faria a mesma coisa que fez Raul Fernandes, líder da UDN, quando Ministro das Relações Exteriores do governo Dutra; não haveria diferença alguma.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª se incumbirá de fazer a crítica, no setor internacional, do General Eurico Dutra e do Ministro Raul Fernandes.

O Sr. Roberto Morena – Não devo fazer, porque V. Exª o defendia aqui, pois era a política da UDN.

O SR. AFONSO ARINOS – Da UDN não, política internacional.

O Sr. Artur Santos – V. Exª poderia dizer que a política da UDN é a política tradicional do Brasil, no Império, e na República, a política continental de defesa do continente americano e da solidariedade continental.

O Sr. João Cabanas – Que tradição? Hoje o mundo já mudou tanto!

O Sr. Roberto Morena – Então o Deputado Afonso Arinos está sendo incoerente.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª está desejoso que estabeleçamos uma briga particular. Eu não; o que desejo é concluir o meu discurso. Desta forma, são inúteis as provocações de V. Exª, porque não caio nelas. Apenas V. Exª me está tomando tempo.

O Sr. Roberto Morena – Veja V. Exª, quando falo é provocação.

O SR. AFONSO ARINOS – Se V. Exª acha injuriosa a expressão eu a retiro.

O Sr. Roberto Morena – Já é uma prevenção.

O SR. AFONSO ARINOS – De maneira alguma. Tenho por V. Exª grande apreço.

O Sr. Roberto Morena – Disse o seguinte: que o responsável por esta política era realmente o Sr. Presidente da República, que intervinha etc. Mas, pergunto eu: não é V. Exª o líder da minoria nesta Casa, não dispõe V. Exª de um partido forte, não podiam V. Exª e seus correligionários fazer críticas, discordar da política internacional seguida pelo nosso governo? Por que, quando o mundo está convulsionado – essa a expressão aplicada sob qualquer pretexto – não se levantam V. Exª e os seus correligionários para discutir a política internacional seguida pelo Ministério das Relações Exteriores? Por que, quando se tem oportunidade de debater assuntos dessa magnitude, se foge ao debate e só se discutem aqui verbas orçamentárias relativas ao Ministério do Exterior? Por que, em vez de assumir atitude de combate em relação à nossa política externa, toda vez que o governo manda mensagem, como aquela no sentido da aprovação do Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos, que nós e o povo brasileiro qualificamos de infame, por que, insisto, V. Exª o defendeu com unhas e dentes?

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Deputado Roberto Morena. Assisti, há alguns dias, cerimônia de tocante simplicidade. Acompanhado pelo General Juarez Távora compareci ao Ministério da Guerra onde presenciei o Brigadeiro Eduardo Gomes tomar posse da...

O Sr. Roberto Morena – Presidência da Comissão para a execução desse Acordo.

O SR. AFONSO ARINOS – ...função de Presidente da Comissão Mista Militar Brasil-Estados Unidos. Esta posse lhe foi dada pelo Marechal Mascarenhas de Morais, Comandante da FEB na Itália. Quer dizer, o Comandante do corredor da vitória e o Comandante da FEB, na Itália, foram comparsas num Acordo que V. Exª classifica de infame. Diante dessa expressão de V. Exª, nada mais tenho a responder. (*Apoiados.*)

O Sr. Roberto Morena – Então V. Exª concorda em que a UDN está perfeitamente de acordo com a política internacional do país, seguida pelo Presidente Vargas, e que até a executam. Dessa realidade V. Exª não pode fugir.

O Sr. Hélio Cabal – Permita, Sr. Deputado Afonso Arinos. Estou de inteiro acordo com a tese de V. Exª de que o progresso dos países subdesenvolvidos constitui uma condição necessária para a segurança e a paz do mundo. E defendo, em conseqüência, a conveniência de os representantes de países como o nosso defenderem intransigentemente, junto àqueles outros que podem-lhes oferecer os meios, os elementos e os fatores de uma promoção de prosperidade material, insistentemente, sistematicamente. Mas, divirjo, no entanto, no ponto em que V. Exª atribui a interrupção, a não insistência nesses esforços, ao descaso por parte dos agentes diplomáticos eventualmente sediados nos países onde esses esforços deveriam ser desenvolvidos. Se bem entendi, era essa a afirmação de V. Exª

O SR. AFONSO ARINOS – Não era bem essa, mas V. Exª prossiga.

O Sr. Hélio Cabal – Se fosse essa, eu diria que a questão não está bem colocada nestes termos porque o agente diplomático é meramente um agente passivo. Pode ser mais hábil, mais eficiente ou menos eficiente na consecução de um objetivo cujo mandato não é engendrado nem motivado por ele, mas lhe é dado pelo seu governo. Assim, se há realmente descaso, relaxamento, negligência, displicência por parte dos agentes diplomáticos do Brasil, culpa alguma lhes pode ser imputada, porque eles só agem em função de ordens diretas que recebem da nossa chancelaria, o que vale dizer do governo central, do Presidente da República que é o responsável, constitucionalmente, pela formulação e pela execução desta política que é – aí estou com V. Exª – a que melhor corresponde não aos interesses do Brasil, mas aos da própria paz e segurança do mundo.

O SR. AFONSO ARINOS – Respondendo ao aparte do nobre Deputado Hélio Cabal, solicito aos ilustres colegas que não mais me aparteiem, porque desejo concluir o meu discurso ainda hoje. Quero dizer ao nobre Deputado Hélio Cabal que não foi precisamente o meu pensamento exato que S. Exª veiculou. Estava, ao contrário do que afirmou S. Exª, criticando o governo por colocar nos postos de representação diplomática agentes estranhos aos quadros diplomáticos – o que tem merecido especial censura – e da confiança do chefe do Executivo. E dizia que, tradicionalmente no Brasil, estas investiduras temporárias se faziam de fato para circunstâncias excepcionais, desde que recaiam em figuras de prol da nossa vida pública.

Minha crítica era precisamente o contrário do que S. Exª disse. Eu não estava atingindo o Corpo Diplomático; afirmava que os postos-chave têm sido ocupados por figuras estranhas ao Corpo Diplomático, de significação nacional, e que, no momento, a recomendação, a credencial para essas indicações ou investiduras é exclusivamente a confiança individual do Sr. Presidente da República, e não qualquer título decorrente de serviço ou excepcional.

Era o que estava dizendo.

Falávamos sobre a questão – eu me rejubilo do acordo do nobre Deputado com quem tenho divergido, várias vezes, em matéria de interpretação da política in-

ternacional – do acordo do nobre Deputado sobre a minha sugestão a respeito do financiamento aos países subdesenvolvidos.

Queria agora falar especialmente na situação do Prata. Peço ao nobre Deputado Roberto Morena que não me interrompa, salvo de considerar essencial.

O Sr. Roberto Morena – Não vou aparteá-lo, estou apenas coçando a cabeça. *(Risos.)*

O SR. AFONSO ARINOS – Está coçando a cabeça muito perto do microfone, parece que está coçando a boca... *(Risos.)*

Sr. Presidente, este problema da análise da situação do Prata é problema que merece, que deve ter e que exige tratamento extremamente circunspecto, prudente e cauteloso.

Devo dizer, de início, que entre os mais obscuros, porém dos mais fiéis e dos mais entusiastas amigos da Argentina, desejo-me situar; que entre aqueles que esperam manutenção, para o futuro, dá linha de solidariedade internacional e de estreita vinculação continental que nos prende à grande República sulina, estarei eu na primeira posição convencido embora de que jamais devemos nos imiscuir naqueles problemas políticos que sejam estritamente de natureza interna em qualquer país e em qualquer regime –, porque esta é a orientação que melhor se coaduna com os interesses da política pacifista. Não poderemos, entretanto, deixar de nos pronunciar sobre a situação interna de qualquer país, desde que se transforme num assunto de natureza internacional, que possa vir a interessar a vida interna dos demais países do continente.

O que se passa, hoje, na Argentina, é exatamente isto. Há certos aspectos da política argentina que deixaram de ser exclusivamente referentes aos argentinos para se tornarem referentes às instituições e à vida dos demais países do continente.

Recentemente têm-se sucedido com todas as provas de veracidade notícias alarmantes sobre ocorrências que se multiplicam na capital portenha. A destruição física, até, dos partidos políticos (e digo destruição física, porque foram destruídas suas sedes, seus jornais, enfim, aquelas manifestações materiais de sua vida) é uma delas.

E os partidos políticos estão inteiramente ligados à democracia argentina.

A supressão integral das liberdades públicas, a supressão completa de liberdade de imprensa é outra. Aliás, neste capítulo da liberdade de imprensa, quero fazer referência especial a vários outros países do continente onde tal tem ocorrido, não apenas na Argentina, pois podemos dizer que poucas são, hoje, as nações que, como a nossa, podem declarar a existência da imprensa livre.

O Sr. Roberto Morena – No Brasil, não é verdade. Tenho, da tribuna, denunciado os fatos diariamente e V. Exª, Deputado Afonso Arinos, também já denunciou o assalto a um jornal de São Paulo. Lembro a V. Exª, portanto, que esses fatos ocor-

rem aqui freqüentemente, e não apenas com os jornais da esquerda, mas também com os órgãos da oposição. Inclua, portanto, V. Exª nosso país entre os que negam a liberdade de imprensa.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª, não atendendo ao meu pedido de não apartear, acaba de dar-me argumento favorável, pois é o primeiro a reconhecer que eu próprio ocupei a tribuna para defender a liberdade de seu jornal. Logo, em nosso país é possível que um Deputado não pertencente a certo partido ocupe a tribuna da Câmara defendendo a liberdade do jornal desse partido; procedesse V. Exª assim na Argentina e veria o resultado.

O Sr. Roberto Morena – Isso é outro problema.

O SR. AFONSO ARINOS – Dizia eu, Sr. Presidente, que o problema da Argentina, aos poucos, se transforma em problema internacional. E aqui desejo chamar a atenção dos nobres colegas especialmente para o aspecto de infração que a conduta do governo argentino representa em relação aos convênios, aos tratados, às decisões internacionais tomados por organismos de que a Argentina participa. A Declaração Internacional de Direitos foi, naturalmente, submetida a restrições e está também submetida a ratificações periódicas. Possivelmente, a Argentina não a terá transformado em lei.

O Sr. Eusébio Rocha – V. Exª há de reconhecer o interesse com que estou acompanhando seu brilhante discurso. V. Exª acaba de referir-se à Argentina e gostaria de levá-lo também ao caso do Peru e da Venezuela, onde governos títeres têm imposto ao povo regime também de violências e de exceção, contrariando manifestamente a maioria da nação. O que sentimos é haver realmente várias nações prejudicadas nos seus direitos, o que deve provocar protestos, a um só tempo e por parte de todos. Não há só o caso da Argentina, mas outros, que merecem ser examinados.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço o aparte com que V. Exª ilustrou o meu discurso.

Sr. Presidente, temos de partir do princípio de que a liberdade de imprensa é direito do povo e não direito da imprensa.

O Sr. Roberto Morena – Justo.

O SR. AFONSO ARINOS – A imprensa deve ser livre. A imprensa tem um *status* até certo ponto de órgão auxiliar do poder público e, portanto, requer a ação do Estado, dos poderes públicos no resguardo de sua liberdade, porque a liberdade da imprensa não é – repito – direito dos jornais, mas direito do povo. E entre as liberdades da imprensa que condicionam a liberdade de opinião e a liberdade de manifestação dessa opinião – e me felicito pelo fato de o nobre Deputado poder estar

de acordo com este velho liberal – entre essas liberdades está a liberdade de informação.

Houve uma conferência internacional, em Berna, em 1949, que regulou os princípios referentes à liberdade de informação. Essa conferência teve a presença da Argentina. Justo é consignar-se que esse país se absteve de assinar a declaração final estabelecendo os princípios da liberdade de informação.

Este fato, por si só – a abstenção do governo argentino em relação a essa convenção – já demonstra inclinação e certa diretriz traçada, exatamente aquela, objeto de nossas críticas.

O Sr. João Cabanas – Podia V. Exª dizer se a imprensa goza, no Brasil, da liberdade de obter informação, mormente das agências telegráficas?

O SR. AFONSO ARINOS – A pergunta de V. Exª é capciosa.

O Sr. João Cabanas – Não é. Chegarei lá.

O SR. AFONSO ARINOS – Insisto em dizer que a pergunta é capciosa. V. Exª está querendo envolver meu discurso na questão das agências telegráficas em Buenos Aires. A meu ver, V. Exª deve dedicar seu tempo a proferir um discurso a respeito.

O Sr. João Cabanas –V. Exª diz que a imprensa, no Brasil, usufrui da maior liberdade. No entanto, se, no Brasil, a imprensa pudesse contratar serviços telegráficos nos países não submetidos à *Associated Press,* à *United Press* e outras, inegavelmente estaria sob a ação coatora da polícia política.

O SR. AFONSO ARINOS – É a opinião de V. Exª mas não tenho nenhuma prova de que sua sugestão seja baseada em fatos. V. Exª focaliza o verbo no condicional. Diz que "estaria", "se": são duas condicionais. Diz: por isso a imprensa "estaria", "se..." Ora, a esta altura dos acontecimentos, não vou discutir com Vossa Excelência em termos de condicionais. V. Exª tem de trazer aqui a prova de que determinado jornal quis contratar certo serviço, tendo a polícia política intervindo e, então, poderemos discutir em outros termos.

O Sr. João Cabanas – V. Exª está analisando a falta de liberdade de imprensa na Argentina, quando o mesmo aqui se verifica. É a minha impressão.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª está falando em "se", em "estaria". Isso não quer dizer nada. V. Exª acaba de falar na sua impressão. Esta, a expressão que V. Exª devia realmente empregar: é uma impressão. Desde que V. Exª transforme essa impressão, essa conjectura, em constatação ou afirmativa, poderemos discutir.

Este problema, do qual não quero fugir – porque não tenho interesse em fugir dele nem de qualquer outro problema, pois não me recuso a discutir coisa alguma, seja qual for o tema – mesmo este problema da cassação do direito de transmissão das empresas telegráficas em Buenos Aires, seja no Rio, seja neste ou naquele país que tomasse essa medida, viria ela infringir, de forma frontal – aí sim – as recomendações e decisões tomadas pelo plenário da Conferência pela Liberdade de Informação, realizada na Suíça, em 1949.

O Sr. Roberto Morena – Há pouco tempo realizou-se, no Chile, um congresso continental de jornalistas, em que se lutou seriamente em prol da liberdade de imprensa. Veja V. Exª que foram os próprios profissionais de imprensa que levantaram o problema e, então, foi examinado o caso da Argentina.

O SR. AFONSO ARINOS – Concordo com V. Exª em que deve ser defendida a liberdade de imprensa, de maneira clara, em todos os países.

O Sr. Roberto Morena – Recordo a V. Exª que faz hoje oito anos que a *Tribuna Popular* foi fundada. Este jornal teve sua circulação suspensa por duas vezes.

Além disso, o jornalista Pedro Mota Lima está condenado a dois anos de prisão, e o jornalista Oliveira se acha nas mesmas condições. Veja V. Exª quantos crimes têm sido cometidos contra a imprensa livre.

O SR. AFONSO ARINOS – Esse é outro assunto, que nos levaria a uma discussão interminável. Direi uma coisa que V. Exª sabe melhor do que eu, mas é preciso fique consignada nos *Anais,* para não se supor que eu não sei. Se o nobre colega sabe e finge que não sabe, está certo, mas que se suponha que eu não sei, não aceito. O nobre colega sabe que a liberdade de imprensa, como todas as liberdades, está circunscrita pela moldura da lei constitucional e não existe liberdade de imprensa no sentido da permissão do apelo à violência, ao crime, ao saque, ao sangue para subversão das normas institucionais ou mudanças das formas de governo.

O Sr. Roberto Morena – Mas é V. Exª quem está julgando, condicionando a liberdade de imprensa.

O SR. AFONSO ARINOS – Todo o mundo condiciona. V. Exª finge que não entende. Digo que essas condições estão circunscritas aos tratados assinados por nós e quando são infringidos esses tratados, por isso mesmo, o assunto se torna internacional.

O Sr. Roberto Morena – Concordo com V. Exª, mas...

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, não autorizo mais o Sr. Deputado Roberto Morena a me apartear.

Prossigo, quero dizer, concluo, porque V. Exª, Sr. Presidente, experiente orador parlamentar, não desconhece que no Brasil, o hábito de apartear está excedendo os limites normais, e o prezado mestre Deputado José Augusto é um dos propugnadores mais constantes dessa teoria, porque realmente os oradores acabam fazendo discursos completamente diferentes daqueles que desejam fazer.

Sinto-me, portanto, coagido, terminando minhas considerações, a formular breve relato dessa longa peregrinação a que tive de proceder, por meio dos setores da vida pública nacional que, a meu ver, no momento, merecem nossa maior atenção.

O setor financeiro, o setor social e o setor internacional. No setor financeiro, declarei a inexistência de uma política coerente. Mostrei a desatenção do governo para a solução conexa dos problemas que se apresentam, a sua irresolução a sua tendência natural a resolver tão graves questões, parcialmente, fragmentariamente, e dando sempre soluções que dizem respeito mais ao interesse da demagogia do que realmente aos interesses do povo.

Nestas condições fui bastante ousado ao afirmar que eu e outros companheiros de partido estaríamos prontos a apresentar alguns pontos, algumas sugestões, algumas idéias que pudessem servir de fundamento à elaboração de uma série de medidas que viessem a atender a esse programa que temos em vista. Depois, passei pelo campo social. Mostrei a ineficiência da política assistencial e previdenciária do governo e que é objeto de permanentes críticas. Denunciei por outro lado a politicagem, a corrupção que tanto vem do amparo econômico como do social, porque a corrução se instalou no país em grosso e em detalhe, a varejo e por atacado. Ela vem dos grandes negócios internacionais e termina nos caminhões-feiras da capital da República.

Sr. Presidente, sobre isto me manifestei, contra isso protestei e a esse propósito clamei na certeza de que precisamos dar cabo a essa situação que é um infortúnio para o país.

Hoje, entrei no campo internacional, a fim de mostrar a desconexão, o desprestígio, em virtude da tendência personalista do Sr. Presidente da República, que está atribuindo a gestão dos negócios externos do Brasil, fazendo com que agentes da sua confiança, sem o necessário *background,* sem a necessária experiência, sem o necessário prestígio na opinião e nos corpos políticos do país, estejam exercendo funções da maior significação, em postos da maior importância, em momentos da maior delicadeza.

Desejo, finalmente, Sr. Presidente, dirigir-me ao Presidente da República, para que S. Exª, que eu, em nome da minha bancada, visito pelo acidente de que foi vítima, e a quem apresento os nossos votos mais sinceros de pronto restabelecimento, depois de restabelecido do acidente que o vitimou, reassuma o governo – reassuma não, assuma o governo – mas não volte apenas com a capacidade de assinar papéis, que já tem no exercício das suas funções, com a mão na tipóia. Que venha gerir a coisa pública, executar promessas que fez, praticar os atos de governo, exercer o

seu mandato, desempenhar a sua missão, cumprir o seu dever. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)*

Emenda parlamentarista

11-6-1953

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, vou aproveitar alguns poucos minutos que me foram cedidos pela tolerância do nobre Deputado Sr. Aliomar Baleeiro, a fim de iniciar a breve contestação que pretendo formular ao voto vencedor transformado em parecer da Comissão de Emenda Constitucional pelo nobre Deputado Raul Pilla.

Sr. Presidente, devo esclarecer, de início, que não é absolutamente meu propósito, em vindo à tribuna, debater, teoricamente, o problema hoje submetido, pela primeira vez na história desta Constituição, à decisão do nosso voto; nem tampouco entrar no mérito da emenda sujeita ao nosso estudo e pronunciamento.

Meu propósito é de si mesmo mais modesto: é apenas o de defender o parecer, ou antes, o relatório que, na qualidade de relator designado para a Comissão Especial, tive oportunidade de oferecer a essa mesma douta Comissão, relatório que, posteriormente, se transformou em voto vencido, dada a deliberação da douta Comissão de adotar como voto vencedor o ponto de vista do eminente Sr. Deputado Raul Pilla.

Não pude fazê-lo por ocasião da discussão regular da proposição neste plenário, em virtude de estar enfermo no dia em que a discussão se encerrou, em sessão noturna, nesta casa. Estas as razões que ofereço como escusa e como explicação da minha presença, neste momento, na tribuna.

Sr. Presidente, vou respigar no voto do eminente Deputado Raul Pilla apenas aqueles pontos cuja contradita me parece necessário, deixando sem abordar numerosas teses e numerosos pontos de vista que também mereciam discussão e esclarecimento.

Diz o nobre Deputado Raul Pilla – e sustento que falo sempre em defesa do meu parecer, a fim de que fiquem constando dos *Anais* não apenas as razões que a ele juntei, como também as razões da impugnação que neste momento ofereço às assertivas menos fundadas do meu eminente contraditor –, diz S. Exª, à página 7 do seu relatório, que não me assiste razão ao declarar a relativa indiferença na preocupação de estabelecerem limites nítidos entre o moderno presidencialismo e o parlamentarismo moderno. Afirma o nobre Deputado que esta é assertiva graciosa de minha parte, que tal assertiva não encontra abono nos fatos e nem na opinião.

Sustento exatamente o contrário. Sustento, Sr. Presidente, que o problema é hoje muito mais de sistema eleitoral do que de sistema governamental, ou melhor,

que o sistema governamental se baseia muito mais na fórmula adotada para as eleições do que no esquema traçado pela Constituição. A situação dos países parlamentaristas governados pelo voto proporcional se assemelha, indubitavelmente, à situação dos países presidencialistas nas mesmas condições, enquanto que a situação dos países parlamentaristas governados pelo voto majoritário se assemelha, da mesma forma, à situação dos países presidencialistas nas mesmas condições.

Contesta o Deputado Raul Pilla esta assertiva.

O Sr. Raul Pilla – V. Exª está enganado. Não é isso o que eu contesto. Afirmo que este não é o único caráter, que as semelhanças por V. Exª apontadas são semelhanças secundárias, que não autorizam V. Exª a cancelar as dessemelhanças fundamentais relativas ao mecanismo constitucional. Isso o que afirmo.

O SR. AFONSO ARINOS – Diz o professor Maurice Duverger à página 387 de seu livro sobre partidos políticos, tantas vezes citado neste plenário e fora dele pelos defensores do regime que impugnamos:

> "A distinção clássica do sistema presidencial e do sistema parlamentar, por exemplo, tende a tornar-se caduca. O sistema inglês é tão diferente do sistema francês quanto do americano, apesar da similitude exterior das instituições."

O Sr. Raul Pilla – V. Exª deve também citar, de Maurice Duverger, aqueles pontos em que ele explica a diferença que, por certo, no regime multipartidário existe entre presidencialismo e parlamentarismo.

O SR. AFONSO ARINOS – Preciso concluir o meu discurso em poucos minutos, e o nobre Deputado me relevará a involuntária omissão de não responder a seus apartes.

Outro autor que cito é professor de Direito Constitucional na Itália, que diz:

> "O governo parlamentar tornou-se governo de gabinete, e este, por sua vez, transformou-se em governo do Primeiro-Ministro."

Esta a informação do professor Pradieri, ao comentar a situação inglesa. De maneira que temos a declaração de professor francês em relação à situação francesa e a do professor italiano em relação à situação inglesa. Mas, acima de quaisquer considerações de ordem teórica, lateralmente a quaisquer afirmativas doutrinárias, nós temos, neste momento, na hora em que estou falando, o exemplo que oferecem dois países parlamentaristas, cuja situação é lembrada sempre com grande repugnância e com muita reserva pelos parlamentaristas – a França e a Itália, países que adotam a representação proporcional e a multiplicidade dos partidos. Esses dois países se encontram em situação exatamente semelhante àquela em que se acha, por exemplo,

o governo presidencialista do Brasil, dada a impossibilidade de conseguir a constituição de uma maioria estável para assentar o poder político.

O Sr. Nestor Duarte – Muito bem.

O SR. AFONSO ARINOS – Mais do que isso, Sr. Presidente; nós temos nesses dois países parlamentaristas, França e Itália, a tentativa da reforma eleitoral – a lei de aparentamento na França e a lei de aparentamento na Itália.

São tentativas para se conseguir relativa coesão, relativa estabilidade, relativa coerência na constituição do grupo dominante. É exatamente o que eu tentei no meu projeto de aliança de partidos no regime presidencialista, projeto que foi aprovado e defendido, com muita honra para mim, pelo nobre Deputado Raul Pilla. Os problemas que oferece a multiplicidade partidária, por meio da representação proporcional, dentro do regime parlamentar, são exatamente os mesmos problemas que oferece essa mesma multiplicidade partidária dentro do regime presidencial. E as razões que levaram à adoção de providências tendentes a estabelecer o aparentamento dos partidos dentro da Itália e da França são exatamente as razões que levaram, no Brasil, o Congresso Nacional a cogitar da situação semelhante para enfrentar dificuldades inteiramente idênticas.

O Sr. Nestor Duarte – O nobre colega se encarrega de mostrar que não é tão grande a distância entre o parlamentarismo e o presidencialismo, e nós lhe agradecemos.

O SR. AFONSO ARINOS – Passo, Sr. Presidente, à página 10 do voto do Deputado Raul Pilla. S. Exª contesta, e contesta desta vez com desusada veemência. S. Exª contesta, e o faz desta feita com grande vivacidade de linguagem, aquelas expressões de que me servi para consignar e marcar com o ferrete da estranheza, e com o protesto cabível nesta circunstância, a atitude dos autores da emenda, que foram muito além do lógico poder de emendar estabelecido pelos precedentes do nosso direito político e pelas letras da nossa carta constitucional.

Diz o nobre Deputado que não existe na Constituição, e de fato não existe, sou o primeiro a confessar, sou o primeiro a declarar que não existe, nenhuma limitação expressa à iniciativa que acaso possamos tomar nessa direção, dentro do Congresso. Mas, Sr. Presidente, não é apenas naquele caso em que a limitação é estritamente regulada pelo texto escrito da lei. É, também, naqueles outros casos em que essa regulamentação não se verifica, porque não seria previsível, porque não seria concebível, porque não seria, sequer, acreditável, que alguém tivesse o empenho, o desbordamento faccioso, capaz de levar a uma tentativa dessa natureza, que obriga não apenas a uma reforma de princípios, não apenas a uma revisão de conceitos, não apenas a uma modificação de diretrizes e de atitudes, mas Sr. Presidente, a cautelas, a precauções, a cuidados gráficos. A emenda é de tal natureza que obriga a providências de ordem gráfica, porque nem graficamente, nem tipograficamente ela pode inserir-se no texto da nossa Constituição.

O Sr. Raul Pilla – Esse argumento é, realmente, muito forte.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas eu irei a outros, nobre colega.

Ninguém ignora – é elementar no direito público – a diferença entre o poder constituinte e o poder constituído. É uma diferença, essa, que vem dos primeiros tratadistas do constitucionalismo mundial. Não preciso aqui repetir as lições de Rousseau nem os proverbiais ensinamentos de Sieyés no seu livro sobre o Terceiro Estado. Todos sabemos que existem atribuições do poder constituinte que são deferidas pela lógica política e pela tradição jurídica aos poderes constituídos, ou seja, o Poder Legislativo.

O Sr. Raul Pilla – V. Exª permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Não permito. *(Risos.)* V. Exª me pergunta, e eu sou obrigado a dizer que não.

Sustentamos que existe essa diferença. Mas não ignoramos que os poderes constituintes são, também, transmissíveis aos poderes constituídos, isto é, que não é necessária a reunião de uma Assembléia Constituinte em cada vez que se deseje alterar texto da Constituição. Estamos fartos de saber isso. Mas não ignoramos, também, que essa transmissibilidade dos poderes constituintes aos poderes constituídos não é uma fantasia, não é uma brincadeira, não é uma atividade que se possa exercer descuidosamente.

Sr. Presidente, vejo diante de mim, e interrompo o meu discurso, a atitude reivindicatória do nobre Deputado Aliomar Baleeiro, que parece a estátua de pedra do Don Juan, de Molière, a passear diante da tribuna. Não quero, Sr. Presidente, que os parlamentaristas me acusem, fundadamente, de falta de espírito liberal e de esquecimento dos compromissos assumidos.

Deixo a tribuna e voltarei a ela no encaminhamento da votação, esperando poder concluir as rápidas considerações em defesa do meu parecer tão injustamente atacado. *(Muito bem! Muito bem! Palmas.)*

Emenda parlamentarista

11-6-1953

O SR. AFONSO ARINOS *(Para encaminhar a votação.)* – Sr. Presidente, prossigo, nos escassos minutos que me restam, no trabalho de defesa do meu voto vencido na comissão especial. Estava bem, no momento em que interrompi o discurso, tratando da questão da transmissibilidade dos poderes constituintes às assembléias ordinárias; mostrava que este problema não é de recente discussão; ao contrário, desde que se iniciou, no século XVIII, a formação da técnica cons-

titucional moderna, este problema desde logo atraiu a atenção dos juristas e dos pensadores políticos, e a solução que a nossa Constituição empresta ao caso é a entrevista pelos tratadistas e pelos teóricos do constitucionalismo antigo. Já, então, se tinha por seguro que é possível a transferência daquelas atribuições específicas da soberania nacional para o uso das assembléias restritas, votadas de acordo com a Constituição em vigor.

Assim sendo, não nego ao Poder Legislativo ordinário, não nego ao Congresso Nacional a competência constituinte para reformar, mesmo a fundo, a Constituição Federal. O que me parece é que o nosso sistema estabeleceu um degrau, uma cautela, um processo que representa qualquer coisa que devamos seguir, e não um empecilho que devamos transpor com a facilidade e com a tranqüilidade com que se procede em assuntos de menor importância.

No Império, no sistema brasileiro, tinha-se adotado o princípio dos poderes especiais conferidos às assembléias ordinárias, a fim de que elas pudessem enfrentar as reformas constitucionais. Eram, assim, eleitas essas assembléias com um mandato antecipado para poderem estabelecer as reformas que tivessem em vista. Foi nestas condições que se elaborou, no Império, a Lei de 1832, que propiciou a aceitação posterior do Ato Adicional.

Já na República, essa garantia, que a soberania nacional entende necessário impor à ação do Congresso, se transmite, ou se especifica, nas condições processuais de caráter especial que ela impõe, para a adoção das modificações na lei magna do país. Ela se manifesta por meio do processo especial das maiorias qualificadas, das exigências de natureza específica para apresentação das emendas e, até mesmo, Sr. Presidente, das cautelas, que nós outros temos o dever de adotar aqui, na tramitação regimental das proposições de emendas constitucionais. É por meio de todas essas manifestações que devemos encarar o problema da transferência dos poderes constituintes aos poderes constituídos. E o que contesto não é, evidentemente, a constitucionalidade da iniciativa, nem mesmo a constitucionalidade de uma iniciativa deficiente e manca, como aquela que se corporifica na emenda que hoje estamos debatendo.

Não contesto a constitucionalidade, a composição teórica dessa iniciativa com a letra da Constituição. O que contesto é a sua jurisdicidade, é a sua perfeição jurídica, é a sua aceitação de direito, porque, realmente, o que estamos processando, por meio dessa emenda, não é reforma; não é emenda à Constituição, é, de fato, uma revisão completa do sistema jurídico que nos rege, revisão que só poderia ser levada a efeito se tivéssemos adotado aquela atitude que recomendei no meu voto, qual seja, a atitude de elaborar um projeto integral de Constituição.

Era, Sr. Presidente, por meio desta solução, que aliás se encontra explicitamente recomendada no texto da Constituição de 1934, que deveríamos ter agido. E não colhe neste passo o argumento do nobre Deputado Raul Pilla, ao declarar que ao fazer esta declaração eu estaria fazendo apenas uma afirmativa graciosa, um expediente, como diz S. Exª, de advogado da má causa, porque, se tal tivesse sido a atitu-

de daqueles que pretendem reformar a nossa Constituição, teria eu, então aqui, de reclamar como crítica a oportunidade de uma emenda parcelada, fragmentada, que não constituísse um projeto integral. Em que se baseia S. Exª para me imputar esta responsabilidade de uma afirmativa que não fiz? Na verdade, mantenho integralmente a afirmativa de meu voto. Entendo que para um reforma desta envergadura, que não diz respeito apenas àquela modificação estatuída na redação da emenda, porém, muito mais, pois atinge a todo o contexto da nossa lei magna, atinge a todo o arcabouço do nosso edifício político, não poderíamos, de maneira alguma, tentar uma modificação desta envergadura, desta transcendência e desta amplidão, se não tivéssemos tido a cautela elementar de elaborar projeto completo, de princípio a fim da Constituição Federal, para apresentá-lo à consideração do Congresso ordinário, para que ele deliberasse no uso de sua competência.

Mas, Sr. Presidente, não quero demorar-me em respigar os pontos que considero essenciais à defesa do meu trabalho. E venho, então, incidir em alguns tópicos primaciais do meu voto e que dizem respeito a algumas situações para mim insanáveis da emenda em discussão.

O primeiro é o que diz respeito à questão da autonomia municipal. Sabido é que a emenda estabelece o princípio da responsabilidade dos prefeitos em face das deliberações das assembléias legislativas municipais.

Sustentei, e sustento ainda, que em nenhum país parlamentarista do mundo esta situação é encarada na forma por que o faz o nobre Deputado Raul Pilla na contestação que oferece a essa parte do meu parecer. S. Exª declara no fim do seu brilhante voto o seguinte:

> "A que se reduz, pois, de acordo com os próprios dados por ele mesmo fornecidos a argumentação do Sr. Afonso Arinos contra o modo por que a emenda resolve o problema da administração municipal?
>
> A nada, a menos do que nada" – diz o Sr. Raul Pilla.

Ora, Sr. Presidente, o nobre Deputado Raul Pilla, a meu ver e *data venia,* não destrói nenhum dos itens em que baseio minha argumentação no particular.

Disse que, em nenhum país do mundo que pratica o regime parlamentar, havia a submissão da administração municipal aos caprichos eventuais e às transformações constantes da política municipal. Foi o que eu disse, e repito aquilo que disse: na Inglaterra, o governo municipal é exercido por meio de conselheiros eleitos por prazo fixo. S. Exª não desmentiu o que eu disse, apenas não tomou conhecimento do que eu dissera.

O Sr. Raul Pilla – Não apoiado.

O SR. AFONSO ARINOS – Peço a V. Exª que me retifique, se eu estiver em erro.

O Sr. Raul Pilla – Tomei conhecimento de tudo que V. Exª...

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª. Pensei que me ia retificar.

Sr. Presidente, na Inglaterra, o governo municipal é exercido por meio de conselheiros eleitos por prazo fixo. O prefeito, o *chairman* ou *mayor* das comunas, não tem função administrativa alguma, é figura simplesmente ornamental, cerimonial.

O que vai acontecer com a emenda é a manutenção de todos os poderes administrativos nas mãos de um cidadão eleito, cuja permanência no exercício das suas funções ficará dependendo da química das paixões municipais. Essa, a situação. Se não se constrói a ponte que interessa a tal corrente política, se se permite que o circo de cavalinhos esteja ao lado da Igreja ou ao lado do hotel, se qualquer problema que venha a atiçar o fogo crepitante das paixões vier a colocar, a posição do prefeito em conflito com os interesses da facção municipal, teremos, em todos os dois mil municípios brasileiros, o risco permanente das derrubadas das administrações municipais que não têm prazo, que ficam Sr. Presidente, na dependência de uma responsabilidade política num caso em que a entidade de direito público de que se trata, ou seja, o Município, não tem caráter político de acordo com a nova doutrina constitucional. *(Palmas.)*

O Sr. Nestor Duarte – Não apoiado.

O SR. AFONSO ARINOS – O município é simples autarquia administrativa. Toda tradição do nosso Direito Público, desde a lei que no Primeiro Reinado disciplinou o problema da vida municipal, através de todos os tratadistas eminentes – cito Cortines Laxe, o primeiro que se preocupou com o regime municipal; cito Castro Nunes, cujo livro sobre administração municipal é modelar; cito Oliveira Viana, na sua dissertação sobre as instituições políticas no Brasil, toda a tendência do Direito Público mundial e brasileiro é no sentido de transformar o município no que deve ser: uma autarquia administrativa de caráter territorial.

Pois bem, a esta situação a emenda traz a inovação espantosa, a inovação pirotécnica, o fogo colorido do artifício de levar a responsabilidade dos prefeitos e da administração municipal à paixão política, à vagueação, à insensatez, à incoerência das paixões municipalistas. *(Palmas.)*

O Sr. Raul Pilla – Permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com imenso prazer.

O Sr. Raul Pilla – Começarei por confessar que não estou entendendo bem o que V. Exª diz. Mas pediria a V. Exª que me repetisse, e repetisse à casa, em que consiste, como se organiza, como funciona a administração municipal na Inglaterra.

O SR. AFONSO ARINOS – Sinto não poder ler o trecho, porque o Sr. Presidente não me dá mais do que os minutos que me pertencem.

O Sr. Raul Pilla – Peço ao nobre orador que responda ao meu aparte.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, o meu parecer está baseado em Ridges, na sua obra *Constitucional Law of England,* que diz:

> "Os municípios e cidades são administrados por Conselhos. Estes é que governam, pois o *Chairman* ou *Mayor* apenas preside a sessão do Conselho e o representa nos cerimoniais."

Significa isto que na Inglaterra não há prefeitos, como entendemos nós; que se realiza nas comunas um verdadeiro governo de assembléia na qual os conselheiros governantes são eleitos por prazo fixo, o que não se daria quanto aos nossos prefeitos que mantêm, pela emenda, a integridade das suas funções administrativas. Terão o exercício de seus misteres permanentemente postos em risco pela maioria do Conselho.

O Sr. Raul Pilla – O sistema na Inglaterra é este. A administração municipal cabe à Câmara Municipal. O chefe do Executivo tem uma função quase decorativa, correspondente à do Rei da Inglaterra. V. Exª não vê nesse sistema perigo algum e vê grande perigo no sistema da emenda em que a Câmara Municipal elege o prefeito.

O SR. AFONSO ARINOS – Não é isto. V. Exª não entendeu muito bem. Vejo perigo na manutenção de todos os poderes nas mãos de uma autoridade que não tem fixidez na sua função.

O Sr. Raul Pilla – Agora entendi, e me dispenso de continuar o debate.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, o nobre Deputado Raul Pilla discute a argüição da mesma natureza que faço, invocando o testemunho do regime francês. S. Exª, então, cita dois artigos da Constituição francesa, em seu voto, o qual me permito ler rapidamente.

Está assim redigido:

> "Diz, com efeito, o art. 85 da atual Constituição: 'A República Francesa, una e indivisível, reconhece a existência de coletividades: são as comunas e departamentos, os territórios de além-mar'. O art. 86 acrescenta: 'O quadro, a extensão e a organização das comunas e departamentos, territórios de além-mar, são fixados pela lei'."

Aqui há um pastel que não consigo decifrar.

Prossegue S. Exª:

"O art. 87 estabelece o seguinte princípio geral: 'As coletividades territoriais administram-se livremente por conselhos eleitos por sufrágio universal. A execução das decisões destes conselhos é assegurada pelo seu maior ou seu presidente'."

Aqui o nobre Deputado Raul Pilla pretende mostrar que, no regime parlamentar francês, a administração se faz por meio da livre escolha dos conselhos eleitos.

S. Exª cita, ainda, o art. 89 da Constituição francesa. Acontece, porém, que S. Exª deu um salto entre o art. 87 e o art. 89, S. Exª transpôs olimpicamente, no bom sentido, como atleta de primeira classe, a marca do art. 88. Sou obrigado a recordar a S. Exª esse artigo, que diz:

"A coordenação das atividades dos funcionários do Estado, a representação, o interesse nacional e o controle administrativo das coletividades territoriais são assegurados no quadro departamental por delegados do governo designados em Conselho de Ministros."

S. Exª reconhece que as coletividades territoriais são os municípios e logo depois declara que a administração municipal é livre. Mostro, de acordo com o próprio texto da Constituição francesa, que essa administração não é livre porque o controle administrativo dos delegados da confiança popular dos municípios depende da execução de atos de funcionários nomeados pelo poder central.

Sr. Presidente, permita-me V. Exª ainda mais dois ou três minutos apenas para justificar um ponto em que declaro ser a increpação a mais grave, a mais séria, a mais tremenda, a mais fundada e a mais perigosa que até agora se fez à emenda em discussão. É a questão do Senado. É a ditadura do Senado sobre o Legislativo nacional; a supremacia do Senado e o aviltamento da Câmara; a força do Senado contra a fragilidade da Câmara. Isso não tem fundamento. Dizer que tal não se deu na França não é verdadeiro, e eu mostrei que lá se deu exatamente a mesma coisa. A única tentativa que houve dessa situação nos regimes parlamentares do mundo inteiro foi a da Constituição francesa em 1875, em que também a dissolução da Câmara ficava dependendo da vontade do Senado. Declarei, porque não tenho necessidade de ir mais longe nessas simples indicações a homens da eminência do Deputado Raul Pilla, que o resultado seria a dominação do Senado. S. Exª contestou. Trago aqui um professor que representa, na opinião do Deputado José Augusto, o insigne parlamentarista desta casa, que é seu amigo pessoal, a mais alta autoridade em matéria de Direito Constitucional, atualmente, na Europa, segundo me disse S. Exª, o professor Marcel Sibert, que visitou o Brasil no ano passado.

Diz ele o seguinte:

"Pout ce qui fut du Sénat indissoluble, le fait qu'il se trouvait associé par la Constitution à la dissolution de la Chambre des Deputés allait lui valoir l'antipathie de ceux qui lui reprochaient de ne représenter

qu'indiretement, donc inexactament, la volonté nationale. Quant au President, la nécessité de l'avis conforme du Sénat le plaça en realité dans la dépendance de ce dernier, dont déja il tirait, au moins en partie, son existence constitucionnelle. – En fait, ni l'un ni l'autre n'ont gagne à la disposition de l'article de la loi du 25 février 1875. Tous les deux y ont perdu: le Sénat, l'attachement des masses qui ont regardé vers lui avec méfiance; le Président, la conviction que l'exercice du droit de dissolution, strictement et littéralement constitutionnel, n'était pas un coup d'-État contre la souveraineté de la Nation."

Sr. Presidente aí está a opinião de um professor, segundo o qual a adoção preconizada pela emenda vem trazer a supremacia do Senado no jogo das instituições políticas, com graves riscos para todo o exercício das liberdades públicas.

Sr. Presidente, estou para terminar. Não quero fazê-lo, entretanto, sem responder diretamente ao Sr. Aliomar Baleeiro nas acusações que formulou em relação ao presidencialismo no Brasil.

S. Exª cita um governo contra o qual combato ombro a ombro com ele; citou um homem que não tem noção da responsabilidade legal; um homem que não tem sentimento de democracia política; um homem que tem a tradição e a paixão do poder pessoal, para ir com esse nome, com essa situação e nessa emergência nos acusar de incoerentes e nos acusar de submissos ao mandonismo das ditaduras.

Mostro no painel que ilumina e ilustra a nossa casa presidentes da República austeros, como sejam Prudente de Morais, o consolidador; Campos Sales, o realizador; Rodrigues Alves, o grande dignificador da função presidencial; Epitácio Pessoa; Nilo Peçanha – todos os estadistas que dali nos olham fitando nosso passado e nosso presente.

Quem nos deu o progresso material, quem nos deu a grandeza militar (*palmas prolongadas),* quem nos deu os limites que o Brasil ocupa na política internacional? Foi maior ainda este Parlamento; subiu mais, subiu às vezes no sangue, na luta, mas subiu sempre resistindo em face da brutalidade, em face das ambições e em defesa da liberdade. Onde mais que, neste regime, transportamos o nome do Brasil para a figura primacial em nosso continente? Onde mais que, neste regime, asseguramos o progresso do Brasil, desbravamos o interior, fundamos cidades, progredimos financeiramente?

Sr. Presidente, não falo em nome do presente, mas em nome do passado, em nome da República, em nome da bandeira. E, também, em nome do futuro.

Tenhamos a consciência das nossas responsabilidades; tenhamos serenidade diante das paixões. Salvemos o regime e salvemos o Brasil! *(Muito bem, muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

Liberdade de expressão radiofônica

24-9-1953

O SR. AFONSO ARINOS *(Como líder da minoria) – (Não foi revisto pelo orador.)* – Sr. Presidente, entre o protesto, ontem formulado desta tribuna em nome do meu partido pelo nobre colega Sr. Aliomar Baleeiro, e o projeto que em breve será apresentado à consideração dos meus ilustres pares pelo eminente representante mineiro, Sr. Bilac Pinto, entendi necessário oferecer à casa algumas reflexões e algumas considerações um pouco mais desenvolvidas sobre o problema da liberdade de expressão radiofônica em nosso país.

Tenho certa familiaridade com a matéria visto que já na Comissão Mista de Leis Complementares fui o relator do projeto do Código Brasileiro de Radiodifusão, oferecido à Comissão pelo Sr. Deputado Berto Condé. Nessa oportunidade, ao apresentar o meu parecer tive ocasião de estudar o assunto, não apenas no âmbito do direito brasileiro, como também, na jurisdição de diferentes sistemas legais de outros países que sobre o nosso têm exercido alguma influência a esse respeito.

Sr. Presidente, a minha posição em matéria de radiodifusão, principalmente no que toca à apreciação da recente retomada de certos decretos-leis expedidos antes do advento da Constituição Federal, é uma posição tanto quanto possível isenta, porque devo declarar, de início, que eu, pessoalmente, seria antes inclinado a aceitar, para o nosso país, a organização radiofônica vigente da Inglaterra. Conto, inclusive, com o testemunho que acaba de me dar, fazendo um sinal de assentimento, o nobre Deputado Emílio Carlos, com quem mais de uma vez me tenho entretido a este respeito. Não ignoro que, hoje, é extremamente difícil, talvez mesmo impossível, instaurarmos em nosso país uma organização completamente nova em matéria de radiodifusão. Mas, como posição teórica, eu me inclinaria pela solução inglesa, isto é, pela entrega do controle e de operação da radiofonia nacional a uma organização estatal, que tivesse as características da British Broadcasting Corporation, isto é, uma sorte de autarquia completamente independente das influências do poder político e que funcionasse no sentido de fazer do rádio realmente uma obra de cultura e de interesse público, desvinculando-se de qualquer pressão ou de qualquer influência econômica.

Quem assim pensa, Sr. Presidente, não pode, portanto, ser suspeito de parcialidade ao encarar, da forma por que pretendo fazer, as recentes declarações do Chefe de Polícia desta capital, o ilustre General Âncora.

Por ocasião de um recente decreto executivo do Sr. Presidente da República, expedido no ano passado ou, se não me engano, no princípio deste, em que o Poder Executivo consolidou, ou pretendeu consolidar, as disposições constantes de decretos-leis anteriores sobre matéria de radiodifusão, nessa ocasião tive oportunidade de ocupar a tribuna para, numa longa e fastidiosa demonstração (*não apoiados*), baseada, entretanto, em argumentos jurídicos que me pareceram de incontestável solidez, e que

não foram aqui rebatidos de forma convincente, demonstrar a inconstitucionalidade deste decreto executivo que, a meu ver, inovava em muitos pontos, em relação às leis anteriormente vigentes, disciplinando a matéria e traçando normas jurídicas que estão muito além do âmbito e da competência do poder regulamentar executivo.

Nessa ocasião tive oportunidade de declarar que competia às empresas de rádio recorrerem, como de direito, ao Poder Judiciário, através dos institutos assecuratórios previstos na Constituição Federal, a fim de obter desse mesmo Poder a declaração da inconstitucionalidade daquele ato do Executivo, que vinha alterar de maneira visível o direito existente em matéria de radiodifusão.

Ora, Sr. Presidente, hoje a situação é análoga, embora se apresente com visos de muito maior gravidade.

Não são decretos inconstitucionais por inovarem matéria jurídica inexistente na legislação anterior que temos diante da vista, mas decretos inconstitucionais, porque revogados taxativamente pela Constituição vigente, em virtude de se chocarem, de maneira frontal, com alguns dispositivos dessa mesma Constituição, constantes do capítulo cuja preservação é o mais importante ato de defesa democrática, qual seja o que estabelece as garantias e os direitos individuais.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Além de estarem revogados, pelo § 5º do artigo 141 da Constituição, os Decretos-Leis nºs 8.543 e 8.356, em que se baseou o Chefe de Polícia, essa autoridade contraveiu à atitude do Presidente da República. O governo é um só, solidário entre si. Ora, se o Presidente da República, por atos inequívocos, reconhece que estão revogados esses decretos-leis, não era lícito ao Chefe de Polícia tomar atitude diferente. Vejamos: como se recorda a Câmara, em 19 de julho de 1951, o chefe do governo, usando da sua atribuição de expedir regulamentos de execução, baixou o Decreto nº 29.783, aquele que provocou grande celeuma nesta casa e suscitou até a designação de uma comissão para elaborar o Código de Rádio. Discutiu-se então se o Presidente estava ou não exorbitando de seus poderes ao expedir esse decreto. Acontece que, pelo Decreto nº 29.783, o Sr. Presidente da República reconheceu a vigência da primeira lei de rádio, isto é, do Decreto nº 21.111, de 1932, fazendo tábula rasa da legislação do Presidente Linhares, ou seja, os dois decretos invocados pelo Chefe de Polícia. Não é só o fato do Senhor Presidente da República, ao exercitar o poder de regulamentação, ter-se referido somente àquela legislação anterior que não colidia com a Constituição de 46, mas, também, os sucessivos e reiterados atos administrativos de S. Exª, pondo à margem decretos-leis do Presidente Linhares. Ora V. Exª vê, por exemplo, que o Decreto-Lei nº 8.356, de 12 de dezembro de 1945, determina as condições para que sejam concedidas autorizações de rádio. Elas só podem ser dadas mediante as seguintes condições: os concorrentes devem ter idoneidade moral, oferecer melhores vantagens financeiras, e estarem no gozo de outra estação de rádio. Pois bem; o Sr. Presidente da República tem

dado, talvez, uma centena, mas seguramente muitas dezenas de concessões, sem tomar conhecimento desse artigo. Deu ao Sr. Rubens Berardo mais uma estação, tendo já ele vinte concessões sem considerar em vigor o Decreto-Lei número 8.543. Se, por hipótese, está em vigor este decreto-lei, neste caso, o Presidente violou frontalmente a lei e é susceptível de *impeachment*. Vê V. Exª os apertos e percalços em que o Presidente da República está metido, por obra do Chefe de Polícia.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

O Sr. Nestor Duarte – Permite-me V. Exª?

O SR. AFONSO ARINOS – Com prazer.

O Sr. Nestor Duarte – Desculpe que o faça depois do longo aparte do nobre Deputado Aliomar Baleeiro. Desejo, porém, concretizar um ponto que deve chamar a nossa atenção, neste caso escandaloso do rádio brasileiro, pois que podemos divagar sobre outros temas e outros problemas que pouco interessam à situação atual. No momento presente, estamos diante de um golpe a preceito claro e expresso da Constituição. Quem golpeou esse dispositivo foi o Sr. Ministro da Justiça, cujas letras jurídicas lhe deviam lembrar que não pode infringir a Constituição do Brasil.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado ao nobre Deputado.

O Sr. Gustavo Capanema – Já que o discurso de V. Exª está sendo interrompido pelos seus próprios companheiros...

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª a honra que me dá de anunciar, desde logo, a entrada do meu caro colega Nestor Duarte no meu partido. É uma novidade que há muito esperava...

O Sr. Nestor Duarte – Mas eu pertenço a um grande partido nesta casa: o de vigilância do regime democrático e o de clamar contra todos os golpes às liberdades.

O SR. AFONSO ARINOS – É o nosso.

O Sr. Aliomar Baleeiro – E recorde-se V. Exª de que já em 1946 o Sr. Otávio Mangabeira, líder da UDN e presidente do partido nessa época, considerava que o Sr. Nestor Duarte estava sempre na linha auxiliar embora fosse dos mais brilhantes e dos mais queridos dos nossos companheiros.

O Sr. Gustavo Capanema – Quando me dirijo a V. Exª Sr. Deputado Afonso Arinos, não me estou dirigindo propriamente ao udenista Afonso Arinos. Falo ao Líder da minoria, e por minoria tenho de entender tudo quanto não está na maioria. Ora, o Deputado Nestor Duarte, até agora, não quis dar-nos a honra de incorporar-se à maioria. Logo, é da minoria.

O Sr. Nestor Duarte – Apoiado! Não pude fazê-lo, o que lastimo. A isso, todavia, me obrigavam meus deveres públicos.

O Sr. Gustavo Capanema – Uma vez que são seus próprios companheiros – já agora estou falando com a devida chancela dos oradores – que interrompem V. Exª, não é descabida a minha intervenção, ainda que curta, em face, não do que V. Exª vem dizendo, mas do que declarou o Deputado Aliomar Baleeiro. Não é, positivamente, crível que possa estar na consciência jurídica do nobre representante baiano que o Presidente Getúlio Vargas tenha revogado, por um decreto executivo, da sua competência, um decreto-lei do Presidente Linhares. Os decretos-leis do Presidente Linhares, como os do Presidente Dutra, como os decretos-leis do próprio Presidente Vargas, subsistem enquanto não revogados por uma lei. Isto é princípio pacífico de direito.

O Sr. Nestor Duarte – Apoiado!

O Sr. Gustavo Capanema – O Presidente da República, quando regulamentou o serviço de rádio, naquela ocasião em que V. Exª argüia a ilegalidade ou a inconstitucionalidade desse ato, o fez exclusivamente em matéria de regulamentação...

O Sr. Aliomar Baleeiro – Permita-me V. Exª...

O Sr. Gustavo Capanema – Agora não, deixe concluir o meu pensamento...

O Sr. Aliomar Baleeiro – É justamente para V. Exª não dar argumentos à toa, pois as palavras de V. Exª são ouvidas com avareza pela Casa. V. Exª não deve arrombar porta aberta. Faça-me justiça; depois de vinte anos de exercício da profissão de advogado, não poderia supor que o Presidente da República, por decreto, no exercício de direito regulamentar, revogasse decretos-leis. Não afirmei uma enormidade dessas...

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª disse aqui há pouco que os decretos-leis do Presidente Linhares, em que se baseou o Chefe de Polícia, estão revogados por um decreto do Sr. Getúlio Vargas. V. Exª disse isso.

O Sr. Aliomar Baleeiro – V. Exª ouça com paciência...

O Sr. Gustavo Capanema – Disse ou não disse?

O Sr. Aliomar Baleeiro – Não disse e darei as explicações a V. Exª.

O Sr. Gustavo Capanema – Como? Se V. Exª disse que o Chefe de Polícia estava agindo contra o Presidente da República que revogou esses decretos.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Estou dando as explicações.

O SR. AFONSO ARINOS – Sugeriria aos nobres colegas que deixassem essa briga particular para depois que eu terminasse o meu discurso...

O Sr. Aliomar Baleeiro – Permita-me o nobre orador. É uma explicação apenas que dou para que o líder da maioria não gaste o seu tempo precioso e as palavras que deve empregar com muito mais proveito, conveniência e oportunidade, afirmando coisas que não disse. Declarei eu que o Chefe de Política contraveio às atitudes do Presidente da República – estas as minhas palavras – porque este expedindo o Decreto nº 29.783, se não me falha a memória, de julho de 1951, considerou inexistentes e derrogados pela Constituição os decretos do Presidente Linhares, tanto que firmou a sua regulamentação na velha legislação de 1932. Mais ainda: em sucessivos atos administrativos, desconheceu a legislação Linhares, reputando subsistente, compatível com a Constituição de 1946, apenas a legislação de 1932. Em outras palavras, o Sr. Getúlio Vargas reconheceu que a Constituição revogou a legislação do Presidente Linhares, e, por isso, fundou-se para regulamentar o assunto, na Lei de 1932, deixando de tomar conhecimento desse mesmo decreto do Presidente Linhares. Está claro agora?

O SR. AFONSO ARINOS – Está muito claro. Peço ao nobre líder da maioria para prosseguir no aparte.

O Sr. Gustavo Capanema – O aparte que eu queria dar, Deputado Afonso Arinos, é apenas este. Desejo fazer uma retificação. Não é exato que o Presidente Getúlio Vargas tivesse, por um decreto executivo, tornado inexistentes os decretos-leis do Presidente Linhares como, claramente quis dizer, demonstrar e agora repetiu o Deputado Aliomar Baleeiro. Em conclusão: os decretos-leis do Presidente Linhares para o Chefe de Polícia, continuam existindo.

O SR. AFONSO ARINOS – Em relação a esses dois assuntos suscitados pelo aparte de V. Exª, eu queria, desde logo, dar o roteiro do meu pensamento, que será desenvolvido, se tanto me permitir o engenho, a arte e a tolerância de meus colegas, no decorrer de meu discurso.

Sustento que o decreto anterior, executivo, do Presidente Vargas infringiu a Constituição no sentido de que inovou em matéria de regra jurídica, em matéria legislativa, e este ponto de vista eu defendi extensamente na oração que aqui pronunciei. E o decreto do Presidente Linhares, a que se referiu o nobre Deputado Baleeiro, ainda que não tenha sido revogado implicitamente por esse decreto executivo, o foi pelo advento da Constituição Federal com a qual ele se choca em um dos capítulos mais significativos e mais importantes.

O Sr. Nestor Duarte – Apoiado. Essa é que é a questão, e aceitar a discussão em outro terreno será fazer manobra diversionista muito cara ao nobre Líder da maioria, que não tem defesa para o governo no golpe que acaba de dar, por intermédio do Sr. Chefe de Polícia.

O Sr. Gustavo Capanema – Esperarei o momento em que o Deputado Afonso Arinos tratar o caso do Chefe de Polícia, para aparteá-lo ou, depois, falarei sobre o

assunto. Agora não quero perturbar o rumo do discurso de S. Exª, que está tratando da questão sob sua feição estritamente jurídica.

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente.

O Sr. Gustavo Capanema – Assim, para não perturbar sua oração, quis apenas esclarecer o ponto versado pelo Deputado Aliomar Baleeiro.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito bem.

O Sr. Gustavo Capanema – Agora, no que tange ao seu ponto de vista atual, de que os decretos do Presidente Linhares estão revogados pela Constituição, permito-me divergir de V. Exª. Acho que não estão revogados pela Constituição.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª oferecerá suas razões.

O Sr. Gustavo Capanema – Tenho dúvidas a esse respeito, mas não quero que fique como coisa pacífica que esses decretos-leis do Presidente Linhares estejam revogados pela Constituição. A meu ver não estão. Esses decretos podem ser inconvenientes, podem ter tais ou quais defeitos, mas inconstitucionais, em face da Constituição de 1946, absolutamente não são.

O SR. AFONSO ARINOS – Presidente, entre as numerosas qualidades que me faltam para o exercício da liderança (*não apoiados*), não está a falta de serenidade. Por temperamento e por entendimento, por interpretação do tipo de função que devo exercer, tenho timbrado e me esforçado para manter e conduzir as minhas intervenções nesta casa sempre em uma atmosfera de absoluta serenidade.

E é nesta linha de orientação que pretendo, de início, fazer a seguinte declaração. Entendo que o exercício da liberdade de expressão, por meio do rádio, como todo tipo de exercício de liberdade de expressão, está condicionado a limitações que não são apenas legais, como também constitucionais. No rádio especialmente, Sr. Presidente, porque a concessão de rádio não é senão, afinal, a utilização de um bem público dominial da União.

Devemos, aqui, reportar-nos àquela tradicional discriminação dos bens públicos, feita pelo Direito Civil e que é, de resto, matéria de Direito Constitucional, porque a nossa Constituição, embora não fazendo uma discriminação rigorosa dos bens públicos, no seu art. 34, entretanto, faz referência direta à existência desses bens, deixando a sua discriminação jurídica a cargo da lei civil.

Portanto, como eu dizia, temos o dever de nos reportar à tradição do nosso Direito Civil, para situar o problema jurídico da propriedade do rádio em nossa legislação.

Pelo Direito Civil brasileiro – perdoem-me os colegas se rememoro estas noções elementares – os bens públicos são bens de uso comum, são bens públicos chamados dominiais ou de uso especial.

Os bens públicos dominiais são aqueles naturalmente intransferíveis, aqueles bens que estão vinculados pela relação de propriedade com a pessoa jurídica de Direito Público, que, no caso, é a União. São, por conseqüência, bens intransferíveis, mas dos quais a União, que é a titular desse domínio ou propriedade, pode retirar benefícios patrimoniais de qualquer natureza.

Temos de acompanhar a evolução do Direito Civil e do Direito Constitucional, incorporando aos seus preceitos e às suas instituições todas as inovações que porventura nos sejam trazidas pela técnica ou pela história. No caso presente, a utilização da radiodifusão é uma das maiores, das mais revolucionárias e mais importantes inovações que a técnica moderna introduziu na vida social contemporânea. Temos, por conseqüência, de examinar, do ponto de vista jurídico, qual a relação de propriedade que existe entre as ondas hertzianas, entre o espaço etéreo, por meio dos quais se transmitem as emissões da radiodifusão, e a titular desse mesmo direito, que é, no caso, a União Federal.

Sustento, Sr. Presidente, que se trata de bem público, patrimonial, dominial, do qual a União pode retirar, e retira, aqueles benefícios a que se julga com direito ou convenientes ao seu interesse. Pela Constituição Federal, esses benefícios são retirados pela União, por meio de concessões ou de autorização da emissão de rádio.

É mediante esses instrumentos jurídicos, como sejam a concessão ou a autorização que a União Federal utiliza esse bem que é seu, isto é, ondas hertzianas que circulam no espaço aéreo que cobre o território nacional, a fim de tirar desse bem aquele benefício que julgar conveniente. Se eu pudesse decidir sobre este assunto, utilizaria diretamente esse bem público dominial, faria do rádio uma instituição nacional do tipo existente na Inglaterra. Mas eu não decido essas questões, não tenho poder para decidir, nem é a voz isolada de um Deputado, dentro da Câmara, que pode alterar a tradição de nosso direito e dos nossos costumes em matéria de radiodifusão. Temos de aceitar a situação tal como ela se coloca; transfere-se esse meio de expressão para a entidade particular.

O Sr. Nestor Duarte – Muito bem. Dá licença para um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Nestor Duarte – A nós pouco importa, como há de dizer sua lúcida inteligência, qual o regime que devemos adotar, se nossa função é consagrar uma legislação de fato que se criou. O que importa é exigir do governo a palavra sincera e imediata, no atual regime da Constituição de 18 de setembro de 1946; é possível uma entidade pública baixar determinações de censura prévia à palavra falada no Brasil?

O SR. AFONSO ARINOS – Não é possível. E é o que quero demonstrar.

O Sr. Nestor Duarte – Essa a questão.

O Sr. Gustavo Capanema – Devo ponderar ao nobre orador que a situação no Brasil com relação ao rádio é pouco mais ou menos a situação inglesa. Enquanto na

Inglaterra o rádio pertence ao Estado e é pelo Estado executado, dirigido e organizado, no Brasil, a Constituição também atribui a exploração de rádio à União. Portanto, a situação jurídica do nosso país é a mesma da Inglaterra.

O SR. AFONSO ARINOS – Divirjo de V. Exª.

O Sr. Gustavo Capanema – Em nosso país, a exploração do rádio pertence exclusivamente à União, isto é, o governo Federal pode conceder mediante determinadas condições e dentro de determinados limites; com certas restrições estabelecidas pela lei, que o particular execute esse serviço. Mas essa execução por parte do particular não tira ao rádio em nosso país o caráter de serviço público federal, de competência exclusiva da União. Logo, a situação é a mesma que a da Inglaterra.

O SR. AFONSO ARINOS – Divirjo inteiramente de V. Exª. A nossa situação é a mesma dos Estados Unidos. V. Exª se reporta a um trecho expresso, à letra escrita da nossa Constituição, onde se prevê, dentro da lei fundamental, que o uso da radioemissão será outorgada por meio da concessão ou autorização do poder público.

O Sr. Gustavo Capanema – A título precário.

O SR. AFONSO ARINOS – Não a título precário. Há diferença entre concessão e autorização. V. Exª cai aí no campo do Direito Administrativo. Na concessão, o título é o contrato com o concessionário. O poder público concedente obriga-se a cumprir todas as determinações do contrato. Esse princípio é elementar em Direito Administrativo. A autorização é que se outorga a título precário. Daí a diferença, em Direito Administrativo, entre o uso por concessão e por autorização. Concessão é contrato.

Mas, como dizia a V. Exª, é natural que a Constituição americana não tenha texto expresso a respeito de rádio porque foi traçada há duzentos anos, antes, portanto, da descoberta da radiodifusão. Não pode, pois, conter disposição alguma a respeito.

Mas a legislação americana, *Radio Act* de 1934, através da ação da Comissão Federal de Comunicações, órgão estatuído por esta lei para controlar, no país, a vida da radiodifusão, demonstra, de forma inequívoca, que nos Estados Unidos o poder federal é o poder regulador.

A situação da radiodifusão nos Estados Unidos é semelhante à nossa. O problema é que nos Estados Unidos e no Brasil o rádio é atividade baseada em publicidade, é atividade fundada no interesse econômico de empresas privadas, é atividade que se mantém graças aos estipêndios, aos pagamentos de prestações monetárias do comércio e da indústria, e por isto sofre as injunções que, nos Estados Unidos, são hoje muito combatidas e muito examinadas. O que há nos Estados Unidos é uma coisa diferente do que ocorre no Brasil, e esta diferença estabelece exatamente a profunda distância em que nos encontramos em matéria de exercício democrático. As críticas feitas à liberdade de rádio, nos Estados Unidos, nunca o são em função

de pressão das autoridades públicas. Nunca os que criticam as restrições impostas à liberdade de radioemissão naquele país declararam que essas restrições são determinadas por abuso de poder das autoridades públicas, mas pela influência econômica, porque o tipo de programa decai porque o nível intelectual e até moral das emissões também decai, porque o rádio está entregue a uma organização gigantesca, uma espécie de *trust,* controlado pelos grandes anunciantes. Estes fazem com que os programas sejam mantidos num nível capaz de despertar o interesse público para a venda de seus produtos, muito mais do que educar a inteligência e a sensibilidade pública, no verdadeiro sentido do interesse nacional. Esta é a crítica que se fez nos Estados Unidos contra as restrições à liberdade do rádio.

O Sr. Armando Falcão – O nobre líder da maioria, na minha opinião, também não tem razão quando afirma que a situação do rádio no Brasil é semelhante à da Inglaterra.

O Sr. Gustavo Capanema – Semelhante, juridicamente falando.

O Sr. Armando Falcão – Mesmo juridicamente falando: e, para argumentar objetivamente, lembraria a S. Exª uma emissora: BBC que é sempre dirigida por um membro da oposição, de acordo com dispositivo expresso do seu regulamento. À medida que mudam os governos na Inglaterra, o dirigente da BBC é sempre um membro da oposição. Isso poderá verificar compulsando os regulamentos da BBC.

O Sr. Gustavo Capanema – Não é exato o que afirma o Deputado Armando Falcão.

O Sr. Armando Falcão – É exato e eu me comprometo com o líder da maioria a provar da tribuna, com documentos na mão, que a minha afirmativa tem base nos fatos.

O Sr. Aliomar Baleeiro – O nobre líder se engana. A BBC é considerada uma agência com caráter autônomo; logo não pode ser dirigida por um membro do Gabinete nem mesmo por um membro fora do Gabinete. Todos nós sabemos que o governo inglês conta com 16 ministros no Gabinete e outros tantos fora dele. O líder está totalmente equivocado sobre o assunto.

O Sr. Emílio Carlos – Trabalhei três anos na BBC. Acho que é uma credencial. Estão ambos equivocados. A BBC pertence ao povo inglês. Como tal, ela não está sujeita nem ao Parlamento, nem ao Gabinete, nem à Câmara dos Lordes, nem a coisa nenhuma. O diretor da BBC é nomeado por carta régia, é elemento, é pessoa de confiança imediata da Coroa.

O Sr. Armando Falcão – A oposição é considerada da confiança do Rei.

O Sr. Emílio Carlos – Para o Rei não existe oposição.

O Sr. Armando Falcão – É fundamental.

O Sr. Emílio Carlos – Na Inglaterra, a Casa Real não governa, reina. Não há situação nem oposição. Aquele que governar, que for diretor da BBC tanto pode ser da oposição, como da situação, politicamente. Ele é um súdito do rei e da rainha e lhes deve integral obediência. Não existe esse negócio de situação nem de oposição. Relativamente à BBC, o seu Diretor, para efeito de relações com a Coroa, tem a mesma situação de Ministro. Há um caso na Inglaterra, muito comentado: além do Primeiro Ministro e do Ministro da Defesa, o único homem que tem telefone do tipo oficial brasileiro ligado diretamente com o Palácio de Buckingham, é o Diretor da BBC. Não há, portanto, oposição nem situação. O diretor, como disse, é nomeado por carta Régia. A BBC pertence ao povo britânico e tem fonte de renda completamente diversa de tudo que se possa pretender aqui. Além do imposto de rádio, descontado diretamente no ato da fabricação do receptor, a BBC possui duas poderosas fontes de renda: duas publicações conhecidas, uma, *The Lisener* e a outra *The Radio Times*, a primeira das quais com uma edição de 10 milhões de exemplares e a segunda com uma circulação de 5 milhões. São as fontes de renda da BBC que não têm nenhuma relação com o Gabinete, com a Câmara dos Comuns, nem com a Câmara dos Lordes. Não há, repito, essa história de oposição nem de situação. O diretor é nomeado por carta Régia.

O SR. AFONSO ARINOS – Solicito, mais uma vez, aos meus nobres colegas que moderem o vigor, a extensão e a assiduidade das suas honrosas intervenções, para que eu possa chegar ao fim do meu discurso.

Dizia eu que no Brasil a situação de radiodifusão se assemelha, de fato, à reinante nos Estados Unidos quanto à organização jurídica, mas que dela se distancia consideravelmente quanto à parte de liberdade de expressão. Nos Estados Unidos, os riscos em que incorre a liberdade de expressão são condicionados à influência econômica das grandes empresas, através dos anúncios. Não existe, ou, pelo menos, não é sensível o risco, o único que corremos atualmente no Brasil, da influência direta dos interesses políticos do governo no sentido de sustentar a sua orientação, os seus compromissos, os seus preconceitos, as suas simpatias, sob o pretexto de que está sustentando o interesse público.

O Sr. Nestor Duarte – Apoiado, meu nobre colega. Com BBC ou sem ela, queremos saber se o Sr. Ministro da Justiça pode tolerar que o Chefe de Polícia baixe determinações de censura prévia, como baixou, contra a palavra falada no Brasil.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª Há muito tempo que estou querendo chegar a esse ponto, mas, infelizmente, não tenho tido a boa vontade dos meus ilustres colegas para prosseguir na minha exposição.

O art. 303 da Lei do Rádio nos Estados Unidos prevê que a censura prévia interfere com a livre expressão do pensamento no rádio, e na letra "R" do mesmo art. 303 do *Radio Act* de 1934 – peço a atenção do nobre líder da maioria – fica autorizada a Comissão Federal de Comunicações a adotar regras e regulamentos e prescrever restrições e condições que, sem contrariar a lei geral, tornem efetivas as disposições daquela lei particular do rádio.

Assim, as restrições, as limitações, as acomodações que a Comissão Federal de Comunicações dos Estados Unidos, que é uma agência administrativa da maior responsabilidade e da mais alta importância, pode impor à livre emissão do pensamento pelo rádio, são sempre de natureza a não contrariar as leis gerais que regem a espécie.

Ora, o que cumpre examinar, em nosso país, em primeiro lugar, é a situação jurídica da autoridade que se presume credenciada para aplicar a penalidade definitiva de suspensão de funcionamento; e, em segundo lugar, examinar também a compatibilidade desse decreto, no qual essa autoridade se julga baseada, com as disposições gerais da Constituição Federal.

Insisto aqui e peço, mais uma vez, a atenção do nobre líder da maioria para esta particularidade ou para este pormenor do meu discurso; insisto aqui em que estou convencido de que o funcionamento do rádio deve ser submetido a determinadas regulamentações específicas, de natureza especial, destinadas, particularmente, à radiodifusão, pelos motivos que há pouco formulei, isto é, pela situação jurídica de propriedade das empresas de rádio, em relação à União e, também, por outra circunstância, como seja a possibilidade muito maior da emoção pública, da movimentação através das ondas de rádio.

Mas, Sr. Presidente, para isto, é mister exista uma lei geral, definidora das limitações que o Congresso Nacional entendeu necessário impor ao artigo da Constituição que exprime a livre manifestação do pensamento. Não podemos aceitar, de forma alguma, em primeiro lugar, sejam essas restrições executadas pela autoridade policial, de plano – servindo-me da expressão de que se utilizou o próprio Chefe de Polícia. E por que não podemos? Porque a autoridade policial age, no caso, como autoridade subordinada, que está exercendo seu mister e seu ofício sob as instruções diretas do Ministro da Justiça e do Sr. Presidente da República, principalmente destas duas autoridades potencialmente interessadas na conceituação e na definição do caráter injurioso ou escandaloso das emissões de rádio. Assim, fica entregue à autoridade policial, que está agindo diretamente sob a jurisdição do Presidente e do Ministro, declarar qual é o caráter contumelioso das emissões em relação ao Ministro e ao Presidente, sob cuja autoridade está servindo.

Isto é perfeitamente absurdo e completamente ilógico; isto, sim, é, realmente, escandaloso.

O Sr. Emílio Carlos – Quero, como registro de uma curiosidade, lembrar que, por essa lei, assinada pelo Presidente Linhares, pelo Ministro da Justiça, Sr. Sampaio Dória e pelo Ministro da Viação, Sr. Maurício Joppert, hoje nosso colega, paradoxalmente ou curiosamente, foi fechada uma estação de rádio aqui no Rio de Janeiro, exatamente a Rádio Clube do Brasil, naquela ocasião.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª está fazendo, um pouco tarde, uma incursão que eu chamaria astuciosa e esperava viesse mais cedo. Mas não me esqueci da resposta, que tinha preparado para quando ela chegasse.

O Sr. Emílio Carlos – É uma curiosidade, apenas.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª o saberá, amanhã, pelo discurso do Sr. Deputado Bilac Pinto, que hoje me comunicou o teor dessa história pitoresca e as razões que determinaram a adoção desse decreto. Não quero tirar do Deputado Bilac Pinto as premissas de sua revelação.

V. Exª verá que uma pessoa a quem V. Exª, se não me engano, esteve ligado politicamente no início da sua brilhante carreira, foi principalmente a pessoa visada por esse decreto. Mas talvez V. Exª não saiba as razões por que o foi, e o Deputado Bilac Pinto virá esclarecê-las.

O Sr. Emílio Carlos – Estou aproveitando apenas a oportunidade para mostrar a V. Exª que esse decreto-lei fechou uma estação de rádio – a Rádio Clube do Brasil, naquela época.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª vai saber porque: esse decreto foi expedido por autoridades que governavam em um governo ainda de fato, que só tinha da configuração jurídica as formais relações de boa vizinhança para com uma Assembléia Constituinte que funcionava, que não era governo constitucional, mas afinal de contas, governo ditatorial, porque era governo de liquidação da ditadura, derrubada poucos meses antes.

Conseqüentemente, não podemos trazer para aqui esses argumentos, nem mesmo os nomes dos signatários, cuja defesa não estou com procuração para realizar como pretexto de que se não possa argüir a irregularidade da vinda desses decretos como lei vigente, neste momento, em nosso país.

O Sr. Lopo Coelho – V. Exª sabe perfeitamente das dificuldades que sobram a nós outros, que não somos líderes, para nos ocuparmos de assuntos de transcendental importância, como este que V. Exª aborda no momento. Valho-me da oportunidade, portanto, para, em seu discurso, trazer minha solidariedade ao protesto que se formula contra esse decreto-lei sobre o qual, com as minhas poucas luzes de jurista (*não apoiado*), ainda não estou esclarecido, assim como não consegui apreender completamente o pensamento de V. Exª, embora, é verdade, seu discurso ainda não tenha chegado ao término. Mas é uma curiosidade que me assalta e me obriga a formular esta questão: – Acha V. Exª esteja ou não ainda vigente este decreto-lei?

O SR. AFONSO ARINOS – Declarei formalmente no início de meu discurso – quando V. Exª não estava presente ao recinto – que o considerava revogado pela Constituição. O Deputado Gustavo Capanema se opõe a esta interpretação, mas mantenho inteiramente meu ponto de vista.

O Sr. Gustavo Capanema – Quero pedir a V. Exª atenção para dois pontos de direito, sobre os quais voltarei a falar com a devida amplitude. Preliminarmente, a meu ver, a Constituição não revogou os dois decretos. Vamos, porém, dar de barato que a Constituição estivesse em contradição com eles. V. Exª há de convir em que a

nossa Carta Magna não declarou, expressamente, que esses decretos estavam revogados. V. Exª afirmou que a Constituição tem pensamento oposto.

O SR. AFONSO ARINOS – Está em conflito com eles.

O Sr. Gustavo Capanema – Está em conflito, logo, esses decretos não existem. Nobre colega, não participo da primeira parte de seu raciocínio. Entendo que nossa Carta Magna não está em conflito com os dois decretos-leis, mas vamos dar de barato, repito, que estivesse. Mesmo assim, esses decretos subsistem até que o Poder Judiciário os declare inexistentes. Antes disso, os aplicadores do princípio são obrigados a aplicá-los.

O SR. AFONSO ARINOS – Compreendo muito bem o argumento de V. Exª Seu argumento é tipicamente político. Mas como V. Exª é político de formação jurídica, lança sempre mão de argumentos jurídicos para acobertar seu ponto de vista político. É coisa muito razoável e acho até uma das provas da eficiência e da excelência com que V. Exª exerce e se desincumbe das suas funções. Responderei, porém, a V. Exª.

O Sr. Gustavo Capanema – Em qualquer outra circunstância, é aceitável possa V. Exª atirar-me, digamos, essa acusação.

O SR. AFONSO ARINOS – Não é acusação.

O Sr. Gustavo Capanema – Sim, porque nosso grande Rui Barbosa era useiro e vezeiro nessas coisas. Sabemos que suas opiniões jurídicas, opiniões de mestre, andavam sempre atrás do político. Assim, há esse grande precedente que poderá acobertar-nos a nós todos. Mas nesta emergência, meu nobre colega, asseguro a V. Exª que não estou colocando o meu ponto de vista político na diretriz dos meus cabedais jurídicos, porque, na atual conjuntura, como oportunamente terei ocasião de salientar, o governo não está fazendo nada, nem pretende fazer nada.

O Sr. Lopo Coelho – Em todos os sentidos, não.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª, Sr. Deputado Gustavo Capanema, acaba de assumir grave responsabilidade. V. Exª acaba de dizer que o governo não pretende fazer nada. Então, deve demitir o Chefe de Polícia. Por que razão o Chefe de Polícia chama os diretores de empresas e os ameaça com uma sanção que o governo não está disposto a aplicar? Então, o Chefe de Polícia está colocando o governo muito mal diante da opinião.

O Sr. Gustavo Capanema – O ponto de vista do Chefe de Polícia eu o darei daqui a pouco. Quero salientar que não tenho necessidade, neste momento, de invocar o preconceito político para acobertar o Chefe da Polícia. Creia V. Exª que, nesta emergência, neste caso, estou falando estritamente com as convicções jurídicas.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas quero dizer a V. Exª o seguinte...

O Sr. Gustavo Capanema – E gostaria que V. Exª esclarecesse este ponto: uma lei inconstitucional pode deixar de ser aplicada...

O SR. AFONSO ARINOS – Pode.

O Sr. Gustavo Capanema – ... pelo fato de alguém a considerar como inconstitucional? Em outros termos: o Presidente da República poderá deixar de executar uma lei porque alguém a reputa inconstitucional ...

O SR. AFONSO ARINOS – Vou responder a V. Exª

O Sr. Gustavo Capanema – ...porque os juristas a reputam inconstitucional? Um texto de lei existente, que não foi revogado, que aí está publicado e vigente, pode deixar de ser aplicado pelo Presidente da República ou pela administração antes que o Poder Judiciário tenha declarado esse texto inconstitucional?

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, respondo ao Deputado Gustavo Capanema.

Dizia que o argumento de S. Exª era argumento de natureza jurídica mas argumento de finalidade especialmente política. E com isso não lhe fazia nenhuma injúria, nem nenhum desprimor, porque o direito público é, inclusive, direito político. O direito público é o afeiçoamento do pensamento jurídico às necessidades políticas de cada povo. S. Exª está argumentando dentro dos termos gerais do direito político, que é o direito público. Mas, no caso, a resposta que S. Exª deve ter, esta sim, é resposta tipicamente política, e é a que lhe dou. Eis a resposta que lhe lanço: o Presidente da República, em primeiro lugar, nunca pensou, cogitou, se lembrou, e preocupou em aplicar este decreto, até que começou a ser posto pessoalmente em causa na discussão dos financiamentos da *Última Hora,* discussão que atingiu não apenas a S. Exª como ao seu filho, o nosso nobre colega Sr. Deputado Lutero Vargas. Até então o decreto jazia nas profundezas incomensuráveis do limbo, estava amortalhado debaixo de todos os desvãos do esquecimento. (*Muito bem.*) subitamente, no momento em que o Presidente se sente pessoalmente atingido por críticas que não são senão baseadas em fatos inconcussos, incontestáveis e incontestados; no momento em que, como rajada de tempestuosa violência, entram na tranqüilidade de seu palácio, balançando as bambinelas e as cortinas de seus aposentos presidenciais, o clamor da opinião e a luz da verdade, neste momento, S. Exª vai aos desvãos dos seus guardados, às caixas de sua recordação dos seus depósitos e lá recolhe uma lei morta, uma lei empoeirada, uma lei esquecida, e a entrega ao General Chefe de Polícia para que venha brandir-lha diante de nós como ameaça e, mais do que como ameaça como escárnio ao pensamento livre de nosso país. *(Muito bem. Palmas prolongadas.)* Esta é a primeira resposta.

O Sr. Gustavo Capanema – Um minuto...

O SR. AFONSO ARINOS – Permita-me que conclua a resposta. Declarado isto devo dizer que, politicamente, o Presidente da República – e aí está o caráter político da resposta que lhe queria dar – politicamente, o Presidente da República acertaria se tal não fizesse; politicamente, S. Exª seguiria o bom caminho se evitasse a trilha que está procurando seguir. Porque, na verdade, como aqui tem sido acentuado por vários dos nossos companheiros – e hoje temos a responsabilidade de acentuar mais uma vez, na qualidade de líder do meu partido e da minoria – se algum respeito merece ainda o Sr. Presidente da República no exercício das suas funções é pela serenidade, pela tranqüilidade, pela coragem cívica, com que tem sabido encarar a crítica feita a seu governo e a sua pessoa. Esta é, Sr. Deputado Gustavo Capanema, a razão que ainda nos vincula a este poder, esse é o motivo de respeito que ainda temos com o exercício deste governo. Se tal desaparecer, se S. Exª cujo desastre administrativo, cujo fracasso financeiro, cuja insatisfação na política social são coisas notórias, envereda agora para o campo da limitação das liberdades democráticas, então não terá S. Exª nenhum bem a transferir ao seu sucessor, nenhuma saudade a despertar aos seus pósteros, nenhum respeito que mereça a atenção daqueles que se lhe seguirem.

Mas dizia eu: estou convencido – e aproveito a oportunidade em que V. Exª me honra com a sua atenção para salientar mais este ponto – estou convencido de que o Poder Executivo deve ser respeitado pelos demais poderes e pelos órgãos que representam e que exercitam a função de emitir a opinião pública. Estou convencido de que, assim nós, membros do Poder Legislativo, tomamos as providências para defender a integridade das nossas atribuições, a intangibilidade e o respeito às nossas prerrogativas, como ainda há pouco tempo se deu no caso da tentativa de infração do princípio das imunidades parlamentares, estou convencido de que também o Poder Executivo, que é um dos poderes que fecham o círculo dos poderes da nação, merece ser respeitado no exercício de suas funções e deve exigir respeito para que elas se desenvolvam com o aprazimento e com a veneração dos brasileiros. Mas o que não é possível é confundir, como está fazendo S. Exª, esse princípio da dignidade do seu mandato e essa necessidade do respeito às suas atribuições com a possibilidade de, a pretexto delas, infringir disposições assecuratórias das liberdades democráticas consignadas em nossa Constituição Federal. Por isso, politicamente, S. Exª está errado, porque compromete um departamento da sua atividade que era ainda, com justiça, indene de qualquer crítica; e, juridicamente, está errado, porque está saindo fora da lei, no momento em que dentro dela precisava resguardar-se para garantir a sua intangibilidade e o respeito público pelas suas atribuições.

O Sr. Gustavo Capanema – Permita-me V. Exª uma observação. Se V. Exª acha que, num regime democrático, os poderes precisam ser resguardados no seu respeito, atente V. Exª para um ponto: neste momento, observamos que o Poder Executivo, na pessoa do seu chefe é constantemente injuriado e insultado, já não digo pela imprensa, porque por aí nada há que dizer, mas pelo rádio, da maneira

mais continuada e mais escandalosa. E os insultos com que o Poder Executivo é atacado diariamente pelo rádio, em nosso país, são de tal vulto que a opinião pública está convencida de que o governo é fraco. Estamos em face, Sr. Deputado, de um governo reputado pela opinião pública como fraco, como governo que está pedindo desculpas à oposição por não suportar mais.

O Sr. Armando Falcão – Mas é isso mesmo.

O Sr. Gustavo Capanema – Esta a verdade sobre o que está ocorrendo. Se, no rádio, se dissesse contra o Congresso a metade do que se tem dito contra o Presidente da República, nós nos levantaríamos aqui todos para protestar e, para impedir isso, faríamos uma lei.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª chegou ao ponto onde eu queria, nobre Deputado. É o que devemos fazer.

O Sr. Gustavo Capanema – Entretanto, existe uma lei feita pelo Presidente do Supremo Tribunal e pelo professor de Direito Constitucional Sampaio Dória.

O SR. AFONSO ARINOS – Não existe lei alguma.

O Sr. Gustavo Capanema – ...determinando restrições com relação ao Presidente da República. Na hora em que o Chefe de Polícia, inteiramente à revelia do Presidente da República, atenta para o texto dessa lei, eis que se levanta o mundo inteiro e diz: não! Nosso direito não suporta isso! Nossa Constituição quer que o Presidente da República saia achincalhado, desmoralizado e destruído porque esta é que é a boa doutrina constitucional.

O Sr. Lopo Coelho – Nenhum Presidente da República foi mais criticado do que o Sr. Eurico Gaspar Dutra; no entanto, ele não usou essas leis.

O Sr. Gustavo Capanema – Nobre Deputado, não estou anunciando nenhuma providência do Chefe de Polícia. Até este momento, não conversei com o Chefe de Polícia, ainda não obtive do Sr. Ministro da Justiça as informações que pedi sobre o caso, nem estive com o Sr. Presidente da República depois que regressou de sua viagem, para qualquer esclarecimento. Mas, examinando a questão exclusivamente como político, que quer observar friamente os acontecimentos de seu país, chego à seguinte convicção: se há, no momento, um poder ultrajado e insultado pela oposição a mais desenfreada, a mais destruidora, é o Executivo.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Entretanto, o Congresso é atacado pelo rádio do governo diariamente e de maneira torpe.

O Sr. Gustavo Capanema – Cite V. Exª o ataque.

O Sr. Armando Falcão – Diariamente, às 21 horas, na Rádio Nacional, um cidadão chamado Oséas Martins insulta o Congresso. Se Vossa Excelência quiser ve-

rificar se é verdade ou não, ligue seu aparelho para a Rádio Nacional, diariamente às 21 horas.

O Sr. Hermes de Souza – O lamentável é que o nobre líder da maioria se lembre apenas de defender o Executivo quando se lhe fazem acusações e não se lembre de defender o Congresso, o poder a que pertence, porque é o próprio governo, por seus funcionários, que ataca o Poder Legislativo, através da Agência Nacional.

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª está falando sem fundamento – porque, há dois minutos, acabei de dizer que nós não suportaríamos um ultraje contra o Congresso Nacional.

O Sr. Hermes de Souza – No entanto, V. Exª defende uma medida antipática, segundo a qual o que o governo deseja é arrolhar as oposições para fazer aquilo que o Senhor Getúlio Vargas já fez neste país: rasgar a Constituição e implantar a ditadura.

O Sr. Gustavo Capanema – Não se trata de medida antipática, mas de medida jurídica. Todas as vezes que alguém se levanta na defesa do Chefe da Nação, é acoimado de estar fazendo defesa ditatorial e antipática. O Presidente Getúlio Vargas, pelo fato de ter sido ditador, só tem um meio de contentar a oposição: é viver de joelhos diante dela, pedindo desculpas diariamente por tudo quanto está fazendo.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, o nobre Deputado Gustavo Capanema incorre em um erro que me parece particularmente devido ao estado e emoção paroxística *(risos.)* com que Sua Excelência se aproximou do microfone. O Sr. Gustavo Capanema declara que o Poder Executivo é hoje considerado um mulambo, desmoralizado, desfibrado *(não apoiados...)*

O Sr. Achyles Mincarone – Não! Não foi isso.

O Sr. Gustavo Capanema – Não disse isso.

O SR. AFONSO ARINOS – ...considerado o poder mais fraco.

Digo a S. Exª que fraco é aquele poder que para manifestar sua força se lança no frenesi da violência. (*Palmas.*)

Há uma diferença muito grande entre a força do poder que se apóia na lei e que, por conseqüência, trata com serenidade os assuntos que lhe são afetos, e aquele poder que, para demonstrar a existência de uma força dentro de si, procura lançar diante do país as ameaças incompatíveis com o nosso direito e com a nossa Constituição.

Esse problema de fraqueza que se quer mostrar forte através de atitudes violentas é um problema. Sr. Deputado, como V. Exª não ignora, elementar na psicologia. A prova de fraqueza está na persuasão de que só a violência pode defender sua posição, quando sustentamos – e aqui quero chegar ao meu ponto, de pleno acordo com a palavra do nobre líder da maioria – que a necessidade inconcussa e inadiável

é de traçarmos, por via legal, emanada deste Congresso, aquelas limitações e aqueles condicionamentos necessários ao exercício da radiodifusão. E digo mais – tendo agora, inclusive, o direito de reclamar da maioria, de lançar à maioria esta acusação e este repto: foi constituída nesta casa, vai para mais de um ano, uma Comissão Especial, da qual faço parte, com o fim de elaborar o anteprojeto de Lei Federal do Rádio. O assunto foi entregue a um dos mais prestigiosos membros do Partido Trabalhista Brasileiro, o Senhor Deputado Joel Presídio, e até hoje não houve nenhum movimento de S. Exª no sentido de nos oferecer um esboço que seja, do projeto. Chamo a atenção de S. Exª para as graves responsabilidades que assumiu em face da vida da nação, inclusive com a aproximação dos pleitos eleitorais do ano que vem, o Partido Trabalhista Brasileiro, por estar retendo em suas mãos obra da importância e da significação da futura lei.

É, portanto, concordando com o nobre Deputado Gustavo Capanema, que digo que precisa sair deste Congresso a lei que regule a radiodifusão, não apenas no que toca às responsabilidades de prerrogativas do Congresso mas aquilo que diz respeito ao Poder Executivo.

O Sr. Vieira Lins – Vossa Excelência chamou-me ao debate sem que eu pretendesse nele entrar por enquanto porque gosto muito de esperar que as paixões serenem para poder falar.

Aquele paroxismo que Vossa excelência disse existir no Líder da Maioria, quando havia da parte de S. Exª apenas veemência, é o mesmo que sinto em V. Exª agora, na forma por que fala. Assim, coloco-me em plano diferente e afirmo: não é o Partido Trabalhista que retém este projeto nem qualquer outro. Se é verdade que é relator, como Vossa Excelência afirma, o nobre Deputado Joel Presídio...

O SR. AFONSO ARINOS – Não sei porque V. Exª, emprega a condicional.

O Sr. Vieira Lins – Porque não tenho certeza. Mas se V. Exª o afirma...

O SR. AFONSO ARINOS – Acredito que V. Exª não duvide, porque estou afirmando.

O Sr. Vieira Lins – Não, não duvidarei. Como V. Exª há pouco chamou o governo de "mulambo", quando ninguém tinha dito isto, poderia também ficar na dúvida.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência não tem razão na comparação. Usei de sinônimo. Agora estou afirmando um fato.

O Sr. Vieira Lins – Como dizia, sendo verdade, o mais natural era que o Presidente da Comissão se dirigisse à liderança do Partido, que teria imediatamente providenciado ou o andamento mais rápido da proposição ou a substituição do relator. Seria medida de rotina. Conseqüentemente, não há desejo de postergar. As medidas são naturais. Quanto aos demais argumentos de Vossa Excelência, no caso do decreto, o que se pretende naturalmente evitar é a licenciosidade de linguagem que se tem usado a título de liberdade. Sabe muito bem V. Exª que todos estamos aqui defen-

dendo as liberdades democráticas, como defendemos o Congresso, mas queremos que essa linguagem não seja licenciosa, pois não é possível aproveitar-se a licenciosidade daqueles que levam a política ao extremo da destruição de uma personalidade, como a do grande Presidente da República, para satisfazer objetivos eleitorais. Confio e quero continuar confiando em V. Exª, homem de passado destacado nesta casa e que pode ser citado a todo instante.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Vieira Lins – Concito Vossa Excelência a que não se deixe perturbar, nesta matéria, por expressões que não são compatíveis com a boa política construtiva do país. O Senhor Presidente da República, por duas ou três vezes já concitou todas as forças políticas da nação, a fim de ajudá-lo, trabalhando com S. Exª, no sentido da reconstrução nacional. Melhor seria que, em vez de V. Exª defender aqueles homens que pela radiodifusão perdem o senso de si mesmo, o respeito a si próprios, atacando o Presidente da República, Vossa Excelência os convidasse a colaborar com a política de seu partido, a fim de que este ajude o próprio poder público e o próprio Executivo, em benefício da coletividade.

O Sr. Hermes de Souza – Vossa Excelência, nobre Deputado Afonso Arinos, responsabilizou o senhor líder da maioria pela demora, no estudo do projeto do Código de Radiodifusão, em trâmite nesta casa. Quero declarar a V. Exª que essa acusação não atinge de todo o Partido Social Democrático, pois já tivemos oportunidade de discutir o assunto e de encarecer a necessidade do exame e do rápido andamento da proposição, em mais de uma reunião que realizamos no seio do nosso partido e a nossa bancada; a direção nacional do nosso partido manifestou-se e determinou que esse projeto deveria ter andamento rápido porque, tanto o Partido como a bancada, conhecem a situação do rádio em nosso país, sabem o que o governo tem feito no tocante às concessões nos diversos estados da Federação. De forma que, se alguém tem responsabilidade pela demora deste projeto, não há de ser o Partido Social Democrático, que tomou todas as providências para o rápido andamento dele.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado.

O Sr. Fernando Ferrari – V. Exª me permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Fernando Ferrari – Queria informar V. Exª, nobre líder da minoria, de que há na casa 40 comissões especiais constituídas, todas elas com os prazos regimentais esgotados. Destas comissões, cerca de 5 têm presidentes ou vice-presidentes da União Democrática Nacional e as restantes, em grande maioria, têm como presidentes, vice-presidentes ou relatores, elementos do Partido Social Democrático.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço o aparte. Mas isto não é argumento impressionante, porque – se me perdoa, V. Exª a observação – o que se impõe é verificar a investidura de cada uma dessas comissões, a prioridade da matéria que está submetida à sua apreciação e a exigência de se atender a essa prioridade com preferência sobre as demais.

O Sr. Fernando Ferrari – Se V. Exª manusear o *Diário do Congresso Nacional* verá que muitos assuntos de que aqui nos ocupamos, equiparam-se em importância, amplitude e profundidade a esse reclamado por V. Exª, da regulamentação do rádio. Quero, apenas, com isso, demonstrar, nobre líder da minoria, que não há nenhuma intenção de furtar à análise do Congresso o projeto do Código Radiofônico Brasileiro. São fatos normais, rotineiros, contra os quais tenho, cotidianamente, combatido deste plenário, nem sempre encontrando os líderes ao meu lado.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª me encontrará devotado em auxiliá-lo em qualquer iniciativa que haja por bem tomar em relação a assuntos importantes.

Declaro mesmo a V. Exª que, findo o meu discurso, irei procurá-lo, a fim de que possamos fazer uma análise desses projetos e tomar as medidas convenientes.

No caso de que há pouco me ocupava, não posso deixar de responder ao nobre Deputado Vieira Lins na parte em que disse que aqui estou defendendo homens que vão para o microfone lançar insultos. S. Exª me coloca em situação que exige imediata contradita.

O Sr. Felix Valois – Será assim que o nobre líder do PTB entende a liberdade de pensamento?

O SR. AFONSO ARINOS – Não estou defendendo homem algum: estou defendendo os homens, os brasileiros, os princípios, para os quais a Constituição assegura liberdade em nossa vida política. Estou certo de que, se S. Exª pertence a um partido democrático, como de fato é, deverá acompanhar-me nessa orientação, sem embargo de quaisquer personalidades envolvidas nos fatos.

O Sr. Ponciano dos Santos – Quanto à parte de liberdade é evidente que as liberdades públicas são indispensáveis, mas o que V. Exª diz, deve ser regulado por lei, para que haja a defesa da autoridade, é também necessária, porque V. Exª, como homem que pensa, sabe que a liberdade só não é suficiente para uma nação; é preciso a autoridade. São eles os dois pólos para uma nação possa caminhar bem, porque só a liberdade é improficua; é necessário exista também a autoridade que centraliza as forças da nação, para o seu desenvolvimento.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª. Sr. Presidente, eu estava exatamente formulando este princípio da necessidade de que o Congresso Nacional elaborasse a lei reguladora do rádio e da impossibilidade de considerarmos como vigentes, como atuantes, como aplicáveis aqueles decretos-leis ditatoriais que infrin-

gem, evidentemente, a Constituição Federal na parte que diz respeito à liberdade de pensamento.

Respondi ao nobre líder da maioria quanto à sua argüição em relação à conveniência de se submeter estes decretos-leis à apreciação do Judiciário. Mostrei que ao Presidente da República não interessa esta política. E, agora chamo a atenção do nobre líder da maioria para um documento da maior importância, para um documento que deve servir de modelo e de inspiração à legislação que aqui hajamos de fazer com referência à rádiodifusão: é uma decisão da Comissão Federal de Comunicações tomada em 26 de julho de 1948.

Como dizia há pouco, esta Comissão Federal de Comunicações é o órgão criado pela lei de rádio americana, como espécie de agência administrativa para superintender o funcionamento da radiodifusão.

Um dos maiores juízes que jamais tiveram assento na Suprema Corte americana, o grande juiz Frankfurter, em voto conhecido, tem uma apreciação muito exata do funcionamento dessa Comissão Federal de Comunicações.

Diz ele que ela é como uma comissão que visasse a regulamentar o trânsito pela via aérea das ondas do éter; não apenas regulamentar a passagem dos transeuntes, mas também a natureza e a composição desse mesmo trânsito.

Por conseqüência nos Estados Unidos, não se ignora até que ponto pela lei federal, essa Comissão tem intervenção direta no próprio conteúdo da radioemissão. Tem intervenção direta – para esse ponto chamo a atenção do nobre líder da maioria – pois não estou em oposição a esse princípio; aceito a tese do direito americano mas agora quero mostrar o que essa própria Comissão decidiu a respeito de seus poderes relativamente às irradiações em matéria política.

Decidiu o seguinte:

"Nas várias campanhas políticas há uma ou duas das seguintes apresentações ao público: por um lado, surge a questão da integridade moral, intelectual dos políticos, dos candidatos aos postos, e, de outro, a atuação das pessoas e partidos que estejam no poder. Por isto, a questão da honestidade dos candidatos ou da ação das autoridades torna-se freqüentemente a principal área de luta. As declarações podem ser, ou não, injuriosas ou escandalosas. Isso depende, em muitos casos, de se elas são falsas ou verdadeiras. Portanto, se as autoridades tomam sobre si o encargo de censurar, ou restringir a irradiação da matéria injuriosa, elas ou adotam o critério de eliminar toda matéria que contenha acusações graves aos candidatos dos partidos, o que afetaria seriamente o rádio como meio de expressão, ou elas se colocam como árbitro exclusivo para saber o que é verdadeiro e o que é falso, o que é injúria e o que não é, poder cujo exercício será fortemente influenciado pelas suas próprias simpatias e ligações. A Comissão não acredita que tenha sido intenção do Congresso dar-lhe semelhante poder ou responsabilidade com referência às irradiações políticas".

Por conseqüência, Sr. Presidente nos Estados Unidos, onde o sistema de rádio é muito próximo do nosso, a Comissão especializada criada pela legislação para re-

gular e para dirigir a vida da radioemissão sustenta que não pode ir além daqueles poderes que lhe foram expressamente conferidos pelo Congresso, em matéria de controle do conteúdo das irradiações políticas.

Ora, se assim é, como poderemos nós aceitar, vivendo num regime democrático, num regime de distribuição de poderes modelado sob a carta americana; como poderemos nós aceitar a vigência de um decreto-lei anterior à Constituição, que contraria frontalmente as disposições constitucionais relativas à liberdade de pensamento e que dá a aplicação desse tremendo poder ao arbítrio do Chefe de Polícia na Capital Federal e, nos Estados, à autoridade diretamente subordinada àquelas figuras do governo, que seriam ou que poderiam ser as interessadas no caso das irradiações consideradas injustas ou agressivas?

O Sr. Gustavo Capanema – Quero pedir a atenção de V. Exª, para um ponto. O decreto não entrega ao Chefe de Polícia o julgamento desses crimes de injúria ou calúnia. Não é isto. O crime de injúria ou calúnia se existir terá que ser julgado pelo poder competente, de acordo com a Constituição. O decreto-lei determina é que, ocorrendo uma injúria ou calúnia ao Presidente da República a juízo do Chefe de Polícia, aquela atividade, que está sendo exercida por mera concessão e a título precário poderá ser suspensa. É uma das condições da concessão.

O SR. AFONSO ARINOS – Exª está completamente em desacordo comigo. Não quero dizer que V. Exª labora em engano, porque não tenho pretensão de estar sempre certo. Mas estamos em divergência total.

Em primeiro lugar, chamo a atenção de V. Exª para o fato de que no caso, o que se dá é a responsabilidade penal das pessoas jurídicas. V. Exª está confundindo responsabilidade do emitente da irradiação – que V. Exª declara que vai ser julgado pelo poder competente, isto é, pelo Poder Judiciário – com a responsabilidade de proprietário da empresa que será de fato imediatamente punida, porque não existe punição corpórea, não existe pena corporal para pessoas imateriais, como o são as pessoas jurídicas. É princípio elementar do Direito Penal – e V. Exª não ignora – que as pessoas jurídicas...

O Sr. Gustavo Capanema – Não há pena, no caso.

O SR. AFONSO ARINOS – Como não, se V. Exª susta a irradiação?! A responsabilidade penal das pessoas jurídicas implica, exatamente, na sanção que consiste em se suspender o exercício da sua atividade.

A pena, para os autores que aceitam o princípio da responsabilidade penal das pessoas jurídicas, é a dissolução da pessoa e suspensão do exercício das suas atividades.

Por conseqüência, essa pena imposta à empresa, ou seja, à pessoa jurídica, é aplicada, de plano, pelo Chefe de Polícia, através de conhecimento superficial dos fatos, sem nenhum julgamento do poder competente.

O Sr. Tristão da Cunha – A doutrina do líder da maioria é a instituição da censura prévia, que, há mais de um século, desapareceu da legislação brasileira. É o Chefe de Polícia, portanto, que vai dizer se tal fato é injurioso, calunioso ou não, sem prova nenhuma. É a extinção da liberdade de pensamento.

O Sr. Gustavo Capanema – Essa suspensão completa da liberdade de pensamento foi instituída no Brasil, na hora em que as Forças Armadas destruíram a ditadura, chamaram o Presidente do Supremo Tribunal Federal a ocupar o governo e convidaram para Ministro da Justiça um professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de São Paulo. Esses cidadãos, de autoridade e categoria jurídica, estabelecem logo o princípio da livre manifestação do pensamento por intermédio do rádio, princípio que depois foi repetido na Constituição de 46. Pois bem, o Presidente Linhares, no mesmo diploma legal, ou num posterior, em que sustentava esse princípio, admitiu a possibilidade da interferência do Chefe de Polícia, com relação aos abusos ocorridos nas transmissões pelo rádio. Esse direito, que V. Ex^as^ consideram censura prévia, não o é absolutamente. V. Ex^as^ não estão lendo a lei.

O Sr. Tristão da Cunha – Estou com a lei na mão.

O Sr. Gustavo Capanema – O Decreto Linhares não fala em censura prévia. Essa idéia de censura prévia é demagogia levantada da tribuna, porque o decreto fala num controle posterior, através da gravação fonográfica das irradiações. Por conseguinte, atente bem V. Ex^a^: estamos em face de um decreto baixado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, quando Presidente da República, e por um professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de São Paulo, então Ministro da Justiça que o baixaram justamente com a declaração solene de que é livre a manifestação do pensamento por intermédio do rádio. Portanto, essas altas autoridades de nosso Direito, o Presidente do Supremo Tribunal Federal e o professor de Direito Público, não consideraram incompatível com o princípio da liberdade de manifestação do pensamento a restrição agora invocada pelo Chefe de Polícia.

O Sr. Rui Santos – Para mim, nada significa o fato de os signatários desses decretos se chamarem Ministro José Linhares ou prof. Sampaio Dória. Eu só olho e me interesso pelo texto, condenando-o.

O Sr. Gustavo Capanema – Peço ao nobre colega que atente no meu raciocínio. Estou invocando, aqui, não a qualidade desses homens como chefe da nação e Ministro da Justiça; estou invocando os juristas. Pois bem; esses juristas ao mesmo tempo que defendiam a livre manifestação do pensamento pelo rádio, estabeleceram a restrição. Portanto, essa restrição é de todo compatível com o pensamento inscrito na Constituição.

O SR. AFONSO ARINOS – O raciocínio do nobre líder se choca sempre contra o mesmo escolho. Sustento eu que, sejam quais forem as razões jurídicas que tenham induzido aqueles senhores a assinarem esse decreto, elas desaparecem diante

das disposições expressas da Constituição Federal. Pouco importa... Afirma S. Exª que eles instituíram a supressão da liberdade do pensamento com aquele decreto, como se tal liberdade existisse àquela época. Era o processo de liquidação da ditadura com uma lei ditatorial na sua última fase. E não temos por que manter – por artifícios ou qualquer outra forma de raciocínio vicioso – respeito a uma lei que se choca com a nossa carta constitucional.

Sr. Presidente, estamos diante da seguinte situação: o Deputado Gustavo Capanema disse, com razão, que é necessária a existência de uma lei que venha regular o problema do rádio.

Repito, Sr. Presidente: é necessária uma lei que venha regular, de forma jurídica, o problema da radiodifusão, compatibilizando as restrições porventura impostas pela natureza especial dessa atividade com as garantias essenciais estatuídas na Constituição Federal.

Ora, esta lei – e chamo a atenção do plenário para este ponto – deve ser estimulada, apressada, elaborada e decidida. Para isto, existe na casa uma Comissão especial. Deve o nobre Líder da maioria, se realmente deseja atender aos interesses políticos do governo a que tão lealmente serve, estudar, da forma mais conveniente, o apressamento dessa lei. Mas, para evitar equívocos, para evitar ambigüidades e para corresponder aos desejos de S. Exª, formulo, desde já, desta tribuna, uma declaração: estou convencido de que os decretos ressuscitados pelos demiurgos da Polícia Federal estão mortos, porque se chocam com a Constituição. Entretanto, embora convencido, não quero esperar que o Poder Judiciário venha dar sua palavra a esse respeito. De maneira que, Sr. Líder da maioria, incumbi um deputado do meu partido de preparar o terreno, de limpar o terreno, aplainar o terreno sobre o qual se vai erigir a futura construção legal. Esse preparo, esse aplainamento serão a revogação do decreto-lei que consideramos inexistente por ato específico, direto e expresso do Congresso Nacional. Nesse sentido será apresentado, amanhã, o projeto do Deputado Bilac Pinto, revogando esses decretos, de maneira que se atenda, inclusive, à argumentação política, a fim de que sobre o terreno assim preparado, possamos erigir a futura construção legal que venha servir a todos os interesses em jogo.

O Sr. Gustavo Capanema – Se V. Exª vai mandar apresentar projeto de lei revogando os decretos anteriores quer dizer que reconhece que existem juridicamente.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª não me deu a honra de atentar ao que eu dizia. Em virtude da discussão que travou com um seu liderado, V. Exª não pôde ouvir o que eu estava declarando. Eu afirmava o contrário, insistia no contrário, reiterava o contrário. Dizia que na minha opinião, esses decretos-leis estão revogados pela Constituição Federal. Agora, como V. Exª entende que essa revogação só pode ser declarada por ato do Poder Judiciário – e não sou proprietário de rádio, não tenho poder de induzir qualquer estação de rádio a fazer reclamação

diante daquele Poder – pedi a um companheiro de bancada que apresente um projeto ao Congresso Nacional, tal como se fez com a Lei de Segurança Nacional, a fim de que se revogue essa lei fascista que não pode prevalecer, que é um escárnio com que não posso concordar. *(Muito bem! Palmas.)* Apelo para os deputados de todos os partidos desta casa que estejam de acordo com o ponto de vista de garantir as liberdades de expressão, no sentido de que apoiem esse projeto, votando pela sua aprovação. *(Muito bem; Muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

Comemoração da queda da ditadura de Getúlio Vargas

29-10-1953

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados, acentuou, com procedência, o ilustre Deputado Sr. Eurico Sales, falando em nome da maioria desta casa, a inconveniência de se considerar, sob ângulo pessoal, a cerimônia com que hoje a Câmara dos Deputados comemora uma data histórica.

Na verdade, Sr. Presidente, atitude frívola e vã é aquela dos que pretenderam atribuir aos que propuseram e aos que aderiram a esta comemoração quaisquer intuitos que não sejam os de retirar de uma data, de um episódio, de um acontecimento histórico as conseqüências necessárias e as lições convenientes.

A técnica da história é exatamente esta: a coordenação dos inumeráveis fatos que se desenrolam na vida de um grupo social; a eleição, dentre essa massa enorme de acontecimentos, de alguns que, reunidos, enfeixados e articulados, possam servir de base para uma interpretação lógica do desenvolvimento da comunidade social e possam fornecer elementos para as generalizações que constituem o fim de qualquer ciência, inclusive das ciências sociais.

Essas generalizações são as leis científicas e as leis históricas que constituem inelutavelmente o mais profícuo objetivo da ciência histórica.

Quando aqui nos reunimos para comemorar uma data, como bem acentuou o Deputado Eurico Sales hoje incorporada aos fatos da nossa história, não o fazemos, não o faríamos, nem o poderíamos fazer, comunidade representativa que somos das aspirações e dos sentimentos da nacionalidade, não o fazemos, não o faríamos nem o poderíamos fazer senão, Sr. Presidente, com o espírito com que realmente se comemoram os fatos históricos, isto é, com o espírito de salientar os contornos de uma ocorrência significativa para, dessa ocorrência, retirarmos através de generalizações científicas, a lei que ela imprime e que ela sugere, e conseqüentemente, a lição que decorre dessa mesma lei.

Temos, portanto, Sr. Presidente, não que rememorar pormenorizadamente os diversos aspectos de que se revestiu a jornada de 29 de outubro, os diversos antecedentes que a coloriram de dramaticidade, porque isto é tarefa que não incumbe ao político mas, sim, ao historiógrafo, ao narrador: temos que colher das narrativas já feitas, dos fatos já apurados, dos debates e dos entrechoques havidos a propósito desses acontecimentos, aquelas interpretações e aquelas leis que mais convenham à nossa ação e que de mais perto e mais verazmente possam servir à edificação e à conduta dos nossos contemporâneos.

Se formos perquirir o sentido verdadeiro do 29 de outubro como data histórica, encontraremos como fundo, como núcleo, como resíduo essa verdade inconcussa. O 29 de outubro foi, Sr. Presidente, uma manifestação de coerção armada ao serviço do direito; uma manifestação de coerção armada no empenho do restabelecimento da ordem. Não se considerando a ordem como aquele estado de amesquinhamento e de falsa paz, não se considerando a ordem naquela acepção com que ela se pode apresentar a um verdugo da polícia ou a um analfabeto diretor de prisões, mas a ordem no seu sentido verdadeiro e criador, a ordem no seu sentido – permita-se-me dizer – goethiano, a ordem como aquela atmosfera que mais de perto se compõe com as exigências inelutáveis e elementares da natureza humana.

O restabelecimento da ordem no nosso país, por via de manifestação da força armada, terá sido, talvez, um processo de se romper e de se rasgar uma certa legalidade, uma certa situação apoiada em textos que pareciam exprimir a lei, mas que na verdade exprimiam a desordem, porque, Sr. Presidente, mantinham, consolidavam e executavam situação que não era compatível com os traços essenciais da nossa formação histórica, com a evolução natural da nossa cultura política e até mesmo, transpostas essas observações para o plano mundial, que não se compunham com a fisionomia natural do homem moderno.

Foi, portanto, o restabelecimento daquela situação social que representa e espelha aquilo que o homem moderno conseguiu encontrar dentro de si de mais puro e de mais alto, foi, em outras palavras, com o intuito de restabelecer a ordem democrática, que as forças armadas do Brasil, acordando de um letargo em que estiveram imersas, avisando-se de um longo equívoco em que tinham incorrido, num só dia de tranqüila glória, numa só jornada de generosa rebeldia, desfizeram e apagaram as conseqüências de uma adesão imprensada e de um apoio censurável a um estado de coisas que representava o contrário de tudo o que de mais glorioso estava escrito nas bandeiras da nossa história.

Realmente o regime democrático no qual nos reintegramos – e não desejo aqui perder-me em extensas e estéreis divagações – corresponde, Senhor Presidente, não apenas à expressão ideal de um estado de convívio superior, não apenas àquele objetivo ótimo em que, teoricamente, poderemos situar o grau mais aprazível da vida social, mas corresponde, Sr. Presidente, a qualquer coisa de mais séria do que isto, e que a história contemporânea nos demonstrou, por duas vezes, em páginas

manchadas de sangue, e que vem a constituir o que há de mais estável, de mais autêntico, de mais verdadeiro na psicologia individual e coletiva dos homens.

Tenho meditado várias vezes nesta aparente trivialidade, tenho considerado maduramente esses fatos, superficialmente insignificantes mas que, se apreciados em profundidade, podem ensinar muita coisa. Os fatos são os seguintes, e eu, com a maior singeleza, os submeto à apreciação dos meus ilustres colegas. De todos os regimes que as ideologias políticas transformaram em processo de governo; de todas as concepções, de todas as práticas do Estado, nenhuma delas seria capaz de resistir a impactos mais violentos, a golpes mais tremendos, a derrotas materiais mais formidáveis do que as que sofreu o regime democrático. Por duas vezes neste século – ouso dizer, por duas vezes em nossa geração – o regime democrático sofreu, nos países mais avançados, de maior experiência, atrozes humilhações, terríveis desmoralizações, completas derrocadas. Todos aqueles pressupostos de natureza econômica, sobre os quais a democracia se baseava, na opinião de seus críticos: o liberalismo capitalista, a produção industrial competitiva, a economia de mercado – todos esse pressupostos que os sociólogos antidemocráticos e os pensadores políticos autoritários designam como sendo a base angular essencial da democracia, ruíram fragorosamente, à nossa vista, e desapareceram vertiginosa e miseravelmente dos nossos olhos. Entretanto, Sr. Presidente, o regime se reconstruiu sobre as suas próprias ruínas, reconstruiu-se sem alteração de substância e, com pequenas adaptações de forma, surgiu do sangue e da miséria, surgiu das cidades destruídas e das populações dizimadas, surgiu das campinas taladas e surgiu dos campos de concentração, e reconstruiu-se naturalmente, e renasceu espontaneamente, e revigorou-se com a sua própria vida interna e sombreou os continentes, e dominou as nacionalidades e as soberanias

E onde, Sr. Presidente, a pretendida falsidade da ideologia que praticamos? Onde se colhe a sua necessária vinculação às injustiças econômicas e às opressões sociais? Se tal fosse verdade, quando desapareceram as bases sobre que elas presumivelmente estavam construídas, quando se tornou possíveis às massas rebeladas agirem por sua própria conta, então seria natural que, espontaneamente, lhes ocorresse a formação de outro regime. Mas o que vemos é que, quando abandonadas a si mesmas, quando perdida no turbilhão das lutas, elas se reencontram, se recompõem nos moldes daqueles sistemas políticos que asseguram a liberdade integral do homem, que garantem a dignidade fundamental do homem, que restauram a confiança do homem nos seus próprios destinos que trazem ao homem a libertação do medo e a libertação do terror, que trazem ao homem a esperança do porvir, a crença nas estrelas que brilham no céu. É esse regime, Sr. Presidente, que se restaura, são essas as formas que se reconduzem, são esses os processos que renascem, infatigavelmente, inevitavelmente. Onde a abstração? Onde a falsidade? Onde a fragilidade? Não há regime mais forte, não há regime mais veraz, não há regime menos abstrato, menos preso a teorias, menos preso a afirmações e a dogmas improváveis do que o nosso, porque no nosso os ditames e assuntos se discutem, porque no nosso as afirmações

se negam, porque no nosso as teorias se desmentem, porque no nosso a fragilidade se exibe, porque no nosso os vícios se causticam, por que no nosso os erros se castigam, por que no nosso a verdade parece sobranceira, engalanada, como sempre, no manto eterno da liberdade. *(Palmas).*

Sr. Presidente, no nosso regime democrático, dentro do qual voltamos a viver naquele dia febril e tumultuário de 29 de outubro, existe uma força e uma garantia, existe uma instituição social e um organismo estatal incumbidos de defendê-lo e de perservá-lo. São as Forças Armadas.

No nosso sábio texto constitucional, manteve-se a velha tradição republicana, direi mais, a velha tradição brasileira – porque ela vinha da Constituição Imperial – a tradição de se dedicar um título, um capítulo especial às Forças Armadas. Nos artigos 176 e 177 encontram-se, descritas e definidas, estas Forças, limitada a sua ação pelos lindes da lei, da hierarquia e da disciplina, e fixadas as suas incumbências que, em poucas palavras, podem ser ditas como sendo a defesa da ordem no interior e a defesa da soberania no exterior.

Defesa da ordem, quer dizer defesa de uma certa ordem. Defesa da ordem democrática quer dizer manutenção daquele estado que corresponde, como há pouco dizia, ao desenvolvimento natural das faculdades e das tendências humanas. É, portanto, na defesa desta ordem, e para defesa desta ordem que as Forças Armadas do nosso país existem.

Mas há um aspecto para o qual desejaria chamar a atenção dos meus ilustres pares: a simultaneidade de disposições que, na nossa Constituição, visam ao desemprego gradual das Forças Armadas, como órgão de defesa da soberania e a permanência dessas mesmas Forças, como órgão de defesa da democracia.

Pretendo significar com isto o seguinte: adotamos, na nossa Constituição, o princípio de que a nossa política externa tende para a paz; inserimos, no texto da nossa lei magna, vários dispositivos que nos obrigam, não apenas à participação nos órgãos internacionais de segurança, como a repulsa às guerras de conquista, a obrigatoriedade dos armistícios e das soluções pacíficas dos conflitos internacionais, bem como à organização complexa do direito e da política, na defesa do ideal de paz. Nestas condições, se as Forças Armadas são instituições permanentes e se o ideal da Constituição é a inexistência da guerra, teremos de concluir, daí, que mais permanentes são as Forças Armadas como instrumento da defesa da democracia, nos termos da Constituição, do que é permanente a sua existência como instrumento da defesa da soberania, e isto porque acreditamos que a soberania será mantida, paulatinamente, pela elaboração jurídica da paz.

Todos os nossos esforços e toda a nossa tradição consistem em nos prepararmos virilmente para a repulsa a qualquer agressão inopinada, mas prepararmos-nos conscientemente para a conquista de uma atmosfera jurídica em que tais agressões sejam impossíveis.

Sr. Presidente, à medida, portanto, que progride a nossa marcha ascensional para a organização jurídica das Nações Unidas, à medida que trilhamos o caminho

aberto pelos nossos antepassados, no sentido de fazer do nosso país uma potência pacífica e poderosa, temos, por outro lado, a imposição constitucional de que as Forças Armadas são instituição permanente, de que elas se encontram vinculadas ao próprio sistema da nossa vida, e elas se encontram, por assim dizer, irmanadas, ligadas, jungidas à própria estrutura e ao próprio arcabouço do nosso Estado.

Com que fim, Sr. Presidente? Com o fim de assegurar, de garantir, de preservar, de fulminar, com a rapidez do seu castigo, quaisquer tentativas que se levantem contra a democracia, que é o nosso sistema de vida. *(Palmas).*

Nem é esta declaração, que aqui faço, o resultado de qualquer concepção aventureira ou subversiva do Direito Constitucional. Temos muitas vezes ouvido – e freqüentemente nos enganamos com o que ouvimos – que a democracia moderna se fundou na idéia de que é possível para ela eliminar os elementos antidemocráticos que se encontram no seu seio.

Este é hoje, na verdade, um texto expresso nas recentes Constituições do pós-guerra. É um texto que consta da letra constitucional dos países da "cortina de ferro" e dos países ocidentais: as repúblicas populares que se pretendem praticantes de uma nova democracia, tão bem quanto as repúblicas parlamentares ou presidenciais que se pretendem seguidoras da democracia clássica. Das modernas constituições consta preceito expresso autorizando o Estado a se defender de pela força contra os inimigos que queiram alterar o sistema democrático de governo.

Qualquer que seja a concepção que se tenha da palavra "democracia", quer se empreste à tônica dessa concepção o sentido de liberdade ou o sentido de igualdade, o que é certo, o que é verdadeiro, o que é indiscutível é que os textos constitucionais impõem, hoje, ao Estado, o dever de se defender energicamente pela coerção e pela força contra as tentativas de subversão dos princípios basilares desse regime.

Mas, como dizia eu, isto não é recente, nem subversivo, e tive o cuidado de até hoje copiar o trecho clássico tomado a um livro clássico de um escritor clássico; o trecho e um capítulo dos mais conhecidos de um livro dos mais divulgados, de um pensador do mais lidos. É apenas um período do capítulo 8º do livro IV do *Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau.

Ali diz o grande genebrês:

"Existe uma profissão de fé civil segundo a qual pertence ao povo a fixação dos termos, não precisamente como dogmas religiosos mas como sentimentos de sociabilidade, sem os quais é impossível ser bom cidadão. Sem poder obrigar a ninguém a acreditar em tais princípios, o Estado pode afastar os que não participam dessa crença, ele pode bani-los, não como impiedosos mas como insociáveis, como incapazes de amar as leis e de praticar a justiça."

Aí está, no início da doutrina democrática moderna; aí está, no livro que é, de certa forma, o Novo Testamento dessa religião de que as *Constituições* e a *Política* de Aristóteles foram o Velho Testamento; aí está, na palavra desse mestre da doutrina democrática, a gênese, o embrião, o fundamento do direito de defesa do Estado contra aqueles que se atirarem na sanha de destruir as organizações sobre as quais se

baseie e se alicerce esse mesmo Estado. Aqui está o impulso que se transformou em letra nas constituições modernas. E isso na sua forma piedosa, na sua forma compassiva, na sua forma elevada na sua forma democrática. Porque reconhecemos que se não compete ao Estado obrigar ninguém a crer em alguma coisa, compete, entretanto, ao Estado o dever de impedir se transformem as crenças subversivas em ação de destruir aquelas instituições que têm a liberdade da crença como um de seus fanais.

É exatamente o que ocorre e o que deve ocorrer no regime democrático. Não queremos impor a ninguém o dever de acreditar nos preceitos que fazem do convívio político esse clima de liberdade – o único em que podemos viver. Mas queremos e poderemos utilizar a coerção e a violência legal, a violência fundada na lei, contra aqueles que pretendam, através de processos de subversão e de agitação, lançar os fundamentos da derrocada deste regime, que nos é indispensável como o ar que respiramos ou como a água que bebemos. Eis porque confiamos nas Forças Armadas do Brasil. Estamos certos, porque o futuro, em matéria histórica, só se pode delinear com as aquisições do passado, estamos certos de que o 29 de outubro não foi uma vitória sem conseqüências, não foi um ato sem resultado, não foi uma marcha sem objetivos. O 29 de outubro nos dá a convicção e a esperança de que nós, os políticos democráticos do Brasil, teremos, não apenas o direito, mas o dever de apelar para as garantias que forem convenientes no momento oportuno, caso se esbocem ameaças concretas sobre o regime democrático.

A instituição nacional das Forças Armadas defende, pela nossa Constituição, a organização vigente, organização mediante a qual a política se constitui pela livre atividade dos partidos, que pertencem ao mecanismo estatal, por disposição expressa da lei magna votada pelos representantes da nação. Portanto, desejo, aqui, também de passagem, mencionar o dever que nos incumbe a todos nós, representantes das correntes partidárias em que se divide a opinião política deste país, de defendermos a prioridade e, num certo sentido, a exclusividade do mecanismo partidário, como instrumento de execução da vida política.

Evidentemente, os partidos, como instituições políticas de tipo especial, nem por isto se desvinculam, se divorciam, se separam dos grupos sociais de que promanam os representantes partidários. Evidentemente, os partidos não podem deixar de sofrer, diuturnamente constantemente a influência dos diferentes interesses sociais, cujo choque é o próprio processo histórico do governo democrático.

Mas, Sr. Presidente, essas influências exercidas sobre os partidos políticos e que são o processo habitual da vida política nos países democráticos, não se confundem, nem se poderiam confundir, com o afastamento, a relegação e o abandono dos partidos, como instrumentos exclusivos que são de execução da política democrática, numa certa fase e num certo estágio.

Os partidos, por exemplo, devem sofrer – sustento que necessitam sofrer, defendo que é indispensável que sofram – a influência das corporações trabalhistas. Os sindicatos, no Brasil representam ainda muito menos de um décimo dos trabalhadores.

Mas, Sr. Presidente, a evolução do direito sindical, a evolução do fenômeno sindical é um dos espetáculos mais empolgantes e constitui uma das forças em que mais confiadamente acredita um democrata como eu.

Passando, embora, sobre a consideração de que o trabalho rural não se encontra ainda sindicalizado – o que vem confirmar o que há pouco dizia sobre a pequena proporção de trabalhadores sindicalizados, em comparação com os que não se encontram nessa situação – passando, embora, sobre essa consideração preliminar, devemos reconhecer a importância e respeitar a significação da influência sindical sobre os partidos políticos.

Esse prodígio de adaptação, esse milagre de evolução inteligente e de construção criadora que é o regime democrático inglês, é, precisamente, nos últimos cinqüenta anos, a expressão de quanto o problema social e o problema econômico se mitigam e se elaboram pacificamente, através da influência direta das organizações operárias sobre os partidos políticos.

A verdade, porém, é que a substituição de uma entidade por outra, a supressão da vida partidária para entrega da atividade política a não sei que desígnios misteriosos e a que ambições contrafeitas, é passagem sobre a qual não podemos deixar de nos deter ao episódio sobre o qual não podemos deixar de protestar.

Da mesma forma, assim como, na fácil conquista da popularidade, procura-se construir uma política sindical que age fora do sindicato e dentro do recinto reservado aos partidos, também no extremo oposto desejo mencionar...

Sr. Presidente, atabalhôo minhas últimas frases, em homenagem a V. Exª e ao Sr. Ministro de Estado, cuja presença V. Exª. acaba de anunciar com seu bilhete.

O Sr. Ernani Satiro – A circunstância de ter sido o expediente reservado a homenagem ao 29 de outubro, priva-me de usar da palavra para prestar, em nome da bancada e da Presidência da União Democrática Nacional, homenagem à memória de Virgílio de Melo Franco *(Palmas)*. Não dispondo de outra oportunidade senão esta, para manifestar-me nesse sentido, ao lado do discurso de V. Exª. em nome de minha bancada e de meu partido, permita-me render este preito, embora ferindo sua modéstia, àquele grande lutador democrático, a quem tão relevante e inestimáveis serviços deve a causa da redemocratização do Brasil. *(Palmas)*.

O SR. AFONSO ARINOS – Meu caro colega, duplamente colega, Ernani Satiro, porque com ele compartilho os mais difíceis problemas de nossa liderança, deve bem avaliar a rapidez da emoção com que contesto e agradeço não apenas as palavras carinhosas de S. Exª. como a iniciativa à minha revelia tomada pela bancada e pela direção do Partido, tanto quanto o apoio generoso e brasileiro que a esta iniciativa foi dado pelo plenário na homenagem que acaba de ser prestada a Virgílio de Melo Franco.

Sabem os meus nobres colegas que não é tanto com os afetos fraternais, mas com a solidariedade cívica, não é tanto com os sentimentos de irmão como com as crenças comuns de compatriota que me associo a esta homenagem, pois no dia de

hoje, realmente, é merecido que a nossa geração política recorde a figura daquele que se engrandeceu com o contínuo dom de si mesmo, aquele que se enriqueceu com o esforço permanente que fazia pelo seu povo e pelo seu país.

Mas, Sr. Presidente, eu falava dessa agitação obscura, misteriosa, e que não chega a ser escandalosa, apesar dos tons festivais e das clarinadas que reboam sobre a cidade, dessa agitação sindical em que temos os olhos fitos, o ouvido atento, a reflexação segura e a coragem tranqüila. Não queremos enfrentar personalidades nem cortar destinos, não queremos que se nos impute desígnio de esmagamento de reivindicações coletivas que são aquelas que neste momento mais de perto nos falam ao coração. Mas queremos consignar e advertir que de uma segunda feita não nos tomarão inermes; que de uma segunda vez não nos encontrarão inativos caso sejam reais os riscos que se anunciam.

Além deste lado, quero também mencionar outro. Fala-se, não sei por que e não sei como, em terceiras posições. Como terceira posição, num regime em que as posições são muito mais de três? Como terceiras posições em um país, em um Estado onde elas podem ser contadas por dezenas? É outro mistério sobre o qual se debate inutilmente a nossa rombuda percepção. Mas é um mistério que nos leva também a uma posição de vigilância.

Sr. Presidente, agradeço a V. Excelência a gentileza da sua tolerância. Não mais quero tomar o tempo da casa, nem fazer esperar nas ante-salas um ilustre homem de Estado que, entre outros títulos, tem o de ser nosso colega de Congresso Nacional.

Certo de que, com a mesquinhez e insuficiência dos meus recursos não *(aplausos gerais)*, pude exprimir neste momento a voz da minoria deixo esta tribuna dizendo que nós, da minoria, não somos maníacos de datas, não consideramos os dias como fetiches, não somos fanáticos de meses, nem de semanas, nem de horas. Dizemos que, para nós, qualquer dia pode ser o 29 de outubro. *(Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado).*

Inauguração do retrato de Afrânio de Melo Franco na Comissão de Constituição e Justiça

15-12-1953

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Primeiro Secretário, meu caro amigo Deputado Rui Almeida, Sr. Líder da Maioria, Srs. membros da Comissão de Constituição e Justiça, Srs. Deputados, minhas senhoras, meus senhores.

De todos os títulos laboriosamente conquistados e dignamente mantidos no decorrer de sua longa vida pública, aquele de que mais se desvaneceu Afrânio de Melo Franco foi o de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Não era fácil, na época em que ele chegou a este ramo do Legislativo, o ingresso nesta douta Comissão de tão luminosas tradições no Império e na República. Ele, por exemplo chegado ao Parlamento Nacional em 1906, jurista e professor que era, somente em 1912 pôde assentar-se como membro de número nesta Comissão, nesta Comissão que sempre considerou o refúgio, o porto acolhedor, a angra generosa em que se acolhia dos debates tumultuosos e oceânicos do plenário. Não era homem de plenário, líder embora da sua bancada e da maioria.

Aqui neste recinto que era, como disse há pouco, um porto fecundo de estudos, de meditação e de cooperação construtiva, passou ele cinco das oito legislaturas em que foi membro da Câmara dos Deputados. Atingiu a Presidência desta Comissão em 1922, por ocasião da eleição de Artur Bernardes para a Presidência da República. Melo Franco tinha sido um dos três principais líderes mineiros da dura campanha que então se travou, sendo os outros dois Raul Soares e Afonso Pena Júnior. E enquanto as figuras de maior relevo do cenário mineiro eram atraídas, solicitadas e enquadradas nos postos de maiores responsabilidade da vida política, ocupando as governanças estaduais e os ministérios, Melo Franco manifestou que o seu desejo, desejo de general vitorioso numa grande batalha, era voltar à Câmara, à Presidência da Comissão de que era membro. Nesta presidencia se manteve, reconduzido unanimemente pelo sufrágio carinhoso dos seus colegas e aqui se acha um deles, o nobre General Flores da Cunha, membro da Comissão de Constituição e Justiça no decurso da sua Presidencia e que por mais de uma vez votou na eleição de Melo Franco para a chefia do órgão.

Com a formação, porém, da Aliança Liberal, em 1929 e com a ausência do dispositivo constitucional que hoje garante a representação proporcional dos partidos nas comissões técnicas, deflagrada a campanha, abertos os fogos da hostilidade parlamentar pelos dois discursos famosos que aqui se pronunciaram a 5 de agosto, o de José Bonifácio e o de João Neves da Fontoura, Melo Franco, no dia seguinte, resignava em carta a Presidência da sua querida Comissão.

Foi assim que transcorreu aqui, a sua vida de parlamentar. Nesta Comissão preparou ele pareceres que, como bem acentuou o meu querido amigo Deputado Rui Almeida, constituem hoje monografias em matéria de Direito Constitucional, principalmente em matéria de Direito Político. Colaborou com os seus pareceres sobre a intervenção no Estado do Rio, sobre a intervenção no Estado do Espírito Santo, sobre a intervenção no Ceará, os seus pareceres sobre o estado de sítio, colaborou nos estudos enfim, com que a Comissão de Justiça da Primeira República elaborou aquele trabalho que ainda não foi suficientemente estudado na história do direito nacional, aquele admirável trabalho de articulação da legalidade política com a necessidade do equilíbrio federativo, aquele trabalho que terá contribuído mais do que se supõe para evitar que a primeira República tenha descambado na caudal da anarquia

e do sangue, como aconteceu com as repúblicas irmãs do continente. Realmente é menção que deve ser feita neste momento, para honra da Comissão de Justiça, hoje tão superiormente dirigida por este jurista de grande categoria que é Lúcio Bittencourt. É menção que deve ser feita à participação realmente admirável que teve a elaboração jurídica deste órgão na formação do presidencialismo brasileiro.

Sendo ao mesmo tempo comissão de juristas e comissão de políticos, é natural que o trabalho se fizesse sempre com o empenho de colocar os interesses políticos dentro do quadro da organização jurídica, e foi isto o que todos aqueles que nos precederam nesta sala souberam superiormente fazer. Foi isto e é disto que restam testemunhos memoráveis, testemunhos verdadeiramente monumentais nas páginas rutilantes dos Anais desta Câmara, principalmente nas páginas tão sabiamente coligidas por aquele velho e discreto baiano que foi Primitivo Moacir, na coleção chamada dos *Documentos Parlamentares*.

É, portanto, em um recinto onde Melo Franco travou as suas mais duras e memoráveis pelejas, pelejas de que ele só descreveu no momento em que abandonou a vida parlamentar, mais que sexagenário, para se lançar na revolução, momento em que se convenceu de que as transformações substanciais que estava exigindo o aprimoramento do nosso regime não poderiam mais ser feitas dentro dos quadros daquela legalidade estreita dos anos de 1926 a 1930, e neste mesmo recinto, em que ele travou as suas mais memoráveis batalhas jurídicas e políticas, que o seu retrato hoje se debruça como a imagem de um companheiro mais velho, como a figura de um conselheiro experiente, tolerante e principalmente confiante no patriotismo, na capacidade e na dignidade de todos aqueles que aqui o sucedem na árdua tarefa que é a da Comissão de Justiça.

Não devemos, a meu juízo, empanar o nosso otimismo democrático com a constatação, evidentemente fundada, de que atravessamos uma fase de colapso nas instituições do Direito Público. É óbvio que o mecanismo das instituições que praticamos não corresponde às necessidades das tarefas que nos aguardam, é evidente que temos que adaptar o funcionamento do mecanismo racional da democracia à exigência de caráter social e econômico do Estado moderno. Mas isto longe, a meu ver, de afastar a confiança e de renegar a utilidade de juristas é, antes, pelo contrário, uma afirmativa nítida no sentido de que eles se tornam cada vez mais necessários e cada vez mais dignos de confiança, porque o Direito Público é fonte perene de inspiração dos homens políticos, porque o Direito Público, na sua constante mutação, na sua incessante mobilidade, é o campo por excelência de experiência da imaginação e da capacidade dos homens públicos.

Aqui está o grande laboratório da Constituição brasileira, aqui está a sala de ensaios, aqui, estão os pilotos de prova deste regime que desejamos cada vez mais forte, cada vez mais digno, cada vez mais livre e cada vez mais eficaz. É da obra da Comissão de Constituição e Justiça, nesta, e, sobretudo, na próxima legislatura, que vão sair as linhas mestras do futuro organismo constitucional brasileiro, através do trabalho interpretativo e complementar da lei magna.

É, portanto, Sr. Presidente, animado dessa esperança e crença nestes pensamentos que, em nome da família de Melo Franco, agradeço a V. Exª, representante autêntico e austero das mais puras tradições presidencialistas do Brasil e a V. Exª, meu caro colega Rui Almeida, operoso e digno Primeiro Secretário desta casa que entre tantas iniciativas fecundas, que entre tantas realizações primorosas acaba de trazer mais esta, de dotar cada uma das salas desta casa com a efígie dos seus respectivos patronos, como uma prova da tradição legislativa do Brasil e como uma demonstração de confiança que os presentes têm naqueles que os antecederam.

Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, com a permissão de V. Exª tomei a palavra nesta sala, onde pela primeira vez falei nesta Câmara. Antes de ocupar a tribuna do plenário falei na Comissão de Justiça porque, no meu tempo, já era mais fácil chegar até ela e foi na minha segunda semana de presença na Câmara dos Deputados que me vi alçado aos cimos desta grande organização.

Peço a V. Exª. que, representando todos os seus colegas, meus ex-colegas, aceite também a minha palavra de profundo reconhecimento pela boa vontade e pela cortesia com que assentiram na inauguração do retrato de meu pai nas paredes desta sala. *(Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

Bicentenário da morte de Alexandre de Gusmão

20-1-1954

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, meus nobres colegas, na última reunião da passada sessão legislativa deliberou a Câmara, por iniciativa do nobre líder da maioria, o Sr. Deputado Gustavo Capanema, dedicar uma das primeiras sessões deste ano de 1954 à comemoração conjunta do Tratado de Madri e da grande figura do seu principal negociador, o diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão.

Infelizmente para a Câmara, razões de saúde impedem o ilustre líder do Partido Social Democrático, meu nobre colega de representação pelo Estado de Minas Gerais, de ocupar a tribuna desta Casa para, com o brilho e a cultura que lhe são peculiares, explanar, como se faz mister, a glória imperecível daquele ilustre brasileiro e o sucesso indiscutível da maior obra da sua vida.

Portanto, é em substituição ao Senhor Deputado Gustavo Capanema que tenho a honra de representar a Câmara os Deputados na justificativa com que se vai inserir em nossos *Anais* a memória de tão admirável feito e de tão superior espírito.

É um dever do Congresso Nacional, no momento em que transcorre o segundo centenário do desaparecimento de Alexandre de Gusmão, reunir em uma só e duradoura homenagem o nome do admirável estadista e algumas considerações sobre o Tratado de Madri.

Como se sabe, esse grande documento da história diplomática do mundo ocidental foi assinado a 13 de janeiro de 1750, e desde logo, para ele voltaram as suas atenções os juristas, os soberanos e os estadistas da época.

Na verdade, a importância especial, o significado ímpar do tratado de Madri, que vinha pôr cobro e resolver as dificultosas e inextricáveis pendências existentes entre as colônias espanholas e portuguesas da América, a importância desse Tratado não escapou, desde logo, aos seus contemporâneos. Sabemos que uma das grandes obras, uma das maiores realizações da literatura luso-brasileira da época colonial, é o *Uruguai,* ou melhor dito, para repetirmos a pronúncia da época o Uruguai de Basílio da Gama, poema épico e histórico, que tem como cenário de seu desenvolvimento, e como impulso dominador de sua inspiração, o drama da execução do Tratado de Madri.

Basílio da Gama, antigo aluno dos jesuítas e depois serviçal ou servidor do realismo lusitano e de seu grande ministro Marquês de Pombal, fez-se o intérprete e a voz vingadora dos poderes do Estado contra aquilo que se afigura ser a resistência da Companhia de Jesus ao cumprimento das estipulações do Tratado.

Hoje, sabemos que muito do que então se dizia, e do que vem sendo dito posteriormente, não é verdade. Hoje não ignoramos que os setenta e dois jesuítas que se achavam nas Missões Orientais do Uruguai, sob a direção do Padre Altamirando, nomeado pelo Geral de Roma, não podiam evidentemente, impor a sua vontade aos trinta mil indígenas que constituíam as reduções sediadas em território brasileiro.

Hoje, nós, com mais serenidade e sem nenhuma preocupação de entrar na polêmica, na secular polêmica em que se dividem os historiadores contra ou a favor, atacando ou defendendo a Companhia de Jesus; hoje, nós sabemos que, de fato, o impulso de resistência, a determinação, a deliberação de hostilidade partiu, não dos diretores dos índios, senão que dos próprios índios, que se encontravam sediados naquela zona havia muito tempo, tendo ali constituído as suas famílias, aprendido a lavrar a terra, e a erigir as suas cidades. Mas, Sr. Presidente, a mentira, ou a legenda são, muitas vezes, o solo fecundo de onde brotam as flores supremas da criação literária. Assim como Basílio da Gama escreveu o *Uruguai,* Voltaire escreveu o *Cândido,* essa jóia da graça e do espírito gaulês, o *Candide*, esse modelo admirável do romance setecentista. O *Candide*, esse livro que é, ao mesmo tempo, um roteiro de aventuras e um repertório das mais sangrentas, das mais sarcásticas, das mais violentas diatribes contra o regime monárquico absolutista de França; sabemos que o *Candide* de Voltaire, tanto como o *Uruguai* de Basílio da Gama, têm, como fundamento, como origem e como fonte inspiradora o grande drama que se desenrolava nas regiões inóspitas e inoradas do solo meridional de nosso país.

Mas, Sr.Presidente, não foi somente a literatura de ficção que deu margem a criações espetaculares com referência ao Tratado de Madri. Foi também a literatura histórica. A admirável literatura histórica que em nosso país teve expressões autênticas nas sucessivas memórias com que, desde a primeira metade do século passado, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil defendeu energicamente, vigorosamen-

te, infatigavelmente os nossos direitos com referência aos limites que nos separam da República Argentina.

Esses trabalhos podem ser sintetizados, reunidos e simbolizados na grande memória, no grande trabalho, na monografia magistral, enxuta, no seu estilo; copiosa e substanciosa no seu conteúdo; admirável, no seu equilíbrio; perfeita na sua polidez diplomática, inteiramente irreprochável, na sua técnica científica, seja jurídica, seja histórica, seja geográfica, isto é, a *Memória* do Barão do Rio Branco na defesa dos direitos brasileiros sobre o território das Palmas, por ocasião do grande litígio em que o ilustre fundador da diplomacia republicana, pela primeira vez se revelou diante do Brasil com o porte gigantesco com que, até hoje, domina as nossas tradições diplomáticas.

Foi de fato, no trabalho apresentado ao Presidente dos Estados da América que o Barão do Rio Branco, em 1894, compendiou e refundiu tudo aquilo que a história secular tinha, dispersamente, acumulado nos numerosos documentos que diziam respeito às conseqüências do Tratado de Madri. Ao lado desta página da historiografia americana não devemos esquecer, Sr. Presidente, outros trabalhos correlatos, que bem merecem a admiração de nosso tempo. Por exemplo: o livro com que o General Rego Monteiro estuda todo o desenvolvimento bélico, militar, administrativo e diplomático da Colônia do Sacramento. E especialmente, deveremos mencionar a grande obra que, neste momento, ainda está realizando no nosso país o insigne historiador português Jaime Cortesão, o qual, por iniciativa desvelada do Itamaraty, há vários anos se ocupa em esclarecer, interpretar e dar conhecimento dos principais documentos a respeito do Tratado de Madri e dos seus antecedentes. Esta obra, iniciada sob a égide e a supervisão do Instituto Rio Branco, ilustre casa de ensino do nosso país – casa que recordo com saudade, porque, ali tive oportunidade de ocupar a cadeira de História Nacional; esta obra, realizada sob a égide e sob a inspiração do Instituto Rio Branco, está planejada em dez volumes, que dizem respeito à biografia e ao estudo da personalidade de Alexandre de Gusmão, à exposição do Tratado de Madri, dos seus antecedentes e das suas conseqüências e à publicação de todos os documentos complementares que se refiram ao negociador e à sua obra.

Atualmente, já estão publicados, se não me engano, cinco desses volumes, e a historiografia brasileira, tanto como a continental, acompanharam de perto a lenta e admirável ereção desse monumento.

Lembro-me Sr. Presidente, da época em que eu, exilado dentro do meu país, pela ditadura, eu que estava sofrendo aquilo que, pelo Direito Penal moderno, se chama exílio local, refugiava-me todos os dias na Biblioteca Nacional, captando matéria para estudos de que estava incumbido, época em que nos reuníamos sob a direção do gestor daquela casa, o ilustre Rodolfo Garcia, em companhia de eminentes estudiosos das coisas brasileiras. Muitos já desapareceram, como Afrânio Peixoto, Primitivo Moacir, Artur Neiva; outros felizmente, ainda em plena produção, como o Padre Serafim Leite, o grande historiador da Companhia de Jesus no Brasil, ou como o ilustre Jaime Cortesão, a que há pouco me reportei.

Acompanho, assim, desde muitos anos, a elaboração dessa obra e posso, Sr. Presidente, aquilatar da importância que ela representa para nós. E aproveito a oportunidade de falar, em nome da Câmara, sobre o Tratado de Madri, para deixar aqui consignado o meu apreço, e, o meu agradecimento para com essa obra de solidariedade luso-brasileira, que é o trabalho que aqui desenvolve o ilustre exilado político Jaime Cortesão.

Sr. Presidente, a figura de Alexandre de Gusmão tem sido copiosamente vesada pelos biógrafos e historiadores brasileiros. Afonso de Taunay que se especializou, preferencialmente, na vida do irmão mais velho do nosso diplomata, o padre Bartolomeu de Gusmão, mas que, talvez por isso mesmo, tenha tido oportunidade de esclarecer muitos pontos controvertidos da biografia do negociador do Tratado de Madri; Basílio de Magalhães, Cassiano Ricardo e muitos outros têm publicado estudos e achegas biográficas para o completo esclarecimento da fecunda vida daquele nosso grande compatrício, vida que, aliás, não apresenta, Senhor Presidente, nem aspectos dramáticos de especial relevo nem obscuridades dignas de maiores pesquisas.

Conhecemos os seus estudos na Bahia e em Lisboa. Conhecemos suas origens santistas, nascido que era na cidade de Brás Cubas e dos Andradas. Conhecemos a sua longa permanência em Paris e em Roma, onde, durante muitos anos, pôde entrar em contato com a política internacional e européia e penetrar os segredos do ensino jurídico e diplomático nas academias da Sorbonne ou nos institutos de ensino da capital do mundo católico, que era Roma. Conhecemos, Sr. Presidente, até episódios particulares da época em que atuou como secretário do Conde da Ribeira Grande, Embaixador Plenipotenciário e Extraordinário de D. João V junto a Luís XIV, peculiaridades da ação de Alexandre de Gusmão, porque ele próprio as revela em muitos trabalhos que modernamente vêm sendo publicados.

O que talvez poucos saibam é que tão luxuoso, tão espetaculoso, tão impressionante era esse embaixador lusitano, sustentado com o ouro do Brasil, que o próprio Duque de Saint-Simon, o admirável autor das *Memórias,* um dos livros mais extraordinários da literatura ocidental, livro de psicologia, de sociologia, de descrição de costumes, de ciência política, de história – o grande Saint-Simon não desdenha de, na data de 18 de agosto de 1715, poucas semanas antes da morte de Luís XIV, interromper a narrativa que fazia do declínio físico do Reisol para, Sr. Presidente, dedicar-se não à observação de Versalhes, porém à observação de uma equipe que acabava de entrar à frente de cortejo precioso distribuindo prata e ouro, cercado de uma equipe de pajens e guardiães, o Conde da Ribeira Grande, embaixador de Portugal, acompanhado de seu secretário Alexandre de Gusmão.

Mas, esta biografia, dizia eu, é conhecida. Desejaria, apenas, ainda para acentuar a importância de sua vida, relembrar aqui as palavras com que o Barão de Rio Branco, nas *Memórias* há pouco referidas, alude ao Tratado e ao seu principal redator.

Diz o Barão:

> "O estudo do Tratado de 1750 deixa a mais viva e grata impressão da boa fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram esse ajuste amigável de antigas e mesquinhas querelas, consultando-se unicamente os princípio superiores da razão e da justiça e as conveniências da paz e da civilização da América. Mas, quem de fato defendeu a causa de Portugal e do Brasil, e os interesses nacionais, bem entendido, da América, neste debate, foi o célebre estudioso e diplomata brasileiro, Alexandre de Gusmão."

Por conseqüência, como bem reconhece o Barão, o Visconde da Vila Nova da Cerveira, ilustre rebento de antiga progênie lusitana, e D. José de Carvajal e Lencastre, o negociador em nome do governo de Madri, pouco mais fizeram que dar autoridade da sua presença e a segurança da aceitação dos seus soberanos ao trabalho pessoalmente elaborado pelo diplomata brasileiro.

Qual é a gênese e qual o significado político, histórico e jurídico deste Tratado? Por que, em 1950, resolvemos homenagear o Tratado com a edição monumental a que há pouco me reportei, dirigida por Jaime Cortesão? E por que hoje, nesta sessão, o obscuro orador *(não apoiados)* que ora prende a bondosa atenção de V. Exªs fala em nome da Câmara para homenagear a grande figura santista? É porque, Senhor Presidente, este Tratado representa na história diplomática do mundo uma das maiores antecipações jurídicas jamais conseguidas sem guerra. E esta admirável antecipação jurídica e diplomática deve ser reconhecidamente pertencente ao nosso patrimônio cultural. É a obra típica, é a obra característica, é a obra indelével com que o Brasil contribuiu desde antes de sua independência para a formação da mentalidade pan-americana, do direito do pan-americano, da diplomacia pan-americana.

O problema do Tratado de Madri, prendia-se à necessidade daquilo que os historiadores têm chamado de "recuo do meridiano". Como sabem os meus nobres colegas, por ocasião da distribuição dos descobrimentos geográficos entre as coroas de Lisboa e de Madri, de Portugal e de Castela – distribuição a que Francisco I de França costumava chamar de esbulho dos seus primos espanhóis e portugueses, visto que não conhecia nenhuma cláusula do testamento de Adão que tivesse excluído a França dessa partilha – o problema do recuo do meridiano não tinha ainda encontrado solução científica, quer na história, quer na geografia, quer na náutica. Uma coisa era certa, o Brasil na marcha agigantada das bandeiras – esta marcha que fez com o nosso país seja hoje maior de oeste para leste do que de norte para sul – tinha transposto muitas vezes a distância que lhe havia sido assegurada e restringida pelo Tratado de Tordesilhas. Mas na confusão da geografia do tempo, na insuficiência dos recursos náuticos da época, a fixação dessas lindes era inteiramente impossível; e o afrouxamento da defesa espanhola, devido ao fato da fusão das coroas de 1580 a 1640, determinou que a expansão brasileira se pudesse realizar sem maiores empecilhos, sem maiores óbices. Nada diminui o heroísmo, a pertinácia e a resistência física e moral dos bandeirantes.

A sua obra não foi obra de guerra contra os espanhóis, senão uma obra de expansão geográfica contra a selva e os índios. A verdade porém, é que a expansão paulista se verificou exatamente na época em que estavam unidas as duas coroas. O interesse da Espanha em defender as suas fronteiras era, por assim dizer, inexistente; muito maior era o interesse em propugnar e em auxiliar os descobrimentos e o conhecimento da terra ignota.

O Sr. Herbert Levy – Lembro a V. Exª que, entretanto, a expansão bandeirante, sobretudo na era das reduções jesuíticas, se fazia não sem a existência de ferozes combates entre os bandeirantes, os espanhóis e os índios organizados pelos mesmos. Quer dizer que há certa relatividade nesta "expansão pacífica" da pátria feita por obra dos bandeirantes.

O SR AFONSO ARINOS – Vossa Excelência não deixa de ter razão. Em História nunca há uma afirmativa categórica. Desejei apenas dizer que as coroas eram tolerantes. Os combates que os paulistas entretinham, como daqui a pouco mencionarei, quando chegar ao desenvolvimento das conseqüências do Tratado de Madri, eram combates realizados apesar dos acordos efetuados entre as coroas.

A verdade é que a grande expansão paulista no Guaíra – denominavam Guaíra exatamente a zona que fica entre o Paraguai, a região do sul de Mato Grosso e Paraguai em direção à Argentina, no encontro das duas bacias do Paraná e do Uruguai – foi realizada se não estou enganado, a partir de 1636, exatamente na época em que ainda se encontravam unidas as duas coroas. Se V. Exª percorrer, como estou certo que tenha percorrido, porque é uma leitura habitual dos paulistas todos os trabalhos mais notáveis sobre bandeirismo desde Afonso de Taunay, Carvalho Franco, Alcântara Machado, enfim de todos aqueles que fizeram o estudo dessa expansão pelo Guaíra, verificará que todos são unânimes em reconhecer que ela se deu no período da fusão das coroas e que as lutas por eles mencionadas eram determinadas muito mais pelo choque de interesses econômicos locais do que por imposição diplomática e política tomada na sede dos respectivos governos. Mas isto, Senhor Presidente, é uma questão que – há de me perdoar o nobre Deputado – chamo de somenos no desenvolvimento do meu raciocínio. Dizia eu que urgia resolver o problema desses limites indecisos e vacilantes entre as possessões portuguesas e as espanholas. Portugal tinha intuição admirável de colonizador, porque a intuição colonizadora não é apenas militar, mas principalmente comercial.

Quando Hitler – repetindo as palavras de Napoleão – chamou a Inglaterra povo de comerciantes, estava querendo diminuir uma das molas mestras da resistência inglesa, da capacidade de resistência colonizadora que se alicerça justamente no espírito de expansão comercial. Portugal, que tinha esse espírito, fundou, erigiu, plantou no coração do Prata, defronte de Buenos Aires, a Colônia do Sacramento em 1680.

Sr. Presidente foi uma das grandes emoções que tive na minha vida. Certa vez, atravessando o estuário do Prata, de Buenos Aires para Sacramento, cheguei a uma cidade portuguesa. Eu, que tinha deixado cidades espanholas, achei-me subita-

mente numa cidade que me fazia lembrar Mariana, Ouro Preto, Sabará, Serro, Diamantina e outros centros mineiros. O nobre colega General Flores da Cunha, que bem conhece o território uruguaio, dará seu testemunho se Colônia não é ainda hoje uma cidade com a cepa lusitana visível, através de tantos anos de dominação espanhola.

O Sr. Flores da Cunha – Efetivamente é assim. Apenas os uruguaios, quando adquiriram a soberania completa, a independência, passaram a denominar a antiga Colônia do Sacramento simplesmente de Colônia. É o nome que tem hoje a cidade e até o Departamento: chama-se Departamento de Colônia; mas, os traços da dominação portuguesa ainda são bem vivos.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª pela elucidativa colaboração.

Cheguei, Sr. Presidente, a deliberar dormir naquela cidade. Ia passar algumas horas; mas, quando vi o marco de D. João V na praça principal, escrito no velho português e ali deixado com toda a razão pelos cultos dirigentes da nobre República uruguaia, eu me achei dominado pelo desejo de ali ficar o resto do dia e dormir num pequeno albergue. A noite andei por aquelas ruas, estive em um fortim, se não me engano chamado São Pedro, que muito se aproxima das fortalezas que são as atalaias da nossa Baía de Guanabara.

Dizia eu, porém, que os portugueses plantaram no coração do Rio da Prata uma colônia portuguesa, e desde logo alvoraçava o governo de Madri a presença de Portugal à vista de Buenos Aires, porque não devemos esquecer que, do alto do farol da Colônia, se divisa Buenos Aires a olho nu em dia claro, sem necessidade de luneta ou de binóculo. A presença ali de Portugal, aguerrido e ameaçador, não era nada cômoda para o desenvolvimento da política espanhola, principalmente porque, através da Colônia, os portugueses vendiam a todo o interior espanhol da América Latina, desde o Rio da Prata até o Peru, mesmo o Alto Peru, que era a Bolívia, à audiência de Charcas e ao alto Paraguai. A todas as populações do *hinterland* sul-americano vendiam os produtos ingleses muito mais barato do que o podiam fazer os comerciantes espanhóis, por causa, exatamente, da união comercial estreita existente entre Lisboa e Londres, pelo Tratado de Methuen lavrado em 1703. Portanto, Sr. Presidente, era a presença de Portugal, fazendo concorrência comercial aos espanhóis, dentro do Império espanhol, coisa que não se poderia conceber sem forte reação. E aí começa a luta enfadonha, longa, luta que não preciso rememorar aos ilustres Deputados que a conhecem melhor do que eu. Mas era necessário terminar com a luta. Sacramento passava de mão, os ataques, as vitórias e as derrotas se revesavam. Assim foi que com o Tratado de Utrecht, de 1715, negociado principalmente pelo velho Rei Luís XIV que chegava aos últimos dias da sua enorme e gloriosa vida pública, se dava fim à Guerra de Sucessão da Espanha, se estabelecia um acordo entre as coroas dos países ibéricos e resolvia-se devolver definitivamente a Colônia a Portugal.

Todavia, a interpretação desse Tratado foi sempre objeto das maiores dúvidas, das maiores quizílias, porque o Rio Grande não existia, o Rio Grande de Silva Pais,

dos heróis povoadores açorianos ou daqueles que partiram da Laguna, como Brito Peixoto e tantos outros, ainda não existia. O Rio Grande é uma criação de meados do século XVIII. Portanto, não tínhamos, no sul, aquela admirável e pujante atalaia nacional que é o Rio Grande. Não havendo o Rio Grande, a Colônia ficava retirada no *mare magnum* da indecisão. Não se sabia se o continente circundante – e daí o nome de continentinos com que antigamente se qualificavam os gaúchos – era luso ou hispânico, se pertencia a Madri ou a Lisboa. As lutas se sucediam. A Colônia se estiolava no isolamento. O Tratado de Utrecht nunca teve aplicação razoável. Foi então, que se chegou à necessidade de uma peça histórica jurídica e diplomática que realmente viesse resolver, de forma definitiva, não apenas os problemas daquela zona onde se encontrava a Colônia, mas todos os demais em que se desdobravam as lutas pelas fronteiras entre Espanha e Portugal, entre o domínio dos espanhóis e o nosso Brasil.

Este foi o Tratado de Madri. Esta foi a grande obra, a grande obra de diplomacia, porque, Sr. Presidente, na diplomacia existe uma parte de criação peculiar e necessária. A diplomacia, é claro, se baseia na História. Eu me refiro à diplomacia de limites, à diplomacia de fronteiras, a fixação de fronteiras dos estados nacionais. Ela se baseia na História, baseia-se na Geografia, funda-se na Etnografia, mas nunca História, Geografia e Etnografia resolveram, por si sós, os problemas diplomáticos. Aí é que é necessário o gênio diplomático; aí é que é necessário o homem que seja capaz, de, servindo-se dos argumentos colhidos na História, na Etnografia e na Geografia, criar uma doutrina, criar uma justificativa. Através de quê? De negociação e da aplicação da regra jurídica.

Este é o diplomata. Este foi Alexandre de Gusmão. Foi o homem que, servindo-se de todos os dados da História americana desde o descobrimento, foi o homem que, conhecedor profundo de todos os documentos nas suas menores nuanças e nas suas diferentes interpretações, foi o homem que, tendo estudado a Cartografia, a Geografia e todas as demais ciências auxiliares, reuniu e fundiu tudo isso na capacidade de negociação e no descobrimento das regras jurídicas que fizeram com que o Tratado de Madri ficasse, desde logo, manifestamente como uma das peças fundamentais do equilíbrio americano e também do direito europeu.

Aí está, Sr. Presidente, a importância do Tratado de Madri. Mas os tratados não se resolvem por si mesmos, sobretudo, os tratados de limites. Exigem demarcações e estreitas negociações para se completarem.

Encontra-se, neste momento, no recinto, o meu patrício, Deputado pelo Território do Acre, Sr. José Guiomard que, na gestão do meu pai, no Itamaraty, foi um dos chefes de demarcação de fronteiras brasileiras com países amazônicos. S. Exª sabe muito bem a diferença que existe entre o tratado, a sua letra e a sua aplicação na tormentosa, na áspera, na hostil geografia da selva americana.

Foram essas dificuldades de demarcação, de complemento dos tratados que criaram as sucessivas interpretações que estão na obra desse Alexandre de Gusmão do século XX, que foi o Barão do Rio Branco.

Evidentemente, a ação do grande ocupante do Itamaraty é por demais conhecida para que eu tenha necessidade de recordar aqui os seus momentos culminantes. Em todo o caso, devemos certificar-nos, através da leitura da *Memória* do Barão do Rio Branco, da decisão do Presidente dos Estados Unidos e de todos os demais atos complementares da nossa admirável defesa na questão de Palmas, que os fundamentos da obra do Rio Branco estão exatamente nos trabalhos de Alexandre de Gusmão tanto quanto na questão da Guiana Francesa teve também os seus fundamentos nos trabalhos de Joaquim Caetano da Silva, do Conselheiro Azambuja e de tantos outros que o precederam nos atos relativos às fronteiras setentrionais do nosso país.

O Sr. Osvaldo Orico – Folgo muito com os comentários que V. Exª agora desenvolve em torno da política diplomática do Barão do Rio Branco, porque eles retificam uma declaração que V. Exª fez no princípio do seu discurso, chamando aquele titular o fundador da diplomacia republicana porque, agora que V. Exª considera que ele retomou os grandes itinerários de que foi artífice Alexandre de Gusmão, V. Exª deveria dizer antes que ele foi o continuador da política histórica imperial da diplomacia brasileira. Isto porque, se V. Exª atentar para os começos da República, verificará que então a diplomacia dos seus primeiros fundadores, errou em relação ao Tratado das Missões e foi justamente o Barão do Rio Branco que, recuando no espaço e no tempo e retomando contato com a política diplomática imperial, conseguiu dar um sentido histórico à atual diplomacia republicana.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre Deputado.

O Sr. Flores da Cunha – Mas será preciso, para esclarecer o aparte do nobre Deputado pelo Pará, acrescentar que um dos erros cometidos pelos diplomatas dos primeiros dias da República foi o de Quintino Bocayuva...

O Sr. Osvaldo Orico – Exatamente.

O Sr. Flores da Cunha – ... ao negociar com o governo argentino a questão das Missões. Mas devemos também, recordar que era muito tensa a situação entre o Brasil e a Argentina e o Sr. Quintino Bocayuva nada mais fez do que conseguir o compasso de espera para a solução do problema.

O Sr. Oswaldo Orico – E V. Exª há de recordar ainda que foi a Constituinte republicana que retificou o erro de Quintino Bocayuva e fez com que essa questão fosse solucionada logicamente, por uma arbitragem, que deu ganho de causa ao Brasil.

O Sr. Flores da Cunha – V. Exª Deputado Oswaldo Orico – brilhante escritor e até historiador, porque li o livro de V. Exª sobre o Duque de Caxias e achei que fornece grande subsídio para o estudo daquela eminente personalidade – não deve se esquecer de ler os *Anais* do Congresso da então Constituinte, onde verificará o

discurso e a explicação dada por Quintino Bocayuva, em sessão secreta da Constituinte, sobre a sua gestão, o que fez, aliás, com alta nobreza e lealdade.

O Sr. Oswaldo Orico – Realmente, V. Exª tem razão. Explicou, não impedindo isso que a Constituinte republicana viesse a retificar o ato do Executivo que tinha dado solução contrária aos interesses do Brasil, através do mapa da Linha Verde.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, o nobre Deputado Oswaldo Orico deve-se recordar – aliás S. Exª com sua boa memória e costumeira lealdade assim o fez do microfone – haver eu dito que, sendo o Barão do Rio Branco o fundador da diplomacia republicana isto não implica que negue o enraizamento que sua ação tem no passado imperial e no passado colonial; antes pelo contrário. O que não queria e não fiz, pelo respeito que tenho à memória de Quintino Bocayuva, um dos mais íntimos amigos de meu avô; Quintino Bocayuva, um dos quatro brasileiros que, no abandono e no olvido em que morreu Cesário Alvim, carregaram o seu caixão para o cemitério – eu não queria me referir a Quintino Bocayuva. Uma vez que o Deputado Flores da Cunha, com seu conhecimento tão minucioso quão preciso da História da República, o fez eu posso completar: o Barão do Rio Branco corrigiu o erro de Quintino Bocayuva.

O Sr. Herbert Levy – V. Exª vai-me permitir que interrompa o enlevo...

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª só me honra.

O Sr. Herbert Levy – ... com que a Câmara ouve a palavra esclarecida e autorizada de V. Exª. Mas, estamos num momento de retificações. Desejava ponderar a V. Exª, em relação ao que V. Exª considera questão de somenos, mas que, em verdade, me parece fundamental – a posição, a ação positivamente bélica e heróica das bandeiras paulistas, as quais exerceram papel efetivo na conquista territorial muito além dos limites fixados pelo Tratado de Tordesilhas. V. Exª não ignora que a diplomacia, comumente, ratifica situações de fato, e estas foram criadas graças a essa ação heróica. Eu lembraria, já que V. Exª citou historiadores autorizados sobre o assunto, que encontrará, em páginas de Oliveira Viana e Ronald de Carvalho, precisamente a exaltação à coragem e ao caráter verdadeiramente bélico da ação das bandeiras, dos homens que marchavam, paravam, plantavam para colher e, em seguida prosseguiam, a fim de ir dar combate, a milhares de quilômetros de seu ponto de partida, às reduções jesuíticas que eram, sobretudo, concentrações políticas de inimigos potenciais.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre colega mas como o assunto se situa um pouco fora do desenvolvimento do meu discurso, não desejaria entrar em explorações laterais a respeito do ponto que V. Exª com tanto brilho suscitou.

Mas, Sr. Presidente, vamos passar, exatamente para terminar o meu discurso que já vai longe, a extrair do Tratado de Madri e da ação de Alexandre de Gusmão o aspecto permanente no Direito Internacional, aquilo que significa realmente o

progresso no Direito Internacional americano e no Direito Internacional *tout court,* devido à iniciativa brasileira.

Três questões me parecem fundamentais no exame dos aspectos do Tratado de Madri, que nada têm a ver – e chamo a atenção do ilustre vice-líder do PSD – com os problemas que acaso se desenvolvam entre estados de uma mesma Federação: a questão das fronteiras naturais, a doutrina do *uti possidetis* e, finalmente, a própria doutrina de Monroe. Não entrarei no problema das fronteiras naturais, porque é elementar, no Direito Internacional. Até hoje, na Europa, este problema é justificativa, e explicação para o sangue que se derrama, por exemplo, aquém e além Reno. Não entremos, por conseqüência, nesta tese elementar da história do Direito Internacional.

Mas a questão do *uti possidetis* e a da doutrina de Monroe merecem de fato, apreciação circunstanciada do Congresso, da Câmara dos Deputados do Brasil, ligada à interpretação do Tratado de Madri. A doutrina do *uti possidetis*, tal como a explicam os tratadistas de Direito Internacional é apenas a extensão a esse Direito do velho princípio do Direito Civil romano; na dúvida, cada um fica com o que tem. A modificação, a inversão, se assim podemos dizer, que no direito americano adquiriu esta doutrina depois do Tratado de Madri é qualquer coisa de extraordinário e até hoje não compreendo como os juristas, os internacionalistas europeus ainda não se tenham dado conta desse fato e insistam em defender ou em definir a doutrina do *uti possidetis*, de acordo com os elementos que ela possui na história do direito europeu e não com os aspectos com que se apresenta na história do direito americano, depois da obra de Alexandre de Gusmão. Porque lá na Europa, o *uti possidetis* é uma doutrina de guerra; lá, é a justificativa que surge, nos tratados de paz, para permitir que os beligerantes vitoriosos, parcialmente vitoriosos ou vitoriosos num ponto conservem as conquistas territoriais realizadas no desenvolvimento das operações bélicas, ao passo que na América, a doutrina foi concebida e interpretada de forma absolutamente contrária – não para justificar a ocupação bélica, senão para justificar o acordo pacífico em torno das fronteiras históricas de cada grupo de nações.

Está aí a base da doutrina depois desenvolvida no Direito Internacional americano. E, a respeito, existe trabalho muito bem feito, do Professor Guani, que foi Ministro dos negócios Estrangeiros no Uruguai e representante daquele país no Conselho da Liga das Nações, em que mostra a diversificação das orientações da doutrina do *uti possidetis* e como na América Latina ela se desenvolveu até o ponto teórico para sua aplicação. Considera-se como *uti possidetis*, no Direito Americano, o respeito àquelas fronteiras entre as administrações espanholas e portuguesas existentes à época da independência desses países.

O Sr. Osvaldo Orico – Quero congratular-me vivamente com o ilustre orador por essa admirável lição que acaba de dar, relativamente à interpretação do que seja o *uti possidetis* na Europa e na América. Porque, de acordo mesmo com as conclusões do magistral discurso de V. Exª, devemos declarar que o Tratado de Madri é o formal de partilha da América Latina.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado.

O Sr. Plácido Olímpio – Estou ouvindo, com vivo interesse, a definição e distinção que V. Exª faz do *uti possidetis* americano, contrariando, naturalmente, a velha doutrina de Grotius, magnífica quanto ao assunto, criando doutrina nova. Entretanto, desde que V. Exª apelou para a atenção do nobre vice-líder da maioria nesta Câmara, sobre o caso, naturalmente, peculiar a seu Estado, tomo a liberdade de lembrar que esse *uti possidetis*, como V. Exª diz, deve ser respeitado pelas duas administrações, mas com as características do Direito Civil: boa fé, pacifismo e, além de tudo, a continuidade. Faltando um só desses elementos dou ao Espírito Santo a vantagem contra V. Exª

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, estamos em um discurso pacifista. Continuo a desenvolvê-lo dentro do campo do direito internacional. A questão a que se referiu o nobre Deputado, na qual eu, como brasileiro, só posso ter um interesse – o de que seja decidida de acordo com a justiça e com o bem-estar das populações, está entregue ao Supremo Tribunal de nosso país, em cujo julgamento deposito absoluta, sincera e permanente confiança. Assim, nada me custará estender cordialmente, fraternalmente as mãos a meus companheiros e irmãos do Espírito Santo, desde que a sentença reconheça o direito, que pleiteiam, e acredito que, reciprocamente, terão eles a mesma atitude, se Minas Gerais sair vitoriosa do pleito.

Sr. Presidente, há ainda uma especialização na doutrina do *uti possidetis*, em relação ao Brasil, desde que o nobre Deputado Osvaldo Orico teve a bondade de chamar minha atenção para a distinção que procurei fazer entre as duas orientações. Há uma especificação que me parece fundamental para nosso país. É que divergimos, depois de aceitarmos o sistema geral americano do *uti possidetis*. Até certo ponto, entretanto, divergimos um pouco da conceituação espanhola dessa doutrina, que é a do *uti possidetis juris,* isto é, a outorga da soberania àquele país que, em determinada época, tinha os títulos jurídicos, para exercê-la. Nós, brasileiros, realisticamente, concretamente e, até mais, consentaneamente, levamos a doutrina do *uti possidetis* a seus derradeiros desenvolvimentos, isto é, reconhecemos a soberania daquele país que, na época, ocupava materialmente e exercia diretamente os atos de gestão em território determinado. Esta, a tradição brasileira; esta, a tradição que sempre temos seguido e a que nossa política internacional tem de seguir, porque, quando vamos discutir a justeza dos títulos jurídicos para a soberania, caímos na questão do Chaco, desenvolvida durante tantos anos e que acabou na guerra fratricida que ensangüentou aquela planície.

Sr. Presidente, chego ao fim de meu discurso. Estou fatigado e, creio, a Câmara o está mais ainda. *(Não apoiados)*. Chego ao fim de meu discurso para recordar o que se me afigura mais importante na herança cultural, de Alexandre de Gusmão – o prematuro reconhecimento daquilo que, futuramente, tomou o nome de Doutrina de Monroe.

Aí, Sr. Presidente, encontramos, no Tratado de Madri, estas duas cláusulas, de números 21 e 26.

A cláusula 21 diz:

> "Sendo a guerra ocasião principal dos abusos, se chegasse a romper entre as duas Coroas, se mantenham em paz os vassalos de ambas, estabelecidos em toda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvesse guerra entre os soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós nem juntos com os seus aliados."

A Cláusula n.º 26 acrescenta:

> "Este tratado será de perpétuo vigor entre as duas Coroas, de tal sorte que, ainda em caso que se declarem guerra, ficará firme e invariável durante a mesma guerra e depois dela."

Vejam, meus nobres colegas, a importância excepcional destas provisões, de maneira que, num tratado assinado por dois soberanos europeus, se estabelecia, pela primeira vez, na História da Europa, que, acaso existindo uma guerra entre os signatários do tratado, os súditos desses soberanos que se encontrassem em terras da América ficavam não apenas excluídos, como impedidos de participar da guerra. Não li a outra cláusula do tratado que condena à morte aqueles latino-americanos ou aqueles hispano-americanos, que tivessem estabelecido hostilidades em desdobramento da guerra por acaso surgida na Europa.

Aí está a Améria íntegra, aí está a América livre, aí está a América em bloco, separando-se resolutamente das potências européias. Aí está, Sr. Presidente, a doutrina de Monroe, segundo a qual os problemas americanos na América devem ser resolvidos.

Não sou eu quem o diz. Quem o assinala é o maior especialista na doutrina de Monroe, o professor espanhol Barcia Trelles, que sobre ela realizou nos Estados Unidos, nas Antilhas e na Europa, inclusive na Academia de Direito Internacional de Haia, cursos especiais.

Vou ler dois períodos do trabalho do professor Barcia Trelles, proferido perante a Academia de Direito Internacional de Haia. Acentua ele que o Tratado de Madri estabeleceu diferenciação absoluta nas condições jurídico-internacionais dos dois mundos, e acrescenta que aquele Tratado vai além da doutrina de Monroe, porque – expressões textuais – "Monroe se opõe à intervenção da Europa na América; a Espanha e Portugal, além de condenarem essa mesma intervenção, reconhecem que mesmo a destes dois países seria violadora do direito".

Que ele significa que não seria violadora do direito americano apenas a intervenção daquelas potências, sem possessões na América; até mesmo as potências que as tivessem – e na América Latina só eram Espanha e Portugal – infringiriam a regra jurídica, se quisessem intervir forçando os súditos brasileiros, argentinos, para-

guaios, bolivianos, ou uruguaios a tomar posição favorável na luta que elas compreendessem no Velho Mundo.

Sr. Presidente, aí estão, em palavras descoloridas e em mal alinhavados conceitos *(não apoiados)*, algumas expressões com que proponho comemorar a Câmara dos Deputados o Tratado de Madri, lavrado a 13 de janeiro de 1750, e o segundo centenário da morte de Alexandre de Gusmão, ocorrida a 31 de dezembro de 1753.

Nas vésperas de uma nova reunião pan-americana, para onde o Brasil parte, como sempre, armado, abroquelado da sua tradicional política de compreensão, de imparcialidade e de paz, acredito que essa rememoração do nosso grande homem e de seu grande Tratado seja um índice e um penhor suficiente de que o nosso país, em Caracas, naquela convenção continental, poderá, caso se faça mister, reproduzir e continuar a sua obra permanente e imperecível de defensor da liberdade, de sustentáculo do direito, e de propugnador da paz justa e duradoura entre os povos da América. *(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado)*.

Pedido de impedimento do Presidente Getúlio Vargas

15-6-1954

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, a discussão da denúncia oferecida à Câmara dos Deputados em processo de averiguação da responsabilidade do Sr. Presidente da República deu margem, ofereceu oportunidade a um debate, tão copioso quão variado, de natureza jurídica, sobre o próprio instituto da responsabilidade presidencial. Pedirei a benevolência de V. Exª e da casa para, antes de entrar propriamente no mérito do debate, fixar alguns princípios e determinar alguns pontos de vista que correspondem à conceituação, que tenho, do instituto do processo de responsabilidade presidencial no direito brasileiro.

Não me anima, Sr. Presidente, nem a estulta ambição pedagógica de traçar orientações ou diretrizes, nem mesmo a vã preocupação de ajuntar a matéria tão controvertida algo que seja realmente novo, mas apenas a de estabelecer determinadas premissas, das quais necessariamente decorrerão as conclusões a que pretendo chegar.

Muitos foram os oradores, e brilharam oradores da minoria e da maioria, que teceram considerações em torno ao problema da responsabilidade presidencial, procurando cada qual fixar as respectivas posições doutrinárias que – diga-se não em sinal de crítica, mas em abono desses oradores e das posições são atitudes e são opiniões que em nada decorrem e que em muito pouco correspondem às respectivas situações políticas nesta casa do Congresso.

Muitos, dentre nós da minoria, divergiram, nos debates aqui travados, sobre a verdadeira conceituação jurídica do instituto. Quero também crer que mui-

tos dos oradores da maioria assim o fizeram. Portanto, Sr. Presidente, sem procurar, de qualquer maneira, situar-me em posição, como dizia há pouco, pedagógica, mas somente procurando ajuntar algumas achegas e algumas reflexões, que não são recentes, de um humilde e obscuro estudioso do Direito Constitucional da República, fornecerei elementos que servirão de base para nortear e determinar minhas conclusões.

O primeiro desses elementos será minha repulsa frontal às afirmativas que aqui tiveram curso por mais de uma vez, de que o instituto da responsabilidade presidencial seria, ou estava-se transformando, ou tendia aos poucos para se transformar em uma reminiscência obsoleta, em uma saudade romântica de situações políticas ou de determinantes jurídicas que não mais correspondiam à estrutura atual e efetiva do nosso organismo constitucional.

Oponho, Sr. Presidente, as mais severas reservas e a mais profunda contradita a essa afirmativa. Não me parece, com efeito, que uma Assembléia Constituinte, formada, no seu contexto, pelos representantes autênticos das correntes de opinião política do país, e encimada por alguns dos vultos mais representativos da nossa ciência jurídica, viesse, depois de longos debates e de profundas meditações, introduzir, na composição da lei magna do país, uma instituição que a experiência ou a doutrina tivesse realmente condenado, como algo que não mais pudesse encontrar guarida numa carta constitucional moderna. Nem seria a Constituinte brasileira a única passível dessa increpação ou dessa crítica, porque sabemos que leis constitucionais, democráticas e republicanas mais recentes do que a nossa, ainda mais, que leis constitucionais que não participam do mesmo sistema de governo que a nossa, ou seja o sistema de governo presidencial, não desdenharam, não desistiram, antes se esmeraram em acolher nos seus respectivos textos a instituição da responsabilidade política do Presidente da República.

Não poderemos nós, nem creio que nenhum dos juristas que aqui sejam verdadeiramente representantes do pensamento jurídico nas hostes do governo, homens como o eminente Líder da Maioria, o Sr. Deputado Gustavo Capanema, homens como o ilustre jurista, Sr. Lúcio Bittencourt, que, creio, ocupará hoje a tribuna depois das minhas descoloridas considerações; nenhum desses homens será capaz de vir *coram populi*, frente à consciência esclarecida do país declarar que esta instituição, este processo é algo que não mais corresponde às necessidades efetivas do sistema democrático presidencial.

O Sr. Castilho Cabral – É tanto mais de autoridade o protesto de V. Exª, quanto sabemos que V. Exª é um dos mais acirrados defensores do presidencialismo. Basta citar aquele parecer de V. Exª sobre o sistema parlamentarista, contrariando a emenda Raul Pilla. O ilustre colega, professor de direito e presidencialista sincero, não poderia dizer senão o que está dizendo, porque, de outra maneira, estaria negando o próprio regime presidencial do Brasil.

O Sr. Lúcio Bittencourt – Não desejava apartear V. Exª neste momento...

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª me dá sempre muito prazer e honra.

O Sr. Lúcio Bittencourt – ... porque, como sempre, eu o estava ouvindo com profunda satisfação, embevecido por suas palavras. Intervim, porém, no debate, aparteando vários oradores que ocuparam a tribuna e V. Exª não encontrará em nenhuma dessas intervenções a afirmação de que o *impeachment* é obsoleto; ao contrário, o moderno Direito Constitucional aceita e acolhe o instituto, razão por que subscrevo integralmente o que V. Exª disse.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Gustavo Capanema – Senhor Deputado Afonso Arinos, não me lembro de ter algum deputado da Maioria dito que o instituto do *impeachment* é obsoleto. Se o fez, terá proferido um juízo individual. Nós, da Maioria, de modo geral, aceitamos o *impeachment* como um instituto de atualidade e necessidade. Foi anteontem que tive notícia da versão de que a Maioria considera coisa morta o instituto do *impeachment.* E o soube com a leitura de um artigo da ilustre Srª Rachel de Queiroz, que nos acusava, a nós da Maioria, de não querermos o debate.

Não, Deputado Afonso Arinos, esse não é o pensamento da Maioria parlamentar. Nós não só entendemos que o *impeachment* é de grande atualidade, como achamos que, no caso presente, o debate é esclarecedor, o debate é necessário, o debate é mesmo patriótico.

O Sr. Augusto Meira – Permite? V. Exª sabe que tenho grande admiração pelo seu talento e pelas nobres atitudes que tem assumido nesta Câmara.

O SR. AFONSO ARINOS – É recíproca.

O Sr. Augusto Meira – Tratando-se de um assunto de grande importância, V. Exª permitirá que eu interrompa o seu discurso por alguns momentos para dizer qualquer coisa a respeito. Dicey, estudando esse assunto, afirma que na Inglaterra, de onde é originário o instituto, tem caído em desuso acrescentando porém que o desuso tem sido devido ao fato de o governo na Inglaterra obedecer sempre aos princípios constitucionais resguardadores dos interesses públicos. Entende ele que, apesar de o instituto ser pouco usado ultimamente, em todo caso é necessário que persista, porque é sempre possível, a eventualidade de fatos criminosos por parte do governo. Conseqüentemente o desuso na Inglaterra é devido ao cumprimento do seu dever por parte dos governantes. Apesar disso a instituição existe no direito inglês. Passou para o direito norte-americano, onde o instituto do *impeachment* é extremamente simples e mais generalizado que entre nós. Desde que um indivíduo exerce funções públicas, se contra esse indivíduo se argúi, mediante denúncia, que ele praticou certos e determinados crimes, o indivíduo fica suspenso de suas funções. Não é possível que um indivíduo investido de funções públicas, e às vezes das mais altas, possa permanecer no governo ou no exercício dessas funções, quando essa denúncia

apresentada contra ele está devidamente fundamentada e é devidamente recebida. Conseqüentemente, o instituto é extremamente simples. Por isso que o Presidente da República tem alta hierarquia, não é possível entregar o seu julgamemento aos juízes comuns; juiz é o Senado; o juiz em outros casos, é o Supremo Tribunal Federal. Conseqüentemente, desde que existe denúncia, é natural que o Presidente seja mantido nas funções que exerce, até que sua defesa se faça. Esse instituto é extremamente simples: não se pode admitir que alguém no exércicio de funções públicas possa continuar no exercício dessas funções quando houver acusação mais ou menos grave.

Tudo está em saber o conteúdo dessa acusação, se realmente há elementos fundamentais para fazer a acusação que se pretende.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao prezado amigo e mestre Deputado Augusto Meira. Quanto ao problema da conexão do instituto brasileiro do *impeachment* com suas longínquas fontes inglesas, ocupar-me-ei do assunto e dentro em breve responderei diretamente ao seu aparte.

O Sr. Lúcio Bittencourt – O acerto da tese do nobre orador é realmente indiscutível. Não se compreende no regime presidencial, dentro do princípio do *checkand balance* que não exista o *impeachment*. Daí a frase perfeita de James Bryce: o principal freio do Executivo sobre o Legislativo é o veto; o desse sobre aquele é o *impeachment*. A um instituto corresponde o outro.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre Deputado.

Sr. Presidente, acredito que a primeira parte ou mesmo direi os primeiros períodos do meu discurso já atingiram a um objetivo que me parece extremamente importante para a posição assumida pelo meu partido neste momento. São vozes das mais autorizadas da maioria, são vozes de juristas de reconhecido mérito e de grande prestígio dentro e fora desta casa, que vêm corroborar comigo nessa afirmação preliminar: a União Democrática Nacional, tomando como tomou posição ao encarar o assunto da denúncia contra o Sr. Presidente da República, não se serviu de nenhum subterfúgio encontrado nos desvãos esquecidos da Constituição para fazer com esse instrumento alguma campanha e agitação, de anarquia ou de interesse eleitoral; a União Democrática Nacional, na opinião e no consenso convergente dos eminentes juristas que deram a honra de apartear o meu discurso, veio tomar posição em debate público, veio assumir atitude em uma controvérsia atual e, portanto, Sr. Presidente, servir-se neste momento de um instrumento oportuno, de uma arma atual, de uma forma contemporânea de combate para se situar, para se localizar, para se inscrever em uma posição que nos parece por todos os títulos também oportuna e conveniente.

O Sr. Lúcio Bittencourt – De maneira alguma, a conclusão de V. Exª não está de acordo com a premissa.

O SR. AFONSO ARINOS – Mais adiante V. Exª há de ver que está.

O Sr. Lúcio Bittencourt – Dizer-se que o *impeachment* não é obsoleto, dizer-se que o *impeachment* é do Direito Público moderno, não importa em declarar, necessariamente, que a UDN não o tenha utilizado como pretexto exclusivamente eleitoralista ou demagógico.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Exª poderá destruir a segunda parte das minhas afirmativas, depois de ouvir as razões que tenho a aduzir em favor delas.

O Sr. Lúcio Bittencourt – Irei destruí-la. ...

O SR. AFONSO ARINOS – Espero que V. Exª o faça; mas, apesar de toda a admiração e esperança que deponho na sua brilhante atuação jurídica e oratória, não acredito que chegue a realizar ou consumar esta esperança.

O Sr. Lúcio Bittencourt – Vamos ver...

O SR. AFONSO ARINOS – Mas, Sr. Presidente, desejo consignar, de partida e de início, esta necessária retificação. A maioria da Câmara, neste ano de 1954, entende que o instituto da responsabilidade presidencial não é, de forma alguma uma mofada, uma poeirenta arma tirada dos arsenais das espadas, das adagas e das pistolas de duplo cano e de balas de chumbo. É ao contrário; uma posição extremamente viva e uma atitude extremamente moderna.

Passando à segunda parte, que eu desejaria acentuar na minha oração, eu gostaria de colocar a minha posição pessoal, em face do problema jurídico do *impeachment.*

Para mim, a responsabilidade presidencial é um processo que participa de três forças ou de três situações, senão distintas, pelo menos distanciadas.

É processo que participa de um formalismo processual, de um conteúdo político e de uma sanção disciplinar ou administrativa. Esta é, realmente, no meu entendimento, a configuração geral que dentro do direito brasileiro podemos dar ao instituto da responsabilidade presidencial – formalismo processual, conteúdo político, sanção disciplinar ou sanção administrativa.

Por que formalismo judicial? Porque formalismo processual? E aqui, Sr. Presidente, desde logo devo declarar que, de acordo com as primeiras considerações emitidas na minha oração, eu já me separo, eu já divirjo um pouco, eu já me distancio algo do pronunciamento e de opiniões, inclusive emitidas por alguns dos expoentes mais respeitáveis da minha própria agremiação. Entendo que é um processo com a formalização judiciária, porque como tal tem sido entendido desde a instituição deste processo no Direito Constitucional. A lei atual, a lei que aqui tenho – é a nº 1.079, de 1950 – lei esta, aliás, em que tive a honra de colaborar pessoalmente por duas razões, primeiro, porque fui o autor do projeto de resolução que criou a comissão interparlamentar que elaborou os projetos de leis complementares da Constituição; segundo, porque, participando dessa comissão interparlamentar, assim como participou com o costumeiro brilho e com a habitual eficiência o nobre líder da maioria, tivemos oportunidade, inclusive, de colaborar na confecção desta lei. A lei

atual em muitos pontos não difere Sr. Presidente, da primeira lei republicana que traçou os lineamentos do processo presidencial de responsabilidade e que, se não estou enganado, é a Lei nº 27, de 7 de janeiro de 1892. Esta lei é que estabeleceu, dentro dos quadros do Direito Constitucional, que não diferiam muito dos atuais, um processo de execução que também não se distancia muito daquele que agora adotamos. Neste processo de execução, o papel da Câmara, que é o único no qual devo concentrar o meu discurso, era o de tribunal de pronúncia, conforme aqui tive oportunidade de manifestar-me, aparteando o nobre deputado, meu prezado amigo e ilustre jurista, Sr. Aliomar Baleeiro.

Tanto nos artigos 20 e 22, como no artigo 89, da atual lei, fica perfeitamente esclarecida a posição da Câmara como tribunal de pronúncia para aceitar a denúncia oferecida contra o Presidente da República. Aqueles de nós que tiveram oportunidade, no início das suas respectivas vidas públicas, de servir, como membros do Ministério Público, nas comarcas dos seus respectivos estados; aqueles, como eu, que iniciaram a sua carreira pública como promotores de Justiça devem lembrar-se, perfeitamente, de que, no processo de instrumento criminal, havia duas etapas iniciais: a do recebimento da denúncia pelo Juiz municipal – na minha província, no Estado de Minas Gerais tinha esse título – e a da decretação, da declaração da pronúncia por esse mesmo Juiz municipal. Promotor oferecia a denúncia e o Juiz aceitava essa denúncia como objeto de deliberação. Feitas as provas, examinando o material constante do processo o Juiz prolatava a sentença de pronúncia que dava então início, realmente, ao processo de julgamento do crime, ao processo penal propriamente dito. E é esta, exatamente, a função da Câmara dos Deputados. O que deveremos fazer, o que vamos fazer, o que vou fazer, como líder do meu partido, é votar pelo conhecimento da denúncia, declarar a denúncia objeto de deliberação, a fim de que mais tarde a própria Câmara, obedecidas aquelas regras, consignadas, determinadas e traçadas pela lei competente, a própria Câmara venha, num segundo pronunciamento, em segunda votação, estabelecer se a pronúncia deve ou não ser recebida e, então, fazer, com que, realmente, o processo entre na sua fase final, isto é, seja remetido ao Senado para o respectivo julgamento.

Daí o fato de eu dizer que, na primeira fase, a ação da Câmara até certo ponto, tem feição judiciária, que escapa mesmo ao descontrole das paixões e às violências das posições políticas. Estarei eu convencido de que devemos aqui votar, até certo ponto, como políticos? É verdade, mas como políticos imbuídos de uma condição ou de uma situação judiciária, da sua posição de juízes políticos, emitindo o nosso ponto de vista em relação a esta preliminar: se deve ou não ser adotada a denúncia, isto é, a preliminar da aceitação da denúncia, que é a fase que deveremos transpor na votação de amanhã.

Acredito que, também a esta segunda parte do desenvolvimento do meu raciocínio não ocorrerá sério obstáculo, nem contradita ponderada por parte dos meus ilustres adversários da maioria desta casa.

O Sr. Castilho Cabral – Permita-me V. Exª. Há até a aduzir uma circunstância que distingue perfeitamente as duas fases. Na primeira fase, a de considerar ou não objeto de deliberação, tanto se pode assemelhar ao recebimento da denúncia, que o artigo, se me não engano 20 da Lei nº 1.079 não exige maioria absoluta; e quando na segunda fase se decretar ou não a acusação, aí está exigida, não somente pela Lei nº 1.079, como pela própria Constituição, a maioria absoluta dos membros da Câmara, para que possa ser tomada a deliberação.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª, com a sagacidade do seu engenho jurídico, acaba de prestar um desserviço ao seu humilde colega que ocupa a tribuna. Este era o meu grande argumento, o argumento de que me ia servir, em face do Sr. Presidente, para defender a votação por simples maioria.

O Sr. Castilho Cabral – Pensei que V. Exª havia terminado a argumentação sobre a matéria, pois, caso contrário, não teria usado tal argumento.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas isso complementará a votação de Vossa Excelência amanhã, quando entrarmos na votação.

O Sr. Lúcio Bittencourt – Permito-me lembrar a V. Exª que, mesmo na fase de recebimento da denúncia, a primeira condição para que ela seja recebida é que o fato narrado constitua crime.

O SR. AFONSO ARINOS – Apoiado. V. Exª continua sempre intervindo no mérito da denúncia, mas não contraria as afirmativas gerais que estou fazendo. Estamos, pois, de acordo.

O Sr. Lúcio Bittencourt – Estou de acordo com V. Exª quanto a que esta fase é apenas de recebimento de denúncia e mais que, para a denúncia ser recebida, é mister constitua crime o fato narrado.

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente, V. Exª está, com sua habitual honradez e, para mim tão cara, probidade política, me valendo muito no desenvolvimento de meu discurso. Está mostrando que tenho razão quando exijo nos pronunciamentos aqui apenas com a consciência da justiça no conhecimento do assunto.

O Sr. Lúcio Bittencourt – V. Exª não vai conseguir provar que o fato ocorrido constitui crime.

O SR. AFONSO ARINOS – Arquimedes dizia: dêem-me uma alavanca e levantarei o mundo. Pois bem: dêem-me dez minutos mais e talvez possa provar que os fatos narrados constituem crime.

O Sr. Gustavo Capanema – Vou além de V. Exª, nessa questão da função judicante da Câmara e do Senado. No meu entender, não é somente nesta primeira fase que estamos julgando. Julgando estaremos na segunda fase também. E o Senado não escapa à contingência de julgar. Assim de princípio a fim na Câmara e no

Senado, o processo exige, da parte dos deputados e senadores, o estado de espírito de juízes. Terão de estar convencidos de que não são membros de um partido, mas juízes de uma causa. Não estou vendo a razão pela qual V. Exª chama a nossa atenção para o caráter judicante apenas desta primeira fase do processo. Eu gostaria, a este respeito, é que V. Exª me dissesse se acha que, na primeira fase do processo, a Câmara dos Deputados deve fugir ao mérito da questão para lhe examinar apenas o aspecto formal como, na série dos seus artigos destes dias, vem sustentando o grande jornalista Sr. Prudente de Morais Neto.

O SR. AFONSO ARINOS – Não acho, e V. Exª a verá, no desenvolvimento do meu raciocínio, como não acho.

Sr. Presidente, advirto V. Exª, com antecedência, de que me servirei do dispositivo do art. 12 do Regimento, pedindo a palavra como líder da minoria, se não puder desenvolver o mínimo do raciocínio que me trouxe a esta tribuna. V. Exª terá a bondade de verificar, em sua alta sabedoria, se é justa, ou não minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE – Durante a discussão, tem de ser aplicada a lei e não o Regimento.

O SR. AFONSO ARINOS – Então, Sr. Presidente, caso me pareça necessário, encerrada a discussão e antes da votação, voltarei à tribuna. Acredito que a lei não poderá impedir.

O SR. PRESIDENTE – Está inscrito o Deputado Gustavo Capanema, que pensa de acordo com V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

Sr. Presidente, passo, agora, a examinar um segundo aspecto dessa colocação que fiz do problema. Não é apenas em minha opinião e em nosso direito que a posição da Câmara participa do formalismo processual e das incumbências do judiciário. É esta também a opinião dos mais abalizados autores, tanto no direito americano, de onde retiramos os artigos da Constituição de 91 e, por via de conseqüência, os da Constituirão de 46, como nos precedentes brasileiros. Em matéria de direito americano, limitar-me-ei a citar autor considerado, no consenso unânime de nossos juristas, o que mais extensa e profundamente versou as origens, a prática e a doutrina da Constituição americana: Watson. Diz ele que os constituintes americanos criaram um tribunal – um tribunal, veja bem a casa – que deveria impedir o responsável e outro tribunal que deveria julgá-lo. É assim, na opinião de Watson, que a Constituição americana criou dois tribunais: um de pronuncia, conforme declarei há dias, em aparte a ilustre colega; outro de julgamento, no caso, o Senado.

Sr. Presidente, existe, ainda o precedente concreto, o precedente indiscutível de nossa própria vida política.

Mais do que de nossa própria vida política, da nossa própria vida de casa do Congresso Nacional, porque se verificou na Câmara dos Deputados.

Por ocasião da denúncia oferecida contra o Vice-Presidente da República em exercício, no ano de 1893, Marechal Floriano Peixoto, denúncia que, digo como modesta homenagem aos baianos, provocou os mais admiráveis estudos feitos sobre o instituto do *impeachment* em nossa literatura – exatamente os artigos de Rui Barbosa – nessa oportunidade, a minoria da Câmara dos Deputados, minoria composta de quatro deputados contra cinco da maioria, que constituíam a Comissão de nove, incumbida de estudar a matéria – essa minoria declarou – como nós, de meu partido, declaramos, na Comissão cujos trabalhos estamos discutindo – que a Câmara, antes de funcionar como tribunal judiciário, para julgar se a acusação é procedente ou improcedente, funciona como tribunal soberano e exclusivamente político, para decidir, sem ser obrigada, antes disso, a fazer diligência alguma, se a denúncia é ou não objeto de deliberação.

Esta, a tradição parlamentar brasileira – a de que a Câmara funciona como tribunal exclusivamente político, a fim de deliberar, sem ser obrigada, antes disso, a fazer diligência alguma. A denúncia era oferecida contra o Presidente da República no caso citado, Vice-Presidente da República, cuja marcha para a ditadura foi sofreada pela resistência parlamentar, tal como hoje nos reunimos e conclamamos nossos companheiros nesta casa a barrar a marcha para a ditadura do segundo caudilho, que deseja se incorporar ao poder para dele se servir como instrumento de mando.

Hoje, estamos, na minoria, como estávamos há sessenta anos, defendendo a mesma tese, gritando àqueles patriotas que quiserem ouvir, abrindo os olhos da nação às verdades que ninguém mais pode esconder ou tentar esconder. Estamos aqui dizendo o que há sessenta anos disseram os brasileiros nossos antecessores. Defendemos as prerrogativas da Câmara para advertir o governo, para sofrear o governo, para barrar o governo, para impedir o governo em sua marcha translúcida, em seu passo meridiano, em sua emboscada evidente no sentido da ditadura. Aqui estamos como estivemos há sessenta anos. *(Muito bem!).*

O Sr. Gustavo Capanema – Não apoiado.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, eu me desculpo desta emoção, que faz mais mal a mim do que a meus ouvintes. Procurarei resguardar e freiar os ímpetos de meu temperamento, a fim de que a discussão possa prosseguir no clima que convém ao esclarecimento dos debates.

Falei em processoalismo judiciário. Falei em conteúdo político.

Agora. Sr. Presidente, desejo, nesta fase subseqüente do meu discurso, abordar o segundo aspecto do problema ou seja o aspecto do conteúdo político do processo de *impeachment.*

Aqui eu pretenderei em poucas palavras, embora não veja momento no recinto o meu venerado colega e prezado amigo Sr. Deputado Augusto Meira, meu ilustre ex-colega na Comissão de Constituição e Justiça, responder às considerações por S. Exª formuladas com referência à aplicação do princípio do direito inglês na for-

mação do *impeachment,* tal como se encontra na Constituição brasileira. E isso, aliás, não é matéria impertinente às nossas deliberações.

Sr. Presidente, todos nós que perlustramos os bancos das faculdades de Direito sabemos que a adaptação do instituto da responsabilidade presidencial provém da influência exercida pelos grandes juristas ingleses na mentalidade, na convicção e na cultura dos constituintes americanos. Foi Coke, foi Blackstone, foram os maiores homens do mundo na sua época que, reunidos em Filadélfia, traçaram a carta constitucional para um pequeno número de estados agrícolas e que continua sendo a mesma carta constitucional que preside aos destinos do maior país industrial e militar que já existiu na História.

Mas, Sr. Presidente, houve completa modificação – e aqui eu gostaria de responder ao Deputado Augusto Meira – houve modificação substancial no próprio conteúdo, na própria idéia da responsabilidade presidencial, tal como adotada nos Estados Unidos, em comparação com seus antecedentes ingleses. Na Inglaterra, o instituto do *impeachment*, foi, anteriormente, destinado a impedir as malversações, os crimes e os abusos praticados pelos membros do Parlamento. Nos primeiros anos, há muitos séculos, o *impeachment* se aplicou, na Inglaterra, contra os membros da Câmara dos Comuns e contra os membros da Câmara dos Lords. Só muito depois, pelo desenvolvimento natural do governo de gabinete, pela criação espontânea, que poderemos chamar criação vital, do regime parlamentar, é que esse instituto foi caindo em desuso. E por que caiu em desuso? Aqui apelo para os parlamentaristas desta casa, apelo para os nobres Deputados Coelho de Souza, Aliomar Baleeiro e tantos outros que se metem nessa aventura insensata do parlamentarismo. Apelo para eles.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Permita o nobre Deputado: o *impeachment* é contra o Sr. Getúlio Vargas, não contra nós! *(Risos.)*

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, na Inglaterra...

O Sr. Coelho de Souza – Se V. Exª insistir no adjetivo, perderá um voto *(Risos).*

O SR. AFONSO ARINOS – Nesse caso, retiro o adjetivo. Preciso mais dos votos que dos adjetivos.

O Sr. Castilho Cabral – Estamos salvando o presidencialismo de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª tem toda a razão. V. Exª colocou bem o problema e eu chegarei lá.

Na Inglaterra, dizia, o aspecto antiquado da responsabilidade dos membros dos gabinetes e dos membros das casas dos Parlamentos foi-se acentuando à medida que se constituía logicamente o mecanismo da responsabilidade política. Tanto assim que podemos perguntar: quando se realizou o último *impeachment* na Inglaterra? Foi em 1805. Quando realmente se estabeleceu naquele país o processo do go-

verno de Gabinete, com todas as suas conseqüências? Foi também, no início do século XIX.

Por conseguinte, Sr. Presidente, vemos aqui esta verdade inconcussa: na Inglaterra o instituto do *impeachment* foi abandonado porque o regime parlamentar criou outro sistema de responsabilidade, que é a maioria da Câmara dos Comuns, e a inevitável queda dos gabinetes que perdem esta maioria. Daí ter desaparecido. Não é assunto que nos interessa. Espero ter respondidado ao nobre Deputado Augusto Meira.

Mas, no regime presidencial, esta é a válvula, esta é a força, esta é realmente a porta que os representantes do governo que não freqüentam os palácios presidenciais podem encontrar para abrir, de par em par esses mesmos palácios e colocar seus habitantes debaixo da vigilância, da crítica e das restrições do povo que nos elegeu.

Esta é, realmente, para nós, a porta aberta, a porta franca, a porta em que podemos entrar sem ser por isso acoimados de qualquer traição à nossa posição e à nossa legenda. O *impeachment* é tão necessário à responsabilidade do regime presidencial como a queda dos gabinetes é necessária à responsabilidade do regime parlamentar. E aqui aceito com muita satisfação a lição do nobre companheiro Sr. Castilho Cabral, quando diz que eu, como presidencialista, não podia deixar de ser partidário do instituto do *impeachment.*

Eu o sou porque presidencialista, e, mais do que isto, porque estou convencido de que com esta válvula de segurança, com esta garantia jurídica e com a consciência política que espero seja incutida nos nobres representantes da nação, este regime vai ter o seu momento de responsabilidade e de glória, estabelecendo verdadeiramente o equilíbrio dos poderes e a responsabilidade daqueles que temporariamente exercem esses mesmos poderes.

Tenho aqui duas frases, ou duas idéias, ou duas citações, como melhor queiram os meus ilustres companheiros, que vêm esclarecer, muito melhor do que eu o poderia nas minhas pobres e descoloridas palavras *(não apoiados gerais),* qual o verdadeiro sentido do ato político, da responsabilidade política, do crime político.

O maior de todos os presidencialistas, aquele que com mais força e mais penetração, aquele que mais agudamente e mais poderosamente entendeu o mecanismo do sistema presidencial, foi Alexander Hamilton. Seus artigos seus discursos suas atitudes e sua ação como ministro de Estado são até hoje lições para quem se interesse pelo estudo do sistema presidencial. Hamilton cujo modesto túmulo visitei, comovido, em uma das pontas da cidade de Nova Iorque, este homem, que soube transformar uma carta romântica em poderosos instrumentos de união nacional, dizia que na responsabilidade política do Presidente da República, expressa e manifesta através do instituto do *impeachment,* o sentido da expressão política era exatamente este que nós hoje aqui estamos defendendo. E é este o ponto em que venho encontrar-me depois de um afastamento transitório e ocasional, com uma doutrina do nobre Deputado pela Bahia, Sr. Aliomar Baleeiro. Aqui estamos, acredito, em

perfeita conjunção de idéias. Político é aquele delito, política é aquela infração, segundo Hamilton – e lastimo não ter de memória o número do capítulo de *O Federalista*...

O Sr. Aliomar Baleeiro – É o número 65.

O SR. AFONSO ARINOS – O nobre Deputado Aliomar Baleeiro, que, parlamentarista, é, entretanto, um deleitoso usufruidor da literatura presidencialista, acaba de me dar o número do capítulo. É o número 65.

No capítulo 65 de *O Federalista,* Hamilton diz, com grande procedência e muita verdade, que nós chamamos políticos àquelas infrações, àqueles desvios, àqueles abusos e – vamos empregar a palavra conveniente – àqueles crimes diretamente dirigidos contra a sociedade em si, contra a *polis*, palavra grega. Se há crime, não é contra "a" nem "b"; não é uma infração que traga prejuízos individuais a um cidadão ou a um grupo social; mas são aquelas atitudes de desrespeito à organização geral do país que trazem prejuízos irreparáveis à *polis*, à cidade, ao conjunto do povo.

Daí nossa concepção de crime político e de responsabilidade política não se pode nortear necessariamente, na desobediência àquele ou a este preceito, esta ou aquela lei, mas sim, por concepção geral, por aceitação tácita, por um ponto de vista global de que estes governantes se tornaram incompatíveis com a nossa nação.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Permita. Prudente de Morais Neto que tem escrito comentários admiráveis sobre o problema do *impeachment* nesta fase da vida brasileira, não tem razão quando censura os que sustentam ser o *impeachment* um julgamento político. Quando falamos em política, não atribuimos ao conceito o sentido – vamos dizer o nome – de prevaricação.

O SR. AFONSO ARINOS – Apoiado.

O Sr. Aliomar Baleeiro – O que dizemos é que o julgamento político interessa a coletividade, aos problemas gerais do povo e da nação. Há, entretanto, política boa ou má. Aqueles que defendemos o *impeachment* como instituto político, pressupomos em cada indivíduo o desejo de fazer boa política. Isto, evidentemente, não serve de couraça para quantos, na Câmara, sustentam a mesma tese, no sentido de uma política má.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado ao nobre Deputado.

Dizia eu, há pouco, que Rui Barbosa, nos seus admiráveis estudos publicados na imprensa desta cidade, foi quem melhor versou a teoria de responsabilidade presidencial, no meu entender, em toda a nossa tradição jurídica.

Mas Rui Barbosa, em um desses artigos, declara que na opinião dele o melhor tratadista, o mais profundo escritor jurídico sobre o problema da responsabilidade presidencial era o famoso constitucionalista americano Pomeroy. Tenho, Sr. Presidente, aquela velha edição de Pomeroy, de 1888, perlustrada, percorrida, manejada, anotada pelos nossos grandes antepassados, por aqueles que souberam se conduzir nesta casa do Congresso com a independência e com a bravura que nos hoje recla-

mamos, e estamos certos de encontrar em todos os nossos colegas. Pomeroy, citado pelo grande Rui como o maior interprete da instituição da responsabilidade presidencial diz o seguinte sobre o *impeachment*:

"Sofre o *impeachment* a autoridade que pratica infrações ao seu dever público, as quais seria impossível de se julgar como crimes comuns ou definir na legislação penal como atos puníveis."

Esta é a expressão que hoje traduzi de Pomeroy. Sofrem o *impeachment* aquelas autoridades que, no exercício dos seus mandatos ou das suas atribuições políticas praticam infrações impossíveis de se capitular como crimes comuns ou de se definir como atos puníveis na legislação penal.

É, precisamente, a concepção do caráter político do *impeachment* que vem desde Alexandre Hamilton e é a concepção tradicional do direito brasileiro. São nesse sentido todas as concepções de Rui Barbosa, todos os escritos de Rui Barbosa. E eu cito, neste momento, este nome venerando, esta grande figura da nossa vida pública, como o arrependimento de quem escreveu um livro com o propósito de o não citar. Faço esta confissão à Câmara. Nos meus vinte e poucos anos, escrevi um livro sobre assunto político no Brasil, querendo dar uma demonstração de que minha geração se libertara de Rui Barbosa, e então não me referi uma só vez ao nome do preclaro baiano. E, Sr. Presidente, essa lacuna foi consignada em um dos mais finos e brilhantes artigos que então se escreveram a respeito do meu pobre e esquecido livro, da pena desse admirável jornalista que é Macedo Soares. Chegando ao fim do seu artigo, dizia:

> "O livro desse moço me surpreende, porque não fala em Rui Barbosa."

E era, realmente, propósito meu não falar em Rui. Queria demonstrar que marchávamos, que tínhamos atravessado, transposto a fase da preocupação jurídica na consolidação da República. E hoje me inclino, Senhor Presidente, hoje que chego à idade não direi canônica, mas quase posso dizer provecta, hoje que vejo para traz tantos anos de lutas inúteis, tantos anos de esperanças frustradas, tantos anos de crenças irrealizadas, e que sinto o meu país preso na mesma massa pegajosa, e que encontro o meu povo a braços com as mesmas dificuldades formais do exercício da democracia, eu volto às fontes primitivas daquele que nos ensinou os lineamentos magistrais da nossa organização, colocando sempre, como a flama desenvolta em toda a sua vida e em toda a sua obra, o ódio pela tirania e amor pela liberdade! Eu volto a ele, volto, aos 48 anos, àquele nome que quis repudiar aos 25, para dizer que é exatamente na obra do grande Rui que venho encontrar alento, que venho encontrar impulso para me situar, para trazer o problema da vida pública e da liberdade democrática a fim de que seja colocado dentro da moldura do direito e da sinceridade com que todos temos de nos desempenhar dos nossos mandatos de representantes, não apenas políticos mas também jurídicos, da opinião nacional.

O Sr. Flores da Cunha – Confissão idêntica quero também eu fazer. Republicano e florianista, nunca tive durante a minha formação acadêmica os ódios voltados para o vulto de Rui Barbosa. E, depois de homem feito e formado pertencendo ao Partido Republicano chefiado por Pinheiro Machado, combati a Rui Barbosa mais de uma vez. Devo confessar, agora com V. Exª, que ele foi o maior dos brasileiros, porque ainda daqui a cem anos as suas obras e a sua doutrina estarão vigentes.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre Deputado Flores da Cunha, que é não apenas um testemunho, mas um personagem de todo o drama da primeira República.

Sr. Presidente, eu dizia, portanto que estamos apoiados – eu, pelo menos, ao falar nesta tribuna, em nome do meu partido, sinto-me profundamente apoiado – pela sinceridade da nossa posição, tanto na conceituação formal do processo em que estamos empenhados, como também na definição do seu conteúdo político. Entendemos que é um processo de formalidade judicial e de conteúdo político mas damos ao formalismo judicial e ao conteúdo político aquela significação e aqueles limites que tive oportunidade de, através destas pobres palavras, transmitir aos ilustres colegas. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Pedido de licença para processar os deputados Euvaldo Lodi e Lutero Vargas

22-6-1954

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, discussão como esta que hoje se inicia no plenário da Câmara, é fato que periodicamente se repete em todos os parlamentos democráticos do mundo e que, mais de uma vez, tem chamado a atenção dos juristas e do meio político do nosso próprio país. O problema da concessão ou da negação de licença para o processo de representantes do povo é daqueles de que nos devemos aproximar empenhados em fazê-lo armados com todas as forças da nossa serenidade e unicamente preocupados na manutenção de uma diretriz teórica e de uma linha de conduta política que melhor corresponda ao presente e à dignidade das casas do Congresso. Certamente que esses temas são sempre penosos de se abordar; indubitavelmente esses assuntos provocam em nós aquelas desagradáveis sensações psicológicas criadas por aquilo que a moderna Sociologia chama o espírito de grupo.

Reunidos durante anos a fio em um recinto íntimo, apesar de sua amplidão, irmanados, embora diferentes nas origens políticas e distanciados nas opiniões professadas, cria-se, entretanto, no conglomerado dos representantes do povo, ao termo de uma legislatura e, sobretudo, de uma legislatura extensa como aquela garantida

pela Constituição brasileira, incontestavelmente um espírito de corpo, um espírito de grupo.

Um panfletário, ou melhor um escritor político francês, se não estou enganado, Bertrand de Jouvenel, dizia mesmo que a República é, ao afinal uma associação de camaradas.

La République des camarades era como ele chamava a organização vigente no seu país, porque, de fato, criam-se indefinidos liames, robustecem-se ligações efetivas de simples cortesia e de respeito mútuo que fazem com que só vencendo justificáveis resistências e esmagando compreensíveis sentimentos, possa um representante do povo assomar à tribuna a fim de estudar e se manifestar sobre uma questão que diga diretamente respeito à pessoa de um dos seus colegas.

Eu asseguro à Câmara, afirmo à Câmara que não é sem constrangimento que venho hoje, cumprindo um dever que me parece irrecusável, e manifestando uma opinião que não posso deixar de manifestar, abordar a questão da licença para que sejam processados dois colegas nossos. Não tenho quanto a esses ilustres companheiros nenhum, verdadeiramente nenhum sentimento de animadversão pessoal. Mantenho com o Sr. Deputado Euvaldo Lodi antigas, embora superficiais relações de cortesia. Não mantenho relações pessoais com o Sr. Lutero Vargas, sem que isto, entretanto, signifique de qualquer forma inimizade, desapreço ou hostilidade. Apenas não nos conhecemos. Não tive a honra de ser apresentado a S. Exª nos quatro anos em que eu, em virtude da incumbência de minha função, freqüento assiduamente este plenário e que Sua Excelência, por motivos seguramente justificáveis e devido aos seus múltiplos afazeres políticos e também profissionais freqüenta bem menos do que eu.

É, portanto, Sr. Presidente, levado exclusivamente pelos misteres de representante do povo, que aqui venho sustentar certo conjunto, que me parece coerente, de doutrina e de idéias.

O nobre Deputado Aliomar Baleeiro, que me precedeu, fez menção a um trabalho que eu desejaria, também, desde logo, referir no início das minhas considerações. É o parecer tão justamente louvado, com que o nosso ilustre Presidente, o Sr. Deputado Artur Santos, examinou, se não me engano na sessão legislativa de 1934 ou 1935, a questão do pedido para processar três deputados federais.

Localizou, com precisão, o constitucionalista paranaense a tese geralmente aceita por todos aqueles que se têm manifestado a respeito deste problema jurídico.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Permita o nobre deputado. É vero que os regimes democráticos modernos, direta ou indiretamente, foram copiados da Inglaterra, uns copiados dos Estados Unidos, outros, através da Constituição americana. No começo, realmente, as imunidades foram entendidas deste modo; há muitos anos, talvez mais de cem anos, jamais se interrompe um processo criminal contra um deputado, na Inglaterra, nem, a partir de 1947, se concede o privilégio que tinham os pares, de

serem julgados pela Câmara dos Lordes. É que o lorde tinha foro especial. Na Inglaterra, deputado que delinqüe vai processado. Apenas o juiz comunica o fato à Câmara.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

Dizia eu, Sr. Presidente, que o parecer Artur Santos é peça das mais recentes de nossa literatura constitucional e de nosso direito parlamentar, porque, por motivos que estão no conhecimento de todos, durante largo tempo, nosso país esteve privado do exercício de suas franquias democráticas e, por isso, parecer oferecido há cerca de vinte anos é ainda peça recente da literatura jurídica. O parecer Artur Santos, dizia eu, traçava, com segurança, a tese de que não compete à Câmara dos Deputados entrar no mérito das acusações de que é alvo aquele de seus membros sobre o qual pesa requisição de processo.

Essa tese implica, realmente, em uma posição que faz jus à máxima atenção dos colegas. É verdade que, algumas vezes, mesmo muito recentemente, ou seja, em 1950, certos parlamentares têm entendido a necessidade de considerar o mérito da acusação. Mas isto sempre no propósito, que não se choca com a doutrina sustentada pelo parecer Artur Santos, ou seja, no propósito de manter a integridade da proteção que o Poder Legislativo proporciona ao livre desempenho do mandato parlamentar.

Quero referir-me ao fato ocorrido na República Francesa, há bem pouco tempo, em 1950 ou 1951 e ligado à solicitação de processo encaminhado à Assembléia Nacional, no sentido da atuação de certos deputados do Departamento de Madagascar, acusados de terem participado de uma rebelião ocorrida naquela possessão francesa da costa africana. A Câmara concedeu permissão para o processo: entretanto, posteriormente, a inculpação foi modificada, isto é, os artigos do Código Penal, no qual tinham sido incluídos os deputados, no momento da requisição da licença, foram transformados, abandonados pela acusação, que passou então a se fixar em artigos diferentes, sendo que os primeiros eram apenas acusações de sedição e de motim e que os seguintes eram inculpação de assassínio e de violência corporal. A razão dessa modificação é que, posteriormente ao primeiro pedido, circularam notícias ou houve verificações de que, dos motins anteriores, tinham resultado várias mortes e, portanto, os deputados passaram à ser, com os demais, co-autores do crime de motim e inculpados do crime de morte.

Então, Sr. Presidente, a Assembléia Nacional, depois de ter autorizado o processo, depois de ter permitido iniciasse o Ministério Público o processo, reconsiderou sua posição em decisão que foi objeto de estudos e debates prolongados, requisitou novamente o processo e denegou a licença antes concedida. E denegou-a porque chegou à conclusão não apenas de que a transformação da imputação criminal consistia numa modificação das penas aplicáveis: no primeiro caso, a pena seria de perda de direitos políticos ou de prisão simples, enquanto que, no segundo caso, a pena poderia ir inclusive até à aplicação da pena capital, ou seja, da pena de morte. Não apenas por esta razão a Câmara francesa resolveu reconsiderar a decisão anterior, mas também porque viu, na alteração operada no

decorrer do processo, uma prova de que ele se tinha transformado em perseguição política. Este, o motivo determinante que levou os deputados da Assembléia francesa a reconsiderarem as licenças concedidas e a negarem-na depois da concessão.

Portanto, neste caso, Sr. Presidente, há aparentemente, infração ao princípio geral do não conhecimento por parte da Assembléia, do material contido no processo. Mas vemos ainda aqui que esse conhecimento atende à regra permanentemente obedecida de que a imunidade é uma proteção política que a Assembléia, em seu conjunto, em seu todo, confere a cada um de seus membros, para que tenham pleno direito ao exercício de seus mandatos, sem a turbação, sem a violência, sem o atropelo das paixões políticas desencadeadas.

Esta é, em resumo, a posição aqui defendida pelo meu brilhante antecessor e à qual me filio de forma absoluta e integral.

A Câmara só pode entrar no mérito da acusação quando esta lhe parecer suspeita ou eivada de paixão política e, nestas condições, só deve denegar o pedido que lhe é feito quando se convence de que a suspeita é fundada.

Sr. Presidente, não pretendo estar trazendo absolutamente nada de novo quando apresento à douta Câmara estes elementos da doutrina constitucional que rege a espécie que nos ocupa. Mas para registro em nosso *Anais* – para que amanhã não se possa dizer que, na medida de minhas possibilidades não contribuí no esforço de esclarecer o plenário – desejo examinar a maneira por que, invariavelmente, em todas as doutrinas vigentes nos países democráticos esta tese é aceita, respeitada e praticada.

Peço aos ilustres pares, de antemão desculpem-me a monotonia, a insistência e a repetição das citações, mas é muito a propósito que o faço, pois não desejo fiquem nos *Anais*, opiniões pessoais minhas como deputado, nem mesmo opiniões pessoais minhas como estudioso do Direito Constitucional. Quero assentar a posição em que me coloco, esclarecer o ponto de vista que aqui defendo, baseado na mais rútila, na mais límpida, na mais uniforme, na mais segura e na mais imparcial cadeia de autores jurídicos de que se pode servir um orador versando o assunto. Começarei pela doutrina francesa.

O mestre, o fundador do Direito Constitucional moderno francês, o professor Esmein, diz o seguinte:

"Ela (a Constituição) quer somente protegê-lo contra os processos infundados ou intempestivos, que não foram inspirados senão por um sentimento de perseguição política.

Ela não admite esses processos sem que a Assembléia os tenha autorizado porque não haverá certeza de que eles são suficientemente sérios e sinceros."

O professor León Duguit, grande constitucionalista, o diretor, *doyen*, o deão da Faculdade de Direito de Bordeaux, escreveu esta frase que, posteriormente, se tornou clássica e vem sendo repetida por muitos daqueles que abordaram o assunto depois dele.

"A Câmara solicitada por pedido de autorização de processo não tem que examinar o fundamento da imputação... ela deve examinar somente se o pedido é legal

e sincero ou se, pelo contrário, é motivado, no fundo, pelo objetivo, no caso de emanar do governo, de atingir a honra, a liberdade de certos deputados."

O professor Laferrière, um dos mais brilhantes representantes da tradição jurídica constitucional francesa da atual geração, escreve:

"A Assembléia deve unicamente procurar saber se os processos que lhe são pedidos para autorizar são processos inspirados por inimizades pessoais ou paixão política, cujo fim seria atentar à independência do parlamentar. Senão, ela deve autorizar."

Na Itália, Mohrhoff, que é o autor de um dos mais importantes trabalhos sobre Direito Parlamentar, escreve o seguinte:

"A garantia tende a impedir que um membro do Parlamento seja subtraído ao exercício de sua função sem que a Câmara seja advertida e possa avaliar a seriedade dos motivos que justificam a limitação da liberdade de um de seus membros."

Bianchi Espinosa, que se ocupa dos artigos da Constituição atual italiana que dizem respeito às imunidades parlamentares, em um tratado notável de Direito Constitucional italiano, que todos os companheiros conhecem, sobretudo aqueles que se especializaram no assunto, diz:

"Conceder ou negar autorização é, assim, uma faculdade discricionária da Assembléia; ainda que, por praxe constante, não seja ela negada no caso em que a imputação seja por fato de gravidade e revista caráter de seriedade."

Oreste Raneletti, em cuja honra a Universidade de Roma, há pouco tempo imprimiu dois admiráveis volumes de estudo, um dos maiores constitucionalistas da Europa, laureado escritor, magnífico representante do pensamento jurídico da Itália, que conseguiu escapar à época do fascismo e que pode, por conseqüência, manter ainda hoje a tradição que há pouco me referi, diz:

> "A Câmara, pois, no exame do pedido de autorização de processo contra os próprios membros, deve considerar, para tomar a resolução, se, na base dos elementos recolhidos e fornecidos pela acusação existem razões sérias e fundadas para a imputação, ou se, ao contrário, a acusação não resulta de imputação séria ou fundada, ou aparece eventualmente determinada por motivos políticos, para afastar do exercício das suas funções no Parlamento o senador ou deputado de que se trate."

Na Bélgica, Errera, autor clássico, estimado, respeitado e repetido pelos nossos pais disse o seguinte:

"As únicas razões pelas quais se compreende a recusa oposta à Justiça pela Câmara são o caráter vexatório e arbitrário do processo por facciosismo ou caráter evidentemente mal fundado da ação penal."

Chegamos, assim, Sr. Presidente, a uma coleção, que me parece impressionante pela uniformidade do raciocínio e pela identidade das conclusões dos mais ilustres juristas do Velho Mundo. No Brasil eu citarei apenas dois: um grande jurista do Império e um respeitado autor da moderna República.

Pimenta Bueno dizia nos seus comentários:

"A dignidade da Câmara não sacrificará, por certo, nem os direitos de um membro seu, nem os deveres de justiça e da política, depois que tiver maduramente apreciado a importância do assunto e das circunstâncias que o rodearam." Finalmente, para encerrar esta talvez fastidiosa mas, na minha intenção, bastante significativa enumeração de opiniões concordantes eu a completarei com Temístocles Cavalcanti, nos seus *Comentários à Constituição*, em que diz:

"Pode a Câmara atender à deficiência dos elementos colhidos no inquérito e evitar o processo para não sujeitar que um procedimento injusto atinja também à Câmara."

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com o maior prazer.

O Sr. Gustavo Capanema – V. Exª não está sendo de modo nenhum fastidioso. Ao contrário, V. Exª está produzindo um discurso de grande altura e substância, como aliás é do seu hábito.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado.

O Sr. Gustavo Capanema – E quer que o debate fique numa altura sem paixões, circunstância que torna o seu discurso um modelo para os outros oradores. Na verdade, neste debate, a conduta dos pares não pode ser outra senão a que V. Exª está adotando: a de manter diante dos colegas julgados a serenidade e a prudência.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª me honra muito com seu aparte.

Dizia, eu, portanto, Sr. Presidente, ao fim dessa exposição de opiniões alheias, que, insistindo no que de início asseverei, não trouxe a esta tribuna qualquer procuração pessoal contra colegas que não me deram motivos para desestima. Trouxe, entretanto, a preocupação que mercê de Deus jamais me abandona, de votar de acordo com uma diretriz que corresponda aos fundamentos da minha posição teórica e àquilo que me parece atender mais ao interesse, ao decoro e a dignidade, não apenas da Câmara dos Deputados, mas também – o que é importantíssimo salientar – dos próprios colegas que estão sendo objeto das acusações para cujo esmagamento devem eles próprios contribuir.

Fundado nessas premissas, estabelecidos esses alicerces lógicos do meu raciocínio, chego à segunda parte, à parte objetiva, à parte concreta, à parte resolutiva da minha argumentação; chego ao ponto de examinar em que se fundam as acusações, em que se originam ou de que fontes promanam os pedidos para o processo dos nossos dois colegas.

A Câmara conhece os antecedentes desta discussão. A Comissão de Constituição e Justiça promoveu o exame do assunto em duas etapas sucessivas.

Na primeira fase, sendo Relator o nobre Deputado do Partido Republicano, Sr. Daniel de Carvalho, a Comissão de Justiça teve presente um parecer que não era resolutivo; era um parecer em que o nobre Deputado Daniel de Carvalho, com o cabedal de conhecimentos, de experiência e de alta ética que todos nós conhecemos e respeitamos em S. Exª, alinhava a série de argumentos da natureza daqueles de que me venho servindo, e, depois de alinhá-los, partindo do presuposto de que a votação em plenário era feita por escrutínio secreto, chegava à conclusão de que seu parecer também não poderia deixar desrespeitar o segredo da sua própria opinião. Nestas condições, S. Exª expôs a matéria como se fosse o relator de um dos vetos do Presidente da República que são submetidos à nossa apreciação, mas não comprometeu a sua opinião pessoal, e, por conseqüência, não concluiu. Entretanto, o nobre Deputado Lúcio Bittencourt, ilustre jurista que também respeito e admiro, pensando de maneira diferente, avocou, como Presidente da Comissão, o processo, e opinou no sentido que a Comissão, ainda que por votação secreta, deveria realmente pronunciar-se sobre o mérito da concessão ou negação da licença.

O Sr. Fernando Nóbrega – Parece que V. Exª, nesta parte, não está sendo exato, talvez porque não tenha conhecimento do que se passou na Comissão de Justiça. O Sr. Lúcio Bittencourt sustentava a tese, a que V. Exª se referia, do Deputado Daniel de Carvalho. Entendia o Deputado Lúcio Bittencourt que o relatório ou parecer da Comissão não deveria ser conclusivo. Nesta parte, invoco o testemunho do nobre Deputado Bilac Pinto.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência não tem por que invocar outro testemunho que não o da sua palavra.

O Sr. Fernando Nóbrega – É um correligionário de V. Exª e eu posso também estar equivocado. Mas tenho quase que a certeza de que o ponto de vista do Deputado Lúcio Bittencourt foi o de que o parecer não deveria ser conclusivo.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço o aparte, nobre Deputado Fernando Nóbrega, e digo que V. Exª não tem que evocar o testemunho de ninguém, pois a palavra de V. Exª para mim é suficiente. E o meu equívoco se justifica, porque no parecer conclusivo da Comissão, o Deputado Lúcio Bittencourt assinou em primeiro lugar, supus, por isso, que tivesse avocado o processo e o relatado.

Mas, de qualquer maneira, seja a iniciativa de quem for, a verdade é que a Comissão de Justiça, provocada por um de seus membros, cujo nome não me recordo

no momento, decidiu não acompanhar o ponto de vista do relator e deliberar, ainda que por escrutínio secreto, sobre o mérito da questão.

Nestas condições, chegou à conclusão contrária, por maioria de votos, embora o parecer não especificasse qual tenha sido essa maioria. Isto é, chegou à conclusão de que o plenário deveria negar a licença.

Estamos, portanto, Sr. Presidente, em face deste parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Mas, pergunto: porque o parecer da Comissão de Constituição e Justiça se resume em dois períodos de pura enunciação, sem um argumento, sem um raciocínio, sem o mais leve, o mais distante, o mais tênue, o mais afastado esboço de justificação? Não se baseia em nenhum argumento de natureza jurídica, nem de nenhuma outra espécie. Apenas declara, enuncia, relata, conta que reunidos os nossos eminentes colegas em uma sala promoveram um escrutínio secreto e deliberaram negar a licença para que se processassem os nossos ilustres companheiros.

O Sr. Fernando Nóbrega – Porque se assim não fora, nobre Deputado Afonso Arinos, teria sido quebrado o sigilo: seriam conhecidos os pontos de vista da maioria que opinou pela rejeição da licença. Foi esse o pensamento que orientou a Comissão de Justiça.

O SR. AFONSO ARINOS – Já neste ponto, o aparte de V. Exª não me tranquiliza nem me satisfaz. Eu não acredito que a simples exposição de uma linha de raciocínio, que o necessário apoio em argumentos de natureza jurídica, viessem revelar, de qualquer forma, sentimentos ou votos sujeitos a um regime de discrição de reserva, de sigilo. O sigilo é imposto no voto, no pronunciamento definitivo. Mas desde que em uma peça coletiva como é o relatório da Comissão, ninguém se descubra individualmente, uma vez que ninguém saiba sequer quais foram os que votaram neste ou naquele sentido, porque todos os deputados assinaram o parecer, sem restrições, sem quaisquer reservas; desde que a Comissão assinou unanimemente este parecer, é claro que para nosso esclarecimento, para nós que não estudamos a matéria, para nós que aqui servimos, como em geral temos que servir, no sistema presidencial que praticamos, como simples cumpridores das indicações e das orientações das comissões técnicas, necessário se fazia, conveniente se tornava, imperativo se apresentava que a douta Comissão de Justiça viesse justificar juridicamente os pontos de vista em que se tinha assentado e as razões fundadas da sua atitude negativa.

O Sr. Aziz Maron – V. Exª me permite? Fazendo parte, como faço, da Comissão de Justiça, devo esclarecer a V. Exª que a bancada do meu partido comandou a tese de que o parecer deveria ser conclusivo. Nós nos batemos denodadamente – e isso deve constar das atas da própria Comissão – para que o parecer fosse conclusivo embora a votação fosse secreta. Não haveria revelação do voto, porque, quando se falava em escrutínio secreto, era somente no ato de votar, em que o indivíduo não sofreria influência de quem quer que fosse. Aquele voto seria dado secretamente.

Ninguém saberia se a pessoa votou contra ou a favor. Mas o parecer seria conclusivo, mesmo para orientar o plenário. Fomos, porém, vencidos neste particular. E se V. Exª não encontra na publicação do parecer nenhuma palavra que assinale essa orientação de alguns deputados, entre os quais eu me coloco, é porque do parecer Daniel de Carvalho foi votada apenas a questão preliminar. Votando e assinando a resolução, como que nos subordinamos à decisão da própria Comissão. Mas nas atas da Comissão de Justiça V. Exª encontrará os subsídios com que eu justifico este meu pronunciamento em aparte ao discurso de V. Exª.

O Sr. Luís Garcia – Quero lembrar que esse ponto de vista foi igualmente sustentado pela bancada udenista com assento na Comissão de Justiça. Todos nos batemos por um parecer conclusivo, embora a votação fosse secreta.

O Sr. Fernando Nóbrega – A unanimidade, não. Posso citar até colega nosso, dos mais eminentes, pertencente à UDN, que se manifestou contrário ao parecer conclusivo.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, os apartes dos ilustres Deputados Assiz Maron e Luís Garcia me dão novo alento e emprestam nova autoridade à posição que eu aqui tinha assumido a respeito do assunto. Não é apenas meu ilustre e caro correligionário que comigo partilha da incumbência da liderança da nossa bancada, mas também meu eminente adversário, o Sr. Deputado Assiz Maron, que vêm aqui, com sua opinião e a narrativa do que ocorreu no decurso da discussão dentro da Comissão de Justiça, consagrar, com mais autoridade do que eu, a posição que aqui estive defendendo individualmente, ou seja que este parecer da Comissão de Justiça não é peça que possa reclamar, de forma alguma, autoridade e competência para orientar o plenário numa questão de tanta magnitude. Não podemos seguir leis traçadas por aqueles dos mais eminentes colegas que não tenham entretanto competência de legislar. Isto não é uma lei. Em assunto de tal importância, a Comissão de Justiça não pode baixar decretos-leis declarando que o plenário deve fazer isto ou não deve fazer aquilo. A Comissão de Constituição e Justiça, no desempenho de suas atribuições, que são da mais significativa importância, a Comissão de Justiça, respeitando o seu luminoso passado, que faz com que ela seja um dos centros mais ativos, mais vigilantes e mais importantes da cultura nacional, não poderia, de forma nenhuma, tomar uma atitude como a que tomou, convidando o plenário, exortando o plenário, coagindo o plenário, ordenando ao plenário tomar uma posição sem que nós, pobres mortais afastados do convívio olímpico daqueles ilustres cultores do Direito, saibamos porque votar assim, saibamos como votar assim, saibamos por que razões temos de nos atrelar a esse voto que nada significa, que nada contém, que nada aconselha, e que nada adianta.

O Sr. Arruda Câmara – V. Exª vai permitir-me um aparte. Convido-o a diminuir um tanto a veemência contra a Comissão de Justiça. A Comissão não baixou nenhum decreto, nem coage o plenário a votar neste ou naquele sentido. Falo na

qualidade de membro daquela Comissão, talvez o menos autorizado *(Não apoiado)*. A Comissão opinou, pela sua maioria, no sentido de negar a licença...

O SR. AFONSO ARINOS – A Comissão baixou um decreto; não opinou: determinou.

O Sr. Arruda Câmara – Opinou no sentido de que fosse rejeitada a denúncia. E V. Exª sabe que os pareceres das Comissão não obrigam o plenário: já tantas vezes aqui o plenário tem votado contra eles. A própria palavra "parecer" significa opinião.

SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência está-me atribuindo declarações ou intenções que não tive nem tenho. Sei perfeitamente que os pareceres não obrigam o plenário.

O Sr. Arruda Câmara – Mas V. Exª disse que "a Comissão obrigou, que decretou, que determinou ..."

O SR. AFONSO ARINOS – Eu disse que nos termos em que o parecer está redigido, assemelha-se a um decreto-lei, porque é uma imposição, é uma declaração puramente esquelética ...

O Sr. Arruda Câmara – Na opinião de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – ... é uma declaração sem órgãos, é uma declaração sem carnes, disposição legislativa enxuta de palavras, econômica de pensamentos, desdenhosa de explicações. Ela desdenha, não explica. Diz-nos apenas o seguinte: o plenário deve votar assim ...

O Sr. Arruda Câmara – Não. Ela opinou.

O SR. AFONSO ARINOS – Peço ao nobre colega que defenda a Comissão de Justiça, como ilustre membro que é dela – e tive a honra do convívio de V. Exª nesse órgão técnico – quando ocupar a tribuna para sustentar esse ponto de vista.

O Sr. Arruda Câmara – Mas V. Exª há de permitir que retifique, e há de ter um pouco de tolerância, na maneira injusta e áspera por que trata a Comissão de Justiça. V. Exª de ordinário tão cavalheiro, tão elegante, não há de querer cassar-me o direito de fazer uma retificação à alusão, que julgo áspera e menos justa.

O SR. AFONSO ARINOS – Não é injusta nem áspera. É verídica.

O Sr. Arruda Câmara – Permita-me, pedindo a V. Exª completar o aparte.

O SR. AFONSO ARINOS – Permito, pedindo a V. Exª que seja breve.

O Sr. Arruda Câmara – A Comissão entendeu, pela sua maioria, que o parecer não devia ser conclusivo. Diante da exposição do nobre colega Sr. Daniel de

Carvalho, a Comissão julgou-se esclarecida e considerou, mais, que a exposição da questão, com argumentos e raciocínios, desvendaria o segredo do voto ferindo a Constituição. Pode V. Exª considerar errado esse ponto de vista, mas é um ponto de vista respeitável. Nisso não há imposição alguma para o plenário. V. Exª pode esclarecer, conduzir a Câmara a votar neste ou naquele sentido. Houve apenas um parecer: a Comissão, por maioria de votos, opinou no sentido de que se deveria negar a licença. Isso, e nada mais. Não houve imposição.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

Mas, Sr. Presidente, com todo o respeito que me merece a Comissão de Justiça – e devo dizer que para mim o período mais feliz e talvez mais fecundo que vivi neste Palácio Tiradentes foi aquele em que pude ter a fortuna de figurar entre os membros de número desta douta Comissão – queria apenas chamar a atenção do plenário, e este é o meu intuito, e não outro. Não tenho a menor intenção de entrar em polêmica com o eminente colega Monsenhor Arruda Câmara, nem em uma fase de críticas contra aquele douto órgão da nossa casa. Quero apenas chamar a atenção do plenário, visto que a matéria não está instruída juridicamente. Estamos sendo convidados cortesmente, polidamente, respeitosamente, todos os adjetivos e advérbios de que queira servir-se o meu nobre e ilustre contraditor, a tomarmos atitudes cujas razões ignoramos!

Não sabemos porque devemos votar assim em assunto de tanta monta, de tanta complexidade, de tanta delicadeza, de tantas controvérsias, de tanta significação na vida parlamentar e na vida jurídica. O que sei, o que não ignoro, o que aprendi, o que me disseram os doutos, o que me ensinaram os mestres foi aquilo a que a princípio me reportei, desde que comecei meu discurso, manifestando a opinião do ilustre Deputado Artur Santos, até que prossegui pela enumeração, que considerei fastidiosa, de numerosas outras opiniões concordantes, provenientes dos mais insignes autores que se têm ocupado da matéria. Portanto, justo é, explicável se torna, e até mesmo imperativo, que eu deseje conhecer as razões jurídicas que fizeram com que o órgão técnico-jurídico desta casa venha a contra-corrente, venha em sentido adverso, venha em posição hostil, aconselhar o plenário a proceder a uma votação que é exata e diametral negação de tudo aquilo que a doutrina jurídica tem assentado sobre a matéria.

Agora, então, Sr. Presidente, chego à parte final deste meu talvez errado aranzel *(não apoiados),* para me servir de uma palavra que encontra guarida no vocabulário castigado de que por vezes se servem o eminente Monsenhor Arruda Câmara, o *Elucidário* de Viterbo, o Padre Antônio Vieira, e outros.

O Sr. Arruda Câmara – Achei, apenas, que V. Exª de ordinário tão elegante e tão cavalheiro, estava sendo áspero e injusto com a Comissão de Justiça, por sustentar ponto de vista, que podia ser errado, mas era também respeitável. Isso não importa em deixar de reconhecer o brilho de sua oração.

O SR. AFONSO ARINOS – Chego, então, Sr. Presidente, ao final desta confusa consulta, desta angustiada pergunta, desta talvez indiscreta mas necessária

indagação; desde que partimos do princípio incontestavelmente assentado no terreno jurídico de que a permissão para o processo é inevitável, a não ser que fique demonstrado a origem facciosa, pouco séria, política ou apaixonada de inculpação – são estas as expressões de que se servem os escritores em que me apoiei – desde que a nobre, a ilustre Comissão de Justiça não nos esclareceu a existência de outras razões jurídicas para que devamos afastar a permissão, temos de chegar naturalmente à parte final desse silogismo, que é a de examinar se a inculpação que pesa sobre nossos ilustres colegas pode de qualquer forma, ser considerada "facciosa, política, apaixonada ou pouco séria".

Sr. Presidente, no decurso da – quase poderemos chamar dramática – votação do relatório da Comissão presidida pelo nobre, valoroso Deputado Castilho Cabral, foi apresentada pelo nosso eminente colega e meu particular amigo, a quem muito prezo e muito admiro, Deputado Brochado da Rocha, homem que na minha opinião representa, de fato, os mais puros e os mais lídimos valores da tradição gaúcha na política federal – foi apresentada, dizia, por esse generoso, por esse combativo espadachim pampeiro uma emenda que solicitava retornasse o processo à Comissão a fim de que reexaminada fosse a posição dos deputados que estivessem envolvidos nas suas malhas.

É a emenda que figura à página 18 do avulso.

Ora, Sr. Presidente, todos sabemos que, tendo sido dado parecer contrário a essa emenda, pela Comissão Especial constituída nesta Casa, foi esse parecer, no particular, adotado pela Câmara, rejeitada a emenda e assentados, pelo plenário, que não havia razão alguma para que se pudesse excluir do conjunto das medidas preconizadas e indicadas o nome dos nobres Deputados Lutero Vargas e Euvaldo Lodi. Por conseguinte, a Câmara não examinou apenas a matéria. A Câmara amadureceu, refletiu, voltou, pensou, considerou o assunto. E é fundado no pronunciamento da Câmara dos Deputados, e é exatamente confiado na correção, na dignidade, no destemor, na imparcialidade e no espírito justiceiro da Câmara dos Deputados, que ouso afirmar a esta mesma Câmara dos Deputados, que votou contra a emenda e que manteve o parecer neste particular, não ser possível que esta Câmara dos Deputados, que assim decidiu, que assim promoveu, que assim resolveu, que assim deliberou, venha passadas algumas semanas, sair pela única porta que o direito deixa aberta, nesta emergência, que é a porta de considerar pouco sério, faccioso, eivado de paixões pouco respeitáveis o pronunciamento que ela mesma adotou. No que digo, não há nada de apaixonado: não há nada de pessoal. No que digo, não há senão sincero empenho de defender a Câmara dos Deputados, de defender a honra desses colegas que estão sendo acusados, quiçá injustamente. E é fundado nestas razões de direito, nestas razões de fato e neste singelo raciocínio lógico, que apelo para os nobres companheiros da Câmara dos Deputados, no sentido de que reflitam, ponham a mão na consciência e dêem o voto de acordo com o que lhe ditar esta mesma consciência. *(Muito bem! Muito bem! Palmas).*

Atentado contra Carlos Lacerda e morte do major Rubens Vaz

9-8-1954

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, peço desculpas a V. Exª e aos nobres colegas desta Casa se inicio este discurso, que considero de grave responsabilidade para a liderança da minoria, falando de mim. Ao fazê-lo, entretanto, desejo apenas justificar perante os nossos ilustres pares as razões pelas quais ousaria solicitar que a minha oração fosse recebida no mesmo clima em que pretendo pronunciá-la: num clima de receptividade para o debate, de compreensão para as divergências, de entendimento para a singularidade do julgamento do pensamento e, sobretudo, de paciente acolhimento mesmo para a elocução destas palavras.

Não me encontro em condições favoráveis à sustentação de um debate contumelioso. Recebi de correligionários esta noite, cerca de duas horas da madrugada, no meu hotel de Belo Horizonte, solicitação para que regressasse imediatamente ao Rio pela necessidade de participar dos debates que hoje aqui se deviam desenvolver. Ocorrendo a hipótese, aliás freqüente, quase forçada, da ausência de passagens nos aviões matinais, resolvi sair da nossa capital cerca de duas horas da manhã tendo viajado a noite inteira, praticamente sem me deter, senão para reabastecer o meu carro de gasolina. Estou assim, além das minhas deficiências naturais, que reconheço, também com os nervos um pouco abalados pela fadiga desse esforço.

Venho, depois de tantos pronunciamentos autorizados, depois de tantas palavras, ponderadas algumas, inflamadas outras, mas que todas vergastaram, com indignação e sobranceria, o imundo atentado ocorrido em uma das ruas de um bairro familiar desta capital, e que, tendo por alvo uma das grandes vozes da oposição, veio ferir de morte um soldado do Brasil que ali se encontrava, como no comum da sua obscura vida, não em serviço ou tarefa de natureza pessoal, senão defendendo aquilo que há de mais puro e mais alto como inscrição nas cores da nossa bandeira – venho, Sr. Presidente, em nome de meu partido, tecer algumas considerações – ai de mim, melancólicas – formular (quem sabe?) alguns presságios – ai de mim!, sombrios – e levantar algumas indagações, possivelmente mais do que indiscretas, mais do que irreverentes, terrivelmente graves dentro do silêncio que começa a se abater sobre o nefando crime!

O que ocorreu não é fato sem precedentes e não será, infelizmente, acontecimento sem conseqüências. Os réprobos da verdade, os perseguidos pelo clamor da opinião, os fugitivos, os egressos da claridade do livre debate, Sr. Presidente, muitas vezes têm sido levados por considerações primárias de autodefesa, a suprimir um ou outros dos instrumentos ou dos veículos, mediante os quais essas verdades se declaram, esses julgamentos se processam, esta luz da opinião espanca a obscuridade circundante.

Mas no caso que vitimou o Major da Aeronáutica e que milagrosamente poupou o jornalista Carlos Lacerda, o desforço pessoal, a violência direta, dentro do seu caráter execrando apresenta circunstâncias particulares de repulsão!

Compreendo, aceito que o excesso desencadeado das paixões que turbilhonam da oratória do tribuno ou da pena do escritor, possa e até, certas vezes, deva provocar revides de natureza violenta.

Mas nós temos que estabelecer uma gradação – e por que não dizê-lo? – uma hierarquia entre as diferentes manifestações desse revide; temos que distinguir o duelista do homicida e o homicida do sicário. Temos de compreender que o torneio de cavalheirismo antiquado, obsoleto, tantas vezes reprovado pela legislação penal, que é o duelo, não deixa de ser um revide pessoal, um desforço violento de paixões que se incendeiam e que se alçam na cólera. Temos também de aceitar que o ferro ou o fogo do homicida que se erguem e se abatem contra a sua vítima, não podem deixar de apresentar certos laivos grandiosos de tragédia. E se não existisse essa beleza trágica no impulso do homicida que se vinga, na fúria do assassino que dessedenta, no sangue do outro, a sede da sua própria paixão, negaríamos nós, Sr. Presidente, algumas das mais belas, das mais comoventes, das mais acendradas páginas da poesia universal.

Como poderíamos defrontar-nos com as inesquecíveis passagens sobre Júlio César que o gênio shakespeariano nos legou? Como poderíamos nós, se não encontrássemos beleza na tragédia do homicida, nos comover diante daqueles versos em que o grande poeta inglês nos relata a cena de agressão de Brutus sobre César? Aí existe realmente a grandeza da tragédia. Mas o sicário, o torvo sicário, o macilento, o álgido, o venal sicário, o assassino de aluguel, o homem que empresta a morte daquele a quem não odeia, isso, Sr. Presidente, está além da sensibilidade dos corações bem formados e além da revolta dos cérebros mais pacientes!

O que se passou na Rua Toneleros não foi o golpe do duelista romântico, não foi o bote do homicida apaixonado, foi a espera, foi a tocaia noturna, foi a guarda do morcego repulsivo para desferir sem ódio, para desferir sem razão, a fim de lançar convenientemente, na sua conta de "deve" e "haver", o golpe traiçoeiro, o fogo mortífero, a emboscada da traição que, poupando aquele a quem deveria ser dirigida, veio, no entanto, ceifar, na flor de sua glória, uma das vidas de humildade mais rutilante, uma das vidas de modéstia mais poderosa, uma das vidas de obscuridade mais rica que este país tem produzido.

Sr. Presidente, é esta a situação em que se encontra a capital do país; é esta a situação em que se encontra o nosso país com a sua capital. É esta a situação em que se encontram os círculos governativos do Brasil, para edificação, para exemplo, para evangelho, para catequese da nossa massa obscura, incompreendida e ignorante. São estes os exemplos que se dão para solução das divergências. São estas as contas que se ajustam para resolução dos debates de natureza política. O nosso país se afunda, se anula, se consome e deperece, numa onda espantosa de criminalidade social, de criminalidade fundada no que há de mais grave na senda, na escala do crime, porque é, Sr. Presidente, a criminalidade praticada por aqueles que estão incumbidos de fa-

zer respeitar a lei penal. Esta Câmara tem sido testemunha e, até certo ponto, partícipe, esta Câmara tem sido informante e depoente e também muitas vezes, co-participante em episódios que estarreceriam, se apenas sonhados, que encheriam de espanto e de pavor, se apenas entrevistos, as gerações políticas que nos antecederam. Vemos assentar-se, neste país a captura, a coleta, o ganho dos recursos políticos nas entrelinhas do Código Penal; vemos a prática, diuturna e escancarada, das infrações das leis de contravenção penal servindo de base a processo de amealhamento dos tesouros eleitorais; assistimos a reputações impolutas se desfazerem na vala comum da cobiça do jogo; assistimos, nesta casa, através de uma Comissão por nós constituída, à incisão purulenta de um dos mais inomináveis, de um dos mais abjetos abcessos que tem corrompido o organismo de qualquer nação; assistimos, por duas vezes a esse espetáculo do Banco, do instituto, da fundação, da empresa a que o Estado oferece a sua mão poderosa para auxiliar o esforço produtor dos pequenos que mourejam no nosso interior, se transformar em um instrumento servil, em um instrumento repelente, em um instrumento subalterno, através da Carteira de Exportação e Importação e através da sua Carteira de Crédito Geral, dos mais torvos e dos mais torpes negócios de enriquecimento ilícito e de beneficiamento da corrupção da imprensa em nosso país; assistimos a morte vir das mãos de quem deve guardar a vida; assistimos cair inerme, escouceado, espezinhado, com o esqueleto triturado pela bota bestial dos janízaros, um homem cuja vida, humilde e desconhecida, tinha sido toda dedicada ao mister sublime de iluminar e esclarecer a opinião através das colunas dos jornais; assistimos o povo ter medo dos guardiães da ordem; assistimos as famílias caírem opressas, transidas de pavor, quando se aproxima o carro funéreo, da polícia, carro que devia trazer consigo a confiança, o esclarecimento, a boa-vontade e a tranqüilidade; assistimos a esse poder tremendo, que é o poder da polícia – poder que em todos os regimes e em todos os estados, juntamente com o poder fiscal, é o maior é o mais terrível de todos os poderes estatais – transformar-se em instrumento de opressão e de terrorismo, das mais imundas tropelias, das mais vivas crueldades, das mais desavergonhadas corrupções; assistimos o sangue e a lama; assistimos o terror dos fracos e o grito, o jogo, o câmbio negro; assistimos as delícias da inflação fazerem com que o Major da FAB não tivesse dinheiro para o telefone, enquanto que seu assassino possuía uma casa de campo!

Sr. Presidente, eu não falo como homem de oposição, eu não falo como líder da minoria, eu não falo como adversário do governo. Eu falo com a voz estertorada de angústia, eu falo com o coração espezinhado de dor, eu falo com sentimentos revoltados de patriota, eu falo em nome de todos os brasileiros que têm qualquer coisa a defender neste resto que ainda nos sobra de país, que têm qualquer respeito a manter por esse trapo de bandeira que ainda se arrasta! *(Palmas.)* E é com esses sentimentos, é com essa mágoa calorosa, com essa dor e esse sofrimento que eu venho, em face do povo, em nome do meu partido, perguntar, reclamar, exclamar: em que país estamos nós? Em que país estamos nós que fatos como esses se processam há dias, que acontecimentos como os relatados se desenrolem há dezenas de horas e

não há esperança de que se possa chegar ao fim deste túnel, e não há esperança de que se possa chegar ao desmascaramento dessas farsas sucessivas, e não há esperança de que um pouco de alento nos venha levantar o velho, o cansado coração?!

Carlos Lacerda é um homem de quem muitas vezes me afastei; é um homem de quem divergi, de quem divergirei, ainda, provavelmente, visto que nossos temperamentos raramente se coadunam. É uma paixão desencadeada, é um tumulto desoprimido pelo talento, é, muitas vezes, uma imprudência militante. Nunca, porém, censurei eu, nunca me levantei eu, nem me levantaria contra os que, no legítimo exercício do revide às injúrias de que acaso tenham sido vítimas, num desforço autêntico e direto, pudessem procurar medir-se com o bravo e indomável jornalista.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Permite V. Exª?

O SR. AFONSO ARINOS – Com prazer.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Também eu algumas vezes divergi de Carlos Lacerda. Devo, entretanto, deixar claro, nos *Anais* da Câmara, meu depoimento de que essa paixão a que V. Exª se referiu, o tumulto militante que é peculiar ao caráter daquele nosso concidadão sempre, sempre e sempre se desenvolveu no sentido das grandes causas nacionais, dos maiores ideais do povo brasileiro.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre Deputado.

O que realmente me deixa perplexo é essa idéia de mancomunação tranqüila, do entendimento sossegado, apartado e protegido daqueles que, tendo a sensibilidade pessoal menos viva, ou menos forte do que o instinto de conservação, colocam esse instinto acima daquela sensibilidade e promovem, através de uma administração feliz dos seus próprios sentimentos, aquela transferência de risco, aquele seguro de risco que se chama a empreitada do assassínio.

O que é grave no Brasil de hoje é que todos nós da oposição e do governo, todos nós da Polícia, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, todos nós, da universidade e da Igreja, dos clubes estudantis e das agremiações esportivas; lavradores, operários, intelectuais, diletantes, todos nós, neste país, sem nenhuma exceção sabemos que os homens que mataram o Major Vaz não queriam absolutamente matar Carlos Lacerda nem o Major Vaz. Encontravam-se a serviço de outros homens que estavam, esses sim, interessados em que desaparecesse aquela vida que para eles é uma causa permanente de morte, aquela vida física que é como o veneno letal para muita vida moral e que de cambulhada levaram também de sobejo, adicionaram de quebra qualquer coisa sem importância: a vida de um acompanhante, ou seja, o destino de um soldado do nosso céu. Todos nós estamos certos disso e o silêncio desta casa é uma prova de que eu falo a verdade. Todos nós estamos seguros de que os intuitos primeiros, de que as fontes originárias daquele crime não estavam no punho homicida, no dedo que acionou o gatilho, na mente que fez curvar-se o músculo daquele dedo, estavam além, estavam mais longe. Situavam-se alhures entre alcatifas e pelúcias, entre móveis e cristais preciosos, entre risadas e alegrias, entre ordens

secas e demonstrações de poder. Quem são? Quais são? Onde estão? A nossa geração se desonrará se não responder a estas perguntas. *(Palmas.)* Quem são? Quais são? Onde estão?

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto – V. Exª acaba de fazer uma acusação muito grave. Lembro apenas a V. Exª que há homens que no desejo de servir, chegam a cometer crimes bárbaros. Mas o que posso asseverar a V. Exª – porque tive ainda ontem contato com estas pessoas a quem V. Exª deseja referir-se – é que elas estão mais do que quaisquer outras, acabrunhadas com o sucedido, e querem apenas que se esclareça totalmente esse fato para que a nação brasileira não fique fazendo sobre elas o juízo que tristemente V. Exª está fazendo.

O SR. AFONSO ARINOS – Meu caro colega, agradeço a honra do seu aparte, mas desejo desde logo, salientar no seu próprio conteúdo algumas – como chamarei eu? – imperfeições que me proponho a retificar. Não faço acusação a quem quer que seja. Estou, na mais alta tribuna do país, servindo de eco, de transmissor de uma acusação nacional. Esta acusação não está condensada, não está cristalizada, não está personalizada até este momento em nenhum nome que eu saiba. Está entretanto, firmemente corporificada num sistema de governo que tem sido a desgraça deste país. *(Apoiados. Palmas.)* Está no entanto, alinhada em um grupo que se apossou dos instrumentos de governo para praticar o contrário daquilo que tinha sido programa da sua própria ascensão.

Não cito nomes. Não refiro pessoas. Não incrimino indivíduos. Apenas insisto em que aqueles que desejam ter imaculado seu nome nas páginas da nossa história, aqueles que têm interesse em retirar de sobre a sua memória os baldões e as acusações do crime e da covardia, devem realmente fazer aquilo que o aparte do Deputado Augusto do Amaral Peixoto não chegou a concluir. Não devem, apenas confranger-se e molestar-se; não devem apenas, sofrer e se amargurar mas tomar a dianteira, formando conosco, que estamos realmente interessados na elucidação dessa lodosa tragédia, na posição em que temos o direito não apenas de exigir mas de fiscalizar, de acompanhar, de seguir e de deblaterar, se for preciso.

O Sr. Vieira Lins – Aliás, quando V. Exª conclama todos os homens a sentir da mesma forma e a agir da mesma maneira, eu devo lhe asseverar antes os próprios apartes que dei ao discurso do digno Deputado Baleeiro, nós, os homens que estamos honestamente com o governo também pensamos assim, também queremos assim. Daí a razão por que afirmei há pouco que, na realidade, se viéssemos apurar responsabilidades de homens ligados ao governo, ligados a quem quer que seja, mas que fosse realmente mandante do crime dessa natureza, nós da Câmara, não negaríamos o direito de punir esse homem, para que a Justiça dissesse a última palavra. Se o disse assim foi na certeza absoluta de que estamos todos honestamente condenando o erro, achando hediondo e horrendo o que se passou, e, ao mesmo tempo, desejosos de que a Justiça esclareça e puna os culpados, porque não estamos apenas defendendo um homem digno que se foi, mas a nobreza da nação e a sinceridade do regime em que vivemos.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Permita-me o nobre orador. Dado que temos notícia de que as pessoas acusadas, ou pelo menos suspeitadas, estão no sincero e firme propósito de que se esclareça totalmente a verdade, aflora ao espírito logo uma sugestão. Assim como se afasta qualquer pobre diabo que chefia uma seção, uma repartição, quando há um inquérito – às vezes sem envolvê-lo, apenas porque há suspeita de que tivesse complacência para com os subordinados – do mesmo modo, no caso concreto em que a suspeita da nação converge para o Presidente da República ou para os parentes mais próximos ou dependentes ou para os seus válidos, evidentemente impõe-se que a sinceridade do Sr. Getúlio Vargas se expresse através do seu afastamento do cargo, para que, em condições de absoluta imparcialidade e segurança, este crime fique, de uma vez por todas, esclarecido.

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto – Permita o orador conclua o meu aparte e responda já agora ao Deputado Aliomar Baleeiro. O que S. Exª deseja é apenas isto: o afastamento do Presidente da República. Mas, perguntaria ao ilustre colega: a quem interessaria esse afastamento?

O Sr. Aliomar Baleeiro – À nação.

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto – Quais seriam as conseqüências desse afastamento? O que a todos deve interessar é apenas o esclarecimento deste crime monstruoso. E, quaisquer que sejam os criminosos, estejam eles onde estiverem, deverão ser punidos. O inquérito está sendo feito, com a maior isenção de ânimo. Todas as providências estão sendo tomadas, não só pelo Ministro da Justiça, como pelo Chefe de Polícia, como pelo encarregado do inquérito, assistido por um Coronel da Aeronáutica, insuspeito no caso, e assistido, vamos dizer, pela imprensa, que vem acompanhando todos os passos. Pergunto então: por que outras providências? Por que essa providência do afastamento espontâneo do Presidente da República? Parece, Deputado Aliomar Baleeiro, que já aí não se procura apenas a apuração de um fato, mas o que se quer, o que se deseja é criar novo problema político. Essa solução apontada pelo Deputado Aliomar Baleeiro nós não podemos aceitar, porque o momento – e me permito repetir – o momento político nacional é o mais grave possível. Estamos atravessando uma situação que não nos permite saber o que se passará dentro de uma hora. O que precisamos fazer é criar um clima de tranqüilidade para que a Polícia e as autoridades possam, em paz, apurar as responsabilidades e a Justiça condenar os criminosos. Querer criar a anarquia é querer a impunidade dos criminosos, é querer atirar a nação em situação que nenhum de nós pode antever.

O Sr. Aliomar Baleeiro – Meu nobre colega, evidentemente o caso político já está criado. Só a insensibilidade do Sr. Presidente da República poderá desconhecer a desagregação que a autoridade pública no momento sofre no país. A crise moral que atingiu o governo faz com que a própria eficácia do Poder Executivo tenha desaparecido. Entretanto, a permanência do principal suspeito, direta ou indiretamente diante deste crime, no mais alto posto do país faz com que se gere no espírito público essa

dúvida de que as autoridades não dispõem de todos os meios para completo esclarecimento da verdade, sobretudo daquela que mais interessa à nação: conhecer os mandantes. Os executores materiais do crime são pessoas secundárias, que tenho muito receio de que se suicidem. Agora, os mandantes, esses a nação precisa conhecer.

O Sr. Breno da Silveira – Ouvindo com atenção o aparte do Deputado Amaral Peixoto, queria apenas lembrar a S. Exª que uma das pessoas presas é um dos principais envolvidos nos acontecimentos. Esse elemento está ligado ao Estado do Rio, investigador que é da Polícia do Senhor Amaral Peixoto, governador daquele Estado e nomeado há pouco tempo pelo Sr. Agenor Feio. Veja V. Exª a máquina que funciona para o governo.

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Antes que V. Exª me aparteie queria, apenas, para elucidá-lo com relação a esse detalhe, assegurar-lhe que, realmente, o chofer Raimundo de Tal, não me lembro do nome completo, tem uma carteira de investigador do Estado do Rio, a qual se acha à disposição dos curiosos, e provavelmente vai ser fotografada e publicada nos jornais e está firmada pelo Chefe de Polícia Sr. Barcelos Feio.

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto – Não nego que seja absolutamente certo.

O SR. AFONSO ARINOS – Apenas dei esse esclarecimento por uma gentileza para com V. Exª a fim de que não fizesse uma afirmativa infundada.

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto – Não vi ainda essa carteira. Creio tratar-se daquelas chamadas carteiras gratuitas que as polícias estaduais têm o mau hábito de fornecer para fins políticos. Agora, entre esse cidadão possuir uma carteira gratuita e pretender-se ligar o crime com o governo do Estado do Rio vai uma grande distância. Posso assegurar a V. Exª que à frente do governo do Estado do Rio se encontra um homem incapaz de estar conivente com um crime dessa natureza. *(Muito bem!)* O Governador não só condena o crime como exige a punição dos criminosos.

O SR. AFONSO ARINOS – O problema não se situa no Palácio do Ingá.

O que eu dizia é que nós não estamos no momento a debater o assunto para edificação nacional e, até certo ponto, para fadiga de V. Exª. O debate se vai manter porque temos a obrigação moral de acompanhar detalhadamente o desenrolar dos acontecimentos até o fim. O problema, como disse no início do meu discurso, não se situa propriamente na incriminação de personalidades e menos na de altas personalidades. Ele se situa na condenação formal de um sistema de governo. Um governo onde o Chefe de Polícia, responsável pela tranqüilidade pública oferece uma carteira de investigador a um bandido que vai assaltar um jornalista e matar um aviador é, evidentemente, um governo cuja Polícia precisa ser objeto de reforma e de atenção.

O Sr. Tristão da Cunha – E esse bandido fica comissionado na polícia do Catete.

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto – Não se pode chamar bandido ou incriminar alguém senão depois de cometido o primeiro crime.

O SR. AFONSO ARINOS – Estou aceitando a hipótese de ele vir a ser incriminado neste de que estamos tratando.

O Sr. Breno da Silveira – Permita-me V. Exª completar o aparte. Trata-se de um investigador extra da Polícia do Estado do Rio, nº 1.219, registro 84.696, série V 42-36, secção V 43-22, nomeado pelo Coronel Agenor Feio, em plena atividade no Estado do Rio.

O Sr. Getulio Moura – Quero assegurar a V. Exª que os investigadores extras do Estado do Rio já foram exonerados há cerca de um ano. Estas carteiras não têm mais nenhum valor. Quem quiser verificar os arquivos e as portarias da Secretaria de Segurança do Estado do Rio terá a confirmação de que essas carteiras foram todas cassadas. Ocorre o seguinte: alguns não as devolveram. Elas porém não estavam mais em vigor, porque foram substituídas pelas carteiras de auxiliar de polícia, legalmente nomeados, através de uma autorização do Governador do Estado. Se é carteira de investigador extra, não tem mais vigor, não tem maior valor na Polícia fluminense.

O SR. AFONSO ARINOS – Meu caro colega Getulio Moura, duplamente colega, porque o fomos nos saudosos tempos do Internato Pedro II, V. Exª está levando o meu discurso, ou o debate, exatamente para o campo que, no momento, me parece menos aconselhável. Acho que, se nós, na discussão das responsabilidades políticas, nos deixarmos entremear pelos debates das afirmativas e da apresentação dos pequenos casos particulares que têm um desdobramento infinito dentro de cada processo policial ou criminal, estaremos tumultuando o discurso, retirando a força das posições e esmaecendo, de qualquer forma, pronunciamentos que são altamente significativos, tanto da parte da maioria como da minoria.

Não estou, com estas palavras procurando fazer qualquer critica à atitude de V. Exª, estou apenas me escusando de acompanhá-la, de lhe dar, como a cortesia e a amizade impõem, uma resposta a esse aspecto em que V. Exª coloca o debate. Não debaterei, aqui, as pequenas questões do processo, os detalhes dos regulamentos, os fatos miúdos retirados aos prontuários. Quero declarar que se trata de assunto da mais transcendental significação, assunto da mais importante matéria política, crime de que, realmente, não se pode duvidar, porque não há regulamento, porque não há interpretação casuística de lei, porque não há providência de autoridade subordinada que consiga estancar aquele sangue que jorrou das artérias do aviador, que consiga restaurar no convívio do lar aquele ente que desapareceu para sempre, não existe artifício de advogado, nem manobra de legista que consiga tirar de uma realidade esses fatos brutais, que são a agressão e a morte.

Diante desses crimes, o que nos compete analisar, acentuar e declarar é que contra o maior adversário que o governo tem no jornalismo de oposição e contra um

membro da Força Aérea Brasileira, que estava ao lado do amigo e companheiro porque o sabia em risco e que estava ali, por conseqüência, em missão consciente, voluntária e deliberada, que contra um e outro urdiu-se para trama de assassínio e que nessa trama de assassínio, são apanhados com a boca na botija, com a ré na armadilha, com a mão na cumbuca, um investigador do Palácio do Ingá e um investigador do Palácio do Catete.

Isto é muito importante, é de uma significação indiscutível, é de uma verdade translúcida. E isto é que precisamos analisar, investigar, desdobrar e chegar até as últimas conseqüências, para ver o que se pode retirar dessa caracterização.

O Sr. Augusto do Amaral Peixoto – V. Exª está cometendo grave injustiça ao declarar que se trata de um investigador do Palácio do Ingá. Em primeiro lugar, conforme afirmou o Sr. Deputado Getulio Moura, esse investigador não é mais do Estado do Rio e, se fosse, não seria investigador do Palácio do Ingá, mas, sim, da Polícia do Estado do Rio.

O SR. AFONSO ARINOS – Retifico, pedindo desculpas a V. Exª. Não se trata de um investigador do Palácio do Ingá. V. Exª tem toda razão, porque sou, como dizia Montaigne, um homem que tira o chapéu à verdade, tão logo a divise no horizonte. V. Exª tem razão. Não se disse que ele é investigador do Palácio do Ingá. O que se disse foi que ele é um investigador nomeado pelo Chefe de Polícia do governo do Sr. Amaral Peixoto. Para V. Exª talvez isso não tenha importância, mas para nós tem muita e nós queremos valer-nos exatamente das prerrogativas do nosso mandato de oposicionistas, queremos apoiar-nos nos poderes que a Constituição nos oferece como membros do Congresso Nacional, para mostrar, até onde seja possível, com apoio em todas as forças que conosco quisesse colaborar, que esses fatos têm importância, em que se baseiam eles, em que estão fundados, porque esta conexão e esta coincidência podem ter resultados espetaculares e catastróficos na política nacional.

O Sr. Tristão da Cunha – Uma coisa ninguém contesta: que o executor do atentado saiu dos quintais do Catete.

O Sr. Frota Aguiar – Outra coisa que ninguém contesta: o co-autor do crime, o motorista, antes de ser investigador no Estado do Rio, foi barbeiro na Rua do Catete e teve oportunidade de servir pessoas da guarda do Sr. Presidente da República.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, o inquérito não está-se processando de forma a merecer os sinceros – eu estou certo – os irrestritos elogios aqui ouvidos da parte do Almirante Augusto do Amaral Peixoto. Há muitas falhas, e graves falhas, no inquérito. Há falhas que podem denunciar uma intenção maliciosa de perturbar e tumultuar o inquérito. Ouça o meu eminente colega essa declaração que aqui, peremptoriamente, faço: não desenvolverei no dia de hoje os fundamentos dessa declaração, que vamos fazer oportunamente, porque estamos aqui, no momento, para acompanhar esse inquérito e não quero, como disse, perturbar a linha que tinha traçado a nossa bancada – e já incumbi um dos seus membros de acompanhar esse inquérito – com a análise das

restrições que temos às providências que, até agora, têm sido tomadas. Elas são em muitos pontos mais do que viciosas, suspeitas. Elas denotam um cuidado erudito, um cuidado doutrinário, em elidir a validade das provas que, aparentemente, estão sendo apresentadas. Como quem não quer; como por acaso, estão-se fazendo coisas e estão-se colhendo na polícia provas que um Promotor de Justiça, como eu fui, ou como foi o Sr. Sobral Pinto; que um advogado alerta, como o Sr. Adauto Lucio Cardoso, percebe muito bem. Essas providências são passos iniciais para a dissolução ou desmilingüição – se assim me permitem os puristas – para o desaparecimento na fase judiciária da validade jurídica destas provas que aparentemente, estão sendo coligidas.

Com esta declaração inicial quero apenas abrir os olhos daqueles que acaso assim estejam procedendo de indústria, estejam procedendo de moto próprio e deliberadamente, para as circunstâncias de que não nos está escapando esta manobra e que teremos elementos para invalidá-la ou denunciá-la pelo menos de forma mais clara.

Mas, como disse, isso será objeto de explanação posterior daqueles nossos companheiros que tiveram a incumbência, aliás já dada por mim, de acompanhar, como deputados, o desenrolar desses trabalhos.

Queria dizer ao nobre Deputado Amaral Peixoto que, sem qualquer influência de quem quer que seja, sem mesmo ter conversado com o Deputado Baleeiro a respeito da sugestão que S. Exª formulou, sem ter ouvido a minha bancada e sem ouvir os meus companheiros, civis ou militares, que comungam conosco a mesma orientação e o mesmo pensamento, eu havia pessoalmente chegado àquela mesma conclusão. Tinha achado que neste caso, especificamente político porque a ninguém será lícito conceber que esse atentado tenha outros objetivos senão políticos, que neste caso especificamente político, o interesse político do Sr. Presidente da República é de não ser o responsável, nem mesmo virtual, nem mesmo honorário dos resultados desta investigação. Senão vejamos. Temos que encarar duas hipóteses no caso. Sinceramente, não desejo, por mim, a pior, acredite V. Exª. Não sou um odiento, não tenho razões para ter ódio de qualquer das pessoas que estejam envolvidas, lembradas, sugeridas pelo povo – notem bem, não por nós – no decurso destes últimos dias. Não tenho ódio ao Sr. Presidente da República, não tenho ódio ao ilustre Governador do Estado do Rio. Pelo contrário, temos há mais de vinte anos, relações, se não de amizade, pelo menos de constante e inalterável cortesia. Quando jovens trabalhamos ambos, ele e eu, ele, então modesto, desconhecido tenente da nossa Marinha, eu, jovem bacharel também modesto, desconhecido, trabalhamos conjuntamente em uma comissão na Europa. E lá éramos mesmo dos poucos que trabalhavam, passávamos coisas a máquina, traduzíamos documentos, tomávamos a sério a nossa função, com aquele ardor – ai de nós – nem sempre perene da mocidade.

Não tenho por conseqüência, nada contra S. Exª; não tenho nada contra o Deputado Lutero Vargas, a quem não conheço, não que me tenha recusado a conhecê-lo, é porque jamais tive oportunidade de um encontro com S. Exª. Apenas acho, apenas digo, apenas insisto em que neste momento ele devia estar aqui nestas bancadas,

pressentindo, ouvindo, suspeitando, descobrindo no ar quaisquer rumores que viessem a condensar ou convergir sobre sua cabeça para saltar em defesa própria. Aqui devia estar S. Exª. Esta, a minha única ressalva. Nada tenho contra qualquer pessoa que venha a ser mencionada neste debate ou nos cochichos da rua. Por isso digo: se, infelizmente, bem levados os trabalhos de investigação; se infelizmente, para o governo, para a oposição, para o Brasil; se, infelizmente, se acumularem indícios procedentes, se acumularem indicações peremptórias que visem inculpar qualquer dessas altas personalidades no abjeto crime, digo a V. Exª: neste caso – melhor seria que o Sr. Presidente da República, contra quem, ao que eu saiba, atualmente nenhuma acusação pessoal foi feita, mas a quem considero responsável único, responsável principal, responsável permanente, há 24 anos, por este estado de incerteza, de dissolução, de confusão e de desordem de todas as normas naturais do governo deste país – melhor seria não estivesse S. Exª como responsável final por este resultado incriminatório. Por que? Meu raciocínio é simples. Simples talvez demais, simplista, simplório. Feitas as contas, ajustados os fatos, se supusermos que grandes figuras da política nacional – e não nos concentremos nestes dois: vamos além, a governadores, a ministros, a outros responsáveis possíveis – estão envolvidos nisso, se houver congressistas, acaso, envolvidos neste episódio e for pedida licença para seu processamento criminal, licença que a Câmara contraditoriamente já negou uma vez, ficaríamos nesta conjuntura insolúvel: ou bem a Câmara concederia essa licença e o velho pai estaria alanceado e moralmente deposto porque teria aqui e ali dum lado e doutro da baía, como responsáveis, pessoas de seu sangue ou de sua casa, por crime em sua família se atiraria contra as armas do país ou verificada a procedência – e sempre insisto neste particular – verificada a procedência das suspeitas, a Câmara negaria a licença para o processo e então, ela é que estaria deposta, que deveria ser deposta, porque concordaria em que, reconhecida embora a lisura de um inquérito procedido contra um de seus componentes ficasse esse crime nefando impune e a afronta levantada contra as Forças Armadas nacionais.

É uma situação de inexplicável complexidade, de indiscutível gravidade, a que o Sr. Presidente da República deveria prestar atenção, não ouvindo aqueles que por sentimentos de boa formação, de lealdade pessoal os mais nobres, ou por outros sentimentos, que me excuso de definir, os menos nobres, lhe recomendam não obedeça à voz da razão; não ouvir a nós, que S. Exª sempre suspeita de estarmos procurando afastá-lo de posição que conquistou com grande vitória sobre nós, mas a si mesmo, aos seus melhores impulsos, às suas mais inspiradas e elevadas reflexões. Afastar-se, licenciar-se, renunciar, são coisas que ocorrem nos países democráticos, que têm ocorrido muitas vezes e muitas vezes sido remédio para a solução dos problemas políticos sem remédio. Há, nele, muitas vezes, um coração cansado, cérebro desencantado, uma alma fatigada por experiências negativas, a consciência de uma carreira que poderia ter sido um grande destino histórico, carreira de um homem a quem foi dado realizar as três grandes revoluções que a República jamais empreendeu – a revolução liberal, a revolução ditatorial, a revolução trabalhista ou revolução

social e que não realizou nenhuma delas, porque não tem o espírito do revolucionário verdadeiro, porque não tem a inclinação e a envergadura do verdadeiro estadista, porque não é senão um amoroso permanente, um cobiçoso constante, um enamorado inalterável do poder, não do poder pelo que ele tem de construtivo, não do poder pela força que representa, de domínio sobre os demais, mas o poder como instrumento, como jogo de instrumentos, como acumulação de processos, como síntese de providências para submeter os outros a si. Esta, a meu ver, a chave da personalidade do eminente Sr. Presidente da República. S. Exª não tem aquele influxo poderoso do homem nascido para o poder, tanto assim que atira, e abandona, desiste, larga o poder quando em risco a manutenção dos instrumentos desse poder. O que S. Exª quer é o monopólio dos instrumentos do poder, ainda que do poder não disponha; o que S. Exª quer é dizer que tem a Polícia, ainda que esta esteja inerme e que outras forças sociais estejam muito justamente e muito logicamente atuando em vez da Polícia; o que S. Exª quer é ter aquela máquina, aqueles aparelhos, aqueles contatos, aquela alavanca com que o poder se pode restaurar quando passam as crises, para que passadas essas crises, esquecidas na memória volúvel dos homens, mais volúvel do que a escrita do mar sobre as areias, mais volúvel do que a sombra, do que o risco do pássaro nos céus, para que, depois de ter, na memória vulnerável dos homens, desaparecido os derradeiros resquícios da última revolta, o poder se restabeleça pela utilização de seus instrumentos, e o domínio das personalidades se renove pelo restabelecimento desse poder.

Esta, a meu ver, a grande chave, a tragédia inútil, a monótona, a monocórdia, a disciplinada, a tediosa tragédia do Sr. Getúlio Vargas. Para manter um poder que não exerce, para servir-se de uma força que não utiliza, para usar dos instrumentos de que não dispõe, amortece o país, aniquila as resistências, confunde os valores, desbarata as esperanças, desgraça a nação.

Sr. Presidente, estas as primeiras palavras com que venho, como Líder de minha bancada, embora incerta e contraditoriamente, exprimir o pensamento que nos une. Nosso pensamento pode ser, afinal, corporificado, sintetizado nesta deliberação firme: – Havemos de acompanhar até o fim este caso, que será a coroa de louros ou o caixão da República! *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Getúlio Vargas e o atentado contra Carlos Lacerda

13-8-1954

O SR. AFONSO ARINOS (Como líder da minoria) – Senhor Presidente, os jornais desta manhã publicam copioso noticiário sobre a visita do Sr. Presidente da República ao meu Estado, sobre o discurso ali pronunciado por S. Exª e sobre as declarações por S. Exª apresentadas durante a entrevista coletiva concedida à imprensa mineira.

Na primeira parte do seu discurso o que existe de fundamental é o auto-elogio a pretexto das obras realizadas pelo seu governo em benefício da terra e do povo de Minas Gerais.

Servindo-se da técnica habitual da autopropaganda, servindo-se do estilo peculiar aos ditadores e aos espíritos de formação ditatorial, aos personalistas e aos crentes de que os benefícios do governo são devidos à pessoa do seu chefe, enumera S. Exª uma série de medidas administrativas promovidas em seguimento a determinações da Constituição e das leis; enumera a execução dos orçamentos da República; enumera as vantagens conferidas pela assistência do Estado às unidades federativas, nos termos da organização federal e nos termos das leis que regem a espécie. Não se esquece de enumerar a execução dos orçamentos da República: enumera as vantagens conferidas pela assistência do Estado às unidades federativas, nos termos da organização federal, nos termos das leis que regem a espécie. E não se esquece, também, de enumerar, com minucioso cuidado, até mesmo as providências tomadas, no cumprimento dos dispositivos constitucionais adotados pela Assembléia de 1946, em relação à valorização do Vale do São Francisco.

Mas não é, Sr. Presidente, preocupado em colocar nos seus devidos termos esse rosário de auto-elogios com que o Sr. Presidente da República, na ausência do DIP, transformou-se no DIP de si mesmo; não é com empenho de restabelecer a verdade, nem de abrir polêmica com S. Exª na minha qualidade de mineiro; não é mesmo preocupado com a idéia de opor a estas fugazes, a estas mendazes declarações aquelas realidades por todas nós conhecidas, aqueles episódios de humilhação e de vergonha, aqueles anos de opróbrio e de esmagamento que fizeram da outrora gloriosa Província de Minas Gerais o reduto de todas as ambições e o pasto de todos os excessos da política getuliana, que vou prosseguir. Meu propósito é outro. Prefiro analisar o discurso de S. Exª naquilo em que mais diretamente se relaciona ele com os assuntos da hora, com os problemas do dia, com as paixões que atraem a atenção do povo brasileiro. Desejo respigar na fala otimista do Presidente aqueles trechos finais em que o Sr. Getúlio Vargas entra no debate do problema político. Ali, diz S. Exª com todas as letras de cada palavra e com todas as palavras de cada frase, com álgida tranqüilidade e com absoluto desprendimento, que existe da parte do povo brasileiro – que ele confunde com a oposição – o propósito de gerar confusão pela mentira, acrescentando que a objurgatória, a mentira e a calúnia não conseguirão abater o seu ânimo. Duas vezes é repetida a palavra mentira; duas vezes arremete o Presidente contra a justiça dos seus acusadores, tratando-os de invencionistas e de caluniadores.

Sr. Presidente, há uma versão histórica, há pelo menos, uma tradição legendária que declara que, no momento em que a maior justiça se encontrou com a maior injustiça, no dia em que o erro supremo se defrontou com a suprema verdade, nesse dia, o juiz, o interessado na justiça, o representante do poder da estatal, que era Pôncio Pillatos, em face da perturbadora fúria, em face do transviamento das multidões arrebatadas, esquecendo-se dos deveres que incumbiam à sua pessoa e dos misteres

políticos que incumbiam ao seu cargo, respondeu a uma advertência com estas palavras melancólicas: "Mas, o que é a verdade?"

A resposta a esta pergunta tem sido inutilmente procurada pelos pensadores e pelos filósofos. O que é a verdade? Para cada qual ela se apresenta sob uma forma, para cada espírito, para cada alma, para cada interesse, para cada paixão, para cada esperança a verdade se reveste de roupagens enganosas. Mas ninguém jamais formulou esta pergunta em relação à negação da verdade, ninguém perguntou jamais: " O que é a mentira?"

Ao Sr. Getúlio Vargas respondo que, se não é possível saber o que é a verdade, é perfeitamente possível saber-se o que não é a mentira.

S. Exª nos acusa de estarmos proferindo mentiras contra seu governo. S. Exª investe contra nós, declarando que, da voz do povo, sai um clamor de mentiras. E eu pergunto: – Será mentira a viuvez, o crime, a morte, a orfandade? Serão mentiras os corpos dos assassinados e dos feridos? Será mentira o sangue que rolou na sargeta da Rua Toneleros? Será mentira a presença dos órfãos privados do pai que os devia assistir? Será mentira a viuvez lutuosa que outro dia assistimos, confrangida e ajoelhada na prece do perdão, na ausência do companheiro de sua vida? Será possível que aquele velho político não saiba que um jovem herói tombou, siderado pela arma dos assassinos? Será mentira esta declaração de que um condor das nossas Forças Armadas, um dos jovens condores, feito para morrer lutando no céu, que uma dessas aves poderosas, cujas asas metálicas se irisam ao sol do Brasil, não morreu *peleando*, como diz essa figura oracular da nova República, o Tenente Gregório Fortunato?

Será mentira dizer que esse jovem condor, feito para morrer nos embates e descer, como rastro de fogo, pelo céu incendiado, não morreu *peleando,* morreu golfando sangue generoso de mistura com a lama das ruas, não morreu peleando, porém, assassinado, baleado, fuzilado pelo sincário infame do governo, numa tocaia noturna? Será mentira – e clamo diante do Congresso, e lembro diante dos representantes da nação, grito para as ruas, e recordo para o povo – será mentira que falte um homem em nossas Forças Armadas? Será mentira que sobre uma viúva entre as viúvas do Brasil e sobrem órfãos entre as crianças brasileiras? Será mentira a pedra que rola pelo despenhadeiro do descrédito? Será mentira o desprestígio das autoridades, que vão de cambulhada com o fracasso da administração? Será mentira que os rios do descrédito e do opróbrio, será mentira que os rios e ribeiros que descem as colinas de nossa vida pública se encontrem, convirjam e vão de roldão para a desagregação e para a desmoralização desse governo falido? Será mentira que o país tenha assistido, de algum tempo a esta parte, aos mais graves abalos em sua vida e em sua honra? Será mentira o inquérito da *Última Hora*? Será mentira o inquérito da Carteira de Exportação? Será mentira o espetáculo vergonhoso da submissão de nossa política internacional aos ditames e caprichos de um ditador platino?

Serão acaso mentiras tantas pequenas misérias e pequenas infâmias?

Serão mentirosas, ao lado da corrupção nacional, as pequenas corrupções estaduais, as pequenas corrupções municipais, dos caminhões das feiras livres e das impressões de cédulas para os apaniguados do poder? Será mentira tudo isso? Estaremos nós

vivendo num meio de realidades ou de sonhos? Ou será ele o grande mentiroso, ou será ele o grande enganado, ou será ele o pai supremo da fantasmagoria e da falsidade?

Nós não mentimos, Sr. Presidente. O que fazemos é conter a verdade, é reprimi-la dentro dos limites do nosso bom senso e do nosso patriotismo, é não permitir, é aconselhar, é insistir para que essa verdade não exploda na desordem e não rebente em torrentes de sangue.

. Na evolução de nossa vida a sucessão dos acontecimentos que têm golpeado a sensibilidade nacional atingiu, de fato, limite insuperável, chegou, efetivamente, às fronteiras e aos lindes do inimaginável, com o crime que nos últimos dias vem abalando a Nação. Não me perderei em referências a fatos conhecidos, não insistirei no protesto, na condenação e na revolta contra as conhecidas vergonhas.

Procurarei, apenas, com base em circunstâncias de fato irrecusáveis, colocar perante a nação, através de seus representantes, os mais recentes aspectos desta vergonhosa situação.

Ontem à noite, recebi a visita dos senhores Adauto Lúcio Cardoso e Pompeu de Sousa – o primeiro, advogado do jornalista Carlos Lacerda, uma das vítimas do covarde atentado, e o outro, representante dos diretores de jornais, acreditado, nos termos da combinação realizada entre autoridades militares e as autoridades civis, junto ao desenvolvimento do inquérito.

Estes dois ilustres profissionais do foro e da imprensa vieram solicitar-me transmitisse à Câmara dos Deputados a parte que, neste momento já pode ser divulgada, referente às aquisições ontem verificadas no decorrer das investigações.

Devo admitir que eu mesmo não estou no conhecimento de todos os detalhes, cumprindo-me ajuntar que alguns dos pormenores de que seu conhecedor não os poderei transmitir porque a tanto me obriguei por compromisso formal, compromisso, a ser entendido como manifestação de cooperação para com as autoridades que prosseguem nas investigações, de vez que a revelação de todos os pormenores neste momento poderia trazer empecilhos irreparáveis à elucidação dos fatos.

O que posso assegurar à Câmara, com absoluta certeza – o que, aliás já é do conhecimento das altas autoridades das Forças Armadas e da Polícia, compreendidas entre elas o Brigadeiro Eduardo Gomes e o Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública – é estar inteiramente provado, de acordo com documentos os quais oportunamente virão a público, que antes de as forças militares que procedem à investigação terem descoberto o nome do último dos criminosos envolvidos neste assunto, já a guarda do Presidente da República, pressentindo que ele seria, afinal, preso, lhe dava fuga oficialmente e tomava a iniciativa de protegê-lo com essa fuga. Isso ficou fora de dúvida. Eu aqui pretendo limitar a minha revelação e as minhas conclusões àquele campo objetivo que não possa ser posto em dúvida e inquinado de paixão, porque, na verdade, se eu estivesse disposto a abandonar-me ao desenvolvimento natural do meu raciocínio, eu poderia, com muitos bons fundamentos, chegar a responsabilizar o próprio governo pelo que está acontecendo. Na verdade, se eu tivesse a leviandade do Sr. Presidente da República, ao nos acusar infundada-

mente de mentirosos; se eu quisesse retrucar com essa leviandade incompatível com a magnitude e com a importância do seu cargo, eu teria muito mais razão do que S. Exª, que nos chamou de mentirosos, para responder que dos fatos chegados ao meu conhecimento se poderia perfeitamente concluir que as investigações não pararam mais no Palácio do Catete, que as investigações transpuseram as portas do mesmo Palácio, que as investigações vão além das salas públicas do Palácio, alcançaram os próprios aposentos da intimidade presidencial. Mas lá não chegarei, lá não quero chegar, porque tal declaração estaria fora das imposições objetivas dos fatos conhecidos. Lá não chegarei porque não desejo, de forma alguma, digam que estamos passando, por paixão, além dos limites permitidos pelo cumprimento do nosso dever. Entretanto, o que há de positivo, o que há de concreto, o que há de seguro, o que há de provado, o que há de irretorquível é que a guarda do Palácio, como órgão coletivo, a guarda do Palácio, como instituição do Estado, a guarda do Palácio, como aparelho do poder getuliano, sabia do crime, participava do crime, pelo seu conhecimento dele, e tomou todas as providências para dar fuga para proteger, para incentivar, para tornar impunes os criminosos, para fazer com que eles estivessem fora do alcance do braço vingador da Justiça.

Esta é a verdade.

Na madrugada de domingo, altas figuras das nossas Forças Armadas estiveram no palácio presidencial, onde altas figuras do governo foram cientificadas do nome de um dos criminosos – Climério de Tal. Este foi um assunto confidencial; esta foi uma transmissão particular de indício que precisava ser esclarecido. No decorrer, entretanto, do dia de domingo, fuão Valente, subchefe da guarda pessoal do Senhor Getúlio Vargas e homem, por conseqüência que representava perfeitamente o espírito de equipe dessa luzida corporação de bandidos, fuão Valente saía do Palácio do Catete e dirigia-se para a casa de fuão Soares, como ele bandido, como ele ladrão, como ele, ou mais do que ele, guitarrista, emissionista de moeda falsa, chantagista e assassino; e, na casa de fuão Soares, prevenia-o de que se alertasse, de que se cuidasse, porque as investigações cercavam o seu nome e o passo da Justiça rondava a sua residência. Ficou demonstrada a presença de fuão Valente em casa de fuão Soares, antes que o nome de fuão Soares fosse do conhecimento das autoridades militares incumbidas do assunto. Já na segunda-feira voltou Valente à casa de Soares. Ficou provada a presença de Valente em casa de Soares, instigando-o, dando-lhe detalhes, promovendo, enfim, as últimas providências para a sua fuga, que ocorreu na tarde de segunda-feira entre seis e meia e sete horas da noite. Portanto, Sr. Presidente, ficou demonstrado, ficou caracterizado, ficou indubitavelmente provado que a guarda do Palácio, pela pessoa de um dos seus dirigentes, sabia perfeitamente qual era o outro criminoso, cujo nome não tinha sido ainda trazido à tona do conhecimento das classes armadas. Esta é a declaração que, por enquanto, me incumbe fazer à Câmara dos Deputados, a pedido do advogado e do representante dos diretores dos jornais.

Evidentemente, as mais graves ilações, as mais sérias conseqüências, as mais terríveis suspeitas podem ser tiradas desta narrativa dos fatos. Não irei ao ponto de

tirá-las desta tribuna. Deixo ao espírito de cada deputado, deixo à consciência de cada brasileiro a incumbência de ficar meditando sobre as terríveis realidades hoje aqui expostas. Deixo, Sr. Presidente, que o assunto prossiga, amadurecendo por si mesmo, a fim de que, mais cedo ou mais tarde, estas conclusões se imponham e estas suspeitas se robusteçam, para desgraça nossa e para vergonha do Brasil, sem perder, entretanto, a esperança – e o digo para tranqüilizar a minha própria consciência e para marcar a minha própria posição – sem perder, entretanto, a esperança, que vejo, infelizmente, desvanecer-se a cada dia, de que tais conseqüências não cheguem ao fim que todos nós prevemos, e sinceramente lastimo prever.

O Sr. Tristão da Cunha – E para apurar estas coisas, que já são do domínio público, foi preciso que a Aeronáutica saísse das suas funções e assumisse a direção do inquérito, pondo de lado a Polícia e colocando sob suas ordens até o Presidente da República, que já declarou estar às ordens da Aeronáutica, a qualquer hora da noite, para ser ouvido. Vê V. Exª a subversão completa da ordem pública. Vê V. Exª a subversão completa da autoridade, porque o governo da República não existe mais. Hoje, são os moços da Aeronáutica que estão dirigindo, para felicidade nossa, o policiamento do Brasil.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, este é um fato novo. Esta é uma verdade de hoje, que poderá, evidentemente, ser acoimada de mentira pelo Presidente ou pelos seus apaniguados. Chegou mesmo, esta noite, segundo informação que recebi, a ser tachada como falsa a irradiação das notícias que ontem previam a declaração que aqui formulo. Ainda não tive tempo de ler os vespertinos desta tarde. Estou, entretanto, informado de que nas páginas de um deles – *O Globo* – já existe um desmentido ao desmentido, já existe uma ratificação à retificação, já existe, enfim, o cunho da verdade na palavra de um dos oficiais da FAB que estão participando das investigações, desmentindo o desmentido que foi feito e reafirmando as verdades que foram desmentidas.

Sr. Presidente, nós não caímos tampouco, nós da oposição nacional, e muito menos nós da oposição udenista, e ainda menos nós da oposição parlamentar udenista, nessa armadilha infantil, nessa manobra ingênua à força de ser idiota, nessa urdidura primária, tosca, que é a de tentar colocar o problema, como a partir de ontem vem-se tentando, nos termos de polêmica entre oposição e governo, nos termos de um debate entre a tribuna da Câmara e a Secretaria do Palácio do Catete, nos termos de uma controvérsia de ponto e contraponto, nos termos de uma espécie de diálogo musicado entre o orador do Legislativo e o orador do Executivo. Nós não nos prestamos a essa manobra. Nós queremos dizer face a face, frente a frente, em alto tom, com a vista diretamente dirigida aos olhos do povo brasileiro, que não estamos agindo aqui como oposição, que eu não estou falando aqui como líder de meu partido, que eu estou falando aqui como deputado de meu povo, como representante de minha nação, que eu estou falando pela voz

estrangulada dos que temem ou dos que não podem falar, que eu estou tendo o privilégio de dizer aquilo que toda gente pensa, inclusive os companheiros governistas que vem aqui dizer que não pensam conosco; que eu estou sob qualquer risco, enfrentando qualquer ameaça, olhando de frente qualquer tentativa de intimidação, qualquer apodo, qualquer injúria, qualquer calúnia, qualquer crime, cumprindo o meu dever de brasileiro, dizendo ao povo do Brasil que existe no governo deste país uma malta de criminosos e que os negócios da nossa República estão sendo conduzidos ou foram conduzidos até agora sob a guarda de egressos das penitenciárias ou de pretendentes às cadeias. É o que venho dizer, é o que estou dizendo, é o que nós todos diremos. Isso que dizemos não é palavra de oposição, isso que dizemos é o clamor popular; isso que estamos dizendo não é desafio da ambição, isso que estamos dizendo é o dever da humildade, é o cumprimento duro, é o cumprimento inflexível da nossa obrigação.

Por isto, Sr. Presidente, eu falo a Getúlio Vargas. Eu falo a Getúlio Vargas, como Presidente e como homem. Eu falo a Getúlio Vargas, como Presidente e lhe digo: Presidente, lembre-se V. Exª das incumbências e das responsabilidades do seu mandato; lembre-se dos interesses nacionais que pesam não sobre a sua ação somente, mas sobre a sua reputação. Eu lhe digo: Presidente, ouve um momento em que V. Exª encarnou, de fato, as esperanças do povo; houve um momento em que V. Exª, de fato, se irmanou com as aspirações populares. Premido pelo povo, V. Exª que tinha sido fascista e partidário dos fascistas, foi à guerra democrática. Levado nos ombros do povo, V. Exª, que oprimiu o povo e que esmagou o povo, entrou, pela mão do povo, no Palácio do Catete. Mas eu digo a V. Exª: preze o Brasil que repousa na sua autoridade; preze a sua autoridade, sob a qual repousa o Brasil. Tenha a coragem de perceber que o seu governo é hoje um estuário de lama e um estuário de sangue; observe que os porões do seu palácio chegaram a ser um vasculhadouro da sociedade; verifique que os desvãos de sua guarda pessoal são como subsolos de uma sociedade em podridão. E alce os olhos para o seu destino, e observe as cores da bandeira, e olhe para o céu, a cruz de estrelas que nos protege, e veja como é possível restaurar-se a autoridade de um governo que se irmana com criminosos, como é possível restabelecer-se a força de um executivo caindo nos últimos desvãos da desconfiança e da condenação.

Sr. Presidente Getúlio Vargas, eu lhe falo como Presidente: reflita na sua responsabilidade de Presidente e tome, afinal, aquela deliberação que é a última que um Presidente na sua situação pode tomar.

E eu falo ao homem. E eu falo ao homem Getúlio Vargas e lhe digo: lembre-se da glória da sua terra e dos ímpetos do seu povo; lembre-se das arremetidas da peonada solta e do tropel dos baguais pelas campinas heróicas do Rio Grande; lembre-se do flutuar dos ponchos e do relampejar das lanças; lembre-se do entrechoque e da poeira dos combates memoráveis; lembre-se, homem, de que em seu sangue corre, como no meu, sangue dos heróis, e não se acumplicie com os crimes dos covardes e com a infâmia dos traidores!

E digo ao homem, que é pai, que tem filhos e irmãos: lembre-se das famílias; lembre-se, se tem, realmente, o coração cordato e a alma cristã a que ontem se referiu, de está sendo olhado e surpreendido pelo povo como um Sileno gordo, pálido e risonho, indiferente ao sangue derramado; lembre-se, homem, de que é preciso levantar o coração dos homens; lembre-se, homem, de que é preciso dar esperanças aos homens e mulheres deste país. E eu lhe digo, homem: ponha bem alto o seu coração. E eu lhe solicito, homem, em nome do que há de mais puro e mais alto no coração do meu povo: lembre-se, homem, pela luz do céu; lembre-se, homem, pelas folhas e pelas flores que começam a brotar neste princípio de primavera; lembre-se, homem, pelas igrejas da minha terra, que, ontem, bateram os sinos contra a sua voz; lembre-se, pelos olhos azuis da Irmã Vicência, que se curva, hoje, com os seus oitenta anos, no convento de Dimantina, rezando pelo bem do Brasil; lembre-se, homem, pelos pequeninos, pelos humilhados, pelos operários, pelos poetas: lembre-se dos homens deste país e tenha a coragem de ser um desses homens, não permanecendo no governo, se não for digno de exercê-lo. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é vivamente cumprimentado).*

Censura às estações radiofônicas

23-8-1954

O SR. AFONSO ARINOS – *(Como líder da minoria)* – Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Heitor Beltrão – Meu eminente líder, V. Exª permite, antes de iniciar sua oraçao, que eu lhe traga o testemunho de um fato a que ontem assisti?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Heitor Beltrão – Encontrava-me, ontem, na Rádio Globo, quando lá chegou o censor da Polícia. Não estamos em estado de sítio, não foram suspensas as garantias constitucionais; entretanto, a Polícia já colocou naquela estação de rádio e, segundo dizem, também nas demais, o seu censor, sem cujo julgamento nada poderá ser irradiado. Trago a V. Exª, como meu chefe e orientador, esse depoimento, porque tive oportunidade de presenciar o fato.

O SR. AFONSO ARINOS – Antes de começar o meu discurso e atendendo ao inesperado, porém sempre honroso aparte do nobre Deputado Heitor Beltrão, devo dizer que a matéria já tinha sido objeto, pelo que ouvi no alto-falante do meu gabinete, de enérgico protesto do Senhor Deputado Frota Aguiar.

Realmente, chegaram-me informações de que, independente de qualquer medida ou precaução que suspendesse as garantias constitucionais, havia o governo

estabelecido a censura na radiodifusão. À oração do nobre Deputado Frota Aguiar houve um aparte, ou uma explicação, dada, provavelmente, por um dos membros da maioria, cuja voz não consegui identificar, na qual S. Exª dizia que a medida estava plenamente de acordo com o decreto-lei expedido pelo ex-Presidente Linhares.

O Sr. Achyles Mincaroni – O aparte ao nobre Deputado Frota Aguiar foi de minha autoria. Fi-lo com razão, porque deve existir uma lei, do tempo do Sr. Linhares, estabelecendo a legalidade dessa intervenção, dessa censura, tanto assim que a UDN, pelos seus capitães nesta casa, promoveu a sua derrogação e, depois de ter levado até certo ponto essa sua iniciativa, retrocedeu, como faz sempre em todas as situações que aqui exerce visando o Sr. Getúlio Vargas. Terei oportunidade, da tribuna que V. Exª ocupa, de trazer fatos, situações e circunstâncias que comprovam minha afirmação de agora.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, não estava contestando a declaração do nobre Deputado, mas apenas emitindo um esclarecimento que me chegou...

O Sr. Achyles Mincaroni – Peço então desculpas, se me adiantei ao pronunciamento de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – ... por via radiofônica. Dizia eu que um Deputado da maioria, que agora se identifica como sendo o nobre representante do Rio Grande do Sul, teria, pelo microfone, acentuado que a providência da censura fundava-se num decreto-lei do Presidente Linhares.

Desejo apenas salientar a posição da liderança da minoria que, no momento oportuno, pelo menos em longo discurso pronunciado nesta casa, combateu, com a devida seriedade, os dispositivos desse decreto, cuja vigência contraria as garantias estatuídas na Constituição. E o prosseguimento desse assunto não chegou às conclusões necessárias, porque não compete ao Congresso, pelo sistema da distribuição de poderes que rege o funcionamento das instituições presidenciais, declarar a inconstitucionalidade das leis e, sim, ao Poder Judiciário, provocado em cada caso para decidir na espécie.

Lembro-me, perfeitamente, de que, desta tribuna, lancei um protesto veemente contra a manutenção desse decreto, que é um desafio às liberdades constitucionais, e convoquei as empresas de rádio, que são aquelas que podem figurar em juízo defendendo seus direitos e essas garantias, para que intentassem os recursos competentes perante o Judiciário, a fim de que esse poder, único na espécie que se pode manifestar, viesse a derrotar essa lei, que não mais se coaduna com os preceitos da Constituição.

Está dada a resposta aos Srs. Heitor Beltrão e Achyles Mincaroni.

O Sr. Heitor Beltrão – Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Gustavo Capanema – Permita-me o nobre orador. Hoje pela manhã, quando fui informado de que o Departamento Federal de Segurança Pública tomara

algumas providências de limitação da liberdade de manifestação do pensamento pelo rádio, procurei, sobre essa matéria, ouvir o Sr. Ministro da Justiça. Esse ilustre titular prometeu mandar-me imediatamente os necessários esclarecimentos e o fez pelo modo que vou revelar na presente oportunidade, que me parece ser a melhor. Informou-me o Sr. Ministro da Justiça que o Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública verificou, no decurso desta noite, que por algumas radioemissoras estavam sendo veiculadas notícias alarmantes que intranqüilizavam a opinião pública. Por este motivo, resolveu o Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública credenciar junto às radioemissoras um elemento que se limitasse a controlar as notícias de caráter político, a fim de evitar a irradiação alarmista.

Acrescentou o Sr. Ministro da Justiça que o Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública assim procedia tendo em vista os termos do Decreto nº 29.783, de 1951. Devo, entre parênteses, dizer que quando esse decreto foi baixado V. Exª dessa tribuna falou sobre a sua legitimidade.

O SR. AFONSO ARINOS – Ou sobre a sua ilegitimidade.

O Sr. Gustavo Capanema – Sim, sobre a sua ilegitimidade, em face da Constituição. Mas esse decreto está em vigor e, baseado num dos seus tópicos, é que procedeu o Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública. Permita V. Exª que eu leia o texto, que é o parágrafo 2º do artigo 3º: "Por motivos de ordem ou segurança pública, poderá ainda o governo Federal suspender, em qualquer tempo e por prazo indeterminado a execução dos serviços de radiodifusão e radiocomunicação no território nacional, ou o funcionamento de todas as estações situadas em determinada região do país, sem que às respectivas concessionárias ou permissionárias assista o direito a qualquer indenização". O texto legal que acabo de ler está em vigor, e sobre a sua constitucionalidade não há nenhum pronunciamento dos tribunais. Baseado neste preceito, e tendo em vista a situação de intranqüilidade da população, na noite passada, o Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública determinou as providências conhecidas, e não levará adiante a sua intervenção, senão nos estritos limites em que isso seja reclamado pelas exigências da segurança nacional.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre líder o esclarecimento que formulou, mas desejo acentuar algumas partes da sua honrosa intervenção.

Saliento em primeiro lugar, que S. Exª relembrou aquilo que há pouco eu tinha recordado, isto é, a posição da liderança da minoria, contrária à expedição do decreto.

Desejo salientar que, absolutamente, não me convenceram as razões aqui formuladas pelo eminente Deputado, e por aqueles que com ele se pronunciaram, sustentando a legalidade desse decreto. Quero, entretanto, reconhecer que, no sistema da divisão de poderes que nos rege, não compete ao Congresso declarar ou decretar a inconstitucionalidade das leis. Este assunto foi objeto de exortação minha às empresas que se julgavam ou poderiam ser ameaçadas na integridade dos seus direitos que, em determinado momento, correspondem aos direitos da nação, aos

direitos da livre expressão de pensamento. Aqui estou tendo a confirmação da justiça daquele meu apelo.

Teria sido necessário que aquelas empresas recorressem à Justiça, porque o Poder Judiciário do meu país não poderia concordar com a legalidade e a constitucionalidade do abusivo e absurdo decreto a que acaba de se referir o nobre Deputado.

Desejo também salientar que a censura não se vem exercendo nos termos que acaba de mencionar o nobre Deputado Gustavo Capanema (*Muito bem!*). Essa censura só se vem exercendo em detrimento daquelas informações objetivas que dizem respeito aos interesses e manifestações dos pontos de vista de que se fizeram eco as correntes que aqui representamos.

Esta, a realidade que me tem chegado de várias fontes e vários interessados.

Ainda hoje, recebi nesta casa, no momento em que vinha para o plenário, o representante de uma das maiores radioemissoras da capital da República, o qual dizia que havia sido impedido de expedir, por via aérea, pelas ondas hertzianas, comunicação inteiramente objetiva sem qualquer comentário sobre a atitude do Vice-Presidente Café Filho. Levo ao conhecimento do Líder da maioria, porque não confio no Sr. Ministro da Justiça, esta informação, para que S. Exª tome as medidas e as providências que salvaguardem o bom nome, a honra e os compromissos de que acaba de ser veículo e intermediário.

O Sr. Heitor Beltrão – Peço desculpas a V. Exª de estar mantendo uma espécie de debate...

O SR. AFONSO ARINOS – Solicitaria a V. Exª – aliás, o nobre colega, me honra profundamente com seus apartes – que, encerrado este assunto, me permitisse prosseguir no desenvolvimento do meu discurso.

O Sr. Heitor Beltrão – ... desejaria responder ao Sr. Deputado Gustavo Capanema que não teve a cortesia de me conceder o aparte.

O Sr. Gustavo Capanema – Senhor Deputado, eu não cometeria esta descortesia, mas estava aparteando o Líder da minoria.

O Sr. Heitor Beltrão – Pedi o aparte a V. Exª e é do nosso hábito concedê-lo. Desejo dizer ao Senhor Deputado Afonso Arinos que a população não estava inquieta por causa das irradiações, mas pelas causas que determinaram as irradiações. Estava inquieta, entre outros motivos, porque apurou, desgraçadamente, que moravam, no Palácio do Catete, numerosos ladrões e assassinos. Em torno disso é que havia, da parte da população, grande dissabor, enorme inquietação.

O Sr. Lopo Coelho – Permite o Sr. Deputado Afonso Arinos que o aparteie, exclusivamente para ilustrar as suas palavras?

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência me honra sempre com suas intervenções.

O Sr. Lopo Coelho – Serei muito breve. Queria dizer da justeza das palavras de V. Exª, porque ontem fui uma das primeiras vítimas dessa censura, não pela força, mas pela presença acintosa e aparatosa na Televisão Tupi, quando me encontrava no programa "Falando francamente", de censores, de policiais e de investigadores. A mim isso não atemorizou, mas a outros, talvez que não com as imunidades e com a liberdade de pensamento que possuo, poderiam atemorizar. V. Exª tem toda a razão nas suas palavras neste instante.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a contribuição do nobre Deputado.

Sr. Presidente, solicito da generosa bondade dos meus pares que limitem as intervenções ao meu discurso àquilo estritamente necessário ao seu encaminhamento ou à sua correção, e prossigo, exprimindo o ponto de vista de que nos investimos neste momento, em face da situação política nacional.

O que desejamos, o que pretendemos, aquilo em que insistimos particularmente é em salientar que estamos atravessando uma crise constitucional, mas não uma crise da Constituição; estamos vivendo uma crise institucional, mas não uma crise das instituições. Esta diferença é mais significativa do que poderia parecer. Não é um simples jogo de palavras. O que desejo acentuar aqui é que qualquer Estado, principalmente qualquer Estado de direito, principalmente qualquer regime político que se emoldure e que se reja por determinados princípios jurídicos, deve, invariável e infalivelmente, atravessar crises institucionais e crises constitucionais, abalos, perturbações, vacilações. Mas, Sr. Presidente, é absolutamente injusto e, mais do que isto, extremamente errôneo e perigoso confundirmos, nós outros, aqueles a quem o destino e o mandato do povo entregou uma parte de responsabilidade na vida pública, essas crises que se desenvolvem dentro do funcionamento específico das instituições com o colapso delas, com o desaparecimento delas, com o naufrágio delas e com a entrega do país à anarquia, ao desgoverno, à desordem e à abolição da autoridade. Não estamos atravessando um colapso da Constituição, e quem o diz não sou somente eu, Senhor Presidente. Quem o declara são as autoridades públicas; quem o repete são os boletins oficiais emanados de diversas fontes que detêm as responsabilidades do poder; quem, afinal de contas, o corrobora e o reitera são as Forças Armadas, nos seus pronunciamentos, nas suas declarações, nas suas manifestações uniformes, convergentes e tranqüilizadoras. Devemos – e desejo, antes do mais, exprimir a admiração do povo brasileiro, que acredito sinceramente, no momento fala pela voz deste seu humilde representante – devemos expressar mais uma vez o reconhecimento e a admiração do povo brasileiro para com esta geração das Forças Armadas nacionais, distribuídas nos seus três ramos – Exército, Marinha e Aeronáutica – na afirmação solene e no reconhecimento singelo e confiante de que esta geração que hoje detém nas suas armas a guarda da bandeira e a honra do país não desmentiu e não contrariou as tradições que constituem mais do que o imarcescível tesouro de guerra das nossas tropas, na frente externa e na vida internacional, o seu permanente tesouro de paz na frente interna e na vida nacional. O papel das Forças Armadas na vida brasileira tem sido, desde o despontar de nossa Independência, desde o dealbar de nossa nacionalidade,

desde a aurora de nossa emancipação, o papel de desprendimento, vigilantes da lei, e o papel de mantenedoras intransigentes do poder civil. Assim foi, Senhor Presidente, antes da Independência, no turbulento, no turvo episódio do "Fico", em que as Forças Armadas sustentaram, contra o incitamento insolente e a provocação inaudita da política portuguesa, a necessidade de manutenção do governo nacional, sem se investirem desse poder e sem se assenhorearem desse governo.

Assim foi, Sr. Presidente, na guerra da Independência, aonde, na restauração da Bahia, nas lutas do Piauí, nas turbulências do Maranhão, em todos os demais episódios em que a Independência se tingiu de sangue e se cobriu de louros, nunca se encontrou, na mão de nossos soldados, a espada da ambição; sempre eles mantiveram bem alto o princípio da soberania do poder civil e a crença na legalidade e na superioridade do direito. Assim foi nas guerras que movemos contra o turvo e sanguinário caudilhismo, que envileceu a história de nosso continente. Assim foi quando levamos nossas tropas vitoriosas pelas planícies do Uruguai e pelas ruas de Buenos Aires, aonde derrubamos a ditadura sangrenta de Rosas. Assim foi no decurso da guerra do Paraguai, aonde a luta, aonde o esforço, aonde a pertinácia, aonde o empenho continuado, aonde o sacrifício sangrento daqueles que se encontravam nos charcos do Paraguai jamais fizeram esquecer aos detentores do poder militar a necessária soberania do poder civil. Podemos lembrar, aqui, o discurso admirável de Germânico às legiões da Gália, de que Tácito se faz o intérprete e o preservador, quando o general romano, em face de suas legiões alçadas e alvorotadas, dizia a seus soldados que reclamavam a necessidade do retorno a Roma, para participarem daquilo que eles consideravam os benefícios do poder, chamava a atenção, num modelo de eloqüência militar e de declaração política a seus soldados, que o poder era o de Roma e que as legiões só se cobririam de glórias, nas fronteiras, à medida que compreendessem a verdade de que o poder estava nas mãos do povo e de seus legítimos representantes. Assim fizeram as tropas brasileiras no Paraguai. Assim fez o Exército, quando, na alvorada de 15 de novembro, exterminou com o decadente regime monárquico e implantou a forma republicana. Assim fez o Exército na revolução de 1930 em que vieram do sul as legiões armadas, em que se desagregou o poder federal e em que se demoliram, em que se derruíram as autoridades estaduais; entregaram-no as tropas àquele que tinha mais responsabilidades civis e mais possibilidades e mais evidência de ter sido o escolhido do povo. Assim foi em 1932, assim mesmo, num dos erros de sua história e num dos momentos de transviamento de sua carreira, procederam as Forças Armadas, na triste madrugada de 10 de novembro de 1937. Porque o que é específico, o que é peculiar, o que é inseparável das tradições das Forças Armadas brasileiras é a adesão a certos princípios gerais, a crença em certas soluções teóricas, sem jamais colocar esses princípios gerais e essas soluções teóricas ao sabor dos interesses privativos e ao serviço das cupidezes individuais.

Na verdade, o que levou as classes armadas, em 1937, a destruir o regime da Constituição de 1934, foi a confiança, a crença, a adesão, a convicção de que o mundo entrava numa nova fase histórica, em que a democracia não era a democracia dirigida, mas a democracia dirigente, não era a democracia conduzida

pelo povo, mas uma espécie de democracia autocrática que conduzia o povo. Confiantes no exemplo que, sobre esta matéria, nos forneciam alguns dos países mais avançados do mundo, acreditaram as Forças Armadas brasileiras ter chegado o momento de nosso país participar disto que se supunha ser, então, um movimento de renovação histórica. Isto, porém, não alterou, não contrariou, não transfigurou, não modificou, de maneira alguma, a tradição de desprendimento e a tradição de independência de nossas Forças Armadas, visto como o golpe militar foi dado para que se entregasse, se conservasse, se mantivesse o poder entre as mãos das autoridades civis.

Assim foi que, finalmente, em 29 de outubro de 1945, as Forças Armadas brasileiras, seguindo mais uma vez seus destinos gloriosos, servindo mais uma vez de exemplo, que nos edifica, que nos honra, que nos orgulha, levantando novamente nosso nome e nossa bandeira na história continental, derruíram um governo que tinha traído os compromissos de sua própria ascensão, destruíram uma situação que se tornou incompatível com os princípios mesmos que o haviam levado ao poder.

Na hora oportuna, entretanto, no momento exato, no instante crítico, na situação iminente trouxeram ao poder as autoridades civis.

Estou em acreditar, estou em afirmar, não me parece insensato dizer que, de todos os povos do ocidente, o único povo em que as Forças Armadas têm tido influência tão continuada e tão importante nos acontecimentos da vida política, e nunca se serviram desses acontecimentos para o próprio benefício e para o próprio poder, esse povo é o brasileiro, essa história é a nossa, essa nação é o Brasil. (*Muito bem! Palmas*).

Nestas condições, insisto em dizer que aqui manifesto, em nome do povo brasileiro, que neste momento represento, porque não falo em nome de facções políticas, nem em nome de correntes partidárias ao emitir esta opinião; manifesto, em nome do povo brasileiro, a tranqüila confiança do nosso povo na ação das Forças Armadas desta geração, que não desmentirá a invariável ação das Forças Armadas das gerações que nos precederam.

Sr. Presidente, dizia, portanto, que nos encontramos numa crise constitucional, mas não numa crise da Constituição. Crise constitucional é aquela que freqüentemente se deflagra pela desarmonia aparente, pelo choque superficial, pela contradição de primeira vista entre os dispositivos da Constituição; mas a inteligência política, o engenho dos homens públicos se manifestam e se realizam em toda a sua plenitude precisamente nestas horas, porque, se os textos constitucionais tivessem a faculdade de prever e de regular automaticamente todas as eventualidades da vida nacional, então não necessitaríamos dos corpos políticos que viessem dar enchimento aos vácuos dessa mesma vida política e aos colapsos da Constituição. O que nos compete é resolver a crise constitucional sem sair da Constituição: o que nos compete é restabelecer o funcionamento das instituições sem demoli-las, sem destruí-las, sem fazer com que elas tombem ao peso do seu próprio esforço.

Não é como membro de um partido político que assim falo. Não é como representante e condutor de uma das correntes políticas em que se divide esta casa do

Congresso que assim me exprimo. Falo, Sr. Presidente, não apenas porque estamos no centro de um torvelinho que envolve toda a nação, não apenas porque estamos no ponto de convergência de temporais e de tempestades que cobrem toda a vida do país, mas também porque a destruição da Constituição, porque o desaparecimento das instituições não aproveitará a nenhum de nós: de nada servirá para o país, para os políticos, para as Forças Armadas, para todas as demais forças sociais que compõem o organismo nacional. Ao contrário, vai-nos lançar a todos em uma luta cujo princípio nós desvendamos e podemos lobrigar muito bem, em uma luta que é como uma comporta que pudéssemos abrir, mas como uma represa que não mais pudéssemos fechar. Esta luta fará, Sr. Presidente, com que este país, que se tem sabido manter íntegro nas suas forças e tranqüilo nos seus direitos, através do engenho dos seus políticos e da honra das classes armadas, se afunde na mais tremenda catástrofe da sua História, catástrofe em que todos teremos de tomar posição. Eu aqui digo que já tomei a minha, e digo que, como qualquer um de V. Exªs, já tenho predeterminada minha posição. Mas, Sr. Presidente, uma posição que nos lançará em uma nova Espanha, uns contra os outros e todos contra o país.

Portanto, quando digo que falo em nome da nação, ao declarar que o movimento dentro do qual estamos e para o qual convergem todas as forças da alma nacional, e que solução deve ser dada a esta crise, refiro-me à solução que corresponda a todas as possibilidades do engenho do mundo político, e da prudência e honra das Forças Armadas.

Estou dizendo isso, Sr. Presidente, em nome da nação, que será engolfada nos imprevisíveis acontecimentos que daqui podem decorrer.

Não há desordem? Quem afirma é o governo. Então, digo, não haverá estado de sítio, porque o governo não o pode pedir, uma vez que reconhece não haver desordem e porque nós não lhe poderemos dar esta medida, uma vez que sabemos que o governo tem razão, quando afirma não haver motivo para alarme; não haverá suspensão das garantias constitucionais, porque dentro delas temos de resolver este problema que não criamos, pois foi estabelecido pelo colapso da administração e pela imoralidade do círculo governativo que se veio revelar em face da nação; não haverá medidas excepcionais, porque o governo não tem o direito de requerê-las e nós temos o de negá-las.

O governo é o primeiro a demonstrar que não tem necessidade dessas medidas, uma vez que ele próprio declara formalmente, pelas afirmativas explícitas das suas mais altas autoridades e implicitamente pelos atos de administração que tem praticado, que nenhuma das manifestações até agora ocorridas dentro das Forças Armadas tem o caráter de subversão ou de indisciplina.

Como, Sr. Presidente, poderíamos conceber a existência deste caráter de subversão ou de indisciplina, lendo as palavras que constam do próprio depoimento do Sr. Ministro da Guerra, profusamente publicadas pelos jornais; como sustentarmos que as manifestações até hoje ocorridas têm caráter de subversão e de indisciplina, lendo os textos inequívocos das reuniões oficiais que se têm realizado pelos componentes das Forças Armadas que comungam com o sentimento do povo e com a

opinião do povo, no sentido da punição das vergonheiras, no sentido do esclarecimento das misérias e no sentido de uma solução definitiva e tranqüila para a crise nacional?

Não é, portanto, a oposição que está falando; é a voz de um representante da nação que, aliás, se manifesta de acordo com um dos mais altos representantes do país, o Sr. Vice-Presidente da República. S. Exª, eleito em voto igual, em eleição realizada no mesmo dia, em sufrágio idêntico ao do chefe do governo atual, no testemunho tranqüilo de sua posição, na manifestação insuperável do acerto de sua orientação, no desprendimento de sua conduta, ofereceu, ontem, e, se não me engano, está neste momento relatando, no Senado, sua mediação no sentido de que seja resolvida a crise constitucional pela renúncia de S. Exª e do Sr. Getúlio Vargas.

Estamos neste ponto de vista. Entendemos e não temos motivos para não declarar – e aqui não falo em nome do meu partido, mas exprimindo largas correntes de opinião que se manifestaram através de vozes expressivas e organismos que não foram considerados subversivos – a nossa firme convicção de que a solução da crise constitucional deve encontrar apoio nas reservas de compreensão, de patriotismo e de renúncia do Sr. Getúlio Vargas.

Fatos semelhantes têm ocorrido em muitos países.

O Sr. Augusto Meira – V. Exª possui alto espírito e assume, no momento, grande responsabilidade. V. Exª fala da opinião geral do país, mas, como jurista, precisa encaminhar juridicamente esta opinião nacional. A Constituição tem todos os remédios. Se o Presidente da República tem responsabilidade criminal, segundo se propala, não custa ao nobre colega, com o seu saber, com a sua distinção, apresentar denúncia contra o chefe do Executivo brasileiro. O Congresso se manifestará e, de acordo com a sua opinião, ou o Presidente da República será suspenso de suas funções, se assim a opinião nacional se manifestar, apoiando o Congresso, ou, então, o Congresso apoiará o Presidente da República e a crise estará perfeitamente resolvida constitucionalmente. (*Palmas.*)

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, existem formas constitucionais de se solverem crises perfeitamente idênticas àquela que agora nos assalta, formas constitucionais não especificamente definidas na Constituição.

Lembro aos nobres Deputados o episódio ocorrido com o Presidente francês Jules Grévy, que se defrontou com grave crise política. No momento em que ficou absolutamente certo e irrespondivelmente provado que a intimidade de sua casa, através da ação deletéria de familiares seus, tinha transformado o Palácio do Eliseu num antro de vergonhosa negociata, o assunto emocionou a Nação, e o genro do Presidente, Wilson, foi denunciado e indiciado como corrupto e corruptor. As provas recolhidas no seu arquivo demonstraram a profundidade do mal de corrupção que avassalava o organismo da presidência. Estabeleceu-se um debate que durou muito tempo – cerca de um mês. O país foi abalado até os fundamentos da sua resistência e até os limites da sua tranqüilidade. Vacilava o Presidente em compreender que não era a sua posição individual que estava em jogo, mas a honra do regime e a

tranqüilidade do estabelecimento da confiança no poder, contra quem nunca, jamais se articulara a acusação de ter participado diretamente dos crimes de que eram acusados os seus familiares, em compreender que a crise precisava ter fim e que esse fim só chegaria com o restabelecimento da confiança no Poder Executivo, por meio de sua própria renúncia. Foi assim, Sr. Presidente, que em novembro ou dezembro de 1887, compreendendo afinal a necessidade de restaurar a paz, de reencaminhar o país na senda da dignidade e da honra, o Presidente Jules Grévy mandou à Assembléia francesa a carta da sua renúncia.

Assim estamos nós, até este momento, convencidos. Não foi, em qualquer dos pronunciamentos aqui verificados, o Presidente da República retaliado individualmente na sua honra ou jungido pessoalmente ao pelourinho das acusações. O que aqui dissemos foi que o país, provavelmente, não se restauraria; que não era possível a uma autoridade que tivesse chegado aos limites do abandono e da demissão a que chegou a autoridade presidencial reestruturar-se politicamente. E é por isso que nós, sem preocupação de partido – e todas as afirmativas que se fizerem no sentido de que aqui estamos falando em nome de uma corrente política, ou obedecendo a interesses de uma corrente política, são mais do que mentirosas, são torpes, são infames – é por isso, dizia, que, para a situação a que o nosso país assiste hoje estarrecido, não encontro símile senão fazendo apelo às célebres palavras de Miguel Pereira: se, para a saúde física, "o Brasil era um vasto hospital", para a saúde moral, hoje, o Brasil ameaça transformar-se num vasto porão do Palácio do Catete.

Eu me dirijo, portanto, a todos os homens de boa vontade do nosso país, aos homens de todas as classes, a começar pelos parlamentares de todos os partidos, a quem estendo, fraternal e cordialmente, a mão, para apertar as mãos que estejam limpas de sangue, de lama e do azinhavre do dinheiro – eu me dirijo aos brasileiros, aos parlamentares, aos representantes das Forças Armadas, dizendo que ou encontramos uma solução convergente, uniforme e dignificante para a crise nacional, ou muito me arreceio de que caiamos em uma fase, em um período, em uma etapa de tragédia, de sangue e de miséria incomparavelmente pior do que todas a que temos assistido na nossa história. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é vivamente cumprimentado.)*

Necrológio de Getúlio Vargas

24-8-1954

O SR. AFONSO ARINOS *(Lê o seguinte discurso)* – Sr. Presidente, o drama com que se encerraram os acontecimentos políticos que tanto sacudiram o país pertence à História. À História também já pertence a personalidade do Presidente Getúlio Vargas.

Nunca a expressão corrente de que só a perspectiva do tempo dá a medida necessária para o julgamento dos homens encontra mais legítima explicação do que no caso presente. A vida pública é, infelizmente, muitas vezes, inseparável dos trágicos desfechos.

Isto ocorre não apenas com as personalidades dominadoras, porém com as menos marcantes e mesmo as desconhecidas.

É profundamente lastimável que a evolução do país para os seus novos destinos tenha sido pontilhada nestes episódios por dois fatos tão dolorosamente lutuosos.

Este momento não comporta ajuste de contas nem verificação de erros.

Todos os homens, vivos e mortos, têm o seu quinhão de erros e de acertos, de malefícios e de boas ações; mas somente Deus, em quem humildemente creio e firmemente confio, é capaz, na Sua justiça e infinita misericórdia, de punir ou premiar, afinal.

É com o coração puro, com a mente desimpedida de quaisquer remorsos ou sentimentos de culpa, que elevo, nesta hora, a Deus as minhas preces, pensando no Brasil.

Que Deus ilumine os brasileiros – povo e governantes – incutindo-lhes, neste momento grave, a firmeza e a altura do espírito necessários para que a paz desça sobre a nação, abalada por tantas calamidades morais e materiais. Esqueçamos as agruras do passado e unamo-nos para preparar o futuro dos nossos filhos, que desponta diante de nós.

Nunca me conduzi por ódios nem por paixões, e isso tenho reiteradamente proclamado.

Ainda ontem declarei, desta tribuna, que só a união dos brasileiros salvaria o país e que o Presidente não se devia considerar pessoalmente atingido pelo movimento de opinião deflagrado em seguimento à situação que não criamos.

Minhas palavras não são, hoje, diferentes. O momento nacional exige o arrefecimento das paixões e a unidade de todos os brasileiros, para restaurarmos a tranqüilidade e trabalharmos em benefício do povo sofredor.

Unidos em torno das instituições, salvaremos o Brasil; divididos pelo ódio, mergulharemos a pátria na escuridão. (*Muito bem! Muito bem! O orador é abraçado.)*

Necrológio de Artur Bernardes

23-3-1955

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, quando advertido pelo telefone, por minha esposa, desci do meu gabinete e pedi a V. Exª que incumbisse um dos seus auxiliares de se certificar da infausta nova que acaba de transmitir à Câmara. Trazia eu ainda, no espírito abalado pelo golpe profundo, esta incerta esperança que faz com que todos nós dificilmente nos habituemos ao inelutável. Supunha eu, ain-

da, Sr. Presidente, apegado a uma crença sincera e comovida, que talvez a notícia a nós chegada não fosse senão uma projeção exagerada daquela que, desde ontem, nos assaltava os espíritos, sobre a grave moléstia que acometera o Presidente Artur Bernardes.

Verificado, entretanto, o seu passamento, desejo, e me honro de, em nome da União Democrática Nacional e, até certo ponto, espero eu, em nome também do povo mineiro, trazer à Câmara e à nação as palavras da comovida homenagem ao austero vulto republicano que acaba de desaparecer.

Artur Bernardes iniciou cedo a sua vida pública e percorreu-a em todas as etapas e em todos os degraus com os quais se compunha, na primeira República, a biografia do estadista. Começou ele a terçar as suas armas no meio político, portanto, nas lutas municipais, e foi como Agente Executivo, ou seja, como Prefeito de sua terra natal, a florescente cidade de Viçosa, um dos centros da civilização agrícola da Zona da Mata de Minas Gerais, foi como Agente Executivo ou Prefeito daquela comuna que começou a chamar sobre a sua atuação fecunda e a sua linha, sempre severa, a atenção dos dirigentes da política do meu Estado. Contou-me ele próprio que, certa feita, recebeu da parte do então Deputado Ribeiro Junqueira a incumbência de falar em nome dos prefeitos da Zona da Mata, em uma reunião na cidade de Juiz de Fora. Foi a sua primeira manifestação política de maior relevo e tão bem se houve, e tais eram os títulos de que vinha portador, conquistados no seu pequeno centro de atividades políticas, que, desde logo, o seu nome se impôs para mais altas investiduras.

Em 1909, Artur Bernardes, pela primeira vez, integrou a bancada do Partido Republicano Mineiro na Câmara Federal, aquela bancada de que participavam alguns dos vultos então eminentes do Congresso brasileiro, e que, por isso mesmo, mereceu de um crítico tão autorizado quanto severo, o ilustre parlamentar Pedro Moacir, o epíteto de constelação do Congresso Nacional. Artur Bernardes integrou-se nesta constelação e aqui serviu à causa da República e aos interesses do seu Estado. Posteriormente, foi convocado para a Secretaria de Finanças do governo de Minas Gerais no quadriênio de Bueno Brandão, se não estou enganado.

De resto, peço escusas antecipadas pelos possíveis enganos deste discurso proferido no tumulto da improvisação e na natural instabilidade dos estados emotivos.

Sendo ele, como disse, Secretário de Finanças, pôde, então, participar pela primeira vez das responsabilidades do Executivo estadual. Mas só mais tarde, só no decorrer da crise que se estabeleceu em Minas Gerais para a eleição do Presidente do Estado, que sucedesse a Bueno Brandão, pôde o nome de Artur Bernardes emergir das negociações e das cogitações dos círculos políticos partidários, para se fixar como candidato escolhido pela corrente majoritária, a fim de compor a situação política e de servir seu nome como ocupante do Palácio da Liberdade.

Artur Bernardes exerceu o governo de Minas Gerais no quatriênio que mediou entre 1918 e 1922. Ali deixou a marca já profunda e indelével da sua forte personalidade, compondo aquela figura típica, significativa, de político da Zona da Mata de

Minas Gerais, o político que tinha qualquer coisa de puritano e qualquer coisa – tomada a expressão no seu sentido sociológico – de caudilho.

Para bem compreendermos o significado psicológico daquela região, devemos fazer a distinção necessária entre a formação da civilização mineradora que a precedeu e instalou em Minas Gerais a presença da cultura e da política, e a civilização da zona agrícola, que lhe é posterior no tempo e só se inicia no decorrer do século XIX. Artur Bernardes representava bem aqueles traços de caráter e aquelas virtudes básicas da civilização agrícola de Minas Gerais. Era, por excelência, o homem da Mata, isto é, o homem da zona de formação mais recente, da zona que não apresenta aos olhos embevecidos dos viajantes e dos turistas o encanto das velhas cidades coloniais, o encanto das igrejas lavoradas pelos gênios da nossa arte antiga, o encanto da literatura que se exprime em algumas das florações mais altas, como sejam, os poetas e escritores da Escola Mineira, mas que traduz, Sr. Presidente, um novo encanto, uma nova força, um novo impacto de criação e de consolidação de uma cultura, porque o que a Zona da Mata trouxe como contribuição à civilização brasileira foi aquela linha, aquela orientação de que Artur Bernardes era realmente um tipo representativo: a linha de austeridade severa, a linha um pouco rija, um pouco dura da conduta política intransigente, porém de antemão conhecida e da rota que não se desviava, mas que se inclinava sempre voluntariamente para os interesses do país.

Despido de preocupações literárias, abandonando facilmente a graça da oratória e o brilho do estilo, o político da Mata é bem aquele chefe afirmativo, construtivo e dominador de que Artur Bernardes, de que Raul Soares, de que Carlos Peixoto formam, nesta poderosa trilogia, talvez o exemplo mais significativo na história da República em minha terra.

Não estou aqui para restabelecer a sucessão dos fatos dramáticos que precederam a elevação do grande mineiro à suprema magistratura do país. Todos sabemos o que foi a epopéia da sua resistência, o esforço do seu desafio às imposições, às intimidações e o que foi, finalmente, a vitória das suas convicções sobre as tentativas da desordem. Muitas dessas afirmativas que agora acabo de enunciar estão evidentemente sujeitas à caução, conforme o ponto de vista daqueles que as apreciem, que as leiam ou que as escutem. Mas uma coisa que desejo estabelecer como sendo sinceramente o fundo do meu pensamento é que, por mais que tenham sido errados ou discutíveis os objetivos da política mineira nos embates da campanha sucessória, por mais que tenham sido contraproducentes seus esforços no sentido de resistência às tentativas de composição, uma coisa, entretanto, se salva, uma coisa, contudo, se afirma, uma coisa, afinal, resta indiscutivelmente plantada na leitura das páginas dessa história recente: é a profunda convicção de verdade, é a absoluta, a completa segurança com que agiram os homens daquela geração, praticando os atos que praticaram e assumindo as atitudes que assumiram.

O governo Artur Bernardes foi o desesperado esforço para a manutenção de uma diretriz retilínea na rota do Estado batida por todos os tufões! Era um governo que não representava senão a etapa final de um processo do nosso sistema político que se desagregava, graças ao embate de novas forças sociais e econômicas.

O que ali se defendia como sendo a ordem, o que ali se procurou sustentar como sendo a lei, não era senão e afinal, Sr. Presidente, uma estrutura, uma moldura legal para um conteúdo social que se estava esboroando.

O que o governo Artur Bernardes significa ou significará para o historiador do futuro é, exatamente, essa força de inércia das instituições políticas e essa capacidade de resistência das instituições constitucionais em face da profunda transformação do meio social. E aquelas condições que determinaram a união do poder na mão dos presidentes de estados, aquelas condições que estabeleceram a possibilidade de concentração das correntes políticas em torno do Executivo não mais se realizaram, a partir da data em que Artur Bernardes assumiu o governo da República, e não mais se realizaram, Sr. Presidente, porque estavam, ou se encontravam, baseadas numa espécie de monismo econômico, numa espécie de unidade econômica, consignada, ou representada, pelo predomínio exclusivo da vida agrícola e da lavoura de café. Foi a diferenciação da economia nacional, foi a transformação dos estilos de vida do povo brasileiro, foi com a grande guerra de 1914 a 1918, a introdução de novas técnicas e a contribuição da industrialização para o nosso panorama econômico que vieram, afinal de contas, transformar aquele sistema de economia unitária em outro sistema de economia multiplicada, dentro do qual era impossível a sobrevivência daquela estrutura política simples, linear e baseada em alicerces iguais.

Desde que esta transformação se operou, a superestrutura se alterou igualmente e o governo de Artur Bernardes talvez tenha sido e acredito mesmo que haja sido o esforço desesperado para a manutenção da estrutura legal, para a continuação deste arcabouço político, para o equilíbrio da cúpula do Estado, no momento em que as bases em que tais situações se apoiavam estavam-se derruindo.

Artur Bernardes deixou o governo ainda não convencido, como talvez não estivesse ainda hoje convencido destas observações despretensiosas de um ensaísta da crítica histórica. Mas pouco interessava ao eminente republicano o significado ou a interpretação dos seus atos. Aquilo que o atraía, na vida pública, era ela própria, a vida pública; aquilo que o apaixonava, na ação política, era ela própria, a ação política. Não era ele arrastado, convidado ou solicitado a interpretações ou à descrição daquilo que fazia.

Certa vez, ainda aqui neste plenário, dizia-me Artur Bernardes que a sua vida se desenvolvia aos próprios olhos da sua memória, como uma fita cinematográfica a que tivesse assistido. Ele próprio considerava aquela sucessão de episódios como qualquer coisa que tivesse passado sob a sua retina e desaparecido nas trevas do tempo. Não procurava ele indagar das razões ou inteirar-se das finalidades.

O que lhe interessava, sobretudo, era a ação. O que o atraía, até os oitenta anos, era a ação, mas a ação sempre em benefício daquilo que ele considerava como se colocando acima de tudo, acima dos homens, acima das religiões, acima das paixões, acima dos sentimentos. Este era o interesse do Brasil, e a sua força constante de patriotismo e de confiança na pátria.

Daí a sua capacidade de ação. Daí a sua possibilidade permanente de evolução e de transformação. Era, talvez, curioso e estranho ver aquele ancião passar do extremo da sua crença e da sua experiência presidencialistas para participar, no outro extremo, das aspirações e das atividades reformadoras dos parlamentaristas.

Era de se ver aquele homem que durante seu governo teve tantas preocupações de se preservar dos contatos com o pensamento socialista, incorporar-se, francamente, no fim da vida, às teses mais avançadas do nacionalismo socialista, porque, onde quer que estivesse aquilo que ele reputava como essencial à defesa dos interesses nacionais, lá se encontrava o Presidente Artur Bernardes, despreocupado das fórmulas, desatento à rigidez das doutrinas e esquecido, até, das verdades ou das afirmações do seu próprio passado.

Sr. Presidente, este o homem que hoje desaparece, homem que pertenceu a uma grande geração republicana e que não deixa para nós apenas um exemplo. Ele deixa, mais do que tudo, uma lição e uma esperança. Quando tantos moços vacilam, hesitam, perturbam-se e se omitem, não deixa de ser uma lição e uma esperança vermos desaparecer no convés do seu navio, capitaneando o seu barco partidário, com a mão na roda do leme da sua organização política, este velho marinheiro batido por tantos temporais e que conheceu tantos mares. Não deixa de ser uma lição e uma esperança, para nós, a segurança de que o país não acaba com o erro, de que o país não se extingue com a derrota, de que o país não desaparece com o êxito, porque o êxito mata os homens; a segurança, de que, acima das derrotas, acima das desolações, acima dos sucessos e dos êxitos deve sobrenadar em nós, deve sobrepairar em nós a presença veemente de qualquer coisa que se coloca muito além do instável e do contingente, que é a presença da pátria, que é a presença constante do amor da pátria, e esta fidelidade completa no seu serviço e na sua glória.

Esta foi a linha de Artur Bernardes e, falando deste grande cidadão, é com profunda e sincera emoção, não apenas de brasileiro, não apenas de mineiro, mas de filho de um dos seus mais diletos amigos, de um dos seus mais íntimos colaboradores que ergo o meu coração e que abaixo a bandeira do meu partido em homenagem ao grande chefe morto. *(Muito bem! Muito bem! O orador é abraçado.)*

Reforma da Lei Eleitoral

30-5-1955

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, desejo, antes de iniciar meu discurso, agradecer a gentileza de meu prezado colega e amigo, Sr. Deputado Abguar Bastos, em conceder-me o privilégio de falar em primeiro lugar nesta sessão, ficando S. Exª inscrito no lugar que me cabia.

Sr. Presidente, nosso partido foi brilhantemente representado na Comissão Mista Especial encarregada de oferecer substitutivo ou de adotar na sua integridade o projeto apresentado pela Justiça Eleitoral, na pessoa do nosso Vice-Líder, Sr. Deputado Ernani Sátiro. Não viria eu, conseqüentemente, a esta tribuna aduzir quaisquer considerações ou ajuntar quaisquer reflexões à posição de nosso partido, se não tivesse o empenho e, até certo ponto, a obrigação de justificar da tribuna a emenda que também em nome da União Democrática Nacional, contando, entretanto, com o honroso apoio do Partido Socialista nesta casa, por meio do Sr. Aurélio Viana, tive oportunidade de apresentar, para ser encaminhada ao exame da Comissão Especial.

Passo a ler a emenda:

"Onde convier:

Art. São instituídas, de acordo com o modelo nº 1, anexo, cédulas oficiais de votação para as eleições de Presidente, Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 1º As cédulas conterão, além da designação da eleição, os nomes dos candidatos registrados, os quais serão precedidos por um espaço demarcado que servirá para o eleitor assinalar seu voto.

§ 2º O Presidente da mesa, depois de rubricar as cédulas e a sobrecarta, as entregará ao eleitor que, passando à cabine indevassável, assinalará à tinta o nome do candidato de sua escolha. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará as cédulas na sobrecarta, fechando-a.

§ 3º Serão nulas as cédulas em que aparecem assinalados nomes de candidatos em maior número do que os postos eletivos a serem preenchidos.

§ 4º A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado às oficinas particulares, mediante indenização posterior."

A justificação é curta:

"O não acolhimento da cédula oficial no substitutivo da Comissão Mista não foi pacífico. No plenário da Câmara dos Deputados as opiniões se dividem sendo numerosos os Srs. Deputados que se inclinam pela adoção da iniciativa contida no anteprojeto da Justiça Eleitoral.

Nossa emenda visa a uma fórmula de acomodação na qual, adotando-se a cédula oficial apenas para as eleições majoritárias, seriam conseguidas muitas das indiscutíveis vantagens da medida, sem os possíveis inconvenientes que os adversários da cédula oficial indicam nas eleições do sistema proporcional, nas quais podem ser registrados centenas de candidatos. Estamos certos de que a nossa emenda, que será justificada com maior desenvolvimento da tribuna, oferece uma solução intermediária que poderá merecer o voto da maioria.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1955. – Afonso Arinos – Ernani Sátiro – Aurélio Viana."

O Sr. João Machado – Senhor Deputado, neste momento sinto a razão que me levou a apresentar emenda semelhante à que V. Exª acaba de ler. E compreendo perfeitamente que seria esta uma solução conciliatória, seria um meio-termo entre a cédula oficial para todas as eleições e a cédula oficial exclusivamente para as eleições majoritárias. Por isso, quero dizer a V. Exª, desde já, que, caso a emenda por mim apresentada não tenha acolhimento, lutarei pela aprovação dessa que V. Exª acaba de ler.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado.

E, nestas condições, tanto a emenda do nobre Deputado João Machado quanto a minha, de acordo com a redação preferida, servirão perfeitamente aos objetivos, que não são apenas nossos, mas, já hoje, de uma corrente bastante poderosa da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, peço a V. Exª, preliminarmente, a bondade de adiantar-me qual o tempo de que disponho.

O SR. PRESIDENTE – V. Exª dispõe de meia hora, prorrogável por 15 minutos.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

Senhores Deputados, antes de entrar, propriamente, no debate e na justificativa da minha emenda, gostaria de preceder esta parte do meu discurso de algumas considerações gerais sobre o assunto que tem provocado tão brilhantes e tão acaloradas controvérsias em nosso recinto.

Em primeiro lugar, gostaria de salientar que a lei eleitoral, em todos os países do mundo, é um diploma legislativo em permanente evolução, em permanente transformação, em permanente adaptação às realidades políticas. O fato de uma democracia haver atingido um grau superior de maturidade, ou melhor, o fato de um sistema de governo democrático haver alcançado uma estabilidade completa não implica, por isso, a estabilidade e a imutabilidade do Direito Eleitoral.

Nas democracias mais evoluídas – e desejo ainda fazer menção da democracia parlamentar inglesa – a lei política que permanentemente se renova é a lei eleitoral.

O eminente Primeiro-Ministro do Império Britânico, Sr. Anthony Eden, nas discretas e sábias declarações que formulou à imprensa internacional, explicando as razões da vitória do seu partido, disse notadamente o seguinte: é vitória de uma democracia em plena maturidade. Mas, apesar disso, sabemos que, praticamente nas vésperas de cada pleito nacional naquele país, se fazem acomodações da lei eleitoral. Ou mais precisamente: as transformações que hoje periodicamente se entrosam na lei eleitoral inglesa têm principalmente por objetivo a adaptação da geografia eleitoral inglesa às condições dos partidos que se disputam o poder.

Como sabe a casa, a Câmara dos Comuns é constituída, hoje, apenas por eleição de círculos uninominais. Desapareceram nas últimas reformas, se não estou enganado, inclusive, nessa reforma procedida depois da segunda guerra mundial, aqueles privilégios de candidatos eleitos por entidades diferentes dos círculos eleitorais baseados nas circunscrições territoriais. Os eleitos pelas universidades,

corporações profissionais e outros deputados do mesmo tipo já não mais são, hoje, enviados à Câmara dos Comuns.

Esta foi uma das mais recentes transformações introduzidas no Direito Eleitoral inglês. Mas nem por isso a lei eleitoral da Inglaterra deixa de ser modificada quase que fatalmente nas vésperas das eleições, a fim de acomodar a geografia eleitoral, a fim de distribuir os assentos na Câmara dos Comuns por circunscrições territoriais que mais sejam acomodadas ao pleito. E esta dispersão dos assentos, esta adaptação dos votos a regiões é que formam, periódica e quase que obrigatoriamente, a base da reforma eleitoral inglesa. Nas democracias imaturas, nas democracias onde o ambiente econômico e social – e, conseqüentemente, o ambiente político – é de extrema transformação, de extrema fluidez, tal como ocorre na democracia brasileira, essas transformações se impõem gradativa e imperativamente na legislação eleitoral por motivos outros, por circunstâncias diferentes, e devem, então, Sr. Presidente, ser transformações que atinjam ao cerne mesmo, aos pontos nevrálgicos mesmos do Direito Eleitoral.

O Sr. Ulysses Guimarães – V. Exª permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Ulysses Guimarães – É para confirmar a autorizada declaração de V. Exª de que o sistema eleitoral ou a legislação eleitoral vigente em toda parte do mundo freqüentemente está sofrendo modificação. Não há legislação mais circunstancial, que se alimente mais do fato de se dobrar às injunções, do que a legislação eleitoral. Mesmo no que tange – e Vossa Excelência, mestre no assunto, poderá depor perante a Casa – , mesmo no que tange à fraude, ao desrespeito da lei eleitoral em todos os países, onde os sistemas mais diferentes são adotados, sabe V. Exª que os monografistas acentuam sempre, com desencanto, uma forma ou maneira de burlar os dispositivos legais vigentes.

O SR. AFONSO ARINOS – Eu me manifesto inteiramente de acordo com a palavra do ilustre Relator, a quem agradeço.

De fato, nos períodos de consolidação da democracia representativa existem tentativas, aproximações, ensaios sucessivos no sentido de obviar-se, de diminuir-se, de julgar-se a fraude, a violência ou a compressão eleitorais. Na história da Inglaterra, que eu há pouco tomava como modelo, isto é fato também patenteado aos olhos de qualquer estudioso do Direito Parlamentar ou do Direito Constitucional.

Sabemos que o sistema parlamentar inglês, que floriu com tão civilizada graça no decorrer do século passado, era tão falso, do ponto de vista da representação política, quanto o sistema parlamentar brasileiro, que na mesma centúria também floriu com as galas da eloqüência, na Câmara e no Senado. Sabemos que, assim como no Brasil Império, o voto se assentava sobre ficções; na Inglaterra, igualmente, na mesma época, o voto também se assentava sobre ficções. O alargamento do sufrágio, iniciado naquele país em 1832, não correspondeu senão a uma parte das reivindica-

ções democráticas; e o processo de transformação e de melhoria da lei eleitoral prosseguiu durante todo o decorrer da centúria, e só chegou ao seu fim, só obteve o final das etapas progressivas porque vinha passando, neste século, nos nossos dias, exatamente com a supressão daquelas candidaturas privilegiadas que eram entregues a entidades estranhas ao poder do sufrágio.

Vimos a ampliação do sufrágio, vimos o desaparecimento do censo como base de inscrição eleitoral, vimos a campanha famosa das sufragistas, no início deste século, conquistando o voto feminino, das mulheres inglesas, vimos, finalmente, as novas transformações que agora colocaram, de fato, o sistema eleitoral inglês na base de um amplo, de um completo sufrágio universal.

Mas, Sr. Presidente, se isto se dá nas democracias amadurecidas, como não compreender se torne indispensável – mais do que necessário, indispensável – na cristalização, na consolidação do regime, nas democracias que tendem para o seu aprimoramento, como o caso da democracia brasileira?

Devemos considerar as transformações das leis eleitorais em países como a Inglaterra, a Suíça, a França, a Suécia – mesmo os Estados Unidos, onde encontramos ainda muita fraude e muita corrupção nas eleições municipais, onde deparamos ainda com muitas imperfeições e irregularidades nas eleições, mas onde já conhecemos a verdade eleitoral plena e a integridade absoluta do Direito Eleitoral nas eleições nacionais; mesmo nos Estados Unidos, onde a democracia representativa no campo nacional adquiriu sua plena maturidade – essas transformações nos mostram que devemos aceitar a necessidade permanente de reformas, mas apenas no propósito de facilitar o ato eleitoral, reformas com a finalidade de acomodar o sufrágio, o pleito, o direito ao voto às condições mais favoráveis de seu desempenho, e não, como se faz mister numa democracia em fase de aprimoramento, tal a democracia brasileira, à necessidade de reivindicações mais profundas, que tenham por objetivo moralizar o ato eleitoral, dar autenticidade à representação e investir, afinal, os poderes eletivos daquele prestígio, daquela autoridade, daquela confiança que eles perdem gradativamente no conceito da opinião pública, a qual se vai tornando cada vez mais politizada e, por conseqüência, mais capaz de compreender as mistificações, as mentiras, os crimes em que se assenta, tanto na formação do Executivo quanto na do Legislativo, o processo eleitoral.

O Sr. Aurélio Viana – Permita. Acredito que a emenda de V. Exª, para as eleições majoritárias, resolverá o problema da fraude eleitoral, inclusive, evitando o abuso do poder econômico e do poder policial. Vai ser muito fácil para o eleitor a escolha livre de seu candidato a Presidente da República e à Vice-Presidência. Estou com V. Exª, quando declarava algures que para as eleições proporcionais reconhecia haver certa dificuldade e, por isso mesmo, queria colocar de lado a modificação do sistema eleitoral, na parte tocante ao voto para as eleições proporcionais. Mas não atino como ser alguém contra essa modificação, no que tange às eleições majoritárias.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço o aparte do nobre Deputado Aurélio Viana, cuja colaboração em minha emenda já salientei com grande prazer. Admito se seja contrário à iniciativa que tomamos em conjunto com aprovação de muitos dos eminentes líderes de partido desta casa, a começar pelo ilustre Deputado Raul Pilla, que, ainda ontem, em artigo publicado em matutino desta Capital, se manifestou francamente a respeito da minha emenda. Admito que se possa ser contra ela, mas não com os argumentos invocados na primeira fase da discussão.

Não admito se possa contrariar o nosso propósito, utilizando o argumento do eminente Deputado Gustavo Capanema, no sentido de que seria difícil ao eleitor escolher entre centenas de candidatos. E isto porque essas centenas desaparecem.

Vou procurar demonstrar, também, que não concordo com o argumento oferecido pelo eminente Relator, Senhor Deputado Ulysses Guimarães, porque me parece fundado em apreciação que chamarei passional, para não dizer intencional, da realidade histórica.

O Sr. Ulysses Guimarães – A emenda que tem a assinatura de V. Exª – permita a intervenção – circunscrevendo à cédula oficial as eleições do tipo majoritário, evidentemente merecerá o estudo da comissão e do relator, porque se trata de proposta oferecida na fase de tramitação do respectivo projeto. Desde logo, posso dizer a V. Exª o seguinte: para eleições coincidentes quando o eleitor será chamado a votar em candidatos que deverão ser eleitos pelo sistema proporcional e, simultaneamente, pelo sistema majoritário, a emenda de V. Exª virá restabelecer dois sistemas de recrutamento do voto.

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Ulysses Guimarães – Veja V. Exª que já me parece, logo de início, uma dificuldade. Além dessa, há outras. Esta é a que me ocorre no momento, e eu não quero tomar o tempo de V. Exª, que sei escasso. Pelo Código atual, os candidatos deverão estar registrados até 15 dias antes das eleições. Nós recuamos o prazo para 30 dias. Se na eleição majoritária for nominal o voto e o candidato desistiu, porque pode fazê-lo nos termos da Lei Eleitoral, até 10 dias antes, se morrer, se tiver o registro cassado pela argüição de incompatibilidade, veja V. Exª as dificuldades seriíssimas, senão a impossibilidade de fazer novas cédulas, ou de tomar outras providências, o que poderá resultar em balbúrdia e confusão do eleitorado. Digo a V. Exª que estudarei o assunto com as cautelas devidas, não apaixonadamente, mas com as altas intenções que animam V. Exª e seus companheiros, a fim de elaborarem um sistema eleitoral que sirva à democracia e ao País.

O SR. AFONSO ARINOS – Confio plenamente na integridade, na inteligência, na boa-fé de V. Exª. Quando falei em paixão ou intenção, evidentemente eu me referia à paixão pela causa da qual V. Exª está convencido, e naturalmente à sua intenção louvável no sentido de defender essa causa.

O Sr. Ulysses Guimarães – É o que anima V. Exª igualmente.

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente.

Quero completar minha referência à confiança que deposito nos altos dotes parlamentares de V. Exª para me fazer representado na Comissão na pessoa do ilustre colega a fim de dizer o seguinte: no caso de V. Exª concordar com a substância da emenda, estou certo de que, com seu espírito de profissional provecto, com sua inteligência de advogado, de jurista, de Deputado, essas pequenas dificuldades a que V. Exª se referiu – e que parecem talvez um pouco hipertrofiadas pelo seu desejo de exatidão e de facilidade – poderão ser removidas por V. Exª mesmo, que completará a emenda com novos artigos, com novas sugestões, com novas indicações, que, evidentemente, reformarão o Código Eleitoral na parte em que V. Exª declara que ele colide com minha emenda. Mas o meu amigo, Deputado Ernani Sátiro, fica desde logo, desta tribuna, solicitado, em nome da liderança, para suprir, com suas sugestões, as deficiências da minha redação primeira.

Sr. Presidente, dizia, e creio que é chegado o momento, pois não me restam mais de quinze minutos, dizia ao nobre Deputado Ulysses Guimarães que gostaria de discutir com S. Exª as razões que ofereceu para impugnar a emenda tal qual foi sugerida, ou melhor, o artigo como aparece redigido no projeto da Justiça Eleitoral.

Disse S. Exª que, pelo Projeto Edgar Costa, as mesas receptoras serão as detentoras das cédulas oficiais, e quando facciosas, poderão entregar cédulas assinaladas ou adulteradas, motivando-lhes a anulação. Não é preciso, acrescenta, toda a mesa ser conivente; basta que o sejam alguns de seus membros.

Começo por considerar um pouco difícil, ou bem difícil, que fiscais, delegados de partidos, tomem a iniciativa de adulterar cédulas em plena mesa, e mais difícil ainda que os adversários presentes, vigilantes, não sejam capazes de impedir essa providência. Mas pondo de lado esse argumento, quero apenas salientar, nobre Deputado, que as cédulas atualmente em uso também são sujeitas, e com muito mais facilidade, a esse tipo de marcação, de adulteração e de anulação.

Vou contar um fato a que assisti na cidade mineira de Barbacena, coisa, até, que não deixa de concorrer, com um certo toque idílico, para amenizar a aridez do debate. Um grupo de moças formosas, adversárias da União Democrática Nacional, apresentava-se nas filas entre os pobres eleitores do interior, que se tinham apertado nas suas botinas de elástico e nos seus paletós repassados de novo, e se declaravam partidárias ardorosas do Brigadeiro, que, segundo elas, era "bonito e solteiro".

E, então, pediam para beijar a cédula com o nome do Brigadeiro. Era quase fatal o eleitor conceder, e as jovens pessedistas deixavam, impresso, no papel da cédula, o rubro dos seus lábios carminados.

Assim como esse tipo de fraude, ocorrerão muitos outros nas diversas seções. E não é privilégio da cédula oficial. De maneira que esse primeiro argumento me parece extremamente frágil para que, por si só, possa condenar iniciativa que tem tantos aspectos positivos.

O Sr. Ulysses Guimarães – Concordo com V. Exª para demonstrar a lealdade dos nossos propósitos e discutirmos a matéria sem qualquer eiva de partidarismo. Concordo que o sistema eleitoral atual se presta a essas manobras. Está certo. Mas veja V. Exª que, no sistema atual, os partidos poderão colocar a luta nos mesmos termos em que os adversários os colocam. Há várias formas antes de o eleitor exercer o seu voto e de se defender, mas a fraude é irremediável quando o próprio presidente da mesa a pratica. O eleitor só poderá votar com aquela cédula que está marcada, o que acarretaria a nulidade. O presidente poderá previamente marcá-la porque recebe o material com antecedência de três dias. Diz-se que se poderá sanar esse aspecto do problema fazendo assinar pelos três componentes da mesa. Pelo cálculo rápido que fizemos, se as sobrecartas fossem assinadas pelos dois mesários e o presidente, seriam necessários, para 300 eleitores que comparecessem, cerca de cinco mil e quatrocentas assinaturas apostas nesses envelopes! São dificuldades reais que surgem e precisarão ser esclarecidas.

O SR. AFONSO ARINOS – Vou responder ao nobre Deputado, mas gostaria de ouvir a palavra do eminente amigo, Sr. Ernani Sátiro.

O Sr. Ernani Sátiro – Nobre Deputado, a insistência com que o ilustre relator, Deputado Ulysses Guimarães, vem batendo nessa tecla de que a mesa receptora, instituído o regime da cédula única e oficial, possa marcá-la e viciá-la, não honra a inteligência e serenidade de S. Exª. Tive oportunidade, na sessão noturna em que discuti largamente o assunto e justifiquei o meu voto contra o de S. Exª e favorável à cédula única, de mostrar que não é possível, de modo algum, ao presidente das mesas eleitorais, viciar e marcar essas cédulas. Nos termos de emenda já apresentada, ele vai receber esse material lacrado, no invólucro que só será aberto no momento da instalação dos trabalhos eleitorais. A cédula entregue aos eleitores poderá ser rubricada por determinado número de mesários, de fiscais, que estabeleceríamos se S. Exªs concordassem com a idéia. O que não se concebe é argumento dessa natureza, de se dizer que a cédula poderá ser viciada porque não tem rubrica ou identificação, que oitenta, noventa ou cem assinaturas prolongarão e dificultarão os trabalhos. S. Exª deve colocar o debate num ponto de maior clareza. Estabelecer-se-ia o número de cédulas necessárias, indispensáveis para que, ao votar o eleitor, se viesse a saber se realmente foi a cédula entregue a ele, mas não se deve dizer que o invólucro não resolve, que a assinatura não resolve, porque não se pode verificar se a cédula rubricada, quando devolvida, foi a mesma entregue ao eleitor. São argumentos que, repito, não honram a inteligência nem a serenidade nem a isenção do nobre Relator.

O Sr. Alberto Torres – Devo ainda ponderar que as sanções seriam severíssimas. O próprio Deputado Sr. Ulysses Guimarães poderia sugeri-las no seio da Comissão Mista, a fim de evitar que tamanha fraude pudesse ser praticada, embora o Sr. Deputado Ernani Sátiro tenha demonstrado à saciedade a impossibilidade da prática dessas reiteradas fraudes por meio do exercício de voto, desde que se adote a cédula oficial.

O Sr. Ulysses Guimarães – Confuso não sou nem S. Exª. Confuso é o sistema eleitoral, o sistema de votação que se quer instituir. Esta, a verdade. É de tal maneira artificial, que daqui a poucos precisamos realizar a máxima latina: quem fiscaliza os fiscais? Sabe S. Exª que a própria Justiça Eleitoral chegou à conclusão de que os juízes eleitorais, ou por comodismo, por negligência ou, o que é pior, em certos casos, por faciosismo, fabricaram o famoso eleitorado fantasma. Como? Assinando títulos em branco. Ora, se os juízes eleitorais, Deputado Afonso Arinos, são capazes de praticar atos dessa natureza, imagine V. Exª os presidentes das mesas receptoras!

O SR. AFONSO ARINOS – Receio que V. Exª esteja incorrendo num dos mais perigosos vícios de raciocínio, que é a generalização sem base. Se V. Exª pode incriminar no seio de milhares de juízes brasileiros alguns poucos que tenham procedido desonestamente no processo eleitoral, irá concluir apenas que no meio das dezenas de milhares de mesários, na mesma proporção, pudessem agir da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE – O tempo de V. Exª, infelizmente, terminou, mas, atendendo a requerimento do Deputado Luís Garcia, concedo a prorrogação pelo tempo regimental de 15 minutos.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Luís Garcia e a V. Exª a concessão desses 15 minutos. Peço aos nobres colegas a bondade de me honrarem com seus apartes em extensão compatível com o sistema métrico, a fim de que eu possa terminar minhas descoloridas considerações.

Sr. Presidente, o nobre Deputado Ulysses Guimarães chega exatamente, por meio de seu raciocínio, à segunda objeção fundamental que apresentou ao processo da cédula oficial.

Esta objeção diz respeito à suspeição com que S. Exª encara as mesas, e eu passarei a ler um tópico do seu brilhante parecer:

"Desde a primeira Lei Eleitoral, que deve ser de origem espanhola, outorgada por D. João VI, a 7 de maio" – março, aliás –"de 1821, até o grande Código Eleitoral de 1931, mais de um século foi consumido no combate às explorações dominadas pelo *slogan:* A Mesa é a chave da eleição; ganhar a Mesa para ganhar a eleição.

No Império, a Mesa eleitoral foi proclamada pela grande primeira figura da Corte. Na República, até 1930, eram as famigeradas eleições a bico de pena, de vastas e até hilariantes crônicas. Quanto ao poder desvirtuado pelas mesas, nada puderam a Lei nº 842, a Lei do Círculo, a Lei Saraiva, baseada no projeto de Rui Barbosa, a Lei Rosa e Silva, e a Lei nº 69, de 15-11-1904."

Sr. Presidente, esta afirmativa, em que S. Exª baseia as razões de sua impugnação, ou seja, da sua segunda impugnação à adoção do processo – porque a primeira já discutimos e, se na minha opinião, não são muito pertinentes nem muito sólidas – merecem ser examinadas talvez de mais perto.

Peço licença ao nobre Relator para insistir na observação que há pouco fiz, isto é, S. Exª incorre, mais uma vez aqui, no vício – vício de raciocínio, bem entendido – da generalização indiscriminada, e as suas afirmativas passam a se tornar menos ponderáveis, menos aceitáveis porque não se alicerçam senão em uma declaração subjetiva, sem base mesmo nos próprios elementos que S. Exª refere na sua exposição.

O Sr. Nicanor Silva – Permita-me, apenas para corroborar afirmação de V. Exª na parte que se refere à facilidade com que se marcam cédulas no atual regime do Código Eleitoral. Agora, mesmo, em São Paulo, na eleição municipal, cerca de 10 mil votos do Senador Lino de Matos foram anulados, porque mandaram imprimir cédulas declarando: "Para Prefeito Municipal, Senador Lino de Matos". Assim, numa capital como São Paulo, cerca de 10 mil votos foram anulados pela junta apuradora, pelo fato de haverem adversários mandado imprimir cédulas visivelmente marcadas.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

O problema das mesas receptoras é tão velho quanto o da Lei Eleitoral. A mesa receptora é, no fundo, a autoridade perante a qual o eleitor pratica o ato do sufrágio.

Ora, Sr. Presidente, não se pode fazer referência a mesas eleitorais como um todo orgânico, como uma entidade sempre igual a si mesma, e criticar então as mesas eleitorais com expressões que são usadas, ou que foram usadas a respeito de determinada mesa, decorrente de determinada lei. Mas, no processo do aprimoramento das leis eleitorais brasileiras, um dos pontos capitais reside exatamente no esforço continuado de melhoria da composição das mesas.

O nobre aparteante raciocina em relação às mesas instituídas pelos artigos 20 e 69 do atual Código Eleitoral, como se tratasse precisamente daquelas mesas sobre as quais pesavam as fulminantes increpações dos publicistas do Império e da República.

O Sr. Ulysses Guimarães – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Se V. Exª o considera indispensável, eu o concederei.

O Sr. Ulysses Guimarães – É para situar meu pensamento, nobre Deputado. Evidentemente, no regime interior a 1930, as mesas receptoras eram mesas apuradoras. Daí surgirem as famosas eleições a bico de pena. Aliás V. Exª, que honrou meu trabalho com a atenção que está revelando à Casa, verificou, em certa passagem do mesmo, que registro o fato.

O SR. AFONSO ARINOS – Não há dúvida.

O Sr. Ulysses Guimarães – Haveria deslocação. Evidentemente, as mesas não são apuradoras.

O SR. AFONSO ARINOS – É uma das modificações introduzidas pelo projeto.

O Sr. Ulysses Guimarães – Entendo que essa soma de poderes ao Presidente da Mesa, o qual ficará com toda a munição eleitoral, inclusive a cédula, poderá, no caso de ser ele faccioso, subornável, trazer as desvantagens e a fraude que apontamos.

O SR. AFONSO ARINOS – Estou certo de que pensa assim, mas não me parece que o argumento seja de molde a impressionar. A situação de garantia e de isenção em que estão sendo colocadas as mesas, pelas leis eleitorais brasileiras, de algum tempo a esta parte, não impede evidentemente que o aparelho seja falível, como todas as criações humanas, mas por isso digno de ser apoiado, como instrumento que mereça confiança para os objetivos limitados na minha emenda.

Vou mostrar o que eram e o que passaram a ser as mesas eleitorais. Não vou falar na legislação colonial; vou referir-me logo à Constituição de 1824 e à Lei Eleitoral, ou melhor, às instruções, porque não era lei votada pela Assembléia Legislativa, mas instruções diretamente expedidas pelo Ministro do Império.

Essas eleições, como sabe a Câmara, eram em dois graus. Eleição censitária em que os eleitores de paróquia, que era a população em conjunto, mesmo os analfabetos, votavam dentro das igrejas nos eleitores de província, e esses eleitores de província é que elegiam os deputados. Era uma espécie de filtragem de tal forma que, no fundo, os deputados eram eleitos por corpos eleitorais que correspondiam mais ou menos a três vezes os seus respectivos efetivos. Por exemplo, a Câmara dos Deputados brasileira, que hoje se compõe de 326 membros, seria eleita a totalidade da Câmara, por um eleitorado nacional de menos de mil eleitores. Por conseqüência, era eleição tipicamente censitária, baseada na prova de renda e na demonstração de se pertencer a uma determinada classe social, tanto do eleitor como do eleito.

Mas, então, essas mesas, Sr. Presidente, se constituíam pela chamada aclamação dos povos. Quando se fazia a reunião dentro da igreja, a fim de constituir a mesa, que era indicada pela autoridade nomeada pelo presidente da Província, obtinha-se a aclamação do povo para constituição da mesa e de um modo geral a constituição da mesa era a vitória no pleito, fatal, infalível, indiscutível.

Por isso mesmo, a constituição da mesa não ocorria freqüentemente sem conflitos à mão armada e mortes. Segundo crônicas da minha província, Minas Gerais, existem numerosos exemplos de conflitos e até de motins que se baseavam na constituição das mesas. Isso ocorria na constituição da mesa no período do Império brasileiro. Exatamente aquilo que se verificava, nos comícios eleitorais do Império romano, quando declara o grande historiador Mommsen, as facções e os partidos se

reuniam no fórum e praças públicas para se hostilizarem à mão armada, com punhais, com porretes e com pedras. E a vitória eleitoral era apenas a vitória no campo de batalha. O partido que fugia tinha perdido a eleição.

O Conselheiro Francisco Belisário Soares de Sousa, que tem um livro interessante sobre o sistema eleitoral no Brasil, diz, nobre Deputado, sobre a constituição das mesas naquele tempo:

"A esta mesa, assim composta, a lei entregava um poder ilimitado. Não havia nenhuma qualificação anterior de votantes – aceitava a mesa os votos de quem queria e recusava outros a pretexto de falta de condições legais. Não havia chamada, nem prazo algum marcado para o recebimento das cédulas, que começava e terminava quando parecia à mesa... Com tais faculdades compreende-se a suma importância que adquiria a nomeação das mesas eleitorais. Ainda se conservam, e é provável que se conservem para sempre, na lembrança de todos os que assistiram às eleições anteriores a 1842, as cenas de que eram teatro as nossas igrejas na formação das mesas eleitorais. Cada partido tinha seus candidatos, cuja aceitação, ou antes, imposição, era questão de vida ou morte. Quais, porém, os meios de chegarem as diversas parcialidades a um acordo? Nenhum. A turbulência, o alarido, a violência, a pancadaria decidiam o conflito. Findo ele, o partido expelido da conquista da mesa nada mais tinha que fazer ali: estava irremissivelmente perdido. Era praxe constante: declarava-se coacto e retirava-se da igreja, onde, com as formalidades legais, fazia sua eleição conforme queria a mesa."

Ora, Sr. Presidente, esse abuso do poder discricionário das mesas é que fez com que se violasse o direito eleitoral do Império.

Sucessivamente pelo decreto de 4 de maio de 1842, a mesa só conhecia da identidade do votante e não da sua capacidade.

Não era mais a mesa que determinava aquele que podia votar e aquele que não devia votar; apenas identificava o votante.

A Lei de 19 de agosto de 1846 estabeleceu a composição regular das mesas por eleitores e presididas pelos juízes de paz.

A Lei Saraiva, finalmente, a que se refere o nobre Deputado, feita como se sabe, sobre projeto de Rui Barbosa, organizou a mesa com maior sabedoria, e a Lei Rosa e Silva instituiu nelas a representação obrigatória das minorias porque os componentes de mesa, pela Lei Rosa e Silva, eram escolhidos, de acordo com a votação, em postos intercalados, o primeiro, o terceiro, o quinto e o sétimo. De maneira que entravam sempre na composição da mesa os que tinham sido mais votados e os que tinham sido menos votados.

Finalmente a lei elaborada no governo do preclaro e ilustre Presidente Wenceslau Brás, que estabeleceu a influência do Poder Judiciário na composição das mesas. Antes das revolução de 1930, bem antes, já o Poder Judiciário, talvez, até com infringência da Constituição Federal, que demarcava as suas atribuições, nessa

lei do período Wenceslau Brás, tinha atribuição específica para intervir no processo eleitoral, compondo ou, pelo menos, orientando a composição da mesa.

Hoje, não podemos mais esquecer como se organizam as mesas. Se levantamos a suspeição sobre a Justiça Eleitoral na composição das mesas e concordamos com o nobre Relator em que as mesas são instrumento suspeito, quando o Código Eleitoral estabelece que elas são compostas por nomeação dos Juízes de Direito, então teremos levantado igualmente a suspeita sobre as fontes das investiduras – o Poder Judiciário nacional, que é quem vai organizar as mesas. Então teremos declarado, *ipso facto,* conseqüentemente, legitimamente, em razão disso, a falência do processo eleitoral fundado na Justiça Eleitoral e a completa irremediabilidade da democracia representativa em nosso país.

O Sr. Luís Garcia – Essa interferência, Sr. Deputado Afonso Arinos, do Poder Judiciário na composição das mesas, embora de maneira um tanto inconstitucional, como V. Exª acaba de assinalar, pois o Poder Judiciário tinha poderes delimitados pela Constituição, parece que atendeu àquele motivo de ordem geral: as mesas influíam diretamente nas eleições. Costuma-se até, no interior do meu Estado, citar-se como exemplo da intervenção direta da mesa na vontade do eleitor, o seguinte caso: certo político, depois da apuração geral das eleições, reclamado que foi o resultado anunciado, disse para o seu interpelante: "Quem não tem mesa come no chão". Esta interferência do Poder Judiciário se fez naquela época justamente para retificar a indébita intervenção da Justiça Eleitoral.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado ao nobre Deputado.

O Sr. Ulysses Guimarães – Nobre Deputado Afonso Arinos, nós sempre situamos o nosso raciocínio dentro da exceção. Achamos que no regime vigente a maioria vota; a maioria dos políticos também age bem. Há, é verdade, exceção. Agora, a fraude, num eleitorado muito grande, evidentemente, em certos estados, em certas seções, alcança um número também grande. Não generalizemos, portanto. Em segundo lugar, temos demonstrado aqui que não aproveita nada ao sistema eleitoral vigente a substituição. Se há possibilidade de mobilização, de adulteração, de fraude no regime atual, haverá também no regime que se preconiza, inclusive pela voz autorizada e sempre esclarecida de V. Exª. Basta assinalar isso que fazemos sempre questão de apontar: se a Justiça Eleitoral pudesse agir sempre de forma escorreita, com completa isenção, as eleições, com o Código que aí está, decorreriam na maior legalidade. Dou um exemplo que li há dias em todos os jornais: no Maranhão, nas eleições suplementares, um Juiz enérgico, capaz, inteligente, de tal forma combateu o eleitorado fantasma, baseado principalmente em títulos falsos, que, dos 300 ou 400 eleitores que deveriam comparecer, apenas votaram 78. Veja V. Exª que não é somente isolando a cédula oficial que combateremos uma série de fatores e elementos que precisam ser ajustados. Entendemos que a cédula oficial absolutamente não resolve, porque, inclusive, ela irá fazer com que se afaste das urnas, das eleições, parte ponderável do nosso eleitorado.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, coloco o problema da cédula oficial como reivindicação que não é do nosso partido nem da Justiça Eleitoral. Esta questão tem sido, aqui, colocada em termos que não me parecem muito felizes. Nós, da União Democrática Nacional, não defendemos a tese da cédula oficial pelo fato de ter sido proposta pelo Tribunal Superior Eleitoral. Nós confiamos em que a experiência do Tribunal Superior, principalmente a experiência do seu Presidente, que há muitos anos ocupa com proficiência e dedicação esse cargo, é de molde a convencer que aqueles vícios, aquelas insuficiências, aquelas fraudes que constituem os defeitos maiores da nossa lei eleitoral terão sido por ele examinadas, identificadas, diagnosticadas e captadas com maior segurança do que por outros que não tenham o mesmo trato com o assunto.

Queria assinalar o seguinte: colocamos esse problema diante do PSD. Outro dia, em uma reunião dos líderes de partidos nesta casa, fiz um apelo pessoal e veemente ao meu velho companheiro e caro amigo senhor Deputado Gustavo Capanema para que trouxesse, sem qualquer eiva de paixão política ou de interesse momentâneo, esse problema aos olhos dos seus correligionários, em quem confio, em cujo patriotismo estou habituado a confiar e em cuja disciplina e isenção estou também perfeitamente confiante.

Mas, Sr. Presidente, é um assunto de grande importância este e eu insisto no apelo que já agora publicamente, desta tribuna, formulo à Maioria desta casa: preste atenção nas conseqüências da recusa dessa providência sobre a qual se vêm detendo e concentrando, não apenas o interesse dos que estão debatendo o assunto, mas também a atenção e o interesse de todo eleitor e até mesmo de toda a opinião pública nacional.

Desejava lembrar aos nobres Deputados: a reforma a tempo evita dificuldades políticas posteriores. Não quero fazer paralelos, não quero estabelecer símiles, não quero insinuar soluções. Quero apenas reafirmar o que digo sempre na minha cadeira de Direito Constitucional, quando trato da evolução do direito eleitoral no Brasil.

O que faltou à reforma constitucional de 1926 foi exatamente ter sabido distinguir a necessidade da representação política de outra necessidade, também respeitável, dos interesses políticos, assentados e em jogo, no momento das eleições. Se nossos pais houvessem feito, em 1926, uma reforma que atingisse a estrutura do sistema representativo, as conseqüências posteriores não teriam advindo, porque, Sr. Presidente, a democracia é, precisamente, a assimilação, é o apoio mútuo entre o governo, como órgão eficiente para solução dos problemas do povo, e o governo, como autenticidade da representação desse mesmo povo.

Estamos no momento crucial da nossa evolução. Estamos precisando que o governo tenha não apenas a técnica e a capacidade necessária para exercer suas funções administrativas, como também disponha daquela confiança e daquela autenticidade que o tornam forte, indestrutível e inabalável na confiança popular.

Ou assim compreenderemos, ou estaremos, mais uma vez, cometendo uma grande imprudência em relação ao futuro de República. *(Muito bem! Muito bem! Palmas.)*

Reforma da Lei Eleitoral

27-6-1955

O SR. AFONSO ARINOS *(Como Líder da minoria)* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, sirvo-me da feliz oportunidade que V. Exª acaba de mencionar, com a sua autorizada palavra, para, antes de iniciar o meu discurso, enviar, em nome da Câmara dos Deputados, a nossa saudação democrática ao ilustre representante Ponce Ratto, da Câmara dos Deputados do Peru.

Tive, de passagem pela cidade de Lima, a honra de ser recebido em sessão especial pela Câmara dos Deputados peruanos, e é, na minha obscura vida de parlamentar brasileiro, (não apoiado) uma das páginas que recordo com maior emoção, daquela em que pude assomar a tribuna da Câmara dos Deputados peruanos para transmitir aos representantes do povo amigo as saudações fraternais do povo brasileiro.

Nestas condições, Sr. Presidente, e lamentando a vedação regimental a que fez referências, acredito transmitir o pensamento de todos os nossos colegas nas saudações fraternais e democráticas que envio, por intermédio do nobre representante, a toda a nação peruana. *(Palmas.)*

Sr. Presidente, peço licença à Câmara para ocupar a atenção do Plenário, pelo menor prazo possível, a fim de discutir matéria referente à lei eleitoral. Tive de me prevalecer da prerrogativa de líder da minoria, para pedir a palavra neste momento, apenas no intuito, no propósito, com a deliberação de deixar consignado nos debates de hoje o ponto de vista da corrente que tenho a honra de dirigir nesta Casa, a qual, estou certo, será engrossada, honrosamente para nós, pela manifestação de muitos dos representantes da maioria.

Desejo não estorvar nem retardar a votação, previno a V. Exª, Sr. Presidente, e, com a devida vênia dos meus honrados e ilustres colegas, apresentando as minhas desculpas antecipadas, que preferiria não receber apartes, no decurso da minha oração, principalmente porque ela não tem o propósito de estabelecer polêmica, nem o objetivo de debater aspectos controvertidos desta questão ventilada com tanto brilho, com tanta abundância e tanto calor pelos ilustres representantes da Comissão Interparlamentar, reunida no Senado.

O que desejaria, Sr. Presidente, era apenas alinhar, despretensiosamente, em uma oração que não passará dos 30 minutos que V. Exª me concedeu, aquelas razões que levam a minoria a declarar a sua atitude aos seus ilustres companheiros da maioria e, ao mesmo tempo, reiterar o apoio que, em duas oportunidades, tive ocasião de formular aos nossos eminentes colegas, para que, na medida do possível, revissem a questão e pudessem manifestar-se de acordo com aquilo que consideramos da mais alta conveniência para o povo brasileiro.

Conhecida é a frase de que os discursos podem modificar opiniões, mas dificilmente modificarão votos. Ora, tenho realmente desejo de modificar votos e, as-

sim, não é para meu discurso que me propus chamar a atenção, mas para os dados estranhos a ele, que pude colecionar, alinhavar, concatenar, reunir e que espero poder transmitir a esta Casa com a maior serenidade e, como disse, sem nenhuma intenção de estabelecer polêmica.

O voto por meio da cédula oficial é o processo encontrado para garantir, ou pelo menos para assegurar a garantia do segredo do voto.

Já aqui chamo a atenção dos nossos companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro; chamo a atenção do honrado deputado, meu ilustre colega, Sr. Fernando Ferrari, que, em dado momento, teve ocasião de se manifestar, pessoalmente, na linha das considerações, que uma das glórias, uma das fundadas vaidades que pode trazer a esta tribuna o Partido Trabalhista Brasileiro é, exatamente, a de que o voto secreto, em nosso País, foi instituído por iniciativa do Presidente Getúlio Vargas.

Devo acentuar que ele já existia no âmbito das eleições estaduais.

Recordo que o eminente Presidente da minha província, o ilustre Antônio Carlos, instituiu o voto secreto nas eleições de 1929, servindo-se daquela possibilidade de legislar para as eleições estaduais, conferida na Constituição de 1891 às assembléias legislativas dos estados. Mas, incontestavelmente, foi depois do projeto de Assis Brasil e João Cabral; foi depois que a revolução levou ao poder o Sr. Getúlio Vargas, que o voto secreto veio à tona das preocupações nacionais sendo instituído como lei federal.

É, portanto, uma tradição do Partido Trabalhista Brasileiro apoiar sempre o segredo do voto, e a cédula oficial não é, senão, na opinião de todos aqueles que mais demoradamente se têm detido sobre seu estudo, um processo a mais de confirmar esta garantia e de assegurar, com maior cautela, esse segredo.

O voto livre está ligado à idéia do voto secreto, e o voto secreto, indiscutivelmente, condicionado ao princípio de cédula oficial.

Há autores clássicos, em matéria de Direito Político, de organização partidária e de organização eleitoral, que sustentam esta tese.

Vou-me cingir apenas a alguns dos mais conhecidos, dos mais proclamados, dos mais citados e repetidos nos debates desta Casa.

Aqui está, por exemplo, o livro clássico de Merriam e Gosmel, sobre organizações dos partidos, nos Estados Unidos. Dizem esses ilustres professores abordando a matéria, o seguinte:

> "O sucesso de uma lei eleitoral em diminuir a intimidação e a corrupção depende, em larga parte, da medida em que o voto é secreto.
>
> Em meados do século XIX, a cédula eleitoral era usada, praticamente, em todos os estados americanos, mas não era uma cédula secreta. Todos os partidos e candidatos forneciam as suas próprias cédulas e eram comuns as queixas referentes à intimidação, suborno ou alteração do conteúdo das urnas.

> O êxito do sistema adotado na Austrália, em fins da década de 1850 a 60, levou algumas pessoas lúcidas a preconizar essa mudança."

Sr. Presidente, realmente, a cédula oficial é um princípio, é um hábito, foi um sistema universalmente adotado, que teve como ponto de partida o chamado processo australiano de votações. Àqueles que supõem que tentamos instituir uma novidade, àqueles que consideraram que desejamos trazer matéria ainda pouco amadurecida na experiência dos outros povos e nas tendências dos nossos; àqueles que nos têm acusado de açodamento e de precipitação no acolhimento desse instituto, eu desejo aqui advertir, respeitosamente, que no ano que vem completará um século de idade esta medida da cédula oficial. Foi, de fato, em 1856 que, na Austrália, se instituiu a cédula oficial como processo para se garantir o segredo do voto e, conseqüentemente, a liberdade das eleições.

Vou citar, a esse respeito, um dos maiores, senão o maior livro, em matéria de ciências sociais, publicado, neste século, nos Estados Unidos – a *Enciclopédia de Ciências Sociais.*

Ao tratar do assunto eleitoral, a *Enciclopédia de Ciências Sociais* – que, repito, não por palavra minha, mas pelo julgamento do maior historiador das idéias dos Estados Unidos, Vernon Louis Parrington, é o grande livro deste século, naquele país – ao tratar do assunto, a *Enciclopédia de Ciências Sociais* diz o seguinte:

> "Sob esse sistema – isto é, o sistema australiano – somente a cédula oficial fornecida pelo Estado pode ser usada. As cédulas são distribuídas pelos funcionários competentes e marcadas em segredo pelos votantes."

Acentua, ainda, a *Enciclopédia de Ciências Sociais* que esta cédula, que este processo, que este sistema, que esta maneira de se votar foi adotada na Itália, em 1859 – e chamo a atenção, em particular, para o caso italiano, pois naquela época o número de analfabetos ou de semi-alfabetizados não era menor naquele país do que hoje no nosso; foi adotado na Inglaterra, em 1872; foi adotado na Bélgica, em 1877; na Alemanha, em 1920, logo em seguida à Constituição de Weimar; e em todos os estados americanos, com exceção do Kentucky, a partir de 1888.

Mas, Sr. Presidente, há uma referência especial ao nosso País, ao Brasil, no conteúdo deste artigo. Aí se diz que a cédula oficial, não existindo no Brasil e na Espanha e na Argentina, tem dado causa a reclamações sobre fraudes, sobre violências e sobre compressões.

Não copiei, conforme ia supondo, o trecho em questão, mas o conteúdo todo é mais ou menos este que acabo de enunciar.

Citam-se os três países – Brasil, Argentina, Espanha – como estados nos quais não foi adotada a cédula oficial como processo normal de votação, o que tem dado lugar a reclamações sobre fraudes, violências e corrupções.

No Brasil, a cédula oficial não é, tampouco, uma novidade. Foi sugerida por João Cabral, meu saudoso e velho Professor João Cabral, da Faculdade Nacional de Direito, em seu livro *Sistemas Eleitorais.*

João Cabral, companheiro de Assis Brasil na elaboração do anteprojeto que serviu de base à confecção do grande Código Eleitoral que precedeu às eleições de 33; João Cabral, nas conclusões finais de seu trabalho, depois de fazer menção sobre providências indispensáveis a serem tomadas, acentua: "Garantia perfeita da liberdade eleitoral pelo voto absolutamente secreto, em chapa do Estado, contendo todas as listas de candidatos e expresso no gabinete, onde o eleitor apenas marcará com um sinal o partido ou facção de partido em que vota".

Esta deliberação não entrou no projeto Assis Brasil por motivos que ignoro, mas que, a meu ver, devem corresponder à predominância do pensamento do ilustre sociólogo e político do Rio Grande do Sul.

Na verdade, percorrendo seu livro clássico *Democracia Representativa,* pude constatar, que, no sistema eleitoral preconizado por Assis Brasil, ele sustentava a necessidade do quociente partidário, da votação proporcional, mas não se detinha sobre o problema da cédula do Estado. Naturalmente, tendo sido ele a magna *pars* o elemento dominante na confecção do projeto, marcou esse passo do trabalho pela orientação adotada no seu livro que, como sabe a Câmara, foi publicado logo depois da República, em 1893, numa fase em que este detalhe de organização política não estava ainda suficientemente amadurecido para merecer explanação e cuidados mais amplos.

O Sr. Freitas Diniz – Permite-me V. Exª um aparte? Queria dizer...

O SR. PRESIDENTE – Lamento interromper V. Exª o orador, ao iniciar seu discurso, pediu que não houvesse apartes. Assim, não os poderei permitir.

O Sr. Freitas Diniz – Nem com o consentimento do orador?

O SR. PRESIDENTE – Nem com o consentimento do orador, porque, como já disse a V. Exª, no início de sua oração ele pediu que a Mesa não permitisse apartes.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, sinto-me obrigado a prestigiar a decisão de V. Exª, porque, realmente, solicitei não me fossem dados apartes. Mas peço aos nobres companheiros que não interpretem minha atitude senão como homenagem à Casa, a fim de não retardar a votação e não prorrogar indeterminadamente minha permanência na tribuna.

O Sr. Freitas Diniz – Mas V. Exª me concedeu o aparte.

O SR. AFONSO ARINOS – Peço desculpas a V. Exª mas salientarei o seguinte. O Presidente, de fato, não estava disposto a conceder ao líder da minoria o uso da palavra antes da votação. Entendi-me com S. Exª – agora revelo o fato para deixar inteiramente acobertada sua decisão, pela verdade anterior dos fatos – para

que o debate fosse evitado por esta forma, que deu prazo à minha declaração inicial, isto é, solicitando à Casa a honra da sua audiência sem participação no meu discurso.

Sr. Presidente, dizia eu que as dificuldades aqui argüidas em relação ao emprego desta providência foram brilhantemente expostas pelo nobre Relator. Não desejarei discutir o assunto com S. Exª, inclusive porque a omissão dos apartes colocaria essa discussão em termos de monólogo, o que não seria nada cavalheiresco da minha parte. Não entrarei no debate. Apenas desejo salientar que o nobre Deputado Ulysses Guimarães, a quem rendo de público as minhas homenagens como um dos mais brilhantes juristas desta Casa, como uma das suas figuras exponenciais pela correção de atitudes, lisura de propósitos e o brilho da sua cultura, deputado que, sendo inclusive contrário à minha iniciativa sobre a aliança de partidos, deu parecer honrado, honesto e lúcido pela sua constitucionalidade; desejo dizer que, não querendo entrar em debate com S. Exª, venho apenas declarar que seus argumentos, brilhantemente expostos, não são de molde a contrariar aqueles que sustentam a tese contrária. É exatamente baseado nos pressupostos de S. Exª e dos ilustres deputados do Partido Trabalhista Brasileiro, nos pressupostos que acentuam o esclarecimento intuitivo das camadas mais humildes da nossa população, a capacidade básica, fundamental, vital que tem o homem do povo na sua experiência diuturna, no seu contato constante com a vida, aqui tantas vezes salientado pelos nobres representantes do PSD e do PTB, inclusive para sustentar a tese do eleitorado analfabeto; é exatamente por estar de acordo com esses pressupostos que considero que uma operação da simplicidade daquela que se requer para o exercício do voto, por meio da cédula oficial, poderá ser perfeitamente desempenhada, desincumbida, exercida, praticada por esses elementos cujo esclarecimento intuitivo, cuja capacidade inata têm sido tantas vezes salientados e, a meu ver, com toda a precedência e justiça.

Queria mostrar alguns exemplos de cédula eleitoral empregados por outros países. Aqui tem a Câmara a cédula eleitoral italiana, que se aproxima enormemente do modelo sugerido em uma das minhas emendas. É cédula que contém muito poucos nomes, que servirá para as eleições majoritárias, que não exige sobrecarta – ela própria é carta e sobrecarta, cédula e envelope – e pode ser praticada com grande facilidade pelo eleitor.

Aqui temos, Sr. Presidente, fotografia da cédula alemã, da cédula oficial alemã. Esta, então, de uma simplicidade quase infantil, porque a legislação sobre representação proporcional na Alemanha permitia que se votasse apenas nos nomes dos partidos. Assisti, na Alemanha, mas de uma localidade suíça muito próxima à fronteira alemã, às últimas eleições realizadas pela democracia alemã, no governo de Brüning, antes que Hitler chegasse ao poder. Foi exatamente aquela eleição de que o Partido Nacional Socialista saiu com uma base parlamentar que se tornou logo ameaçadora. Pois bem: as cédulas eram estas, tenho a fotografia em mãos para maior esclarecimentos. Delas constam apenas os nomes dos partidos e, à direita, um espaço no qual se faz uma marca caracterizando o partido em cujo candidato se quer votar.

Sr. Presidente, temos a cédula oficial americana porque, ao contrário do que se supõe habitualmente, nem só de máquina se vota nos Estados Unidos. Em algumas seções não existe máquina, talvez pelo número insuficiente de eleitores ou pela distância maior dos centros de distribuição. Mas aqui têm os nobres deputados a cédula oficial americana exatamente nos moldes preconizados para a transformação que tive oportunidade de requerer por meio de minha emenda: é uma cédula com os nomes dos partidos e de seus candidatos, deixando ao lado um espaço em branco para ser preenchido por um sinal do eleitor. Temos, finalmente, em um recentíssimo livro inglês sobre Direito Eleitoral, a cédula oficial usada na Bélgica, nesta Bélgica que é um país precursor em matéria de regimes eleitorais, da Bélgica de onde saiu o sistema Hondt que foi adotado nesta Casa, estabelecendo a proporcionalidade das sobras por meio de emenda minha, apresentada no Senado pelo eminente companheiro, o então Senador Artur Ferreira dos Santos. Na ocasião, houve resistência à adoção dessa medida. Desejo salientar que, na época, os ilustres deputados do Partido Social Democrático, tal como hoje ocorre, manifestaram-se em sentido contrário à distribuição proporcional das sobras. Foi necessário que eu tivesse contato amiudado com alguns dos meus honrados colegas daquela agremiação, entre os quais, sobretudo, o saudoso ex-Governador de Pernambuco, Sr. Agamenon Magalhães, para que S. Exª, depois de convencido de que uma medida que é útil num pleito democrático a determinado partido é útil, por via de conseqüência, a todas as demais organizações partidárias, é útil, portanto, ao próprio país, influísse como o seu incontestável prestígio, a fim de que o Partido Social Democrático, por muitos dos seus representantes, votasse no sentido de adotar a distribuição proporcional das sobras de acordo com a sugestão por mim veiculada.

Sr. Presidente, acredito que estou dentro do prazo que me foi consignado por V. Exª

Não desejava, como disse, estabelecer polêmica em torno deste assunto. Desejava apenas acentuar com todas as forças de minha voz, com todo o ímpeto do meu patriotismo e da minha consciência, a gravidade extrema da deliberação que os Senhores deputados hoje tomarão de forma inapelável. Desejaria salientar, Sr. Presidente, a importância do passo que aqui vai ser dado. Estamos diante de um verdadeiro momento culminante dos nossos debates, em vésperas das grandes eleições que vão agitar profundamente o organismo nacional. Sobre o problema não apenas das atenções da Casa, mas, também, a vigilância da opinião, em todos os setores da sociedade, está-se concentrando.

Em torno do desfecho da votação que aqui hoje se vai verificar, haverá na consciência do povo a segurança da lisura do pleito, ou a certeza da sua irregularidade e da sua fraude.

Não chego eu próprio, Sr. Presidente, a acentuar isso. Não sustento eu, de mim mesmo, que seja inevitável essa conclusão, embora tenda muito para acreditar nisso. Mas o que quero é chamar a atenção para a forma pela qual este assunto se está apresentando na opinião pública e, repito, em todas as classes em que se divide essa opinião.

De nossa parte, votaremos com a consciência tranqüila, certos de que não estamos prejudicando ninguém, certos de que não estamos vedando às camadas mais humildes do povo o acesso às urnas, conforme ainda agora salientava o nobre líder do Partido Socialista Brasileiro, o Sr. Deputado Aurélio Viana, que nos deu a honra do seu apoio, nessa medida. Votamo-la, seguros de que estamos prestando um prudente e sério serviço ao nosso País. E, aqui, advirto que, conforme forem os resultados, se, por acaso, se confirmarem as suspeitas de que o regime vigente se presta às manobras da compreensão, da intimidação e da fraude, a União Democrática Nacional vigiará, protestará, irá às últimas conseqüências, dentro da lei, para impugnar, para resistir, para evitar os resultados fraudulentos que acaso possam advir de uma lei, que consideramos inadequada ao exercício do sufrágio do povo. *(Muito bem! Muito bem! Palmas.)*

Reforma da Lei Eleitoral

26-8-1955

O SR. AFONSO ARINOS *(Como líder da minoria)* – Sr. Presidente, é próprio dos homens habituados à leitura da história o apego ao documento e o relativo desinteresse pelos depoimentos contemporâneos. As palavras –, antes de iniciarmos a votação deste projeto, que marcará, sem dúvida, etapa significativa e talvez conclusiva na marcha de nosso direito político – não têm outra preocupação senão a de fixar em documento, que é, tem sido e será fonte primeira autorizada e perquirida da história nacional, a posição de minha corrente política e daqueles nobres companheiros que a nós se juntaram na defesa de nossos propósitos. Meu estado de espírito é de absoluta tranqüilidade. O vezo, o hábito mesmo de que mais de uma vez tem sido incriminado o humilde orador, de ser mais um estudioso da História do que um feitor ou construtor de episódios históricos, faz com que no meio desta cordial divergência em que se tem apresentado o plenário da Câmara, e, mais do que isso, no meio de atoarda interesseira e tempestuosa que tantas vezes vem vindo quebrar as suas vagas às portas e à escadaria deste palácio – no meio de tudo isso, o que a mim interessa, como, representante e porta-voz do meu partido, é fixar, indiferente à compreensível incompreensão do momento, porque realmente é compreensível que a paixão diminua a compreensão dos homens; é fixar acima desta fugaz, desta caleidoscópia, desta vibrante incompreensão de que têm sido acoimadas as nossas atitudes; é fixar, indiferente a ela, seguro somente da linha coerente e firme que vimos perquirindo e que vimos desenvolvendo; é fixar, dizia eu, em documentos que são as páginas dos *Anais*, aquelas atitudes, aquelas posições e aqueles pontos de vista que realmente nos nortearam e se traduziram na ação dos homens da nossa grei.

É neste propósito que desejo, Sr. Presidente, antes, como disse, de entrarmos na votação deste projeto, clarear, não para o presente, porque o presente tantas vezes deixa de compreender, mas para o futuro, a nossa linha e o nosso entendimento.

O problema eleitoral em nosso país, como em todos os países, é problema de fundo sociológico, mas, também, de apresentação política. Não há dúvida que as raízes de que deriva esse problema, que os fundamentos em que ele assenta, são de natureza sociológica; mas a seiva que sobe dessa realidade primária não pode deixar de colorir e de afeiçoar a ação dos homens que se encontram na superestrutura política. É a sociologia que, informal, é a sociologia que impulsiona, é o panorama social que condiciona; mas é aos políticos que, aceitando essa incumbência fora da linha dos seus interesses, devendo aceitá-la fora da linha dos seus interesses e preocupados somente na legislação, em traduzir preceitos que correspondam àquilo que as bases indicam e condicionam, é a essa superestrutura política que cabe o dever de aplacar as paixões, compreender as necessidades e aprimorar a legislação de forma que os textos legais venham de fato a corresponder, no Direito, àquelas normas de conduta social que são imperativamente ditadas pela sociologia nacional.

Em nosso país, a batalha que se trava, a luta que vimos desenvolvendo é luta por nova abolição. O que queremos é libertar o brasileiro da escravidão da consciência política, o que tem determinado a nossa permanente conduta e a nossa sempre renovada batalha é esta luta pela nova abolição. O que queremos, nós que acreditamos que a sociologia nacional já permite a formação de um direito eleitoral de nível mais alto do que aquele que possuímos e do que aquele que possuiremos, caso venha a prevalecer o substitutivo contra o qual temos restrições, é exatamente esta luta pela libertação da consciência política do povo brasileiro. Estamos convencidos, já neste momento, já nesta hora, de que, no dia 3 de outubro, as raízes, as verdades, as profundidades da nossa sociologia já darão ao eleitor do interior, ao mais recuado, ao mais distante, ao mais ingênuo, ao mais primitivo, uma dose de esclarecimento, uma dose de entendimento, de discernimento, até para empregar uma palavra verdadeira – de malícia, que seria perfeitamente compatível com o sistema eleitoral que lhe quebrasse as grilhetas da servidão a que ele ainda vai permanecer acorrentado.

Nós não temos outros propósitos senão esses. Se, por acaso, das nossas emendas adviessem dificuldades para o pleito eleitoral por parte dos nossos honrados adversários, essas dificuldades seriam também as mesmas com que se defrontaria o nosso próprio eleitorado, que é também do interior.

Não faço a injustiça, não cometo a injúria de declarar que as posições tomadas pelos nossos adversários sejam resultado de pontos de vista menos dignos do que os nossos pontos de vista. Mas nós estamos convencidos da realidade e do acerto das nossas conclusões; nós estamos certos de que já chegamos a um clima de maturação de um novo 13 de Maio, um 13 de Maio de escravos políticos do interior do país.

Foi nesse propósito, Sr. Presidente, foi nessa persuasão, foi nesse empenho e foi nesse alto intuito patriótico que o meu partido declarou receber com restrições,

depois de examinado devidamente, o substitutivo, a fórmula conciliatória, a sugestão de boa vontade que nos foi feita pela digna, douta e respeitável Justiça Eleitoral.

Devo também esclarecer aqui, para figurar em caráter duradouro, como testemunho que será mais tarde fonte de pesquisa, como se desenrolaram os fatos que foram desvirtuados pelo apressamento e pela natural preocupação da imprensa política em afeiçoá-los às suas próprias diretrizes particulares.

Na tarde de 22 de agosto recebi, no momento em que me dirigia para a Câmara, um chamado do eminente Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, Sr. Ministro Edgar Costa, para que comparecesse ao seu gabinete, porque desejava sugerir-me uma fórmula que, no seu entender e no do Tribunal poderia constituir solução para as nossas dificuldades.

Chegando à Câmara encontrei-me na entrada do recinto com o nobre Deputado Sr. José Maria Alkmin. Solicitei-lhe a opinião sobre a entrevista a que tinha sido chamado e S. Exª declarou-me que também havia sido convidado a comparecer àquele gabinete. Verifiquei que S. Exª tinha sobre o assunto que ambos íamos debater conhecimentos mais aprofundados e mais dilatados do que os meus, porque S. Exª, com a sua habitual franqueza, imediatamente submeteu à minha apreciação aquilo que lhe tinha parecido ser o conteúdo da conversa telefônica que tivera com o Presidente do Tribunal e que havia reduzido por escrito, numa fórmula que me mostrou.

Em companhia de S. Exª, depois de ter eu aqui proferido longo discurso, dirigi-me ao Tribunal, onde fomos recebidos pelo seu Presidente.

Lá, o eminente jurista e magistrado mostrou o rascunho manuscrito do seu trabalho, manuscrito, emendado e rasurado, de leitura difícil, inclusive para o próprio autor.

Tomei conhecimento do que havia de essencial, que era, em suma, a obrigatoriedade da inclusão dos nomes de todos os candidatos numa cédula única também obrigatoriamente distribuída pela Justiça Eleitoral, com a faculdade, porém, de que os partidos se utilizassem de seus próprios recursos para imprimir e distribuir essa mesma cédula, confeccionada de acordo com o modelo oficial.

Dei meu assentimento a esta fórmula transacional. Declarei ao Presidente do Tribunal que a recebia e a apoiava em princípio, mas que a submeteria, no dia seguinte, à nossa bancada, não apenas de deputados, mas ainda de senadores, porquanto se realizaria no Palácio Tiradentes uma sessão de veto e esperava encontrar os nossos correligionários da Câmara Alta.

Foi o que fiz. Na tarde de 23 de agosto, mostrei aos meus companheiros a fórmula já então do conhecimento público, por ter sido publicada nos matutinos daquele dia, e da qual, entretanto, eu ainda não tivera conhecimento definitivo porque, saindo do Tribunal Eleitoral, e voltando à Câmara para rever as provas de meu discurso, recolhi-me à minha residência fatigado, profundamente fatigado, e, mais do que fatigado, indisposto.

Convoquei, entretanto, telefonicamente, o Sr. Deputado Adauto Cardoso e dei-lhe instruções no sentido de, na Comissão de Justiça, que se reuniria naquela

noite para uma sessão especial, nosso partido votar pela constitucionalidade e juridicidade do projeto independentemente das emendas que teria de apresentar e de fato apresentou na mesma noite.

Está, portanto, assim, perfeitamente esclarecida a fase preliminar da tramitação deste projeto substitutivo na Câmara dos Deputados – esclarecida não para nós, esclarecida não para os elementos do PSD, que a conhecem, mas esclarecida para os leitores do futuro que acaso se preocuparem em esmiuçar estes detalhes tão sáfaros e tão áridos de nossa realidade política contemporânea.

O Sr. Rondon Pacheco – Nossa representação não somente apresentou emendas, como também defendeu o princípio de que o projeto deveria constituir emenda ao do Senado.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência tem razão. Mas esse princípio só foi expressado a mim, que ignorava a questão da apresentação como projeto autônomo, posteriormente. E eis a razão pela qual me referi a este princípio no discurso em que sustentei a inconstitucionalidade do projeto de Comissão, tal como havia sido apresentado.

O Sr. Rondon Pacheco – O episódio define o estado de espírito da representação udenista na Comissão.

O Sr. José Alkmin – Permita-me o nobre orador. Ouvi com a maior atenção, e o apreço que sempre me merecem, as palavras de V. Exª. Entendo, porém que, quando V. Exª afirma que se retirou do gabinete do preclaro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral para, no dia imediato, dar conhecimento à sua bancada, na Câmara, e aos representantes da União Democrática, no Senado, V. Exª considerava que o assunto iria ser submetido à discussão. Nesta oportunidade, nobre colega, como fiz na Comissão de Justiça, quero repetir aqui um pormenor que me sinto no dever de destacar, até para ressalvar a minha posição dentro de meu partido. É que, quando me retirei do Tribunal, no encontro que V. Exª e eu tivemos com o egrégio Presidente, saí dali convencido de estarmos diante de um compromisso tomado. E tanto me convencera de haver assumido um compromisso, com a delegação que me foi dada pelo Presidente do Partido, que levei o fato ao conhecimento de meus colegas na sede do próprio partido, no dia seguinte, e naquela oportunidade foi que toda a bancada pôde conhecer a extensão daquilo que eu considerava um compromisso tomado com o Tribunal Eleitoral. Agora, não pretendo com isso, de forma alguma – e ainda neste passo estou reproduzindo as palavras de hoje, – informar, ainda que remotamente, a declaração de V. Exª de que quando saiu dali levara para os seus companheiros a notícia de em princípio se haver comprometido a examinar o projeto de elaboração do Tribunal Superior Eleitoral. Quero também lembrar que estávamos vivendo naqueles dias numa atmosfera de incompreensão, e o meu partido censurado por não haver aprovado a cédula oficial, constante do projeto do Senado.

Éramos, por esta razão, até apontados como partidários de um método capaz de fraudar a eleição, obstinando-nos em não aprovar aquela proposição. Quero dizer

que qualquer proposição capaz de remover o defeito a meu ver e do meu partido, insanável, qual o de adotar-se uma cédula com inteiro desconhecimento de toda a nação, cédula que representaria uma surpresa para todo eleitorado brasileiro , qualquer projeto nesse sentido teria o nosso acolhimento. Entendíamos que esta cédula então apresentada não era a mais apropriada, nem democrática. Daí por que a ela nos opúnhamos. Quero ainda declarar que tão justas e tão procedentes quanto as razões que V. Exª alega para considerar a cédula até agora adotada como instrumento de escravidão do eleitorado brasileiro são as nossas razões para julgar a cédula antiga como sendo mais democrática do que a oficial, porque por meio dela toda a nação brasileira, no voto secreto – conquista a que não podemos renunciar – tem, em vários pleitos, substituído sucessivamente os governos e manifestado o seu pensamento, pela forma mais legítima, ao nosso entender. E a cédula oficial, que não constituísse surpresa para o eleitor, ou aquela que chamamos cédula única, afastado esse defeito, dava oportunidade de, a quem quisesse ir às urnas, de saber como perfeitamente manifestar o seu pensamento. Tem aí V. Exª neste ligeiro aparte a posição do meu partido e a minha responsabilidade nos entendimentos que mantivemos V. Exª e eu, com o Presidente do Tribunal Eleitoral.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, fui o primeiro a declarar – e o Deputado José Maria Alkmim, que está ouvindo meu discurso, é testemunha disso – que não lançava sobre o Partido Social Democrático a injustiça de supor que os motivos dele fossem menos de convicção, ou menos nobres que os nossos. Eu o declarei. Há apenas uma divergência de opiniões, e a nossa opinião está fundada em experiência internacional. S. Exª condena, de maneira categórica, a cédula oficial. Não vamos entrar nesse debate, que nos levaria muito longe. S. Exª, também, reclama o voto secreto. Acontece, entretanto, que a cédula oficial foi vitoriosa na grande maioria dos países do mundo, e adotada depois do voto secreto.

São etapas sucessivas no direito eleitoral de todas as partes, de todos os capítulos, de todos os setores, e o direito político é aquele que sofre mais permanentemente adaptações. As adaptações são tão contínuas que, na Inglaterra, é quase uma praxe fazerem-se novas distribuições da geografia eleitoral, às vésperas de cada pleito eleitoral.

Assim, o fato de termos a cédula com o voto secreto, relativamente secreto, não implica que não prossigamos. E vamos prosseguir, se a nossa democracia subsistir aos erros da nossa insensatez, aprimorando cada vez mais o direito eleitoral. Os nossos filhos votarão e serão votados, os nossos netos votarão e serão votados com um sistema muito melhor que o nosso, assim como o sistema que praticaremos, ainda que não sejam aprovadas nossas emendas, é, a meu ver, mais avançado do que aqueles que empregaram nossas últimas eleições gerais. Destarte, o problema está em resolver se é compatível, se é justa, se é autêntica, se é genuína, se é eficaz aquela inovação que propomos com as condições sociológicas básicas do país. Entendemos que sim; V. Exªs entendem que não. A Câmara decidirá na hora da votação das emendas.

O Sr. Herbert Levy – Nobre Líder, eu desejaria, nesta altura, relembrar uma passagem do discurso que ontem tive oportunidade de pronunciar nesta casa. A cédula oficial surgiu em projeto emendado da Justiça especializada. Teve a consagrá-la toda a opinião consciente do país. Estive numa reunião de classes conservadoras, em que se achavam presentes Deputados e Senadores do PSD, e todos se manifestaram pela cédula oficial; da mesma forma o clero, toda a imprensa de maior expressão deste país, inclusive os maiores órgãos da imprensa do Distrito Federal, entre os quais o *Correio da Manhã*. Portanto, como se verifica, a cédula oficial veio como afirmativa, como resposta a todos os discursos que pronunciaram desta tribuna, após as últimas eleições, deputados de todas as correntes políticas, em que se assinalavam os vícios e as fraudes então ocorridas nessas.

Era um imperativo da consciência nacional. Pois este problema de moralização eleitoral, vale dizer, de fortalecimento das instituições, em que todos nos empenhávamos, perdeu o caráter de reforma salvadora do regime no momento em que a direção do Partido Social Democrático transformou-o num caso partidário, fechando a questão contra a medida. Esta cédula oficial, que o nobre líder do Partido Social Democrático diz ser inovação difícil para os eleitores brasileiros, esta cédula oficial foi apresentada pelo ilustre Presidente do Tribunal Superior Eleitoral a um seu sobrinho, de oito anos. É o exemplo que o nobre Ministro Edgar Costa deu a várias pessoas, inclusive a um amigo meu presente a esta fala. Disse S. Exª que essa criança de oito anos, recebendo a cédula oficial, não teve qualquer dificuldade em assinalar o candidato da sua preferência. Veja bem V. Exª: uma medida moralizadora proclamada e solicitada por toda a opinião consciente do país, que pede apenas do eleitor o mínimo de consciência e discernimento de uma criança de oito anos, é este o instrumento impraticável para a direção do Partido Social Democrático, porque não quero fazer injustiça a todos os seus membros.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre deputado.

Agora, que ninguém está aparteando, vou pedir aos nobres colegas a bondade de serem breves nas suas intervenções, não que deixem S. Exªs de me dar grande prazer e honra, mas é que não quero ocupar a atenção da casa que vai ter de votar projeto muito importante e urgente.

O Sr. José Alkmin – Nobre colega, quero apenas dizer a V. Exª o seguinte: a cédula oficial, cujas virtudes V. Exª acentua com tanta eloqüência, é a mesma cédula única e a origem das duas é uma só, pois que ambas foram sugeridas pelo mesmo órgão, o Superior Tribunal Eleitoral, sendo que a cédula única foi apresentada a V. Exª e a mim. Assim, não percebo nem consigo distinguir em que a cédula única possa aqui aparecer desfalcada das virtudes que caracterizam a cédula oficial. A cédula única foi aprovada pelo Tribunal Pleno, e a cédula oficial foi uma sugestão do eminente Sr. Presidente do Superior Tribunal Eleitoral. Para concluir: o nobre Deputado Herbert Levy narrou há pouco o fato de ter o Sr. Presidente do Superior Tribunal Eleitoral submetido a cédula oficial a um seu sobrinho, para verificar até onde

seria fácil a percepção – o modo de votar. Conheço o episódio: também me foi narrado. Entretanto, o Sr. Presidente do Tribunal não submeteu a cédula a um sobrinho; a entregou a um seu neto. Sugeri a S. Exª que, ao invés de a um seu neto, submetesse à sua criada ou a um dos seus empregados aquele processo de votação porque, se essa massa humilde, gente de condição modesta, sem o desenvolvimento pedagógico de um neto do Presidente do Superior Tribunal Eleitoral chegasse a perceber bem o assunto, então eu me convenceria de que cédula oficial não tem os defeitos que nela descobria. Narro este fato para que fique constando dos *Anais* de nossa casa que a cédula única é de autoria do Superior Tribunal Eleitoral, e foi assim que a trouxe para a Câmara e a levei ao conhecimento da Comissão de Constituição e Justiça, na mesma noite em que estivemos no gabinete do Presidente do Superior Tribunal Eleitoral.

O SR. AFONSO ARINOS – Não contesto o fato.

O Sr. José Alkmin – Estão de acordo. Apenas explico à Câmara ...

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª pode explicar.

O Sr. José Alkmin – ... a que devo esclarecimentos.

O SR. AFONSO ARINOS – Tenho aqui até uma ata da última reunião do Superior Tribunal Eleitoral, na qual se encontra a manifestação de todos os ministros: José Duarte, Cunha Vasconcelos, Luiz Gallotti, Frederico Sussekind, Afrânio Costa, Haroldo Valadão. Todos declaram que dão pleno assentimento à cédula única. Há também a manifestação final do Ministro Edgar Costa, de que tiro este trecho. Faz S. Exª um apelo a nós ambos, apresentando sugestões que, a meu ver, poderiam ser consideradas "o ponto de partida" para a desejada conciliação. Nós assim consideramos, introduzimos até algumas emendas que nos parecem permitidas por aquilo que conhecemos do estado da nossa sociedade do *hinterland* brasileiro. V. Exªs contestam a procedência dessas emendas pelas noções ou pelos pressupostos que alimentam em relação aos níveis dessa mesma sociedade do *hinterland* brasileiro. Aí, a nossa divergência. Daí dizemos que, na nossa opinião, o ponto de vista de V. Exª com referência à precariedade da intuição dos eleitores do interior é que é pessimista, e o nosso, sem ser otimista, é realista. Da mesma maneira como os abolicionistas sustentavam a necessidade de se emancipar uma raça que poderia trabalhar em condições de liberdade, enquanto os antiabolicionistas declaravam que aquela raça não poderia sobreviver no trabalho livre. V. Exªs estão numa posição diferente da nossa. Sustentamos que o homem do interior – repito – pode ter cortadas, arrebentadas as grilhetas da sua escravidão política. E sobre a existência dessa escravidão política não existe apenas o meu testemunho. Sou um bacharel da cidade, sou – dizem os adversário – um livresco, um historiador, um escritor, um homem fora das realidades sociológicas. Mas há também o testemunho de eminentes correligionários de V. Exª e nossos adversários neste momento, como o professor Barbosa Lima Sobrinho, que é pessedista que está integrado na luta política de V. Exª, que está acompanhando a orientação da direção do seu

partido. Ainda agora fui convidado a debater com o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, no Instituto Nacional de Ciências Políticas, a sua comunicação sobre a reforma eleitoral e os costumes eleitorais do nosso país, e uma das coisas que S. Sª acentuou, como chefe político do interior, como conhecedor das condições sociológicas em que se desenvolvem os pleitos no interior foi, exatamente a necessidade de terminar com os currais, a necessidade de acabar com os viveiros.

O Sr. José Alkmim – Sabe V. Exª que quanto à expressão "currais", que foi objeto de uma conversa, aliás alongada, em sua residência, naquela noite em que me recebeu com tanta gentileza, ficou evidentemente provado, e V. Exª concordou, que é uma história produto de imaginação, no Rio de Janeiro.

O SR. AFONSO ARINOS – Permita que diga: eu não concordei; acreditei, como acredito, que na zona de V. Exª não haja "currais", não haja "viveiros". V. Exª me explicou isso e eu acreditei. Mas o Professor Barbosa Lima veio, na sua comunicação que vai ser agora discutida no Instituto de Ciências Políticas, dizer exatamente o contrário. Da forma que são exemplos, indícios, indicações pelos quais nós nos convencemos de que esta massa que está sendo comprimida por uma tremenda ditadura de uma máquina política no interior precisa de ter o apoio do Legislativo para se libertar politicamente desta servidão.

O Sr. Hugo Napoleão – Precisa, antes, ser educada. Acho que Vossa Excelência deve tomar o aparte do nobre líder José Alkmin como um contra-aparte ao Sr. Herbert Levy.

O Sr. Arnaldo Cerdeira – Nobre líder Afonso Arinos. V. Exª sabe o apreço que tenho pelo caráter...

O SR. AFONSO ARINOS – É recíproco.

O Sr. Arnaldo Cerdeira – ... pela inteligência, pela conduta ilibada de V. Exª à frente dos nossos trabalhos; V. Exª sabe, sobretudo, que o meu pensamento relativamente à cédula oficial já é muito conhecido, mas o que se atribuía ao sistema que pretendemos reformar era que o poder econômico influía de maneira decisiva em condições desiguais frente às peculiaridades financeiras de cada candidato ou de cada partido; Vossa Excelência não desconhece também que a reforma eleitoral tem de ser de muito maior profundidade; V. Exª disse com grande sabedoria e autoridade que o processo eleitoral é, no mundo inteiro, aquele que sofre as mais constantes e variadas mutações a ponto de após cada pleito, já haver para os estudiosos alguma coisa a inovar; V. Exª não ignora, por outro lado, que o que se procurava realmente era evitar a concentração maciça de eleitores no sentido de uma cabala coletiva; V. Exª sabe que o que se pretendia eliminar era o fornecimento de comida como fator de baixa, de barata corrupção. Ora, V. Exª não pode negar que na lei já em vigor e por nós votada se proibia a distribuição de comida, o fornecimento de transporte e a organização dos chamados currais do Rio de Janeiro ou do interior. Está então essa

parte atendida. Restava a influência do poderio econômico e a desigualdade dos candidatos e dos partidos. Vossa Excelência há de confessar que, com um ou outro sistema de cédula, a oficial ou a que se quer chamar de única, se elimina de maneira precisa e categórica a desigualdade das posses econômicas como fator de influência nos pleitos, porque nenhum eleitor poderá mais comparecer à cabine secreta com uma cédula onde haja um único nome. Lá estarão os nomes de todos os candidatos, e o eleitor só não votará conscientemente se for um venal no sentido cívico da expressão. Portanto, está resolvida também essa parte. Há mais ainda, nobre líder: aceitamos, para nos incluirmos entre aqueles que admitiam a reforma apressada, porque em 1951 e 1952 já nesta casa se procurava fazer uma reforma honesta e verdadeira, aceitamos a medida – repito – porque emanava do mais alto poder eleitoral do País. A meu ver, portanto, apenas estávamos votando aquelas medidas que a Justiça Eleitoral nos solicitava. Agora nesta altura é a própria Justiça Eleitoral que, pela palavra do Presidente do Superior Tribunal e dos demais Ministros, afirma que ambas as cédulas se equivalem no propósito honesto que a Justiça tem de modificar as condições do pleito de 3 de outubro. O que nos cumpre acentuar, como responsáveis nesta casa, como responsáveis políticos, como responsáveis por direção partidária, é que não se deve deixar continuar a pregar ao povo que as eleições de 3 de outubro podem ser inquinadas de desonestas, porque isso é um jogo que se quer praticar, isto é o que se quer fazer com antecipação. Temos, porém, de declarar à nação que, com as leis que aí estão, as eleições irão realmente reproduzir a vontade popular, como diz o velho adágio: "Cada povo tem o governo que merece". Se o corpo eleitoral é composto de semi-analfabetos, não nos cabe responsabilidade, mas à Justiça Eleitoral no processo de alistamento.

O Sr. Pereira da Silva – Vamos votar.

O SR. AFONSO ARINOS – O nobre Deputado Pereira da Silva tem toda a razão em seu gentil aparte: vamos votar, mas para que possamos votar, peço que me deixem concluir o meu discurso.

O Sr. Yukishique Tamura – Nobre Deputado Afonso Arinos, quero, neste pequeno aparte, prestar uma homenagem a V. Exª como líder da minoria, e igualmente, ao líder da maioria, porque do trabalho de V. Exªs resultou este ambiente de cordialidade e de desafogo. Desde o início, tomei posição decisiva em favor da cédula oficial, contrariando a orientação do meu partido, que é o partido majoritário. Além disso, cheguei a dizer em aparte a discurso do nobre Deputado Carlos Lacerda que em absoluto o Excelentíssimo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral pediria demissão daquele cargo, se dependesse do meu voto, o que confirmei, votando favoravelmente à cédula oficial. Mais tarde, a questão foi evoluindo para a cédula única, aceita não apenas pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, mas por grandes elementos, ilustres figuras com responsabilidade na política nacional. Nessa altura, Senhor líder, quero reafirmar o propósito e votar a favor da cédula única como fórmula segura de resolver a crise política que atravessamos.

Apenas quero, neste final, lamentar a discordância do meu nobre e querido colega Deputado Herbert Levy, que numa intransigência incompreensível, parece não querer aceitar a cédula única. No entanto, V. Exª não compareceu à reunião, oportunamente, para votar na cédula oficial. É a estranheza que desejo deixar consignada nos *Anais* desta casa contra aqueles que não querem aceitar absolutamente a cédula única.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, atendendo às delicadas admoestações do plenário, não concederei mais apartes, porque preciso concluir meu discurso.

Respondo ao conjunto de brilhantes interrupções e contribuições valiosas que fizeram ao meu discurso, dizendo que em nada se alteraram os termos em que coloquei a questão. O Deputado Arnaldo Cerdeira, com a sua eloqüência tradicional, pareceu insinuar que estávamos querendo proclamar, de antemão, a ilegitimidade do pleito. É insinuação que repilo. Não estamos querendo, de forma nenhuma, proclamar, de antemão, que o pleito vai ser ilegítimo. O que procuramos, com as nossas emendas, foi apresentar sugestões que viessem suprimir possíveis irregularidades e as conseqüentes impugnações. Este foi o nosso objetivo. Não queremos declarar que o pleito será ilegítimo, como S. Exª pareceu insinuar.

Apenas procuramos, na medida da nossa apoucada capacidade *(Não apoiado)*, localizar alguns prováveis empecilhos que se apresentarão seguramente e que se vão tornar, também seguramente, objeto de impugnação, porque para isto é que existe a Justiça Eleitoral; para apreciar as dúvidas e impugnações que surgirem sobre os pleitos.

O Sr. Hugo Napoleão – Peço a V. Exª que abra uma exceção para duas palavras. Quero expressar, a esta altura do discurso de V. Exª, a impressão que tive da lealdade e elevação de V. Exª como da do líder José Maria Alkmin, na condução dos entendimentos que resultaram na adoção do projeto da cédula única.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado.

O Sr. Arnaldo Cerdeira – Jamais atribuí a V. Exª intenção que, eu disse e afirmo, é de certos órgãos, de certas classes e até de certos Deputados. V. Exª foi tão honesto que proclamou mesmo que, com a aprovação ou não das emendas apresentadas pelo nobre Deputado, o projeto já constituía só por si peça a mais no aperfeiçoamento das eleições no Brasil. Logo, não me faça V. Exª essa injustiça, de, sabendo da amizade, do apreço, da consideração que tenho por V. Exª, dizer que o inclui entre aqueles que fazem a campanha da invalidade das eleições de 3 de outubro.

O SR. AFONSO ARINOS – Desejo concluir, Sr. Presidente.

Quero, portanto, deixar a questão nestes termos. A União Democrática Nacional, servindo-se daquele direito que se reservou desde o início deste debate, apresentou, com apoio de vários dos seus correligionários e de companheiros de outros par-

tidos, emendas no sentido de aprimorar o projeto em votação. Não quisemos restabelecer a cédula oficial. Eu me comprometi a aceitar um sucedâneo que fosse do agrado de todos e fizesse a conciliação geral. Então, dentro do espírito, dos objetivos, dos propósitos e das normas desse sucedâneo, apresentamos algumas emendas que viessem afeiçoá-lo àquele estado de relativo esclarecimento e de livre iniciativa que consideramos ser o estado atual do povo brasileiro.

Daí a razão dessas emendas. Preliminarmente, elas são procedentes, são aceitáveis, porque nós nunca nos comprometemos – note bem a Câmara, nunca – a votar o substitutivo tal como ele viesse, e isso ficou absolutamente provado pelos fatos e demonstrações que aqui fiz.

Em segundo lugar, as nossas emendas não têm outro propósito senão o de afeiçoar essa iniciativa, com a qual concordamos em princípio, aos seus próprios objetivos, no nosso entender e na nossa maneira de ver.

Vamos votar pelas emendas, vamos defendê-las passo a passo, trincheira a trincheira, com todos recursos parlamentares em funcionamento. Mas, uma vez derrotadas as nossas emendas, uma vez vencidas as nossas sugestões, eu aconselharei aos meus companheiros e amigos que votemos pelo projeto, porque ele é de fato um passo avante nos nossos atuais costumes eleitorais.

Apenas votaremos por esse projeto com a declaração solene e formal de que por ele não somos responsáveis. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).*

Impedimento do Presidente Carlos Luz

11-11-1955

O SR. AFONSO ARINOS *(Como líder da minoria) (Palmas)* – Sr. Presidente e Srs. Deputados, depende, sem dúvida, de forças que não mais podemos controlar, mas depende, também, muito, da nossa própria decisão e da nossa capacidade de decisão, que o dia de hoje, 11 de novembro, não seja historicamente, e não apenas cronologicamente, o dia seguinte a 10 de novembro.

Temos de impedir que as recordações sinistras dessa data se propaguem, se acumulem e permaneçam no dia subseqüente.

Depende, dizia eu, muito de nós no que toca à parte da Câmara dos Deputados, que aqui tenho a honra de representar neste momento, honra insigne de que me desvaneço – e aproveito a oportunidade para lançar caloroso brado de aplauso e agradecimento aos meus companheiros que aqui estão hoje, como aqui estiveram sempre em defesa da liberdade da República *(palmas)* – depende de nós, e sabemos como prosseguir, como decidir, como discutir e como votar.

Na reunião dos líderes, verificada antes da abertura da sessão, manifestei aos condutores das diferentes correntes em que se divide o plenário que nossa posição, em face dos recentes e graves acontecimentos políticos ocorridos na vida do país, principalmente aqui no Distrito Federal, nos levava, em consideração aos mesmos fatos, a interpretações políticas e, conseqüentemente, a interpretações jurídicas totalmente opostas àquelas manifestadas, em nome das correntes majoritárias, pelo nobre Deputado Gustavo Capanema.

Declarei mais, Sr. Presidente, que o farrapo ainda limpo, que este pedaço de terra ainda limpa que é esta sala do Congresso Nacional, seria invadida pela horda lamacenta da brutalidade e da tirania, se aqui não estivéssemos em condições de dizer o que quiséssemos, com as palavras que entendessemos escolher, e de votar o que deliberássemos, com a consciência e a segurança que entendêssemos também eleger para as nossas deliberações. Nestas condições, Sr. Presidente, é ainda e sempre, colaborando para que na onda de treva que desceu sobre o nosso país, na cortina de ferro que acaba de dividir a liberdade da tirania nesta pátria, possa ainda neste plenário, enquanto for possível, a minha voz de Deputado e de mineiro, enquanto for possível, dizer o que quero votar, o quero indicar, o que quero pleitear, o que quero, em nome daquilo que nos parece ser a realidade política e em nome daquilo que nos parece ser a obrigatoriedade das conclusões jurídica. *(Palmas.)*

Sr. Presidente, o Direito Constitucional, manuseado, com os requintes de virtuosidade que todos conhecemos pelo ilustre Deputado Gustavo Capanema, meu amigo, companheiro e mestre insuperável na sutileza das interpretações, é de fato um direito condicionado a afeiçoar dentro de fórmulas jurídicas os acontecimentos inelutáveis das lutas políticas que se processam dentro dos meios sociais.

O que estamos hoje fazendo aqui, Sr. Presidente, é construir juridicamente, é procurar fazer emergir do amálgama tumultuoso em que se debatem as paixões desaçaimadas aquela fórmula jurídica que possa, dentro das tradições do nosso passado e dentro dos ensinamentos da nossa doutrina, preparar um futuro que consiga eximir este país de cair, a 11 de novembro, vítima da punhalada, a mesma punhalada que o atingiu a 10 de novembro, dezoito anos faz.

Sr. Presidente, é nesta ordem, de considerações e de idéias, é defendendo a posição da minoria, o direito da minoria e o dever da minoria de construir, juridicamente, a situação política, tal como se apresenta aos nossos olhos, que venho aqui, com a delegação expressa e unânime dos meus companheiros, trazer ao conhecimento da casa e da nação o ponto de vista em que nos situamos.

Diz o nobre Deputado Gustavo Capanema que a solução, a seu ver, seria a declaração do Congresso, mediante a tramitação de uma resolução votada de acordo com os preceitos regimentais, no sentido de que se considerasse impedido o Senhor Presidente da República em exercício, que é o Presidente desta Casa, a fim de que, conscientemente, nos termos do artigo 79, § 1º, do texto constitucional fosse chamado a exercer a Presidência, por impedimento do substituto eventual do Presidente efetivo, o nobre Senador Nereu Ramos.

Ora, Sr. Presidente, o que V. Exª leu para conhecimento da Câmara e da nação está aqui consignado em documento original que traz a assinatura do Senhor Presidente Carlos Luz. Este documento, que me foi trazido, oficialmente, por um dos secretários do Sr. Ministro Marcondes Ferraz, para que fosse exibido desta tribuna, diz o seguinte:

> "Venho comunicar a V. Exª e a essa Câmara que, resguardando a autoridade do cargo, em que estou investido, de Presidente da República, e tendo em vista os graves acontecimentos desta madrugada, que ferem de frente a nossa Constituição, me mantenho no exercício do cargo, a bordo de uma unidade de nossa Marinha de Guerra em águas territoriais.
>
> Apresento a V. Exª os meus protestos de distinta consideração."

Sr. Presidente, a interpretação dada pelo nobre Deputado Gustavo Capanema ao dispositivo constitucional que diz:

> "Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal."

É uma interpretação que, no nosso entender, não se coaduna de forma nenhuma com a segurança dos fatos que chegam a nosso conhecimento. Temos que encarar o problema do impedimento na alternativa natural em que se oferece. Impedido estará o funcionário ou autoridade que tal declarar, por sua livre e espontânea declaração, mediante documento idôneo.

Esta primeira alternativa é falsa.

Sabemos, Sr. Presidente, e V. Exª transmitiu a comunicação que acabo de ler, que o Senhor Presidente Carlos Luz não se declarou impedido, pelo contrário, declarou que se encontrava no legítimo exercício das suas funções constitucionais e que considerava as ocorrências desta madrugada, que deram ensejo e oportunidade à deliberação histórica que hoje vai tomar a Câmara dos Deputados, como infração, como infringência, como atentado à letra da Constituição Federal.

Ora, Sr. Presidente, vencida esta alternativa, passemos à outra. O nobre Deputado Gustavo Capanema declarou que o Presidente estaria impedido pela manifesta impossibilidade de exercer suas atribuições; então não podendo, não estando S. Exª em condições materiais de fazer chegar ao conhecimento desta casa sua situação de impedimento, tínhamos de nos render em face da evidência dos fatos, tínhamos de nos ofuscar diante da claridade solar e brutal dos acontecimentos e teríamos, então, de, independentemente da declaração da autoridade interessada, fazer aqui a declaração oficial de que considerávamos impedida aquela autoridade. Já neste ponto digo que nossa corrente se distancia e diverge

da interpretação dos mesmos fatos que chegam ao nosso conhecimento. Nós consideramos pelo menos prematuro, nós consideramos pelo menos apressado e talvez temerário dizer que um Presidente que se encontra a bordo de uma belonave, de uma das mais poderosas belonaves de nossa Marinha de Guerra, singrando águas territoriais brasileiras e apoiado em muitas das guarnições federais que se espalham pelo território nacional *(palmas)*, porque a verdade é que as notícias que aqui chegam sobre a unanimidade das forças de terra em relação aos acontecimentos que se desenrolam são falsas, são inverídicas, não foram confirmadas de maneira capaz de convencer, já que as duas outras armas de que se compõem as Forças Armadas nacionais e que não estão com o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, estão até esse momento absolutamente silenciosas, não fizeram qualquer declaração de adesão ao movimento que se desenrola, não fizeram nenhum protesto de apoio às novas investiduras nem às novas autoridades.

O Sr. Castilho Cabral – Declaração recebida pelo Presidente da Câmara na minha presença.

O Sr. Alberto Torres – Permite V. Exª que eu proceda à leitura de um documento?

O SR. AFONSO ARINOS – Se for breve.

O Sr. Alberto Torres – É o seguinte:

> "Os Ministros da Marinha e da Aeronáutica, em face do atentado que acaba de ser perpetrado contra a autoridade legítima e suprema do Presidente da República, declaram que a Marinha e a Aeronáutica se mantêm e se manterão inabalavelmente fiéis e obedientes a este Presidente, chefe da nação e comandante-em-chefe das Forças Armadas, e consideram ilegal e subversivo o gesto dos companheiros transviados, que, pretextanto uma inexistente e inconcebível desconsideração ao glorioso Exército nacional, tão tragicamente vêm ameaçar a paz da família brasileira e criar horas de aflição e angústia para todos os bons brasileiros." *(Palmas.)*

O SR. AFONSO ARINOS – O documento que acaba de ser lido pelo...

Um Sr. Deputado – Escrito a lápis.

O SR. AFONSO ARINOS – ... oferece os mesmos visos e as mesmas garantias de autenticidade das notícias que aqui têm chegado em sentido oposto. Sem querer entrar no debate da autenticidade desses pronunciamentos, sua contradição, sua desconformidade e sua antinomia são demonstrações irretorquíveis de que a situação não está definida no que toca à Marinha e à Aeronáutica. Por conseqüência, não deixará de ser pronunciamento temerariamente precipitado desta casa do Congresso...

O Sr. Fernando Ferrari – Posso informar a V. Exª, com toda a segurança, atendendo à boa-fé com que V. Exª está raciocinando, o que reconheço, que o Sr. Almirante Sodré acaba de estar com o Sr. Ministro da Guerra e dizer-lhe que o Almirantado aceita a decisão que o Congresso der ao caso político. *(Palmas.)*

O SR. AFONSO ARINOS – Mais uma razão para que essa decisão seja tomada acima do espírito faccioso, acima das improvisações da hora presente, acima das ambições, das aspirações e da cobiça daqueles que esperam já servir-se de uma situação de anomalia para instalar-se em poder ilegal.

Exatamente a comunicação do nobre colega e todas aquelas que aqui vierem no sentido de denunciar ou indicar a gravidade da situação militar só poderão contribuir para que eu me consolide, cada vez mais, no meu raciocínio. Quanto mais séria apresentar-se a situação, quanto mais próximos estivermos nós da luta fratricida e do derramamento de sangue dos nossos irmãos, tanto mais, no exercício de um direito e na desincumbência de um dever, insistirei para que as deliberações sejam tomadas acima e longe desses propósitos imediatistas de vitória de Maioria sobre a Minoria.

Sr. Presidente, nós não conhecemos a situação exata, mas as informações que me chegam indicam que o que ocorre em São Paulo é muito diferente do que está ocorrendo na capital da República. É possível – não posso afirmar, não desejo afirmar, mas quero informar – é possível que neste momento singre a fímbria do nosso litoral atlântico o navio que conduz o Senhor Presidente da República, a fim de instalar na capital de São Paulo o governo legal. *(Palmas.). Ficaremos, portanto, em uma situação de dualidade. Não o estou afirmando.*

O Sr. Leonel Brizola – Sr. Deputado...

O SR. AFONSO ARINOS – É inútil V. Exª interromper-me, embora me honrasse e desse prazer com a sua interrupção. É inútil, repito, porque não cederei aqui ao meu dever de dizer o que desejo dizer. Ninguém me tira esse dever, esse direito. *(Palmas.)*

Ninguém me impedirá, jamais, senão pela coação física, de dizer o que julgo meu dever dizer. Ninguém! Ninguém! *(Muito bem! Palmas.)*

Sr. Presidente, estou insistindo em que, quanto mais grave se oferecer ou se apresentar a situação militar em nosso país, tanto mais, no impeto de patriota e no dever de deputado, terei de dizer que a solução não pode ser *delenda* alguém, a solução não pode ser o esmagamento de ninguém, a solução não pode ser a humilhação de ninguém *(muito bem),* porque nós não sabemos as conseqüências do ato que aqui vimos praticar. Nós, da Minoria, Sr. Presidente, estamos empenhados em interpretar a Constituição também de forma diversa. Nós, que defendemos, neste país, a liberdade democrática em dez anos de duro exercício dos mandatos políticos; nós, que fomos atacados, responsabilizados pelo que não fizemos, insultados pelo que não dissemos, desconfiados pelo que não pensamos; nós, que aqui jamais pregamos qualquer solução que não fosse aquela que mais conviesse aos interesses da democracia no Brasil...

Vozes – Oh!

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, eu sairei desta casa, renunciarei hoje ao meu mandato, se algum dos nobres colegas trouxer qualquer palavra em desabono do que acabo de afirmar. Peço a V. Exªs que me provem em que dia. A história da minha passagem por esta tribuna desde o mês de março é a história de sucessivos apelos para evitarmos o desfecho que aí está.

O Sr. Leonel Brizola – Permite V. Exª?

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Leonel Brizola – Nem que soubesse eu diria, porque desejo ver sempre V. Exª dentro desta Casa.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas V. Exª me veria nesta casa até que me liberasse deste compromisso.

Pode dizer quando encontrou qualquer palavra minha em sentido contrário ao que afirmei. Aqui ficarei enquanto V. Exª julgar conveniente.

O Sr. Leonel Brizola – Faço questão e farei sempre questão de que V. Exª jamais deixei de dar o concurso de sua inteligência a esta casa.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito me honra V. Exª. Obrigado. Interpretei mal a intenção de V. Exª. Peço perdão por essa interpretação.

Sr. Presidente, dizia que desde o início da minha passagem por esta tribuna, no decorrer do mês de março, a minha pregação, monotonamente desatendida, foi no sentido de que evitássemos o aprofundamento e o agravamento daquela divisão nacional indisfarçável nos sucessos de agosto do ano passado, e que procurássemos uma composição que viesse resguardar a paz da República e a estabilidade das instituições.

Numerosas vezes aqui defendi a tese da união nacional, aqui defendi a tese da candidatura de um dos ilustres membros do PSD; e tanto defendi, tanto me esforcei e tanto reiteirei-me nesta incumbência, concordante não só com os meus pontos de vista, mas também com os da minha bancada, que cheguei a ser acoimado de visionário, de sonhador, de dono de imaginação catastrófica, porque na opinião do eminente membro da maioria, que assim me interpelou em discurso especialmente proferido para esse fim, vim aqui traçar para os ilustres representantes do povo um panorama tétrico, que, de fato, em nada correspondia aos pressupostos da nossa realidade política.

Não quero voltar atrás. Hoje estamos diante de um fato. E o que então disse, o que então falava, o que então reiteradamente afirmava, hoje, confirmo com todas as veras do coração, com todas as forças do meu patriotismo, com toda a verdade da minha honra: estou convencido e tenho razões para isso, de que estamos à beira da guerra civil. É uma ilusão suprema que um artifício constitucional, votado açodadamente pelo Congresso, possa desfazer a cristalização das posições antagônicas tomadas no seio das Classes Armadas.

Estou falando aquilo que muitos de V. Exªs sabem, estou declarando aquilo que muitos de V. Exªs provavelmente lastimam não poderem declarar. E é nesta persuasão, nesta convicção, neste arrebatamento sincero de deputado e de brasileiro que digo a V. Exª, Sr. Presidente, que para manter a garantia das instituições, a liberdade dos debates, a segurança das votações exigimos o direito de nos manifestarmos contrários à interpretação dada pela maioria desta casa, declarando que não consideramos procedente a posição ora atribuída ao eminente Presidente Carlos Luz, primeiro porque Sua Excelência não se deu por impedido, segundo porque não se demonstrou estivesse ele impedido de governar. E dito isso, declaro também que minha bancada votará contra, se for necessário, com todos os nomes, porque vou requerer votação nominal a fim de que fique consignada nos *Anais* a própria responsabilidade de cada qual. *(Palmas.)*

E termino dirigindo um apelo à maioria desta casa, apelo que aqui tenho feito em nome da minha bancada e que já não faço mais porque não sei se neste momento interpreto os seus sentimentos *(vozes: Sim! Sim!)*. Faço-o como brasileiro. Estamos diante de uma crise política. Entendamo-nos para conjurar esta crise. Façamos um ato de confiança, um ato de compreensão e de entendimento, para impedir que a crise desfechada resulte na guerra civil, antes que seja tarde, antes que o Brasil se afunde em um drama que poderá perfeitamente ser evitado se os seus filhos tiverem um pouco de discernimento mental e um pouco de altura moral. *(Muito bem! Muito bem! Palmas.)*

Impedimento do Presidente Café Filho

21-11-1955

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço ao nobre Deputado Vieira de Melo a cortesia com que determinou que seu requerimento de urgência fosse objeto de deliberação somente após minha passagem pela tribuna.

Desejo, também, quase que agradecer a V. Exª, Sr. Presidente, pelo acolhimento aproximadamente favorável à sugestão do nobre representante da Bahia, nos termos em que V. Exª o fez, declarando que não tinha outro remédio senão submeter-se à iniciativa do líder da maioria.

Sr. Presidente, não me demorarei na tribuna mais do que o tempo estritamente necessário ao desempenho de meu duro, humilde, triste mister.

A maioria encontra-se, hoje, possuída de inabalável decisão de infringir todas as regras que habitualmente norteiam as deliberações parlamentares, exceto aquelas da tranqüilidade externa e relativa. Temos tido sessões muito mais tumultuosas nesta casa, temos assistido ao plenário confundir-se, agitar-se, perturbar-se num torvelinho de imprecações, de lutas e de revoltas. Mas esta atividade violenta é, as mais das vezes, puramente externa.

Hoje, é internamente, no seu sentimento, na sua consciência, na sua deliberação, na sua vontade, nos seus desejos, nos seus desígnios, nos seus propósitos que a maioria se revela, fria e inevitavelmente, partidária das determinações e das soluções ilegais. *(Não apoiados.)* Não tenho inimigos do lado de lá daquele plenário. Posso mesmo dizer que ali não tenho, para honra minha e para minha alegria, nem mesmo desafetos. No entanto, observei, desde o início desta sessão, que a simples menção, o simples requerimento, a simples solicitação de providência comezinha da Mesa, de assistência, de solidariedade e de coleguismo para com um companheiro nosso, o Deputado Aluísio Alves, que se sentia privado de sua liberdade de ir e vir, detido pelas tropas do Exército, de até aqui chegar, para exercitar seu dever de voto, foi, no momento em que o enunciei, recebido com resmungos e com chufas dessa maioria que tantas vezes se tem abrilhantado pela defesa unânime dos direitos impostergáveis de nossos colegas.

O Sr. Osvaldo Lima Filho – Esses remoques não terão sido gerais. De certo modo, foram impensados. Acredito que esta casa, cuidando como o está, das instituições fundamentais do regime, sem preocupações até de técnica constitucional, não desrespeita os princípios basilares do regime democrático, entre os quais se inscreve o das imunidades parlamentares. A Mesa, como já acentuou, e a casa, inclusive pela sua maioria, farão todos os esforços para verem assegurados esses direitos.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado.

Sr. Presidente, a tétrica e álgida deliberação de prosseguir sem olhar para os lados, sem olhar para trás, sem atentar nas leis, sem refletir nas conveniências, sem amadurecer os reflexos, sem sobrestar sobre as possibilidades daquilo que ora deliberamos, apossou-se hoje da maioria desta casa. Nós, entretanto, da minoria, nós, da oposição, desejamos fique aqui para sempre consignado que estamos tomando uma das mais graves, das mais sérias, das mais conseqüentes deliberações da história da República, com a censura instalada nas estações de rádio, que não poderão transmitir nossa voz, com a censura instalada em muitos jornais desta capital, que defendem os pontos de vista que aqui esposamos e, finalmente, com a tropa do Exército patrulhando as ruas em carros pesados, com metralhadoras e canhões cercando o palácio do governo, bem como a residência particular do Presidente que em breve V. Exªs irão depor e, conseqüentemente, estabelecendo um sistema, um clima, uma atmosfera, um ambiente de coação perfeitamente inadequados e absolutamente indignos da deliberação que aqui deveremos tomar. *(Muito bem! Palmas.)*

O Sr. Nestor Duarte – Não sei como vai a maioria receber a comunicação que vou fazer. A residência do Senhor Presidente da República está cercada desde a portaria, em baixo, até à porta do apartamento. Um serviço de radiopatrulha se comunica diretamente com o comandante da Zona Leste, General Denys. Nada se faz ali. Nem pode ali penetrar o médico de Sua Excelência, sem uma delonga imensa, sem o consentimento prévio do General Odílio Denys. É um homem prisioneiro, sob constrangimento físico e moral tremendo, o que no momento estamos a ver.

O Sr. Uriel Alvim – O policiamento destina-se a garantir Sua Excelência, como garantiu a saída do Sr. Carlos Lacerda do país.

O SR. AFONSO ARINOS – Então, não há impedimento.

O Sr. Mário Martins – Conforme V. Exª anuncia, as estações de rádio estão sob censura. Acabo de receber a informação de que a Rádio Nacional, que obedece a este movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes, já anunciou o resultado da votação de hoje nesta casa, afirmando que a Câmara havia destituído por cento e tantos votos o Presidente Café Filho, tão certo se conta com a docilidade desta maioria, com a capitulação desta Câmara. E a Rádio Nacional transmite esta notícia, quando todas as outras emissoras estão sob censura.

O Sr. Aarão Steinbruch – Quero relembrar aqui, neste momento em que se censura que as estações de rádio não possam veicular todas as notícias, as palavras proferidas pelo então Senador Hamilton Nogueira, líder da União Democrática Nacional do Distrito Federal, aparteando o nobre Senador Bernardes Filho: "V. Exª está apresentando com muita nitidez o quadro realístico da situação política no Brasil, e a verdade é que há grande farisaísmo nessa defesa da Constituição quando ela está sendo aplicada somente para defender os crimes por omissão ou comissão do Sr. Getúlio Vargas e sua oligarquia. As franquias democráticas asseguradas pela Constituição desde ontem não são mais respeitadas. As estações de rádio já foram ocupadas pela polícia, e da Rádio Globo ouvimos a corajosa afirmação do locutor, quando dizia: "Falo censurado pela polícia". É o que lemos no *Diário do Congresso Nacional* do dia 24 de agosto de 1954.

O SR. AFONSO ARINOS – Lamento que o ilustre ex-Senador Hamilton Nogueira não tenha mais a disponibilidade da sua cadeira no Congresso Nacional para receber o aparte do nobre Deputado. A mim não compete responder.

Eu dizia, Sr. Presidente, que precisamos deixar perfeitamente consignado o ambiente em que vamos deliberar: a cidade ocupada pela tropa rebelde; o Presidente a ser deposto confinado aos limites da sua residência, sem que dela possa sair ou nela possa entrar quem quer que seja; o palácio do governo cercado, também, pela tropa armada; e esta Câmara manifestando-se sob a coação de todas essas circunstâncias para tomar uma deliberação que contraria desde o Regimento até a Constituição da República. *(Muito bem! Palmas.)*

O Sr. Manoel Barbuda – V. Exª está coagido, falando assim tão livremente, acusando as instituições e as Forças Armadas?! Onde está a coação?!

O SR. AFONSO ARINOS – Ainda não o estou fisicamente. Mas não deixo de estar coagido moralmente, porque meu discurso não será irradiado nem publicado, enquanto os de V. Exª gozarão desse privilégio que a nós está sendo negado.

O Sr. Alberto Torres – Neste País, até hoje, os golpes de Estado foram dados pelas Forças Armadas, apenas por elas, inclusive o de 11 de novembro e o desta desgraçada, malsinada, vergonhosa noite para a nação e para o Congresso Nacional! E, desta vez, também com a cumplicidade da maioria do Congresso Nacional! *(Apoiados e protestos.)*

O Sr. Emival Caiado – Da maioria.

O Sr. Chagas Rodrigues – Vou abusar da bondade de V. Exª. Permita-me proferir um aparte, porque não poderei ocupar a tribuna.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª me honra com seu aparte.

O Sr. Chagas Rodrigues – Muito obrigado. Seja-me lícito ler um trecho, que bem se ajusta ao momento atual. "Mas o problema grave deste instante não é apenas e simplesmente um problema jurídico: é um problema político. E o que a Câmara perde de vista, e o que é mais grave, e o que seus líderes não encaram com a coragem necessária neste instante é que esta crise, nesta hora, não é daquelas que se resolvem à luz de textos frios de lei, mas crise política que terá por si a força histórica que a impele". Estas palavras, publicadas no *Diário do Congresso Nacional,* foram proferidas nesta casa pelo eminente jurista, pertencente ao partido e V. Exª, Sr. Aliomar Baleeiro, brilhante Deputado pela Bahia.

O Sr. Aliomar Baleeiro – O Deputado leu e não compreendeu...

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, as palavras proferidas pelo nobre Deputado Aliomar Baleeiro poderiam ser repetidas por S. Exª neste momento, sem que houvesse contradição entre a sua atitude naquela época e a de hoje. A leitura que V. Exª fez, Sr. Deputado Chagas Rodrigues, em nada justifica a posição que V. Exª defende. Mas isso eu deixo para um debate futuro entre V. Exª e o nobre Deputado Aliomar Baleeiro.

O Sr. Chagas Rodrigues – Permite V. Exª que eu prossiga?

O SR. AFONSO ARINO – Perfeitamente.

O Sr. Chagas Rodrigues – Aceito perfeitamente a fundamentação jurídica do discurso do nobre Deputado Vieira de Melo, e, se li esse trecho, foi para mostrar a V. Exª que aqueles que combatem essa fundamentação jurídica – e entre eles está, hoje, o nobre Deputado Aliomar Baleeiro – não guardam muita fidelidade com o pensamento até bem pouco tempo externado. *(Muito bem! Não apoiados. Palmas.)*

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, na noite de 10 para 11 de novembro romperam-se no Brasil as comportas da ilegalidade e pela brecha das ambições espumantes correu de roldão o poder constitucional. Deveríamos lembrar aqui aquela frase pressaga, aquela frase cheia de intenções e de conteúdo, pronunciada

por Nabuco quando dizia que fácil é abrir as comportas da ilegalidade mas é muito difícil canalisar o seu desbordamento.

O que hoje ocorre é exatamente uma tentativa frustrada, uma tentativa incoerente, uma tentativa sem sucesso da maioria de canalisar, dentro de precários raciocínios e de frágeis argumentos, aquele turbilhão, aquele roldão espumejante da ilegalidade que ela própria fez desbordar na insensatez da noite de 10 para 11 deste mês.

Não podemos aceitar, Sr. Presidente, sequer como base para discussão, aquela laboriosa, retorcida construção jurídica que aqui nos foi oferecida com todas as galas e louçanias da brilhante eloqüência do nobre líder da maioria. S. Exª não discutiu, no desenvolvimento de seu raciocínio, na apresentação da sua tese, na exposição dos seus motivos, aqueles pontos fundamentais que, a meu ver, mereciam discussão. Em um regime como o nosso, de poderes limitados e de competências definidas; em um regime como o nosso, de atribuições especificadas e de poderes independentes, o que é fundamental é que não se pode inovar nem atribuir a qualquer dos poderes políticos federais aquelas providências ou aquela jurisdição que não decorram implicitamente dos poderes expressos que a letra da Constituição lhes conferiu. E eu pergunto, Sr. Presidente: em que ponto, em que dobra, em que desvão, em que alfurja, em que segredo da Constituição Federal encontrou o nobre Deputado competência ao Congresso Nacional para, pondo de lado o instituto do impedimento do Presidente da República, instituto tradicional do Direito Público, pondo de lado esse instituto, subvertendo linha por linha, palavra por palavra, vírgula por vírgula, todas as normas contidas no texto da Constituição e no texto da lei ordinária que regula o funcionamento do *impeachment,* em que mistérios da Constituição encontrou S. Exª competência expressa ou implícita deste órgão do poder, para que, dizia eu, abandonando aquele mecanismo, aquele instrumento que a Constituição lhe outorga e lhe oferece como solução para situações que defrontamos, enveredar por ínvios e enigmáticos caminhos, encontrar inéditas e surpreendentes soluções, construir uma espécie de mágica, por meio da qual se descobre, se arquiteta, se monta e se oferece à história deste país uma solução completamente ignorada, completamente desconhecida da tradição jurídica das nossas instituições presidencialistas, a fim de resolver, Sr. Presidente, uma questão que encontrava guarida e solução nos termos expressos dessa mesma Constituição.

O Sr. Ponciano dos Santos – Peço um aparte a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Um momentinho. Concederei o aparte já.

O exemplo que o nobre Deputado indicou como valendo, como alimentando, como baseando a deliberação que aqui hoje querem S. Exªs, Senhores Deputados da maioria, tomar, prova demais, porque foi exatamente por meio de subversão dos princípios da Constituição argentina quando proclamou o impedimento do Presidente Ortiz, em virtude da moléstia de olhos que o tinha atingido gravemente, mas que não correspondia àquelas soluções legais, previstas no sistema constitucional da República irmã, foi justamente essa concessão anárquica, essa transigência com a pres-

são das paixões da hora que determinaram, por meio do afastamento do Presidente Ortiz, a séria crise de poder que fez com que se sucedessem na Casa Rosada aquela série de presidentes sem base popular e sem base moral, que desfecharam, enfim, na ditadura, e só agora, tantos anos passados, dissolvida a fogo e a sangue.

Portanto, a afirmativa de S. Exª, o exemplo de S. Exª, se prova alguma coisa, prova a insensatez desse procedimento e prova, Sr. Presidente a prudência, a coerência, o patriotismo, a sinceridade, a nobreza, do nosso apelo à própria Maioria, a fim de que, se convencida está, se certa está, se segura se acha da autonomia de suas deliberações – e é exatamente aquilo de que duvidamos, porque estamos muito desconfiados de que essas deliberações já estão sendo tomadas em virtude de compromissos extraparlamentares – se confia na autonomia das suas deliberações, tome, então, a indicação e o exemplo formulados pelo nobre Líder da Maioria como uma prova em contrário, como uma sugestão em contrário, como um conselho em contrário, porque dessa providência só saiu ruína, catástrofe, miséria, sangue para a República que o adotou.

Tem o aparte o nobre colega.

O Sr. Ponciano dos Santos – Eu apresentaria apenas uma questão que acredito de algum modo constituir toda a luta desta casa: a questão do pode e do deve. Ninguém duvida de que o Sr. Café Filho pode assumir a Presidência da República. Outra questão, e a mais importante, é se deve, neste momento, assumir a Presidência da República. Sabe V. Exª que a teoria dos fatos consumados, em todo mundo, tem a sua interpretação. Estamos diante de fatos consumados: um, a morte do Presidente da República, ocorrida a 24 de agosto; o outro, a atitude das forças militares que, vendo o regime em perigo, vieram e consumaram um fato. Logo, diante deste fato consumado, temos que tomar algum caminho. E qual será este caminho? São Tomaz de Aquino, no seu *Regime dos Príncipes* aponta o que Santo Agostinho já mostrava em *Cidade de Deus*, ou seja, quando há um fato consumado, o que se deve fazer é procurar a harmonia, a paz, a tranqüilidade do povo. Temos, então, de advir com a forma legal para dar a esse fato consumado uma forma legal e, assim, salvarmos a nação de maiores cataclismos. Acredito, portanto, que o Sr. Café Filho, que tem os oficiais da sua casa prisioneiros, está de algum modo incompatível com as forças militares. Este Presidente deveria retirar-se e um outro ser levado ao posto, a pedido do Exército, por esta casa, para lhe dar forma legal.

O SR. AFONSO ARINOS – Peço ao nobre Deputado que seja breve.

O Sr. Ponciano dos Santos – Acho que a solução neste momento, o que a nação e o congresso devem fazer, é permitir que o atual presidente continue até a posse do Presidente eleito pelo povo. *(Palmas e protestos.)*

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço o aparte do nobre Deputado.

O Sr. Aarão Steinbruch – Permita-me V. Exª um pequeno aparte. Foi declarado há bem pouco pelo Sr. Deputado Mário Martins, que teria a Rádio Nacional já

anunciado o resultado da votação nesta Casa. Quero dizer que laborou o nobre Deputado em equívoco, porquanto soube, agora mesmo, por um repórter da aludida Rádio Nacional, que tal fato não ocorreu.

O Sr. Herbert Levy – Permita V. Exª um aparte. Ouvimos palavras, palavras e mais palavras, para tentarmos mascarar uma realidade. É que a tese da maioria significa, nada mais nada menos, do que isto: quem tiver audácia e força que tome o poder, porque essa maioria se incumbirá de dar tinturas de legalidade a esse poder. Ora, nobre Deputado Afonso Arinos, não sou jurista, mas creio que isto de legalidade nada tem. Isto é a lei do mais forte, é a lei da *jungle*. É este precedente que a maioria pretende estabelecer hoje na História da nossa pátria, como um convite a quantas vocações caudilhescas andem por aí. Dêem o golpe e a maioria desta casa se incumbirá de legalizá-lo.

O Sr. Manoel Barbuda – O ilustre Deputado Herbert Levy não tem razão quando afirma que a maioria pretende apenas justificar o golpe de força, quando a verdade é que a maioria visa justificar, à luz da Constituição, o movimento que se destina exclusivamente a manter, a assegurar a posse daqueles que foram legalmente eleitos a 3 de outubro do corrente. Nada mais.

O SR. AFONSO ARINOS – Lamento que a posse daqueles legalmente eleitos só se possa obter com o sacrifício do exercício daqueles que também foram legalmente eleitos, como é o caso do Sr. Café Filho. Mas se nos formos perder neste debate, é perfeitamente escusado que eu continue na tribuna. De resto devo dizer a V. Exª que não tenho mais ânimo, não tenho mais fé, não tenho mais confiança e – por que não? – não tenho mais desejo de falar. Aqui vimos falando, vimos clamando, não no deserto, e é muito mais grave quando encontramos diante das nossas palavras o deserto povoado de insensibilidade, de incompreensão. Muito mais doloroso é falar frente a frente com companheiros, com amigos, com homens que consideramos realmente dotados das mesmas qualidades que nós, de patriotismo, de vigilância, de interesse pelo futuro do País, mas que tão divergentes se acham, que tão afastados se encontram, que tão distanciados se põem das nossas posições, das nossas concepções e previsões que é, realmente, como se falássemos num deserto dentro desta sala povoada; que é, realmente, como se escutássemos apenas a voz e o eco das catacumbas e dos cemitérios, dentro desta sala de vivos; é, finalmente, como se falássemos diante de mortos, quando nos dirigimos aos que aqui nos escutam.

O Sr. Manoel Barbuda – Permite-me V. Exª?

O SR. AFONSO ARINOS – Não permito mais apartes.

O Sr. Manoel Barbuda – V. Exª se esquece...

O SR. AFONSO ARINOS – Se V. Exª insiste em me apartear, fá-lo-á contra a minha vontade.

Peço à Presidência que me assegure a palavra. Tenho o direito de não dar mais apartes.

(O Sr. Presidente fazendo soar os tímpanos, reclama atenção.)

O SR. AFONSO ARINOS – Estou nesta tribuna, Sr. Presidente, como disse, sem fé, sem desejos, sem confiança, penetrado, compungido, devorado por uma profunda melancolia, por uma profunda tristeza, por uma profunda...

O Sr. Manoel Barbuda – Decepção.

O SR. AFONSO ARINOS – ... decepção. Deve V. Exª recolher esta palavra que acaba de lançar. Assim, usarei o resto do tempo que me foi concedido para ler o documento que ainda não foi lido e que é a nossa mensagem, nossa resposta, a contraposição das nossas idéias, das nossas convicções e dos nossos propósitos àquele documento que o nobre antecessor de V. Exª nessa cadeira teve a oportunidade de ler para conhecimento do plenário:

"A maioria da Câmara, com a resolução hoje apresentada, não fez mais do que ultimar, levando-o às últimas conseqüências, o golpe inconstitucional de destituição dos chefes legítimos do Poder Executivo.

As bases jurídicas da deliberação adotada na sessão de 11 do corrente, devidamente examinadas naquela oportunidade, são tão frágeis que não merecem a repetição de uma análise séria.

Vamos, apenas, recordar, para que fique constando, a nossa absoluta discordância e total repulsa à tese levantada da competância do Congresso Nacional para declarar o impedimento do ocupante legal da Presidência da República, com o desrespeito frontal e completo de todas as normas substantivas e adjetivas da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que regula o *impeachment* do chefe do Executivo.

Um instituto constitucional da gravidade do *impeachment*, cuja aplicação foi sempre tão cercada de cautelas, na prática dos países presidencialistas, viu-se de súbito, por uma deliberação fulminante, posto de lado, substituído por estratagema sem forma nem figura de direito, que fez tábua rasa de todas as normas legais atinentes à matéria, desde o Regimento da Câmara até a Constituição da República.

Abandonando, assim, por inútil, o debate dos aspectos jurídicos do problema, vamos nos ater à matéria de fato e às conseqüências políticas da resolução proposta pela maioria.

O texto da resolução considera já, implicitamente, impedido pela votação de 11 de novembro, o Presidente Café Filho. No entanto os fatos demonstram o contrário.

A moção que a Câmara debateu e aprovou no dia 11 do corrente considerava exclusivamente o impedimento do Sr. Carlos Luz.

É o que se depreende, insofismavelmente, do discurso do Deputado Gustavo Capanema, autor, como se sabe, da fórmula afinal adotada. Falta, pois, qualquer fundamento de fato à conclusão da proposta de hoje.

Finalmente, para terminarmos esta breve declaração – voluntariamente breve porque o escândalo da decisão será amplamente apreciado pelos historiadores futuros – desejamos mencionar o seu aspecto político.

Com a decisão de hoje, caso seja tomada, a maioria do Congresso Nacional assume a gravíssima responsabilidade de pactuar com um golpe de Estado, acobertando-o com a aparência de uma impossível legalização a *posteriori.*

Assim procedendo anula-se como órgão constitucional deliberante, coloca o poder civil à sombra da espada e macula de insanável ilegitimidade o governo que se instalar – se é que se vai instalar algum governo – a 31 de janeiro de 1956.

Palácio Tiradentes, 21 de novembro de 1955. – Milton Campos – Arruda Câmara – Raul Pilla – Octavio Mangabeira – Castilho Cabral – Coelho de Souza – Queiroz Filho – Nestor Duarte – Ostoja Roguski – Rafael Corrêa da Oliveira – Plínio Lemos – Vasco Filho – Antonio Carlos – Afonso Arinos – Prado Kelly – João Agripino – José Cândido Ferraz – Rondon Pacheco – Mário Martins – Corrêa da Costa – Segismundo Andrade – José Jatobá – José Fragelli – Emival Caiado – Luís Garcia – Guilherme Machado – Adauto Cardoso – Oscar Corrêa – Licurgo Leite – Newton Carneiro – Odilon Braga – Bilac Pinto – Alfredo Barreira – Dias Lins – Ernesto Saboia – Rui Santos – João Ursulo – Marcos Parente – José Bonifácio – Pio Guerra – Walter Franco – Ernani Sátiro – Raimundo Padilha – Aliomar Baleeiro – Saldanha Derzi – Dantas Júnior – Hugo Cabral – Wanderley Júnior – Seixas Dória – José Afonso – Rafael Cincurá – Cunha Bastos – Adail Barreto – Tenório Cavalcanti – Virgílio Távora – Hercílio Deek – Coury Fernandes – Luís Francisco – Júlio de Castro Pinto – Luís Viana."

Estas, Sr. Presidente, as palavras com que a minoria manifesta seu ponto de vista em relação à deliberação que aqui vai ser tomada, palavras estas que estão assinados pelos representantes de diversos partidos e que serão posteriormente reafirmadas e consolidadas com o voto contrário que daremos ao absurdo que aqui se vai praticar. *(Muito bem! Muito bem! Palmas.)*

Situação política interna, independência dos Poderes

12-12-1955

O SR. AFONSO ARINOS (Como Líder do Bloco Parlamentar da Oposição) – Sr. Presidente e Senhores Deputados, cumprindo determinação do meu partido, vou hoje expor aos nobres representantes as razões que nos levam a não aceitar a formulação jurídica proposta pelas informações encaminhadas pela Mesa desta Casa e da outra do Congresso Nacional, também aceitas em parecer do eminente Sr. Procura-

dor-Geral da República, como justificativa para a destituição sucessiva de dois chefes de Estado ocorrida no mês de novembro.

As instruções que recebi, Sr. Presidente, foram no sentido de apreciar, examinar e relatar a matéria em termos e em desenvolvimento puramente jurídicos. Nestas condições, tratando-se de dissertação predominantemente técnica; ainda, no justo empenho de poupar a meus nobres colegas o excessivo sacrifício de audição mais longa do que seria desejável, e, igualmente, para me enquadrar dentro do prazo estabelecido pelo Regimento, que é de uma hora, anuncio que, contra minha tradição e muito ao contrário de meu desejo, não poderei conceder apartes.

Com esta desculpa prévia, ficam meus nobres colegas advertidos das razões pelas quais sou levado à negativa, que, absolutamente, não é de meus hábitos e que, antes de a outros, a mim próprio contraria. *(Lê o seguinte discurso)*

Respondendo ao Supremo Tribunal Federal, as Mesas do Senado e da Câmara, agindo em conjunto, enviaram as informações solicitadas por esta alta corte a propósito do mandado de segurança impetrado pelo Sr. João Café Filho, contra o ato do Congresso que o declarou impedido para o exercício das funções de Presidente da República.

Começaremos por estranhar a atitude dos presidentes das duas casas que, sabendo as Mesas integradas por elementos da oposição, não os ouviram previamente sobre as informações a serem enviadas, nem mesmo para recolher a manifestação formal da sua divergência, como seria razoável dentro do critério, até hoje observado, da cortesia parlamentar. Preferiram os presidentes incumbir alguns ilustres representantes da maciça e confiante maioria, do preparo de um arrazoado faccioso e político, embora disfarçado sob torturado e tortuoso raciocínio jurídico, a que se deu o nome de informações, sem qualquer satisfação aos numerosos deputados e senadores da oposição, que não aceitam nem se conformam com as claudicantes justificativas que pretendem encobrir o ato de afrontosa violência praticado pela maioria ocasional de um poder, conta a livre existência de outro.

Também causa surpresa o tom polêmico e agressivo da pseudo-informação, cujas partes introdutória e final alvejam ácida e desabridamente não só o impetrante do mandado como grupos políticos e militares, referidos vagamente e acusados de intenções tenebrosas, também confusamente aludidas, das quais não se apresenta uma só prova. Ao mesmo tempo, o poder armado que estimulou, iniciou e apoiou os sucessivos golpes de Estado do mês de novembro, levando o país à situação de fato em que se acha, vê-se alvo dos mais despejados e coloridos encômios.

É que, se o poder do Direito é abstrato, o poder dos exércitos, como lembra o grande poeta inglês "é coisa visível, formal e circunscrita ao tempo e lugar"...

O golpe da "resolução legislativa"

O gravíssimo passo dado pela maioria do Congresso depondo o chefe do Executivo eleito pelo voto popular, em seguida à deposição do seu substituto eleito pe-

los membros da Câmara, executou-se por meio de uma simples "resolução legislativa", arma de fácil e fulminante manejo, inventada pela maioria, que a define como sendo um "ato de soberania, de cunho eminentemente político".

Apesar de solenes e belas estas palavras nada esclarecem, do ponto de vista jurídico, sobre o que seja o milagroso instrumento da "resolução legislativa" que destituiu dois presidentes da República em tempo menor do que o preciso para aprovação de muitos requerimentos. Impõe-se, portanto, um exame mais acurado dessa bela invenção, trazendo-a das alturas das frases eloqüentes à terra-a-terra do direito positivo.

Nas chamadas "resoluções" a tradição constitucional brasileira, como tantas vezes ocorre, vai entroncar no direito norte-americano.

Com efeito, o art. I, seção 7, item 3 da Constituição dos Estados Unidos dispõe que:

"Toda ordem, resolução ou voto para o qual seja necessária a concorrência do Senado e da Câmara dos Representantes, salvo para os casos de recesso, será apresentado ao Presidente dos Estados Unidos, que o deverá aprovar para que tenha efeito", etc.

Nas deliberações do Poder Legislativo americano sempre se aceitaram três gêneros: as leis *(bills)*, as resoluções *(resolutions)* e as ordens *(orders)*, por serem esses processos de deliberação material expressamente constitucional.

Pondo de parte as leis, que na prática e na doutrina de todos os países significam a mesma coisa, examinemos rapidamente o que são as "ordens" e mais demoradamente as "resoluções".

A prática parlamentar da Câmara dos Estados Unidos emana, como se sabe, de três fontes: em primeiro lugar da própria Constituição; em segundo do *Manual* de Tomás Jefferson, sempre reeditado e comentado; em terceiro das regras adotadas pela Câmara.

Na prática atual, as "ordens" são decisões referentes a questões de menor importância, e só quando exigem a aprovação do Senado devem ser submetidas ao Presidente.

Quanto às resoluções, são elas de três tipos: resoluções conjuntas, concorrentes e simples. As resoluções conjuntas únicas enviadas à aprovação do Presidente, são o instrumento de obtenção de propósitos subordinados à legislação existente ou de objetivos acidentais. Por exemplo, a correção de leis já enviadas à sanção, denúncia de tratados e outras providências no gênero.

As resoluções concorrentes são as que dizem respeito ao Congresso, mas não criam situações jurídicas fora dele. Por exemplo, as medidas de reunião ou recesso do Legislativo, emendas em projetos aprovados pelas duas casas etc. As resoluções simples são tomadas por cada casa sobre assunto interno, tal como a criação de comissões especiais de inquérito ou outras. (V. *Canno's Procedure*, ed. 1949, págs. 227-228; *Jefferson's Manual*, comentado por Lewis Deschler, ed. 1951, págs. 177-178:

Cf. Watson, *The Constitution of the United States*, 1910. pág. 379; Carlos M. Bidegain *El Congresso de EUA*, 1950, págs. 494-496.

Note-se que a observação de Deschler, segundo a qual, em certa época a resolução conjunta foi empregada para fins de legislação geral, mas o Congresso finalmente eliminou essa prática (pág. 178).

O preceito da Constituição americana teve, entre nós, eco na Constituição do Império, a qual dispunha: "art. 101: "O imperador exerce o Poder moderador..." § 3º sancionando os decretos e resoluções da Assembléia Geral para que tenham força de lei":

Notamos que o texto fala em "decretos" e "resoluções". Na terminologia da Constituição do Império, os decretos legislativos eram o que hoje chamamos projetos de lei, aprovados pelas duas Casas e antes de receberem a sanção. Com efeito, no art. 62, dizia a Constituição do Império: "Se qualquer das duas Câmaras, concluída a discussão, adotar inteiramente o projeto que a outra Câmara lhe enviou, o reduzirá a decreto, e depois de lido em sessão o dirigirá ao Imperador", etc.

Rodrigues de Sousa, no seu comentário à carta de 1824 escreve: "dando ou negando o Imperador sua sanção aos *Projeto de Lei* da Assembléia Geral... exerce uma função moderadora" etc. *(Análise e Comentário da Constituição Política do Império do Brasil".* 1870, vol. 2, pág. 128). Como se vê, o douto jurista já emprega a expressão "projeto de lei" para definir o que a Constituição chamava decreto.

As resoluções, referidas na carta imperial, significavam mais ou menos o mesmo que nos Estados Unidos. Eram assim chamados, antes da sanção do Imperador, os projetos referentes a alteração ou interpretação de leis anteriores ou a medidas pessoais. Portanto, legislação subordinada ou inferior, como nos Estados Unidos. (Ribas, *Direito Civil Brasileiro*, página 116).

Seguindo a tradição americana e imperial, a Constituição republicana de 1891 continha um capítulo, o quinto, com o título "Das leis e resoluções". Nesse capítulo se encontrava o art. 37, que dispunha, no § 4º: "A sanção e a promulgação efetuam-se por estas fórmulas:

1ª O Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei (ou resolução);

2ª O Congresso Nacional decreta e eu promulgo a seguinte lei (ou resolução)."

Comentando este inciso escreve Aurelino Leal: "Como se vê da nossa Constituição, a obra congressual comporta uma divisão bipartida, leis e resoluções, divisão que existia no Direito Constitucional do Império, e que, na República, mais parece uma cópia desavisada da Constituição americana" (*Teoria e Prática da Constituição Federal Brasileira* 1925, pág. 263).

Aristides Milton, em nota sucinta, confirma a importância secundária das resoluções, na Constituição de 1891. Diz ele: "As leis referem-se sempre aos assuntos de interesse geral, ou ordem pública: e as resoluções atendem a casos particulares, de natureza transitória" (*A Constituição do Brasil*, 1898, pág. 260).

João Barbalho, ao comentar o trecho em questão, reproduz os termos de um decreto do princípio da República, que distingue perfeitamente os conteúdos das leis

e resoluções. Segundo este decreto (nº 3.191 de 7-1-1899) as leis devem conter "normas gerais e disposições de natureza orgânica ou que tenham por fim criar direito novo" enquanto as resoluções consagram medidas de caráter administrativo ou político, de interesse individual ou transitório". (*Comentários*, 1902, págs. 148-149). Como se verifica é sempre a distinção baseada na importância secundária de resolução em face da lei. Convém não esquecer que, sempre seguindo a tradição americana e imperial, a resolução, pela Constituição de 1891, só tinha existência quando sancionada pelo Presidente.

A Constituição de 1934 manteve uma seção com o título "Das leis e resoluções", mas, curiosamente, nela não há uma única referência às resoluções, além do título. Ali se fala, unicamente, em leis (arts. 41-49). A Constituição de 1934 só menciona as resoluções oriundas dos Legislativos estaduais e referentes à incorporação ou desmembramento de estados (artigo 35 § 4).

Por isso mesmo, o Regimento da Câmara, ao tempo da Constituição de 1934, restringia o conceito de resolução à proposição sobre assunto da economia interna da Câmara (artigo 144).

Chegamos, finalmente, à Constituição de 1946, tão reverenciada em palavras e tão violentada em atos. Na lei magna mais ou menos vigente não se fala em resolução. O capítulo da elaboração legislativa é chamado simplesmente "Das leis" porque só a estas se refere (art. 67-72).

E nem as decisões das assembléias estaduais, referidas na Constituição de 1934, sobre a incorporação ou divisão dos estados, são mais denominadas resoluções. De acordo com a evolução do conceito de lei, e seguindo a opinião dos autores, as chamadas resoluções foram, e com razão, banidas do nosso Direito Constitucional.

Ficaram elas, como de justiça, confirmadas ao Direito Regimental, e consideradas medidas de âmbito interno das casas do Poder Legislativo. Por isso mesmo é que o Regimento Interno da Câmara especifica os assuntos suscetíveis de serem decididos por meio de resoluções. São eles: perda de mandato, licença para processo ou prisão, ou licença para desempenho de missão diplomática de deputado; criação de comissões especiais; conclusões de comissões de inquérito e assuntos de economia interna que não sejam simples atos administrativos.

Os erros têm a sua lógica inevitável, tanto quanto as verdades. Para conseguir uma solução cerebrina e artificiosa, como o "impedimento" juridicamente inexistente, teve a maioria de forjar um instrumento igualmente sem existência jurídica.

Batizou-o de "resolução legislativa", crismou-o de "ato de soberania de cunho eminentemente político", mas, na realidade, tal fórmula não encontra, como vimos, guarida na nossa Constituição. Não se inclui em nenhum dos processos mediante os quais pode o Congresso deliberar, no nosso regime de poderes definidos e enumerados. A forma da resolução é tão carente de existência jurídica quanto o conteúdo espúrio que lhe introduziram.

Mas foi servindo-se desta figura a princípio destinada a resolver questões secundárias e depois suprimida por inútil do nosso Direito Constitucional, que a maioria

do Congresso praticou a maior violência contra a Constituição jamais perpetrada em toda a tormentosa História da República.

Passemos ao conteúdo da chamada resolução, segundo foi ele exposto e justificado nas informações da maioria.

Questões políticas

O primeiro argumento, em que se apóia o especioso raciocínio das informações, diz respeito à proclamada incompetência do Judiciário para conhecer de questões essencialmente políticas.

Enumeraram as informações vários autores para confirmar estrondosamente o que ninguém nega, ou seja, que dentro do sistema do nosso Direito Público, de poderes independentes, não pode o Judiciário conhecer das questões de fundo político. Mas aqui cabe a famosa advertência de Catarina da Rússia a Diderot: "Ninguém nega o princípio geral, as dúvidas começam no exame dos pormenores".

E é o que se dá, no caso. Apresentado o axioma em tese, com ou sem luxuosa cópia de autores e julgados, ninguém pode contestá-lo. As dúvidas – mais que dúvidas, certezas negativas – se oferecem logo, porém, que examinemos os pormenores da aplicação da tese argüida aos fatos verificados.

As informações baseiam a inviolabilidade das decisões políticas do Legislativo na tradição do julgado da Suprema Corte americana, no caso Luther *versus* Borden. Este julgado é habitualmente referido pelos autores como um dos assuntos em que se baseia a jurisprudência no sentido de se negar competência para conhecer das questões políticas. Mas nem o julgado Luther v. Borden, nem a jurisprudência que nele se apóia tem relação com os fatos ocorridos no Brasil de 1955, como é fácil verificar.

O caso Luther v. Borden originou-se de agitada situação política que atravessou o Estado de Rhode Island em 1841-1842. No meio da rebelião reinante surgiu o problema de qual era o governo legal, se aquele que chegava ao poder de acordo com a rebelião triunfante e se baseava numa chamada "constituição popular", se aquele cujo governador, reconduzido pela intervenção federal autorizada pelo Presidente da República nos termos da Constituição, fora aceito pelo tribunal local. A Corte Suprema decidiu, então, que sendo a investidura política ato político e não judicial, não lhe competia entrar no mérito da controvérsia, mas, apenas, aceitar a decisão do poder político, no caso o Presidente, visto que o Congresso, mais indicado, não se pronunciou sobre o assunto. O julgado Luther v. Borden é de 1849, e a sua tese foi sempre a preferida pelos melhores juristas brasileiros da primeira República, quando se discutiam os casos de intervenção federal nos estados (Benjamim F. Wright *The Growth of American Constitutional Law*, 1942, págs. 58-59); Charles G. Fenwick, *Cases on American Constitutional Law*, 1952, págs. 625-627). Como se vê, a Corte não entrou no exame da questão política porque o poder político, que no caso era o Executivo, e não o Legislativo agira dentro da sua competência constitu-

cional (Constituição, art. IV, seção 4), ao garantir pela força armada, dentro de um Estado em rebelião, determinado governo.

Este aspecto, que é capital, da competência constitucional do órgão político para praticar o ato insuscetível de apreciação pelo Judiciário, aparece invariavelmente nos julgados que reconhecem a tese.

Por exemplo, em 1924, John Figus impetrou recurso do *mandamus* para compelir a Assembléia Legislativa do Estado de Illinois a estabelecer a distribuição dos distritos estaduais, para eleição de senadores, de acordo com a proporcionalidade demográfica, como determinava a Constituição do Estado. A Corte Suprema estadual, julgando o feito, dele não tomou conhecimento por ser questão essencialmente política. Mas por que era questão essencialmente política? O julgado o diz na seguinte passagem:

"Esta Corte, desde a sua organização até o presente... declinou reiteradamente intervir nos poderes garantidos pela Constituição ao Legislativo, e nunca se arrogou o direito de se sobrepor à discrição e competência do Legislativo de agir, dentro desses poderes. O dever de distribuir eleitoralmente o Estado é um dever especificamente legislativo, imposto pela Constituição unicamente ao Poder Legislativo, e ele é somente responsável perante o povo pelas falhas no cumprimento de tal dever" (Dood, *Cases on Constitutional Law*, 1150, pág. 78).

Outro exemplo. Em 1902 o Estado de Oregon emendou a sua Constituição, introduzindo a legislação direta pelo povo, através dos processos de iniciativa e *referendum*. Pela iniciativa popular o Estado adotou em 1906 uma lei, criando taxas sobre os serviços telefônicos. A companhia que explorava o serviço argüiu a inconstitucionalidade da legislação direta, sob pretexto que ela infringia o artigo IV da Constituição Federal que obriga os Estados a manterem um governo republicano.

Apreciando o feito, a Suprema Corte dele não tomou conhecimento por ser questão política. Mas era questão política, como diz o acórdão, porque "dizia respeito a poderes conferidos pela Constituição ao Congresso e não às finalidades do Judiciário". Sempre a competência constitucional do poder político. (Maurer. *Cases on Constitutional Law*, 1941, pág. 128.)

Outro julgado clássico é o do caso de Kelley contra o Estado de Novo México. Nele, a Corte estadual repete: "A Constituição dos Estados Unidos e as de cada Estado da União criaram três poderes de governo iguais nas suas esferas de ação e independentes. Certos deveres de governo são atribuídos a cada um desses poderes, os quais são autorizados a exercê-los dentro dos limites constitucionais, sem qualquer interferência dos outros... A Constituição conferiu a cada qual certos poderes extensos, e prescreveu a forma pela qual tais poderes devem ser exercidos. (Dodd *Cases and Materials on Constitutional Law*, 1954, páginas 102-103).

Se esta é a orientação invariável da jurisprudência, não menos determinante e clara é a opinião da doutrina que interpreta sempre o ato político circunscrito ao quadro das competências constitucionais. A melhor exposição doutrinária deste ponto

é feita pelo ilustre Willoughby um dos tratadistas clássicos de maior renome. Escreve ele:

"Sempre se considerou neste tratado o seu conhecido e bem estabelecido princípio de que os tribunais não podem julgar a ação política legislativa ou executiva. Assim, quando poderes discricionários são garantidos pela Constituição ou pela lei, a maneira pela qual esses poderes são exercidos não fica sujeita a revisão judicial. As cortes, portanto, limitam-se à questão da existência e extensão desses poderes. Diferentemente do Judiciário, o Legislativo e o Executivo são chamados poderes políticos do governo porque, em muitos casos, a sua ação é determinada por causas de ordem pública, ou política. Essas considerações de ordem pública ou política, entretanto, não permitem ao Legislativo violar disposições constitucionais, nem ao Executivo exercer autoridade que não lhe seja assegurada pela Constituição ou pela lei". (*Constitutional Law of the United States*, 1910, volume II, pág. 999).

O que as informações não provam, nem seria possível provar é que dentro da Constituição o Congresso tivesse competência para praticar os atos que praticou. Voltaremos a este assunto quando discutirmos a tese dos poderes implícitos, tal como é apresentada nas informações.

Faltando o primeiro requisito da competência do órgão político para praticar o ato, falhou também o segundo requisito, que é o de não ferir o ato o direito individual garantido pela Constituição. Senão vejamos. A maior lição que se conhece sobre este assunto ainda é a de Rui Barbosa, maior do que a de qualquer dos juristas norte-americanos que com a mesma questão se ocuparam.

No seu estudo monumental sobre *Os atos inconstitucionais do Congresso e do Executivo ante a Justiça Federal* (Rio, 1893) o grande jurista baiano, tão citado quão esquecido pelos constitucionalistas contemporâneos, escreve períodos que se diria redigidos para hoje. Embora com o risco de constranger algum olvidado patrício ou algum desatento discípulo somos forçados a transcrever períodos de impressionante aplicação aos fatos de ontem, tirados à obra que visava fulminar as violências da ditadura militar de Floriano.

Medidas inconstitucionais do Marechal tinham sido referendadas por moção do Congresso, tal como hoje medidas inconstitucionais de generais são mantidas por simples resolução, que são declaradas "ato de soberania e de cunho eminentemente político".

Então escrevia Rui, o grande esquecido:

"A nossa política de fraseologia, nossa ausência de educação jurídica levam-nos a confundir a nação com as assembléias representativas e usar indiferentemente a palavra soberania quando nos referimos ao povo, ou quando nos referimos ao corpo legislativo... (pág. 27). É a essa doutrina fatal de onipotência das assembléias, doutrina anacrônica e contrária ao nosso direito escrito que se aferra o nobre Procurador da República avocando, para o Congresso, o direito de anular, por meio não só de leis, como de simples moções, isto é, por acenos de seu poder, sem ao menos a forma do processo legislativo, os direitos constitucionais do indivíduo... (pág. 28).

O Ministério Público dispensa às maiorias, para revogarem a Constituição, condições que essa preestabeleceu até para a votação das leis triviais" (pág. 29).

E mais adiante, justamente a propósito das questões políticas, escreve Rui, o incômodo olvidado:

"A linha diretriz não me parece difícil de traçar. De um lado estão os grandes poderes do Estado, com as suas atribuições determinadas em textos formais. Do outro, os direitos dos indivíduos, com as suas garantias expressas em disposições taxativas. Em meio a uma e outra parte, a Constituição interpretada pela Justiça para evitar entre os direitos e os poderes as colisões possíveis. Quando portanto, o poder exercido não cabe no texto invocado, quando o interesse ferido por esse poder se apóia num direito prescrito, a oportunidade de intervenção judiciária é incontestável (pág. 126-127)."

Depois de uma torrente de julgados em abono de sua tese, conclui Rui Barbosa:

"Atos políticos do Congresso ou do Executivo, na acepção em que esse qualificativo traduz exceção à competência da Justiça consideram-se aqueles a respeito dos quais a lei confiou a matéria à discrição prudencial do poder, e o exercício dela não lesa direitos constitucionais do indivíduo. Em prejuízo destes o Direito Constitucional não garante arbítrio a nenhum dos poderes... Numa palavra: a violação das garantias individuais, perpetrada à sombra de funções políticas, não é imune à ação dos tribunais. A estes compete sempre verificar se a atribuição política, invocada pelo excepcionante, abrange em seus limites a faculdade exercida" (pág. 144).

Foi seguindo esta lição que o constituinte de 1946 incluiu a seguinte garantia, no capítulo dos Direitos e Garantias individuais:

"A Lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual."

E foi também seguindo a lição do grande mestre que Pontes de Miranda escreveu, a propósito da Constituição de 1946.

"O problema técnico de aviventar os marcos entre o domínio judiciário e o dos outros poderes Executivo e Legislativo é árduo... É preciso pô-lo em terreno decisivo e nítido, exercer o Poder Judiciário toda a sua competência, quer dizer não deixar... de apurar e julgar até onde os princípios da estrutura americano-brasileira lhe permitem que aprecie e julgue... Não ir além, porém, não se abster de ir até onde pode e, pois, deve. A mesma circunspecção ocuparia função de outro poder, ou depende, torna-se mal quando induz à abstinência, à renúncia, à cômoda inércia e à pusilanimidade, que é crime... (*Comentários*, vol. II, pág 171).

Aí temos, reduzida a nada, à simples fraseologia de que falava Rui Barbosa, a tese do ato político. Faltaram à decisão da maioria do Congresso os dois requisitos essenciais, competência constitucional para praticar o ato e a ausência de lesão a direito individual.

Em nenhuma cláusula da Constituição se atribue ao Congresso inventar expedientes que infringem artigos expressos da Constituição sobre o funcionamento e a existência legal do Poder Executivo. E o direito individual violado dos presidentes

depostos é garantido pela norma expressa do art. 141, § 4. A tese de que tal direito não se apresenta sob forma patrimonial é irrisória, e nem parece digna, pela sua chocante mesquinharia do grave aspecto histórico da questão e da brilhante inteligência dos relatores da informação. Apenas para não deixá-la sem resposta, apesar da sua flagrante inconsistência, lembremos que não se pode distinguir onde a Constituição não distingue, e que o preceito referente à apreciação, pelo Judiciário, dos atos que ferem direitos individuais não limita o âmbito de tal apreciação aos direitos patrimoniais. Muito ao contrário, o preceito se insere no capítulo dos direitos políticos e respectivas garantias.

Os poderes implícitos

Sentindo, como era inevitável, que o Congresso não tinha competência constitucional para assumir as responsabilidades que assumiu, legalizando o golpe de Estado, as informações procuram extrair essa inexistente competência da teoria dos poderes implícitos do Congresso. Mas, ainda aqui, as doutrinas invocadas não se ampliam aos fatos apresentados.

São, sem dúvida, noções elementares, noções de estudante de segundo ano, as que aqui vamos rememorar. Mas a errônea colocação do problema, que não foi devida, estamos certos, à ignorância dos ilustres juristas da maioria, porém somente à carência de argumentos, nos força a vir relembrar coisas sabidas.

O sistema de governo, federal-presidencialista, com Constituição rígida, é o de poderes limitados e enumerados. Esta descrição e enumeração não comporta, porém, a previsão de todos eles, a incessante flutuação das tarefas de governo.

Daí surgiu, desde os primeiros dias da união norte-americana, a necessidade de uma interpretação constitucional que desse ao art. 1º, seção VII, nº 18 da Constituição a possibilidade de permitir ao Congresso o poder de fazer todas as leis que se tornem úteis ou necessárias ao exercício das suas próprias atribuições.

Foi o ilustre Hamilton quem, desde logo, viu o alcance desse preceito e construiu a teoria já por ele chamada dos "poderes implícitos" *(implied powers)* a qual, nas suas palavras, era a de que "todo o poder investido no governo é, por natureza, soberano e inclui, pela força do termo, o direito de empregar todos os meios necessários e aplicáveis ao atingimento dos fins respectivos e que não sejam vedados pelas restrições e exceções especificadas na Constituição" (Andrew Mc Laughlin *A Constitutional History of the United States,* 1935, pàg. 232). Como se vê, já na primeira formulação, a teoria dos poderes implícitos do Congresso subordinava o seu exercício às limitações constitucionais.

A doutrina de Hamilton foi em breve tempo aplicada pela Corte Suprema, através da mundialmente famosa sentença do Juiz Marshall. Este caso completou, para todo o futuro dos Estados Unidos, a teoria dos poderes implícitos, dando-lhe o sentido de expansão progressiva dos poderes federais em face da quase soberania

dos estados e possibilitando a criação deste colosso histórico que são os Estados Unidos da América.

Assim, a forma dos poderes implícitos ficou sendo o respeito às competências constitucionais e o seu conteúdo a ampliação da influência do direito federal sobre os estados-membros.

Todos os autores clássicos, bem como os juízes americanos, não fizeram mais do que ajuntar pedras a essa construção, sem nunca desfigurar-lhe a fisionomia.

O velho Story escreve:

"Esta cláusula não alarga o círculo de um poder expressamente conferido, ela nem mesmo é um outro poder... Mas se o poder não foi expressamente conferido pela Constituição, deve-se procurar saber se ele é conseqüência de um poder expresso"... (*Commentaire sur la Constitution des Etats Unis* tr. fr. 1845, vol. II, pág. 136).

Mais recentemente Willoughby acentua:

"A Suprema Corte desde o início declarou que os poderes garantidos implicitamente ao governo como necessários e úteis ao exercício dos poderes expressos, devem ser interpretados liberalmente" (op. cit. página 58).

Os modernos autores não discrepam. Um dos mais autorizados de entre eles, Carl Brent Swisher, partidário decidido do progresso social na legislação e da limitação da interferência do Judiciário, escreve a propósito dos poderes implícitos:

"Em tais circunstâncias torna-se possível ao Legislativo e ao Executivo exercitar os poderes conferidos pela Constituição de acordo com a vontade do povo expressa nas eleições ou por outras formas de manifestação de opinião" (*The Growth of Constitutional Power*, 1946, página 126). Sempre o cuidado de salvaguardar o exercício dos poderes, de acordo com a Constituição.

Em resumo, e para terminar este aspecto da exposição, devemos acentuar:

1º) Os poderes implícitos do Congresso sempre foram entendidos como processo de aplicação liberal dos poderes expressos. Nunca serviram para justificar a criação de novos poderes, nem para invadir as atribuições que a Constituição implicitamente confere ao Executivo e ao Judiciário.

2º) Os poderes implícitos se afirmaram sempre no sentido do alargamento das prerrogativas da União Federal em face da autonomia dos Estados e nunca tiveram o escopo de diminuir a atuação ou a independência de outro poder federal.

3º) Os poderes implícitos foram sendo alargados no curso do tempo, pela evolução da jurisprudência dos tribunais. Foram as cortes de Justiça que compreenderam a importância dos novos aspectos econômicos e sociais do governo e, em conseqüência, alteraram gradativamente a antiga jurisprudência restritiva da função legislativa federal, passando a reconhecer cada vez maior competência ao Congresso, em matéria social e econômica. Nunca os poderes implícitos foram entendidos como infringentes da independência do Judiciário.

Sobre este último aspecto, veja-se a evolução marcada pelos dois livros *Le Gouvernement des Juges* de Edouard Lambert (1921) e *La Cour Suprême et le New Deal*, de Roger Pinto (1928).

A resistência tenaz que a Corte Suprema oferecia, no fim do século passado e nos primeiros lustros do atual, ao progresso da legislação social do Congresso, resistência que é o tema tratado no livro de Lambert, vai cedendo com a mudança de jurisprudência devida à influência de grandes juízes, como Holmes, Brandeis, Cardozo e outros. A evolução da Suprema Corte forma exatamente o assunto do livro de Roger Pinto, sendo de se notar que esta evolução prossegue ainda, principalmente na apreciação do doloroso fenômeno da discriminação racial. No ano passado encontrava-me nos Estados Unidos, e pude apreciar a profunda repercussão do ato da Suprema Corte, vedando a segregação dos negros nas escolas públicas de todos os estados.

Mas o importante é consignar que nunca se pretendeu que a teoria dos poderes implícitos limitasse a competência constitucional do Poder Judiciário, ampliando, além dos seus limites, a do Legislativo. Ao contrário, os tribunais é que foram ampliando, em interpretações sucessivas, o âmbito do Legislativo.

E foi exatamente por isso que o Supremo Tribunal entre nós, no caso da publicação do inquérito do Banco do Brasil, reservou seu direito de apreciar a legalidade do procedimento legislativo, tanto em face da teoria do ato político quanto tendo em vista a dos poderes implícitos.

A questão do impedimento

Todos esses complicados andaimes jurídicos das informações visam apenas auxiliar a verdadeira construção ali tentada, que é a de um novo conceito de impedimento presidencial. Porém a construção não tem mais solidez do que os andaimes. Esboroa-se, com eles, ao primeiro abalo.

Comecemos por observar a inadaptação de alguns exemplos em que se baseiam as informações, ao caso concreto brasileiro. De fato, os juristas da maioria lançam mão de precedentes extraídos às constituições parlamentaristas da Alemanha e da Itália, sem atentar na profunda diferença que separa as funções de chefe do Estado nos dois regimes, e, conseqüentemente, na impossibilidade de se estabelecer, em muitos casos, limites entre situações distintas.

Esta distinção entre as funções é salientada por um dos juristas italianos citados na informação, o professor Balladore Pallieri, nos seguintes têrmos:

"O nosso sistema se diferencia daquele de algumas repúblicas estrangeiras, como os Estados Unidos, aonde o chefe de Estado dirige pessoal e diretamente o governo, e tem o efetivo exercício do Poder Executivo sendo, além de chefe de Estado, chefe do governo". (*"Diritto Costituzionale"*, 1950, p. 145).

Esta diferença profunda traz conseqüências que são do conhecimento elementar de qualquer aluno de Direito Constitucional. No regime parlamentar a força de

equilíbrio entre os poderes concentra-se preferentemente no Parlamento, ao passo que no presidencial aquela força se abriga no Judiciário.

De forma que, nos casos duvidosos ou omissos, aqueles para os quais a Constituição não previu expressamente solução, o Legislativo é habitualmente chamado a resolver, no parlamentarismo enquanto que ao Judiciário cabe este papel, no sistema presidencial.

Pode-se assegurar que toda a evolução do presidencialismo, o seu verdadeiro mérito, o segredo do seu êxito no único país onde ele funciona de fato, que são os Estados Unidos, é esta competência judiciária para interpretar as dubiedades constitucionais e preencher as omissões da lei magna.

Por isso é que a tendência dos autores alemães e italianos, escrevendo em países parlamentaristas, é no sentido de se atribuir ao Legislativo a decisão, no caso de impedimento do chefe do Estado, caso em que as constituições da Alemanha e da Itália são omissas, como a dos Estados Unidos e a nossa.

Nos países parlamentares, sendo diminuta a influência política do chefe do Estado, os problemas referentes ao exercício dessa função só muito excepcionalmente suscitarão as paixões partidárias. A substituição dos governos se faz pelo jogo normal da aquisição ou perda da maioria parlamentar. Já no regime presidencial a dominadora influência do Presidente exige que o seu posto seja colocado ao abrigo das paixões políticas e dos interesses partidários representados no Congresso. Daí, exatamente, o caráter formalmente judicial que se deu à destituição política do Presidente, através do processo do *impeachment*.

Portanto, o obscuro caso do impedimento presidencial, suscetível de provocar crises e golpes como os que atravessamos em novembro, não pode ter outra solução senão a judiciária no sistema presidencial. Sendo judicial, na sua forma, o processo do *impeachment*, como se admitir seja legislativo o processo de impedimento, se a Constituição nada dispõe a respeito, e deve ser interpretada de acordo com o espírito do regime? No parlamentarismo quem elege o Presidente é o Parlamento. Esta é outra razão fundamental para que seja o parlamento quem decida dos impedimentos involuntários (Teodosio Marchi "Il Capo dello Stato" in *Commentario Sistematico*, volume II, pág. 113).

Não esqueçamos, também, que Pallieri, ao opinar pela competência do Parlamento para declarar o impedimento temporário do Presidente (art. 86 da Constituição italiana) diz que esta declaração deve ser feita com o mesmo processo previsto no art. 90, isto é, no artigo que trata da acusação ao Presidente por traição ou atentado à Constituição, que são nos países parlamentaristas aquilo que corresponde ao *impeachment* entre nós (op. cit. pág. 151). Portanto, se as informações seguem a opinião de Pallieri, deveriam segui-la até o fim, adotando para a "resolução do impedimento" não a forma fulminante que foi adotada, mas a da lei do *impeachment*, com todas as suas garantias. Mas a violência é sempre incoerente, inclusive consigo mesma.

Devemos portanto discutir o problema não apelando para o Direito Constitucional parlamentar, mas para o presidencial. Neste propósito vamos examinar os

argumentos da informação, em conjunto com os do honrado Procurador Geral da República, constantes do parecer oferecido ao processo do *habeas corpus* para o Presidente Café Filho, parecer publicado no *Jornal do Comércio*, de 8 de dezembro.

O ilustre Sr. Plínio Travassos opina de acordo com as informações, mas, *data venia*, o seu parecer não esposa a tese juridicamente exata, sendo de se notar que os autores citados por ele não lhe abonam totalmente as conclusões.

Ambos, parecer e informações, concluem pela competência do Congresso em decidir, sozinho, sobre o impedimento involuntário e temporário do Presidente, fundados na tradição do direito americano. Vejamos em que termos se manifesta esta tradição, inclusive em autores citados pelos dois trabalhos.

Comecemos por um clássico, Tucker, referido pelo Sr. Procurador da República em segunda mão, através a obra do argentino Gonzalez Calderón. Se tivesse ido ao original, veria o Senhor Procurador que Tucker estabelece uma distinção entre os termos constitucionais *disability* e *inability*, destinando-se o primeiro a fixar o impedimento permanente – como nos casos de renúncia ou morte – e o segundo o impedimento temporário. Referindo-se à *inability*, ou seja, a impedimento temporário, diz que "ele deve ser pronunciado (adjudicated) por um tribunal dos Estados Unidos, como caso de natureza constitucional, e desta forma, pode o Presidente ser removido e o Vice-Presidente sucedê-lo no ofício". (*The Constitution of the United States*, 1899 vol. II, pág. 713).

O parecer do Procurador-Geral também se apóia em um trecho de Watson, traduzido por Calderón. Vejamos o que consta do original. Para o ilustre constitucionalista americano, a situação de impedimento temporário não ficou resolvida na Constituição. Aliás é o que todos reconhecem e o que também se dá na Constituição brasileira. Watson sugere duas soluções sobre a declaração do impedimento temporário, em caso de doença do Presidente. A primeira seria uma resolução do Congresso, propondo o exame do Presidente "por comissão de técnicos competentes", que resolveria do seu impedimento. Esta solução seria impossível, no Brasil, por dois motivos: porque, como já provamos, não existe a figura da resolução no nosso direito atual, e porque, no caso concreto, os técnicos competentes (no caso os médicos consultados) já deram sua opinião e esta foi contrária ao impedimento.

A segunda solução, para Watson, é a que preconizamos: o conhecimento judicial da matéria. Watson prova que esta solução tem precedentes nos Estados Unidos. No Estado de New Hampshire a Corte Suprema, julgando o impedimento do Governador, entre outras coisas declarou expressamente: "A existência de vacância executiva é uma questão de lei e de fato, subordinada à jurisdição judicial" (*The Constitution of the United States*, 1910, vol. I, pgs. 894, 895).

Não difere a opinião de Willoughby. Este, depois de acentuar, como todos, a omissão constitucional e as dificuldades que acarreta, declara que o Vice-Presidente pode assumir o governo em caso de incapacidade física do Presidente, mediante aprovação do Ministério e do Congresso. Mas não se esquece de acrescentar, logo em seguida:

"Em última instância a Suprema Corte dos Estados Unidos pode ser chamada a determinar se, de fato, existia impedimento do Presidente que pudesse constitucionalmente justificar o exercício dos poderes presidenciais pelo Vice-Presidente". (*The Principles of the Constitutional Law of the United States*, 2ª ed., § 643).

O parecer do ilustre Procurador-Geral referiu o trecho de Willoughby, mas esqueceu-se de completá-lo com o tópico final que acabamos de transcrever.

Outro autor americano, este citado nas informações, é William Bennet Munro. As informações declaram que Munro aceita a resolução do Congresso, como fórmula para o impedimento. Agora vamos ao trecho, colhido no original. Diz Munro:

"A quem pertence a função de declarar que o Presidente, por motivo de moléstia física ou mental, não se acha em condições de desempenhar os poderes e deveres do seu ofício? Nem a Constituição nem a lei respondem a esta consulta. Presumivelmente competiria ao Vice-Presidente (cumprindo uma resolução conjunta do Congresso) expedir uma proclamação, referendada pelo Secretário de Estado, anunciando que, pela razão do impedimento do Presidente para exercer os deveres do seu cargo, este seria entregue ao Vice-Presidente. Então, no caso do impedimento ser questionado, o Judiciário decidiria" (*The Government of the United States*, 5ª ed., pág. 168).

O Sr. Aliomar Baleeiro – V. Exª permite?

O SR. AFONSO ARINOS – Lamento ter de declarar ao nobre colega que, antecipadamente, manifestei meu desejo de não ser aparteado.

Como se vê todos os intérpretes da Constituição americana, fonte e modelo da nossa, opinam, como não poderia deixar de ser, pela competência do Judiciário na apreciação e decisão final da matéria, ajustando a lei aos fatos.

Quanto à prática, basta-nos lembrar que nunca o impedimento foi aplicado nos Estados Unidos, pelo Congresso, como arma política, por motivo de incapacidade física do Presidente. Isto apesar dos presidentes Garfield e Mc Kinley ambos assassinados, terem ficado inábeis para o exercício das funções entre o atentado e a morte; apesar de Wilson ter levado todo o fim do seu governo em estado de semi-invalidez e apesar de Eisenhower, ferido por cise cardíaca, ter tido necessidade de abandonar as funções.

Entre nós, em face de um laudo médico explícito e de declarações peremptórias do Presidente, de que não se considerava impedido, a maioria política do Congresso estendeu a ele a medida violentamente tomada contra o seu substituto legal, e, juntamente com o ilustre Procurador-Geral, contra a tradição e o espírito do nosso direito, pretendem negar ao Supremo Tribunal até competência para intervir no assunto.

A decisão da maioria do nosso Congresso, tomada com lesão visível do direito individual, pode e deve ser revista pelo Judiciário.

É a aplicação do clássico princípio do *due process of law*, proclamado há quase um século pela emenda XIV à Constituição americana e transformado no art.

141, § 4º, da nossa Lei Magna. São inumeráveis as dissertações da doutrina e da jurisprudência americanas sobre o assunto.

Para ficarmos em casa, vamos nos servir, entretanto, das palavras de um brilhante jurista brasileiro, o ilustre professor San'Tiago Dantas, nosso prezado amigo e preclaro colega na Faculdade Nacional de Direito, palavras que se aplicam como uma luva para fulminar as informações da Câmara e o parecer do Dr. Procurador-Geral. Diz aquele notável mestre patrício:

"Cabe, sem dúvida, ao Direito Constitucional anglo-americano o mérito de haver traçado uma linha divisória, ao mesmo tempo nítida e elástica, entre os atos legislativos que vinculam a todos e aqueles em que, mau grado a elaboração do poder competente, não existem senão atos de arbítrio, que os tribunais repelem por inconstitucionais... Devemos entender dessas palavra que toda lei restritiva de direitos desde que passe pelos trâmites legais e assim se faça lei, no sentido formal da palavra, vincula os cidadãos e os tribunais? É o que não poderíamos admitir sem oferecer ao Estado a tirania do Legislativo, o qual passaria a tolher em casos particulares, a seu arbítrio, o direito dos cidadãos. Daí a doutrina constitucional se recusar a ver nos atos de puro arbítrio, *due process of law*, ("Parecer" in *Revista Forense*, vol. 113, pág. 335).

Cremos que essas exatas observações condensam, na doutrina brasileira, o essencial da tradição americana, tão inexatamente invocada tanto nas informações da Câmara quanto no parecer do ilustre Dr. Procurador-Geral.

Conclusão

Já é tempo de finalizarmos este longo discurso. Vimos como são frágeis as bases jurídicas invocadas para justificar os injustificáveis golpes de Estado de novembro, que culminaram no estado de sítio.

O processo utilizado, de resolução do Congresso, é inidôneo, pois não existe no nosso Direito Constitucional.

O ato, por ser político, não impede que seja anulável pelo Judiciário, de acordo com a tradição dos direitos americano e brasileiro, e com a letra expressa da Constituição de 1946.

Os invocados poderes implícitos do Congresso não o autorizariam a exceder a sua competência, golpeando a Constituição, e tampouco invalidam o poder de apreciação do Judiciário.

O impedimento presidencial nunca recebeu a interpretação nem a prática adotadas pela maioria do Congresso brasileiro, e também não é imune à apreciação do Judiciário.

Esta é a verdade jurídica, declarada honestamente, à vista dos fatos no tocante às declarações de impedimento aceitas pela maioria do Congresso.

No regime de franca ilegalidade, em que estamos vivendo, gerado por um golpe armado, desfechado de surpresa, na calada da noite, não temos grandes ilusões sobre a possibilidade do direito prevalecer sobre a força.

Mas a opinião e o protesto da oposição ficarão resguardados nas páginas duradouras dos *Anais* desta casa.

A História fará o julgamento dos homens destes tristes dias, e verá que nem todos se deixaram dominar pela paixão, pela cobiça ou pelo temor.

Senhor Presidente, antes de concluir este discurso, agradeço a V. Exª e ao seu eminente antecessor nessa cadeira, o nobre Deputado Flores da Cunha, a gentileza de me haverem concedido a palavra no momento em que a solicitei.

Para terminar, aproveitando o último minuto que me resta, desejo, desfazendo explorações e informações falaciosas e infundadas que têm vindo à luz nos últimos dias em vários estados, declarar que, seguramente informado, posso dizer que o Sr. Presidente João Café Filho não está de forma alguma cogitando de renunciar ao seu mandato, quaisquer que sejam as circunstâncias que cerquem a manifestação do Poder Judiciário de amanhã. Ao contrário, Sua Excelência está disposto a defendê-lo enquanto lhe sobrar razão, valimento e base legal para isso.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem! Muito bem! Palmas.)*

Estende a legislação trabalhista ao trabalhador rural

16-8-1956

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, ao início da Ordem do Dia de hoje, tive oportunidade de comunicar a V. Exª que havia deixado sobre a mesa uma emenda substitutiva, por mim elaborada, ao projeto ora em discussão.

Com efeito, concedida a urgência a este projeto, urgência que apoiamos, porque não negamos nunca o apoio da nossa bancada ao debate e à deliberação daqueles assuntos que mais de perto dizem com o interesse nacional, urgência que apoiamos, embora não tivéssemos participado dos entendimentos havidos entre os partidos que compõem a Maioria desta Casa no sentido da sua concessão, concedida essa urgência, dizia, constituiu-se dentro da União Democrática Nacional, por deliberação de seu Diretório, uma Comissão Especial, na qual me integrei, que foi incumbida de analisar o projeto em tramitação urgente.

Esta Comissão conferiu-me o encargo de ser o seu relator, e foi nesta qualidade, Sr. Presidente, que tive oportunidade de apresentar a emenda substitutiva a que fiz menção no início deste discurso.

O Sr. Segadas Viana – V. Exª me permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Segadas Viana – Era meu desejo, quando tomei conhecimento do substitutivo a ser apreciado por esta casa, apresentar também uma emenda substitutiva. Vi surgir, entretanto, desde logo, a emenda substitutiva de V. Exª. Acho que o trabalho de V. Exª é realmente extraordinário, dentro da carência de tempo que teve. Elaborando uma emenda substitutiva que encaminhei à Mesa, quero, por dever de justiça e de honestidade, ressaltar que grande parte do meu trabalho se alicerçou ao esplêndido estudo de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, antecipou-se o nobre Deputado Segadas Viana, com sua habitual generosidade – ampliando evidentemente em elogios imerecidos ao meu trabalho –, à declaração que aqui desejava formular.

O Sr. Segadas Viana – Elogios muito justos.

O SR. AFONSO ARINOS – A declaração era precisamente esta: como autor do substitutivo udenista tampouco trouxe eu a preocupação de fazer desse trabalho uma iniciativa particular do meu partido, que, conforme salientou S. Exª, antes de colocá-lo em mesa, tive o cuidado de distribuí-lo pelos líderes e alguns componentes das diversas bancadas desta casa. Foi assim que o entreguei a vários Srs. Deputados, representantes dos diversos partidos, inclusive S. Exª, que acaba de referir-se ao meu trabalho com tão honrosas considerações.

Mas, Sr. Presidente, desejo fixar, desde logo, um aspecto processual, que me parece deva ser assentado.

Não estamos mais discutindo aqui um substitutivo que tenha vindo das comissões técnicas, mas já estamos debatendo e votando um projeto em segunda discussão, isto é, aquele substitutivo oferecido à mensagem do ex-Presidente Getúlio Vargas, e que foi elaborado pela Comissão de Legislação Social e aprovado pelo plenário em primeira discussão. Assim sendo, deixou de ser substitutivo, de acordo com o Regimento, para tornar-se um projeto, com todas as características desta proposição. É, portanto, este projeto que estamos votando, ao qual, também, dentro do espírito e da letra do Regimento, ofereci o meu substitutivo.

Sr. Presidente, o assunto de que trata o projeto, ao qual ofereci emenda substitutiva, é da maior relevância. As relações de trabalho do trabalhador rural no nosso país não são matéria que possa ser considerada privilégio de qualquer facção política, tampouco assunto que possa ser circunscrito às acusações recíprocas de demagogia patronal ou de demagogia trabalhista, porque esta matéria diz respeito a interesses conjuntos da economia nacional, interesses que se distribuem equitativamente tanto na classe patronal dos proprietários e empregadores quanto na classe trabalhadora dos operários, dos colonos, dos parceiros e dos demais que labutam na vida camponesa.

Não é, assim, Sr. Presidente, uma rinha de lutas. Não é, assim, um circo de exibições, em que possamos vir debater atitudes e posições particularistas de representantes desta ou daquela classe da nossa população.

É, ao contrário, assunto que exige atenção, colaboração, empenho, desprendimento e esforço de todas as correntes políticas desta casa, quaisquer que sejam as suas origens eleitorais, quaisquer que sejam as suas convicções ideológicas, quaisquer que sejam as suas finalidades programáticas e políticas.

O Sr. Cid Carvalho – Sr. Deputado, quero render um preito de homenagem a V. Exª ao interpretar a posição da União Democrática Nacional em relação ao problema da legislação do trabalhador rural e, por outro lado, afirmar a V. Exª e à casa que outro não foi o pensamento do Partido Social Democrático. Nosso partido está absolutamente consciente da transformação por que passa o país e, muito ao contrário de ser um partido que queira conservar as coisas no pé em que estão, acha-se atento acompanhando o progresso e o desenvolvimento brasileiros. Fiel a esse modo de ver foi que o PSD discordou na preliminar, na forma de encaminhamento do projeto quanto à extensão ao trabalhador rural. De qualquer maneira, a posição do PSD não pode ser interpretada como um menosprezo à de qualquer partido nesta casa, nem como uma demonstração de não querer entrar no mérito do problema, que é ajustar o trabalhador rural brasileiro à nossa realidade, dando-lhe condições condignas com a realidade do momento brasileiro. Era o que queria dizer a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço o aparte do jovem e brilhante representante maranhense.

Sr. Presidente, se existe um campo onde as inclinações individuais e onde a psicologia coletiva das organizações políticas deva ter um ponto de encontro, este é, sem dúvida nenhuma, a matéria de que estamos tratando.

Em todos os panoramas ou em todos os cenários políticos existiu sempre e sempre há de existir, por motivos de natureza pessoal e por influências mesológicas ou grupalistas, aqueles que se inscrevem no grupo da ordem estabelecida e aqueles que se alistam no grupo da transformação e do movimento.

O espírito conservador pode perfeitamente encontrar-se, Sr. Presidente, com o espírito transformador: a ordem pode acolher dentro de si o movimento porque realmente a verdadeira significação do conservadorismo bem entendido não é senão a de conservar historicamente, isto é, a de adaptar às mutações invencíveis da História aquelas tradições e aquelas situações que merecem ser conservadas. Não é conservador o que reage contra o progresso. Este será reacionário, este será um elemento de compressão e de recalque de explosões e de revoltas futuras; enquanto o verdadeiro conservador estende a mão e trabalha de braços unidos ao verdadeiro transformador, criando dentro das assembléias populares aquele clima de entendimento e de concórdia que possa transfundir no organismo aquela seiva nova, aquele sangue novo que corresponde às novas necessidades históricas.

O nosso partido, que se orgulha de ser um partido enraizado no interior rural do Brasil; o nosso partido, que se desvanece de ter sua estrutura fundada principalmente nos meios agrícolas, é um partido que compreende tanto a necessidade humana e generosa que nos impele a proteger o trabalhador do campo, quanto a conve-

niência prudente do empregador e do proprietário de compreender e estimular o bem-estar das populações rurais, a fim de que o próprio organismo agrícola se beneficie com este bem-estar e com esta segurança.

Um dos males de nossa agricultura é a flutuação permanente do elemento humano no trabalho. Uma das fraquezas de nossa organização rural é precisamente a falta de confiança com que o empregador encara a mão-de-obra neste país. E o que cumpre à prudência do espírito conservador, tanto quanto o que cumpre à prudência do espírito renovador, é encontrarem-se ambos no acerto daquelas providências que estimulem o bem-estar das populações trabalhistas existentes no campo, de tal maneira que esse bem-estar venha de fato a ser um dos elementos componentes da prosperidade do próprio proprietário e do próprio empregador.

O Sr. Fernando Ferrari – V. Exª me permite?

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Fernando Ferrari – Quero congratular-me com V. Exª duplamente: primeiro, pela brilhante e oportuna resposta que V. Exª está dando ao seu eminente liderado, Deputado José Bonifácio, a quem não precisaria dizer mais nada; em segundo lugar, por verificar que a UDN, sob a sua esclarecida liderança, aceita o debate da matéria e o considera altamente oportuno, atendendo àqueles pontos da sociologia rural aos quais V. Exª se referiu. Isto é importante, porque muita gente anda assoalhando por aí que era extemporâneo o debate, que não havia chegado o momento histórico de levarmos um pouco da legislação trabalhista ao meio rural, que deveríamos adiar o problema *ad ae ternitatem,* e assim por diante. A UDN, ao reconhecer a oportunidade do debate, ao agir como está agindo, põe-se, realmente, ao lado da evolução social do Brasil. Há poucos instantes – estou aparteando um pouco longamente, porque não poderei falar hoje; peço-lhe escusas – encaminhei à Mesa várias emendas, elaboradas por uma comissão integrada dos Srs. Deputados Segadas Viana, Adilio Viana e Camilo Nogueira da Gama. Espero, Sr. Deputado, sinceramente, que nos entendamos. Estou certo de que tanto o PSD quanto o PSP e a UDN, reexaminando agora a matéria nas comissões técnicas, encontrarão um denominador comum que seja o pensamento da Câmara em favor do trabalhador rural. Verifico com satisfação que o segundo grande partido desta Câmara reconhece a oportunidade do assunto e quer enfrentá-lo, debatendo-o conosco.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª.

Desejo, entretanto, salientar, na ausência do ilustre Deputado José Bonifácio, que provavelmente responderia a V. Exª com mais acerto do que eu, que devo retificar o ponto de vista de V. Exª com relação à parte do meu discurso em que disse ser uma resposta ao daquele ilustre companheiro. Não se trata de responder ao nobre Deputado José Bonifácio, mas de fixar uma posição que S. Exª, por seguro, não rejeitará tanto mais quanto o discurso de Sua Excelência não diz respeito ao meu substitutivo que aqui venho defender, mas sim à mensagem que combateu, e que tem o

direito de combater, com argumentos que constam do seu discurso e que eu não repisarei para não alongar o meu.

O Sr. Fernando Ferrari – Não quero polemizar com V. Exª, já que o nosso debate é tão cordial, mas apenas fazer uma ligeira modificação. Aparteei o Deputado José Bonifácio e fi-lo ver, com grande sinceridade, da procedência do que nós defendíamos. Disse S. Exª que nós mesmos havíamos já emendado o projeto; que não lutávamos pela extensão pura e simples da legislação trabalhista, mas pelo amparo ao trabalhador rural, atendidas as peculiaridades do meio. Eu mesmo, na ocasião, retifiquei as palavras do Deputado José Bonifácio, mas S. Exª insistiu na inoportunidade do debate.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª.

Sr. Presidente, quero ver se posso entrar com a permissão dos ilustres colegas, na sucinta exposição dos objetivos e da estrutura do meu substitutivo.

Desejo, em primeiro lugar, ressaltar que este assunto da legislação da proteção ao trabalhador rural nada tem de inoportuno, nem é mesmo desconhecido e moderno nos debates do nosso Congresso.

Posso salientar por exemplo que desde 1904, através da Lei nº 1.150 e também da Lei nº 1.607, de 1906, regulamentadas ambas pelo Decreto expedido sob o nº 6.437, de 27 de março de 1907, por conseqüência, vários anos antes que o Código Civil viesse regular o problema de locação do trabalho agrícola e de parceria rural, já neste país, o legislador brasileiro tinha tomado medidas do maior acerto e importância no sentido da proteção do trabalho rural.

Essas duas leis, elaboradas no período presidencial do grande e benemérito Presidente Rodrigues Alves, diziam respeito ao privilégio especial da dívida correspondente ao salário dos trabalhadores agrícolas.

Já aí ficava dito que a dívida era de tal forma privilegiada que, quando não satisfeita, nos termos da lei, pelo empregador, seria necessariamente paga pelo novo empregador que não tivera parte no contrato do trabalho anterior e que viria satisfazer a dívida anterior precisamente porque se tratava de proteção ao economicamente fraco.

Tal situação, que hoje poderia ser taxada por muitos dos Srs. Deputados de revolucionária, subversiva, abusiva, inconseqüente, contraditória ao nosso sistema e à nossa tradição jurídica, constituía já uma disciplina legal estabelecida em lei que conta cinqüenta anos de existência.

Queria também chamar a atenção dos nobres Deputados para o seguinte: esta lei estatuiu a obrigatoriedade de caderneta agrícola, escriturada pelo proprietário. Trago e mostro à Câmara que o documento de que falo – uma caderneta agrícola de uma Fazenda do interior de São Paulo, elaborada em função dessas leis de 1906 e 1907 –, evidentemente, hoje, estaria fora da sua ambiência e da sua aplicação, mas que pode perfeitamente servir de precedente e de modelo ao Serviço Social Rural para elaboração da caderneta a que me referi no meu substitutivo. Não há, por conseqüência, fundamento, nas alegações de que se pretende, por meio de providências

administrativas deste jaez, subverter uma tradição de economia rural, quando ela existe, e aqui está concretamente um documento, uma caderneta de trabalho agrícola, passado em Fazenda do Município paulista de São Simão, em função das leis de 1904 e de 1906.

O Sr. Aarão Steinbruch – Poderia parecer aos espíritos menos avisados que o atual substitutivo da Comissão estende o regime jurídico da Consolidação das Leis Trabalhistas pura e simplesmente ao trabalhador rural, como uma inovação. Entretanto, pela atual legislação, já ao trabalhador rural é assegurado o direito a férias, a aviso prévio e também ao salário mínimo. Tem-se aqui combatido sistematicamente o projeto sem se atentar para o fato de que a maioria de seus preceitos já vêm sendo aplicados.

O SR. AFONSO ARINOS – Chegarei lá. Agradeço ao nobre Deputado. Chegarei lá porque exatamente isso corresponde a um dos pontos que pretendo salientar na minha exposição.

O Sr. Fonseca e Silva – Vossa Excelência dá licença?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Fonseca e Silva – Vossa Excelência sabe o respeito com que ouvimos V. Exª, sobretudo eu.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência é correspondido quanto a esse respeito.

O Sr. Fonseca e Silva – Desejo dizer a V. Exª que quando nos insurgimos aqui contra a urgência deste projeto foi para chegar a este ponto, para que V. Exª e todos os líderes fizessem esse trabalho e não aquele trabalho falho, a "toque de caixa". Foi por isso que o Bloco Ruralista se rompeu fortemente. Fomos ao nosso partido, fiz ver ao meu líder que eu não obedeceria às determinações partidárias. Comigo mais de quarenta deputados o fizeram, até mesmo por escrito. Queríamos chegar a isto. De forma que dou parabéns a mim mesmo, porque a Câmara está chegando a um ponto sério. Com que doutrina, com que sabedoria, com que alheamento de espírito eleitoralista V. Exª está encantando a Câmara! Quando se trata de doutrina, temos de fazer esse trabalho paulatinamente. Por ocasião do debate aqui no problema da urgência para este projeto, fui à Universidade Católica, recebi inúmeros telegramas. Ainda hoje, discutindo o assunto na Confederação Rural Brasileira, revimos o quanto isto conturba a nação. Por todos esses motivos, está V. Exª de parabéns e pode contar com o meu apoio, como simples soldado do Partido Social Democrático.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço o generoso aparte do ilustre deputado goiano.

O SR. PRESIDENTE – Valendo-se da prerrogativa que o Regimento dá à Mesa, no seu art. 67, § 1º, de vez que se trata de matéria urgente, a Mesa prorroga a

sessão por mais dez minutos, que é o tempo destinado ao nobre Deputado Afonso Arinos para poder ultimar seu discurso.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, agradeço a bondade de V. Exª e, em face da limitação do tempo, peço aos nobres colegas que me dispensem da honra de responder a seus apartes.

Depois destas leis, vem o Código Civil, que no capítulo da locação de serviços, art. 1.230, consolida as disposições das leis a que há pouco me referi.

Finalmente, o mesmo Código Civil, nos Capítulos da Parceria Agrícola e da Parceria Rural, estabelece disposições tão sábias, tão humanas, tão acertadas, tão adequadas à nossa sociologia rural, à nossa realidade econômica, às imposições da nossa dramática, da nossa trágica geografia – e aqui existe, no caso, o Deputado Menotti del Picchia, alguém que interpretou poeticamente a tremenda geografia brasileira – que tive de incorporar tais disposições ao meu substitutivo, em tudo aquilo que não ficasse expressamente revogado.

Meu intuito, portanto, redigindo o substitutivo, foi efetuar o que já se tem feito em vários países que procederam a movimento semelhante no sentido da reforma da legislação do trabalho rural: a incorporação, à tutela do Estado, à fiscalização do Estado, daqueles tipos de trabalho anteriormente considerados trabalho autônomo e cuja execução era abandonada a uma suposta igualdade contratual, porque sendo a legislação civil baseada no contrato, pressupõe a liberdade e, conseqüentemente, a igualdade entre os contratantes; ao passo que a legislação de tipo social reconhece a desigualdade substancial entre um e outro contratante e intervém, então, estabelecendo a tutela do Estado no sentido da proteção específica daquele contratante economicamente mais fraco.

Como procedemos nós, da União Democrática Nacional? De que modo redigi eu este trabalho, na qualidade de humilde Relator que fui da matéria? Estendendo, simplesmente, a legislação urbana ao trabalho do campo? Não, Sr. Presidente, tal não fizemos, porque sabíamos que a disciplina do trabalho urbano correspondia à formação específica do operariado urbano.

No Brasil já havia desaparecido a economia urbana baseada no artesanato, na empresa familiar, na pequena empresa, no tipo patriarcal de trabalho manufatureiro. Já se tinha estabelecido o sistema de trabalho coletivo, da produção em massa, da grande fábrica impessoal, da proletarização do trabalhador, para me servir da expressão consumada e aceita pelos sociólogos. É por isto que a legislação do Senhor Presidente Getúlio Vargas, consubstanciada na Consolidação das Leis do Trabalho de que foi um dos co-autores o nobre Deputado Segadas Viana, aplica-se dentro do esquema da vida brasileira, às condições específicas do trabalho urbano no Brasil.

Mas, o Partido Trabalhista Brasileiro, não conhecendo, como não conhece, assim suponho, as condições específicas da vida rural, as peculiaridades do trabalho agrícola, ou não tendo podido organizar mensagem ou projeto que correspondesse

ao seu conhecimento presumível desses assuntos, limitou-se a uma expansão que mais não era senão uma justaposição de entidades diferentes; justaposição que não se aplicaria, que não se assimilaria, que não aderiria à realidade do Brasil e, por conseqüência, daria resultados como aqueles da legislação aqui mencionada pelo nobre Deputado Aarão Steinbruch, isto é, o resultado da existência de lei sem aplicação; o resultado da concessão de garantias, mas sem aplicação delas, tal como acontece hoje precisamente com o trabalhador do campo no que diz respeito às garantias que lhe são extensivas já asseguradas pela Consolidação das Leis do Trabalho, mas que jamais foram aplicadas até agora. E isso ocorreu pelas razões que acabo de enunciar e que foram as predominantes no esforço do nosso partido por meio da emenda substitutiva que subscrevi, no sentido de adaptar a necessidade da proteção movida por interesses humanitários e também por interesses econômicos, tanto do interesse do trabalhador como do patrão, de forma a corresponder à realidade da nossa organização agrícola.

Meu trabalho tem alguns pontos capitais, alguns itens fundamentais. O primeiro deles é um "ovo de Colombo", se assim me posso exprimir, pelas estatísticas atuais – as últimas, infelizmente, são de 1950, tão retardatário é o nosso serviço de estatística.

Em cerca de 10.000.000 trabalhadores rurais, apenas uns 2.700.000 têm as relações de trabalho salarial possivelmente caracterizáveis como relação de emprego. Por conseqüência, a mensagem e projeto que aqui estamos votando viria atender a parcela diminuta, minoritária, dos que labutam nas lidas do campo. Tratar-se-ia, portanto, tal como se fez na Itália, de evoluir da legislação civil para a trabalhista, incorporando ao regime de tutela do Estado vários tipos de trabalho que não se circunscrevem à relação salarial de emprego.

Assim fiz. De que modo? Definindo a categoria de trabalhador; discriminando as diferentes espécies de trabalhador, mas, sobretudo – e para isso chamo a atenção da casa – aplicando flexivelmente a lei, no sentido de que as garantias se apliquem flexivelmente, conforme a categoria de trabalhador a que se refere a lei ora em elaboração.

O Sr. Segadas Viana – V. Exª permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com prazer.

O Sr. Segadas Viana – No trabalho de V. Exª sobretudo, a definição e discriminação dos diversos tipos de trabalhadores rurais representam valiosíssimo subsídio para que a Câmara possa chegar a bom termo.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado.

A parte referente à carteira profissional, impugnada como constituindo complicação inútil, impugnação que tive ocasião de ler em vários grandes jornais deste país, como já acabei de demonstrar, não é fundada porque já existe, já existiu e já foi aplicada legislação nesse sentido. E qualquer esforço de boa vontade conseguirá que essa legislação seja aplicada no campo tanto quanto foi na cidade, principalmente porque – e aqui

chego ao segundo ponto capital do meu substitutivo – entreguei a confecção e a distribuição dessa carteira ao Serviço Social Rural. Qual o motivo? Teria sido, como assoalham alguns, o empenho de retirar do Ministro do Trabalho esse privilégio? De maneira alguma. Eu seria incapaz de iniciativa com segundas intenções.

O Sr. Segadas Viana – Concordo com V. Exª, adotei o mesmo sistema na minha emenda.

O SR. AFONSO ARINOS – Não tive ainda a honra de lê-la, mas vejo que já tenho o apoio do ilustre Deputado trabalhista.

Assim entendi, porque o Serviço Social Rural penetra na intimidade do tecido social do nosso interior. Pela criação desse Serviço, mantém ele, obrigatoriamente, uma Junta em cada município do Brasil. E esse serviço, Srs. Deputados – é para isso que chamo a atenção da casa – já está dotado de verbas orçamentárias que, na opinião de uma autoridade no assunto, a quem consultei, devem atingir a mais de um bilhão de cruzeiros. Não teremos, portanto, de despender um centavo na realização desse serviço. Teremos, apenas, de impulsionar máquina que já existe; e, se não dermos a ela uma situação útil, verdadeira, correspondente aos desígnios do legislador, estaremos então, isto sim, facilitando o dispêndio, o desperdício, o gasto inconsiderado desse bilhão de cruzeiro já concedido e que consta da proposta do orçamento de 57.

Pretendo, pois, fazer funcionar a máquina agrícola de assistência ao trabalhador, atribuindo-lhe aquelas funções e atribuições administrativas inerentes à sua existência, e que já se encontram suficientemente consolidadas, do ponto de vista financeiro, pela lei federal.

Sr. Presidente, as outras disposições do meu trabalho são quase todas colhidas na nossa legislação vigente e na de outros países. Dizem respeito aos princípios gerais de proteção ao trabalhador, princípios que são mínimos. Não quero dramatizar, Senhor Presidente, mas acho que são princípios que quase se poderiam exigir não de uma Câmara ou de uma sociedade organizada no sentido de beneficiar nossos patrícios, mas de uma sociedade protetora dos animais. É uma proteção ínfima que condiz com a dignidade da pessoa humana, com o rendimento mínimo da biologia humana. É o respeito à existência do indivíduo como ser humano e terei que repetir, é um mínimo que se exige nas sociedades protetoras de animais: proteger a mulher grávida, proteger a criança, proteger o trabalhador enfermo, dar-lhe férias quando a elas tiver direito, conceder-lhe indenização quando despedido sem justa causa, admitidos todos os casos de causa justa que figuravam na legislação trabalhista, mas vêm do Código Civil. Porque, neste país, infelizmente – já sou quase um velho, sou homem de 50 anos – sinto que esta jovem geração política se esquece de que antes da legislação trabalhista havia a legislação civil, uma das mais altas, das mais brilhantes, das mais completas legislações civis de qualquer povo culto, já estabelecendo proteção para o desemprego sem justa causa ao trabalhador, tanto urbano quanto rural.

O que fiz foi atender a esses princípios gerais. Mas fi-lo, conforme declarei, plasticamente, flexivelmente, atribuindo a proteção conforme a categoria do trabalho e sempre com a preocupação, que é minha, de espírito equilibrado, não reacionário nem revolucionário, de espírito realista que adere à realidade brasileira contemporânea, no empenho de servir a meu país, a meu povo, ao nosso progresso, ao nosso futuro, concorrendo para o entendimento entre as classes e não para sua desagregação, para o ódio entre elas.

Este, Sr. Presidente, o trabalho que entrego, em nome do meu partido, à esclarecida opinião da casa, lembrando a V. Exª um episódio que conta Plutarco, que me ocorre, discutindo precisamente a lei de reforma agrária, certa vez um dos maiores homens da História romana, Caio Graco, falava no Fórum e da tribuna se dirigia para o lado do Senado – porque, como sabem, o Fórum romano é dividido em o lado da Cúria, onde se acha o Senado e o lado do Capitólio, onde se situava o povo – e dizia: "Falo ao Senado, porque sei que o povo me escuta; falo ao Senado para que ele me ouça, ao mesmo tempo em que ao povo; falo ao Senado, pedindo que me impeça de falar somente aos sentimentos justos e às revoltas recalcadas do povo que se encontra na colina do Capitólio". *(Muito bem! muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Censura à rádio e à televisão, inviolabilidade parlamentar

11-10-1956

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, desejo, em primeiro lugar, agradecer a gentileza do meu ilustre colega, Sr. Deputado Herbert Levy, que teve a bondade de ceder-me a sua inscrição para que eu pudesse tratar de assunto urgente, e, em segundo lugar, apresentar, em meu nome pessoal e no da minha bancada, cumprimentos de boas-vindas ao Sr. Deputado Carlos Lacerda, que ontem chegou a esta capital, de regresso do seu longo estágio no estrangeiro, e de cuja atuação valorosa, brilhante e honrada a nação continua a muito esperar. *(Palmas.)*

O Sr. Carlos Lacerda – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com prazer.

O Sr. Carlos Lacerda – Muito me sensibiliza a honra que V. Exª me dá de sua palavra. Peço que espere até segunda-feira, quando, então, na oportunidade de dirigir-me à Câmara, formularei o meu agradecimento da tribuna.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, a razão que me levou a solicitar do nobre Deputado Herbert Levy a cessão do seu tempo foi a necessidade de discutir mais uma vez, de mais uma vez contestar – mais uma vez, que não será a última, porque nunca deixaremos de discutir, de contestar e de protestar, em cada oportunidade em que o governo nos der razão fundada – o ato do Sr. Ministro da Viação, que, por meio de uma portaria, liqüidou sumariamente não apenas com a legislação ordinária existente em matéria de radiodifusão e televisão, mas também de tudo aquilo que a Constituição Federal contém e dispõe em matéria da própria imunidade e da própria inviolabilidade parlamentar.

Não é esta a primeira vez que ocupo a tribuna da Câmara para discutir as relações existentes entre o poder público e as empresas de radiodifusão. Já por duas vezes, pelo menos ao que me recordo, aqui vim expor os mesmos princípios, sustentar as mesmas teses, demonstrar as mesmas incongruências, profligar os mesmos erros, reclamar as mesmas soluções.

A verdade é que essas soluções têm tardado. A verdade é que o remédio para esses absurdos não tem vindo por omissão do próprio Congresso Nacional.

Muitas vezes tenho reclamado, Sr. Presidente, a ação da nossa Casa para preparação de uma lei fundamental que estabeleça, dentro dos princípios constitucionais, aquelas limitações que eu reconheço se impõem à livre manifestação do pensamento, por meio da radiodifusão.

Já aqui manifestei o meu ponto do vista pessoal em relação à organização das empresas de rádio no nosso país. Já aqui disse – e sem esperança alguma de êxito, porque sei que hoje a minha tese se chocaria, o meu ponto de vista teórico estaria em completo desacordo, em completa contrariedade com os fatos evidentes da nossa organização atual em matéria de rádio – já aqui disse muita vez que eu pessoalmente seria por uma outra organização em matéria de radiodifusão no nosso país. Eu me inclinaria mais, Sr. Presidente, para que a atividade radiodifusora não fosse concedida a empresas econômicas que tivessem por escopo o lucro comercial. Num país como o nosso sempre entendi que essa atividade deveria ser particularmente confinada a órgãos completamente independentes do governo, no sentido da influência política, mas a órgãos que representassem a entidade pública, poder público, a coisa pública no que dissesse respeito aos fundamentos culturais. Qualquer coisa que se aproximasse da organização inglesa, que se entregasse as estações de rádio àquelas entidades culturais do tipo das numerosas universidades federais existentes no nosso país. Mas sei bem que esta é uma posição puramente teórica, é uma posição puramente doutrinária, é uma inclinação que em nada pode ser objeto de consideração, neste momento em que a organização radiofônica está entregue, está arraigada na empresa privada com todas as suas conseqüências. Adotamos o sistema americano de transformar a empresa de radiodifusão em atividade privada com todas as suas conseqüências naturais. Se adotamos esse princípio, se pactuamos com a orientação usada nos Estados Unidos, em matéria de radiodifusão, temos também que seguir as pegadas da nação irmã naquilo que diz respeito à posição de independência da

radiodifusão em face das injunções da profissão, das tropelias, das vinditas, das infâmias e dos ressentimentos das autoridades administrativas e das suas representações policiais.

O que não se pode conceber, de maneira alguma, é que sob o pretexto de se encarar o problema do rádio, como sendo substancialmente diferente do problema da imprensa, se venha por meio de papeluchos ignaros e inconfessáveis, que se venha por meio de documentos inomináveis como foi a portaria de ontem, expedida pelo Sr. Ministro da Viação, estabelecer uma limitação quase ridícula, quase grotesca ao texto constitucional que assegura a inviolabilidade dos representantes da nação.

Sei que o projeto que terei a honra de oferecer à consideração da Mesa e dos Srs. Deputados é um projeto redundante; sei que seria, possivelmente, considerado pela Comissão de Constituição e Justiça com este caráter de projeto redundante, visto que vem regular uma situação, que vem regular uma condição de exercício de poderes políticos, prevista na Constituição Federal e que, como condição de exercício de poder político, prevista na Constituição, é, essencialmente, um texto auto-aplicável.

Sei disso, sei que essa minha lei ou projeto não pode ter senão o sentido de uma lei interpretativa, mas interpretativa para aqueles que são levados, incoercivelmente, pelo facciosismo, pela ignorância, ou pela má-fé, como no caso do documento a que há pouco me referi; a interpretar de forma restritiva as nossas tradições de povo democrático, e aqueles princípios que asseguram a inviolabilidade do exercício do mandato parlamentar.

Meu projeto consta, apenas, de dois artigos que são os seguintes:

> "Art. 1º Não se aplicam aos discursos, pareceres e votos proferidos pelos Congressistas no exercício de seus mandatos (Constituição Federal, art. 44), quaisquer restrições constantes de decreto, regulamento, portaria ou outros atos administrativos, concernentes a limitações ou manifestação de pensamento, por meio da radiodifusão ou televisão.
>
> Art. 2º Os discursos, pareceres, votos ou quaisquer outras manifestações do pensamento dos congressistas, inerentes à inviolabilidade parlamentar, só serão sujeitos ao policiamento das Mesas de cada casa do Congresso nos termos dos respectivos regimentos. (Constituição Federal, art. 44, número 2).
>
> Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário."

Sr. Presidente, como se vê, a remissão que faço no meu projeto é duas vezes dirigida ao texto mesmo da Constituição Federal. Portanto, como dizia eu há pouco ao nobre Deputado Otávio Mangabeira, que levantou esta objeção, e ao nobre Deputado Dagoberto Sales, que também a produziu, no momento em que lhe oferecia o meu projeto para que recebesse a honra de sua assinatura, essa remissão é a segurança

de que se trata de lei interpretativa da Constituição Federal, mas não interpretativa para nós, congressistas, que estamos mais do que cientificados que a disposição que assegura a inviolabilidade parlamentar é auto-aplicável; interpretativa para os Javer, para os Cerberos, para aqueles representantes do Poder Executivo instalados na força policial que têm a tendência inata, e que têm as instruções evidentes de só interpretarem os textos mais claros; de só construírem a significação mais cristalina, até da própria Constituição, num sentido vergonhosamente restritivo para a sua própria conceituação e inteiramente inconformes com as nossas tradições democráticas.

O Sr. Abguar Bastos – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Abguar Bastos – O projeto de V. Exª parece reconhecer as demais restrições impostas pelo ato do Ministro, porque, se V. Exª apenas estabelece no projeto que só os discursos parlamentares são isentos de censura, está reconhecendo todas as demais restrições da censura impostas pelo ato ministerial. Chamo a atenção de V. Exª para este fato.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço o aparte do nobre Deputado Abguar Bastos, que tem fundamento e que eu já esperava. Respondo a V. Exª, peço-lhe que atente na minha resposta. Há dois tipos de problema com que nos defrontamos neste momento em matéria de aplicação daquela portaria governamental. Um destes núcleos de problema diz respeito à atividade do rádio em geral e para isso a regulamentação, de acordo com as tendências democráticas do projeto, só poderá ser baseada na lei, no Código de Radiodifusão, que necessariamente será de elaboração muito vagarosa e, portanto, de promulgação muito tardia, muito distante. O outro problema, que mais de perto diz respeito com a nossa própria função de representantes do povo, é aquele restrito à inviolabilidade parlamentar que foi também atingida pela mesma portaria.

Nestas condições, estou dando uma solução imediata ao problema que é ofuscante, que entra pelos olhos e que exige solução imediata, porque, antes de solucionar as demais dúvidas suscitadas pela portaria, temos a obrigação, não em função de nossos interesses particulares de deputados, mas em função do mandato que aqui exercemos como representantes do povo, de salvaguardar direito, de fazer com que as nossas manifestações neste Congresso sejam enquadradas nos dispositivos que garantem a inviolabilidade parlamentar.

Eis por que respondo a V. Exª que não aceito todas as demais restrições. Entendo – vou daqui a pouco entrar neste assunto – que a lei que regular a atividade radiodifusora no nosso país deve reconhecer uma situação especial que esta atividade possui em face do Poder Público, situação que é diferente daquela da imprensa. Mas não reconheço é que, entre as restrições que compita ao poder público exercitar sobre esta atividade, venha uma que cerceie ou que restrinja a inviolabilidade parlamentar.

Eis por que, em um texto de fácil aplicação e de elaboração rapidíssima, visto que foi hoje redigido em vinte minutos, e que pode ser votado pela Câmara em regime

de urgência em uma semana, venho dar a solução que é possível ser dada no momento. Entretanto, apelo mais uma vez para a Câmara, conforme já tenho feito aqui desde 1952, no sentido de que realmente prossiga no trabalho de elaboração do Código de Radiodifusão, sem o que toda esta matéria ficará ao arbítrio das autoridades policiais.

Sr. Presidente, a radiodifusão é baseada no princípio, conforme já disse em discurso anterior, do caráter dominial dos bens públicos. É matéria elementar, não de Direito Constitucional, mas de Direito Civil, da própria teoria geral do Direito Civil, que as entidades públicas têm bens de patrimônio de caráter dominial, isto é, bens que são inerentes ao exercício da função pública, cuja propriedade não pode ser transferida.

A pessoa jurídica de direito público tem bens dos quais ela faz uso como se fosse uma pessoa de direito privado. A pessoa jurídica de direito público pode vender alguns de seus bens que não sejam dominiais por meio dos processos administrativos adequados à disposição destes bens. Mas, quando os bens são dominiais, isto é, são representativos da própria essência do poder público, então estes bens serão intransferíveis: o poder público não pode deles fazer uso no sentido de transferi-los, de aliená-los. Pode, sim, utilizá-los de acordo com a maior conveniência, e é precisamente por essa razão que se estabeleceu no Direito Administrativo o princípio da concessão do serviço público.

A concessão é o contrato de utilização do bem dominial por uma entidade particular. A autorização, que é uma forma precária de concessão, consiste exatamente na utilização desses bens dominiais da pessoa jurídica de direito público, independentemente de contrato, independentemente de vinculação bilateral, que é representada no instrumento chamado contrato de concessão.

Ora, a Constituição Federal estabeleceu uma espécie de regime de concessão para a utilização do bem dominial que é a faixa aérea mediante a qual se fazem as transmissões dessas faixas de radiodifusão. É procedida conforme convênios internacionais de que participa o nosso país, em que a atribuição de um certo número dessas faixas é reservada para países, de acordo com processos, ou com argumentos ou com motivos que não valem a pena recordar, mas em que a entrega do uso dessas faixas aéreas, por meio das quais se faz a irradiação, é a de um bem dominial da União, é de um poder de propriedade que a União, como pessoa jurídica de Direito Público no regime federativo, exerce sobre esta regalia, sobre este direito. A União é proprietária dominialmente desse direito material, que constitui a propriedade das faixas aéreas.

Nesta condição de proprietária de bens dominiais, ela não pode, naturalmente, se desfazer deles a título definitivo. Tem de entregar a sua utilização por meio dos contratos de concessões, por meio das autorizações administrativas, por meio das permissões de funcionamento, que são exatamente o vínculo existente entre o governo Federal e as estações de rádio. Está isto previsto na Constituição Federal. Por isso mesmo é que a Constituição Federal estabelece que o regime da radiodifusão

está sujeito ao princípio da concessão de serviço público, porque pertence a fonte dessa irradiação à União federal como titular deste bem dominial.

Mas, Sr. Presidente, o que não é possível é que prossiga este estado absurdo de anarquia aparente, mas, no fundo, de anarquia perfeitamente dirigida, pelo qual todas as empresas de rádio deste país são ancilas do governo. Eu digo ancilas para qualificar com um termo mais severo. São realmente dependentes, subordinadas, em todos os seus interesses, a simples volições, a simples manifestações de vontade de um poder político que quer utilizar este meio moderno e insubstituível de difusão do pensamento como um processo de esmagamento da opinião contrária e de engrandecimento da sua própria opinião. E isto existe por deficiência do Congresso Nacional.

O Sr. Loureiro Júnior – Dirijo-me a V. Exª mais como um ilustre jurista que é, do que como líder partidário. V. Exª explicou muito bem as condições de cessão do uso de bens dominiais. Eu perguntaria a V. Exª: pode admitir que o poder público ceda o uso de bem do seu patrimônio, desde que este uso seja contra a ordem pública?

O SR. AFONSO ARINOS – Meu caro colega, responderei, lisamente, que não pode.

O Sr. Loureiro Júnior – Avanço, então, meu raciocínio. A primeira resposta é no sentido de que não pode. Agora, pergunto a V. Exª: porventura já tratamos, como deputados, desta importante matéria que é a regularização da maneira pela qual o poder público cede o uso daqueles bens patrimoniais?

O SR. AFONSO ARINOS – Já tratamos. Acabei de referir que em dois longos discursos me demorei sobre o assunto.

O Sr. Loureiro Júnior – Não digo tratamos do ponto de vista do debate. Pergunto se há legislação nesse sentido.

O SR. AFONSO ARINOS – Há legislação. Se V. Exª me permitir, prosseguirei na minha exposição.

O Sr. Loureiro Júnior – Existe, a respeito, proibição, por parte do poder público, de cessão dos seus bens quando o uso dos mesmos venha colidir com preceitos constitucionais?

O SR. AFONSO ARINOS – Não compreendi bem a pergunta de V. Exª

O Sr. Lourenço Júnior – Torno a formulá-la: V. Exª afirma que há legislação. Contesto a afirmação, declarando que não há legislação no sentido que mencionei. Há, no momento, a Portaria do Ministro, que vem cobrir um claro, visto como até hoje não legislamos a respeito.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª está profundamente enganado. Permita-me. Eu conheço o assunto um pouco mais além. Existem decretos-leis e leis,

posteriormente consolidados por decreto do Sr. Presidente Getúlio Vargas. Foi a propósito do decreto expedido pelo Presidente Getúlio Vargas que proferi os discursos a que há pouco me reportei, pelos quais demonstrei que tais decretos eram inconstitucionais, porque não se cingiam a consolidar as disposições existentes e preencher os claros – para me servir da expressão de V. Exª – dentro do poder regulamentar; tais decretos iam mais longe, eles legislaram, independentemente do Congresso, sobre matéria de radiodifusão. Neste particular, mantive, naquela ocasião, longo debate com o nosso eminente colega Sr. Deputado Gustavo Capanema, que, na oportunidade, era líder da Maioria.

O Sr. Loureiro Júnior – Sabe Vossa Excelência: o que é inconstitucional não existe. Minha pergunta se refere ao que está vigente. V. Exª deveria notar que se houvesse legislação própria, a respeito, o Sr. Ministro não teria baixado a Portaria. Estou de acordo com V. Exª quando diz ser necessário legislar sobre a matéria, conceituando-se, então, a verdadeira liberdade. É necessário assim fazer. Por enquanto, porém, nada existe no caso, e, conseqüentemente, o ato do Sr. Ministro não provocou qualquer colisão legal; S. Exª preencheu um claro, um vazio. Legislaremos, portanto, sobre o assunto, cingindo-nos ao fato de que o poder público não pode permitir que bem patrimonial público seja usado contra a ordem pública.

O SR. AFONSO ARINOS – Vou responder ao aparte do nobre colega. V. Exª reconhece que os decretos expedidos pelo Presidente Vargas não tinham existência, visto que infringiam a Constituição Federal.

O Sr. Loureiro Júnior – V. Exª mesmo declarou que tais decretos são inconstitucionais; e o que é inconstitucional não existe.

O Sr. Alberto Tôrres – Inconstitucional é a Portaria do Sr. Ministro.

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente.

Quero louvar-me no depoimento do nobre colega Sr. Loureiro Júnior, nas suas últimas conseqüências. A Portaria do Ministro é muito mais inconstitucional do que o decreto do ex-Presidente Vargas, porque este último inovava em matéria de lei ordinária, traçando normas substantivas à utilização do rádio, sem que ele tivesse competência para tal. A Portaria – e chamo a atenção de V. Exª não apenas como ilustre colega no ensino do Direito Público, na Faculdade de São Paulo, mas como Deputado Federal, e meu colega nestas bancadas – ministerial suprimiu uma das bases do exercício do mandato de V. Exª, a inviolabilidade nas suas opiniões, discursos e votos.

O Sr. Loureiro Júnior – Confesso a V. Exª que ouvi muito rapidamente a leitura do projeto que V. Exª acaba de apresentar; já que V. Exª nos leva para essa tese, desejo assinalar que o exercício da atividade do Deputado se cerceia à tipicidade marcada na Constituição. Por exemplo, nos Estados Unidos, o Deputado responde pelos artigos que escreve. É sabido que na Inglaterra há responsabilidade. No Brasil, não.

O Sr. Alberto Tôrres – Aqui também há.

O Sr. Loureiro Júnior – Queremos a total irresponsabilidade para o Deputado, até por crimes de ordem privada.

O SR. AFONSO ARINOS – A resposta ao aparte de V. Exª não nos afasta do nosso campo de eleição, o da constitucionalidade da Portaria.

O Sr. Segadas Viana – V. Exª permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Um momento, para responder ao Deputado Loureiro Júnior.

V. Exª está, *data venia,* estabelecendo confusão entre inviolabilidade parlamentar e imunidade parlamentar. Os artigos que o Deputado escreve, fora do recinto da Câmara, no exercício do seu mandato, no seu jornal, são garantidas pelo princípio da imunidade. Agora, as opiniões, discursos ou votos que profira no exercício do seu mandato...

O Sr. Pereira Diniz – Nisso não há crime.

O SR. AFONSO ARINOS – ...são atividades correspondentes ao exercício de sua inviolabilidade. É outro assunto.

O Sr. Loureiro Júnior – É natural.

O SR. AFONSO ARINOS – É natural mas V. Exª não estabeleceu bem a distinção, a meu ver. A Portaria do Ministro atinge a própria inviolabilidade. Não se trata mais de imunidade; ela atinge a própria inviolabilidade, com efeito, no dia em que eu – para não ir além, para não falar de quaisquer dos meus brilhantes colegas, mas de mim mesmo – proferir discurso como líder de oposição não haverá estação de rádio neste país, que não se sinta acuada pelo receio de que a simples transmissão do meu discurso sirva de base suficiente à suspensão de suas atividades. Destarte, é para esse ponto que chamo a atenção dos nobres colegas. Meu projeto é redundante e pode ser considerado pela Comissão de Justiça até como projeto injurídico, visto que ele visa dispor sobre matéria que a Constituição Federal prevê com caráter auto-aplicável: reconheço-o. Mas no dia em que a Comissão de Justiça tal declarar, e no dia em que o plenário aprovar parecer da Comissão de Justiça, nesse sentido, considerando desnecessário, então por outras vias, por outros caminhos, por outro processo, o plenário terá declarado aquilo que desejo que declare, isto é, que o ato do Ministro da Viação é um ato vandalicamente, miseravelmente abusivo e inconstitucional. *(Muito bem! Palmas.)*

O Sr. Loureiro Júnior – Mas V. Exª não respondeu à minha objeção, que fica de pé; V. Exª afirmou estar de acordo em que todas as vezes que o poder público agir na defesa da ordem pública, procede constitucionalmente. Agora prove V. Exª por meio da legislação especial que o poder público feriu a Constituição; V. Exª não

conseguirá provar. Perdoe-me, Senhor Deputado Afonso Arinos, mas considerar inconstitucional a defesa da ordem pública é deixar em desamparo a própria ordem pública.

O Sr. Segadas Viana – Os apartes do nobre Deputado Sr. Loureiro Júnior vêm agora confirmar a pertinência e a oportunidade do projeto de Vossa Excelência.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Alberto Tôrres – Permita-me V. Exª. O Sr. Deputado Loureiro Júnior quer justificar a violação flagrante da Constituição Federal, por uma simples portaria.

O Sr. Loureiro Júnior – Quero definir, não justificar.

O Sr. Alberto Tôrres – O nobre colega, mesmo, é quem declara que a Portaria do Ministro foi baixada em defesa do regime; todavia, essa mesma Portaria impede que os deputados e senadores, pelas palavras proferidas no recinto das duas casas do Congresso Nacional, tenham-nas levadas, por meio das estações radiodifusoras, ao conhecimento de toda a opinião brasileira. O projeto objetiva fulminar esse inqualificável abuso do Poder Executivo.

O Sr. Loureiro Júnior – Nunca fiz tal afirmação.

O Sr. Carlos Lacerda – Sobre o assunto, e por todos os motivos, pretendo reservar-me para melhor oportunidade, a fim de não interromper a exposição de V. Exª. No entanto, doer-me-ia a consciência se deixasse passar em silêncio que um colega do valor e do brilho do nobre representante de São Paulo visse a sua memória traída na referência que fez à lei inglesa. Em primeiro lugar, lembraria a S. Exª que, na Inglaterra, se algum Ministro assinasse tal portaria, já não seria mais Ministro. *(Muito bem!)* Em segundo lugar, o *Defamation Act,* de 52, é a culminação de longa e penosa evolução legislativa, que vem dos tempos de João Sem Terra, na reparação do libel, isto é, a difamação por escrito, ou do *slander,* difamação verbal, assunto de que não se ocupa o governo Kubitschek, para que o primeiro réu do crime de difamação não seja um deputado como V. Exª.

O Sr. Humberto Molinaro – Na Inglaterra, deputado como V. Exª estaria na cadeia.

O Sr. Carlos Lacerda – Aceito a grosseira destinação que esse Sr. Deputado pretende dar-me. Quero acentuar, porém, dois fatos. O primeiro é este: não se defende a ordem pública descumprindo a Constituição.

O SR. AFONSO ARINOS – E violou.

O Sr. Carlos Lacerda – Segundo passo: é preciso que se acabe com o vezo de mencionar o exemplo de nações estrangeiras para cobrir de ridículo a cultura jurídica nacional. É uma verdadeira heresia pretender-se dizer que na Inglaterra isso se dá, como nessa infeliz Portaria, pelo simples fato de que o *Defamation Act,* de 1952, desde logo estabelece o que se chama os *statutorium privilege,* ou seja, em matéria

de relevante interesse público, todo e qualquer cidadão tem o direito de fazer toda e qualquer afirmação, sujeito, unicamente, ao ônus da prova. Ora, se assim se dá com qualquer cidadão, muito mais com a Câmara dos Comuns, onde um funcionário do governo de Sua Majestade Britânica foi preso por ordem do Presidente da Câmara dos Comuns por ter violado o princípio sagrado da intangibilidade das palavras e dos atos dos membros daquela Câmara.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

O Sr. Loureiro Júnior – Pediria a V. Exª me permitisse responder ao Sr. Deputado Carlos Lacerda, de vez que S. Exª se dirigiu a mim em seu aparte.

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Loureiro Júnior – A grande admiração que tenho pela cultura e pela inteligência do Sr. Deputado Carlos Lacerda é que me obriga, nesse momento, a responder a S. Exª. Em primeiro lugar, S. Exª entendeu muito mal o sentido de meu aparte, porque eu não quis, na minha afirmação, justificar o ato, a Portaria do Sr. Ministro. O que eu queria dizer é sobre o problema da inviolabilidade do deputado. Eu lembraria a S. Exª que na Inglaterra o rádio é controlado diretamente pelo governo.

O SR. AFONSO ARINOS – É exato.

O Sr. Loureiro Júnior – Na Inglaterra, para um deputado fazer uso do rádio, fa-lo-ia de acordo com o governo que controla o rádio, que a ele pertence, por que o rádio, lá, pertence ao governo. A terceira objeção é no seguinte sentido: o deputado pode atuar fora, como ocorre na Inglaterra, mas quando vai atuar fora vai com licença do poder público e garantido pela própria polícia do poder público inglês. No Brasil, não. O deputado é dono de tudo. Chega a uma praça, faz um comício, ofende os ocupantes do poder, prega contra as instituições, pratica crimes de alçada privada e quer sempre defender-se com a inviolabilidade. O Deputado Carlos Lacerda, portanto, não respondeu a meu aparte, talvez por que não me ouviu, pensando que eu estivesse justificando uma Portaria, da qual não tratei, no sentido que S. Exª focalizou.

O Sr. Arruda Câmara – O nobre orador vai permitir-me um aparte. Não quero discutir o que vai pela Inglaterra, pelos Estados Unidos ou alhures. Temos dispositivos constitucionais que asseguram a inviolabilidade dos Srs. Deputados no exercício do seu mandato *(muito bem)*, isto é, para proferir e publicar discursos, seja pela imprensa, seja pelo rádio, ou por qualquer outro meio de divulgação. Tivemos, aqui, o cerceamento dessa inviolabilidade por membros do atual governo, que o foram também do governo passado – e, agora, por meio de uma simples portaria ministerial. Entretanto, não podemos admitir que, nem por ato, nem por portaria, nem mesmo por lei ordinária, o governo revogue ou aniquile dispositivos da Constituição, que devem ser respeitados. Se o Congresso achar

que tais dispositivos constitucionais estão errados ou dirigidos em mau sentido, que reforme a Constituição.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado, Sr. Presidente, não concedo mais apartes, porque só disponho de 5 minutos.

O Sr. Ari Pitombo – Permita-me, apenas, uma pergunta ao nobre Deputado. Este decreto sobre rádio, se não me engano – e V. Exª poderia ajudar-me –, foi assinado por um Ministro da UDN, Sr. Maurício Joppert, que, naquela época, estava no governo. Quer dizer que a UDN quando está no governo é uma coisa, e quando está na Oposição é outra.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência, agora, me permitirá que eu responda à sua pergunta. V. Exª e eu somos bons amigos. V. Exª me fez, precisamente, a mesma pergunta no meu discurso de três anos passados – tenho boa memória – e darei agora a resposta que já dei: o Senhor Maurício Joppert era Ministro do Presidente Dutra e o Presidente Dutra exercia um governo de fato, a Constituição ainda não havia sido votada – o dispositivo não estava, portanto, inserto no texto da Constituição. Não existe, assim, relação entre o que V. Exª está dizendo e o que eu estou afirmando, e ainda que existisse não haveria relação entre a lembrança tão viva e tão honrosa de V. Exª e as conclusões a que quero chegar no meu discurso.

Essas conclusões são as seguintes Sr. Presidente: entendia, até este momento, que a minha lei seria redundante, uma lei interpretativa, que esta casa do Congresso não precisava, talvez, de um texto desta natureza para defender nossas próprias atribuições e a dignidade da nossa própria função. Mas, já agora, em virtude dos apartes do meu nobre colega Loureiro Júnior, estou concluindo que a minha lei é muito necessária, se aqui dentro da Câmara se vem sustentar...

O Sr. Prado Kelly – Conceda-me V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Um momento, meu nobre Líder.

...a possibilidade de um Ministro da Viação infringir frontalmente a Constituição, que está sendo atingida em um de seus preceitos básicos, sob o pretexto de que se deve resguardar a ordem pública para eventos futuros e ignorados, se há um deputado que pensa assim, que é possível a infração frontal da Constituição em virtude de receios de possíveis perturbações da ordem pública, naquilo que diz respeito à mais sagrada de nossas garantias, eu, então, digo: essa lei é necessária. Digo mais, Sr. Presidente: ela diz respeito a um dos pontos fundamentais da democracia brasileira.

Dirigi-me a membros de todos os partidos, e nenhum dos deputados a quem me dirigi negou-se a assinar este projeto. Ninguém declarou que não assinava. Apenas ponderaram que o projeto seria, talvez, desnecessário, porque a Constituição é auto-aplicável.

O Sr. Loureiro Júnior – Eu não fiz essa declaração, e se V. Exª me tivesse convidado, talvez teria assinado.

O Sr. Prado Kelly – Permita-me o nobre orador. Em complemento às declarações de V. Exª, desejo informar à casa que o primeiro requerimento de urgência que a oposição tiver de fazer versará sobre o projeto nesta hora apresentado por V. Exª em defesa das prerrogativas parlamentares. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre Deputado.

Sr. Presidente, entrego o meu projeto à consciência política, à consciência cívica dos meus colegas.

O Sr. Flores da Cunha – Nobre Deputado, V. Exª sabe que, em matéria de prerrogativa dos representantes da nação, não cedo um passo e, por este motivo, assinei o projeto de V. Exª. *(Muito bem! Palmas.)*

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

Sr. Presidente, entrego o meu projeto – repito – à alta consciência de meus nobres colegas da Maioria. Estou certo de que a oposição me acompanhará sem um voto de discrepância. Entrego-o à Maioria desta Casa, ao nobre Líder Vieira de Melo e seus dignos companheiros de liderança; ao nobre Sr. Líder Fernando Ferrari e seus eminentes colegas de função; ao nobre Líder Campos Vergal e seus companheiros do Partido Social Progressista. Entrego à Maioria desta Casa a sorte do meu projeto, porque não posso imaginar, Senhor Presidente, que essa Maioria, por interesses políticos subalternos, tenha a coragem de afrontar a nação, desligando-se do dever inclinável de defender a soberania e a dignidade do Parlamento brasileiro. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Participação na Força Internacional de Emergência da ONU

19-11-1956

O SR. AFONSO ARINOS *(Como Líder do Bloco da Oposição)* – Sr. Presidente, venho à tribuna para exprimir e relatar o ponto de vista de uma corrente da oposição no que toca ao projeto de decreto legislativo que diz respeito à solicitação feita pela Secretaria das Nações Unidas para a participação do Brasil na força mista que deverá contribuir para a consolidação da paz no Egito e no Oriente Próximo. Como representante da oposição, tive oportunidade de comparecer, por delegação expressa do meu partido, a uma reunião no Palácio do Catete, à qual também estiveram presentes outros delegados da agremiação ou da corrente oposicionista no Congresso, que eram, na ocasião, os

Senhores Senadores Novaes Filho e João Vilasboas, respectivamente Líderes do Partido Libertador e do meu próprio partido na outra casa do Congresso, bem como o Deputado Raul Pilla, Líder do Partido Libertador na Câmara Federal.

Em companhia de tão ilustres colegas assistimos à reunião convocada pelo chefe de Estado, à qual compareceram igualmente os eminentes líderes dos partidos que no Congresso apóiam o governo da República, bem como S. Exª,. o Ministro de Estado das Relações Exteriores, que se faria acompanhar de funcionários graduados do Itamaraty.

Naquela ocasião, debateu-se principalmente – quase diria exclusivamente – o problema da apresentação do pedido formulado pela ONU à consideração do Congresso Nacional.

Entre outros colegas que fizeram uso da palavra, tive oportunidade de expor o ponto de vista da oposição quanto a este aspecto particular, isto é, quanto à necessidade de uma consulta prévia ao Poder Legislativo. E, tendo à mão os dados constantes de um projeto de minha autoria que havia sido oferecido à consideração da Câmara em fins de 1952, desenvolvi a tese ali exposta e pude ter a fortuna de constatar o apoio sem discrepâncias que a essa tese foi honrosamente dado por todos os ilustres representantes dos partidos majoritários, visto que o apoio dos partidos da oposição eu já o tinha conseguido, ou melhor, já dele tivera conhecimento nas conversas que precederam o nosso comparecimento ao Palácio do Catete.

A minha função, portanto, de porta-voz da oposição, nesta emergência, cifra-se apenas em fixar o caráter em que comparecemos à reunião convocada pelo chefe do governo e em expor a natureza dos assuntos ali objeto de discussão e entendimentos.

Realmente, Sr. Presidente, a audiência do Congresso Nacional para a providência solicitada pelo Secretariado da ONU parece-nos irrecusável.

Gostaria de aqui deixar algumas indicações dos motivos que me levam a esta convicção.

A elaboração da Constituição Federal coincidiu, quase que cronologicamente, com as negociações e o preparo da carta das Nações Unidas. Nestas condições, é compreensível, e mesmo natural, que o texto constitucional brasileiro, no art. 4º, sendo, como é, um dos mais precisos, mais densos de conteúdo jurídico e mais perfeitos quanto à técnica de redação, não tenha, entretanto, abrangido uma situação jurídica que só se tornou completamente assente no Direito Internacional contemporâneo exatamente por intermédio da carta das Nações Unidas.

Realmente, o art. 4º da Constituição Federal dispõe:

> "O Brasil só recorrerá à guerra se não couber ou se malograr o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos de solução do conflito regulados por órgão internacional de segurança de que participe."

Este preceito envolve, como disse há pouco, uma afirmação jurídica expressa na mais rigorosa técnica legislativa. Todas as constituições nos últimos trinta anos, ou seja, a partir da primeira grande guerra mundial, que contêm dispositivo equivalente a este, ou seja, dispositivo que tenha por objeto incorporar à órbita do direito interno os princípios ou certos princípios gerais de Direito Internacional o fazem habitualmente, na forma de simples declaração de princípios gerais ou de simples enunciado de anelos ou de objetivos superiores a serem atingidos.

Muito raras são aquelas que, como a Constituição brasileira, atingem, ao mesmo tempo, a enunciação do princípio geral, qual seja o da incorporação de determinados fundamentos do Direito Internacional ao âmbito do Direito Interno, fazendo-o, entretanto, de forma a possibilitar diretamente, pelo seu simples texto, os meios e tornar eficaz essa incorporação.

Esta foi a grande conquista da Constituição de 1946, e por isto devem ser louvados aqueles membros da Comissão Constitucional e das subcomissões que se incumbiram do preparo do artigo 4º.

A declaração da nossa política pacifista, tradicional desde a Constituição de 1891, está expressa no enunciado primeiro do artigo, onde se diz que o Brasil só recorrerá à guerra se não couber ou malograr o recurso ao arbitramento. Mas o caráter automático, auto-aplicável desses dispositivos se contém naquela oração incidente, onde se estabelece que o recurso ao arbitramento é aquele regulado pelos órgãos de segurança internacional dos quais participemos. Aí está precisamente o entrosamento, a engrenagem, se assim posso dizer, do princípio geral com a sua técnica de aplicação, do enunciado com o meio de se tornar eficaz a regra jurídica.

Entendo, Sr. Presidente, que esta disposição é daquelas que estabelecem um limite constitucional ao arbítrio e ao âmbito de ação dos poderes políticos, isto é, em todos aqueles casos onde não houver disposições expressas ou implícitas da Constituição que permitam aos poderes políticos, seja Legislativo ou Executivo, atuarem em matéria de Direito Internacional. Em todas aqueles casos onde a Constituição for silenciosa ou não contiver um desenvolvimento implícito compatível com a sua disposição expressa, então os poderes estão ligados, curcunscritos, obedientes àquelas normas traçadas pelos órgãos de segurança internacional de que participamos. Bem entendido, é claro, que essas normas, segundo o texto expresso da Constituição Federal, para terem eficácia no Brasil devem, necessariamente, sofrer o processo de aprovação pelo Congresso Nacional. A carta das Nações Unidas e a da Organização dos Estados Unidos Americanos possuem a forma de regulamentação, o mecanismo, o aparelho jurídico que condiciona, nos seus limites, a ação do Poder Legislativo em tudo aquilo em que este poder não tiver atribuições expressas na Constituição Federal.

Sr. Presidente, partindo desse princípio e da constatação dessa limitação, que é do direito interno, que é do Direito Constitucional e não de Direito Internacional, é que desejo entender a análise da proposição ora submetida à discussão do plenário.

Quando solicitei atenção para meu projeto, firmava-me exatamente na convicção de que a audiência do Congresso Nacional para solicitações desse tipo era uma

decorrência normal do sistema de integração que adotamos no art. 4º da Constituição Federal. Era uma decorrência precisamente porque a carta das Nações Unidas, pela primeira vez, tinha considerado de maneira diferente o problema da segurança coletiva.

Sabe a casa que a questão da segurança coletiva não é recente. Ela tem, por assim dizer, uma fase utópica, uma fase prévia, inicial, que é aquela em que o Direito Internacional não tinha ainda adquirido seus lineamentos específicos, sua estrutura própria e se confundia, então, com a filosofia, com as idéias políticas, com a moral, em suma.

Nessa fase, grandes escritores do tipo de Grotius e do Padre Vitória já tinham imaginado a necessidade de os estados se reunirem em um sistema, em uma constelação, em uma organização coletiva que pudesse fazer frente, em conjunto, à ameaça de um poderoso agressor.

Mas, Sr. Presidente, como disse, essa primeira fase é aquela que poderemos chamar utópica do Direito Internacional, como existe, paralelamente, a fase utópica da Economia Política, a fase utópica do Direito Constitucional, a fase utópica da Sociologia.

Posteriormente, e sobretudo a partir das conferências de Haia, da de 1899 e da de 1907, já se percebeu a necessidade de se estabelecer um nexo jurídico, uma relação jurídica, uma qualquer coisa que tivesse fundamento também em princípios jurídicos e não apenas em vagas inclinações morais e de boa vontade. Mas as conferências de Haia colocavam ainda o problema em uma espécie de princípios declaratórios submetidos à defesa da ação individual dispersa. Era como que um apelo às soberanias dos diferentes estados, para que, em caso de agressão de um deles, os signatários das convenções de Haia fizessem aquela pressão conveniente para barrar o caminho ao agressor. A Liga das Nações, ou melhor, o Pacto de Versalhes progrediu neste rumo. Progrediu, mas considerou que a segurança coletiva funcionava apenas em termos de oposição e resistência à guerra - à guerra solene, à guerra uniformizada, à guerra declarada, proclamada com todas aquelas minúcias e com todos aqueles pressupostos rigorosos do clássico Direito Internacional. É verdade que depois da aprovação do pacto e durante o decurso malfadado e tormentoso da Liga das Nações, tentou-se, por mais de uma feita, uma adaptação dos princípios do Pacto a uma técnica mais evoluída de natureza política. Houve, então, a tentativa conhecida sob o nome de Protocolo de Genebra que foi afinal torpedeada pela luta que se estabeleceu entre a Inglaterra e a França em matéria de política continental. Finalmente, verificou-se uma recrudescência, ou uma repetição da tentativa com o Pacto de Locarno, onde se procurou incluir a Alemanha republicana, a Alemanha democrática, a Alemanha de Weimar, no sistema das nações pacíficas que procuravam encontrar uma solução orgânica para esse problema crucial da vida moderna: o problema da segurança coletiva.

Sabemos, também, como o Pacto de Locarno não pôde funcionar, em virtude já então da hostilidade latente entre a França e a Alemanha, em decorrência do nacionalismo alemão, que levantava a sua poderosa voz dentro de um programa

nitidamente revolucionário, e também, digamos de passagem, em conseqüência da ação brasileira que sustentou a necessidade da incorporação da América, da incorporação efetiva do continente americano no sistema de paz ideado pelo Tratado. Não tendo sido consultada sobre as soluções combinadas previamente entre os estados signatários do Pacto de Locarno, a ação brasileira vetou, impediu uma das condições eficientes ou um dos pressupostos necessários deste organismo, e tornou inviável o Pacto de Locarno, e esta tentativa de organização da segurança coletiva. Mas a carta da ONU já se prevê aquilo que o Pacto de Versalhes não previa e aquilo que os instrumentos transitórios ou de acomodação posterior, como o protocolo de Genebra e o Pacto de Locarno não puderam prever, isto é, a possibilidade do emprego de uma força internacional, não para interferir em um conflito armado, não para interferir em uma guerra, no sentido clássico da expressão guerra e na forma tradicional em que o Pacto da Liga das Nações considerava a guerra, mas uma força internacional que viesse restabelecer a tranqüilidade e a paz naqueles pontos do globo onde dissídios ou litígios de natureza política ou jurídica estivessem sendo resolvidos pelo emprego da força.

Foi exatamente essa diferença entre a guerra e o emprego da força que caracterizou o avanço da carta sobre o Pacto e que exatamente colocou a Constituição de 1946 na linha do Pacto, mas não na linha da carta, porque a Constituição de 46 fala na guerra, como há pouco tive oportunidade de reler, mas não se refere ao emprego da força sem a declaração de guerra e sem o reconhecimento do estado de guerra, precisamente aquela situação jurídica a qual devemos atender para o cumprimento das obrigações que assumimos, e das limitações política que nos impusemos, em função do próprio artigo 4º da Constituição Federal.

Assim, meu projeto, apresentado em 52, tinha por objetivo – utilizando a mais rigorosa técnica do Direito Internacional, ou seja, aquela possibilidade de se estender por meio de uma interpretação construtiva, trazendo-se para os poderes políticos aquela soma de atribuições consignada debaixo do nome genérico de poderes implícitos, ou seja, aquela capacidade de praticar todos os atos convenientes para a realização dos atos expressamente previstos – então, pareceu-me tínhamos também que submeter ao Congresso essa participação do Brasil no restabelecimento da ordem, nos momentos em que existe o emprego de força sem declaração de guerra, porque aí estaríamos construindo, por meio da teoria dos poderes implícitos, a competência do Congresso para também dar licença que essas forças se mobilizassem, que essas forças se transferissem, que essas forças fossem empregadas nos casos de aplicação daquela situação de emprego de força, e estaríamos, portanto, completando aqueles poderes, que temos, de dar permissão para a mobilização, prevista na Constituição para os casos de guerra. Esta foi a intenção do meu projeto, realmente com esta intenção o meu projeto foi adotado nesta casa, mediante pareceres unânimes das comissões de Segurança, de Diplomacia e de Constituição e Justiça. E foi também, segundo pude depreender, o assentimento a esta tese que sustentei que levou os nobres líderes dos partidos majoritários a, apoiando a minha proposição e concordando com a minha justificação, determinarem a aprovação do projeto que hoje se acha transformado em lei da República.

É, portanto, no cumprimento de uma lei da República que o Executivo se dirigiu a esta casa, solicitando nossa manifestação no caso do envio de tropas.

Sr. Presidente, pergunto a V. Exª de quantos minutos disponho.

O SR. PRESIDENTE – Informo a V. Exª que o tempo de que dispunha terminou às 15h20min. No entanto, consultado, o Sr. Líder da Maioria, Deputado Vieira de Melo, concordou em que V. Exª continuasse por mais alguns minutos.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradecendo ao nobre Líder da Maioria, informo a V. Exª que serei breve e procurarei terminar em poucos minutos.

Queria declarar, no nosso voto, ou melhor, no meu voto, que estou interpretando apenas uma das correntes da oposição, porque, como se sabe, o problema foi considerado aberto, e a oposição votará de acordo com a convicção individual de cada Deputado, mas eu voto pelo assentimento da proposta, pelo envio de tropas, pelas razões que sucintamente procurei deduzir.

Estou convencido de que o ato de agressão a Suez foi um ato brutal de infração aos princípios estabelecidos na carta das Nações Unidas. Sabemos que um dos princípios gerais do Direito Internacional é aquele que estabelece a diferença entre o estreito e o canal. A passagem dos estreitos é matéria de Direito Internacional, não suscetível de controvérsia, porque o estreito é acidente geográfico que sempre foi considerado como veículo para navegação livre. A navegação dos estreitos, no Direito Internacional, está confundida com a navegação dos mares. Não há por conseqüência discussão sobre a liberdade de navegação dos estreitos. Os canais, entretanto, constituem capítulo diferente. Sempre se entendeu, em toda a tradição livre, desimpedida e desinteressada do Direito Internacional, que os canais sejam ou não construídos pelo Estado cujo território atravessam, são pela sua própria natureza de obra artificial, de engenharia, uma via de comunicação que está vinculada à soberania do Estado em cujo território se encontra. Assim, não se confundem o princípio referente aos estreitos com o princípio referente aos canais. E assim tradicionalmente se tem aceito que a soberania sobre o território atravessado por um canal é a soberania nacional do país que ele percorre. Por conseqüência, a técnica, a tradição e a pureza dos princípios do Direito Internacional sustentam que o Canal de Suez, atravessando território egípcio, está subordinado à soberania do Egito.

Não posso entrar aqui na apreciação das causas que levaram a este grande atentado da França e da Inglaterra contra o território do Egito porque seria estender demasiadamente meu discurso. Quero apenas recordar que a Inglaterra foi sempre contra a abertura do Canal de Suez. Desde 1856 ela se opôs calorosamente, e Lord Palmerston, Presidente do Conselho, Ministro dos Estrangeiros, impediu, durante muitos anos, que Lesseps pudesse, dentro da Inglaterra, conquistar o capital necessário para o seu empreendimento. A Inglaterra só se veio associar à empresa do Canal de Suez muitos anos depois da inauguração da obra, quando o governante do Egito, naquele tempo ainda submetido à Turquia, por necessidades financeiras

vendeu à Inglaterra os quarenta e tantos por cento das ações que ele pessoalmente possuía da empresa do Canal. As ações, como sabe, foram cobertas – mais de 50% – pela França, pouco mais de 49% pelo Egito, principalmente pela família soberana do Egito e o resto por pequenos portadores de diferentes ações, visto que era uma empresa particular.

Mas, Sr. Presidente, a verdade é que, se, de um lado, se desvenda e se caracteriza a ilegalidade deste ataque, de outro lado também não podemos deixar de reconhecer a imprudência desafiadora, agressiva e contundente da ação do governo egípcio, desde 1952, e, particularmente, desde 1954.

Não tenho tempo para fazer uma demonstração exata e abundante do que aqui venho dizendo, mas o que se depreende dos discursos do chefe de governo egípcio, o Coronel Nasser – discursos oficiais em edição oficial que aqui estou exibindo aos Srs. Deputados –, é que realmente se estava constituindo, no Egito, uma mentalidade militarista nacionalista, no mau sentido, e agressiva, que punha em risco iminente todas as relações jurídicas estabelecidas nos tratados que vigiam entre o Egito e as grandes nações.

O que acontece no nacionalismo moderno – sou insuspeito para falar disto, porque o meu segundo livro, escrito já lá vão mais de vinte anos, chamava-se precisamente *Preparação do Nacionalismo*; sou um dos velhos teóricos do nacionalismo em nosso país –, o que hoje ocorre, o que atualmente se verifica é que a doutrina nacionalista se transforma, pouco a pouco, numa ponta de lança, numa patrulha avançada do internacionalismo soviético, do imperialismo soviético: é apenas um processo de arregimentação emotiva nos países subdesenvolvidos para a infiltração violenta, dominadora e poderosa desse imperialismo que, se não é igual é pior do que todos os grandes imperialismos.

O Sr. Dilermando Cruz – Se o nobre orador reconhece isso, por que não vamos reagir?

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, peço que o nobre Deputado me perdoe não entrar em controvérsias com S. Exª, pois já estou falando no tempo do Líder Vieira de Melo.

O Sr. Dilermando Cruz – V. Exª está usando o argumento anglo-francês.

O SR. AFONSO ARINOS – Não estou.

Sr. Presidente, o que ocorre hoje em certos países subdesenvolvidos é a preparação de uma classe militar, com a exacerbação do sentimento nacionalista desta classe, a fim de que ela atue como guarda avançada de uma revolução comunista. Antigamente se reconhecia na própria teoria do marxismo-leninismo que a classe operária era a vanguarda do povo, no sentido da revolta social; hoje as condições modernas da política internacional fizeram com que a classe operária ou o Partido Comunista seja, em certos países subdesenvolvidos, substituída para uma organização militar consciente, pequena, porém ativista, audaciosa e

profundamente sabedora dos nossos objetivos. Quem o diz não sou eu; é, entre outros, o próprio Coronel Nasser, que explica, no discurso sob o título "Filosofia da Revolução", a razão pela qual o exército do Egito realizou exclusivamente, sem concurso de qualquer outra força, essa revolução. Ele reconhece que a revolução egípcia de 1952 foi realizada exclusivamente pelo exército, vamos dizer, como patrulha, como elemento atuante, como força de desenvolvimento de um grande movimento de retaguarda que seria exatamente a emotividade e a receptividade populares para os temas do nacionalismo.

Ora, Sr. Presidente, o que é o nacionalismo? O nacionalismo é uma palavra. Podemos sustentar que há tantos nacionalismos quantos estados que praticam o nacionalismo. Podemos distinguir uma quantidade enorme de nacionalismos. Há estudos até sob certos aspectos do pan-nacionalismo, isto é, aquele que se estende além do território nacional e que procura incorporar, na sua força de expansão, aquelas populações ligadas, por algumas razões, ao núcleo de determinado Estado. Há, por exemplo, razões religiosas, como o caso do Coronel Nasser que apela para os 400.000.000 de muçulmanos. Repare bem a Câmara, ele não apela para os 40 ou 60 milhões de árabes, mas para os 280.000.000 de muçulmanos, quer dizer, os habitantes do Paquistão, grande parte do Irã e de outros estados onde existem populações muçulmanas.

Existe o pan-nacionalismo que não é mais fundado em razões, digamos, religiosas, mas, especialmente, em razões étnicas, em razões raciais. Temos, então, pan-nacionalismo eslavo que procura incorporar à órbita da nação soviética alguns países, pela exclusiva circunstância de serem de origem eslava. Esta foi a exatamente doutrina que defendeu o pan-nacionalismo germânico, que queria incorporar ao domínio alemão todos aqueles países que tivessem origem ariana ou alemã.

O nacionalismo é também isto. O nacionalismo cessou de ser uma definição e um sentimento das elites no século XVIII, e no princípio do século XIX passou a ser uma emoção profundamente sincera, um sentimento impetuoso, coletivo em todos os países subdesenvolvidos. Houve uma popularização do nacionalismo. Da mesma maneira, porém, que o nacionalismo, no século XVIII e XIX, era a expressão do pensamento e do sentimento de um pequeno grupo ativista e atuante de intelectuais e, até mesmo, de dinastas – porque o nacionalismo foi no início, apenas uma reabilitação de certas dinastias –, hoje, no século XX, o nacionalismo nem sempre é, mas muitas vezes pode ser, apenas a massa de manobra, para que uma nova oligarquia atuante, diminuta, audaciosa e profundamente bem informada se aposse dessa esplêndida messe de boa vontade, de esforço, de coragem, de espírito de sacrifício do povo que deseja, realmente, subir, tornar-se digno, participar com honra e com satisfação dos encargos do Estado. Submete-se então essa imensa massa aos desígnios especialíssimos de uma nova oligarquia, de uma pequena oligarquia que, nos países subdesenvolvidos, de acordo com a orientação teórica assinalada, vem sendo e deverá ser por algum tempo uma oligarquia militar.

O Sr. Gabriel Passos – V. Exª está fazendo brilhante digressão sobre o conceito de nacionalismo e dá a esta palavra proporções imensas. Esse conceito

poderia estender-se, também, pelo raciocínio de V. Exª, a todas as civilizações cristãs, que teriam sido o nacionalismo ocidental. O conceito de nacionalismo, porém, é sempre um pouco mais estrito. Nem sempre, eminente líder, o nacionalismo significa um sentimento muito respeitável, porém ingênuo. Nem sempre nacionalismo quer dizer sentimento de amor ou devoção aos interesses de determinada nação, a serviço de uma nação ou de uma ideologia estrangeira. Nem sempre ocorre isso. Pode acontecer que haja infiltração estranha no nacionalismo, como pode haver em qualquer setor. Peço licença a V. Exª para, no seu brilhante discurso, dizer das minhas reservas quanto a essa conceituação de nacionalismo. Se o Regimento me permitir, ocuparei a tribuna oportunamente para tratar minuciosamente desse ponto.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado Gabriel Passos. Não sei se S. Exª observou que, no início de meu discurso, falei sobre a liberdade que todos os nossos companheiros teriam para manifestar seu ponto de vista, o seu voto.

Mas quero salientar ao nobre colega que não estamos divergentes porque este conceito de nacionalismo construtivo, realizador e nada ingênuo a que S. Exª se refere é precisamente o meu. E não cheguei ainda a emiti-lo porque, inclusive, fui interrompido pelo brilhante e instrutivo aparte de S. Exª.

Falava eu, Sr. Presidente, sobre um certo tipo de nacionalismo. Agora exatamente queria abundar nas considerações do meu querido amigo, ilustre correligionário e compatrício Gabriel Passos, para dizer que, em países como o Brasil, há necessidade da distinção, pelos homens que representam as elites culturais e políticas, entre os dois tipos de nacionalismo: aquele que nos prende e que nos levará como caudatários de novos imperialismos e aquele que nos incorporará à posse do destino de nós mesmos e à defesa de todos os movimentos e de todas as reivindicações que coincidirem sempre com o engrandecimento nacional. Deste nacionalismo faço eu parte, nobre Deputado Gabriel Passos; nunca me desviei dele. A acusação que aqui me tem sido feita é de ter levado talvez um pouco além do que era de se esperar a minha contribuição a este nacionalismo. Eu não quero ir além da Petrobrás. Sabe o nobre Deputado a participação obscura, porém perfeitamente definida, que tive...

O Sr. Gabriel Passos – Sempre brilhante.

O SR. AFONSO ARINOS – ...na recusa da mensagem recometida pelo Poder Executivo estabelecendo o processo de exploração dos combustíveis do petróleo no nosso país. Não ignora o nobre Deputado a pequena, porém muito sincera, ajuda que pude trazer à posição do nosso partido, como não ignora a importância que teve a posição do nosso partido na apresentação final do problema.

O Sr. Luís Garcia – Posição que se deveu, sobretudo, à intervenção inteligente e brilhante de V. Exª quando da reunião da bancada e do diretório na sede do partido e, mais tarde, em debate amplo sobre o assunto aqui no plenário.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre Deputado.

Senhor Presidente, entendo que uma das teses – não falo em tese econômica, em tese de desenvolvimento industrial, mas em tese de garantia jurídica e de manutenção da paz: posso estar errado, mas se o estiver é com a profunda convicção que nos impõe o nosso nacionalismo – é o fortalecimento da Organização das Nações Unidas à qual estamos vinculados não apenas pelo preceito do art. 4º a que me referi, mas por todos os interesses da nossa situação de potência média.

Sr. Presidente, quero apelar para o plenário desta casa a fim de que se recorde do que foi o fracasso da Liga das Nações, em função do desaparecimento da influência das potências médias e da transformação daquele organismo em campo de batalha das ambições das grandes potências.

A guerra da Espanha foi o sacrifício de uma potência média, a transformação de uma potência média em campo de batalha de dois grandes imperialismos. Assistimos o quanto a guerra de Espanha permitiu e contribuiu para o fracasso da Liga das Nações, e sabemos que o fracasso da Liga das Nações contribuiu para a deflagração da guerra mundial, e todos nos vimos envolvidos.

Ora, Sr. Presidente, o que de nós se espera hoje, conforme demonstrei, não é a participação em operação bélica, não é sequer a participação em operação ofensiva como a que a ONU realizou na Coréia; o que de nós se espera é apenas a demonstração de boa vontade e de confiança no organismo internacional incumbido de manter a paz, de fazer os mais desesperados esforços pela manutenção da paz, condenando, como aqui condenei, com a maior veemência e energia, a agressão imperialista da Inglaterra e da França ao Egito e condenando, como condenei, com a mesma veemência e energia, a agressão imperialista da Rússia soviética à Hungria.

Se nós, como potência média, não vitalizarmos, não prestigiarmos, não consolidarmos as Nações Unidas, estaremos como o avestruz, como foram as potências médias antes da segunda guerra mundial, metendo a cabeça debaixo da asa, à espera do tufão. Mas esse tufão provavelmente virá, e temos de verificar, Sr. Presidente, que o que até agora ocorre no Egito é completamente diferente do que ocorreu no Egito de 1882, quando do bombardeio de Alexandria – aqui muitas vezes invocado –, e do desembarque das forças inglesas, em Suez, e na ocupação do Canal. Essas forças não se retiraram, mas ali se mantiveram, ali permaneceram, até depois do Tratado de Constantinopla, em 1888. E a Inglaterra só se retirou do Egito, quando quis, em 1904.

Hoje, vemos, uma semana depois do seu desembarque, a Inglaterra ter de baixar a cabeça, ter que curvar a cerviz diante da força das Nações Unidas, força não material,mas força moral, que arregimenta o mundo, no intuito de autodefesa, que é a defesa da segurança coletiva.

Vamos cumprir os compromissos. Estamos dispostos a prestigiar as Nações Unidas. Assistimos a essa demonstração da desigualdade de duas situações: a mesma potência que se retira, quando, há sessenta anos, a isso se recusava.

É com estas palavras que afirmo que sou nacionalista e contra a guerra. E por ser nacionalista, por defender os interesses do Brasil e por ter no meu sangue e no

meu nome uma tradição de defesa da paz, contra a guerra, é que voto pelo comparecimento do Brasil e por que o nosso país cumpra as obrigações que assumiu na carta das Nações Unidas e na Constituição Federal. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador e cumprimentado.)*

Acordo Brasil-EUA para cessão da base de Fernando de Noronha

25-2-1957

O SR. AFONSO ARINOS *(Como Líder do Bloco da Oposição)* – Sr. Presidente, desincumbindo-me, com algum atraso, da missão que me foi conferida, pela bancada do meu partido, de manifestar em seu nome, perante a Casa e a Nação, nossa posição em face do problema do acordo entre o nosso país e os Estados Unidos relativamente à cessão da base de Fernando de Noronha.

O atraso com que venho à tribuna se explica pela intercorrência da votação do projeto em regime de urgência que acaba de ser retirado da ordem do dia, e também pela repugnância que sempre tenho em solicitar a palavra como líder de bloco parlamentar, na hora do grande expediente, prejudicando os discursos e as inscrições de ilustres colegas desta casa.

Devo dizer, aliás, a V. Exª que meu discurso seria talvez dispensável, a esta altura dos debates, visto como já ocuparam a tribuna elementos altamente autorizados e representativos da opinião udenista, naquilo que ela possui de mais significativo e de mais genuíno, nas duas linhas mestras em que se divide ou decompõe.

Na verdade, em todas as agremiações políticas do nosso país, em todos os órgãos coletivos, haverá sempre a coexistência de duas tendências, eu as definiria como representando, uma, a de maior preocupação, de maior atenção e de maior esforço no sentido da preservação e do estímulo às tradições da solidariedade continental; e a outra, a de maior empenho, a de maior cuidado na defesa dos interesses peculiares e internos do nosso país e na salvaguarda exigente de todos os títulos e de todas as aparências que, direta ou indiretamente, se relacionem com a integridade da soberania nacional. Estas duas tendências são inevitáveis, hoje, em todos os países que não sejam os líderes dos dois grandes blocos em que se divide o mundo.

Estas duas tendências visam, de um lado, a composição de um esforço coletivo para a consolidação de um bloco político capaz, principalmente, de manter a paz antes de ir à guerra, e, de outro lado, defender, dentro desta política de integração internacional, a manutenção da personalidade nacional e a defesa das características da soberania interna. Estas duas tendências, de resto, Sr. Presidente, nos dividem psicologicamente a cada um de nós.

Nós mesmos, quando nos voltamos sobre os nossos pensamentos e sobre os nossos sentimentos, quando nos debruçamos sobre a forma subjetiva com que encaramos os problemas universais, verificamos que ora nos deixamos arrastar e inclinar no sentido da aceitação da necessidade de uma cooperação eficaz que una o bloco americano numa rede de interdependência diplomática e política capaz de impor o respeito a possíveis agressores não-continentais, ora nós mesmos em certas ocasiões, diante de certos fatos, em face de certos riscos, encontramos também dentro de nós aquele núcleo que eu chamaria suspicaz e preocupado em resistir para que a execução desta política de integração continental não se faça inutilmente, à custa, com o sacrifício daqueles elementos insubstituíveis da nossa soberania e daqueles interesses inafastáveis da nossa economia e do nosso desenvolvimento material.

Portanto, Sr. Presidente, acredito poder assegurar que a totalidade da nossa bancada se distribui ao mesmo tempo que se une, se diversifica do mesmo passo que se congrega dentro destas linhas que não são divergentes, mas, ao contrário, convergentes e, no máximo, paralelas, da convicção em que nos achamos do acerto de uma política de integração continental, de uma política de hostilidade à formação de grupos, dentro da América, mais favoráveis à organização do novo mundo, não em superestados, porém em um conjunto de estados, de tal forma persuadidos, de tal maneira convictos, a tal ponto seguros da necessidade da solidariedade coletiva, que possam esses mesmos estados transformar – como vêm transformando realmente desde o último Congresso de Panamá em 1939 – aquelas primeiras alusões contidas nas divagações dos pensadores políticos do princípio da centúria passada e aquelas doutrinas de natureza jurídica que formaram a estrutura de todo o Direito Internacional interamericano –, transformar, dizia, aquelas conjeturas jurídicas e essas doutrinas jurídicas em um só congregado de leis positivas, de direito positivo, que tais são os tratados políticos internacionais, leis que venham, afinal, dar eficácia e permitir o cumprimento integral daquelas elucubrações políticas e daquelas doutrinas jurídicas. Quando acompanhamos, na formação do Direito Internacional americano, o problema da solidariedade coletiva, verificamos que sempre o nosso país esteve galhardamente à frente como pioneiro, como desbravador, no caminho da construção desta tese tradicional da política americana.

Costuma-se, Sr. Presidente, relembrar a figura admirável do Presidente James Monroe como sendo o instituidor da política americanista. Mas nós, brasileiros – muitos de vós o tereis já proclamado –, e eu mesmo aqui desta tribuna humildemente recordei que, se existe precursor, que se existe anunciador profético, iniciador iluminado nessa direção, é ele o grande estadista e grande diplomata Alexandre de Gusmão, que já nos seus prolegômenos ou nas suas considerações prévias anteriores ao Tratado de Madri declarava que a América devia unir-se, que a América devia completar-se, que a América devia realizar-se, esquecida das possíveis divergências que levassem aos campos de sangue os povos do velho mundo. Mas não vou aqui recordar fatos comezinhos do conhecimento de meus ilustres pares. Voltando

apenas à diplomacia contemporânea, cingindo-me somente ao Direito Internacional organizado e codificado através dos atos positivos, lembrarei à Câmara que desde 1923, na Conferência de Santiago, o Brasil sustentou esta tese que hoje se vem repetindo infatigavelmente, a da coexistência pacífica dos estados, tese tendente a se transformar também numa coexistência defensiva desses mesmos estados americanos, em face de um perigo comum. Em 1923, em Santiago, e, posteriormente, na Conferência de Paz ao fim da guerra do Chaco, em Buenos Aires, na Declaração de Lima, em 1938, e, finalmente, depois de irrompido o segundo grande conflito mundial, em 1939, no Panamá, foi o Brasil, foram sempre os estadistas brasileiros, foram sempre os diplomatas do nosso país que iniciaram ou facilitaram ou resolveram aquela diretriz da solidariedade coletiva do hemisfério que, a partir da Ata de Chapultepec, do tratado instituidor das Nações Unidas, ou seja, a carta de São Francisco e, finalmente, do Tratado Interamericano do Rio de Janeiro se tornou a linha, por assim dizer, inevitável e obrigatória do pensamento e da prática diplomática em todo o novo mundo.

Mas, Sr. Presidente, se o problema da solidariedade coletiva é por nós assim encarado, se estamos convencidos de que os riscos, as dificuldades e a tragédia das guerras modernas tornam não apenas conveniente, mas, também, inafastável a aliança dos povos que visam impedir novos conflitos, também estamos, por outro lado, convencidos de que essas alianças, de que essas composições, de que esses agrupamentos constituídos na base de uma política de solidariedade coletiva, não devem e não podem transpor as finalidades específicas para as quais existem, não podem ir além dos limites que a sua própria natureza impõe a atos dessa magnitude, e não podem, portanto, Sr. Presidente, servir de pretexto para que se infiltre, para que se insinue no seu contexto e na sua execução objetivo de natureza econômica ou de natureza política que venham cercear a soberania nacional e comprometer a economia de determinado país.

Esta é, afinal, a linha do nosso partido. Nesta linha, estou certo de interpretar a totalidade dos meus companheiros, e é, por isto mesmo, que também em nome do nosso partido, e representando esta linha conjunta, embora complexa, devo eu exprimir as nossas reservas e, mais do que as nossas reservas, as nossas críticas e as nossas acusações ao governo da República, em virtude da maneira pela qual foi negociado, foi tratado, foi resolvido e foi assinado o acordo com os Estados Unidos.

Esta divisão, que considerei a principio até pessoal, porque ocorre dentro de cada um de nós, entretanto, sem que desejemos de qualquer forma levantar suspeitas infamantes, nem procurar contumélias infundadas, não se apresenta, infelizmente, da mesma maneira nos concílios do governo. A divisão que se estabelece dentro do governo – e quando aqui falo governo refiro-me especificamente ao Poder Executivo, não estou incluindo na minha censura os ilustres componentes da maioria parlamentar – a divisão que se estabelece dentro do governo é aparentemente a mesma que ocorre nos círculos da oposição e de que acabei de dar notícias. Mas só aparentemente, porque, de fato, ela se opera em função de outras causas e persegue e

procura outros objetivos. O retardamento, a confusão, a inércia, a despreocupação, a leviandade com que foram negociados esses acordos, a lentidão incompreensível da sua tramitação entre as alcatifas e os reposteiros dos palácios governativos tinham causas e obedeciam a objetivos diferentes. As causas eram a divisão do governo, não em função das inclinações de natureza subjetiva, mas que se reúnem no mesmo culto e no mesmo interesse pelo bem da pátria, porém a divisão do governo devido a uma linha divergente de seus componentes mais titulados e mais prestigiosos: de um lado, grupo de militares e civis atuados pela demagogia comunista que se infiltrava nos órgãos mais importantes, mais delicados e mais altamente situados no Poder Executivo, a começar pelo Conselho de Segurança Nacional.

O Sr. Carlos Lacerda – Muito bem.

O SR. AFONSO ARINOS – De um lado esta demagogia desenfreada, patrocinada, insuflada, alimentada, explorada e publicada pelo Partido Comunista, fazendo com que as hesitações, as transações, as confusões, as voltas, os recuos se sucedessem dentro do próprio governo, para impedir que o acordo fosse feito; por outro lado, os estímulos que se ofereciam ao acordo eram estímulos entreguistas, eram estímulos capitulacionistas, eram estímulos derrotistas, porque não estavam em função deste interesse geral de uma política de solidariedade continental e de defesa coletiva, mas exclusivamente em função dos apetites alucinados, dos apetites desvairados, dos apetites insaciáveis de certos grupos financeiros, econômicos, que querem, por meio de atos desta natureza, de acordos desta magnitude, de compromissos deste alcance, defender interesses particulares e aninhar-se com benefícios, com lucros, com vantagens que nenhuma ligação têm com os problemas político-internacionais do Brasil. *(Palmas prolongadas.)*

Então a divisão é outra: então a dualidade é diferente; então, a contradição é distinta; então, a oposição não é a nossa. Nós nos dividimos apenas na superfície dos debates, porque dentro de nós, na profundidade enraizada das nossas convicções, embora uns tendam mais para o problema da segurança coletiva e outros mais para o problema da soberania nacional, sabemos que temos que nos integrar na segurança coletiva e que temos de defender a soberania nacional.

Então nossa divisão é de processo, nossa divisão é de superfície, nossa divisão é de aparências, enquanto que do lado do governo, coagido, tolhido, aferreteado, esporeado, dividindo-se, malgrado seu, para traçar planos que não tem e para assinar papéis que não leu ou mal leu, a contradição é outra; a divisão é outra; a oposição é outra. Ali debatem-se ferozmente dois grupos de interesses estranhos ao Brasil: os interesses da política soviética e os interesses do capitalismo americano.

(Muito bem! Palmas.)

Sr. Presidente, são justos os nossos receios quanto à falta de autoridade do governo, quanto à falta de confiança do governo. Não desejo aqui incriminar pessoalmente a S. Exª o Ministro de Estado das Relações Exteriores; quero apenas lamentar

que S. Exª, velho diplomata coroado mais de uma vez com os êxitos de difíceis vitórias, não tenha tido a força e o prestígio de impor a linha que lhe caberia impor num momento como este. Quero também salientar a fraqueza, a ausência de responsabilidade, a falta de...

O Sr. Rui Santos – Diga a palavra!

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, eu deixo a palavra ao subconsciente dos que me ouvem. O nobre Deputado Rui Santos insiste em que eu a profira, mas não quero dar aos adversários asa às increpações que freqüentemente me fazem de violência e paixão nos debates. Quero evitar isto. Desejo dizer que faltou a Sua Excelência, o Sr. Presidente da República, digamos, tempo.

O Sr. Rafael Correia de Oliveira – Estabilidade!

O SR. AFONSO ARINOS – Tempo, talvez moral, tempo psicológico, porque o tempo não é apenas a mensuração ritmada de uma cronometria. O tempo é uma disponibilidade moral, o tempo é uma posição intelectual, o tempo é uma maturação espiritual, e é isto que S. Exª não tem, tempo, porque não se detém, porque não se demora, porque não se atenta, porque dá mais importância aos passos rápidos e ao adejar das asas metálicas com que se transporta nos céus do Brasil, do que às palavras que profere, às responsabilidades que assume, às delegações que representa em nome do país.

O Sr. Vieira de Melo – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Vieira de Melo – Só não posso entender, eminente colega, a diferenciação que V. Exª pretende fazer entre a responsabilidade do chefe do governo e a do seu Ministro encarregado dos Negócios Exteriores, em relação ao problema que tão brilhantemente está discutindo. Sabe Vossa Excelência que o Ministro das Relações Exteriores é o encarregado da gestão dos negócios de sua pasta, é o incumbido diretamente de estabelecer as negociações e de discutir as condições. Assim não vejo como possa V. Exª, na sua crítica, desdobrar para separar a responsabilidade do Ministro do Exterior da do Presidente da República. Antes, desejaria que Vossa Excelência englobasse os dois na responsabilidade do ato que V. Exª está incriminando e a respeito de cujas críticas estou aguardando que V. Exª se aprofunde do ponto de vista jurídico e constitucional para então, se necessário, ainda hoje, intervir, e se desnecessário, voltar à tribuna em momento oportuno.

O SR. AFONSO ARINOS – Respondo ao nobre líder da Maioria.

Se, por acaso, diminuí ou esmaeci a responsabilidade do Ministro do Estado terá sido por imperfeição oratória. *(Não apoiados.)* Considero-a existente e grave. Apenas a sua responsabilidade é subordinada, hierarquicamente, à do Presidente da

República. O que compete ao Ministro fazer – eu o teria feito – é pedir demissão. Mas a demissão não pode ser pedida pelo Presidente da República.

É muito grave quando um chefe da nação renuncia. É ato de extrema gravidade. De maneira que centralizo minhas acusações ao Presidente da República, porque é detentor de uma responsabilidade intransferível por si mesma, que não se arrefece e não desaparece com sua retirada da cena.

É uma responsabilidade histórica de prazo certo. Está ele eleito para um mandato definido por tempo continuado. Neste período tem de assumir suas responsabilidades.

Quanto ao Ministro de Estado, quando se sente constrangido – como acredito se tenha sentido, nada quero anunciar aqui, nada ouvi e, ainda que ouvisse nada repetiria desta tribuna – se ele se sente constrangido, repito, nas suas convicções, na sua tradição de diplomata até um ponto que seja mais profundo que o normal e o razoável nesses entendimentos então fica-lhe aberta a mais ampla, a mais alta, a mais gloriosa de todas as portas que diante de nós se abrem na vida pública que é a da saída.

A porta da saída é sempre muito mais alta de a da entrada, quando se sai por motivos desta natureza.

Mas, caros colegas, falava eu na falta de atenção que eu resumia como sendo falta de tempo. Tempo no sentido filosófico da palavra, tempo psicológico, tempo intelectual do Presidente da República. Pode ele levantar-se às quatro horas da manhã e deitar-se à meia-noite conforme assoalham seus amigos. Isso, entretanto, não é ter tempo. Ter tempo é meditar. Ter tempo é refrear os impulsos de um dinamismo primaveril e quase todo muscular. *(Riso.)* Ter tempo é amadurecer os assuntos, é viver a vida. Ter tempo é conquistar o ócio para a inteligência. Ter tempo é conquistar o ócio para o espírito. Não é entulhar os passos da vida com aquela sucessão inútil de fatos e de atos, por mais espetaculares que sejam.

Negamos ao Sr. Presidente da República a circunspecção para o trato de assuntos dessa natureza.

Mas, Srs. Deputados, o nobre líder da Maioria intima-me a apresentar, em seguida, nossas restrições objetivas, nossas restrições concretas. E elas são numerosas e graves. Limitar-me-ei a algumas das mais importantes.

Em primeiro lugar, quero salientar desta tribuna, com absoluta tranqüilidade de consciência, nossa convicção geral de que esse ato não poderia ter sido assinado sem anuência prévia do Congresso. *(Muito bem!)* Esta é a mais grave de todas as restrições de natureza jurídica e constitucional que oferecemos a S. Exª. *(Muito bem!)*

Sei que S. Exª está-se preparando; sei que S. Exª está-se documentando; sei que S. Exª, atrás das barreiras, das barbacãs, das trincheiras das suas estantes abre seteiras das citações com que vai atirar e me fulminar. *(Muito bem!)* Mas isso não abala de forma alguma nossa convicção porque, Sr. Deputado Vieira de Melo, V. Exª antes de líder, e mais do que líder é um homem de responsabilidades científicas e intelectuais. E V. Exª, no seu íntimo, há de convir conosco em que esse acordo de maneira alguma poderia ser assinado nos termos em que o foi, frustrando a anuência

prévia do Congresso. Tem-se ouvido aqui, tem-se sustentado na imprensa governista a opinião de um dos mais ilustres internacionalistas da América, um nome aureolado hoje pelo respeito e pela glória do mundo científico internacional – o Embaixador Hildebrando Acioli – no sentido de que esse eminente patrício teria opinado negativamente à consulta para a audiência do Congresso Nacional.

Há opiniões e opiniões, é claro. Mas há também maneiras de exprimir uma mesma opinião. O que o Embaixador Acioli declarou em trecho do seu parecer que copiei e que consta das notas que trago à Câmara, foi o seguinte:

> "Dispensam aprovação legislativa os acordos celebrados para cumprimento ou para interpretação dos tratados já ratificados, contanto que não alterem a substância destes."

Ora, Srs. Deputados, o que nós sabemos – não infelizmente por ciência própria, porque não nos foi dado perlustrar, perquirir, penetrar os arcanos secretos dessas negociações, mas o que sabemos pelo resto da confiança, de apreço e de respeito que nos merece ainda a palavra do governo é que, pela cláusula do ajuste ele reconhece e, mais do que reconhece, proclama que a substância dos acordos anteriores encontra-se alterada. Conhece a Câmara essa cláusula VI, que assim reza:

> "O governo dos Estados Unidos da América tendo em vista que o governo do Brasil considera acrescidas suas responsabilidades com o estabelecimento de instalações para acompanhamento de projetéis teleguiados na Ilha de Fernando de Noronha, concorda em realizar imediatamente com o governo brasileiro um exame da extensão das responsabilidades daí decorrentes."

Não é, portanto, o governo americano quem vem declarar ou que reconhece ter imposto condições novas. Somos nós – porque quando digo nós, infelizmente falo como brasileiro obrigatoriamente representado por este governo – somos nós brasileiros, representados pelo Executivo que aí se encontra, que o declaramos no contexto do tratado. Essa cláusula, como sabe o líder da Maioria, foi a de mais difícil redação, foi aquela que tornou o acordo uma preguiça a subir por esse pau-de-sebo. Pois bem, essa cláusula que foi a mais difícil de todas as negociações foi imposta pelo governo brasileiro, foi imposta por solicitação das autoridades civis e militares do nosso país e por meio dela é que se vem dizer que consideramos acrescidas as nossas responsabilidades em face da política comum de solidariedade americana. Porque, se esse acordo está vinculado a todo um conjunto de disposições anteriores, então as nossas responsabilidades estão acrescidas em face de todo esse conjunto, de todo esse quadro, de todo esse panorama de compromissos que vigem, desde o Pacto de Panamá até o Tratado do Rio de Janeiro. Nestas condições, como, em que base, com que fundamento, com que justificativa, com que explicação, com que pretexto, com que raciocínio especioso poderá a Maioria vir dizer-nos que um

acordo que altera substancialmente atos anteriores pode ser assinado e ratificado pelo governo nas barbas do Congresso e sem a sua audiência?

É principalmente sobre isto que desejo chamar a atenção do nobre líder da Maioria. É sobre este ponto que acredito estar unida toda a oposição e grande parte da maioria nesta Casa. As declarações formuladas no Senado da República não deixam dúvida a este respeito.

Mas por que recear a discussão pública? Pois, senhores, se a segurança coletiva é uma decorrência necessária da extensão dos riscos de guerra a todo o povo, por que negar-se a esses representantes do povo o conhecimento efetivo dos fatos que dizem respeito à necessidade dessa segurança coletiva? *(Palmas.)*

Havia antigamente os tratados secretos. Até há muito pouco tempo, países que estavam na liderança da civilização européia, adotavam, nos seus sistemas constitucionais, o princípio do tratado secreto. Por exemplo, a França. O desaparecimento do tratado secreto na França é um dos fatos dos nossos dias, corresponde à Constituição atual. E por que havia os tratados secretos? Porque a política internacional era, presumidamente, atividade limitada ao conhecimento de poucos adestrados, de poucos treinados nas sutilezas, nos precedentes, nas dificuldades, nos riscos da diplomacia, do que então se chamava a diplomacia, a ciência da diplomática.

Mas, Sr. Presidente, uma das repercussões mais formidáveis da extensão dos direitos políticos ao conjunto do povo, a mais tremenda talvez, a mais visível, a mais profunda das repercussões que o sufrágio universal trouxe à democracia foi precisamente a integração do povo na vida internacional, foi a formação de uma unidade nacional em função da vida internacional. E, hoje, então, quando estamos convictos e certos de que uma guerra põe em risco não apenas aqueles que conhecem os segredos da diplomática, mas todos os humildes, os desconhecidos, essa massa ingente que desses segredos não toma conhecimento, então sabemos que antigamente o homem da rua não se preocupava com os assuntos da política internacional porque estes eram ligados diretamente a línguas estrangeiras, a crachás, discursos e vinhos caros, no máximo a documentos antigos, mapas, cartas indevassáveis. Mas, hoje, quando sabemos que a política internacional está ligada a segredos que assombram o mundo; quando sabemos que está ligada a potências destrutivas que fazem o horror e a apreensão das crianças e dos velhos, dos religiosos e dos leigos, dos homens da ciência e dos ignorantes, dos camponeses e dos moradores das cidades; quando sabemos que a política internacional está presa a essas possibilidades de desajustamentos de forças tormentosas e insopitáveis, como dizer, como evitar, como impedir que essa massa formidável esteja com os olhos voltados, com o coração pulsando e com os punhos levantados no sentido de saber o que se negocia em seu nome com as demais potências do mundo? *(Muito bem! Muito bem! Palmas.)* Como podemos nós, representantes do povo, negar a necessidade indisfarçável de se debater em nosso seio não aquela parte pela sua própria natureza intransmissível por serem segredos técnico-militares,

mas a parte política, a parte humana, a parte geral, a parte universal, aquela parte que diz respeito e que está ligada ao homem na sua própria condição universal de homem, independente de nacionalidades, de cores, de castas, de possibilidades específicas, porque é o homem em sua condição universal de ser humano que, pela primeira vez na história humana, está interessado nos segredos de que podem surgir a guerra ou a paz?

Nessas condições, disse ao Sr. Ministro de Estado, e posso repetir aqui, porque fiz tal declaração, inclusive em público, em reunião de líderes no Itamaraty: "Não é mais possível, Sr. Ministro, fazer-se, neste país, a política uniforme, a política unitária, a política una, do ponto de vista internacional. Isto era possível até, digamos, no tempo do Barão do Rio Branco, quando se estimulavam orgulhos e aspirações territoriais; quando se trazia à baila a nossa incontestável tradição pacifista, jurídica e honrosa nos conselhos do continente; quando só apenas uma elite lia as "várias" do *Jornal do Comércio* e que eram escritas pelo próprio Barão, depois de seu jantar na Brahma; quando apenas essa elite se interessava e se informava da natureza dos assuntos e das suas conseqüências. Então se poderia dizer: essa elite compreende, essa elite sabe, essa elite tem os mesmos interesses, essa elite já ouviu falar no "mapa da linha verde", já ouviu falar no território de Palmas, já ouviu falar do Oiapoque diferente do Amazonas. E então nos uníamos todos para aclamar nas ruas o Barão de chapéu-chile e fraque. Mas hoje é necessário o debate para que se dê autoridade e respeitabilidade às decisões, porque o debate sombrio, o debate esconso, o debate oblíquo, o debate realizado nas sombras das antecâmaras, é debate que não tem autoridade, e, só nós, por mais combatidos que sejamos, e só nós, por mais erros que cometamos, e só nós, por mais fracos, e só nós, por mais inermes e injustiçados que apareçamos aos olhos do povo, só nós, Poder Legislativo, podemos dar autoridade aos atos praticados na política internacional. *(Palmas prolongadas.)*

O Sr. Vieira de Melo – Estou juntando os meus aplausos ao triunfo oratório de V. Exª, mas creio que o eminente líder está desgastando por demais a sua voz da tribuna, no expender opiniões com as quais toda a Câmara está de acordo. V. Exª citou o parecer do eminente constitucionalista Hildebrando Acioli, que não deveria dá-lo mas deu parecer sobre o caso específico que V. Exª está discutindo, sustentando que os ajustes decorrentes de tratados anteriormente ratificados independem, para sua validade, dessa ratificação. Quer-me parecer que há uma preliminar que V. Exª deveria colocar preferencialmente no debate: é a prova de que o ajuste por troca de notas, que o governo acaba de celebrar com o governo americano para instalação, em Fernando de Noronha, de um posto de controle de teleguiados, não é uma decorrência do tratado de assistência militar, que, V. Exª sabe, não teve aqui o meu voto – e teve o de V. Exª E não teve o meu voto exatamente porque a sustentação da tese que eu invocava era a de que, estando o Brasil envolvido em compromissos internacionais coletivos, era eu sempre contrário a assinaturas de pactos bilaterais, que avançassem posição a mais, além daquelas decorrentes de compromissos anteriormente assinados. Aí tem V. Exª a decorrência

lógica, inevitável, irrespondível, daquele tratado anteriormente assinado. O que é o tratado de assistência militar? Será possível que só a esta hora a Câmara acorde para a responsabilidade que assumiu em 1952?! Ignoraria ela que ratificara um tratado que iria chamar-nos, no cumprimento da palavra empenhada, a desenvolver esforços e a correr os riscos que agora estamos correndo?! Ou isto é novidade para a Câmara dos Deputados? *(Palmas.)*

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço o aparte brilhante do ilustre líder da Maioria. Mas, desejo ponderar que S. Exª se responde a si mesmo, ou melhor, que ele e eu estamos respondendo ao Executivo, porque S. Exª lembra aqui, muito bem, que o tratado de 1952, aprovado pela Câmara em 1953, não teve o seu voto e teve o meu. Declaro à Câmara que teve mais do que o meu voto: teve dois discursos de minha autoria.

O Sr. Rui Santos – Teve a sua liderança.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado ao nobre Deputado Rui Santos.

... teve dois discursos da minha autoria, em que pude contestar e responder às objeções e destruir as emendas que tinham sido formuladas por vários deputados do PSD e pelo menos por um dos mais brilhantes deputados da UDN, o Sr. Bilac Pinto.

O Sr. Rafael Correia – E também pelo nobre líder da Maioria.

O Sr. Oswaldo Lima Filho – Veja V. Exª a que chegamos.

O SR. AFONSO ARINOS – Responderei ao Deputado Oswaldo Lima Filho. Hoje respondo a todos. A minha disponibilidade em matéria de resposta é hoje muito fecunda, porque, realmente, estou com a razão. V. Exª verá que estou com a razão.

Dizia eu que defendi aqui o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. O nobre Deputado Rafael Correia de Oliveira, aqui presente, que era então jornalista, colunista dos mais brilhantes, como ainda hoje o é, na imprensa matutina desta cidade, preocupado com os assuntos internacionais, chamou-me a atenção para certas imperfeições formais do Acordo Brasil-Estados Unidos. Foi à minha casa, certa manhã – e invoco o testemunho de S. Exª – para chamar a minha atenção a respeito deste assunto. Dirigi-me ao Itamaraty, concordando com o Deputado Rafael Corrêia de Oliveira – e poderei dar de memória exatamente a objeção por S. Exª formulada. Era que no Acordo havia menção à execução da lei de 1951, de auxílio mútuo, dos Estados Unidos, sem que se especificasse expressamente que a execução dessa lei no Brasil seria naqueles pontos expressamente previstos no próprio Acordo.

O Sr. Rafael Correia – Perfeitamente.

O SR. AFONSO ARINOS – Fui então ao Itamaraty; o Ministro de Estado encontrava-se na Reunião de Consulta, em Nova Iorque, e era o Sr. João Neves da Fontoura. Entendi-me com o Ministro substituto que era o meu velho amigo e ilus-

tre diplomata, infaustamente desaparecido há poucos meses, Embaixador Pimentel Brandão. Com ele conferenciei e chamei à presença de S. Exª e à minha o ilustre Embaixador Acioli, já então Consultor Jurídico do Itmarati, e o não menos ilustre Embaixador Vasco Leitão da Cunha, Secretário-Geral daquela casa. Foi nessa reunião, de que participaram o Ministro interino, o Consultor Jurídico e o Secretário-Geral, que elaboramos aquela carta enviada pelo Itamaraty à Câmara – e que li da tribuna – declarando que a interpretação do governo brasileiro era no sentido de que só se executaria no Brasil a parte da lei expressamente referida no Acordo.

Aí tem V. Exª o princípio da minha resposta. Como debatemos o Acordo, foi possível essa ratificação; como discutimos no Congresso o Acordo, foi possível a V. Exªs, da Maioria, e a nós, da Minoria, votar em conjunto aquela interpretação, conforme as melhores praxes do Direito Internacional que passou a se incorporar ao texto desse tratado, pelo menos no que diz respeito à sua execução por parte do Brasil.

O Sr. Vieira de Melo – Vou ajudar a V. Exª. Já que o nobre colega cobra, nessa hora, a ratificação do Congresso como condição essencial da validade do ajuste de Fernando de Noronha, quero juntar aos argumentos históricos de V. Exª um a mais. Preocupado exatamente com o que pudesse ocorrer em relação a essa matéria, fui subscritor de uma emenda que estabelecia a obrigatoriedade de consulta ao Congresso Nacional para os ajustes celebrados por troca de notas, e essa emenda foi rejeitada pela Câmara dos Deputados. Então, aqui está um argumento histórico, provando, de maneira indiscutível e insofismável, que a maioria da Câmara, àquela época, foi favorável à tese de que independiam de aprovação do Congresso Nacional os ajustes decorrentes deste tratado e realizados por meio de troca de notas.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas V. Exª continua a vir ao meu encontro. V. Exª está, como sempre, defendendo a tese jurídica. Mas está também, como sempre, habilmente, fugindo à tese política. O que estou discutindo, o que quero deixar bem claro para V. Exª é o seguinte: se estivéssemos aqui debatendo o acordo; se V. Exª, com a autoridade que tem – e estou certo de que, se V. Exª fizesse o que vou dizer, seria acompanhado pelo governo – viesse a este microfone e se comprometesse a remeter o acordo para ser discutido no Congresso, então todas as imperfeições, todos estes riscos, todas estas dificuldades, todas estas insídias, todas estas armadilhas, todas estas catapultas, que podem surgir do acordo estariam evidentemente sanadas e desaparecidas como foram aquelas que estavam inseridas no acordo anterior. O que estou dizendo a V. Exª é que a sua tese não colhe. V. Exª teria razão, se esse acordo não inovasse, em relação aos anteriores.

O Sr. Vieira de Melo – Perdão, nobre Líder, é exatamente o que estou pedindo a V. Exª. Como preliminar, peço demonstre à Câmara que esse ajuste não é uma decorrência lógica e inevitável do Tratado de Assistência Militar. É uma preliminar que me parece importantíssima.

O SR. AFONSO ARINOS – Respondo a V. Exª Acho estranho que um homem da sua inteligência possa formular uma pergunta de tal maneira fácil de ser destruída, arrasada, aniquilada. Como posso saber se esse tratado é ou não decorrência direta do acordo, se V. Exª, membro da Maioria, me nega o conhecimento desse tratado? *(Palmas.)* Quem o diz é o governo.

O Sr. Vieira de Melo – V. Exª, então, não tem conhecimento do ajuste?

O SR. AFONSO ARINOS – Trago aqui o tratado.

O Sr. Vieira de Melo – V. Exª não acaba de ler o ajuste? Como vem dizer-me que não tem conhecimento dele?

O SR. AFONSO ARINOS – Li o ajuste em que se comunica existirem riscos superiores aos anteriormente assumidos, em face da interpretação do governo brasileiro. Ignoro quais sejam esses riscos, porque V. Exªs nos negam o conhecimento das negociações.

O Sr. Vieira de Melo – O ajuste está publicado em todos os jornais do Rio. É do conhecimento da nação. Agora V. Exª insinua que se trata de ajuste clandestino, quando ele está amplamente divulgado.

O SR. AFONSO ARINOS – De duas, uma: ou eu estou completamente idiota, ou V. Exª é inteligente demais...

O Sr. Vieira de Melo – Absolutamente.

O SR. AFONSO ARINOS – ... porque, realmente, se estamos falando a mesma língua, se V. Exª me nega os elementos de convicção, de informação e de observação que me venham confirmar ou infirmar a declaração do governo de que o ajuste contém elementos novos, como posso eu, que não estou no conhecimento desses elementos, vir dizer à Câmara e a V. Exª, de boa fé, quais são esses elementos novos? Sei que eles existem, porque o governo o declara: sei, porque o governo proclama, porque o governo redigiu uma nota, uma cláusula, um texto em que exprime a sua afirmativa nesse sentido. Então, confio no governo. Mas será possível que até nisso não posso confiar no governo? Será possível que, ainda desta vez, o governo está mentindo quando diz que há riscos novos, e não há riscos novos?

O Sr. Vieira de Melo – Ainda estou na interpretação da cláusula VI desse ajuste. Amanhã, ocuparei a tribuna para dar a devida interpretação histórica e doutrinária do que se contém nessa cláusula. O que estou pedindo a V. Exª, antes de mais nada, é que se estabeleça, dentro da tese sustentada pelo internacionalista Hildebrando Acioli, se esse ajuste é ou não decorrência do Tratado de Assistência Militar. V. Exª poderá dizer que esse ajuste inovou em alguma coisa, mas o que estou perguntando é se ele é ou não decorrência do Tratado de Assistência Militar.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa interrompe a oração do nobre Deputado que se encontra na tribuna, para consultar o plenário sobre o requerimento que lhe foi encaminhado pelo nobre Deputado Mário Martins, no sentido de que a sessão seja prorrogada por 30 minutos, a fim de que o nobre Deputado Afonso Arinos possa ultimar a sua oração.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram ficar como se acham.

(Pausa.)

Aprovado. Continua com a palavra o nobre Deputado.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Líder Mário Martins e à casa a gentileza da concessão.

Sr. Presidente, continuando, depende do que o ilustre Deputado Vieira de Melo entende por decorrência. Se S. Exª chama decorrência apenas uma sucessão natural e cronológica de fatos, então direi que este acordo de Fernando de Noronha é uma decorrência do Acordo Militar Misto. Por esse raciocínio, Sua Excelência há de dizer, também, que o pecado é uma decorrência de Deus, porque se Deus criou Adão, e Adão foi levado por Eva a pecar, então o pecado é uma decorrência de Deus.

É uma *contradictio* completa.

O Sr. Vieira de Melo – É um sofisma.

O SR. AFONSO ARINOS – Não é sofisma. Estou acompanhando o raciocínio de V. Exª. Cronologicamente, Deus criou Adão; Adão teve aquele encontro com hora marcada com Eva; daí saiu o pecado; então, Deus criou o pecado. Isto não é decorrência.

Estou-me referindo aqui à decorrência jurídica.

O Sr. Vieira de Melo – Exato. E é esta que quero que V. Exª admita. Pergunto ao nobre Deputado Afonso Arinos para que assinaram os governos do Brasil e dos Estados Unidos um Tratado de Assistência Militar.

Chamo bem a atenção para o nome desse tratado – Tratado de Assistência Militar, envolvendo fornecimento de equipamentos, de armas, de materiais bélicos. Naquela ocasião, não se conheciam ainda os foguetes teleguiados *(Vozes: Oh!)* Um minuto. São um engenho de guerra, como os tanques, as metralhadoras, e como é hoje a bomba atômica. Se, naquela ocasião, fossem conhecidos os teleguiados aí estariam também esses engenhos de guerra.

O Sr. Carlos Lacerda – Vossa Excelência não queira experimentar esse novo engenho de guerra.

O Sr. Vieira de Melo – Pergunto: para que assinou o Brasil com os Estados Unidos um tratado de assistência militar, se não vai cumpri-lo agora quando o governo dos Estados Unidos nos pede a cessão de uma ilha brasileira para instalação de um posto de teleguiados, quando nos está exatamente reclamando um compromisso

por nós assumido, de promovermos todas as facilidades militares necessárias à defesa do hemisfério? *(Não apoiados. Vozes.)*

O Sr. Flores da Cunha – Vossa Excelência há de permitir que lhe pergunte, respeitosa e humildemente, como é dos estilos de V. Exª: em que documento bíblico achou que Adão, no seu encontro com Eva, teve hora marcada? *(Risos.)*

O Sr. Seixas Dória – Permita-me. Gostaria de perguntar a V. Exª se no Acordo Militar Brasil-Estados Unidos há concessão para que soldados americanos permaneçam em solo brasileiro.

O SR. AFONSO ARINOS – Chegarei a esse ponto.

Queria deixar bem claro a minha resposta ao Deputado Vieira de Melo, e não voltarei mais a este assunto porque, evidentemente, um de nós está se exprimindo mal, e estou certo de que sou eu. Quando digo que o Acordo pode ser uma decorrência jurídica, estou afirmando uma coisa; quando digo que embora ele seja uma decorrência jurídica, precisa ser submetido ao Congresso, estou afirmando uma segunda coisa. Então, reconhecendo que ele é uma decorrência do Acordo anterior, afirmo, entretanto, que é destas ou daquelas decorrências jurídicas cuja efetividade só pode ser conseguida mediante a audiência do Congresso. E, por que digo isto? Porque o Embaixador Acioli, na opinião que virtualmente foi seguida pelo Itamaraty, sustenta que só não deve ser submetido ao Congresso quando não há inovação de atos anteriores. Ora, quando o governo é o primeiro a declarar que existe essa inovação, então não se aplica o Parecer Acioli, mas o princípio geral, estatuído na Constituição Federal, segundo o qual os acordos, embora sendo decorrência de outros, desde que inovem em matéria política, devem ser submetidos ao Congresso.

Afinal de contas, acho que posso passar deste item.

O Sr. Carlos Lacerda – Permita-me. É curioso que o governo não tenha tido o interesse de divulgar o Parecer Levi Carneiro.

O SR. AFONSO ARINOS – Tenho a data dele aqui. Até o número: é o Parecer 22, de 27 de fevereiro de 1950. Aconselha a aprovação, pelo Congresso, dos acordos, inclusive os feitos pela troca de notas. É assunto em que os juristas se dividem.

No caso particular, se o governo vem dizer que o acordo inova, então é necessária a audiência do Congresso. Pergunta o nobre Deputado Vieira de Melo em que inova. Responderei, dizendo que só poderemos saber quando o Congresso tomar conhecimento do assunto.

Agora, vou discutir duas questões jurídicas: a primeira é o termo de extinção deste acordo. A maioria verá, quando cotejar o texto do Acordo de Fernando de Noronha com o Acordo Brasil-Estados Unidos, que há uma contradição no prazo de extinção. Enquanto o Acordo Brasil-Estados Unidos, de 1953, pode ser denunciado

por qualquer das partes com o prazo de carência de um ano, isto é, fica ao arbítrio de qualquer das partes fazer com que este acordo dure apenas um ano, no acordo atual, de Fernando de Noronha, há um prazo inicial de cinco anos, que é irretratável. Portanto, se existe decorrência do acordo atual para com o anterior, esta decorrência está manca, está falsa, está errada porque este acordo dura, forçosamente, 5 anos, enquanto o anterior pode durar um ano – basta que o desejemos.

O Sr. Odilon Braga – É uma inovação importante.

O SR. AFONSO ARINOS – É uma inovação importante. Quero declarar que isto é um cochilo, um erro de técnica e de falta de atenção na negociação do acordo, e falta de critério, falta de competência, falta de capacidade daqueles que o redigiram. Mas nós do Congresso temos que dar a interpretação que seja ao mesmo tempo da minoria, da maioria e da oposição, isto é uma interpretação brasileira, uma interpretação do Brasil.

Dou, então, uma interpretação jurídica e faço questão de que fique constando, como ponto de vista da oposição, do meu discurso e, conseqüentemente, dos Anais. Sustento o seguinte: a expiração ou a dissolução dos tratados se dá pela sua nulidade ou pelo advento de uma condição resolutiva. É claro, eu me refiro aos tratados que não contenham no próprio texto o processo da sua extinção. No tratado que termina ou que se extinga sem ser por força de prazo previsto no seu próprio texto, a extinção pode ser por uma condição resolutiva ou por uma nulidade. Nós temos, então, que interpretar essa contradição, este erro do Itamaraty, ao estabelecer uma prazo de vigência para Fernando de Noronha diferente daquele do Acordo Militar como sendo uma condição resolutiva implícita ou uma nulidade flagrante, porque ou bem nós consideramos que intervenha uma condição resolutiva no fato de os Estados Unidos denunciarem o Acordo Militar Misto e, portanto, estará extinto o atual Acordo em menos de cinco anos, ou bem consideramos que este Acordo está nulo por falta de objeto. Chamo a atenção do Líder da Maioria: um dos casos de nulidade de Direito Internacional é um dos casos de impossibilidade do objeto, uma vez que este Acordo de Fernando de Noronha declara, no seu preâmbulo, que é feito para executar acordo anterior. Desaparecendo o Acordo anterior, desaparece o objeto, e há uma nulidade insanável, que resulta do desaparecimento do objeto do Acordo.

O Sr. Vieira de Melo – Vê Vossa Excelência, nobre Deputado Afonso Arinos, que, com o brilho de sua inteligência, chegou ao âmago da questão. Não interessa a questão de prazo do ajuste de Fernando de Noronha, porque, sendo ele um ato executivo do tratado de assistência militar, desde o instante em que esse tratado seja denunciado, o ajuste deixa de existir. Está citado no preâmbulo do ajuste de Fernando de Noronha que é ele a execução da cláusula, *in fine*, do Tratado de Assistência Militar. Ora, desde o instante que o governo americano ou o governo brasileiro denuncie o tratado, o ajuste deixa, automaticamente, de existir. O prazo desse ajuste é de pouco ou somenos interesse.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, eu chamava a atenção da Câmara para esse segundo aspecto jurídico, que não deixa de ser destituído de importância. Este problema de prazo é um problema grave. É juridicamente irrelevante porque seremos forçados a dar esta interpretação que acabo de veicular, mas, politicamente, pode ser relevante; pode ser contestado pela parte contrária que estiver de má-fé. Quero, portanto, acentuar aqui mais uma vez o erro do governo em negociar um Acordo desta natureza, e o erro da Maioria em não exigir que esse Acordo venha para o Congresso a fim de que possamos fazer desta minha interpretação não apenas a interpretação do bloco da oposição, mas uma declaração formal de todo o Congresso, semelhante ao que fizemos no Acordo Militar Misto em relação à aplicação da lei de 1951.

Sr. Presidente, pretendo chegar ao fim do meu discurso.

Quero chamar a atenção do Câmara para o seguinte fato ou para as seguintes situações que se desenham daqui por diante: continuam as negociações para novos entendimentos. Tem havido reuniões nos altos círculos do governo, aliás, perfeitamente do direito do governo; é até uma obrigação do governo reunir-se para estudar o desdobramento natural desta política de solidariedade coletiva com a qual, insisto em dizer, nós, da oposição, estamos perfeitamente conformes. Tem havído novas reuniões e parece que a de que se trata neste momento é da concessão de bases já em território, em terra firme, nas cidades de Maceió, Fortaleza e, se não me engano, também Recife.

O Sr. Seixas Dória – E Natal.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, tem chegado aos meus ouvidos, com boa possibilidade de fundamento, a dupla informação: primeiro, de que se vai considerar novamente esses entendimentos como estranhos à apreciação do Congresso. Já daqui quero chamar a atenção do Congresso. Quero daqui afirmar que procuraremos formar com toda a energia uma barreira que evite aprovação de qualquer outra coisa se isso não vier ao nosso conhecimento.

Segundo: declarar que, em torno destes novos entendimentos, haverá a presença de forças militares permanentes dos países amigos.

Sr. Presidente, não sou contra a presença de forças militares permanentes de países aliados; quem é contra é a Constituição Federal. Sou contra, porque a Constituição é contra. A Constituição no art. 66, se não me engano, § 3º, declara que cabe exclusivamente ao Congresso Nacional a competência para permitir o trânsito de tropas estrangeiras pelo território nacional ou, em caso de guerra, que elas fiquem sediadas em nosso país.

Chamo a atenção do ilustre Líder Vieira de Melo para o fato de que existe já uma corrente no sentido de interpretar este trecho da Constituição da seguinte maneira: como ele exprime, declaradamente, que a autoridade do Congresso se verifica em caso de guerra, então, quando não se tratar de guerra, o Congresso não precisa ser ouvido. *(Risos.)*

Ora, isto é uma declaração que veiculo, porque sei que ela, neste momento, é objeto de atenção nos círculos governativos. Não posso transmitir a V. Exª todos os pormenores das informações que recebo, mas asseguro...

O Sr. Vieira de Melo – Posso adiantar a V. Exª que essa não é a interpretação da Maioria. *(Palmas prolongadas.)*

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado. Tomo por termo sua declaração, a qual ficará inserida no meu discurso, com uma grande satisfação, não só minha, como de todo o bloco da oposição.

O Sr. Flores da Cunha – Permita-me o nobre orador. V. Exª, em dois ou três períodos anteriores ao que acaba de proferir, referiu que as negociações prosseguiam para o estabelecimento de novos postos de fiscalização dos teleguiados, se não me engano em Maceió, em Fortaleza e em Natal; eu pergunto a V. Exª: quando da instalação desses postos Maceió ainda existirá? *(Risos.)*

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado ao nobre Deputado.

Sr. Presidente, essas instalações de que se cogita são de grandes estações de radar, que dizem respeito não tanto ao acompanhamento de trajetória dos teleguiados, como, principalmente, ao estabelecimento de uma rede precisa de informação sobre a possibilidade de ataques contra o nosso território. São, portanto, instalações de tipo defensivo. Parece que elas determinarão a retomada de uma série de trabalhos de importância econômica e material para o nordeste – construção de estradas, equipamento de portos e outros trabalhos desse tipo. Não é por isso somente que nós declaramos que compreendemos a necessidade do desdobramento natural, como há pouco disse, da política de solidariedade coletiva. Mas quero também informar que a nossa posição é apenas vinculada aos compromissos da vida internacional do Brasil. Nós não estamos lançados nesta disputa, nesta porfia, nesta emulação, nesta competição, por motivos nem de interesse de grupos econômicos, nem para servir à demagogia do Partido Comunista: nós estamos realmente aqui, convencidos da alta responsabilidade nacional que nos toca.

No momento em que tantos se demitem das suas responsabilidades, no momento em que tantos as abandonam, em que tantos as postergam, em que tantos as esquecem, nós, que não temos os instrumentos de comando e de poder neste país, sentimo-nos bastante fortes para fazer das nossas fraquezas forças e desempenharmo-nos com segurança, com equilíbrio e com serenidade daquelas responsabilidades que o governo está deixando afundar no tumulto dos seus dissídios, das suas frustrações, da sua cobiça.

Sr. Presidente, defendemos, realmente, uma política de solidariedade internacional, mas fundada na dignidade nacional. *(Muito bem!)* Nós defendemos a nossa política de integração no continente americano, mas sem esquecermos que somos um povo livre, um povo que precisa se desenvolver com as suas próprias forças, cul-

tuando a sua própria bandeira, respeitando a sua própria História e seguindo os seus próprios heróis.

Sabemos, Sr. Presidente, que o nosso país está em risco, não pela falta de patriotismo, não pelo espírito criminoso, não pela baixeza moral, não pela desonestidade de elementos da Maioria que nós sabemos, perfeitamente, são tão brasileiros quanto nós e que seriam incapazes de vender um retalho sequer do nosso território e da nossa honra, mas não temos confiança neste governo, porque sabemos que ele esquece as suas responsabilidades, preso que é das suas ambições insopitáveis e da sua invencível frivolidade, um governo que é incapaz de fazer as coisas a sério, porque é incapaz de tomar as coisas a sério. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Denúncia contra o Deputado Carlos Lacerda

4-4-1957

O SR. AFONSO ARINOS (*Como líder do bloco da oposição. Sem revisão do orador.*) – Sr. Presidente, o discurso que desejava pronunciar, na sessão de hoje, adquire oportunidade concreta, específica e direta, deixando de ser simples defesa de teses de Direito Parlamentar, em face da decisão da honrada Mesa desta Câmara, que V. Exª acaba de transmitir ao plenário, consoante os três itens a cuja leitura procedeu.

É realmente de causar perplexidade, espanto, surpresa e melancolia que o Congresso Nacional, no Brasil, à proporção que procura, baseado talvez em justificáveis sentimentos de justiça, cumprir com elevação e compostura, sua missão constitucional, se preocupe, gradativamente, paulatinamente, incessantemente, quase que diria irreversivelmente, em ampliar as bases de seus privilégios e prerrogativas materiais, ao mesmo tempo em que descura, de forma alarmante, da guarda e defesa de seus interesses morais e políticos.

Quando aqui se levanta, Sr. Presidente, a tese da coincidência dos mandatos legislativos com executivos, mercê da ampliação do nosso período de eleitos; quando aqui se cuida de protegar as conveniências do Legislativo, em razão das necessidades do transporte individual dos Srs. Deputados; quando aqui já se fala na conveniência de adaptar-se o nível de nossa remuneração à alta incessante do custo de vida; quando todos esses assuntos merecem estudo e exata atenção da maioria dos Srs. Congressistas, fecham-se os olhos, tapam-se os ouvidos, ausenta-se o espírito do Congresso Nacional, em face das agressões continuadas, das arremetidas brutais de que está alvo e vítima o Poder Legislativo no que toca às garantias morais e políticas que dizem respeito precipuamente ao exercício de sua missão nacional. (*Muito bem!*)

Esquecemos, Sr. Presidente, a função de nosso mandato; esquecemos aquelas guardas e aquelas defesas de que tradicionalmente se revestiu, em nosso direito e em todo direito democrático internacional, o exercício da função legislativa; esquecemos, Sr. Presidente, a responsabilidade do Congresso, a participação do Legislativo, a incumbência precípua que lhe cabe no traçar a linha da política internacional do país. Enquanto cedemos terreno em tudo aquilo que, sendo embora invisível e abstrato, é substancial e inerente ao desempenho de nossa função, abrimo-nos atentos e pressurosos a tudo aquilo que dele não é senão corolário emergente e conseqüência secundária. É isto, de fato, uma situação que merece a reflexão, que merece a ponderação, que merece, Sr. Presidente, a atenção dos nobres representantes do povo brasileiro.

Hoje, procurarei trazer à memória e à sensibilidade dos meus colegas dois assuntos que, embora aparentemente estranhos um ao outro, que embora divergentes entre si, possuem esse nexo íntimo, essas ligações internas e inafastáveis de que são dois assuntos diretamente ligados ao poder e à dignidade do Congresso. Não nos devemos esquecer de que somos aquele órgão que mais diretamente, mais imediatamente e, por isto mesmo, mais autenticamente exprime e representa a soberania popular. A soberania popular, Sr. Presidente, não é senão uma designação para explicar o fato concreto da coordenação do poder público em órgãos institucionais. E o poder político, que é anterior e superior à própria estrutura do Estado, coordena-se, agrega-se e organiza-se em grupos, de órgãos institucionais, que exprimem necessariamente a sua dignidade e a sua função. Ora, desses órgãos da soberania nacional, aquele que mais diretamente emana do povo, aquele que mais proximamente responde perante o povo é, sem dúvida, o Poder Legislativo. Portanto, compete a nós, membros deste poder, antes de nos preocuparmos com a defesa daquela garantia acessória do nosso mandato, nos determos, principalmente, com um espírito de vigilância e de resistência, contra todas as ameaças que possam acaso transformar-se em agressão àquelas garantias inerentes, não à forma, porém à substância do nosso próprio exercício. Entre elas está, como já disse, a participação do Congresso na política internacional. E a esta vou destinar a primeira parte do meu discurso.

Desejo aqui reler o tópico com que o nosso eminente colega e brilhante orador, que é representante pela Bahia, o Sr. Deputado Vieira de Melo, sintetizou as suas idéias no tocante à participação do Legislativo no traço da orientação internacional. Diz S. Exª o seguinte:

"Quanto à segunda parte, em relação à questão da política externa, desejo sustentar que, dentro de nossa estrutura constitucional, os poderes do Congresso em matéria de política externa estão limitados pela Constituição no que tange à aprovação dos acordos, dos tratados, dos convênios celebrados pelo governo brasileiro."

Chamo a atenção dos meus ilustres colegas: se a Câmara amanhã, ou depois desta investigação, caso esta se processe, convencer-se de que a política externa brasileira está mal orientada, mal conduzida, mal situada, de que seus rumos não

correspondem aos interesses do país, toda ela, por unanimidade, poderá declará-lo, sem que efeito algum daí advenha, isto por que o Presidente da República, que conduz a política externa do Brasil está apenas jungido à limitação estabelecida pelo Congresso para a homologação de tratados e convênios celebrados com as potências estrangeiras. Esta é, juridicamente, constitucionalmente, a sua posição no que concerne à matéria.

Sr. Presidente, não pude, hoje, comparecer à hora do grande expediente. Não tive, assim, oportunidade de assistir ao discurso com que o Líder da União Democrática Nacional situou, segundo ouvi dizer pelo testemunho unânime daqueles com quem conversei sobre a matéria, de forma vigorosa o problema de solicitação de licença para seu próprio processo. E não pude ouvir esse discurso, porque, por acaso, estive presente a um almoço de que participava um antigo Presidente do Conselho de França, atualmente em visita a este País. Perguntou-me este ilustre parlamentar, informado da minha provável presença na tribuna da Câmara, qual seria o teor de meu discurso. Eu lhe respondi:

Sr. Presidente, V. Exª ficaria provavelmente surpreso se entendesse nossa língua e se pudesse assistir ao meu discurso.

O discurso que vou proferir seria precisamente um discurso perante a Câmara francesa, nos tempos da Restauração, para não dizer ainda mais tarde; seria um discurso na Câmara dos Comuns no tempo do reinado de George III ou do Ministro Walpole; seria um discurso na Câmara dos Estados Unidos, antes do julgamento da famosa questão em que o Supremo Tribunal fixou, para sempre, o princípio da legalidade constitucional em matéria de mandato parlamentar.

V. Exª, diria eu ao antigo Presidente do Conselho, veria, então, como em nosso país a técnica do progresso material se choca, muitas vezes, com a rotina e o atraso da técnica política.

V. Exª, que vem de São Paulo e que assistiu a um desses espetáculos maravilhosos que é o surto de civilização da nossa grande metrópole; que abre os olhos deslumbrados sobre este futuro que se descobre na nossa pátria, daquele grande centro de produção econômica, ficaria por certo surpreso de ver que um líder da Oposição sobe à tribuna do Congresso para pleitear, para reclamar, para protestar, para defender aquelas garantias hoje situadas apenas no campo da História do Direito e mencionadas tão-somente pelos tratadistas num sistema de desenvolvimento lógico do curso de Direito Constitucional, porque há séculos já não mais se contam entre os problemas emergentes, entre os problemas concretos, entre as preocupações realmente fundadas que podem distrair a atenção dos componentes de um parlamento democrático do novo ou do velho mundo.

Esta é, infelizmente, Sr. Presidente, para a nossa, não direi humilhação, mas humildade, isto é, para nosso ensinamento e para nossa lembrança, a situação em que ainda se encontra o nosso país. A árvore da democracia aqui floresce e frutifica, como os vegetais; as flores dão ao mesmo tempo que os frutos, e os frutos apodrecem em plena inflorescência.

Encontramos o nosso sistema democrático no momento em que já se colocam perante o Parlamento brasileiro as necessidades inafastáveis da sua recuperação e da sua transformação interna, no sentido de atender às finalidades do planejamento econômico e da evolução social. Estamos diante daqueles problemas de técnica e de transformação legislativa que assaltam todos os demais parlamentos modernos das grandes democracias. Mas nós nos encontramos também, dentro desta casa, em face daqueles problemas que foram os problemas inaugurais, os problemas iniciais, que foram, por assim dizer, os passos preliminares por que a função legislativa, nos regimes democráticos, abriu a larga senda que a transformou realmente no estuário e no arcabouço de toda a instituição democrática da civilização ocidental.

Quando aqui tratamos do controle popular sobre a política internacional; quando aqui tratamos da diferença elementar entre a garantia de inviolabilidade parlamentar e a garantia da imunidade parlamentar, nós, técnicos, nós, especialistas, nós, estudantes, nós, leitores das secções políticas de jornais, sabemos que é preciso grande dose de humildade, de compassividade, de – como direi? – de aceitação, sem reação, dos absurdos e das contradições das nossas instituições políticas, para que não estejamos aqui ao mesmo tempo entre rir e chorar diante da situação quase ridícula em que se coloca um líder da Oposição para vir lembrar ao nobre Líder de Maioria os temas que S. Exª, nos cursos de Direito Constitucional, deve ter ensinado na Bahia aos alunos do segundo ano de preparação do bacharelato. É realmente espantoso, é realmente incrível que se pareça ignorar, que se finja desconhecer, que se simule esquecer esses rudimentos do Direito Parlamentar, a ponto de vir a Mesa da Câmara, a austera Mesa da Câmara, a ilustre Mesa da Câmara, alegar omissões regimentais. Em matéria de Regimento, não tinha por que se pronunciar, pois não é matéria regimental, uma vez que ela se acha traduzida, expressa, cristalizada, estabilizada em forma definitiva no texto constitucional e em todos os pressupostos desse mesmo texto, que são as correntes caudalosas da doutrina e da tradição política do Ocidente. (*Muito bem!*) Quando a nossa Constituição estabelece aquela diferença entre a imunidade parlamentar e a inviolabilidade parlamentar, ela não está fazendo jogo de palavras nem iniciando uma charada. Ela não está sequer sugerindo solução nova nem propondo providência que aqui apenas se venha executar. Ela está evidentemente chegando à redação despreocupada de um preceito que é inerente ao exercício da função parlamentar em todos os países do mundo.

Sr. Presidente, peço perdão ao nobre Líder da Maioria, meu prezado colega na cadeira de Direito Constitucional, de falar neste momento a S. Exª, não como Professor, mas como Deputado; de dirigir apelo a S. Exª, não como jurista, mas como político, para que, rememorando, não as suas aulas de mestre, mas as suas provas de aluno, se recorde de que essa distinção, essa dicotomia, essa duplicidade de garantias seria razão para que fosse reprovado um aluno do segundo ano do curso de bacharelato. E é justamente o que vem de ser alegado pela Mesa, como motivo determinante da sua espantosa decisão.

O Sr. Vieira de Melo – Parece-me que V. Exª, antes de mais nada, nobre Deputado Afonso Arinos, está confundindo uma atitude de responsabilidade da Mesa com uma atitude de responsabilidade do Líder da Maioria. V. Exª me atrai ao debate depois que a Mesa decidiu a questão de ordem suscitada pelo nobre Deputado Arruda Câmara, sobre o encaminhamento do pedido de processo contra o Deputado Carlos Lacerda. Essa decisão é rigorosamente da Mesa e, a meu ver, está calcada e vazada, precisamente, nos termos em que a oposição tem colocado problemas análogos aqui. Tenho sustentado muitas vezes, e disso V. Exª é testemunha, que em certos casos de flagrante inconstitucionalidade de certas iniciativas nesta casa, a Mesa poderia, realmente, truncar o encaminhamento dessas iniciativas. Foi, porém, a oposição, tem sido a oposição, repetida e sistematicamente, que tem negado à Mesa esse poder de, por si só, estabelecer uma barreira a certas iniciativas, ainda que, evidentemente, de caráter inconstitucional. Há pouco tivemos nesta casa um exemplo: a denúncia formulada contra o Ministro da Fazenda por um cidadão, como provocação, para que o Congresso Nacional instaurasse processo de responsabilidade contra S. Exª. Qual a tese, na ocasião, sustentada pela oposição, senão a de que a Mesa não tinha competência para impedir que tivesse curso nos órgãos técnicos adequados semelhante pedido? V. Exª, agora, condena e critica a Mesa, exatamente porque ela, em matéria constitucional da maior relevância – sou o primeiro a reconhecer – não se atribui, não se avoca o direito, porque competência não tem para isso, de trancar a iniciativa; ao contrário, remete-a à Comissão competente, para que esta estude os aspectos constitucionais do problema. A questão, a meu ver, está sendo posta injustamente por V. Exª, quer em relação à Mesa, que é autônoma, e dirigida, inclusive, por um jurista, por um homem competente, criterioso, que decide os problemas de acordo com a sua própria consciência, quer relativamente ao Líder da Maioria, que nada tem a ver com o problema do pronunciamento da Mesa, senão o dever de acatar as decisões proferidas pelo representante, que o é, de fato, de todos nós, na direção dos trabalhos desta casa.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Líder.

Realmente, Sr. Presidente, meu desejo, ao convocar S. Exª para o debate, conforme S. Exª agudamente revelou, era provocar a manifestação pessoal de S. Exª relativamente à substância do tema em exame. Infelizmente, não fui bem sucedido. Provoquei essa manifestação, mas S. Exª limitou-se a dizer que a matéria era de alta relevância constitucional, se não engano. Ora, esta é uma declaração que nos enche do maior júbilo, sob o ponto de vista da aplicação com que S. Exª encara os problemas constitucionais, mas não espanca nossas apreensões, quanto ao desfecho que a Maioria pretenderá dar ao caso.

Se o Líder, se o constitucionalista, se o professor de Direito, diante de um fato de brutal violência aos princípios constitucionais mais tradicionais e mais elementares, se julga apenas habilitado a declarar que o assunto é de grande relevância constitucional, não considerando oportuno avançar seu pensamento, que não é seu, mas que concordará com toda a lista ininterrupta dos seus antecessores nas cátedras de

Direito de todas as universidades democráticas do mundo, então, Sr. Presidente, receio muito que as conveniências políticas, as famosas conveniências políticas, que têm servido no nosso país tantas vezes como capa, como túnica de Brutus, para encobrir o punhal homicida da liberdade, possam vir a prevalecer em nome de supostos interesses superiores do Estado, para estrangular, desmoralizar e prostituir definitivamente a dignidade do mandato parlamentar.

O Sr. Vieira de Melo – Perdão. V. Exª me permite abusar da sua bondade...

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª me honra sempre com seus apartes.

O Sr. Vieira de Melo – Muito grato a V. Exª Vejo que V. Exª continua a ser injusto com seu modesto companheiro de trabalhos nesta casa. O que eu quis dizer é que à Mesa não competia entrar no exame desta parte constitucional da matéria. Temos, nesta casa, um órgão específico, constituído de juristas, ao qual o Regimento atribui expressa e categoricamente a competência para opinar sobre todas as matérias relacionadas com a legalidade ou a constitucionalidade das medidas propostas na Câmara dos Deputados. Quis apenas realçar que a Mesa cumpriu, a meu ver, seu dever e cumpriu também o Regimento quando se omitiu de opinar, de decidir sobre matéria constitucional relevante. Quanto ao meu ponto de vista pessoal sobre o assunto, V. Exª talvez tenha de esperar apenas 24 horas, porque amanhã estarei nessa tribuna para então poder manifestar o ponto de vista da Maioria em relação ao problema.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço muito ao nobre líder.

Sr. Presidente, já agora o Deputado Vieira de Melo coloca a questão em termos que mais se aproximam daqueles em que eu desejaria vê-la colocada.

E quando eu disse a V. Exª em conversa particular, e com o acatamento que V. Exª sempre me mereceu, pela sua conduta nesta casa, que considerava indispensável que V. Exª examinasse pessoalmente a matéria, e V. Exª redagüiu-me que não o faria individualmente, mas que o faria, sem dúvida alguma em companhia dos demais membros da Comissão Diretora, ou seja, da Mesa, minha intenção, ao provocar esse pronunciamento da Mesa, era mostrar que, ao contrário do que sustenta o Líder Vieira de Melo, a Mesa, utilizando sua prerrogativa constitucional de interpretar a Constituição no que se refere às garantias do corpo coletivo dos deputados – porque desejo ressaltar o fato de que a Mesa, ao decidir isto, não aludiu especificamente ao Deputado Carlos Lacerda, nem a um representante da oposição – tomou uma deliberação que envolve o conjunto do Poder Legislativo brasileiro. Minha impressão era de que a Mesa, ao se manifestar sobre assunto dessa gravidade, viria a servir, aqui dentro da Câmara, àquele fim para o qual existe, na Câmara dos Comuns, na Inglaterra, a famosa, a poderosa Comissão dos Privilégios Parlamentares, que muitos dos tratadistas do Direito Constitucional inglês consideram a mais importante comissão do corpo coletivo dos deputados, da Câmara dos Comuns, precisamente aquela comissão técnica incumbida de estudar, de garantir e sobretudo de defender o mandato

parlamentar contra qualquer ameaça que represente perigo para as instituições democráticas e para a liberdade política no Império Britânico.

O Sr. Castilho Cabral – O trabalho dessa Comissão, na Câmara inglesa, é, pelo Regimento, em artigo citado por mim na questão de ordem que levantei esta tarde, incumbência do Presidente desta casa. É o art. 19, nº 6, alínea *e*.

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente. V. Exª acaba de completar minha informação. Quando me dirigi ao nobre Líder Vieira de Melo, foi para que, não havendo na Câmara dos Deputados do Brasil essa Comissão, que precisa ser criada, porque realmente estamos percebendo a importância do seu ministério, a Mesa viesse a substituir essa Comissão dos Privilégios e viesse, então, com aquela tradição que nunca falhou no direito democrático brasileiro, desde o Império, desde a Assembléia Constituinte que se reuniu neste mesmo recinto, neste mesmo solo, nesta mesma parte da cidade do Rio de Janeiro, exercitar aquelas funções que são de magnificente importância, porque não dizem respeito nem mesmo à garantia individual de quem quer que seja, mas que dizem respeito ao estabelecimento de um clima mínimo de liberdade, para que o órgão possa desenvolver-se em conjunto, funcionar em conjunto, exprimir-se em conjunto, interceder realmente como órgão no futuro e no presente da vida pública do país.

É nesta Comissão de Privilégios que quis erigir a Mesa.

Vou ler para o nobre Líder Vieira de Melo a opinião que a este respeito sustenta talvez o maior dos constitucionalistas franceses. É um homem tão citado como esquecido. É na discussão dos nossos temas, na Câmara, um pouco a tradução francesa de Rui Barbosa, de quem todo o mundo fala, mas que ninguém segue.

A respeito deste assunto, manifestando-se precisamente sobre o aspecto em que o nobre Líder Vieira de Melo coloca a questão, diz:

> "A irresponsabilidade parlamentar não existe senão para os atos praticados pelo deputado ou senador no exercício da sua função. Mas ela existe para todos esses atos. Compreende, preliminarmente, os discursos pronunciados em sessão pública, os relatórios, lidos ou publicados no jornal oficial. O deputado escapa a qualquer ação pública que seja movida pelo Ministério Público, por um pretendido delito. Qualquer tribunal que seja provocado por ação pública ou particular dirigida contra deputado, por motivo de ato de sua função, deve se declarar incompetente, mesmo de ofício, e isto em qualquer circunstância."

Vejam os Srs. Deputados a importância capital desta manifestação do grande jurista francês. Se o tribunal a que é dirigido este pedido de processo, acaso enviado pelo Ministério Público, deve, por ofício próprio, em razão da natureza da irresponsabilidade parlamentar, repelir a competência e declarar inexistente o feito criminal, como poderá então a Câmara, a Mesa da Câmara, órgão diretor daquele colégio a

que pertence o injustamente perseguido pelo arbítrio governamental usar de faculdade diferente, concluir de forma diversa, chegar a conclusão oposta? Como pode a Câmara, ela que não é nem competente para estabelecer esse processo, aceitar a idéia de que o processo seja feito, quando aqui se disse que o tribunal juridicamente competente, de acordo com as normas processuais, para investigar a situação deve, de ofício, repelir a provocação e declarar que o deputado, por ato exercido no decurso de seu mandato, é, não imune da perseguição, mas inviolável a qualquer tentativa de procedimento judicial, seja policial, seja penal.

Sr. Presidente, a origem deste dispositivo nos textos constitucionais é mais do que conhecida. Sabemos que ele vem da velha luta entre a representação dos Comuns e a prerrogativa da Coroa. Sabemos que essa luta se esboçou no século XV, na Inglaterra, e atingiu o ápice no século XVI, apesar das resistências impostas pelos Tudors e pelos Stuarts no trono.

Sabemos que, na segunda metade desse século, passou na Câmara dos Comuns uma lei onde se estabelecia que qualquer procedimento dirigido contra membro da Câmara, em função de voto ou de discurso ou de documento proferido ou pronunciado ou promovido no exercício da função, era inteiramente improcedente e não poderia ser aproveitado pela Coroa.

Depois desta lei, a que a Coroa se submeteu com grandes resistências, a última vez em que se tentou, na Inglaterra, perseguir um deputado por motivo de voto, discurso ou documento produzido em função do seu mandato, foi em 1629. Cinqüenta anos depois, esta praxe do direito parlamentar inglês incorporou-se, não à legislação positiva da Inglaterra, mas ao corpo de princípios substanciais de todo o direito constitucional do mundo, porque ela se incorporou à Declaração de Direitos da revolução de 1668.

Com efeito, data desta Declaração de Direitos o incisivo preceito, segundo o qual a liberdade de palavra, de debate, de procedimento, no Parlamento, não poderá ser objeto de perseguição ou colocada perante um tribunal ou de qualquer instância fora do Parlamento.

Sr. Presidente, a memória dos homens é mais volúvel do que as impressões fugazes guardadas pela areia das ondas do mar. Mas tantas vezes...

O Sr. Vieira de Melo – Concordo plenamente com V. Exª A memória dos homens, é muitas vezes... Como disse? V. Exª pode repetir?

O SR. AFONSO ARINOS – Não me lembro exatamente das palavras que proferi. Mas V. Exª, que tem aquela poesia da oratória baiana, lembre-se da areia, do mar e do vento; lembre-se de um samba de Dorival Caymmi e aí terá V. Exª a minha imagem...

O Sr. Vieira de Melo – Senhor Deputado, vejamos se interpreto V. Exª quando digo que a memória dos homens é muito frágil. Veja o nobre colega o que declara o art. 92 de nossa Constituição:

"Os Ministros de Estado serão, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal, e, nos conexos com os do Presidente da República, pelos órgãos competentes para o processo e julgamento deste."

Foi apresentada à Mesa da Câmara ainda na sessão legislativa do ano passado uma denúncia para instauração de um processo de responsabilidade contra o Ministro da Fazenda. Era signatário da denúncia um funcionário da Alfândega do Rio de Janeiro. V. Exª deve estar recordado que, a despeito da clareza meridiana e cristalina desse texto, o processo não morreu na Mesa. O processo foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, para que, se não me falha a memória, o órgão técnico declarasse a aplicação do texto constitucional à hipótese que estava presente à Mesa. Firmou a atual Mesa da Câmara aí a jurisprudência do seu comportamento em matéria de interpretação constitucional – e fê-lo muito bem – quando encaminha o assunto, que é submetido à sua decisão, à esclarecida apreciação do órgão regimentalmente competente para apreciar questões de natureza jurídica ou constitucional. Nessa ocasião – e é por isso que concordo com V. Exª em que a memória dos homens é muito frágil – a oposição se bateu vigorosamente, aqui, para que a Mesa não desse uma decisão que trancasse, desde logo, uma iniciativa que se tinha proposto contra dispositivo expresso da Constituição.

O Sr. Castilho Cabral – Era rigorosamente diferente o caso.

O SR. AFONSO ARINOS – Confesso a V. Exª, nobre Deputado Vieira de Melo, que, mesmo em função do que acabo de dizer – que a memória dos homens é limitada – não tenho presentes todos os dados referentes aos fatos que V. Exª acaba de mencionar. Apenas compete-me esclarecer que, de minha parte, lamento não tivesse o nobre Deputado, então, utilizado os argumento de que agora me utilizo para defender, não o Sr. Ministro da Fazenda, mas a Constituição Federal, porque, se o de que se tratava era defender a Constituição, então a Maioria, que tinha no momento a oportunidade de defender o agente do governo ao mesmo tempo que a lei magna, deveria ter exercitado esse direito ou, melhor, ter-se desincumbido desse dever. Neste momento só me cabe lamentar que V. Exª não o tenha feito.

O Sr. Vieira de Melo – Isso prova a isenção com que a Mesa se comporta em assunto dessa natureza. É que a despeito de se tratar de processo de responsabilidade contra elemento do governo a Mesa teve escrúpulo – e eu nesse sentido insisti junto a ela, devo dizer a V. Exª – em pronunciar uma decisão que trancasse desde logo um processo que se tentava instaurar. Assim a Mesa provou a sua rigorosa e absoluta isenção e o prova ainda agora, quando se nega a trancar a entrada de qualquer processo, à espera de que a Comissão de Constituição e Justiça aponte a decisão constitucional acertada sobre a matéria.

O SR. AFONSO ARINOS – Parece-me que isso prova apenas – perdoe-me V. Exª – a omissão da Maioria, em face do engano da Mesa. Tanto em um caso

como em outro, a Maioria devia ter impedido a Mesa de agir contra a sua missão e contra a letra expressa da Constituição.

O Sr. Castilho Cabral – Permita-me V. Exª. Tive oportunidade de intervir, quando do aparte do nobre Líder da Maioria, dizendo ser o caso rigorosamente diferente. No caso de crime de responsabilidade, o nobre professor de Direito que está na tribuna sabe ter havido uma Comissão de elaboração das Leis Complementares. Examinou ela o projeto referente aos crimes de responsabilidade, o qual teve longa tramitação no Senado e nesta casa. Na Lei nº 1.079, estabeleceu-se expressamente a possibilidade de denúncias por crimes de responsabilidade, apresentadas à Câmara dos Deputados. Tratava-se portanto, quando muito, de dúvida sobre matéria constitucional, suscitada por texto expresso de lei. Fundada nessa Lei nº 1.079, foi apresentada a denúncia. Neste caso, poderia a Mesa ter dúvida. Agora, entretanto, que se violenta diretamente um texto constitucional, cuja interpretação nunca padeceu dúvida, em lugar algum, neste caso, de maneira alguma pode ser justificada a remessa à Comissão de Justiça.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre Deputado Castilho Cabral. Realmente, a lei que estabelece o processo-crime de responsabilidade do Presidente da República e dos crimes conexos praticados pelos seus ministros prevê a hipótese da declaração de procedência da denúncia por parte da Câmara. E foi em relação a essa fase, a essa etapa preliminar do procedimento penal que a Mesa, obediente à lei, a remeteu à Comissão de Justiça. Realmente, a situação me parece inteiramente diferente.

Mas, Sr. Presidente, queria ler aqui, para que ficasse constando do meu discurso, um período lapidar de Joseph Barthélémy, que estabelece a distinção entre a inviolabilidade e a imunidade parlamentar. Este período pode servir de epígrafe a qualquer estudo da Comissão de Constituição e Justiça a respeito da matéria; pode servir de introdução, pode servir de inspiração, pode servir de exemplo constante ao exame daquela douta Comissão, que vai ter a audiência solicitada pela Comissão Diretora desta Casa.

Diz o citado jurista francês:

> "A inviolabilidade concerne aos atos da função parlamentar, enquanto a imunidade visa aos atos estranhos a essa função. A inviolabilidade impede toda ação, seja civil ou criminal; a imunidade tem o efeito reduzido de impedir a ação criminal sem autorização da Câmara a que pertença o parlamentar. A inviolabilidade tem por fim permitir ao parlamentar o livre exercício da sua função e, especialmente, dizer tudo o que ele achar útil, sem ser paralisado e sem receio de perseguição judiciária, seja do governo, seja de particulares. A inviolabilidade é perpétua. Um parlamentar não pode jamais, em qualquer momento, ser perseguido por atos da sua função, mesmo quando haja perdido o mandato. Ao contrário, a imunidade não dura senão durante as suas funções."

Aí está realmente traduzida – não em forma elementar, porque a simplicidade lógica não é elementar; ela é apenas essencial; há uma diferença entre a elementariedade e a essencialidade; esta é uma disposição, e um texto essencial sem ser elementar – aí está, portanto, traduzida, em algumas sentenças essenciais e lapidares, tudo aquilo que a tradição do Direito Constitucional internacional, que a prática das instituições representativas em todos os países democráticos do mundo têm acumulado no decurso dos, pelo menos, dois e meio últimos séculos da história do ocidente, em matéria de garantia do exercício da função parlamentar.

Veja V. Exª, Sr. Presidente, os termos da maior energia com que se manifesta um moderno tratadista francês, Laferrière; veja V. Exª a energia, o vigor, a impetuosidade com que ele se manifesta a respeito dessa matéria.

Diz ele:

> "Na tribuna um deputado faz apologia de um fato qualificado de crime pela lei, e incita os militares à desobediência, preconiza a resistência à lei, a recusa ao imposto. São palavras que, pronunciadas por um particular, exporiam o seu autor à perseguição penal, ou à ação de perdas e danos. Ao contrário, por esses atos o parlamentar se beneficia de uma irresponsabilidade completa. Há, aí, para os parlamentares, um privilégio, ao mesmo tempo, chocante e necessário. Ele pode, impunemente, violar a lei penal, incitar delitos, pelos quais quem haja obedecido à incitação será condenado. Ele não sofrerá conseqüência alguma, salvo, talvez, as sanções benignas do Regimento da Assembléia a que pertença. O parlamentar se situa, assim, acima da lei, à qual se sujeitam os demais cidadãos. Entretanto, por mais chocante que possa ser esse privilégio, a sua necessidade se acha demonstrada, pelo fato de que ele existe em todos os regimes políticos."

Ora, Sr. Presidente, estes são, realmente, os termos em que a questão deve ser colocada.

Nós estamos, aqui, assentindo a cada momento, concordando a cada passo, convindo em cada encontro na necessidade de ampliar as garantias materiais do nosso conforto de mandatário do povo, do nosso conforto de viajantes, de transeuntes, de passageiros, estamos, a cada momento, reclamando um aparelhamento técnico mais forte, mais minucioso, mais expedito, mais adequado do Congresso – melhores salas, mais funcionários, mais livros, melhores elementos de informação; mas estamos esquecendo a seiva de que nos nutrimos, mas estamos abandonando os princípios honrosos de que provimos, estamos, Sr. Presidente, cedendo perante a pressão do governo Federal, perante a pressão de um Executivo transviado da sua verdadeira compreensão das instituições políticas nacionais, e estamos, então, entregando tudo aquilo que é espírito, tudo aquilo que é flama, tudo aquilo que é inteligência, tudo aquilo que é honra, tudo aquilo que é dignidade, tudo aquilo que é poder, tudo aquilo que é resistência, tudo aqui-

lo que é bravura, que é combatividade, que é empenho na defesa das nossas prerrogativas populares, e trocando essa primogenitura da nossa função política pelo prato de lentilhas das prorrogações, dos subsídios e dos automóveis.

O Sr. Arruda Câmara – Permita-me V. Exª um aparte. Sinto-me muito à vontade, Sr. Deputado, para apartear V. Exª neste terreno, porque não pertenço à oposição e ainda, porque fui autor de uma questão de ordem baseada no art. 44 da Constituição e no texto do Regimento que proíbe à Mesa receber qualquer proposição de manifesta inconstitucionalidade, como é a do caso. Trata-se de atos praticados no exercício de mandato nos quais o deputado tem absoluta inviolabilidade. Não posso, portanto, conformar-me com a resolução do nobre Presidente aceitando e remetendo a denúncia ou pedido para processar um deputado, por atos praticados no exercício de seu mandato, à Comissão de Constituição e Justiça. Se S. Exª não desejava assumir sozinho a responsabilidade da devolução imediata desse documento ao seu autor, devia enviar tão-somente a minha questão de ordem, que era preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça para, após seu pronunciamento, então, remeter àquela Comissão, se ela achasse crucial e razoável, o pedido de processo. No entanto que se fez? Acolheu-se um pedido, uma resolução inconstitucional porque esse pedido vai ser objeto de deliberação da Comissão e da Câmara. É, portanto, uma proposição, se não no sentido estrito, pelo menos no sentido lato. É, verdadeiramente, uma proposição. A Mesa acolheu uma proposição verdadeiramente inconstitucional. De modo que isso a meu ver, Sr. Deputado, constitui precedente perigosíssimo. Amanhã, se o Executivo entender enviar mensagem solicitando a extinção do regime federativo, ou da forma republicana, não estamos longe de que a Mesa acolha esse pedido, essa mensagem ou esse anteprojeto e o remeta à Comissão de Constituição e Justiça para deliberar. Assim, é com tristeza que registro a acolhida desse documento e sua remessa à Comissão de Constituição e Justiça, quando ele devia ser, no mesmo protocolo, remetido em devolução, ao seu autor. *(Palmas.)*

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

Sr. José Joffily – Permita-me. V. Exª no início de sua oração, salientou, com aquele brilho que toda a Câmara admira...

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

O Sr. José Joffily – ... o contraste, no Brasil, entre o nosso desenvolvimento econômico e o nosso desenvolvimento político. Em seguida, passou a invocar as melhores tradições parlamentares, não só do Brasil, como de outras nações civilizadas, a respeito da conduta política da Câmara, em face da necessidade de defesa das suas prerrogativas essenciais. Como V. Exª, nobre Deputado, pode enquadrar, dentro da necessidade de evolução política, e dentro da necessidade da defesa das nossas prerrogativas, o ato de um deputado, de um representante do povo que fornece a potências estrangeiras, voluntária ou involuntariamente, a chave do principal código

cifrado do nosso país, se semelhante fato ocorre *através* do serviço de espionagem de nação estrangeira inimiga? De acordo com essa tradição, nobre colega, não conheço notícia de que esse código em nação alguma do mundo, em tempo algum, tenha sido violado, por iniciativa daquele que usou o seu mandato como instrumento para expor os problemas da nossa soberania e da nossa defesa interna aos riscos de outra nação.

A esta hora, toda as mensagens cifradas que o Brasil transmitiu à nossa Embaixada na República Argentina, durante dez ou doze anos são do conhecimento daquele país. E assim fez em nome da democracia, em nome da evolução política e em nome da defesa das prerrogativas das imunidades parlamentares.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

O Sr. Carlos Lacerda – Permita-me o orador um pequeno aparte. Se o código do Itamaraty tivesse um tempo de vida de dez ou doze anos, o Sr. Deputado, José Joffily talvez tivesse razão. Mas essa simples afirmativa revela que S. Exª nunca soube nada dessas questões, pois ignora, desconhece que nenhum código do Itamarati jamais pode durar mais de um ano, quando muito, e ainda assim por relaxamento.

O Sr. José Joffily – Estou melhor informado...

O Sr. Carlos Lacerda – Mais ainda: S. Exª não sabe que código algum jamais resistiu aos que decifradores internacionais, especialistas na matéria. E mais: não sabe S. Exª – e aí por falta de tempo, pois S. Exª, é muito ocupado, aqui e fora daqui – que o precedente que invoquei e documentei esta tarde é de ninguém menos do que do Barão do Rio Branco, a quem endereço o aparte de S. Exª.

O Sr. José Joffily – É fácil responder ao seu aparte. V. Exª vem, perante a Câmara, mostrar um precedente semelhante à atitude que V. Exª tomou, servindo-se do seu mandato para revelar um código. Os códigos revelados o foram pela espionagem a serviço de nações inimigas. Vamos aos fatos.

O Sr. Mário Martins – V. Exªs querem transformar o Deputado Carlos Lacerda no Dreyfus brasileiro.

O Sr. Frota Aguiar – Esta é a grande verdade.

O Sr. Carlos Lacerda – O Sr. Deputado José Joffily estaria, talvez, bem se me fizesse a honra de ler o meu discurso, porque S. Exª teria em português corrente, não somente o código acompanhado da tradução com português corrente em baixo de cada sigla desse código, mas o próprio quadro de decifração mandado publicar no *Diário Oficial* de 15 de novembro de 1908 pelo Barão do Rio Banco, e, portanto, a revelação de todas as mensagens anteriores enviadas segundo esse código. S. Exª deveria saber que os espiões internacionais não estão à espera de telegramas lidos em português corrente nesta casa para conhecimento do que se passa no Brasil. S. Exª

devia saber que os espiões internacionais têm fontes muito superiores. Estas fontes se encontram, e o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu, nos mesmos meios que ele, como eu, freqüentamos, e que hoje participam ativamente de serviços civis e militares da nação brasileira.

O Sr. Vieira de Melo – Vou me permitir apenas vir em socorro...

O Sr. José Joffily – Vá V. Exª aos fatos. Nação nenhuma teve seus segredos revelados a não ser pelo serviço de espionagem.

(Trocam-se apartes.)

O SR. PRESIDENTE – Atenção! Os apartes só deverão ser dados com anuência expressa do orador que está na tribuna.

O Sr. Vieira de Melo – Sr. Presidente, estou com a anuência do orador. Quero vir em socorro de S. Exª no sentido de assegurar tranqüilidade ao pronunciamento do seu discurso e também em meu socorro, porque amanhã ocuparei a tribuna, e não desejo antecipar as considerações que vou fazer em torno da matéria em debate. Assim, vamos continuar ouvindo S. Exª com o encantamento de sempre, e acompanhar o desenvolvimento do nosso raciocínio, de tal maneira que amanhã possamos defender, ratificar ou contestar as afirmações de S. Exª.

O Sr. Carlos Lacerda – Apenas mais um aparte, nobre Deputado Afonso Arinos, porque não desejo perturbar o seu discurso. Se o Ministro das Relações Exteriores, se o Itamaraty, se o governo considerassem de tal vital importância o seu código teria nas mãos o meio adequado, o meio próprio de manter sigilo sobre ele. Bastava dizer tranqüilamente – e não seria essa a primeira vez – que o telegrama lido em português corrente não era autêntico. É, no entanto, o próprio governo que declara o documento autêntico. Logo quem confirmou a decifração do código foi o governo.

O Sr. José Joffily – Se V. Exª considera lícita ou legítima a sua atitude, venha, então, revelar perante à Câmara os meios que usou para obtê-la. (*Vozes – oh! oh! oh!...*)

O SR. PRESIDENTE – Atenção!

O Sr. Carlos Lacerda – O Sr. Deputado José Joffily que é advogado, ignora a deontologia, o segredo profissional, o dever de proteger os que cumpriram o seu dever para desmascarar o deslize do Itamaraty. Para lhes dar proteção aqui estou.

O Sr. José Joffily – V. Exª quer fazer uma trama de que revelação de código secreto é rotina. Diga, pois, V. Exª os meios lícitos pelos quais obteve as informações.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, parece-me que o problema está sendo colocado de forma parcial e um tanto apaixonada pelo meu nobre amigo, o ilustre representante da Paraíba.

Em primeiro lugar, quanto a precedente, é corrente nas coletâneas de documentos referentes à política internacional a publicação de telegramas cifrados, sigilosos ou secretos. Quando lemos o Livro Amarelo francês, o Livro Branco inglês, todas aquelas coletâneas oficiais que reúnem a documentação relativa a episódios culminantes da vida internacional, como seja, as ocorrências que se desenrolaram entre o encontro de Munich e a invasão da Polônia, vemos ali publicada, decifrada na língua do país toda a correspondência internacional trocada a respeito daquele assunto.

Quando nós vemos a publicação oficial – note bem a Câmara – que faz o governo dos Estados Unidos sobre a política internacional americana, publicação feita pela Secretaria de Estado e que possui uma coleção inumerável de documentos dos quais possuo numerosos, então verificamos que eles divulgam sistematicamente toda a correspondência existente entre a Secretaria do Estado e os seus representantes nos países estrangeiros. Por que publicam, Sr. Presidente? Porque este sigilo perdeu a razão de ser, porque este segredo era um segredo atinente à reserva necessária a um entabulamento e às conclusões daqueles acordos internacionais que estavam sendo negociados, daquelas negociações políticas que estavam sendo compostas ou decompostas, mas uma vez transposta a etapa política em questão, não interessa mais ao estadista, não interessa mais ao diplomata, não interessa mais ao militar, mas só ao historiador, o conhecimento dessas peças documentárias. E é por isto que elas são publicadas. Portanto, o problema não se apresenta da forma por que invocou o ilustre Vice-Líder do PSD. Estas publicações são correntes. Ponho à disposição de S. Exª o Livro Amarelo francês sobre os episódios que precederam a guerra de 1939; ponho à disposição de S. Exª o admirável acervo que é o Tratado de Política Internacional Americano, por exemplo sobre a guerra do Chaco. Todos os documentos referentes à guerra do Chaco que passaram pela Secretaria de Estado eu os possuo, na minha casa, editados em volumes pelo Departamento de Estado. Portanto, Sr. Presidente, precisamos pôr cobro a esta fantasia, a esta vaga inconseqüente, dramática, terrorista e ameaçadora que ela sim vem estabelecer o risco não das nossas relações com a Argentina, que nunca foram melhores do que são neste momento em que lá desapareceu o verdadeiro empecilho das boas relações que era a ditadura peronista. Queremos chamar a atenção, não para os riscos estranhos, mas para o que significa, em matéria de perigo interno essa interpretação, porque as nuvens que se acumulam, porque as sombras que se adensam, porque os perigos que marcham contra nós não são os de um impossível ou de um ridículo conflito com a República Argentina, são sim os do esmagamento do Congresso, os de um novo 11 de novembro, os de tropas dentro desse recinto que eu tive de afastar com as minhas mãos naquela manhã sinistra e nevoenta da nossa democracia. (*Apoiados*). No momento em que me dirigia para o gabinete do nobre Deputado Flores da Cunha, aqui, ao lado desta porta tive minha passagem barrada por um soldado de metralhadora que me disse que eu era um estranho que não podia passar.

Então ponderei com aquela prudência própria dos mineiros diante das armas que quem era estranho era precisamente o meu nobre interlocutor, por isso que eu estava nesta casa há muitos anos e nela nunca o havia encontrado senão há alguns minutos.

Este o risco que temos de enfrentar, estas as ameaças para as quais temos de abrir os olhos, e não nos prestarmos infantilmente, sub-repticiamente, falsamente, quase diria, hipocritamente, a crenças em perigos internacionais que não são divulgados nem corporificados, senão para repetir a imagem de que há pouco me servi como a túnica que escondia na pessoa de Brutus o punhal do assassino.

Sr. Presidente, feitas estas considerações sobre o tema preliminar do meu discurso, que de propósito coloquei em primeiro lugar, porque sabia que ia provocar maiores debates nesta casa, reservo os últimos minutos da minha permanência na tribuna para analisar a segunda questão em que me devo manifestar, como Líder da Oposição, – quem sabe se pela última vez – nesta tribuna. Desejo referir-me à questão suscitada pelo nobre Líder Vieira de Melo, nesta derradeira troca de golpes bem intencionados que mantenho há tanto tempo com S. Exª. Desejo discutir as idéias por S. Exª expressas no texto que tive oportunidade de ler no início de minha oração...

O Sr. Vieira de Melo – Meus voto são para que não sejam os derradeiros estes seus momentos na tribuna porque V. Exª, na liderança da Oposição, tem sido um paradigma de honradez, de decência e de cultura a serviço desta casa. (*Muito bem!*)

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Líder suas bondosas expressões.

Sr. Presidente, trata-se de fixarmos uma apreciação tanto quanto possível comum, digamos, congressual, interpartidária, suprapartidária da função que exercemos como representantes do controle democrático sobre a política internacional. Aqui, também, as expressões de que se serviu o nobre Líder da Maioria, ao encaminhar o debate sobre o requerimento apresentado por vários deputados e como primeiro signatário, o meu ilustre companheiro de bancada, o Sr. Seixas Dória, demonstraram uma posição política de irredutível caráter demissionário, no que toca às prerrogativas do Congresso como representante popular, em função do controle democrático da política internacional do Brasil.

Sr. Presidente, esta é uma das questões mais sérias que os legislativos de todo o mundo devem apreciar acima das lutas partidárias. Devem apreciá-la, como a outra a que há pouco me reportei em função de sua missão constitucional, e não da sua divisão interna, porque temos de considerar o corpo legislativo na sua dupla aparência: de corpo unido, quanto ao exercício de uma missão; de corpo dividido quanto ao processo de realizar essa missão. No exercício da missão constitucional de fiscalização dos atos do Executivo e de defesa dos interesses populares, então se esbatem, desaparecem as fronteiras dos partidos, e o Legislativo deve atuar conjuntamente porque os que hoje são minoria amanhã serão maioria e, o que é mais grave,

aqueles que hoje são maioria amanhã poderão ser minoria. Então nossas queixas de hoje serão as vossas de amanhã. Indispensável se torna, pois, encontremos um campo comum de entendimento e de atuação, a fim de salvaguardar, a fim de salvar, direi melhor, não o predomínio de uma facção sobre a outra, mas o conjunto de responsabilidades, que são também conjuntas e a integridade de uma missão que não é particular de cada lado da casa, mas comum aos dois lados.

Sr. Presidente, o problema da participação do Legislativo na ação do Executivo, no que toca ao encaminhamento da política internacional, representa, do ponto de vista da comunicação das duas órbitas jurídicas – interna e externa – o mais grave de todos os problemas. É o problema específico, é o problema por excelência é – como diria o nobre Deputado Flores da Cunha, tão amigo das palavras francesas – o problema *tout court*.

Pois bem. Vem-se observando no desenvolvimento deste assunto, que, quanto à técnica de aprovação dos atos legislativos que acobertam os atos internacionais, processou-se a mesma dificuldade, o mesmo emperramento que se verifica na tramitação dos atos legislativos referentes à órbita da política interna. Isto é, desde que se convencionou atribuir aos tratados e convenções a forma legislativa, a forma legal, a forma de uma lei material – o que constituiu o processo mais prático de submeter a política internacional ao exame dos representantes do povo – desde aí, à proporção que as tarefas do Estado tornavam mais penosa a ação do Legislativo, começou a discussão dos atos internacionais a encontrar, dentro dos corpos legislativos, aqueles mesmos óbices e dificuldades que acompanham a tramitação das demais leis.

Em todos os países do mundo, quer esteja ou não o assunto convencionado ou expressamente declarado pelos textos constitucionais, o que se processou foi uma distinção material entre os dois tipos de atos internacionais: aqueles que têm direta repercussão política, que têm direta significação política, que têm maior importância política, são sempre e invariavelmente submetidos à apreciação do Congresso; aqueles que decorrem dos entendimentos técnicos havidos entre as diferentes nações, para atender a objetivos comuns de natureza também técnica e administrativa – os quais adquiriram no Direito Internacional a nomenclatura de acordos executivos, graças à tradição americana – passaram a escapar ao controle das câmaras populares.

Tudo aquilo, porém, que é político, tudo aquilo que diz respeito à natureza e à essencialidade da nossa função politica, jamais se duvidou devesse ser submetido à apreciação do Congresso Nacional. Essas dúvidas, se porventura surgiram, nunca se originaram do Congresso, nunca as vimos surgir dentro do Congresso.

Jamais o Congresso apareceu demitindo-se desta sua prerrogativa essencial. Nunca o Legislativo compareceu perante a nação declarando-se incompetente para intervir na política internacional, visto que toda a evolução do Poder Legislativo, desde o momento em que a guerra passou de atividade que interessava a certos círculos próximos do governo à tragédia que diz respeito a todo o povo, todos os pode-

res legislativos do mundo exerceram uma atuação enérgica, continuada e persistente, no sentido de trazer ao seu conhecimento esses mesmos atos internacionais.

No caso específico dos acordo políticos, devo dizer ao nobre Deputado que existem, até, atualmente, duas soluções que me parecem do melhor cunho jurídico e da maior conveniência política. Seriam soluções adotadas ou adotáveis no Brasil, soluções que viriam perfeitamente responder a essas dificuldades tantas vezes aqui aventadas e acentuadas.

Na Inglaterra, depois de se ter constatado essas dificuldades para a apreciação pelo Legislativo da série de atos que envolvem a política internacional, convencionou-se que todos os atos desta natureza sejam remetidos, em princípio, à Câmara dos Comuns, ao Parlamento, e lá fiquem por um prazo determinado, a fim de que os diferentes partidos resolvam da conveniência ou não de avocar a si essas proposições e examiná-las no seu conteúdo. Fica, portanto, entregue à discrição do Legislativo o estudo dos atos internacionais que devem ser por ele apreciados.

Na Holanda, em função da lei inglesa, fez-se uma reforma constitucional onde se introduziu esse texto, reforma essa que, se não me engano foi aprovada pelo Parlamento neerlandês em 1952.

Na Holanda, o prazo passou a ser de um mês. Todos os atos internacionais assinados pela Rainha são remetidos automaticamente ao Parlamento, onde aguardam o prazo de um mês, a fim de que sejam ou não avocados pelo mesmo Parlamento, para seu conhecimento.

Ora, no Brasil presenciamos o ilustre representante da Maioria nesta Casa – note bem a Câmara que o Deputado Vieira de Melo não é porta-voz do governo, mas representante da Maioria parlamentar, portanto, um companheiro graduado nosso, um nosso colega, membro da Câmara, pois S. Exª exprime a voz da Maioria do Congresso Nacional – vimos o nobre Deputado Vieira de Melo sustentar que a política de contensão, que a interpretação restritiva, que o esmagamento das nossas prerrogativas são inferência do texto constitucional e não o contrário, o alargamento da nossa função, a presença da nossa atividade, o exercício da nossa justa curiosidade.

Ora, Sr. Presidente, nestas condições, como poderemos nós interpretar os textos constitucionais que dizem respeito à participação obrigatória do Congresso nos atos internacionais?

É com profunda mágoa, com sincera amargura, com grande descontentamento, Sr. Presidente, que hoje me dirijo à Câmara e à nação, chamando a atenção para esses dois fatos que não representam senão uma só diretriz: a da decomposição e do abandono. Chamo a atenção do país para o estado de triste realidade em que se encontra o Poder Legislativo brasileiro pois, ao mesmo tempo que alarga suas reivindicações materiais, abandona, de forma lastimável, de forma melancólica, de forma ultrajante, suas prerrogativas morais, políticas e constitucionais. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

Pedido de licença para processar o Deputado Carlos Lacerda

2-5-1957

O SR. AFONSO ARINOS *(Como líder do Bloco Parlamentar da Oposição.)* – Sr. Presidente, Senhores Deputados, é com constrangimento que subo a esta tribuna interrompendo o trabalho normal da Câmara dos Deputados, que muito melhor se veria empregado no debate, na discussão, no esclarecimento e no voto de assuntos como este, sobre o qual o nobre Deputado João Menezes acaba de proferir seu brilhante discurso. S. Exª colocou um problema que diz respeito ao ressurgimento e à consolidação econômica de uma das áreas de maior futuro, não apenas em nosso país mas em todo o mundo, aquela área que S. Exª tão digna e brilhantemente representa neste Congresso. Mas não é por culpa da oposição, não é pela responsabilidade da minoria que debates dessa ordem, que assuntos dessa magnitude sejam aqui postergados e transportados para oportunidades menos convenientes; que por iniciativa do governo, por desvelo dos poderosos, por ação contumaz e obstinada dos que gerem neste país a coisa pública e – por que não dizê-lo? – por encarniçada e feroz agressividade da maioria, temos, neste momento – preocupando o país, agitando o país, emocionando o país – um caso de natureza até certo ponto pessoal que é agitado pelas forças governistas e majoritárias como uma ameaça iminente às prerrogativas do Congresso, à dignidade da Constituição e ao exercício da democracia no nosso país.

Sr. Presidente, em discurso anteriormente proferido, tive oportunidade de situar, dentro de um plano geral, o exame do problema da invulnerabilidade dos mandatos parlamentares, no nosso regime constitucional e no nosso sistema democrático.

Hoje, procurarei, acompanhando o pensamento expresso em parecer do eminente Deputado Martins Rodrigues, representante do Ceará nesta casa, sintetizar e concretizar o debate do assunto em torno dos postulados positivos do nosso Direito Constitucional.

Assim sendo, abandonarei o tema na feição genérica em que foi colocado no início dos debates nesta casa para, seguindo as pegadas daquele ilustre representante, examiná-lo exatamente nos termos em que Sua Excelência o pôs.

Não quereria, entretanto, iniciar o meu discurso, Sr. Presidente, sem antes lastimar e sem deplorar que as contingências, que os imprevisíveis fatores da nossa conturbada evolução política tenham arrastado a situação de tal forma inconfortável duas figuras que tanto prezo e dois colegas que tanto admiro – o nobre Líder Vieira de Melo e o eminente Relator Martins Rodrigues.

Quanto ao Sr. Deputado Vieira de Melo, rejubilo-me pela sua presença, em face de nesta sala, para declarar a S. Exª que é com insuspeitada amargura que vejo, pela primeira vez na história da liderança da Maioria nesta Casa do Congresso Na-

cional, um líder ornado e provido das qualidades intelectuais, da polidez, da cortesia, da galanteria no debate com que aqui esgrime o seu acerado florete o nobre representante pela Bahia; é com insuspeitada amargura, repito, que vejo, pela primeira vez, em toda a história da liderança da maioria, nesta casa, que seja do meu conhecimento, o comandante das forças majoritárias não titubear diante de uma agressão brutal a todos os seus colegas, integrantes do partido da oposição.

Sr. Presidente, têm passado pela liderança da Maioria, têm-se assentado naquela cadeira e subido a esta tribuna, nos longos anos de regime republicano, homens de temperamentos diversos e até contraditórios, homens ríspidos, agressivos e soturnos, como Carlos Peixoto, como Seabra, como Manoel Vilaboim – e cito, de propósito, dois representantes nascidos na Bahia.

Têm por aqui passado, ao contrário, homens de espírito tolerante, de inteligência tendente à composição e de trato tendente ao bom convívio e ao bom comércio social; homens, como James Darcy, como Antônio Carlos, como Gustavo Capanema. Mas é a primeira vez, na história da liderança, que um homem – dizia eu – ornado e revestido de qualidades intelectuais e galanteria social, declara, publicamente, que um partido, exercendo suas prerrogativas regimentais e constitucionais de indicar o comandante de sua bancada, assim procedeu por recuo e covardia!

Eu não quero, Sr. Presidente, demorar-me em responder e em revidar a essa palavra de extrema virulência, que a nós todos atinge naquilo que temos de mais delicado nos nossos sentimentos partidários, mas apenas consignar – e é com tristeza que o faço – que quando um homem, com as qualidades que insisto em reconhecer ao nobre líder da Maioria, refere-se a seus colegas de forma tão despejada, é porque há qualquer coisa de podre no Reino da Dinamarca; é porque tal é o impulso de ódio e tal é a força destrutiva no peito e no coração desses nossos colegas, quando aqui vêm debater os assuntos, que os próprios limites da cortesia parlamentar, que as próprias fronteiras do reconhecimento às qualidades e aos deveres desses colegas começam por ser esquecidos por aqueles que não têm apenas o motivo pessoal de esquecer pela função que exercem, mas pela tradição de cavalheirismo, pela cordura e pela cortesia!

Sr. Presidente, acompanho, como disse, as pegadas do Relator, Senhor Martins Rodrigues. É profundamente lastimável para mim que Sua Excelência não se encontre, no momento, neste plenário. Sei que está preso aos deveres funestos de seu penoso ofício na Comissão de Justiça. E aqui aproveito também para lastimar que um homem de sua categoria intelectual, um jurista dotado de tantos recursos, seja obrigado a essa ginástica gelada, a essas acrobacias, e essas revoluções nos trapézios das idéias, com a diferença de que freqüentemente salta de um e não pega em outro e se esborracha em pleno picadeiro.

A certeza com que S. Exª enuncia os seus julgamentos não é, de forma nenhuma, correspondida pela segurança dos textos em que se apóia. E é lastimável que assim seja. Mais do que lastimável é, para nós, que assim seja, porque, realmente, quando um

jurista como o Sr. Martins Rodrigues encontra, linhas abaixo, fatalmente, do texto que cita, o desmentido daquilo que afirma, é porque, na verdade, só com muita dificuldade poderia S. Exª basear seu raciocínio e desenvolver a sua tese.

Vou pedir à Câmara desculpas pelo enfadonho deste rosário que destilarei, mas é inteiramente indispensável que assim faça, para que fique constando nos Anais esta prova da crueldade, da imposição maligna que a política do governo exerce sobre os seus mais estrênuos defensores, fazendo com que um venha agredir descomedidamente toda uma facção partidária que, por outro lado, nunca lhe tributou senão respeito e consideração, e com que outro venha apresentar, a cada passo, argumentos que se desmentem com os mesmos autores, no passo seguinte.

Diz, com efeito, o nobre Deputado Martins Rodrigues...

O Sr. Gabriel Passos – V. Exª dá licença para um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer, Sr. Deputado.

O Sr. Gabriel Passos – Lamento interromper a brilhante oração de V. Exª, mas o faço – porque nem sempre temos possibilidade de ocupar essa tribuna – para sublinhar que com a Comissão de Justiça, composta de tantos luminares do direito, está-se passando um fenômeno perigoso. Em verdade, uma comissão técnica, uma Comissão de Justiça, se destina a esclarecer a Câmara sobre as razões de direito de um determinado pronunciamento. Nisso vai à responsabilidade do jurista. E quando o jurista se curva, como se anuncia, às injunções políticas, ele está traindo o direito e a sua própria consciência, perdendo, ao mesmo tempo, a sua autoridade de jurista e sua respeitabilidade de político.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado, cuja autoridade de jurista é acrescida pelos serviços que prestou a esta casa, como Líder de nossa bancada e membro da Comissão de Justiça.

Admito, respondendo ao nobre Deputado Gabriel Passos – e seguramente na mesma linha do seu pensamento – admito que o jurista encontre, afeiçoe, componha e construa as soluções políticas para as crises políticas, porque, afinal, o Direito Público é um direito de construção política.

Mas, Sr. Presidente, o que é menos admissível, menos compreensível e mais surpreendente é que estas construções sejam exclusivamente políticas, e não jurídicas...

O Sr. Gabriel Passos – E quando se trata de liberdade, das prerrogativas de deputados.

O SR. AFONSO ARINOS – ...sejam construções que de jurídicas só tenham um rótulo falsificado, porque são raciocínios que partem de uma premissa escandalosa – aquela de que o poder não pode ser contido pelo direito.

Se analisarmos, de fato, o que existe no fundo do pensamento e da intenção, não direi dos homens, dos juristas da maioria, mas das forças que os fazem atuar

nesta crise, veremos a existência dessa idéia primária de que é possível estabelecer-se o poder e exercer o poder, sem o controle do direito.

Mas, senhores, um poder sem o direito é a ditadura, é o totalitarismo, é a anarquia. Se existe uma razão pela qual possamos considerar constitucionalmente organizado um Estado, então essa razão é a de que um poder lança a si mesmo limites na órbita do direito. E, quando se transpõe essa órbita, quando se transpõem, consciente e voluntariamente, esses limites, como está fazendo a maioria desta casa, então não se está apenas rompendo com aquela tradição concreta que no momento se submete, mas está-se rompendo com os próprios assentamentos da Constituição, ao declarar-se que o simples fato de existir maioria numérica é suficiente para que ela se prevaleça do princípio majoritário a fim de, com ele, prostituir, vilipendiar, estuprar a legalidade jurídica firmada na Constituição. (*Muito bem! Palmas.*)

Sr. Presidente, dizia o nobre Deputado Martins Rodrigues que o juiz americano Parsons declarava que "os privilégios não são assegurados com a intenção de proteger os membros do Parlamento contra as perseguições para o seu próprio benefício, mas para sustentar os direitos do povo, para habilitar os representantes a executar as funções do seu ofício, sem temor de perseguições, civis ou criminais".

Nada há que opor a este julgamento do juiz americano. Ao contrário. Fomos os primeiros a sustentar, no nosso discurso, que as imunidades parlamentares foram construídas, historicamente, em benefício do povo, não em benefício do deputado.

Por isso mesmo que elas são imunidades que interessam ao povo é que suas mutilações, também, interessam ao povo. Por isso mesmo que elas não são imunidades do deputado é que são imunidades do corpo congregado do Congresso, são garantias da coletividade congressual. E a conseqüência que se impõe ao raciocínio dos nobres juristas da maioria é que, quando um deputado se diz privado das suas imunidades e das suas garantias constitucionais, então é todo o Congresso que se vê atingido em um dos mandamentos da sua ação.

Mas, Sr. Presidente, queria levar ao conhecimento do nobre Deputado Martins Rodrigues o segundo parágrafo do mesmo texto de Parsons, que é o seguinte:

> "As palavras não foram proferidas em qualquer discurso ou a alocução do deputado, no desempenho dos seus deveres, embora elas houvessem sido proferidas, enquanto o deputado se achava no recinto da Câmara, enquanto esta se achava em sessão, e se relacionavam com a matéria pouco antes discutida."

Esta a premissa lançada pelo Sr. Deputado Martins Rodrigues, a de que não se tratava de discurso proferido como deputado, da tribuna da Câmara, mas, sim, de um incidente ocorrido no plenário da Câmara, durante uma sessão.

E vejam os nobres Deputados qual a segunda sentença do mesmo Juiz. Olhem o que diz:

"Penso, entretanto, que o artigo não deva ser interpretado estritamente – o artigo da Constituição – porém liberalmente e que deve corresponder inteiramente à sua intenção. Eu não o limito à opinião manifestada ou ao discurso ou arenga proferidos no debate, mas o estendo ao voto dado, à informação dada por escrito e a qualquer outro ato correspondente à natureza e ao exercício do mandato. Eu definiria o artigo como assegurando a cada deputado isenção de processo por todas as coisas ditas ou feitas por ele como representante no exercício das funções desse mandato, sem indagar se o exercício foi regular, segundo o Regimento da Câmara, ou irregular e contra esse Regimento."

Esta é a parte final da citação omitida no parecer do nobre relator. S. Exª depois apela para a autoridade de Barbalho.

Quero chamar a atenção da Casa para uma técnica utilizada no parecer, que deve ser conhecida antes que sobre ele formemos juízo. Há duas situações a serem examinadas: uma, é o reconhecimento dos dispositivos concretos constantes das leis constitucionais; outra, é a opinião que sobre esses dispositivos emite o jurista que está sendo consultado. Então, o que ocorre freqüentemente no parecer é que o nobre relator se vale da opinião pessoal do jurista, no momento em que comenta o dispositivo concreto, mas não aproveita o reconhecimento que o mesmo jurista emite no sentido de considerar válida a disposição constitucional. O que acontece com Barbalho é precisamente isso. S. Exª relembra que o velho Ministro do Supremo Tribunal, que o antigo constituinte, como, de resto, muitos outros autores de Direito Constitucional, eram individualmente infensos a reconhecer a utilidade do processo do art. 19 da Constituição de 91 e o eram por uma razão romântica, por uma razão pueril. É que Barbalho considerava que as disposições de imunidade deviam prevalecer no regime monárquico. Mas, republicano em lua de mel com a República, mas republicano encantado com o namoro da sua diva, que acabava de subir ao poder, achava que na República não podia haver ninguém inviolável; não declarava, porém, que não o houvesse. Reconhecia, ao contrário, a inviolabilidade, apenas dizia que ela não é procedente.

Vou provar.

Diz Barbalho:

"Invioláveis entende-se que o devam ser os representantes da nação, para que, com toda isenção e independência, possam exercer o seu mandato. Entretanto, força é convir que nada é mais estranho do que existirem invioláveis em uma república."

Veja, Sr. Presidente: ele declara a existência dessa inviolabilidade. Apenas a considera estranha.

E, adiante, repete:

> "Os projetos Werneck Pestana e Magalhães Castro, da Comissão do governo..."

Peço licença para um parêntesis. A Câmara sabe que a Constituição de 91 foi elaborada na base de três projetos: um projeto Werneck Rangel Pestana, outro Magalhães Castro e ainda outro Américo Brasiliense. Esses três projetos foram fundidos num só, o chamado Projeto do governo Provisório, e esse foi o projeto discutido na Quinta da Boa Vista, na Assembléia cuja comemoração temos representada naquele quadro, colocado atrás da Mesa.

Então diz ele:

> "Dois dos projetos existentes e remetidos para o governo Provisório não isentavam do processo criminal os membros do Parlamento nos casos de injúria e calúnia."

Tão descomunal lhe parecia tal privilégio... Qual privilégio?

Exatamente o da isenção, que Barbalho reconhece ter sido enxertado no texto de 91. E como foi enxertado? O nobre Deputado Vieira de Melo não pode ignorar e seguramente o sabe. Houve, de fato, na Comissão Constitucional, em 91, uma emenda de dois Deputados, Lopes Trovão e João Pinheiro. Esses homens espalhavam a religião e a filosofia positivistas e portanto, se opunham à idéia de privilégios dentro da República, que é à que se volta a pena de Barbalho. Mas essa emenda que precisava exatamente Barbalho, isto é, emenda que visava a suprimir da inviolabilidade parlamentar os processos referentes à calúnia ou à injúria, cai no plenário. Foi, então, elaborado o artigo 19, contra o qual se insurge Barbalho.

Não tem, por conseqüência, razão o parecer do nobre Deputado, na parte em que, citando Barbalho, dá a entender que êste sustentava a inexistência desse privilégio na Constituição de 91.

O Sr. Gabriel Passos – Expõe V. Exª magnificamente a questão porque, em verdade nobre Deputado, o que acontecia no princípio da República era o rigorismo do positivismo, que achava exagerado até emprestar banda de música às corporações religiosas, porque a Igreja era separada do Estado. Era uma concepção puramente científica que não diz nada quanto ao texto constitucional, como V. Exª magnificamente demonstrou.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª tem razão. Aliás, em matéria de banda de música, posso, para amenizar o debate e para não trazer a impressão de que o nobre Deputado Gabriel Passos fazia atenção a qualquer das bancadas fronteiras deste recinto, seja a banda de música da oposição, seja a banda de música do governo, lembrar que, exatamente com João Pinheiro, criou-se o problema de ele ter recusado,

quando Presidente de Minas Gerais, uma banda de música para acompanhar uma procissão.

Benditos tempos, heróicos e comoventes tempos em que a República se preocupava sobre a possibilidade ou não, dada, a separação entre a Igreja e o Estado, da presença de uma banda de música numa procissão na poeirenta e infantil Belo Horizonte de 1908!...

Oh, Sr. Presidente, benditos tempos, porque hoje não é a Igreja que está separada do Estado; o que está jungido, o que está preso, o que está subordinado soldado, fundido, disposto em situação humilhante de impedimento e obediência é o Legislativo para com o Executivo! (*Muito bem! Palmas.*) Precisamos separar este, daquele outro, este palácio daquele e acorrer aqui à nossa defesa, à nossa posição contra o Catete e contra o Palácio da Guerra. *(Muito bem! Apoiados. Palmas).*

Terceiro autor citado pelo relatório: Aurelino Leal.

Aurelino Leal, meu velho mestre de Direito Constitucional. E com que saudade pronuncio seu nome! Foi ele, o ilustre baiano, quem primeiro instilou no meu espírito de adolescente o gosto por estes estudos e o prazer destas leituras. Acompanhei-o, Sr. Deputado Vieira de Melo, a esse baiano que precedeu V. Exª nos estudos de Direito Constitucional e na representação da Bahia nesta casa, em viagens de estudos com outros estudantes. Com ele formei a minha consciência de democrata e a minha orientação de humilde estudante de Direito Constitucional.

Que diz Aurelino Leal, que sugere Aurelino Leal, que afirma, em relação à eficácia do art. 19? Será que ele contesta a existência dessa inviolabilidade? Será que nega a presença desse dispositivo? Não! Faz exatamente o mesmo que Barbalho: apresenta restrições de natureza pessoal, opiniões íntimas, subjetivas em relação à amplitude desse direito que ele considerava naquele tempo dispensável, mas que nós hoje estamos percebendo que é indispensabilíssimo. (*Apoiados.*)

Mas, Sr. Presidente, que diz Aurelino Leal num trecho também omitido pelo nobre relator? Diz o seguinte:

> "Em todo caso, o termo 'invioláveis' do art. 19 significa precisamente irresponsáveis.
>
> A inviolabilidade dos membros do Congresso é instituição mal vista pelos nossos autores. O texto de João Barbalho vale por uma condenação do princípio."

O que se pode extrair daí sempre é a mesma conclusão: reconhecendo, embora, a existência, a eficácia do princípio, o ilustre jurista baiano esposava opinião de João Barbalho no sentido de que esse princípio poderia ser atenuado numa eventual reforma da Constituição.

O autor seguinte é Watson, o americano, que é mais, diga-se de passagem, um historiador da Constituição do que um comentador da Constituição.

O nobre Deputado Martins Rodrigues transcreve o texto de Watson, no ponto em que este fala da história do dispositivo constitucional americano que – diga-se de passagem – é completamente diferente do nosso e obedeceu a razões de composição inteiramente distintas da nossa.

Sr. Presidente, mais uma vez peço a V. Exª permissão e paciência para uma ligeira digressão. Isto não tem nada de pedagógico. Sei que todos os meus ilustres colegas conhecem perfeitamente, mas é preciso que fique consignado nos Anais: outra técnica do parecer é aquela de estabelecer paridade e comparação entre instrumentos constitucionais inteiramente diversos. O dispositivo da Constituição americana é extraído da Petição de Direito e da Declaração de Direitos ingleses. É um dispositivo do século XVII transportado para uma lei do século XVIII. No momento ainda não se tinha formado, elaborado o Direito Parlamentar. Então, na própria Constituição americana se prevêm certas excessões concretas ao princípio da inviolabilidade, baseadas num texto inteiramente diferente do nosso. O texto brasileiro e o texto argentino foram os primeiros e os mais largos, no sentido de acobertar, com a proteção da inviolabilidade, o exercício dos mandatos. E por que, no Brasil e na Argentina, e não na Inglaterra e nos Estados Unidos?

É que os mandatos parlamentares sofreram riscos e agressões no decorrer do século XIX. Quando aqui se tornou necessidade elaborar tecnicamente um preceito tornando inviolável o mandato do deputado, já na Inglaterra e nos Estados Unidos este mandato era inviolável, em função do desenvolvimento do direito costumeiro naqueles países. E foi então, no nosso país e na Argentina, que se estabeleceu, em primeiro lugar, o princípio de que o mandato é inviolável e não o seu exercício durante a sessão. Quase todas as constituições anteriores à nossa de 91, dispunham que o deputado era inviolável, no decurso da sessão e no período em que ele se transportasse para o seu domicílio ou dele viesse para a sessão. Era a velha tradição inglesa. A nossa Constituição estabeleceu a inviolabilidade do mandato durante toda a duração, inclusive nos períodos de recesso e excluiu do texto, como mostrei, voluntariamente, na ocasião da votação da Constituição de 91, todas aquelas incidências, todas aquelas exceções que constavam da praxe inglesa e do texto americano. Por que isto? Por que a emenda de Lopes Trovão e João Pinheiro foi retirada? Porque quisemos garantir no século XIX aquelas inviolabilidades que foram respeitadas até hoje, mas lamentavelmente, um jurista, como o Sr. Vieira de Melo comanda a batalha para estrangulá-las.

Então, dizia eu que Watson examina o preceito na Constituição dos Estados Unidos, inteiramente diferente da nossa. Dispõe o texto transcrito pelo nobre Relator Martins Rodrigues, mas, no fim, tem uma ressalva, que ali não consta, que é a seguinte: – "que ainda não havia sido decidido pela Suprema Corte".

Watson opinava no sentido de que certos aspectos especiais da atividade do deputado no regime da Constituição dos Estados Unidos, que é diferente da nossa, poderiam ser objeto de perseguição criminal, mas que a Suprema Corte ainda não havia decidido sobre o assunto. Ocorre, entretanto que, depois do livro de Watson, a Suprema Corte decidiu sobre o assunto. E vou mostrar à Câmara como ela o fez.

Aqui está o julgamento da Suprema Corte, no famoso caso Kilbourn contra Thompson:

> "Não é necessário decidir aqui se não podem ser feitas coisas de caráter extraordinário, pelas quais os membros não possam ser responsáveis. Se nós imaginarmos que os congressistas tenham esquecido as suas altas funções e o nobre instrumento em que trabalham, a ponto de imitarem o Parlamento inglês na execução do Primeiro Magistrado, ou seguiram o exemplo da Assembléia francesa, transformando-a em tribunal de execuções capitais, então nós não estaremos preparados para dizer que tal perversão de seus poderes, com criminosos objetivos, possa ser isenta de punição sobre a liberdade de palavra."

Ora, Sr. Presidente, é realmente espantoso o que corresponde ao texto referido pelo nobre Deputado. Uma decisão da Suprema Corte que consigna o seguinte princípio: se acaso o Congresso americano resolvesse condenar à morte o Presidente da República, porque o que o Parlamento inglês fez foi condenar à morte o Rei da Inglaterra, porque o que a Assembléia revolucionária francesa fez foi condenar à morte o Rei da França, então, diz a Suprema Corte Americana, se algum dia o Congresso chegar a esses extremos de insensatez criminosa, então, não estamos preparados para declarar que tais atos não sejam puníveis.

E é diante de uma situação tão espetacularmente espantosa e extraordinária; é diante de uma hipótese absurda que é apresentada como símbolo do absurdo *ad argumentandum* que se pretende resvalar, decair, afundar até o pélago da negação e da contradição de todo o Direito Parlamentar e de todo o Direito Constitucional brasileiro.

Sr. Presidente, o nobre Relator fala ainda na opinião de Francisco Campos, do meu ilustre patrício e querido amigo Francisco Campos, a cuja autoridade constitucional é para mim um prazer render homenagem desta tribuna. E, então, expõe certas idéias do germanista Francisco Campos que dizem respeito às suas convicções passadas em relação à latitude que ele julgasse talvez excessiva de determinados princípios democráticos. E nós sabemos com que amargura o velho e ilustre jurista poderá, talvez, nesta altura da sua vida, encantoado melancolicamente entre as suas estantes, entre as suas dezenas de milhares de livros, pensar nesses pecados da sua mocidade.

Mas, Sr. Presidente, quero chamar a atenção para o que Francisco Campos diz de fato sobre a situação concreta em seguida à emissão de opiniões. Vejamos o que diz o jurista. Diz o seguinte:

> "É, portanto, fora de dúvida que, pelo Direito Parlamentar vigorante entre nós, direitos constituídos pelo poder competente, no legítimo exercício da sua faculdade construtiva e interpretativa das cláusulas constitucionais concernentes à matéria, as únicas publicações privilegiadas são as publicações oficiais dos debates parlamentares. Neste ponto

porém, o Regulamento da Câmara nada inovou à mais autorizada tradição parlamentar, limitando-se a reproduzir o costume inglês."

No momento em que tem que opinar sobre a situação de fato, Francisco Campos, cuja tendência direitista era notória, reconhece que era privilegiada a publicação do documento do jornal oficial e, desde que tivesse sido feita nessas condições, era invulnerável o deputado que tivesse produzido o documento publicado.

Sr. Presidente, é o que temos dito aqui. Foi o que disse eu ao nobre Líder, invocando a co-responsabilidade de V. Exª, senão pessoal – porque não tenho presente na memória se V. Exª presidia no momento a sessão – mas do seu substituto eventual; em todo o caso, da Mesa que participou, com a maior tranqüilidade, da publicação do telegrama no jornal oficial.

Sr. Presidente, ouso invocar a memória e a lealdade do nobre Líder que subiu à tribuna imediatamente depois que o Sr. Deputado Carlos Lacerda dela tivesse descido e, se não estou enganado, não fez nenhuma referência ao fato que depois se tornou a *vexata questio* neste país. Ninguém impediu a publicação. O Presidente consentiu fosse ela feita e o nobre Líder não fez qualquer reclamação contra a leitura do papel.

Continuo, Sr. Presidente, o meu rosário. Vamos ao outro jurista de que fala o nobre Representante, que é o francês Laferrière.

Há um texto de Laferrière que li em discurso anterior e que peço permissão para reler:

> "Há, para os parlamentares, um privilégio que é a um só tempo chocante e necessário. Por mais chocante que possa parecer este privilégio, a sua necessidade é demonstrada pelo fato que ele existe em todos os regimes políticos."

Esta é a conclusão efetiva do jurista, malgrado a sua posição pessoal, no comentário da disposição concreta.

Mas, então, Sr. Presidente, Laferrière faz a análise de certas constituições, nas quais o princípio da inviolabilidade aparece de fato, atenuado na letra, no texto, no preceito e, então, o nobre Relator Martins Rodrigues desfia as constituições citadas por Laferrère, exceto uma – omite a referência de Laferrière a uma Constituição que deveria estar, em primeiro lugar, na resenha das citadas – a Constituição de 10 de novembro de 1937.

O jurista francês, arrebanhando os textos que mutilam os direitos dos parlamentares, enumera: – Constituição tal, Constituição qual, e a brasileira de 37. No parecer então, para não descobrir inteiramente as dificuldades em que se encontrava, passa como gato sobre brasas, em relação à citação de 37 – e procura, por uma espécie de, como direi...

O Sr. Ernani Sátiro – De escoamento.

O SR. AFONSO ARINOS – Aí está.

... escoamento, resvalar para a Constituição de 1946, quando é patente que o intuito do autor era citar as constituições limitativas do princípio democrático. Incluiu a de 1937 e o Relator a exclui. E o Relator inclui a de 1946 que o autor não inclui.

Sr. Presidente, eu prossigo. Espero não ter levado a extremos de fadiga a atenção generosa de meus colegas para este incômodo, indiscreto, minucioso e desagradável trabalho de alinhar. Eu fui alinhavando a costura do Relator. E vi-me obrigado, às vezes, a acrescentar babados e bainhas a certos trechos de seu trabalho que ficavam evidentemente um pouco curtos para envolver as idéias.

Aliás, Machado de Assis, na sua "Igreja do Diabo", no seu maravilhoso conto, já nos dizia que o diabo inventou capas de seda com franja de lã, ou seja, pelos limites do sofrimento e do arrependimento, mas que, Sr. Presidente, Deus voltou então com a solução da virtude que era a das capas de lã com franjas de seda. Os sacrifícios, as imposições do dever, são as capas de pano grosso, mas que tem nos limites da tranqüilidade moral e da execução deste mesmo dever as franjas de seda. Eu diria, Sr. Presidente, que, utilizando a imagem do velho Machado, me permiti acrescentar as franjas de seda à capa de lã do nobre Relator.

Mas, tendo feito passar o parecer – permitam-me a imodéstia – pelas forças caudinas da revelação da claridade, não existiu da minha parte nenhum argumento pessoal, não tive qualquer colaboração direta no desmonte daquela máquina frágil. Servi-me dos autores de que S. Exª se utilizou, a fim de mostrar até que ponto é difícil a ginástica sem trapézio.

Vamos examinar, agora, os fatos, porque isto é que realmente precisa ser examinado. Estas discussões, estes debates acadêmicos e sibilinos de leis e contraleis, de parágrafos e contraparágrafos, inquietam, açodam, amotinam, às vezes, a opinião pública, mas não a satisfazem. O que a satisfaz é aquela rusticidade sadia, é aquela direção poderosa que o povo empresta à realidade, fundindo no fato todas as nuanças da doutrina. Então, o fato esclarece a doutrina e não a doutrina o fato.

Vamos ao fato, Sr. Presidente! Qual foi o fato? A leitura de um telegrama cifrado por um deputado, que havia sido levado à liderança do seu partido não pelas razões injustamente enunciadas pelo eminente Líder da Maioria. Esse deputado congregava, capitalizava, atraía, concentrava sobre a sua cabeça todas as iras do poder, todas as fúrias desencadeadas da reação. Era um homem incriminado pela falsa imputação de ter deposto um governo. E por quem era incriminado? Pelos homens que depuseram dois governos, Sr. Presidente. *(Risos.)*

Desejo lembrar ao nobre Líder, a quem tanto prezo, de cuja estima tanto me desvaneço, o que me dizia meu velho mestre e conselheiro Afonso Pena Júnior, que talvez não fique satisfeito em ver retirado, de repente, o seu nome da penumbra opulenta da sua biblioteca e ser exposto, de chofre, brutalmente, na luz da ribalta; amanhã, possivelmente o velho mestre telefonar-me-á reclamando contra a indiscrição. Dizia ele – e devo ser justo, não a propósito das ocorrências atuais, mas em tese, com a experiência de seus setenta anos de Brasil e de oitocentos anos de leitura – di-

zia-me Afonso Pena, repito, em nosso país nada há mais perigoso do que dar carne de gente para onça comer.

Sr. Presidente, há realmente uma lenda corrente no meu sertão mineiro, na minha zona bravia do São Francisco. Por mais que meus adversários me queiram apontar como itinerante das capitais européias, no gosto despreocupado das alcatifas do Rio de Janeiro, de fato, sinto minhas raízes se aprofundarem naquela água quente e grossa do grande rio. Diz a lenda que, quando uma onça come gente, não mais quer comer bezerros ou cabritos; o contraste da alimentação; a delicadeza do prato humano – vejo que o nobre General Flores da Cunha está de acordo; talvez a mesma coisa deve-se dizer no Rio Grande – faz com que à onça apeteça, cada vez mais, o petisco delicioso que é o sangue do ser criado à imagem de Deus.

O Sr. Flores da Cunha – Assim se diz, em todo o Brasil.

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente. Ora, a onça comeu, duas vezes, carne humana: uma vez a 11 de novembro, outra a 21 de novembro; carne de gente parecida conosco, apenas sentada em cadeira um pouco mais alta, direi, de espaldar mais alto.

Chamo a atenção da Maioria para este conselho do meu mestre: cuidado em continuar a jogar carne humana para onça comer!

Sr. Presidente, somos aqui muitos, mas as onças são em número maior; suas providências são rápidas, fulminantes – eu as experimentei – seus gestos são bravios e duros, seus argumentos são cortantes, e, às vezes, estrondam. Sr. Presidente, peço a V. Exª que, em função, do seu alto mister, e a V. Exª nobre líder que no desempenho do seu ofício delicado, se recordem do conselho do mestre Afonso Pena: não atirem mais carne humana para as onças comerem!

Voltando ao assunto, dizia eu que o telegrama foi lido por um deputado. Pergunto: por que foi levantada essa celeuma? Por que tinha sido descoberta ou revelada a trama dos segredos da pátria, por meio de desvendamento de um código?

Aqui me permito fazer ao nobre Líder a minha primeira pergunta: qual o código?

Sr. Presidente, tenho sido mais de uma vez honrado com as referências do eminente Líder, no sentido do meu amor, que não é só pessoal mas também filial, e hoje paternal, àquela velha casa da Rua Marechal Floriano.

É realmente um amor de filho e de pai; mas é também amor de brasileiro. Ninguém me fará ir além daquilo a que posso ir, e que sei que posso ir, na discussão dos problemas do Itamaraty. Perguntarei, pois, ao Líder: qual dos códigos foi desvendado? Nem o Líder, nem a casa ignora, que todas as chancelarias organizadas do mundo têm não um, mas dois, três, quatro, cinco, seis, dez códigos. Não sei; talvez saiba, mas não direi de quantos dispomos; mas asseguro à Câmara que temos mais de um, e bem mais de um. Asseguro à Câmara que estes códigos sobem em pirâmide de uma extensão maior, de uma utilização maior, de uma decifração mais fácil, para uma extensão menor, uma decifração mais difí-

cil, e que os assuntos circulam por esses códigos, conforme a sua natureza, escolhendo o código pelo qual circulam.

Alguns assuntos são reservados; outros, são confidenciais; outros, secretos. Os próprios assuntos secretos têm uma gradação.

Então, Sr. Presidente, diante dessa sistemática sigilosa, qual foi o livro desvendado? Acredito não mentir dizendo, como reconhece o Ministro do Exterior, como reconheceu o Líder da Maioria que o assunto, em si mesmo, era secundário, pois seria insensatez e imprudência um velho diplomata, como o nosso Embaixador em Buenos Aires, utilizar-se de um dos códigos secretos, para transmitir assunto secundário.

Não prosseguirei na exposição desse delicado aspecto da questão, mas no fundo, os nobres colegas sabem que estou dizendo a verdade.

Trata-se, então, de documentos reservados, transmitido por um dos condutos reservados do Itamaraty, talvez, pelo menos importante deles. Pois bem: ocorreram no Brasil fatos semelhantes. O nobre Deputado Carlos Lacerda já referiu que Rio Branco publicou o telegrama nº 9; Rui Barbosa, também S. Exª o mencionou, durante a campanha eleitoral de 1919, telegramas trocados a respeito da primeira guerra mundial.

Mas trago aqui uma prova material, que terei a honra de oferecer, por breve prazo, ao exame, do eminente Líder da Maioria, e que passarei às mãos de S. Exª logo que dela faça uso. É a prova da injustiça que existe em encarar o desvendamento de determinados assuntos, não em função desses assuntos ou das suas conseqüências, mas, exclusivamente, em função do seu caráter reservado.

Sr. Presidente, o Brasil firmou com a Bolívia o Tratado de 1867, em que se fixavam os lindes fronteiriços. Como não ignora a Câmara, a fixação geográfica dependia da exploração dos cursos d'água mencionados nesse tratado. O curso principal era o do rio Javari. Foram empreendidas explorações geográficas, durante grande parte do Império no sentido de conhecer a fonte primeira, a nascente principal do rio Javari. esses trabalhos foram realizados pelo Visconde de Maracaju – o primeiro; foram continuados pelo Barão de Piramá – o segundo; e foram terminados, no fim do Império, pelo Barão de Tefé, ilustre Senador da República, grande figura da nossa História, jovem marinheiro das batalhas do Paraguai. O Barão de Tefé chegou à conclusão de que a fonte principal do rio Javari era a nascente do rio Jequitirana.

Depois da República, o Ministro Carlos de Carvalho assinou um protocolo, com o qual reconheceu que, efetivamente, a fonte principal, a nascente do rio Javari era pelo rio Jequitirana. E como tal, foi firmado o tratado de limites com o Peru.

Quando se tratou, porém, de estabelecer os nossos limites com a Bolívia, país meridional em relação ao Peru, as nossas sociedades científicas, as academias de geografia, os estudiosos do assunto, começaram a sugerir que a fonte não era o rio Jequitirana, mas sim o rio Galvez, que se coloca muito mais a oeste e cujas águas penetram muito mais ao sul.

Mandou lá o governo, Sr. Presidente, em 1896 ou 1897, não estou bem certo, missão comandada por um homem que ainda conheci em minha meninice. Esse

homem morreu no governo, se não estou enganado, do Sr. Epitácio Pessoa. Era uma grande figura de nossa ciência e de nosso Exército: o General Taumaturgo de Azevedo. Taumaturgo de Azevedo, procedendo à exploração no local, verificou que o rio Galvez era muito mais longo do que o rio Jequitirana, e, por conseqüência, da confluência desses dois rios, o Javari seria do Galvez e não do Jequitirana. Isto dava ao Brasil milhares de léguas quadradas de território; isto trazia para o Brasil o coração da *hevea* e – quem sabe – o coração do petróleo; trazia para o Brasil uma população de brasileiros que ali se tinham localizados na exploração econômica da região, bravos cearenses que partiam de sua terra adusta em busca daquelas terras fluviais.

Sr. Presidente, tendo descoberto geograficamente essa verdade, o então Coronel Taumaturgo de Azevedo recusou-se a admitir o Protocolo de 95 e foi demitido. Por ser demitido publicou – e aqui está – no *Jornal do Comércio*, toda a documentação reservada que se referia a esse assunto, em defesa de sua própria honra e de sua honorabilidade. Que sucedeu a ele? Repreensão, censura, perseguição. Tinha infringido um princípio de confidência do Itamaraty. Aqui está a repreensão, também no boletim oficial:

"O Ministro da Guerra, em Aviso de 15 do corrente, manda repreender o Coronel do Corpo de Engenheiros Gregorio Taumaturgo de Azevedo pelo procedimento incorreto que teve, inserindo no *Jornal do Comércio* de 1º do corrente uma publicação tratando de assunto de natureza reservada, dando à luz documentos pertencentes a uma Secretaria de Estado sem que, para isso, tivesse obtido prévia permissão do governo."

Esse homem foi punido por ter revelado ao Brasil que sua soberania se estendia mais além do que supunha o Protocolo de 1895.

Vou mostrar aos Senhores Deputados o que disse Rio Branco sobre esse ato que mereceu punição. Aqui está a carta do Barão do Rio Branco a Rui Barbosa, na ocasião em que o Conselheiro recusou permanecer na comissão brasileira que negociava o Tratado de Petrópolis:

"Pelo arbitramento do terreno do Tratado de 1867, começaríamos abandonando e sacrificando os brasileiros que, de boa fé, se estabeleceram ao sul do paralelo de 10° 20', por onde corre a principal parte do rio Acre, e é mais minha convicção que mesmo os que vivem entre esse paralelo e a linha oblíqua Javari-Beni ficariam sacrificados."

Esta é a opinião do Barão do Rio Branco, que disse:

> "Não creio que um árbitro nos pudesse dar ganho de causa depois de 36 anos de inteligência contrária à que só começou a ser dada pelo Brasil em princípios deste ano."

Esta carta é de 1903. Só em 1903 o Barão do Rio Branco consentiu em dar ao assunto a inteligência que tinha custado o sacrifício e a punição do Coronel Taumaturgo de Azevedo.

E tenho aqui outro documento, que é o livro do meu querido amigo e grande poeta, Cassiano Ricardo, dos maiores poetas que este país tem tido, e que escreveu sobre o Tratado de Petrópolis:

"Taumaturgo de Azevedo descobre o seriíssimo engano: o governo não devia sancionar um erro geográfico no seu próprio território. A nascente do Javari não era a do lugar indicado. Aceitar o marco do Peru como o último da Bolívia seria perder o Amazonas a melhor zona do seu território, a mais rica e a mais produtiva, seria perder o alto rio Acre, o alto Purus, os principais afluentes do Juruá e talvez os do Jutaí e do próprio Javari, os rios que nos dão a maior porção de borracha exportada, e extraída por brasileiros."

Sr. Presidente, aí tem V. Exª o perigo, o risco, direi a injustiça a que pode levar a paixão política sacrificando, mutilando, conspurcando direitos inconcussos que não nos pertencem individualmente mas que pertencem ao nosso corpo congregado do Congresso e que pertencem por motivos que hoje, cada vez mais, se tornam indeclinavelmente respeitáveis por esta representação.

Sr. Presidente, o Congresso não cometerá a insânia, a injustiça, a loucura – permito-me não utilizar expressões que realmente não seriam compatíveis com a dignidade desta casa. E com a consciência que reconheço em todos os membros da maioria, mesmo naqueles que estão contra nós neste momento, mesmo naqueles que estão procurando, na agudeza de sua inteligência, e nos seus recursos de cultura, mostrar-nos que não temos razão, sinto porque somos brasileiros, porque participamos de uma tradição comum, porque temos uma formação comum, porque a linguagem que falamos é aquela que responde aos seus corações e à sua consciência, que eles se encontram abafados, obnubilados, cegos pelo ódio, pelo interesse político e, talvez, obedientes a um estranho conceito de disciplina que eu não chamaria partidária nem parlamentar, porque vem de um corpo que pretende arrogar-se o direito de constituir-se em partido e de dominar o Congresso. E a esse mesmo corpo eu me dirijo: aos militares do meu país, aos homens em cuja farda, em cuja túnica, em cujo peito dormem as tradições heróicas da nossa história. A esses homens eu me dirijo e os exorto: por que, para que, com que fim, com que objetivo, com que propósitos, com que intenções estão forçando o Congresso a tomar uma atitude como essa? Que ganham com isso se não a repulsa do povo e o desastre da nação? Que irão fazer com isso se não negar o heroísmo dos nossos maiores e o seu próprio heroísmo?

Refleti, meditai, pensai! Salvemos juntos as instituições deste país ou, então, com ele soçobraremos com todas as classes, inclusive as classes armadas. (*Bravos. Palmas.*)

Sei que este Congresso não dará essa licença criminosa, e sei que se der, o Supremo Tribunal Federal irá infligir-nos a maior humilhação da nossa história, que é a humilhação de trazer para dentro do Parlamento o colega que expulsamos com a nossa loucura. (*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é vivamente cumprimentado.*)

Pedido de licença para processar o Deputado Carlos Lacerda

15-5-1957

O SR. AFONSO ARINOS (*Palmas. Sem revisão do orador.*) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, de há dias a esta parte vem este plenário, palco de tantas cenas inconfundíveis e inolvidáveis da vida republicana, apresentando o aspecto característico dos seus grandes dias. Repletas as bancadas, cheias as tribunas, atenta a opinião da cidade e do país, alertada e informada pela palavra impressa e pela palavra falada, nas ondas do rádio, seguem os brasileiros, de todos os quadrantes do território nacional, a trajetória de uma aventura, o caminho de uma iniciativa inopinada e inesperada, que aos poucos terá ido surpreender aqueles mesmos que num momento de irreflexão a terão começado. Por mais marcantes que sejam os atributos que se acumulam na personalidade da figura principal deste drama, por mais significativa e profunda que venha sendo a sua atuação na lida da nossa geração, não há dúvida, Sr. Presidente, de que o assunto que de tal forma empolga a cidade e o país, transcende de muito, como não poderia deixar de transcender, a sua pessoa; vai além do agrupamento partidário em que o Deputado se inscreve; supera a própria casa do Congresso Nacional para a qual foi eleito, porque, Sr. Presidente, é um assunto que, provocado, estimulado, deflagrado e alimentado pelas mais visíveis, pelas mais evidentes, pelas mais fortes razões de natureza pessoal, desde logo, porém, desvencilhou-se destas características iniciais, desprendeu-se da configuração em que veio, de início, amoldado e passou a confundir-se com matéria que diz diretamente e de perto com a sobrevivência da própria democracia em nosso país.

Aí está por que, Sr. Presidente, por mais importante que seja, na atenção e na memória dos contemporâneos, a figura do Deputado Carlos Lacerda, o assunto que hoje e nos últimos dias vimos aqui ardorosamente debatendo, a decisão que hoje, dentro de algumas horas, os senhores representantes da maioria vão tomar, é uma dessas deliberações que absolutamente não mais se situam no plano em que foram iniciadas, que de forma alguma representam as razões, os objetivos e as finalidades para as quais foram criadas, e que marcam um passo inaugural, um passo inicial na senda do nosso próximo futuro.

Pouco teria eu, Srs. Deputados, que ajuntar às palavras anteriormente proferidas desta tribuna pelos meus ilustres companheiros de oposição; pouco teria eu que respigar e que acrescer às considerações políticas de Otávio Mangabeira, às demonstrações jurídicas de Prado Kelly e às ponderações, às admoestações cívicas de Raul Pilla. No campo político, sentindo reverdecer o velho coração cansado de lutador republicano, Otávio Mangabeira refloriu – tomei a liberdade de lhe dizer – como as madressilvas reflorescem, no mês de maio, na sua Bahia. Vimos o grande orador,

o velho tribuno chegar a um dos pináculos da sua carreira de oratória, querendo da tribuna, com as neves de sua fronte e as chamas do seu coração, tranqüilizar, com a experiência de sua longa trajetória na vida republicana, os arroubos e os impulsos de sua alma de democrata e lançar desta tribuna, não uma imprecação, não uma maldição, não um ataque, não uma contumélia, não uma agressão, nem mesmo um julgamento, mas lançar, Sr. Presidente, uma triste advertência, um conselho, que só se dá quando não apenas se está convencido daquilo que se diz, mas absolutamente certo da indispensabilidade de que aquilo seja dito. Prado Kelly, com a arma limpa do seu raciocínio jurídico, pode – não direi autopsiar, porque não tenho intenção polêmica alguma no meu discurso – mas anatomizar a sem razão jurídica em que se vem fundamentando a pretensa causa esposada, formalmente, pela maioria. Mostrou Prado Kelly, com aquela lógica cristalina, que não está isenta de uma certa vibratilidade emotiva, como tinham transcorrido os debates na Comissão de Justiça, na velha Comissão de Justiça, orgulho e glória desta Comissão, naquele cenáculo, não de doutores, mas de doutos, que tantas vezes, Sr. Presidente, substituiu-se às cátedras das faculdades e aos hemiciclos dos tribunais, para ensinar e para dizer do Direito Público em nosso País.

O Sr. Prado Kelly – Muito grato, meu caro colega e amigo, pela sua referência.

O SR. AFONSO ARINOS – Prado Kelly ali fez, juntamente com Milton Campos, a exegese cristalina dos textos, a perquirição implacável dos fundamentos e veio, no seu discreto discurso, discreto não apenas no sentido de voluntariamente contido, mas também no sentido de sábio e de informado, deixar patente, nas páginas dos Anais, a fim de que amanhã possa ser exibido como prova nos tribunais deste país, até que ponto se violou a justiça em nome do direito!

Quanto ao nosso ilustre companheiro Raul Pilla, cuja ausência comunico por incumbência especial de S. Exª, preso que está a compromisso já uma vez retardado na Faculdade de Direito de Niterói; quanto a Raul Pilla – repito – mais uma vez a sua palavra oracular de mestre, não do direito, mas da política, de nauta experiente destes mares afoitos, revoltos e adversos, que há tantos anos ele vem trilhando, sem perder por um só momento a sua viril e, talvez, ainda mais do que viril, a sua juvenil esperança na angra acolhedora do regime que pretende aqui estabelecer, a sua lição, a sua palavra, a sua voz, foi, também, Senhor Presidente no sentido de advertir, de iluminar, de conter, nunca no propósito de retaliar, de criticar e de agredir.

Pouco teria eu, portanto, que ajuntar – dizia – às lições desses três mestres, às palavras desses três companheiros. Mas, cedendo às injunções das funções que tão desmerecidamente venho ocupando como Líder do Bloco Parlamentar da Oposição, (*não apoiados*) trago, Sr. Presidente, nesta batalha final, nesta batalha em campo raso, em que se vai afinal reconhecer quem pode sair nesta noite histórica vitorioso – se o gênio do direito, se a imagem da violência – aqui venho ajuntar algumas razões mais e sustentar mais alguns pontos de vista que definam e estabeleçam definitivamente a nossa posição.

Desde logo, insistimos na perplexidade com que encaramos o assunto do Deputado Carlos Lacerda, perplexidade porque até agora, por mais que procuremos esmiuçar as razões que tenham levado o governo da República a infiltrar-se, a esgueirar-se por esta via celerada, a que não pode faltar um destino inglório, por mais que tenhamos procurado justificar estas razões, não as temos suficientemente presentes, pelo menos ao ponto de nos satisfazermos na nossa curiosidade.

Caso jurídico não é, nem no sentido de conformar-se com os fundamentos efetivos da técnica jurídica, nem no sentido de corresponder a uma necessidade de reforma ou de transformação jurídica desejada pelo governo; caso jurídico não é, porque aqui foi analisado sob este aspecto na palavra dos mais prudentes e na opinião dos mais doutos, e se se verificou que o nobre Relator, com esforço ingente, conseguir hoje defender até certo ponto o seu parecer, de maneira alguma pode ele defender a sua tese, porque o seu parecer é uma coisa e a sua tese é outra. O seu parecer é esforçado, é empenhado e é trabalhado, mas a sua tese é esfumada, a sua tese é vã, a sua tese é insubsistente. Assim, se o nobre Relator conseguiu defender, como jurista, o parecer que tinha assinalado a sua passagem pela Comissão de Justiça, não pode de forma alguma sustentar a tese que este parecer visava a defender, porque a sustentação desta tese seria a negação de mais de 125 anos de história parlamentar do nosso país.

Ainda que se pudesse aceitar que em outros países a interpretação dada pelo nobre Relator era admitida, na nossa Constituição jamais o foi, nas nossas práticas parlamentares jamais o foi, e nunca se sustentou aqui com acerto e com sucesso a tese do seu parecer, tão bem defendido como parecer, mas tão mal organizado como tese.

Caso político também não é, Sr. Presidente. Não é caso político, nem no sentido jurídico desta expressão, nem no sentido imediato e corriqueiro de que ele possa revestir-se. Não é caso político, porque a expressão "caso político" tem um sentido jurídico. Não podemos jogar à-toa com as palavras e locuções neste plenário e nesta tribuna. Quando um deputado fala em caso político, ele tem que inserir, ele tem que insuflar nesta expressão o seu conteúdo jurídico. O que se chama caso político em direito é aquele caso exclusivamente político cuja solução fique dependendo do arbítrio discricionário do poder que o soluciona. A discrição do poder é o limite do caráter jurídico do caso. Desde que esse caso possa e deva ser submetido à apreciação de um outro poder, então ele deixa de ser caso político no sentido verdadeiro, isto é no sentido jurídico da expressão "caso político".

Quem o diz, Sr. Presidente, não sou eu. Quem o afirma são todos os juristas que têm desenvolvido a tese do "caso político", de acordo com a tradição do direito presidencial americano e brasileiro. O que se chama poder discricionário, no sentido constitucional da palavra, não é o poder totalitário, não é o poder ditatorial, não é o poder sem lei. O que os juristas chamam de poder discricionário é o caráter que tem o poder de exercer suas atribuições, sem contraste nem controle, dentro de um âmbito que lhe é fixado pela lei. Assim, todos os poderes têm sua área de discrição: o Poder Judiciário tem, o Poder Executivo tem, o Poder Legislativo tem.

Dentro do equilíbrio dos poderes que constituem o arcabouço e a estrutura de um sistema constitucional, a discricionariedade é imanente e elementar no exercício de qualquer desses poderes, e o que se chama caso político é precisamente aquele que fica entregue pela Constituição ao tratamento discricionário dos poderes políticos.

Político é o caso, quando o Presidente da República intervém em um Estado, naqueles casos em que a intervenção é da sua competência; político é o caso em que o Legislativo escolhe entre duas assembléias eleitas em um Estado, para saber qual a Assembléia realmente eleita, em caso de intervenção federal.

Estas são as lições dos nossos antepassados; estas são as páginas imperecíveis, páginas imorredouras dos documentos parlamentares desta casa; estes são os volumes em que se acumulam a sabedoria da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados. Mas nunca se considerou caso político aquele que, elementarmente, inicialmente, irrevogavelmente será transformado pela decisão de um outro poder. Então, este caso não é político, não é um caso exclusivamente político, está submetido à apreciação da competência de um poder que não é político e, nestas condições, é um caso de direito, é um caso jurídico e só como caso jurídico pode ser tratado numa casa de juristas, numa casa de estadistas, numa casa de homens públicos como é a casa dos Deputados do Brasil. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, deixo as mãos possantes que aqui me mantêm nesta tribuna, ao tratar deste assunto, as mãos de Rui Barbosa. Abandono estas idéias, que não são minhas, mas que são suas, mas que são nossas, mas que são do Brasil, porque de Rui Babosa, inseriram-se na Constituição de 1891, transportaram-se para a Constituição de 1934 e se firmaram na Constituição de 1946.

Caso econômico também não é. Este não é caso econômico algum. Aqui foi proclamado, com muito mais graça do que verdade, que o assunto da concessão – que tal nome deve ter a permissão para o processo do Deputado Carlos Lacerda – está determinada pela necessidade de se enquadrar o meu partido dentro de uma linha que corresponda aos interesses de nacionalismo econômico e bem-estar social.

Ora, Sr. Presidente, contra isto não protesto eu, em nome de minha bancada; protesta a verdade dos fatos, a verdade constatada dos fatos nas páginas da legislação brasileira e dos Anais deste Congresso. Foi o meu partido que transformou a Petrobras em uma empresa monopolista, que estabeleceu o monopólio estatal em nosso país. (*Muito bem!*) Ninguém nos tira esta bandeira, por mais que lá fora pretendam fazer escondê-la debaixo das palavras graciosas de seus representantes. (*Palmas.*) Foi o meu partido que pôde oferecer ao país a atividade de companheiros admiráveis na liderança da defesa dos nossos interesses na riqueza do subsolo. E, para não ir além, cito apenas a Comissão de Investigação de Energia Atômica que está sendo presidida e conduzida a seus altos destinos por esta grande figura de mineiro que é o Deputado Gabriel Passos. (*Muito bem! Palmas.*)

É o meu Partido, Sr. Presidente, que conta com homens como Adail Barreto, Odilon Braga, como Seixas Dória e não quero aqui prosseguir na linha de todos nós que temos defendido fora e dentro deste Parlamento, a política do nacionalismo eco-

nômico para aqueles assuntos que realmente merecem ser incorporados ao patrimônio cívico do país, porque são linhas determinadas por convenções partidárias. Fui eu quem propôs, na Convenção Mineira, esta linha, aqui repetida na Convenção Nacional e aplaudida por todos os convencionais sem uma só discrepância, sem uma só reserva, sem uma só resistência, sem uma só negação.

Mas, Sr. Presidente, fomos nós que discutindo o caso de Fernando de Noronha exigimos pronunciamento do Congresso Nacional para o conhecimento dos mistérios daquele acordo de que participamos sem saber como. Foi o nosso partido que desta tribuna, pela voz do humilde orador, sustentou a conveniência da audiência do Congresso para aquele caso. Foi o nosso partido que discutiu com relevante bravura todos os problemas que dizem respeito aos interesses econômicos do nosso país. O que não fazemos, Sr. Presidente, o que nos recusamos a fazer, o que não consideramos necessário fazer para o incremento da nossa agremiação e para glória de nossa bandeira é a exploração demagógica de grupos de trabalhadores em benefício de poucos apaniguados que se manifestam desta tribuna ao mesmo tempo que se locupletam com os interesses que estão sendo espostejados pelas associações que visam a proteger o trabalhador.

Não estou acusando ninguém, não desejo acusar ninguém, nem formo de nenhum dos meus colegas qualquer juízo depreciativo. Estou defendendo uma agremiação que até hoje jamais pôde ser acusada com fundamento em fatos e com declarações concretas de se ter manifestado de qualquer maneira e eficazmente, contra os interesses econômicos do nacionalismo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, se não é caso político, se não é caso jurídico, se não é caso econômico, o que será?, perguntamos nós. Será caso pessoal? Não acredito. Não posso conceber. Acredito que existam, em certos corações empedernidos, como o rochedo a que ficou agrilhoado. Prometeu, um sentimento inamovível do ódio e de paixão. Acredito que o ódio rufle as suas asas poderosas contra estes homens que se agrilhoam ao rochedo do ressentimento, lhes devore o fígado, lhes corroa as entranhas, lhes transforme a vida, lhes envenene a alma e lhes creste a consciência. Mas não posso conceber, que alguns poucos que têm esta possibilidade sobrenatural, sobre-humana de ódio consigam transfundir, transmudar, destilar, transferir para agremiações tão numerosas, tão brilhantes, integradas por figuras tão experientes e tão serenas, como são aquelas que compõem a grande maioria das bancadas adversárias, esse sentimento verrumeiro e destrutivo que não cabe senão em algumas poucas almas enfermas.

Não acredito, Sr. Presidente, que seja por motivos pessoais. Estou certo de que o que ocorre é apenas um erro, um grande erro, um erro espantoso, um erro espetacular, de que o governo, a estas horas, já esteja talvez convencido como nós, mas que não tem aquela humildade de coração, aquele sentimento de equanimidade e de respeito, não para com os outros, mas para consigo mesmo, de reconhecer, e confessar e dele sair.

Tudo que sabemos é que, com os precedentes que rapidamente conseguimos alinhar de memória, todas as vezes que as grandes bancadas da Câmara dos Deputados, toda as vezes que a parte mais numerosa, mais densa e decisória da maioria, desprendida ou desatenta das conseqüências inevitáveis que o erro levado pelo ódio pode cometer, é arrastada nos desvãos desses erros e nos turbilhões desse ódio, os resultados, Sr. Presidente, são lastimosos, são infelizes, são melancólicos, não apenas para a parte minoritária da representação nacional, que se vê subitamente vítima de uma brutalidade e de uma injustiça, mas para o conjunto do Poder Legislativo, quando não para a integridade da própria nação. Sabemos que, nos albores da República, levado pelas suas grandes qualidades, mas também pelos seus incontestáveis defeitos temperamentais, levado, por outro lado, por uma situação de extrema delicadeza que não tinha provocado, o Marechal Floriano prendeu deputados e os deportou. A unidade do Congresso Constituinte, transformado em Legislativo ordinário, tinha-se rompido desde antes dessa transformação, ou seja, desde o período de funcionamento da Assembléia. Mas já então aquela facção minoritária desenvolveu uma atividade de oposição política, que naquele momento, com a mentalidade dominante, mentalidade de concentração unitária de filosofia positiva e da disciplina que vinha dos quartéis, que tinha proclamado a República, era inaceitável e insuportável para o pensamento do governo. Fazer assim oposição era ser inimigo do governo. O Brasil vivia naquela época, Sr. Presidente, a fase que a Inglaterra já tinha superado desde o início do século XVIII. Esta idéia de que a oposição é um complemento do governo, de que a oposição é a réplica necessária no diálogo democrático, é o contra-tom, é a outra voz, é a outra cor, é o reflexo, esta idéia não tinha ainda penetrado os espíritos republicanos da primeira geração.

Sentimos, Sr. Presidente, que depois de tantos avatares, de tantos tumultos e de tantos sofrimentos, quando conseguimos restabelecer a prática democrática na Constituição de 1946 – nós e vós, UDN, PSD e PTB – aos poucos vai-se novamente infiltrando no subconsciente do governo a idéia de que fazer oposição é ser inimigo do governo e que a voz da oposição, a maior voz da oposição – para voltarmos a fato concreto – deve ser exterminada como um criminoso pelo crime que praticou. Qual o crime? O de ser oposição. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, Floriano prendeu Seabra e creio que outros deputados – se eu estiver errado o nobre Deputado Sr. Flores da Cunha me corrigirá. Mas o que se seguiu a esta prisão foi a revolução que ensangüentou e talou o sul.

No governo Hermes, a pressão de certos grupos militares conseguiu empolgar de tal forma o poder civil que uma simples manifestação de rua, no Rio de Janeiro, foi o suficiente para proclamar-se o estado de sítio e pretender-se prender os deputados. E quais eram eles?

O Sr. Flores da Cunha – Não posso acudir ao chamamento de V. Exª porque, ao tempo em que o Marechal Deodoro fechou o Congresso e deu o golpe de Estado, eu era um simples colegial. Tanto quanto V. Exª apenas me lembro do nome do

Dr. José Joaquim Seabra, mandado, com meia dúzia de generais, para o Forte de Cucuí, no Amazonas.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado ao nobre Deputado. Evidentemente, quando eu apelava para Vossa Excelência, não era como testemunho histórico mas, sim, como depoimento de historiador.

Sr. Presidente, dizia eu que, no quadriênio Hermes, três deputados ameaçados pelo estado de sítio se viram, de repente, às portas da prisão. Quais eram eles? Irineu Machado, Pedro Moacir, Maurício de Lacerda. Sr. Presidente, este episódio foi dos que mais contribuíram para a degradação final daquele governo, foi dos que mais agitaram a nação, foi dos que provocaram a fúria redentora e vingadora da oratória de Rui Barbosa no Senado. Lembro-me ainda, nos meus tempos de estudante, da emoção com que lia aqueles decursos, que perfeitamente se podem comparar aos mais altos da tribuna romana.

E dali por diante a desmoralização do poder, o descrédito do Congresso, em face de uma Câmara transida e acossada pela bota policial, foi um declive permanente, que afundou, na mais injusta das condenações históricas, aquele presidente, que era um homem excelente, um coração bondoso, um espírito de patriota, mas cuja inexperiência e ingenuidade foi presa da urdidura do ódio e da conspiração da vingança.

Sr. Presidente, em 1934 assistimos – e em 1935 – a fenômenos semelhantes. A inquietação nacional, a emergência de novos fatores políticos que dominavam o cenário internacional das grandes potências, fizeram com que nesta casa fossem aprovadas aquelas emendas constitucionais que permitiam a suspensão das imunidades parlamentares. Assistimos então, pela terceira vez na História da República, a Câmara, não digo entregar – porque das outras vezes não entregou, no tempo de Floriano e do Marechal Hermes – mas concordar em que fossem entregues os seus representantes, para repasto, às iras do poder.

Não precisarei lembrar aqui, porque está na história da minha geração, o que foi o seguimento da insensata aventura. Foi, Sr. Presidente, o declive acentuado da legalidade; foi o rumor ameaçador da tirania que se avolumava desde as usinas até os quartéis; foi o governo perder o controle da rua, talvez um pouco deliberadamente, e foi afinal, na base de um documento imaginário, na base de uma conspiração arquitetada, a sufocação, a mão, o guante do poder na garganta da democracia, e a entrega do país à desventura, à miséria e ao o próbio de uma ditadura que por tanto tempo se manteve no poder! (*Palmas.*)

Sr. Presidente, as perspectivas são estas, os precedentes são estes, a história é esta. Hoje vamos deliberar conscientemente, tendo conhecimento dos fatores jurídicos que aqui enumerei, tendo a certeza de que não se trata de um caso político, porque caso político não é, de acordo com a definição jurídica da situação política; tendo a segurança de que as declarações aqui formuladas com referência a possíveis antecedentes econômicos que se prendam ao nosso partido são infundadas, são comprovadamente infundadas, e nunca poderão ser demonstradas com base em qualquer

documento digno de fé; tendo, finalmente, a informação deficiente, apressada e tumultuária que acabo de oferecer dos precedentes históricos.

Vamos, assim, deliberar em plena posse de todos os requisitos capazes de informar a nossa deliberação. Ela terá de ser tomada hoje. Não podemos mais esperar; V. Ex^as tampouco assim o desejam. Já amanhã, no tumulto das ruas, se saberá a decisão que aqui tomamos. Caso seja ela negativa ao imperativo do direito e às determinações da justiça, já nas próximas quarenta e oito horas entram os representantes da oposição com os documentos que os habilitam a postular perante a justiça a decisão deste caso pretendidamente político. Então, Sr. Presidente, teremos o quadro que aqui definiu, que aqui debuxou, com mãos de mestre, sem forçar a paleta, sem carregar nas tintas, sem dramatizar nas cores, o ilustre representante da Bahia, Sr. Otávio Mangabeira. Não precisarei voltar às suas advertências e às suas admoestações. Elas se acham, estou certo, não apenas nos ouvidos, nem na cabeça, mas no coração de todos os representantes da maioria.

Então, pergunto: Por quê? Para quê? Nós é que desejamos, Sr. Presidente, ser informados dos motivos que levarão a maioria a tomar deliberação deste jaez. Ódio pessoal? Não pode ser. Que haverá por detrás disso? Que se aninhará além desta decisão? Quais são as perspectivas que nos aguardam? Quais são os rumos que nos esperam? Quais são as decisões que se acumulam contra nós?

Tenho falado, Sr. Presidente, várias vezes, a respeito do caso. E desta tribuna, que é – e aqui me lembro de uma frase corriqueira no meu tempo de estudante – não apenas próxima do Capitólio, como da Rocha Tarpéia, porque todos nós sabemos que a Rocha Tarpéia se encontra no flanco do Capitólio; desta tribuna, que é, ao mesmo tempo, a um só tempo, Capitólio e Rocha Tarpéia, porque é realmente o pináculo de onde se pode ascender à História, à consagração e à gratidão do país, mas que é também, Sr. Presidente, o despenhadeiro de onde podemos atirar-nos à irrisão, à condenação e ao esquecimento da posteridade; desta tribuna, que é Rocha Tarpéia e que é Capitólio, pergunto à maioria: para onde querem levar este país: ao alto do Capitólio ou aos abismos da Rocha Tarpéia? Para onde querem dirigir esta nação: aos caminhos da pacificação, da reconstrução e do futuro, ou às rotas escusas, às sendas angustiosas do divisionismo, do ódio e do retrocesso?

E desta tribuna não falo apenas na qualidade de colega e de amigo do Deputado Carlos Lacerda. Amigo que dele sou desde a mocidade, temos divergido freqüentemente, às vezes rudemente, não raro de público. Nunca, porém, guardei no meu coração qualquer ressentimento dessas injustiças que eu tenha praticado contra ele ou de que dele tenha sido vítima, porque devemos conservar não apenas o esquecimento das injustiças que recebemos, mas, também, o olvido das injustiças que praticamos. Mas o assunto, como disse, transpõe, supera as relações individuais. Não é somente como deputado do meu partido que aqui falo porque a matéria transcende os interesses de qualquer agremiação partidária; vai além, vai mais longe, vai

acima desses interesses. Não é também apenas como dos mais humildes representantes da nação nesta sala e como dos que mais sinceramente se desvanecem deste alto título que falo aos colegas, porque o assunto que vamos decidir está acima de nossa condição. É um assunto que sintetiza, que reúne e que simboliza um conjunto de interesse que vai muito além dos mais altos destinos, das mais altas funções do nosso mandato. Não como amigo, não como udenista, não como deputado senão como brasileiro, é que aqui falo, como filho desta terra e deste tempo, como homem que está vendo diluir-se na areia incandescente dos ódios todos os refrigérios que poderíamos ter conquistado com a reinstalação de um regime de ordem jurídica no País, que vê esquecidas no crepitar das paixões todas aquelas vozes que lá fora já estão clamado: cessem com isso e olhem para nós! Sr. Presidente, não estou exagerando, quando declaro: como homem, pertenço a muitos círculos de atividade neste país. Sou um escritor, sou um professor, tenho atividades que se relacionam e se completam com as minhas funções de representante do povo. E, então, vos digo que, no contato com aqueles que não nos estão aqui ouvindo, mas que nos estarão lá fora entendendo amanhã – com os estudantes, com os intelectuais, com os moços, com os que representam as atividades produtivas – sinto que sobe um clamor de desespero e de desesperança contra nós: – "Cessem os ódios, cessem as perseguições, cessem as brutalidades, cessem as violências, e olhem para o Brasil! (*Palmas prolongadas.*) "Olhem para este país, olhem para os esquecidos que se aninham nos mais recônditos desvãos da nossa pátria!"

O Sr. Ari Pitombo – Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Tem V. Exª o aparte.

O Sr. Ari Pitombo – Deputado Afonso Arinos, ninguém mais pregou o ódio nesta terra do que os elementos da UDN, que chegaram até a matar o maior dos brasileiros – Getúlio Vargas! (*Aplausos e protestos.*)

O SR. PRESIDENTE – Atenção! (*fazendo soar os tímpanos*)

O Sr. Ari Pitombo – Sr. Presidente, as galerias não podem interromper os trabalhos parlamentares.

O SR. PRESIDENTE – As galerias não podem manifestar-se; se o fizerem, mandarei evacuá-las.

O Sr. Ari Pitombo – Nobre Deputado Afonso Arinos, ninguém pregou mais o ódio, nesta terra do que o Sr. Carlos Lacerda.

Sabe V. Exª muito bem que ele, para combater o Sr. Getúlio Vargas, não se limitou aos terrenos das coisas públicas, mas foi além, chegou até mesmo a devassar-lhe o lar. Sabe V. Exª Sr. Deputado Afonso Arinos, que ninguém mais que a União Democrática Nacional procurou criar o ódio entre os brasileiros. Sabe V. Exª muito bem que a UDN é responsável por tudo o que ocorreu no Brasil e pelo que ainda

está acontecendo. Este caso do Sr. Carlos Lacerda, para nós, do Partido Trabalhista Brasileiro, não é somente político, mas também moral. Nós, trabalhistas, iremos à urna votar pela licença, porque vemos no Sr. Carlos Lacerda o elemento destruidor, o elemento que está levando o Brasil ao caos. Sabe V. Exª muito bem que, desde que o Sr. Carlos Lacerda voltou do seu exílio voluntário, nada mais faz do que pregar o ódio. Nosso caso é moral. Votaremos pela licença, porque achamos que só assim estaremos prestando homenagem à memória do grande brasileiro Getúlio Vargas! (*Palmas.*) Saiba V. Exª Sr. Deputado Afonso Arinos, que nós, trabalhistas, ao depositarmos na urna nosso voto a favor da licença para processar o Sr. Carlos Lacerda, estaremos prestando justiça à memória do maior dos brasileiros, vítima do pior dos brasileiros.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, respondo ao nobre Deputado Ari Pitombo e declaro a S. Exª que não encontro dificuldade alguma nesta resposta. Divido-a em duas partes. Quanto à primeira, declaro que S. Exª informa a casa de que o Partido Trabalhista Brasileiro votará pela licença ao processo do Deputado Carlos Lacerda, o que já foi ontem comunicado por uma das figuras mais prestigiosas do seu partido, em nome oficial da direção. Tomamos por termo esta comunicação, mas, sem qualquer desapreço às ilustres figuras de V. Exª e da sua colega, a Srª Ivete Vargas, esperamos que o resultado da urna venha confirmar exatamente essa declaração.

Em segundo lugar, quero dizer a V. Exª Sr. Deputado Ari Pitombo, de quem, pessoalmente, não tenho razão de queixa, que, ao fazer as asserções inflamadas que fez, decepcionou-me, porque eu o considerava um discípulo dileto da mensagem de Getúlio Vargas. Sem entrar na apreciação dos fatos argüidos por V. Exª apenas recordo que essa mensagem, de que V. Exªs fazem tanta praça, diz assim: "Ao ódio respondo com o perdão". *(Muito bem; muito bem. Palmas.)*

O Sr. Ari Pitombo – O Presidente Getúlio Vargas disse isso, mas neste caso, não somos obrigados a seguir o jogo da UDN.

(O Sr. Presidente faz soar os tímpanos).

O SR. AFONSO ARINOS – Pediria ao nobre Deputado Ari Pitombo me deixasse continuar.

O Sr. Áureo Melo – Concede Vossa Excelência um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com prazer.

O Sr. Áureo Melo – Comentando as palavras de V. Exª, tenho a dizer que precisamente esse é o ponto que julgo vulnerável da política do Presidente Vargas. O Presidente Vargas perdoou em excesso e, por causa do seu perdão, foi levado ao suicídio pelas palavras, daqueles que não perdoam, daquele que colocam o ódio como sua espada de batalha e que têm de receber como retribuição, da parte daqueles que são herdeiros fiéis de Getúlio Vargas, esse mesmo ódio como recompensa natural que eles semearam.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª.

O Sr. Áureo Melo – Este, o grande pecado de Vargas. Tinha o coração largo demais; seu coração era um oceano, era um mundo. Ele perdoou em excesso e como recompensa do perdão foi levado à sepultura, pela injunção daqueles que odeiam em excesso e que merecem em recompensa, em retribuição, que se lhes page ódio, ferro com ferro.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

O Sr. Tenório Cavalcanti – Quem contribuiu para a morte de Getúlio Vargas está na cadeia.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa pede aos senhores deputados que não aparteiem sem permissão do orador, para não se tumultuar o debate.

O SR. AFONSO ARINOS – Quero tomar por termo, antes que seja feita, para alguns, oportunas e, para outros, inoportunas modificações nos *Anais*, a declaração do nobre Deputado pelo Amazonas, de que aqui vão proceder levados por sentimentos de ódio. Foi o que S. Exª declarou, e é esta a comunicação que eu levo à maioria, para seu governo e para ulterior deliberação.

O Sr. Áureo Melo – Atente V. Exª para os devidos termos de minha declaração. O que afirmo é que se retribui a acusação, a violência, a atitude de quem não perdoa com a atitude enérgica, com a atitude que se pode afigurar de violência, com a atitude que não se afigura de perdão. Em suma.

O SR. AFONSO ARINOS – Agora, as palavras são diferentes; logo, a conclusão também será diferente.

O Sr. Áureo Melo – Foram as palavras que proferi.

O SR. AFONSO ARINOS – Não eram estas, há pouco.

O Sr. Áureo Melo – V. Exª interpretou as palavras que proferi, e eu as esclareço devidamente. Ao ódio, responderemos, na boca da urna, com a justiça.

O SR. AFONSO ARINOS – Agora, é diferente.

O Sr. Croacy de Oliveira – Sr. Deputado Afonso Arinos, creio que não se cuida de perdoar ou não perdoar, de odiar ou não odiar. O que se busca saber, é onde está e qual é o interesse do Parlamento, o que devemos fazer para prestigiar cada vez mais este poder desarmado, íraco, que precisa ser fortalecido por nós (*palmas*). Cuida-se de saber, Sr. Deputado e eminentes colegas, onde está o interesse da nação, se no processamento do Sr. Carlos Lacerda ou não. A questão situa-se em plano muito mais elevado (*muito bem*). As questões passadas, nesta conjuntura, não devem ser tra-

zidas à tona. Devemos visar, muito mais que nomes ou homens, o interesse do Parlamento e o nome do Brasil. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Deputado Croacy de Oliveira, sei qual é o partido de V. Exª, mas desejaria que o declarasse da tribuna.

O Sr. Croacy de Oliveira – É o maior de todos os partidos, o partido que se vota exclusivamente à defesa intransigente dos altos interesses dos trabalhadores brasileiros – o PTB (*palmas*).

O SR. AFONSO ARINOS – Prossigo, Sr. Presidente, no meu discurso. Acredito que já esteja a esgotar-se o tempo que me foi destinado.

O SR. PRESIDENTE – V. Exª pelo Regimento, ainda dispõe de cinco minutos, mas poderá utilizar-se da prerrogativa regimental e solicitar a prorrogação do prazo.

O SR. AFONSO ARINOS – Solicito, então, a V. Exª Sr. Presidente, me conceda mais 15 minutos, a fim de que eu possa concluir meu discurso.

O SR. PRESIDENTE – Está concedido a prorrogação.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, dizia eu que falava aqui como brasileiro, que interpretava sentimentos de brasileiros que acompanham entre preocupados, decepcionados, apreensivos e revoltados, o espetáculo que a Câmara dos Deputados hoje oferece à República, dividida em dois grupos, à procura de quê? Da liberdade de um homem, enquanto eclodem, enquanto se sucedem, enquanto se superpõem, fora dos nossos muros, todos aqueles problemas fundamentais que estão exigindo e atraindo a nossa atenção.

Eu, Sr. Presidente, declaro, com candura e boa-fé, que tenho confiança no resultado desta votação. Nem sempre a boa-fé induz ao erro. Muitas vezes, ela acerta nas suas elucubrações simplicistas. Penso que devemos confiar – não confiar desconfiando, como dizia esta figura refolhada e enigmática a que aqui me referi mais de uma vez, o Marechal Floriano Peixoto. Eu prefiro fazer o contrário: prefiro desconfiar confiando.

Claro que a minha atitude de prudência me leva, preliminarmente, a desconfiar. Se nós somos minoria e se contra nós se manifestam oficialmente as vozes mais prestigiosas dos líderes majoritários, então somos levados a desconfiar do resultado. Mas desconfiar, confiando. Desconfiar, confiando, por quê? Porque eu confio em que atrás dos compromissos de natureza puramente política estão os sentimentos de ordem e de finalidade verdadeiramente nacional. Eu confio em que a voz do patriotismo sopite a voz do despeito, a voz da mágoa, a voz da vingança, a voz, como disse o nobre Deputado pelo Amazonas, a voz que tanto cobra do ódio implacável. Eu confio, Senhor Presidente, na prudência dos homens experientes que sabem perfeitamente os resultados inopinados e adversos que de uma decisão ir refletida poderão

despenhar-se sobre o nosso país. Eu confio nas tradições de moderação, nas tradições de ponderação desta casa. E aqui eu lembro aquela palavra admirável de Joaquim Nabuco n'O Estadista do Império, quando diz que "se dos moderados não se podem esperar decisões supremas, dos exaltados não se podem esperar decisões seguras". Os moderados têm isto, não abrem as decisões supremas nos momentos supremos; mas os exaltados têm isto: abrem as comportas das torrentes revoltas, que não saberemos jamais como poderemos fazer voltar ao primitivo álveo, ao primitivo leito, ao primitivo canal. Os exaltados rompem as comportas da cólera, atiram as fúrias que escachoam das vinganças, mas nós não sabemos nunca, Senhor Presidente, como fazer refluir essas águas atribuladas àqueles limites que as fazem espelhar a curva azul de um céu sereno.

Confio, portanto, nas tradições de moderação e de prudência da Câmara dos Deputados. Confio no seu sentimento de justiça e de honra, naquele sentimento de justiça que coloca a justiça acima das razões pretendidamente jurídicas. Porque, Senhor Presidente o que caracteriza o sentimento da justiça é a noção da limitação do poder. O que a justiça faz é limitar o arbítrio, o que a justiça traz é circunscrever o poder, o que a justiça premia é a possibilidade de conter a força. O sentimento de justiça coloca-se acima das próprias razões de direito. E a Constituição Federal não é uma lei jurídica, a Constituição Federal é uma distribuição de justiça. O que se insere no texto de uma Constituição não é apenas esta capacidade comum de desenvolver, de decompor, de distribuir as competências governativas. o que de mais importante se insere numa Constituição é esta obrigação de limitar o poder, é esta capacidade de impor ao direito o freio da justiça.

O que aqui fizermos poderá ter o nome de lei, porque vem formalmente sancionada por maioria ocasional; mas não é uma lei, porque será injusta, não é uma permissão legal, porque será uma permissão injurídica, visto que será uma permissão inconstitucional.

Confio, portanto, Senhor Presidente, no sentimento de honra, no sentimento de justiça desta Câmara. Confio em que nós representamos, por menos que o queiramos, o pensamento atual dos brasileiros, nós, da UDN, V. Exªs, do PTB. V. Exªs não representam mais os petebistas odientos de 1954. V. Exªs são hoje os representantes dos petebistas esperançosos e necessitados de 1957. Os que esperam em V. Exªs são os que votaram em V. Exªs não para perseguirem os inimigos, mas para trazerem a justiça, a esperança, a confiança, o bem-estar ao povo sofredor do nosso país.

Confio em V. Exªs, confio no Brasil, Senhor Presidente e, acima de tudo confio em Deus, que há de voltar os olhos piedosos para esta pátria desatinada, para estes homens esquecidos, para este rincão abandonado, para esta terra calcinada pelo ódio.

Deus, se V. Exªs o esquecerem, Deus há de se apiedar do Brasil *(muito bem! Muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).*

Monumento em memória de Joaquim Caetano da Silva

29-8-1957

O SR. AFONSO ARINOS *(Para uma comunicação – sem revisão do orador.)* – Sr. Presidente, Srs. Deputados inicio a minha comunicação formulando os mais cordiais agradecimentos aos nobres Deputados Alberto Torres e Adauto Cardoso que desistiram de usar da palavra para que eu o pudesse fazer. A generosidade do Sr. Deputado Alberto Torres foi a ponto, Senhor Presidente, de atribuir significação e importância à comunicação que desejo fazer à casa.

Realmente eu não me abalançaria a secundá-lo nesta presunção ou nesta afirmativa ousada pelo menos no que toca às responsabilidades do humilde orador.

O Sr. Alberto Tôrres – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Alberto Tôrres – Sempre que V. Exª se dirige à casa, é ouvido com toda a atenção e com as homenagens devidas à sua inteligência, à sua cultura e ao seu brilho, pois sempre comunica ao plenário e ao país a certeza da importância para a nação da matéria que leva V. Exª à tribuna.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado e me permito considerar a sua generosidade como um recurso a mais na brilhante campanha de obstrução que a oposição está levando a efeito.

Sr. Presidente, o intuito que tenho ao dirigir-me aos Srs. Deputados é o de me desincumbir de um compromisso que havia assumido com um grupo de brasileiros que teve a generosidade de a mim solicitar que encaminhasse e defendesse em plenário uma proposição que brevemente será submetida ao voto da casa. Ocorre, porém, que, devendo ausentar-me do país dentro de alguns dias, não estarei provavelmente na Câmara quando essa proposição sofrer a acurada atenção dos Senhores representantes e for certamente consagrada pelo seu voto. Refiro-me ao projeto de lei que abre crédito especial para se erigir no Território do Amapá um monumento em comemoração à memória de Joaquim Caetano da Silva.

Sr. Presidente para falarmos de Joaquim Caetano da Silva temos de colocarnos em uma posição bastante dificultosa porque a apreciação da vida desse grande brasileiro, desse herói intelectual do Brasil, é por tal forma contraditória que muitas vezes aquele que procura enunciar propósitos, definir atitudes, ajuntar palavras ou comentários à sua obra, se sente constrangido pelas peculiaridades do traço que a sua personalidade deixou na nossa história intelectual.

Joaquim Caetano é, como disse há pouco, um herói da inteligência brasileira para um círculo seleto que se preocupa com os fastos do nosso passado e com a significação especial que teve a sua obra na delimitação das nossas fronteiras seten-

trionais. Mas, por outro lado, a modéstia da sua vida, a circunspecção da sua pessoa, o retraimento em que ele se confinou durante toda a larga parte da sua existência que transcorreu no Brasil, são de tal ordem, são tão extraordinárias, que muitos brasileiros de bastante conhecimento sobre o nosso passado param e perguntam, perplexos: Mas quem é Joaquim Caetano?

Ficamos, assim, Sr. Presidente, na situação ou de dizer banalidades, repetir noções comezinhas, noções correntes àqueles que estão habituadas a perlustrar as páginas de sua obra e que têm comércio ou intimidade com a gigantesca contribuição desse brasileiro à história das nossas fronteiras – e, então, estaremos ensinando o Padre-Nosso ao vigário – ou de cair em uma descrição de generalidades elementares, a fim de trazer ao conhecimento da maior parte de nossos patrícios um pouco que seja da página luminosa que foi a existência daquele grande gaúcho. Assim, premido por essas duas forças contraditórias de, ou dizer o que todo o mundo sabe, ou procurar limitar a minha intervenção ao enunciado de certas verdades essenciais, vou estabelecer qualquer coisa de intermediário entre essas duas posições e procurar um linha que corresponda, ao mesmo tempo, a comemorar devidamente aquela figura e a trazer algumas informações sobre o que significa para aqueles que menos se tenham preocupado com a sua grande obra.

Devo dizer que faço este discurso por solicitação de eminentes patrícios que compõem a comissão incumbida de propagar, dentro e fora do Congresso, a necessidade da ereção daquele monumento nas terras do Amapá. Desta comissão desejo salientar o nome de Barbosa Lima Sobrinho, que, aqui na Câmara, na Comissão de Finanças, convocado pelos seus antigos pares e colegas, procedeu a um depoimento resumido, mas verdadeiramente magistral, sobre a vida e a obra de Joaquim Caetano. Também fui solicitado pelo historiador rio-grandense, o Sr. General de Paranhos Antunes, cuja contribuição bibliográfica ao esclarecimento de muitos episódios do nosso passado é matéria bastante conhecida de todos aqueles que se preocupam com as lutas históricas do nosso país. E, finalmente, desejo acentuar o entusiasmo, o ardor patriótico e cívico com que um homem que tem a honra de trazer no seu apelido o mesmo nome de Joaquim Caetano, e que com ele é ligado por laços de parentesco, se tem desvelado em fazer reverdecer e fazer reflorir na memória dos contemporâneos aquela grande luz que se apagou e que foi tão decisiva na iluminação e no esclarecimento do problema de manutenção da nossa soberania territorial sobre o atual Território do Amapá.

Sr. Presidente, feitas essas declarações preliminares, gostaria de acentuar que a obra de Joaquim Caetano, que na Câmara foi objeto de um dos brilhantes discursos desta sessão legislativa, aqui proferido pelo nobre Deputado Alberto Tôrres *(muito bem!)* quando da primeira discussão desse projeto, que o livro de Joaquim Caetano representa um dos fenômenos mais singulares em toda a literatura histórica mundial. Porque este livro, segundo disseram várias personalidades interessadas ou participantes do episódio, este livro vale como um exército em linha de batalha, este livro contribui para nossa vitória pacífica, tanto quanto contribuíram legiões arma-

das para uma vitória militar, este livro é um monumento imperecível erguido nos fastos da nossa literatura à tradição de honra e de pacifismo que foi a tradição que presidiu a expansão geográfica do nosso país.

Sr. Presidente, devemos, antes de entrar na apreciação direta da obra de Joaquim Caetano da Silva, relancear nossa observação sobre este milagre de coerência que é o complemento da figura geográfica do Brasil. Os contornos do nosso corpo, a marca da nossa fisionomia territorial, o desenho amplo, generoso e caprichoso das nossas fronteiras não se estabeleceram ao acaso das improvisões nem no segredo dos conchavos diplomáticos, nem resultaram dos embates sangrentos das batalhas.

Esta glória, este florão de glória com que reluziu no princípio da República o nome aureolado de Rio Branco, era florão, sim, mas de uma flor que se expandia e que brotava no alto de sua fronde generosa, ela própria coroando um tronco espesso que se fundava na mais rica tradição do nosso passado, porque vimos defendendo sempre uma linha inquebrantável de coerência pacífica.

Sr. Presidente, já aqui, uma vez a pedido do meu velho e querido amigo Cassiano Ricardo – cuja influência, aliás, no modesto discurso que estou proferindo, desejo também salientar, em discurso sobre Alexandre Gusmão, proferido na legislatura passada, tive oportunidade de ressaltar que inovação, que originalidade, que contribuição admirável foi a do grande diplomata brasileiro, natural da cidade de Santos, na história do Direito Internacional, graças à sua teoria do *uti possidetis juris.*

Sabe a casa e não ignoram os nobres colegas que, desde crócio, a tese do *uti possidetis* era tese precária, tese eventual e transitória que dizia respeito à manutenção das posições geográficas adquiridas em caso de guerra e que consistia, afinal, na permanência das forças militares nas situações em que se encontravam antes de armistício, para que se discutissem as condições da paz definitiva, sem alteração das posições assumidas pelas tropas em choque.

Era este o *uti possidetis bélicus* da tradição grociana. Mas foi Alexandre de Gusmão, foi o grande diplomata brasileiro que construiu, para uso específico da situação americana, em que as forças militares raramente tinham oportunidade de se defrontar em território imenso e semideserto, a teoria do *uti possidetis juris,* ou seja, a teoria da expansão geográfica realizada pacificamente, sem intuitos e sem procedimentos belicosos e, conseqüentemente, manter-se a posição do país segundo os dados geográficos contidos na situação de fato estabelecido pela posição das conquistas e da expansão pacífica, contribuindo-se desta forma e desta maneira para o estabelecimento de fronteiras sem qualquer perturbação das relações pacíficas entre as nações. Foi essa tese do *uti possidetis juris,* como solução adequada à situação do novo mundo, de um novo mundo, deserto, semi-selvagem, primitivo de um mundo como lembrou Castro Alves, que parecia ainda saído do ninho da criação, de um mundo molhado pelo dilúvio, de um mundo sombrio pelas florestas primevas, de um mundo inocente das guerras e das lutas européias. Foi esta solução do *uti possidetis juris,* determinado pelo gênio de Gusmão que reivindicamos e cujo nome colocamos ao lado de Grócio, de Vitória, de Puffendorf, ao lado de todos os internacionalistas clássicos que estabeleceram a linha se-

guida pelos seus sucessores e que, passando por tantas figuras eminentes do Império vai transmitir sem dúvida alguma, vai registrar e atravessar a obra de Joaquim Caetano para chegar, afinal, ao seu estuário máximo, ao seu oceano glorioso, à sua realização integral, que é obra do Barão do Rio Branco no Palácio Itamarati.

O Sr. Alberto Tôrres – Fazendo justiça à memória de Alexandre de Gusmão, enaltecendo-lhe a personalidade, glorificando-o ainda mais, o discurso que V. Exª teve ensejo de proferir àquele tempo e que li ainda recentemente regalando-me, foi realmente das mais belas, das mais primorosas e das mais fulgurantes páginas insertas nos *Anais* do Parlamento do Brasil. V. Exª examinou a matéria a fundo e quer pela forma, quer pela segurança e pelo vigor que sempre põe em todos os assuntos que versa nesta Casa, brindou a Câmara com oração fomosíssima, reafirmação de reconhecimento àquele santista que se fez grande figura do mundo português e lançou seu nome para a imortalidade e para o culto das gerações em todos os países civilizados.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência sempre me confunde, quase poderei dizer constrange-me com sua generosidade.

O Sr. Alberto Tôrres – É justiça, Sr. Deputado, que a Câmara inteira faz a V. Exª e, mais do que ela, a intectualidade, brasileira, toda a nação.

O SR. AFONSO ARINOS – É a boa-fé e a sinceridade que encontro no coração jovem e ardoso de Vossa Excelência, que escusam até certo ponto os excessos dessa mesma generosidade.

Sr. Presidente, dizia eu que a obra de Alexandre de Gusmão, lançando as bases de uma nova doutrina jurídica extremamente fecunda no seu desdobramento político, seria de si mesma insuficientemente para que esta doutrina pudesse por si só, sem o apoio de qualquer coação de natureza militar e política, tornar-se vitoriosa no caso do Amapá, e não fosse a contribuição demonstrativa que o livro de Joaquim Caetano da Silva trouxe à elucidação do problema geográfico e histórico.

Sr. Presidente, há homens que nascem bafejados por um destino quase miraculoso. Há homens em cuja existência domina como que uma interpenetração misteriosa entre os gostos de sua eleição, entre as preferências de sua formação individual e as necessidades coletivas de seu povo na época histórica em que eles vivem. Há momentos em que o país precisa, para realizar-se, dos estudos, das inclinações, das paixões, das qualidades e até dos defeitos de um homem.

Isto ocorreu com o Barão do Rio Branco.

É ainda para mim motivo de permanente surpresa verificar como Deus espargiu sobre aquele destino as luzes de sua glória. Admiro-me de como as inclinações desse homem, manifestadas desde os albores de sua juventude, desde sua passagem pela Academia de Direito de São Paulo; como os assuntos que se tornaram a rotina de sua preferência, o pão de cada dia nas suas laboriosas e dilatadas leituras; como as pesquisas, o gosto do seu tempo, a alegria de seus exercícios intelectuais, de seus

exercícios espirituais – para servir-me aqui da expressão de Santo Inácio de Loiola – como foi possível tornarem-se essas atividades, que faziam quase, no Barão, uma segunda natureza, subitamente o ponto para o qual se voltou não apenas a atenção nacional, mas a necessidade da pátria, no momento em que ele atingia a Casa de onde poderia fazer irradiar toda essa experiência adquirida. Isto é, realmente, aquela interseção de linhas que só Deus pode traçar no passo distraído dos homens. Deus escolhe – e quem o diz não é este humilde orador, mais o grande Pascal – as linhas da graça, Deus marca os predestinados, não apenas à salvação na vida eterna, mas à realização na vida terrena. Esta espécie de graça profana, que está na natureza e não no sobrenatural, é a graça com que Deus cumula certos homens que quer transformar subitamente em símbolos e em resumos de todas as aspirações de seu povo.

Então, a Geografia e a História, então os dialetos tupis, o traçado caprichoso e distraído dos rios pelas nossas selvas, então os alfarrábios bolorentos, os mapas confusos, os documentos atrapalhados que tinham feito as delícias daquele solitário, daquele cenobita, daquele monge, transformaram-se do dia para a noite nos instrumentos do seu trabalho, nas forças da sua ação, nas insubstituíveis necessidades da sua interferência.

Então, vemos a facilidade, a graça, quase se poderia dizer a sobranceria distraída daquele barão ventrudo, vagaroso, arrastando-se nas salas pejadas de mapas, em que os relógios se esqueciam na confusão das mesas, em que as pontas de charutos se multiplicavam, queimando os tapetes caros, em que as velas de sebo ardiam durante a noite – a graça e a sobranceria com que este homem dominava subitamente o cenário político da América meridional, porque para ele a língua que os outros começam a falar, o idioma confuso e impenetrável dos documentos, dos mapas, das tradições, das origens, dos depoimentos, era a palavra materna, era o leite que ele tinha mamado na sua verdadeira mãe, que foi a vitória.

O Sr. José Guiomard – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. José Guiomard – Quero trazer ao brilhante discurso de V. Exª meu modesto e humilde testemunho.

V. Exª há de se recordar de que, na minha mocidade, perlustrei também sertões e fronteiras, demarcando, por ordem do Itamarati, esses tratados a que se está referindo e que fizeram de Rio Branco o mais sábio dos brasileiros, nesse terreno. V. Exª, com a sua inteligência, e o conhecimento, o carinho mesmo que dedica a esses assuntos, está esboçando um quadro do tempo de Rio Branco. Quero testemunhar uma época mais recente, para demonstrar como a obra do cientista que V. Exª citou em primeiro lugar, centenas de anos depois, veio auxiliar os demarcadores, de maneira a que eles pudessem levar a cabo, nos sertões da pátria, essa obra da qual não está ausente uma pessoa cujo nome deve ser muito caro a V. Exª ouvir nesta hora e que pronuncio com respeito – o continuador emérito de Rio Branco, Embaixador Afrânio de Melo Franco.

O SR. AFONSO ARINOS – Meu caro colega, V. Exª me desvanece profundamente com essa recordação. Devo acentuar que V. Exª, então jovem oficial do Exército, em companhia de outros – e tenho também o prazer de mencionar o nome do nosso colega. Deputado Joaquim Rondon – fez parte daquele pugilo de homens que, nas fronteiras da Bolívia, da Venezuela, do Peru e de outros países limítrofes, desenvolveram, na época em que meu pai ocupava o Itamarati, o programa traçado pelo Barão do Rio Branco, apoiado nas obras a que acabo de me referir.

O Sr. José Guiomard – O pai de V. Exª retomou aquele rumo que deu ao Barão de Rio Branco a glória que o Brasil todo reverencia.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado.

Não quero ser arrastado a considerações melancólicas, não quero relembrar a velha casa dos Rocha Leão, na antiga rua Larga de São Joaquim, a velha casa mais do que centenária porque foi iniciada, se não me engano, em 1851, pelo grande arquiteto Jacinto Rabelo, discípulo de Grandjean de Montigny, o qual, por sua vez, fora dicípulo de Lebreton, no tempo de D. João VI, seguidor dos grandes arquitetos do fim do século XVIII e do período napoleônico, que eram Persier e Fontaine, os autores da remodelação clássica de Paris.

Sentimos que o Itamarati, na sua estrutura material e na sua forma ao mesmo tempo clássica e, vamos dizer, renascentista, porque naquela casa estão conservadas as linhas da arquitetura clássica, mas absorvidas as inovações com que a Itália contribuiu para a renovação da arquitetura; naquela casa, as próprias linhas materiais correspondem a uma continuidade, não de velharias, não de reverências fugazes nem de salamaleques ociosos, mas continuidade entranhada no que há de mais esclarecido, de mais nítido, de mais bem-informado, de mais caprichoso em nossa tradição intelectual. E sinto como se tratasse de qualquer coisa que me dissesse respeito pessoalmente, embora só indiretamente me diga respeito.

Aquela hora melancólica, em que o Itamarati apaga as suas luzes, entra na penumbra, passa a ser assim uma espécie de filial de um outro palácio que se lhe coloca na vizinhança e deixa de respeitar aquela sua posição de verdadeiro condutor das nossas relações internacionais....

Mas isso não seria motivo para o discurso que aqui hoje quero proferir.

Minha oração procura lançar uma nota de amenidade na obstrução.

Porque não nego, Sr. Presidente, que aqui esteja fazendo obstrução. Estou correspondendo a certo apelo particular com que me honrou o líder da minha bancada que, impiedoso com as manifestações vocais as mais denunciadoras de um estado patológico insuficiente, me convocou para que viesse trazer, Sr. Presidente, ainda que com uma pá de prata – refiro-me à prata, evidente, tratando do material e não do operário – algumas pedras a esta construção que S. Exª está dirigindo com tanto afinco quanto eficiência e entusiasmo.

O Sr. Carlos Lacerda – Quisera eu, Sr. Deputado, ter não somente o talento, mas essa capacidade extraordinária que possui V. Exª, de evocação, descrição, de reconstituição da História e de força poética para dar-lhe esse impulso de um astro soberano, para conferir a essa obstrução a grandeza, a altura de uma extraordinária contribuição para o melhor realce de uma figura tão pouca conhecida e tão merecedora do apreço nacional.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço muito ao nobre Líder.

O Sr. Vieira de Melo – Se V. Exª me permite, não tenho muitas vezes louvado os apelos do nobre Deputado Carlos Lacerda, mas o faço neste momento com grande satisfação, porque se não fosse essa obstrução, não teríamos reparos a fazer a esse método parlamentar. V. Exª, mais uma vez, está enriquecendo os *Anais* do nosso Parlamento com essa contribuição formosa, e mais formosa ainda porque despretensiosa, da sua cultura e da sua capacidade de dizer.

O SR. AFONSO ARINOS – Mais uma vez sou muito agradecido à generosidade do meu eminente colega Sr. Líder da Maioria.

Sr. Presidente, dizia eu que, se partirmos da colocação inicial do problema no campo jurídico, a que atingiu Alexandre de Gusmão, nunca chegaríamos à vitória diplomática de Rio Branco, se não fosse a intercessão, se não fosse a passagem intermédia pelos departamentos da Geografia e da História que constituem o cerne da obra gigantesca que é o livro de Joaquim Caetano da Silva, publicado em 1862, sob o título *O Oiapoque e o Amazonas.*

Esse livro é publicado em francês.

Sr. Presidente, devo fazer à casa uma confissão vaidosa, mas que será permitida a um velho professor e a um impenitente catador de livrarias de segunda mão. Possuo as duas edições de *L'Oiapoque et l'Amazonas.* Tenho a edição de 1862, publicada em Paris e a edição revista pelo Barão do Rio Branco, como documento acessório das suas memórias, na defesa do Amapá.

Esse livro, Sr. Presidente, era a saturação de toda uma obra vital. Joaquim Caetano, nascido em um dos rincões mais distantes da nossa planura meridional, em Jaguarão, Rio Grande do Sul, de família abastada, foi estudar medicina na velha Faculdade de Montpellier, no sul da França; faculdade de que o meu nobre colega Rui Santos, para quem apelo, como Simão Cirineu, para me ajudar a carregar essa cruz cronológica, se deve lembrar e que reuniu toda aquela ciência do meio médico da Idade Média, que se renovou com processos técnicos durante o Renascimento, sendo um dos centros de verdadeira fundação da medicina moderna. Basta dizer, Sr. Presidente, que em Montpellier formou-se aquele médico que encheu a nossa mocidade de alegria, de otimismo e de admiração: Rabelais. Pois lá estudou Joaquim Caetano, lá se esmerou na aprendizagem da graciosa lingua, da doce língua do francês, dessa língua de que a Rainha Margarida de Valois já dizia: " É doce como o vi-

nho de França", dessa língua capitosa, que é a língua de França. Joaquim Caetano tornou-se professor de francês e nessa condição exerceu o magistério em França.

Mas, muito cedo, pouco antes mesmo de se casar com uma virtuosa dama, que foi a sua companheira de todos os tempos e que era também de naturalidade francesa, Joaquim Caetano começou a preocupar-se com o problema da região do Amapá. Ele tinha o verdadeiro gênio do historiador, gênio complexo, gênio entretecido de muitas qualidades, aparentemente subsidiárias mas que se reunem todas nessa capacidade excepcional de fazer reviver o passado. Por quê? Para servir ao presente ou para anunciar o futuro. O verdadeiro historiador não é um narrador de fatos desaparecidos, é aquele que extrai da ganga impura do passado a coroa reluzente da interpretação dos fatos atuais e o caminho, a chave com que abre as portas do porvir.

Joaquim Caetano tinha esse gênio: a capacidade de se informar, a capacidade de escolher, no filão dos dados contraditórios, aquele que, vindo servir a verdade – porque a verdade está na consciência de todo historiador que se preza – viesse, também, como verdade, servir a uma certa tese coletiva.

Joaquim Caetano tinha esse gênio. Durante anos, durante qüinqüênios, durante decênios, ele se esmerou, na França, na captura dos documentos que viessem esclarecer a verdadeira situação geográfica do Amapá.

O problema estava em que os franceses, desde o reinado de Luiz XIV, e talvez antes – a minha informação aí tem laivos de precipitação – na ânsia de ocupar esse território, faziam variar a linha demarcatória por vários cursos de água que eles sucessivamente denominavam o Oiapoc ou o Iapoc, que era o nome indígena, de acordo com os dialetos daquela região.

Então, o Oiapoque passa, desde o atual rio Oiapoque, por vários outros caudais paralelos ou semiparalelos até chegar ao próprio Amazonas que foi afinal, a tese em que se enraizou a ambição francesa – coincidir o Oiapoque com o Amazonas.

A demostração de Joaquim Caetano é tão esplendorosa – baseada em documentos oficiais, em narrativas particulares, em inferências, em dados, em mapas, em escritos, em livros principalmente da França – tão luminosa, tão esplendorosa, tão irrespondível foi a sua documentação em seu livro que, Sr. Presidente, as sociedades científicas de Paris, as sociedades de Geografia e História, as grandes sociedades culturais daquele povo generoso se reuniram para aplaudir aquela demostração irretorquível de sabedoria e boa-fé.

E foi fundado nos aplausos de todos os sábios que, diante do governo francês, pôde Joaquim Caetano declarar: "A tase aqui está e até aqui vai o direito do Brasil". *(Muito bem!)* – Sr. Presidente, o nosso prezado assistente técnico da Mesa, velho conhecedor das tradições parlamentares da República, lembrava, há pouco, frase de Correia de Freitas, que, ocupando a tribuna da oposição, foi solicitado, em certo momento, para jantar. S. Sª perguntou ao seu interpelante: "Que dia é hoje?" Responderam-lhe; "quinta-feira".. E ele disse, "quinta-feira não janto". *(Riso.)* E continuou a falar.

Sr. Presidente, é esta a resposta que dou a meu caro e preclaro jurista especialista em direito parlamentar, Sr. Nestor Massena.

O Sr. Rui Santos – O jantar de V. Exª hoje está pago.

O SR. AFONSO ARINOS – Se não pretendo jantar, Sr. Presidente, não impedirei que meus colegas o façam. Irei até os três ou quatro minutos antes do término da sessão, pois o meu nobre amigo Deputado Gustavo Capanema acaba de me fazer comunicar que tem um projeto a apresentar, e que não precisará senão desses três ou quatro minutos para fazê-lo.

Prossigo, Sr. Presidente, com Joaquim da Silva. Dizia eu que a sua obra é o resultado de uma longa elaboração. No Instituto Histórico do Rio de Janeiro, entre 1850 e 1860 – a imprecisão das minhas citações provem do fato de estar eu realmente a fazê-las de memória – proferiu ele em presença do Imperador, à sua chegada de França, algumas, conferências publicada na *Revista do Instituto Histórico,* onde ele traçou as linhas mestras da defesa que ia fazer e que iria corporificar no seu livro.

Tão, impressionado ficou aquele grande chefe de Estado que se assentava naquela cadeira vetusta, que ainda, hoje, vemos na sala de sessões do Instituto Histórico, tão impressionado ficou o Imperador, que terminada a conferência de Joaquim Caetano, nomeou-o representante diplomático do Brasil na Holanda, a fim de que pudesse ele prosseguir nos seus estudos.

Veja V. Exª, Sr, Presidente, a sabedoria de certos chefes de Estado quando iam escolher na elite, no escol, na nata da inteligência, da aplicação e da honradez do Brasil, os seus representantes diplomáticos, em categoria excepcional, em missão especial, e fazia com que esses homens viessem a ocupar cargos onde pudessem ter os luzeiros e as honras compatíveis com o grande trabalho que estavam elaborando.

Foi portanto, Joaquim Caetano da Silva à Holanda como representante diplomático do Brasil e nessa fase continuou as suas pesquisas até que preparou a sua obra imortal.

Sr. Presidente, o resto da biografia do grande brasileiro é, por assim dizer, secundário em face da sua obra. Foi ele professor e diretor do Colégio Pedro II, o Imperial Colégio Pedro II, para cuja rutilante tradição desejo aproveitar a oportunidade de apresentar uma palavra de homenagem e de comovida saudade, aluno que fui também daquele internato.

No fim de sua vida, retirado na sua parca e pobre casa de São Domingos, perto de Niterói, ali faleceu...

O Sr. Alberto Tôrres – Perdão, perto de Niterói, não; em Niterói.

O SR. AFONSO ARINOS – ...Em Niterói, retifica-me o prezado amigo Deputado fluminense, alí faleceu e está, se não me engano, enterrado no cemitério de Maruí.

O Sr. Alberto Tôrres – Foi sepultado no Cemitério de Maruí, mas as cinzas de Joaquim Caetano foram trasladadas...

O SR. AFONSO ARINOS – Exato.

O Sr. Alberto Tôrres – ...em navio de guerra para Macapá, Capital do Território do Amapá e serão colocadas no monumentos que ali será erigido e por cuja elevação V. Exª se dirige à casa neste momento.

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente. Eu chegaria a este ponto. Era do meu conhecimento o transporte dos restos mortais de Joaquim Caetano para o Amapá. Faleceu inteiramente isolado, esquecido, esse homem que nos entregou, que nos outorgou, que nos devolveu uma das partes mais ricas do território nacional – o atual Território do Amapá.

Há também um mistério nisso, um nexo, qualquer coisa de revelador e de pedagógico nessa vida: homem que sai do Rio Grande e que está, com todas as razões, enterrado no Amapá, porque foi o homem que nos devolveu aquele Território.

O Barão do Rio Branco, no primeiro volume de sua *Memória*, se estou bem lembrado, citou Joaquim Caetano mais de cinqüenta vezes e, no segundo volume, mais de quarenta vezes. Joaquim Caetano, por assim dizer, é o instrumento poderoso com que o Barão manipulou nas provas do nosso direito ao Amapá. Ele vai ter um monumento em Macapá.

Sr. Presidente, V. Exª vai votar – receio que nessa ocasião eu esteja eventualmente na Itália – o crédito para esse monumento.

Queria pedir a atenção da casa para os dois pareceres: um da Comissão de Finanças e outro da Comissão de Educação e Cultura. Esta última – percorri o projeto e me interessei pelo assunto – deu o parecer para que se erigisse um monumento nos termos do projeto.

A Comissão de Finanças entretanto, levada pelos mais nobres intuitos, preferiu que o monumento fosse transformado num edifício público que servisse à administração do Território. Compreendo esta preocupação de utilidade, por todos os títulos louvável, da Comissão de Finanças. Mas se eu posso pedir ao meu nobre colega, o Sr. Líder da Maioria, um favor, será que S. Exª solicite, no dia da votação preferência para o parecer da Comissão de Educação e Cultura. E eu peço desculpas aos meus companheiros da Comissão de Finanças que votaram acaso em favor da construção de um edifício público que trouxesse o nome do grande brasileiro. Há momentos, Sr. Presidente, em que o símbolo é muito mais real do que a realidade. *(Muito bem!)* O monumento tem significação simbólica muito mais forte – repito – do que a realidade. O que se impõe neste instante, é que nós possamos levantar naquelas fronteiras, que ainda podem ser objeto de cobiça, um símbolo da defesa e da grandeza nacional, um símbolo que venha demonstrar ao mundo que o Brasil se estendeu, que o Brasil se desenvolveu, que o Brasil progrediu geograficamente, que atingiu os Andes a Oeste e se estendeu na costa atlântica sem guerra, sem luta, sempre na defesa daquelas duas verdades que constituíram as nossas armas e os nossos elementos de batalha: o *uti possidetis juris*, respeito ao ato jurídico. Foi baseado nestes dois alicerces – o *uti possidetis* e o respeito aos tratados e aos atos jurídicos –

que nós nos tornamos material e fisicamente adultos. Precisamos sê-lo intelectualmente, sentimentalmente e moralmente, convenho. Não somos ainda bastante adultos na inteligência, no sentimento e no coração, mas, fisicamente, somos um grande corpo; e este grande corpo se ergueu, Sr. Presidente, em grande parte por causa da obra de Joaquim Caetano. Então, esqueçamos os utilitarismos respeitáveis daqueles que procuram salvaguardar os interesses do Amapá? De quanto é o crédito da Fazenda pública? Quanto vale quanto rende o Amapá? A quanto monta o crédito? Não façamos um edifício por mais respeitáveis que sejam esses intuitos; mas levantemos um monumento glorioso, consagremos, nas obras do nosso passado, as reinvidicações e defesa do nosso futuro, em uma forma artística, porque a arte é a expressão sintética de toda a verdade. É por meio da arte, e por meio da voz desdenhosa dos artistas que as verdades se fazem entender.

O Sr. Alberto Tôrres – V. Exª permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Alberto Tôrres – Sr. Deputado, foi venturoso o instante em que tanto eu como o Sr. Deputado Adauto Cardoso abrimos mão das inscrições que tínhamos para discutir o orçamento da Marinha, a fim de que V. Exª pudesse proferir esta refulgente oração. Não fora nosso dever de liderados de ceder a palavra a V. Exª, certamente o devíamos pela consideração com que toda a casa jamais deixa de distinguir o eminente orador. Em boa hora o fizemos. Sr. Deputado Afonso Arinos, porque V. Exª renovou o elogio de Alexandre de Gusmão; reteve-se no louvor da personalidade de Rio Branco; recordou – nota de emoção – a imortal personalidade de seu pai, evocação a que foi levado pelo aparte brilhante e sensibilizador do Sr. Deputado José Guiomard; recolheu as ratificações do Líder da Maioria e da Oposição; rememorou o papel do Itamarati; pôs em relevo quão benéfica foi para a humanidade a Faculdade de Montpellier; e mais do que isto, situou, com contornos novos a figura admirável de Joaquim Caetano da Silva, que cerrou os olhos na minha província natal e que, nem lá, nem na terra do seu nascimento, terá o monumento consagratório da sua obra, porque realmente onde deve ser erguido é lá no setentrião, lá no Amapá, naqueles 300.000 quilômetros quadrados que ele incorporou ao solo da pátria, terra riquíssima, ubérrima e sem que houversse corrido sangue dos brasileiros, sem que um tiro sequer houvesse sido disparado, graças ao seu talento, diria ao seu gênio, que ensejou ao Barão do Rio Branco defesa magnífica dos direitos do Brasil. Todos nós, Sr. Deputado Afonso Arinos, nos emocionamos sua magistral oração com que ainda mais enriqueceu, como ainda há pouco acentuava o Sr. Deputado Vieira de Melo, os *Anais* da Câmara. E espero que V. Exª na Itália, onde quer que seja na Europa, receba notícia do Brasil de que, pela ação do Líder do Governo e pela do Líder da Oposição, consignados aos esforços de ambos os dos demais Líderes da Casa, a Câmara dos Deputados, por unanimidade adotou o parecer da Comissão de Educação, fazendo justiça ao grande, ao notável, ao sábio, ao glórioso brasileiro Joaquim Caetano da Silva.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

Concluo em dois minutos, para dar a palavra ao meu nobre amigo Sr. Deputado Gustavo Capanema.

Em conseqüência, espero que a maioria e a minoria, irmanadas no propósito de significarem, à América e ao Mundo, a nossa decisão inquebrantável de mantermos a nossa soberania territorial contra quaisquer arreganhos de potências ameaçadoras, assim procedam, sempre sob a égide do direito e da justiça, sob a égide dos princípios que nortearam o nosso engrandecimento. E ouso formular um apelo também à casa, como disse há pouco, para concorde em que a voz da arte é mais realista, é mais definidora e é muitas vezes mais concreta do que a própria voz da ciência. A arte é maneira desdenhosa, porém extremamente significativa, de traçar as verdades fundamentais. Por intermédio da linguagem dos artistas, sintética, desdenhosa como eu disse, há certas verdades que ficam imaculadas e rutilantes, muito mais que por meio das demonstrações científicas, partindo desse princípio da beleza do símbolo e da verdade da arte.

Faço este apelo à casa porque se vote o crédito e se erija no Amapá um monumento artístico definido e comemorativo da glória de Joaquim Caetano. *(Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

Emenda parlamentarista

30-4-1958

O SR. AFONSO ARINOS – *(Sem revisão do orador)* – Sr. Presidente e Srs. Deputados, sabe a casa, ou melhor, o reduzido grupo de colegas que neste momento ocupa o plenário, das condições de absoluto despreparo com que subo à tribuna para discutir a emenda que institui no nosso país o regime parlamentar. Digo de "absoluto despreparo" por uma condição indispensável de cortesia e de atenção para com os meus colegas.

Eu chamaria "estar preparado" poder lançar mão das notas, dos documentos, de material, em resumo de que me provi para poder produzir uma dissertação menos desconexa. Mas ousaria enfrentar a seriedade da discussão e a gravidade do tema apesar de não me ter convenientemente preparado, porque a manifestacão do tipo daquela que desejo expressar desta tribuna corresponde de tal forma a uma profunda saturação de convicções, a uma tão sincera exposição de pontos de vista, a tão amadurecidas, embora desvaliosas *(não apoiadas)*, reflexões que o fato de dever apresentá-las de forma descoordenada não impedirá que sejam inteiramente sinceras e profundamente vividas.

Sr. Presidente, não ignora a Câmara que em duas oportunidades sucessivas tive a honra de ser relator na Comissão Especial reunida para dar parecer sobre a emenda apresentada por esta grande figura de democrata que é o Sr. Deputado Raul

Pilla. Nas duas oportunidades o meu parecer foi contrário à emenda. Da primeira vez, em uma exposição trabalhada, estudada, meditada, em que procurei fundamentar os meus pontos de vista sobretudo nos inconvenientes e nas incompatibilidades de ordem jurídica que encontrava na instalação do parlamentarismo em face da nossa tradição constitucional.

O Sr. Raul Pilla – Permita-me V. Exª. Contestando o brilhante parecer de V. Exª tive ocasião de dizer que nunca alguém havia podido fazer mais completa defesa do presidencialismo que V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço muito a opinião do ilustre representante do Rio Grande do Sul.

Já da seguinte feita, Sr. Presidente, resumindo embora as considerações que me pareceram mais relevantes do estudo anterior, pude apreciar o problema dentro de um critério de análise predominantemente política.

Devo, Sr. Presidente – esta é a declaração inicial que pretendo formular à casa – devo dizer a V. Exª que hoje, com a mesma sinceridade, com o mesmo empenho e com maior humildade, porque as circunstâncias em que me manifesto impõem hoje uma revisão humilde de pontos de vista, devo dizer a V. Exª que considero aqueles trabalhos apenas como etapas de um desenvolvimento mental superado.

Sr. Presidente, o trato com as coisas do espírito é uma longa viagem na vida humana, é uma aventura variegada, cheia de imprevistos e de surpresas, em que ao olhar cândido, ao olhar desprevenido se desvendam sucessivas paisagens insuspeitadas.

Sempre fui extremamente tolerante com aqueles que revêem pontos de vista anteriormente expressos e com aqueles que, infatigavelmente, refazem os caminhos percorridos, pois o que, a meu ver, caracteriza o progresso ao conhecimento humano é, única e exclusivamente, a boa-fé nas sucessivas aquisições. A constância emperdernida, a pertinácia desabusada em pontos de vista que se tornam insustentáveis pela evolução subjetiva do próprio pensamento, não é coerência, não é fidelidade a objetivos anteriores e a idéias vividas, senão manifestação personalista de orgulho daquele que supõe que mudar seja diminuir-se.

Eu não mudei no que existe de mais profundo em mim mesmo, que é o desejo de aprender. Eu não mudei naquilo que é mais autêntico e mais forte dentro do meu espírito, que é o empenho de colocar as forças da minha alma a serviço de melhoria do meu país. E é pela manutenção deste desejo constante de dispor das parcas forças com que Deus e a minha formação me galardoaram a serviço de minha pátria, que entendo que mudaria, isso sim, se procurasse manter-me formal e hipocritamente apegado a idéias que já foram minhas, desde que a sinceridade da minha convicção e a retidão do meu espírito me impusemos nova conduta e nova diretriz.

O Sr. Waldemar de Vasconcelos – O nobre pronunciamento de V. Exª, nesta hora, é um dos mais belos lauréis da fulgurante cultura, da admirável inteligência com que V. Exª honra o Parlamento nacional e o talento no Brasil.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª usa para com o seu humilde colega expressões mais do que consagradoras, porque desvanecedoras. Eu estaria talvez sujeito à tentação da vaidade, se não visse nas palavras de V. Exª a generosidade, a afeição e o desejo de me apoiar nesta lídima e humilde confissão que estou fazendo à casa.

Sr. Presidente, desejava significar formal e claramente que não considero tenha mudado no que há de substancial em mim – a força que me impele à retidão de conduta, pois o que existe de contingente, de transitório, de mutável, de transformável é precisamente aqueles acervo de idéias e de convicções mediante as quais a conduta se torna retilínea.

Desde que convencido – como agora estou e como desejo manifestar, daqui por diante, nesta oração – de que havia engano nos meus pontos de vista anteriores, a manutenção da minha coerência estava precisamente em mudar de rumo e não em manter atitude, imposta pela vaidade de uma constância hipócrita, a fim de alterar realmente minha conduta moral, a única que se deve conservar imutável.

O Sr. Aurélio Viana – Gostaria de saber de V. Exª, professor de Direito Constitucional dos mais brilhantes deste país, se no sistema de governo parlamentar podem os ministros ser convocados dentre elementos estranhos ao Parlamento nacional, intervindo nos debates das casas do Congresso, das quais não saíram. Isso é permissível, deve ser aceito em um sistema parlamentar?

O SR. AFONSO ARINOS – Como sabe V. Exª, não é habitual que isso ocorra, mas esta situação a que V. Exª acaba de aludir pode existir e tem existido em sistemas de governo parlamentar perfeitamente adequados ao parlamentarismo. Vou dar a V. Exª um exemplo, no qual é possível me engane, porque, conforme disse a princípio, não disponho das notas que tinha preparado.

Em França, mais de uma vez, têm ocupado o banco ministerial representantes do Gabinete que não pertencem ao Legislativo. Se não estou equivocado, um dos homens que maior atuação tiveram na Terceira República, o Sr. Loncheur, Ministro das Finanças ou da Economia, grande técnico nessa especialidade fez parte de Gabinete sem pertencer ao Parlamento.

O Sr. Aurélio Viana – Nobre Deputado, deixemos a França, cujo sistema de governo nas palavras do douto parlamentarista. Professor Raul Pilla, não é propriamente o parlamentar. Vamos à Inglaterra. Quais os exemplos nesse país de ministro que não tenha saído da Câmara dos Comuns?

O SR. AFONSO ARINOS – Deve dizer, lealmente, a V. Exª que não me ocorre nenhum momento exemplo. Mas não sei em que a pergunta de V. Exª pode infirmar o raciocínio cujo desenvolvimento ainda não iniciei.

O Sr. Aurélio Viana – Direi a V. Exª. Encontrei na emenda parlamentarista que se discute dois artigos que admitem a escolha dos ministros, no futuro sistema de governo parlamentar brasileiro, de elementos estranhos ao Parlamento nacional, com a idade de 25 anos, desde que brasileiros natos e em gozo das prerrogativas políticas. Exige-se, apenas saia do Parlamento o Primeiro Ministro. A todos os ministros, porém, dá-se a prerrogativa de intervir nos debates parlamentares, mesmo que não tenham saído do Parlamento. Achei isto um tanto ou quanto estranho em um sistema de governo parlamentar. Eu quero aprender com V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Não tenho certeza também e V. Exª sabe que não há nada mais traiçoeiro do que o fato. O fato é extremamente traiçoeiro, porque o fato freqüentemente desborda dos sistemas teóricos. Mas estou mais ou menos inclinado a acreditar que a tradição brasileira inclusive contempla a hipótese a que V. Exª se refere. Penso até que no próprio sistema presidencial, instalado em 15 de novembro de 1889, foi possível aos Ministros do Governo provisório assomarem à tribuna da Constituinte sem serem representantes constituintes. Alguns o eram, outros não. Não sou versado nem muito conhecedor da biografia do grande Rui Barbosa, mas acredito que seu discurso na Constituinte em defesa da sua posição de centralizador em matéria financeira, ele o fez na qualidade de Ministro da Fazenda do Governo Provisório, não na qualidade de representante à Constituinte Federal.

O Sr. Raul Pilla – Permita-me. Devo confessar que não compreendi bem o alcance da pergunta do nobre Deputado por Alagoas, porque realmente V. Exª não chegou a examinar concretamente a emenda e não sei se pretende fazê-lo. Mas estou em condições de dar ao interpelante uma explicação. Em verdade o nosso projeto só obriga o Primeiro Ministro a pertencer ao Parlamento. Há duas razões importantíssimas, uma das quais trata-se de um período de transição. Se estivéssemos já em um sistema parlamentar, plenamente instituído, evidentemente todos os homens de valor, todos os homens capazes de vir a exercer o governo estariam no Parlamento. De modo que o sistema parlamentar leva a isso, com seu funcionamento.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito bem!

O Sr. Raul Pilla – Esta foi uma das razões que levaram os autores da emenda a admitir ministro não pertencente ao Parlamento. Há outra razão ainda, talvez, de caráter permanente, é que o nosso regime é federativo. Haverá, muitas vezes nos estados homens de valor pertencentes a assembléias estaduais, e que por circunstâncias várias, sejam indicados para constituir o Gabinete federal. Essa elasticidade, que não existe em certos países mas que foi adotada no nosso projeto, é muito razoável. Seria da nossa parte uma incapacidade de adaptação, queremos transportar para aqui, pura e simplesmente, os rígidos preceitos do sistema parlamentar, principalmente no período de transição.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Aurélio Viana – Nobre Deputado, uma simples explicação, atendendo ao chamamento do nobre Deputado Raul Pilla. Tínhamos a impressão, pouco ver-

sados em Direito Constitucional, de que uma das características fundamentais do sistema de governo parlamentar era justamente a de que Parlamento executa e legisla. Há uma interdependência, há uma responsabilidade no sistema de governo parlamentar, de tal modo que o próprio Parlamento por meio daqueles que são eleitos pelo povo, traça as normas de governo e as executa. Tive essa impressão, principalmente quando estudei algures sistema parlamentar inglês. Mas como essa emenda, notamos agora, é mais ou menos uma espécie de – eu ia dizer arranjo, mas o termo não é propriamente este – cede-se alguma coisa pelas razões expostas pelo nobre Deputado Raul Pilla, nada tenho a dizer; apenas queria aprender e aprendi bastante.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço muito ao nobre Deputado e quero fazer a V. Exª uma solicitação.

Pretendo, em um grande esforço sobre mim mesmo, promover a uma síntese coerente das idéias que me perecem mais próprias para defender a minha mudança de atitude em face do regime parlamentar. Só poderei fazê-lo, se no decurso de minha oração tiver a possibilidade de desenvolver harmonicamente o meu próprio pensamento. E pediria ao nobre Deputado Aurélio Viana que tivesse paciência e me honrasse com a sua atenção...

O Sr. Aurélio Viana – Terei muito prazer em ouvi-lo, nobre Deputado.

O SR. AFONSO ARINOS – ... para ver se consigo o objetivo a que me propus no atabalhoado das minhas palavras improvisadas.

Antes de entrar na exposição sistemática dos temas que pretende aflorar desejo dispersar-me por um minuto e responder ao Deputado Aurélio Viana no que toca precisamente, ao ponto em questão.

Depois que V. Exª me chamou a atenção acorreram-me reminiscência que não haviam chegado antes à tona de minha memória. Queria salientar, principalmente para Vossa Excelência, o seguinte: o regime parlamentar é o tipo de organização predominantemente política; o regime presidencial é a estrutura de governo, principalmente jurídica. Segue-se daí que o funcionamento do regime parlamentar depende de vitalidade política do meio em que se desenvolve e, conseqüentemente não são necessárias prescrições numerosas e rigorosas no texto da lei figurando ou tornando imperativa uma certa orientação; o regime presidencial, ao contrário, exige a presença de uma série de normas imperativas e de caráter muito rígido constantes do texto constitucional. De forma que este assunto que V. Exª mencionou, com sua habitual seriedade e constante atenção aos debates do plenário, o que muito me honra, já foi resolvido, no Brasil.

Citei o caso da Constituinte republicana. Posso citar, agora, o caso do sistema parlamentarista imperial. Devo dizer que na minha opinião, o sistema parlamentarista imperial não era constitucional. A Constituição do Império não era parlamentarista: era presidencialista – e posso aplicar a expressão "presidencialismo" ao sistema

monárquico. E o era, em virtude de soma de atribuições políticas conferidas ao Poder Moderador. Ora, no desdobrar da vida política do Império, o sistema parlamentar foi-se impondo à prática dos costumes pelo gênio e pela capacidade de certos grandes estadistas. Citarei em primeiro lugar, Bernardo Pereira de Vasconcelos; em segundo lugar, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, o futuro Marquês de Abrantes; depois Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês do Paraná. Esses homens tiveram participação direta na confecção do mecanismo parlamentar, no regime imperial. Então, a Assembléia Constituinte do Império, dissolvida a 12 de novembro de 1923, deliberou precisamente sobre o caso que V. Exª salienta, no sentido de que os deputados à Constituinte poderiam ser ministros, mas deveriam renunciar a seus mandatos, podendo, entretanto, concorrer às eleições que se seguissem à sua renúncia. Não sei se expliquei perfeitamente os fatos.

O Sr. Aurélio Viana – Exatamente.

O SR. AFONSO ARINOS – Estabeleceu-se, então, esse sistema no Império, convocado o deputado para ministro, devia renunciar a seu mandato, mas poderia concorrer às eleições e ser reeleito, de modo que, como ministro, continuava deputado ou como deputado reeleito continuava ministro. Isso é para dar a Vossa Excelência um exemplo de como estes pequenos detalhes, estes pormenores, de natureza exclusivamente funcional, se resolvem dentro do mecanismo parlamentar, independentemente de qualquer preceito constitucional que venha estabelecer regras fixas para o mesmo.

O Sr. Dagoberto Sales – Permitiria V. Exª Sr. Deputado Afonso Arinos, lhe fizesse uma pergunta no sentido de também me esclarecer?

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Dagoberto Sales – Simpatizo muito com o regime parlamentarista, mas tenho certas dúvidas a respeito justamente do que V. Exª abordava – o funcionamento desse regime em nosso país. V. Exª sabe que o Brasil adota o sistema federativo e não vejo bem como se possa coadunar o regime parlamentarista com o regime da Federação. Não que o julgue impossível; apenas ainda não estou esclarecido de como se aplicaria o regime parlamentarista no Brasil, juntamente com o sistema federativo. O regime seria estendido às menores unidades administrativas como os municípios, ou exercido apenas no plano federal? Como funcionará o sistema federativo dentro do regime parlamentarista? Parece-me uma experiência nova.

O SR. AFONSO ARINOS – Responderei a V. Exª com muito prazer.

Quero dizer a V. Exª de início, e isso valerá por uma espécie de introdução ao discurso que de fato ainda não consegui começar, que não aderi ao parlamentarismo pelas razões de convicção positiva, mas sim pelas razões de decepção negativa. Cheguei ao parlamentarismo pela segurança de que tudo aquilo que no meu espírito se afigurava como constituindo as molas mestras do sistema presidencial não somente não funcionam como não poderão funcionar no nosso país.

O sistema presidencial era, como eu dizia há pouco, o sistema do predomínio do jurídico sobre o político e, então juridicamente V. Exª tem razão. Há certa incompatibilidade do governo de gabinete com a Federação. Mas o que ocorre – e isso V. Exª não pode negar – é que a Federação desapareceu no Brasil. Conseqüentemente, não temos de defender alguma coisa que desapareceu. Temos de instituir um sistema que venha substituir aquilo que se esboroou, aquilo que se arruinou, aquilo que apodreceu, que foi o falso presidencialismo brasileiro. Então, prosseguirei na exposição desta tese, porque agora posso encontrar uma linha em que realmente desenvolverei o meu pensamento.

O sistema presidencial é o sistema do direito. O sistema do direito político se baseia em certos elementos insubstituíveis. Em primeiro lugar, a Federação; em segundo lugar a constância, a pujança e a significação dos partidos políticos e, em terceiro lugar, a competência da justiça federal e a forma pela qual ela se desincumbe dessa competência.

Ora, o exemplo brasileiro é profundamente decepcionante quanto a esse ponto básico da evolução do presidencialismo. No que toca à federação, sabemos que ela foi em nosso país, desde o início, não direi uma fantasia, mas uma ideologia. E V. Exª quer ver até que ponto a Federação foi uma ideologia?

V. Exª não ignora, que o sistema federativo foi implantado no Brasil pelo Decreto nº 1 do Governo Provisório, da lavra do Conselheiro Rui Barbosa. Havia no país um anseio imemorial pelo federalismo. O federalismo é uma aspiração de liberdade; o federalismo é a procura da descentralização do poder político e da descentralização da administração pública. Mas a transformação do federalismo em Federação é uma operação delicada, de caráter estritamente jurídico, e que se resolve por uma espécie de equação, por uma espécie de cálculo matemático, por uma espécie de operação lógica, que é uma Constituição Federal.

Sr. Presidente a Constituição Federal é o documento que exprime a realidade do federalismo, ou seja a transformação do federalismo em Federação. Federalistas éramos nós, federalistas sempre foram os brasileiros, federalistas é a nossa história, federalista é a nossa economia, federalista é a nossa geografia, federalista é a nossa demografia. As capitanias hereditárias, a divisão dos governos, um do norte e outro do sul, a divisão dos estados do Brasil em Estado do Brasil e Estado do Maranhão, o imenso poder atribuído aos governadores e capitães-generais que chefiavam as capitanias, mesmo depois da instalação do Vice-Reinado, tudo isso mostrava que o nosso destino era a Federação. Mas, Sr. Presidente, essa Federação precisava exprimir-se dentro de uma técnica jurídica e dentro de um documento político que correspondesse às tradições do nosso federalismo, e não por meio de um documento político que fosse uma cópia, uma transplantação do federalismo norte-americano.

Não falo a V. Exª como federalista, nem estou falando como nacionalista. Estou falando como historiador.

O Sr. Dagoberto Sales – V. Exª dá licença para um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Permita V. Exª que leve ao fim o meu raciocínio. Sabemos que Rui Barbosa levou tão longe a sua admiração pela doutrina norte-americana do federalismo que ele estabeleceu no artigo 1º do decreto institucional do Governo Provisório uma declaração inteiramente infundada do ponto de vista histórico.

Que disse ele? "A União Federal constitui-se pela união indissolúvel das antigas províncias, estabelecendo-se os Estados Unidos do Brasil". Ora, Sr. Presidente, que é isto? Isto é uma coisa cerebrina, é uma cópia livresca do que tinha ocorrido nos Estados Unidos. Lá sim, lá, a Federação foi o resultado de uma congregação voluntária de soberanias realmente separadas. Lá há uma série de colônias agrícolas que viviam em *status* de quase independência, embora tivessem tipos de governo interno completamente diferentes uma das outras. Depois da experiência da confederação, que se seguiu à guerra da Independência foram levadas a se reunir em uma espécie de tratado, a Constituição de Filadélfia. A Constituição de Filadélfia tem a economia de um tratado, tem a técnica de um tratado, tem a história de um tratado e para ser adotada como Constituição foi aprovada obrigatoriamente pelas diferentes colônias e elas então constituíram o que se chamou na história os Estados Unidos da América. Nós, no Brasil, tínhamos a mesma marcha a percorrer? De forma alguma. Partíamos de uma tradição de política unitária, partíamos de uma colônia, que apesar de sua subdivisão em capitanias e da presença de seus governadores locais, dependia principalmente da Coroa e não, como nos Estados Unidos, ora da Coroa e ora das companhias acreditadas na exploração direta dessa mesma colônia. Essa formação da Federação brasileira foi uma formação de tipo puramente jurídico. Foi uma formação centrífuga, partida do centro dos debates para a periferia da realidade social. Enquanto nos Estados Unidos foi o contrário que se operou: foi uma formação centrípeta, um esforço que vinha da colônia isolada para o centro nacional.

O Sr. Dagoberto Sales – Permita V. Exª que eu faça uma observação. Apesar dessa diferença de origens que V. Exª apontou com tanta clarividência entre a Federação brasileira e a americana acha V. Exª que a extensão territorial, a fisionomia particular e peculiar de cada povo, muito semelhante entre o americano e o brasileiro, impõe certas razões que justificam o federalismo, tão legitimamente nos Estados Unidos como no Brasil, pela formação histórica?

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª não está – perdoe-me – desdizendo aquilo que desejo afirmar, isto é, que nosso caminho para o federalismo foi o contrário do dos Estados Unidos. A Federação foi no Brasil uma conquista de inteligência das classes esclarecidas e não uma conquista da imposição dos interesses históricos. A Federação jurídica, a Federação constitucional, a União Federal, tal como apareceu em 1891, tendo limitado os Estados Unidos na teoria, nunca imitou os Estados Unidos na prática. V. Exª quer um exemplo? Nos Estados Unidos, sempre a soma das arrecadações dos estados foi superior à arrecadação federal. V. Exª sabe que, no Brasil, isso está muito longe de ser uma verdade. V. Exª não ignora que nos Estados

Unidos a vitalidade – apesar de toda a gigantesca concentração do sistema de tranasporte e do sistema de crédito – a vitalidade dos governos estaduais é hoje, neste momento, muito mais vigorosa do que a que existe no Brasil. As declarações nesse sentido não são minhas, que sou um obscuro estudioso de Direito Constitucional *(não apoiados)* e que não tenho experiência na administração dos negócios estaduais. Esta declaração é de todos os governadores, que têm sido responsáveis pela gerência ou pela gestão da coisa pública nos seus respectivos estados.

Que se diz sobre a influência do Banco do Brasil, que se diz sobre a participação das autarquias federais no processo governativo dos estados, que se diz sobre a miséria, a bancarrota e humilhação, a genuflexão, a vergonha, o peditório, a mendicância desses governos estaduais, com a honrosa exceção do governo de São Paulo, que não corresponde à situação dos seus governantes exclusivamente mas sim e principalmente à situação de suas riquezas tradicionais? É um fato inegável: não existe Federação no Brasil porque não existe liberdade de governo. Os governadores eleitos pela oposição – e faço justiça à honra, à combatividade e à fidelidade desses governadores aos princípios que norteiam seu partido – não podem deixar de depender, de solicitar, de apoiar o Governo Federal porque não têm absolutamente condições de imprimir uma situação verídica a seus governos locais.

O Sr. João Úrsulo – É uma grande verdade.

O Sr. Dagoberto Sales – Portanto, nobre Deputado Afonso Arinos, as contingências econômicas fazem com que o sistema federativo seja imperfeitamente praticado no Brasil.

O SR. AFONSO ARINOS – Logo, a objeção de V. Exª é infundada.

O Sr. Dagoberto Sales – Mas dirijo uma pergunta ainda a V. Exª: qual o caminho que devemos adotar? Aceitar o fato de enveredar para o regime unitário ou procurar aprefeiçoar nosso sistema econômico, dentro do quadro das arrecadações, para se chegar a um bom resultado?

O SR. AFONSO ARINOS – Responderei a V. Exª, mas não no terreno em que V. Exª coloca a questão. Hoje estou convencido, profundamente convencido, de que o sistema parlamentar estimualaria, no país, a Federação. E vou dar um exemplo disso. Em primeiro lugar, a incompatibilidade sobretudo afirmada pelos autores que vêm de países unitários. Os Canadá é uma Federação e é um regime parlamentar. V. Exª me dirá que o Canadá não é uma Federação perfeita, visto que não tem o mesmo número de representantes para todos os estados, no Senado, o que é uma pedra angular na Federação. O Estado de Ontário, por exemplo, se não estou enganado – a Câmara me perdoará os erros da citação, porque estou sem papel algum na mão – terá dezesseis ou dezoito senadores, e um pequeno estado – digo pequeno no sentido demográfico – terá muito menor representação. Logo, não é um Senado Federal. Mas a Austrália é uma Federação do tipo americano. É uma Federação onde existe a igualdade da representação no Senado; é uma Federação onde

se aceitaram as bases essenciais do sistema constitucional americano, no que diz respeito ao federalismo. E a Austrália é um governo parlamentar. De forma que não existe incompatibilidade na convivência jurídica entre federalismo e o parlamentarismo.

Mas, antes de que o nobre Deputado Rui Santos dê o seu aparte, quero dizer por que a meu ver no Brasil, o parlamentarismo estimularia a Federação. Por que entregaria na mão dos estados oprimidos, por que entregaria ao poder das bancadas dos estados destratados abandonados e esquecidos a capacidade de derrubar os governos que estivessem fazendo o que atualmente o governo do Sr. Juscelino Kubitschek, que é matar a Federação, como ocorre, por exemplo, com a seca do Nordeste, para tirar proveito eleitoral para seus apaniguados e seus amigos, esmagando os clamores e necessidades desses estados, dentro da Federação. Se houvesse um regime parlamentarista neste país, as bancadas dos estados nordestinos independêntemente de qualquer filiação partidária, se reuniriam para derrubar o governo e constituir outro que viesse vitalizar o processo federativo em decadência por causa do sistema presidencial.

O Sr. Chagas Rodrigues – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Devo dar o aparte agora, ao nobre Deputado Rui Santos, que o pediu em primeiro lugar. Em seguida, com muito prazer, ouvirei V. Exª.

O Sr. Rui Santos – Vou apartear apenas porque me aproximei do microfone. Ia pedir a atenção do nobre colega justamente para o ponto de que tratou na conclusão de sua oração. No regime parlamentarista a Federação está aqui nas diversas bancadas. Todos nós do Piauí, do Amazonas, do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso, defendemos os interesses de cada unidade federativa de maneira que o regime teria que funcionar a serviço da Federação e não como na Federação atual, em que o Executivo faz valer sua vontade oprimindo as diversas regiões.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado pelo aparte de V. Exª.

Tem o aparte, agora, o nobre Deputado Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues – Eminente Líder da Oposição, referia V. Exª que o sistema parlamentar permite melhor participação dos estados pequenos na máquina governamental. Concordo inteiramente nessa parte. De fato, na história política do Império os estados pequenos, como o Piauí, o Maranhão, puderam, por meio do sistema parlamentar, participar do governo por intermédio de primeiros ministros e chefes de gabinete.

O SR. AFONSO ARINOS – Tem V. Exª toda a razão.

O Sr. Chagas Rodrigues – Isso nem V. Exª nem ninguém viu na República. Se continuar esse presidencialismo, teremos cada vez mais a participação dos gran-

des estados e a ausência dos pequenos. Esta ameaça, até certo ponto, paira sobre a unidade e o progresso do país. Agora, permita-me V. Exª que tendo ouvido com grande respeito as suas referências, quando passou do terreno dos princípios para a crítica ao atual governo, discorde das suas palavras. E espero que aceite minha discordância com naturalidade, eminente líder.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre colega, mas estou certo de que, se estivéssemos no regime parlamentarista, não divergiria de mim e votaria moção de desconfiança à política de secas do governo.

O Sr. Valdemar Vasconcelos – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Valdemar Vasconcelos – Nobre Deputado Afonso Arinos, venho fazer um aditivo ao meu aparte. O memorável discurso de V. Exª é uma espada de ouro da mais bela cintilação em apoio da corrente parlamentarista, neste combate da salvadora reforma constitucional.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado, nobre Deputado.

O Sr. Dagoberto Sales – Permita-me V. Exª. Gostaria de declarar, para que não paire a menor dúvida sobre o meu pensamento a respeito do parlamentarismo, que tenho grandes simpatias por esse regime. Entretanto, como estamos aqui em debate, julgo oportuno formularem-se perguntas capazes de trazer esclarecimento a certos detalhes ainda não bem conhecidos. Por isso, insisto. E, com a devida vênia, não posso concordar com a sua conclusão de que no regime parlamentarista seria melhor atendidas as reivindicações regionais, porque, de qualquer forma, no regime presidencialista ou parlamentarista, devemos atender ao princípio da representação proporcional. Os membros do Parlamento seriam eleitos por certa quantidade de eleitores. Portanto, as regiões de grande densidade demográfica, evidentemente, teriam maior número de representantes. Assim, somos levados à conclusão de que as regiões demograficamente fortes iriam exercer influência decisiva na formação do Parlamento e não à que chegou V. Exª de que uma representação rarefeita pudesse fazer cair um gabinete.

O SR. AFONSO ARINOS – Explicarei a V. Exª: o problema não se coloca em termos parlamentares dentro do quadro demográfico, e sim dentro do quadro partidário. É isso que dificilmente consegue ser apreendido pelos que não têm experiência de meditação contínua sobre o sistema parlamentar.

Veja V. Exª: no sistema atual, o poder é a prazo fixo, é inabalável. Conseqüentemente, não é compreensível, não é caridoso que exijamos dos representantes dos pequenos estados a apresentação, em forma combativa, das suas reivindicações contra um poder que é uma fortaleza inexpugnável. Sabemos que o poder durará cinco anos; sabemos que cinco anos ficará nos céus do Brasil, entre o Catete e o Palácio da Alvorada, o Presidente da República; sabemos que por cinco anos, estará

despachando os seus misteriosos papéis o Sr. Ministro da Fazenda; sabemos que por cinco anos, estará traçando as suas complicadas plantas o Sr. Ministro da Viação. Conseqüentemente, não é possível admitirmos, com caridade, com sentido humanístico, com a compreensão das naturais fragilidades humanas que aqueles que se defrontam com um poder inalienável e a prazo fixo possam organizar um sistema de reivindicações políticas. Se V. Exª pudesse pôr fim a essa estabilidade perniciosa, se V. Exª, mediante um entendimento entre as várias representações dos pequenos estados, pudesse derrubar um gabinete, então V. Exª veria que os pequenos estados ajustados se tranformariam em um grande estado, como os pequenos cursos d'água, convergindo, se transformam em uma grande caudal; então V. Exª veria essa caudal levar por diante as resistências mais ou menos fantasistas que se antepõem às suas reivindicações; e V. Exª veria aquilo que estou declarando; a seriedade das reivindicações e o seu êxito seriam objetivados com muito maior certeza. É porque o problema da Federação não se coloca em torno da demografia, no sistema parlamentar. No sistema parlamentar, temos de rever o conceito de Federação para colocá-lo dentro do critério partidário, que é aquele que delineia os rumos, que marca as posições, que insufla as atitudes coletivas e prestigia a ação dos homens públicos, em face da opinião nacional.

O Sr. Adauto Cardoso – Seria necessário ainda que V. Exª considerasse certa debilidade, eu diria, intrínseca, do sistema em que nos encontramos hoje, certas contradições como esta, que a casa hoje testemunha. Vê o nobre orador, no momento em que nos reunimos, numa quarta ou quinta tentativa de votar, em regime de urgência, o projeto governamental concedendo aposentadoria integral aos trabalhadores, neste fim de sessão, nesta nova e talvez verdadeira tentativa, o aspecto que a casa oferece: vinte deputados da UDN, oito do PSD, quatro ou cinco do PTB, e três do PSP.

Vê V. Exª que só o regime parlamentarista vitalizaria as casas legislativas dando outro bônus às reivindicações da massa.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Sérgio Magalhães – Se o nobre orador me permite, e já que o nobre colega Sr. Adauto Cardoso toca no assunto, queria registrar o índice de ausência à sessão matutina de hoje.

O SR. AFONSO ARINOS – Darei essa oportunidade, pelo apreço especial que merece o ilustre colega, mas consigno que V. Exª está muito justamente fazendo um pouco de política partidária, quando desejo que meu discurso seja uma peça da maior isenção nesse espécie terreno.

Pode V. Exª, entretanto, fazer a leitura da sua estatística, com o que muito me honra. Insisto em que o faço, pelo apreço que lhe tenho.

O Sr. Sérgio Magalhães – Muito obrigado a V. Exª. É a seguinte: PTB, um têrço de ausência: PSD, 50%; UDN, dois têrços; e PSP, 50%.

O SR. AFONSO ARINOS – As estatísticas não coincidem muito exatamente com aquelas que foram fornecidas há pouco, mas espero possamos conferi-las depois, num *tête-à-tête* menos apressado.

O Sr. Batista Ramos – Nobre Deputado, permita-me rápida intervenção. Não desejo interromper o discurso de V. Exª, mas, em vista de haver aparteado o nobre Deputado Sérgio Magalhães, queria ler da tribuna, daqui a pouco, dados estatísticos das 4 horas da tarde.

O SR. AFONSO ARINOS – Pedirei, então, ao Presidente que me honre com uma prorrogação do tempo. Só me restam 15 minutos e desejo dizer ainda alguma coisa a respeito do tema que me foi submetido.

Devo, esclarecendo o assunto, declarar que as estatísticas que me chegaram às mãos davam: ausência da União Democrática Nacional, 48%. Conseqüentemente não são dois terços, como disse o nobre Deputado Sérgio Magalhães.

Queria porém, Sr. Presidente, ventilar outro aspecto do problema, que, na confusão deste debate, acho que merece ser fixado. É a questão da estabilidade governativa.

Em primeiro lugar me parece que a religião da estabilidade é demoníaca. Precisamos saber aquilo que desejamos se estabeleça, aquilo que se torna estável. Uma dor de dente, um reumatismo articular agudo, uma apendicite supurada são situações cuja estabilidade pode merecer as maiores reservas dos homens de bom senso. Conseqüentemente, em princípio, não se pode assentar seja a estabilidade base de êxito, de sorte ou de felicidade de um regime, porque, se o governo é ruim, o seu maior defeito está na estabilidade; se o governo é péssimo, o desastre, o fracasso, a tragédia está precisamente na sua continuidade, na sua inamovibilidade. Portanto, a estabilidade, em si só é uma ilusão – direi quase – é uma mentira.

Vamos então, falar da instabilidade.

V. Exªs não ignoram que, na Inglaterra, as eleições gerais são de 5 em 5 anos. Portanto, o governo inglês é estável durante 5 anos , a não ser que exista no Parlamento um conjunto de forças que o ponha em debandada ao fim de dez dias. E esta é realmente sua grande vantagem.

Fala-se da França. Então, vou trazer a palavra, que me parece muito feliz, de um jornalista americano, palavra que foi manifestada há poucas semanas, a propósito do governo do General Eisenhower. Falava-se na instabilidade francesa; falava-se na queda de Gaillard, e esse jornalista declarava o seguinte: "A diferença que existe entre os Estados Unidos e a França é que lá, quando o governo cai, eles sabem, enquanto que, entre nós, o governo cai e nós ficamos sem saber".

Ora, Sr. Presidente, esta é uma verdade profunda só que toca, não apenas ao presidencialismo americano – que não conheço bem – mas ao presidencialismo brasileiro, que infelizmente, conheço demais. O número de vezes que este governo tem caído, na pantomima e na desordem – e não quero fazer daquilo discurso oposicionista, mas a revelação de fato notório, – o número de vezes que este governo tem

mudado, tem-se transformado, tem-se travestido, tem-se mascarado – e não digo desmascarado, porque ele apenas muda de máscara – é realmente impressionante.

O SR. PRESIDENTE – Permita o nobre orador uma interrupção, para submeter à consideração da casa requerimento do Sr. Deputado Clóvis Pestana de prorrogação da sessão por 30 minutos, a fim de que o ilustre Deputado conclua o seu discurso.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Continua com a palavra o Sr. Deputado Afonso Arinos.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª, ao ilustre colega Clóvis Pestana e à casa a honra dessa concessão.

Não nos precisamos enganar uns aos outros. Sabemos o que foi a mutação contínua do governo do Sr. Getúlio Vargas, eleito chefiando uma revolução, que vinha com reivindicações de natureza puramente democrática e política, passando a incorporar depois ao seu desaguadouro de tendências uma série de reivindicações antidemocráticas e do tipo paternalista. O governo do Sr. Juscelino Kubitschek tem qualquer coisa de muito parecido. S. Exª foi levado ao poder por uma combinação da força militar com a técnica comunista. Agora, assistimos, – e digo agora referindo-me há algum tempo – a uma campanha publicitária nacional ribombante do governo, condenando os comunistas e apoiando-se, acolhendo-se como ovelha combalida, à voz e ao cajado dos pastores clericais. Mas, já no dia seguinte, três ou quatro dias depois, vemos o Sr. Ministro da Guerra voltar novamente a necessitar do apoio dos comunistas, esquecido da voz daqueles que vieram alertar a nação sobre esse risco, que eu não acho tão grave como se diz.

Também no campo do desenvolvimento, no campo das realizações, nós assistimos ora às preocupações com o saneamento da moeda, ora às declarações de que a moeda não tem nenhuma significação. Vemos o Ministro da Fazenda na televisão dizer que era graças ao mérito e aos esforços do governo que o câmbio livre se mantinha na taxa de 60 e o próprio Sr. Ministro da Fazenda, alguns meses depois, na mesma televisão declarar que a taxa de 124 não tinha qualquer significação nem era da responsabilidade do governo! Sr. Presidente os governos se sucedem debaixo dos mesmos homens, as orientações se multiplicam debaixo das mesmas férulas, as posições se transubstanciam debaixo das mesmas vozes, com as mesmas declarações. Então, vivas! Então, bravos! Então, nosso apoio aquelas modificações de governo que se operam francamente no fogo dos debates parlamentares, que começam por ser modificação dos homens, modificação dos rumos, numa nova concepção da moral, e não a manutenção dos mesmos homens, a manutenção das mesmas forças, a persistência dos mesmos processos que acoberta sucessivamente a mais espantosa instabilidade política e administrativa de que podemos lembrar. *(Palmas.)*

Ainda, neste momento, Sr. Presidente, posso declarar à nação – com a segurança de que recebi as informações das melhores fontes – posso declarar à nação, por intermédio da Câmara, que se está passando dentro do governo uma revisão cui-

dadosa no problema do transporte da capital para Brasília. As dificuldades financeiras em que se encontra a Novacap – sei que amanhã vou ser desmentido, mas digo isso com a segurança de quem obteve informações nas fontes mais idôneas do governo – a situação de insolvabilidade da Novacap, que está em dificuldade de pagar, inclusive, as suas aquisições de produtos de fabricação nacional, como o cimento e o ferro, sem falar nas mesmas dificuldades para solver os compromissos assumidos para importação de mercadorias determinaram um recuo, uma tomada mais íntima de contato com a realidade e o preparo de um planejamento que vise... neste momento, falta-me a palavra, mas é qualquer coisa como retardar aquela construção, não fazer mais dela aquela feira, aquele parque de diversões de estuque e papelão que se estava se construindo no Brasil central, mas fazer coadunar essa interiorização da capital com as possibilidades econômicas do país e com a responsabilidade de dirigentes de seus destinos. Estou mostrando apenas que a instabilidade não é questão da presença ou ausência de homem, mas de manutenção ou de mudança de rumos, e que esses rumos, quando mudam, é muito melhor que mudem, com eles, os homens, mantendo sem autoridade, sem prestígio, sem audiência pública, os homens que exprimiram ou representaram rumos completamente diferentes.

O Sr. Adauto Cardoso – Sobretudo sem responsabilidade.

O SR. AFONSO ARINOS – É mais uma fantasia ainda da instabilidade, tanto mais quanto aquilo que interessa realmente à situação do país, que é a ordem administrativa, que é a honra da administração, que é a continuidade dos serviços públicos, não é afetado pela instabilidade política. É elementar, é notório, é da escola de Direito, o que ocorre no sistema parlamentar francês sob a égide do Conselho de Estado, o mais admirável tribunal de direito público que já existiu no mundo. Sob a égide do Conselho de Estado francês, organizou-se uma adminitração de tal maneira travada, de tal maneira segura que sofre muito pouco o impacto das mutações políticas. Quantas vêzes assistimos, nós, que tivemos a honra e a alegria de conhecer a vida de Paris, àquele drama admirável das sessões noturnas do Parlamento francês, em que se debatem, com uma coragem, com um vigor, com uma inteligência, com uma claridade, com uma força, com uma franqueza de nos fazer inveja, todos os problemas políticos nacionais, com os desfechos dramáticos que, durante a madrugada, mantêm acesa a cidade e compactas multidões em tôrno do Palácio Bourbon! Naqule momento não há nenhuma repercussão, nenhuma preocupação na administração pública, no sistema de preços, nos transportes coletivos, na obra das indústrias e no trabalho dos operários. São questões diferentes, porque lá a administração é controlada pela permanência de um sistema administrativo que tem o seu coroamento nas grandes organizações de direito público debaixo da tutela do Conselho de Estado, e nada tem a ver com os debates políticos, com os rumos políticos, porque ele, sim, sabe distinguir realmente a diferença que existe entre a administração e a política, outra coisa de que o presidencialismo brasileiro já de há muito tempo se es-

queceu. O povo, no Brasil, já não sabe mais o que é administrar ou fazer política. Fazer política é deliberar pelo Estado, é impor a vontade do Estado, não administrar em benefício dos homens que detêm o poder do Estado. O presidencialismo no Brasil confunde deliberadamente política com administração, política utiliza as forças da administração para beneficiar os apaniguados, os culpados e os aventureiros das facções políticas que governam o país *(muito bem!)*. Esta, a verdade. Não podemos falar em estabilidade, não podemos falar em federalismo, não podemos falar na desordem dos partidos políticos, porque o que há de mais doloroso, mais melancólico na vida política nacional é precisamente a corrupção, a podridão, o enfraquecimento e a vermina que corrói todas as organizações partidárias do Brasil em função de sua entrega administrativa aos interesses da politicagem presidencialista. *(Muito bem!)*.

Sr. Presidente, V. Exª e a casa exculparão esta veemência, que está longe de ser o desejo de atingir, de qualquer forma, a sensibilidade daqueles companheiros de outros partidos, mesmo porque não os excluo, neste momento, infelizmente, da organização partidária nacional. Nenhum partido está indene desses vícios que lhes corroem as entranhas e que são vícios que provêm da prática viciosa de um regime que nunca conseguimos realmente adaptar. *(Muito bem!)*. Outra coisa que ao presidencialismo no Brasil faltou foi a competência da Justiça Federal, a capacidade e o poder de justiça. Nesse particular tenho falado muitas vezes desta tribuna, tenho sido trazido para o pelouro da injúria, da calúnia daqueles que se locupletam com os dinheiros públicos. E tenho sido incompreendido por muitos de meus amigos, que pensam tenho ressentimentos para com o Supremo Tribunal. Mas não tenho. A verdade é que respeito aqueles varões individualmente, a verdade é que os considero pessoalmente como dignos de meu acatamento e de meu apreço. Mas a honra pública não é a soma de honras individuais, a honra pública é uma vocação coletiva para o bem público. E é isto que falta ao Supremo Tribunal Federal da República. *(Muito bem. Palmas)*.

O fracasso da Justiça Federal é outra pedra de toque do nosso presidencialismo, que falhou. Nós não podemos impor, não conseguimos impor e não conseguiremos impor limitações jurídicas, que são as únicas que o sistema presidencialista admite ao poder do Executivo, pela falta, pela ausência, pela omissão pela fraqueza, pela demissão, pelo abandono do Supremo Tribunal Federal.

Compreende-se que nós, na Câmara, que somos um corpo político submetido aos interesses eleitorais nesse sistema de podridão que é o presidencialismo brasileiro, tivéssemos então a fraqueza de nos compor com esses interesses, mas eles que se colocam em um nível superior ao nosso, no sentido das posições e das competências, mas eles que se situam num outro campo de tranqüilidade intelectual e de conforto moral, então; Sr. Presidente, eles são muito mais culpados do que nós, porque não têm as razões nem os motivos que levaram a maioria aqui a fracassar em datas como a de 11 de novembro.

Sr. Presidente, falhamos na organização dos partidos políticos. Falhamos na Federação. Falhamos na estabilidade do governo. Falhamos na competência

da Justiça Federal. Falhamos nos alicerces do regime. É preciso que alguém diga isto, com a insuficiência e a falta de autoridade com que o faço *(Não apoiado)* mas que a nação lá fora há de ouvir, porque a forma de multiplicar as verdades que ecoam nesta casa é muito outra da que podemos supor. E, neste momento, falo direta e precisamente para as Forças Armadas. É para o Exército brasileiro, é para os chefes do Exército brasileiro que eu apelo. Estou convencido de que sem o planejamento democrático do governo, o restabelecimento da honra na administração, sem o equilíbrio da Federação, sem a vitalidade dos partidos, a democracia estará morta, temporariamente morta adormecida, anestesiada, e voltaremos a eras pregressas de terror, de escuridão e de tirania. Falo aos soldados do meu país. Peço a eles considerem este assunto. Digo a eles que desgraçado é o país em que o Exército se transforma no mais forte dos partidos políticos atuantes. No momento em que os partidos desaparecem na sombra do presidencialismo brasileiro, emerge o Exército como uma aurora de ameaça e de sangue, como verdadeiro político que dominou a nação outrora.

Então, apelo para a responsabilidade desses homens e digo que somos tão patriotas como eles, que tenho, desde minha mocidade, passado as noites nas vigílias, sofrido nos hospitais, doenças e dificuldades de vida muito consideráveis de natureza pessoal, que aqui poderia desenvolver; que tenho sofrido profundamente na minha vida; mas não ponho meu patriotismo e o meu desejo de acertar e de servir à República abaixo do patriotismo e do desejo de qualquer general de Exército ou de Divisão.

E então lhes digo que confiem em nós, que não impeçam a marcha do País para o futuro, que colaborem conosco, aceitando a emenda parlamentarista, porque nela está a salvação da República! *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).*

Radiotransmissão no Brasil

9-6-1958

O SR. AFONSO ARINOS – *(Como líder da minoria – sem revisão do orador.)* – Sr. Presidente, acaba a maioria, em procedimento ainda não verificado nesta sessão legislativa, de denunciar o seu propósito de rejeitar o requerimento de urgência para o projeto que regula a radiodifusão e a radiotelevisão no nosso país, projeto este há longa data existente na Comissão de Constituição e Justiça e requerimento aquele que, de há muitos dias, vem sendo anunciado pela liderança da oposição.

O assunto excede e transborda o âmbito do simples desentendimento de processo parlamentar para, Sr. Presidente, assumir o caráter irrecusável e, já nesta altura, manifesto de contradição profunda e de divergência insanável quanto ao conteúdo mesmo da matéria legislativa.

Por que requeremos nós a urgência para esse projeto?

Eu poderia declarar que essa urgência era obrigatória, era irrecusável, porque, entre os elementos que constituem ou que integram a figura da urgência na nossa Câmara, conforme V. Exª ainda hoje esclareceu respondendo à questão de ordem do nobre Deputado Chagas Freitas, está a importância da matéria em discussão e o prazo fixo, o prazo fatal, o prazo inadiável da sua aprovação.

Não se pode contestar que o projeto de lei do nobre Deputado Prado Kelly se reveste daquelas duas características.

Em primeiro lugar, diz respeito a assunto cuja solução tem que estar encontrada pela Câmara antes da data marcada para as eleições gerais em todo o País, sob pena de essas eleições gerais transcorrerem em clima de absoluta desigualdade democrática e de franca infração ao preceito do art. 141, § 1º da Constituição Federal, aquele que estabelece para todos os brasileiros a igualdade perante a lei. Em segundo lugar, o assunto é urgente, e não somos nós apenas que assim o definimos e assim o reconhecemos, senão a própria maioria, em manifestações continuadas e reiteradas.

Com efeito, há quase sete anos, no dia 23 de julho de 1951, desta mesma tribuna e nesta mesma função, como representante da oposição no Brasil, sustentava eu a necessidade de uma legislação que realmente viesse disciplinar o uso do rádio no país e ouvi do ilustre Líder da Maioria, que era então o Sr. Deputado Gustavo Capanema, o aparte que passo a ler:

> "A legislação atual do rádio é muito sumária, e o próprio Presidente da República reconhece que ela tem de ser modificada, declarando no decreto que a regulamentou a expectativa de uma regulamentação nova."

Isto dizia, Sr. Presidente, em 1951, o Líder da Maioria, Deputado Gustavo Capanema, respondendo àquelas críticas, àquelas observações que a oposição ainda hoje formula no deserto da maioria; que ainda hoje formulas sem ter conseguido demover os votos da maioria, embora, em conversas particulares, muitos, senão a maior parte dos representantes da maioria, reconheçam que assiste razão às nossas reclamações.

Naquela oportunidade, eu protestava contra a expedição de alguns decretos-leis pelo então Presidente Getúlio Vargas, decretos-leis que vinham subverter e inovar, em matéria de legislação substantiva, o uso da radiofusão em nosso país. Com efeito, o Presidente Vargas, no uso das atribuições de Poder Legislativo, tenha expedido, em 1931, em 1932 e em 1934, decretos-leis que estabeleciam normas para o uso da radiodifusão. Assim fazia o antigo governo, utilizando os poderes que o decreto institucional do governo provisório lhe tinha conferido, isto é, os poderes de exercitar, na ausência do Poder Legislativo, esta mesma atribuição de legislar.

Eram, portanto, leis. Mas, já depois de investido das funções constitucionais de Presidente da República, o Sr. Getúlio Vargas baixou o Decreto nº 29.783, de 20 de julho de 1951, que vinha em vários pontos inovar, em matéria substantiva, aquela legislação que anteriormente S. Exª tinha exercido na qualidade de Poder Legislativo. Viemos então aqui protestar, declarando que, autorizado apenas pelo poder regulamentar, não poderia S. Exª alterar situações jurídicas anteriormente estabelecidas. Naquela ocasião, contamos com a solidariedade do Deputado Armando Falcão. Devo dizer que não foi em 1951 que S. Exª se manifestou, dado que, na oportunidade, não era ainda membro do Congresso Nacional, mas em 1953. Vindo eu mais uma vez, como Líder da Oposição, no dia 24 de setembro desse ano, protestar contra uma portaria do Chefe de Polícia impondo novas restrições ao uso do rádio pelos elementos desta corrente, reiterando o nosso ponto de vista da insubsistência jurídica, da ilegalidade completa, do estado de perfeita anarquia em que se encontrava e encontra o instituto do rádio do Brasil, pude então ter a fortuna de contar com o apoio expresso, com o apoio declarado, com o apoio mesmo enérgico do nobre Líder da Maioria atual, o Sr. Deputado Armando Falcão. Sustentava S. Exª, naquela época, e sustentava com dados retirados do conhecimento que tem da situação da radiodifusão em outros países, notadamente na Inglaterra, que não poderia, de forma alguma, a oposição ser banida do cenário da radiodifusão, no momento de propaganda política no país.

Ora, hoje, em face do nosso pedido de urgência, o nobre Líder leu um documento que acredito não ser de sua redação, nem de sua lavra.

O Sr. Armando Falcão – Permita-me. Assumo inteira a responsabilidade do documento, que foi redigido por mim.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado.

Sr. Presidente, o nobre Deputado assume a integral responsabilidade do documento, que por ele foi redigido. Apenas eu me permito, neste caso, observar que S. Exª evoluiu na consideração da matéria, a partir dos últimos dias, porquanto ela estava regulada, estava disciplinada no projeto de dois representantes da maioria nesta casa, os ilustres Deputados Bias Fortes, Relator do assunto na Comissão de Justiça, e Loureiro Júnior, Vice-Líder da Maioria. Nestas forma de se estabelecerem as normas jurídicas atinentes ao assunto, os procedimentos e as soluções contradizem frontalmente as assertivas do documento de que S. Exª acaba de confessar-se autor e responsável.

O Sr. Armando Falcão – Permita-me. Como não desejo estar submetendo o discurso de V. Exª a constantes interrupções, quero dizer ao nobre colega que o ouvirei até o fim, com o prazer e o respeito de sempre; e, dado que V. Exª naturalmente terminará sua oração já em hora adiantada, amanhã mesmo terei a satisfação de oferecer resposta a V. Exª esclarecendo todos estes pontos.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado.

Sr. Presidente, no momento em que o Líder da Maioria lia aquelas declarações a que há pouco se fez alusão, declarei que ia pautar, que ia tomar como roteiro de meu discurso a própria sucessão de fatos ou de assuntos tal como ali vêm enumerados. Procurarei, então, cumprir a promessa que fiz.

O primeiro item, abordado por S. Exª como matéria para a recusa, do regime de urgência solicitado por nós, é – diz S. Exª – a normalidade no campo da radiodifusão.

Em todo o largo terreno da liberdade de opinião, sempre foi respeitado um aspecto que não pode ser excluído do conceito da liberdade de opinião – é o aspecto da autenticidade, da objetividade das afirmações. Quando enfrentamos o reino dos fatos deixamos de opinar para começar a relatar, a expor e a narrar.

Assim, não é mais matéria opinativa, no Brasil, declarar-se que o rádio está submetido a um sistema de perfeita normalidade. Eu o nego, eu o contesto. Declaro, com toda a seriedade, com a maior boa fé: é falso que o regime da radiodifusão esteja, neste momento, em têrmo de normalidade em nosso país.

Nós sabemos, nós estamos certos de que, no mesmo momento em que os locutores, os repórteres de rádio invadem os portões da Penitenciária para fazer reportagens de crimes, entrevistando seus autores, é vedado ao Líder da UDN, o Deputado que conseguiu a maior votação pessoal em todo o país, utilizar os microfones para fazer o seu diálogo com a grande massa que o ouve, que o apóia, que o segue. Isto é um fato inconcusso, é um fato irrespondível. A contraprova da afirmativa que estou formulando é a seguinte: se é verdade que a radiodifusão atravessa período de plena normalidade então desafio o Líder da Maioria a que declare, amanhã, da tribuna, que o Deputado Carlos Lacerda pode freqüentar os microfones, que estes, por parte das empresas, estão franqueados a S. Exª.

Por conseqüência, Sr. Presidente, não está o rádio em sistema de normalidade. E mais: está em sistema de absoluta, de completa anormalidade, de discriminação, que infringe o art. 1º de nossa Declaração de Direitos, artigo que estabelece a igualdade perante a lei. Nós contestamos que o que existe, em matéria de rádio, seja lei. Nós sustentamos que não são senão atos administrativos que se revestem, da forma mais primária e brutal, do arbítrio e da prepotência. Mas, ainda assim, ainda aceitando que os atos administrativos vêm sendo aplicados com força de lei, negamos que, em face desses atos administrativos, que, pela voz da maioria, se apresentam como constituindo normas legais, exista igualdade, quando o Líder do maior partido da oposição está impedido de ocupar o microfone e os repórteres das empresas de rádio podem penetrar nos desvãos e nos subterrâneos das prisões para transmitir ao Brasil a voz dos penitenciários e dos detentos.

Ainda no último domingo, no meu retiro, no meu repouso de Petrópolis, tive oportunidade de ouvir, pessoalmente, um repórter da Rádio Tupi entrevistar uma pobre mulher, que se declarava analfabeta – incapaz de compreender sequer o sentido das perguntas que lhe eram formuladas – e que, ao mesmo tempo, fazia uma narrativa circunstanciada do crime de morte pelo qual era acusada.

Comunico e tenho provas de que há uma outra anormalidade flagrante, que infringe não apenas o preceito constitucional, mas também inciso expresso da legislação eleitoral. É quando as rádios oficiais, contrariando a disposição da legislação eleitoral que proíbe aos instrumentos de propaganda, de difusão de idéias, que pertençam a pessoas jurídicas de Direito Público, fazerem campanha política, é quando as rádios oficiais, utilizando a força que o dinheiro público concedeu às suas antenas, força capaz de cobrir imediatamente todo o território nacional, se servem das horas de maior atenção e de maior audiência da população para ler papéis de agressão pessoal e de crítica injusta e impiedosa às correntes da oposição.

Aí não está apenas caracterizada a infração do preceito da igualdade perante a lei. Além deste princípio, está subvertido, está desrespeitado, está golpeado, está ferido de morte um preceito da lei eleitoral – e daqui chamo a atenção dos juízes e dos tribunais eleitorais de todo o país para esse escândalo, que todos os dias se repete, monotonamente, nas horas de maior audiência das rádios do governo. (*Palmas.*)

Sr. Presidente, ainda há pouco, li admirável trabalho teórico do Professor Haroldo Valadão, no qual S. Exª mostrava o empenho, a bravura, a largueza de vistas e a profunda solidariedade humana que orientaram os constituintes de 1946 na redação do inciso que estabelece a igualdade perante a lei. Aquele princípio chamado, na linguagem técnica, de isonomia – princípio que os tratadistas da Teoria do Estado consideram básico e elementar no regime democrático – princípio da igualdade do cidadão perante a situação jurídica constituída, é a pedra angular da prática democrática em todos os países do mundo.

Pois bem, declarava aquele ilustrado catedrático, meu colega na Faculdade Nacional de Direito, que a Constituição de 1946 tinha levado, além de todas as tradições, já de si liberais, do nosso Direito Constitucional, o acolhimento a este princípio, visto que até à última Constituição a igualdade perante a lei era estabelecida somente em relação aos brasileiros natos, enquanto agora a Constituição estabelece a igualdade perante a lei – perante ela, perante a legislação – a todos aqueles que estão protegidos pelo pálio da nossa bandeira e pela honra de nossos homens públicos, a todos aqueles que se encontram no território nacional, confiantes na soberania do nosso povo e na dignidade do nosso governo.

É portanto, regra constitucional que não sofre exceção. A igualdade perante a lei acoberta todos aqueles que esmeram em se comportar dentro dos termos da lei.

E é faltando a este princípio elementar que o poder público nega a igualdade no tratamento de uma das maiores figuras da representação oposicionista na Câmara federal.

Ao segundo item a que se referiu o Deputado Armando Falcão, que trata da propaganda em termos normais, respondo o seguinte: em primeiro lugar, ofereço a resposta que há pouco dei ao ítem nº 1. A propaganda política não se está exercendo em termos normais, porque não se exerce em termos normais uma propaganda polí-

tica que pode utilizar as forças do governo, as antenas do governo, as estações do governo na canalização das calúnias, das infâmias e dos ódios acumulados contra os representantes da oposição e, ao mesmo tempo, nega a esses representantes o direito de se fazerem valer do mesmo processo de divulgação do pensamento. Por conseqüência, a propaganda não está sendo exercida em termos de normalidade como diz S. Exª, em função do argumento que acabo de dar; não está sendo e não vai ser exercida, nos termos das denúncias que nos chegam dos nossos representantes e dos nossos companheiros em vários estados da Federação.

Na última sessão do Diretório Nacional da UDN, o representante de São Paulo, Sr. Deputado Abreu Sodré, Líder da nossa bancada naquele estado, fez uma comunicação oficial a todos os companheiros que ali se achavam presentes, segundo a qual em São Paulo constituiu-se um consórcio de empresas de radiodifusão! Formaram aquilo que se chama hoje, na linguagem comercial internacional, um *holding*, um truste. Esse consórcio indicou um cidadão como representante único para entendimentos com todas as correntes políticas que quiserem contratar horários para propaganda dos seus partidos e estão cobrando – é a informação do Deputado Abreu Sodré, e eu apelo para o testemunho dos meus companheiros de bancada que hajam estado presentes à sessão do Diretório – taxas, tabelas e preços que correspondem, talvez, a cinco vezes o preço normal das irradiações comerciais.

O Sr. Carlos Lacerda – Permite V. Exª?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Carlos Lacerda – Presente àquela reunião, não venho confirmar as palavras de V. Exª, porque independem de confirmação...

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado.

O Sr. Carlos Lacerda – ...mas apenas acentuar que essa providência, tomada com a cumplicidade das autoridades federais, coloca nas mãos do poder econômico toda a propaganda do rádio nas eleições de São Paulo. Esta é a conseqüência – e eu diria: também uma das causas – da negativa da urgência para o projeto Prado Kelly. *(Palmas.)*

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª tem toda a razão.

O Sr. Chagas Rodrigues – Permite o nobre Líder?

O SR. AFONSO ARINOS – Com todo o prazer.

O Sr. Chagas Rodrigues – Estamos ouvindo o discurso de V. Exª, como sempre ouvimos V. Exª com a atenção que nos merece.

O SR. AFONSO ARINOS – Receba V. Exª meus agradecimentos por esta declaração.

O Sr. Chagas Rodrigues – V. Exª agora menciona fato tão importante quanto o anterior. Esse aspecto da exploração comercial do rádio no Brasil não tem, infelizmente, merecido, por parte de outros homens públicos, a mesma atenção. E, então, indago de V. Exª se não seria tempo de começarmos a pensar em uma verdadeira e real nacionalização do rádio, estabelecendo no Brasil as linhas mestras da legislação adotada em países altamente democráticos, como a Inglaterra e a França. E a pergunta que faço é a que, certamente, a cultura e o patriotismo de V. Exª darão, oportunamente, a resposta que a casa espera.

O Sr. Mário Martins – Como vota V. Exª o pedido de urgência?

O Sr. Carlos Lacerda – É mais do tempo, tanto assim que queríamos urgência para o projeto, e V. Exª, Sr. Deputado Chagas Rodrigues, votou contra.

O Sr. Chagas Rodrigues – Um momento. Estava eu me referindo a uma questão de fundo, de substância, de essência. O nobre Líder Carlos Lacerda se manifesta sobre questão formal de urgência. Mas, para não perder a oportunidade, e dirigindo-me também à inteligência de S. Exª quero dizer que assunto desta magnitude não se pode resolver em regime de urgência.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª, agora, nobre Deputado Chagas Rodrigues, toca em um ponto que a mim é extremamente grato mencionar. Fui relator, no decorrer da primeira legislatura, de um projeto brasileiro de radiocomunicações. Como relator desse projeto emiti precisamente a opinião que V. Exª acaba de transmitir pelo microfone. Sustentei, então, que, pessoalmente, era contrário ao estabelecimento de empresa privada na radiodifusão. Fazia a distinção entre o rádio como instrumento de cultura política e o rádio como instrumento de facciosismo dos governos. No meu parecer, que V. Exª encontrará nos *Anais* e que aqui sofreu acurado debate por parte de radialistas – e menciono o nome do Sr. Emílio Carlos, que foi dos que mais combateram essa minha orientação – no meu parecer, sustentava eu, não podia pensar naqueles termos, porque sabia que inversões de capitais, no momento, eram tão vultosas, nesse terreno, que exigiria esta modificação toda a força de um governo para poder proceder às desapropriações convenientes. Penso, como V. Exª que o rádio é um dos instrumentos de difusão da cultura, da instrução e de todas as demais formas de elevação da personalidade e do espírito humano. Isto, porém, meu caro colega, não se confunde, de maneira alguma, com o que ocorre em nosso rádio, entregue ao sistema da livre concorrência.

O Sr. Carlos Lacerda – Permita-me V. Exª mais um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – E se protesto é porque com este sistema se estabelece um monopólio que a Constituição Federal veda, quando declara que o poder público pode entrar no mercado econômico para evitar o monopólio. Esta é exatamente a questão que vou formular, logo depois do aparte do eminente Líder da União Democrática Nacional.

O Sr. Carlos Lacerda – Desejo apenas dizer que o ponto de vista do nobre Deputado Chagas Rodrigues, perfeitamente respeitável e digno de toda a atenção, coincide em gênero, número e grau com o ponto de vista sustentado na carta do Sr. Coronel Alberto Bitencourt ao Sr. Presidente da República. E esse ponto de vista determinou a demissão do Sr. Coronel Alberto Bitencourt da Diretoria dos Correios e Telégrafos. Pergunto, então a S. Exª: está o nobre colega de acordo com o ponto de vista do Sr. Coronel Alberto Bitencourt ou apóia a orientação do governo que o demitiu?

O Sr. Chagas Rodrigues – Se o nobre orador permitir, vou mais uma vez esclarecer o ilustre Deputado Carlos Lacerda.

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Chagas Rodrigues – Obrigado a V. Exª. Certa vez, defendia eu aqui o direito de voto para os analfabetos, quando o nobre Líder da Oposição perguntou se minha tese era uma decorrência do pronunciamento de eminente general que ocupava uma pasta – a da Guerra. Esclareci ao nobre representante do Distrito Federal que meu pronunciamento em favor do direito do voto a todos os brasileiros, inclusive aos analfabetos, não por serem analfabetos, mas apesar de o serem, constava de nossos *Anais* há mais de um ano. A antecipação foi, portanto, de mais de um ano. Mas na reunião realizada na sede do Partido Trabalhista a que compareceram eminentes colegas da representação trabalhista, defendia eu precisamente essas idéias. E ao lado da idéia de nacionalização, ou seja o rádio, como serviço rigorosamente público, defendia também, já agora na hipótese de prevalecer legislação privada, que as estações de rádio, ainda dentro desses sistema, deveriam ser postas a serviço da educação do povo, da alfabetização em massa, por isso que, em um país com alto índice de analfabetismo, não se compreende concessão ou permissão sem que essas entidades, rádio ou televisão, ao menos uma hora por dia, irradiem programas de alfabetização. Quero, portanto, dizer ao nobre colega que essa idéia de servir o rádio à causa de alfabetização do povo brasileiro, de o rádio, por meio do governo, ficar a serviço de cultura e não das facções que porventura estejam no poder, essa idéia é antiga e não tem absolutamente conexão alguma com pronunciamento de qualquer autoridade.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, estamos, neste momento, levados pelo aparte do nobre Deputado pelo Piauí a fazer divagações sobre teorias de radiodifusão.

Quero reiterar minha posição pessoal. Eu seria partidário de que o rádio fosse privilégio das pessoas jurídicas de direito público de caráter essencialmente cultural e educativo.

O Sr. Chagas Rodrigues – De pleno acordo.

O SR. AFONSO ARINOS – Estas foram as declarações que formulei no meu relatório, conforme há pouco mencionei.

O Sr. Chagas Rodrigues – Se V. Exª me permitir direi ainda que naquela reunião – e o nobre Deputado Fernando Ferrari, aqui presente poderá confirmá-lo – naquela reunião sugeri aos colegas, e foi unanimente, aprovado, estabelecessemos, dentro desse sistema, ao menos preferência para as universidades. Vê V. Exª, portanto, que andei muito mais perto do pensamento de V. Exª do que do pensamento do nobre e eminente militar que acaba de deixar a Diretoria dos Correios e Telégrafos.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado.

Isto, porém, Sr. Presidente, nos levaria a tal renovação da matéria legislativa, e com tais encargos para o Tesouro público, dada a imobilização de recursos que atualmente se acham fixados nas empresas privadas existentes, que só com muito tempo e com muito vagar poderíamos cuidar deste assunto. O que se impõe é tratamento equânime e tratamento eqüitativo dentro do sistema da empresa privada. E aí vem a sugestão...

O Sr. Armando Falcão – V. Exª, permite um aparte.

O SR. AFONSO ARINOS – Farei apenas esta sugestão e depois ouvirei V. Exª, como sempre com muito prazer.

A sugestão que formulo é a seguinte. Entendo que cabe à Justiça Eleitoral, aos seus poderes normativos estabelecer um preço-base, um preço-teto para as irradiações dentro daquele período que a legislação estabelece como sendo o prazo da propaganda eleitoral. Estou convencido disso por todo o sistema, por todo o arcabouço da Constituição Federal naqueles capítulos que dizem respeito a esta matéria.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente configura-se nos termos da revelação que fiz à casa apoiado na palavra de um dos mais ilustres e idôneos deputados estaduais por São Paulo, a formação de um truste, de um monopólio que vai escorchar, impiedosamente, candidatos que tiverem de utilizar o rádio para propaganda de suas candidaturas. Muitos terão recursos públicos com que beneficiar sua propaganda, mas outros, obviamente os candidatos dos partidos da oposição, estarão excluídos, escorraçados, espoliados da competição radiofônica, ou pela discriminação individual que não encontra guarda alguma, pela exclusão de representantes como o Sr. Carlos Lacerda, ou pela imposição de tarifas muito acima das possibilidades de candidatos honrados e pobres.

Sustento, então que dentro do sistema que autoriza o Governo Federal a intervir no mercado econômico para combater a formação do monopólio, por um lado e, por outro lado, dentro de um sistema que dá poderes normativos à Justiça Eleitoral, da mesma forma que os dá à Justiça do Trabalho, pode e deve o Superior Tribunal Eleitoral baixar instruções estabelecendo preço-teto, preço-limite, preço-base para as irradiações em todo aquele período destinado à chamada propaganda eleitoral.

Ainda mais: essa posição, esse poder, essa competência da Justiça Eleitoral se encontra robustecida por outro artigo do Código Eleitoral, cujo número não

tenho presente de memória, mas acredito seja 130 ou cento e trinta e pouco, artigo esse que declara que serão concedidos aos diferentes partidos, em forma de rodízio e pelos mesmos preços, os horários de suas irradiações para propaganda política.

É claro que, na intenção do legislador, seriam preços que pudessem ser disputados ou atendidos pelas agremiações políticas, que são natural e, presumivelmente, organizações não capitalistas, porém, populares e, por conseguinte, pobres.

Mas se isto não está escrito na lei, não se encontra expressamente consignado no texto em vigor, então entendo que a Justiça Eleitoral tem poderes normativos suficientes para estabelecer regras que ponham, restrinjam e impeçam a ganância daqueles que querem enriquecer com o suor dos pobres candidatos que têm de fazer sua propaganda.

Espero que toda a maioria apoie pelo menos esta parte de nossas idéias e venha perante a Justiça Eleitoral consolidar o apelo daqui por mim formulado a seus representantes.

O Sr. José Joffily – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. José Joffily – Lamento muito ter de interromper o discurso de V. Exª...

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª me dá muita honra.

O Sr. José Joffily – ...que está sendo ouvido com tanta atenção e respeito pela casa. Mas, a propósito do poder econômico como fator restritivo da liberdade dos meios de divulgação, não posso conter o desejo de pedir a atenção tão esclarecida de V. Exª para a comissão que funciona nesta casa incumbida de apurar as atividades da Esso, da Shell, dos trustes de petróleo. No curso de nossos trabalhos, estamos observando ser sempre maior do que supomos a influência desse poder econômico e estamos levados a acreditar agora, já na fase final dos trabalhos, na procedência daquilo que V. Exª acaba de preconizar, no sentido de estatizar as empresas de radiodifusão e nacionalizar as empresas de publicidade, porque as forças econômicas que as empresas de publicidade representam, por meio da influência financeira dos trustes, é de profundidade e extensão que a opinião pública brasileira nem sequer chegou a perceber. A publicidade institucional, que funciona por meio dessas agências de publicidade, reclama corretivo legal capaz de impedir não só as distorções da opinião pública por meio do rádio sob a influência do poder econômico, mas, também, por meio de outros instrumentos de divulgação do pensamento, inclusive a imprensa escrita.

O SR. AFONSO ARINOS – Divirjo de V. Exª no particular e dou imediatamente as razões de minha divergência. Uma é de natureza jurídica; outra de natureza histórica. Juridicamente divirjo de S. Exª porque o rádio está configurado na Constituição Federal como sendo concessão de serviço público, enquanto

que a imprensa democrática é, sempre foi e não pode deixar de ser iniciativa privada.

O Sr. José Joffily – Assim é quanto à imprensa, mas eu me refiro a empresas de publicidade, aos distribuidores de matéria paga dos grandes trustes que operam no Brasil.

O SR. AFONSO ARINOS – Permita-me, nobre colega, levar meu raciocínio até o fim.

Se a imprensa, hoje, com o preço que custa o exemplar do jornal diário, só pode viver honestamente pela publicidade que acorre a seus balcões, a entrega do controle da publicidade ao governo equivale à entrega de toda opinião da imprensa livre ao governo.

Vou dar uma razão histórica, aliás, de Lenine, sobre o assunto. Quando chegou ao poder, na Rússia, Lenine declarou e isso está nos seus escritos, está na sua obra completa publicada e traduzida em francês pela livraria do jornal comunista *L'Humanité*, que a liberdade da imprensa burguesa só poderia ser mantida à medida que o Estado se assenhoreasse dos meios de publicidade e do papel, porque, acrescenta, enquanto os jornais dispuserem de papel livre e anúncio livre, vão lutar contra nós. Então, temos de estabelecer o controle do Estado sobre o papel e a publicidade para manter a liberdade da imprensa.

Esta é a liberdade soviética.

O Sr. José Joffily – Creio que V. Exª não percebeu o sentido do meu aparte, porque me referi à nacionalização das empresas de publicidade e não à sua estatização.

O SR. AFONSO ARINOS – Então neste ponto, sem conhecer o problema na sua intimidade, não tenho nenhuma objeção ao que V. Exª propõe. Se V. Exª quer fazer das empresas de publicidade empresas brasileiras, estou de acordo, mas entregar o controle da publicidade da imprensa ao governo, no momento em que vimos reclamar contra a interferência indevida do governo naquela parte em que a lei não lhe permite entrar...

O Sr. José Joffily – Não se trata de entregar ao governo o controle da publicidade, mas de nacionalizar as empresas que a ela se dedicam, a exemplo do que foi feito com a imprensa brasileira.

O SR. AFONSO ARINOS – É outro problema.

O Sr. José Joffily – O caso é exatamente retirar dessas empresas estrangeiras a força que têm, transformado-as em empresas nacionais.

O SR. AFONSO ARINOS – De princípio, digo que esperarei o projeto de V. Exª com a isenção e a independência com que sempre procurei pautar meu man-

dato nesta casa. Creio que neste ponto, posso concordar com V. Exª, mas nunca em entregar a fontes do poder, ao governo, a publicidade, porque a imprensa moderna só pode viver honestamente com a publicidade, a não ser que se venha abeberar, amamentar, alimentar nos mananciais dos cofres públicos.

O Sr. Tenório Cavalcanti – Um jornal pode viver também sem publicidade, pode viver da vendagem, da simpatia que desperta no seio das massas. Sou diretor de jornal e posso declarar que hoje, meu jornal pode viver só da vendagem, independentemente de publicidade. Se tenho publicidade, é porque as empresas têm interesse em anunciar no meu jornal.

O SR. AFONSO ARINOS – Respondo ao Deputado Tenório Cavalcanti sobre a matéria que conheço um pouco. O nobre Deputado tem absoluta razão no que diz. Devo afirmar porém, que o jornal de S. Exª ocupa posição especial dentro da imprensa carioca, pois o exemplar fica por menos do que por ele paga o leitor. Essa era a forma pela qual se vendiam os jornais no século passado, era a forma pela qual se mantinha a imprensa escrita em 1930 ou 1940, até que o velho Marinoni criou a máquina rotativa, que faz a imprensa em massa. Mas um jornal como *O Estado de S.Paulo* pesa um quilo aos domingos, tem mais papel do que a soma que o leitor por ele paga. Esse tipo de jornal vive da publicidade. Um jornal como o do nobre colega, porém, ao qual rendo minhas homenagens, pela bravura e combatividade oposicionista, jornal de oito páginas, que custa mais barato do que o preço por que é vendido nas bancas, constitui problema inteiramente excepcional. Em geral, não é isto que acontece. O nobre Deputado Carlos Lacerda, que vai apartear, acredito me apoiará.

O Sr. Carlos Lacerda – Tem V. Exª inteira razão. Antes de V. Exª voltar ao tema do seu discurso, o da liberdade do rádio, que nos é negada, depois dessa digressão a que foi levado por alguns apartes, V. Exª me permitirá acentuar um fato, que é também do seu conhecimento. Outro dia, juntos líamos, na revista do Clube Militar, algumas lições do Instituto que foi buscar nas obras completas de Lenine algumas das suas idéias sobre o modo de desenvolver o Brasil. V. Exª há de estar recordado que folheávamos o número do corrente mês daquela revista...

O SR. AFONSO ARINOS – Eu me lembro muito bem.

O Sr. Carlos Lacerda – ... e, para nosso espanto e alegria, vimos que ela que, provavelmente, não está vendida ao estrangeiro, também publica anúncios da Esso.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, tem toda razão o nobre Deputado Carlos Lacerda. A revista do Clube Militar está publicando desses anúncios.

O Sr. José Joffily – Por aí vemos todos que está confirmada a observação que fiz. A grande força que têm a Esso e a Shell é maior do que supomos.

O SR. AFONSO ARINOS – Se eu não conhecesse a ausência de malícia e a completa ingenuidade do Deputado Joffily, eu diria que S. Exª está no propósito de me impedir de retornar à linha do meu discurso.

O Sr. José Joffily – Peço perdão a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª me honra com seus apartes, mas tendo tanta honra com seus apartes como temor de sua inteligência, eu poderia dizer que V. Exª está empenhado em que eu não prossiga naquele roteiro que me marquei, seguindo a linha do Deputado Armando Falcão.

O Sr. José Joffily – Comecei pedindo desculpas a V. Exª por interromper o seu discurso, desviando-o do ponto central.

O SR. AFONSO ARINOS – Terei muita honra em receber os apartes de V. Exª que sejam pertinentes à matéria em discussão.

Procurei responder ao item nº 1 do Deputado Armando Falcão – e faço esta recapitulação para aqueles que ficaram esquecidos dos debates – que diz respeito à normalidade no campo da radiodifusão. Mostrei que não existe. O segundo, isto é, que a propaganda política se está realizando em termos normais, mostrei que é falso. O terceiro item do Deputado Armando Falcão é que a Portaria nº 599 não sofreu impugnação séria. Ora, Sr. Presidente, o Deputado Armando Falcão, a cuja inteligência eu também rendo as minhas homenagens, não pode deixar de se lembrar da discussão de que participou no ano de 1953. S. Exª se lembra muito bem de que ele, eu e outros deputados aqui presentes então sustentávamos a impossibilidade material em que se encontravam as empresas de se levantarem contra a imposição de medidas discricionárias pela absoluta insegurança em que elas se acham. É uma petição de princípio, isso que está ocorrendo. As empresas não têm garantias de vida jurídica; vivem debaixo do guante permanente, da ameaça constante do poder público. Nestas condições é que são solicitadas a reagir contra o acréscimo da prepotência, ou contra o aumento desse discricionarismo. Como pode uma entidade que tem largos interesses materiais a defender, que tem instalações imobilizadas, que tem acionistas a quem prestar contas, que tem situações comerciais a acautelar, como pode uma empresa deste tipo usar da única forma que tem diante de si para se levantar contra a prepotência, os abusos e as violências do governo? Ir ao Poder Judiciário? Mas para sofrer o que, Sr. Deputado Armando Falcão? Para sofrer imediatamente aquelas medidas drásticas, de natureza administrativa, entregues, no tempo do Presidente Vargas, à discrição do Presidente da República, mas que hoje já se encontram entregues ao puro desejo do Ministro da Viação, senão de algum funcionário subalterno, porque não há empresas concessionárias de rádio; há, de fato, entidades detentoras de autorização a título precário. E vejo o silêncio, e vejo a adesão, e vejo a simpatia íntima com que me está ouvindo o Deputado Rubens Berardo, do PTB. S. Exª sabe que isto é verdade, que as empresas não têm qualquer garantia jurídica. E eu desafio

S. Exª a vir ao microfone declarar quais as garantias jurídicas de que dispõem as empresas de radiodifusão, neste país.

O Sr. Rubens Berardo – Realmente, estava ouvindo o discurso de V. Exª com a maior atenção.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª muito me honra.

O Sr. Rubens Berardo – Perguntaria o seguinte: em 1953, com o decreto, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, o mesmo decreto que está em pleno vigor, salvo engano...

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente.

O Sr. Rubens Berardo – ... o Deputado Carlos Lacerda, na ocasião apenas jornalista, fez ou não toda sua campanha, respeitando-o, ou não? Essa proibição, que a UDN e V. Exª dizem que existe em função desse decreto, e que eu afirmo não existir pelo menos dentro de nossa organização, não será apenas uma medida dos proprietários das estações de rádio?

O SR. AFONSO ARINOS – É uma questão que só V. Exª, em sã consciência, poderá responder. V. Exª disse não existir proibição para o Deputado Carlos Lacerda. O Deputado Armando Falcão fez um gesto de enfado e impaciência quando V. Exª enunciava estas palavras. Proponho, então a V. Exª o seguinte, vamos amanhã, o Líder Armando Falcão e eu à rádio de V. Exª, e V. Exª a franqueará ao Deputado Carlos Lacerda.

O Sr. Carlos Lacerda– É inútil insistir, nobre Deputado. Já houve proposta; o nobre Deputado Rubens Berardo, concessionário da Rádio Continental aceitou-a e, depois, não a pôde cumprir.

O Sr. Rubens Berardo – Nobre Deputado Afonso Arinos, roubarei uns minutos do discurso de V. Exª...

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª nada roubará, mas irá contribuir, com o seu aparte, para o esclarecimento da matéria.

O Sr. Rubens Berardo – Ofereci a Emissora Continental para um debate do Deputado Carlos Lacerda com o então Líder Vieira de Mello. O Deputado Carlos Lacerda ficou de me procurar mais tarde. Passados 15 dias, antes de ir à tribuna, eu lhe fiz sentir os motivos pelos quais não convinha mais o seu comparecimento. É verdade? *(Riso)*

O Sr. Carlos Lacerda – Sr. Deputado, o problema é o seguinte – e creio que V. Exª tocou, agora, num ponto fundamental. Na sua grande maioria, senão na sua totalidade, as empresas concessionárias da radiodifusão estão sujeitas a uma infinidade de exigências que materialmente não podem cumprir segundo a letra estrita

dos contratos ou dos acordos que assinam para obter a concessão. Assim, é, por exemplo, que um nosso eminente colega, também Deputado, concessionário de várias empresas no interior de São Paulo, teve a licença para o funcionamento de uma sua emissora suspensa por 15 dias, ou um mês, no ano passado, não oficialmente, porque houvesse irradiado o nosso comício, mas porque não estava acesa na ocasião uma lâmpada em determinado lugar, conforme rezam os regulamentos especiosos do Ministério da Viação. A opressão se faz por este meio e é por isso que as empresas concessionárias não podem deixar que a nossa voz vá ao ar. Depois de aceitar o convite que me fez o Deputado Rubens Berardo, em virtude de desafio lançado ao então líder da Maioria Deputado Vieira de Mello, que aceitou a luva, S. Exª, de fato, a mim alegou que os seus ouvintes e a turma da rádio não permitiriam que eu lá falasse, o que não impediu que a Rádio Continental extraísse excertos de discursos meus, pronunciados anteriormente, e fizesse irradiações como se eu estivesse presente, dialogando sem que eu pudesse responder. É essa a minha resposta ao Deputado Rubens Berardo.

O Sr. Rubens Berardo – Sr. Deputado, a resposta não está bem certa, porque eu não fiz sentir a V. Exª que estava impedido por ninguém. Tinha recebido, naquela ocasião diversos telegramas, os quais, inclusive em conversa, mostrei a diversos colegas, meus amigos da UDN.

O Sr. Carlos Lacerda – Não, Sr. Deputado. A mim V. Exª não mostrou.

O Sr. Rubens Berardo – Mostrei a diversos colegas, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Lacerda – A mim não.

O Sr. Rubens Berardo – Posso mostrá-los a V. Exª. Agora, por um princípio político, porque o rádio é de minha propriedade e está sob a minha direção, a mim não interessa levar o Deputado Carlos Lacerda à emissora Continental...

O Sr. Carlos Lacerda – Muito bem.

O Sr. Rubens Berardo – ... como não me interessa fazer publicidade no jornal de S. Exª.

O Sr. Carlos Lacerda – Essa é outra questão.

O Sr. Rubens Berardo – Agora, dizer que na estação existe uma proibição, não. Convido o Deputado Afonso Arinos, que é da UDN; convido diversos colegas meus, deputados da UDN, a fazer a sua campanha política na rádio que dirijo, para com isto, mostrar que não existe censura.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE – Vou interromper o orador um momento, para submeter a votos requerimento de prorrogação da sessão. Aliás, há dois requerimentos, um anterior ao que V. Exª acaba de encaminhar à Mesa...

O SR. AFONSO ARINOS – Peço a V. Exª ponha esse em em votação.

O SR. PRESIDENTE – ... do nobre Deputado Mário Martins, da prorrogação da sessão por 30 minutos. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram ficar como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

O SR. AFONSO ARINOS – Grato a V. Exª e à casa.

O Sr. João Agripino – Deputado Afonso Arinos, quero dar um testemunho. No ano passado fui, acompanhando o Senador Juraci Magalhães, ao Estado de São Paulo numa daquelas peregrinações cívicas de iniciativa do Deputado Carlos Lacerda. Como S. Exª não podia comparecer, eu o substituí nessa excursão. Chegando a Guaratinguetá, havia duas estações de rádio. Uma delas dirigiu ao Ministro da Viação consulta sobre se lhe era permitido irradiar o nosso comício. Não era bem um comício, mas um almoço em que haveria discursos. O Ministro da Viação por telegrama desaconselhou a irradiação. A outra, mais esperta, fez a mesma consulta ao Secretário de Segurança de São Paulo e deste recebeu autorização para irradiar os discursos da oposição. Foi esta estação que transmitiu os nossos discursos, autorizada pelo Secretário de Segurança de São Paulo. A outra foi impedida de irradiar, sob advertência do Ministro da Viação.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, o depoimento do nobre Deputado Sr. João Agripino é muito importante, porque coloca a questão fora de qualquer conflito passional, em termos inteiramente convincentes.

O Sr. Carlos Lacerda – Permita-me, mas não resisto ao desejo de incluir em seu discurso algumas declarações oficiais do Sr. Cleanto Leite, Chefe do Gabinete do Ministro da Viação, redator da portaria e um dos elementos do chamado Grupo de Itatiaia, ou Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Explicando e justificando a portaria, diz a certa altura, o seguinte: "Está na memória de todos o ambiente que o Sr. Carlos Lacerda conseguiu criar, em agosto de 1954 com sua campanha irrespondível, violenta e cheia de ódios. E é por isso que, sempre que se fala no poder de penetração do rádio e da influência poderosa na formação de opinião pública cita-se o exemplo do Sr. Carlos Lacerda que utilizou amplamente a radiodifusão para insultar e pregar a subvenção do regime".

A seguir, candidamente, depois dessa advertência, partida da autoridade que aplica a pena ao concessionário, advertência nominal, ele acrescenta, com a característica hipocrisia – e o lado mais odioso deste problema é o farisaísmo e fingimento, a mentira, com que aqui se discutem, sob uma capa esfarrapada, de argumentos jurídicos que não ficam de pé dois minutos, os propósitos verdadeiros, que são aqueles que V. Exª está desnudando da tribuna: "Mas, na realidade, a portaria do Ministro da Viação não é dirigida contra ninguém pessoalmente".

Esta a hipocrisia fina, depois da advertência em que o nome de um Deputado, de um cidadão é citado oficialmente pela autoridade que aplica a pena como exemplo àqueles que não podem falar no rádio.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, o quarto item do documento lido pelo Líder da Maioria é a opinião, segundo a qual o rádio, concessão de serviço público, deve, como tal, ser tratado em termos de interesse do governo. Não é precisamente – reconheço – a redação do inciso, mas às idéias nele contidas levam a esta conclusão: sendo um serviço público, deve ficar adstrito ou entregue aos interesses do governo.

Sr. Presidente, esta interpretação não é apenas do Deputado Armando Falcão, não é – digo mesmo – do Deputado Armando Falcão; é do Líder da Maioria, porque, em outra oportunidade, acredito que o Deputado Armando Falcão não espose este ponto de vista. Vi essa tese defendida, com aparente convicção, pelo ilustre Consultor Geral da República, Dr. Gonçalves de Oliveira, na conversa que com esse alto funcionário entretivemos no Gabinete do Líder da Maioria no Senado da República. Já nessa ocasião o ilustre Deputado Prado Kelly, com a sua profunda ciência jurídica e o seu invejável poder de síntese verbal...

O Sr. Prado Kelly – Grato V. Exª; é bondade de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – ...mostrou ao ilustre Consultor-Geral da República a sem-razão de sua maneira de ver.

Inicialmente, precisamos nós perquirir as razões pelas quais se entende esse instrumento de divulgação do pensamento como concessão de serviço público. Assim é porque, materialmente, o número dos que contam com o privilégio de posse das estações de radiodifusão é, necessariamente, reduzido.

No caso da imprensa, desde que observe certos requisitos mínimos de natureza quase que de registro civil ou jurídico, pode o brasileiro fundar um jornal. Quanto ao rádio, porém, faz-se mister que ele obtenha uma das faixas reservadas ao nosso país por convênios internacionais que dividem o espaço aéreo das ondas hertezianas.

Ora, se temos esse espaço aéreo limitado numa certa faixa pelos convênios internacionais, e só a União Federal tem personalidade jurídica internacional para participar desses convênios, claro está que à União Federal compete regular o uso dos diferentes setores ou das diferentes fitas em que se divide essa faixa aérea.

Mas só por esta razão se considera o rádio um serviço público federal que pode ser concedido. Estruturalmente, intrinsecamente, intimamente, o rádio é uma forma técnica, moderna de divulgação do pensamento humano. Conseqüentemente, sob este ângulo, que é o mais importante, o ângulo do Direito Público Constitucional, deve o rádio ser considerado, e não sob o aspecto secundário e subordinado, do Direito Administrativo. Este o define como uma concessão federal, por uma simples razão material, que é inafastável, ou seja, a limitação do espaço aéreo concedido ao nosso país. Conseqüentemente, sendo ele concessão federal, dada a limitação do número de

faixas aéreas distribuídas às entidades privadas, é também uma forma de difusão do pensamento humano, e sob este ângulo de observação deve ser considerado.

E me parece, não apenas estreito, parece-me mesmo, mesquinho, o argumento do nobre Consultor-Geral da República, de sair por esta linha tangencial, de considerar como se fosse uma concessão de linhas de lotações aquela que diz respeito à divulgação do pensamento, através das ondas de rádio. Acho isto uma contradição tremenda, uma forma subalterna de fugir à verdade ofuscante que se nos apresenta.

O Sr. Nestor Duarte – Permita-me. O fato de serem certas linhas de transporte objeto de concessão de serviço público não constitui argumento para que o governo, o poder concedente, possa impedir a liberdade de ir e vir dois cidadãos. A mesma coisa é o rádio.

O SR. AFONSO ARINOS – Tem toda a razão o nobre Deputado Nestor Duarte, que, com a sua pronta e aguda inteligência, acaba de tocar no centro do problema. Do fato de formalmente se revestir em certas linhas de transporte do caráter de concessão não pode derivar uma competência do governo de impedir a liberdade de locomoção; da mesma forma, o fato de constituir o rádio concessão de serviço público não pode dar ao governo o poder de restringir a liberdade de pensamento. O nobre Deputado Nestor Duarte acaba de dar, realmente, o argumento decisivo, com aquele seu ar meio songamonga, meio preguiçoso, mas sempre atento aos assuntos de interesse público.

O Sr. João Menezes – V. Ex.ª acaba de declarar que o item 4º da exposição feita pelo Líder da Maioria não reflete bem os termos da Constituição Federal, que diz o seguinte, no seu art. 5º, nº XII: "Compete à União:(...)

XII – explorar, diretamente ou mediante a autorização ou concessão, os serviços de telégrafos, de radiocomunicação, de radiodifusão, de telefones interestaduais e internacionais, de navegação aérea e de vias férreas que liguem portos marítimos a fronteiras nacionais ou transponham os limites de um Estado". É este o dispositivo constitucional. Realmente, trata-se de ponto interessante, e ninguém melhor que V. Ex.ª, com sua cultura, poderá explanar e interpretar os dizeres da Constituição Federal. Mas o fato é que aqui a discussão se tem prolongado em torno da questão de fulano poder e beltrano não, de a este ser permitido o uso da rádio e da televisão e àquele não. Gostaria que V. Exª, antes de terminar sua oração, nela incluísse um item a respeito da responsabilidade do que se diz e se escreve. Agradeceria a opinião de V. Ex.ª quanto a essa responsabilidade – não só a das empresas que divulgam, como também a das pessoas que emitem suas idéias.

O SR. AFONSO ARINOS – Vou tomar nota do pedido do nobre Deputado e não deixarei de atendê-lo.

O Sr. Carlos Lacerda – Isso está no projeto. Se o nobre Deputado João Menezes tivesse votado pela urgência, já estaríamos discutindo esse ponto.

O Sr. João Menezes – Permite o nobre orador um segundo aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pode V. Exª apartear mas comprometo-me a responder a V. Exª inclusive a pergunta já feita.

O Sr. João Menezes – Grato a V. Exª. Disse o nobre Deputado Carlos Lacerda que já estaríamos votando o projeto, se aprovado o pedido de urgência.

Não tem razão o ilustre colega na intervenção ao meu modesto aparte. Vê-se que o nobre Deputado Carlos Lacerda o que quer é teimosia e confusão.

O SR. AFONSO ARINOS – Já aí V. Exª está derivando para um terreno onde não deve entrar sem que ouça a resposta que costumamos dar a aparte dessa natureza.

Sr. Presidente, devo prosseguir na minha exposição, passando ao item 5, depois de ter percorrido o item 4, aquele que diz respeito à caracterização do rádio como serviço público concedido. O item 5 é uma informação do nobre Deputado Saturnino Braga sobre a presença da Conferência Interparlamentar a partir da segunda quinzena de julho neste mesmo recinto. Entende S. Ex.ª, o Líder da Maioria, que melhor se apresentará o assunto depois que essa conferência tiver adotado as linhas principais do trabalho do ilustre Deputado Prado Kelly. Penso de maneira completamente oposta. Achava que, para prestígio do nosso país e para tranqüilidade da nossa consciência de patriotas, seria muito mais interessante que o governo tivesse a coragem de abrir imediatamente o debate sobre o problema do rádio, a fim de que, quando aqui se reunisse, dentro de um mês, a Conferência Interparlamentar, estivéssemos já com uma lei que nos colocasse dentro do plano dos países juridicamente organizados nesta matéria, e não surgíssemos de tanga e armados de tacape e de flexa para debater assunto em que estamos realmente com os processos mais primitivos das tribos mais selvagens que habitam o *hinterland* do nosso país. Teremos de nos reunir aqui com representantes de países democráticos que praticam as instituições democráticas, e vamos chegar diante desses países democráticos armados daquela situação existente apenas nos estados totalitários e nos governos ditatoriais. Esta vai ser, realmente, a situação do Brasil. E ainda pior, porque é uma forma dissipada, infiltrada, hipócrita de ditadura e de tirania aquela que aqui se exerce; é uma forma que declara ser lei aquilo que, na realidade, não o é. Já temos demonstrado fastidiosamente, com apoio em todos os argumentos de ordem lógica e jurídica, que os atos que regem a espécie são administrativos e não têm força de direito substantivo.

Vamos entrar no debate declarando que participamos de uma organização democrática no que toca à liberdade política, quando sabemos que estamos vivendo uma hora torva, escura, abstrusa, melancólica, em que as correntes de opinião não podem gozar dos privilégios facultados às correntes da maioria.

Conseqüentemente, considero da maior oportunidade a sugestão formulada no item I do documento pelo Líder da Maioria. Acho que este é o momento, esta é a ocasião, a hora é esta que acaba de ser recusada pela maioria, porque, quando aqui nos reunirmos, já devíamos ter a lei em espécie. Mas a nossa opinião chega

além do que já manifestamos. Consideramos compromisso de honra do Líder da Maioria e das forças majoritárias no caso de deste recinto sair uma indicação que venha proclamar a necessidade da organização jurídica e democrática do rádio. Então, chamada pela voz das potências estrangeiras, chamada à razão e ao cumprimento do dever pelo acicate dos representantes estrangeiros que aqui se vão reunir, a maioria resolva atender aos representantes estrangeiros, embora tenha negado atendimento a seus colegas brasileiros que estão pleiteando uma situação de igualdade jurídica para todos.

O Sr. Prado Kelly – É certo que a conferência vai votar em definitivo as conclusões estudadas nas comissões gerais, em Genebra. Posso adiantar a V. Ex.ª que, no tocante à radiodifusão, essa conclusão já está redigida. É autor do relatório, o Deputado pelo Luxemburgo, Sr. Gregoire. Esse relatório e a redação do documento que será presente no Rio de Janeiro foram objeto de estudos de uma comissão de 7 membros, da qual tive a honra de participar. Referido documento foi aprovado pela Comissão Geral, onde estavam representados todos os países. É a antecipação da deliberação que se tomará nesta capital.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, veja V. Ex.ª como a informação do eminente deputado fluminense é importante. Baseado nela venho fazer mais um apelo à maioria nesta casa.

O Sr. Carlos Lacerda – Permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Um momentinho, Sr. Deputado Carlos Lacerda, porque considero que a reflexão que vou desenvolver tem seu cabimento e é curta.

Veja V. Exª, Sr. Presidente, a situação em que vai ficar o Congresso brasileiro quando aqui se reunir a Conferência Interparlamentar. Vamos votar um texto que estabelece aqueles princípios hoje recusados pelo governo, e então veremos a nossa delegação a esse Congresso cindida se a maioria ficar fiel aos postulados ditatoriais do poder neste momento; veremos a delegação não unida na defesa dos interesses gerais, mas cindida, como se fosse assunto de ordem interna, a oposição votando com a declaração formulada em Genebra e a maioria com a União Soviética, e demais países totalitários. Esta a situação que se apresentará no plenário da Conferência. E aqui chamo a atenção da maioria no sentido de que reflita sobre a situação em que vai colocar a Câmara dos Deputados e o Senado.

O Sr. Prado Kelly – Sr. Deputado, até a União Soviética, representada no Comitê dos Sete, aprovou essas conclusões.

O Sr. Carlos Lacerda – Permita-me o orador. Gostaria de trazer o testemunho da atuação dos Srs. Deputados Prado Kelly e Saturnino Braga nesta questão. Autor da tese sobre a matéria na conferência preparatória de Genebra, na União Interparlamentar, o Deputado Prado Kelly levou as luzes do seu conhecimento a respeito do assunto àquele certame internacional e ali, com a completa adesão,

com a participação utilíssima do Sr. Deputado Saturnino Braga, membro ilustrado da maioria, S. Ex.ª conseguiu tornar vitoriosa a tese, que não é da oposição, que não é do Deputado Prado Kelly, a tese que, neste momento, é do grupo parlamentar brasileiro, vitoriosa, por unanimidade, na Conferência Interparlamentar.

Pergunto: e no caso de aparecer aqui divergência sobre a conceituação do que seja liberdade de expressão através do rádio, como em outras oportunidades tem aparecido na conceituação de liberdade de imprensa, no seio da Organização das Nações Unidas, por diferente concepção do que seja o papel e o poder do Estado no controle dessa liberdade por parte das nações totalitárias, ou com a tese que, em seu nome e com a participação de um membro da maioria, o Sr. Deputado Saturnino Braga e eu fizemos aprovar, graças ao talento e à capacidade parlamentar do Sr. Deputado Prado Kelly, na conferência de Genebra?

O SR. AFONSO ARINOS – V. Ex.ª está ilustrando e complementando a observação que tive oportunidade de veicular.

O Sr. Rubens Berardo– Confesso que já não sei como receber, senão com muita reserva, essa comissão de parlamentares...

O Sr. Nestor Duarte – Toda a maioria...

O Sr. Rubens Berardo – ... mesmo porque o Sr. Prado Kelly acaba de informar que o representante soviético também foi favorável. Tenho dúvidas. Se o representante soviético quer a liberdade, por que não a concede no próprio país?

O Sr. Prado Kelly – Permita o nobre orador a resposta. Numa reunião dessa natureza, nem a Rússia se sentiria com força para se opor a um princípio liberal que ela, talvez com a intenção de não o praticar, incluiu em sua Constituição. Quem visitar, por exemplo, a Exposição de Bruxelas, encontrará nos muros do pavilhão russo a produção do dispositivo constitucional que assegura a liberdade de manifestação de pensamento. Veja V. Exª, é um governo com configuração jurídica diferente da sua prática, mas pelo pudor próprio não tem coragem de contrariar princípios que estão na consciência dos povos livres.

O Sr. Carlos Lacerda – O Sr. Prado Kelly disse: é questão de pudor.

O SR. AFONSO ARINOS – Vou completar a informação do Deputado Prado Kelly, como sempre tão exato, com alguns esclarecimentos ao Deputado Rubens Berardo.

Nobre Deputado, são duas as razões que fazem com que a União Soviética nas conferências internacionais adira a todas as manifestações de natureza liberal, e elas não são inventadas pelos observadores democráticos, elas constam de textos expressos dos juristas soviéticos.

Em primeiro lugar, a Constituição soviética em vigor, a chamada Constituição de Stalin, é considerada um documento ideal no sentido do estabelecimento de me-

tas – se V. Exª me permite a palavra na moda – que devem ser atingidas pela revolução. Ela é, confessada e declaradamente, em toda parte da definição dos direitos humanos, uma obra de propaganda política internacional. E o ponto capital para o qual chamo a atenção de V. Exª e do Líder da Maioria é a questão da independência do Poder Judiciário. Lá quando a liberdade ou quando a garantia jurídica está assentada na lei, ela tem que ser conhecida por um Poder Judiciário cuja competência e cuja missão específica, nos termos da Constituição, é julgar de acordo com os interesses de uma certa classe, o que quer dizer, de acordo com os interesses do partido que representa essa classe, o que quer dizer de acordo com os interesses do governo que representa esse partido. Isto é expresso, é declarado, é concreto, enquanto aqui por mais que o governo se esmerasse em impedir que o Poder Judiciário conhecesse dos direitos que estavam sendo subvertidos – e um desses era a garantia para proteger esses direitos – ele não o conseguiria, porque a nossa Constituição estabeleceu por sua vez garantias para o Poder Judiciário que põem esse poder acoberto das injunções do poder político.

Eis por que, no nosso projeto, no projeto Kelly, no projeto Bias Fortes e no projeto Loureiro Júnior, evoluiu-se, com o assentimento de vários representantes da maioria, com o aprazimento – não quero aqui cometer a inconfidência de veicular conversas particulares que tenho tido com os companheiros que merecem todo o meu acatamento – mas com o aprazimento geral de todos que se demoraram sobre o assunto, na transferência da competência para o julgamento do Judiciário. Por que? Como não acontece na Rússia, neste momento no Brasil, sendo o assunto entregue ao Poder Judiciário, estaria livre da pressão do poder político. Mas tal como acontece na Rússia, onde o Judiciário não é senão um ramo do poder federal, e como no Brasil, onde o governo nega a intervenção do Judiciário no conhecimento dessa matéria que diz respeito à liberdade humana, e faz com que o Judiciário julgue pelos órgãos subalternos do Poder Executivo; como acontece na Rússia, no Brasil o texto legal de nada vale e os dispositivos administrativos não são aplicados e as declarações de liberdade são engodos e mentiras formuladas pelo Governo Federal, e o Estado não merece a confiança, o acatamento e o respeito dos seus concidadãos. *(Muito bem! Palmas.)* Sr. Presidente, estamos num regime ditatorial. E agora ficou completamente desmascarado esse regime, não pela minha voz mas pela voz dos vários companheiros que intervieram no debate. O que se sussurra nos ouvidos, o que se cochicha nos corredores é que isso se faz contra o Deputado Carlos Lacerda. Mas porque o governo não resistiria a um combate veemente desse líder da UDN, nos termos em que foi travada a luta em 1954? Não quero exaltar nem aumentar as responsabilidades políticas do Deputado Carlos Lacerda, mas pergunto à maioria: por que nunca se veio aqui desmentir o conteúdo das afirmações veiculadas por S. Ex.ª e só condenar a natural veemência com que formula as acusações? Por que nunca se desmentiu que o Major Vaz foi assassinado por uma coorte de bandidos a soldo do Palácio do Catete? Por que nunca se desmentiu aqui que o rio de lama passava por baixo, pelos desvios, pelos subterrâneos do Palácio do Catete, quando a verdade afirmada é que o Presidente foi vitimado tragicamente por

seus amigos e companheiros? Eu que vim aqui, que berrei desta tribuna, que daqui gritei, sou acusado de ter tramado a morte do Presidente. Quando ninguém pode contestar a verdade do que dissemos, quando ninguém vem provar o contrário das afirmativas que aqui fizemos, então se condena a veemência de acusador, sem se entrar no debate da matéria da acusação. Esta é que é a verdade; esta é que é a incorreção; esta é que é a fragilidade com que o governo tem conduzido esse debate.

Se o nobre Deputado Carlos Lacerda fosse novamente ao microfone, garanto a V. Exªs que a situação nacional não se apresentaria sob o aspecto de tragédia nem de iminente corrupção, nem de iminente desgaste, nem de iminente derrocada, nem de iminente tragédia. Conseqüentemente, S. Exª não encontraria no seu próprio espírito nem na repercussão nacional ambiente parecido com aquele que levou o país ao torvelinho dos fatos de 1954.

Sr. Presidente, isto é hipocrisia, isto é mentira. Ou temos lei que seja igualmente aplicada hoje a todos os cidadãos ou teremos de colocar à porta deste palácio, à entrada da Conferência Interparlamentar: isto é mentira, isto é fantasia, isto é intrujice, isto é indignidade, isto é covardia! *(Muito bem! Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Política pan-americana do Presidente Kubitschek

12-8-1958

O SR. AFONSO ARINOS – *(Sem revisão do orador)* – Senhor Presidente e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade que oferece o pequeno número de colegas presentes ao plenário para, sem prejuízo dos trabalhos legislativos, que não poderiam prosseguir, ocupar a bondosa atenção dos poucos companheiros que aqui se encontram com alguns comentários e algumas reflexões que devo pronunciar, em nome da minha bancada, e por instrução do meu partido, sobre a conjuntura internacional, nas suas conexões com a situação do país.

É hoje assunto do dia, encontra freqüente menção e grande ressonância, dentro e fora da Câmara, o problema da política internacional, principalmente, na sua apresentação continental. Não representa isso, é claro, uma inovação nas velhas e ilustres tradições da nossa casa.

Desde os albores da nossa vida independente, o Legislativo brasileiro tem, em sucessivas oportunidades, apreciado, estudado e examinado, com vigor e brilho, as implicações internacionais da nossa condição de país independente. Poderemos considerar, de certa maneira, que a política pan-americana atravessou, ou atravessa ainda, uma série de etapas que, no Brasil, podem ser classificadas em três fases, em cada uma das quais surgiu grande quantidade de soluções e, sobretudo, se revelaram admiráveis estadistas. Essas fases não são compartimntos estanques; elas não se su-

cedem eliminatoriamente, suprimindo-se umas às outras, à medida que nascem dos acontecimentos históricos. Até certo ponto, elas se interpenetram, se confundem e apresentam, muitas vezes, laivos de contemporaneidade. Não há dúvida, porém, de que poderíamos suscitar e identificar, na evolução da política pan-americanista do Brasil, três fases de maior convergência em determinadas direções, convergência a que devemos, vamos dizer, a tonalidade, a coloração da fase em debate.

A primeira seria a fase histórico-geográfica do nosso pan-americanismo. Ela começaria, acredito, ainda na Colônia, no período em que, sobretudo a partir da obra admirável de Alexandre de Gusmão – um dos maiores estadistas da nossa raça, grande figura da política e da diplomacia internacionais – que, com os seus estudos, com o seu esforço, com a sua pertinácia, conseguiu resolver o complicado problema das nossas fronteiras meridionais, através do Tratado de Madri. E essa fase, que começou, digamos, com Alexandre Gusmão, atinge seu clímax e seu período de maior altura e de maior importância, na obra, não menos memorável, do Barão do Rio Branco. Foi a fase imperial do nosso pan-americanismo, em que aquilo de que se cogitava era da formação do nosso corpo físico, da nossa estrutura geográfica, da marcação das nossas fronteiras, da constituição da nossa fisionomia territorial. E os assuntos que então interessavam eram, evidentemente, aqueles que diziam respeito à História e à Geografia ou melhor, à Geografia-Histórica. Não preciso rememorar à Câmara os êxitos que coroaram a diplomacia brasileira nesse grande período.

Em seguida, Sr. Presidente, poderíamos encontrar a fase que eu chamaria jurídica do nosso pan-americanismo e que já corresponde a uma certa necessidade de inter-relação e de coordenação dos interesses continentais em vistas de objetivos comuns. Esses objetivos, então, situavam-se evidentemente mais no plano da organização da paz, no plano da formação de determinado ambiente jurídico no continente, a fim de poupar aos países do novo mundo aquelas crises periódicas e aqueles dramas tremendos em que se afundavam os povos do velho mundo. Esta fase, vamos dizer, jurídica do pan-americanismo, deve ser consignada a partir da obra memorável de Rui Barbosa, em Haia, e prossegue com o aparecimento de figuras igualmente ilustres do nosso cenário internacional: Epitácio Pessoa, Melo Franco; e, entre os vivos, entre os últimos representantes desta linhagem de alta categoria, poderíamos citar os nomes de Raul Fernandes e também do eminente Chanceler Macedo Soares, que há pouco se afastou do Itamarati.

Esta fase jurídica, Sr. Presidente, teve período de grande esplendor, porque, de certo momento em diante, não foi apenas o esforço no sentido de configurar uma sorte de Direito Internacional americano que viesse constituir uma espécie de defesa continental contra os riscos avassaladores das crises européias. A partir de certo momento, a partir da Conferência de Buenos Aires, de 1936, onde se procurou pôr termo à guerra do Chaco e à qual compareceu o Presidente Franklin Roosevelt, que teve nessa Conferência atuação absolutamente notável, a partir daí essa fase jurídica pan-americanista procurou, sobretudo, propiciar uma atmosfera continental que defendesse os valores da democracia na América e evitasse a nossa queda ou a nossa

inclusão naquela coorte de nações escravizadas pelos totalitaristas da esquerda e da direita.

Infelizmente, pouco depois da Conferência de Buenos Aires, tínhamos, no Brasil, o golpe fascista ou caudilhista de 1937 e passamos a perlustrar ou a freqüentar uma linha em que a diplomacia brasileira, seguindo as suas tradições e obedecendo aos ditames do pensamento democrático de nosso país defendia, ainda, os valores democráticos nas conferências internacionais, embora dentro de nosso país a democracia estivesse jugulada e a nossa vida livre mais ou menos suspensa pelo guante da ditadura. De qualquer maneira, prova da importância dessa fase encontra-se na Declaração de Lima de 1938, que recebeu influência capital da delegação brasileira. O presidente da principal Comissão dessa Conferência foi o chefe da delegação do Brasil, e essa Comissão é que preparou a hoje célebre Declaração de Lima que, às vésperas da crise internacional de 1939, definia, com vigor e com clareza, apesar das resistências que encontramos em algumas chancelarias americanas, o princípios fundamentais da liberdade e da vida jurídica dos estados, princípios cujo esquecimento pelas ditaduras européias, no ano seguinte envolveu o mundo na terrível conflagração que então se abriu e só terminou mais de cinco anos depois. A Declaração de Lima, a grande vitória brasileira, é ainda hoje considerada pelos mais recentes tratadistas do Direito Internacional como o ponto alto daquela diplomacia de antes da guerra, por ter, não apenas fixado em caráter definitivo as tradições do direito americano, como também estabelecido uma série de avisos e previsões sobre a tormenta e a catástrofe que se aproximavam.

Depois dessas duas fases, Sr. Presidente, nós não entramos propriamente, mas acentuamos com indeclinável vigor e caráter imperativo, uma fase que poderíamos chamar econômico-social nas relações dos países americanos.

Esta fase se tem caracterizado por uma tomada de consciência nacional em todos os países e, também, por uma espécie de coordenação de princípios e de pontos de vista da comunidade interamericana no sentido de se assegurar da convicção de que a manutenção dos valores democráticos hoje em dia não apenas resulta da obediência a certos ditames da Teoria do Estado ou do Direito Público tradicionais, mas igualmente corresponde a uma melhoria efetiva e progressiva das condições de vida. É fato inteiramente indiscutível que, à medida que a democracia se vai tornando um sistema de governo mais autêntico, à medida que ela se enraíza, de forma mais efetiva, na consciência, na ação e na vontade das camadas mais profundas da sociedade, ela vê se perder a conveniência ou a necessidade do respeito aos seus valores éticos primordiais, aquirindo a indispensabilidade da prática de outros valores. Seria uma fantasia, uma hipocrisia e até mesmo uma traição desejar que os povos respeitassem e praticassem os valores éticos, jurídicos e intelectuais da democracia sem que deles lhes adviesse aquela melhoria de condições de vida, à falta da qual, evidentemente, os outros valores têm significação muito remota e indistinta.

À medida que se torna popular, a democracia vai, não eliminando os pontos altos da sua doutrina, mas introduzindo e adquirindo outras riquezas e outros valores que devem dar azo e oportunidade à formação de uma nova linha política, tanto no

campo interno quanto no internacional. A projeção dessa matéria econômica e social para as cogitações dos estadistas continentais não é, portanto, descoberta, nem pode constituir iniciativa de quem quer que seja. Trata-se de uma condição necessária da própria evolução do sentimento e do processo democrático modernos, visto que, conforme dizia eu há pouco, ficam jungidas inseparàvelmente a condição material das massas e o seu progresso moral com a sua liberdade democrática e intelectual.

Ora, desde o início encontramos na política pan-americana essa preocupação com os valores econômicos. Não devemos esquecer que a própria União Pan-Americana, quando se criou, em 1889, tinha em vista o intercâmbio comercial; só muitas décadas depois, no decorrer de uma das mais recentes conferências interamericanas, ficou asentado que a União Pan-Americana teria objetivos de natureza política, e não apenas econômica e comercial.

Assisti, ocasionalmente, na minha primeira mocidade, antes dos vinte anos, à discussão que se desenrolou em torno dessa tese na Conferência de Santiago em 1923.

O Sr. Hugo Napoleão – A União Pan-Americana era um mero escritório comercial.

O SR. AFONSO ARINOS – Tem V. Exª toda a razão.

Foi em 1923, no decorrer dessa Conferência – a que estive presente, ocasionalmente, acompanhando meu pai que era Chefe da Delegação brasileira – que se tomou a deliberação de incluir entre os objetivos da União Pan-Americana esse que depois se transformou naquilo que eu chamei de configuração precipuamente jurídica deste instituto. Mas, desde o início houve a preocupação de que a União Pan-Americana fosse um organismo que tivesse em vista a expansão das trocas comerciais. Evidentemente, a situação é muito diferente, de 1889 até hoje.

Então, os nossos países não eram apenas de fato, como também de direito, por convicção, por inclinação, por deliberação própria, países voltados para a exportação, países fundados na exportação de matérias-primas e de produtos alimentares; países que se constituíram para o progresso, de acordo com as normas e com os princípios que formam ainda hoje a nossa circulação econômica; países em que as estradas de ferro, os caminhos carroçáveis, todos os processos de comunicação econômica se dirigiram para o mar, à procura dos portos de importação de além-oceano; países que constituíam o grande celeiro agrícola e o grande celeiro de matérias-primas da Europa industrializada.

Hoje, a situação é completamente diferente. Hoje, temos que integrar este conjunto de nações americanas, não mais dentro de um esquema que constitua um celeiro para os países superindustrializados do velho mundo ou da América do Norte, como se supunha por ocasião da formação da União Pan-Americana, mas, ao contrário constituir este grupo de países em um sistema de mercados e de produtores recíprocos, sem o que não poderemos, em conjunto, trabalhar e progredir no ideal do levantamento dos níveis de vida das massas populares da América Latina.

O Sr. Hugo Napoleão – Na fase a que V. Exª se está referindo, havia o conceito de que os estados industrializados não deveriam promover o desenvolvimento dos outros. Eles visavam exclusivamente as matérias-primas de que necessitavam.

Depois, surgiu a nova teoria econômica de que é necessário o desenvolvimento, pois produção sem consumo dá mau resultado.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Deputado. V. Exª está exatamente tocando o ponto que ia ser objeto do tópico seguinte da minha oração. Ia eu exatamente lembrar, como V. Exª acaba de fazer e me dispenso de alongar-me, que a situação se transformou, por dois motivos: primeiro, porque economicamente os países supercapitalizados chegaram à conclusão de que a industrialização dos países atrasados não representa o fechamento dos mercados de importação; ao contrário, à medida que progridem os países subdesenvolvidos oferecem mercados cada vez mais amplos e mais diferenciados à importação de mercadorias provenientes dos países mais adiantados. O exemplo clássico desta afirmativa econômica é o Canadá, o mais industrializado dos países da América depois dos Estados Unidos, e, não obstante, o maior mercado de importação de produtos americanos.

Mas, Sr. Presidente, além disso, além dessa razão de natureza econômica, outra ainda contribuiu para que se chegasse a esta conclusão: é que, hoje, os riscos de conflito mundial e de assaltos totalitários à liberdade dos povos convenceram os países líderes no concerto internacional de que somente o desenvolvimento econômico dos países empobrecidos, dos países subdesenvolvidos pode criar, dentro destes países, uma estrutura democrática capaz de resistir aos embates das ditaduras que ameacem suas instituições. É, portanto, em defesa própria que os países superdesenvolvidos procuram desenvolver econômicamente os países atrasados. Através dessa melhoria de níveis de vida é que a democracia se consolida, e se forma realmente uma frente democrática contra as ameaças e os riscos do mundo ocidental.

Sr. Presidente, peço desculpas por rememorar fatos tão corriqueiros, mas eles são uma espécie de exórdio necessário às ponderações que daqui por diante pretendo encaminhar.

Conseqüentemente, Sr. Presidente, a situação geral da América Latina seria ou poderia representar um campo de experiências extremamente proveitoso, extremamente fecundo – por que não dizer? – extremamente fácil para o desenvolvimento, por nosso país, de uma grande política internacional. O Brasil é um resumo da América do Sul; é um resumo geográfico, um resumo econômico, um resumo demográfico. Temos, em pequeno, a conformação e a formação do nosso continente. Temos contacto praticamente com todas as suas zonas. Se dividirmos transversalmente o nosso continente em faixas o Brasil participará de todas elas, desde a tropicalíssima amazônia até às zonas temperadas das planuras plantinas.

Portanto, Sr. Presidente, com os antecedentes a que me acabo de reportar, com a nossa grande população, correspondente não sei a que percentagem de todo o continente, com a nossa variedade de recursos, com a nossa tradição diplomática, com o nosso potencial econômico, enfim, com a circunstância mesma de, pelo isolamento

relativo da nossa formação histórica e pelo isolamento, também relativo, da nossa constituição lingüística e racial, não participarmos das fricções e dos desentendimentos que, infelizmente, são ainda freqüentes no lado espanhol do continente.

Todas essas razões seriam suficientes para facilitar a tarefa brasileira, a grande tarefa que aguarda um grande governante ou grandes governos de nosso país. Não direi tarefa de tomar a liderança, porque nunca aspiramos a isso, nem nos preparamos para isso, nem nosso povo deseja hegemonia, nem nossos destinos precisam de supremacias continentais – somos grandes demais para precisarmos ser maiores do que os outros – mas era para seguir a nossa linha, nosso destino, nossa sorte de coordenador dos interesses, de multiplicador das possibilidades, de realizador, enfim, até certo ponto, da linha de conduta de nosso continente. Portanto, tudo seria facilitado. Digo mesmo a V. Exª e a esta casa, aos adversários que nos ouvem, que não haveria dificuldades por parte das agremiações que dissentem do governo para que tal se desse. Os mais ardorosos, os mais combativos, os mais árdegos batalhadores da oposição, a começar pelo Líder do meu partido até o mais jovem e o mais inquieto deputado da legislatura que se abriga sob a legenda da oposição – e aqui estou vendo o jovem Deputado Xavier D'Araújo que há tão pouco integra nossa bancada e nos honra com sua presença – ...

O Sr. Xavier D'Araujo – Obrigado a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – ... ninguém se afastaria, no Partido Libertador ou na União Democrática Nacional, de uma política que realmente fosse de uma orientação nacional, porque todos nós sabemos distinguir perfeitamente onde começa o interesse do Brasil e onde findam os direitos das facções partidárias.

Mas, para que se possa organizar em nosso país aquilo que se chama em outros a política bipartidária, indispensável se torna que essa política exista. E é o que no Brasil não encontramos, infelizmente, como verdade.

O que é, Sr. Presidente, a política bipartidária nas democracias contemporâneas? Ela é, em primeiro lugar, a coordenação e a exposição de uma linha de conduta que corresponda a um mínimo de aspirações populares. À medida que o povo – e esta é uma das grandes verdades da vida internacional moderna e da vida nacional contemporênea – à medida que o povo se assenhoreia dos problemas internacionais; à medida que os assuntos internacionais, em virtude da série de problemas de natureza técnica, se tornam tão interpenetrados: à medida que, em função dessa existência de um mundo só, os povos vão transformando os assuntos internacionais em prato de todo o dia das suas conversas, das suas reflexões, à medida que isto ocorre, uma política nacional tem de corresponder realmente às necessidades, às compreensões, às esperanças e ao orgulho deste país.

É preciso que se trace uma linha de conduta acessível, verdadeira, sincera, real e que corresponda àquilo que o povo espera dos seus governantes.

Então, sim, não é possível que partamos de uma concepção de cúpula para integração das correntes políticas em torno de uma linha bipartidária de conduta no

campo internacional. Seríamos desmentidos pelas bases das nossas agremiações. Não seríamos seguidos pelos mais dedicados colaboradores no dia em que quiséssemos levar nossas correntes políticas para os meandros de confabulações secretas, sem autoridade, nas quais participam como vozes dominadoras, figuras obscuras, estranhas, desconhecidas e, muitas vezes, suspeitas, que dão a sua posição e a sua diretriz às decisões do governo, sem indagar sequer se a homologação dessas decisões encontra apoio nas correntes populares, nas necessidades do povo, na compreensão do povo, nas esperanças do povo. Seria para nós extremamente fácil coordenar uma política internacional que estivesse à altura do nosso orgulho de brasileiros, à altura de nossa concepção metropolitana do nacionalismo brasileiro, porque, realmente, existem duas concepções do nacionalismo brasileiro – e aqui desejo desde logo estabelecer a distinção que faço entre elas: uma concepção metropolitana, que é a nossa, a concepção de um estado nacional que seja a sede da política nacional; e uma concepção colonial de nacionalismo, que seria aquela que visa jungir os interesses nacionais a pretexto de um falso nacionalismo na mesma linha e na mesma posição de interesses verdadeiramente coloniais, porque emergem de confusas lutas, porque emergem de situações equívocas, porque emergem de tragédias distantes de povos mal amanhecidos, mal despertados para a vida livre. Não acredito no nacionalismo colonial. Precisamos criar em nosso país a mentalidade metropolitana de nacionalismo e fazer do nosso nacionalismo a linha de conduta de um país, sede do seu destino, e não linha de conduta de país caudatário de várias situações que apenas deixam de ser coloniais.

Dizia eu que a interpretação das correntes políticas em torno de um ideal internacional depende da existência desse ideal, da sua formulação concreta, da sua apresentação positiva, da sua divulgação em termos de boa fé e, sobretudo, do seu acerto, da sua correspondência com os verdadeiros interesses nacionais.

Inútil, completamente inútil será o esforço que façam os dirigentes deste país e o nosso esforço de dirigentes da oposição para justapor duas linhas em torno de um nada, para tentar reunir duas facções em torno de um vazio, em torno de cochichos, de intrigas, de emulações, de cavilações, de lutas intestinas que se desenrolam ainda neste momento, no seio das próprias agremiações oficiais incumbidas de velar sobre a situação internacional do nosso país.

O que tem faltado ultimamente ao governo é o controle de uma orientação definida, tanto quanto possível coerente; é a união das diferentes peças do organismo administrativo e político no sentido da coordenação dessa linha de conduta; é, principalmente, a autoridade dos personagens políticos incumbidos de decidir, de tomar aquelas resoluções que devam ser adotadas em nome da soberania nacional.

Temos duas casas onde essas decisões devem ser tomadas, possuímos dois gabinetes onde esses assuntos devem ser tratados em caráter definitivo por alguém que esteja imbuído do senso de responsabilidade e da consciência da própria autoridade: um é o gabinete do Presidente da República; outro, o gabinete do Ministro das Relações Exteriores.

O que tem ocorrido, entretanto é uma confusão. E apresso-me em dizer que não tenho preocupações pessoais na crítica que faço. Estou sentindo a responsabilidade da emissão desse pensamento, que não é meu, desse pensamento que é coletivo da nossa bancada. Fui instruído para trazê-lo ao conhecimento da nação. Conseqüentemente no momento em que falo em nome de representantes de mais de 2.000.000 de votos brasileiros, não posso ter preocupações pessoal, devo falar como quem está trazendo uma contribuição verdadeiramente oposicionista, a do desvendamento da verdade e da cauterização da crítica, da advertência quanto aos caminhos que, no nosso entender, devem ser trilhados pelo governo da República.

Falta autoridade ao Presidente da República para deliberar sobre esta matéria. Tem-lhe faltado permanentemente esta autoridade.

O Sr. Hugo Napoleão – Por que, meu nobre colega?

O SR. AFONSO ARINOS – Espere V. Exª e eu direi. V. Exª me interpela no momento em que eu ia explicar.

O Sr. Hugo Napoleão – O Presidente da República, pela nossa Constituição, é quem dirige a política externa. E a política externa, mesmo no caso que V. Exª vai ventilar, não foi tratada diferentemente. O Ministério das Relações Exteriores foi o agente da iniciativa do Sr. Presidente da República.

O SR. AFONSO ARINOS – O nobre Deputado Hugo Napoleão confunde, a meu ver, competência com autoridade. O Presidente da República tem, pela Constituição, competência.

O Sr. Hugo Napoleão – Exatamente.

O SR. AFONSO ARINOS – ... para deliberar sobre certas matérias. A competência é uma atribuição legal; a autoridade, um atributo pessoal. Autoridade se conquista pela confiança que se inspira aos jurisdicionados, aos subordinados, aos indiferentes e ao povo. A competência é uma atribuição que a lei nos confere e que desenvolvemos tão bem quanto mal, conforme tenhamos ou nos falte esse atributo de autoridade.

O Sr. Armando Falcão – V. Exª permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Armando Falcão – A maioria responderá ao discurso de V. Exª, na oportunidade devida, por um de seus membros a ser designado. Mas queria desde logo ponderar a V. Exª que essa opinião há de ser uma opinião ...

O Sr. Hugo Napoleão – Da oposição.

O Sr. Armando Falcão – ... oposicionista, porque, evidentemente a aceitação que teve a iniciativa do Senhor Presiente da República no tocante à nova política in-

ternacional do Brasil ficou evidente nas manifestações que S. Exª recebeu dos mais diferentes setores. E essas manifestações, eminente colega da representação da UDN, foram também originárias de fontes extrabrasileiras. Haja vista que o próprio Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, em pronunciamentos públicos ainda há pouco divulgados, manifestava o seu aplauso, sua concordância e sua absoluta adesão à iniciativa que o chefe do Executivo brasileiro tomou em hora de feliz inspiração.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre líder.

Desejo apenas ponderar o seguinte: em primeiro lugar, V. Exªs não devem tomar como incriminação pessoal minha alegação de falta de autoridade do Presidente da República. Ela é, antes, uma constatação forçada e melancólica. Tudo faria que estivesse ao meu alcance – porque antes de ser oposicionista sou brasileiro – para que essa autoridade se restabelecesse e para que o seu comando se fizesse de acordo com aquilo que suponho ser a tradição do nosso país. Conseqüentemente, não é uma declaração que vise uma definição psicológica. Não quero dizer que ao Presidente faltem permanentemente aqueles elementos com que se conquista a autoridade. Admito que S. Exª, com uma revisão e ponderação maior dos assuntos e com a escolha mais acertada de conselheiros, pode vir a readiquiri-la. É o que, da oposição, desejamos.

Estou apenas apresentando um fato que nos parece irrecusável: as vicissitudes, as incongruências, as vacilações e os fracassos da política internacional brasileira têm decorrido principalmente da falta de autoridade do Presidente, na forma por que se tem envolvido nesses acontecimentos.

O Sr. Armando Falcão – Mas, eminente colega, onde aponta V. Exª fracasso, se só existem vitórias, em todas as oportunidades?

O SR. AFONSO ARINOS – Já chegaremos ao fato concreto.

Em segundo lugar, quero também ponderar ao nobre líder da Maioria que as declarações feitas em abono da conduta presidencial são tão valiosas quanto as nossas contrárias a essa conduta. O fato de existirem umas num certo sentido não desvitaliza nem tira a autoridade das nossas em sentido contrário. No que toca a autoridades estrangeiras, então, não deveremos invocá-las, porque essas autoridades estrangeiras são tão obrigadas, pelas suas funções, a fazer as declarações de cortesia que têm sido publicadas nos jornais quanto eu, pelas minhas funções, a fazer declarações em contrário, que vão encontrar guarida nos *Anais* do Congresso.

O Sr. Hugo Napoleão – Não são declarações de cortesia! São solidariedade absoluta, integral de quase todas as nações americanas.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, ao Chanceler Macedo Soares me ligam afetuosos laços de estima; tenho também velha amizade pelo atual ocupante do Itamarati. Conseqüentemente, não se pode encontrar nas minhas palavras

qualquer eiva de suspeição sentimental em favor de um ou contra o outro. Quando era Ministro do Exterior o Chanceler Macedo Soares, com quem não troquei uma só palavra antes de fazer este discurso, porque as informações me chegam porque as procuro – na minha posição, tenho elementos suficientes para procurá-las – S. Exª estava seguindo precisamente a linha que me parece a mais adequada à realização daqueles objetivos de uma política econômica pan-americana. Que estava fazendo o Chanceler Macedo Soares? Programando entendimentos diplomáticos com diferentes países da América, a fim de obter, através desses esclarecimentos recíprocos, uma dose de informações que habilitasse o Brasil a coordenar, vamos dizer, um panorama das necessidades econômicas da América que pudesse ser submetido, não em caráter de prece, de postulado, de solicitação ou de pedido a quem quer que seja, mas em caráter de uma explicação da posição do continente com relação aos problemas mundiais ligados ao desenvolvimento econômico.

Um dos diplomatas que estavam sendo preparados para isso era o meu jovem amigo Lucillo Haddock Lobo, genro do Deputado Hugo Napoleão, diplomata de carreira, homem de incontrastáveis serviços prestados ao Itamarati, inclusive no problema do petróleo boliviano, que estudou com afinco e dedicação. Constituíam um grupo de diplomatas da mesma geração do Sr. Lucillo Haddock Lobo, os Srs. Geraldo Eulálio, Bastian Pinto, Teixeira Soares e outros – eram cinco ou seis – que formavam uma equipe de informação e de coordenação desses elementos a fim de que deles pudéssemos dispor para retratar as possibilidades e as necessidades econômicas do continente e fossem úteis para uma discussão continental, através dos órgãos adequados – chegarei daqui a pouco ao problema dos órgãos adequados – para uma exposição, não digamos das nossas reivindicações, mas da nossa situação em face do problema do desenvolvimento econômico continental, na medida em que esse desenvolvimento econômico continental seja um fator para a consolidação da democracia no ocidente.

O Sr. Hugo Napoleão – V. Exª acha que essa iniciativa, esses trabalhos do Itamarati e do Ministro Macedo Soares tenham sido alheios à orientação do Sr. Presidente da República?

O SR. AFONSO ARINOS – Não; não acho que tenham sido alheios. Acho que foram mal interpretados e mal conduzidos. V. Exª verá.

Quando passou por aqui o Senhor Holland – não me recordo em que época, não sei se no início do ano – falou-se com ele sobre a vinda do Secretário de Estado, Sr. Foster Dulles. Não foi feito, propriamente, um convite formal. Houve, na conversa com o Presidente, referência à possibilidade dessa visita. Mas não existe, em matéria de conversa diplomática – e muitos dos meus prezados colegas o sabem – conversa fiada. Não se falam, assim, coisas que não tenham um sentido, que não tenham um propósito, que não tenham um destino. Não há palavras perdidas. E essa insinuação, essa declaração sobre a possibilidade, ou a conveniência da vinda do Secretário de Estado, evidentemente foi tomada como uma sugestão, para que ele fosse

sondado. O Secretário de Estado afirmou, então, que teria muito prazer em vir. Não havia preparação para o recebimento do Sr. Fuster Dulles. Essa conversa com o Senhor Holland havia sido depois, talvez, repetida com o Embaixador dos Estados Unidos, mas não existia, ainda, a preparação de uma agenda concreta para as conversas bilaterais. Quando o Secretário de Estado americano se mostrou interessado em visitar o nosso país, agradeceu a sugestão feita e fixou a data da sua vinda, data que ele se esmerou em manter, apesar das complicações supervenientes no Oriente Médio.

Não havia preparação para essa visita. Ficamos, então, em face de duas eventualidades: uma de natureza continental, que deveria ser encaminhada por via de entendimentos multilaterais e outra, para com os Estados Unidos, que deveria ser levada a efeito por via de entendimentos bilaterais.

Sr. Presidente, esse processo diplomático de conversas bilaterais ou entendimentos multilaterais é óbvio, é normal. Ninguém o discute. É perfeitamente compatível com o outro. Mas acontece que tanto para um país da responsabilidade do nosso – e para isso quero chamar a atenção da casa – para um homem da significação continental que é o inquilino legal do Palácio do Catete, ou do Palácio das Laranjeiras, uma conversa bilateral com o Secretário de Estado, ou o encaminhamento de soluções multilaterais com os diferentes governos, é assunto, como disse o velho Ministro Steinbruch, dos *Maias*, de Eça de Queiroz, "muito grave", "excessivamente grave" – isso passou ao anedotário da tradição diplomática – mas é assunto ou são assuntos que precisam ser levados a sério, que precisam ser tratados sem improvisação, sem aventura e sem golpe, a fim de que essas medidas possam propiciar os resultados que mais convenham ao nosso país. Então, Sr. Presidente, aqui vem aquilo de que eu, infelizmente, estou convencido, tratar-se de uma aventura, de um golpe.

O Sr. Hugo Napoleão – Vossa Excelência está classificando mal. Houve realmente entendimentos multilaterais, sobre assuntos continentais, e, de outro lado, entendimentos bilaterais. Mas a iniciativa do Presidente da República, que foi, nem mais nem menos, a apreensão do sentimento e da consciência que vai pelo hemisfério, não tinha por finalidade imediata a solução do problema. Ela foi bem recebida, terá a sua marcha, o seu destino, e o seu devido encaminhamento.

O SR. AFONSO ARINOS – Não sei se o nobre Deputado Hugo Napoleão será o meu contendor nesta controvérsia, e será o incumbido pelo Líder da Maioria de responder ao meu discurso...

O Sr. Armando Falcão – Com a maior satisfação, posso anunciar ao nobre orador que o Deputado Hugo Napoleão será realmente designado para responder a Sua Excelência.

O SR. AFONSO ARINOS – Eu me felicito pela resposta que provoquei. Pediria, então, ao Deputado Hugo Napoleão a bondade de me ouvir até o fim, ou de se

reservar para a sua resposta total no seu discurso. Terei grande prazer em ouvi-lo, e não o apartearei.

O Sr. Hugo Napoleão – Vossa Excelência, então, não quer ser aparteado?

O SR. AFONSO ARINOS – Não. V. Exª é bastante amigo meu para eu lhe poder falar com esta franqueza. Os apartes de V. Exª não estão propriamente contradizendo o que digo, mas afirmando o que Vossa Excelência quer dizer e dirá no seu discurso.

O Sr. Hugo Napoleão – Não estou contradizendo. Com referência ao panamericanismo, V. Exª só diz verdades e eu não poderia mesmo contraditá-las.

O SR. AFONSO ARINOS – É claro. V. Exª não poderia contraditar-me, desde que não se tratasse do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. Uma vez, porém, que está em jogo o chefe do governo, a que Vossa Excelência com tanta lealdade presta sua colaboração, evidentemente entraremos numa zona de atrito. Parece-me, sem qualquer mágoa de sua parte para comigo, que Vossa Excelência poderá, no seu discurso de resposta, coordenar melhor suas impressões, e eu não o apartearei.

O Sr. Hugo Napoleão – Pensei que V. Exª tivesse maior compreensão da amizade que sempre lhe dediquei.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a Vossa Excelência.

Dizia, Sr. Presidente, que houve grande dispersão no preparo dessas entrevistas com o Sr. Dulles. Dois, ou talvez três grupos se disputam o privilégio de orientar, intelectual e politicamente, o Presidente, em matéria de natureza internacional. Havia o grupo do Itamarati, que, evidentemente, tinha mais a incumbência normal de orientar essas conversas; havia o grupo chamado de Genebra. Este, entre os quais possuo aliás jovens e brilhantes amigos, se constitui de diplomatas de gerações recentes que estão servindo em departamento diretamente subordinados ao Sr. Presidente da República. Havia também um grupo que não sendo propriamente de diplomatas, aspira, entretanto, a influir na política internacional.

Este grupo pode ser considerado como girando em torno de uma grande figura de intelectual brasileiro que goza, a justo título, da estima e da amizade do Sr. Presidente da República. De maneira que, desses três elementos, o elemento Itamarati contava com os arquivos, com a tradição e com um certo, vamos dizer, conhecimento dos processos de execução dessas negociações, se bem que nem sempre a gente possa estar de acordo com os objetivos da sua política; e o grupo de Genebra era constituído por aquilo que eu chamaria – nem todos, mas em grande parte – as capacidades de nomeação.

Sr. Presidente, eu tenho certa desconfiança – e fundada – dessas capacidades que eu chamo de nomeação. São grandes figuras da vida jurídica, da vida política, da vida administrativa que atingem, no nosso país, a postos de relevo, seguramente de

que se tornaram merecedores pelas suas altas qualidades, mas para os quais não se prepararam e para os quais não fizeram demonstrações de capacidade experimental.

Tem chegado aos mais altos postos na nossa República, a partir da ditadura, aos mais altos postos do Ministério Público, aos mais altos postos da administração pública, depois da criação do DASP, aos mais altos postos, agora, das cogitações e das deliberações em política internacional, uma série de brasileiros que nunca tiveram oportunidade de fazer revelações públicas das suas insignes qualidades, nunca prestaram um concurso, jamais concorreram a uma eleição, nunca se apresentaram como candidatos a qualquer associação científica ou cultural, nunca foram oradores na turma do colégio e, de repente, surgem como mentores e orientadores, dignos das nossas reverências e da nossa admiração pela presença recôndita de qualidades que os devem seguramente recomendar à consideração e aos agradecimentos da posteridade.

Mas essas capacidades de nomeação, Sr. Presidente, eu as conheço. Tive em Caracas um choque exatamente com a linha dessas capacidades e acredito que, se estivesse presente, se fosse deputado e não chanceler, o Sr. Francisco Negrão de Lima daria o seu testemunho a respeito dos risco das deliberações outorgadas a essas capacidades de nomeação, que não se sentem vinculadas ao povo, às grandes ondas da opinião, nem às críticas dos corpos políticos, de que não participam e cujo funcionamento conhecem muito por alto. Em Caracas – não sei se haverá aqui entre os jornalistas alguns que estivessem nessa última Conferência Interamericana – alguns jovens que estavam em marcha para o Itatiaia, porque o grupo foi constituído depois, chegaram lá com a orientação de apoiar em toda linha, a propósito da luta política anticolonialista, nada mais nada menos do que o nosso prezado Presidente Juan Domingo Perón! Esta era a linha do grupo das capacidades de nomeação e esta foi a linha que, durante uma certa fase, parecia ter-se transformado nessa orientação da delegação brasileira.

Sr. Presidente, posso dizer, aqui, que os trabalhos que então fiz, os sofrimentos que experimentei, as agruras por que passei no seio da delegação para esclarecer aos desatentos, para mostrar aos distraídos, para apontar aos displicentes os riscos que aquilo representava, foram, seguramente, um dos fatores da remissão dos meus pecados e da antecipação de minha arteriosclerose. (*Risos.*)

E, Sr. Presidente, não fosse a súbita atenção prestada pelos representantes do governo naquela delegação – em que eu era representante da oposição, e solicito a atenção de V. Exª para este ponto: eu já era, naquela ocasião, representante da oposição, – o Sr. Marcondes Filho, o Sr. Negrão de Lima e, finalmente, o ilustre General Mascarenhas de Morais, que lançou, na hora necessária, na balança das decisões – como aquele velho chefe gaulês dos meus tempos de colégio e cujo nome já esqueci...

O Sr. Adauto Cardoso – Breno.

O SR. AFONSO ARINOS – ... Breno – o peso simbólico de sua espada, e nós teríamos, provavelmente, Sr. Presidente, tomado uma atitude cuja conseqüência úni-

ca nos seria de constrangimento, nos seria profundamente penosa. Aliás, devo até retificar este trecho do meu discurso: nós não teríamos tomado essa atitude, porque, afinal, estou convencido de que o Ministro Rao e os seus assessores mais próximos não a tomaram nunca, mas iriam descobrir a leviandade, a precipitação, a audácia, a irresponsabilidade e a jactância destes elementos a quem chamei capacidades de nomeação. Devemos desconfiar muito delas. Devemos pensar que se isto ocorre às vezes no país, com resultados graves para a vida das instituições, muito mais grave e muito mais delicado se torna esse problema quando, no concerto das nações, temos de representar, através da voz de um homem, os sentimentos, as tradições, a honra e os interesses do nosso povo.

Insisto em declarar a V. Exªs que com a dispersão dessas atividades do grupo de Genebra, os remanescentes ou pontas-de-lança do grupo de Itatiaia, por um lado, desonraram, modelaram, transformaram, caricaturaram aquele documento que tinha sido elaborado no Itamarati na base daquelas consultas multilaterais e fizeram dele qualquer coisa com que o titular da pasta, velho servidor da República, achou que não deveria conformar-se.

Não entrarei nessas picuinhas, nesse troco miúdo das causas e dos termos da decisão de renúncia do Sr. Macedo Soares, mas acredito, posso mesmo assegurar que a base está na sua convicção de que a dispersão das decisões dos grupos que deveriam representar a assessoria técnica e diplomática do Presidente e também dos grupos que dela não poderiam fazer parte, a não ser em caráter consultivo e pessoal, não foi o menor dos fatores para essa decisão. Não houve agenda específica para as conversas com o Sr. Foster Dulles. Havia uma corrente que sustentava que nós deveríamos, desde logo, apresentar em forma suscinta aquelas reivindicações decorrentes do estudo prévio do Itamarati. Havia outra corrente que sustentava que isso não nos ficaria bem e que deveríamos colocar-nos apenas no plano das deliberações ou das decisões de caráter político, sem qualquer participação ou qualquer interesse nas conversações de natureza econômica. De qualquer forma elas se realizaram, essas conversações, e felizmente se realizaram, porque foi possível mostrar aos técnicos americanos, por intermédio de alguns dos melhores técnicos nacionais, muitos aspectos que considero da maior significação para que se possa fazer uma idéia dos imperativos humanos e internacionais do desenvolvimento do nosso país. Havia também divergência no meio brasileiro, quanto ao processo da apresentação dessas reivindicações.

Sr. Presidente, peço a V. Exª, caso a minha hora se esgote, me conceda a honra de uma prorrogação pelo prazo do Regimento.

O SR. PRESIDENTE – V. Exª ainda disporá de 30 minutos para a conclusão da sua oração. Se necessário for, a Presidência prorrogará o tempo de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª a bondade.

Mas havia divergências: havia um grupo que tinha idéias respeitáveis, idéias que sou o primeiro a considerar respeitáveis, sobre nosso processo de desenvolvi-

mento no que toca ao aproveitamento de nossas riquezas básicas; e havia outro grupo que participava de convicções diferentes.

Sr. Presidente, sou daqueles que não se desconvenceram ainda de que os Estados Unidos deve mudar de orientação no que diz respeito à apreciação do desenvolvimento do Brasil e dos outros países da América Latina, quanto à sua industrialização e ao progresso de suas riquezas básicas. Porque as razões concedidas ou formuladas pelo Sr. Foster Dulles são razões que correspondem, não há dúvida, a uma unidade de pensamento filosófico e a uma visão coerente no panorama mundial. Mas os Estados Unidos é um país que se tem revelado ao mundo, em seus melhores momentos e em seus contornos mais favoráveis, precisamente pela capacidade de ajustar sua filosofia política e sua moral internacional à mutação sucessiva dos ambientes históricos.

Dizer-se que é da filosofia política americana o não atendimento das necessidades continentais em matéria, digamos, de petróleo, porque os Estados Unidos considera que as inversões neste terreno devem ser de natureza particular, é posição que corresponde, como dizia há pouco, a uma coerência filosófica e de pensamento econômico.

Mas, Sr. Presidente, não devemos esquecer as linhas com que se cose nossa realidade. Os Estados Unidos despende por ano quase 90 vezes, em despesas militares, daquilo que gasta em auxílios econômicos aos países que pretendem atender. Os estudos feitos pela ONU chegaram à conclusão de que o conjunto da postura democrática ocidental precisaria de uma inversão de cerca de 11 bilhões de dólares por ano. Esses 11 bilhões de dólares por ano correspondem a uma quantia ínfima, em relação às despesas militares efetuadas pelo Tesouro americano.

Dirão V. Ex^as^ e dirão eles, com razão, e eu mesmo me digo a mim, que essas despesas militares não são de iniciativa dos Estados Unidos, mas formadas pela contingência internacional. É certo. Mas também deve haver um ponto em que se calcule, com evidente liberdade de risco ou de erro, mas com grande possibilidade de acerto, até que ponto o desenvolvimento desses países torna desnecessário o aumento das despesas militares. A verdade é que, se houvesse uma política diferente, no que toca às inversões maciças de caráter militar e ao melhor atendimento às despesas de desenvolvimento, esta filosofia política do Sr. Dulles pecaria pela base. E vou dar exemplo, quanto ao Brasil. A partir do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, que é ele próprio conseqüente do Tratado do Rio de Janeiro, a partir desse Acordo Militar, decorrente do Tratado de 1949, os Estados Unidos têm feito aqui inversões maciças de caráter militar. Ainda agora, por exemplo, posso adiantar a V. Ex^as^ – e o nobre Líder Armando Falcão me corrigirá se estiver em erro, porque a informação é tipicamente do governo – foram apresentadas as reivindicações das armas – da Aeronáutica, do Exército e da Marinha – nas conversas havidas com o Secretário de Estado. Dessas três colunas de necessidades, o plano da Aeronáutica, objeto de estudo acurado, foi considerado muito bem organizado e de execução possível; o plano do Exército foi encontrado com alguns defeitos, mas também se supôs que, até certo

ponto, pudesse ser atendido; já ao plano naval houve restrições mais fortes e solicitou-se o preparo de novos elementos. Estas, as informações idôneas que me chegaram. Se incidir em erro, escusar-me-ei perante a Câmara.

O Sr. Carlos Lacerda – Ouço com certa surpresa a informação de meu nobre Líder, porque, ainda esta manhã, lia declarações do Sr. Ministro da Guerra, no sentido de que nenhuma reivindicação de natureza militar havia sido apresentada durante as conversações com o Sr. Foster Dulles. Assim, se V. Exª tem razão, o Ministro da Guerra faltou à verdade e, se V. Exª não tem razão, aí está a oportunidade para o governo se explicar perante a casa.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Deputado Carlos Lacerda, obtive a informação em fonte de maior idoneidade. Entretanto, acredito possa até certo ponto compor-se com o desmentido do Sr. Ministro da Guerra, desde que consideremos podem ser dadas várias acepções à palavra reivindicação. É possível não tenham sido oferecidas em termos de reivindicação: é possível tenham sido esclarecimento prestado por solicitação das autoridades americanas, sejam antes dados em caráter de esclarecimento, mas acho muito difícil que meu informante, pessoa de categoria e de projeção e sabedora de que esta minha declaração iria ser formulada, visto que nada envolve, absolutamente, de desprimoroso, nem para o governo, nem para quem quer que seja, desse informação falsa. Sr. Presidente, dizia que o que interessava, neste ponto de minha exposição, era salientar que essa mesma receptividade para o fornecimento de elementos que considero indispensáveis, mas de elementos quase em caráter de cooperação ao fortalecimento de nossa armadura militar, deveria encontrar paralelo e guarida em uma receptividade correlata para o estudo e o fornecimento de dados que dissessem respeito ao nosso desenvolvimento econômico.

Infelizmente, isso não se deu, mas estou certa de que uma política coordenada em termos verdadeiramente construtivos, poderá perfeitamente levar o governo americano a reconsiderar essa posição, porque temos exemplos mais recentes na história americana. Não houve mudança maior, mudança mais radical, mais estrutural da política internacional americana do que a passagem do isolamento para a participação. O isolamento era a linha de conduta do governo americano até a primeira guerra mundial. A participação passou a ser a linha de conduta do governo americano a partir da segunda guerra mundial e é hoje a doutrina assente, estabelecida, inclusive com a aprovação e o apoio da Suprema Corte americana, que, muitas vezes, tem julgado em casos de grande repercussão esse assunto da participação dos Estados Unidos, sem as cautelas, enfim, constitucionais, sem as fórmulas constitucionais necessárias em episódios de natureza internacional, dando seu apoio, sustentando que, em política internacional, a aplicação da Constituição sofre aquela mitigação e aqueles limites úteis aos interesses nacionais e históricos dos Estados Unidos.

Não precisamos de outra demonstração para tal. E faço isso um pouco em benefício da causa brasileira, para que sirva de ponto de meditação, para que as autori-

dades americanas que por acaso venham a ter conhecimento destas pobres palavras – evidentemente estou falando como adido de imprensa da Embaixada, pois, minhas aspirações não vão mais longe – para que essas autoridades meditassem sobre a posição do Presidente Wilson e do Presidente Roosevelt, dois presidentes do Partido Democrático – Wilson, querendo fazer da Liga das Nações a vitória de uma organização partidária democrática, levando-a ao fracasso, conduzindo a Europa ao abandono e o mundo ao caos; e Roosevelt, depois, tendo aquela intuição genial, aquela premunição admirável que fez com que ele, desde o início, desde antes do fim da guerra, procurasse transformar a constituição da ONU num trabalho bipartidário – aí têm V. Exªs a significação exata da política bipartidária – em um trabalho que correspondesse de fato àquela vontade do povo americano de se libertar da guerra por meio de uma instituição internacional, e fazer então da ONU, não instrumento de vitória partidária, em uma campanha eleitoral, como foi o grande erro de Wilson, mas fazer da ONU um instrumento da paz mundial mediante da ação da força americana nos outros continntes, como foi exatamente o desejo do grande Presidente Franklin Delano Roosevelt.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que tanto as conversações multilaterais, pelas razões que aqui enunciei, levaram a uma situação de dificuldade o antigo ocupante do Itamarati, por causa da sua súbita interrupção em face de um documento lançado diretamente do nosso Presidente ao dos Estados Unidos e do qual ele não teve conhecimento na hora oportuna, quanto às conversações bilaterais, pela ausência de preparação prévia, pela ausência de contato com as forças políticas do Congresso. E aqui me escuso de voltar a um tema que já foi objeto de estudo que tive a honra de proferir no Palácio do Itamarati – as relações entre a política internacional e o Congresso Nacional.

Recentemente, o nobre Líder da União Democrática Nacional, o Sr. Carlos Lacerda, chamava a atenção desta tribuna, com o vigor habitual da sua oratória, para este aspecto do problema. Como se constituir, em um país onde o Congresso se torna gradativamente mais penetrado da vontade popular, uma política internacional que deve corresponder à orientação de todo o povo, sem que esse Congresso seja, sequer, ouvido sobre a formulação e os objetivos dessa política?

O Sr. Hugo Napoleão – A culpada é a Constituição.

O SR. AFONSO ARINOS – Aí, nobre colega, nossa divergência é total. V. Exª, já em momento oportuno, quando dei esta aula a que acabo de me referir, manifestou sua discordância. V. Exª me parece perfeitamente coerente com o pensamento constitucional anterior à segunda guerra mundial.

O Sr. Hugo Napoleão – De acordo com a Constituição brasileira.

O SR. AFONSO ARINOS – A Constituição brasileira é um documento dinâmico. Não é uma peça de museu. Ela não é uma página intocável e sagrada. Ela é um farol, que ilumina o nosso caminho e não um brilhante, feito para rutilar na treva

a grande distância, sem que a gente se possa aproximar. Conseqüentemente, V. Exª pode ter razão, desde que se coloque nos pontos de vista de onde provêm seus pensamentos. Mas não tem razão, desde que passe a considerar o assunto de acordo com as premissas que estabeleço.

Gostaria, Sr. Presidente, de chamar a atenção da Câmara – e me escuso do vagar com que o faço e do cansaço que imponho aos prezados colegas (*não apoiados*) – para esse aspecto do despreparo, da descoordenação e da contradição interna das forças que têm atuado junto ao governo na formulação desta política internacional.

Outro assunto que me parece de grande importância e não pode ser esquecido em um discurso de oposição como o que estou proferindo é, exatamente, a tendência das capacidades nomeadas para fazer táboa rasa de todas as instituições internacionais, criadas para realizarem aqueles objetivos que têm em vista nos seus momentos de mais ardoroso anseio patriótico. Não nego a esses patrícios anseios patrióticos, frêmitos patrióticos, intuitos alevantados em bem do país. O que lhes nego é experiência dos assuntos e autoridade para inovar em assuntos sobre os quais não têm experiência. Então uma das preocupações da capacidade nomeada é exatamente fazer tábula rasa das instituições internacionais de caráter constitucional.

É fenômeno indiscutível na vida moderna que, à medida que o Direito Constitucional se internacionaliza, o Direito Internacional se constitucionaliza; isto é, à medida que as constituições dos países democráticos incorporam ao seu seio preceitos de natureza internacional, aqui temos o art. 4º da Constituição Federal brasileira em que, creio, foi *magna pars* o eminente colega Sr. Prado Kelly...

O Sr. Prado Kelly – Obrigado a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – ... de um lado mostrando que a tendência à transformação de princípios gerais de Direito Internacional em regras objetivas de direito expresso se vem formando em nosso país cada vez com maior vigor. O art. 4º da Constituição Federal é modelar nesse particular, porque introduz, inclusive, uma das aquisições mais modernas da doutrina jurídica, a incorporação automática dos preceitos internacionais desde que feita por órgão a que pertencemos. O art. 4º da Constituição declara que seguiremos, em matéria de manutenção de paz e de estabelecimento do equilíbrio internacional, aquelas diretrizes traçadas pelos órgãos de que fazemos parte, logo incorporamos, automaticamente, aquelas diretrizes de que fazemos parte, é claro seguindo a processualística da Constituição Federal, ou seja, a aprovação dos tratados pelas casas do Congresso.

À medida que isso ocorre nas constituições internas, o Direito Internacional se vai constitucionalizando, isto é, vai aproveitando, vai utilizando do Direito Constitucional aquela técnica de formação de órgãos constitucionais para a realização de seus objetivos.

Se existe um traço marcante, se existe uma verdade que salta aos olhos no Direito Internacional moderno, é exatamente essa, de que ele se constitucionaliza, ele se integra em torno de órgãos permanentes, com competência específica para reali-

zar aqueles objetivos que anteriormente eram deixados apenas ao acaso dos segredos diplomáticos, ao acaso das tratativas diplomáticas, ao sabor dos tratados diplomáticos. Entre esses órgãos está a OEA – Organização dos Estados Americanos.

Neste caso, é constrangido que insisto nesta afirmativa, principalmente porque vejo que ela tem servido também de manifestação restritiva e quase condenatória de pontos de vista de estadistas estrangeiros a propósito da operação pan-americana. Nos Estados Unidos, Peru, México, Chile e outros países se tem feito referência à necessidade de se constituir este sistema por intermédio dos órgãos existentes, e fico acanhado, porque, realmente, não gostaria supusessem que estou aqui dizendo coisas porque outros, lá fora, as estão dizendo. Em um encontro informal com caros amigos que representam a linha do governo em matéria internacional, encontro que se verificou porque fazemos parte da mesma instituição cultural, destinada a estudar problemas internacionais, a qual incorpora em seu seio elementos de todos os partidos, tive oportunidade de chamar a atenção desses eminentes brasileiros, dos quais divergia muito antes da chegada do Sr. Dulles ao Rio de Janeiro, para o absurdo de se tentar fazer política internacional americana deliberadamente fora dos quadros da organização interamericana. Compreendo se possa levar a efeito sondagens prévias, consultas discretas, trocas de impressões. Não tenho absolutamente informações a esse respeito, nem posso fazer essa acusação frontal ao Presidente da República, mas desejo aqui consignar, para seu conhecimento, que muitos elementos no momento influindo na formulação de política internacional, estão convencidos de que a organização pan-americana, a OEA, a Organização dos Estados Americanos fracassou, e precisamos encontrar, como se se tratasse de um igarapé do Amazonas, novo leito para a corrida das águas volumosas...

O Sr. Hugo Napoleão – Essa concepção é uma absurdo.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço muito a solidariedade do nobre colega e meu ilustre mestre.

O Sr. Hugo Napoleão – Mestre? V. Exª está-me ridicularizando...

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª sabe que foi meu mestre e meu chefe na Consultoria do Banco do Brasil, e sempre o tive como tal.

O Sr. Hugo Napoleão – Talvez seja uma daquelas autoridades nomeadas.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª sabe que nunca lhe faria essa injúria. Conheço a sua vida pública e sei que V. Exª tem corrido não apenas os riscos políticos das eleições, mas também o risco físico. Conhecemo-nos em 1930, quando V. Exª arriscava a vida em seu Estado pelos ideais da Aliança Liberal.

O Sr. Hugo Napoleão – Muito obrigado.

O SR. AFONSO ARINOS – Dizia eu, Sr. Presidente, que o assunto merece a maior reflexão por parte dos dirigentes neste país, em matéria internacional, do Sr.

Presidente da República, do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, do Sr. Chefe do Gabinete, do Sr. Diretor dos Assuntos Políticos e Diplomáticos do Itamarati, enfim, de todas as autoridades que têm interferência nisso. Que reflitam em que o fracasso das instituições internacionais não é senão o fracasso dos países que delas participam.

Isto é uma coisa elementar e indiscutível. Quando as nações não têm o desejo de cooperar em uma instituição internacional, é claro que elas fracassam, mas é muito difícil que tais nações venham a cooperar fora daquelas instituições. Porque essas instituições não são uma invenção graciosa, uma invenção distraída de ociosos elucubradores de fantasias, mas o fruto doloroso de uma experiência secular, que vem pelo menos desde o Padre Vitória, no século XVII, desde Grotius, e vêm-nos mostrando que o Direito Internacional – e aqui peço as luzes do douto colega – não é, afinal de contas, senão uma organização internacional. O Direito Internacional só progride à medida em que se organiza internacionalmente, porque, dentro do Estado, o Direito do Estado só progride à medida que o Estado se organiza democraticamente. Não podemos conceber a existência do progresso jurídico sem que o Estado progrida, sem que o Estado se estabeleça, sem que o Estado se tranqüilize. Não podemos pensar no progresso do Direito Internacional, sem que possamos marchar, não para uma organização supra-estatal, mas, realmente, para uma organização comunitária, interestatal, universal, porque sem o progresso da organização internacional, o processo do Direito Internacional é uma fantasia, e fica reservado apenas às dissertações acadêmicas dos velhos juristas de *cache-nez* e chinelos de lã, metidos dentro dos gabinetes de janelas fechadas.

O Sr. Adauto Cardoso – Permita-me V. Exª lembrar que, em um dos números recentes da *Revista do Clube Militar*, se encontra o artigo da autoria de um ilustre militar pertencente ao grupo de Itatiaia, o ISEB, no qual se rastreia essa mesma sede de renovação, já não somente em relação a entidades internacionais, mas até mesmo em relação a preceitos de ordem moral. Nesse artigo, para o qual chamo a atenção de V. Exª, o ilustre professor do ISEB, membro conspícuo do grupo de Itatiaia, pleiteava nada mais nada menos do que um esquecimento dessa exagerada preocupação que hoje temos com a moral, de tal forma que S. Exª chegava a pregar a necessidade de nos despreocuparmos com o decálogo. V. Exª pode pôr, então, a OEA e o Decálogo no mesmo plano – são coisas que devem ser propostas hoje, por antiquadas, segundo declaração do Exército.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

Tenho informação, pelo nobre Deputado Coelho de Souza, de que o ilustre professor do ISEB, a quem respeito pelos seus altos méritos, sustentou, em conferência feita aos jovens do Rio Grande do Sul, que o humilde orador que lhes falava era mais ou menos um imbecil. (*Risos.*) É ponto de vista pessoal, de que não participo inteiramente, mas que considero perfeitamente justificável e digno de acatamento. Mas, Sr. Presidente, um dos estudantes presentes perguntou-lhe por que eu era

essa figura de paspalhão. Ele explicou que isso se devia por haver eu, como líder, perdido a batalha dos tanques em 11 de novembro. O estudante redargüiu que, se a liderança estava subordinada à perda das batalhas, ele considerava que Jesus Cristo tinha sido péssimo líder nos acontecimentos verificados àquela época, na cidade de Jerusalém.

O Sr. Carlos Lacerda – O que me cabe salientar a esta altura da exposição de V. Exª é o curioso paralelismo, que recai naquela sua classificação de aventura a golpe, entre essa hostilidade às organizações internacionais existentes aqui e por parte daquele outro homem de Estado que tem o nome um pouco mais contraído, mas que faz lembrar o do Sr. Juscelino Kubitschek, o nosso eminente adversário – pelo menos nosso – o Sr. Kruchev. Desde que observado que não conseguia controlar a ONU e colocá-la a seu serviço, os governos totalitários, encabeçados pela Rússia, tomaram a peito a desmoralização da ONU e tentam, à viva força, conduzir para fora dela o rumo das negociações internacionais. Eis que, de repente, em nosso país o nosso Presidente Kubitschek imita em caçanje a técnica russa, porque pretende retirar da OEA, tal qual o outro da ONU, a iniciativa, o âmbito e a autoridade para conduzir as negociações internacionais. O seu fracasso é justo e necessário, legítimo e indisfarçável aos interesses permanentes do Brasil, portanto.

O Sr. Hugo Napoleão – Não é verdade. O Presidente Kubitschek não cogitou de subtrair ao exame da OEA o problema que agora se oferece na política internacional. Ao contrário, já houve sugestão em uma das reuniões realizadas, segundo estou informado, de que o assunto deveria ser encaminhado à Conferência Interamericana, que é um dos órgãos da Organização dos Estados Americanos. Outra sugestão houve no sentido de que a OEA nomeasse ou criasse um comitê especial, dada a vastidão do assunto.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre Deputado.

O Sr. Carlos Lacerda – Permita-me o nobre orador, sem querer tomar o tempo de que dispõe. Mas os fatos aí estão. Em uma das várias cartas da correspondência, que se vai tornando copiosa, do atual Presidente da República ao Presidente Eisenhower, o Sr. Juscelino Kubitschek chegou a sugerir mesmo, de acordo com a tese russa, a participação da América Latina e, de certo modo, se insinuava para ser o representante da América Latina na chamada Conferência de Cúpula. O Sr. Eisenhower, ao que parece, viu-se na obrigação de lembrar ao Presidente brasileiro que a América Latina já está representada, permanentemente, e este ano na pessoa de dois ilustres representantes de duas nações latino-americanas, no Conselho de Segurança da ONU. O que quero notar é o esforço para retirar às organizações internacionais aquilo que lhes é próprio, aquilo que define a sua finalidade, aquilo que as caracteriza e aquilo sobre que repousa a garantia de que nenhum governo, em nenhum dos países, vai atirar a respectiva nação nas aventuras de um momento de precipitações ou de leviandade.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado.

O Sr. Hugo Napoleão – Permita-me. Ainda não está com a verdade o nobre colega Deputado Carlos Lacerda. O de que cogitou o Presidente Juscelino Kubitschek na sua mera iniciativa foi de um exame preliminar, de uma reunião para o estudo do assunto. Esta sugestão não foi repelida pelo governo americano, tanto assim, que o Sr. Foster Dulles acaba de declarar, nos Estados Unidos, que concordará com uma conferência de chanceleres.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, sabe a casa as condições em que foi introduzido na Carta de São Francisco o artigo que permite a formação de pactos regionais, do qual saiu a Organização dos Estados Americanos; sabe a casa a luta que se travou dentro da delegação americana em São Francisco, porque havia uma parte da delegação americana que tinha estado com o Presidente Roosevelt em Teerã e nesta parte estava incluído o Sr. Alger Hiss que, posteriormente, foi processado pelas suas ligações com a subversão comunista. É verdade o que diz o Deputado Carlos Lacerda, e está consignado nos livros dos escritores americanos, que a luta que se travou dentro da delegação americana em São Francisco foi precisamente a luta da parte da delegação que estava influída pelos sovietes, bem ou mal-intencionados, pouco importa, porque consideravam alguns que não poderiam deixar de prestigiar a recente aliada na guerra; consideravam até que a paz era problema mundial e não continental, e que seria um enfraquecimento dos dispositivos da paz levá-lo para o plano continental. A verdade, porém, é que todos aqueles que se opunham à criação do estatuto regional americano estavam inteiramente de acordo com a delegação soviética, e foi o grupo contrário, encabeçado pelo grande senador Vandenberg, que, na reunião do São Francisco, deu atenção aos países americanos, liderados pelo Brasil, então, verdadeiramente liderados pelo Brasil, porque a nossa delegação em São Francisco teve um papel importantíssimo na apresentação das razões mediante as quais a delegação americana aceitou a criação do pacto regional. Foi o próprio Presidente Franklin Roosevelt quem acabou dando instruções pessoais à delegação do seu país a fim de que seguisse as delegações latino-americanas, entre as quais estava, na linha de vanguarda, a do nosso país, para que se constituísse a Organização dos Estados Americanos. Nunca mais eles se esquecerão dessa lição. V. Exª pode ler os mais recentes livros dos autores americanos, seja dos tratadistas de direito, seja os dos escritores políticos, e verá que eles...

O Sr. Hugo Napoleão – Não contestei este aspecto do discurso de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – ... estão, hoje, convencidos da idéia que então se tramava em torno das dificuldades criadas às organizações regionais. E foi graças às organizações regionais que se criou a NATO, que se pôde constituir o Pacto de Bogotá, que podemos manter, no concerto internacional, nossa personalidade específica de continente que traz, com mais de cem anos de vida livre, verdadeiramente um corpo de doutrina e de idéias que representam uma contribuição talvez singular no plano do Direito Internacional mundial.

Sr. Presidente, estou realmente convencido de que também este aspecto deve ser objeto de uma sindicância severa. Não queremos, é claro, diluir as conversas na retórica continental. Nós, brasileiros, que tanto falamos – e eu estou aqui há quase uma hora e meia na tribuna – falamos muito pouco ao lado dos espanhóis. Quem participou de alguma conferência internacional latino-americana ficou no fim entediado com aquela espécie de compota em calda que á oratória continental derramada pelos corredores e tronitroada pelos salões. É realmente fatigante, fastidiosa. Evidentemente, porém, um país consciente dos seus destinos e das suas responsabilidades, ao aderir a organização desse tino, não vai permitir que suas posições se multipliquem, se fragmentem e se diluam nessa oratória continental. O que não pode é prescindir dessa organização para levar avante seus objetivos...

O Sr. Hugo Napoleão – De acordo.

O SR. AFONSO ARINOS – ... porque no momento em que ele prescinde, cai no clima de conflito e de aventuras, realmente as causas disso que eu chamo o fracasso das últimas gestões do Sr. Juscelino Kubitschek, e que tenho a honra de encontrar com uma designação perfeitamente contrária no pensamento do meu ilustre oponente. Aquilo que para o nobre Deputado Hugo Napoleão foi um êxito formidável, para mim constituiu desastre completo, pois ainda que chegássemos à solução dos problemas que foram planteados, esses 150 ou 200 milhões de dólares, por exemplo, que nos vão ser entregues para cobertura dos nossos déficits cambiais ou de tesouraria, não representam solução para o problema do Brasil. Desde antes da Independência vivemos dessas injeções de morfina que vêm atender às dissipações da nossa loucura *(muito bem!)*. Mais do que isso: não podemos considerar que seja solução para o Brasil a solução do problema do café, que, ao contrário do que se está sustentando, não apresenta de forma alguma aspectos promissores.

Em nome do governo, vem-se dizendo existir boa vontade por parte dos países produtores da África para um entendimento no sentido da retenção dos excessos e da manutenção dos preços. É coisa que está inteiramente em dúvida nos Estados Unidos. E tanto quanto estou informado, não foi aqui formulada tal declaração pelos representantes da delegação norte-americana.

O Sr. Carlos Lacerda – Sr. Deputado, apenas em abono do que V. Exª está dizendo: o Brasil já concordou em reter 40% do seu café. Se isto não é fracasso, não sei mais o que se chama fracassar.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, ainda que nós pudéssemos resolver – e V. Exª o conhece tanto ou mais do que nós, seguramente mais, representante que é de São Paulo – ainda que pudéssemos resolver o problema do café, não seria uma solução para a conjuntura nacional, porque é evidente que o café não oferece mais cobertura à simples expansão de nossa vida vegetativa. Se conseguíssemos vender todo o café que produzimos, as aquisições que obteríamos com essas transações seriam insuficientes para atender ao desenvolvimento, repito, vegetativo, da

nossa democracia e da nossa economia. São Paulo é uma prova disso. São Paulo, cujaexpansão industrial é uma alegria e um conforto para os brasileiros, está sentindo que a simples compra de matérias-primas destinadas às suas indústrias, a simples compra de máquinas e de ferramentas destinadas à substituição de suas instalações, já corresponde a uma necessidade de dólares que o café não pode pagar mais.

Imaginem, então, V. Ex^as, todo o resto de nossos compromissos. Dessa forma, se tratarmos de café e de empréstimos de 150 milhões de dólares, não trataremos de nada. Estaremos dando uma injeção de morfina num doente em péssimas condições.

Conseqüentemente, todos esses assuntos não foram resolvidos a contento e, se fossem resolvidos a contento, seria sempre uma panacéia, seria fogo de girândola, de artifício, para a propaganda pessoal, para a propaganda política desse eterno candidato, desse permanente jovem, desse filho de presidente que é o Senhor Juscelino Kubitschek.

Senhor Presidente, estou cansado e imagino que V. Ex^as estejam ainda mais do que eu. (*Não apoiados.*) O meu propósito foi focalizar alguns aspectos de nossa realidade diplomática e da nossa situação internacional. Não tive a preocupação de ferir a quem quer que seja. Estou convencido de que o Presidente, desde que formule uma política coerente, desde que tenha uma orientação conhecida, desde que apresente soluções que correspondam de fato às nossas necessidades, encontrará apoio e cooperação nos grupos que dele divergem, porque ninguém nos dá e nós não admitimos que se nos dêem lições de brasilidade. Somos tão bons brasileiros com quem quer que seja, mas esta situação de bons brasileiros, longe de nos obrigar a concordar com erros e a patrocinar insânias, obriga-nos, ao contrário, a vir a esta tribuna protestar contra o golpe internacional, contra a cooperação fictícia internacional, porque também golpista foi Napoleão, golpista foi Hitler e tinham muito mais força do que o Sr. General Lott. *(Muito bem! muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

Título de conselheiro com assento no Senado aos ex-presidentes da República

12-1-1959

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente e prezados colegas, ao vir à tribuna apresentar minha posição em relação à emenda constitucional que inclui no Senado, com o título de conselheiros da República, os ex-presidentes, desejo salientar de antemão, embora talvez o pudesse considerar dispensável, dados os rumos habituais de minha atuação parlamentar, que não me dirijo, nem me norteio, na emis-

são de meu pensamento e na defesa de minha atitude, por qualquer consideração de natureza pessoal.

Senhor Presidente, a circunstância de a Comissão Especial constituída na Câmara dos Deputados ter sido presidida pelo Sr. Deputado Prado Kelly e ter tido como relator o Sr. Deputado Gustavo Capanema seria já de si e por si motivo fortemente persuasivo sobre mim, para que acolhesse a manifestação, creio que unânime, da mesma Comissão Especial. Porque, apesar das relações excelentes de cortesia e de coleguismo e da admiração que devoto aos demais companheiros componentes da Comissão, como à grande maioria dos Senhores Deputados, ocorre que os Deputados Kelly e Capanema estão no grupo para mim extremamente importante e seleto de meus mais velhos amigos. São dessas amizades honrosas que nos acompanham desde os bancos escolares, desde as distantes tarefas ginasianas: Capanema – meu colega em Belo Horizonte, Kelly – meu colega no Pedro II, homens a quem dedico uma afeição nunca turbada pelos acontecimentos da vida pública, que tantas vezes nos têm atirado em campos opostos, principalmente ao eminente representante de Minas Gerais, e que fazem com que seja constrangido, venha eu de público manifestar minha divergência frontal para com as conclusões que eles tiveram oportunidade de perfilhar. Quanto aos possíveis beneficiários da medida, não tenho motivo algum de natureza pessoal, muito pelo contrário, que me forçasse a atitude de intransigência ou de pirronice em relação ao resultado da tramitação desta emenda.

O grande mineiro, Presidente Wenceslau Braz, merece de todos nós, nascidos nas montanhas, o mais absoluto, o mais enternecido respeito, porque o crepitar das paixões, o fragor das lutas que se deflagraram durante o período em que Sua Excelência ocupou os postos do governo neste País já de há muito se encontram esmaecidos e são, hoje, páginas da história republicana. Porque, hoje, no venerando munícipe de Itajubá, vejo apenas o velho mineiro, o austero Cincinato desta nossa República, a grande figura que passou pela Presidência, mantendo íntegras aquelas virtudes familiares que ainda hoje o tornam credor da veneração dos brasileiros. E me recordo muito bem do convívio amorável de sua casa patriarcal, na praça de Itajubá, onde tive a honra de ser hospedado e onde nas tertúlias que mantínhamos, noite a dentro, sobre os acontecimentos ocorridos no fim do Império e no princípio da República, não raro me comovi com a evocação que o velho Presidente fazia de sua amizade de tantos lustros com meu pai, que foi seu companheiro nos bancos acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo. Ao General Dutra, não tenho senão motivos para ser grato. Não lhe devendo nenhum favor pessoal, devo-lhe, entretanto, a prova de uma consideração que me penhorou: com efeito, o eminente Presidente declarou, depois das eleições, que tinha sufragado meu humilde nome para a senadoria do Distrito Federal. Ora de um homem que não militou no meu partido, como S. Exª, esta declaração pareceu-me profundamente honrosa e tanto mais quanto não foi feita a mim e sim, de público, a um dos órgãos da imprensa desta capital.

Senhor Presidente, não me demorarei muito sobre meus laços de velha amizade para com Café Filho, que conheci neste recinto, nos idos de 1934, quando então o

jovem deputado potiguar começava sua admirável carreira ascensional que o levou ao Palácio do Catete, que soube honrar, pela sua graça de homem público, pelo seu equilíbrio, pela sua inteligência, pela sua bravura, pelo seu destemor, pela sua desambição e pelo exemplo, que hoje nos dá, de antigo chefe de Estado, de homem que teve neste país os poderes formidáveis que detém entre as mãos o chefe do Poder Executivo e que, entretanto, hoje luta – e posso dizer, não indiscretamente, porque é uma honra para sua vida – com dificuldades diuturnas para manter-se na modesta mediania com que vive no recesso digníssimo do seu lar.

Quanto ao meu conterrâneo, o Presidente Juscelino Kubitschek, nada tenho de pessoal com S. Exª, nem me demorarei, como fiz com os outros, em apresentar demonstrações de imparcialidade em relação ao atual Presidente da República, porque com S. Exª não sou imparcial, sou parcial, visto que milito em corrente política diversa, mas nunca essa parcialidade ou esse personalismo me levariam a tomar uma posição pessoal com relação a qualquer matéria que pudesse coroar o serviço que tem prestado ao país. Até me parece que o Sr. Juscelino Kubitschek não deixa de dar certa prova de humildade se é que está interessado neste projeto – coisa de que não tenho prova – em querer sair da Presidência da República para ocupar um lugar de Conselheiro no Senado Federal, porque o que é de nossa tradição republicana, o que é inerente ao desenvolvimento do nosso presidencialismo é que os chefes do Executivo têm querido muito mais. Desde Deodoro, têm querido dissolver o Legislativo para impor a sua vontade; têm querido modificar a Constituição para permitir as reeleições; têm querido permanecer no posto supremo da política nacional e o têm conseguido, ainda que como ditadores. Em suma, Sr. Presidente, valem-se de recursos nem sempre muito tranqüilizadores para continuar no exercício de função primacial da nossa vida política.

Conseqüentemente, um presidente que se satisfaz com o exercício de uma função de conselheiro é um homem que merece ser bem acolhido pela sua evidente demonstração de humildade e de modéstia, em relação a notórios antecedentes de nossa História republicana.

Mas, Sr. Presidente, é que a minha atitude em relação a essa emenda é de profunda convicção intelectual e, por isso mesmo que é de profunda convicção intelectual, passa a ser problema de consciência, problema moral, porque, quando a convicção intelectual se instala, de forma irredutível, no espírito de alguém e exige uma posição firme, na decorrência de um mandato popular, então essa convicção passa a ser também questão moral. Por isso, tenho que fazer tudo aquilo que estiver ao meu alcance para persuadir os meus colegas, para transmitir aos meus companheiros, para procurar transferir àqueles que me ouvem as razões que não têm nada de complicadas, os argumentos que não têm nada de sutis, mas que, na minha opinião, são suficientes para demonstrar a inoportunidade e, mais do que isso, o erro profundo da adoção desse projeto.

Ouço o aparte do nobre Deputado Gustavo Capanema.

O Sr. Gustavo Capanema – Senhor Deputado Afonso Arinos, direi, nesta oportunidade, uma singela palavra de informação, que vem demonstrar a sua inteira boa-fé e imparcialidade neste caso. Faz muitos meses, mostrei a V. Exª um projeto de minha autoria, feito a pedido dos chefes da política mineira, criando o Senado no nosso Estado. Desse projeto constava que seriam Senadores os antigos governadores de Estado. V. Exª concordou com minha proposição em todos os seus pontos, menos nesse, alegando motivos de ordem doutrinária. Na ocasião, não se falava ainda, na presente emenda constitucional.

O SR. AFONSO ARINOS – O Deputado Gustavo Capanema acaba, com a sua habitual generosidade, de reforçar a minha posição moral. Sua Excelência relata um fato de que já me tinha esquecido. Realmente, quando se tratou da constituição do Senado estadual, eu, que anteriormente fora favorável a esse Senado, no tempo do Governador Milton Campos – fiz um estudo especial sobre a instituição de uma segunda câmara em Minas Gerais, coisa que, ainda em tese, reputo aceitável, embora no momento não me pareça conveniente por outras razões – nessa ocasião manifestei ao meu velho colega e ilustre amigo, Sr. Deputado Gustavo Capanema, a minha resistência, lembro-me bem, àquele ponto do projeto que integrava no Senado estadual os antigos governadores como membros vitalícios.

Senhor Presidente, é, portanto, com maior desenvoltura e com maior satisfação que prossigo nestas descoloridas considerações, sentindo que, realmente, ficou demonstrado perante a casa, pela palavra insuspeita do eminente representante de Minas Gerais, o meu completo desligamento de qualquer preocupação personalista.

Em primeiro lugar, queria também fazer a aplicação de uma expressão corrente nos Estados Unidos, embora aqui com um sentido inteiramente diferente – a expressão cortesia senatorial. Eu queria dar também minha demonstração de cortesia ao Senado, casa para onde me dirijo graças à generosa confiança do povo carioca, casa aonde espero ter obscuro assento, colaborando com as grandes figuras da política nacional que lá assistem e que lá trabalham. A minha cortesia para com o Senado é exatamente para divergir de um dos consideranda do parecer, segundo o qual seria intervenção – o parecer não usa a palavra, mas se insinua ela na sua lógica – seria uma demonstração de impertinência tomarmos conhecimento e procurarmos intervir naquilo que o parecer considera como da competência não juridicamente estabelecida, mas politicamente reconhecida do Senado, isto é, prover a sua própria organização. Trata-se de matéria privativa do Senado, visto que diz respeito a organização da outra casa do Congresso Nacional. Aí, Sr. Presidente, é que, sem desejar infringir os princípios da cortesia senatorial, quero manifestar a minha divergência, não para com este ponto de vista, porque o Senado, como diz bem o Relator, com a precisão técnica da sua linguagem jurídica, é, como a Câmara, um órgão constitucional, e como órgão constitucional ele é oriundo da manifestação do poder constituinte, que representa, afinal, a soberania nacional. E, portanto, interessa à nação; e, portanto, interessa ao povo; e, portanto, interessa, especificamente, ao órgão que representa esta soberania e

este povo, que é a Câmara dos Deputados, dizer a sua palavra sobre o processo de composição e de recrutamento dos membros de um órgão da soberania nacional, que é o Senado da República.

O que compete ao Senado, como organização, não é sua estrutura, mas sim o seu funcionamento, e é por isto que o Senado tem a competência para estabelecer os princípios regimentais, mediante os quais ele funciona, como tem também a Câmara e como tem também, em função do mesmo raciocínio, o Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal traça o seu Regimento, como a Câmara traça o seu Regimento e como o Senado traça a sua lei interna.

Até aí o que vale é o interesse privativo do Senado na sua composição, no seu funcionamento.

Mas, Sr. Presidente, a estrutura, a maneira de recrutar os senadores, a composição desse corpo político, com a importância fundamental que tem na vida nacional, não é assunto exclusivamente relegado aos debates e às decisões daquele grupo de eminentes brasileiros, por mais eminentes que sejam, mas assunto que diz respeito à própria Constituição e, por conseqüência, que interessa profundamente à Câmara baixa, porque a Câmara baixa é aquela que mais diretamente está incumbida de se assenhorear do funcionamento e da defesa da Constituição federal.

O Sr. Gustavo Capanema – Permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Peço licença ao Deputado Gustavo Capanema para concluir esta parte do meu raciocínio. Depois, então, darei o aparte a S. Exª.

Sr. Presidente, se fosse exato que competiria apenas ao Senado, por essa argumentação, que me parece extremamente sutil, mas não convincente, pelo fato de se tratar de sua constituição interna, deliberar das normas dessa constituição, então o Senado não teria ingerência na apreciação daquele projeto que nós aqui rejeitamos no sentido de distribuir, depois das eleições, as vagas acrescidas à representação nacional entre os suplentes não eleitos. Aquilo não interessava somente à Câmara: aquilo interessava à própria vida democrática do país, interessava à própria interpretação do funcionamento das instituições representativas, interessava ao próprio respeito à soberania do eleitorado, interessava, portanto, a uma série de conceitos e de normas que estão muito acima dos interesses imediatos desta casa do Congresso Nacional. De forma que, assim como não aceitaria considerasse a Câmara assunto de sua competência a elevação do número dos seus membros e a sua distribuição – e tanto isto não é exato que o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da lei feita com esse objetivo – também não posso aceitar escape ao crivo da análise, do debate e da divergência qualquer matéria que diga respeito à composição do Senado Federal.

Tem, agora, V. Exª o aparte, Senhor Deputado Gustavo Capanema.

O Sr. Gustavo Capanema – Permita-me retifique a versão que V. Exª está dando ao meu parecer. Não declarei que o Senado deva tratar exclusivamente desse

assunto ou que a matéria seja apenas da competência do Senado. Estou usando dois advérbios de sua oração – exclusivamente e apenas. Afirmei, sim, que o Senado é o primeiro e o melhor juiz de sua própria organização, e que um pronunciamento tão expressivo do Senado a esse respeito, dado por mais de dois terços dos seus membros, sem nenhuma voz discrepante na votação, era um argumento em favor da proposição. Daí não se conclua que eu tenha julgado não deva a Câmara tomar conhecimento da matéria nem deva discuti-la.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço o aparte de V. Exª.

Realmente, terei exagerado a coloração do argumento. Mas, embora com tintas menos fortes, ele se dirigia para uma conclusão assemelhada. A explicação que estou aqui dando não é tanto no intuito de divergir de V. Exª, senão no de apresentar uma escusa justificada aos meus futuros colegas, pelo fato de estar aqui em posição antagônica àquela que eles assumiram por unanimidade no dia da votação. Não estando presente, por não ser senador, não pude discutir; já não estando em discussão a matéria quando eu for senador, não poderei discuti-la. Estou, como disse, no início, por meio de uma fórmula de cortesia senatorial, querendo mostrar que considero discutível a proposição que tendesse a restringir o debate ou o mérito do debate à câmara interessada na reforma.

Vamos entrar agora na análise da questão, tal como, a meu ver, deve ser colocada. Devo advertir os nobres colegas, que tão bondosamente, neste fim de sessão, me honram com sua audiência, de que estamos em face de um problema árduo, porque teórico, porque abstrato até certo ponto. Procurarei, no entanto, reduzi-lo ao mínimo compatível, para uma exposição de parte de um homem de capacidade reduzida nesses assuntos, e que se dirige a um auditório mais do que esclarecido para receber estas lembranças.

Este problema do bicameralismo, Sr. Presidente, da existência de duas casas e da composição delas, apesar de todas as mutações que tem sofrido a história do Direito Constitucional, é ainda um problema de grande atualidade e relevo nas discussões modernas desta matéria.

Nós, de maneira geral – e digo-o aqui como se estivesse desenvolvendo o assunto num debate escolar, acadêmico –, podemos consignar duas orientações na concepção do problema bicameral, desde que se considere como assentada a existência das duas câmaras. É claro que tenho como suposta a existência das câmaras, porque a negação da segunda será objeto de algumas referências posteriores, no meu modesto discurso.

Acho que poderíamos reunir, organizar e articular as diferentes teorias e pontos de vista divergentes nesta matéria, dizendo, como digo aqui, que o bicameralismo pode ter duas sortes de características: uma, que chamo unitária e aristocrática; outra, que chamo democrática e federal.

Chamo caraterísticas unitárias e aristocráticas aquelas que consideram a segunda câmara uma instância moderadora dos excessos ardorosos da primeira. A se-

gunda câmara, de tipo aristocrático, tem a meu ver, dentro do quadro geral e de infinita variação, as seguintes características essenciais: 1ª, ela é de número ilimitado; 2ª, ela é vitalícia; 3ª, ela é hereditária; 4ª, ela é de composição não eleitoral.

Se tivermos em vista uma câmara legislativa com esses aspectos, teremos uma câmara aristocrática típica, como é o caso da Câmara dos Lordes, na Inglaterra. Ela não tem número limitado de membros; ela não é eletiva. Visto que o pariato é da escolha da Corôa, ela é hereditária, ela é vitalícia.

Sr. Presidente,não ignoro que alguns dos membros da Câmara dos Lordes não são hereditários, mas são muito poucos, e não vou entrar em detalhes sobre a história da Constituição inglesa.

A Câmara dos Lordes tem esses aspectos. Então, dentro deste quadro da mãe das câmaras aristocráticas, da mãe de todas as câmaras, que é a Câmara dos Lordes – e a Inglaterra já foi chamada, mui justamente, a mãe dos parlamentares –, dentro deste quadro, diria eu, das câmaras aristocráticas, se distribuem as demais câmaras aristocráticas do continente europeu, que nem sempre integram todos esses elementos, mas que seguramente adotam um ou mais de um dentre eles.

Temos como primeiro tipo de câmaras aristocráticas a Câmara dos Pares, do governo de Luís XVIII, o chamado senado da Restauração. A Câmara dos Pares foi aquela que serviu de origem ao nosso Senado imperial.

Os nobres colegas hão de desculpar-me estas minúcias mas com este raciocínio vamos chegar à emenda.

Temos, então, na Câmara dos Pares, o pariato à vida, o pariato hereditário, e o pariato sem número limitado de membros. Temos, como segundo exemplo dessa câmara, atenuado, já a Câmara dos Pares – se não estou enganado – de Luís Felipe, que não era hereditária, mas que se integrava de todos os elementos aristocráticos a que me referi.

Temos, finalmente, Sr. Presidente, o Estatuto Albertino, a Constituição italiana de 1848, que incorporou aos seus preceitos a lição da Câmara aristocrática francesa, transformada por Luís Felipe e, também, a lição da Constituição brasileira de 1824.

Já me tenho dado, mais de uma vez, a este prazer de colecionador de idéias – há os que colecionam selos, mas há também os que colecionam idéias – e fazer a comparação de até onde a nossa Constituição imperial de 1824, a grande lei política redigida por Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campos, influiu no Estatuto Albertino.

E V. Exª, Sr. Deputado Gustavo Capanema, cultor que é, não apenas do Direito Constitucional, mas da história do Direito Constitucional, verificará que o Estatuto Albertino, que depois se transformou na Constituição italiana, que só veio a desaparecer, do cenário da península, depois da segunda guerra mundial, esse Estatuto, que a princípio era apenas a Constituição do Piemonte e da Sardenha e depois se transformou na Constituição do Reino Unido da Itália, tem nas suas disposições, al-

gumas importadas, retiradas da Constituição brasileira, promulgada 24 anos antes no Rio de Janeiro.

Portanto, esta composição do Estatuto Albertino, que forma o Senado completamente por nomeação régia, dentro de um quadro de capacidades específicas, neste ponto retirada da Constituição de Luís Felipe, mas que também considera membros de número do Senado os representantes da casa Real, e neste particular copia a Constituição imperial brasileira se não estou enganado, no art. 46; esta Constituição italiana de 1848, integrada, formada, colorida por todas as idéias do pensamento aristocrático, é que veio a servir de base para a adoção do art. 59 da atual Constituição italiana, onde o Senado brasileiro foi buscar inspiração para a sua emenda.

A emenda do Senado, de autoria do meu caro companheiro de representação, o Sr. Senador Gilberto Marinho, de quem me honro de ser colega, como próximo representante do Distrito Federal, foi elaborada em vista da Constituição italiana – e S. Ex.ª o declarou – e foi na base da mesma Constituição que foram formulados todos os raciocínios e apresentados todos os argumentos para defesa da emenda.

Mas, Sr. Presidente, o art. 59 da Constituição italiana não existia no projeto. Ele foi incorporado em plena Constituinte, no decorrer dos debates e das votações numa revivescência da Constituição real da Itália que, por sua vez, era uma síntese das disposições da Constituição imperial do Brasil com a Constituição de Luís Felipe.

Temos, assim, Sr. Presidente, a restauração de uma tradição monárquica de que a Itália se fez portadora como uma monarquia até anteontem e como um país unitário ainda hoje, porque nós, país republicano, democrático e federal, abandonando completamente a linha evolutiva do nosso Direito Constitucional, nos reintegraríamos na tradição que abandonamos no dia 15 de novembro de 1889. Em vez de buscar tais subsídios na Constituição italiana era melhor fazê-lo na brasileira, em vez de dizer que copiávamos o art. 59 da Constituição Italiana, deveríamos ter dito que estávamos seguindo o art. 46 da Constituição imperial, e, em lugar dos Príncipes da casa Imperial, que faziam obrigatoriamente parte do Senado, poríamos os Presidentes da República. Era da nossa tradição nacional. Não precisávamos dos italianos.

Mas, Sr. Presidente, para mim estas questões são secundárias. Não analiso a coisa à luz de considerações desta natureza, nem mesmo de considerações históricas, porque o Direito Constitucional é muito História mas é muito razão, é muito raciocínio, é muito teoria, é a generalização da experiência, teoria com arquitetura de elementos colhidos na História, mas é tão diferente da História como um palácio de uma pedreira ou de uma jazida de mármore. Analiso esse ponto de vista teórico.

Sei, Sr. presidente, que hoje se diz e se tem repetido – e o meu colega Aurélio Viana, brilhante orador que me antecedeu na tribuna chamou a atenção para este pormenor –, sei que hoje não podemos basear o Senado Federal exclusivamente na

concepção que Benjamin Franklin considerou uma prova da proteção de Deus sobre o gênio americano.

V. Ex^as se recordam, talvez, de que Benjamin Franklin, nas suas memórias, no seu jornal, relata que o problema do Senado foi a questão crucial da Convenção de Filadélfia. Não se chegava a um acordo sobre a câmara dos estados. E aquela reunião de homens eminentíssimos, de homens de quem já se disse tantas vezes que eram dos maiores do mundo reunidos naquela sala, separou-se numa certa tarde, convencida de que não poderia chegar a bom termo. Pediu, então, as inspirações de Deus para que, no dia seguinte, lhes iluminasse os espíritos e lhes abrisse a vista para uma solução que viesse manter a união dos Estados ao mesmo tempo que a possibilidade da representação proporcional. Foi esta a solução, a do Senado, representando os estados como nas antigas Dietas européias com o mesmo número de representantes para cada circunscrição, mas com espírito republicano. Sabemos que isso, hoje, é muito relativo. Sabemos também que a Federação, como bem disse o nobre Deputado Gustavo Capanema citando com acerto autores da melhor categoria, que a Federação não se explica nem se define por si só, pela representação igualitária dos diferentes estados-membros. E S. Ex.ª disse muito bem que o Canadá é uma Federação em que o número de senadores é variado. Embora digam alguns escritores ingleses que o Senado do Canadá é igual a zero.

Mas temos que estudar é a nossa Federação. Como é que ela se instituiu, como é que ela progrediu, o que significa. E, então, nós temos uma prova, uma demonstração espetacular – espetacular, Sr. Presidente – em toda a evolução do nosso Direito Constitucional, que o Senado no Brasil – e nós estamos tratando é do Brasil e nos ocupando da reforma no Brasil – desde 15 de novembro de 1889 nunca foi outra coisa senão um Senado federativo. E o Deputado Gustavo Capanema, como demonstrarei daqui a pouco, participou desta convicção, e estou certo de que ainda participa, estou convencido de que o Deputado Gustavo Capanema, com toda a boa fé, está é diminuindo a importância da reforma que está querendo instituir, porque o que acontece com o Deputado Gustavo Capanema é que ele não acredita que esta adição possa prejudicar em nada: figuras eminentes que se assentam em um conselho, sem iniciativa e sem voto. Mas vai alterar, conforme daqui a pouco procurarei demonstrar.

O que dizia no momento é que o Senado brasileiro sempre foi fundado no princípio federativo da igualdade. E quer V. Ex^a ver? Em 1934 levantou-se – e aqui volto àquele tema que comecei a esboçar no princípio do meu discurso – a onda contra o Senado. O grande arauto, o grande orador, o grande escritor desta corrente – está, graças a Deus, vivo e é um dos homens a quem mais quero bem e a quem mais respeito no meio político nacional –, João Mangabeira, nosso colega na segunda legislatura, encabeçou na Comissão do Itamarati, assim chamada porque se reunia no Ministério das Relações Exteriores, a luta contra o Senado.

Quem percorrer as atas da Comissão do Itamarati, presidida pelo Chanceler Melo Franco e integrada por alguns dos homens mais ilustres do tempo, verá sempre

a posição intransigente de João Mangabeira, combatendo a segunda câmara no nosso Poder Legislativo.

Essas atas estão publicadas por um patrício nosso, Deputado Capanema, pelo Sr. José Afonso Mendonça de Azevedo. É um livro que mete medo pelo seu tamanho. Em vez de fazer três volumes, fez um só, com duas mil páginas. A gente foge: mas não deve fugir; a gente deve abrir, ler o livro, começar a percorrer a história das idéias daqueles homens, muitos dos quais aqui estão ainda hoje, como José Américo, Oswaldo Aranha, Temístocles Cavalcanti, Carlos Maximiliano, Levy Carneiro e vários outros. Vemos então o choque dessas idéias naquele momento de perturbação em que os velhos eram três – Melo Franco, Prudente de Morais e Carlos Maximiliano. Acontece que as teses que os velhos defendiam são aquelas que ainda hoje prevalecem. E as teses dos moços, a representação profissional no Legislativo, todas aquelas incursões fascistas que começavam a se fazer sentir no nosso pensamento jurídico, desapareceram. Os velhos encarnavam a pureza das doutrinas, a integridade das teorias, e as idéias deles são aquelas que hoje aqui defendemos, porque são as mais modernas. As outras desapareceram envolvidas no pó, no lixo da História.

Sr. Presidente, dizia eu que João Mangabeira se bateu ardorosamente contra a segunda câmara; tão ardosamente se bateu que o Senado desapareceu do projeto do Itamarati. Não se podia falar no Senado. O chefe do governo não gostava do Senado. O General Góes não gostava do Senado. O Clube 3 de Outubro também não gostava. Precisávamos, então, encontrar uma solução para aplicar aquele princípio federativo que estava excluído do Legislativo. Essa solução foi encontrada por um homem experiente, tolerante, freqüentemente risonho, sério quando era necessário, que era o Chanceler Melo Franco, que costumava dizer, a mim por exemplo, que considerava aquela República um pouco república de estudantes, mas que tinha para com ela a boa vontade que o velho tem com as atividades estudantis. Procurou ele transportar para o Conselho Supremo o princípio federativo. E foi então que avocou o posto de relator desse capítulo, para poder colocar dentro dele a defesa daquela igualdade federativa que estava sendo golpeada pela revolução de outubro.

O unitarismo de Vargas começava a se fazer sentir. O unitarismo de Vargas, que explodiu em 1937, estabelecendo a ditadura que matou a autonomia dos estados, começava a se manifestar em 1934; e os elementos militares, os sindicais e os representantes profissionais que introduziu, quarenta nesta Câmara, na Assembléia Constituinte; e a imprensa, o Clube 3 de Outubro e toda a mocidade ardorosa de boa-fé, começava a servir de instrumento para essa lenta demolição da Federação brasileira.

Criou-se, então, o Conselho Supremo, tirado da Constituição Espanhola de 1931. Foi o Chanceler o relator deste capítulo, e o fez com o maior cuidado. No Conselho Supremo ele introduzia 21 Conselheiros natos, um por Estado e um pelo Distrito Federal. Procurou afeiçoar o princípio da unidade da representação àquele órgão que no momento era compatível com as aspirações revolucionárias. Este Con-

selho Supremo foi criado no corpo da Constituição, em seguimento à Constituição Espanhola de 31. O nobre Deputado Capanema, que é um mestre nestes assuntos, sabe que a Constituição de 1934 é um produto de uma aventura amorosa entre a Constituição de Weimar e a espanhola. E então este trecho é da Constituição espanhola, com a diferença de que a espanhola de 31 criava o Conselho Supremo, mas não lhe dava organização. Deixava-o à lei ordinária. Fazia com o Conselho Supremo mais ou menos o que a Constituição Brasileira de 1946 fez com o Conselho de Segurança. Dá certas linhas, mas deixa à lei ordinária organizar os detalhes. O projeto do Itamarati organizou então o Conselho Supremo. Entrou muito além da Constituição espanhola. Chegada a matéria à Assembléia Constituinte, formou-se uma subcomissão para estudar o problema do Poder Legislativo e, então, foram apresentadas numerosíssimas emendas, suprimindo o Conselho Supremo, sob a alegação de que era um órgão reacionário, conservador. Muita gente veio copiando a opinião do Visconde do Uruguai sobre o Conselho do Estado, do Império, que é uma coisa inteiramente diferente. Não há nada mais perigoso, em matéria de técnica constitucional, do que esses aprendizes que utilizam autores que se referem a coisas diferentes daquelas que estão em discussão. Isso é muito comum. Os aprendizes chegam e começam a fazer "bambolê" com os autores que não têm nada a ver com aquilo que estão estudando.

Foram apresentadas numerosas emendas que suprimiam o Conselho Supremo. Uma delas era de Miguel Couto, a quem rendo, neste momento – veja V. Exª como a idade vai-me levando para a exumação dos mortos –, a minha homenagem. Miguel Couto, que tive a honra de conhecer, de ser amigo, embora uma alma grande, além de ser aquele cientista, não entendia patavina desse assunto. A justificação da emenda de Miguel Couto sobre o Conselho Supremo é uma coisa que, hoje, nos surpreende. Mas a autoridade de sua pessoa, a respeitabilidade de sua vida, a imposição de sua presença faziam com que uma emenda completamente pífia, como era aquela, tivesse as honras de uma discussão a sério e influísse na decisão.

Mas, Sr. Presidente, além dessas emendas supressivas, houve outra emenda. Muitas vezes discuti esse assunto nesta casa, cara a cara com o seu autor, Deputado Agammenon Magalhães. Ele era parlamentarista convicto, como V. Exª se lembra, mas era jurista, era professor de Direito Constitucional. Sabia que, uma vez que não se podia destruir o regime que ele detestava para instalar um regime parlamentar, era necessário manter no regime presidencial aquelas peças orgânicas, aquelas peças que estão ligadas à própria natureza dessa instituição, num país como o Brasil – note bem V. Exª, num país como o Brasil. Então ele apresentou uma emenda criando o Senado, embora com as atribuições especiais que tinha na Constituição de 1934 – aquele Senado órgão de coordenação, aquele Senado meio esquisito da Constituição de 1934, que parecia um penetra na festa do Poder Legislativo, aquele Senado que entrava no baile legislativo assim um pouco como quem não está convidado. Era, entretanto, uma solução entre o Conselho Supremo, que foi derrubado, e a posição radical encabeçada por João Mangabeira. Entregou-se

àquele Senado, que está colocado como órgão de coordenação dos poderes, que está fora do Poder Legislativo, mas que é federal, poucas atribuições – algumas das quais muito importantes – que eram destinadas a manter o equilíbrio federativo, através da igualdade de representação de todos os estados.

Sr. Presidente, não me vou referir ao período da Constituição de 1937. Seria levantar aqui inúteis polêmicas e dispensáveis retaliações.

Como professor de Direito Constitucional tenho uma certa admiração pelos autores daquele "código de anarquia", para me utilizar da expressão de Bernardo Pereira de Vasconcelos, mas um código de anarquia que jogava glacialmente com todas as idéias modernas que se atropelavam no panorama do Direito Constitucional mundial.

Mas, na verdade, é uma Constituição que não tem existência histórica, porque nunca foi aplicada a não ser nas suas exceções. Portanto, não temos que nos perder no exame teórico de uma lei que não chegou a ser lei e que foi apenas o exercício da inteligência de alguns ginastas, de alguns acrobatas das idéias.

Passemos, portanto, à Constituição de 1946, e aqui o meu preclaro mestre Gustavo Capanema está diretamente responsável pela caracterização federativa do Senado da República.

Constituiu-se a subcomissão do Poder Legislativo, Sr. Presidente, presidida pelo eminente representante de Minas Gerais, relatada, se não estou enganado, por Costa Neto, nesta parte, e tendo como vogal Soares Filho. Eu não tive a fortuna de estar presente nos memoráveis debates da terceira Constituinte republicana, porque não alcancei mais do que uma modesta primeira suplência na representação do meu partido e do meu Estado. Integrei, porém, como obscuro estudioso dessas matérias, uma comissão que o partido constituiu para este campo de pesquisas. Integravam-na dois suplentes – Odilon Braga e eu. Acompanhamos de fora – como diz o meu amigo Afonso Pena, como rato de botica, que fica em redor dos bujões, mas não pode alcançar os bolos e confeitos –, acompanhamos como ratos de botica a feitura desse capítulo. Tivemos até a oportunidade de apresentar uma sugestão que hoje lamento muito tenha o Deputado Capanema rejeitado, porque Soares Filho a adotou, e que foi a sugestão da comissão legislativa, a qual, depois, esta sim, foi integrada na Constituição italiana. Isto é que devemos buscar na Constituição italiana e dar às comissões permanentes da Câmara competência legislativa para um certo tipo de lei de rotina. *(Apoiado.)*

Apresentei esta sugestão, meus caros colegas, com parecer escrito, e Soares Filho a esposou. Foi ela derrubada, entretanto, na subcomissão, pois a ela se opuseram, segundo me disse Soares Filho, o meu querido companheiro Gustavo Capanema e Costa Neto.

O Sr. Nestor Duarte – Permita-me apenas trazer um pouco de achegas à história desse instituto que talvez venha a fazer parte do direito constituído. Quando se discutiu aqui, há alguns casos, determinadas idéias para modificação do Poder Legislativo, também fiz sugestão igual a essa que V. Exª formulou na Constituinte.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado ao nobre Deputado.

Acho que esta emenda vai ser aprovada na próxima legislatura. Ela não pode deixar de ser considerada pelo Congresso. As comissões legislativas da Câmara dos Deputados na Itália não eram uma descoberta, porque eu, aqui no Brasil, já sabia e cogitava disto, tanto que apresentei a minha emenda antes de ser aprovada a Constituição italiana, mas são uma das soluções admiráveis para a democracia moderna, pois 80% do trabalho das câmaras se fará com outra eficiência e com outra rapidez, ficando sempre ao plenário, como é claro, a opção de convocar ou avocar qualquer projeto de que queira tornar conhecimento direto.

Mas, Sr. Presidente, este é outro assunto. Esta seria a sugestão, a exemplo da Constituição italiana, de que poderíamos lançar mão. Entretanto, dizia eu, o Deputado Capanema se opôs, e com ele os demais ilustres representantes da subcomissão, a todas as emendas supressivas do Senado Federal apresentadas no decorrer da elaboração da Constituição de 1946, enfatizando o caráter federativo do Senado.

Eu não poderei dizer se o parecer é de V. Exª, visto que ele está assinado por toda a Comissão, mas algumas das suas páginas, pela concisão do estilo, pelo brilho intelectual das citações, pela maturação dos assuntos, devem ser de V. Exª. E, então, esse parecer repeliu todas as emendas que queriam alterar o Senado, sob a declaração de que a supressão e a alteração do Senado feriam a Federação. As emendas que quiseram fazer do Senado, aquilo que ele era em 1934, sustentadas por Soares Filho, que já as tinha sustentado em 1934 – Soares Filho era outro velho campeão do unicameralismo –, foram repelidas na subcomissão do Poder Legislativo, porque atentavam contra a fisionomia federativa do Senado.

O Sr. Gustavo Capanema – Para descansar um pouco V. Exª nessa tão erudita, clara e interessante exposição de matéria constitucional de tão alta importância, permita-me relembrar que na Constituinte de 1946 tive a fortuna de presidir a subcomissão que organizou o anteprojeto do capítulo "Do Legislativo". Ali, Costa Neto e eu éramos intransigentes defensores do Senado, como uma casa em tudo e por tudo igual à Câmara dos Deputados, compondo com ela as duas casas do Congresso. Éramos contrários à idéia do nosso companheiro Soares Filho, que queria restaurar o Senado de 34, que era, como muito bem V. Exª o disse, um organismo imperfeito, esquisito, anômalo dentro do Poder Legislativo da União. Por aquela ocasião, redigimos ambos textos contrários a essas idéias que vinham do plenário da Assembléia Constituinte. Ainda hoje, Sr. Deputado Afonso Arinos, eu me conservo perfeitamente identificado com aquela idéia, fiel a ela, no sentido de manter o Senado como uma casa representativa dos estados com os mesmos direitos que a Câmara dos Deputados na elaboração legislativa, representando os estados com o princípio da igualdade consignado no texto da Constituição. Para concluir estas considerações, devo dizer a V. Exª que no meu parecer sustento ainda essas idéia. Seria de todo impossível, por razões históricas e sociológicas, que uma emenda constitucional, visando ferir o princípio da igualdade, transitasse no nosso Congresso. Ainda hoje permaneço convencido de que o princípio da igualdade é histórico e sociologicamente um dos dados permanentes da nossa Constituição.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre Deputado.

Sr. Presidente, eu não digo que esteja constrangido de ocupar o tempo dos meus ilustres pares, tão generosos...

O Sr. Nestor Duarte – Não apoiado. V. Exª está fazendo um admirável discurso, modelo de análise histórico-jurídica.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

Tão generosos têm sido os nobres colegas ao honrarem-me com sua atenção, e ainda agora na expressão do meu eminente e querido amigo Nestor Duarte, que não estou constrangido. E não estou, por outro lado, porque pretendo ocupar a tribuna muito tempo, falar muito sobre isto e pedir a todos aqueles que se preocupam com o assunto que falem também. Nós não podemos enfrentar uma alteração dessa significação teórica, sem que o assunto seja maduramente pensado pela Câmara dos Deputados.

Não é possível que os nossos *Anais* não esplendam nas suas páginas algumas luzes que aqui são tão abundantes e tão freqüentes no debate deste assunto.

Até, Sr. Presidente, pediria a V. Exª, verificando que se aproxima o termo do meu discurso, em primeiro lugar, uma informação, e, em segundo lugar, respeitosamente, a satisfação de um requerimento.

V. Exª pretende convocar sessão noturna para a continuação dos debates?

O SR. PRESIDENTE – Pretendo. Aguardava exatamente que V. Exª solicitasse a prorrogação a que tem direito ou que concluísse sua oração para convocar a sessão noturna.

O Sr. Gustavo Capanema – Senhor Presidente, creio que o tempo do Deputado Afonso Arinos está a terminar, se não terminou. Peço a V. Exª que prorrogue o prazo pelo período regimental.

O SR. PRESIDENTE – Por meia hora.

O Sr. Nestor Duarte – Mas o tempo do nobre Deputado ainda não está terminado.

O SR. PRESIDENTE – O tempo do Deputado termina dentro de cinco minutos. S. Ex.ª começou a falar precisamente às 16 horas e 55 minutos. De maneira que poderá, segundo o desejo do plenário, e a Presidência prazerosamente o concede, ter mais meia hora para concluir sua oração.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, ao nobre Deputado Gustavo Capanema e ao plenário. Procurarei utilizar a meia hora de forma tão econômica quanto possível.

O SR. PRESIDENTE – Neste caso, vou interromper o orador para convocar uma sessão extraordinária noturna para às 21 horas, tendo como Ordem do Dia a Emenda nº 22-A à Constituição.

Continua com a palavra o nobre orador.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, contra a Câmara Alta aristocrática e unitária levantei a Câmara Alta republicana e federal. É claro que são oposições feitas *grosso modo*, mais por espírito de sistema do que por espírito de análise. E eu diria que assim como as câmaras aristocráticas e unitárias possuem elementos integrantes quase que permanentes, senão na totalidade pelo menos em um ou dois dos seus aspectos marcantes, também as câmaras altas federais e republicano-democráticas possuem essas suas características constantes: a primeira é a igualdade na representação, a segunda é a temporalidade dessa mesma representação, e a terceira é a eletividade dos representantes. Igualdade de representantes, temporalidade dos mandatos e eletividade dos seus representantes são características que encontramos fatalmente nas câmaras federais democrático-republicanas.

Dir-se-á, Sr. Presidente, que o Canadá é uma democracia muito mais importante que a nossa como democracia. Eu diria que sim, mas que não é republicana. Dir-se-á que a Itália é uma República tão república quanto a nossa. Direi que sim, mas que não é federativa. O mesmo se diria da França. Quando o país é federal e republicano, a Câmara tem essa característica; igualdade de representação, eletividade dos senadores, temporalidade dos respectivos mandatos. Na exposição que vinha fazendo, eu me esqueci de mencionar exatamente o caso da França. O caso da França é preciso como instrumento de elucidação do nosso debate. Sabe o Deputado Capanema e sabem os meus ilustres colegas que o problema do Senado Federal é capital na República francesa, tanto quanto a república, porque se integrava com o problema da república. Sem o Senado não haveria república. Essa era a posição daqueles que, dentro do sistema monárquico que prevaleceu na Assembléia Nacional que sucedeu à guerra franco-prussiana, aceitavam a instalação da República. V. Exªs sabem que a 3ª República francesa apareceu por acaso, por meio do famoso *amendement* Wallon, a famosa emenda Wallon, que foi votada quase despercebidamente, mas a formação do Senado foi dos assuntos mais debatidos na Assembléia Nacional e mais importante nas leis constitucionais francesas. Então, como era? Esse Senado correspondia àquelas idéias que tinham sido objeto de trabalhos e de livros dos reacionários e dos democratas de larga corrente do pensamento jurídico francês. Os reacionários pensavam, como Benjamim Constant, o famoso Benjamim Constant que tão grande influência exerceu no pensamento jurídico brasileiro, no princípio do Império, que sem uma aristocracia estável no Poder Legislativo marchava-se para a ditadura. Benjamim Constant era homem de gênio, e eu coloco como pensador político ao lado de Montesquieu, Tocqueville, Bryce, ao lado dos grandes pensadores políticos modernos. Ele fez a teoria da experiência britânica: os ingleses constituíram a sua superestrutura constitucional aluvionalmente, como um rio da história que carreia as terras fecundas e faz brotar flores nas suas margens.

Mas Benjamin Constant, com a lógica genial, com a lucidez segura de seu espírito, quando sustenta em seu *Curso de Direito Constitucional* a necessidade de uma segunda câmara permanente, diz:

"Sem uma parte do Legislativo estável fica a democracia...

Era a experiência que ele tinha de Bonaparte, do regime a que serviu.

...reduzida a um homem que manda, uma tropa que coage e a um povo que obedece."

Dizia ainda:

"Sem a presença de um corpo legislativo permanente, cuja autoridade se equipara à do Rei."

Então, teremos o quê? O General Imperador, o Cônsul, o corso, teremos a glória arrebatando os espíritos, mas humilhando os indivíduos. Aquela situação que ele discerniu quando falava de Bonaparte e que me parece um dos traços de gênio de Benjamim Constant, quando diz:

"Dia virá em que a preocupação da igualdade se sobreporá à da liberdade."

E quem deu esse exemplo foi Bonaparte. Ele queria, então, o corpo aristocrático permanente. E esse foi um dever do Senado francês da Terceira República, porque toda aquela gente que vinha de Benjamim Constant pensava em manter uma organização estrutural que estabilizasse o movimento das novas massas em ascensão, representados por homens como o grande Gambetta ou jovens políticos que surgiam no cenário, como esse admirável Georges Clemenceau.

Mas, os outros republicanos queriam então um Senado democrático, queriam um Senado como V. Exª o diz, o Senado que fosse em tudo igual à Câmara e com a Câmara participasse das responsabilidades da legislação e do governo. Homens que vinham de Prévost-Paradol e seu famoso livro sobre *A França Nova*, que vinham de Gambetta, de Thiers, enfim, daqueles elementos que encarnavam mais diretamente o movimento renovador.

Então, como vêem o Senado? Que era o Senado francês? Era uma corporação democrática que tinha no seu seio alguns elementos vitalícios. O Senado da República Francesa teve, até certa fase, um grande número de integrantes vitalícios: aqueles eleitos pela Assembléia Nacional. O senador eleito pela Assembléia e não pelo eleitorado mais amplo era vitalício na Constituição francesa e quando morria o seu sucessor, também vitalício, era eleito pelo próprio Senado. Isso só desapareceu em virtude da reforma constitucional que se fez, se não me engano, em 1885, ou por aí.

Agora, Sr. Deputado Gustavo Capanema, depois da primeira guerra mundial, tentou-se fazer no Senado da França aquilo que agora se quer fazer no Senado brasileiro, por meio de um professor, cujo nome agora me escapa. Foi apresentado à Assembléia Nacional, em 1930, projeto da emenda constitucional considerando senadores vitalícios os antigos presidentes da República, e esta emenda foi recusada,

porque se entendia que embora a França fosse um país unitário, porque se entendia que embora fosse da tradição francesa a existência de legisladores vitalícios, já não o era o membro de uma Câmara Alta que não tivesse a mesma origem política dos demais componentes dessa mesma Câmara e que fosse vitalício, o que repugnava ao princípio republicano.

Temos, portanto, no exemplo francês, que mesmo a tradição aristocrática, que mesmo a tradição unitária repeliu em 1930 aquilo que a Itália veio a adotar em 1947. Mas adotar como? Conforme eu disse, tirando do Estatuto Albertino, o qual a tirou de certa cláusula da carta de Luís Felipe e da Constituição brasileira de 1824.

Sr. Deputado Gustavo Capanema, entendo que infringe não apenas o princípio federal, que foi a base de organização do nosso Senado, mas o próprio princípio republicano, a idéia de um membro vitalício de uma câmara legislativa. V. Exª me dirá que é um membro que sofre a *capitis diminutio* de não ter iniciativa nem voto. Mas então ele não deve estar lá, porque não se compreende que se ocupe ou se recolha a experiência de homens que teoricamente são homens pinaculares da nossa organização política – os antigos Presidentes da República – e que se utilize dessa experiência, suprimindo-a naquilo que ela tem de essencial, a iniciativa e o voto do legislador. Então, é melhor que ele fale na televisão. Então é melhor que ele escreva livros. Então, é melhor ele fale na cátedra, porque terá um âmbito de persuasão, um alcance para suas idéias muito maior. Que farão aqueles funâmbulos, aqueles duendes, aqueles fantasmas lastimáveis de um passado próximo, que correrão entre as cadeiras na hora da votação e fugirão para os corredores, que na hora das iniciativas não poderão votar – tenho pena de usar uma expressão brutal – mas que são castrados no exercício das suas funções? Então não estejam lá. Estejam naqueles órgãos compatíveis com as finalidades que a emenda constitucional lhes quer outorgar e que venham – aqui a parte final do meu discurso – para um organismo que poderemos criar nesta República, que criaremos, se a tanto estiverem dispostos os nossos eminentes companheiros da maioria – o Conselho de Estado – este, sim, capaz de abrigar no seu seio as personalidades eminentes do país para utilizar a sua experiência do sentido que deseja a emenda do Senado.

Não me venham aqui dizer que não poderemos dar imunidades aos conselheiros de Estado, mas que elas são indispensáveis.

O Sr. Gustavo Capanema – Antes que V. Exª passe à parte final do seu discurso, quero consignar que, não tendo sido autor da proposição do Senado, não me cabe a responsabilidade de ter ela colocado esse grupo de conselheiros da República com funções menores do que a dos senadores. A este respeito posso dizer que estou de acordo com V. Exª.

O Sr. Nestor Duarte – Todos nós.

O Sr. Gustavo Capanema – Melhor seria, a meu ver, que a emenda do Senado tivesse declarado pura e simplesmente senadores os antigos Presidentes da Repúbli-

ca. V. Exª que viu o meu velho projeto relativo à Constituição mineira sabe qual a este respeito o meu exato pensamento.

O SR. AFONSO ARINOS – Dou meu testemunho.

O Sr. Gustavo Capanema – Agora o que tentei demonstrar foi justamente a compatibilidade da Constituição republicana com a existência desse complexo senador vitalício. De modo que não foi por ter o Senado cortado tanto na definição do senador, não foi por ter tirado à figura do conselheiro da República tantas características do senador, não foi por ter-lhe tirado o direito de voto e de ser votado que vim a considerar compatível com a Constituição republicana a existência desse membro da outra casa do Congresso. Mas já agora eu teria de demorar-me na demonstração e iria perturbar seu discurso. Reservo para outra oportunidade a exposição do meu ponto de vista.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado ao nobre Deputado.

Esse problema do Conselho de Estado vou abordar muito de leve, porque falarei na segunda discussão e se terceira houvera, nela falara, como poderia dizer um purista do tope do Sr. Jânio Quadros.

O Sr. Gustavo Capanema – A citação aí há de ser Camões: "Se mais mundo houvera, lá chegara".

O SR. AFONSO ARINOS – Lembrei-me de outro poeta mais próximo das nossas margens.

Sr. Presidente, falarei na segunda discussão e aí vou desenvolver.

O Sr. Nestor Duarte – Fale à noite.

O SR. AFONSO ARINOS – Não. Não posso falar à noite, porque é primeira discussão.

O Sr. Nestor Duarte – V. Exª poderá continuar seu discurso à noite desde que houver prorrogação.

O SR. AFONSO ARINOS – Esteja tranqüilo. Sua impaciência é inútil porque falarei agora até as 13h30min, mais meia hora, portanto.

O Sr. Nestor Duarte – V. Exª me está julgando muito mal. Quero ouvi-lo agora, à tarde, e à noite.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado.

Mas, Sr. Presidente, falarei na segunda discussão sobre esse ponto do Conselho de Estado. Pretenderei mostrar como é possível, por lei ordinária, constituir-se um organismo que na minha opinião realmente faz falta na República e que daria plena satisfação aos objetivos dos autores da emenda. Aqui quero apenas salientar que o problema das imunidades não me parece tão significativo. Estou em que é perfeitamente constitucional conceder-se imunidades aos membros do Conselho de

Estado, porque o grande obstáculo citado é o da desigualdade perante a lei. Mas o critério da interpretação deste fato jurídico da igualdade perante a lei não repugna à concessão de imunidades a certo tipo de brasileiros, desde que todos eles gozem dessa vantagem. Mas este é outro problema.

Acho, Sr. Presidente, que há, no Brasil, um mau vezo de se tentar fazer reforma constitucional para resolver problemas que são facilmente solúveis por meio de leis ordinárias.

Quem diz isto não sou eu. Outros de maior autoridade têm dito. Lembro, por exemplo, a V. Exª, Deputado Capanema, o nosso grande antecessor nestas honrosas cadeiras de representantes de Minas Gerais, o Deputado Calógeras. Em seu monumental parecer sobre a legislação de minas, mostrou, de forma irretorquível, infelizmente logo esquecida, que o problema da propriedade do subsolo não exigia reforma constitucional; era problema de legislação civil e apresentou, justamente com Gastão da Cunha, a solução.

Era dividida a propriedade: uma na superfície, outra no subsolo, e, por meio de uma reforma do Código Civil estabelecer-se-iam critérios para utilização da propriedade superficiária e da propriedade subterrânea. Resolver-se-ia o problema que levou o país a perplexidades. Mas não se resolveu. Por quê? Porque ninguém estuda e todo o mundo esqueceu o parecer de Calógeras. São três volumes, é uma dificuldade, ninguém leu. Mas está nos Anais da Câmara e pode-se perfeitamente chegar a ele.

Sr. Presidente, eu dizia que, por meio dessa instituição de um Conselho de Estado que pode ser criado por lei ordinária – e estou certo de que um homem da cultura, da técnica legislativa de Capanema chegará facilmente à solução do problema – poderemos dar aos ex-Presidentes da República aquela função republicana a que fazem jus pela sua experiência, pelo seu tirocínio e pela sua projeção nacional.

O problema do Conselho de Estado vem, como disse, da Constituinte de 1934. Antes dele, por meio de lei ordinária, Arnoldo Azevedo apresentou o projeto aqui tantas vezes citado. O que tem sido menos referido aqui é que essa idéia de Arnoldo Azevedo foi levantada novamente por Colares Moreira, na ocasião da reforma de 1926. V. Exª, Sr. Deputado Capanema, deve recordar-se disso. Quando aqui se discutiu a reforma de 26, Colares Moreira ofereceu uma longa emenda instituindo o Conselho de Estado, mas este não estava entre as matérias que tinham sido objeto de acordo no Palácio do Catete. A reforma de 1926, feita por Artur Bernardes, liderada por Herculano de Freitas, tinha sido toda ou quase toda combinada no Palácio do Catete sob estado de sítio. Então tudo aquilo que não tivesse sido aceito anteriormente foi rejeitado. Mas esse projeto de Conselho de Estado de Colares Moreira tem, no fundo, a idéia de Arnoldo Azevedo, com suas achegas, seu desenvolvimento e que tem muito do futuro capítulo da Constituição de 1934.

É contribuição da maior importância a história desta tentativa do Conselho de Estado no país. Recentemente, o ilustre Deputado de minha bancada, Sr. Aliomar Baleeiro, apresentou projeto com a mesma finalidade, de maneira que, com estes

elementos, com estes dados, com estes recursos – primeiro, o projeto Azevedo, segundo, o projeto Colares Moreira, terceiro, o projeto Melo Franco, quarto, o projeto Baleeiro, poderemos perfeitamente, com homens da eminência de V. Exª no terreno jurídico obter, no seio mesmo da maioria, projeto que – estou certo – teria nesta casa acolhimento simpático e mesmo fulminante.

O Sr. Nestor Duarte – Projeto de lei ordinária?

O SR. AFONSO ARINOS – De lei ordinária.

O Sr. Nestor Duarte – Muito bem.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas vou-me deter sobre isso no discurso que fizer depois, porque pretendo fazer um segundo discurso na segunda discussão, focalizando mais esse ponto. Aqui, lanço apenas a isca, a semente, para ver se pode frutificar nos conselhos da maioria, de forma que, quando vier rolar a segunda vez, possa oferecer humilde contribuição.

Sr. Presidente, vai agora a parte final do meu discurso. Ela se refere aos riscos, para mim indiscutíveis e graves, da extensão dessa disposição aos estados e aos municípios.

Os argumentos aqui apresentados contra a possibilidade dessa extensão não convencem. Meu eminente colega Capanema declarou estar certo de que o Supremo Tribunal obstaria ou fulminaria – se são precisas essas declarações a S. Exª atribuídas pela imprensa – iniciativa dessa natureza. Estou seguro do contrário, de que o Supremo Tribunal não pode deixar de acolher modificação estrutural das constituições dos estados fundada em precedente havido na Constituição Federal. O fato de serem de uma ou duas câmaras os legislativos a que se devem acolher os membros vitalícios não interessa e não interessa precisamente pelos argumentos expendidos pelo Deputado Gustavo Capanema, demonstrando que as duas câmaras têm no nosso sistema o mesmo valor, de maneira que a ausência de uma não torna a outra incompatível com a idéia. Assertiva que também ouvi ou li e me parece da mesma forma infundada é a de que não se exige a pureza representativa na Constituição da União, enquanto que ela é exigida nos estados.

Ora, Sr. Presidente, isso me parece argumento extremamente perigoso, porque se não temos que respeitar o princípio representativo na Constituição Federal, estamos então aceitando que ele possa vir a ser destruído, não em parte, mas no todo. O que há de verdade é que o raciocínio jurídico não para: ele é o robô abandonado à sua própria trajetória. O raciocínio jurídico não é plástico, nem sofre variação: é hirto e dedutivo.

O Sr. Xavier D'Araújo – É como explosão em cadeia.

O SR. AFONSO ARINOS – Temos de aceitar, então, como possível que se suprima toda a representação e isso não pode estar na cabeça lúcida, equilibrada e patriótica de ninguém.

O Sr. Gustavo Capanema – Se me permite, vou formular, de maneira mais precisa, o raciocínio que a respeito nos ocorreu e não consta do parecer, nem da ata.

O que dizíamos era o seguinte: o Supremo Tribunal já firmou uma doutrina – a de que os estados poderão levar avante suas reformas constitucionais, introduzindo novidades em suas constituições, desde que encontre solução semelhante, solução considerada paralela no direito federal. Ora, continuávamos, se nos estados houvesse o Senado, seria perfeitamente lógico ali se estabelecesse o princípio do ex-governador vitalício, mas se nos estados não houver a segunda casa do Poder Legislativo, neste caso não haveria possibilidade da aplicação do princípio federal. Então, o Supremo Tribunal, se continuar na mesma esteira de sua atual política de julgamento das inconstitucionalidades estaduais, consideraria impraticável reforma do gênero desta que V. Exª acha decorrente da iniciativa, agora, do Senado Federal.

Isto, por um lado. Por outro lado, dizíamos que o princípio da representação é um dos princípios da Constituição Federal brasileira. Os estados estão obrigados, cem por cento, à observância deste princípio, porque a Constituição declara que haverá intervenção para tornar vigente o princípio da República representativa. Ora, este princípio é também um princípio da Constituição Federal. Mas ele poderia ser excepcionalmente modificado pela Constituição Federal, uma vez estabelecido por emenda constitucional. Aí, o legislador ordinário poderia revogar o legislador constituinte, estabelecendo uma emenda constitucional, uma vez que ela declarasse que não fere o âmago irreformável que é o § 6º do art. 217. De modo que estou muito rapidamente, muito sumariamente, indicando o essencial no raciocínio. Mas V. Exª, jurista eminente, compreende.

O SR. AFONSO ARINOS – Compreendo muito bem, com efeito, o raciocínio de V. Exª. Apenas ele não me convenceu, pelas razões que formulei e vou procurar tornar mais nítidas.

Em primeiro lugar, a emenda, mesmo adotada por nós, vai tirar ao Senado aquele caráter que faz com que ele seja intangível por lei estadual. Não sei se V. Exª acompanha meu raciocínio neste momento. É precisamente a transformação que V. Exªs vão introduzir no Senado que fará com que o Supremo Tribunal não o considere mais aquele elemento diferencial do Congresso que torna impossível uma alteração na Câmara dos Deputados dos estados, porque V. Exªs acabaram com este Senado, que passou a ser corpo capaz de ser alterado, que não representa mais aquilo que faz dele elemento exclusivamente federal. Então, esta alteração é que vai facilitar, no Supremo Tribunal, a aceitação da transformação nas câmaras estaduais. Isto, por um lado. Por outro lado, o caráter representativo do Direito Constitucional dos estados só o é em função deste mesmo caráter no Direito Constitucional federal.

Quando V. Exª diz que a União intervirá nos Estados para manter o princípio representativo, por que a União faz isso? É porque a União quer garantir a permanência de um princípio constitucional que é dela – a intervenção, capacidade que tem a União de afeiçoar a estrutura jurídica dos estados a sua própria estrutura. Por isso ela intervém. Isso existia na Constituição de 1934 e já existia na reforma de 1926. Dizia eu apenas que os princípios constitucionais tinham de ser respeitados,

mas a reforma de 1926 enumerou esses princípios, entre os quais o sistema representativo, e assim foi mantido em 1934 e 1946.

Então por que a União, em 1946, intervém no Estado quando desobedece ao princípio representativo? É porque esse princípio é dela. Por isso ela intervém. E se intervém por isso, como pode permitir o luxo de falsear esse princípio, não consentindo que os estados o façam? É como o pai que fuma e não quer deixar o filho fumar. Ele fuma cachimbo, fuma charuto, mas diz para o filho que fumar é feio. É uma forma tirânica de pátrio poder ou poder matriarcal, como é o caso da União. E, mais do que isso, a prova de que o princípio federativo é imanente ao nosso sistema é que a Constituição só se refere a uma exceção, para ele. E qual é ela, Sr. Deputado Gustavo Capanema? É a do plebiscito, para aprovar a divisão dos estados, dos territórios dos estados ou a aglutinação de dois ou mais estados em um só.

O plebiscito é exceção que vem confirmar a regra da obrigatoriedade do princípio da representação no Poder Legislativo. O nosso Poder Legislativo é representativo. E V. Exª, agora, permita que me acuda um argumento que eu tinha esquecido. É que todos os autores italianos, cuja leitura fui fazer, ou refazer, para me penetrar bem no espírito do art. 50 da Constituição italiana – sinto não ter aqui comigo a nota que tomei – esses autores insistem em que o poder de nomeação dos senadores na Itália é uma exceção ao princípio representativo. Eles dizem: é uma limitação do princípio representativo, é uma exceção ao princípio representativo, é feita contra o princípio representativo. Isto está dito pelos autores italianos.

O Sr. Gustavo Capanema – No meu parecer, menciono as duas coisas. Declaro que o plebiscito é um caso de exceção ao princípio, contra a regra geral.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª tem razão. Perdoe-me. Tinha-me esquecido de que V. Exª se refere a isto.

O Sr. Gustavo Capanema – Exatamente este é um dos pontos capitais do meu parecer. Declaro que um dos princípios do republicanismo é o regime representativo. E acrescento: todavia, a nossa Constituição, logo depois que firmou o princípio, permitiu-se abrir uma exceção, criando o plebiscito.

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente. Então V. Exª acha que pode abrir outra. Também acho que pode.

O Sr. Gustavo Capanema – Dizia eu: é legítimo esse processo de configurar o sistema, de, dentro de uma regra geral, abrir uma exceção. E tinha, então, o exemplo da Constituição italiana em que os autores italianos, os comentadores, os explicadores da Constituição italiana não cansam de dizer que a Itália é uma república democrática, portanto, representativa, uma vez que no mundo moderno não é possível o governo direto do povo. Se o povo governa, este é o regime democrático, há de governar modernamente por representantes. Logo, é um governo democrático, um governo representativo. Todavia, o art. 59 da Constituição italiana inseria senadores

constituídos por um processo que não é o eletivo, isto é, estabelecia a Constituição declaradamente representativa um princípio da não-representatividade.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª tem razão.

O Sr. Gustavo Capanema – E a exceção agasalhava-se dentro da regra sem tornar a Constituição contraditória ou incongruente.

O SR. AFONSO ARINOS – Permita-me V. Exª que vou responder, pedindo desculpas por não ter mencionado este ponto do seu parecer, que existe e que li com atenção.

Seu argumento não prevalece por dois outros motivos, que dou em seguida. Primeiro, a exceção constante da Constituição brasileira, quanto ao princípio da representação, é uma exceção mais democrática do que o princípio da representação, porque é a livre manifestação do povo, é o governo direto, é a democracia direta. De maneira que a Constituição brasileira deixa de ser representativa para ser direta, isto é, mais democrática do que a representativa. E a exceção que V. Exª introduz é uma exceção antidemocrática, é uma exceção reacionária, que, como tenho demonstrado até agora, vem-se opor – veja V. Exª como a lógica é realmente homogênea – à tradição do nosso direito.

O Sr. Gustavo Capanema – É um raciocínio político e não jurídico.

O SR. AFONSO ARINOS – Deixe-me chegar ao fim do meu raciocínio.

Conseqüentemente, não me convenço de que seja possível aceitar uma exceção que venha ao arrepio da tradição da própria Constituição. Estou examinando o estabelecimento de exceção mais democrática. V. Exª quer fixar exceção mais reacionária. Mas vou mais longe. Este ponto está fora da minha exposição atual. Estou querendo salientar que o seu argumento não destrói o fato que ora menciono, de que, uma vez estabelecida essa exceção ao princípio representativo na Constituição Federal, que exige o princípio representativo, como reconhece V. Exª, pode ela ser transferida para os estados, pela mesma razão – é uma exceção ao princípio representativo; será permitida ao direito estadual.

O Sr. Gustavo Capanema – Eu concordaria em que se criasse no Estado, como tentamos fazer em Minas, o Senado...

O SR. AFONSO ARINOS – Aí é que divergimos.

O Sr. Gustavo Capanema – ... a segunda casa do Poder Legislativo.

O SR. AFONSO ARINOS – Acho que vai ser criada, e vou dizer por quê. Porque as razões da criação deste corpo de conselheiros são também políticas, não são de necessidade jurídica. São razões de conveniência política e essas razões de conveniência política, que se demonstraram tão fortes no cenário federal, são muito mais fortes no cenário estadual.

Tornemos à nossa terra. Os antigos governadores são de duas facções diferentes, no nosso estado, por exemplo. Tem ali V. Exª, na Assembléia estadual, os amigos dos governadores pessedistas. Nós temos os amigos do governador udenista. Então os amigos do Sr. Bias Fortes e os amigos do Sr. Valadares estarão exatamente de acordo com os amigos do Sr. Milton Campos (estou colocando no plano mais alto estas minhas considerações, no plano político), para adotar emenda que venha dar a estes cidadãos uma posição compatível com o seu passado político. Isso acontecerá em São Paulo. Os amigos do Sr. Ademar de Barros, do Sr. Lucas Garcez vão-se encontrar no terreno das decisões comuns com os amigos do Sr. Jânio Quadros para fazer coisa semelhante. E é justo que se faça, porque se fez no cenário federal. E vamos mais longe. Vai haver uma pressão tremenda nos municípios em que se apóiam eleitoralmente os governos estaduais, para que se reformem em todos os estados as leis de organização municipal, permitindo que todos os prefeitos façam parte, em caráter vitalício, das respectivas assembléias municipais, como vereadores, como conselheiros, como intendentes, quaisquer que sejam os nomes que se dêem às funções. Temos 2.400 municípios. Não ouso perguntar a V. Exª, Sr. Presidente, quantos ex-prefeitos tem o Município de Caconde, mas são vários. Repito: temos todos nós nossos municípios, parentes, amigos, correligionários que são ex-prefeitos, e direi a V. Exª que em todo o país surgirá um movimento das prefeituras fazendo pressão sobre os governos estaduais para que se reforme a legislação municipal sentido visado. Temos 2.400 municípios. Temos mais de dez mil ex-prefeitos. Dentro de dez anos, o Brasil será um país de alguns conselheiros nacionais vitalícios, de dezenas de conselheiros estaduais vitalícios e de milhares de conselheiros municipais vitalícios. Este país será uma monarquia ou uma aristocracia. Este país terá um conjunto de legisladores permanentes, vitalícios. Este país será um pariato; será um país de composição aristocrática do Poder Legislativo. Este país será um espanto, um espantalho no concerto das repúblicas americanas.

Voltarei a este assunto na segunda discussão. Peço a V. Exª que me perdoe a digressão aqui feita e aos prezados colegas desculpas. E muito agradecido pela atenção. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Asilo ao general Humberto Delgado na Embaixada do Brasil em Lisboa

20-3-1959

O SR. AFONSO ARINOS (*) – Sr. Presidente, Senhores Senadores, sejam as palavras inaugurais desta primeira oração no Senado da República, as de cordial e respeitosa homenagem a meus ilustres pares, quaisquer que sejam as legendas parti-

dárias pelas quais se tenham eleito e quaisquer que sejam as posições políticas em que se situem.

Endereço aos embaixadores do federalismo brasileiro a minha, dizia há pouco, respeitosa e cordial homenagem, compreendendo perfeitamente a honra e a responsabilidade que devem presidir as manifestações individuais daqueles que se assentam nestas bancadas, de tão rútilas e continuadas tradições na vida de nosso país, nesta casa que se exalçou, que se notabilizou e se cobriu das mais imarcescíveis glórias, na história do Império e da República.

Aqui vindo, em nome do eleitorado do Distrito Federal, não posso deixar de endereçar também, nesta oração inaugural de minha obscura passagem sob este teto, aos bravos brasileiros residentes nesta metrópole, a expressão de meu profundo reconhecimento e humilde determinação de cumprir, no exercício de meu mandato, aquelas diretrizes e de seguir aqueles caminhos que necessariamente se confundem com a mensagem de oposição que trago para estas bancadas.

Sr. Presidente, desejo também alongar estas palavras introdutórias com meu sentimento de gratidão e apreço ao meu partido que, por motivos de conveniência interna da sua legenda nesta Unidade da Federação, escolheu meu obscuro nome para representá-la no embate memorável de 3 de outubro.

O Sr. Novaes Filho – Nome dos mais brilhantes da República, o de Vossa Excelência.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª me desvanece com sua generosidade.

Sr. Presidente, desejo também estender ao Partido Libertador os agradecimentos pela honra, que me fez, do seu fiel e denodado apoio.

Chego a esta casa sem ressentimentos, sem animadversões, sem inimizades ou preconceitos; aqui chego exclusivamente preocupado com as responsabilidades que cabem, neste momento, ao Senador da República; e é de uma delas que pretendo desincumbir-me na modesta oração que profiro.

Certo estou, Sr. Presidente, de que falando de um caso delicado das nossas relações internacionais, não o poderia fazer sem a circunspecção que se impõe a um Senador e, principalmente, àquele Senador que a honrosa confiança dos seus pares conduziu à Presidência da Comissão específica do Senado da República.

Claro está que o simples fato de ser Senador impõe moderação maior aos nossos pronunciamentos. Um homem como eu, Senhor Presidente – escuso-me da insistência com que falo na primeira pessoa, mas muitas vezes se fala na primeira pessoa para designar situações genéricas, que não são subjetivas, que não têm relação de causa e efeito com a individualidade da pessoa que as pronuncia; um homem como eu, que passou os últimos oito anos de sua vida envolvido nas tempestades e tormentos do plenário da Câmara Baixa do Congresso, naquela casa do povo onde mais particularmente e mais violentamente vêm ressoar as procelas que lá fora enchem os ouvidos das multidões; um homem afastado das elaborações legislativas e preso no torvelinho das paixões políticas; um homem que atravessou as forcas cau-

dinas do 24 de agosto e do 11 de novembro, chefiando um pugilo de seus companheiros e interpretando – ai de mim! – com tanta insuficiência, os anseios de milhões de brasileiros; um homem como esse, Sr. Presidente, não pode deixar de encontrar dentro de si reservas de prudência e moderação quando sente que fala em outro ambiente, concha acústica de dimensões, não apenas materialmente reduzidas, mas de objetivo especificamente modificado.

Já dizia Jefferson ou Benjamim Franklin – e V. Exª perdoará a incerteza de minha memória – já dizia um desses patriarcas da República norte-americana, que o Senado é o pires que serve para esfriar o chá fumegante que se deposita na xícara da Câmara dos Deputados.

Não é bem isso; mas é que a constância do nosso convívio mais longo, a segurança dos nossos mandatos mais dilatados e, sobretudo, a incumbência de nossas responsabilidades específicas de representarmos, igualmente, a autonomia política e a igualdade jurídica dos estados da Federação, impõem aos brasileiros que têm a honra suprema de se assentar nestas cadeiras, maiores preocupações de comedimento, de refreamento de suas paixões.

Além disso, Sr. Presidente, se avulta e se avoluma também a circunstância de me manifestar sobre episódio da vida internacional brasileira, como tese preferida de minha primeira intervenção, na condição transitória, é certo, mas seguramente notória, de Presidente de Comissão que constitucionalmente se deve ocupar desses assuntos.

Declaro, neste passo, que não pretendo falar em nome da Comissão de Relações Exteriores. Para tal não obtive delegação nem mandato, sendo certo também, que não solicitei nem uma nem outra credencial.

Embora fale em meu nome pessoal, não há dúvida de que a circunstância de contribuir, de certa maneira, com aquele pugilo de eminentes colegas, para o desembaraço de questões como a que ora nos aflige, não deixa de ser elemento a mais para dar um tom, não direi impessoal, mas imparcial, às palavras que se vão seguir.

Sr. Presidente, não tive a fortuna de ouvir a oração, como sempre brilhante, com que o meu ilustre colega e prezado amigo, representante do Maranhão, acaba de se ocupar dessa mesma matéria.

Não cheguei mesmo a discernir, no momento em que entrava no recinto, a forma pela qual aquele eminente companheiro desenvolvera suas considerações.

Por essa razão, S. Exª me perdoará se eu não tiver a fortuna de responder diretamente aos seus pontos de vista, visto que a omissão se dá, apenas, por involuntária ausência minha, no momento em que S. Exª proferia sua brilhante oração.

O Sr. Victorino Freire – Muito obrigado!

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, o problema que preocupa a opinião pública, a imprensa e toda a classe política de nosso país é delicado, porque envolve relações e interesses que, felizmente, ainda transcendem aquele campo – para

tantos o único respeitável das relações internacionais – o campo dos interesses materiais.

Os problemas que acaso se suscitam entre a nossa pátria e a pátria que foi nossa; as questões que porventura se levantem entre o nosso povo e aquele povo que é, como nós, da mesma origem, são questões, são problemas, como dizia, que transcendem, por isso mesmo mais delicados e mais significativos, o campo exíguo dos interesses econômicos e do puro entendimento material. A ruptura dessas relações de que, evidentemente, só falo por hipótese, é situação que não poderíamos aceitar nem prever. O simples abalo entre elas significa, para todos nós, qualquer coisa de muito mais importância do que uma situação internacional que representasse apenas uma perda nas nossas relações econômicas.

Falo, portanto, Sr. Presidente, de uma situação que é política no verdadeiro sentido da expressão, isto é, de uma situação que joga com interesses de natureza intelectual, espiritual, histórica e emocional, situados fora dos interesses habitualmente cogitados no campo das relações internacionais modernas.

O Sr. Daniel Krieger – Muito bem!

O SR. AFONSO ARINOS – O problema é especificamente político, dizia eu, em que devemos ter todas as cautelas mas, também, a franqueza necessária para fazer com que virilmente, frente a frente, sem subterfúgios nem abandonos, possamos nós dizer aquilo que é necessário se diga, a fim de que se contribua, de maneira eficaz, para a solução desse incidente por tantos títulos deplorável.

Tenho a liberdade de dizer e de falar, porque no momento não represento nem o ponto de vista oficial do nosso governo, nem o ponto de vista diria oficial, da nossa Comissão. Expresso-me, em primeiro lugar, como amigo da paz, como homem formado nesse ambiente de culto da paz entre os povos, que encontrei em meu berço, que acompanhei na minha infância, a cujo desenvolvimento assisti na minha mocidade e que foi o objetivo final, a estrela para onde convergiu toda a vida, o esforço intelectual e o impulso emotivo daquele homem que é, ainda hoje, o meu mestre, e o meu modelo, e que peço a V. Exª, Sr. Presidente, permissão para nomear com o valor da minha afeição e da minha saudade, Afrânio de Mello Franco.

Desejo realmente, nesta primeira vez que tenho a oportunidade de falar diante dos meus pares, lembrar esse nome, levantar essa figura, rememorar essa vida, a fim de que, com o apoio dos seus ensinamentos, possa justificar e fazer veraz esta afirmativa que me sai do fundo do coração de que sou um homem criado, educado e formado para a paz entre os povos.

Sr. Presidente, a paz não é apenas uma questão de impulso sentimental, nem mesmo de convicção teórica, ela é, no Direito Internacional moderno e na política diplomática contemporânea, um problema de técnica, um problema de ajustamento, um problema de habilidade, um problema de negociação, de entendimento e de capacidade. Não conquistamos boas relações pelo simples fato de desejá-las, senão

que as devemos conquistar pelo conhecimento dos precedentes, pela sabedoria dos institutos e por uma técnica, por uma plástica nas negociações e nos entendimentos.

O de que se trata, no momento, Sr. Presidente, é uma acomodação entre duas concepções, aparentemente antagônicas, de um instituto jurídico universal, qual seja o asilo diplomático.

Não ignora V. Exª que o problema do asilo aos estrangeiros, em um Estado, em um território diferente daquele a onde nasceram, é dos mais antigos, dos mais complexos e, vamos dizer, dos mais gloriosos de toda a História da civilização.

O asilo territorial, que é, realmente, o asilo clássico, o asilo substancial, o asilo verdadeiro, é, como V. Exª sabe, Sr. Presidente, uma das mais nobres instituições da antigüidade ocidental.

Nós encontramos a figura do asilado e a figura do asilante nos mais antigos documentos de que há memória na evolução moral e intelectual do ocidente; nós a encontramos na Bíblia, nós a encontramos nos escritos gregos, nos poetas e historiadores romanos; nós a encontramos, Sr. Presidente, na palavra, na caridade e na ação dos padres e dos doutores da Igreja; nós a encontramos na prática dos soberanos, nós a encontramos na teoria dos tratadistas, nós a encontramos nas atas dos congressos internacionais, nós a encontramos na imprensa, quando ela foi livre; nós a encontramos no frêmito da palavra dos oradores, nas multidões dos estudantes das escolas, das mulheres, das donas de casa, das crianças.

Sr. Presidente, o asilo para o perseguido, a proteção ao fugitivo, a caridade para com o oprimido deixa de ser uma instituição puramente jurídica para se consubstanciar, para se integrar, para se misturar, para se confundir com os sentimentos mais profundos do direito natural, da moral natural, da moral racional e das inclinações razoáveis do ser humano, criado à imagem de Deus.

Esse sentimento tem sua expressão teórica, tem sua configuração jurídica, e então temos que analisá-lo, rapidamente, tanto quanto nos permite o tempo que nos é concedido para falar.

Aproveito a oportunidade, Senhor Presidente, para – desconhecedor que sou do Regimento – pedir a V. Exª a bondade de me informar até que horas posso permanecer na tribuna.

O SR. PRESIDENTE – V. Exª pode falar até às dezesseis horas.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a Vossa Excelência.

Dizia eu que temos que examinar as maneiras pelas quais o nosso governo e o de Portugal consideram a matéria. Tomei a esse respeito algumas notas e as desenvolverei com a permissão dos colegas, que espero terão para com o calouro da tribuna senatorial a boa vontade e a generosidade próprias de sua experiência.

Sr. Presidente, parece-me que devemos situar a questão nos seus pontos capitais; primeiro, examinar a nossa concepção do instituto do asilo territorial e do asilo diplomático. Em seguida, analisando a concepção portuguesa, verificarmos a possi-

bilidade do entrosamento das duas atitudes e sugerirmos, enfim, as medidas concretas que possam contribuir para um entendimento final.

O asilo territorial, ou seja, o refúgio do perseguido no território de outra nação, é, como dizia há pouco, uma instituição milenar. Baseava-se no pensamento antigo, na idéia de que os criminosos, os fugitivos, os perseguidos poderiam ser sempre protegidos por algumas divindades, e como estas eram múltiplas e nem sempre estavam de acordo na sua política, é claro que os protegidos de uns deuses tinham tendência a respeitar aqueles que se declarassem protegidos de outros. Assim, o asilo, na sua primitiva apresentação, era uma espécie de poder de intercessão superior, que algumas autoridades detinham, em nome de certos cultos religiosos, para, através dessa proteção, dar guarida aos sentimentos de solidariedade humana.

Temos desse fato, vários exemplos nos livros sagrados. Lembramo-nos da maneira pela qual os perseguidos entravam no Templo de Salomão e se acolhiam à sombra das suas partes sagradas. O desrespeito a essa espécie de acolhimento à sombra do Templo era tão escandaloso que meus ilustres colegas se lembrarão por certo daquela passagem famosa do Livro dos Reis, na qual se diz que Salomão sacrificou – e, por isso, ficou quase que um maldito – um irmão, que se acolhera à sombra do Templo e a quem havia prometido – para usar de expressão moderna – salvo-conduto.

Sr. Presidente, desse poder de intercessão divinal, determinada por certas misteriosas indicações divinas, o asilo territorial passou a ser um pouco a expressão de uma imunidade territorial e não mais pessoal. Assistimos, então, àquelas transmigrações ou migrações, que faziam com que certos povos, oprimidos por ditaduras internas, pudessem transferir parte dos seus elementos para territórios de outros estados. Tais exemplos encontramos na antigüidade, principalmente nos estados compostos de unidade territorial exígua, como no caso das cidades gregas ou mesmo na Palestina, onde havia uma distribuição política relativamente pequena dos territórios, e onde se criaram cidades-asilo, como havia na Grécia.

O asilo diplomático é a possibilidade de um indivíduo se abrigar à sombra das imunidades dos representantes de um país estrangeiro, nos edifícios que oficialmente servem de sua legação ou embaixada. É caso mais recente, e corresponde à própria instituição da diplomacia, como serviço público permanente.

Não ignora V. Exª, Sr. Presidente, que até a formação do estado moderno, a diplomacia era atividade de exceção.

Conhecem-se numerosos exemplos de legados, de emissários, de embaixadores, de chefes de estado e de soberanos que iam, em missão especial, praticar entendimentos ou entreter conversações com seus colegas ou com os representantes de chefes de outras nações. A idéia, de um corpo específico, com funções e atribuições permanentes, para realizar constantemente essa função, é, entretanto, recente; vem do estado moderno, e a instituição da imunidade diplomática, quase se pode dizer, coincidiu com a criação da idéia do asilo diplomático.

É sabido que a primeira formulação teórica do asilo diplomático foi elaborada por Grotius, no seu grande livro, porque era ele próprio um asilado, perseguido, expulso pelo governo do seu país. Todas aquelas implicações, que decorriam da sua situação individual, foram por ele transformadas em teoria política e em teoria jurídica, que dão ao seu grande livro, ao seu livro imortal, aquela mistura de arbítrio doutrinário e de história vivida, de sangue vivido, que faz a grandeza da sua obra imortal.

Senhor Presidente, o problema do asilo diplomático, que se colocou no tempo de Grotius de forma tão candente e tão atual – e aqui começo eu a entrar um pouco na interpretação que o ilustre Ministro das Relações Exteriores de Portugal dá a esse instituto – principiou a cair em desuso, à medida que o progresso das instituições políticas e estabilidade das instituições governativas foram-se tornando mais efetivas no ocidente europeu. A teoria clássica do Direito Internacional na Europa passou, então, a sustentar que o asilo diplomático representava uma restrição à soberania da Nação, em cujo território se invocava esse privilégio. Dizia-se não ser concebível que uma nação civilizada, juridicamente organizada, que um estado onde existissem todas as garantias individuais asseguradas pela doutrina jurídica e pela prática das instituições políticas, pudesse vacilar em relação aos interesses de determinado indivíduo; e que, então, seria um desdouro, seria uma diminuição para esse estado jurídicamente organizado, reconhecer oficialmente a existência do instituto do asilo, que só poderia ser acreditado, que só poderia ser praticado, que só poderia ser desejado pelos países insubmissos, rebeldes, dissolutos do ponto de vista jurídico, como aquelas republiquetas da América Latina.

Assim falava a Europa orgulhosa do século XIX; assim declaravam aqueles doutores solenes que, nos congressos internacionais, exprimiam o ponto de vista de nações aparentemente estabilizadas no seu poder e tranqüilas na prática de suas instituições.

Mas a verdade, Sr. Presidente, é que nas fímbrias desse continente feliz, nas fronteiras dessa grande Europa civilizada, que sustentava tal tese, através dos doutores de Paris, de Berlim e de Londres, já sentíamos a fermentação das extremidades e, então, veio o reconhecimento, pelo menos de fato, do direito de asilo, ou da necessidade do asilo, que eles procuravam fazer valer apenas para as retardadas repúblicas latino-americanas.

Sentimos nos Balcãs, na Turquia, na Romênia, na Bulgária, na Ibéria, Sr. Presidente – na Espanha e em Portugal – sentimos, algumas vezes, na própria Itália, a existência dessas situações, que davam lugar à prática desse instituto, que a doutrina jurídica não reconhecia. Por que, Sr. Presidente?

Porque as instituições internas desses países, porque o exercício das liberdades públicas nesses países estavam submetidos àquelas mesmas limitações, estavam presas daquelas dificuldades que corriam e transcorriam, por igual, nas nossas bárbaras repúblicas sul-americanas.

Foi vastamente praticado o asilo diplomático na Espanha, no século XIX. No século XX, tivemos na Turquia mais um exemplo dessa prática.

Não quero, porém, fazer aqui uma seleta antologia de situações de fato; quero reportar-me à grande nação portuguêsa, ao grande povo de Portugal, ao governo desse grande povo, para recordar que também Portugal, por mais de uma vez, reconheceu a necessidade e a evidência desse asilo, como condição necessária para o exercício do mais sagrado dos direitos, do mais sagrado dos deveres – do mais sagrado dos direitos, que é aquele de preservar a sua vida e de preservar a sua liberdade; e do mais sagrado dos deveres, que é aquele de dar assistência a quem quer preservar a sua liberdade e a sua vida.

Vimos isso, Sr. Presidente, com a República, em Portugal, a República liberal, a República democrática, que não tendo participado convênio algum especial, com respeito ao direito de asilo, reconheceu, entretanto, esse direito, desde que instituída, àqueles elementos do antigo regime que procuravam abrigo nas representações estrangeiras. Mas, Sr. Presidente, aqui nesta cidade, onde temos a fortuna de viver e que tenho a honra de representar, durante a revolta da Armada, vimos um comandante português de um pequeno barco – o Comandante Álvaro de Castilho – enfrentar, da parte dos adeptos, dos devotos e dos sectários do então poder de fato, que governava a República, o poder do Presidente General Floriano Peixoto, enfrentar essas mesmas opiniões que, hoje, se manifestam Portugal, em relação ao ato do governo brasileiro concedendo asilo àquele que se diz perseguido político.

Vimos o grande, o heróico Almirante Saldanha recolher-se, não com algumas dezenas de companheiros, como a princípio declarado, porém, com centenas deles, a bordo do navio de guerra Mindelo e a bordo desse navio de guerra serem protegidos pela bandeira portuguesa, contra todas as interpretações casuísticas, que então se fizeram apresentar, sob o pretexto de que o direito de asilo não seria reconhecido e de que não era uma instituição juridicamente acertada. Vimos a bandeira portuguesa desfraldada sobre as cabeças a prêmio desses patrícios, que lutaram por um ideal, talvez errado, mas que era um ideal, e que por ele pagaram nas planuras da terra de V. Exª, Sr. Presidente, dando o preço máximo que se paga por um ideal, que é o preço do próprio sangue, da própria vida. Vimos esses homens saírem, como asilados políticos brasileiros, protegidos pela soberania portuguesa, e serem entregues ao destino que tinham escolhido e que trocaram depois para o destino da morte eterna e da glória eterna, nos campos do Rio Grande do Sul.

Não é, porém, isso, Sr. Presidente, também o que desejo particularmente acentuar. O que particularmente desejo acentuar é o fato recentemente ocorrido, não mais no fim do século passado, não mais no princípio deste século; mas que, em 1936, durante a guerra da Espanha, quando se colocou em Madri a tragédia da situação daqueles milhares de perseguidos políticos – que, pouco depois, passaram a perseguidores e opressores políticos, vimos como eles regorgitaram os palácios das embaixadas; e que se recolheram às centenas e talvez aos milhares ao abrigo das bandeiras das nações amigas. Vimos isso na Legação da França, que não reconhece o direito do asilo, do ponto de vista jurídico, e não tem compromisso em convênios dessa espécie, a não ser um que mencionarei dentro em pouco. Vimos nas embaixa-

das da Holanda, da Suécia, da Bélgica, vimos nas legações e nas representações diplomáticas de numerosas países acolherem-se – isso em 1936 – como asilados diplomáticos, não mais como asilados territoriais, aqueles que fugiram da sanha perseguidora do governo e que tinham sido coagidos a levantar suas armas contra as armas da insurreição fascista. São, portanto, de cada dia, os exemplos mais edificantes da evidência do direito do asilo; e é realmente de levantar o coração, num ímpeto de protesto, de revolta, ouvir-se falar-se no desconhecimento dessa instituição praticada por todos os governos em todos os momentos.

Então não vi, nas minhas viagens pela Europa, milhares de pessoas que fogem da cortina de ferro e se abrigam e se protegem sob a bandeira dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Europa ocidental? Não vemos como correm os telegramas nas agências telegráficas, todos os dias, mencionando centenas de indivíduos, que fogem e procuram abrigo? Que são esses abrigos se não asilos territoriais, que também alegam ignorar e que não respeitam? Quando se trata de formalizar uma situação de fato, resultante dos azares e tragédias da vida moderna; quando se trata de formalizar e integrar num corpo de substância jurídica essa situação, que dizem não corresponder a uma verdade jurídica – como se houvesse uma verdade jurídica que não correspondesse às bases assentadas de uma verdade social; quando se impõe um fato, a ele se tem de dar solução imediata, haja ou não tratados, haja ou não leis, haja ou não regras que assim o determinem. Como se tem a hipocrisia de vir dizer que esses fatos que são assentados e que são respeitados e praticados por essas nações, a cada passo, não podem ser reconhecidos juridicamente, porque não existe doutrina jurídica e porque não são signatários de convênios ou de convenções que a eles digam respeito?

O Sr. Lourival Fontes – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Lourival Fontes – Estou ouvindo com respeitosa atenção as declarações de V. Exª, especialmente porque aborda tema jurídico. Há, no caso, matéria específica, de fato, que, talvez, escape um pouco às normas jurídicas. O direito de asilo é, realmente, peculiar às pequenas nações. As grandes nunca o respeitaram. É, preciso, porém, que o direito de asilo seja explicado, justificado. Quanto ao general português, há o desmentido por parte do governo de qualquer ameaça de violência; de que não esteja protegido pela soberania portuguêsa. Se o governo se oferece para dar-lhe passaporte e, em seguida, encaminhá-lo ao Brasil sem qualquer dificuldade, pertunto: por que duvidarmos da palavra do governo português? Se não cumprir o que promete, então, sim, poderemos chegar até o rompimento de relações diplomáticas. Temos, porém, com Portugal, um estatuto comum de cidadania. Recebemos, há pouco tempo, seu Presidente, com as honras que nos merecem os chefes de estado, principalmente de nação a que nos ligam antigos laços de amizade. Não é possível que, nesta hora, queiramos transformar a Embaixada do Brasil em um centro de conspiração contra o regime portugues, que podemos criticar, mas não nos é lícito

nele interferir. A nossa representação diplomática terá que alheiar-se às questões internas de Portugal.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, agradeço profundamente o aparte com que me honrou nobre colega e amigo, Senador Lourival Fontes. Em resposta, quero consignar o seguinte: desenvolverei melhor minha resposta no decorrer do meu discurso.

Em primeiro lugar, parece sujeita a caução a afirmativa de Sua Excelência de que as grandes nações não reconhecem o direito de asilo. Neste momento, os Estados Unidos mantêm asilados, em algumas de suas embaixadas, embora não reconheçam o instituto do asilo juridicamente. Era a distinção que fazia. A Inglaterra já asilou; a França, igualmente, já asilou, conforme demonstrei.

Em segundo lugar, estou de acordo com S. Exª, em que não podemos transformar a representação diplomática do Brasil em um foco de agitação contra o governo junto ao qual é acreditada. Temos, porém, de distinguir entre a posição substancial tomada pelo representante brasileiro em Lisboa, de respeito e de obrigação aos tratados de que o Brasil é parte, e uma posição que chamaria de adjetiva ou circunstancial, a que poderá ter sido levado, se é que ela existe, por certos elementos peculiares ao temperamento ou às opiniões, o dito Embaixador.

Exprimo-me melhor: a concessão do asilo parece-me irretorquível. Eu a concederia se fosse embaixador. Agora, a maneira de comportar-se depois de concedido o asilo é coisa puramente subjetiva, que escapa às minhas apreciações porque não julgo ninguém.

O Sr. Victorino Freire – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Victorino Freire – Meu ponto de vista é o consubstanciado no aparte do nobre Senador Lourival Fontes. Quanto à questão do asilo, é pacífica. Estou de pleno acordo com Vossa Excelência.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado.

O Sr. Lameira Bittencourt – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Lameira Bittencourt – Estou ouvindo com toda a atenção, agrado e encantamento a palavra de Vossa Excelência...

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Lameira Bittencourt – ... que já conheço desde o tempo em que tive a honra de ser seu colega na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, palavra por meio da qual V. Exª, no mais apurado estilo parlamentar, está dando magnífica lição de Direito Internacional. Pretendia interrompê-lo apenas nos últomos instantes do seu discurso. Dado, porém, o ponto que V. Exª agora focaliza,

peço vênia para antecipar o aparte. Estou de pleno acôrdo com o nobre colega. A Embaixada brasileira em Lisboa agiu rigorosamente certo, de acordo com as melhores tradições da nossa diplomacia e da própria diplomacia portuguesa, há pouco lembrada por V. Exª, e com as acertadas regras de Direito Internacional, ao conceder asilo ao General Humberto Delgado. Como V. Exª sabe – mestre que é da matéria – não nos cabe, absolutamente, apreciar a natureza do motivo que determinou a perseguição alegada, como também não cabe ao governo do país a que pertence o asilado, discutir ou impugnar a validade do asilo. Não sei se o General Humberto Delgado estava ou não conspirando; e o próprio governo português não o afirma.

O fato é que ele recorreu à nossa Embaixada invocando instituto hoje pacífico em Direito Internacional – o do asilo – e outra atitude não podia assumir o governo brasileiro, na pessoa do seu Embaixador, senão conceder e manter esse asilo.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço, do fundo do coração, as palavras tão generosas do ilustre colega, Senador Lameira Bittencourt, com quem tive a honra de manter as mais cordiais relações de amizade, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Veja V. Exª, Sr. presidente, que inesperada contribuição me traz o Líder da Maioria e que significativa dificuldade me impõe sua manifestação. Peço vênia, por isso, ao nobre colega, para não tomar como resposta o seu aparte. Agradeço a informação que me presta, como brilhante e autorizado porta-voz do governo Federal. Não tenho, no entanto, a preocupação de defender o governo; antes, minha missão, nesta casa, é contrária, é a de combatê-lo; e espero que Deus me dê forças suficientes para dela desempenhar-me a contento, no decorrer do meu mandato.

O Sr. Lameira Bittencourt – Permite V. Exª outro aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Lameira Bittencourt – Desejo esclarecer, para que não sejam mal compreendidas e interpretadas as minhas palavras, como Líder da Maioria, que não tive a intenção de criticar ou atacar o governo português, atitude que contraria as praxes melhores da diplomacia e das boas relações internacionais. Meu desejo é não só defender a atitude do governo brasileiro, no caso, como também, de acordo com o intento do nobre colega, pugnar pelo respeito devido a uma sagrada instituição do Direito Internacional.

O SR. AFONSO ARINOS – Tem V. Exª razão. Meu desejo, minha intenção é fortalecer a posição do Brasil. Sobretudo em matéria de política internacional, eu me coloco fora do problema de governo e oposição. Neste caso, principalmente, é com a mais profunda convicção que defendo o Brasil, a posição do nosso país, não o seu governo, mas as tradições que esposamos, nesse particular, e a letra dos institutos do Direito Público Internacional, de que vou em breve me fazer intérprete e leitor.

O Sr. Victorino Freire – Permite V. Exª mais um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Victorino Freire – Colocou V. Exª muito bem a questão, na resposta que deu ao aparte do nobre Senador Lourival Fontes. Que o direito de asilo é pacífico, todos estamos de acordo. Quanto à conduta da Embaixada brasileira, depois de concedido o asilo, estou de acordo com o nobre Senador Lourival Fontes – a Embaixada não pode servir de foco de agitação ou reação contra o governo português. Ela tem de adotar posição de absoluta neutralidade, o que não ocorre.

O Sr. Vivaldo Lima – Permite o nobre orador um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima – Desculpe-me o prezado colega a interrupção ao seu erudito discurso. Gostaria, entretanto, de saber se há provas da ingerência da Embaixada do Brasil nos negócios internos da política de Portugal. Não tenho conhecimento de tal coisa.

O SR. AFONSO ARINOS – Desejo acentuar que não tenho conhecimento da atuação particular que, no caso, vem desenvolvendo o Sr. Embaixador Álvaro Lins.

Mantenho com esse ilustre brasileiro apenas relações de coleguismo na Academia Brasileira de Letras; sou-lhe merecedor da gratidão pelo voto que me deu quando para lá me candidatei. Nossa camaradagem intelectual que dura há muitos anos nunca chegou a se transformar em amizade pessoal.

Assim, não tenho elementos que me habilitem a julgamento pessoal sobre Sua Excelência.

Examinei apenas em teoria a hipótese de não poder o Embaixador exceder na sua missão aquelas manifestações oficiais estritamente compatíveis com a discrição que se impunha no caso do asilo concedido.

O Sr. Victorino Freire – Posso prestar um esclarecimento a respeito do assunto. Soube, de fonte segura, que o General Humberto Delgado, asilado na nossa Embaixada em Portugal, esteve presente a uma recepção oferecida pelo Sr. Álvaro Lins. Acho que aquele militar, nessas condições, não devia ter comparecido, mas sim permanecido na sala que lhe fora destinada no edifício de nossa Embaixada. É o que reprovo na conduta do nosso Embaixador, que considero exorbitante. Falo de cadeira, porque conheço o temperamento de Sua Excelência.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre Senador Victorino Freire.

Sr. Presidente, procurarei condensar o mais possível minhas palavras, no tempo que me foi determinado.

Quero referir-me ao problema da evolução jurídica do instituto de asilo, para mostrar aos eminentes colegas como é sólida a nossa posição e que nada fizemos,

que, de longe, pudesse ser inquinado como ligeira manifestação, já não direi de hostilidade ao governo português, mas sequer de desconhecimento daqueles princípios que regem a prática do Direito Internacional, que são do respeito à soberania de todas as Nações, máxime de um país como Portugal, a que nos ligam laços indestrutíveis de solidariedade.

Sr. Presidente, o problema da organização jurídica do asilo diplomático é, na América Latina, antigo como problema, mas não como solução. Desde cedo se procurou solucionar essa situação que se apresentava na conjuntura política de nossos países. Peço a atenção, principalmente do ilustre Senador Lourival Fontes, para um aspecto primordial no entendimento do assunto. Mesmo os grandes países da Europa reconhecem tranqüilamente a questão do asilo territorial, e, dificilmente, a do asilo diplomático. Por quê? Porque o asilo territorial é decorrência das perturbações internacionais, das guerras, das lutas, dos conflitos internacionais, por assim dizer, o prato do dia da vida européia, há séculos; e reconhecem dificilmente o asilo diplomático porque emana das dificuldades internas, das perturbações, das revoluções, dos conflitos, das desordens internas, da instabilidade do poder político interno, que é a cruz que nós, da América Latina, carregamos sobre os ombros. Reconhecem os europeus como instituição jurídica, aquela que são obrigados a reconhecer, como hoje tranqüilamente fazem com relação aos evadidos da "cortina de ferro"; e têm certa má vontade de aceitar aquela a que não são obrigados, mas que começam a ser obrigados, a reconhecer, porque a estabilidade política e a estabilidade jurídica dos países da Europa sofre, presentemente, os mesmos embates que consideravam peculiares à América Latina, mas que são embates que atravessou a vida de todos os povos nessa *via crucis,* nessa luta pela evolução, pelo progresso e liberdade.

O Sr. Lourival Fontes – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com todo o prazer.

O Sr. Lourival Fontes – Pergunto a V. Exª por que a Rússia e os Estados Unidos, que são as duas maiores potências mundiais não reconhecem ou não respeitam esse direito. Tivemos, há pouco tempo, o caso do Senhor Arroyo del Rio, ex-Presidente do Equador, que se sacrificou no governo por amor aos Estados Unidos e, depois, teve recusada a proteção do asilo.

O SR. AFONSO ARINOS – Explico ao nobre Senador minha opinião; não sei se corresponde à realidade. As razões não são inteiramente diferentes. As razões são, na Rússia, porque há uma intransigência total, teórica e doutrinária em relação às divergências políticas.

V. Exª – desinteressado leitor e desinteressado conhecedor, como eu próprio, da literatura marxista – não ignora que está nos fundamentos do marxismo a teoria da absoluta subordinação à hierarquia partidária. Na religião marxista a divergência é um cisma, a divergência é uma heresia, por que o pensamento marxista é um pensamento religioso. Procede-se, então, com relação ao cismático e ao herético com aquela

brutalidade com que na Inquisição a Igreja agia com referência àqueles que se afastavam do seu seio.

A Rússia assim reage porque considera que a divergência de opinião política é o crime máximo que o indivíduo pode praticar, por que é crime contra o Estado, e o Estado é a integração de todas as forças da vida.

V. Exª tem exemplo no caso terrível, no caso dramático, no caso inominável do Ministro Nagy. Depois de ter tido salvo conduto assegurado, foi preso nas ruas da cidade pelos agentes da polícia russa e consumido, liquidado, apesar de se lhe ter reconhecido o direito de asilo.

Aí tem-se que reconhecer uma questão profunda, intríseca. E não estou censurando – quem seria eu, ai de mim, para censurar; estou reconhecendo que é um dos dramas da nossa época a existência de um país formidável, de uma potênçia colossal que coloca o problema do estado e de governo em termos não de raciocínio, mas de religião, e considera cismático, herético, leproso, perseguido, desgraçado e infeliz, digno de todas as penas, de todas as geenas do inferno, aquele que se afasta do pensamento oficial, de que só se pode afastar pela morte.

Porque, então, quando um morre, outro vem e lê discursos, no congresso do partido, para dizer que aquele que morreu era um criminoso e um bandido. Enquanto vivo, não; e V. Exª sabe isso melhor que eu.

Sr. Presidente, nos Estados Unidos é outra coisa.

O Sr. Lourival Fontes – Vossa Excelência ficou na primeira hipótese: a Rússia. Eu citei, também, os Estados Unidos da América do Norte. Os Estados Unidos não dão asilo diplomático, mas dão asilo territorial. E dão asilo territorial aos ditadores que eles mesmo preparam, com armas e dinheiro, e, depois de decaídos, incorporam ao seu território.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, tenho independência para me manifestar, em relação aos Estados Unidos, com a mesma franqueza com que me pronunciei com referência à Rússia. Sinto que o meu tempo se esgota e não tenho a possibilidade de contar, aqui, o que foi a minha atuação, como membro da Delegação brasileira à Conferência de Caracas, quando se discutia o problema do asilo territorial; as conversas que tive com os representantes americanos, a força que fiz contra eles, porque, nos Estados Unidos, o que existe é a hipocrisia oficial, quando se trata dos problemas políticos da América Latina, problemas esses que não ignoram porque os suscitam muitas vezes, não os ignoram porque os provocam, nos termos dos seus interesses econômicos. Eu não digo todo os Estados Unidos, mas certas forças que, em determinadas ocasiões, governam aquele país. Então, o que eles procuram é evitar incompatibilidades pessoais; o que eles querem é não se tornar incompatíveis com as facções que se digladiam nos pequenos países, pois sabem que, amanhã, vão precisar dessas facções que, no entender deles, se sucedem no poder por causas obscuras e incompreensíveis. Então, não querem se meter, não querem

compactuar porque, dizem, recebendo êste como asilado, levantam a hostilidade daqueles que estão no poder e que não acreditam permaneçam.

Esta, infelizmente, a noção oficial que os americanos têm da política da América Latina; noção oficial que temos que combater pela afirmação da nossa personalidade no campo internacional, mostrando que agimos em função dos nossos interesses nacionais e das nossas tradições jurídicas. Nunca, porém, nos agachando, nunca nos acovardando em face de certas imposições, que não correspondem ao espírito liberal, universitário e grandioso dos Estados Unidos da América, mas atendem, muitas vezes, aos interesses mesquinhos das facções dominantes na sua República.

Sr. Presidente, V. Exª me perdoará esta veemência que eu trouxe da Câmara dos Deputados. Prometo corrigir-me. Espero, nas próximas semanas, poder esfriar um pouco, no pires do Senado, o chá ainda quente que eu trago da xícara.

O Sr. Vivaldo Lima – Continue V. Exª com esse mesmo ímpeto, que é um dos atributos que também admiramos na personalidade de Vossa Excelência.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado; V. Exª é muito generoso.

Sr. Presidente, dizia eu que a evolução jurídica do direito de asilo tem importância capital para a compreensão da situação do Brasil. Em 1911, o grande Epitácio Pessoa, nosso colega nesta casa, homem que encheu êste recinto com os brados da sua eloqüência, no projeto do Código de Direito Internacional Público, dava, pela primeira vez, solução jurídica ao problema de asilo diplomático, solução que era a estratificação, a cristalização de toda a doutrina e de toda a experiência política anteriores, e que consta, Sr. Presidente, como V. Exª, jurista eminente, não ignora, daquele projeto elaborado em seguimento à Conferência de Jurisconsultos do Rio de Janeiro, em 1911, apresentado em 1912 à União Pan-Americana para servir de base à codificação do Direito Internacional.

Depois disso, em todas as conferências pan-americanas vinha à baila o problema do asilo, até que, em 1928, na Convenção de Havana, foram então capitulados e determinados aqueles princípios gerais do asilo diplomático, que passaram a constituir uma espécie de lei internacional, uma espécie de lei multilateral das Américas, com exceção sempre dos Estados Unidos da América, como muito bem lembrou o nobre Senador Lourival Fontes.

Sr. Presidente, a Convenção de Havana tinha uma lacuna e esta era, exatamente, a aqui mencionada por um dos nossos nobres colegas, o ilustre Senador Lameira Bittencourt, a de não dar ao país asilante competência para declarar a legitimidade do asilo, ou seja, para reconhecer como político aquele ato a que tinha dado lugar a solicitação do asilando, porque o asilo passou, com o andar dos tempos, do crime comum para o crime político.

Quando se reconhecia o direito de asilo para os acusados de crime comum não se o reconhecia para os acusados de delito político; e foi a inversão desse processo que fez com que o direito moderno só reconhecesse o asilo para os casos de delito político; e entregasse o crime comum ao instituto da extradição, que Vossas Excelências tão bem conhecem.

Então, Sr. Presidente, a Convenção de Havana não dava aos Estados signatários, asilantes, o direito de determinar as causas que tinham dado lugar ao pedido de asilo.

Aqui respondo ao aparte do nobre Senador Lourival Fontes: quando a autoridade diplomática credenciada do Estado asilante reconhece como político o pedido de asilo, está ela agindo não mais em consonância com o Convênio de Havana, que era nessa época imperfeito, mas em consonância com a Convenção de Caracas, Senhor Presidente, da qual tive a honra de ser um dos elaboradores, como representante do Congresso brasileiro.

Foi em Caracas, em 1954, que se atribuiu a uma Comissão Especial a incumbência de formular um novo tratado internacional sobre asilo diplomático, o qual tenho em mão; e foi à Delegação brasileira – e aqui faço justiça aos jovens técnicos do Itamarati que comigo trabalharam nessa Comissão – que coube a satisfação de ver aceita sua fórmula, que é fórmula simples, singela, corrente, mas que é – como sempre acontece – aquela que melhor corresponde às dificuldades do assunto, porque as dificuldades só se podem exprimir e resolver por meio de fórmulas correntias.

Temos no art. 17 da Convenção sobre Asilo Diplomático, a seguinte disposição:

> "Compete ao Estado asilante a classificação da natureza do delito ou dos motivos da perseguição."

Essa é a disposição incluída na Carta de Caracas, não por sugestão nossa – sou o primeiro a dizer – mas como contribuição nossa, porque a redação é nossa e do Itamarati.

Sr. Presidente, fui Delegado do Brasil nessa Comissão. Posso a propósito, evocar aquela cena que me parece tão admirável – guardada, evidentemente, a imensa distância dos primeiros personagens – contada pelo Chanceler da Alemanha, o Príncipe Bismark, nas suas memórias. Contava ele que, regressando a Berlim, depois da vitória sobre a França, entrando na cidade, transformada e arrebatada pela sua glória, na cidade onde as pessoas se encaixavam pelas árvores, pelos lampeões, pelas marquises, pelos telhados, a fim de aclamarem aquele louro couraceiro da Pomerânia ao passar defronte da Chancelaria, onde trabalhava, e vendo nas janelas aqueles jovens assistentes, aqueles assessores, aqueles criptógrafos, aqueles escriturários, aqueles homens da poltrona de couro, desceu do seu cavalo, tirou do assento da sela onde vinha a coroa de louros que lhe haviam colocado e atirou-a pela janela da Chancelaria, para demonstrar bem que é ao serviço público organizado que os ministros de Estado, os embaixadores, como V. Exª, Senador Lourival Fontes, e outros representantes do Congresso, como eu, devemos realmente ser gratos pelo êxito das nossas poucas e modestas iniciativas.

Dizia eu, Sr. Presidente, que a nossa delegação conseguiu nessa fórmula – aceita na Convenção de Caracas e que passou então a ser um dos artigos dessa lei internacional, uma das normas desse procedimento internacional que é o Convênio de Caracas, e é uma das diretrizes da nossa diplomacia – consubstanciar tudo quanto de ge-

neroso, de grande venha da profundeza da nossa História, das fibras mais íntimas da nossa sensibilidade nacional e que vinha, também, Sr. Presidente, da evolução mais lógica, mais concreta e mais articulada do nosso direito político. Aqui está. É por isso que não há hoje, em algum país, Embaixador do Brasil, representante da nossa bandeira, a cujas portas bata um perseguido político, cujo abrigo seja solicitado por um egresso da ferocidade ou da brutalidade – e não quero, de maneira alguma, aplicar essas palavras ao governo português, estou falando em tese – que não tenha a obrigação de abrir as portas acolhedoras de nossas representações diplomáticas e levantar, como se fosse uma cortina protetora, a bandeira nacional para colocá-la sobre a cabeça desse perseguido, sobre essa alma desesperada de oprimido pelas suas convicções políticas.

Sr. Presidente, sei muito bem a grande dificuldade que existe no tratamento desse assunto. É que o governo português não é signatário desse Acordo, não é participante dessa corrente jurídica. E essa dificuldade, Sr. Presidente, decorre de que uma das afirmativas rudimentares e básicas do Direito Internacional é a de que não podemos exigir cumprimento de convenções internacionais por parte de países delas não signatários. Esse o princípio contra o qual nos chocamos – devemos reconhecê-lo de maneira franca e leal, neste discurso. Essa a dificuldade que temos de vencer; essa a situação que temos de contornar.

Somos obrigados a respeitar o direito de asilo que, por motivos jurídicos, morais e históricos, passou a constituir norma intransigente do nosso Direito Político; mas não o é para Portugal. Naturalmente, não sendo parte nas convenções formais, não está obrigado a executá-las formalmente.

Sr. Presidente, estou informado de que gestões se fazem, neste momento, para encontrar-se uma solução. Do fundo do coração de brasileiro e da plenitude de meu mandato parlamentar, mandato de oposição que tenho a honra de exercer nesta casa e que exercerei enquanto tal for a conveniência de meus comitentes e eleitores, desejo que tal aconteça.

Estou convencido de que nos devemos esforçar, o mais possível, para que uma solução seja encontrada. Não tenho a menor dúvida em reconhecer, no ilustre chefe do governo português – o Sr. Professor Oliveira Salazar – uma das grandes figuras históricas do século XX.

Sr. Presidente, sou um homem que, desde a mocidade, lutou pela preservação, pela restauração e pela manutenção das liberdades democráticas neste país; um homem que, desde o tempo de estudante, pugnou por essa idéia, e viveu por essa paixão; mas isso não me impede de reconhecer, como humilde estudioso da História contemporânea, a grandeza de certas personalidades, mesmo quando elas não participam das nossas convicções.

Estou, portanto, Sr. Presidente, em que não deveremos destratar, não deveremos apoiar, nem deveremos, nós que temos as responsabilidades de altas funções públicas, contribuir para que se envenenem, por motivos que ainda não conhecemos bem, as nossas relações como a grande nação, que é mais do que irmã, porque é mãe.

O Sr. Victorino Freire – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Victorino Freire – Estou de pleno acordo com V. Exª. No meu discurso, que o nobre colega não ouviu, mas que, depois, certamente lerá, dirigi apelo ao Chanceler do Brasil para que encontrasse uma fórmula conciliatória, evitando-se estimular e agravar o incidente, pondo em risco nossas relações com o povo português.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado pelo aparte do nobre Senador Victorino Freire.

Devemos, também, Sr. Presidente, contudo, evitar que o nosso empenho, o nosso esforço, o nosso cuidado, o nosso zelo na manutenção da integridade dessas relações – que são, inclusive, forçados pela nossa adesão a certos princípios gerais de Direito Internacional, como principalmente aqueles que nos impedem de intervir nos negócios internos de outro país – nos levem ao ponto de vacilar, de abandonar, de nos demitirmos daquelas funções específicas à soberania brasileira e que dizem respeito à integridade da nossa posição na defesa das nossas tradições e das nossas responsabilidades continentais.

Assim sendo, não ousaria, neste momento e neste recinto, fazer menção expressa do andamento atual das tratativas, mesmo porque a figura por todos os títulos indicada para esse mister é o meu nobre colega, Líder da Maioria nesta casa. Soube-as por vias indiretas, sequer posso afiançar-lhes a segurança de concretização. Devo dizer, Sr. Presidente, que neste instante o assunto parece próximo de uma solução, se houver da parte do governo português aquele entendimento necessário e aquela compreensão indispensável para não exigir, de nós, mais do que podemos dar. *(Muito bem! Muito bem!)*. Então, Sr. Presidente, é aquela pequena franja a que Machado de Assis se referia – e Vossa Excelência, Sr. Presidente, perdoará a um velho, antigo crítico literário, as reminiscências que lhe acodem à memória, de vez em quando – Machado de Assis dizia que a igreja do diabo tinha descoberto que o pecado pode ser uma capa de seda com franjas de lã; e que a virtude pode ser uma capa de lã com franjas de seda. Queria dizer com isso o mestre sutil do Cosme Velho, o desencantado êmulo de Matias Aires, que o pecado pode ter a aparência da virtude, mas apenas na sua fímbria exercer sua ação funesta; e que a virtude pode ser exatamente o contrário. Eu diria que nas tratativas atuais há uma fímbria de lã nessa capa de seda; diria que é indispensável que Portugal, exigindo, como exige, a aparência e a substância do respeito a todas as prerrogativas da sua soberania, não nos imponha uma solução convencional ou transacional que não tenha as mesmas condições de respeito à integridade e à aparência da nossa soberania.

Poderia ir mais longe nesta acertiva; mas deixo ao prezado colega Lameira Bittencourt o encargo de fazê-lo, caso as negociações tenham êxito, o que desejo do fundo do coração; caso fracassem, o que antecipadamente lamento, não sei onde iremos parar em matéria de relações com Portugal.

O Sr. Lameira Bittencourt – Pode crer V. Exª que outro não é o desejo, a vontade do governo brasileiro, e é nesse sentido sua orientação. Agora, se tenho a autoridade que V. Exª me confere – e acredito que a possuo no sentido político de Líder da Maioria – não esqueça V. Exª, nem o Senado, que também V. Exª tem a alta e merecida responsabilidade de ser o Presidente da Comissão de Relações Exteriores desta casa, e, assim, muito nos poderá ajudar nessa empreitada.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Lourival Fontes – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Lourival Fontes – Reconheço – como V. Exª – o direito de asilo como proteção humana a uma existência ameaçada. No caso, não desejo que se subverta o direito de asilo, não desejo que ele se transforme em objeto de exploração e sensação política, como se está fazendo.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Senador Lourival Fontes.

Sr. Presidente, ainda uma palavra quanto à posição da Chancelaria portuguesa, que me permito comentar. É claro que não o faria, tivesse eu alguma responsabilidade oficial. Insisto em que estou falando em nome estritamente pessoal.

Não é hoje tão certa, como antigamente, a tese do alheiamento completo, dos países não-signatários das convenções, do seu cumprimento.

O Sr. Moura Andrade – Perfeito.

O SR. AFONSO ARINOS – Hoje, as novas doutrinas do Direito Internacional, pelo contrário, vêm mostrando que o cumprimento das obrigações internacionais decorrem de outros fatores que não a simples adesão imediata e solene.

Isso poderá parecer absurdo proferido num final de discurso com palavras tão cruas. Os ilustres colegas, porém, que conhecem as nuances desses assuntos, sabem que digo uma verdade. A teoria moderna do Direito Internacional tem mostrado uma série enorme de indícios, que denotam a evolução para o cumprimento dos tratados de que se não é inicialmente signatário.

Em primeiro lugar, há tratados multilaterais, a que se acede por adesão. Em segundo, há aquela diferenciação essencial, específica, que não é moderna, porque argüida em fins do século passado, mas relevantada e revigorada por um dos maiores juristas internacionais de todos os tempos, o Professor Georges Scelle, da Faculdade de Direito de Paris, que é a diferenciação entre tratado contratual e tratado legal. Há certos tratados que são contratos entre pessoas jurídicas de Direito Público, onde se estabelecem condições sinalagmáticas, condições de execução dependentes de princípios de Direito Privado, como sejam acordo sobre pagamento e coisas desse tipo. Há, porém, outros tratados de caráter legal, chamados tratados-leis. Esses, muitas vezes, impõem condições a indivíduos residentes ou súdi-

tos de países que não são partes, nem signatários desses mesmos tratados. Esse assunto exigiria explanação especial, que estou longe de tentar fazer, porque me falta competência para tanto.

Sr. Presidente, quero que a Embaixada do Brasil, também neste particular, e o Ministério das Relações Exteriores, onde pompeiam nomes da responsabilidade de um Hildebrando Acioli, um dos maiores internacionalistas brasileiros e continentais de todos os tempos – com o qual, devo dizer, não conversei, porque não o vejo há mais de ano – devem conhecer muito bem o que acabo de dizer tão toscamente. Há uma série de tratados-leis, cuja eficácia depende da validade das regras jurídicas neles consubstanciadas, regras jurídicas de direito objetivo, que se manifestam pela sua conformidade com a opinião internacional e com o assentimento mundial às suas determinações. Nesses tratados, nada há de mais significativo do que aqueles que dizem que se deve respeitar a vida e a liberdade dos oprimidos. Isso é um sentimento profundo, que foi, inclusive, constituído em norma da Declaração Internacional dos Direitos do Homem, em seu art. 14, que passo a ler:

> "1 – Todos têm o direito de procurar e obter, em outros países, asilo contra perseguição.
>
> 2 – Esse direito não pode ser invocado em caso de processos baseados exclusivamente em crimes não políticos ou em atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas."

Vêem V. Ex^as^ como o princípio consignado na Carta de Bogotá já constava da Declaração Internacional de Direitos do Homem, de que é signatário, e, mais do que signatário, patrocinador, eminente colega Senador Lourival Fontes, os Estados Unidos da América, cujo representante foi o Presidente da Comissão que elaborou esse documento. Foi portanto, um americano, um jurista americano, um diplomata americano o Presidente da Comissão das Nações Unidas que elaborou o texto que acabo de ler para V. Exª. Conseqüentemente, não se pode dizer que os Estados Unidos desconheça o princípio do asilo diplomático.

O Sr. Vivaldo Lima – Levado por esse louvável sentimento humano é que os Estados Unidos ainda mantêm asilado o Cardeal da Hungria, na sua Embaixada de Budapeste.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª tem toda razão.

O Sr. Moura Andrade – Tanto procedem os argumentos de Vossa Excelência, Senador Afonso Arinos, que Portugal precisou começar negando a existência do fato que determinara o asilo. Veja V. Exª que Portugal não negou pura e simplesmente o direito de asilo. Para poder, legitimamente, segundo o seu ponto de vista, recusá-lo, precisou negar a existência do fato, declarando que não estava pretendendo prender nem perseguir o General Humberto Delgado. Vê, então, V. Exª, que tão certo ele estava de que essas normas de convivência entre os povos, essas normas de

harmonia e de defesa da vida humana são aquelas a que todas as nações organizadas estão adstritas e que todos os estados devem respeitar, que para justificar a sua ação, precisou negar preliminarmente a existência do fato. O Brasil, porém, não podia aceitar aquela negativa. No instante em que a Embaixada brasileira deu asilo, é porque reconhecia a existência do fato. A partir daquele momento, portanto, o General Delgado tem o direito de não mais acreditar senão na palavra do Governo brasileiro, justamente aquele que o asila. Em conseqüência, as soluções apresentadas, tendentes a retirar o General Delgado da Embaixada brasileira, para depois, colocado sob a autoridade portuguesa, dar-lhe um destino que, dizem essas mesmas autoridades, pode ser até o destino do Brasil, essas soluções o General Delgado, legitimamente, pode recusar, bem como deixar de acreditar na palavra do governo português. Enquanto o governo brasileiro não der sua palavra, na qual o General Delgado pode confiar, porque é do governo que o asila, enquanto o governo brasileiro não disser que a fórmula encontrada é a conveniente, o Embaixador brasileiro está procedendo, rigorosamente, de acordo com os melhores princípios do Direito Internacional. *(Muito bem!)*

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado pelo aparte do nobre Senador Moura Andrade.

Para terminar, Sr. Presidente, acentuo que a instituição do asilo tornou-se de simples aspiração política, em uma realidade jurídica de cuja concretização participamos, com a maior responsabilidade.

O aspecto mais moderno dessa organização é o de que compete à soberania do Estado asilante declarar as causas que determinaram o pedido de asilo.

Reconheço que Portugal, nação soberana, à qual nos ligam tantos sentimentos filiais, não é signatário desses convênios e não está, conseqüentemente, obrigado a respeitá-los, formalmente. Por outro lado, sugiro que é do maior interesse de Portugal manter relações com o Brasil, como é do nosso manter relações com essa grande nação irmã. Conseqüentemente, o governo português deve esforçar-se para compreender a posição delicada em que nos encontramos, de termos dado o asilo e de termos mencionado a nossa opinião com referência ao nosso direito de qualificar as razões desse asilo.

Devo dizer, Sr. Presidente, que não dou um só momento, como Senador, adesão às explorações políticas que acaso se estejam fazendo contra o governo português. Não posso dá-las, Senhores Senadores.

O Sr. Victorino Freire – Nem eu.

O SR. AFONSO ARINOS – Se fosse jornalista ou simples particular, talvez desse pasto, com um pouco de veemência, às minhas opiniões democráticas, com o nosso conceito brasileiro de democracia. Como mandatário do povo, porém, e como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, em hipótese alguma darei, jamais, qualquer estímulo a qualquer manifestação que vise a colocar em situação de dificuldade o governo português em face de agitações de natureza interna nesse país.

Como escritor, sou partidário da liberdade de pensamento; como eleitor, voto nos elementos que defendem essa liberdade; como Senador eleito e Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, jamais teria uma atitude ou manifestação que nos possa colocar em choque com uma potência livre, principalmente porque concordo com o princípio da não-intervenção em assuntos da economia interna dos outros países, consignado no art. 2º da Carta das Nações Unidas.

Aqui chega, então, o apelo final da minha modesta oração: é o apelo à compreensão, apelo ao entendimento, apelo à generosidade de coração e à elevação de espírito para que certas suscetibilidades nacionais justas, para que certos interesses da política interna – também justos – não sejam, entretanto, tributários desse rio de fogo, da agitação e do descontentamento, que podem levar nossas relações a situação de particular desagrado.

Ouso apelar daqui para o ilustre Ministro de Estado das Relações Exteriores, Sr. Marcelo Matias, a quem tive a honra de conhecer nos tempos longínquos em que era Secretário da Embaixada no Brasil, para que, usando do excelente instrumento diplomático que tem no nosso país, que é o ilustre Embaixador Rocheta, e também usando das qualidades viris, das qualidades de descortino, de inteligência e patriotismo do Embaixador do Brasil em Lisboa, o Acadêmico Álvaro Lins, reúna esforços e conjugue esses elementos, a fim de que, Sr. Presidente, possamos tirar aquela conclusão que é solução digna, e depende, apenas, de se apararem essas franjas de lã da capa de seda, para trazer tranqüilidade às relações luso-brasileiras e, mais que isso, a satisfação do nosso coração de brasileiros.

Sr. Presidente, antes de concluir meu discurso, desejo declarar minha profunda gratidão ao Senado pela incumbência, de que fui merecedor, de representá-lo na próxima reunião do Conselho Executivo da União Interparlamentar, em companhia de meu ilustre líder Senador João Villasbôas. Estaremos de partida dentro de poucos dias para esse fim e confesso ter sido profundamente tocante para mim, mal entrado nesta casa, ser alvo de tão imerecida distinção.

Estou à disposição do Senado para qualquer incumbência que diga respeito ao meu mandato e apresento aos Senhores Senadores e ilustres colegas, mais uma vez, os mais respeitosos cumprimentos por ocasião deste mandato que hoje se inicia, e desta convivência que é, por todos os títulos, tão grande e tão honrosa para mim. *(Muito bem! Muito bem. Palmas. O orador é vivamente cumprimentado).*

Aniversário da Constituição Federal

18-9-1959

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, Senhores Senadores, desvanecido com a honra que me foi conferida pelo Líder da minha bancada, de exprimir os sen-

timentos da oposição na oportunidade do transcurso de mais um aniversário da Constituição Federal, devo declarar, preliminarmente, que, descontada a insuficiência pessoal do orador *(não apoiado)*, até certo ponto me considero com títulos para desincumbir-me de tão elevada missão, visto que, ao contrário do que ocorre com vários dos eminentes colegas, não tive a honra de pertencer à Assembléia Constituinte de 1946. Estou, portanto, em posição, digamos, de imparcialidade ou isenção na apreciação desta memorável realização da história do nosso direito político, por não me encontrar entre seus co-autores.

O traço que, habitualmente, costuma ser fixado pelos analistas e até pelos observadores mais superficiais do nosso estatuto fundamental, é o seu ecletismo, o esforço desenvolvido, nesse texto, para a conciliação de posições e situações, muitas vezes, diametralmente antagônicas.

Esse ecletismo, Sr. Presidente, ora se afigura ao observador como virtude digna de atenção, ora aparece aos olhos dos críticos como defeito insanável.

Virtude ou defeito o ecletismo da Constituição, serão esses julgamentos de valor, posições subjetivas, apreciações de mérito que não me incumbe fazer. Gostaria de salientar apenas, que esse ecletismo foi uma imposição das circunstâncias históricas, dentro das quais se elaborou o texto da nossa lei magna.

Essas circunstâncias podem caracterizar-se numa simples palavra: divisão. A divisão que hoje separa o mundo em blocos – não direi adversários, mas ainda impenetráveis, apesar dos esforços que culminam no memorável acontecimento, que o mundo hoje acompanha, da visita do chefe do governo soviético ao chefe do governo norte-americano – projeta-se dentro da fronteira dos estados soberanos, também em uma distribuição de opiniões que não é senão o reflexo imperativo da contradição intrínseca em que se debate a democracia moderna. Essa divisão, Sr. Presidente, encontra o seu eco e, talvez, o seu germe dentro de nós mesmos.

Quem de nós, preocupado com os assuntos relativos à administração e à política, preocupado, direi, com os graves problemas referentes ao Estado, quem de nós já não se encontrou perplexo diante de si mesmo, dividido entre as tendências, a acompanhar a intervenção cada vez maior do Estado nas relações sociais e, conseqüentemente, a implantação de um socialismo cada vez mais reconhecido e confessado na órbita da administração pública, e a preocupação de salvaguardar aqueles valores essenciais da personalidade humana que, uma vez incorporados à cultura ocidental, pelo cristianismo, tornaram-se por assim dizer, uma definição clássica e intransponíveis do regime democrático de todos povos do mundo.

Ora, Senhor Presidente, essa divisão que começa no nosso próprio reinado psicológico, que se projeta e amplia nas relações nacionais e internacionais, não pode deixar de, nos monumentos legislativos, nas obras das assembléias políticas, repercutir por meio dessa forma eclética, que é, precisamente, uma tentativa de composição entre as duas correntes contrárias em que se choca o pensamento político moderno.

Na nossa Constituição o ecletismo chegou, às vezes, ao ponto de transformar-se em verdadeira contradição, que paralisa, pelo jogo e pelo equilíbrio de forças contrárias, o funcionamento das instituições e as atribuições dos órgãos do Estado.

De um lado, a nossa Constituição manteve e até aprimorou a tradição federativa. Se digo que aprimorou, é porque, além da clássica concepção do federalismo político, expresso na teoria da autonomia política e governativa dos estados-membros e também na intangibilidade da sua relativa soberania territorial, a Constituição brasileira de 1946, seguindo, aliás, uma tendência que todos observamos em outros direitos constitucionais, levou o federalismo também ao campo econômico e até ao administrativo, criando entidades que são, evidentemente, federativas, mas cujo federalismo se expressa por uma necessidade que transcende a simples ideologia política.

Quero referir-me, Sr. Presidente, à união geográfica, ecológica e econômica de regiões nacionais, sob os auspícios ou sob a proteção especial do Estado naquilo que a lei maior define como constituindo as regiões da Amazônia, do Polígono das Secas e do vale do São Francisco.

Esta nova aplicação da doutrina federal – aplicação econômica, geográfica, e cultural – não é originalidade de nosso texto constitucional, visto que encontramos, por exemplo, na Constituição italiana, que é de um estado unitário, esta – como direi? – semente da teoria federativa, por meio da criação de regiões que muito se assemelham às nossas.

Se por um lado, porém, vemos, como dizia há pouco, o federalismo mantendo-se como teoria dominante na organização política – não direi do governo, mas do Estado brasileiro, por outro lado divisamos, no jogo dos órgãos constitucionais e nos vícios do processo de governo, o desaparecimento do federalismo, em face da absorção crescente do poder da União por intermédio de seus instrumentos de centralização, quase direi de compressão econômica e administrativa.

Assim sendo, o ecletismo a que me referi há pouco, se conservou as bases federativas de nosso estatuto, em contraposição propiciou o desaparecimento ou, pelo menos, o abalo, dessas mesmas bases federativas, por meio da outorga ou da entrega ao poder federal de grandes possibilidades de ação econômica e administrativa, que vêm sufocar nosso tradicional e vigoroso federalismo histórico.

A separação formal dos poderes do Estado, com tudo que isto implica de superado e discutível na teoria moderna da Ciência Política e do Estado, é outra declaração solene de nosso texto constitucional. Sabemos, por experiência, que todas as constituições elaboradas, em seguimento a períodos de ditadura, de governo de fato, são textos que se esmeram em proteger o Poder Legislativo, mediante a afirmação muito peremptória de sua autonomia e de sua separação integral.

Sabemos, por outro lado, que esses textos são inaplicáveis. Não entrarei no exame pormenorizado de tese hoje quase corriqueira no Direito Constitucional, a da teoria de separação dos poderes.

Por outro lado, se a nossa Constituição aderiu a essa tradição libertaria dos textos formulados em seguimento a um período de ditadura, enfatizou até o extremo limite a tese da separação de poderes, retirou também aos seus poderes e principalmente ao Poder Legislativo, muitas das maneiras, dos meios e dos processos de defender sua própria autonomia. Assim, é que na prática, essa separação imposta em termos tão vibrantes, com expressões tão peremptórias, se transforma aos poucos na anulação, no desaparecimento dos dois poderes, em face do crescimento invasor do Executivo.

Senhor Presidente, para maior demonstração da tese que sustento não preciso senão lembrar aos nobres colegas a perda completa que sofre o Legislativo nacional, neste momento, do controle das emissões monetárias. Quando a Constituição nos atribui rigorosamente a política financeira ou o controle dos meios de pagamento, da circulação fiduciária por meio da competência para legislarmos sobre as emissões, na prática, verificamos que as condições do governo se apresentam de tal forma que haveria quase uma revolução se quiséssemos aplicar até o extremo limite a competência que no particular, nos é permitido pelo texto constitucional.

Assim, a separação de poderes, nesse sistema de ecletismo aparece equilibrada por invasão ou ampliação excessiva de um dos poderes que é o Poder Executivo. Por outro lado, um dos aspectos mais curiosos – propriamente no terreno da política constitucional – que oferece nosso texto, é a simbiose inusitada, a coexistência nada pacífica entre o regime presidencial e o sufrágio proporcional. Logicamente, o regime presidencial exigiria o sufrágio majoritário; mas a extensão, o acaudilhamento da influência presidencial na América Latina, com a experiência que colhemos em nosso país, levou a Constituição de 1934 a limitar – creio que pela primeira vez na história do Direito Constitucional americano – esta coexistência do sistema presidencial no qual a concentração do poder político e de faculdade administrativa se fazem invencivelmente nas mãos do chefe do Executivo, seja o Executivo federal, seja estadual, seja municipal. Conjuntamente com esse sistema que concentra, de forma invencível, o poder e o governo nas mãos do Executivo, distribui o Legislativo, decuplica-o por meio do sufrágio proporcional num prisma de cores que de fato retira do Executivo o poder de controle do Legislativo.

Sr. Presidente, não deixa de ser outra forma do ecletismo contraditório da nossa Constituição esta coexistência do regime presidencial com o voto proporcional. Lembra-me ainda o equilíbrio, que, algumas vezes, leva ao desequilíbrio, entre as teses da livre empresa e do intervencionismo estatal no campo econômico. De fato, a nossa Constituição não manifesta preferência, não outorga meios de ação preponderante a nenhuma dessas duas teses; coloca no alicerce do edifício econômico nacional a livre empresa, a livre iniciativa, mas outorga ao Estado poder praticamente ilimitado de intervenção, visto que fica dependendo do seu próprio julgamento, da sua própria interpretação do fenômeno econômico a necessidade e o limite desse intervencionismo. É outro aspecto que saliento, aliás, sem necessidade, de forma puramente congratulatória, porque os ilustres colegas es-

tão, pela experiência e conhecimento, perfeitamente a par das minúcias que estou procurando rememorar.

Por outro lado, na legislação social e na legislação de amparo ao trabalhador – é, sem dúvida, um dos títulos mais rutilantes de glória dos constituintes de 1946 – não deixamos, também, de encontrar os indícios desse contraditório ecletismo.

Por um lado, ampliaram-se os direitos sociais e criaram-se, pela primeira vez, os instrumentos assecuratórios desses direitos, por exemplo, a Justiça do Trabalho, que sabemos, não era prevista em termos de Justiça Federal, nem mesmo pela Constituição de 1937. Havia um tribunal paritário, um esboço, um embrião da Justiça do Trabalho.

Foi a Constituição de 1946 que a arquitetou, construiu e organizou, em todos os seus planos, integrando-a triunfalmente, se assim podemos dizer, com todos os direitos de cidadania, nos quadros do Poder Judiciário federal.

Se por um lado esse fenômeno ocorre, pelo outro, na prática permitida e autorizada pelas interpretações constitucionais, essa libertação do trabalhador, essa integração das relações de trabalho em um processo especial de atendimento, é contrariada por um sistema político, pelo qual os sindicatos e numerosas outras organizações de trabalhadores ficam, de fato, escravizadas aos interesses do poder federal; mais do que isso, escravizadas aos interesses de certos elementos preponderantes nos quadros do poder federal.

Eis uma verdade indiscutível, inconcussa da nossa realidade política, decorrente da possibilidade de interpretação do dispositivo constitucional que fala da liberdade sindical. Liberdade, por essa interpretação, é o direito subjetivo de o trabalhador aderir ou não ao sindicato. Não se considera, no entanto, isento ou privado dessa liberdade aquele tipo de organização trabalhista, que vive permanentemente sob a pressão, a intervenção, a fiscalização e – ai de nós! – quantas vezes, sob a exploração de determinada facção política.

Nessa minha observação não vai de forma alguma o intuito de crítica partidária. Estou rigorosamente dentro de uma apreciação imparcial do texto da Constituição, que me pareceu mais compatível com a solenidade de uma comemoração desta ordem, principalmente porque não existe em nosso país – e essa é uma das minhas maiores preocupações, como estudioso do Direito Constitucional – não existe em nosso país, repito, nenhum partido isento de vício e de abuso no exercício da sua específica função de congregar as correntes da opinião nacional.

Deixando de parte esta análise perfunctória e insuficiente de alguns aspectos do texto da nossa Constituição, entrarei na apreciação geral do problema da carta magna brasileira de 1946 e sua significação no quadro do Direito Constitucional contemporâneo.

A primeira observação que me permito fazer é em torno da inevitabilidade das soluções da democracia clássica para a instrumentação – se assim posso dizer – do poder político, fundado nas liberdades humanas.

Tivemos disso uma experiência, a meu ver, espetacular no fim da segunda guerra mundial. Se houve, de fato, fase de revolução, de transformação do Direito Constitucional no mundo, essa pode situar-se, mais precisamente, ao termo da primeira guerra mundial que da segunda.

Foi com o desabamento do Império alemão, principalmente com o aparecimento da Constituição de Weimar, ou melhor com a evolução na fase histórica do Direito Constitucional, que vai da Constituição de Weimar, em 1919, à espanhola, de 1931, que a Ciência do Estado, na sua apresentação especificamente jurídica, sofreu a mais vigorosa impulsão ou o mais espetacular progresso.

Incluiu-se, então, nos textos constitucionais, por via de regulamentação efetiva – como é do conhecimento de meus ilustres pares – uma série enorme de preocupações e de instituições anteriormente relegadas ao campo do Direito Privado.

A importância abrangente do Estado espelha-se nesse período por meio da transformação da estrutura dos textos constitucionais. As velhas doutrinas antiliberais, porém, tinham readquirido, pela elaboração de algumas individualidades possantes, uma formação que, de certa maneira, abalou a confiança que as democracias tinham em si mesmas.

Quando vemos escritores de categoria de ilustres professores alemães, como Karl Schmitt, de sociólogos da importância de Wilfredo Pareto, historiadores e escritores da significação de um Charles Maurras, atuando, discutindo, defendendo, abalando enfim, as convicções européias na eficácia e, até, na possibilidade de um governo fundado na liberdade nesse período entre duas guerras, compreendemos o acolhimento quase passivo com que a maioria dos países assistiu à monstruosa irrupção das doutrinas totalitárias, no seio mesmo da Europa civilizada.

Poder-se-ia supor – e muita gente supôs – que a tremenda, catastrófica e sangrenta derrota do fascismo internacional no decurso da segunda guerra mundial, seria seguida por um processo completamente revolucionário de renovação das teorias políticas e jurídicas e pelo aparecimento de novas fórmulas, soluções e configurações de Estado moderno.

Muitos homens pensaram. Eu mesmo, na humildade do meu recolhimento e na modéstia das minhas leituras, preocupava-me com esses assuntos, cogitando, de mim para mim, sobre quais soluções seriam trazidas pela experiência dessa tremenda hecatombe. E não é sem surpresa que hoje os políticos, estadistas e professores verificam que a segunda guerra mundial em nada praticamente alterou os quadros tradicionais da democracia. A investidura do poder, por meio do sufrágio, ou o exercício desse Poder por meio do seu controle e seus pesos e contrapesos, as atuações diferentes dos órgãos constitucionais, tudo isso parece reviver como sonho antigo, velha música ou perfume esquecido no fundo de um cofre fechado.

É que, Sr. Presidente, na minha opinião, a democracia atingiu, de fato, maturidade na sua expressão, que deixa de ser jurídica ou teórica para ser natural, para ser uma correspondência efetiva entre a necessidade do governo e as características essenciais da personalidade.

Hoje estamos convencidos de que é possível um governo social e livre. Hoje conhecemos o mecanismos mediante o qual se pode instituir um governo que reconheça no homem um homem, mas também saiba que, acima dos interesses desse homem, tomado individualmente, há os interesses da coletividade humana à qual ele pertence.

Sabemos hoje, que a verdadeira democracia se exprime através de fórmulas muito simples e muito escassas. Essas fórmulas, a rigor são duas: a liberdade na investidura do poder e a liberdade na crítica ao poder. Desde que o poder se constitua livremente e desde que ao poder não seja vedado fazer crítica livre, então aí estará o sistema democrático; e este pode ser tão forte, tão intervencionista, em uma palavra, tão antiliberal no sentido econômico, tão positivamente antiliberal, tão socialista quanto qualquer governo totalitário.

Essa, a grande aquisição que fizemos com a experiência da guerra, essa a grande força que nos alimenta, que nos mantém na convicta crença nos ideais democráticos; esse, Senhor Presidente, o sentido da perenidade que nós, os democratas, guardamos em face da eventualidade, da circunstancialidade dos textos constitucionais. A eles, dentro deles, com eles, não nos interessa senão esta fundamentação da nossa função democrática: liberdade na constituição do poder, liberdade na crítica ao poder. Então, os processos, os objetivos, a força e a extensão dos atos do governo coadunam-se perfeitamente com as nossas aspirações e desígnios.

A Constituição de 1946 tem, até certo ponto, condição de tranqüilizar-nos quanto a esse aspecto da nossa existência de povo livre.

Não há dúvida que o Estado brasileiro atravessa uma crise. Negá-la seria fechar os olhos à realidade. A crise, entretanto, não é peculiar ao nosso país – existe em uma série de outras nações com experiência muito mais longa no campo do Direito Constitucional; manifestou-se, no ano passado, de forma assaz trágica, na República Francesa e tem avassalado vários povos do continente. O fato, porém, de existir uma crise do direito, não significa não sejamos compelidos, convidados, não tenhamos que nos desincumbir do dever de criar o direito da crise, de fazer que as soluções da crise se processem, quanto possível, dentro de quadro jurídico.

Eis por que nós, homens de Estado, legisladores, responsáveis, temos a obrigação de jamais esquecer que não há solução para a crise senão por meio do direito; não há possibilidade de resolver os impasses em benefício da coletividade, as dificuldades que surgem do trato dos negócios públicos, ou na evolução das nações senão procurando soluções jurídicas e democráticas baseadas nos dois reconhecimentos que há pouco tive oportunidade de mencionar.

Por mim diria, Sr. Presidente, que à grande provação dos sistemas democráticos, neste momento, poder-se-ia chamar a institucionalização do poder: fazer do poder instituição que funcione por si mesma no instante exato de sua transferência. A entrega sucessiva do poder, passagem do poder de um grupo governante para outro grupo governante, eis o que marca o ponto crucial de amadurecimento das nações.

Sabemos que houve na história do mundo, países vitoriosos, grandiosos, que exerceram influência ecumênica. Tinham, no entanto, a fragilidade de suas bases na situação de perplexidade, dúvida, incongruência e confusão, desde que colocado o problema da transferência do poder.

O primeiro exemplo histórico do que afirmo é o Império Romano, o qual caiu menos pela pressão das populações gentias, dos chamados bárbaros sobre suas fronteiras do que pela ausência de resistência interna, no processo sucessivo de periodização e de transferência de poder. Como caiu?

Quando lemos o livro admirável de Gibbon A *Ascensão e Queda do Império Romano,* vemos que a falta de capacidade de resistência daquela estrutura militar, aparentemente gigantesca, era a inexistência de um poder legal, a incapacidade de o Estado resolver legalmente o problema da transmissão do poder. O aparecimento sucessivo de imperadores do Oriente e do Ocidente, de imperadores bárbaros, corruptos e loucos, tornava irresistível o impacto daquelas jovens nações que ignoravam a História, não tinham organização militar, mas possuíam o poder concentrado e funcionando. Posteriormente, esses exemplos foram repetidos muitas vezes.

A expressão mais indiscutível da fraqueza da teoria política soviética – sobre este assunto, aliás, ultimamente muito tenho mediatado, lido e procurado informar-me conversando comigo mesmo com toda a sinceridade – a expressão mais indiscutível dessa fraqueza é a impossibilidade de estabelecer-se um processo automático, legal, autêntico de transmissão do poder, no momento em que deve ser transmitido. Os países onde a transferência do poder é uma perturbação nacional, onde a sucessão do governo é uma crise que abala a nacionalidade até os fundamentos, são países imaturos para a prática do sistema democrático. São países que marcham às cegas para um destino de tragédia, lama e sangue.

A nossa Constituição Federal contém as normas que capacitam o funcionamento das instituições políticas no sentido da transferência automática de poder. Estamos no momento crucial, e é com estas palavras de advertência, de apreensão e de esperança que falo ao Senado e a nação, certo da importância e da ressonância desta tribuna.

Entre o décimo terceiro e o décimo quarto aniversário do estatuto magno de nossa pátria, nós somos responsáveis pelas manifestações da maturidade política que é a crise da transferência do poder, dentro de ordem, das eleições e dos princípios jurídicos que informam a sucessão em nosso país. Ou somos capazes de, amadurecidos, enfrentar esta crise e marchar com a Constituição, elevando-a, então acima da miserável condição de simples texto escrito para a condição eterna de símbolo nacional da garantia das liberdades brasileiras, ou, pela nossa divisão, pela nossa ambição, pela nossa fraqueza, pelas nossas corrupções, pelas nossas paixões, pela nossa cegueira, pelo nosso aniquilamento moral, levaremos o país a uma crise sem precedentes, que não mais se configurará no campo exclusivo dos grupos governantes, mas se estenderá às massas nacionais, ao povo, numa tragédia sem precedente na

História desta República. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).*

Governo do Estado da Guanabara

22-1-1960

O SR. AFONSO ARINOS *(Não foi revisto pelo orador)* – Sr. Presidente, tive, ontem, em companhia do eminente Senador Mílton Campos, o prazer de receber nesta Casa, o nobre Deputado Menezes Côrtes, com quem examinamos a redação da emenda constitucional a ser oferecida na Câmara dos Deputados, e que visa à organização do atual Distrito Federal.

Como surgiram na imprensa matutina de hoje alguns reparos a certos aspectos dessa iniciativa, venho à tribuna para oferecer os esclarecimentos que se fazem mister, a fim de que os preceitos julgados inconvenientes pelas críticas, possam ser examinados com pleno conhecimento de causa.

Preliminarmente, desejo acentuar que a contribuição a nós solicitada – ao nobre Senador Mílton Campos e a mim – foi no sentido do exame jurídico constitucional das conclusões a que tinham chegado os ilustres representantes das diferentes bancadas do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, e que eram principal ou predominantemente de natureza política.

Em emenda como esta a que me refiro – e nós temos em particular, a experiência das sucessivas tentativas frustradas com que se vem defrontando o Senado Federal em emenda dessa característica – não será possível solução oportuna e em tempo hábil a não ser com o acordo das diversas correntes políticas componentes da maioria e da minoria do Congresso; e esse acordo, como é igualmente evidente, não será alcançado se não prevalecer o desejo de transação e entendimento, com o sacrifício recíproco das posições menos significativas, em favor da união em torno daquilo que o seja mais.

A emenda ontem ultimada, pelo menos na parte principal, prevê – e foi sobre esse particular que se verificaram as críticas mais acesas – a eleição, pelo Senado Federal, do governador provisório do futuro Estado da Guanabara. Sobre esse ponto é que desejo tecer algumas considerações, a fim de que as divergências se apóiem no conhecimento mais pormenorizado da situação de fato e de direito.

Devemos ter bem claro, em primeiro lugar, que o retardamento das providências legislativas por parte do Congresso, devidas embora à dificuldade de convergência de opiniões em torno de um substitutivo comum – V. Exª, Sr. Presidente, que é o Presidente da Comissão, sabe muito bem como temos debatido e nos esforçado para chegarmos a esse entendimento, e como essa tentativa tem sido frustrada – o

retardamento do Congresso trará, fatalmente, a 21 de abril, com a transferência do Governo Federal, a transformação desta cidade em Estado da Guanabara.

Na emenda a que me referi e da qual foi iniciador o nobre Deputado Menezes Côrtes, procura-se prever as situações que poderão ocorrer conforme se desenvolvam as votações no Congresso. Ou bem prevalecerá a corrente que preconiza a transformação da cidade em Estado autônomo, ou bem haverá a possibilidade da sua fusão com o Estado do Rio de Janeiro, para a formação do novo Estado que compreenda as duas atuais entidades territoriais. Essa deliberação, porém, só poderá ser conseguida, de acordo com a sugestão que vem desde o início, por intermédio da manifestação direta do eleitorado, isto é, do plebiscito.

Essa parece-me a solução mais democrática, conseqüentemente, a mais indicada. Aí, porém, é que houve necessidade dos entendimentos entre maioria e minoria.

A maioria, na Câmara, das bancadas que representam o pensamento do governo, não concordam em que o plebiscito e as eleições para Governador efetivo do Estado da Guanabara se processem antes das eleições gerais de outubro próximo. Haverá, então, um interregno entre o 21 de abril – data na qual ficará automaticamente constituído o Estado da Guanabara, ainda que posteriormente o plebiscito indique a solução fusionista – entre o 21 de abril, em que esse Estado ficará automaticamente constituído, em virtude da norma da Carta Magna, e a data na qual for possível determinar-se o plebiscito e as eleições para o governo desse Estado, caso o plebiscito seja negativo.

Sr. Presidente, nesse interregno é necessário que a emenda constitucional preveja a forma mais conveniente aos interesses democráticos de constituição do governo provisório; e então daí surgiu a sugestão, que não partiu nem do nobre Senador Mílton Campos, nem de mim, mas da reunião de Deputados havida no Palácio Tiradentes, de que para se evitar a nomeação de interventor, se encontrasse a possibilidade da eleição de um governador provisório. Como a maioria não aceitou a solução de eleição direta antes de 3 de outubro, tivemos de concordar com a possibilidade de a eleição se fazer indiretamente pelo Senado: portanto, quando o Sr. Presidente da Câmara dos Vereadores e certos brilhantes órgãos da imprensa carioca impugnam essa solução, o fazem na ignorância dos motivos que nos levaram a aceitá-la. Se não for adotada, a alternativa fatal e inevitável será a de que a 21 de abril o Governo Federal procederá à nomeação de um interventor para a cidade.

O Sr. Caiado de Castro – Permite V. Exª um parte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com todo o prazer.

O Sr. Caiado de Castro – Só conheço esse assunto até certo ponto: até aquele em que tive a honra de presidir algumas reuniões de Deputados das bancadas fluminense e carioca. Daí em diante não o conheço, estou ficando a par pelas declarações de V. Exª. Desejava apenas argumentar o seguinte: se por essa do Tribunal de Justi-

ça a competência para governar a cidade nesse período, não seria intervenção e sim o cumprimento de deliberação do Congresso através de Emenda Constitucional. A pergunta que faço é esta: não parece a V. Exª. E essa forma mais interessante e mais de acordo com o interesse do Distrito Federal, do que uma eleição indireta, para apenas vigorar durante esse período? Foi a sugestão que apresentei na reunião da Câmara: déssemos ao Presidente do Tribunal de Justiça – que é magistrado e não tem maiores interesses na política do Distrito Federal – essa faculdade. Poderia governar a cidade até outubro, quando então se procederia à eleição para Governador.

O SR. AFONSO ARINOS – Responderei, com muito prazer, ao eminente colega, Senador Caiado de Castro.

O Sr. Jefferson de Aguiar – Permite V. Exª antes um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Jefferson de Aguiar – Com respeito à Emenda Constitucional nº 2, de minha autoria, consubstanciada no último substitutivo que apresentei sobre a matéria, nela consta a solução adotada pelo nobre Senador Caiado de Castro, isto é, atribuindo ao Presidente do Tribunal de Justiça o Governo do Estado da Guanabara no interregno a que se alude, evitando-se, em conseqüência, a fase interventorial, e adotando solução mais compatível com os princípios da Constituição. Acredito que essa solução estaria mais compatibilizada com o espírito da Carta Magna e não adotaríamos a solução transicional, tão acentuadamente divergente daqueles princípios adotados pela Constituição. Aliás, a Emenda Constitucional nº 2 está toda ela concebida em forma de conciliação tanto que o eminente Senador Mílton Campos teve ensejo de declarar-se plenamente de acordo com meu trabalho, divergindo tão-somente na questão relacionada com a transformação da Câmara dos Vereadores em Assembléia Constituinte, e eliminando, no meu Projeto, a figura do cargo de Vice-Governador. O Deputado Xavier d' Araújo aplaudiu meu substitutivo, que acredito traria a fórmula mais conveniente para o deslinde da matéria em termos constitucionais.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao meu prezado amigo e ilustre colega o esclarecimento que acaba de trazer ao meu discurso.

Foi muito bom ter ouvido dos eminentes representantes do Distrito Federal e do Espírito Santo essas ponderações; servem, até certo ponto, para dar a medida exata das reações do Senado à solução preconizada, visto que S. Exªs falam, evidentemente, em nome individual, mas também como representantes autorizados dos dois maiores partidos que integram o Senado da República.

Não compareci à reunião a que o ilustre representante do Distrito Federal, aludiu, achava-me ausente, no meu Estado. Desconheço, portanto, exatamente o que nela ocorreu, isto é, se haviam chegado à formulação concreta do princípio da chefia do governo local, entregue ao Presidente do Tribunal de Justiça.

Tive apenas conhecimento de que a fórmula da escolha pelo Senado teria sido sugerida no decurso dos entendimentos, logrando o apoio, se não total, pelo menos geral, dos presentes à reunião.

O Sr. Gilberto Marinho – Tenho a impressão de que o acordo se verificou em reunião posterior à presidida pelo nobre Senador Caiado de Castro.

O Sr. Caiado de Castro – Conheço do assunto até certo ponto. Notei que V. Exª, Senador Afonso Arinos, entrou no exame de solução que ignoro. Nas duas reuniões a que tive a honra de presidir e às quais V. Exª não pode comparecer, o que lamentamos profundamente...

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Caiado de Castro – ... não chegamos a acordo. Estavam presentes apenas dez deputados e um senador para resolverem em nome de quarenta. Surgiu, então, nobre Senador, um caso muito interessante. O meu amigo, Deputado Adauto Cardoso, propôs disciplinássemos a discussão, a fim de obtermos resultado positivo. Um deputado, logo de saída, apresentou objeção. Queria saber dos presentes se concordavam com a fusão. Tive escrúpulo em colocar a proposta em discussão, porque éramos onze, dos quais sete, contra a fusão. Sabendo, de antemão, o resultado, paramos nesse ponto, marcada para o dia seguinte nova reunião, à qual não pude comparecer, devido aos trabalhos de uma Comissão. Assim, só conheço o assunto, até certo ponto. Louvo as palavras de V. Exª. Repito: nada ficou resolvido. Cada um tinha sua idéia. Havia um grupo preconcebidamente pela fusão, e outro, pela eleição do Governador. Não conseguindo disciplinar a matéria para discussão, nada foi feito. Se eu pudesse chegar a esse ponto, minha idéia seria um pouco diferente, e não como expliquei na reunião. Sou contra a fusão, no momento, mas aceito o plebiscito, para que o povo possa decidir. Mais que isso; estou acompanhando os debates sobre o problema – não estou isolado – até outra solução melhor. Peço desculpas a V. Exª por este longo aparte; apenas quis esclarecer a opinião do nobre Senador Gilberto Marinho. Como declarei, só conheço o assunto até certo ponto. Daí em diante, não estou mais a par do que sucedeu.

Agradecido a V. Exª.

O Sr. Gilberto Marinho – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com prazer.

O Sr. Gilberto Marinho – Como V. Exª acentuou, tenho a impressão de que o acordo foi posterior. Ocorreu no dia precedente ao da recepção ao Presidente Afonso Lopes Mateos, em reunião do Líder Abelardo Jurema com os eminentes Deputados Menezes Côrtes, Sérgio Magalhães, Bocayuva Cunha e outros ilustres representantes cariocas e fluminenses. Na oportunidade, nenhuma vez se elevou contra a sugestão.

O SR. AFONSO ARINOS – O aparte do nobre Senador Gilberto Marinho esclarece perfeitamente os aspectos, vamos dizer, de fato, da situação. Ignorava esses pormenores; mas acabo de ser informado, pela valiosa interferência do ilustre representante carioca, que se chegou a um acordo, não propriamente com a presença de numerosos parlamentares, mas, sim, com a atuação dos chefes das bancadas, isto é, do Líder da Maioria, Deputado Abelardo Jurema e do Vice-Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, Seção Carioca, Deputado Sérgio Magalhães.

O Sr. Gilberto Marinho – Permita V. Exª acrescente mais um pormenor: os ilustres Deputados Abelardo Jurema, Menezes Côrtes e Sérgio Magalhães declararam, creio que como os mais, que iriam levar a emenda resultante do acordo à consideração das direções das correntes partidárias a que pertencem.

O SR. AFONSO ARINOS – De qualquer maneira, foi interessante que suscitássemos hoje, na sessão do Senado, a questão, porque o debate esclarecerá melhor a opinião pública, e também o pensamento dos Senhores Senadores a respeito da matéria. De mim, devo dizer que não tenho preferência por nenhuma das fórmulas cabíveis ou passíveis na solução do Governo da cidade nesse interregno cronológico.

É certo que sou contrário apenas a uma dessas soluções – a nomeação de um interventor, dentro dos quadros jurídicos consignados na Constituição Federal para a intervenção nos Estados, a qual se baseia em razões de natureza política que absolutamente não serão vigentes na cidade do Rio de Janeiro, no dia 21 de abril. Assim, a única solução que não me convém, e contra a qual me oporei, é, precisamente, a que me parece mais viável no caso de não chegarmos a um entendimento – a nomeação de um interventor, provavelmente militar, porque obedecerá aos objetivos e interesses da campanha sucessória e à entrega do governo da cidade a um grupo, a uma facção, enfim, a um movimento que tem por escopo a luta pela posse do poder federal. A cidade, então será uma das trincheiras oferecidas a qualquer dessas facções, para o desenvolvimento da sua marcha em busca do Poder Federal.

É o que me parece, como Senador do Distrito Federal, e, sobretudo, como Senador da Oposição, deva ser combatido enquanto houver oportunidade.

O Sr. Caiado de Castro – De pleno acordo com V. Exª.

O Sr. Gilberto Marinho – Permite o nobre orador mais um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Gilberto Marinho – Entendo muito oportuna a afirmação de V. Exª. Discordando da consideração final, de que a entrega do Governo da cidade se faria para atender aos interesses de um dos grupos em luta pela Presidência da República, devo declarar que sou, também, radicalmente contra qualquer forma de intervenção. Aliás juntamente com V. Exª e com o nobre Senador Caiado de Castro, já

nos pronunciamos solenemente, desde o início, nesse sentido. Não é demais acentuar bem esta circunstância, porquanto vozes isoladas, que nem sempre acompanham com razoável interesse, os Anais do Senado, pedem que nos manifestemos sobre a matéria, como se já não o houvéssemos feito de forma peremptória e reiterada.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço muito a intervenção de V. Exª, como sempre brilhante e cordial.

Desejo desde logo significar meu pleno assentimento, minha conformidade e meu testemunho às reiteradas manifestações de V. Exª e do nobre Senador Caiado de Castro contrariamente à intervenção federal. Aliás, isso é natural, porque, em uma cidade como o Rio de Janeiro, a condição de representante do povo sobreleva a de integrante dos partidos.

O Sr. Gilberto Marinho – Totalmente de acordo.

O SR. AFONSO ARINOS – Todos falamos, por mais divergentes sejam, em certas oportunidades, nossas posições partidárias, como representantes diretos do eleitorado – não sei se vou ferir a suscetibilidade de outros ilustres colegas – que eu ousaria chamar de mais vigilante e mais livre do País. Somos diretamente pressionados, portanto, pela massa que representamos, e temos de atuar em conformidade com o sentimento de que somos uma expressão parlamentar, passando por cima, por vezes, das conveniências e dos interesses partidários.

O Sr. Gilberto Marinho – É precisamente o caso dos integrantes da Maioria.

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente.

O Sr. Gilberto Marinho – Eu por exemplo, reafirmo que quaisquer que sejam os acontecimentos supervenientes, a minha posição já está nitidamente definida radicalmente contrária à intervenção.

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente o que eu ia dizer, passando por cima dos interesses partidários, como acontece com V. Exª.

O Sr. Fernandes Távora – O que aliás, muito honra o nobre representante do Distrito Federal.

O Sr. Gilberto Marinho – Muito agradecido a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, eu gostaria de salientar um aspecto que o nobre Senador Gilberto Marinho focalizou, mas a meu ver não completamente: é que podemos contribuir para evitar a intervenção na medida em que diligenciarmos para solucionar juridicamente o problema.

Na medida em que tenhamos resolvido a solução jurídica do problema constitucional do Distrito Federal, antes de 21 de abril, estaremos evitando a intervenção. Daí meu apelo reiterado e a minha participação consecutiva em todas as fórmulas

decentes, em todas as fórmulas democráticas que aqui foram objeto de cogitação. Participei de todas as Comissões, e votei de acordo com todos os projetos o que poderá parecer incongruência ou contradição, e que assim tem sido acoimado pelos meus adversários, na Imprensa. A questão, porém, é que, conscientemente, participei de fórmulas diversas, porque só assim se evitará a única solução da qual discordo plenamente, que é a da intervenção federal.

Votei a favor do projeto Attilio Vivácqua; votei a favor da proposição do nobre Senador Jefferson de Aguiar; votei a favor do substitutivo Milton Campos; ofereci, eu próprio, solução que foi objeto de julgamento e acolhimento honroso por parte da Comissão Especial. Tenho me empenhado de todas as formas possíveis para sairmos do impasse; e é mais uma vez animado desse espírito que aceitei a solução oferecida pelo nobre Deputado Menezes Côrtes.

O Sr. Attilio Vivácqua – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pediria ao nobre colega um momento, a fim de completar meu pensamento.

Esta, Sr. Presidente, a explicação que desejava dar, completando-a com a seguinte observação: três parecem ser as soluções possíveis para o caso de um Executivo provisório do Distrito Federal, excluída a hipótese da interventoria; ou bem a eleição de um governador provisório pelo Senado, sugestão oferecida e aceita na reunião a que aludi e que foi esclarecida pelo ilustre Senador Gilberto Marinho; ou bem há investidura do Presidente do Tribunal de Justiça.

A dúvida constitucional sobre a incompatibilidade dos magistrados para funções estranhas aos seus misteres não procede em face do argumento, a meu ver decisivo; de que o Presidente do Supremo Tribunal Federal está na linha da sucessão do Poder Executivo Federal.

A própria Constituição Federal nos oferece, por aproximação, justificativa para essa situação excepcional. Uma vez que o Supremo Tribunal Federal tem no seu Presidente um sucessor eventual do Chefe da Nação, nada há de estranho nem de estravagante que o Tribunal local tenha no seu presidente, o chefe provisório do Governo da Cidade.

O Sr. João Villasboas – Acresce que a matéria será regulada por emenda, de caráter transitório da Constituição.

O SR. AFONSO ARINOS – Evidentemente. V. Exª tem toda a razão do ponto de vista formal. Do ponto de vista material, substancial, não contraria a índole do regime, visto que aquele impedimento é impedimento profissional, constante da Constituição, para o exercício de funções estranhadas à Magistratura; mas não ilide a possibilidade de uma investidura política excepcional, trazida à pessoa de um Juiz. Quer dizer que não contraria o espírito e o sistema da Lei Magna.

Finalmente, existe a possibilidade da nomeação de um Governador provisório com a aprovação do Senado, de que hoje me falava o nobre e brilhante Senador Daniel Krieger. Seria também outra solução que aceitaria, porque seria uma espécie de Prefeito com o título de Governador, para reger os destinos da Cidade no interregno constitucional.

Sr. Presidente, com estas explicações – e ouvirei dentro em pouco o aparte do meu ilustre colega Senador Attilio Vivácqua – eu queria pedir a atenção da Câmara dos Vereadores e da Imprensa carioca para a conveniência de examinarmos essas sugestões com o espírito que as deve receber, isto é, o espírito de colaboração e compreensão para evitarmos os dissídios intransponíveis, que levarão a cidade fatalmente à intervenção federal, no dia 21 de abril.

De minha parte, vou levar, hoje, ao nobre Deputado Menezes Côrtes, as reações que senti no Plenário do Senado. A mim me parece que o Senado receberia talvez com melhor espírito a solução da investidura do Presidente do Tribunal de Justiça. Pelo que ouvi, seria a decisão que mais agradeceria ao Senador.

De qualquer forma, pedirei a atenção do nobre Deputado Menezes Côrtes para a discussão que aqui se travou, a fim de que S. Exª examine a possibilidade de introduzir modificações na emenda; entretanto, se a Câmara aprovar a emenda nos termos em que está, acredito que nós, representantes do Distrito Federal, temos o direito e até o dever de fazer um trabalho instante junto ao Senado, de dirigir um apelo cordial mas caloroso, aos nossos companheiros de representação, solicitando-lhes seja idealmente perfeita, é a única capaz de evitar uma situação que será profundamente constrangedora para a Cidade, para o povo e para o País.

Tem agora permissão para o aparte, com as minhas desculpas, pelo atraso, o nobre colega e caro amigo Senador Attilio Vivácqua.

O Sr. Attilio Vivácqua – O Senado ouve, com maior interesse, as palavras com que V. Exª esclarece a solução transacional que se pretende dar em relação ao problema da organização do Estado da Guanabara. Ninguém mais que nós poderá testemunhar o empenho e a elevação com que nosso eminente colega tem examinado o assunto, transigindo, como todos temos transigido, em torno de pontos de vista constitucional. O Estado da Guanabara criado pelo artigo citado da Constituição, em 21 de abril deste ano, será uma unidade federativa, que, a rigor, não poderia sofrer modificações estruturais mediante uma reforma constitucional, tendo em vista o art. 217, da Lei Magna. Efetivada a mudança da Capital, diz o art. 4º, o Distrito Federal passa a constituir o Estado da Guanabara; não se pode, sequer, falar em transformação.

É uma disposição idêntica à usada pela Constituição de 1934, com referência ao Supremo Tribunal Federal, quando ali se estabeleceu que passaria ele a constituir a Suprema Corte sem qualquer solução de continuidade. Diante desse preceito e apoiado ainda em outros fundamentos, sempre considerei ter a atual Câmara dos Vereadores mandato de quatro anos, como também estar investida de poderes cons-

tituintes. Entendo que poderíamos adotar o paradigma das constituições dos estados, qual seja a do exercício do Poder Executivo, na seguinte ordem: Vice-Governador, quando a Constituição tenha criado esse cargo; Presidente da Câmara dos Deputados Estadual e Presidente do Tribunal Superior de Justiça. É realmente o paradigma consagrado tradicionalmente no nosso Direito Constitucional, nos moldes, *mutatis mutandi* do Estatuto Supremo. Não havendo chegado a essa solução, inclinei-me pela escolha do Presidente do Tribunal de Justiça para exercer o Executivo estadual, aceitando a emenda Milton Campos elaborada nesse sentido. Certamente, todos nós devemos, neste instante, trazer melhor espírito de transigência e de colaboração, eis que não precisaríamos acentuar que a organização do Estado da Guanabara é dos mais importantes e graves problemas políticos institucionais que desafia os homens públicos.

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Attilio Vivácqua – Reservo-me para posterior exame do assunto que está sendo exposto com tanta sinceridade, clareza e precisão por V. Exª. A solução preconizada reconhece o mandato quadrienal dos vereadores o que nos coloca em situação de estudar a questão com base para um entendimento.

O SR. AFONSO ARINOS – Posso informar a V. Exª que aceito inteiramente o ponto de vista que defende.

O Sr. Attilio Vivácqua – Tem essa fórmula esse merecimento embora não reconheça, como sustentamos, a função constituinte à Câmara de Vereadores.

O SR. AFONSO ARINOS – Aceitamos o ponto de vista de V. Exª, exposto na Comissão Especial.

O Sr. Attilio Vivácqua – Nesse sentido, estamos caminhando, dentro de um elevado espírito transacional que muito recomenda os partidos políticos. Todavia, não posso ainda fixar uma opinião definitiva.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao nobre Senador capixaba o aparte.

Antes de encerrar minhas considerações, desejo acentuar o empenho demonstrado por todas as bancadas, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados no sentido de ser a emenda aprovada no decurso da atual Sessão Legislativa Extraordinária, pela Maioria qualificada prevista na Constituição.

Evitaremos assim, esgote-se o prazo fatal de 21 de abril, bem como a situação que daí decorrerá para o Rio de Janeiro.

Reitero o apelo que fiz desta tribuna no sentido de que o Senado acolha a emenda com boa vontade e tolerância, embora não corresponda – e nenhuma corresponderá, estou certo – aos pontos de vista pessoais de todos nós, em relação aos diferentes aspectos do problema. *(Muito bem! Muito bem! Palmas)*

Saudação ao Presidente Dwight Eisenhower

25-2-1960

O SR. AFONSO ARINOS *(Lê o seguinte discurso)* – Senhor Presidente dos Estados Unidos da América, Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senhores Congressistas, cumprindo honrosa delegação do Senado da República, cabe-me saudar Vossa Excelência, Senhor Presidente, em quem vemos, não só o chefe de Estado de uma grande e poderosa nação, fraternalmente ligada ao Brasil, como também uma das maiores personalidades da História contemporânea, única entre as demais que teve o privilegiado destino de ser, sucessivamente, o comandante dos exércitos na luta pela liberdade e o estadista civil de tão destacada ação em prol da paz e do bem estar entre os homens de todo o mundo.

Para acentuar a ação de Vossa Excelência no comando das grandes forças armadas mundiais que defenderam a liberdade e o direito nas memoráveis batalhas da França e da Alemanha, basta recordar as expressões do telegrama com que, a 9 de maio de 1945, o Primeiro Ministro britânico congratulava-se com o Presidente Truman pela vitória na Europa. Eis as expressões de Sir Winston Churcill:

> "Deixai-me dizer-vos o que o General Eisenhower significou para nós. Nele encontramos o homem que colocou a unidade dos exércitos aliados acima de quaisquer considerações nacionais... Em nome do Império Britânico e da Comunidade, eu vos exprimo nossa admiração pelas firmes, descortinadas e luminosas qualidades de caráter do General do Exército, Eisenhower." *(Palmas.)*

Eleito e reeleito Presidente da grande República dos Estados Unidos, Vossa Excelência mostrou ser, nas difíceis e absorventes tarefas de um governo cujas decisões não são apenas nacionais, mas muitas vezes de grande responsabilidade internacional, o estadista civil de estatura idêntica àquela que atingiria como chefe militar.

O grande comandante, a personalidade poderosa que avultara e se impusera nos conselhos de guerra e nos campos de batalha do velho mundo, logo empreendeu, investido do poder democrático, a execução de uma obra planejada e impessoal de governo.

A esse propósito, é oportuno lembrar as judiciosas reflexões que o sábio professor de Ciência Política, Edward Corwin, usou ao referir-se em livro à ação de Vossa Excelência na Presidência dos Estados Unidos.

Os principais governantes na fase da guerra, – observa o professor Corwin – representaram, nos seus respectivos países, as pedras angulares do culto da personalidade. Essa fase foi superada, nos Estados Unidos, pelo sistema democrático atual da administração responsável, coordenada embora em torno da figura central do chefe de governo.

A institucionalização do poder presidencial adquiriu, no governo Eisenhower, uma significação sem procedentes na história do seu grande país.

Este alargamento das bases do presidencialismo consolida a estrutura do regime, sem alterá-la nas linhas essenciais, e assegura a Vossa Excelência uma posição eminente na galeria dos grandes estadistas civis.

Senhor Presidente, Brasil e Estados Unidos, através das diversas fases da História da América, sempre se aproximaram espontaneamente, não apenas na execução de uma política continental de independência, solidariedade e paz, como também na sua conceituação e formulação.

A idéia de que o espaço americano devia ser conservado livre de quaisquer interferências causadas pelas rivalidades e crises européias foi muito cedo expressa nas doutrinas semelhantes do brasileiro Alexandre de Gusmão e do americano James Monroe. Gusmão já no ano de 1750 afirmava, no preâmbulo do Tratado de Madri, o alheiamento da América nas disputas que separavam as coroas de Espanha e Portugal, o que levou o ilustre Southey a dizer que essa linguagem "avançava o espírito do tempo". Sua tese é, em substância, a mesma mensagem do Presidente Monroe, de 1823, colocando a América fora das intenções intervencionistas da Santa Aliança.

Personalidade continental autônoma em conjunto e independência individual das antigas colônias foram movimentos logicamente paralelos. E o Brasil, que já em 1786 procurava o apoio dos Estados Unidos para sua emancipação, encontrou nos Estados Unidos o primeiro país que reconheceu a nossa independência.

Depois de independentes, os nossos dois países empreenderam a obra de alargamento e fixação dos respectivos territórios nacionais, sendo esta fase, quanto ao Brasil, uma tradição gloriosa e pacífica das suas gerações de diplomatas e juristas, do Império e da República.

Em seguida, principalmente por causa do poderio e da importância dos Estados Unidos, a América teve de estar presente nas duas grandes crises que, deflagradas na Europa, interessaram a todo o mundo. O Brasil, nas duas graves oportunidades, tomou decidida posição de solidariedade ativa com os Estados Unidos na defesa dos mais altos interesses continentais.

Em maio de 1917, o Brasil, por lei do Congresso, revogou a sua neutralidade em face do conflito europeu, porque a ele haviam sido levados os Estados Unidos; em outubro, passamos da não-beligerância à guerra, sendo de se notar que fomos o único país da América Latina que adotou tal atitude. Para concretizá-la, enviamos uma força naval de cooperação com as frotas aliadas.

Na última conflagração mundial, foi idêntica a nossa conduta. Desde a Conferência de Lima, de 1938, nos esforçamos, apesar das resistências opostas, para reunir o continente em torno da idéia da solidariedade coletiva contra ataques extracontinentais.

Durante a Terceira Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada no Rio de Janeiro em 1942, após a agressão de Pearl Harbour, o Brasil tomou

parte eminente na sistematização das providências de defesa coletiva continental. Aqui ficou decidido o rompimento geral de relações diplomáticas – apenas recusado por dois países – além da colaboração em materiais estratégicos e em bases militares. O Brasil contribuiu largamente com remessa de importantes materiais para os Estados Unidos. Quanto às bases, basta lembrar que as nossas, ao norte, tomaram o nome de "Corredor da Vitória".

Os crimes praticados pelo fascismo internacional e os riscos que determinavam para toda a humanidade levantaram a consciência popular brasileira e esta arrastou, afinal, o governo brasileiro à guerra, numa definição clara de atitudes.

Vossa Excelência, como comandante supremo na Europa sabe o que foi a participação da Força Expedicionária Brasileira, que integrou os exércitos do General Mark Clark. O avanço vitorioso das nossas bandeiras sob os céus da Itália, e os túmulos dos nossos numerosos mortos em solo peninsular, atestarão para sempre a presença brasileira no maior episódio da História. *(Palmas.)*

O fim da guerra veio colocar os líderes mundiais ante a grave responsabilidade de corresponder às esperanças com que centenas de milhões de seres humanos, em todo o globo, saudaram a vitória final. Essas esperanças se concentram, principalmente, naquilo que a vossa Declaração de Independência denomina "a busca da felicidade" e que ela coloca como conseqüência natural da liberdade.

Realmente, como queria Thomaz Jefferson, a liberdade é o instrumento com que o homem, na sociedade política, constrói a própria felicidade.

Mas ela por si só não lhe traz a ventura almejada. O homem precisa dispor de elementos materiais em que utilize o seu instrumento, para construir uma vida digna e feliz.

Consideramos a democracia como o regime político ideal para a conquista do bem estar social, mas, reciprocamente, não consideramos assegurado o regime democrático quando ele não proporciona ao Estado os meios necessários à conquista, ainda que gradativa, daquele bem-estar.

Os valores éticos e intelectuais da democracia só têm sentido e consistência para os indivíduos cujas condições materiais de vida lhes permitam avaliar e fruir a importância de tais valores. Nos países onde as grandes massas vivem em situação de primitivismo e abandono, como são quase todos os da América Latina, elas podem ter, como têm, a intuição e o amor espontâneo da democracia, mas a pobreza e as preocupações imediatas retiram a essas massas o entusiasmo pela defesa de fórmulas que não lhes trazem benefícios concretos, além de as fazerem incapazes e irresponsáveis na prática efetiva do regime. *(Palmas.)* Por isto a democracia, na América Latina, só deixará de sofrer os colapsos esparsos que atualmente sofre, à medida em que os governos democráticos puderem oferecer a liberdade aos seus povos, como processo eficiente de busca da felicidade.

A agressividade das ideologias tirânicas que lograram absorver e dominar imensas populações, desde o centro da Europa até o extremo da Ásia, não se manifesta somente pelo uso do poderio militar. A conquista armada do ocidente, vinda

do leste, parece hipótese afastada, pelo menos enquanto o equilíbrio do potencial destrutivo tornar a iniciativa demasiado arriscada para seus autores. Mas a conquista das nações ocidentais se pode fazer internamente, pela guerra ideológica, que se processa dentro das fronteiras, e cuja ofensiva insidiosa só poderá ser detida pela confiança que a democracia despertar nos povos tecnicamente atrasados e economicamente pobres, ansiosos por desenvolvimento econômico, progresso técnico e justiça social. *(Palmas.)*

Se, durante a guerra era imperativo que a solidariedade americana se manifestasse através de pactos de assistência militar e defesa coletiva – de que o Tratado do Rio de Janeiro é o melhor exemplo – também forçoso se torna que, na paz, aquela solidariedade se exprima por instrumentos adequados, que sejam a média das opiniões de todos os estados e que visem a promover a real prosperidade e o efetivo progresso das nações continentais. *(Palmas.)* Por isto mesmo é que os resultados da Conferência Interamericana de 1954 foram parciais e insuficientes. Com efeito, a Declaração de Caracas, na sua condenação formal do comunismo e na sua adesão verbal à democracia, não foi acompanhada por medidas realistas que efetivassem uma e outra coisa. Vimos depois, em diversos países do continente, como a democracia vacila e como avança a ideologia vermelha. O Brasil, cujo regime democrático é dos mais estáveis da América, deve se esforçar na próxima Conferência de Quito, para que a defesa da democracia seja colocada em termos realmente americanos e atuais. *(Palmas.)*

Cada fase do pan-americanismo correspondeu à época de respectiva vigência. As gerações que nos precederam souberam pautar a sua ação pelos reclamos da hora em que viviam. Rendamos homenagens aos que souberam criar, na teoria e nas instituições, as fórmulas jurídicas e políticas que asseguraram, à medida do possível, o equilíbrio e a paz entre os estados da América Latina.

Mas, hoje, cumpre que as novas gerações de estadistas e diplomatas formulem os problemas da solidariedade americana, de acordo com as exigências do tempo. Em política, só a evolução das atitudes assegura a continuidade das heranças e tradições.

O Brasil – repito – é das mais autênticas democracias da América. Nossa experiência, bem mais que secular do regime faz com que a oposição seja livre, não apenas para combater o governo, como também – o que é importante – para concordar com ele quando tal exigir o interesse nacional. *(Palmas.)* Por isso creio-me habilitado a dizer a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que todo o Brasil encara, hoje, o problema da solidariedade continental em termos de um esforço comum pelo soerguimento do nível de vida dos povos atrasados da América. *(Palmas.)*

A oposição brasileira combate o governo da República quanto a certos processos de execução da política continental. Mas sustenta as diretrizes gerais adotadas nessa política, que reputa, aliás, comuns, neste momento, a todos os países da América Latina. Sem egoísmos descabidos, nem estéreis, pretensões de liderança, o Brasil cumprirá, como sempre, o seu tradicional destino de equilíbrio e moderação:

colaboração leal e desinteressada para com os Estados Unidos, em tudo o que respeite à defesa da democracia no plano mundial; integração perfeita com as repúblicas irmãs, pelas origens históricas e culturais, em tudo que se relacione com as novas imposições de solidariedade continental.

Senhor Presidente, todos sabem a importância da transformação que o grande Presidente Roosevelt introduziu na orientação continental dos Estados Unidos, através da chamada política da boa vizinhança. Foi ela que preparou a aceitação do continente para o esforço comum da guerra libertadora. Mas a boa vizinhança, no que tem de passivo e contido, não mais corresponde às exigências atuais. Hoje seria necessária uma política de vizinhança cooperativa, na qual a simples aceitação de uma conduta a ser exercida fora da América fosse sucedida pela conjugação de esforços para solução dos problemas concretos e internos dos povos americanos.

É pensando nessa vizinhança cooperativa que, em nome do Senado brasileiro, saúdo Vossa Excelência, Senhor Presidente Eisenhower, manifestando-lhe a satisfação e a honra com que os estados da União, que representamos, recebem a sua presença no Congresso Nacional. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)*

Situação na República Dominicana, asilo diplomático e territorial

12-7-1960

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, aproveitando a circunstância da inexistência de número para votação da Ordem do Dia, desejo trazer a minha palavra de plena solidariedade às manifestações que aqui foram, hoje, brilhantemente transmitidas ao plenário do Senado, pelo eminente Senador Novaes Filho, em relação aos incidentes ocorridos na Embaixada do Brasil, na cidade de Trujillo, República Dominicana.

Em primeiro lugar, sou de opinião que, ainda como integrante da bancada de oposição nesta casa, e sem que seja necessário alegar a minha situação de membro da Comissão de Relações Exteriores, devemos, maioria e minoria do Senado, formular a nossa declaração de integral solidariedade ao governo da República, pela atitude que assumiu ao ter conhecimento daquele grave episódio e pelas providências que está em vias de tomar em relação ao mesmo assunto.

É verdade que não temos ainda as informações pormenorizadas sobre a natureza e o desenrolar dessas providências, visto que o Embaixador Jaime de Barros, ilustre representante do Brasil naquela República – de passagem, tenho o prazer de manifestar ao Senado a minha excelente impressão sobre esse membro do Corpo Diplomático brasileiro, que conheço desde toda a vida, visto que fomos colegas de co-

légio no Internato Pedro II, e tem cumprido, no decorrer da sua já longa experiência diplomática, brilhante tirocínio – não pôde ou não estava em condições de atender às instruções do Itamarati para se apresentar imediatamente em consulta ao Ministro de Estado, nesta capital.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, devemos – e muito bem acentuou o nobre Senador Novaes Filho – solidarizar-nos com o nosso governo e apresentarmos as nossas congratulações e o esforço de cooperação para que a matéria tenha aquele desfecho que mais convenha à integridade da nossa soberania e aos interesses da comunidade americana.

Não preciso – nem é aqui o momento – invocar a situação verdadeiramente excepcional em que se encontra o governo da República Dominicana no concerto das nações continentais. É uma ditadura sanguinolenta, brutal, criminosa, mas, ainda que não tenhamos necessidade de invocar julgamento de valores em relação aos atos que são como um rastro de crime e de sangue do chefe do governo dominicano, temos, isto sim, o dever de invocar a letra dos atos internacionais e dos tratados de que somos signatários, inclusive a República Dominicana, e que dizem respeito, especificamente, ao direito de asilo.

Sabe o Senado que a velha, a nobre instituição do asilo se divide em duas manifestações concomitantes, embora não idênticas: o asilo territorial e o asilo diplomático. O asilo territorial é aquele concedido a súdito de outro estado que vem procurar refúgio e abrigo no território de determinada nação; o asilo diplomático é aquele que protege dentro do próprio estado territorial, em função da ficção de extra-territorialidade das representações diplomáticas, que protege dizia, o súdito ou mesmo o estrangeiro que dentro de determinado estado territorial procura fugir com risco de vida, de bens e de liberdade à pressão injusta, à perseguição iníqua que contra ele se faz.

O problema de asilo de estrangeiro, quer territorial, quer diplomático, mereceu sempre, em toda tradição do direito e da política internacional do Brasil, o mais extremo, o mais carinhoso cuidado por parte dos nossos diplomatas, dos nossos estadistas e dos nossos juristas.

De longa data os autores vêem este instituto do Direito Internacional sendo afeiçoado às condições particulares da vida do continente, e estas condições particulares da vida latino-americana foram de tal natureza que se pode dizer que os nossos juristas e estadistas especializaram-se no estudo desta figura do Direito Internacional, que é o asilo territorial e o asilo diplomático.

De fato, sobretudo depois da segunda guerra mundial, o velho continente, o antigo foco de civilização que era a Europa, passou a oferecer também teatro a muitos dramas que culminaram na procura e concessão de asilo, quer territorial, quer diplomático.

Podemos dizer que, a partir da guerra da Espanha, essa concessão e invocação de asilo passou a ser também matéria rotineira na Europa. O fato é que, se existe, como pretendem muitos autores, um Direito Internacional americano e, se esse

Direito Internacional americano ofereceu à doutrina mundial elemento específico, particular de sua contribuição, não podemos esquecer que esse elemento particular de contribuição americana está, principalmente, na definição, no estudo e na organização do asilo.

Em 1928, por ocasião da Conferência de Havana em que estivemos representados por alguns ilustres brasileiros, lembro ao Senador Mem de Sá e sei que será grata a seu coração a lembrança de outro ilustre brasileiro, Lindolfo Collor, traçaram e pela segunda vez, se não estou enganado, em um tratado multilateral as normas específicas, de base principal do sistema de asilo internacional americano.

Mas, foi posteriormente, depois que o assunto tinha sido cogitado na reunião dos juristas, em Montevidéu, que, em Caracas, em 1954, as diversas delegações presentes à 10ª Conferência Intereamericana, estabeleceram, em uma Comissão Especial sob a presidência do ilustre Sr. Araoz Alfaro, a Convenção Multilateral do Asilo Territorial e do Asilo Diplomático.

Essa Convenção, constante, embora, de um só instrumento, se divide em dois capítulos, o capítulo que diz respeito às precauções e às técnicas do asilo territorial, e o capítulo que se refere à organização do asilo diplomático.

Tive a honra, Sr. Presidente, de representar o nosso país nesta Comissão e, coube-me, inclusive, a incumbência de redigir alguns artigos do projeto, que depois se transformou na Convenção, ratificada pela maioria dos países latino-americanos.

Tenho bem presentes na memória, as obrigações e os deveres que passaram a incumbir a todas as nações soberanas do continente, no tocante a este ato que não é apenas de caridade, mas de simples desempenho das mais comezinhas obrigações do regime democrático, que é o oferecimento do asilo àquele que se julga perseguido, injustamente, pela força da tirania.

O caso ocorrido em Trujillo se reveste de aspectos, pelo menos à primeira vista, segundo informações que até agora nos chegaram, de indisfarçável gravidade, porque, Sr. Presidente, foi a própria soberania nacional que se viu golpeada pela circunstância dos janízaros, das tropas de choques dos carrascos da ditadura, chegarem a utilizar suas armas e dispararem para o interior da propriedade nacional em que está instalada a nossa representação, e que, como sabe o Senado, goza das prerrogativas de extra-territorialidade, e conseqüentemente, representa um trecho, um torrão do território nacional protegido pela bandeira da pátria, dentro do território de outras nações.

Sr. Presidente, estou certo de que o Itamarati, no cumprimento das tradições de que se faz depositário, e, de acordo com as melhores normas do Direito Internacional, saberá agir em conseqüência.

Estou certo de que o chamado do Embaixador Jaime de Barros corresponderá às necessárias investigações e às informações francas, desimpedidas e imperiosas que aquele representante do Brasil na República Dominicana trará ao governo e ao Poder Legislativo, a fim de que se tomem as providências necessárias.

Não pretendo, nem é da minha competência, declarar de antemão quais sejam estas providências que estão, aliás, no conhecimento de todos meus ilustres pares, pois fazem parte das normas habituais do Direito Internacional.

Apenas procurarei, aqui, relembrar, Sr. Presidente, que a prática da democracia, à medida que a solidariedade se impõe na vida moderna pela convivência cada vez mais estreita, e, por assim dizer, obrigatória, entre os povos, a prática do regime democrático deixa de ser uma tarefa condicionada à vida interna de cada país.

Quando periga a liberdade em um determinado ponto, principalmente dentro de um determinado sistema continental, podemos assegurar que esta liberdade está em perigo para todos os demais países do continente.

É, portanto, um dever imprescritível de toda verdadeira democracia oferecer sua enérgica contribuição à defesa da democracia, dentro das normas legais e com as armas do direito em qualquer situação em que ela entre em risco ou impedimento.

Não há dúvida, Sr. Presidente, que uma das questões vexatórias, um dos pontos contraditórios mais penosos da vida internacional contemporânea é exatamente o encontro do equilíbrio entre o princípio da defesa das instituições democráticas e das liberdades fundamentais do homem, defesa que está imposta em termos resolutos pelo texto da Carta das Nações Unidas e, por outro lado, a prática, também, do princípio da não-intervenção de um estado nos negócios peculiares do outro, que também se encontra consignado no texto dessa mesma Carta.

Entre o princípio da não-intervenção e o princípio da defesa da liberdade deve existir um meio termo, ou melhor, deve ser possível o encontro de instrumentos capazes de fazer eficaz, efetiva, a defesa dessa liberdade, sem que seja tolhida pelo princípio da não-intervenção.

Acredito que um dos processos mediante o qual o alcançamento desse ideal se torna possível é, exatamente, o debate geral deste assunto, ou o exame geral dessa matéria desde que ela se apresente em forma de um fato concreto.

Desde que se possa levar ou ao Conselho da Organização dos Estados Americanos, ou aos próprios círculos dirigentes das Nações Unidas, o conhecimento de situações de fato como esta, embora isso não prejudique as atitudes unilaterais que devem ser tomadas pelo nosso país em defesa da nossa soberania – desde que ela tenha sido posta em discussão, ou em cheque, pelo ato arbitrário de outro país – o exame, dizia eu, geral, o debate, numa grande assembléia desta situação, já é por si só uma forma de pressão suficiente para conduzir à condenação por uma série de países livres, daquele governo que não tem procedido de acordo com os princípios da liberdade.

De maneira que nós devemos neste momento, e creio que é este realmente um dever da oposição, fazer causa comum com a atitude que o governo deve tomar, desde que acertada, desde que correspondente aos princípios que norteiam a nossa vida internacional, porque, Sr. Presidente, aquele que atravessa as fronteiras do seu país, desconhece as bandeiras partidárias e só passa a conhecer uma única bandeira, que é a bandeira da pátria.

Entretanto, Sr. Presidente, se temos, assim, um ponto de encontro em matéria de política internacional, no que tange ao acontecimento verificado em Ciudad Trujillo, não podemos deixar de, ao mesmo tempo, no mesmo passo, nesta mesma oportunidade, manifestar a nossa surpresa, a nossa decepção e, também, juntar algumas palavras de crítica severa à posição do governo, no que toca à viagem do Senhor Presidente da República ao Chile e aos Países do rio da Prata.

Tinha eu a intenção de, hoje, apresentar um requerimento de informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, solicitando elementos que esclarecessem ao Senado – solicitando em nome da Comissão de Relações Exteriores do Senado – a esta ilustre casa sobre os antecedentes e, sobretudo, sobre a parte oculta da decisão do Senhor Presidente da República de, subitamente, suspender a sua viagem que deveria ser feita em companhia do Vice-Presidente da República aos Países do rio da Prata.

Todavia, o eminente Sr. Juscelino Kubitschek, em declarações formuladas no Rio de Janeiro, tornou inútil esse requerimento, visto que Sua Excelência, com a galhardia, a elegância e a despreocupação que todos nós lhe reconhecemos, tomou a iniciativa de explicar, em termos claros, porque tinha desistido dessa viagem.

Segundo declarações que foram publicadas como colhidas diretamente dos lábios de S. Exª, pois que publicadas entre aspas, o Senhor Presidente da República informa que suspendeu a viagem planejada porque entendeu que estava colocado numa alternativa dificultosa. Ou bem se faria acompanhar, como convinha, e de acordo com a solicitação feita ao Congresso, pelo Sr. Vice-Presidente da República e, neste caso, a campanha presidencial do candidato dito majoritário sofreria um rude golpe, visto que perderia, durante algum tempo, a presença dos dois mais fortes esteios, ou bem S. Exª, o Vice-Presidente da República, não o acompanharia e, nesse caso, necessário se tornava que S. Exª o sucedesse na cadeira presidencial, comprometendo, assim, a sua própria candidatura à futura Vice-Presidência da República. Portanto, de acordo com esta explicação, que é válida, que é compreensível, mas que é profundamente inesperada e extemporânea, a supressão da viagem presidencial se deu em função de casos ligados exclusivamente à política interna de nosso país e, mais do que isso, a casos que até há uma semana não tinham sido equacionados, não tinham sido previstos, não tinham sido ligados e que foram produzidos de súbito, depois de alguns rodeios e de tempestuosas conversas havidas na residência do Sr. Vice-Presidente da República, nesta cidade, e no palácio presidencial da Alvorada.

Ora, aqui é que, como Senador da oposição, mas também como membro da Comissão de Relações Exteriores do Senado, desejo opor as minhas restrições e formular a minha crítica enérgica a essa decisão, que foi extemporânea e inopinada. Ou bem o Senhor Presidente da República e seu ilustre companheiro de governo tinham conhecimento dessas dificuldades emergentes ou possíveis e nesse caso não deviam ter armado toda a cenografia, enviando representante especial, combinando cerimônias, marcando datas; ou bem o Sr. Presidente da República, depois de ter tomado essas providências, não tinha o direito de, por motivos que não têm qualquer ligação

com a política sul-americana, subitamente deixar o nosso país numa posição que é evidentemente de desconforto e descortesia.

Isso se torna tanto mais digno de nota quanto, passando pelo Rio de Janeiro o ilustre Presidente da República Argentina, não foi cientificado, segundo sei, de nada dessas decisões de última hora e falava-se até na incumbência conferida a uma das grandes figuras do governo para ir à última hora, à trouxe-mouxe, no apagar das luzes, até Recife, onde se encontraria com o Presidente argentino, a fim de lhe dar essas explicações requentadas e humilhantes, essas explicações que são chamadas na língua francesa, "explicações de escada", isto é, aquelas que ocorrem no momento em que se vai sair e se desce as escadas para a rua.

Ora, Sr. Presidente, isso demonstra a falta de organização, de planejamento, de ponderação, a falta dos requisitos mais elementares de preparo para o desempenho das delicadas, das complexas, das arriscadas tarefas do convívio internacional. Portanto, servindo-me, ao mesmo tempo, desta oportunidade em que de início manifestei minha concordância e solidariedade com o governo da República, em face do episódio ocorrido na República Dominicana, desejo deixar nossa estranheza, nossa formal condenação pela lamentável prova de imaturidade política que deram o Presidente da República e o Vice-Presidente, no que toca ao problema das viagens às repúblicas do Chile e do rio da Prata. *(Muito bem! Muito bem.)*

Discurso de Jânio Quadros, política pan-americana

29-7-1960

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, Senhores Senadores, desejo chamar a atenção do Senado para alguns tópicos, a meu ver, de especial significação, do discurso que ontem proferiu na sede da revista *Manchete* na cidade do Rio de Janeiro, falando aos jornalistas, o eminente Deputado Jânio Quadros, candidato das forças da oposição à Presidência da República, e, aproveitando a oportunidade, inseri-los no decursos de minha oração.

Todo aquele memorável discurso espelha, Senhor Presidente, o alto significado da cerimônia e, ao mesmo tempo, os propósitos alevantados com que se conduz, na atual campanha sucessória, o candidato do meu partido.

A prudência, o equilíbrio, a moderação de linguagem e a preocupação de ferir, na sua fala, aspectos os mais relevantes da atualidade nacional e internacional, são outros tantos motivos para que, sem uma especial preocupação partidária, deseje eu chamar a atenção dos meus eminentes pares para esta manifestação de um homem público investido das mais altas responsabilidades, no momento que vivemos.

Não me demorarei, Sr. Presidente, no exame das proposições contidas no discurso do Sr. Jânio Quadros, no tocante à situação interna do nosso país e aos vários aspectos da sua campanha, nesse terreno.

Tenho para mim que melhor cabe, no momento, ao Senado apreciar outro terreno, outro tipo de considerações e outras sugestões que, infelizmente, têm sido relegadas a segundo plano, nos debates tantas vezes tormentosos a que assistimos, nos últimos tempos, quer nos comícios populares, quer na apresentação dos candidatos, nos espetáculos de televisão ou nas audiências de rádio.

Desejo referir-me às idéias constantes do discurso do nosso candidato e que se orientam no sentido de análise da conjuntura internacional e de sugestões apropriadas ao trato desses temas, bem como à solução dos problemas deles decorrentes.

Quero, na verdade, chamar a atenção do Senado para a importância desta manifestação, que tanto na sua forma quanto no seu contexto constitui um padrão de conformidade e de prosseguimento das mais autênticas, das mais eficazes, das mais vitoriosas tradições da nossa diplomacia.

Em primeiro lugar, observo a preocupação do Deputado Jânio Quadros de colocar a personalidade internacional do Brasil e os problemas que a interessam fora e acima das contingências de luta interna.

Esta inclinação se manifesta pela determinação proclamada, expressa, de estabelecer um nexo de continuidade no encaminhamento da política internacional brasileira, em todos aqueles pontos em que, como é de razão e de justiça, a nossa posição de oposição não se afaste da linha de orientação seguida pelo governo da República.

Embora tenhamos para com essa orientação divergências no que toca aos processos de sua execução, a verdade é que, em diferentes oportunidades, tive ensejo de manifestar desta tribuna a nossa linha de conformidade com a maneira pela qual o governo da República vem encarando a situação internacional do Brasil em função dos problemas mundiais, que devem, como sabemos, ser observados e vistos à luz dos processos e dos interesses continentais.

Realmente, é um destino americano, é um destino continental – pelo menos na melhor acepção da nossa política e, nos momentos culminantes de seu êxito tem sido o destino do continente – integrar no desenvolvimento de sua vida as lutas e os entrechoques que herdamos das nossas pátrias-mães, das antigas metrópoles americanas.

Este fato, que é uma constante da vida brasileira, não tem escapado à observação dos nossos homens públicos, dos nossos historiadores e sociólogos. A cultura européia se manifesta pela sua variada complexidade. A própria evolução da cultura ocidental determina, necessàriamente, o seu aspecto, digamos, polêmico. A afirmação de soberania dos estados europeus é um episódio polêmico; as soberanias nacionais se afirmaram na medida em que elas se asseguravam umas contra as outras.

A multiplicidade de línguas, a variação imensa de cultura, todo o enriquecimento considerável de hábitos, de tradições e de acontecimentos deu à contribuição

formidável que o velho mundo trouxe à civilização humana, incontestavelmente, esse aspecto de multiplicidade contraditória.

Ora, Sr. Presidente, o que é que nós, americanos, desde o início de nossa vida livre e mesmo antes de nossa múltipla emancipação nacional, compreendemos e praticamos? É que esta riqueza contraditória da cultura européia, condicionada pela exigüidade territorial e pelo choque dos interesses próximos, poderia, no imenso território americano, no estupendo teatro natural da América, transformar-se em uma força de integração, de homogeneidade e de coesão.

A história dos grandes povos da América é a história do esmaecimento das contradições dos povos originários e da fusão dos seus interesses no renascimento de uma nova vida, de uma nova compreensão, de um novo destino.

Essa a história dos Estados Unidos, essa a história da Argentina, essa a história do Brasil. E nós contamos talvez, no panorama do pensamento político americano, com a figura exponencial, com aquele vulto que poderemos mesmo designar como inaugural desta doutrina continental que é Alexandre de Gusmão.

Sabem V. Ex^as que no prefácio introdutório ao Tratado de Madri, aquele grande diplomata brasileiro, pela primeira vez, formulou, em termos inequívocos, precisos e peremptórios a teoria de que, em solo americano deviam ser resolvidos ou por processos americanos, independentemente das influências dos seus países de origem, os conflitos porventura existentes entre esses países.

Ora, Senhor Presidente, se de fato essa doutrina de Alexandre de Gusmão é uma das vitórias mais rutilantes, das influências mais indiscutíveis do pensamento brasileiro na evolução da diplomacia continental, também é fato que a sua apresentação popular, a sua difusão dramática se fez através da chamada Doutrina de Monroe, a doutrina do ex-Secretário de Estado e ex-Presidente americano que não é senão uma forma de se afeiçoar aos acontecimentos da época em que foram formuladas, aquelas idéias básicas, originárias do trabalho do nosso ilustre patrício Alexandre de Gusmão.

Mas, a própria Doutrina de Monroe, Senhor Presidente, sofreu, no decurso dos séculos, na sua aplicação, uma série de adaptações e de transformações com as condições específicas nas quais ela é invocada e que são por assim dizer, as apresentações sucessivas que ela vem sofrendo na história americana. Ela, como é sabido, iniciou-se com uma declaração unilateral dos Estados Unidos contra a Rússia, contra o imperialismo russo – não poderíamos dizer ainda o imperialismo soviético, é claro, mas contra o imperialismo eslavo.

Foi em seguimento ao desabamento do Império napoleônico e à formação da Santa Aliança, aquela pretendida organização de monarquias absolutas que visavam não apenas um arranjo nos conflitos europeus mas, sobretudo, uma divisão camarária dos interesses mundiais.

Foi em face dessa Santa Aliança de Talleyrand, de Metternich, do Tzar Alexandre, na qual não faltou sequer a presença portuguesa, através do Duque de Palmela, foi na Santa Aliança, contra a Santa Aliança, contra as investidas imperialistas

da Santa Aliança que visavam a recolocar em questão os episódios da emancipação dos países americanos, que o Presidente Monroe iniciou, de forma prática, de forma acessível, a sua famosa doutrina de que a América era dos americanos.

E, conseqüentemente, enunciou, em um momento de crise, através de uma fórmula de aplicação intuitiva, aquelas verdades que, teoricamente, com maior generalidade, com maior amplitude, com maior qualidade intelectual, tinham sido objeto do trabalho do nosso grande diplomata paulista.

Mas, Senhor Presidente, se por um lado a égide, a proteção, o pálio da doutrina de Monroe pôde acompanhar e verificar a formação da personalidade política e jurídica dos estados americanos; se por um lado, como acredito que não haja dúvida, os nossos países, pelo menos os mais importantes dentre eles, conquistaram o pleno uso, a plena capacidade da sua soberania política e da sua personalidade jurídica, por outro lado, é indiscutível que essa maturidade jurídico-política nos alcança ainda, concomitantemente, com uma indiscutível imaturidade técnico-econômica.

Não há dúvida de que no sentido jurídico e no sentido político, não precisamos pedir meças ou conselhos a ninguém. O Brasil é país tão *sui generis* juris nesse terreno, tão evoluído, tão maior, como qualquer nação mais avançada do mundo, e as crises que porventura sofremos são equivalentes às crises que países colocados na primeira fila da civilização também sofrem.

Mas, parece-me, que é apenas uma homenagem à realidade e à verdade reconhecer que o nosso desenvolvimento econômico, técnico e social não tem acompanhado, paralelamente, o desdobramento da nossa cultura político-jurídica.

Ora, Senhor Presidente, coloca-se então, aqui, um ponto de entrechoque extremamente delicado da política internacional que devemos seguir. Neste particular, desejo chamar a atenção dos meus ilustres pares, adversários e correligionários, independentemente de qualquer preocupação partidária, para uma linha de ponderação, de segurança e de prudência que transparece nas declarações contidas no discurso do eminente Deputado Jânio Quadros.

Eu lembraria que, se estamos assemelhados – talvez, quem sabe; igualados – aos países chamados subdesenvolvidos da África, do Oriente Médio e do Extremo Oriente, no que toca ao estágio do desenvolvimento econômico, técnico e social, nós com eles não nos podemos comparar em matéria de utilização de processos jurídicos e políticos para a solução desses problemas.

Esta a grande divergência, o ponto inicial, através do qual devemos encarar as soluções preconizadas e que devem ser acolhidas por esta geração para nossa luta no convívio internacional.

Então, têm tanta razão aqueles que sustentam que não podemos mais manter a tradição de nossa política internacional, vinculada exclusivamente à configuração jurídica e política dessa tradição, como têm razão aqueles que sustentam que os assuntos que se colocam fora desse âmbito não podem ser resolvidos, num país da nossa tradição jurídica e política, com os mesmos processos e da mesma forma por

que procuram resolvê-los os países que não atingiram o estágio de nosso desenvolvimento cultural.

Há, assim, necessidade de dinamizar, de dilatar, de transformar o espírito do pan-americanismo, reconhecendo, no mesmo passo, o risco que todos corremos em permitir que forças que mal se levantam da barbárie, que países que mal se integram no convívio das nações livres, que países que não têm demonstrado a possibilidade sequer de manterem regime de governo digno desse nome, venham resolver, pela mesma maneira que nós, problemas que aparentemente são os mesmos, mas que só são os mesmos quando considerados nos planos da economia e da técnica , pois não são os mesmos se levados aos planos do direito e das soluções políticas.

Esta é a grande questão, a grande incógnita que se coloca em face da nossa geração. É aí que temos que optar, é aí que temos de ter a coragem de resolver os problemas com a imaginação, a audácia, o empenho e o descortino que indicam que as soluções novas devem ser encaradas, preconizadas e praticadas, mas sem demagogia, com franqueza, com serenidade, com ponderação com o equilíbrio necessário, para dizermos que temos de resolver este problema dentro do concerto americano, dentro da união dos estados americanos, dentro das tradições democráticas, sem risco para a liberdade, sem o perigo da escravidão, da tortura e torpitude dos Estados totalitários e daqueles outros a eles escravizados.

Senhor Presidente, esta é a linha que, a meu ver, resulta da lição – permitam-me os nobres colegas chamar assim – contida no discurso do eminente Deputado que o meu partido escolheu para seu candidato à Presidência da República. Permitir-me-ei ler alguns tópicos desse discurso, que vem precisamente marcar, com responsabilidades muito superiores às minhas, *(Não apoiados)* esta ordem de idéias que aqui tenho procurado sustentar.

"Não basta, porém..." diz o nobre Deputado Jânio Quadros,

> "... que tenhamos dado forma e substância à unidade político-jurídica do continente. Há pela frente vasto campo a conquistar. Refiro-me ao terreno econômico. Demora hoje na consciência de todos que o mais dramático problema latino-americano é o subdesenvolvimento. Nenhum governo ignora, neste continente, que lhe compete a missão primeira de promover a expansão econômica. E não satisfaz aos nossos povos o ritmo lerdo de um progresso vegetativo. Carecem eles do surto expansionista que os liberte da miséria, a grande chaga e o grande escândalo do hemisfério. A América Latina tem pressa de desenvolver-se, e é justo que não aguarde, que não contemporize. Somos, no mundo, gente cônscia de sua potencialidade, ansiosa de progresso."

Marcado que foi, assim, o ponto de vista de que a tradicional linha do pan-americanismo precisa, não propriamente inaugurar uma ação econômica e social, porque, como mostrarei daqui a pouco, não se trata de uma inauguração, mas de dinamizá-la, enfatizá-la, colocá-la na linha avançada das preocupações e das tratativas

– marcada, dizia eu, essa posição – continua o Deputado Jânio Quadros, precisando melhor a instrumentação que considera adequada aos desígnios que tem em vista:

> "Parece-me que a nação precisa conhecer, em termos francos, o que proponho e o que pretendo para as suas relações com os demais povos. Digo-o agora, como o disse em vários ensejos. O instrumento de ação política, no âmbito continental, é a Organização dos Estados Americanos, assecuratória de solução pacífica para as controvérsias entre nações irmãs, e que as reúne e unifica na defesa de agressão, ou da ameaça à paz. A tal missão e a tal responsabilidade junta-se o dever de fomentar o progresso econômico e social garantindo o mínimo de bem-estar material, indispensável à segurança das instituições, ao aprimoramento da cultura americana.
>
> O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca..."

Refere-se o ilustre Deputado ao chamado Tratado do Rio de Janeiro,

> "a Carta da Organização dos Estados Americanos e o Pacto de Soluções de Bogotá são as três colunas mestras do sistema continental de segurança coletiva consagrado pela Carta das Nações Unidas".

Vejam, Senhores Senadores, como se compõe, com harmonia e lucidez, um pensamento político trazido para o campo internacional: o reconhecimento da primazia do econômico, do social e do técnico. Mais a recomendação precisa de que os problemas têm que ser, primeiro, enquadrados, no âmbito continental; segundo, enquadrados naqueles instrumentos diplomáticos e jurídicos que fazem, dentro do âmbito continental, a Organização dos Estados Americanos.

Mas, Senhor Presidente, afora os aspectos gerais, há ainda a questão particular da posição brasileira em face desse panorama.

Devo revelar aqui – e creio que o faço pela primeira vez, certos aspectos, não todos – é claro, que poderia fazê-lo se assim desejassem os Senhores Senadores, mas não em sessão pública – certos aspectos da longa conversa a que tive a honra de assistir em Havana, entre o Deputado Jânio Quadros, o Presidente da República de Cuba e o seu Ministro das Relações Exteriores, o Presidente Dorticó, e o Chanceler Roa.

Nessa oportunidade, foi objeto de cogitação a iniciativa cubana de reunir, na bela capital da República insular, um congresso internacional de países subdesenvolvidos.

Sondagens tinham sido feitas em várias chancelarias do continente, inclusive na nossa, e o governo Fidel Castro parecia extremamente interessado em prosseguir nessa direção.

Interpretando, a meu ver, com segurança e prudência a posição brasileira, ponderou o Deputado Jânio Quadros aos seus interlocutores, que lhe parecia a iniciativa tomada pelo Brasil, pelo governo atual – contra cujas forças ele se candidatara – que a iniciativa do Brasil de promover oficialmente uma revisão das bases da política continental tinha como objetivo precisamente o melhor tratamento dos seus aspectos

econômico e técnico, iniciativa que tomou, na imprensa brasileira e em seguida na imprensa mundial, o nome de Operação Pan-Americana. Não caberia, pois, como formulação amistosa do ponto de vista diplomático, a nenhum outro país subverter a ordem natural em que o exame dos problemas deveria ser colocado, partindo da iniciativa brasileira.

Isto quanto ao aspecto propriamente diplomático, mas, quanto ao aspecto de mérito, acentuou com razão, o Deputado Jânio Quadros, que a afluência de representantes e de pontos de vista de países que apenas materialmente se encontravam nas nossas condições, as novas nações africanas e as novas nações asiáticas, a afluência e a pressão publicitária dessas reivindicações teriam como resultado, em primeiro lugar, desvirtuar e desencaminhar a norma natural de soluções impostas pelos países que participam de instituições democráticas.

Viria tumultuar os processos habituais de exame, estudo e de solução decorrentes do apego às normas da democracia, por um lado e, por outro lado, viria, por assim dizer, aguar a concentração das nossas necessidades, uma vez que as transpunha para os reclamos de povos que justamente orçam por centenas de milhões de almas.

Esta observação, cautelosa porém firme, clara, foi colocada em termos nítidos, com a declaração expressa de que não era uma posição de simples adesão à política do governo, senão que uma posição de pleno assentimento com os interesses do povo brasileiro. Teve o condão de provocar reflexões demoradas, comentários imediatos e, acredito, alterações dos rumos anteriormente traçados.

Portanto, Senhor Presidente, é nessa linha de considerações, sem nenhuma idéia de apego declamatório ou eleitoreiro às diretrizes e um governo, que consideramos acertadas no seu início e muito viciosas e discutidas na sua aplicação à política internacional do Sr. Juscelino Kubitschek – e falo aqui por mim, não estou desejando interpretar o pensamento de mais ninguém – é dessa forma que devemos entender as frases que o Deputado Jânio Quadros emite na consideração do problema da OPA.

Diz Sua Excelência:

> "Nessa premissa inspirou-se a Operação Pan-Americana. Se chegar à Presidência da República, vou prestigiá-la. Só o planejamento outorgará a integração econômica, cultural e política do continente. Digo planejamento, fixando-me nas garantias de amparo público aos programas de desenvolvimento. A divisão continental em três Américas – a América dos ricos, a América dos remediados e a América dos pobres e miseráveis – subsiste, ameaçando o sistema político-jurídico que nos foi legado. Apenas o fortalecimento econômico das áreas subdesenvolvidas eliminará a divisão nefasta, facultando o florescimento da unidade interamericana, sólida e saudável. Vencido o desnível das carências, apagadas as causas de ressentimento, oferecemos ao mundo o espetáculo de

um continente congraçado, sem os privilégios e as humilhações que todavia o envenenam e o inquietam".

Sr. Presidente, sabem os meus ilustres colegas que é uma intrujice e uma falsidade esta declaração – que tem sido ultimamente tão repetida – segundo a qual a instalação de um conteúdo econômico na doutrina pan-americana data do governo Kubitschek. Nunca ouvi o Presidente – ele próprio – dizer isso, apesar da rapidez e da precipitação irrefletida com que diz muita coisa.

Alguns dos seus assessores, porém – os mais pressurosos ou os mais esperançosos – costumam fazer essa afirmativa, que nós consideramos falsa com base nos fatos mais elementares. Toda a idéia inaugural da Organização dos Estados Americanos foi econômica.

Quando a União Pan-Americana se instituiu em 1889, tinha por objetivo, exclusivamente, tratar dos assuntos econômicos das Américas, e não dos assuntos políticos. A extensão da competência ou da jurisdição da organização interamericana, o trato da matéria política e jurídica, é posterior, de alguns anos, à sua fundação.

As primeiras conferências interamericanas visavam manter-se dentro da moldura do quadro econômico. Mas é claro que de um quadro econômico que hoje não nos interessaria mais – o do imperialismo americano sobre as nações subdesenvolvidas do continente. Esse quadro econômico ficou expresso ou simbolizado naquela definição brutal, que o primeiro Roosevelt deu da sua própria política – *the big stick*, o grande porrete. Entre o primeiro Roosevelt e o segundo o drama...

O Sr. Mem de Sá – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Mem de Sá – Além de tudo, numa época em que o liberalismo político-econômico predominava, em que os estados não tinham intervenção na vida econômica e em que a própria América do Norte ainda estava em pleno período de investimentos internos, não de expansão externa do ponto de vista de investimentos econômicos, o quadro era totalmente diverso.

O SR. AFONSO ARINOS – Tem razão o nobre colega e eminente. Financista, Senador Mem de Sá. Teoricamente, no plano das doutrinas econômicas, é preciso o que S. Exª acaba de, com a habitual proficiência, enunciar.

O Sr. Mem de Sá – Agradecido a Vossa Excelência.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas, se na análise das teorias econômicas os fatos podem ser apresentados com esse rigor neutro e imparcial do professor, na análise histórica do sofrimento dos povos eles, infelizmente, adquirem um novo colorido.

O Sr. Mem de Sá – Evidentemente.

O SR. AFONSO ARINOS – O colorido das intervenções armadas, o colorido do esmagamento das populações agrícolas, através do impedimento do desenvolvimento industrial.

O Sr. Mem de Sá – Exato.

O SR. AFONSO ARINOS – ... o colorido da submissão de centenas de milhões de homens aos interesses de um mercado financeiro e comercial de grupos privilegiados, de nações teoricamente evoluídas. Finalmente, Senhor Presidente, o colorido dramático, o sangrento, o rubro colorido de duas guerras mundiais que, em grande parte, foram o resultado desta competição monopolista entre trustes internacionais.

Então, a transformação, dizia eu, do pan-americanismo, daquele seu primeiro sistema ou primeiro critério econômico para o segundo, corresponde à biografia dos dois Roosevelt, Theodoro Roosevelt e Franklin Delano Roosevelt.

O Sr. Mem de Sá – Muito bem!

O SR. AFONSO ARINOS – É a biografia dos dois Roosevelt o espelho mais fiel desta transformação – aqui devemos declarar, nós que temos a independência, a honestidade e a coragem necessária para dizer que somos amigos dos Estados Unidos...

O Sr. Mem de Sá – Muito bem!

O SR. AFONSO ARINOS – ... transformação interna que também se opera naquela grande nação; é a transformação da luta das universidades, contra os monopólios, da imprensa livre contra a imprensa capitalista, dos grandes deputados, dos grandes senadores, dos grandes professores contra os representantes dos bancos, das organizações mercantis e das demais formas de opressão financeira do próprio povo americano...

O Sr. Mem de Sá – É a luta contra a Wall-Street.

O SR. AFONSO ARINOS – ... a luta contra a Wall-Street.

Conseqüentemente, este processo de transformação do sistema e do significado da economia, dentro do quadro dos interesses do pan-americanismo, se processou em todo o mundo, inclusive nos Estados Unidos. Por isso, Senhor Presidente, desejo, neste momento, chamar a atenção dos meus ilustres pares para outro tópico do discurso do Deputado Jânio Quadros, em que S. Exª se mostra sensível a esta transformação que, sendo internacional, é, também, americana: a transformação do primeiro Roosevelt no segundo Roosevelt.

O Sr. Mem de Sá – Muito bem!

O SR. AFONSO ARINOS – Diz o Deputado Jânio Quadros:

"Se exprimo, com a franqueza a que se habituaram os que me conhecem, esse pensamento, não devo também calar, da outra parte, as considerações que me inspira a grande democracia norte-americana. Sei bem, e não o esqueço, o quanto devemos, o quanto devem todos os povos da terra à generosa pátria de Jefferson, de Hamilton e de Lincoln. Tenho presentes, ao falar de Cuba, todos o sacrifícios que se impuseram os Estados Unidos da América pela causa comum da liberdade e da democracia. Não será preciso insistir nessa ordem de reflexões."

Entra, agora, o Deputado Jânio Quadros a apreciar um dos pontos mais delicados do seu discurso, que é, exatamente, a sua definição, em um dos pontos mais delicados da sua conduta e homem de Estado, que foi tantas vezes mal julgada, interesseiramente julgada, facciosamente julgada pela crítica adversária.

Senhor Presidente, visitei Cuba em companhia do Deputado Jânio Quadros. O que S. Exª afirma a respeito da situação cubana é exatamente aquilo que eu penso e que foi objeto de longas palestras, de recíproca informação e raciocínio conjunto que mantivemos durante essa viagem.

"Desejo, portanto, afirmar que não prevalece, no mundo contemporâneo, o regime das sanções políticas, militares e econômicas. Tal método acha-se recolhido ao museu dos arcaísmos diplomáticos. É a partir destas convicções que cumpre abordar a crise cubana. Cuba não reclama pressão nem justifica sanção de qualquer espécie. Cuba exige compreensão. Não se cuide de puni-la, mas de auxiliá-la. Hostilizá-la no continente corresponderá seguramente a compeli-la a procurar ajuda e segurança fora do hemisfério. É a conseqüência lógica de lei que compensa uma frente de hostilidade com o estabelecimento de uma aliança."

Senhor Presidente, não se veja nesta manifestação, nem na minha, qualquer concordância com os atos de prepotência ou de violência que estão sendo praticados pelo governo Fidel Castro.

O Sr. Victorino Freire – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com todo o prazer.

O Sr. Victorino Freire – Acompanho com a maior atenção o brilhante discurso que profere e folgo com a declaração de V. Exª que também é a nossa: a não concordância e repulsa...

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª tem toda razão: repulsa.

O Sr. Victorino Freire – ... porque é uma ditadura que esmaga o povo como a de Baptista, fuzilando da maneira mais imprudente e desumana. Eu folgo em registrar a declaração de V. Exª. Este é, penso eu, o sentimento de todo o povo brasileiro.

O Sr. Mem de Sá – Perdão? Não se pode estabelecer um paralelo entre Batista e Fidel Castro. A situação mudou.

O Sr. Victorino Freire – Não estabeleço paralelo. Apenas quero dizer que pouco mudou a situação. Essa a minha opinião, mais pessoal do que como Líder da Maioria no Senado. Entre uma ditadura que esmaga e outra que fuzila, pouco mudou a situação no que respeita à tranqüilidade do povo e à segurança dos direitos humanos individuais.

O SR. AFONSO ARINOS – Se o nobre colega Senador Victorino Freire estivesse presente nessa viagem – o que seria para nós um grande desvanecimento, visto que ela não teve, de forma alguma, caráter político – teria tido, talvez, elementos variados para formular o seu próprio e lúcido julgamento. Eu, em princípio, sustento como o nobre Senador Mem de Sá que as situações não são semelhantes, e vou dizer porque.

O Sr. Victorino Freire – Aliás, devo dizer a V. Exª que exultei com a vitória de Sierra Maestra. Minha repulsa é idêntica a de V. Exª pelos atos de prepotência praticados.

O SR. AFONSO ARINOS – Exato. Chegaremos a esse ponto.

Cuba mais do que qualquer outro país da América, estava esmagado pela pressão dos monopólios capitalistas americanos...

O Sr. Mem de Sá – Muito bem!

O SR. AFONSO ARINOS – ... associados a grupos internos desse mesmo País.

No discurso que fiz ainda no Rio sobre os resultados de nossas observações, tive oportunidade de fornecer cifras que hoje não guardo de memória, mas em termos de extensão territorial ficava patente, pelos dados que trouxe e que foram retirados de estatísticas oficiais não só cubanas como da ONU, que uma parte substancial – não sei se erraria em dizer a maior parte do território da ilha – estava entregue a setenta e uma grandes organizações capitalistas que exerciam a atividade agrária, em forma de indústria: a indústria de açúcar, a indústria da criação de gado, sendo que dessas setenta e uma a maior parte era de capital americano.

O problema não era só esse. O problema era que os resultados do latifúndio se faziam sentir com clareza golpeante, humilhante; é que com uma exploração devida ao progresso da técnica industrial dispensava a utilização de todas as grandes áreas de terra. Acontecia o seguinte: o limite de fabricação de açúcar permitido pelos contingentes da importação americana demandava apenas o cultivo de uma área relativamente exígua de terra possuída por essas grandes empresas. E então ocorria que a maior parte das terras era desapropriada, e os camponeses não podiam plantar porque elas pertenciam a entidades estrangeiras que a não cultivavam, e eram objeto de visita de prazer, de caça e pesca, de criação de animais raros, por essas grandes enti-

dades cujos proprietários chegavam a Cuba para ali passar alguns dias, no verão. Essa a situação da República.

Não quero justificar a ditadura que, hoje, ali se exerce, ditadura contra a qual, contra cujos processos também levanto minha voz de democrata.

O Sr. Mem de Sá – Muito bem!

O SR. AFONSO ARINOS – No Brasil, temos de fato uma tradição de cordialidade, de doçura, que forma às vezes o espanto dos outros países, mas que é uma honra para nós, pois essa doçura e essa cordialidade não se fazem sentir nos momentos em que se lança um apelo às nossas qualidades viris e aos nossos brios de combatentes. Aí estão as guerras de que fomos participantes para demonstrá-lo.

O Sr. Victorino Freire – Tem V. Exª toda a razão. Fomos companheiros na revolução de 1930. Era comum os vitoriosos, alegremente, correrem à casa dos vencidos para dar-lhes a assistência de que porventura carecessem.

O Sr. Geraldo Lindgren – Permite o nobre orador um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Geraldo Lindgren – Estou ouvindo, com muita atenção, o brilhante discurso de V. Exª. Pedi licença para aparteá-lo apenas para homologar o que V. Exª diz quanto à ocupação das terras, e chamar a atenção do Senado para o que está acontecendo no Brasil, aqui mesmo, neste planalto goiano; artistas de cinema compram áreas consideráveis para transformá-las, exatamente, em campos de caça e recreio, enquanto o caboclo fica de "caseiro", como dizemos no Rio Grande do Sul. Portanto, está-se preparando, no Brasil, o mesmo campo para uma ação revolucionária, pois enquanto o estrangeiro compra por quaisquer dez réis de mel coado, adquire áreas consideráveis, que não são aproveitadas, ao brasileiro tudo se nega, inclusive a posse legal de terras, como ocorre no norte do Paraná, onde os maiores sacrificados têm sido os próprios gaúchos que para lá migraram. O problema deve merecer nossa atenção para que, num futuro muito próximo possamos agir no sentido de garantir a posse legal dessas terras e impedir que os estrangeiros venham adquiri-las e mantê-las em desuso, criando futuros problemas, que poderão acabar como os de Cuba.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado ao nobre Senador pela honra do seu aparte.

Senhor Presidente, dizia eu que vários fatores, vários fundamentos nos autorizam a considerar como especial e particular a revolução cubana, revolução de tipo socialista, esquerdista e agrário. Mas até o momento em que lá estive, e pude tratar diretamente com as figuras centrais do movimento revolucionário, não era uma revolução comunista.

Poderão V. Exªs considerar-me, como qualquer outra pessoa, sujeito ao engodo possível, ao engano, homem de boa-fé, capaz de ser iludido por aqueles com

quem conversou. Mas não era isso o que se dava, Era uma questão de raciocínio e de experiência – perdôem-me a expressão – intelectual.

Como todos os homens da nossa geração, tenho-me sentido muitas vezes atraído pelo mistério russo, pelo mistério da revolução russa. E tenho procurado refletir sobre um dos aspectos mais singulares dessa revolução, que é aquele subir constante, aquele elevar-se contínuo do pequeno grupo dos intelectuais bolcheviques, no meio de um oceano de desordens, aos pináculos do poder.

Como – me perguntava eu e ainda hoje me pergunto muitas vezes – como conseguiu chegar ao poder aquele pequeno grupo de intelectuais admiráveis, capazes, geniais algumas vezes, curtidos nas tarefas da revolução e nas responsabilidades da liderança, mas tão exíguo no número, e que entraram no território soviético fechados como germens, como culturas de bacilos nocivos, dentro de um trem lacrado pelas autoridades militares alemãs, e atirados como micróbios pestíferos naquele organismo em decomposição, para procederem às profundas transformações que nele se verificaram – como foi isso possível.

Sr. Presidente, a interpretação, que não é minha mas é a que adoto, é de que os bolchevistas eram os mais russos de todos os grupos políticos que atuavam naquela ocasião. De internacionalistas tinham o nome. A doutrina marxista era para eles um processo de raciocínio, nunca uma finalidade de ação. Eles exigiam, eles reclamavam, eles lutavam, eles porfiavam pelo que havia de mais diretamente ligado ao coração, às necessidades, à tradição e à História da Rússia.

Então, eles é que aos poucos foram, se tornando os intérpretes daquela imensa camada de mudos, a luz daquela imensa coorte de cegos. Eles foram vendo, foram falando por aquele povo agigantado que não falava nem via.

Senhor Presidente, isto é o que, para mim, ocorre na América. Os comunistas nunca são os mais nacionais. Podem ser "nacionalistas", entre aspas, mas sentimos, na sua doutrina, na sua ação, na sua pregação e até na cara deles, qualquer coisa que nada tem que ver com a nação ...

O Sr. Dix-Huit Rosado – Muito bem.

O SR. AFONSO ARINOS – ... que não está ligada aos reclamos mais profundos, mais sensíveis, mais autênticos e mais legítimos da nossa alma, do nosso coração e de nossa cultura.

O Sr. Mem de Sá – Muito bem!

O SR. AFONSO ARINOS – Enquanto Fidel Castro, seus homens e seu grupo – repito – encarnarem a parte mais cubana da revolução, não serão comunistas, mas no dia em que deixarmos de isso compreender, no dia em que a América os isolar como uma *gang*, eles, então, passarão a representar aquelas forças, que não são mais cubanas, mas também não são mais americanas, e poderão constituir-se numa cabeça de ponte dentro do continente, no coração do continente!

O Sr. Fernandes Távora – Dá V. Exª licença para um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Fernandes Távora – Creio que V. Exª não se esqueceu ainda das palavras que lhe dirigi, nas proximidades da viagem do Deputado Jânio Quadros. Quando nosso ilustre candidato convidou-o para acompanhá-lo a Havana, eu disse a V. Exª que me regozijava por vê-lo integrar a comitiva do Deputado Jânio Quadros, porque não só lhe serviria de auxiliar e intérprete, em certas modalidades da política internacional, como também porque se constituiria, posteriormente, numa testemunha admirável, veraz e respeitável para dizer, para contar, para afirmar ao Brasil a verdadeira situação de Cuba. É, felizmente, o que agora se verifica quando o Senado ouve V. Exª com tanto prazer, e eu com mais prazer do que todos, porque verifico que estava certo quando me alegrava com a ida de Vossa Excelência a Cuba.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço profundamente as palavras do meu venerando amigo e ilustre correligionário, Senador Fernandes Távora.

Senhor Presidente, não sei as transformações porventura operadas no interior do movimento, do governo cubano. Se elas existiram, acredito que mais de cinqüenta por cento terão sido por inabilidade da política americana.

Conversei, em Havana, com representantes dos mais categorizados e capazes dos Estados Unidos, e esses diplomatas americanos me disseram, numa palestra de que participou o meu querido e velho amigo, Embaixador Leitão da Cunha, digno representante do Brasil na República de Cuba, que compreendiam, perfeitamente, toda a parte de reivindicação nacional do movimento cubano. Ouvi isso – repito – de representantes da grande nação do norte, que me diziam apenas recear aquilo que receamos, isto é, que as circunstâncias, que a mim não compete criticar nem definir no momento, visto que não estamos investidos de responsabilidades para fazê-lo, que os desentendimentos entre Cuba e os Estados Unidos, as incompreensões, as suspeitas, as desconfianças recíprocas, as propagandas interessadas dentro de uma e outra nação, pudessem provocar atrito em que a revolução nacional cubana servisse de anteparo e de biombo para uma agitação internacional.

Senhor Presidente, o Deputado Jânio Quadros está, no momento, investido de altas responsabilidades. Não direi que seja – nem seria prudente, elegante ou discreto afirmá-lo – o futuro Presidente da República; mas é um candidato potencial que deve ser tomado em consideração para essa investidura. Pode ser o futuro Presidente da República e, conseqüentemente, é um homem que deve ter tento na língua, porque aqueles que não o têm, parece que não acreditam muito que vão ser Presidente da República.

O que o Deputado Jânio Quadros diz a respeito dessa situação é modelar de prudência, de compostura e de moderação; entretanto, denuncia um espírito firme, de imaginação desimpedida e audácia prudente, porque, na vida internacional, como dizia o velho Barão do Rio Branco, não se pode errar.

Na política interna o erro é possível, mas na política externa o erro é fatal; é sempre fatal. Não falta ao candidato do meu partido imaginação e audácia, ao lado do critério e da ponderação, na apreciação deste problema.

Senhor Presidente, aqui estão em poucas palavras, tumultuosas, que acompanharam apenas o interesse com que respiguei esses tópicos da oração...

O Sr. Fernandes Távora – Perfeitamente lógicos.

O Sr. Mem de Sá – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com satisfação.

O Sr. Mem de Sá – V. Exª hoje deu uma aula...

O Sr. Fernandes Távora – ... de Política Internacional, admirável.

O Sr. Mem de Sá – Lamento que o Senado esteja em Brasília. Esta verdadeira conferência deveria ser ouvida de um lugar em que a sua irradiação atingisse a todos os recantos do Brasil, porque é das mais brilhantes e completas exposições, sobre a matéria, que se podem fazer.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço, profundamente, ao meu querido amigo, Senador Mem de Sá, a generosidade de suas expressões.

O Sr. Heribaldo Vieira – O Senador Mem de Sá está interpretando o sentimento de toda a casa.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao meu nobre colega, Senador Heribaldo Vieira.

Senhor Presidente, estou cumulado pela generosidade e atenção dos meus companheiros, desejando apenas acentuar que nós da oposição não colocaremos, jamais, a questão dos interesses internacionais do nosso país em função de qualquer paixão político-partidária, estaremos ao lado do governo no propósito de prestigiar e de dinamizar as iniciativas que tomou no sentido de democratizar, social e economicamente, a tradição da Doutrina de Monroe.

Apenas achamos que falta o planejamento delas e aqui chamo mais uma vez a atenção do Senado, para o discurso do Deputado Jânio Quadros, falta o planejamento para a execução da Operação Pan-Americana.

Até hoje a Operação Pan-Americana tem servido, sem dúvida, Senhor Presidente, para pretexto a belas dissertações e frutuosos ensaios biográficos do eminente Senhor Presidente da República no campo internacional.

Não há dúvida que ele se prestigiou, não há dúvida que nosso país tomou atitude de vanguarda; há dúvida, para nós, é que a isso corresponda de fato um esforço de planejamento conjunto, de estudo coletivo, de preparação do Itamarati para desincumbir-se daquelas responsabilidades que assumiu, levantando a opinião da

América e do mundo sobre estas novas tendências que procura emprestar à política continental.

Mas, Senhor Presidente, neste empenho e neste esforço estaremos nós, da oposição, assim como estou certo de que se, como espero, amanhã, o Deputado Jânio Quadros vier a ser investido, pelo consenso da maioria do povo brasileiro, de outras atribuições e de outras responsabilidades, contará S. Exª, por seguro, com o devotamento, o patriotismo e a colaboração de todas as correntes políticas, desde que se trate do interesse de nossa terra, do nosso Brasil, fora das nossas fronteiras.

O Sr. Paulo Fender – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com satisfação.

O Sr. Paulo Fender – Desejava, como homem novo da política de nossa pátria, representando a juventude trabalhista – perdõem o paradoxo – menos na idade do que pelas idéias de renovação nas formulações partidárias – desejava ponderar que nos orgulhamos, sem dúvida, de ver V. Exª situar tão bem, com o peso de sua autoridade, a política externa de nossa pátria na análise bonita que acaba de fazer do discurso do candidato das oposições, a Presidência da República.

Todos nós que militamos na campanha do candidato das forças governistas estamos imbuídos, nobre Senador Afonso Arinos, dos mesmos ideais que Vossa Excelência acaba de enaltecer. Quanto à política de Cuba, nós trabalhistas estamos plenamente de acordo com V. Exª no elogio que faz do grupo que apóia o governo Fidel Castro. Não concordamos com o aparte do nobre representante do Rio Grande do Sul, Senador Geraldo Lindgren quando pretendeu fazer o paralelo entre as terras do Brasil e as de Cuba na questão dos latifundiários estranguladores das produções agrícolas porque as nossas condições geoeconômicas são bem outras. Entretanto, V. Exª Senador Afonso Arinos, na sua brilhante alocução, que respeito e na qual aprendi muito de política externa...

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado.

O Sr. Paulo Fender – ... às vezes resvalou para o plano da competição eleitoral entre dois candidatos. Por isso pedi licença para esta intervenção, trazendo, sei, muita sombra às luzes do discurso de V. Exª, porém, sombra necessária a que essas luzes mais se projetem. Entretanto digo que estou imbuído do mesmo idealismo, compondo a maioria desta casa, que é pela candidatura do ínclito General Teixeira Lott. E agora peço permissão a V. Exª para lhe ser irreverente. Disse V. Exª evidentemente referindo-se ao nosso candidato que há quem não tenha tento na língua; digo eu então que só agora que o Sr. Jânio Quadros tem tento na língua, pois não teve por muito tempo; e acredito que seja a boa companhia que lhe esteja dando essa ponderação e essa prudência.

Devemos nos arrecear dos intérpretes de Platão e não de Platão. Aqui é o contrário: devemo-nos arrecear de Platão e não dos seus intérpretes, pois que V. Exª in-

terpreta, com a autoridade da sua cultura e a militância honrada e patriótica na vida pública deste país, uma das nossas maiores glórias políticas.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência é muito generoso.

O Sr. Victorino Freire – Ouvi o aparte do nosso nobre colega, Senador Paulo Fender, em que S. Exª diz que o Senador Afonso Arinos, resvalando, quis referir-se ao nosso candidato, o General Teixeira Lott. Esquece-se S. Exª naturalmente de que o Senador Afonso Arinos não citou o nome do General Teixeira Lott, que é o candidato do meu partido, pelo qual lutarei e com o qual vencerei no meu Estado. Mas existe um outro candidato.

O Sr. Daniel Krieger – Vencerá somente no Estado de V. Exª.

O Sr. Victorino Freire – Eu respondo pela minha margem; não sou chefe político nacional. Mas, existe um outro candidato, e esse sim, posso dizer, não tem tento na língua, pois vejo-o por aí, os insultos, aos mais desprezíveis ao candidato Jânio Quadros, ao candidato Marechal Teixeira Lott, e ao Sr. Presidente da República. Esse é o candidato do Partido Social Progressista ou de uma parcela do partido, porque não sei quem o apóia no partdo, e não sei se vai ser o Presidente. Por essa razão, eu não podia, jamais, contestar o ilustre Senador Afonso Arinos, uma vez que S. Exª não citou o nome do nosso candidato. A minha impressão é que o que o Sr. Afonso Arinos disse, foi num outro rumo e não no rumo do meu candidato.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, responderei aos ilustres aparteantes.

O Sr. Paulo Fender – Caberia ao ilustre orador, é evidente, tornar bem claro a quem cabe a carapuça. Eu me referi às inquinações que certa imprensa vem fazendo ultimamente, em relação ao Marechal Teixeira Lott.

Quero crer que o nobre Senador Afonso Arinos teve em consideração esses comentários da imprensa a respeito do nosso candidato, quando, resvalando do plano alto, cintilante, em que situou sua oração, desceu – reconheça o nobre colega – a esse ataque de política eleitoreira a que S. Exª não queria estar atido.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a honra que me concedeu o nobre aparteante, e em resposta quero contar uma história que ocorreu no período do fascismo na Itália.

Certo indivíduo loquaz, exuberante, como são os napolitanos, discutindo à porta de um café de Nápoles, dizia que o Rei era imbecil – *"Il re è rammollito"*. Neste passo, surgiu um agente da polícia secreta fascista e o prendeu. *"Siete in arresto"*. "Está preso." Ele pergunta porquê. "Porque você está dizendo que o Rei é imbecil". *"Perchè avete detto che il re é ramollito"*. Responde o napolitano: *"Ma io parlavo del re della Bulgária."* "Mas, eu falava do Rei da Bulgária". Refletiu o guarda e disse: *"L'unico re rammollito é il nostro. Siete in arresto.* "O único Rei imbecil é o nosso. Está preso".

Senhor Presidente, essa história que se conta nas vielas de Nápoles não tem nenhuma ligação com o que hoje ocorreu no plenário do Senado. (*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é vivamente cumprimentado).*

Discurso na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados

17-5-1961

O SR. MINISTRO AFONSO ARINOS – Srs. Deputados, o ofício convocatório fala, repito, que eu devo vir esclarecer a real posição do governo, em face dos problemas e acontecimentos cubanos, considerada esta posição dentro do limite dos tratados e compromissos internacionais do Brasil.

Desde logo, eu gostaria de fazer uma observação preliminar: se se entende a palavra posição como significando uma atitude estática, definida, inamovível. Acredito que ministros de Estado com qualidades muito superiores às minhas encontrariam grandes dificuldades para responder a esta pergunta.

A idéia de uma posição internacional imutável, de uma orientação completamente indene de imprevistos, parece estranha ao comportamento habitual, não apenas da política externa, como também da política interna. A posição de um governo, a posição de uma política, a posição de um homem de Estado, em face dos acontecimentos políticos, é essencialmente subordinada à configuração desses próprios acontecimentos que tantas vezes escapam a nosso controle.

Podemos ter uma posição, isto sim em face de determinadas premissas doutrinárias, teóricas, quase que eu diria filosóficas. Podemos ter uma posição, isto sim, em face de determinados princípios gerais de comportamento.

Então, se partirmos desta posição preestabelecida ou pré-reconhecida, em face dos princípios gerais de comportamento, em face de determinadas afirmações de natureza doutrinária ou filosófica, é claro que poderemos prever com determinada média de razoabilidade, com determinada conformidade de acertar, com determinada possibilidade de não nos enganarmos, a posição que viremos a tomar diante de determinado fato concreto. Mas desde logo sabermos como vamos nos comportar, em face das circunstâncias e das situações, cujo desenvolvimento nos é desconhecido, é, repito, uma tarefa que acredito seria superior às forças de homens públicos muito mais dotados e muito mais aparelhados do que eu.

Portanto, aquilo que desejo colocar perante a douta Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados é a posição do governo brasileiro, em face dos princípios que podem vir a ser questionados, que podem vir a ser violentados, que podem vir a ser aplicados no decurso dos acontecimentos que envolvem o destino

atual da nobre nação cubana, com tantas preocupações, com tantas interrogações para todos nós.

Não podemos deixar de reconhecer os fatos que se me afiguram iniludíveis. A opinião americana em relação ao governo de Cuba, em relação ao comportamento dos ilustres homens públicos que encarnaram a resistência contra a ditadura Batista, que posteriormente se assenhorearam do governo daquele país, a opinião americana, no início do processamento de revolução cubana, estava indiscutivelmente muito mais unificada, em face dessa mesma revolução, do que hoje.

Esta afirmação é quase uma tautologia, é quase um truísmo, é quase um lugar-comum, mas devemos ter a coragem de partir os raciocínios desenvolvidos das suas bases elementares, ainda que sejam lugares-comuns.

Não há dúvida que a opinião americana se bipartiu, se dividiu em face da revolução cubana. E ela se bipartiu, se dividiu, talvez um pouco em função de um contraste, de uma divisão que hoje atua de certa forma em todo o amplo setor da vida internacional, e que se quisermos analisar com mais profundidade, também atual, no campo da política interna, quem sabe, Srs. Deputados, se ele não se manifestará e não será presente no próprio corpo do nosso mundo subjetivo?

Não é um mundo só que está dividido, não são só os continentes que estão bipartidos; é também o homem, ente dotado de senso moral e de capacidade de raciocínio, que se encontra profundamente dividido, em face dos conflitos de consciência que dentro dele próprio se levantam.

No campo que nos interessa, para que não me perca em divagações que estariam mais no gosto de um debate acadêmico do que nas obrigações a que aqui atendemos, no campo que nos interessa, eu diria que essa divisão, que não é apenas a da opinião brasileira, insisto, que é a da doutrina jurídica, que é a do pensamento político, que é a das assembléias internacionais, que é a de todos aqueles que se interessam pela paz do mundo, pelo progresso do mundo, pelo império das leis morais no mundo, é o contraste entre o que poderíamos chamar a soberania nacional e a organização internacional, o contraste entre aquilo que a soberania nacional assegura à substância e à sobrevivência do direito do Estado e aquilo que a organização internacional, pelo menos no seu significado mais atual, mais profundo, mais moral, reclama como sendo àfirmação dos direitos humanos.

O que está em jogo precisamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados é este drama de nossa geração, o drama de um mundo que se transforma e que se unifica pela irresistível influência do progresso técnico, de um mundo que se conglomera, que se homogeneíza necessariamente, pela expansão dos conhecimentos e pelo vertiginoso avanço da técnica, de um mundo que se fragmenta, que se divide, que se reafirma, pelo nascimento e afirmação de autoconsciência de uma quantidade de sociedades nacionais que desabrocham no nosso século, num espetáculo tão impressionante como aquele que conheceram nossos antepassados no início do século XIX.

Assistimos, na África e na Ásia, à proliferação, à aurora de uma série de povos que lutam pela sua autodeterminação da mesma forma que nossos maiores assis-

tiram a fenômeno com algo de muito semelhante, no nosso continente latino-americano.

Mas, ao mesmo tempo em que isso se dá, ao mesmo tempo em que os povos existem, reclamam, porfiam e lutam pelas suas afirmações nacionais, como uma espécie de reclamação no sentido da obtenção da segurança daqueles valores peculiares à sua cultura, ao seu desenvolvimento e à sua personalidade, assistimos, neste mesmo tempo, à uniformização tremenda que impõe a expansão de determinada ideologia política totalitária, de um lado, e a tremenda uniformização que impõem os interesses da técnica a serviço do poder econômico, doutro lado. Ao mesmo tempo em que explodem as reivindicações poderosas no sentido de afirmação da personalidade nacional, o poder econômico, tendo necessidade de uniformização, de arregimentação, de organização centralizadora, procura configurar as grandes unidades internacionais, e, ao mesmo tempo, as ideologias políticas totalitárias, essa reunião de ideologias políticas do século XX convencidas da posse de uma verdade metafísica, idealista no sentido verdadeiro da palavra, por mais que o neguem os corifeus e os seus profetas, essa ideologia política totalitária necessita também, para a sua expansão, para sua afirmação e para seu predomínio, de uma espécie de uniformização e de arregimentação das ações, debaixo de determinadas bases e de determinados padrões internacionais.

Então, este é o drama, esta é a luta. É a luta em que todos estamos divididos. Nós, que não queremos a padronização e a escravidão econômica, nós que lutamos contra a padronização e contra a escravidão ideológica, nós nos sentimos, então, na necessidade de reafirmar, ainda que com o sorriso dos céticos, ainda que com a descrença dos malignos, a nossa posição permanente de confiança nos ideais do direito e da moral, a fim de que possamos, debaixo de nossas respectivas formações culturais e das nossas tradições políticas, levar os países e os povos, que desabrocham e que nascem para a vida livre, ao caminho da paz, do entendimento, da negociação, ao caminho do convívio livre, ao caminho da conquista daqueles valores morais, sem os quais realmente não acreditamos no nosso desenvolvimento econômico, nem na pureza das ideologias. *(Muito bem! Palmas.)*

Sr. Presidente, peço desculpas, mas não é um passeio, não é uma marcha inconsiderada pela ourela – como dizem certos acadêmicos nossos – de idéias gerais. É realmente a expressão do sofrimento de um homem que tem o direito, no fim de trinta anos de uma luta pela liberdade, concebida nos termos mais amplos, dentro do seu país – quando falo em liberdade, não quero dizer a liberdade da raposa dentro do galinheiro; quero dizer aquela possibilidade de desenvolvimento dos valores humanos, livres da contenção do poder econômico e da contenção da escravidão ideológica – de um homem cuja vida foi pautada por esta luta permanente; cujos cabelos embranqueceram na fidelidade a este ideal e que reclama dos seus compatrícios, que exige dos seus companheiros e que confia nos seus colegas, para dizer-lhes que, quando os azares do destino lhe colocaram nas mãos as responsabilidades para as quais não está preparado, é o primeiro a confessar, estará sempre inclinado a fazer tudo o que pode, a dedicar-se com to-

dos os esforços de sua mente e com todas as fibras do seu coração, a viver aquilo que foi o seu sonho, a viver a consagração de um país que seja realmente digno, porque independente e forte, mas independente contra todos, Sr. Presidente, não independente em relação a uns para ficar dependente em relação a outros. *(Palmas prolongadas.)* Um país que se afirma a um homem, como eu, que nunca em sua vida fez um negócio, que nunca participou de um interesse econômico, sendo respeitador das forças produtoras de todos os países, mas que é livre de qualquer compromisso, que nunca se subordinou a qualquer princípio que lhe representasse o rapto da sua liberdade, e que se destina, e que está disposto – perdoem-me as grandes palavras, que são pequenas diante do sentimento que as anima –, e que está disposto a dar tudo – e o mínimo que pode dar é a própria vida – na defesa de todos os valores que possam fazer do nosso país um país digno, um país honesto, um país forte e um país livre. *(Muito bem!)*

Sr. Presidente, sou daqueles que entendem que, no campo atual do nosso direito, as organizações internacionais e as negociações bilaterais são os maiores passos para se resolverem problemas como aquele que a douta Comissão de Relações Exteriores colocou no debate desta sessão. Pessoalmente, e não apenas pessoalmente, doutrinariamente, pela experiência de leituras e o contacto com fatos, pelo conhecimento de circunstâncias, acredito que as organizações internacionais, por mais brilhantes, por mais fecundas, por mais esperançosas que nos pareçam, ainda não chegaram ao ponto de maturação suficiente para fazer com que elas, as organizações internacionais, sejam capazes de resolver todos os problemas da política internacional. Longe disso; estou convencido de que os contatos bilaterais, as negociações concretas entre governantes, entre governos e entre povos, representam ainda e representarão por muito tempo o caminho mais firme e mais seguro para a conquista do progresso e da paz em todo o mundo.

Mas, na questão que nos interessa, eu gostaria de salientar que, enquanto os problemas ligados aos direitos e garantias individuais são problemas que competem ao direito interno, os problemas das organizações internacionais, a solução dos conflitos internacionais, estão ainda vinculados ao campo do Direito Internacional.

Ora, nestas condições, a grande questão com que nos defrontamos, em face do problema cubano, é, a meu ver, a questão levantada entre a da autodeterminação do povo cubano e a da conseqüência, ou do elemento causatório dessa autodeterminação do povo cubano, que é o princípio da não-intervenção, de um lado, e, de outro lado, o problema da democracia em Cuba, da democracia representativa em Cuba, da liberdade em Cuba, em suma, da existência dos direitos individuais em Cuba.

Sr. Presidente, nossa ingênua vaidade leva-nos, muitas vezes, a supor que estas questões são muito fáceis. Poderia, aqui, fazer praça de erudição trazendo uma dízima periódica de situações que demonstrariam o contrário. Mas eu queria salientar para a Comissão que esta questão entre a autodeterminação nacional e as garantias concedidas à pessoa humana é contemporânea da própria consciência democrática ocidental. Encontramo-la nos documentos mais antigos. Por exemplo, na Constituição francesa de 1791, se não me engano no artigo 16. Perdoem-me esta reminiscência de velho professor. Dizem lá os constituintes o seguinte: "O povo que não tiver os direitos as-

segurados e as liberdades fundamentais garantidas, não terá governo". Em outro artigo da Constituição, dizia aquela geração francesa: "A França é amiga da humanidade e se esforçará por assegurar liberdade a todos os povos".

Conhecemos bem o desenvolvimento dessa tese, com o nascimento do Império de Napoleão e a ditadura na Europa. Napoleão era o filho de liberdade, da revolução – não devemos nos esquecer disso. Havia bem a idéia da obrigatoriedade do princípio liberal para a própria configuração da existência de um governo e da possibilidade de um país que se considerasse livre impor a forma de governo que ele considerava necessária e conveniente àqueles que não desfrutassem dessa mesma felicidade. Mas estas idéias, desde o seu início, foram controvertidas. Sabemos que o filósofo da democracia, o verdadeiro filósofo da democracia, por isso que levou a filosofia democrática às suas necessárias conseqüências socialistas – e eu acho que a democracia, abandonada a si mesma, tende para o socialismo, e a verdadeira democracia para o verdadeiro socialismo – o filósofo Kant dizia, nas suas considerações sobre os governos e no seu projeto de paz perpétua, que não pode existir governo onde não haja representação; que não pode existir liberdade humana onde não haja governo representativo.

E a declaração de Santiago, essa declaração de Santiago, que sentimos hoje com tanta abundância, considerando-a um marco do pensamento político contemporâneo, está em Kant. Ele diz: "Onde não existir democracia representativa, não há liberdade, não há governo". Mas ele diz também: "Não podemos intervir em nenhum país para impor a ele a obrigação de assumir aquela forma de governo que não pareça ser a mais conveniente para o povo".

Sr. Presidente, esta terrível contradição, a que me reportei no início destas desataviadas palavras, eu a marquei aqui para conhecimento da Comissão, ou melhor, para refrescar a memória dos seus integrantes.

Princípio da não-intervenção. Vou referir-me apenas, para não tomar mais tempo aos Srs. Deputados, àqueles textos que condizem com a nossa posição americana, àqueles textos que articulam o sistema dentro do qual vivemos. O princípio da não-intervenção, assecuratório e confirmatório da autodeterminação dos povos, que é uma das realidades atuais da sociologia universal, esse princípio apareceu nas seguintes conferências interamericanas: em 1933, na Sétima Conferência de Montevidéu, que votou a declaração segundo a qual nenhum Estado tem o direito de intervir nos negócios internos ou externos de outro; em 1936, na de Buenos Aires; em 1938, na de Lima, declarações cada vez mais amplas e nítidas. (*Lidas as declarações.*)

A Comissão me escusará, neste passo, uma comovida observação pessoal, porque foi um velho diplomata brasileiro o autor da Declaração de Lima, o redator da Declaração de Lima.

Prossigo na leitura:

(*Lido*).

De maneira que V. Ex^{as} vêem a marcha da idéia da autodeterminação e da não-intervenção, no direito e na política continentais.

Essa marcha, da qual a grande República dos Estados Unidos, a grande nação americana, a princípio se mostrava, senão desinteressada, pelo menos alheia, começa a ter a colaboração americana desde a Conferência de Montevidéu, em 33.

A razão é que, em 33, começava a se esboçar na Europa a ameaça da ideologia totalitária sobre a América; começavam a esboçar-se no velho mundo, a se adensarem lá, as nuvens que mais tarde vieram a se despejar no drama de 39 em diante. Então, nosso continente se armava com a não-intervenção, para constar, para se defender, para impedir um tipo de intervenção que desde então começou a se revelar atuante e poderoso: o tipo de intervenção ideológica para a organização de determinadas formas padronizadas de governo.

Então, começamos a encontrar, *pari passu* paralelamente com as declarações a que acabo de me reportar, e que dizem respeito ao princípio da não-intervenção, uma outra forma de compromissos que vai se repetindo nos atos, compromissos que dizem respeito à defesa da América contra intervenção ideológica, ou, em melhores palavras, contra a ideologia marxista, contra a ameaça comunista.

Encontramos isso, em 1940, na Reunião de Consulta de Havana, onde foi criado o Comitê de Defesa Política, com sede em Montevidéu; em 1948, na Conferência de Bogotá, que condenou os métodos de todo sistema que tende a suprimir os direitos de liberdade política; *(continuou lendo a relação das conferências e tratados.)*

Temos aí, portanto, a expressão do acordo entre as duas teses: a autodeterminação e a não-intervenção vigorando como defesa contra a intervenção ideológica, a intervenção do comunismo internacional.

Devo notar que o ilustre Ministro do Exterior de Cuba assinou a Declaração de Santiago.

O Brasil é signatário, em todas essas conferências, de todas essas resoluções. Aquelas que são ratificáveis pelo Congresso, as que necessariamente devem ser aprovadas pelo Legislativo, o foram. Tenho aqui anotadas todas elas. Não são ratificadas apenas aquelas que não são suscetíveis de ratificação, isto é, aquelas que consistem em recomendações, que consistem em exortações, que consistem em decisões, que não tomam a forma de um convênio, de um tratado, de um ato internacional formalizado.

Então, temos a obrigação de seguir essas recomendações, na medida em que o Executivo não muda de posição política, isto é, estamos vinculados também às deliberações não suscetíveis de ratificação. A única diferença é que podem ser alteradas por nova conferência internacional em que o Brasil participe e mude a sua posição anterior. Mas as outras, que passaram pelo Congresso, como a Convenção sobre Deveres e Direitos do Estado, de Havana, e a de Montevidéu; o protocolo sobre a não-intervenção, de Buenos Aires; o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e a Carta da Organização dos Estados Americanos, são todos atos internacionais ratificados pelo Congresso. Tenho as datas das respectivas ratificações.

Aí está, Sr. Presidente, em um bosquejo que procurei fazer, tão breve quanto possível, os princípios gerais aplicáveis às espécies concretas, à posição da orientação política que, como eu disse no princípio, deve ser conhecida, a fim de que saibamos como

nos comportar em face dos fatos concretos, que são essenciais, móveis, essencialmente mutáveis, essencialmente transformáveis por realidades que escapem ao nosso controle.

A posição do Brasil é esta: de um lado, temos o dever de respeitar, de pugnar, de defender e de cooperar na defesa da autodeterminação dos povos. Nisto temos o dever de cooperar com o princípio de não-intervenção.

Posso dizer e quase com alegria, que somos um país fraco para a guerra, mas forte para a paz. Não temos condições econômicas, militares e industriais que façam do nosso país uma grande potência bélica, mas temos condições morais, de desenvolvimento intelectual, de tradição histórica, de maturidade política, de população, de território, de serviços prestados à humanidade, que fazem do nosso país um país poderoso para a paz. Somos hoje um dos países mais fortes na luta pela paz.

Então, Sr. Presidente, temos de lutar pela paz, e a nossa luta pela paz deve-se afirmar em primeiro lugar, endossando os princípios de não-intervenção e de autodeterminação de todos os povos.

Por outro lado, Sr. Presidente, somos um país vinculado a compromissos com a democracia, somos um país vinculado a compromissos com a liberdade, somos um país fiel a nossas tradições jurídicas.

Esta casa do Congresso funciona, com alguns lamentáveis colapsos, há século. Esta casa do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, é uma das glórias das instituições políticas mundiais. (*Palmas.*) Os Anais desta casa, desde 1823, são um repositório de lances culminantes da história da América e do mundo. Conseqüentemente, temos compromissos para com o regime que construiu esta casa, temos compromisso para com o regime que construiu este país, o de democracia. (*Palmas.*)

Nestas condições, devemos defender este regime. Como fazê-lo porém?

Na minha opinião, devemos conciliar a luta pela autodeterminação dos povos com a defesa de regime democrático, porque que não podemos aceitar, na América, o comunismo internacional. Isto é o que está em todos os tratados de que somos signatários, isto está imposto em todos os atos de que somos obrigatoriamente participantes.

É o comunismo internacional – reparem como todas as vezes existe este vocábulo, este qualificativo internacional, que vem ajustar, conformar e precisar a idéia do regime socialista – é o comunismo internacional, isto é, o comunismo vinculado, moldado, estabelecido de acordo com um determinado padrão, segundo uma certa ideologia, comportando-se de forma a obedecer a certos fatores e certas diretrizes. Contra esse tipo de comunismo nos comprometemos em vários atos internacionais, o comunismo internacional que visa subverter o princípio democrático, escravizar a liberdade dos povos, interferir na vida americana. Com este também não podemos concordar.

Então, dizia eu, Sr. Presidente, o seguinte: penso assim, e penso assim com o que há de mais profundo, o pouco que há de realmente puro em mim, com o que há de mais puro em mim penso assim: devemos lutar contra a pressão econômica, devemos lutar contra a invasão do capitalismo internacional, que tende a sofrear nossas riquezas e manietar nosse desenvolvimento; devemos lutar, por outro lado, pela

elevação dos valores éticos. E falo, não apenas como democrata mas como católico, como homem que participa obrigatoriamente de uma determinada conjunção de verdades principais, de verdades efetivas. Não vou entrar no debate deste assunto, que é de consciência de cada um. Mas devemos também defender isto.

Então, teremos, em face de Cuba como de qualquer outro problema de, respeitados os princípios em que nos colocamos, impedir a agressão contra este país, não colaborar na agressão direta contra este país, porque não queremos resolver nenhum problema por meio desse tipo de intervenção. Confiamos na honra, no direito, no ideal e na paz. Temos de lutar, temos de negociar, temos de discutir, temos de estar presentes. Defendamos com coragem, em face dos dois extremos, em face dos dois radicalismos, a nossa posição, que não é de centro, mas que é de alto, que é de altura e não de centro. É uma posição de defesa de liberdade e das tradições brasileiras, ao mesmo tempo contra os artifícios, os engodos e a opressão do materialismo econômico, por intermédio das forças econômicas em nosso país e, também, contra a influência ideológica, contra a intervenção ideológica, contra a opressão ideológica.

Aí está, Sr. Presidente, a posição em que acredito que possamos partir para o debate de qualquer assunto, em qualquer reunião. E, com muita honra para mim, estou pronto a começar o debate a partir de qualquer ponto a que V. Exª queira submeter este humilde colega e admirador.

Discurso no Senado Federal

6-6-1961

O SR. MINISTRO AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Senadores, ao iniciar a exposição que terei a honra de formular perante esta nobre casa do Congresso Nacional, seja-me permitido, Senhor Presidente, manifestar, de forma enfática e profundamente sentida, a satisfação e o desvanecimento com que aqui compareço. Esta casa, a qual, pelos sufrágios do povo da Guanabara, tenho a honra de integrar é, politicamente, a minha casa.

Quaisquer que sejam as vicissitudes ou imprevistos da minha carreira política jamais, Senhor Presidente e Senhores Senadores, me considerarei investido de posto mais dignificante e significativo do que o de representante de uma das nossas unidades federadas, nesta nobre casa do Parlamento brasileiro.

As minhas cordiais e afetuosas relações com os meus ilustres pares, longe de se desvanecerem, ou amortecerem, com a interrupção forçada do nosso convívio diário, ao contrário, Senhor Presidente, como que se estreitaram e se consolidaram. Não apenas, por conseguinte, em uma posição de homem público, mas, também, de homem que vai exprimindo seus sentimentos particulares de reencontro com amigos

tão queridos, é que desejo, repito, iniciar minha exposição com a mais afetuosa e calorosa saudação aos meus companheiros do Senado Federal.

Considero útil, e mais do que útil, necessária, quase mesmo indispensável, a presença reiterada e periódica do Ministro de Estado, nas duas casas do Congresso Nacional, com o objetivo de, por meio dos legítimos representantes do povo brasileiro, manter o contato, manter o diálogo, manter o calor recíproco das informações, das ponderações e, também, das orientações e das críticas.

Realmente, nós vivemos uma época em que a presença, a atuação e a importância da política externa se tornaram por tal forma indiscutíveis, que poderia passar ao óbvio, à tautologia, ao lugar-comum.

Ainda há dias o ilustre Senhor Presidente da República, na sua última entrevista coletiva à imprensa nacional e estrangeira, teve oportunidade de salientar que cerca de oitenta por cento das perguntas que lhe eram feitas versavam sobre política externa. A que corresponderá esta incessante atenção, esta constante curiosidade, esse renovado interesse?

A meu ver, Senhor Presidente, isto traduz uma das expressões mais indiscutíveis, mais genuínas do nosso amadurecimento político, da nossa emancipação, da nossa maturidade, da nossa – digamos – efetiva soberania.

Não há dúvida de que no estado em que se encontra a civilização do nosso país, a questão das relações com a comunidade mundial representa um papel preponderante. De país fundado em uma estrutura econômica singela de fundo agrícola, de monocultor, evoluímos gradativamente, pela imposição das circunstâncias, pelo acréscimo demográfico, pelo progresso técnico, para uma situação diversa de implementação econômica, de industrialização, de diversificação da economia. É o que se chama habitualmente, na linguagem corrente da divulgação econômica, a nossa fase de desenvolvimento. Mas, Senhor Presidente, esta fase de desenvolvimento que estamos atravessando, que é para nós um desafio e sem cuja vitória, sem cujo domínio não apenas interromperemos a nossa marcha para o futuro, mas muito provavelmente retroagiremos em direção à inércia; esta marcha para o desenvolvimento, na situação em que se encontra o Brasil, representa especificamente a ampliação e a continuação daquela dependência em que nos encontrávamos no estágio econômico anterior, fundado – como disse há pouco – em economia singela e monocultora, da interdependência para com as próprias relações internacionais.

Nós não venceremos a batalha do desenvolvimento, não deteremos o estrangulamento de pontos da nossa economia, sem que tenhamos planejado eficientemente e executado efetivamente uma larga política de intercâmbio internacional com todos os povos do mundo.

A lição da democracia brasileira, neste momento em que, graças às lutas de nossa geração, conseguimos implantar e consolidar a institucionalização do poder político de forma que me parece definitiva e inquebrantável, o desafio da lição da democracia brasileira para nossa geração é exatamente o de colocá-la a serviço do desenvolvimento nacional, fazendo com que as instituições políticas democráticas

que conquistamos, asseguramos e consolidamos não sejam um fim em nelas mesmas, se nunca o foram e nunca o serão, senão um instrumento adequado, poderoso para conquistas do progresso econômico e social de nosso povo.

É animado deste propósito, dominado por estes sentimentos e convencido destas razões que o governo brasileiro fundou a sua ação democrática na política internacional, com a afirmação definitiva de nossa soberania política, inclusive e sobretudo no estabebelecimento de contato comercial e econômico, no âmbito internacional, com todos os países do mundo.

Se assim não o fizermos, Senhor Presidente, se nos escusarmos, nos omitirmos ou nos arrecearmos desta conduta, nós nos teremos paralisado em face dos mercados tradicionais de importação de nossos produtos, mercados que, pela sua inelasticidade, são incapazes de nos oferecer aquelas possibilidades de ampliação nas trocas indispensáveis ao desenvolvimento interno do nosso país.

Não se pode e não se deve, sem graves riscos para os interesses nacionais e sem injustificada injustiça para com as diretrizes dos nossos governantes, considerar que esta linha de conduta represente qualquer forma de vacilação, de transigência ou de demissão, em face dos nossos compromissos efetivos para com o mundo a que pertencemos, para com o mundo em que nos integramos, para com as estruturas políticas de que participamos, que são aquelas democráticas e ocidentais.

As afirmativas neste teor e neste sentido são expressas e incisivas, tanto da parte de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, como da parte do seu assessor no governo incumbido deste setor de sua administração.

Mas, mister se torna, necessário se faz que, a cada momento, a cada passo, reiteremos enfaticamente essas declarações, não no propósito de esclarecer a elite intelectual e política do Brasil, que tão bem se espelha nesse microcosmo que é o Senado da República, mas no de continuadamente reiterarmos as nossas posições de fé, de dedicação e de participação naquele sistema de democracia ocidental no qual nos encontramos integrados.

Preparei, Sr. Presidente e Senhores Senadores, um curto roteiro dos assuntos mais importantes, atinentes às minhas atribuições no governo da República, nos seus aspectos evolutivos posteriores à exposição que tive a honra de fazer na outra casa do Congresso Nacional, a fim de que, cumprindo a minha determinação de ter permanentemente informados os representantes do povo brasileiro, pudesse trazer, neste dia, a esta casa, a situação política internacional tal como é vista pelo nosso governo, neste momento, no dia de hoje.

Desde logo desejo mencionar os resultados auspiciosos da Conferência de Uruguaiana.

Como sabe o Senado, foram ali firmados alguns atos, um tratado de amizade com o sul, alguns convênios de natureza econômica e comercial e um acordo cultural.

A implementação desses atos internacionais prossegue satisfatoriamente e encontrará um impulso decisivo, a partir do próximo mês de julho, ao ensejo das comemorações da data nacional da Argentina.

Realizar-se-ão naquele e no nosso país encontros políticos de alto nível, aonde serão ultimados os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelos grupos constituídos em função dos acordos de Uruguaiana. Contudo, Senhor Presidente, desejaria salientar a Vossa Excelência e à Casa, que o Acordo, de Amizade e Consulta se encontra em plena execução, e de forma verdadeiramente exemplar. Serve e poderá servir de paradigma para a vida de convívio fraterno das nações continentais, visto que, desde então, todas as posições de magna importância, que tenhamos assumido ou que devamos assumir no concerto continental ou mundial, vêm sendo debatidas cuidadosa e francamente entre os dois governos. Isso a ambos fortalece e dá um exemplo de segurança robusta e de paz que os nossos dois países oferecem aos demais povos da América.

Outra informação que gostaria de trazer ao Senado – infelizmente menos completa de que eu desejaria, ou pelo menos em condições ainda não de absoluta maturidade, de forma a que eu pudesse expô-la pormenorizadamente – é a que se refere à nossa situação em face do problema cubano.

Fomos visitados pelo Subsecretário de Estado daquela República. Com Sua Excelência, o Senhor Embaixador Olivares, trocamos úteis e longas conversações, tanto no plano ministerial, no que a mim toca, quanto no plano presidencial, no que toca ao Presidente Jânio Quadros; e posso afirmar ao Senado que, embora no momento não tenha condições para adiantar muito mais ao que aqui deixo entredito, posso afirmar que os resultados dessas conversações – que por nós não foram provocadas, que não partiram da nossa iniciativa, senão que encontraram no nosso governo, como em outros governos continentais, aquele acolhimento que seria necessário fosse encontrado – posso afirmar ao Senado que o resultado dessas conversações que se desenvolveram dentro das perspectivas estabelecidas e das possibilidades concretas existentes serão de grande valia, de grandes frutos para a restauração da paz e da tranqüilidade da América.

As nossas relações com os Estados Unidos da América – e aqui, Senhor Presidente, de passagem, respondo a críticas injustas, embora generosas, que me têm sido feitas por alguns ilustres opositores – as nossas relações com os Estados Unidos podem ter estado, em algum tempo da existência dos nossos países independentes, em condições igualmente satisfatórias e favoráveis como hoje se encontram, mas nunca melhores. Nunca, na minha opinião, em toda a longa história das nossas relações com a grande República do norte, foram melhores os entendimentos diplomáticos, financeiros e políticos entre os dois países.

O êxito das negociações empreendidas junto ao governo, às entidades paraestatais e às instituições financeiras particulares da grande nação americana, pelo Senhor Embaixador Walter Moreira Sales, na sua fase inaugural e, na sua fase final e conclusiva, pelo eminente Ministro da Fazenda, o Dr. Clemente Mariani, foi completo e definitivo.

Ainda hoje, na reunião ministerial, o eminente Senhor Ministro da Fazenda demorou-se na exposição do andamento das negociações financeiras levadas a efeito nos Estados Unidos, e na enumeração dos sucessos por elas alcançados nos diversos departamentos em que se desenvolveram.

Tomei algumas notas no decurso dessa exposição e, embora correndo conscientemente o risco de vir repetir ao Senado, onde se encontram tantos e tão valiosos luminares da nossa ciência econômica e financeira, embora, repito, correndo esse risco de vir, como se diz na nossa linguagem popular, ensinar o padre nosso ao vigário, aqui trago alguns dados substanciais, alguns dados sintéticos, que recolhi da exposição hoje feita pelo Senhor Ministro da Fazenda.

O problema das dívidas brasileiras se distribuía, *grosso modo*, em quatro itens: o primeiro referente ao Fundo Monetário Internacional; o segundo ao Banco de Exportação e Importação; o terceiro aos bancos particulares; e o quarto a certas entidades privadas, notadamente às companhias de petróleo.

Sem que houvesse – e chamo a atenção de Vossa Excelência, Senhor Presidente, douto estudioso de matéria econômico-financeira – sem que houvesse qualquer alteração na linha traçada pelo governo anterior no tocante às premissas ou às condições necessárias para o entendimento com o Fundo Monetário Internacional, isto é, mantendo esses entendimentos precisamente com respeito à nossa soberania e à nossa autodeterminação governativa, objeto de tão peremptórias afirmações do governo que a este antecedeu, pôde o atual governo, por intermédio do Itamarati e do Ministério da Fazenda, chegar a resultados amplamente satisfatórios, direi mesmo totalmente satisfatórios – no tocante à nossa situação para com o Fundo Monetário Internacional.

Foram restabelecidas as relações com essa entidade mundial, com o único fundamento na política do governo, na orientação do governo, sem quaisquer compromissos que excedessem à nossa política e à nossa orientação. E nesta base foram confirmadas dilações de prazos e abertura de novos créditos, no valor de trezentos milhões de dólares, para satisfação entre três e cinco anos.

Quanto aos bancos particulares, segundo informou o Senhor Ministro da Fazenda, o adiamento das prestações de 1961 e 1962, que pesavam de forma quase insuportável na nossa balança cambial, com grave prejuízo para as inadiáveis necessidades de nossa importação, diretamente ligadas ao processo do nosso desenvolvimento, esses adiamentos orçaram em cerca de cento e quatorze milhões de dólares.

Mas o resultado verdadeiramente auspicioso, quase poderíamos dizer retumbante, dessas negociações, foi o que se relaciona com as agências financeiras oficiais dos Estados Unidos, principalmente o Banco de Exportação e de Importação, onde o vulto das transações atingiu a cerca de seiscentos milhões de dólares de consolidação de dívidas em cinco anos, que passaram para vinte anos, com abertura de nova linha de crédito no valor de cento e sessenta e oito milhões de dólares, a fim de pagar importações já feitas e cujos custos ainda pesavam na nossa linha de débitos, sem possibilidade de satisfação.

Finalmente, a quarta e última seção desta situação de débitos nos Estados Unidos, dizia respeito a setenta milhões de dólares de débitos particulares, a que correspondiam, principalmente, os fornecimentos das companhias de petróleo, que também foram consolidados em prazos perfeitamente capazes de satisfazer às nossas possibilidades de pagamento.

Enquanto isso ocorria nas nossas relações com os Estados Unidos, por meio das missões Moreira Sales e Clemente Mariani, o Embaixador Roberto Campos procedia a uma viagem circular, do mesmo tipo, pelos países da Europa, a fim de, em contato com os governos e com as agências financeiras desses vários países, encontrar também soluções para a angustiosa situação dos nossos débitos.

Da viagem do Embaixador Roberto Campos recebi ainda ontem os relatórios que aqui exibo ao Senado e que deixarei – visto que ainda não tive, pessoalmente, tempo de percorrê-los como desejaria – nas mãos do meu ilustre amigo e especialista nestes assuntos, o Senador Mem de Sá, para que os estude e ponha à disposição dos Senhores Senadores que desejem examinar diretamente a questão.

Estes resultados constantes dos documentos oficiais, claro que muitos deles ainda não definitivos, claro que vários deles ainda não publicados mas que ponho à disposição do Senado da República, passando-os às mãos do Senador Mem de Sá, membro da Comissão de Finanças desta casa, são outros tantos documentos de que se poderão valer nossos eminentes companheiros e ilustres colegas que desejem pesquisar, com mais minúcia e exatidão, os esforços empreendidos pelo atual governo da República.

Senhor Presidente, ainda no tocante às nossas relações com os Estados Unidos, quero mencionar alguns fatos particulares dignos de registro e de atenção: deve chegar no dia 10, ao Rio de Janeiro, pelas informações hoje recebidas, o ilustre Embaixador Adlay Stevenson, representante permanente do governo americano junto à Organização das Nações Unidas e que vem em missão especial do Senhor Presidente John Kennedy, para estabelecer contatos com os vários países do continente, a fim de sentir-lhes a maneira de pensar com referência aos problemas mais agudos da atualidade internacional.

Desejo encontrar-me com o ilustre Embaixador Adlay Stevenson, com quem, aliás, já tive a honra de me entrevistar na sua última passagem pelo Rio de Janeiro, e ali, de viva voz poderemos passar em revista não apenas os acontecimentos internacionais, mas também as nossas maneiras nacionais de encarar esses acontecimentos, examinando com franqueza e lealdade as nossas divergências e nos esforçando com a mesma lealdade e franqueza para superá-las, a fim de que encontremos, em todos os pontos, uma linha de conduta comum.

Por outro lado, por despachos que me chegam da nossa representação nos Estados Unidos, creio poder assegurar à casa que a visita do ilustre Presidente John Kennedy a alguns países da Europa, notadamente a sua passagem pela França e pela Áustria, onde se encontrou com o Primeiro Ministro da União So-

viética, tem conexão com alguns aspectos da política continental que interessa ao nosso país.

Não estaria longe de afirmar que, possivelmente, entre os entendimentos havidos com o ilustre Presidente da República Francesa, o grande General Charles de Gaulle – terá surgido oportunidade de discussões dos aspectos que mais nos interessam, ligados ao funcionamento do Mercado Comum e aos resultados pouco satisfatórios, para não dizer danosos, que esse complexo de favores recíprocos, firmado entre antigas nações coloniais e relativos às suas antigas possessões em África, podem trazer aos interesses latino-americanos.

Também não devemos esquecer, Senhor Presidente, a próxima reunião de Montevidéu, à qual comparecerá o Presidente Kennedy, tal como à reunião de Buenos Aires de 1936 compareceu outro grande presidente democrata – o Presidente Franklin Delano Roosevelt. Essa reunião de Montevidéu poderá vir a ser no plano do desenvolvimento econômico, no plano do progresso social dos povos das Américas, qualquer coisa como uma réplica, qualquer coisa de muito parecido com o que foi a reunião de Buenos Aires de 1936, no tocante à consolidação da liberdade política e da democracia continentais. Infelizmente, a reunião de 1936, de Buenos Aires, se fazia já quando ribombavam nos horizontes da História os trovões ameaçadores da segunda catástrofe mundial. Infelizmente, as duas reuniões americanas de maior significação que se realizaram nesse período, a de Buenos Aires, de 1936 e a de Lima, de 1938, embora tivessem tido a previsão, a intuição e o cuidado de salvaguardar a liberdade da América em face do conflito que em breve iria devorar a Europa, tinham lugar em uma época particularmente pouco satisfatória para a fixação destas diretrizes. Mas, agora que vamos assistir, em Montevidéu, a uma reunião compatível com os interesses da nossa época, a uma reunião em que os problemas da democracia internacional se colocam à luz das necessidades contemporâneas e que são aqueles que há pouco mencionei, os níveis de desenvolvimento econômico e de justiça social, temos a confiança, temos mesmo a segurança de que os golpes de vista ali assentados, os entendimentos ali trocados, as diretrizes ali desenhadas não cairão no terreno áspero, no cardo maninho de que fala a parábola evangélica, mas ao contrário, poderão germinar, poderão se desenvolver, poderão frutificar em um terreno particularmente receptivo para este tipo de plantações.

Certo é que o Presidente Kennedy, segundo informações correntes, comparecerá a essa conferência. Temos a impressão, segundo dados que nos chegam, de que visitará o nosso país, sendo então possível e mesmo provável que na sua demora em nossa capital terá S. Exª uma troca de impressões e de julgamentos com o ilustre Presidente brasileiro, oportunidade de passar em revista, de forma extremamente fecunda e promissora para o futuro não apenas de nossas relações mas da posição continental, os problemas essenciais que nos preocupam e que nos atraem.

Pessoalmente, colaborei no envio de um dos nossos mais ilustres sociólogos, economistas e especialistas em estudos ligados ao desenvolvimento econômico, o

Professor Rômulo de Almeida, para integrar o grupo que, sob os auspícios da OEA vai não apenas desenhar os planos, porém, mais concretamente, traçar a agenda dos trabalhos de Montevidéu. Não sendo íntimo de Sua Excelência nem integrando um governo em que as posições políticas anteriormente assumidas tenham qualquer significado na indicação e na escolha das capacidades, não tive a menor vacilação, apesar do quase nulo conhecimento pessoal que me honro de ter com Sua Excelência, de estimulá-lo e quase convencê-lo de que fosse imediatamente integrar esse grupo de trabalho, dando-lhe os recursos de que o Itamarati poderia dispor em assessoria, a fim de que um representante brasileiro compartilhasse das responsabilidades de traçar a agenda dessa importantíssima conferência continental.

Pessoalmente, dizia eu a Sua Excelência, como ainda hoje repeti a outro jovem economista e sociólogo brasileiro, que também não é ligado nem nunca o foi à minha linha político-partidária, o Senhor Celso Furtado, Presidente da Sudene; a Sua Excelência dizia hoje o que há dias também dizia ao Professor Rômulo de Almeida, que pessoalmente a minha aspiração e a minha esperança estão em que em conferência do tipo desta que vai haver em Montevidéu, seja possível levar avante certos trabalhos de pesquisa e de articulação, que já têm sido realizados por organismo intercontinental ou mesmo intracontinental do tipo, por exemplo, da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – no sentido da organização e do estudo em profundidade, de certas soluções transnacionais para problemas que dependem menos de determinadas condições econômicas nacionais do que de certas condições sociais e jurídicas, não circunscritas a certas fronteiras nacionais.

Creio que, em determinado campo da nossa luta nesta geração, devemos tirar as lições magnas, amplas, continentais para os problemas que nos afligem, como por exemplo o da reforma agrária, sabendo – e ninguém ignora – das peculiaridades e das influências ecológicas, sociológicas e geográficas que condicionam e influem nos aspectos particulares desses problemas.

Não ignoramos, entretanto, que eles oferecem faces que não são peculiares a qualquer país, mas comuns a determinados aspectos da história do mundo e que, não tendo nós a coragem de enfrentá-los sob este prisma, o prisma social, que não tendo nós a coragem de enfrentá-los neste reduto, o reduto da transformação das estruturas jurídicas, inúteis ou muito relativas serão as soluções que acaso procuremos trazer a esses problemas.

Então, chegado é o momento, na minha opinião, em que o nosso país – claro que em conjunto com os grandes países do continente, como o México, a Argentina e tantos outros – deverá dar caráter objetivo e social à apreciação desses problemas e ao estudo deles, a fim de que possamos, realmente, oferecer uma série de soluções que não sejam apenas peculiares a determinados aspectos estreitos dessas questões, mas que se infiltrem no seu largo campo de manobras, que é o campo histórico, o campo de nossa época.

Senhor Presidente, outro aspecto sobre o qual desejaria deixar o Senado perfeitamente informado é o que diz respeito à Conferência do Cairo. Muitas e divergentes foram as informações jornalísticas, nacionais e estrangeiras, publicadas a respeito do assunto.

Na minha exposição na Câmara dos Deputados, desejei fixar de maneira adequada a nossa posição, ao declarar que a nossa política é independente, mas não neutralista, principalmente porque, na minha opinião, o neutralismo é uma forma de engajamento, principalmente porque, na minha opinião, o neutralismo não se confunde com neutralidade. A neutralidade é uma posição diplomática e jurídica suficientemente esclarecida, analisada, estudada, pesquisada e exposta pelos autores, para que aqui mereça uma explanação, não apenas profunda, como mesmo superficial; ao passo que o neutralismo representa, sem dúvida, com todas as vantagens, com toda a importância desta ação, um determinado tipo de ação, que não é abstenção, que não é omissão, mas é – isto sim – influência e intervenção dentro de um determinado quadro de estrutura interna nacional e de perspectivas externas ou internacionais.

Uma das observações que desejaria formular perante o Senado, no tocante a esse problema, é simples, simplista talvez, quem sabe se simplória, mas, para mim, não deixa de ter alguma significação.

Quando observamos a gama dos estados chamados neutralistas, com vários dos quais nos sentimos, no momento, ligados em aspectos específicos de natureza econômica e também em aspectos gerais de conduta política, ligados pelas mais gratas, cordiais e afetuosas relações, concluímos que nesses estados prevalece um certo tipo de estrutura político-constitucional que independe das ideologias, no sentido social que os aproxima, dentro de um certo quadro de aparelhamento quase comum.

O partido único teoricamente instituído, a concepção da liberdade política, determinadas restrições à livre empresa econômica, determinadas conexões com blocos internacionais, tudo isto estabelece uma homogeneidade formal, estrutural, com a qual não nos sentimos realmente aparentados, nem mesmo aproximados.

Acredito, convenho e sustento que a similitude de condições econômicas e históricas oferece, sem dúvida, uma aproximação muito grande entre determinados problemas de governo; contudo, a diversidade das formações políticas e das estruturas constitucionais impõe – isto sim – soluções muitas vezes diferentes para problemas parecidos e até mesmo iguais.

Países sem a tradição do nosso, países sem a formação, a experiência e a sedimentação cultural do nosso, ainda que certos problemas sejam assemelhados aos nossos, em vista de sua formação e tradição divergentes da nossa, claro é que não podem resolver seus problemas por aqueles processos. Conseqüentemente, a nossa integração nos tipos internacionais deve-se fazer pela homogeneidade das informa-

ções práticas, pela similitude das estruturas, pela coparticipação nas práticas jurídico-políticas.

Isto não implica, entretanto, em que não estejamos presentes a todas as manifestações de interesse dos países neutralistas, que evoluam ou tendam para a defesa e a preservação da paz.

Falando, outro dia, na Câmara dos Deputados, eu sustentava uma tese que, hoje, tenho a honra de repetir perante o Senado.

Senhores Senadores, vivemos na época em que a paz serve melhor à justiça do que a justiça à paz.

Há momentos em que a preservação da paz é o objetivo, sem dúvida fundamental, dos homens de Estado que atuam na órbita interna como na externa, porque com a paz, conquistaremos gradativamente o caminho da justiça.

A subordinação da vida aos padrões da justiça mas com a anarquia, a desordem, o massacre e a guerra, fará soçobrar a justiça, juntamente com a paz.

Nossa posição, portanto, não é de neutralidade, senão de independência. Dentro dos quadros dos nossos compromissos internacionais, dentro do plano e do esquema do nosso mundo democrático ocidental, existimos e continuaremos a existir; mas existimos com independência, e existimos no pleno exercício de nossa soberania, existimos opinando, divergindo, afirmando e concordando, conforme as conveniências do nosso progresso, do nosso desenvolvimento, da nossa honra.

Desejaria ainda, Senhor Presidente, no tocante a fatos concretos, mencionar dois, que me parecem merecer o conhecimento do Senado. O primeiro diz respeito às nossas relações com a República da Bolívia. Não que haja motivo especial para, no concerto das demais nações continentais e latinas, fazermos menção especial da República irmã e vizinha, mas é que certas contingências da nossa situação brasileira podem ter dado a impressão, ao nobre povo boliviano e ao seu governo, que nos retardávamos no cumprimento de certas obrigações.

Devo informar ao Senado que cumprindo instruções do Senhor Presidente da República, pude assegurar ao ilustre representante diplomático da Bolívia, no nosso país, primeiro, que o governo, apesar das suas preocupações financeiras, do seu empenho em restabelecer o equilíbrio orçamentário, está disposto a solicitar o crédito especial que se torna necessário para a manutenção e o mínimo reaparelhamento da estrada-de-ferro Brasil–Bolívia; segundo, que a nossa representação diplomática em La Paz, cuja vacância era motivo de inegável preocupação em ambos os Governos, será, muito proximamente preenchida por um dos mais ilustres oficiais-generais do Exército brasileiro, cujo nome, estou certo, merecerá não apenas o assentimento do nobre governo boliviano, mas o acolhimento dos meus ilustres pares do Senado Federal.

Outro fato que não deixarei, aqui, de mencionar, diz respeito ao problema do pedido de asilo de dois militares brasileiros na Embaixada do Uruguai, no Rio de Janeiro.

Sabe Vossa Excelência e sabe a casa que somos signatários e ratificantes das Convenções Interamericanas de Asilo Territorial e de Asilo Diplomático, quer de Montevidéu, quer de Caracas, quer de Havana.

O Uruguai, entretanto, embora signatário, ratificou, apenas, a de Havana e, portanto, nos casos em que haja necessidade de uma ação comum das duas repúblicas, esta é a lei vigente.

O asilo daqueles ilustres militares foi solicitado, não porque ocorressem aqueles pressupostos naturais que determinam a existência do asilo diplomático, isto é, a desordem, a guerra civil, a convulsão, a anarquia com risco iminente para a segurança do exilado, mas porque, graças a um conflito de jurisdição que se levantou entre a justiça especializada militar e a justiça comum, arrecearam-se aqueles oficiais brasileiros de que a aplicação da justiça militar lhes pudesse impor penas por um crime que eles sabiam não haver praticado – o crime de deserção.

Com efeito, na ocasião do levante chamado de Aragarças, esses oficiais solicitaram e obtiveram o asilo, não diplomático, mas territorial, em uma república amiga e vizinha. Conseqüentemente, com esse asilo solicitado ficou caracterizada a existência do crime político e não do crime comum da deserção. Mas, o assunto ficou resolvido – se não estou enganado – pela colenda Suprema Corte, pelo nobre Supremo Tribunal Federal, em aresto recentíssimo, no tocante à preliminar processual de que a matéria competia à justiça comum.

Está assim dissipada a razão que determinou a solicitação do asilo e, conseqüentemente, na minha opinião, está muito próxima a oportunidade de aqueles oficiais se libertarem da confinação voluntária a que se tinham remetido.

Agora, para completar esta exposição que já vai longa, desejaria entrar, Senhor Presidente, em alguns assuntos internos do Itamarati. O primeiro diz respeito à nossa reforma. Para ela eu solicitaria a boa-vontade, e quase que de colega a colega, a cooperação dos Senhores Senadores.

O projeto, aprovado na Câmara dos Deputados graças a um acordo dos relatores das várias comissões que chegaram com grande desprendimento e espírito público a uma fórmula de composição final, pôde ser aprovado há cerca de duas semanas, em parte pela ação que pude empreender junto ao eminente Senhor Presidente Ranieri Mazzilli, aos dignos líderes Senhores Paulo Pinheiro Chagas, Almino Afonso e Hélio Cabal, aqui presente, e aos relatores das várias comissões, entre outros os Deputados Nelson Carneiro, Afonso Celso e o ex-Deputado Mário Martins. Num trabalho de equipe, pudemos chegar, em alguns dias, à formulação de um texto que se não corresponde exatamente ao ideal legislativo, pelo menos vem aparelhar o Itamarati com aqueles elementos materiais, com aquela estrutura administrativa e, principalmente, com aqueles elementos humanos de que ele atualmente tanto carece para se desincumbir das missões cada vez mais penosas, mais complexas e mais amplas de que se vê investido pelo governo da República.

Nessas condições, eu faria desta tribuna um apelo aos meus eminentes companheiros no sentido de que, com a douta competência que em todos e em cada um reconheço, assegurássemos ao projeto de reforma do Itamarati aquela tramitação que se faz necessária, para que tenhamos esta lei antes do fim do ano, a fim de que as providências aprovadas possam ter início no ano próximo.

Finalmente, Senhor Presidente, desejo mencionar outro assunto interno do Itamarati, assunto interno que adquiriu certa repercussão na imprensa e certa projeção internacional, mas que eu, de forma alguma, quero furtar à plena e completa apreciação desta casa.

Refiro-me ao episódio da missão João Dantas na República Democrática Alemã, às suas implicações, que provocaram entre outras conseqüências, o lamentável afastamento do ilustre Embaixador Leitão da Cunha, eminente ex-Secretário-Geral do Itamarati.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, a imprensa carioca, ainda hoje – refiro-me a dois grandes jornais do Rio de Janeiro –, dedica seus editoriais a esse episódio. São jornais dos mais conceituados e aparelhados, nos quais tenho a honra de contar, no cume das redações, com dois caros amigos, os ilustres jornalistas Luís Alberto Bahia, do *Correio da Manhã,* e Nascimento Brito, do *Jornal do Brasil.* E-me ali, direta ou indiretamente, observado que até hoje não temos conhecimento do ocorrido, o que muito justamente parece aos editorialistas inexplicável. Mas, Senhor Presidente, uma das vantagens deste nosso periódico comparecimento às casas do Congresso é colocar os fatos cronologicamente e nos seus lugares.

No dia em que dei a minha entrevista coletiva à imprensa, não tinha então eu, e não tinha o governo conhecimento ainda do texto; mas hoje, já o temos, já o possuímos, e eu o trago na sua síntese, no seu resumo, inclusive no seu texto definitivo, caso se torne necessário transmiti-lo ao Senado.

De forma que aquilo que naquele dia eu dizia, isto é, que não tendo conhecimento do texto, não podia manifestar-me sobre a matéria, referia-se às condições em que eu falava aos jornalistas. Mas é claro que dias depois recebia, pela via normal do Itamarati, este documento.

Naquela ocasião eu não poderia manifestar-me, pois a publicação era feita num diário da capital e não me cabia emitir julgamentos oficiais sobre publicações que não o eram.

Já hoje, tendo os textos chegado às minhas mãos, é em caráter plenamente responsável e oficial que transmito as informações ao Senado.

O documento assinado pelo Embaixador João Dantas e pelo Ministro do Comércio Exterior da República Democrática Alemã não é, de forma alguma, um tratado internacional; não é um convênio, não é um acordo, nem é documento que implique qualquer responsabilidade jurídica de uma ou de outra parte.

O Embaixador João Dantas, ao firmá-lo, não transpôs, não excedeu as instruções que levava.

O documento se intitula Protocolo de Conversações. É um simples registro de entendimentos privados, um simples registro de trocas de idéias vivas, formulado entre dois países, por duas autoridades, mas sem que tenha, de qualquer forma, sentido de ato internacional ou de compromisso jurídico.

Na primeira cláusula estabelece-se a concordância de que as relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha devem ser ampliadas.

Essas relações já existem, Senhor Presidente, mercê de um acordo de comércio e pagamento efetuado entre entidades financeiras oficiais do Brasil e da Alemanha Oriental, a chamada República Democrática Alemã. Esse acordo comercial entre o nosso país e aquela República nada tem de singular ou de peculiar, é um acordo semelhante a outro. Mostro ao Senado o próprio texto da informação que me veio do Itamarati – é um telegrama que não tive sequer tempo para mandar copiá-lo datilograficamente. Prova que há outros acordos: com a França, com a Noruega, com a Suécia, com a Grã-Bretanha, com a Turquia e com a República Federal da Alemanha.

Note bem o Senado que com a própria Alemanha Ocidental há um acordo do tipo do existente entre o Banco do Brasil e o Banco da República Democrática.

Conseqüentemente, a referência da primeira cláusula do documento é a ampliação das relações comerciais. Não se fala em estabelecimento de novo tipo de relações, condicionado a novo tipo de aproximação política ou jurídica. Fala-se em ampliação das relações existentes.

A cláusula segunda menciona o apoio dos signatários ao desenvolvimento dessas relações. É, portanto, simples ampliação da cláusula primeira.

A cláusula terceira diz respeito ao confronto entre as aspirações de um e de outro delegado, no tocante à ampliação dessas relações.

A cláusula quarta é uma declaração da conveniência de um acordo comercial que não foi firmado. Observa-se que seria conveniente, no futuro, a existência de um acordo comercial. Mas que acordo comercial? Está fixado? Está determinado? Está imposto o tipo desse acordo? Não. Está declarada apenas a conveniência de um acordo como o do tipo existente entre os países cujos nomes acabei de mencionar e a República Democrática da Alemanha.

A cláusula quinta fala expressamente em manutenção dos acordos vigentes, isto é, de acordos que já existem.

A cláusula sexta recomenda a conveniência de regulamentar a navegação entre portos brasileiros e os da Alemanha Oriental. A sétima diz respeito à possibilidade do armazenamento dos produtos nacionais em um porto livre da República Democrática Alemã.

Aí está o conteúdo, a substância.

Sobre esse documento o Senhor Presidente da República, em memorando ontem dirigido ao Ministro das Relações Exteriores, diz o seguinte:

> "O Brasil comerciará, promovendo entendimentos ou acordos econômicos, ou econômico-financeiros com todas as nações e com todos os povos, atendendo, somente, aos interesses superiores do seu progresso e da sua efetiva soberania. É óbvio que o fato não implica, necessariamente, o reconhecimento dessas nações."

Quer dizer, no estabelecimento de relações diplomáticas com esses governos.

E por que não implica, Senhor Presidente?

Não implica, não porque queiramos discriminar, por iniciativa própria, em relação a este ou àquele país, mas porque nós, filiados a determinado sistema, compondo um grupo político explicitamente configurado, o grupo das democracias ocidentais, nos filiamos às diretrizes internacionais adotadas por este grupo, no tocante à sua ação diplomática comum. Então, nos filiamos à chamada doutrina Hallstein – do nome do antigo Ministro das Relações Exteriores da Alemanha –, que manifesta ponto de vista dominante na República Federal Alemã, com referência ao reconhecimento e ao estabelecimento de relações diplomáticas com o governo da Alemanha Oriental.

Como isto envolve problemas que superam diretamente os nossos interesses; como isto envolve situações às quais não nos sentimos ligados; como isto envolve dificuldades de que, mercê de Deus, não participamos, então a nossa posição é muito fácil – é a posição de acompanhar o grupo de nações democráticas ocidentais com as quais estamos de acordo, às quais nos dirigimos, e com cuja orientação concordamos. E então o Senhor Presidente da República, não apenas no memorando que me foi dirigido expressamente, em apoio a declarações que formulo neste momento, mas, desde a sua mensagem inaugural ao Congresso Brasileiro, teve a oportunidade de declarar que a nossa posição não tinha nenhuma sombra de dúvida, porque reconhecíamos como governo da Alemanha o governo de Bonn.

Perguntar-se-á – estou certo de que esta pergunta virá: qual o motivo do afastamento do Embaixador Vasco Leitão da Cunha?

Ainda não tive oportunidade de, pessoalmente, encontrar-me com este querido companheiro e velho amigo; mas minha impressão – eu a dou ao Senado, com a singela franqueza, para usar do sentido inglês da palavra, com a ingênua franqueza de que sou capaz – é a de que o Embaixador Leitão da Cunha, velho e experiente diplomata, íntegro seguidor de uma linha de tradição política do nosso Ministério das Relações Exteriores, preocupou-se com informações precipitadas surgidas na imprensa nacional e internacional, com referência a este papel, cujo conteúdo é precisamente o que acabo de transmitir ao Senado. Tendo em consideração a existência, na sua última fase, das negociações empreendidas na

Alemanha Ocidental pelo Embaixador Roberto Campos, negociações de grande importância para nós, porque a Alemanha Ocidental integrou-se no sistema de países europeus com o qual, sem qualquer quebra da nossa dignidade política, da nossa soberania e plena liberdade de ação, estabelecemos novas formas de pagamento e novas linhas de crédito, ficou talvez preocupado – repito – com a concomitância dessas negociações e do noticiário, e resolveu, à minha revelia, mas sob sua responsabilidade, tomar uma posição em que jogava o seu posto, para fazer uma declaração que não comprometesse as negociações do Embaixador Roberto Campos, na Alemanha Ocidental.

Esta, a explicação que dou para o gesto daquele nobre companheiro.

Como vê o Senado, eu seria incapaz de subterfúgios, de dubiedades ou falsidades. Consideraria impatriótico e mesmo agitação estéril tentar tirar daí ilações ou conseqüências que, de qualquer maneira, viessem a colocar em risco ou em choque ou em situação de fragilidade – não direi a posição do Itamarati, mas a do nosso país, que reafirmamos é sempre a mesma, de independência, de sobranceria e de conformidade com os nossos compromissos. Negociaremos com quem quisermos, restabeleceremos relações comerciais com todos os países do mundo, mas o faremos com independência e sempre com a preocupação de não fugir aos nossos compromissos internacionais, e entre estes o eminente Senhor Presidente da República, desde a sua mensagem inaugural, declarou a sua fidelidade aos princípios que consideram o governo de Bonn como a sede do governo alemão.

Senhores Senadores, com essas explicações, com esse roteiro fastidioso, mas necessário, quis trazer ao Senado, de envolta com os meus agradecimentos muito profundos e muito sinceros pela generosa hospitalidade que hoje me concedeu, a informação completa, exaustiva, sobre os aspectos que me pareceram mais relevantes da atualidade internacional, como vista pelo nosso governo.

Senhor Presidente, ao agradecer a Vossa Excelência a nobreza de suas palavras e o alto nível do seu acolhimento, transmito o meu reconhecimento a meus ilustres colegas e aqui me declaro reiteradamente disposto a comparecer a esta tribuna toda vez que necessário for e a cada momento, com o maior prazer e o maior desvanecimento. *(Muito bem! Palmas! O Senhor Ministro é cumprimentado.)*

Discurso na Câmara dos Deputados

28-7-1961

O SR. MINISTRO AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é sempre com grande sentimento de honra e com grande satisfação pessoal que freqüento esta altíssima tribuna nacional.

Acorro à convocação da casa, formulada em seguimento à requisição apresentada pelo nobre Deputado Cid Carvalho, que determina uma exposição do Ministro de Estado das Relações Exteriores, esclarecendo as diretrizes gerais de nossa política externa.

Devo justificar, de início, a solicitação que tive a honra de formular perante este plenário no sentido de que me fosse permitido comparecer à Câmara dos Deputados após a realização das duas conferências que sucessivamente devem ter lugar na capital da República do Uruguai – a Conferência da Associação Latino-Americana de Livre Comércio e a Conferência do Conselho Econômico e Social da Organização dos Estados Americanos. Visava aquela minha sugestão o propósito de poder comparecer perante V. Ex^as^ munido ou provido de elementos mais recentes e mais concretos, no tocante às tratativas internacionais, tendentes à organização do planejamento econômico e social do continente.

Entendeu, no entanto, o plenário, no seu alto discernimento, que melhor seria que o Ministro aqui comparecesse a fim de, antecipadamente, submeter a V. Ex^as^ as diretrizes que nos levam àquelas reuniões, bem como outros pontos cujo esclarecimento interessa de certo ao Poder Legislativo.

E seguidamente a essa determinação considero que se torna talvez mais lógico que eu inicie a minha exposição tratando precisamente daqueles setores da nossa política externa, que mais diretamente se relacionam com os problemas econômicos, financeiros e sociais.

Na verdade, Sr. Presidente, e esta é uma observação de passagem, que formulo apoiado pela experiência da gestão de alguns meses do Ministério das Relações Exteriores, o que ocorre no seio do Poder Legislativo, tanto nas comissões como no plenário, no tocante à concentração ou à prioridade das atenções dos homens públicos, no que concerne aos temas da administração nacional, também se verifica no aparelho destinado a gerir e a coordenar as providências relacionadas com a política externa.

Também hoje se pode observar no Itamarati uma marcha paralela e harmônica com aquilo que vemos no seio do Poder Legislativo, ou seja uma atenção quase que eu poderia dizer prioritária, para os assuntos de natureza econômica, seguramente, porque estamos em uma fase da vida dos povos na qual toda a superestrutura política, todo o sistema de relações sociais, toda a delicada maquinaria institucional está mais do que nunca, seguramente mais do que nunca, presa e condicionada à organização econômica dos povos.

É portanto natural que principie minha exposição numa rápida análise dos fatos e das intenções relativas às recentes missões que, por meio do Itamarati, o governo Federal enviou e está enviando para o cuidado dos assuntos de natureza econômica.

A conferência de Montevidéu, do CIES – Conselho Interamericano Econômico e Social – foi cuidadosamente preparada, como sabe a Câmara, na base mais recente do conhecido discurso do Presidente dos Estados Unidos, pronunciado a 13 de março do corrente ano, no qual aquele jovem estadista e líder mundial concatena e

exprime com singular energia e brilhante síntese as novas posições do seu povo e do seu governo com referência ao problema do desenvolvimento econômico da América Latina, ou seja, dos países subdesenvolvidos do novo mundo.

No planejamento dessa reunião participamos nós, brasileiros, com a presença de técnicos de renome no nosso país e fora dele, que cooperaram na preparação da agenda e dos documentos básicos da conferência de Montevidéu. Na parte referente ao desenvolvimento econômico dos outros países da América Latina, tivemos a colaboração do Dr. Cleanto Paiva Leite, Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e também Diretor do Banco Interamericano. Na parte relativa aos problemas da integração econômica continental enviamos como técnico o Sr. Gerson Augusto da Silva, conhecida autoridade em matéria de direito fiscal, autor de trabalhos da maior significação nesse terreno dos estudos jurídicos e financeiros, e que foi também elemento de valia em toda a coordenação das providências de que surgiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Finalmente, a parte destinada a fixar os critérios normativos para a estabilização dos preços dos produtos de base, assunto de insubstituível interesse e importância para o nosso país, como sabem todos aqueles que detiveram postos de responsabilidade na nossa administração financeira – e aqui vejo, por exemplo, o Sr. José Maria Alkmin, ex-Ministro da Fazenda.

O Sr. José Alkmin – Grato a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – O Sr. Ministro teve como representante o economista e professor Rômulo de Almeida, que tomou parte por indicação do Itamarati, nas reuniões realizadas sob a égide da Organização dos Estados Americanos.

Desde logo, Sr. Presidente, desejo, de passagem, chamar a atenção da casa para a posição perfeitamente apolítica, não direi eclética, porque talvez o adjetivo não se insira com felicidade com aquilo que desejo salientar, mas seguramente imparcial, com que o governo escolheu como seus representantes em funções desta delicadeza e significação três ilustres especialistas brasileiros que exercitaram funções similares no decorrer do período presidencial anterior. Tanto o Sr. Cleanto de Paiva Leite, quanto o Sr. Gerson Augusto da Silva, quanto o Sr. Rômulo de Almeida, tiveram incumbências igualmente significativas no decorrer do qüinqüênio que precedeu ao atual mandato do Presidente Jânio Quadros.

Temos em mãos, e aqui posso oferecer um exemplar aos arquivos da Câmara dos Deputados, o esboço ou o anteprojeto do documento básico que deve emanar das conclusões da conferência de Montevidéu.

Tenho e conservo para uma análise o texto original em inglês e passo à consideração da casa a tradução oficial, feita pelo Ministério das Relações Exteriores. Não vou aprofundar-me no exame deste documento. Apenas desejo salientar inicialmente que ele é feito com a colaboração de várias autoridades nos diferentes países, inclusive aqueles brasileiros que acabo de enunciar. O que pretende neste momento o Itamarati está em estudos, a fim de que possa acrescer ao texto originário alguns

capítulos, pelo menos dois especiais, que digam respeito àquelas necessidades por nós consideradas mais próximas e mais prementes, entre elas precisamente a relativa à estabilização dos preços dos produtos de base.

Mas, Sr. Presidente, numa análise extremamente perfunctória, direi mesmo superficial, deste texto, gostaria de salientar em primeiro lugar, a sua importância abrangente e profunda, visto que ele pretende identificar as razões essenciais da crise econômica e social da América Latina, pretende sugerir, em globo, aquelas providências e aqueles estudos que se tornem necessários para eliminar essas causas e atender àquela situação geral de carência.

É curioso observarmos, em primeiro lugar, conforme tenho reiteradas vezes declarado, que este documento corresponde, de certa maneira, a uma espécie de desenvolvimento progressivo e ampliado da Ata de Bogotá. A injustiça que muitas vezes tem procurado tornar, parcialmente despiciendas as declarações que formulei a respeito das ligações entre a atual política pan-americana do governo e aquela que foi iniciada no decorrer do qüinqüênio anterior, por meio do movimento chamado Operação Pan-Americana, essa injustiça particularmente se apresenta quando da análise das reiteradas manifestações que tenho produzido. Ainda hoje insisto neste ponto, em declarar que o documento que temos em mãos é o prosseguimento ampliado e aprofundado daquelas observações e daquelas sugestões anteriormente contidas na Ata de Bogotá, da mesma maneira que o programa intitulado Aliança para o Progresso, proclamado no discurso de 13 de março do Presidente Kennedy, é a evolução histórica, ampliada naturalmente e modificada de acordo com novas conjunturas internacionais, daquele movimento que teve início no nosso país, sob o nome de Operação Pan-Americana, no decurso do governo do Sr. Juscelino Kubitschek.

As diretrizes gerais contidas no documento de Montevidéu se referem à diversificação da economia, ao implemento da produção rural, ao estímulo à educação primária, especializada e técnica, à defesa da saúde pública, ao estabelecimento dos serviços higiênicos essenciais, urbanos e rurais, à construção de casas populares, aos estudos para uma melhor distribuição das rendas nacionais, à análise da valorização dos recursos internos e, enfim, às providências relativas à estabilidade dos preços básicos.

Passado este capítulo das normas gerais, entramos nas sugestões a respeito dos planos nacionais para desenvolvimento econômico e social. Então, encontramos os itens referentes ao planejamento de metas governativas nacionais, à seleção das prioridades para o encaminhamento e a execução destas metas, à preparação dos planos específicos que venham-se inserir nos programas gerais de desenvolvimento, porque, como bem sabe a casa, há uma diferença substancial entre programa e plano, sendo, é claro, o programa uma aspiração norteadora global, enquanto que o plano é aquele processo parcial de execução de um programa. Então, aqui se trata precisamente do planejamento para a execução daquele programa considerado na parte mais geral da carta de Montevidéu.

Temos, em seguida, o item referente à cooperação privada de cada nação, para atender, acompanhar e complementar os financiamentos e os auxílios públicos na-

cionais e internacionais. Temos o capítulo referente à avaliação dos recursos, o capítulo que diz respeito ao cálculo dos custos e, finalmente, os itens concernentes à política fiscal que seja a mais adequada para a realização desses planos e, também, à repercussão deste programa e desses planos na estrutura estática de natureza econômica e política dos estados considerados.

Em seguida, deve entrar a conferência na apreciação dos princípios que devem guiar a atuação dos governos na medida em que tenham chegado a um acordo sobre esses temas gerais. Então partimos do princípio chamado de auto-ajuda, isto é, o esforço individual de cada nação para completar, com seus próprios recursos materiais e técnicos, o auxílio internacional dos países e das agências que venham a receber.

Em seguida, deparamos com os artigos referentes à reforma agrária e é para mim extremamente satisfatório mencionar este ponto diante da Câmara dos Deputados, no momento em que esta casa do povo, esta casa do Congresso Nacional está interessada no andamento dos trabalhos da Comissão Especial constituída para o exame desta transcendente matéria da nossa vida, não apenas econômica e humana.

Devo dizer a V. Ex^as^ que há dias mantive ligeiro entendimento com o nobre Deputado José Joffily, autor de um dos substitutivos ou de uma das versões apresentadas à Comissão para o nosso plano de reforma agrária, e pude considerar em quantos pontos estamos de acordo, tendo eu a satisfação de lembrar a S. Exª uma das épocas mais caras das minhas recordações de Deputado, quando fui relator de uma comissão similar que aqui se estabeleceu e dediquei o mais sofrido dos meus apoucados esforços à preparação do parecer e de um anteprojeto que ofereci à consideração de meus pares.

Mas, Sr. Presidente, não é apenas a feliz coincidência do disposto na futura carta de Montevidéu com os propósitos apresentados e programados pela Câmara brasileira que desejo mencionar: é também a plena concordância dos dois movimentos com uma das partes mais importantes do extraordinário documento papal, a Encíclica *Mater et magistra,* que foi há poucos dias expedida pelo Santo Papa reinante. É curioso observarmos como em tantos setores – na voz da Igreja, como na providência dos diplomatas, reunidos em uma capital latino-americana, como na cogitação dos representantes do povo brasileiro – esta matéria da reforma agrária, esta matéria da transformação não apenas dos nossos sistemas de exploração das atividades rurais, mas também dos sistemas jurídicos de domínio e de propriedade do solo, acaba de se apresentar em tão homogênea significação.

Adiante, referindo-se à produção rural, trata a ata de Montevidéu da questão do crédito.

Finalmente, entramos na análise da prioridade da destinação dos recursos econômicos, repartindo-os entre a agricultura, a indústria e os serviços básicos.

Em seguida, a exposição dos chamados planos de emergência que venham atender àquelas situações mais instantes dos diferentes países e que sirvam, ao mesmo tempo, como uma espécie de mostruário, em um espelho de aumento, das necessidades básicas dos diferentes estados, dos diferentes povos da América Latina.

Neste particular, o trabalho realizado pela Comissão Especial que se reuniu no Itamarati é digno dos encômios e da gratidão dos Srs. Deputados, porque foi feito um arrolamento, com a assistência de vários representantes de governos estaduais, dos planos, dos estudos, das tentativas, das necessidades, dos anseios, das esperanças de quase toda a população nacional, no tocante ao planejamento para o seu respectivo desenvolvimento, e, também, do planejamento para a elevação do seu nível de vida e para o implemento das condições sociais de todos brasileiros.

Esse arrolamento foi feito e vai servir de base aos estudos do plano de emergência, que, como sabem os Senhores Deputados, está sendo objeto de trabalho na assessoria presidencial, juntamente com os estudos referentes ao plano de mais larga envergadura, que se deva distribuir por vários anos de execução.

Temos, depois, Srs. Deputados, o capítulo referente ao financiamento público e particular, ao financiamento nacional e externo, ainda aqui baseado em certos pressupostos da Ata de Bogotá. Mas no item dois, capítulo 5 – e chamo para ele, particularmente, a atenção dos Srs. Deputados, visto que vou solicitar à Mesa a bondade de publicar o documento que acabo de passar ao nobre Sr. Presidente desta casa, como peça acessória deste discurso – se estabelece, de acordo com o governo americano, a declaração formal dos Estados Unidos, no sentido de aceitar as responsabilidades do auxílio internacional para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e também se estabelece o princípio que nós, no Brasil, já estamos em via de aplicar, ou seja, o de que os países relativamente desenvolvidos devem, por sua vez, fornecer os elementos de assistência e de auxílio a países que se encontrem em estágio ainda menos acentuado de desenvolvimento.

Dizia que nós, no Brasil, já estamos participando desta convicção e desta diretriz, antes mesmo da assinatura da Ata de Montevidéu, pela nossa política de longo alcance, tenazmente conduzida com relação às repúblicas irmãs do continente, tais como, para só citar duas, o Paraguai e a Bolívia.

O segundo tópico econômico desta exposição diz respeito à Associação Latino-Americana de Livre Comércio, cuja conferência se iniciou no dia 24 em Montevidéu. A delegação está chefiada por um dos mais jovens embaixadores do Itamarati, o Sr. Antônio Corrêia do Lago, que tem longa experiência dessa matéria, visto que participou, inclusive, dos estudos preparatórios para o estabelecimento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Está ainda a delegação integrada por técnicos da maior nomeada, representantes de várias agências federais, estaduais e paraestatais, de natureza financeira e econômica, e também abrilhantada por observadores do Congresso brasileiro.

O objetivo principal dessa Conferência é o estabelecimento de um zoneamento de integração econômica.

Assim como fiz com a matéria da reunião do Cies, trouxe uma documentação concernente à Conferência da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Não fadigarei a atenção da casa com a leitura pormenorizada destes dados, mas eles

ficam à disposição dos Srs. Deputados e poderão ser utilizados depois do meu discurso, caso seja este tópico objeto de alguma interpelação específica.

De qualquer forma direi que o primeiro período de sessões da conferência se destinará a partir de 24 de julho, a estudar a integração e a instalação dos órgãos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, bem como regulamentar o seu funcionamento, estabelecer, em protocolos, em resoluções, em regulamentos sobre diversas cláusulas fundamentais do Tratado – esse Tratado de Montevidéu que organizou inicialmente a instituição – regras de negociações, de acordos e complementação, critérios para classificação de origens de mercadorias, tráfego fronteiriço, tratamento especial a países de menor desenvolvimento econômico, salvaguarda para produtos agropecuários, etc.

Como sabe a Câmara, a razão originária dessa integração econômica é a mesma que determinou a formação de entidades similares no velho mundo, desde o chamado Clube de Haia até o Mercado Comum, ou a outra entidade chefiada pela Inglaterra e que, provavelmente, vai-se fundir na organização do Mercado Comum.

É exatamente a expansão da produtividade, o crescimento demográfico, a acentuação do intercâmbio, a multiplicação dos transportes, que vão tornando obsoletas aquelas barreiras alfandegárias, que, ao invés de estimularem o crescimento por meio do protecionismo, muitas vezes não fazem mais que paralisar, ou entorpecer o desenvolvimento, por intermédio de uma espécie de gangrena, pela ausência de circulação econômica. No nosso continente essa situação era especialmente sensível, porque a América Latina atingiu a sua independência política muito antes, mais de um século antes de tentar, de ensaiar a sua independência econômica, de combater, de porfiar por ela.

Se observarmos um mapa de geografia humana, de geografia econômica e até mesmo sociológica do nosso continente, verificaremos a situação profundamente constrangedora de um mundo voltado para o mar e tendo os países de costas voltadas uns para os outros, no interior do continente. Por que assim se dava? Porque, como é sabido, Sr. Presidente, a América Latina formou-se na escola e na época em que os nossos países constituíam mercado de matérias-primas para a indústria dos países desenvolvidos e, também, mercado de capitais para os excessos de capitalização das zonas economicamente superiores. E então, todas as saídas eram para o mar, todos os acessos eram para o exterior. Os nossos países se conformavam na área marítima, de costas voltadas uns para os outros, ao jeito daquela graciosa frase de Frei Vicente do Salvador, o primeiro, ou, pelo menos, o segundo — para contentar os baianos – historiador do Brasil, aquela que diz que vivíamos nas praias, arranhando a areia como caranguejos.

Na verdade, este continente se formou na orla, na fímbria marítima, voltado para o mar. Este esforço de integração é, também, um esforço de concentração, é um esforço de homogeneização política e econômica, e um esforço de intercâmbio interno, é uma espécie de volta para o continente, para dentro de si mesmo. E temos a satisfação de observar que não é apenas na zona do Rio da Prata que se estabelece

essa integração econômica, visto que ela já atingiu os povos andinos e subandinos, estendendo-se, inclusive, a alguns dos países da região do Pacífico.

Portanto, a importância desta conferência, à qual o Itamarati está atribuindo o melhor dos seus esforços, não pode ser negada e nem diminuída. Entre os países participantes, estão o Brasil, a Argentina, o Chile, o México, o Paraguai, o Peru e o Uruguai. Há observadores de outros estados da América Latina e de entidades e agências financeiras internacionais.

Tendo feito essa rápida exposição sobre as duas primeiras conferências econômicas, passarei a expor à Câmara dos Deputados, sempre no sentido do requerimento de convocação e, portanto, incluindo as diretrizes mais gerais da nossa política externa, o resultado de outras missões que também se colocam no plano das pesquisas e dos trabalhos econômicos e financeiros. Saliento à casa que, para não diminuir o tempo, ou não comprometer demasiado o tempo limitado de que disponho, e também pela circunstância de já ter sido a matéria exposta pormenorizadamente por titulares, em demorados depoimentos nas comissões da casa, essa parte da minha exposição será extremamente sucinta, ficando, entretanto, eu com os documentos de que disponho, à disposição dos Srs. Deputados, caso queiram inquirir-me sobre certos pormenores. A primeira missão é a de Roberto Campos, que visava acordos de consolidação de dívidas com a França, Alemanha, Itália, Inglaterra e Holanda.

Estes trabalhos foram realizados quer especialmente na sede dos governos dos países mencionados, quer mais tarde, em encontro com os representantes desses países, que teve lugar na capital francesa.

Os resultados, de maneira muito sucinta, são os seguintes: houve uma poupança de divisas da ordem de 190 milhões de dólares no tocante às prestações de débitos que deveriam vencer-se entre 1961 e 1965. Verificou-se um montante de créditos, de amortizações, de financiamentos de exportações a prazo médio para este mesmo período. Há poucos dias foi assinado acordo no Itamarati com a Inglaterra, pelo Embaixador do Reino Unido e o Sr. Ministro da Fazenda.

Está em pleno andamento e em vésperas de conclusão um acordo com a Alemanha. No que toca à França, existe ainda a necessidade de aprovação do crédito legislativo, no valor de 94 milhões de dólares, a fim de que sejam executados, satisfatoriamente os acordos.

A missão Leão de Moura – e precisamente hoje o Ministro Leão de Moura encontra-se na Câmara dos Deputados, chamado pela Comissão de Relações Exteriores, prestando depoimento referente aos resultados da sua missão na União Soviética – teve por objetivo estabelecer uma análise do nosso intercâmbio com a União Soviética; uma ampliação do crédito técnico anteriormente existente em virtude dos acordos bilaterais de comércio e pagamentos que foram assinados em 1958 ou 1959 – se não estou enganado, às bases de negociações para importação de bens e equipamentos: o estabelecimento de delegações comerciais permanentes dos dois países e finalmente, a fixação de certos limites na estrutura das trocas de mercadorias.

Constam, especificamente, do Acordo um total de 20 mil toneladas de café, no valor de cerca de 13 milhões, pouco menos de 14 milhões de dólares, um acordo de fornecimento de 200 mil toneladas de trigo, que já tive oportunidade de negociar e cujas bases estabeleci; um acordo para a importação de 300 mil toneladas de óleo cru e de 310 mil toneladas de óleo diesel.

A finalidade do incremento destas trocas comerciais é, conforme tive oportunidade de declarar na ocasião do meu depoimento à Comissão de Relações Exteriores, procurar em mercados não tradicionais, saídas para os pontos de estrangulamento do nosso desenvolvimento.

Temos que vencer a etapa dos mercados tradicionais, cuja saturação, na absorção dos nossos produtos, é evidente e só pode acrescer a compra deles mediante um decréscimo em seus preços e, conseqüentemente, um declínio de entrada de divisas. Só poderemos substituir essa solução por uma outra, qual seja, a de procurar a ampliação e a conquista de novos mercados, a fim de que possamos, por meio seja do pagamento em moedas de curso internacional, seja de troca com mercadorias de que carecemos para o nosso desenvolvimento, como maquinaria, combustível e produtos alimentares, vencer aquilo que os economistas chamam exatamente os pontos de estrangulamento da nossa economia.

O acordo preliminar, como disse, já tinha sido feito no governo anterior. A missão Leão Moura visou estabelecê-lo em bases mais amplas e diversificar um pouco o regime das trocas. A missão Dantas teve um duplo propósito: em primeiro lugar, um propósito político-diplomático, ou seja, de inaugurar, de confirmar oficialmente o estabelecimento ou o restabelecimento de relações diplomáticas a que havíamos procedido anteriormente, por troca de notas em Washington, e por troca de notas em Roma no que toca a um dos países balcânicos, ou seja, a Albânia. Essa parte política versou portanto a troca de visitas e a fixação de padrão de representação com a Romênia, a Hungria, a Bulgária e a Albânia.

Creio que está presente na casa o nobre Deputado Ferro Costa que compareceu a essa missão como representante, como observador do Congresso. E, se não me engano, S. Exª pouco depois do seu regresso à nossa pátria teve aqui oportunidade de fazer uma larga exposição sobre os objetivos e os êxitos alcançados por essa missão. Igualmente o Embaixador compareceu há poucos dias em uma das comissões técnicas da Câmara, ali procedendo a um relato das conversações havidas e dos resultados obtidos. Não tenho portanto por que insistir na exposição de matéria que já é familiar a V. Exªs e que foi aqui pormenorizadamente produzida por alguém que está muito mais capacitado para fazê-lo do que eu próprio, o Sr. Deputado Ferro Costa. Desejaria, entretanto, salientar que o Itamarati constituiu, por instruções do Presidente Jânio Quadros, um grupo de trabalho que no momento se encontra em estudos para proceder a uma condensação, a uma cristalização numérica de cifras e de resultados apurados sobre o material trazido por essa missão. A matéria, permito-me dizer, é um pouco mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Lembro-me aqui de uma lição que colhi na leitura de um grande economista italiano que fazia

uma observação a meu ver extraordinariamente pertinente sobre a complexidade dos problemas econômicos da administração democrática. Na verdade, o Estado por ser democrático não deixa de ser intervencionista. Não há hoje quem discuta o caráter intervencionista do Estado moderno. De resto, para poder aqui me apresentar, defendido pela autoridade que prefiro contra a derradeira resistência do liberalismo econômico, faço de novo apelo à Encíclica *Mater et Magistra.* Lá encontrarão os Srs. Deputados a definição, a declaração nítida e firme, do intervencionismo estatal, como condição necessária ao desenvolvimento espiritual e material dos povos modernos. *(Palmas.)*

Na verdade, Senhores Deputados, o Estado democrático superou a fase liberal. Não é chocante, nem repulsivo, fazermos do Estado democrático uma entidade vigorosamente intervencionista, porque o que caracteriza a democracia não é uma atitude teórica, nem um atitude pragmática, em face da utilização dos recursos econômicos e da distribuição da riqueza social. O que faz a posição democrática é a atitude do homem em face da liberdade humana dentro do Estado. *(Muito bem!)*

Desde que o Estado tenha o seu governo livremente recrutado pelo exercício do sufrágio popular livre; desde que o governo tenha os mandamentos governativos determinados por prazos fixos que sejam improrrogáveis aos arbítrios dos governantes e desde que exista, no seio do Estado, capacidade de formação das minorias, isto é, da oposição e da crítica ao governo, esse Estado será democrático, embora seja intervencionista no sentido econômico e social. *(Palmas.)* Isto não é declaração do humilde orador, embora seja uma de suas velhas e arraigadas convicções. Isto, sem os pormenores, respeitada a linha geral do pensamento que acabo de enumerar, é o conteúdo da encíclica papal.

Mas, dizia eu que o recrutamento dos resultados da missão Dantas – e esta declaração desejo fazer à Câmara na qualidade de Ministro das Relações Exteriores, responsável direto pelo andamento dos trabalhos do grupo organizado – encontrou aquelas dificuldades que são inerentes à ampliação da ação econômica e social do Estado democrático. E aqui volto àquela observação a que me reportava há pouco, colhida nas páginas do grande economista italiano, que também foi o primeiro Presidente da República depois da segunda guerra mundial. Dizia ele que o Estado, ao ampliar suas atribuições, incorpora ao seu sistema não apenas a jurisdição e o território das atividades particulares, mas também incorpora os seus conflitos. E é isto exatamente que deve ser observado no tocante à alegação que estou aqui formulando.

São esses conflitos – que, no campo da iniciativa privada, se resolvem por meio da competição ou de outros processos de acomodação econômica – que, quando se incorporam à jurisdição e ao território do poder do Estado, determinam um choque entre as autoridades representativas dos diversos setores de atividade econômica. Então, é natural que existam as oposições, as divergências: é o poder de governo, é o poder de arbitragem, é o poder de decisão, é o poder de conhecimento e aquilatação dos diferentes fatores, a fim de que possa tirar a linha que mais corres-

ponda aos interesses gerais. Não se deve, por conseguinte, estranhar, mas até reconhecer como normal que, à medida que o Estado incorpora maior soma de atividades econômicas, estará incorporando maior soma de conflitos entre estas atividades, que o governo terá de decidir por arbitramento e por resolução da sua competência. Portanto, existem certas divergências entre os componentes deste grupo, na medida em que eles representam interesses legítimos, porém contraditórios, incorporados ao território de decisão do Estado.

Temos, finalmente, uma ligeira referência à missão Moreira Sales. Ela está mais dependente do Ministério da Fazenda do que do Ministério do Exterior.

Decorreu mais de negociações encaminhadas por autoridades fazendárias e coroadas pela presença de meu eminente colega e correligionário, o Senhor Ministro Clemente Mariani, do que propriamente de atividades do Itamarati. Mas, de qualquer forma, não desejo furtar-me a algumas ligeiras referências aos resultados dessa missão.

Ela visou regularizar débitos atrasados, assegurar as importações essenciais ao desenvolvimento e conseguir melhor distribuição para liquidação das dívidas existentes. Ela se desenvolveu em três setores principais: junto ao governo dos Estados Unidos, junto às autoridades do Fundo Monetário Internacional e junto aos setores privados com que tínhamos relações de importação e exportação.

Os assuntos já foram expostos na casa pelo Ministro Clemente Mariani, creio que no plenário, se não estou enganado, e pelo Embaixador Moreira Sales. Em resumo, conseguimos novos prazos para pagamentos de 338 milhões de dólares; novos créditos, dinheiro novo, como se diz no jargão financeiro, para 160 milhões de dólares; créditos de estabilização para 70 milhões de dólares; programa de desenvolvimento, decorrente da aprovação daquele auxílio de 600 milhões de dólares votado pela lei especial aprovada pelo Congresso americano, cerca de 100 milhões de dólares. E, finalmente, do Fundo Monetário, novos prazos, 140 milhões de dólares e créditos *stand by,* 160 milhões de dólares.

Aí têm os Senhores Deputados, por um expositor que é o primeiro a reconhecer suas deficiências neste terreno ingrato inçado de dificuldades e de imprevistos que são os debates econômicos e financeiros – aí têm, por dever da minha obrigação, algumas informações sobre esses setores.

Passarei a prestar, sempre nos termos do requerimento do nobre Deputado Cid Carvalho, mais algumas informações, desta vez sobre assuntos de natureza política geral.

A situação internacional em todos os países apresenta-se delicada, conturbada, direi mesmo ameaçadora pela crise que atualmente se desenvolve em virtude do problema de Berlim.

Como sabem os Senhores Deputados, o problema de Berlim não é o problema de uma cidade, não é mesmo o problema de um país. Infelizmente não é mais o problema de um continente. É hoje o ponto focal em que se acentuam as divergências de dois mundos, de dois gigantescos blocos de nações.

A posição do governo brasileiro, é neste particular, perfeitamente clara e definida. Já na primeira mensagem enviada ao Congresso Nacional, por ocasião de sua investidura, o nobre Presidente Jânio Quadros manifestou a sua posição de firme adesão aos compromissos que nos prendem à situação do fim da guerra, que nós consideramos inalterável. O Brasil se insere entre as potências que consideram inalterável, no sentido de inalterabilidade obrigatória emanada de ato bilateral, a posição de Berlim. Somos partidários da tese, segundo a qual a ocupação da capital alemã e a situação da Alemanha Ocidental não decorrem da posição individual da União Soviética. Foi a conseqüência do rendimento incondicional das forças nazis. Foi a conseqüência do estabelecimento combinado harmonicamente das tropas aliadas nas diferentes zonas da capital. A tese segundo a qual deve-se encarar a neutralização das duas Alemanhas mediante tratados de paz com elas realizados e posteriormente à unificação, por meio da livre determinação dos seus habitantes, não é tese suscetível de discussão jurídica, não se baseia em nenhum ato, em nenhuma competência, em nenhum direito. Em primeiro lugar, a neutralização da Alemanha Ocidental representaria a sua retirada da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, representaria a sua expulsão do sistema defensivo ocidental e, conseqüentemente, a entrega da Europa aos caprichos imprevisíveis do governo soviético. Nestas condições, nossa posição, se bem que inteiramente alheios aos acontecimentos, é a de quem respeita os compromissos firmados em seguimento à paz ou à vitória de 1945 e às declarações reiteradas nesse sentido, de que muitas vezes têm participado inclusive os atuais governantes da União Soviética.

Isto não quer dizer, entretanto, que não defendamos e não mantenhamos, no livre exercício da nossa soberania e da nossa independência internacional, o nosso direito de livremente estabelecer relações comerciais – não políticas, não diplomáticas – relações de trocas comerciais com a Alemanha dita Oriental, com a chamada República Democrática Alemã. E isto não quer dizer, também, que não façamos daqui, em nome do governo brasileiro, o mais vigoroso, o mais patético apelo às naçõ-es líderes do mundo, no sentido de chamar a atenção das responsabilidades dos seus governantes, para que nenhuma solução satisfatória possa advir do desencadear de novo conflito internacional.

Nossa posição é, antes de tudo, a da defesa da paz. A nossa posição é por conseqüência, a de aceitar, a de preconizar, a de compreender e até a de recomendar os entendimentos e as negociações que, sem prejuízo das posições de solidariedade e de firmeza das democracias ocidentais possam propiciar uma solução que evite a mais terrível das catástrofes, o mais injusto, o mais tremendo dos desastres, que vai nos atingir tanto como aqueles países que forem responsáveis pelo seu deflagar, porque não poderemos declarar a guerra, mas podemos sofrer, tanto quanto qualquer outro, seus resultados. *(Palmas.)*

Então, marchando nesta linha, daqui, como membro do governo brasileiro, tenho a honra de endereçar a todos os responsáveis pelas negociações que estão em curso e que devem ainda se desenvolver, o apelo dramático dos nossos países pacíficos, dos nossos países desarmados, dos nossos países que só visam uma linha de se-

gurança, de bem-estar e de progresso para seus filhos, a fim de que evitem ao mundo um novo banho de terror e um novo banho de sangue. *(Muito bem!)*

Senhor Presidente, problema, que também interessa à autoridade dos Senhores Deputados, muito justamente, é o do reatamento de nossas relações com a União Soviética. O ilustre Presidente Jânio Quadros, no decurso de seu último encontro com os representantes da imprensa nacional e internacional, deu a conhecer memorando, de que já me tinha feito parte desde há algumas semanas, no qual recomenda ao Itamarati as providências necessárias ao reatamento de nossas relações com a União Soviética.

Devo lembrar à Câmara, Senhor Presidente, e devo lembrar sobretudo a certos setores menos esclarecidos e mais inquietos da opinião pública, que essa posição não é arbitrária nem sem precedentes. Ela corresponde a uma linha de orientação repetidamente declarada pelo Presidente no decurso de sua campanha eleitoral. Se existe o pressuposto, se existe o reconhecimento implícito de uma delegação nacional no sentido do seguimento de uma conduta externa, então temos de reconhecer que a grande maioria de sufrágios que trouxe ao poder o candidato no qual votou o meu partido, essa declaração, essa autoridade política envolvia necessariamente os seus compromissos de no momento que se tornasse oportuno, estabelecer relações com todos os povos do mundo atendendo exclusivamente aos interesses da paz e do nosso país. *(Palmas.)*

No meu discurso de posse, Senhor Presidente, no dia 1º de fevereiro do corrente ano, no Ministério do Exterior, em Brasília, esta afirmação foi explicitamente feita, com todas as palavras de cada período e com todas as letras de cada palavra. É, portanto, profundamente injusto que se nos venha increpar, como uma espécie de armadilha ou cilada, uma atitude que, longe de ter sido escondida ou dissimulada, não foi senão proclamada e definida. Várias são as razões que nos induzem à defesa desta posição. As razões de interesse econômico e comercial foram aqui manifestadas e expressas quando tratei das missões econômicas que, ultimamente, têm visitado o leste europeu e a União Soviética. As razões políticas e históricas se situam naquela simples expressão de coexistência pacífica. Ninguém, hoje, pode obscurecer a ofuscante realidade da situação de impasse em que se encontram as forças militares dos dois blocos mundiais. Passado é o tempo, Senhor Presidente, em que a política internacional se baseava em certas pseudo-aquisições de geopolítica, em que os escritores como Clausewitz eram, ao mesmo tempo, mentores dos estadistas radicais da esquerda e dos representantes mais radicais da direita, em que poderiam, ao mesmo tempo, basear e elucidar as diretrizes de Bismark ou de Lenine. Passado é o tempo em que se podia, sem nenhuma dúvida, aquilatar a superioridade material de uma nação sobre outra, e que, conseqüentemente, se poderia extrair dessa superioridade material um irresistível poder de barganha, senão de pressão internacional. Hoje, ninguém mais poderá asseverar, dentro de um critério de bom senso e de lucidez, essas verdades peremptas. Em primeiro lugar, ninguém pode saber quais são os blocos mais poderosos, e em segundo lugar,

ninguém poderá aquilatar quais serão os países mais sofredores em caso de conflito entre esses blocos. Não existe mais possibilidade de imposição de uma diretriz internacional emanada e de uma geopolítica baseada na força. Hoje, só podemos conceber o progresso do mundo dentro de um critério de boa-fé, firmado na convicção da coexistência pacífica. *(Muito bem! Palmas.)*

Temos que acreditar na possibilidade de aprimoramento moral e intelectual do homem, temos que sustentar a possibilidade das cessões relativas, das cessões, de parte a parte, das intransigências teóricas e das posições de interesse material. Porque se não acreditarmos nisto, Senhor Presidente, então não estaremos acreditando mais em nada senão na treva, na destruição e na morte. *(Muito bem!)* Temos, levados pelos sentimentos da maior delicadeza moral, sem qualquer preocupação de imposição teórica, sem qualquer traição aos nossos compromissos de humanismo democrático, sustentado que somos realmente partidários, como país fraco e desarmado, de que as nações que participam de ideologias diferentes possam encontrar-se num plano comum que estabeleça a confiança nos povos humildes e sofredores. *(Palmas.)*

Se não tivermos esta convicção implantada no nosso coração, no nosso coração democrático, no nosso coração cristão, estaremos falhando às responsabilidades da nossa missão e estaremos traindo os compromissos da nossa geração e da nossa época. *(Muito bem! Palmas.)*

Portanto, do ponto de vista da justificativa histórica, é o desejo de paz, é a crença na perfectibilidade do homem, na possibilidade da sua elevação moral e intelectual, a crença na impossibilidade da continuação das suas divergências impenetráveis, que nos faz estender fraternalmente a mão a todos os povos do mundo, baseados em uma confiança na nossa estrutura democrática, no respeito à nossa bandeira, à nossa soberania, às nossas tradições, à nossa história e à nossa formação.

Nessas condições, as negociações devem ser abertas. Não posso ainda informar à casa com segurança sobre a época provável do seu encerramento. Apenas direi que não serão demoradas. Poderemos estabelecê-las desde logo, em uma capital onde existam representações dos dois países, provavelmente na capital dos Estados Unidos, tal como fizemos para os demais países do leste europeu com que recentemente restabelecemos relações.

Devo advertir à Câmara dos Deputados que por uma questão natural de preservação da nossa estrutura política, não faremos estas negociações sem as cautelas que impõe a defesa dessa mesma estrutura política.

Hoje está fora de questão que, assim como não condiciona o estabelecimento de relações diplomáticas o fato de haver governos de ideologia divergente – são muito poucos, talvez seja um só país em todo o mundo que mantém relações com aqueles países que se aproximam ideologicamente de si mesmos; assim como não existe condicionamento de relações pelas ideologias políticas, também não há mais dúvidas de que as divergências profundas de ideologia política podem condicionar o tipo de missão a ser assentado entre os países que se reaproximam. Muitas são as

normas adotadas para o desempenho dessas condições. Eu mesmo procedi a estudos a respeito. Mandei fazer pelos meus assessores jurídicos do Itamarati, dois trabalhos que subordinei ao Senhor Presidente da República, com uma informação com a qual S. Exª concordou.

No início inclinei-me pela solução de, por meio de normas gerais, por meio de um decreto presidencial, fazermos a definição daquelas limitações em matéria de imunidades e privilégios diplomáticos e depois aplicar estas normas conforme o caso das negociações bilaterais.

Mas pareceu-me afinal mais condizente com os nossos interesses e com as praxes mesmas diplomáticas, não adotarmos essa posição que existe em alguns países. Um dos nossos vizinhos da América do Sul, por exemplo, possui um decreto em que se estabelece taxativamente como norma geral essa reciprocidade de imunidades e privilégios. Achei entretanto mais acertado fazer o estudo de cada caso, a fim de que não déssemos a impressão de que uma lei geral era aplicada apenas a um determinado tipo de país, e também a fim de que as condições não ficassem vinculadas à rigidez da hierarquia legislativa. Então entendi que seria talvez mais conveniente, no decurso das negociações bilaterais, estabelecermos dentro delas as normas da reciprocidade, e o que eu prometo à casa é que tenho a minha atenção voltada para isso e que essas normas serão rigorosamente aplicadas no sentido da preservação dos interesses da nossa estrutura democrática.

A conferência chamada dos países não-comprometidos ou não-alinhados é outro assunto sobre o qual eu gostaria de me deter perante os Senhores Deputados, visto que ele provocou também algumas perguntas no decurso da minha última exposição. Depois dela houve uma modificação que decorreu da realização da Conferência do Cairo, na qual nos fizemos representar por um observador, o Senhor Ministro-Conselheiro Araújo Castro, integrante da nossa missão diplomática na capital japonesa. Devo recordar o que procurei de certa forma indicar no decorrer da minha exposição na Comissão de Relações Exteriores – a diferença que estabelecemos entre neutralidade, neutralismo e independência diplomática. A neutralidade é uma posição clássica, antiga, conhecida. Bélgica, Suíça, países escandinavos, são modelos dessa velha tradição, que é, afinal de contas, o alheiamento obrigatório protegido por tratados internacionais, de todas as posições conflituosas no concerto internacional. Já o neutralismo, que é uma palavra tão nova quanto a noção que ela envolve, é coisa bastante diferente. O neutralismo é uma posição ativa, não de abstenção preliminar em face dos conflitos emergentes mas de adoção de uma posição de influência, diferente daquela condicionada pelo conflito entre os dois grandes blocos. Então o neutralismo não é neutralidade; é uma terceira posição. Aliás, de fato, ele é freqüentemente assimilado à expressão "terceira posição".

Depois de uma análise cuidadosa das nossas relações com esse movimento, análise tanto mais cuidadosa quanto tínhamos que pesar vantagens e inconvenientes dos dois lados, o Senhor Presidente da República e o seu assessor da pasta do Exterior chegaram à conclusão de que a atitude brasileira não era nem de neutralidade

nem de neutralismo, mas de independência no tocante à execução dos seus compromissos. Não somos neutralistas, porque temos uma posição tomada em face do conflito comunismo x democracia. A nossa posição e os nossos compromissos estão tomados com as democracias, com o regime democrático. *(Palmas.)*

Os países chamados neutralistas são aqueles que, com o maior respeito que lhes votamos e com o maior apreço que nos merecem, têm uma formação político-constitucional *sui generis,* que não coincide sempre com a organização ou mesmo nos pontos essenciais, não coincide com a organização democrática, tal como a concebemos. São países de governo forte, de lideranças pessoais, de instituições políticas senão rudimentares pelo menos muito diferentes das nossas tradicionais e que têm, diante dos acontecimentos políticos, uma posição baseada numa recente independência. Quase sempre, os Senhores Deputados saberão, existe nesses países uma história independente extremamente recente. Tornaram-se independentes no decurso do último conflito mundial, pouco depois ou pouco antes, mas nos últimos anos. Temos velha tradição de independência política, antigo hábito de funcionamento das estruturas jurídico-constitucionais, sistema extremamente difícil e complexo de manejar a política internacional, sistema de respeito de pesos e balanças, de intercessão de várias forças. Não temos aquela possibilidade de liderança individual que faz com que os governos dos países neutralistas possam tomar atitudes instantâneas, e a minha presença nessa casa, onde venho prestar contas ao corpo legislativo, é prova de que a política internacional entre nós está condicionada à intercessão de uma série complexa de fatores. Não temos aquela configuração instantânea, desnuda, apenas nervos e músculos, que oferecem os países de governo individual, e governo pessoal. Além disso, temos, ao contrário da definição que eles próprios oferecem, compromissos efetivos de natureza política e, mais do que isso, de natureza militar, sendo essencial na concepção do neutralismo a inexistência desses compromissos. E esta é uma das declarações constantes nos debates do Cairo. Em terceiro lugar, a posição desses países que disse, respeitamos e com os quais desejamos conviver na maior harmonia, sendo que alguns de seus líderes são as maiores figuras no mundo internacional – Nehru, na Índia; Tito, na Iugoslávia; Nasser, no Egito. Esses países estabeleceram como pressuposto da posição neutralista não uma dose homogênea de princípios, mas, de certa forma, um complexo contraditório de asserções. Nossa posição é de simpatizar com todos os esforços que venham a desenvolver em benefício da paz no mundo, mas a de não nos comprometermos naquele grupo que, por menos alinhado que se queira pretende comprometer-se de uma destas maneiras.

Compareceremos a Belgrado, por meio um representante de alto nível, nível de Embaixador, mas na categoria de observador.

Recebi, precisamente hoje, uma consulta sobre se concordaríamos em que nosso observador tivesse "voz no capítulo", para usar de uma expressão cara às minhas saudades de velho mineiro. Acredito que sim. Não consultei ainda o Sr. Presidente da República, mas admito possamos falar como observador, desde que não te-

nhamos de nos comprometer como representantes. E esta é mais uma informação que presto aos ilustres representantes do povo.

Chegamos, felizmente para V. Ex^as^ ao termo desta fastidiosa exposição. *(Não apoiados.)*

Política continental. O nosso esforço de integração continental traçando o campo econômico. Estamos, como expressei no início deste discurso, plenamente solidários e participando dos esforços de integração econômica. Mas também estamos desejosos de prosseguir num empenho sem precedentes de integração política. Os encontros de Uruguaiana, as visitas dos ministros do Exterior da Colômbia, do Chile, a visita do Sr. Manuel Prado, ilustre Presidente do Peru, que aqui deve chegar com seus assessores e uma grande comitiva precisamente na próxima segunda-feira e, mais do que isto, a visita do Sr. Presidente da República a todos os países da América do Sul, constituem outras tantas demonstrações do nosso desejo de plena integração política, a fim de que possamos formar, organizar, exibir e exprimir, de certa maneira, um pensamento continental ao mundo, aos Estados Unidos, a todos os pontos focais onde se decidem as questões para levar nossa posição de país livre e subdesenvolvido.

Devo fazer uma revelação à casa. Ela seria apresentada mais cedo ou mais tarde, e considero que em nenhum ponto ela será mais oportuna e mais própria do que aqui. É provável que o Sr. Presidente da República prossiga na sua viagem à América Central e aos Estados Unidos. Esta declaração não foi feita por mim ainda no dia da minha conferência de imprensa porque aquilo que no rádio se chama "motivos técnicos" me impediu. Mas hoje me encontro em condições de declarar. Devo salientar que meu caro amigo, velho amigo Dr. José Aparecido, prestou hoje, na imprensa matutina, informação de que o Palácio do Planalto não tinha recebido convite do Presidente Kennedy ao Presidente Quadros para visitar os Estados Unidos. Confirmo esta declaração nos termos em que a fez o Dr. José Aparecido. Mas não recebeu convite porque estes só se fazem depois de certas *démarches*, que já foram procedidas. Não posso assegurar a certeza da viagem mas devo informar à casa que ela é bastante provável, e a não ser que ocorram circunstâncias impeditivas de relevo, ela se deve realizar no fim do ano.

As possibilidades eram múltiplas: uma visita imediata no decorrer da Assembléia Geral da ONU para discussão do problema de Berlim, do problema africano e de outras questões de importância internacional. Mas condições da política interna, a preparação do Orçamento e outras razões levaram o Presidente a considerar possivelmente mais oportuno o adiamento desta viagem. É claro que ela se fará nos termos da Constituição, não só aos países da América Latina como aos Estados Unidos, com a permissão do Congresso brasileiro, a que será enviada oportunamente a mensagem de solicitação.

Devo declarar a V. Ex^as^, que, pelo exame a que procedi do texto constitucional, me parece viável a concessão de uma licença para mais de uma viagem, caso o

Presidente deseje voltar para retomar as tarefas administrativas que se tornem necessárias, ou uma só licença para toda a viagem.

Ou melhor, para que o Congresso decida se S. Exª está em condições de fazer algumas viagens com uma só licença ou se deve perfazer um só circuito, por um período mais longo.

Estas são matérias que oportunamente serão submetidas à alta decisão de V. Exªs. Mas não queria deixar passar este ensejo de freqüentar esta tribuna sem lhes adiantar esta notícia, de que V. Exªs, muito provavelmente, em poucos dias, teriam informação pela imprensa.

A nossa política africana está colocada e prossegue em desenvolvimento nos termos que foram mencionados, tanto na mensagem do Presidente da República, quanto no meu discurso de posse, quanto na exposição que tive a honra de fazer perante a douta Comissão de Relações Exteriores. Não é outra a nossa intenção senão cooperar com a nossa experiência de país mestiço, de país colocado em grande área na zona tropical, de país que traz na sua História a experiência de colônia, de país que partiu de todos estes dados que antigamente eram considerados negativos para a formação, senão de uma grande potência, pelo menos de uma grande nação.

Participamos daquele Hemisfério Sul, que, insisto em dizer, é uma divisão mais sensível do que a tão decantada divisão leste-oeste. Para mim, o globo se divide mais em norte e sul; o norte povoado de todo o avanço técnico, de toda a concentração de capitais, de todo o desenvolvimento econômico e industrial; o sul relegado ao abandono, ao esquecimento, à pobreza e, até há pouco tempo, à escravidão. *(Muito bem!)*

O Brasil, no Hemisfério Sul, na zona tropical, contraria as tradições dos geógrafos pessimistas, a partir de Lactâncio, que diziam da impossibilidade de se erguer uma grande nação com as condições da nossa. O Brasil desmente o pessimismo da História. O Brasil enfrenta o negativismo dos céticos. O Brasil realiza uma grande obra de progresso e de civilização. É esta obra que queremos oferecer a nossos irmãos africanos que conosco dividem o uso da janela do Atlântico Sul. Com ela encarecemos as possibilidades do progresso econômico, político e social, encerrando ao mesmo tempo à opressão do capitalismo predatório e à pressão do totalitarismo ideológico. Queremos fazer um continente livre e democrático. *(Palmas.)*

Finalmente, Srs. Deputados, em meu nome, nos do Itamarati e do governo, desejo agradecer profundamente a V. Exªs a contribuição inestimável que prestaram à reforma do Ministério das Relações Exteriores. Desejo daqui particularizar o meu agradecimento àqueles que mais trabalharam comigo para a admirável conquista que foi a votação daquele complicado projeto em uma ou duas sessões: os líderes de partido do PSD, do PTB, o Deputado Afonso Celso e, o Deputado Hélio Cabral e o meu querido companheiro Deputado Raimundo Padilha, que juntamente com nosso ex-colega Mário Martins, lamentavelmente afastado do nosso convívio, tiveram tão

grande participação na Comissão Técnica de Relações Exteriores. Ao agradecer profundamente a V. Ex[as] à inestimável contribuição que prestaram ao governo e ao Itamarati com a aprovação desse projeto, desejo salientar que o Ministério das Relações Exteriores, sem qualquer posição política, sem qualquer parcialidade partidária, estará sempre a serviço da Câmara, do Senado, dos poderes políticos da República para realização da sua grande tarefa. Muito obrigado.

(Muito bem! Muito bem! Palmas.)

Posse do Vice-Presidente João Goulart, emenda parlamentarista

30-8-1961

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, Senhores Congressistas, dizia um homem de Estado ferido pelas experiências de todos, que ora denunciavam triunfos, ora traziam dissabores, que a política pode ser repugnante, mas nunca é monótona.

Ora, Senhor Presidente, a minha velha experiência de político brasileiro, político antes que se instaurassem neste país os instrumentos da ação política, de parlamentar, velho parlamentar, depois que eles foram reinstalados, é a de que, além de algumas vezes decepcionante a vida rotineira, apesar dos sobressaltos da hora, apesar das inquietações, dos tumultos, das esperanças e das decepções que temos vivido nos últimos dias, não posso impedir que voltem a perpassar, nas cansadas retinas de minha memória, espetáculos semelhantes que vivi há alguns anos. A exibição de jornais censurados da tribuna da Câmara eu a fiz; o protesto contra a imposição militar, o respeito à decisão de mandatos legítimos, eu os formulei em novembro de 1955.

Mas, Senhor Presidente, estou agora onde estive, solidário com Vossa Excelência no protesto que, em nome do Congresso, emitiu pela restauração da liberdade da imprensa e solidário com a grande maioria do Congresso contra o impedimento do Vice-Presidente da República. *(Palmas).* Estou, então, como estive nos idos de 1955, e esta é a minha humilde satisfação, esta é a minha modesta compensação, este é o meu tranqüilo reconhecimento.

Mas, Senhor Presidente, não quero revolver nestes debates paixões esmaecidas, cinzas que devem adormecer no esquecimento. Desejo, isto sim, manifestar as razões pelas quais ao mesmo tempo que aqui trago a minha posição franca e decidida pela salvaguarda dos mandatos eletivos, especificamente aquele mandato que agora se acha em risco, o do meu adversário, Senhor Presidente, o atual Presidente João Goulart, *(muito bem! Palmas.)* trazer também, Senhor Presidente, as razões pe-

las quais prossigo nesta ordem de considerações e na análise do documento que nos é submetido, para manifestar à casa que acompanho a opinião do seu Relator, no sentido de que o Congresso deve não apenas recomendar com urgência, mas votar pela igual urgência a emenda que institui o regime parlamentarista no Brasil. *(Muito bem! Palmas).*

Senhor Presidente, permita-me também o Congresso alguma recordação pessoal. Fui, por duas vezes, o Relator na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que emitiu parecer contrário à adoção do sistema parlamentarista de governo. Por duas vezes esse parecer foi vitorioso na Comissão Especial. Mas, depois dos acontecimentos de novembro, e que a experiência da vida política veio solicitar meditação mais profunda sobre as conclusões de natureza puramente teórica e jurídica que me tinham sustentado na redação daqueles votos vitoriosos, amadureci na convicção, na sincera, na sofrida, na dramática convicção de que o sistema presidencialista falhou no nosso país.

Não preciso nem desejo entrar aqui numa dissertação teórica, que seria fastidiosa. De resto, ela consta do voto que então proferi, ou da declaração que então formulei em seguida às ocorrências de novembro de 1955, e que foram publicadas precisamente sob o título *Minha Evolução para o Parlamentarismo.*

Desejo apenas analisar alguns pontos que o acúmulo de experiência trouxe para a confirmação subjetiva pessoal da minha tese, mas que, no momento da importância e da delicadeza que estamos vivendo, não posso silenciar, porque poderão, quem sabe, servir de argumento para que algum de meus ilustres colegas, que não tenha transitado por este fatigado e doloroso caminho, possa chegar mais depressa do que eu às conclusões a que cheguei.

Senhor Presidente, tendo saído do Legislativo, a minha casa, a minha propensão, de certa maneira a minha vocação, fiz entretanto uma experiência no Executivo. Não me arrependo dela, não a renego, não a contradigo, até aqui reafirmo a segurança e o acerto da nossa orientação e, ao mesmo tempo, a expressão da minha leal solidariedade para com o Presidente Jânio Quadros.

Mas essa experiência veio, mais do que qualquer espécie de saturação intelectual, por meio de leituras, de pesquisas, de reflexões, de comentários, de debates, de discursos, demonstrar-me verdades essenciais.

No nosso país, duas coisas, por si sós, a meu ver irremovíveis, tornaram impossível a prática tranqüila do sistema presidencialista. A primeira dessas constatações é que ele não se institucionalizou. Nunca houve, desde 1891, institucionalização jurídico-constitucional do sistema presidencialista. E por quê? Porque aquela instituição chave, aquela instituição mestra, aquela instituição fundamental do regime capaz de estabelecer-lhe o equilíbrio nas horas de crise, fracassou politicamente – o Supremo Tribunal Federal.

Nos Estados Unidos, a institucionalização do sistema presidencialista deu-se por meio da grande atividade política, da grande experiência política, da invasão política que a Suprema Corte empreendeu no território constitucional, transformando-se

na peça chave do regime. No Brasil, isso nunca aconteceu. Todos os pregadores que tal desejavam, de Rui Barbosa a Pedro Lessa, falharam nas suas tentativas, e o sistema presidencialista não o tornou a chave de cúpula, o tipo de poder moderador que faria com que ele não degenerasse no caudilhismo que sempre foi, sem dúvida, o seu destino no nosso país.

Mas, Senhores Congressistas, há outra razão, e esta da maior gravidade. É que no Brasil há duas origens para o poder político; o poder político está distribuído em dois ramos: o Presidente da República, cuja escolha, cuja eleição se processa cada vez mais e cada vez mais isso ocorrerá, com a ruptura de todas as organizações político-jurídicas previstas na Constituição, se elege arrastando uma inundação emotiva em todo o país e cada vez se elegerá mais desta maneira, porque só poderá suscitar o voto da massa nacional, nas condições em que ela atualmente vota, o candidato que estiver em condições de despertar-lhe o fervor e o entusiasmo por cima dos partidos, por cima da Justiça Eleitoral, por sobre o Congresso Nacional, por sobre as organizações que chamei há pouco político-constitucionais do nosso país. Ao mesmo tempo que tal se estabelece no Poder Executivo, o Poder Legislativo se recruta através da alquimia das eleições, alquimia de que lançam mão todos os elementos sociológicos: os partidos, a política municipal, as forças de pressão, as aspirações de classe, as esperanças proletárias, os interesses econômicos e financeiros. E, então, temos assim um Presidente que cada vez mais representa um cesarismo plebiscitário e um Congresso que, cada vez mais, representa um equilíbrio entre todas as forças da opinião e dos interesses sociais.

Teremos, fatalmente, sempre, um Presidente contra o Congresso ou dele afastado. E eu, que saí do Congresso para o Executivo, percebi que, à medida que o Executivo, isto é, o corpo de ministros, se constitui por representantes do Congresso, cada vez mais os ministros serão vigias do Congresso junto ao Presidente da República e não auxiliares do Presidente da República na sua tarefa.

Por estas razões – e só estas duas que aqui estou enumerando porque não quero prender-me em considerações teóricas, e as estou enumerando porque são a experiência da vida pública de um homem: doze anos de Câmara, dois de Senado e sete meses de Executivo – declaro a Vossa Excelência, Senhor Presidente, que recusarei qualquer medida que vise o impedimento do Presidente João Goulart; e apoiarei todas as medidas que visem a implantação do único regime que pode viver compatìvelmente com a legalidade, com o equilíbrio, com a correção, com a decência e com o respeito aos direitos humanos, que é o regime parlamentarista.

Esta a minha declaração que desejei fazer da forma mais breve possível.

Apelo, desta tribuna, para todos os membros do Congresso Nacional.

O Sr. Unírio Machado – Permita-me Vossa Excelência. Com o entusiasmo e brilho que lhe são habituais, está fazendo um grande discurso. Entretanto, na parte final, tenho a impressão de que houve um pequeno lapso, que poderá constar da taquigrafia. Disse Vossa Excelência que era pelo impedimento do Senhor João Goulart.

O SR. AFONSO ARINOS – Nunca. Por todas as formas, votarei contra o impedimento. Assim fiz em 1955. Assim farei agora.

O Sr. Unírio Machado – Muito obrigado. Era a correção que eu desejava Vossa Excelência fizesse.

O SR. AFONSO ARINOS – Peço perdão desse lapso, se houve, que não foi do subconsciente, porque o meu subconsciente está perfeitamente ajustado ao meu consciente. Não estou dizendo o que não quero dizer; estou dizendo o que quero dizer. Votarei contra o impedimento do Presidente da República, e, ao mesmo tempo, completarei meu voto dando apoio àqueles que querem instaurar o regime parlamentarista no Brasil.

Nobres Congressistas, tive oportunidade de conversar com o Senhor João Goulart; nunca o havia feito antes. Na reunião que se realizou na casa do ilustre Deputado Nestor Duarte, com a presença dos Senhores Deputados Nelson Carneiro, San Tiago Dantas, Luiz Viana, Senador Aluísio de Carvalho e Deputado Guilhermino de Oliveira – e pedirei perdão a algum que acaso ali estivesse e cujo nome eu não tenha mencionado – falei ao telefone com o Senhor Vice-Presidente João Goulart, por solicitação de Sua Excelência.

O Sr. Nelson Carneiro – Ontem.

O SR. AFONSO ARINOS – Sim, ontem, no momento em que redigimos, Vossa Excelência e eu, ou em que fomos incumbidos de redigir, a emenda que vai ser posta em discussão. Ouvimos de Sua Excelência que não tem ambições pessoais. Dirigiu-se a mim como adversário leal que sou. Não tem aspirações de poder. Sua esperança está no Congresso Nacional, que se transforma, no momento, no centro da vida cívica do país. *(Apoiados. Palmas).* Sua Excelência está com a esperança de que o Congresso Nacional aceite a solução parlamentarista, porque aceita qualquer solução que restitua a paz e a tranqüilidade à família brasileira, e evite o sangue e os horrores da guerra civil. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)*

Senhor Presidente, estas são as minhas declarações: este será o meu voto; esta será a minha grande esperança de brasileiro. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).*

Emenda parlamentarista

2-9-1961

O SR. AFONSO ARINOS – *(Não revisto pelo orador.)* – Sr. Presidente, embora tenha recebido do meu partido a honrosa delegação de representá-lo durante o

encaminhamento da votação da matéria, como o prazo concedido aos oradores, nessa oportunidade, não deixa de ser, até certo ponto, angustioso, permito-me juntar algumas considerações de ordem geral ao voto que, em nome da União Democrática Nacional, irei proferir.

Sr. Presidente, de certa maneira, estas considerações já foram incluídas ou fazem parte do discurso que tive oportunidade de pronunciar na sessão histórica do Congresso Nacional, na qual se aprovou a expedição de normas a serem seguidas pelas duas casas, normas essas que previam, a um só tempo, o respeito à letra escrita da Constituição, no sentido de se dar posse ao Senhor Presidente da República, e também o estímulo ao artigo da Constituição que prevê a transformação do regime em casos de urgente necessidade nacional.

Não ignora V. Exª, Sr. Presidente, que esse dispositivo constitucional que autoriza a ação do Congresso para a adoção de medida quase que cirúrgica, como esta que estamos adotando, foi introduzido na carta magna por iniciativa do então constituinte, e hoje Deputado Gustavo Capanema, com a aprovação do meu partido, a União Democrática Nacional, e de todos os demais partidos que compuseram a Assembléia de 1946, depois de ouvidos seus líderes e o Presidente da Grande Comissão, o saudoso nosso colega, Senador Nereu Ramos. Prevaleceu, exatamente, a opinião de que aquela norma deveria existir para atender a circunstâncias como esta com que hoje nos defrontamos, isto é, uma circunstância de caráter extremamente grave que permitisse ao Congresso Nacional adotar solução política sem infringir a juridicidade da sua atuação, uma solução política que estivesse incluída no espírito e na letra da Constituição, mas que fosse de molde a subverter, a superar e a transpor quaisquer resistências, tanto de natureza teórica, como de posição ideológica ou de compromissos intelectuais.

Vê V. Exª a segurança e a justeza com que foi esse dispositivo introduzido em nossa Constituição e sua absoluta significação neste momento de grave emergência nacional, quando dele lançamos mão, salvando a paz neste país.

Portanto, Sr. Presidente, são inconsistentes, são improcedentes as alegações de que aqui estamos agindo sob coação.

Não é exato que aqui tenhamos agido, em momento algum, sob coação. Se tal tivesse sido não teríamos assistido aos notáveis pronunciamentos de nobres congressistas, tanto desta como da outra casa do Congresso Nacional, manifestando, com vigor, energia e entusiasmo, e às vezes até abertamente, a sua posição contrária à medida que o Senado hoje vai adotar por esmagadora maioria.

Não fomos coagidos. Resistimos mesmo à coação armada que procurava, e acredito que com boas intenções, submeter o problema do direito, o problema da solução política ao problema da ordem.

Nós nos insurgimos contra essa concepção e declaramos silenciosamente, porque não chegamos a responder a estas opiniões ou a estas impugnações, mas redargüimos silenciosamente por meio de nossa ação, demonstrando nossa convicção de que a ordem é, antes de tudo, jurídica; e, desde que por intermédio de programas po-

líticos adequados e sem infringir a Constituição tivéssemos conseguido restabelecer a ordem jurídica, a ordem material também seria restabelecida, como o está sendo hoje, em todo o país.

Resistimos ao mesmo tempo às injunções, não mais militares, mas às injunções daqueles que não queriam solução, isto é, daqueles que preconizavam e que aguardavam a solução do golpe que lhes pertencia, único compatível com seus baixos apetites e seus desprezíveis interesses políticos. *(Muito bem!)*

Resistimos contra essa solução, não colocamos o problema debaixo do interesse dos grupos, dos partidos, das pessoas ou das facções.

Resolvemos dar uma solução geral e também resistimos às imposições, às infiltrações e às sugestões daquelas alas extremistas que, não ouvindo senão o fatigante ritornelo das duas convicções superadas, queriam demonstrar a ineficácia, o fracasso, o naufrágio das instituições representativas, para que pudessem atingir a subversão social e nos compor, então, aquela forma de liberdade que só interessa aos que dispõem do poder, à ditadura ideológica sob qualquer de suas manifestações.

Assim, resistimos aos militares, resistimos aos golpistas e resistimos aos comunistas. Esta é a verdade histórica.

O Congresso Nacional transformou-se de fato num estuário de todas as esperanças do país e, por isso, que merece o reconhecimento da nação inteira. Porque assim procedemos sem exaltação, porque procedemos sem temor, porque procedemos com desprendimento, porque procedemos com equilíbrio e moderação.

Compreendemos que a manutenção do sistema presidencialista havia manifestado o seu iniludível fracasso.

Todos aqueles que tiveram sensibilidade política, apesar das suas convicções presidencialistas – e eu aqui não quero fazer nenhuma alusão desprimorosa aos meus ilustres colegas que participem de opiniões contrárias - todos aqueles que tiveram suficiente sensibilidade política para compreender a alternativa dramática em que estava colocada a nação, verificaram que só poderíamos aplicar a solução jurídico-política que estamos aplicando no momento de crise, porque precisamente é nos momentos de crise que se manifesta a vulnerabilidade, a fraqueza congênita do regime presidencialista.

O Sr. Novaes Filho – Muito bem!

O SR. AFONSO ARINOS – Procedamos como um cirurgião que resolve fazer a sua laparotomia na hora da infecção aguda, na hora em que se aproxima a gangrena. Sabemos que nesse momento a intervenção é mais perigosa, mas é exatamente porque é mais perigosa que se torna necessária; é porque o doente está apresentando os aspectos finais de uma crise mortal.

Então, foi por isso mesmo, porque o sistema presidencialista só apresenta suas crises culminantes nos momentos de convulsão militar, que escolhemos precisamente esta ocasião para afirmar que esse regime falhou e temos de trocá-lo por um regime que substitua a crise militar pela crise parlamentar. *(Muito bem!)*

Sr. Presidente, a história do presidencialismo brasileiro é a *via crucis* da República, é via sacra, com estágio em uma série de passos de sofrimento, de humilhações e de dor.

Faltou ao nosso presidencialismo a capacidade de criar os instrumentos de moderação de transação e de institucionalização do poder.

Não tivemos uma Suprema Corte à altura das suas responsabilidades políticas - não direi jurídicas - digo políticas.

Não tivemos, em torno da Presidência, aquela assessoria institucionalizada, que faz do Presidente, não uma pessoa, mas uma peça do mecanismo constitucional, como nos Estados Unidos. Uma instituição presidencial nos faltou! Ficou transformada em caudilho, que não encontrou nunca óbices, razões, ponderações para a sua ação personalista e irresponsável.

Não tivemos, na Federação, o compasso necessário à expansão demasiada do Executivo pessoal. Nossa Federação fracassou; foi absorvida pelo instrumento de poder e de crédito do governo central. Nossa Suprema Corte fracassou, politicamente, absorvida pela função de judicatura civil e privada. Finalmente, o próprio Poder Executivo fracassou, pelo abuso da sua expansão, porque não se institucionalizou, não se constituiu em uma peça imparcial de governo, senão em uma fortaleza do personalismo intransigente.

E assim vimos a *via crucis* da República porejando sangue, quando não lama, misturando lama e sangue na sua melancólica caminhada.

Encontramos o fundador da República, dentro do Palácio do Itamarati – que era a sede do seu governo - rodeado de espias, de traidores e de exaltados; levado à renúncia por um tiro da Armada que, como V. Exª sabe, atingiu a torre da Catedral do Rio de Janeiro.

Encontramos Floriano, chamado o consolidador, o homem que com seu potencial humano mergulhara no seio da revolução federalista, da revolução que matou, em Campo Osório, a flor da nossa juventude militar.

Encontramos Prudente enfrentando o assassino sicário e sacrificando, ao seu lado, o melhor e o mais dedicado dos seus amigos; enfrentando o sangue de Canudos e esmagando um problema sociológico por meio de violência militar, o que provocou de Euclides da Cunha o famoso protesto que constitui a última página de *Os Sertões!*

Encontramos, Sr. Presidente, em todos os períodos governamentais, a violência, a brutalidade, a humilhação, quando não o sangue e a revolução.

Encontramos Rodrigues Alves, enfrentando a Escola Militar, no problema da vacina obrigatória!

Encontramos Afonso Penna, morrendo de traumatismo moral, debaixo da pressão da espada!

Encontramos, no Governo Hermes, o bombardeio da Bahia, o assalto ao Batalhão Naval...

O Sr. Aloísio de Carvalho – As salvações.

O SR. AFONSO ARINOS - ... as salvações em todos os estados, como lembra bem o Senador Aloísio de Carvalho, representante da Bahia; a destruição da grande Biblioteca da Bahia, o incêndio do Palácio, o massacre de populares, debaixo da metralha federal!

Encontramos, Sr. Presidente, no governo de Venceslau, o sacrifício do maior líder republicano – Pinheiro Machado – abatido, também, pelo golpe dos sicários.

No governo de Epitácio, foi a mocidade militar atirando nas areias de Copacabana a flor da sua juventude, para restabelecer, neste país, um simulacro de equilíbrio dos poderes.

No Governo de Artur Bernardes, a grande revolução que atirou esse governo, praticamente, nas sombras do estado de sítio, iniciou um processo revolucionário que culminou, afinal, na revolução de 1930.

No Governo Vargas, a ditadura! No Governo Dutra, os levantes das esquerdas. E, finalmente, no governo Café Filho, a deposição.

Em todos os governos, esta tem sido uma forma de governo neste país, que imprime ao povo essa vergonha.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Em quase todas as crises o Congresso tem representado seu verdadeiro papel de intérprete das esperanças e dos sentimentos populares.

O SR. AFONSO ARINOS – Tem V. Exª toda a razão. E a mais séria das crises sofremos agora. Não entrarei na sua análise, é cedo para isso. As informações de que dispomos são obscuras e contraditórias. Não entrarei em sua análise, mas bem podemos entrever os abismos a que nos atirariam não fosse o procedimento unânime, ponderado e bravo do Congresso Nacional...

O Sr. Novaes Filho – Muito bem!

O SR. AFONSO ARINOS – ... este Congresso que andava sendo arrastado pala imprensa para um caminho de desmoralização e desprestígio, e que agora se transforma na instituição central da democracia brasileira.

O Sr. Novaes Filho – Verdadeiro poder civil da República.

O SR. AFONSO ARINOS – Para esse aspecto voltam-se centenas de homens que atravessam dias e noites sem se intimidar, sem se absorver e sem se apaixonar e perder em ambições espúrias, resistindo, mas ponderando, enfrentando, mas transacionando com bravura e previdência para trazer, afinal, esta solução que, realmente, se não for compreendida e adotada, terá sido uma contribuição do Congresso à civilização, à honra deste país. *(Muito bem! Muito bem!)*

Aí estão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas das razões que me fizeram, antigo relator da emenda parlamentarista, por duas vezes votada contra e por duas vezes tendo meu parecer adotado, transportar-me e levar minha tenda de campanha,

minhas armas, minha fé para o acampamento contrário. Desde que assisti ao golpe de novembro, desde então disse aos meus ex-adversários na Câmara dos Deputados: "Estarei ao vosso lado até o fim, e que Deus permita que em sua aurora radiosa, possamos estar juntos para vencer a batalha final".

Outra crise semelhante – a solução foi diferente – que muito se parecia àquela que me fez bandear de campo. Encontramos afinal a solução porque o Congresso Nacional estava não apenas fatigado desta monótona sucessão de humilhações como também convencido de que era chegado o momento de empunhar, como diz o Evangelho, a própria lâmpada para iluminar sua marcha, seu caminho.

A lâmpada que ilumina nossa caminho está agora nas nossas mãos, e é por meio deste foco, que nós mesmos projetamos, que espancamos as trevas e traçamos o roteiro da nossa luz. *(Muito bem!)*

Estas as razões humanas, as razões políticas, as razões históricas, as razões mentais, as razões sentimentais que me fazem aderir com a mais pura e alta convicção à aprovação desta emenda e que me fazem apelar para o Senado, sem discutir quaisquer dos seus aspectos técnicos – os mais relevantes serão configurados por mim em discurso que proferirei, que terei a honra de fazer em nome do meu partido.

Apelo para o Senado, para darmos a esta solução a maioria capaz de prestigiar a ela e também a esta casa, fazendo com que cheguemos a este povo digno do nosso país, deste povo que juntamente com o Congresso não se alarmou, desses operários que não entraram em greves e continuaram a trabalhar nas usinas e fábricas, com esperanças no Congresso Nacional; dessas mães de famílias que não se entregaram a cenas de desespero e que tinham as vistas voltadas para o Congresso Nacional e, – por que não dizer? – dessas Forças Armadas que estando convencidos da boa-fé com que mantêm a ordem, estão, também, digam ou não digam, à espera da solução que o Congresso Nacional venha a dar.

Sejamos dignos de nós e deles, do povo, de toda a nação.

O Sr. Lino de Matos – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Lino de Matos – Por estar de pleno acordo com o apelo formulado por V. Exª, peço-lhe me permita seja ele endereçado à Mesa, porque, convocada esta sessão para as 14 horas, por solicitação da Comissão Mista, estamos já às 16 horas e 20 minutos e a Mesa não submeteu ainda a exame do plenário o projeto de lei já aprovado pela Câmara dos Deputados. Gostaria que a Mesa recebesse o apelo oportuno do nobre Senador Afonso Arinos de Melo Franco e informasse ao plenário quais os motivos que impedem a vinda do projeto a consideração da casa.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª permitirá, Sr. Presidente, que responda ao nobre Senador Lino de Matos: dentro de alguns minutos, acredito, o Presidente da Comissão Especial explicará ao plenário as razões desse atraso, aos quais são aceitáveis.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Aliás, V. Exª há de convir não há propriamente atraso.

O SR. AFONSO ARINOS – As razões são imperativas. O ilustre Senador Aloísio de Carvalho tem o aparte para dar explicações ao nobre Senador Lino de Matos.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Obrigado a V. Exª Na sessão realizada às 11 horas e 30 minutos, foi lida a emenda parlamentarista, remetida pela Câmara dos Deputados. Imediatamente, a Comissão Especial que tinha sido constituída ontem se reuniu e designou o Relator e desde essa hora S. Exª está trabalhando no seu parecer. Esta Comissão já estava reunida às 2 horas da tarde e está à espera de que o Relator conclua o seu trabalho, o que faz num esforço admirável, ditando seu parecer à taquigrafia da casa, para que venha o mais depressa possível a esta sessão. Não é possível exigir mais esforço, nem mais presteza, salvo se, num caso de tamanha importância como este, quisesse a Comissão Especial dar um parecer apenas para constar que o deu.

O SR. AFONSO ARINOS – Concluirei minhas considerações, Senhor Presidente.

O Sr. Lino de Matos – Permite V. Exª outro aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Lino de Matos – Quero esclarecer ao eminente Senador Aloísio de Carvalho que não tive o propósito de formular críticas à Comissão Mista. O nobre Senador Afonso Arinos formulou um apelo, a fim de que a casa aprove a emenda parlamentarista, e com isto resolva a crise em que se debate a nação. Ora, ao que me consta, pelas conversas que temos tido com os vários colegas, não há dificuldade alguma. O Senado da República quase por unanimidade está de acordo com a solução. O apelo dá a impressão de que existem resistências. Elas só poderiam verificar-se no momento em que o projeto de lei fosse submetido à consideração do plenário. o projeto de lei, por motivos perfeitamente aceitáveis e justificáveis, ainda não foi submetido a esta consideração. Então, entendi nobre Senador Afonso Arinos de procurar saber por que razão está havendo atraso, e os verdadeiros motivos do apelo de V. Exª. Não há qualquer dificuldade para a aprovação da matéria.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito grato a V. Exª.

O Sr. Sérgio Marinho – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Sérgio Marinho – Acho perfeitamente justificável, nobre Senador Lino de Matos, o apelo formulado pelo nobre Senador Afonso Arinos. Após o meu dis-

curso, em que me confessava adepto da emenda, embora contrariando as minhas convicções doutrinárias quanto à tese do parlamentarismo, V. Exª ouviu o nobre Senador Cunha Melo proferir discurso combatendo o parlamentarismo. Assim, tem pleno cabimento o apelo que acaba de fazer o nobre Senador Afonso Arinos, a quem peço relevar-me a intromissão no seu discurso, no sentido de justificar a atitude de S. Exª, embora não necessitasse de qualquer justificativa.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço ao meu nobre colega Sérgio Marinho e ao ilustre Senador Lino de Matos os apartes que me deram.

O nobre Senador Sérgio Marinho acaba de dar os argumentos e as explicações que convêm. É que, por mais desnecessários e gratuitos que pareçam os apelos, eles às vezes têm certo sentido, porque procuram, pelo menos, robustecer, com a adesão de vozes divergentes, a manifestação que ficará cada vez mais significativa e forte. Não é apenas número necessário para aprovação, o que nos interessa no pronunciamento do Senado é a significação maciça desse número.

Em suma, Sr. Presidente, se me permite V. Exª em nova recordação de velho mineiro, outra passagem evangélica, a de abandonar por minutos o seu rebanho, por mais numeroso que seja, para procurar a ovelha desgarrada.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Emenda parlamentarista

2-9-1961

O SR. AFONSO ARINOS – (*Não foi revisado pelo orador.*) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, no decorrer da sessão desta tarde, juntamente com outros colegas, ilustres representantes do povo nesta casa, tive oportunidade de expender as razões de natureza teórica e também as de ordem, digamos pessoal, que me levarão a votar favoravelmente à instituição do sistema parlamentarista de governo na República brasileira. Agora, nesta sessão que visa aprovar, em primeira discussão, o Ato Adicional, venho investido da responsabilidade de falar em nome da bancada do meu partido. Assim sendo, já não mais me baterei nem do ponto de vista teórico nem do ponto de vista pessoal. Os argumentos da minha declaração de voto serão fundados, concretamente, na análise do próprio trabalho que nos chegou da Câmara dos Deputados e na apreciação, embora sucinta, das suas disposições.

Tive a honra de ser designado por um grupo de senadores que se constituiu na febre dos acontecimentos, em uma espécie de comissão espontânea, da representação desta casa, conseqüentemente sem autoridade oficial para fazê-lo, mas apenas por meio de uma delegação amistosa daqueles que no decorrer do dia de sábado

aqui se reuniram, tive oportunidade, dizia, de acompanhar a elaboração do projeto, nos seus diferentes estágios na Câmara dos Deputados.

A primeira reunião realizou-se aqui no Senado Federal na noite de sábado, com a participação de vários e eminentes colegas da outra casa do Congresso, representando as distintas correntes partidárias que a integram.

Posteriormente, compareci também à residência do nobre Deputado Nestor Duarte, onde se encontrava o Relator designado pela Câmara dos Deputados para proceder ao relatório e ao parecer da emenda existente naquela casa do Parlamento.

Em seguida, compareci virtualmente, senão oficialmente, como uma espécie de mensageiro do Senado, de informante do Senado, a todas as reuniões que se realizaram no grupo de trabalho e na Comissão Especial, constituída na outra casa do Congresso.

Devo dizer a V. Exª, Sr. Presidente, que é para mim extremamente grato, neste momento, manifestar ao Senado da República minha comovida admiração pela maneira como se comportaram todas as correntes da Câmara dos Deputados que participaram desses órgãos de elaboração e de redação da emenda que, neste momento, temos a oportunidade de votar.

As divergências, tanto quanto possível, ou se acomodavam na discussão, ou eram relegadas a um plano imparcial para exame posterior. No afã, na preocupação de não retardarmos o processo ficou assentado que todos os pontos de atrito seriam colocados em uma espécie de parte adjetiva dos nossos trabalhos, a fim de serem depois examinados pormenorizadamente em conjunto.

Assim, pudemos, gradativamente, resolver não apenas a redação daqueles incisos que contavam com a maioria ou a unanimidade dos Srs. Deputados, mas, também, aplainar as dificuldades, esclarecer pontos de vista divergentes, enfim, chegar a este resultado que aqui temos em mãos.

Esta emenda é clara, satisfaz a todos, porque não contenta a ninguém. É uma emenda objeto de uma transação com várias posições teóricas, com várias convicções doutrinárias e – quem sabe? – convirá a respeitáveis interesses partidários.

Quando digo que ela não contenta completamente a ninguém, estou dizendo exatamente que ela satisfaz a todos, porque não tendo havido imposição de pontos de vista e sobretudo, não tendo havido resistências extremadas à aceitação dos pontos de vista contrários, pode a Câmara – e louvada seja a Câmara dos Deputados, a quem incumbirá o peso máximo das responsabilidades no exercício do regime que hoje vamos instaurar – pode a Câmara dos Deputados preparar este documento que, com suas imperfeições e deficiências, com suas lacunas, e quem sabe, com suas contradições é um grande documento político. Na história constitucional das nações, as mais aprimoradas no exercício da política e no estudo do direito, não foi diferente o assentamento das bases que deram, em resultado, a formação dos documentos constitucionais mais duradouros.

Sabe o Senado que a Constituição americana foi aprovada numa batalha, por um voto de maioria. Foi esse voto de maioria que instituiu esse documento secular,

que propiciou a transformação de um aglomerado de pequenas colônias agrícolas às margens do Atlântico na mais formidável potência industrial de todo o mundo. Foi esse documento plástico, sábio, político, elaborado – como disse em meu discurso – em meio a divergências políticas, aprovado por um só voto de maioria. Na história do sistema parlamentar, a Constituição francesa de 1875, a mais sábia das constituições européias do século XIX que acompanhou a grandeza da França na paz e na guerra, na derrota e no triunfo que fez da França, em certo momento, em uma certa fase, sem dúvida alguma hoje superada, mas recente, um dos maiores países do mundo, uma das democracias mais sofridas do planeta, essa Constituição francesa, sabem-no também os Srs. Senadores , como foi duramente – perdoem-me a expressão que não é delicada mas é parlamentar – partejada. Foram três leis elaboradas em épocas diversas, porque não se chegava a uma solução para a leitura conjunta de uma só lei. Foram três leis aparentemente independentes, autônomas, que se organizaram em um complexo legislativo cuja vigência e cujo vigor teve as conseqüências que acabo de mencionar.

Portanto, Sr. Presidente, não serão as imperfeições formais, porque o sistema que hoje estamos instituindo não é sistema de rigorismo de texto senão um sistema fisiológico, um sistema de sanidade, de vida. O que é importante no parlamentarismo não é a minúcia técnica dos incisos: é a capacidade plástica do seu funcionamento.

E aqui temos um documento que corresponde, sem dúvida alguma, na minha humilde opinião, à situação atual do Brasil: um documento brasileiro, que caracteriza a forma de governo que a Câmara dos Deputados acaba de instituir e que, certamente, será aprovado pelo Senado da República, documento no qual se dá a essa forma de governo a fisionomia do nosso país. É como que uma Verônica que, aplicada à face sofrida do Brasil, imprime a sua imagem.

Sr. Presidente feitas estas considerações preliminares, não me demorarei na tribuna, reiterando minha admiração pelo trabalho da Câmara dos Deputados, pelo trabalho de composição desta obra transacional e sábia que atende aos imperativos atuais da sociologia brasileira, da geografia brasileira, da economia brasileira, do federalismo brasileiro, do jogo de forças sociais que detém, neste país, o poder político.

Feito o elogio desta obra sábia, Sr. Presidente, pela qual, como modesto estudioso da matéria, reitero a minha admiração, chamo a atenção dos Srs. Senadores para a importância dos dispositivos que tive a felicidade e a oportunidade de introduzir, com o pleno assentimento dos Senhores Deputados, quer na confecção da Emenda, quer na sua votação, dispositivos que asseguram ao Senado brasileiro uma situação sem paralelo em qualquer segunda câmara de país parlamentar de todo o mundo. Figuramos, neste documento, realmente como uma casa moderadora; não moderadora apenas no que tange à elaboração legislativa. Não é uma câmara de compensação; não é um compasso de espera na apreciação da tramitação legislativa, senão que nós, aqui, figuramos em dispositivos fundamentais. Como delegado do Senado – delegado virtual, não delegado oficial, porque não

tinha credenciais nem autoridade para sê-lo, mas como mensageiro, dizia, das aspirações dos grupos com que pude conversar, aqui introduzimos dispositivos que dão à Câmara Alta na República posição política de intervenção moderadora das crises parlamentares que, acredito, seja um exemplo para as demais constituições parlamentaristas. O ato de poder o Senado intervir, para a indicação do Presidente do Conselho, em momentos em que a Câmara não chegue a um acordo para fazê-lo; o fato de podermos objetar à constituição do Gabinete, obrigando-se a Câmara a reconsiderar o ato político da constituição do Gabinete por uma maioria diferente daquela que estabelece para sua aprovação prévia; e, finalmente, o fato de ter sido conferida ao Senado a prerrogativa de legislar sobre matéria política, no momento do recesso da Câmara, conferiu, Srs. Senadores, ao Senado brasileiro, ao Senado que representa a Federação, ao Senado que tem a tradição política que sempre teve, aquela situação e aquelas condições que são inerentes à sua história, à sua dignidade e à sua competência.

Nestas condições, como representante da União Democrática Nacional, partido que introduziu o parlamentarismo em convenção que foi quase unânime como um dos postulados do seu programa; partido que tem a posição parlamentarista oficialmente assentada, há muitos anos; nestas condições digo a V. Exª, Sr. Presidente, aos Srs. Senadores e ao Senado da República que, salvo as opiniões individuais de consciência, que respeitamos, a maioria esmagadora da bancada udenista votará pela aprovação do Ato Adicional. *(Muito bem! Muito bem! Palmas).*

Chefia da Delegação à XVI Assembléia Geral da ONU

15-2-1962

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, Senhores Senadores, reassumindo minha cadeira nesta alta casa do Congresso Nacional, ao fim de um período de ausência forçada pelo exercício de missão no estrangeiro, na qual tive a honra de representar o Senado da República, desejo que minhas primeiras palavras sejam de efusiva saudação aos meus ilustres pares e de significação da minha profunda alegria em reencetar nosso cordial convívio.

Feita esta declaração, Sr. Presidente, não poderia me furtar a uma outra, esta de tristeza, que é a de me solidarizar com as homenagens prestadas pela nossa casa, na oportunidade do desaparecimento de dois dos nossos ilustres colegas: o eminente Senador Francisco Gallotti, de Santa Catarina, e o nobre Senador Cunha Melo, do Estado do Amazonas.

É com sincera emoção que junto minhas homenagens àquelas que foram aqui eloqüentemente prestadas à memória desses grandes companheiros, com quem mantive, em todo o decurso da minha vida pública, tanto como membro desta assembléia como quando me assentava nos bancos da representação mineira na outra casa do Congresso Nacional, as mais afetuosas relações e a quem tributava o mais sincero respeito.

Não posso também, Senhor Presidente, deixar de juntar minha palavra de apoio às que, há pouco, brilhantemente pronunciou o nosso representante do Pará, Senador Paulo Fender, em homenagem à memória do Senhor Antônio Joaquim de Moura Andrade, pai do nosso Presidente, meu velho amigo, Senador por São Paulo.

Tive a honra de conhecer aquele ilustre brasileiro que tinha, de fato, a consciência pública no exercício das atividades da empresa privada.

Era um exemplo para nossas gerações de como a atividade da empresa privada pode ser exercida na compreensão e na execução daqueles serviços sociais que a própria moderna concepção de empresa, tanto na economia como no Direito Comercial, ressaltam e tornam evidentes.

Senhor Presidente, o motivo da minha inscrição para a sessão de hoje foi o cumprimento do meu dever de trazer ao Senado o relato, tanto quanto possível circunstanciado, dos resultados da missão que me foi conferida pelo governo da República e que aceitei com o consentimento desta casa, ou seja, a missão de presidir a Delegação que o nosso país enviou à XVI Assembléia Geral das Nações Unidas, a qual se realizou em Nova Iorque, a partir de meados de setembro do ano passado e que ainda continua em curso, visto que a sua segunda fase, a sua prorrogação, ainda prossegue na sede da Organização, com o propósito de terminar ou de concluir alguns pontos da agenda que ficaram em suspenso.

Honraram com a sua presença a Delegação do Brasil vários congressistas brasileiros, colegas desta e da outra casa do Congresso, Senadores Rui Carneiro, delegado, Jefferson de Aguiar e Afrânio Lages, que integraram a Delegação na qualidade de observadores parlamentares; Deputados João Cleofas e José Sarney, delegados, e Josué de Castro, Guilhermino de Oliveira e Oliveira Franco, que também figuraram na qualidade de observadores.

Desejo exprimir aqui, como Chefe eventual desta missão político-diplomática, a minha palavra de entusiasmo e de reconhecimento pelo admirável procedimento de todos os integrantes do Congresso Nacional que participaram dessa delegação.

Foi para mim uma honra e um estímulo termos como colegas companheiros como esses, naquela Assembléia, e foi, Senhor Presidente, uma iniciativa que, se bem que de há algum tempo venha sendo adotada, merece ser proclamada e reiterada, porque naquele Parlamento mundial é indispensável que as nações democráticas, com a experiência e a maturidade da nossa em matéria de Poder Legislativo, se façam representar por expoentes categorizados que se impregnem e se informem, não apenas da processualística do funcionamento daquela Assembléia, mas também dos problemas substanciais que ali são considerados e decididos. Porque, V. Exª sabe,

cada vez mais o entrosamento e a integração da política interna e internacional estão entre os fatores mais palpitantes e mais incontroversos da atualidade histórica.

Para mim foi a primeira vez que compareci a uma Assembléia das Nações Unidas. A minha experiência em missões diplomáticas não tinha ainda encontrado esta oportunidade, se bem que a instituição em si mesma não me fosse alheia nem estrangeira, não apenas, como é natural, pela relativa freqüência com que todos nós nos debruçamos sobre assuntos internacionais e nos dedicamos à leitura dos textos, sejam doutrinários sejam concretos, que versam esta matéria, como também, no meu caso pessoal, ocorria a circunstância particular de, na minha mocidade, acompanhando meu pai, que foi representante permanente do Brasil na antiga Liga das Nações, ter passado cerca de dois anos de minha vida, por assim dizer, dentro daquela antecessora das atuais Nações Unidas.

Pude, portanto, com uma simples rememoração de fatos e comparação de situações, estabelecer, para meu próprio uso, as analogias e as diferenças que aproximam e que separam as duas grandes tentativas históricas: aquela, iniciada sob os auspícios e seguindo as diretrizes do Presidente Wilson, e a que foi o resultado do entendimento dos líderes mundiais, em seguida à segunda grande guerra.

Claro está que, utopicamente, a construção de um organismo internacional que viesse servir de ponto de equilíbrio, de debates, de controvérsias e de solução dos problemas internacionais, é contemporânea da própria existência do Estado moderno. Desde que se constituiu, no século XVI, a figura do Estado moderno, a esperança na construção de um organismo internacional que viesse decidir entre os conflitos, arbitrar entre as dificuldades, ocorreu desde logo aos pensadores, juristas e filósofos.

O exemplo mais conspícuo dessa tentativa é, como todos sabemos, a famosa idéia de um organismo internacional do Padre Vitória, mas, realmente, a possibilidade de se integrarem jurídica e politicamente os estados em torno de um núcleo tecnicamente organizado, esta vem, de fato, da Liga das Nações e foi renovada, revigorada e ampliada na Organização das Nações Unidas.

Para que possamos fazer uma idéia precisa, embora muito rápida, do quanto era a Liga das Nações diferente das Nações Unidas – basta que nos recordemos de que a ela não pertenciam, nem os Estados Unidos, nem a União Soviética.

Quer dizer, os dois colossos, cuja presença dá a tonalidade da existência do atual organismo, estavam ausentes daquele que o antecedeu. Por aí verificamos, desde logo, que a Liga das Nações era uma organização de âmbito extremamente modesto, sendo, afinal, uma espécie de clube onde se encontravam as potências vencedoras da primeira guerra mundial, numa espécie de ação entre amigos, para dirigirem as dificuldades existentes dentro do próprio bloco aliado e para distribuírem as benesses e vantagens que pudessem advir das relações com o resto do mundo.

O problema da entrada da Alemanha, resolvido no Tratado de Locarno, foi a primeira tendência para a universalização daquele instrumento anglo-britânico que era a Liga das Nações.

Sabemos das dificuldades, objeções e resistências que esse ingresso experimentou e não nos esquecemos do papel admirável que, naquela época, representou o nosso país, exatamente condicionando a entrada da Alemanha ao reconhecimento dos direitos inerentes à América Latina de poder participar, com mais independência e vigor, dos conselhos da política internacional.

Coube ao Brasil e ao Delegado brasileiro esta manifestação de extrema energia, mas de segura prudência, que era a de enfrentar os interesses estabelecidos e o poder operante das grandes potências. Coube, também, naquele tempo, ao Brasil e ao seu Delegado, nas duas frentes, internacional e interna, para desfazer, na frente interna, as incompreensões, para explicar as peculiaridades, para esclarecer aos menos informados, para, enfim, defender a integridade da nossa posição.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Aloísio de Carvalho – É justo acentuar, nesta passagem do discurso de V. Exª que o Delegado do Brasil – Embaixador Mello Franco – representou, com admirável lucidez e serenidade, o pensamento do Brasil ao declarar à Liga das Nações que o nosso país se retirava do convívio dessas nações.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, agradeço ao meu nobre colega que sabe muito bem o quanto sensibilizador e honroso considero o aparte com que acaba de abrilhantar o meu discurso. O meu velho amigo e ilustre jurista brasileiro, Senador Aloísio de Carvalho, tocou em uma corda – e o sabe perfeitamente – sensível – ao meu coração. Espero que, daqui a 35 anos, o filho de um de nós dois esteja nesta casa dando um aparte ao filho do outro, que estiver na tribuna, tratando de assuntos como este...

O Sr. Aloísio de Carvalho – Lembro-me, perfeitamente, haver lido um tópico de um jornal parisiense que dizia que o Ministro Mello Franco não poderia ter desempenhado melhor um papel tão ingrato, pelo menos na apreciação geral, como aquele de fazer o Brasil se retirar da Liga das Nações.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado, Sr. Presidente, ao nobre Senador. Para que se tenha uma idéia prévia de como se desenvolveram os trabalhos da XVI Assembléia, direi, de início, que a XV Assembléia foi a mais dramática, a mais vistosa e excitante no sentido – digamos – externo e teatral.

Lembramo-nos do que foi aquele palco iluminado pela curiosidade mundial, ao qual compareceram líderes e dirigentes de numerosos países do mundo e a profunda dramaticidade dos debates que se feriram no declínio do ano de 1960.

Mas, tenho a impressão de que se examinarmos, pelo seus resultados, a XVI Assembléia, veremos que ela representará seguramente, na história das Nações Unidas, uma etapa talvez mais importante do que a XV Assembléia que tantas controvérsias e tanta admiração suscitou em todo o mundo. Dois problemas colocaram-se

na primazia das atenções nos debates e nas votações. Ousarei dizer que esses problemas colocam-se, hoje, na primeira linha de importância, não apenas dos assuntos internacionais mas também dos assuntos políticos em geral, inclusive da projeção interna inevitável, dos temas internacionais. São as questões do desarmamento e do colonialismo.

O desarmamento é a chave do problema da paz; e o colonialismo, a do subdesenvolvimento.

A integração destes dois fatores torna indissoluvelmente ligados os dois problemas e suas soluções.

É para mim uma honra poder fornecer ao Senado Federal e à nação, por intermédio desta casa, a linha da conduta dos membros da Delegação Brasileira, que agiram estritamente em consonância com as instruções recebidas do Itamarati, e as explicações desta linha de conduta.

As questões do desarmamento e do colonialismo, Sr. Presidente, como Chefe da representação de nosso país, eu as mencionei e focalizei na minha oração inaugural.

Como sabe o Senado, desde a primeira reunião da Assembléia Geral, o nosso país tem o privilégio de inaugurar as sessões. É sempre o Chefe da Delegação do Brasil que profere o discurso de abertura, e este discurso, habitualmente, é aguardado com muita curiosidade, porque pode dar a linha dos debates.

Procurei, no meu discurso – que foi publicado em alguns dos principais diários do Rio de Janeiro e de São Paulo – fixar nossa posição dentro desses dois problemas que, de início, me pareciam fundamentais: o problema da paz, ligado ao desarmamento, e o problema do desenvolvimento, ligado à emancipação colonial. A nossa posição, nestes casos, como não podia deixar de ser, foi de independência no tocante aos interesses criados, respeitáveis muitas vezes, mas, quase sempre, servindo de obstáculo ao processo de evolução dos dois assuntos, quer o do desarmamento, quer o do desenvolvimento. É muito natural que interesses criados, mesmo pelas nações que nos são ligadas pela tradição, pelos interesses atuais e pela similitude das instituições, nem sempre se afinam ou se coadunam com os nossos, por motivos muito simples: porque, no caso do desarmamento, os dois blocos têm posições paritárias, que procuram tornar desniveladas em benefício próprio, e têm, por conseqüência, a responsabilidade de encontrar vantagens relativas para o bloco que lideram ou a que pertencem, em detrimento da vontade do adversário, no tocante ao plano do desarmamento. Enquanto que os países do tipo do Brasil, embora com posição de solidariedade firmemente vinculada às nações que conosco se aparentam, têm entretanto, um dever geral, mais amplo, que é o de defender, realmente, a causa do desarmamento e da paz. Para o Brasil, o que está em primeiro lugar é a idéia da paz e é, conseqüentemente, a do desarmamento, tomada como um tema conjunto, não nos preocupando, imediatamente, a situação de desnível relativo ou superioridade ocasional no decurso das negociações.

Sabemos que a nossa posição não influi nas decisões concretas mas sabemos que contribui para a formação de um estado de espírito mundial, que é o das nações

desarmadas, na reiteração dos nossos propósitos de lutar pela paz, sempre pela paz, sem desvio do caminho da paz, de formar aquele ambiente de pressão emotiva internacional, que ajuda, consideravelmente, os dois grandes blocos antagônicos a procurar e a se aproximar no sentido de encontrar uma solução.

Portanto, a posição do Brasil quanto ao problema da paz e do desarmamento é pelo desarmamento e pela paz, sem que isto represente uma posição de afastamento dos deveres e obrigações que devemos ter para com os países que lideram o bloco ocidental e conosco se aparentam e se aproximam, pela tradição e organização política, econômica e social.

Voltarei, daqui a pouco, a esse aspecto da questão que, nesta primeira fase do discurso, pode parecer um pouco deslocado ou insuficientemente esclarecido, a fim de demonstrar como a existência de um grupo de nações responsáveis e prestigiosas, que lutam, permanentemente, pelos princípios da Carta, isto é, os princípios que impõem a todos os membros das Nações Unidas trabalhar, efetivamente, em benefício da paz, como esta posição repito, veio, afinal se tornar vitoriosa, na ocasião em que se organizou aquele instrumento que é a Comissão dos dezoito países que deverão estar reunidos em Genebra, no mês de março.

A organização desta Comissão foi sem dúvida, a vitória do ponto de vista dos países que defendem, como o Brasil, a tese sincera, permanente, coerente, contínua da paz e do desenvolvimento.

Do problema colonial eu também, desde logo, tratei, Sr. Presidente, em termos gerais. E aí a nossa posição, embora no fim tenha ficado inteiramente idêntica à dos grandes países ocidentais, como os Estados Unidos e a Inglaterra, teve peculiaridades de formulação que correspondem, sem dúvida, aos nossos interesses nacionais. Porque, como sustentei em nome do Brasil, não devemos hoje ter em vista a divisão do mundo somente em termos de meridianos, mas temos que considerá-lo atentamente, também em termos de paralelos. Isto é, para nós, o mundo não é apenas o oriente e o ocidente, divididos por ideologias estratificadas, cristalizadas e irredutíveis. O mundo é também norte e sul, divididos pelas fronteiras do desenvolvimento, da técnica, e dos recursos financeiros; do adiantamento e da plenitude, no Hemisfério Norte, e do abandono, da miséria, do atraso, do subdesenvolvimento, no Hemisfério Sul.

É esta divisão norte e sul que faz compreender imediatamente a questão do subdesenvolvimento econômico e a questão do colonialismo. E, como sempre acontece nessas declarações um pouco verbais – para não dizer verbalistas – nesta chave de palavras que procuram sintetizar ou condensar sistema de idéias, esta antinomia norte e sul colocada em face da antinomia leste e oeste encontrou favor e receptividade. E eu a vi posteriormente repetida em mais de um discurso e em mais de um artigo de jornal porque ela de fato simboliza e dramatiza qualquer coisa que é muito real. Então, o imperialismo e o colonialismo, que estão jungidos e vinculados, se colocam nessa antinomia norte e sul. E, neste particular, nós assistimos, Sr. Presidente, neste século, a qualquer outra coisa parecida com o que assistiram os nossos ante-

passados no século XIX: vivemos uma fase de emancipação de antigas colônias. Na África e na Ásia ocorre hoje uma espécie de réplica, no tempo, daquilo que ocorreu na América. É claro que com as acomodações, variações e adaptações necessárias à própria evolução do tempo histórico. Mas, não compreender isso é não compreender o nosso tempo. E não é apenas para estarmos dentro do nosso tempo que devemos compreender e atuar nessa direção.

Sou daqueles que aceitam que a verdade, muitas vezes, parece inatual.

Mas, neste caso, estou inteiramente convencido de que a posição do anticolonialismo, isto é, a posição de acompanhar e de estimular juridicamente a emancipação e autodeterminação das antigas colônias africanas e asiáticas não é somente uma questão da justiça no sentido ético; é questão de interesse no sentido econômico e, mais do que isto, interesse no sentido democrático.

Só poderá, na minha opinião, haver segurança no futuro da democracia, ou melhor – para colocar a questão em termos perfeitamente objetivos e claros –, só poderá haver êxito na luta contra o comunismo internacional, na medida em que o imenso mundo subdesenvolvido se inclinar contra o comunismo.

A batalha do comunismo contra a liberdade não é uma batalha nuclear, não é uma batalha armada nem mesmo uma batalha de insurreição violenta; ela é competição de evidências e não nos podemos esquecer de que centenas de milhões de homens estão hoje enfrentando esse desafio, que é o desafio do desenvolvimento. Se nós democratas não auxiliarmos e tomarmos a chefia dianteira da marcha dos países subdesenvolvidos para a democracia, a prosperidade e o desenvolvimento, estaremos entregando essas centenas de milhões de homens à sorte que teve a China, que é a entrega dessa geração à ideologia vermelha.

Portanto, a luta contra o comunismo é a luta pela emancipação e prosperidade de povos atrasados. Somente na escolha e na opção entre essas diretrizes é que se afirmará a vitória do nosso sistema de vida e não nas polícias, nos fuzilamentos, nas repressões, nas censuras.

Sr. Presidente, quem luta contra o subdesenvolvimento e contra o colonialismo, luta pela democracia e contra o comunismo. Quem sustenta as teses do colonialismo e da opressão das massas atrasadas sustenta a tese do comunismo. Não tem coragem de o dizer porque está preso a interesses imediatos, dos dinheiros de Judas.

O Sr. Sérgio Marinho – Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muita honra.

O Sr. Sérgio Marinho – Nobre Senador Afonso Arinos, Vossa Excelência acaba de defender, com o calor e a rutilância que lhe são peculiares, a tese exuberantemente defendida por esse homem extraordinário que tem hoje sobre os ombros a responsabilidade da paz no universo em que vivemos. O Presidente John Kennedy lamenta, melancolicamente, que as grandes bandeiras da recons-

trução do mundo hodierno hajam sido arrebatadas das mãos ocidentais pela União Soviética. Essas grandes bandeiras, essas flâmulas agitadoras, são justamente as bandeiras que Vossa Excelência acaba de focalizar: a do anticolonialismo, a da autodeterminação dos povos, a do desenvolvimento dos povos que vivem em condições de vida inferiores. V. Exª está portanto defendendo uma tese que se casa, se harmoniza e se compadece exata e rigorosamente com as grandes teses que proliferam no ocidente.

O SR. PRESIDENTE – *(Fazendo soar os tímpanos)* – Lembro ao nobre Senador Afonso Arinos de que o tempo destinado à primeira hora do expediente está terminado, mas a Mesa assegurará a V. Exª a palavra, logo após a votação da Ordem do Dia.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, peço a V. Exª me considere inscrito para esse prazo adicional que V. Exª tão generosamente me concede.

Chefia da Delegação à XVI Assembléia Geral da ONU

15-2-1962

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, obrigado a Vossa Excelência.

O nobre Senador Sérgio Marinho, no aparte tão oportuno com que me honrou, fez menção de um aspecto que eu gostaria de salientar, nas considerações que vinha formulando. Disse S. Exª, com toda razão, que a maneira como o orador que se encontra na tribuna conceituava o problema do desenvolvimento, focalizando-o como a forma adequada de defesa democrática e de combate ao comunismo, era precisamente a substância da pregação política do grande Presidente dos Estados Unidos. Concordo plenamente com S. Exª e acentuo – embora não queira no meu discurso entrar em considerações de ordem interna, de política interna, não porque me escuse a isso, mas porque seria deslocar um pouco a linha que me tracei – acentuo que o desdobramento necessário do plano de Aliança para o Progresso, segundo as reiteradas declarações do jovem chefe do Estado americano, está exatamente na transformação da estrutura econômica e social interna dos países a serem visados pelo auxílio desse mesmo plano. Estas declarações encontram, também, o meu mais franco apoio. E os mesmos círculos opositores que na órbita internacional combatem aquela conceituação do anticolonialismo; os mesmos círculos opositores que sustentam que a compreensão que eu venho sugerindo do problema anticolonial representa uma aproximação e não um combate ao comunismo, são os círculos que, também na ordem interna do nosso país, resistem e se opõem às modificações de estrutura.

Esta observação é muito interessante, Sr. Presidente, porque aqueles que, no campo da política internacional, sustentam a necessidade da luta anticolonial e do desenvolvimento econômico dos países atrasados, são aquinhoados com epítetos de "inocentes úteis" e até de agitadores extremistas. Exatamente aqueles que, dentro dos países, procuram também fazer compreender a necessidade da transformação da estrutura interna, econômica e social, são alvos dos mesmos epítetos.

Por parte de quem? Por parte dos grupos conservadores, incapazes de perceber que a sobrevivência da democracia e a luta contra o comunismo só podem ter assento na eliminação do subdesenvolvimento dos povos atrasados e, portanto, de uma política anticolonialista, no campo internacional, e uma política progressista, no campo interno. Esta é a verdade inconcussa. E nós, no Brasil, estamos em condições de fazer isso.

Sustento, Sr. Presidente, como democrata que sou, como anticomunista que sou, como católico que sou, que o Brasil não tem nenhuma dificuldade em levar avante esse plano com os quadros dirigentes atuais. Não há necessidade de nenhuma revolução violenta, para que possamos compreender a evolução no plano internacional e no plano nacional.

A revolução que se impõe é a revolução das consciências. É a modificação de idéias que não mais têm aplicação no momento presente. É a livre disponibilidade das nossas elites dirigentes, as únicas capazes de dirigir, porque se nós as eliminarmos dos quadros dirigentes do nosso país, não teremos provavelmente ninguém para preencher esses claros, mas é indispensável que esses dirigentes se convençam da necessidade de proceder de acordo com os interesses atuais da defesa da democracia e da liberdade e da luta contra o comunismo.

O Sr. Jefferson de Aguiar – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Jefferson de Aguiar – Entendo que os grandes males que afligem esta nação decorrem, primacialmente, da impermeabilidade das nossas elites, que não se convenceram que devem estabelecer diálogo com a realidade nacional, e não podem ser elites dominantes, mas elites atuantes, que vejam as necessidades das massas, para socorrê-las nas aflições e atendê-las nas soluções compatíveis com a dignidade humana de acordo com os princípios que decorrem da moral, da religião e dos princípios democráticos que norteiam esta nação. Sou anticomunista e católico, como V. Exª. Nunca recebi voto de comunista e jamais me elegerei com votos daqueles que querem derrubar o regime e escravizar os cidadãos. Por isto, sempre fiz apelos às elites nacionais para que verifiquem essa realidade e lhe dêem solução compatível com a dignidade humana; V. Exª em outros termos disse as mesmas palavras. Tem procedência, portanto, a argumentação que expande, porque ela decorre de uma realidade contundente, que deve ser vista, examinada e decidida o mais breve possível.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço, Sr. Presidente, e me felicito de que o nobre Senador Jefferson de Aguiar tenha trazido, com expressões mais adequadas e palavras mais brilhantes, alento e apoio ao meu pensamento.

O Sr. Jefferson de Aguiar – Generosidade de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas, seguindo agora tanto quanto possível a ordem direta, não mais continuando no terreno dos princípios, das definições e das idéias gerais, procurarei mostrar como esses princípios, definições e idéias funcionaram no decurso da XVI Assembléia para a Delegação do Brasil e como ali procurei concretamente atuar, na linha dessas considerações.

O primeiro problema mais sério com que tivemos de nos defrontar foi a eleição do Secretário-Geral U-Thant, em substituição ao antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, que falecera.

De passagem, lembrarei que logo que se deu aquele lutuoso fato, em que perdeu a vida uma das grandes figuras do cenário internacional pelas suas qualidades, experiência e prestígio, a Delegação do Brasil sugeriu a criação daquela Comissão de Inquérito, que depois foi, de fato, constituída pelas Nações Unidas.

De passagem, direi que a iniciativa tinha sido do nosso governo, mas a reeleição do Sr. U-Thant criou desde logo um dos problemas mais delicados da estrutura das Nações Unidas, que foi a questão da unidade do Secretariado.

Sabe V. Exª, Sr. Presidente, que o bloco soviético, o bloco democrático e aquelas nações que se convencionou chamar neutralistas, e que são o bloco dos países subdesenvolvidos que atingiram recentemente a emancipação política – que essa divisão em blocos determinou a tripartição dos órgãos políticos da ONU, isto é, do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral.

Hoje, encontram-se no funcionamento desses órgãos, de maneira muito nítida, as três correntes: a ocidental, que é a nossa, a corrente soviética, e a corrente intermediária, que flutua entre as decisões e faz, freqüentemente, o jogo de seus próprios interesses por meio do peso majoritário dos seus votos, porque constituem mais da metade do número total de membros das Nações Unidas.

De fato, a emancipação de quase três dezenas de países, recentemente, entre a África e a Ásia, fez com que o panorama das reuniões se transformasse completamente, nos últimos anos, principalmente nesta última Assembléia, à qual quatro novos países foram admitidos.

Sr. Presidente, a nossa posição, nesse ponto inteiramente coerente com a posição das grandes potências ocidentais, foi no sentido de que não se poderia admitir a divisão do Secretariado Geral. Era a tese chamada da *troika*, da União Soviética, fazer-se também o Secretariado Geral tripartite. Ficamos entre os que não aceitaram essa solução, e ela afinal foi afastada porque o Secretário-Geral é, apesar do nome, executor das decisões políticas das Nações Unidas, seja da Assembléia Geral, seja do Conselho de Segurança.

Essas decisões já sucedem a uma filtração, e já representam, portanto, uma decantação de posições. Se nós, na execução, tivéssemos a tripartição dos órgãos de aplicação das decisões, estaríamos paralisando completamente o funcionamento das Nações Unidas. Nunca seríamos capazes, por exemplo, de uma operação como a que se realiza hoje, onde estão as tropas brasileiras, no Egito; ou, em outro exemplo, as operações que estão por restabelecer a unidade do Congo.

O problema do Congo é outro assunto que poderei ventilar, oportunamente. Ele foi muito mal apresentado em nosso país. A posição das Nações Unidas, no Congo, é uma posição chave.

O que as Nações Unidas ali fizeram foi evitar a bipartição do Congo, a transformação numa Coréia, num Vietnã, num Laos; isto é, evitar trazer guerra comunista para a fronteira ocidental da África, em frente do nosso território.

A união do Congo depende, diretamente, da unidade do Secretariado. E exatamente porque Dag Hammarskjöld morreu no Congo, todo o esforço da União Soviética foi no sentido de forçar a divisão do Secretariado e eliminar as possibilidades de coesão e de ação sensata, prudente e construtiva na terrível e confusa luta tribal que se desenvolve naquela antiga colônia.

Nossa posição foi, portanto, clara, e a declarei desde logo, sem atender a nenhuma das pressões, das solicitações ou das injunções que se criaram no seio da Assembléia. Sobre o problema do desarmamento, serei breve, procurarei passar por ele depois...

O Sr. Lima Teixeira – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muita honra.

O Sr. Lima Teixeira – Permita-me V. Exª indagar, apenas para ter uma informação segura, se o Brasil chegou a ser indicado para concorrer ao Secretariado da ONU. Aqui os jornais noticiaram isso.

O SR. AFONSO ARINOS – De fato, falou-se numa certa hora, no nome de um brasileiro, um grande diplomata brasileiro, o Embaixador Vasco Leitão da Cunha. Seria para mim motivo de extrema alegria poder colaborar na eleição desse grande diplomata, com quem me honro e me desvaneço de ter as mais velhas e afetuosas relações de amizade.

Mas, como dizia há pouco – e V. Exª, que está-me honrando com a atenção, deve-se recordar, a maioria está nas mãos do bloco afro-asiático. A junção dos africanos e dos asiáticos corresponde quase que à junção do meu partido com o seu, ou a do meu partido com o do nobre Senador Jefferson de Aguiar. Torna-se quase impossível a vitória de uma terceira corrente, uma corrente de fora, quando existe tal junção.

Houve assim a escolha do antigo Embaixador U-Thant, figura de grande projeção, de muita respeitabilidade, cultura, experiência e da maior integridade moral.

Em torno dele, que veio da Birmânia, reuniram-se correntes afro-asiáticas e, depois, as demais delegações. U-Thant foi eleito por unanimidade.

Mas V. Exª, Senador Lima Teixeira, tem muita pertinência na sua observação. O Brasil fez eleger um de seus funcionários, o Sr. Ernani Tavares de Sá, homem que goza de grande situação na ONU, como Subsecretário, imediatamente abaixo da autoridade do Secretário-Geral – ele e mais um grupo. Nessas condições, podemos dizer que estamos no colégio decisório desse órgão das Nações Unidas.

O Sr. Lima Teixeira – Muito obrigado a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas, Sr. Presidente, no problema do desarmamento está hoje, como disse, a chave da solução da vida internacional. A era nuclear transformou completamente o conceito de guerra e de armamento. Hoje temos a consciência perfeita, absoluta, indiscutível – e numerosas são as publicações que surgem a cada momento – de que existe uma espécie de paridade terrorista entre os dois blocos.

Para qualquer pessoa de mediana formação e de mediana sensatez está excluída a hipótese de uma solução violenta, a não ser por uma tragédia que não encontra, realmente, precedente na história do mundo e que poderá ter conseqüências de tal maneira tremendas, que sequer poderemos, ainda que hipoteticamente, referir-nos a elas em termos aceitáveis.

Todas as gerações têm o hábito de se considerar como vivendo uma fase sem precedente na história humana; mas, se há uma geração que merece esse triste destino, é a nossa.

A partir de Hiroshima, a capacidade de destruição do homem – isto é, hoje, um truísmo – chegou a altitudes inéditas, e aumenta sempre, segundo dizem os melhores especialistas em matéria de energia nuclear.

Tive oportunidade, em virtude da condução dos debates, de tomar conhecimento de que em cada cinco anos ocorre uma transformação total na possibilidade destrutiva das grandes potências nucleares.

A era nuclear, em relação à era atômica, foi uma transformação completa. A partir da era nuclear, que se instala de forma, vamos dizer, decisiva em 1955 e 1956, as transformações são quase que qüinqüenais e, à proporção que a evolução vai progredindo, o prazo dessa transformação torna-se cada vez mais exíguo.

Veja V. Exª, Sr. Presidente, que quando se falava, no Plano Baruch, do terror das bombas atômicas, pensava-se em qualquer coisa como dois ou três megatons. A União Soviética, no findar do ano passado, fez explodir uma bomba de cinqüenta megatons! E não podemos saber, nessa louca emulação de pesquisas nucleares o que será, em matéria de disponibilidade destrutiva, dentro de cinco ou dez anos!

Uma coisa se sabe, Sr. Presidente – darei apenas esse pormenor porque não quero cansar, por demais, meus ilustres colegas com materiais que não são da minha

competência –, uma coisa se sabe: é que, em 1970, a China poderá ter uma indústria nuclear comparável à da Rússia em 1960.

Essa simples comunicação é suficiente para chamar a atenção de meus companheiros e colegas para a gravidade do problema.

Dizia que a questão do desarmamento, hoje, se concentra praticamente no problema nuclear. As armas convencionais são destinadas a soluções de conflitos inteiramente marginais, secundários, insignificantes, sem repercussão na vida internacional propriamente dita. São as guerras limitadas, locais. Mas a guerra total é a nuclear, portanto, quando se fala em desarmamento, se fala em desarmamento nuclear.

O próprio desarmamento nuclear está dividido em várias etapas. A primeira é a cessação das experiências nucleares, porque é através das experiências nucleares que a ciência e a técnica adquirem novas possibilidades de expansão destrutiva.

Depois de cessação das experiências nucleares, cabe tratar, então, da elaboração de um convênio para a limitação dos estoques existentes e sua destruição gradativa, para que se possa chegar ao desarmamento nuclear, à desaparição da arma nuclear, da matéria, do objeto, do instrumento nuclear de destruição, enfim.

Seria fútil, ingênuo, insensato, afirmar, pretender ou imaginar que esse terrível, esse tremendo problema do nosso tempo tenha solução fácil. Mas seria igualmente insensato imaginar que ele não tem solução. Dizer-se que tem solução fácil é contrariar todos os dados da realidade, e dizer-se que não tem solução é decidir, inapelavelmente, pela destruição da espécie humana, que os filósofos, os historiadores consideram hoje coisa possível.

Sr. Presidente, contarei ao Senado uma passagem extremamente dramática, muito grave, que me encheu o coração de amargura durante dias; de tal maneira me amargurei que tive vontade de abandonar a XVI Assembléia. De fato abandonei-a por alguns dias, passando à leitura de livros de literatura, tal a minha angústia. Foi quando o Chefe da Delegação Americana teve comigo uma longa conferência a respeito do problema e trocou idéias sobre a situação geral.

Dizia eu ao Embaixador Dean que o meu receio não é tanto a oposição americano-soviética, porque, sem dúvida, são países com experiência e responsabilidade internacionais. Podemos divergir, como divergimos profundamente, da organização interna da União Soviética, mas seria estultícia negar a responsabilidade internacional e a importância que detêm nas mãos os governantes daqueles países.

Dizia, pois, eu, ao Embaixador Dean que minha preocupação está em que, com a evolução da técnica, dentro de alguns anos, países estranhos a essa responsabilidade, indiferentes aos resultados de uma destruição maciça, possam possuir a bomba nuclear, porque a temibilidade da bomba nuclear está muito em função das possibilidades destrutivas de um ataque maciço, mas um país que vive em estado primitivo e que possua uma superpopulação gigantesca, que não tenha responsabilidade nem moral nem internacional, se atingir a uma possibilidade de desenvolvimento técnico capaz de criar esse engenho de destruição, esse país pode ser o centro, o início do fim do mundo.

O Embaixador Dean disse apenas o seguinte: o grande historiador inglês Arnold Toynbee declara que é muito possível que, em outros planetas, a evolução das espécies prossiga até o momento em que atinja a possibilidade de autodestruição. Depois se destroem. Esse o triste pensamento de um homem a quem incumbem as responsabilidades de representar o seu governo na Comissão do Desarmamento. Veja V. Exª Sr. Presidente, o terror, a gravidade, a delicadeza da situação.

O Sr. Sérgio Marinho – V. Exª há de convir que, caso isso ocorresse, levando-se em conta o conjunto da universalidade dos astros e dos seres que possivelmente os habitam, passaria a ser um episódio corriqueiro a autodestruição.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Fernandes Távora – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com todo prazer.

O Sr. Fernandes Távora – V. Exª não desconhece que todas as civilização que tem passado sobre a Terra – quantas e quantas, ainda não se pode medir – ao alcançarem certo nível de desenvolvimento destruíram-se. Não sei se foi autodestruição. Mas, parece, foi uma destruição razoável, ou, pelo menos, necessária, pois dada como certa quando as nações atingem a determinado estado de desenvolvimento. O nosso planeta não é mais que um vasto cemitério de civilizações. Hoje já atingem a mais de vinte as que desapareceram.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

A única novidade, a meu ver, é que esse tipo de destruição implica da destruição da própria espécie. Os cálculos, é claro, são puramente estimativos, mas os escritores americanos, que se especializam na matéria, falam na possibilidade de 160 milhões de mortos nos primeiros dias, nos Estados Unidos. Na Rússia, calculam em 200 milhões de mortos. Isso parece até história de suplemento infantil. Mas não quero alongar-me sobre esse ponto.

O Sr. Jefferson de Aguiar – V. Exª acaba apavorando o Senado.

O SR. AFONSO ARINOS – Não; acabarei reiterando o meu próprio pavor.

Mas, Sr. Presidente, demos como não proferidas essas palavras. São observações puramente marginais. Vamos insistir na posição objetiva que diz respeito à conduta da ONU.

Permito-me perguntar a V. Exª, Senhor Presidente, até que horas poderei ocupar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE – Nos termos do Regimento, até às 17h15min.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

Tratarei de terminar antes disso.

Dizia eu que o grande problema nas experiências nucleares é, em primeiro lugar, a cessação dos testes; em segundo lugar, a existência de um convênio que limite e depois diminua os estoques nucleares; e, finalmente o controle efetivo, a fiscalização efetiva dessas medidas.

Estas são as etapas, que parecem razoáveis, do processamento desse grande esforço pelo desarmamento nuclear.

Não podemos conceber que essas soluções sejam encontradas de improviso. Contêm dificuldades técnicas consideráveis e dificuldades políticas igualmente muito sérias. As dificuldades técnicas são de várias naturezas e seria presunçoso que eu aqui viesse esmiuçá-las, pois não as conheço em profundidade. Apenas procurarei salientar a mais importante, isto é, a prática impossibilidade do controle efetivo dos processos de desarmamento.

Quando o Sr. Bernardo Baruch apresentou seu plano de desarmamento mundial pouco depois da segunda grande guerra, até hoje um dos mais inteligentes, se não o mais admirável plano dessa natureza, sua idéia era a da imediata criação de uma agência internacional entregue às Nações Unidas e a outorga a essa agência do controle de toda política atômica – naquele tempo dizia-se atômica, e, não, nuclear.

A União Soviética se opôs, porque não possuía a energia atômica e estava num esforço desesperado para atingi-la.

Foi a fase dos espiões canadenses, dos espiões americanos e dos espiões italianos, que vieram, afinal, apressar a conquista da bomba atômica pela Rússia. Ela se opôs, alegando que a entrega às Nações Unidas, através do Plano Baruch não era senão a manutenção do monopólio nas mãos das grandes potências ocidentais que, àquele tempo, tinham o controle das Nações Unidas.

Depois disso, chegou-se à conclusão de que, pelo desenvolvimento da ciência nuclear, havia impossibilidade quase total do controle. Daí este esforço dos países, de fazerem múltiplas as bases de agressão: os submarinos *Polaris*, os teleguiados – não os teleguiados de bases fixas – e todos esses processos que tornam inatingível a ofensiva nuclear, senão através da retaliação maciça.

São, porém, pormenores que não cabem neste discurso, que é puramente expositivo.

O mais grave é a impossibilidade do controle. Fala-se, por exemplo, no controle das bases de lançamento, na destruição dos submarinos *Polaris*, na modificação dos veículos, como os aviões especializados em transportes de foguetes atômicos, e em outros tipos de controle. O problema do controle é realmente central. Como fiscalizar a execução? Só há uma maneira de fiscalizar, aparentemente a mais aproximada, que é a investigação direta, a presença das comissões de investigação nos territórios de um lado e de outro. A isto se opôs tremendamente a União Soviética, embora os Estados Unidos e a Grã-Bretanha tenham aceitado. Comissões de investigação compostas através de uma agência internacional, que não serão de nenhum dos países, dirigidas por uma autoridade internacional neutra, da maior categoria, como, talvez o Secretário-Geral da ONU.

Então, as comissões de investigação fariam visitas periódicas e às vezes inopinadas aos pontos que quisessem, sem nenhuma resistência.

O bloco da União Soviética se opôs dizendo que isso era espionagem, que as potências ocidentais querem transformar isso numa agência de espionagem, o que é para mim um argumento inconsistente, para não dizer ridículo.

Creio que isso é a maneira de manifestar um outro tipo de oposição.

É a esse ponto que eu queria chegar, à oposição política, à falta de confiança que os grandes países, de um lado, têm dos grandes países do outro lado.

Aí é que chego àquele ponto do meu discurso, em que fiz menção de que posteriormente voltaria ao assunto. Aí – repito – é que se torna importante a presença dos países do tipo do Brasil que, sem estarem desvinculados das suas origens políticas, são, entretanto, suficientemente independentes e honrados para suscitarem a confiança, ainda que limitada das duas partes.

O Sr. Lima Teixeira – Exatamente.

O SR. AFONSO ARINOS – Aí está uma das razões da defesa da nossa posição, de não nos filiarmos caudatariamente a nenhum bloco, a não ser a todos os blocos que desejam o desarmamento.

A primeira Comissão de Desarmamento foi feita para não funcionar. Composta de todos os países das Nações Unidas tornou-se um órgão demasiado grande, embaraçoso.

É presidida por um velho amigo que conheci em Caracas, quando fazia parte da Delegação do Brasil no ano de 1954 e que é um dos mais ilustres diplomatas americanos, Embaixador Padilha Nervo, do México. A sua comissão, ele próprio o reconhece, não pode funcionar satisfatoriamente.

Então, formaram-se duas novas comissões, ambas fora das Nações Unidas. Uma, composta de cinco representantes de cada bloco, foi a famosa Comissão dos Dez, composta – não sei se terei os nomes na memória – de representantes do Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, França, Itália, pelo lado ocidental, União Soviética, Romênia, Bulgária, Tchecoslováquia, Polônia, pelo lado soviético. Esta comissão foi aquela que, ao cabo de muitos esforços, paralisou-se e, praticamente, se dissolveu em Genebra. Não conseguiu a realização daquela reunião de cúpula a que deveriam comparecer os presidentes dos quatro grandes países no decorrer de 1960.

Então, em seguimento a uma Conferência de Ministros do Exterior, levada a efeito naquela cidade suíça, constituiu-se pequeno grupo de trabalho que foi a Comissão dos Três, formada pelas potências nucleares, Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, porque a França, embora seja potência nuclear tecnicamente, não o é ainda militarmente.

Esta foi a Comissão que, no fim do ano passado, fracassou em Genebra. Por que fracassou? Porque os blocos estão colocados monoliticamente, um diante do outro, porque não existia entre os blocos um grupo de nações não nucleares que facilitassem politicamente os debates. Pois bem, esse tipo de nação, que não é

nuclear porque não tem desenvolvimento para isto, que não pertence nem ao Tratado de Varsóvia, que reúne os países comunistas, nem ao do Atlântico Norte, que reúne os países ocidentais, tornou-se uma necessidade tão evidente que, em novembro do ano passado, a Delegação americana, presidida pelo Embaixador Stevenson, e a Delegação soviética, pelo Embaixador Zorin, fizeram uma declaração dual, assinada por ambos, em nome dos respectivos governos, em que acordavam certos princípios de negociações, através de uma Comissão de Dezoito que fosse composta da antiga Comissão dos Dez e de mais oito países que viessem a fornecer esses elementos de ligação capazes de obviar as dificuldades, eliminar atritos e afastar desinteligências.

O SR. PRESIDENTE – (*Fazendo soar os tímpanos*) – Comunico ao nobre orador que, embora disponha de tempo regimental até às 17 horas e 15 minutos, terá de encerrar suas considerações em virtude de haver sido a Mesa informada de que faltará energia às 17 horas na casa e em toda a cidade.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, terminarei imediatamente. Agradeço a advertência, porém desejo terminar esta parte do meu discurso dizendo apenas o seguinte: o Brasil, com grande honra pessoal para mim, que estava dentro das negociações, foi escolhido para ser um desses oito países.

Então o Brasil e o México representaram a América Latina, além do Canadá e dos Estados Unidos. Os oito países novos foram então o Brasil e o México representando a América; a Etiópia e a Nigéria representando a Àfrica; a Birmânia e a Índia representando a Ásia; a Suécia representando a Europa, porque também não pertence ao Tratado do Atlântico Norte; e o Egito, que ainda mantém o nome de República Árabe Unida, representando o Oriente Próximo.

Ficou assim constituída a Comissão dos Dezoito, cuja primeira reunião deve realizar-se no dia 14 de março, ainda na cidade de Genebra. Parece escusado encarecer a importância dessa reunião, que se desenvolverá sob as mais pesadas responsabilidades. Dela não se pode esperar nenhuma solução definitiva mas, apenas, a promessa da possibilidade de uma solução.

Foi exatamente para esta reunião dos Dezoito que se realizará em março, que o Sr. Kruschev, Primeiro-Ministro da União Soviética, sugeriu a presença de todos os chefes de Estado das Dezoito nações, tendo enviado, segundo vi nos jornais antes da minha chegada, um convite pessoal ao Presidente João Goulart.

Não me compete opinar nem tenho influência na ordem das decisões, mas apenas como ponto de vista pessoal ao Senado, a mim me parece pouco acertado que os chefes de Estado se reúnam, desde logo, no início dos trabalhos dessa Comissão, porque, provavelmente, o que vai haver é uma tentativa da focalização do problema de Berlim, prestando-se a reunião como um pretexto para lançar negociações neste sentido, dentro da expectativa mundial da reunião da Comissão do Desarmamento, quando esta reunião de chefes de Estado só terá, realmente, significação, im-

portância e resultado, se for acertada depois que a Comissão do Desarmamento tiver tornado possíveis relativas esperanças.

O Sr. Mem de Sá – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Mem de Sá – Quero solicitar a V. Exª, e creio que neste momento interpreto o desejo do Senado, volte à tribuna para prosseguir no relatório. V. Exª não pôde sequer concluir ou expor pormenorizadamente o problema do desarmamento e ainda restam os problemas do colonialismo e do subdesenvolvimento, tão importantes como o outro. Para todos os senadores é um prazer ouvir a palavra de V. Exª que, além do conhecimento de causa, tem mais o brilho da forma. Como hoje não pudemos ver concluída a oração, sugiro a V. Exª que, na próxima semana, a termine, enriquecendo a seus pares com a atualização dos problemas mais palpitantes.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, agradeço muito desvanecido as sugestões do nobre Senador Mem de Sá, e a acolho como uma prova da sua generosidade para com seu velho amigo, mas não quero deixar de obedecer ao meu Líder que, por tantas vezes, tem conduzido meu voto e a minha atuação. Por isso, peço a V. Excelência, Sr. Presidente, me inscreva para a primeira oportunidade a fim de prosseguir em minhas considerações e completar o dever da minha exposição ao Senado. (*Muito bem! Muito bem. Palmas.*)

Chefia da Delegação à XVI Assembléia Geral da ONU

19-2-1962

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, antes de iniciar meu discurso, desejo agradecer ao ilustre colega da bancada, o nobre Senador Gilberto Marinho, pela gentileza e cavalheirismo com que me cedeu sua inscrição de hoje.

É minha intenção, correspondendo ao apelo feito pelo eminente Senador Mem de Sá, que encontrou generosa acolhida no plenário, prosseguir o relatório que vinha fazendo sobre a situação da Delegação do Brasil na XVI Assembléia Geral das Nações Unidas.

Na última sessão em que tive a honra de ocupar a tribuna interrompi meu discurso quando tratava do problema do desarmamento, das ocorrências verificadas no decurso da Assembléia e das negociações e providências de que participáramos.

Como Delegado do Brasil tive ocasião de manifestar o ponto de vista do meu governo em várias oportunidades, durante os debates ocorridos em torno das proposições apresentadas à Primeira Comissão – a comissão política – e, notadamente, em

uma intervenção mais aprofundada na qual examinei, do ponto de vista jurídico e político, o conjunto dessas proposições, e o problema em si mesmo, isto é, o problema do desarmamento nuclear, seu desenvolvimento provável, as etapas em que na nossa opinião ele deve ser considerado, e as diferentes proposições que se encontravam na pauta da comissão política. Essas proposições eram principalmente as seguintes:

Em primeiro lugar o projeto sueco, que visava à suspensão imediata dos testes nucleares.

A razão desta proposta, Sr. Presidente, foi, como V. Exª bem sabe, a necessidade de formular-se um apelo mundial ao governo da União Soviética, para que essa grande potência nuclear suspendesse as experiências a que vinha procedendo.

Devo dizer a V. Exª que essa proposta sueca causou debate muito agitado no seio da Primeira Comissão, e havia motivos suficientes para tal agitação, visto que há três anos tinha sido estabelecido uma espécie de acordo de cavalheiros entre as três grandes potências nucleares, no sentido da suspensão dos testes nucleares. Este acordo não era garantido por nenhum ato jurídico formal, não estava previsto em nenhum tratado ou convenção, mas tinha sido uma combinação a que chegaram as grandes potências no curso das negociações de Genebra.

Infelizmente, o governo soviético, sem qualquer anúncio ou comunicação prévia, reiniciou os testes nucleares, e o fez de uma forma que tornava evidente seu trabalho anterior, no sentido da preparação daquelas experiências.

A opinião mundial abalou-se profundamente e V. Exª não deve estar deslembrado de que sobretudo a última experiência, que constou da explosão de uma bomba de cinqüenta megatons, teve o condão de suscitar uma verdadeira tempestade de reação moral em todo o mundo não comunista. Vencendo os óbices, as dificuldades e resistências impostas pelo bloco soviético, a Primeira Comissão, depois de debates dramáticos, apoiou, por esmagadora maioria, o apelo das Nações Unidas ao governo soviético para que não prosseguisse nas experiências e sustasse essa última e final, que era a explosão dos cinqüenta megatons.

Desgraçadamente o apelo foi completamente inútil, e, como V. Exª se recorda, o governo soviético fez proceder a explosão desse terrível engenho nuclear.

Outra proposta, em que votamos também a favor, foi aquela apresentada pelo governo da Índia, que preconizava um tratado sobre a cessação das experiências nucleares em geral. As grandes potências ocidentais se opuseram à aceitação dessa proposta, com argumentos de que não se cogitava nelas de uma fiscalização adequada à execução do tratado. Não havia a previsão de um sistema de controle eficaz, mas, apesar disso, a Delegação do Brasil votou a favor da proposta, porque tínhamos traçado o caminho de apoiar, indiscriminadamente, toda proposição que visasse ao desarmamento nuclear e à paz.

A proposta indiana foi aprovada, também, por grande maioria, embora algumas potências ocidentais se abstivessem na sua votação.

Em terceiro lugar, votamos a favor da proposta britânica; esta sim, previa a elaboração ou a confecção de um tratado, em seguida a negociação diplomática, um tratado que não apenas suspendesse os testes, mas que coibisse o aumento dos estoques desses armamentos nucleares, e completava-se pela sugestão de um sistema de controle eficaz para garantir a execução do conteúdo desse tratado.

Coube, dessa vez, aos países da "cortina de ferro" quer dizer, à União Soviética e seus países satélites, se oporem à aceitação desse tratado, sempre debaixo da alegação de que o sistema de controle corresponde a um processo de espionagem. Mas, apesar dessa resistência, o projeto britânico passou por grande maioria.

Finalmente, Sr. Presidente, nossa Delegação votou ainda a favor de um projeto africano sobre a neutralização nuclear da África, isto é, um projeto no qual as Nações Unidas decidiam apelar para as potências nucleares, no sentido de que o continente africano ficasse imune às experimentações nucleares, de conter bases nucleares ou de abrigar veículos nucleares.

As grandes potências se abstiveram e a nossa Delegação votou a favor porque considerou de extrema utilidade a aceitação dessa tese prévia da neutralização de certas regiões do globo, da neutralização de certos continentes.

Eu, para mim, por exemplo, consideraria extremamente importante que houvesse um tratado que tornasse a América do Sul um continente imune à fabricação de armas nucleares, ou depósito dessas armas e ao transporte delas. Essa sugestão não correspondia ao plano polonês, que vê apenas a desnuclarização da Europa Central. A essa sugestão as potências ocidentais apresentam, sem dúvida nenhuma, ponderáveis razões de oposição, porque se se retirasse da Europa Ocidental a possibilidade de manter bases nucleares, então toda essa importantíssima região do globo ficaria praticamente entregue aos países do leste da "cortina de ferro" que possuem grandes instalações nucleares.

O problema africano é diferente. Na África não existem as mesmas condições de necessidade da presença de uma rede de defesa nuclear em face da ameaça soviética, e por essa razão a nossa Delegação votou a favor do plano, na idéia de que esse princípio de proibição da existência de armamentos nucleares em qualquer parte do globo não deixa de ser o início da adoção de medida semelhante e da sua expansão para outros pontos da terra.

Com estas informações prestadas hoje, completo um rápido sumário do que foi o debate do problema de armamentos havido na Primeira Comissão e no plenário das Nações Unidas.

Desejo, apenas, reiterar a comunicação que fiz no discurso da sessão passada, segundo o qual informei a casa da constituição da Comissão do Desarmamento, composta de dezoito países, da entrada do Brasil nesse número e de que na reunião próxima, no mês de março, dessa Comissão, nos incumbiremos, pela primeira vez, como órgão das Nações Unidas, das negociações preliminares para procura de uma solução que vise ao tratado geral de desarmamento.

Não escondo a V. Exª a prudência com que, na minha opinião, deve ser encarado este problema. Não nos devemos enganar com otimismos exagerados e, sobretudo, não devemos supor que a solução, embora possível, possa ser conquistada rapidamente. Dar-me-ia por feliz se pudesse assegurar que ao termo da vida útil da nossa geração, realmente chegaríamos a uma solução definitiva deste problema angustioso para toda a humanidade.

Reconhecendo, embora, as dificuldades, os óbices, os impedimentos de toda natureza, principalmente políticos, que se antepõem a uma formulação satisfatória e solução condizente para esse problema, por outro lado, não podemos deixar de reclamar a nossa confiança no futuro, porque vivemos, hoje, uma época em que, se não houver esta confiança no desarmamento, estaremos dando, de antemão, segurança a uma destruição total da civilização.

O problema se coloca em uma antinomia radical, em uma oposição completa. Ou se chega a uma conclusão, mais cedo ou mais tarde – na minha opinião antes tarde do que cedo – para este problema que envolve, afinal, o próprio conflito entre os dois blocos em que se divide a História moderna, ou se abandona o esforço pertinaz, o trabalho contínuo, paciente, laborioso e humilde, feito de resistência, de firmeza, mas também de transigência e compreensão, e neste caso estaremos, como dizia há pouco a esta casa, dando, de antemão a garantia de que marchamos para a catástrofe.

Sr. Presidente, em nome dos delegados do Brasil, tive oportunidade de exprimir essa confiança e, estou certo, todos os governos democráticos do mundo, todos os líderes responsáveis da atualidade participarão dela, sem a qual não há salvação para o futuro humano.

O segundo problema, em ordem de importância, que procurei focalizar no meu discurso anterior, é o que diz respeito ao colonialismo.

Na sessão precedente tive oportunidade de traçar a linha geral que nos orientou e que procuramos seguir, no debate da matéria e nas votações a que comparecemos.

Hoje, gostaria de salientar, Sr. Presidente, um ponto que talvez tenha passado um pouco rápido no meu discurso anterior. Nele procurei revelar a minha sincera impressão de que o terceiro grupo de nações, que compreende os países que adquiriram independência política depois da segunda guerra mundial e que são numerosos, tanto na África como na Ásia, constitui, de fato, campo de batalha entre a democracia e o comunismo internacional. Não campo de batalha no sentido material da expressão, de choques violentos, sangrentos, mas uma oportunidade na competição dos dois sistemas de vida e de governo, e uma oportunidade no desenvolvimento de certas tarefas específicas de organização social e da prática de certas ideologias políticas, na qual a propaganda não representa papel preponderante; somente o êxito, a segurança e a confiança podem realmente garantir a vitória.

Sr. Presidente, no fim desses meses de prática diária, de convívio obrigatório nas comissões, no plenário nos corredores e nas reuniões privadas, com dezenas de líderes africanos e asiáticos, muitas vezes por iniciativa minha, mas, no final de mi-

nha permanência na ONU, a maior parte por iniciativa deles – não digo isso para me vangloriar, mas para acentuar a isenção desse convívio e a sua autenticidade – pude verificar, e o posso declarar sinceramente, que essas dezenas de nações não são atraídas pelas doutrinas nem pelos exemplos comunistas.

O que existe nos países africanos, principalmente, visto que nos países asiáticos a situação ainda é um pouco fluida em face dos problemas militares e das lutas internas, o que existe, realmente, é uma nova forma de organização popular que, nas democracias ocidentais hesitaríamos chamar democrática, porque não correspondem à nossa concepção de democracia representativa, mas que eu me sinto em condições de afirmar, sinceramente, que se distingue pelo menos tanto do sistema soviético como da democracia representativa ocidental.

Existe um sistema, tipo de liderança popular, que não corresponde nem ao caudilhismo latino-americano nem à liderança no sentido soviético. É uma espécie de desejo de afirmação nacional, que se exprime através de fortes personalidades políticas. Estas personalidades, que se destacam pela envergadura e pela capacidade, só nos surpreendem por causa do mistério espesso que cercava a vida das antigas colônias africanas.

Mas, quando penetramos no segredo e na intimidade da vida interna dessas colônias, quando nos munimos de uma bibliografia adequada e levantamos o véu que cobria a vida desses novos até 1945, nos apercebemos que se formavam, de fato, na Europa e algumas vezes nos Estados Unidos, gerações de intelectuais, precisamente aqueles que vieram, mais tarde, ocupar posições de destaque nos seus respectivos países. Porém, a falta de técnicos suficientes, de tradição política amadurecida como a nossa, determinou a conseqüência inevitável de uma certa forma de liderança popular muito mais autoritária do que representativa.

Vemos, por exemplo, o chefe do governo da Guiné, Sekou Touré, o da Costa do Marfim, Houphouet Boigny, o do Togo, Silvanus Olímpio, descendente de escravos brasileiros transportados para a África, após a abolição, o do Senegal, Leopoldo Senghor, um dos grandes e novos poetas da língua francesa, e tantos outros. Em geral, homens de formação universitária, de conhecimentos dos sistemas da vida ocidental, mas que não encontraram, nos respectivos países – e é claro que aqui vai um pouco da interpretação pessoal – subestrutura política, tradição democrática e facilidades de ação que nossos patriarcas encontraram no Brasil.

Quando um José Bonifácio, um Gonçalves Ledo, um Cairu e outros vultos da mesma envergadura, também formados nas universidades européias, arcaram com a responsabilidade da construção do sistema democrático brasileiro, no princípio do século XIX, se defrontaram com tradições nacionais e com elites numerosíssimas, que faltam aos países africanos. Em conseqüência, foi possível, em nosso país, uma maturação política que fez com que o Brasil se tornasse uma nação economicamente subdesenvolvida mas politicamente desenvolvida.

Daí, Sr. Presidente, a minha velha tese de que, embora no campo econômico e social muitos dos nossos problemas se assemelhem e se aproximem dos problemas dos países africanos e asiáticos, as soluções não podem ser sempre as mesmas, por-

que nós somos uma nação desenvolvida e amadurecida politicamente e com uma larga tradição democrática. Conseqüentemente, as nossas soluções têm que obedecer a uma dimensão e a uma estrutura muito mais complexa, muito mais delicada e aprimorada, que aquelas soluções aplicadas, atualmente, pelos líderes africanos e asiáticos.

Mas, embora possamos vislumbrar, em alguns desses líderes e na orientação dos seus governos, duas tendências que poderíamos qualificar de esquerdizantes e centralistas, a verdade é que V. Exª, Sr. Presidente, não encontraria, de forma alguma, uma tendência doutrinária, sentimental ou política em favor da instalação de regimes soviéticos comunistas.

Esquerdizante, eu citaria a Guiné, antiga colônia francesa da África Equatorial que, como V. Exª sabe, foi o único, de todos os países da França africana, que se recusou a integrar-se no sistema da Comunidade Francesa, estabelecido pela Constituição de De Gaulle. Citaria o Mali, nova República, que, a princípio, constituiu uma Federação com o Senegal mas que, precisamente pela orientação mais radical dos seus governantes, rompeu essa Federação e estabeleceu-se como uma República aparte, separada do Senegal.

Finalmente, a República de Gana, antiga Costa do Ouro dos tempos dos portugueses, dirigida por um dos estadistas mais controvertidos, mas, sem dúvida nenhuma, de mais personalidade de toda a nova África.

Como países, digamos, quase centralistas, moderados, eu indicaria os outros estados do grupo de Brazzaville, como a Costa do Marfim, como o Togo, o Daomei, mas, principalmente, como o Senegal e a Nigéria.

O Senegal é um dos pontos de maior interesse na política internacional moderna. No Senegal está situada uma das mais importantes universidades do mundo: a Universidade de Dacar. É a segunda da França, só superada, em matéria de despesas e de importância pedagógica, pela própria Universidade de Paris – a Sorbonne. Basta dizer que o atual Ministro da Educação da França é o antigo reitor da Universidade do Senegal. Portanto, só isso dá idéia da significação cultural desse instituto na formação das elites dirigentes daquela República.

O governo do Senegal – e tive a honra de representar, como Ministro das Relações Exteriores, o nosso país nas comemorações da independência do Senegal – o governo desta República é, tanto quanto possível, um governo aproximado do sistema democrático parlamentar ocidental. Mas, o chefe do Governo, o Sr. Mamadou Dia, que é o Presidente do Conselho, no grande recinto da Assembléia Nacional senegalesa, na frente dos representantes de quase todos os países do mundo, que estavam presentes às comemorações, proferiu um discurso em que ele, que é um homem de cultura, um universitário, traçou com toda franqueza e lealdade, as diferenças, que considera inafastáveis, entre a democracia de liderança personalista africana e as democracias parlamentares ocidentais.

Eu assisti a esse discurso – que foi, realmente, uma espécie de exposição doutrinária, com muito mais valor, significação e dados do que este ligeiro e descosido esboço que, aqui, venho procurando proferir.

A lado do Senegal, a Nigéria é um outro país que se aproxima deste em matéria de organização política centralista e ocidentalizante. E, vê V. Exª, estou citando esses países porque, exatamente, não se pode considerar que seja uma questão de origem. Há esquerdistas na antiga África francesa, como a Guiné e o Mali, e países moderados como o Senegal. Ao mesmo tempo, há países esquerdistas na antiga África inglesa, como Gana, e moderados, como a Nigéria e outros.

O que existe na África é uma espécie de microcosmo do que hoje se passa no mundo; é a fermentação vital de doutrinas, de situações devidas as condições ecológicas, demográficas e econômicas. E afinal de contas, qualquer coisa de muito autêntico, de muito presente, de muito vivo para que possamos acreditar na possibilidade de uma submissão pacífica a uma doutrina padronizadora, esquematizadora e conservadora, como o é a doutrina marxista. V. Exª rir-se-á talvez de eu dizer que a doutrina marxista é conservadora.

Digo conservadora no sentido da técnica política, da incapacidade de se renovar, da impossibilidade de aceitar modificações em seu conteúdo. E o problema africano é de uma vitalidade que não permite doutrina estabelecida, a não ser pela escravização e pela violência.

Sr. Presidente, a minha impressão – e eu sempre aceito a hipótese de estar errado – é que a escravização e a violência externas são hoje muito mais difíceis do que há vinte anos, em virtude do equilíbrio nuclear. Essa terrível situação de impasse técnico e militar faz com que muito dificilmente se possa hoje aceitar ou admitir aquelas incursões do tempo do chamado imperialismo.

Assim sendo, minha impressão é de que a África não será um continente disposto à luta armada pela predominância das ideologias democráticas ou comunistas; a África será um campo de experimentação dessas doutrinas, um campo de aplicação desses recursos e sistemas. Assim como a Ásia, ela se inclinará pelo tipo de governo que mais corresponder às necessidades do seu desenvolvimento.

Esse o desafio que não podemos mais ignorar; não mais podemos fechar os olhos a essa realidade, mesmo porque essa realidade, de certa forma, mas não com a mesma agudeza nem a mesma violência, se projeta sobre o nosso continente latino.

A batalha do comunismo no Brasil é a batalha da preservação da ordem, do combate e do impedimento da propaganda da doutrina comunista. Mas isso não é tudo, é talvez menos na batalha contra o comunismo no Brasil e em outros países subdesenvolvidos da América; a maior parte é a batalha do desenvolvimento, é a batalha da capacidade do sistema democrático, graças à transformação da estrutura interna do país, para enfrentar o desafio da História e trazer a satisfação material ao homem, ao mesmo tempo em que lhe resguarda a dignidade moral e individual.

Quem diz isso não é o humilde Senador brasileiro, quem diz isso é o Presidente da República dos Estados Unidos, e o tem repetido reiteradamente toda vez que se manifesta sobre o seu chamado plano de Aliança para o Progresso.

O plano tem duas partes: a receptividade interna e o auxílio externo. A receptividade interna depende de nós e da nossa capacidade de imaginação, da nossa sinceridade e desprendimento. Se não tivermos as qualidades eficazes para adaptar à estrutura econômica e social do nosso país o auxílio internacional, ele se escoará como a água pela areia, e não estaremos combatendo a ideologia comunista, senão preparando o seu advento e facilitando a sua vitória.

Sr. Presidente, ainda nessa incursão muito superficial sobre o panorama africano, eu gostaria de chamar a atenção de V. Exª para a similitude entre a situação que acabo de descrever e o que se verifica na zona do Magreb, isto é, na região árabe da África que vai desde o Marrocos Ocidental até o Egito (que ainda conserva o nome de República Árabe Unida) no extremo oriente africano.

Para que V. Exª veja como as observações que aqui faço muito deficientemente nada têm de original – procuro apenas enumerar – mas são fundadas, basta que atentemos que também na zona do Magreb, na região árabe que tantas peculiaridades apresenta, o panorama não é muito diferente, isto é, a variedade de situações, apesar da unidade cultural profunda, que é a unidade muçulmana.

Esta variedade de situações também se manifesta no norte da África; nós encontramos países esquerdizantes e de tipo mais fortemente ditatorial, como o Egito sob a liderança do general Nasser; encontramos países de tipo ditatorial, mas muito menos esquerdizantes, como a Tunísia, sob a liderança do Presidente Bourguiba; nós encontramos, finalmente, países de organização tradicional, como o Marrocos, sob o regime monárquico do sultanato.

Vê, portanto, V. Exª a variação dessas diferentes apresentações políticas, isso apesar da unidade profunda da língua, da história, da unidade de religião, que é toda a África muçulmana. E V. Exª não encontrará tampouco em toda esta orla do Mediterrâneo africano uma tendência incoercível, manifesta, irresistível para a dominação comunista. Podemos estar, portanto, não tranqüilos, mas confiantes, porque continuo a assegurar que a questão da luta contra o comunismo corresponde à questão da luta contra o subdesenvolvimento e a favor do progresso social e econômico dos povos. E todo o empenho do grupo que no Brasil pensa como eu e que luta pelo anticolonialismo, que se esforça para participar desse movimento de libertação das colônias e de consolidação de um sistema de legalidade política nos países africanos, não é senão um empenho consciente de luta contra o predomínio da tirania vermelha. Todo nosso interesse em fazer principalmente com que as nações da chamada África negra – quer dizer, a África que fica ao sul do Saara e ao norte da antiga colônia do Cabo – sejam nações livres, estáveis e prósperas, corresponde precisamente a um esforço democrático de fazer com que se impeça o domínio, que de outra maneira seria muito mais provável, da ideologia marxista nas fronteiras e no litoral ocidental do continente africano, em face do nosso litoral oriental.

Brasil e África são como janelas que se defrontam sobre uma imensa região marítima. Nós olhamos para a África ocidental como vizinhos do Hemisfério Sul.

Dizia no meu discurso da última semana que esta apresentação dos problemas da política internacional moderna em termos de Hemisfério Norte e Hemisfério Sul e não em termos de leste e oeste é uma tentativa realística de se colocar o desenvolvimento da política internacional em termos históricos, e não mais em termos ideológicos. Em termos ideológicos, sim. O mundo está dividido entre uma concepção arraigada e profunda, pretendidamente científica, até mais do que pretendidamente, exclusivamente científica, nos países que fundamentam a sua organização política na doutrina marxista. E, do lado ocidental, do lado dos países que a fundamentam nas velhas tradições intelectuais, que não preciso rememorar porque corresponde à nossa própria formação, mas o mundo está dividido ideológica e doutrinariamente.

Não deixa de ser uma divisão abstrata, que não chamarei artificial mas que não é sempre histórica, que não corresponde permanentemente às mutações da realidade. Eu diria mais, Sr. Presidente, diria que nossa posição, em certo sentido – e não sendo eu, de forma nenhuma, adepto da filosofia hegeliana – é mais hegeliana do que a posição daqueles que se firmam na intangibilidade de doutrinas que estavam baseadas em situações transpostas e em definições que não mais correspondem à realidade concreta dos fatos históricos.

O que hoje nossa época mostra, com a claridade convincente das evidências, é que existe um desafio, que é o desafio do desenvolvimento do Hemisfério Sul.

Nós não poderemos mais conçeber a possibilidade da estabilidade de qualquer sistema democrático de governo se não for atingido, se não for encarado, se não for defendido com coragem, veemência, decisão, resolução e com presteza o problema do desenvolvimento dos povos atrasados. E este problema está indissoluvelmente ligado à erradicação do colonialismo, à extinção do colonialismo, à supressão do colonialismo, à colocação, portanto, do colonialismo no seu invólucro histórico característico, que é o mercantilismo e a revolução industrial.

Há uma certa fase, um certo aspecto do colonialismo, como, por exemplo, o colonialismo da tradição lusa, que ainda corresponde às épocas do mercantilismo, é um colonialismo comercial, e há outra apresentação do colonialismo que é recente, o colonialismo inglês, que também corresponde a uma época superada, que é a da exploração das colônias para servir de mercados à expansão industrial.

Estes dois tipos de colonialismo estão condenados pela História. A manutenção do seu espírito, numa espécie de colonos póstumos com que nos defrontamos em vários setores da opinião do nosso país, é a maneira mais segura de negarmos a confiança na democracia, como governo; não apenas das liberdades individuais, mas do bem-estar das massas, da democracia como governo, não apenas para garantia da pessoa humana, mas também para garantia das pessoas humanas, tomadas no seu conjunto social.

É esta a luta com que nós, verdadeiros democratas, os bons democratas, temos de nos defrontar neste país, seguros, embora, da dureza e da injustiça desta luta, porque não há nada mais difícil do que abandonar as idéias adquiridas e os interesses criados. E esta luta enfrenta, erradica e destrói os interesses criados e as idéias adquiridas.

Portanto, quando eu sustento – e sustentei, na Assembléia das Nações Unidas – a posição que nosso governo toma em favor do desenvolvimento dos povos africanos, da liberdade das antigas nações coloniais, ao contrário do que aqui pretendam os colonos póstumos, nós não estávamos sendo auxiliares de um pensamento de esquerda, marxista. Nós não reconhecemos, neste país o direito de libelar alguém que seja honrado, responsável, consciente, como homem de direita, nem de esquerda. O que há é que a maioria quer ir para a frente e alguns poucos querem voltar para trás; vemos os que querem marchar para o futuro e os que se querem prender ao passado, retroagir às épocas obscurantistas do passado.

Não temos direita nem esquerda. Temos futuro e passado. E todos nós que lutamos pela erradicação do colonialismo, pela transformação da estrutura interna do nosso país, estamos lutando pela consolidação da democracia, pela liberdade, pela paz e pela felicidade do homem.

Sr. Presidente, nesta linha de considerações, com esta convicção e com esta segurança, que pode ser produto de erro mas nunca de má-fé, foi que tive de abordar, na Primeira Comissão e no plenário – e com que pena o fiz, e com que dificuldade – a posição do nosso país no problema das possessões portuguesas da África.

Como titular da pasta do Exterior, tinha sido incumbido, pelo ex-Presidente Jânio Quadros, de tentar, no cumprimento do Tratado de Consulta que mantemos com Portugal, uma explicação que valesse também por uma definição. Não é chegado ainda o momento, porque o assunto não desapareceu da cogitação atual, em que eu possa fazer uma exposição circunstanciada do que foi esta missão. Um dia, se Deus permitir, o farei, mas, Sr. Presidente, creio que não será demasiado declarar aqui que a minha missão em Lisboa se desenvolveu num ambiente da maior cordialidade e do maior respeito recíproco. Manifestei a posição do nosso país, segundo as instruções que tinha recebido, e desde aquela época tinha ficado assentado o passo evolutivo que teríamos necessariamente de dar na próxima Assembléia Geral das Nações Unidas. Coube-me a responsabilidade de dar esse passo.

Bem sei, e muito compreendo, as resistências sentimentais e de outra natureza que ele encontrou no Brasil; compreendo porque, como disse há pouco, os hábitos, as idéias adquiridas, os interesses criados, representam uma força de inércia extremamente difícil de ser removida pelo progresso, mas, Sr. Presidente, o estudo da História nos ensina em cada página, em cada linha de cada página, que essas incompreensões são inevitáveis, que aqueles a quem o destino reservou a pouco invejável tarefa de serem intérpretes do progresso dentro de uma determinada geração são sempre atacados, injustiçados, descridos.

Como disse há pouco, a familiaridade com as leituras históricas dá aos homens que a elas se habituam uma serenidade que não é feita de indiferença, senão de resignação e de confiança. Compreendo como o problema foi aqui colocado, compreendo como ele foi distorcido, compreendo, mesmo, como ele foi falseado, porque já aí, no plano dos interesses, não são mais possíveis os estabelecimentos dos li-

mites para as interpretações. De qualquer maneira, Sr. Presidente, o homem público tem de enfrentar essas situações e continuar sua marcha.

Queria aqui fazer um pequeno resumo das condições de fato com que nos defrontamos e da linha da nossa atuação.

V. Exª sabe perfeitamente que a Carta das Nações Unidas impõe aos signatários, no seu capítulo 11, se não estou enganado, artigos 73 e seguintes, o sagrado compromisso de fazer evoluir para a autodeterminação e independência os países que acaso possuíssem em forma de colônias.

Ao assinarem a Carta, todos os países coloniais sabiam que adquiriam essa obrigação. Não devemos esquecer que o governo português, concomitantemente ao entrar nas Nações Unidas, promoveu uma modificação da Constituição portuguesa, pela qual as antigas colônias deixaram de o ser e se transformaram, juridicamente, em território ultramarino, ao qual teoricamente se atribuía o *status* das demais províncias portuguesas metropolitanas.

Não vou de forma alguma entrar na análise desse processo, nem me compete; estou apenas expondo as razões principais em que se baseia argumentação de defesa do governo português.

Sr. Presidente, a situação global da África evolui num outro sentido. Pela Resolução nº 1.514, as Nações Unidas recomendaram, enfaticamente, a todos os seus estados componentes que possuíssem territórios coloniais de ultramar, que cumprissem os artigos 73 e seguintes da Carta, providenciando sua autodeterminação, nos termos do mecanismo das Nações Unidas, dentro da IV Comissão da ONU qué é como V. Exª também não ignora.

Comissão que trata dos problemas coloniais.

Posteriormente, pela Resolução nº 1.514, as Nações Unidas concitaram Portugal a apresentar informações sobre a evolução dos seus territórios ultramarinos para a autodeterminação e independência, ainda nos termos da Carta, e, como houvesse resistência por parte do governo português, foi então adotada a Resolução nº 1.542, pela qual se fez a nominata de todos os territórios ultramarinos portugueses que, nos termos da Resolução anterior, deviam ter as suas informações prestadas e que eram, por conseqüência, territórios coloniais como tal considerados.

Todo o esforço dos países amigos de Portugal foi no sentido de que se pudesse proceder a uma evolução assemelhada à que ocorreu com as antigas colônias inglesas e francesas, em que a transformação em uma espécie de comunidade de antigos territórios coloniais em nações independentes não suprimiu, antes muitas vezes consolidou, os laços culturais, econômicos e de outra natureza existentes entre essas regiões e as antigas metrópoles. Também não me compete, de forma nenhuma, proceder neste discurso a qualquer julgamento sobre as decisões tomadas pelo governo português.

Com a alegação de que essas colônias ou antigas colônias tinham-se transformado em províncias, e como tal tinham recebido um estatuto jurídico semelhante ao

das zonas metropolitanas, o governo português se recusou a qualquer concessão no terreno dessas solicitações formuladas pelas diversas assembléias das Nações Unidas.

A situação com que nos defrontamos era extremamente delicada porque, de um lado – eu aqui faço questão de declarar, sem qualquer afetação nem exagero – o Senado é todo ele composto – com exceção do orador – de brasileiros ilustres, formados sob herança da cultura portuguesa, mas se alguém reivindica este título como produto da tradição intelectual, cultural e histórico-lusitana, é orador que neste momento ocupa a tribuna. Toda a minha formação é portuguesa, a familiar, a intelectual e a sentimental.

Sr. Presidente, antes de ser português sou brasileiro, e ninguém me poderá contestar ou censurar por esta declaração. E como brasileiro não podia de forma alguma colocar os interesses, o prestígio, a posição do nosso país no quadro de apoio a uma situação completamente superada, isolada e perdida como é a situação portuguesa dentro das Nações Unidas.

Seria, aí sim, ato de insânia e de traição aos interesses nacionais, ao significado do país no mundo, às responsabilidades mundiais do Brasil, cedermos às injunções respeitáveis do sentimento e nos opormos a uma marcha que nada deterá na história, que é a marcha da libertação da África.

Basta dizer, e é com pena que digo, com tristeza que rememoro, que na votação final, tanto na Comissão como no plenário, só dois países apoiaram a tese portuguesa: a África do Sul e a Espanha.

A Espanha, que não segue com o mesmo rigor a orientação de Lisboa porque presta as informações exigidas pela Carta, pela similitude de sistema de governo e de integração geográfica peninsular. É a África do Sul, o grande equívoco da história, a futura tragédia do mundo, pelas razões que todos conhecemos e que seria completamente escusado tentar aqui rememorar.

O Sr. Mem de Sá – Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com satisfação.

O Sr. Mem de Sá – Queria dizer que, por fortuna minha e com toda atenção, li o discurso que V. Exª proferiu como Chefe da Delegação do Brasil na Assembléia das Nações Unidas ao ser votada a moção referente à tese portuguesa. Quero servir-me dessa oportunidade para declarar que V. Exª, naquele momento, foi especialmente feliz na sua inspiração. Elevou o Brasil, honrou a nossa cultura proferindo uma oração realmente magistral pela simplicidade, pela substância política, pela nitidez e clareza de conceitos. Estou convencido, mais do que isto, de que Vossa Excelência não só interpretou o sentimento e a boa orientação do Brasil, mas, em realidade, interpretou o melhor e o mais alto interesse de Portugal...

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Mem de Sá – ...que teria naquele discurso a solução feliz para o seu problema, que seria, ao mesmo tempo, solução feliz para o problema da África, da democracia e dos interesses brasileiros na comunidade luso-brasileira e na comunidade futura luso-brasileira-africana.

O SR. AFONSO ARINOS – É com especial desvanecimento que agradeço o aparte consagrador do Senador Mem de Sá, já pelo seu nome tão português, nome do antigo Governado-Geral, já pela sua ascendência próxima de Portugal, creio que da primeira geração...

O Sr. Mem de Sá – Da segunda.

O SR. AFONSO ARINOS – ...da segunda geração, já por sua formação. Porque, como acontece freqüentemente nos países de grandes territórios, o Rio Grande do Sul é dos estados brasileiros o que mais tem conservado, conscientemente, a tradição cultural portuguesa. É fato que a proximidade de uma língua diferente, de uma cultura diferente, de uma história diferente, enrijece os traços ancestrais dos povos. O Estado sulino apresenta língua literária cuidada, escorreita, clássica. Vossa Excelência, Sr. Presidente, que é um nordestino oriundo de uma região de escritores fluviais poderosos do tipo de José Lins do Rego, não encontrará na pujante literatura do nordeste um estilo castiçamente português como o dos escritores do Rio Grande do Sul.

É uma observação que sou sempre levado a fazer, que no Rio Grande existe uma espécie de atalaia da fronteira cultural brasileira, e é um homem típico do Estado, ilustre por todas as razões, que dá prova de compreensão, que me premia e me recompensa das injustiças, dos apodos e das agressões que recebi. Mas devo dizer ao nobre Senador Mem de Sá que ele, como sempre atilado, disse qualquer coisa que corresponde à esperança que tive. Nos Estados Unidos e aqui, depois da minha chegada, numerosas foram as mensagens que recebi de portugueses dizendo-me precisamente isto: que a posição do Brasil é aquela que melhor defende os interesses da presença portuguesa na África.

A compreensão, a luta, a intransigência das atitudes poderá levar a situação a um desfecho trágico. Mas eu, que tanto bem quero a Portugal, tenho a sincera esperança de que será possível uma evolução, que Portugal reconhecendo a fatal autodeterminação de Angola, possa manter vigentes aqueles laços culturais e interesses econômicos que a França e a Inglaterra fizeram subsistir nas suas antigas colônias africanas.

O Sr. Mem de Sá – Vossa Excelência dá licença para um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Mem de Sá – Queríamos – e creio que V. Exª interpretou isso – que, para o interesse de Portugal, Angola fosse o Brasil africano.

O SR. AFONSO ARINOS – Tenho a impressão de que o Brasil terá – segundo as informações que recolhi em círculos angolanos – uma participação eminente na organização política, técnica e administrativa de Angola. O fato de podermos oferecer, quando se fizer oportuno, a equipe de técnicos, de administradores e outros colaboradores para a organização daquele país, é a certeza de que, sem qualquer interesse da nossa parte, estaremos aparelhados para desempenhar um papel importante, como já desempenhamos no passado, desde o século XVII, na vida daquela nação africana.

O Sr. Novaes Filho – O nobre orador permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Novaes Filho – É impossível que no âmbito afetivo seja mais devoto de V. Exª do que o meu querido companheiro de bancada, nobre Senador Mem de Sá. Mas, entendo que nas democracias o seu equilíbrio está justamente na controvérsia, na diferenciação de pontos de vista. Certa vez, quando V. Exª era chanceler do eminente Presidente Jânio Quadros, ocupei a tribuna do Senado para situar o meu pensamento em face da questão a que Vossa Excelência está aludindo nesta hora. Declarei, então, que, a meu ver, o Brasil não poderia dar nenhum apoio favorável ao colonialismo, mesmo porque nós, que fomos colônia e marchamos para a independência, não poderíamos dar as costas a outra qualquer nação que tomasse a iniciativa e as diretrizes que tomamos. Entendia eu que, em se tratando de Portugal, nossa pátria-mãe, país pequenino, pobre, desarmado, com a nossa língua, nossas tradições, nossos costumes e nossa religião, entendia eu que, nas Nações Unidas, o Brasil deveria abster-se de votar, o que já significaria claro apoio anticolonialista. Por isso declaro agora que fiquei realmente contrário à orientação adotada pelo atual governo, por meio do brilho e da cultura de V. Exª, ao levantar a voz do Brasil na Assembléia das Nações Unidas, para votar contra Portugal. Com nossa abstenção, teríamos claramente afirmado nossa posição e determinação em face do problema. Dou esse aparte no momento em que Vossa Excelência presta contas da sua atuação nas Nações Unidas porque, tendo assim me manifestado no Senado da República, não me ficaria bem deixar de lembrar, perante meus pares, o ponto de vista que aqui defendi. É muito provável que tal ponto de vista tenha resultado do que há pouco V. Exª, com tanto brilho e erudição, evocou – o sentido que exercem sobre o espírito dos homens os costumes, as tradições e o apego ao passado, tornando muitas vezes esses homens inertes para a expansão e a evolução por meio da renovação das idéias e dos métodos. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço, Sr. Presidente, o aparte do nobre Senador Novaes Filho. Acredito poder responder, pelo menos em parte, a suas objeções.

De fato, como Delegado do Brasil, fiz mais do que me abster na votação da proposta referente a Angola.

Na Comissão Política requeremos a votação por destaque, artigo por artigo, e eu não apenas me abstive como votei contra os artigos que implicavam numa condenação direta de Portugal. Votei contra e fiz, naquela Comissão, uma declaração de voto em que exprimia essas idéias, generosa e eloquentemente avançados pelo nobre Senador por Pernambuco, com menos brilho, é verdade, mas com tanta sinceridade e calor que esse discurso foi várias vezes referido, em seguida, pelos representantes dos próprios países africanos que estavam na linha de vanguarda na luta contra Portugal.

O *New York Times*, que é o maior jornal do mundo, deu, na primeira página, um resumo de meu discurso, mencionando o meu apelo como sendo patético. Posteriormente, em um artigo da sua página editorial, chamou a atenção para o aspecto "dramático" do discurso do delegado brasileiro, ao fazer apelo à sua mãe-pátria, manifestando a permanência dos vínculos de afeto, de dedicação e de solidariedade para com a nação portuguesa. Vê V. Exª que esse dever, que para mim não foi dever senão um prazer, em certo sentido, porque toda a evolução dos acontecimentos me era profundamente penosa, mas esse prazer eu tive de, diante de todas as nações africanas, encarniçadas contra Portugal, reiterar a minha posição de solidariedade, de afeto e negar-me a votar aqueles artigos que duramente atingiam ao governo e ao povo de Portugal. Votamos o conjunto da proposição manifestando nossa divergência contra os aspectos de condenação.

No discurso de plenário procedi da maneira que me pareceu condizente com esse sentimento que acaba de ser tão generosamente referida pelo Senador Mem de Sá.

Mas, Sr. Presidente, vou dizer ao Senador Novaes Filho por que não nos podemos abster nesse problema. A razão é a seguinte, meu colega e ilustre mestre...

O Sr. Novaes Filho – Quem me dera ser mestre de V. Excelência!

O SR. AFONSO ARINOS – O Brasil não se pode omitir nos problemas de significação mundial. A meu ver, o único equívoco no seu raciocínio é supor que o problema de Angola seja um problema de Portugal. O problema de Angola se insere no quadro dos problemas do colonialismo, do problema do desenvolvimento, do problema da defesa democrática, por meio do progresso das nações subdesenvolvidas, e do problema da paz. É ponto de partida para um desdobramento extremamente amplo, e nós atingimos uma importância mundial – perdoe-me o Senado que o diga, porque não estou falando como pessoa, mas como brasileiro, não é como membro da delegação que estou falando, mas como membro de uma comunidade de 70 milhões de almas – o Brasil atingiu uma significação mundial que torna impossível a nossa omissão em face dos problemas mundiais.

Os pequenos países caudatários, países satélites, subordinados, secundários – e não estou fazendo nenhum julgamento de valor, não estou querendo deprimir ninguém, estou verificando uma situação histórica – esses, sim, podem omitir responsabilidades, podem evitar manifestações. Mas um país que adquiriu posição de destaque e, quase que posso dizer, a liderança que atingiu no mundo, não pode, de

maneira alguma, furta-se a assumir as suas responsabilidades e a dar a sua definição nos problemas de interesse geral. Esta é que é a razão pela qual não nos podemos mais abster.

Vou dizer a V. Exª outra cousa que me parece útil de ser dita num discurso desta tribuna, e que eu não diria em outra oportunidade: o Brasil está ocupando, no cenário mundial, a posição da Índia. A Índia perdeu no seu prestígio com a agressão a Goa.

A Índia perde do seu prestígio com a situação em que se encontra em face dos problemas asiáticos. Perde do seu prestígio com a falsa operação que é o seu sistema democrático.

Claro que não diria isso fora desta tribuna. Mas aqui, sou obrigado a dizer. À medida que a Índia diminui aquela sua posição de líder democrático dos países pacifistas e subdesenvolvidos, o nosso país vai tomando esse lugar.

Posso dizer a V. Exª, Sr. Presidente, que o Brasil é hoje um país líder entre os dois blocos mundiais, líder pela sua tradição pacifista, líder pela consideração que infunde, líder pela sua organização jurídica, pela sua história democrática, pela sua significação continental; líder pela sua população, líder pela sua produtividade, líder pela capacidade de seus filhos e líder porque exprime todos esses atributos na atitude que toma nas conferências internacionais.

Nós nos omitirmos, nós nos encolhermos, nós recuarmos é falharmos ao nosso destino, é trairmos o Brasil lá fora, é darmos do Brasil uma impressão que não deve ser dada. Nós temos de ter autenticidade de representação e chegar nas conferências internacionais decidindo, influindo, resolvendo, responsabilizando, contribuindo, colaborando para a solução. Só o poderemos fazer na medida em que tivermos atitude que corresponda ao que há de melhor em nós, que corresponda ao nosso anticolonialismo, que corresponda à nossa tradição democrática, que corresponda à nossa confiança na paz e no futuro do Brasil.

O Sr. Novaes Filho – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com todo o prazer.

O Sr. Novaes Filho – Não obstante a ênfase com que V. Exª sustenta o seu ponto de vista, devo dizer que não percebo por que o Brasil se colocaria mal se se abstivesse de votar numa questão em que era parte o velho e querido Portugal. Não ficaria mal porque na própria Assembléia das Nações Unidas, diariamente, quando ali se debatem questões do mais alto interesse, da mais alta relevância para a humanidade, vários países se abstêm de votar. Há pouco, na Conferência de Punta del Este o Chanceler brasileiro, em nome da nossa Delegação e do nosso governo, absteve-se de votar. Logo, data vênia de Vossa Excelência, o ponto de vista que tenho sustentado nesta casa, que considero elevado, em nada poderia diminuir o prestígio do Brasil nas Nações Unidas.

O SR. AFONSO ARINOS – Peço perdão a V. Exª se concluiu das minhas palavras uma insinuação direta nos termos em que V. Exª acaba de colocar o problema.

Não me referi, de forma alguma, à posição de V. Exª quanto às diferenças dos problemas internacionais. Vou mais longe; o caso que V. Exª citou, da abstenção do Ministro San Tiago Dantas em Punta del Este, foi causado por quê? Pela ausência de qualquer procedimento jurídico que assegurasse execução efetiva às providências que a Conferência desejava tomar.

Foi, portanto, na ausência de uma disposição jurídica, de uma organização legal, que o Brasil se absteve, porque não havia como suprir essa deficiência. No entanto, no caso de Angola, não existe ausência de texto: existem o texto concreto da Carta das Nações Unidas – o art. 73, – e as Resoluções nº 1.514, nº 1.541 e nº 1.542; não havia abstenção possível, havia uma opção entre um dever e o não cumprimento desse dever.

Compreendo perfeitamente a posição de V. Exª, compreendo talvez mais do que V. Exª esteja supondo.

O Sr. Novaes Filho – Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª a honra do seu aparte e não seria eu, que sempre tive o maior respeito pela sua posição, que viesse inquiná-la de qualquer diminuição moral ou intelectual.

Sr. Presidente, chego ao fim desta exposição, que infelizmente foi mais longa do que eu desejava. Para terminá-la, diria apenas que, no tocante à organização administrativa – que foram os últimos pontos nos quais a nossa Delegação teve oportunidade de participar – a posição brasileira foi sempre nítida no problema da emissão dos bônus de duzentos milhões de dólares: nós aceitamos a obrigação que incumbirá a cada um dos países membros da satisfação desses encargos, e aqui dou de antemão esta notícia ao Senado – é claro que a ratificação desse voto terá que ser feita pela aprovação das verbas pelas duas casas do Congresso na confecção do Orçamento.

O que levou todos os países da ONU a adotarem posição favorável à aceitação de emissão de bônus, foi a a segurança de que a falta de pagamento, por parte das grandes potências, de somas empregadas no cumprimento de serviços devidos por resoluções da Assembléia Geral, a falta desse pagamento poderá levar a ONU, em prazo mais ou menos dilatado, ao impasse financeiro e ao colapso político.

Se existem grupos de nações interessados na sobrevivência da ONU, sem dúvida nenhuma estes são formados pelas nações médias e pequenas. Tendo a poderosa República dos Estados Unidos da América assumido de antemão o compromisso de satisfazer a metade desta soma, ou seja, cem milhões de dólares, os outros países resolveram aceitar o encargo da parte restante, sendo que a emenda brasileira adotada foi no sentido de que a parte que nos coubesse deveria ser cobrada, não nos termos das despesas gerais da ONU, mas nos termos das despesas especiais da ONU, em termos que representam uma proporcionalidade muito menor para os países do nosso tipo.

Finalmente, na organização dos diferentes quadros administrativos, a Delegação do Brasil teve a fortuna de assistir – e até certo ponto de colaborar – em algumas soluções que dizem diretamente respeito ao nosso país.

Assim sendo, elegemos o ilustre Professor Gilberto Amado, membro da Comissão de Direito Internacional, com noventa e seis votos – com menos de cem votantes, porque no dia da eleição alguns países deixaram de comparecer; foi nomeado o Dr. Ernani Tavares de Sá para a alta função de Subsecretário da ONU, participando de uma organização de assessoria direta do Secretário-Geral. Foi eleito unanimemente o Professor Carlos Chagas Filho para Secretário-Geral da Conferência mais importante que a ONU já organizou e vai realizar no campo da ciência, que é a Conferência da Aplicação da Técnica ao Desenvolvimento das Nações Atrasadas, e que terá lugar em Genebra, no próximo ano, concomitantemente com a Conferência do Desarmamento, e será assim uma espécie de transposição, para o plano técnico, daquelas possibilidades de economia que os grandes países armados vão fazer nos seus próprios orçamentos militares. Então, o auxílio técnico que pode ser prestado, através da ONU, aos países subdesenvolvidos, será planificado e estudado criteriosamente por uma grande Conferência científica.

Chamo a atenção do Senado para a importância desse conclave. Creio mesmo que o Poder Legislativo brasileiro deveria tomar a si acompanhar essa Conferência, que será puramente científica, mas nada impede que nós, talvez, possamos ter ali algum observador para acompanhar o desenvolvimento político.

Ai, está, Sr. Presidente, em poucas palavras, o fim desta missão que me foi dada ao exercer a Chefia da Delegação brasileira na ONU.

Só me resta agradecer profundamente a V. Exª e aos meus ilustres colegas a paciência e a generosidade com que me ouviram...

O Sr. Fernandes Távora – Ouvimos V. Exª com muito prazer.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado.

...e declarar que, se me alonguei desta forma, foi porque sempre, em todos os momentos, a cada instante, me considerei não apenas um representante do Poder Executivo, mas também o representante do Senado da República.

Muito obrigado. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Chefia da Delegação à Conferência do Desarmamento

17-7-1962

O SR. AFONSO ARINOS *(Não foi revisto pelo orador)* – Sr. Presidente, é com sincera satisfação que, ao término de uma licença de quatro meses e poucos dias, reassumo a minha cadeira de Senador pelo Estado da Guanabara e restauro, desta forma, o convívio com os ilustres companheiros desta casa.

Na verdade, não existe para mim função mais digna e mais alta no cenário político da República do que a de membro do Senado Federal.

Quaisquer que sejam as vicissitudes, os imprevistos, as surpresas da minha vida pública, quer no campo do Executivo, quer em missão internacional, jamais encontrarei motivo de regozijo e de gratidão tão intenso e tão profundo como o de pertencer a esta casa do Congresso Nacional, de ter, como colegas de trabalho, tantos ilustres representantes dos estados federados aos quais, sem exceção, devoto o mais sincero respeito e com alguns dos quais mantenho as mais velhas e afetuosas relações de amizade.

Sr. Presidente, o fim principal de minha presença na tribuna, no dia de hoje, é oferecer ao Senado Federal o meu relatório sobre a missão de que fui incumbido pelo governo da República, com assentimento desta casa, de chefiar a Delegação do Brasil, depois da passagem do eminente Ministro San Tiago Dantas por Genebra, à Conferência do Desarmamento.

Devemos aprovar, convictos, que hoje a política internacional e o desarmamento são os dois pólos de uma mesma verdade; dois termos de uma situação absolutamente integrada.

Apesar de o mundo atravessar, neste momento, uma fase extremamente grave de preocupações, em função da corrida armamentista que divide, principalmente, grandes nações industriais do ocidente e do oriente, a verdade, Sr. Presidente, é que todas as perspectivas históricas se abrem no sentido do desarmamento como único caminho para a paz e o convívio internacional.

A última grande guerra foi a derradeira na História do homem, na qual a vitória era uma palavra que tinha sentido. Não há dúvida hoje de que os conceitos tradicionais de vitória ou de derrota estão profundamente afastados da realidade social e da realidade histórica e, por esta mesma razão, aquela guerra, que terminou relativamente há poucos lustros e tanto impressionou a nossa formação, deve situar-se na perspectiva dos tempos, como estando mais próxima da civilização egípcia ou das guerras Púnicas do que do dia de hoje.

Três fatores principais alimentam e condicionam de certa forma a corrida armamentista: em primeiro lugar, a preocupação de segurança das grandes potências nucleares, a preocupação de segurança que torna vertiginosa a corrida para o aumento do potencial bélico nuclear. Em verdade aquilo que hoje, nos órgãos das conferências internacionais, se chama o armamento convencional, passou a ser um instrumento de utilização secundária na conjectura dos militares e dos civis que preparam a estratégia e as decisões de amanhã.

O que realmente está em causa, o que realmente atrai todos os esforços, todas as atenções, todas as pesquisas, todas as preocupações, é a corrida nuclear. E, por mais estranho que isso pareça, uma das razões pelas quais a técnica científica moderna está principalmente aplicada na construção do mais formidável edifício terrorista de destruição com que já se defrontou o homem na sua vida sobre a Terra, está principalmente condicionada à idéia de segurança.

A segurança não existe em função da ordem jurídica, a segurança não mais subsiste em função da lei moral.

A segurança, hoje, parece que se situa apenas como uma capacidade maior de terrorismo e de destruição e, portanto, o aumento progressivo dos estoques nucleares, o aumento progressivo das pesquisas científicas, no sentido de um maior aperfeiçoamento das armas nucleares, é sempre levado a efeito sob a invocação da segurança, porque apenas com esta garantia de que as grandes nações industriais se consideram em estado de infligir o terror aos seus possíveis adversários é que elas se sentem seguras.

Este paradoxo, esta contradição é uma das tragédias de nosso tempo.

É uma das tragédias porque, na verdade, apresenta um aspecto absolutamente surpreendente, afinal, na consideração deste episódio. É que, por mais armados que se encontrem os países, mais desarmados eles de fato se acham, porque cada vez mais carentes de armas e cada vez mais temerosos das possibilidades de agressão de seus possíveis inimigos.

Estamos, portanto, em face de dois monstros, de dois colossos armados que se sentem desarmados porque têm as armas nas mãos.

Um segundo fator que influi no sentido da corrida armamentista nuclear é a falta de confiança, assunto sobre o qual tive oportunidade de, em nome do Brasil, proceder a uma larga intervenção no cenário da Conferência.

Decorre da inassimilação política dos dois blocos em presença da ausência de uma estabilidade moral nas relações internacionais, e de um agudo sentimento de responsabilidade das elites dirigentes dos dois países que em função mesmo daquela certeza de que a segurança só pode se basear na força e no poder armado, não dispõe da serenidade, da autoridade – e direi mesmo – da coragem necessária para empreender um diálogo baseado em uma real troca de confiança recíproca.

Essa falta de confiança é outra das tragédias do nosso tempo. E uma das missões mais significativas, uma das razões mais importantes da presença dos países do tipo do Brasil no concerto das nações atualmente incumbidas de discutir o problema do desarmamento, é exatamente esta – a de se esforçar para a atenuação das tensões, a de intervir para o afastamento das suspeitas e a de contribuir com todas as forças da sua civilização, da sua tradição pacífica, da sua autoridade moral, para que se instaure, afinal, uma atmosfera mínima de confiança, que permita um procedimento construtivo às discussões que se travam em torno da mesa da Conferência do Desarmamento.

Finalmente, Sr. Presidente, ligado ainda ao problema da confiança existe um aspecto técnico que tem inegável importância na corrida armamentista: é a ausência, até este momento, de um sistema de controle eficaz, quer de um lado, quer de outro, sobre as providências de desarmamento que acaso levem a efeito as partes que cheguem a um acordo em torno dos tratados. Porque, hoje, a desobediência aos tratados, porque hoje a felonia em face dos compromissos, porque hoje a traição à palavra empenhada em matéria internacional, no plano em que estamos discutindo e no

clima de que estamos tratando, representa um risco mortal, que pode processar-se, executar-se e terminar em horas para aqueles países que forem vítimas da sua boa-fé. Conseqüentemente, o problema da confiança está indissoluvelmente ligado à eficácia do controle das medidas do desarmamento. E como os meus ilustres pares bem podem imaginar, uma operação desta envergadura, que exige a implementação de uma série de condições do mais alto nível técnico, econômico, político e humano, não pode ser levada a efeito sem a existência de uma rede cerrada, travada, estritamente construída, de fiscalização e controle, que dê a cada parte a segurança de que a parte adversária está levando avante aqueles objetivos previstos no tratado assinado por ambas.

Assim, o problema do controle é talvez o problema fundamental do desarmamento. Enquanto não se construir um sistema efetivo que possa dar ao governo de um estado – e falo aqui exclusivamente dos governos dos estados nucleares, das potências nucleares – a certeza, mas certeza comprovada, certeza verificada, certeza inspecionada, de que as medidas do desarmamento estão sendo verdadeiramente levadas a efeito na parte contrária, conseqüentemente enquanto não se chegar à construção de um sistema de controle, a confiança não se instaure e a segurança não se estabeleça, o prosseguimento da corrida armamentista é fatal, é inevitável.

Há, ainda, alguns fatos que poderíamos chamar de acessórios e que, por sua vez, influem ou contribuem na formação deste clima da corrida nuclear.

Entre estes fatos, eu citaria aquele que chamei, em uma das minhas intervenções, a inércia do processo de desarmamento.

O processo de armamento é a mobilização nacional em torno da construção de um sistema de ataque e de defesa. Naturalmente que ele varia segundo as condições geográficas e sociais do dois grandes blocos em presença o bloco soviético o processo de armamento está integrado em um sistema territorial, em um sistema de governo que depende de uma sociedade fechada. A continuidade territorial que se estende por dezenas de milhões de quilômetros quadrados, fez com que o tipo de elaboração armamentista seja diferente daquele que o bloco ocidental necessita sob a liderança dos Estados Unidos, e o tipo de sociedade fechada, se imprime através de um governo, com característica que conhecemos do sistema soviético, que também deprime seu feitio e sua formação especial ao processo de elaboração armamentista do mundo oriental.

Do lado ocidental, o que caracteriza o processo armamentista é sua distribuição e sua publicidade.

Por que sua dispersão? Porque a conveniência das potências ocidentais está em tornar possível a existência de revide e de reação, multiplicados por todo o mundo, por todo o orbe terráqueo, não apenas no mar, como na terra e no ar, porque a descentralização decorre das condições especiais de uma possível agressão, ou de um possível revide. Ao lado disso, o tipo de sociedade aberta, o tipo de governo que conduz ao debate, ao esclarecimento e à discussão, faz com que a forma de armamento que se processa no mundo atual corresponda a outro tipo, ainda coletivo.

De qualquer maneira, porém, quer no mundo oriental, quer no mundo ocidental, este trabalho de elaboração da energia nuclear aplicado à vida militar e aos objetivos bélicos é de tal complexidade, envolve interesses tão grandes, corresponde à atividade de tantos milhões de pessoas, interessa a tantos grupos influentes no seio dessas sociedades, que se estabelece aquilo que chamei a inércia do desarmamento, e, conseqüentemente, é o movimento adquirido, e, tal como os movimentos dos corpos na física, não pode ser obstado, interrompido, bloqueado de repente, sem que acarrete graves repercussões políticas, sociais e econômicas dentro dos respectivos países.

Então, temos de considerar, de atentar na inércia física do desarmamento, para compreendermos bem a complexidade, a lentidão gradativa do processo do desarmamento. Existem ainda, em conseqüência desse fator acessório a que acabo de me referir, a questão econômica, as questões trabalhistas, deste problema econômico.

A esse respeito as Nações Unidas, em uma de suas agências especializadas, elaborou dois estudos sobre os aspectos econômicos do desarmamento, desde a reconversão da indústria bélica para fins civis, até à formação das gerações e dos grupos imensos de operários especializados que se adaptaram a uma determinada atividade ligada à indústria bélica; além disso, a mobilização de imensos capitais aplicados nas indústrias, essas somas astronômicas, multidões formidáveis, interesses gigantescos, que, traduzidos em cifras, sobretudo nas cifras atuais do nosso pobre cruzeiro, dariam a verdadeira impressão da vertigem.

Quando falo na influência dos assuntos econômicos e sociais do desarmamento e no processo da reconversão da atividade técnica e econômica para os industriais de paz eu me refiro tanto ao mundo ocidental quanto ao mundo oriental.

No mundo ocidental, os estudos estão feitos e publicados, os orçamentos estão calculados e examinados. Já na sociedade fechada do mundo soviético, as estimativas são mais aproximadas do que concretas. De qualquer maneira, quaisquer que sejam os sistemas de governo, a verdade é que, de um lado e de outro, esta é uma das razões de dificuldades para que se inicie imediatamente, e se aceite sem maiores delongas e maiores estudos, um tratado de desarmamento geral e completo.

Ao lado dessas razões que acabo de, muito perfunctoriamente, alinhar, para a paciência e a bondade dos meus colegas...

O Sr. Fernandes Tavora – Todos o ouvem com muito prazer.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

Eu gostaria, agora, de, como uma nota não de otimismo beato, não de êxtase ingênuo, em face de ilusões inacessíveis, mas como uma prova de viril confiança e de sincera convicção, apresentar as razões pelas quais a mim me parece que as causas que acabo de enumerar, como condicionantes do processo de armamento, e dificultando o seu antagônico processo de desarmamento, as causas essenciais, dizia, devem superar essas razões e fazer com que os homens públicos e as populações de

todo o mundo encarem com segurança os dias do futuro, à espera de um mundo melhor.

Em primeiro lugar, eu diria que o conhecimento do risco espalha-se por todos os povos.

Nas obrigações a que fui levado, de representar, com modéstia mas com diligência e dedicação, o governo e o Legislativo do meu país naquela Conferência, procedi a estudos e a leituras, tanto quanto me foi possível aprofundadamente, sobre esses aspectos. E posso dizer a V. Exª, Senhor Presidente, que as cifras ultimamente apresentadas, depois dos ensaios soviéticos do outono do ano passado, conduziam, na sua frieza brutal, à estimativa de mais de uma centena de milhões de mortos nas primeiras horas de hostilidade de uma guerra nuclear total.

Hoje, fala-se na despovoação dos países. Este termo bárbaro tem uma conotação verdadeiramente absurda.

Segundo cálculos que foram friamente publicados, a Inglaterra feneceria como uma flor de fogo no espaço de uma manhã. A Inglaterra, que encheu o mundo com sua civilização, com seu poderio, com seus sábios ensinamentos políticos, desapareceria em um dia da face da Terra!

Veja V. Exª, Senhor Presidente, por este simples exemplo, o que é possível fazer-se com cerca de dezoito ou vinte bombas de 50 megatons! Veja V. Exª, por este simples exemplo, o que pode ser, nos países mais diretamente envolvidos nesse processo, a noção de perigo, e a noção de perigo acrescentada pelas possibilidades de uma guerra declarada ou de uma guerra deflagrada involuntariamente, por erro de cálculo ou deficiência de informações, por uma série de circunstâncias que dependem das mais sutis deficiências humanas.

Os estudos feitos também a este respeito são de importância impressionante. Eu não me deterei nem fatigarei a atenção do Senado sobre isto.

Devo salientar que um dos capítulos do tratado que estava em vias de entrar em discussão, no momento em que deixei Genebra, era exatamente este de como definir, de como estudar as possibilidades de uma guerra não desejada, de uma guerra involuntariamente deflagrada por deficiência dos sistemas de comunicações ou por deficiências biológicas dos homens que se encontram nos postos de responsabilidade, nas chefias das forças antagônicas.

O que existe a respeito é muito grave. Nos Estados Unidos foi publicado, e não desmentido, em um dos livros que tive oportunidade de ler, que durante quatro minutos, o Comando Central das Forças de Defesa Nuclear esteve na persuasão de que os Estados Unidos estavam sendo atacados. Tudo indicava logicamente que esse Comando desse as ordens necessárias para um contra-ataque – porque a inexistência de contra-ataques é a destruição. Só um milagre de Deus, só a prudência de alguns homens que tiveram essas forças em suas mãos evitou que ordens de contra-ataques fossem dadas em resposta a um ataque inexistente, resultado apenas de má transmissão de sinais de radar.

Não devo esconder que essas informações não são oficiais, mas devo assinalar que elas foram publicadas em livros dos mais acatados especialistas em problemas de desarmamento, e, dentre todas as leituras que fiz a respeito de críticas e apreciações sobre livros, não encontrei qualquer desmentido da terrível eventualidade que acabo de revelar ao Senado.

A noção do risco se apodera, não apenas das elites dirigentes, dos responsáveis pela condução dos negócios públicos, mas de todas as camadas da sociedade; não somente dos países mais diretamente expostos, mas daqueles países que sabem, que sentem, que não ignoram que serão certamente arrastados pela voragem da destruição que será o resultado de um ataque atômico. Além disto, a noção de risco encontra uma outra razão, uma razão que não é nobre, que não é idealista, não é elevada, mas que é, infelizmente, forte, que pesa, que influi e talvez decida, que é exatamente a razão da sobrecarga contínua de caráter financeiro e econômico que a corrida armamentista impõe aos governos e aos povos que a ela se entregam.

Não guardei de cabeça as cifras. Elas são verdadeiramente espantosas. Alguns ensaios nucleares, na sua preparação completa, se considerados todos os aspectos dessa preparação, custam somas mais onerosas do que todas as somas que seriam necessárias para a redenção daquela parte do Brasil que V. Exª, com tanta dignidade, representa nesta casa – o dorido, o sofrido nordeste brasileiro.

Montam acerca de dois bilhões de dólares, por ano, as somas necessárias à manutenção e ao progresso do processo armamentista nuclear! Ouvi isso de um dos mais acatados e bem informados representantes de uma das duas grandes nações nucleares, no seio da Conferência.

Ora, Sr. Presidente, esta situação não podia deixar de trazer as mais graves conseqüências. Não sabemos o quanto ela poderia pesar nas sociedades fechadas dos países socialistas.

Temos, entretanto, a segurança do quanto ela pesa, através das informações da imprensa, dos debates parlamentares e das críticas, nas sociedades abertas do mundo ocidental.

Ainda agora, por exemplo, a discussão que se trava na França, depois da guerra da Argélia, a propósito da aplicação dos recursos públicos na formação da famosa *force de drappe* francesa, vem demonstrar o tremendo peso que, para aquele admirável país que é a França, ao qual nos encontramos ligados por tantos laços, para aquele admirável país que, depois da grande guerra, conseguiu uma extraordinária recuperação econômica e, ao termo da guerra da Argélia, é ainda um dos países mais rios do mundo; para aquele país admirável, representa o prosseguimento de um processo inicial que não tem nenhum nível de comparação com o que ocorre na União Soviética ou nos Estados Unidos. De maneira que as conseqüências econômicas e financeiras da corrida armamentista, muito provavelmente, não poderão ser toleradas, dentro de um prazo de tempo relativamente curto.

Não desejo fazer afirmativas estatísticas, porque não as possuo de memória, mas acredito que, já nesta altura, mais de cinqüenta por cento do gigantesco orça-

mento americano é absorvido pelas despesas militares; e dentro das despesas militares, as despesas nucleares têm um lugar precípuo e preponderante. Do lado da União Soviética, embora eu não tenha informações oficiais específicas, pelos cálculos dos entendidos a percentagem é ainda substancialmente superior àquela com que se defronta o governo dos Estados Unidos.

Esta a situação do ponto de vista financeiro e econômico.

Vê V. Exª, Sr. Presidente, como isto, apesar de ser um argumento de conseqüência puramente material, deve influir para que decisões sejam tomadas, as reflexões sejam feitas, as negociações empreendidas, e os espíritos voltados para a solução desse terrível problema da nossa época.

Devo agora, no prosseguimento desse ligeiro relato que faço ao Senado, narrar com brevidade, de forma sucinta, a maneira pela qual o Brasil se integrou ao grupo chamado das Dezoito Potências, que de fato constitui um grupo de dezessete países, porque, lamentavelmente, a França, em virtude da sua posição especial no que toca ao problema do desarmamento nuclear, dentro do quadro do Tratado do Atlântico, entendeu que não estava em condições de se fazer representar. Claro é que, até o fim, houve gestões, sugestões, propostas, no sentido de que voltasse a se completar o Grupo dos Dezoito. De minha parte, tenho profundas esperanças, senão na fase dos trabalhos que ontem se iniciaram na Conferência, pelo menos no ano próximo, de que o Grupo competente da Conferência dos Dezoito poderá contar com a colaboração esclarecida daquele grande país.

A origem da Conferência chamada dos Dezoito Países se prende à Resolução de 20 de dezembro de 1961, da XVII Assembléia das Nações Unidas, na qual tive a honra de chefiar a Delegação do Brasil. Tive oportunidade de discutir e votar essa decisão.

V. Exª, Sr. Presidente, não ignora, nem o Senado, que as Nações Unidas tinham constituído, anteriormente, a Comissão Geral do Desarmamento, composta de representantes de todos os países membros daquele organismo internacional. Entretanto, o aumento progressivo da associação internacional – se assim posso me exprimir – tornou essa Comissão do Desarmamento extremamente pesada para funcionar, visto que no momento, dispunha de cento e quatro representantes. É um pequeno Parlamento e todos nós, parlamentares, sabemos como é difícil, como é penoso, como é inoperante o trabalho das comissões exageradamente numerosas.

Essa Comissão, aliás presidida por um dos mais ilustres diplomatas da América Latina, grande amigo do Brasil e de cuja amizade particularmente me desvaneço, o Sr. Embaixador Padilla Nervo, mantém-se representada como órgão de comunicação entre as Nações Unidas e a Conferência dos Dezoito.

Ainda agora convesando com aquele ilustre diplomata mexicano, ouvi dele que no retorno da sessão da Assembléia Geral de 1962, em setembro próximo, será a esta Comissão Geral do Desarmamento que a Conferência apresentará o seu relatório, e esta Comissão ficará incumbida do estudo desse relatório para apresentar, ao plenário das Nações Unidas, as resoluções convenientes.

Com a experiência negativa do trabalho desta Comissão numerosa, constitui-se, Sr. Presidente, o chamado Grupo dos Dez. Este Grupo dos Dez eram blocos – o bloco soviético e o bloco democrático. Além das duas grandes nações que lideram esses blocos, isto é, os Estados Unidos da América e a União Soviética, havia quatro outros países de cada lado, aliados destas grandes nações. Mas como era inevitável, a estratificação, a cristalização, a oposição dentro destes grupos de dez potências inteiramente desajustadas cavou um fosso intransponível nas decisões, porque os debates passaram a ser quase que exclusivamente políticos, e aquele problema da falta de confiança a que hoje, acentuam-se profundamente, me referi no início da minha oração, de forma a paralisar de fato os trabalhos da Comissão dos Dez, que se viram interrompidos no mês de março de 1960.

No decorrer da XVI Assembléia, já os países que lideram a ciência e a técnica nucleares estavam esforçando-se para encontrar uma solução transacional.

Esta solução transacional foi encontrada exatamente na criação de um grupo, um pouco mais extenso, de nações que não tivessem aquele excesso de número da Comissão, mas que não padecesse da invencível, da incurável antinomia da Comissão dos Dez.

Daí, Sr. Presidente, a idéia de se incluir na Comissão dos Dez mais oito estados que não tivessem, no campo do debate nuclear, posição necessariamente formada, quer de um lado, quer de outro. Entre estas oito nações foi incluído o nosso país.

O estudo foi demorado; os debates foram prolongados; as hipóteses e mesmo, poder-se-ia dizer, as aspirações ao respeito que, mercê de Deus, hoje não se fizeram esconder. Mas, graças, como antes, desfruta o nosso país no concerto internacional, pela integridade das suas posições, pela retilínea da sua conduta pela imparcialidade do seu julgamento pela independência da sua atitude podemos ser daqueles, e entre eles, dos que mais mereceram a confiança de um e de outro lado.

Foi-me conferida, pelo governo da República e a convite do Sr. Presidente João Goulart, secundado pelo Sr. Chanceler San Tiago Dantas, a honrosíssima tarefa de chefiar a Delegação brasileira nessa Conferência das Dezoito Nações.

Devo dizer a V. Exª, Sr. Presidente, que não pude comparecer às primeiras sessões da conferência. E não pude porque, não dispondo de informações sobre a aprovação da licença do Senado Federal para o exercício daquela missão, me abstive evidentemente de tomar parte nos trabalhos e comparecer ao edifício onde se realizavam as sessões.

Só depois da partida do Ministro do Estado e depois de haver recebido telegrama do eminente Presidente desta casa, meu velho amigo Senador Moura Andrade, pude iniciar a minha atuação como Chefe da Delegação, em substituição ao Chanceler San Tiago Dantas.

Tive como companheiro, assessor e colaborador principal em minha tarefa, S. Exª o General Emílio Rodrigues Ribas Jr., Chefe do Estado-Maior do Exército. Em ofício dirigido ao Ministério das Relações Exteriores, solicitei àquela casa da administração brasileira que fizesse chegar ao Sr. Ministro da Guerra a expressão de mi-

nha profunda gratidão e do meu sincero e verdadeiro apreço pela cooperação que recebi daquele eminente militar brasileiro, de fato uma expressão legítima das mais nobres tradições de nossas Forças Armadas, pela sua dedicação, pela sua propriedade, pela sua lucidez, pela sua disciplina e pelo seu espírito de cooperação, pela sua liberdade de opinar, pela sua presteza em colher as sugestões.

Como dos mais destacados companheiros da representação civil, estava o meu velho amigo Sr. Ministro Roberto Luiz Assunção de Araújo que prestou, com sua capacidade que é notória entre os colegas do Itamarati, a maior cooperação, esclarecendo-me em pontos duvidosos, auxiliando nas tarefas, preparando documentos e apresentação dos mesmos, enfim, procedendo como é tradição de nossa gloriosa e admirável casa de Rio Branco.

Como segundo assessor militar, de que me utilizei como colaborador pessoal, não apenas nas tarefas específicas que lhe diziam respeito mas também na parte geral de informações, contatos, preparação de documentos, estudos e trabalhos e mais, esteve o jovem Major Alencar Araripe que, faço questão de dizer ao Senado, é uma esperança, esperança admirável no seio de nossas Forças Armadas. Na sua geração de homens jovens, ele se destaca por sua grande luminosidade intelectual, por sua grande capacidade de se informar, por uma sincera manifestação de sua opinião desde que solicitada, por uma discrição absoluta em sua conduta, por uma impenitente dedicação ao trabalho.

Agradeço ao Sr. Ministro da Guerra, General Segadas Viana, a escolha que fez desse oficial para integrar a delegação, sem cuja dedicação, muito difícil, senão impossível, seria ao seu modesto chefe chegar à satisfatória conclusão a que chegou, em benefício de nosso país, na tarefa que lhe foi conferida. Em nossa conferência, dois eram os pontos principais. O primeiro, como é natural, o estudo e elaboração de um tratado de desarmamento geral e completo. O segundo seria o estudo e elaboração de tratado especial sobre a interdição de ensaios nucleares.

Assim, dois textos a Conferência devia debater. A Conferência distribuiu as suas incumbências em setores ou em partes, mas setores e partes que diziam respeito à natureza dos assuntos e não aos componentes da organização. Isto é, a conferência plenária, a comissão especial e as reuniões informais se verificavam com o conjunto de todos os dezoito representantes, embora o processo de trabalho fosse diferente para cada caso e, embora as finalidades dos estudos se distribuíssem de acordo com as incumbências concedidas pelas Nações Unidas.

Em geral, no plenário da conferência se discutiam, principalmente, os dois projetos de tratados: o Tratado de Desarmamento Geral e Completo e o Tratado de Interdição dos Testes Nucleares. Nas reuniões informais discutiam-se, então, os incidentes, procurava-se resolver os problemas surgidos nas reuniões mais formais, porque, nas reuniões informais não existe a anotação de documentação, nem atas, nem tomada de discursos.

Aliás, Sr. Presidente, este é um processo de que se servem, freqüentemente, as Nações Unidas e que seria de indiscutível rendimento nas casas do Congresso brasi-

leiro, caso os nossos regimentos pudessem adotar decisões semelhantes; reuniões informais, para que certas matérias mais complicadas ou mais dificultosas fossem debatidas em caráter mais amistoso, e para que não houvesse a preocupação de fixação de debates em Anais que sempre dão um pouco, não direi de falsidade, mas de cerimônia e de vaidade aos debates, e impedem muitas vezes acordos que seriam possíveis se não fosse o tipo de sessão formal a que estamos habituados.

Esta casa se fez representar, Sr. Presidente, nos debates e na conferência, por dois dos nossos mais eminentes colegas, Senadores Victorino Freire e Paulo Fender, que como observadores estiveram em Genebra e com os quais mantive os contatos cordiais que habitualmente mantenho.

Tenho entendido que o Senador Victorino Freire breve reassumirá as suas funções de observador àquela Conferência e desde já apresento a S. Exª cordiais votos de boa viagem e a minha confiança no exercício das altas responsabilidades e delicada função de que foi investido justamente pelo Senado.

Pela Câmara dos Deputados compareceu o Sr. Deputado João Menezes. Só tenho motivos, Sr. Presidente, de agradecer às duas casas do Congresso o fazerem-se representar por observadores que, mais do que eu e melhor do que eu, podem dar o testemunho dos humildes esforços que empreendi para corresponder à confiança do governo e do Legislativo do meu país.

Nos dois projetos, procurei, de acordo com as instruções recebidas do Itamarati, intervir em todos os debates, discutir todas as questões, manifestar-me quando era oportuno e em todos os aspectos; oferecer, entretanto, apenas aquelas sugestões amadurecidas que correspondessem às instruções recebidas e que representassem, de fato, um progresso, uma solução, um implemento, uma contribuição que tivesse possibilidade de ser adotada em benefício de trabalho coletivo.

Não procurei aparecer com a chuva miúda das sugestões de aspecto puramente cenográfico; evitei o mais possível a repetição de textos para que eles constassem somente dos documentos da Conferência, mas depois ao serem recolhidos pelos historiadores futuros, estes verificassem que não tiveram acolhimento nem receptividade.

Durante os debates, sim, procurei falar, nos momentos que me pareceram oportunos, com a maior franqueza, para evitar dificuldades, para esclarecer divergências, contando com a honrosa confiança que cheguei a conseguir dos dois lados – posso dizê-lo sem falsa modéstia – para amenizar às vezes a situação e conduzir os trabalhos para objetivos mais fecundos. Mas, quando me abalançava em normas, e com as responsabilidades de representante do meu país, a oferecer uma proposição concreta, a contribuir com uma sugestão escrita, então eu fazia sempre empenho de só me apresentar no cenário dos debates com algo que, de fato, tivesse valia substancial e efetiva. Assim, no preâmbulo do Tratado de Desarmamento Geral e Completo, as emendas brasileiras foram adotadas. Visavam elas, sobretudo, dar ao preâmbulo do tratado um conteúdo mais compatível com a nossa concepção da vida internacional e com a nossa concepção da organização democrática, nele inserindo aqueles elementos que configuram os aspectos espirituais e culturais da paz e da co-

munidade internacional. Isto, por uma razão: debateu-se e discutiu-se muito sobre se o preâmbulo tinha ou não tinha condições de exeqüibilidade jurídica.

Sabe V. Exª, Sr. Presidente, que esta questão não é original, nem é nova. A questão da validade jurídica dos preâmbulos é, em Direito Constitucional, matéria corriqueira, matéria correntia. É exatamente aquela questão que vem desde a Declaração dos Direitos do Homem na Revolução Francesa, de saber-se se aquelas normas gerais têm conteúdo jurídico ou se elas são apenas recomendações de natureza ética.

Na base da sustentação que fiz da validade jurídica das normas contidas na redação do preâmbulo, procurei introduzir dentro dessas normas algo de substancial que representasse a nossa concepção da vida democrática, fazendo, então, alusões diretas aos aspectos espirituais, aos aspectos culturais e aos aspectos liberais, que são necessários na idéia e na realização do desarmamento.

Minha emenda foi aprovada. Tenho em mãos Sr. Presidente – mas me escuso de ler, porque evidentemente não seria razoável que o fizesse – este caderno que foi feito graças à diligência dos meus colaboradores e que contém as transcrições dos discursos dos outros chefes de delegações, a respeito das intervenções que tive oportunidade de formular em nome do nosso governo, e as sugestões que tive oportunidade de apresentar em nome da nossa Delegação.

Então, se algum dia, qualquer dos meus ilustres pares quiser – o que me desvanecerá e honrará profundamente – levar mais um pouco adiante a investigação da maneira pela qual, com esforço, humildade, mas com patriotismo e com sinceridade, procurei me desincumbir das minhas atribuições, posso fornecer este depoimento, que não é meu, mas que é decorrente das declarações, não feitas a mim, mas feitas no decurso dos debates por outros chefes de delegações.

Este maço – e o Senado pode estar inteiramente tranqüilo porque não o agredirei com qualquer leitura, nem de uma só linha – contém os discursos por mim proferidos, foram numerosos; alguns profundamente meditados, escritos com esforço, penosamente, porque as condições materiais da nossa delegação eram as mais precárias. Hoje daqui ressalto o desequilíbrio que existe na aplicação de verba para o exterior – um velho Senador, com mais de cinqüenta anos, passava as tardes sentado à sua pequena máquina portátil, a bater com dois dedos – às vezes com três – penosamente, nos sábados e nos domingos, os originais dos seus discursos, que eram grandes.

Outras vezes, Sr. Presidente, ele surtia no calor dos debates para bem defender uma posição que me parecia injustamente atacada, ou contribuir para o esclarecimento que me parecia indispensável ao andamento da matéria.

Darei, por exemplo, o seguinte depoimento sobre um desses últimos aspectos. Tratava-se da discussão do problema de interdição da propaganda de guerra. A Delegação norte-americana, cujo presidente tive a honra de conhecer e de me tornar amigo nas Nações Unidas, o Embaixador Arthur Dean, uma das mais altas figuras da diplomacia americana, sustentou, como já havia feito anteriormente em Nova

Iorque, a impossibilidade da vedação da propaganda de guerra, baseando-se no preceito constitucional dos Estados Unidos que assegura a liberdade de pensamento.

A posição americana era de que a vedação da propaganda de guerra representava uma demonstração de contrariedade ao princípio do pensamento livre.

Ora, Sr. Presidente, não podia ficar calado um representante do Brasil, que sabe que na Constituição Federal uma das mais livres, das mais liberais, das mais democráticas do mundo, existe um dispositivo específico vedando a propaganda de guerra, sem que tenhamos entendido que isso representa uma diminuição para a liberdade de pensamento.

Em nome do Brasil, declarei que não concordava. Mostrei que a propaganda de guerra, o preconceito racial, o ódio religioso, e todas as formas da violência e da opressão estão proibidas de se manifestar maciçamente, porque a propaganda é o contrário da liberdade.

A minha tese, a tese que sustentei, é a de que a liberdade é a capacidade do indivíduo de eleger, escolher entre as soluções; e que a propaganda, uma forma maciça de persuasão violenta, quase que de estupro da inteligência, pelos meios modernos da difusão do pensamento, tornava-se o contrário da liberdade; e se essa propaganda se fazia em benefício de crimes sociais, como a guerra, como o ódio racial, é claro que não se podia considerar como antiliberal a Constituição que proibia esse tipo de propaganda.

Devo dizer a V. Exª, Sr. Presidente, que essa declaração impressionou e o assunto foi discutido em várias sessões. Teve o Embaixador Dean a nobreza de atitude de declarar que a argumentação do Brasil havia impressionado profundamente e que eles tinham evoluído no sentido de aceitar os princípios da limitação legal da propaganda de guerra, porque o problema era este: para a Constituição americana não seria possível admitir-se, no Tratado, a recomendação de uma lei que proibisse a propaganda de guerra. Sustentava-se que essa lei seria inconstitucional por infringir a liberdade de pensamento.

No final, aceitaram, mas com a condicional de que a lei deveria cingir-se aos princípios constitucionais dos países respectivos.

É claro, Sr. Presidente, que com a evolução admirável do Direito Constitucional americano e com o trabalho persuasivo, constante, da Suprema Corte, no sentido de construir em cada geração uma interpretação cada vez mais liberal na Constituição americana, dentro em pouco poderemos ter, lá, uma lei que vá proibir a propaganda de guerra como já tivemos leis que proibiram a discriminação racial anteriormente permitida, em função de argumentos do mesmo tipo.

Devo dizer a V. Exª que levei o ardor com que debati a tese brasileira ao ponto de declarar que apresentaria, no Senado do meu país, um projeto complementando a Constituição, no sentido de proibir a propaganda de guerra. Assim como tive a honra de apresentar como Deputado, um projeto que proibiu a discriminação racial, entendo, como assunto da maior importância, que o Senado deve tomar iniciativa. A tese ficou assentada na Conferência do Desarmamento com o assentimento expresso

dos Estados Unidos, conforme consta dos documentos que V. Ex^as terão oportunidade de verificar, se assim o desejarem. Ficou assentada a possibilidade, a conveniência e a necessidade da introdução, no tratado final, de um dispositivo que faça apelo à legislação interna de cada país para vedar a propaganda de guerra.

Estou certo de que o Senado brasileiro tomaria uma posição pioneira, uma posição de desbravamento, uma posição admirável que suscitaria o respeito das demais nações, se fossemos os primeiros a estudar, aqui, a possibilidade de um projeto desse tipo.

Desde já concito os juristas do Senado a meditarem nesta modesta, nesta humilde sugestão que é feita aos nobres colegas.

Um dos assuntos mais importantes, talvez o mais importante que entrou em debate na Conferência, foi o Memorando das Oito Nações chamadas não-alinhadas, a respeito do Tratado de Proscrição ou Interdição dos Testes Nucleares. A nossa contribuição para esse texto foi também significativa. Preparada, tivemos longas discussões, entre os representantes dos oito países. E, desde logo, com a anuência do Itamarati, estabeleci o princípio da unanimidade dos oito países para que o texto fosse apresentado, porque, no quadro das negociações, percebi que havia uma manobra no sentido de que se retirassem alguns dos países, para atender a sugestão menos clara ou mais equívoca.

Sem entrar em pormenores sobre este aspecto, devo dizer a V. Exª, Senhor Presidente que, apoiado pelo Itamarati, fechei a questão da unanimidade, e esta, afinal foi conseguida, depois de longos debates, de muitos telefonemas e telegramas trocados de parte a parte. Neste caso, fomos rigorosamente apoiados pela Delegação do México, chefiada pelo meu eminente amigo, Senador Padilla Nervo.

Uma vez fixado o princípio de unanimidade, os oito países aceitaram este texto único, desprezando divergências ocasionais, episódicas. E aquela divisão que entre nós se criara, enfraquecendo a nossa proposta, não mais se fez, porque ninguém teve, não digo a coragem mas, – permitam-me a expressão – o senso de irresponsabilidade de quebrar essa união e fazer naufragar a tentativa.

A segunda parte em que a Delegação do Brasil teve certa influência na elaboração do documento foi no tocante à questão do controle. Introduzi na redação – e não entro aqui em pormenores, o que seria inútil – uma fórmula que permitiu a acomodação dos diversos pontos de vista, com referência à possibilidade do controle internacional. Isto por que, Sr. Presidente, nas normas adotadas na XVI Assembléia, em nome dos dois blocos, com a assinatura dos chefes das representações dos Estados Unidos e da União Soviética, ficara mais ou menos esclarecido o caminho que deveríamos seguir, e mais ou menos firmado o roteiro que tínhamos de acompanhar. E esse roteiro previa a existência de um Tratado de Desarmamento, com efetivo controle internacional.

Pude introduzir, através de frases adequadas, o princípio do controle internacional, que não constava do plano primitivo.

Demoro-me um pouco sobre a questão do Memorando do Oito Países porque no dia em que embarquei para o Brasil, isto é, no sábado passado, tive a honra de me encontrar em Paris, com o Embaixador Arthur Dean, dos Estados Unidos, que vinha de Nova Iorque para reassumir as sua funções.

Na conversa que mantivemos, fui informado de que havia otimismo entre os membros da Conferência, tanto dos países ocidentais quanto dos do bloco soviético, no tocante às possibilidades de um avanço substancial no que se refere ao Tratado de Interdição dos Testes Nucleares.

Com efeito, os últimos estudos procedidos pelos Estados Unidos e pela Inglaterra afastaram aquelas dúvidas que havia sobre o controle das explosões subterrâneas. Porque o grande problema, sabe o Senado, é que a detecção dos fenômenos sísmicos pelos instrumentos sensíveis dos observatórios muitas vezes não distingue entre fenômeno provocado pela ação humana, ou seja, explosões subterrâneas deliberadas, e os fenômenos sísmicos naturais, ou seja, os tremores de terra.

Este problema era o núcleo científico das dificuldades.

Propus a formação de um comitê científico, que trabalhasse ao lado da Conferência, para elaborar estudos que não fossem de tipo político, mas que pudessem ajudar o progresso das negociações políticas.

Esta minha proposta foi prematura. O clima ainda não era propício à adoção dessa sugestão, mas, pelas informações que tive do Embaixador Dean Rusk e, até certo ponto, foram confirmadas pelos últimos despachos que recebi de Genebra, – que recebi é maneira de dizer, que me foram mostrados no Itamarati – creio que poderemos ter fundadas esperanças de que os representantes dos Estados Unidos e da União Soviética, os ilustres embaixadores Valerian Zorin e Dean Rusk, em nome de seus governos, chegarão a um acordo sobre o problema do controle.

Como declarei no início da minha oração, o problema do controle é fundamental para a criação de um estado de confiança, e um estado de confiança é essencial à verdadeira integração das vontades em torno de um tratado exeqüível.

Estas são, Sr. Presidente, as informações que tinha o dever de prestar ao Senado, de volta da missão que cumpri com o seu assentimento. Agora, é de meu dever igualmente comunicar – e o faço com sincero pesar – o meu próximo afastamento desta casa, por prazo indeterminado.

Convocado pelo governo da República para reassumir a pasta das Relações Exteriores, não poderia de forma alguma escusar-me a aceitá-la, nos termos em que foi formulado o convite.

Tive oportunidade de conversar pessoalmente, pelo telefone, da minha residência em Paris, com Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que me falava, também, após entendimentos com o Presidente do Conselho. Disse-lhes que qualquer que fosse a dificuldade que acaso surgisse com a apresentação do meu nome, o fato de eu ter sido consultado anteriormente para integrar o Ministério, nos trabalhos de constituição de um outro Gabinete, não era de molde a fazer com que se acreditasse na existência de qualquer compromisso político ou moral. Porque na minha opinião, no meu entendimento, na minha sincera convicção, o que se impunha era que se constituísse imediatamente o governo; e para constituição imediata do governo nenhum nome poderia trazer dificuldades, nenhum nome poderia servir de obstáculo, nenhum nome seria grande demais, ou pequeno demais, ou importante

demais ou politicamente influente demais para dificultar, naquele momento, a formação do Gabinete.

Estas foram as palavras que enderecei pessoalmente aos responsáveis pelo poder, ao me formularem o convite. Entretanto, ouvi a declaração formal, definitiva e peremptória, de que estas dificuldades não existiam e que eu criaria dificuldades se não viesse imediatamente assumir o meu posto.

Sr. Presidente, fui convocado para um serviço ao meu país. Não pleiteei funções, mas não recuso funções nas condições atuais em que se encontra a vida brasileira. Acho que todo serviço neste momento, no cenário da política, é um serviço militar, é, pesa-me quase dizê-lo, um serviço de guerra.

Sou um homem humilde, apesar de impressões e de alguns declararem o contrário, mas sou um homem que, mercê de Deus, não foge dos deveres, não receia as suas responsabilidades, mas que enfrenta as suas posições e toma aquelas decisões que na sua consciência lhe pareçam mais compatíveis com os interesses da sua pátria e com o bem-estar do seu povo.

Nestas condições, sabendo embora das minhas deficiências, conhecendo embora as dificuldades que se antepõem à minha gestão, eu ouso esperar, com os amigos que tenho no Senado, o apoio desta casa. Porque, se não se desarmarem os espíritos, e não se desfizerem, e não se aplacarem, os ressentimentos e os ódios, se não houver bom senso, desprendimento, patriotismo, austeridade e humildade nos homens públicos deste país, neste momento, tenho profundo receio sobre o futuro das nossas instituições e sobre a tranqüilidade da família brasileira.

É com este espírito, é com este empenho, é com esta declaração, é com esta sinceridade que me afasto temporariamente do convívio do Senado, declarando-me, entretanto, inteiramente à disposição deste órgão a que me honro de pertencer, na sua coletividade e na sua individualidade. A todos e a cada um, estou pronto a servir, desde que os meus serviços sejam úteis e desde que a minha colaboração, solicitada por quem quer que seja, possa ser considerada de interesse para o Senado e de interesse para o Brasil. (*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Chefia da Delegação à XVII Assembléia Geral da ONU

10-5-1963

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente e Srs. Senadores, ao termo de cerca de sete meses de missão no estrangeiro, que exerci com permissão do Senado Federal, seja-me lícito, ao reassumir a minha cadeira e ao reingressar nesta tribuna, apresentar a todos os meus colegas, especialmente aos nobres colegas que aqui che-

garam mercê do pleito de outubro, as minhas mais respeitosas saudações, bem como os votos mais sinceros para que possam cumprir, com felicidade e êxito, o mandato na legislatura há pouco inaugurada.

Tenho a intenção, Sr. Presidente, de, conforme em outras oportunidades anteriores fiz, apresentar ao Senado, e por seu intermédio à opinião pública, um relatório sintético mas tanto quanto possível completo, dos acontecimentos verificados no decurso das missões diplomáticas que exerci.

Incidentalmente, desejo acentuar que foi com grande satisfação que acolhi o convite da Comissão de Relações Exteriores do Senado, para ali comparecer, no momento oportuno, a fim de oferecer explanação mais circunstanciada, menos formal e, possivelmente, abrangendo aspectos particulares que não podem ainda, por motivos óbvios, ser enunciados desta tribuna.

Estou, assim, apenas aguardando que se formalize o convite, de que tive notícia, por intermédio de amável comunicação do nosso eminente colega, Senador Jefferson de Aguiar, para comparecer perante o colendo órgão especializado do Senado, a fim de submeter aos Srs. Senadores um relato mais pormenorizado das missões a que me refiro.

Procurarei, no discurso de hoje, circunscrever-me à exposição dos fatos mais importantes relacionados com a minha missão na Chefia da Delegação do Brasil à XVII Assembléia das Nações Unidas, realizada entre os meses de setembro e dezembro do ano transato.

Se, por acaso, as informações que vou oferecer ao Senado forem consideradas insuficientes – e insisto em que apenas salientarei, hoje, aqueles pontos que me pareceram mais importantes – não terei dúvida em atender a qualquer pedido de esclarecimentos mais pormenorizados.

De acordo com a tradição que se estabeleceu nas Nações Unidas, desde a primeira das suas assembléias gerais, que se seguiu à adoção da Carta de São Francisco, coube à Delegação do Brasil abrir os debates da sessão plenária, o que fiz, em discurso pronunciado em 19 de setembro, no qual procurei traçar não apenas o panorama geral da conjuntura internacional naquele momento, mas também fixar a posição do nosso país no tocante aos aspectos mais significativos desta conjuntura.

Posteriormente à inauguração dos trabalhos ocorreu a eleição para provimento dos postos não-permanentes no Conselho de Segurança. O Brasil candidatou-se a uma das vagas não-permanentes deste Conselho de Segurança e teve a primazia na votação de plenário, visto que fomos eleitos em primeiro escrutínio, por noventa e um votos, o que constituiu fato singular, posto que a Delegação do nosso país foi a única a obter essa votação e a ser eleita no primeiro escrutínio. Tivemos o apoio unânime dos representantes do grupo continental e também de todos os membros permanentes do Conselho de Segurança.

Uma das iniciativas mais relevantes adotadas pela Delegação brasileira foi a referente ao problema de desnuclearização da América Latina. Sabe V. Exª, Sr. Presidente, que no quadro das negociações gerais do desarmamento um dos capítulos

mais importantes é este da desnuclearização regional. Muitas são as providências laterais encaradas, estudadas e ensaiadas no conjunto das medidas conducentes à adoção de um tratado de desarmamento geral e completo.

Entre essas medidas sobressai, pela sua influência e pela sua importância, a desnuclearização de certas zonas do nosso planeta. Essa medida implica a adoção de resoluções, por parte das Nações Unidas, proibindo a fabricação, a estocagem, o trânsito e a utilização dos territórios de países compreendidos dentro de determinadas faixas regionais, no tocante à presença de armas atômicas e nucleares.

A primeira sugestão nesse sentido foi apresentada pelo Ministro das Relações Exteriores da Polônia, e adotou o nome desse mesmo estadista europeu. É o chamado Plano Rapaski.

Embora o nosso país se manifestasse, em princípio, favorável à desnuclearização da Europa Central, não julgamos oportuno sustentar a apresentação e a execução imediata desse plano que, infelizmente, inseriu-se como uma das peças da chamada guerra fria. Ele tem servido, principalmente, para fonte de discussão, de controvérsia e de debates, e a observação mais prudente e mais imparcial dessa sugestão conduz à convicção de que a desnuclearização da Europa Central não poderá ser adotada como medida isolada e singular, mas tem que ser inserida ou enquadrada num conjunto de outras providências que visam, principalmente, a solução final do problema da Alemanha. Enquanto não se chegar a uma distensão do atual estado de excitação da guerra fria, no tocante à divisão da Alemanha, enquanto não se atingir a um ponto de equilíbrio e de compromisso no que se refere ao problema do zoneamento de Berlim, dificilmente se poderá aceitar a tese ou o princípio da desnuclearização da Europa Central, preconizada pelo Plano Rapaski.

Como não ignora V. Exª, Senhor Presidente, a presença das armas nucleares ocidentais na Europa Central corresponde a um esforço de equilíbrio para, de certa maneira, obviar a imensa superioridade de armas convencionais que possui o bloco soviético no continente europeu. Assim, enquanto não se chegar a uma solução pacífica do problema alemão, a ameaça latente que constitui a presença de centenas de divisões convencionais concentradas nas fronteiras da "cortina de ferro" impede que se aceite, por parte dos países ocidentais, o princípio da retirada dos armamentos táticos nucleares sediados nas guarnições dos países do Tratado do Atlântico Norte localizadas nas fronteiras da Europa Ocidental.

Contudo, se nossa Delegação não pôde aceitar – e isto foi declarado especificamente por nós – a apresentação imediata no Plano Rapacki, nem por isso deixamos de concordar, em princípio, com a providência da desnuclearização regional como constituindo um passo necessário e insubstituível para o prosseguimento do processo geral do desarmamento.

Nestas condições, demos o nosso apoio àquelas iniciativas que visassem à desnuclearização de certa parte do planeta e que não constituíssem aquilo que, há pouco, chamei de peças do mecanismo ou da engrenagem da guerra fria.

Assim sendo, no decurso da Assembléia Geral de 1961, quando também chefiei a Delegação brasileira, com o acordo de nosso Ministério das Relações Exteriores, pude oferecer nosso decidido apoio ao projeto de desnuclearização da África, porque não existem, com referência ao continente africano, aquelas razões de natureza política que tornam menos oportuna e, até certo ponto, menos aceitável a adoção do princípio de desnuclearização para a Europa Central.

Na Assembléia de 1962, estava eu ainda na Pasta das Relações Exteriores, quando resolveu o governo brasileiro adotar o princípio da desnuclearização aplicável à América Latina. De início, não tive a intenção de apresentar, desde logo, um projeto neste sentido, mas resolvi, de passagem, fixar a posição do nosso país num tópico do discurso com que inaugurei os debates da Assembléia Geral, e que peço ao Senado permissão para ler.

O tópico é o seguinte:

> "O Brasil – disse eu então – é também favorável, em princípio, ao estabelecimento de zonas desnuclearizadas no planeta, desde que as propostas que visem esse fim não se enquadrem no processo polêmico da guerra fria, da qual continuaremos afastados. A América Latina poderia ser uma dessas zonas desnuclearizadas."

Essa sentença final do tópico do meu discurso é exatamente, a referência que entendi de fazer, como chefe da Delegação brasileira, à possibilidade da iniciativa ser tomada em relação ao nosso continente, reservando-nos, assim, o direito de, oportunamente, apresentarmos uma sugestão concreta nesse terreno.

O momento próprio para apresentação dessa sugestão surgiu com o deflagrar da crise cubana. Revelou-se, então, com toda a magnitude e toda a sua gravidade o risco de disseminação das armas nucleares para outras zonas do nosso planeta, para aquelas zonas do mundo que, embora não constituídas de países com potencial industrial e econômico suficiente para a fabricação dos armamentos atômicos, podem, entretanto, transformar-se em sede de utilização desses mesmos armamentos atômicos ou, ainda, serem enquadradas na luta entre as duas ideologias em que se divide o mundo, como postos avançados de uma oportunidade agressiva.

A crise cubana, portanto, foi a razão e o momento oportuno para a apresentação do nosso projeto.

Em companhia do Embaixador Araújo Castro, que me servia de assessor neste setor dos nossos trabalhos, pude elaborar um esboço do projeto de resolução que deveria ser submetido à Primeira Comissão, ou seja, à comissão política da Assembléia Geral, estabelecendo o princípio da desnuclearização da América Latina.

O projeto de resolução foi submetido às demais sete potências que constituem o grupo dos oito países chamados não comprometidos, e que integram o conjunto da Conferência de Desarmamento de Genebra e, em seguida, apoiado. Teve o co-patrocínio de mais três países do nosso continente, ou seja, a Bolívia, o Chile e o Equador.

Assim, sob a liderança do Brasil, o grupo dos quatro países continentais apresentou, na primeira Comissão, o projeto que tenho em mãos e que me escuso de ler para não sobrecarregar inutilmente a extensão do meu discurso.

Apenas, faria algumas referências a certos tópicos de seu conteúdo. O projeto recorda a Resolução nº 1.652, de 24 de novembro de 1961, das Nações Unidas, exatamente aquela resolução a que me reportava há pouco, e que se refere à desnuclearização do continente africano.

Recorda os perigos e as ameaças inerentes à crise mundial, que tornam eminentemente necessário que todos os estados-membros situados na América Latina examinem, entre eles, as disposições que devem ser tomadas para fazer da América Latina uma zona desnuclearizada e impedir, assim, maior difusão das armas nucleares.

Em seguida, o projeto reconhece que urge que os países da América Latina se mantenham fora da corrida armamentista nuclear.

Na parte resolutiva, o projeto recomenda aos países da América Latina que negociem, pelo caminho considerado o mais apropriado, um tratado, em virtude do qual se comprometam a não favorecer, receber ou de se servir daqueles elementos nucleares, e que também concordem em se desfazer daqueles elementos nucleares que, porventura, existam em qualquer dos seus territórios. Finalmente, que estabeleçam um princípio de verificação eficaz para a execução dessas medidas.

O projeto, como não poderia deixar de ser, contém um apelo a todos os estados e potências nucleares para que respeitem os acordos eventualmente constituídos pelo tratado referido nos itens anteriores, e que esses mesmos estados considerem o território da América Latina como zona desnuclearizada.

Sr. Presidente, a idéia de que tais providências só poderiam ser tomadas através de um tratado livremente convencionado entre as partes era intuitiva. É claro que, em uma medida desta natureza, assumida no terreno internacional, sempre baseada no pressuposto da soberania individual de cada um dos estados, torna-se indispensável, não apenas que as medidas de desarmamento nuclear sejam tomadas voluntariamente, pelos processos adequados aos sistemas e constituições de cada país, mas também que o sejam unanimemente, porque, se em conjunto regional ou continental, um dos países se recusasse a integrar o bloco do desarmamento nuclear, é claro que permaneceria o risco para todos os outros.

A era nuclear criou condições completamente sem precedentes no tocante aos problemas da guerra. E desde que exista, em determinada região do planeta, um país que se recuse a se desfazer desse seu sistema de destruição maciça, então, todos os demais países ficarão na impossibilidade de tomar as providências pacíficas adequadas.

A sugestão de um tratado global foi extremamente bem acolhida no seio da Assembléia Geral.

Trago aqui, Sr. Presidente, em resumo, as opiniões, manifestadas nos debates, sobre a iniciativa brasileira. Essas opiniões tiveram lugar, não apenas nas discussões da Primeira Comissão, ou comissão política, como também nos debates da Assem-

bléia Geral. São dezenas, muitas dezenas de referências. Somam a mais de cinqüenta as declarações das várias delegações em apoio do projeto brasileiro. Dentre as delegações que se fizeram ouvir a favor da nossa iniciativa, encontram-se algumas declarações provindas das grandes potências nucleares, inclusive os Estados Unidos e a União Soviética.

Estava, portanto, aparentemente merecendo um encaminhamento favorável a nossa iniciativa, já então – como disse há pouco – aprovada por três países irmãos do continente, quando começaram a surgir as resistências por parte da Delegação cubana. Com efeito, o desenvolvimento da crise cubana, como é do conhecimento público mundial, e que seguramente terá sido acompanhado, com a merecida atenção, por todos os Srs. Senadores, desfechou em uma sorte de divergências entre o governo cubano e o próprio governo soviético, que tinha estabelecido, em território cubano, as suas bases nucleares.

Em seguimento à resistência dos Estados Unidos e às medidas tomadas pelo governo americano, depois da reunião dos países da América Latina havida na cidade de Washington, em seguimento a essas enérgicas medidas da casa Branca, que culminaram no estabelecimento do bloqueio marítimo da ilha, com a declaração formal do direito de visita a todos os navios dos países socialistas que se dirigissem a portos cubanos, verificou-se – como devem estar lembrados meus ilustres pares – um recuo, uma retirada prudente do governo soviético, que aceitou o princípio da fiscalização americana sobre os navios que aproam em direção à ilha de Cuba e consentiu na inspeção dos seus navios, fazendo retornar aos portos de origem aqueles cujo carregamento não poderia ser submetido à visita, porque se constituía, provavelmente, em carregamento bélico nuclear.

Essa forma de controle e de inspeção, estabelecida unilateralmente pela casa Branca e pelo governo americano, não podia, entretanto, estender-se ao território cubano, visto que não seria permitido aos instrumentos do governo americano uma visita direta ao território.

Foi então que o nosso projeto adquiriu importância primacial porque por meio dele, isto é, de um tratado livremente consentido por todos os países do continente, estabelecer-se-ia o princípio da desnuclearização com a necessária contrapartida da fiscalização e do controle, e se estabeleceria, por conseqüência, um sistema de inspeção que deveria vigorar no território de todos os países signatários do mesmo tratado e no de Cuba, desde que este país viesse a se incluir entre os demais, o que era indispensável para o êxito do convênio.

O Sr. Leite Neto – Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Leite Neto – V. Exª fala sobre a desnuclearização da América Latina. Consulto V. Exª se Cuba, negando-se a fazer parte dessa combinação, não iria sacrificar o princípio da desnuclearização da América Latina.

O SR. AFONSO ARINOS – A pergunta de V. Exª é pertinente. Toda minha exposição versará exatamente para dar a V. Exª uma resposta afirmativa.

Sustentei, há pouco, que o tratado seria inócuo se não incluísse, no seu contexto, a totalidade dos países do continente. Desde que um desses países se recusasse a aceitar um dos princípios cardeais do tratado, que é o princípio da inspeção local, não se poderia constituir uma atmosfera de garantia necessária para que o tratado fosse levado a efeito.

Foi exatamente esta circunstância que o nobre Senador Leite Neto acabou de mencionar, que determinou a impossibilidade em que se encontrou a Delegação brasileira de fazer com que seu projeto pudesse ser votado.

Realmente, no problema do desarmamento nuclear, as medidas de fiscalização e de controle são peças indispensáveis. Ao contrário do que corre com os armamentos convencionais, basta que exista em um dos países, parte do tratado, uma pequenníssima fração de armamentos nucleares clandestinos, para que todas as demais potências que tenham cumprido honradamente os compromissos assumidos nesse mesmo tratado fiquem à mercê desse país que se reservou, clandestinamente, o direito de possuir armas atômicas.

Sabem V. Exªs, Sr. Presidente e meus nobres pares, que a capacidade destrutiva dos armamentos nucleares é vertiginosamente superior à dos armamentos convencionais. De maneira que num tratado de redução de armamentos convencionais, a diminuição considerável desses mesmos armamentos faz com que o país que conserve uma pequena parcela deles não se encontre numa situação de superioridade imediata em relação aos outros. Os armamentos convencionais têm um potencial ofensivo, mas os armamentos nucleares têm uma capacidade destrutiva tão terrífica que, na ausência total de elementos de equilíbrio nuclear, um país que mantiver três ou quatro bombas atômicas, provido de três a quatro foguetes transportadores, pode dominar uma situação de maneira irrecorrível, porque imporá a sua vontade sob a ameaça imediata da destruição e do terror. O problema da fiscalização é o núcleo, é o cerne, é o ponto nevrálgico de qualquer tratado de desarmamento nuclear e o problema da fiscalização e do controle está fundamentalmente baseado no princípio da inspeção local, havendo o governo de Cuba declarado que não poderia aceitar a inspeção local, porque se encontrava em um momento de controvérsia e de luta acesa com o governo americano. Se o Senado me permite, procurarei ler aqui pequenos trechos da declaração do delegado cubano para mostrar que a proposta brasileira se defrontou de súbito com um obstáculo praticamente intransponível. Eu traduzirei as declarações do Embaixador Lechuga.

> "Entre os documentos apresentados perante este Comitê – disse ele – existe um que contém uma idéia muito louvável apresentada pelo Brasil e que diz respeito a uma zona desnuclearizada para a América Latina. Esta gestão é extremamente aceitável para Cuba. Nós estamos firmemente ao lado de que se desnuclearizem zonas territoriais, porque isto viria diminuir consideravelmente a tensão internacional. Nós acha-

mos que todo o mundo deveria ser liberado, polegada por polegada, do terrível perigo que existe para os povos, a fim de que vivam em paz. A iniciativa do Brasil, que prova a sua preocupação com o progresso da humanidade e a sua atitude militante com referência à paz, constitui uma declaração muito feliz, ainda que nós acreditemos que ela deve ser completada por vários preceitos que lhe dariam talvez maior força e que contribuiriam para que ela chegasse aos seus fins.

Primeiro que tudo, é óbvio que os países da América Latina devem-se ligar eles mesmos para não manufaturar, receber, estocar ou testar armas nucleares, mas esta declaração não é suficiente para que fiquem libertados do terrível espectro de uma guerra. A América Latina deve ter seu território livre dessas armas e também deve estar a coberto de sofrer o ataque nuclear de outros povos".

Em seguimento a esse raciocínio, o representante de Cuba sustentou que era indispensável estender os preceitos contidos no nosso projeto a determinados pontos no território norte-americano que ele considerava sociológica e historicamente comparáveis a territórios da América Latina, isto é, àqueles territórios norte-americanos que, ou se encontram enquadrados em territórios da América Latina, como é o caso da base de Guantânamo, ou têm uma formação tipicamente hispano-americana, como é o caso da ilha de Porto Rico, que é, como sabem V. Exªs, um Estado associado à federação americana.

O SR. PRESIDENTE (*Fazendo soar os tímpanos.*) – Lamento interromper o discurso de V. Exª para informar que a hora do Expediente está esgotada. V. Exª poderá prosseguir em seu discurso depois da Ordem do Dia.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço, a amável comunicação e solicito a V. Exª me inscreva para prosseguir em minhas considerações depois da Ordem do Dia.

Chefia da Delegação à XVII Assembléia Geral da ONU

10-5-1963

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado, Sr. Presidente, estava exatamente no ponto em que dizia das dificuldades surgidas para apreciação de nosso projeto, em virtude da exigência da delegação cubana de que se estendessem as garantias da desnuclearização àqueles territórios que fossem ou dependentes da soberania dos Estados Unidos ou de qualquer forma vinculados ao governo americano por um es-

tatuto especial, como sejam o território de Porto Rico, o território da base de Guantânamo e também do Canal de Panamá.

Quanto à zona do canal, chegou a haver um acordo entre as diferentes delegações. Eu próprio fui incumbido pelo representante dessa República irmã, o Panamá, de estreitar negociações com a delegação americana e, de certa forma, conseguimos em princípio, que os Estados Unidos aceitassem o exame da aplicação do princípio da desnuclearização à zona do canal. Evidentemente a extensão dessas garantias à base de Guantânamo e, principalmente, à ilha de Porto Rico suscitava problemas que muito dificilmente estariam em condições de ser resolvidos na discussão da Assembléia Geral. A repulsa da delegação americana a essa sugestão foi frontal. Naturalmente que o apoio dos Estados Unidos ficou dependendo da recusa à emenda sugerida ou formulada pela delegação cubana, e por seu lado a aceitação de Cuba ficou dependendo da concordância com a modificação que a delegação pretendia introduzir nesse projeto, visto que isso correspondia a uma decisão inabalável de seu governo.

Dada esta contradição, as grandes potências que apoiavam o projeto entraram em hesitação, havendo recuo da Delegação americana, e do lado socialista, os países que nos tinham apoiado, a princípio, passaram a hesitar igualmente em face das exigências da Delegação cubana. Então pareceu-me que o mais conveniente seria não insistirmos na indicação de nosso projeto no decurso da sessão do ano passado, e assim promovemos, em concordância com as delegações da América Latina, principalmente aquelas que tinham sido bastante solidárias para emprestar a sua co-autoria ao nosso projeto, empreendemos uma solicitação de adiamento da votação, a qual foi formulada pelo chefe da Delegação uruguaia, o Sr. Embaixador Velasquez. Esse requerimento de adiamento foi aprovado sem discussão, na Primeira Comissão.

Assim sendo, estamos convencidos de que no decurso da próxima sessão da Assembléia Geral, ou seja, a partir de setembro do ano corrente, será possível chegarmos a um acordo no tocante à aceitação do princípio geral da desnuclearização por meio do projeto que tínhamos apresentado, e digo que será possível porque os resultados mais candentes, mais excitados da crise cubana estarão atenuados, e assim não desesperamos da idéia de que o governo cubano poderá vir a aceitar o princípio da inspeção e o princípio do enquadramento, dentro dos postulados de um tratado geral. De qualquer forma a idéia da desnuclearização no continente amadureceu na consciência mundial, e encontrou apoio e repercussão favorável, estimulante, extremamente desvanecedora, na imprensa dos diferentes continentes.

Ultimamente, como sabe o Senado, este assunto foi objeto de uma declaração conjunta entre os presidentes do Brasil e do México, e essa declaração conjunta, formulando a tese da desnuclearização através de um tratado continental, foi oferecida como assunto ao exame das várias chancelarias do continente. Acredito que, no momento em que estou falando, os trabalhos prosseguem nas diferentes capitais da

América, a fim de que possamos ter, antes da reunião que se realizará em setembro, um panorama favorável às sugestões formuladas em nosso projeto.

Sr. Presidente, outro assunto sobre o qual a Delegação do Brasil em Nova Iorque pôde desenvolver atividade produtiva é aquele que diz respeito à supressão dos ensaios, das experiências nucleares para fins militares.

A questão das experiências nucleares, Sr. Presidente, não é apenas uma das mais graves dentro do complexo processo do desarmamento, incide, francamente, no quadro da paz e da segurança internacional e, mais do que isso, no próprio quadro do desenvolvimento econômico e da estabilidade social do mundo chamado subdesenvolvido. A demonstração desta afirmativa não seria de maneira nenhuma difícil de ser feita. Basta que os Srs. Senadores reflitam em que, por meio dos estudos que foram procedidos por comissões especiais, constituídas dentro dos departamentos adequados das Nações Unidas, por meio desses estudos chegou-se à conclusão, que aliás é obvia, é imperativa, de que as economias decorrentes da cessação das experiências nucleares seriam, por si sós, suficientes para estimular, de forma intensiva, o progresso dos países atrasados, e atender ao desenvolvimento econômico e à estabilidade social de centenas de milhões de homens que hoje vegetam no obscurantismo, no abandono e na miséria.

No discurso com que inaugurei os debates da Assembléia Geral tive oportunidade de formular um conceito que gostaria de aqui repetir, com a permissão do Senado. A minha convicção ao termo de tantos anos de leitura, a bem dizer obrigatória, dadas as minhas funções profissionais de professor, a minha convicção é de que o mundo se divide hoje, muito menos em dois setores governados ou condicionados por ideologias políticas contraditórias, do que em dois setores marcados por diferenças econômicas profundas. Não é tanto a contradição leste-oeste, formada através da dicotomia entre os princípios do totalitarismo marxista e os princípios da democracia ocidental, que dá a coloração e a tonalidade à divisão do mundo. Esta é uma aparência, que me permito dizer superficial. Se formos analisar em seus fundamentos efetivos, realísticos, concretos, históricos, as causas eficientes do desequilíbrio mundial, veremos que a divisão ideológica é apenas a expressão intelectual de uma divisão histórica muito mais chocante, e muito mais diretamente observada; ou seja, a divisão do mundo não em dois setores – leste e oeste, mas em dois hemisférios – norte e sul, considerado o Hemisfério Norte como a sede do desenvolvimento econômico, da grande industrialização, do progresso humano, e observado o Hemisfério Sul, infelizmente, como a grande pátria do abandono, das massas consideráveis entregues ao atraso, à carência e à miséria. Ora, Sr. Presidente, a verdade é que, através da simples suspensão das dezenas de bilhões de dólares que são investidos anualmente na competição para o progresso dos armamentos nucleares, e da reconversão da técnica, da indústria, da ciência, e da economia dos países adiantados, com aplicação desses recursos na assistência aos países subdesenvolvidos, teríamos, em poucos anos, a transformação provável do panorama mundial, na sua estrutura fundamental e na sua repercussão superior de caráter político, ideológico e doutrinário. Portanto, a questão da suspensão dos

ensaios nucleares é básica, não apenas no tocante ao processo geral do desarmamento, como também no que concerne ao próprio progresso humano.

Foi movida por essa convicção, foi alimentada por essa certeza que a Delegação brasileira em Nova Iorque – posso dizê-lo sem jactância, porque não foi trabalho pessoal meu, mas simples coordenação de atividades de meus companheiros e subordinados – pôde tomar a liderança do movimento tendente à aprovação de um projeto de resolução que condenava a continuação dos ensaios nucleares e que propugnava pela sua supressão. Esse projeto brasileiro, que foi redigido igualmente pelo Embaixador Araújo Castro e por mim, depois de ter sofrido pequena revisão por parte daqueles grupos aos quais consultamos a respeito da redação, foi co-patrocinado por trinta e sete países, e foi aprovado na Primeira Comissão por oitenta e um votos contra zero, com vinte e cinco abstenções. Essas abstenções provinham dos países que atualmente praticam os ensaios, as experiências e os estudos concernentes ao desenvolvimento da energia nuclear aplicada a finalidades bélicas ou dos países a eles ligados por vinculações de natureza militar, ou sejam, os países que compõem o grupo chamado do Tratado do Atlântico Norte e os países que compõem o grupo chamado do Tratado de Varsóvia. Essas, as vinte e cinco abstenções com que contou nosso projeto. No entanto, o simples fato de serem abstenções e não serem votos contrários mostra a dificuldade em que se encontra uma delegação no plenário da ONU para recusar, para repelir ou para condenar uma iniciativa que é maciça e entusiasticamente apoiada pela esmagadora maioria das Nações Unidas, no sentido da supressão dos ensaios nucleares.

Esse projeto brasileiro, Sr. Presidente, de origem brasileira e de redação brasileira, co-patrocinado por trinta e sete e aprovado por oitenta e um países, fazia também menção e referência a medidas da Conferência de Desarmamento de Genebra e foi, portanto, transferido, de certa forma, à apreciação e ao exame dessa Conferência.

O Sr. Eurico Rezende – Permite V. Exª um aparte?

Estou acompanhando – aliás, todo o Senado – com a máxima atenção, a brilhante exposição de V. Exª. Disse o nobre colega, no início de suas considerações, que, nos esforços em prol da aceitação de um tratado internacional visando ao desarmamento nuclear, bastaria um voto contrário para que o sistema ficasse prejudicado. Nesse caso o ideal seria a unanimidade. Mas V. Exª ainda há pouco, afirmou que, além do voto contrário de Cuba, houve, parece-me, 25 abstenções; estas abstenções também não poderão ser interpretadas como uma incerteza, e daí como possibilidade, depois de firmado um tratado desta natureza, de ele ser abalado em seus alicerces e finalidades?

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª. Lamento não me haver – talvez por deficiência de minha exposição – feito entender perfeitamente por V. Exª, e tenho muito prazer em elucidar o ponto que ficou obscuro no seu entendimento.

Trata-se de dois assuntos diferentes. O primeiro assunto a que me reportei no início de meu discurso refere-se à desnuclearizaçao regional da América Latina; então, neste caso da desnuclearização regional, é evidente que um tratado que procure estabelecer esta medida para uma determinada região do planeta exige a co-participação de todas as nações existentes nesta região do planeta, para que a abstenção de um só país não permita que esse país se transforme em depósito de armas nucleares com evidente e ameaçadora repercussão sobre os países vizinhos.

O outro assunto que no momento estava tratando é o da supressão dos ensaios nucleares. Não mais me referia à desnuclearização da América Latina, mas à supressão de ensaios nucleares em todo o mundo.

V. Exª, não ignora que estes ensaios nucleares se processam, não felizmente na América Latina, mas em alto-mar, no interior das grandes potências nucleares como são a União Soviética e os Estados Unidos, e também no centro do território africano, como faz a França no seu mandato no deserto do Saara.

V. Exª sabe que, com o tratado de reconhecimento da independência da Argélia, a França garantiu o direito de ter um mandato sobre o território do Saara, inclusive para a realização de experiências nucleares, de maneira que é contra o prosseguimento destas experiências nucleares que ocorrem em alto-mar, como no ano passado no Pacífico Sul, e como ocorreu no interior de certos estados nucleares, que nós tomamos a iniciativa de promover a resolução das nações suprimindo estes ensaios que fossem realizados por qualquer país em qualquer ponto, não apenas pelo perigo imediato que decorria da própria explosão atmosférica, que, como sabe V. Exª, tem repercussão gravíssima sobre a saúde da humanidade, mas também sobre os próprios riscos da competição nuclear, que está transformando duas potências em superpotências militares, e que está conduzindo a humanidade a uma espécie de escravidão pelo terror em face desses dois monstros armados que são as duas superpotências nucleares.

De maneira que a questão é diferente da primeira, e foi contra esta sugestão que se manifestaram as abstenções dos países que procedem a estas experiências, ou mesmos estão vinculados por pactos militares.

Muito grato a V. Exª pela oportunidade que me deu de melhor esclarecer este ponto.

Sr. Presidente, dizia eu que o nosso projeto está, neste momento, perante a Conferência do Desarmamento em Genebra, entre outras iniciativas que devem ser consideradas e que podem ser evidentemente – e devem ser – transformadas em um dos tratados a serem elaborados por essa Conferência.

Mas como a matéria que diz respeito ao assunto que será objeto de outra exposição minha a esta casa, me reservei para, no momento oportuno, melhor versar esta questão, ou seja, no momento em que fizer um relatório sobre a Conferência do Desarmamento em Genebra.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para que V. Exª me esclareça sobre de quanto tempo ainda disponho para concluir minhas observações.

O SR. PRESIDENTE – V. Exª ainda dispõe de seis minutos.

O SR. AFONSO ARINOS – Pergunto a V. Exª se o Regimento autoriza a solicitar a prorrogação desse tempo por mais um período que não exceda a vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE – O tempo de que V. Exª dispunha para o seu discurso era de uma hora. V. Exª falou meia hora na primeira parte mais meia hora agora, sem prorrogação.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente não existe prorrogação?

O SR. PRESIDENTE – Não.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, peço a V. Exª considerar-me inscrito, na primeira oportunidade, para prosseguir nas minhas considerações no tocante a este assunto, e também para iniciar a exposição sobre a parte referente à Conferência do Desarmamento.

Lamento ocupar e fatigar a atenção do Senado (*não apoiados*) mas entendo ser um dever meu colocar os meus colegas a par do que ocorreu no decurso da missão que exerci com permissão dos meus ilustres pares.

Solicito a V. Exª, Sr. Presidente, a bondade de me inscrever para a próxima sessão, se tal for possível.

O SR. PRESIDENTE – V. Exª será inscrito.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

Terminando o meu discurso de hoje, gostaria de mencionar os assuntos atinentes à Segunda Comissão, na qual contei com a colaboração do Ministro Osório de Almeida, que prestou o seu concurso de economista no tratamento das matérias daquela Comissão.

Ali também a nossa Delegação teve a oportunidade de desenvolver esforços consideráveis, quer no tocante ao preparo da Conferência Internacional do Comércio, quer no tocante a estudos diretamente vinculados à situação atual do Brasil – estudos a que a Organização das Nações Unidas vai proceder por iniciativa brasileira, sobre os aspectos da inflação nos países em desenvolvimento econômico.

Em poucas palavras mencionarei estes dois assuntos.

A questão da Conferência Internacional do Comércio estava colocada nos termos de uma Resolução do Conselho Econômico das Nações Unidas, chamado ECOSOC, que tinha estabelecido os princípios para a realização dessa Conferência.

Houve três linhas de direção no tocante a esta matéria: uma, sustentada pelos países industrializados ocidentais, que não queriam transformar aqueles princípios estabelecidos pelo ECOSOC; outra, liderada pelos países soviéticos, que queriam imprimir a essa futura Conferência Internacional do Comércio um caráter um pouco demasiadamente inovador, porque a Conferência, tendo sido prevista principalmente

para atender ao comércio dos países subdesenvolvidos, seria, também, chamada a se manifestar sobre as relações comerciais dos dois blocos divididos ideologicamente; finalmente, a terceira posição, constituída dos países subdesenvolvidos que queriam que a Conferência fosse além daqueles marcos, daquelas linhas fixadas pelo ECOSOC e que fosse capaz de instituir uma espécie de organização internacional de controle do comércio mundial e, que pudesse traçar as linhas de renovação e de consolidação desse comércio mundial em benefício dos países de moeda fraca, em benefício dos países de indústria incipiente e em benefício dos países que exportam habitualmente matérias-primas, como é o caso brasileiro.

Isso foi conseguido por meio de um esforço transacional da nossa Delegação, que apresentou um memorando, que foi distribuído como trabalho das Nações Unidas, e que, afinal, conseguiu coordenar os diferentes pontos de vista em torno de uma definição da futura Conferência Internacional do Comércio, que, como sabe o Senado, se realizará brevemente, sob a égide das Nações Unidas.

Essa Conferência Internacional do Comércio terá um papel tão importante, que podemos apenas recordar, em relação a ela: o grande economista argentino Raul Prebsch, que era Secretário-Geral da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – deixou a Secretaria da CEPAL para ser o Secretário preparador da futura Conferência Internacional do Comércio. Prevaleço-me da oportunidade para chamar a atenção do Senado, e especialmente da Comissão de Economia do Senado Federal, para a importância da próxima Conferência Internacional do Comércio.

Com esta última questão encerro minhas considerações de hoje. Refiro-me ao projeto brasileiro, que já foi apresentado desde 1961, ou seja, desde a XVI Assembléia Geral da ONU, na qual tive a honra e o privilégio de ser o chefe da Delegação e representante do Senado brasileiro, e que era um estudo feito, inicialmente, pelo Professor Guerreiro Ramos, a respeito da diferença de estrutura entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, e das diferenças de mecanismos que assume o processo inflacionário nos países avançados industrialmente e nos países subdesenvolvidos.

Esse assunto, que foi objeto de memorando inicial preparado pelo Professor Guerreiro Ramos e apresentado pela Delegação brasileira no decurso da XVI Assembléia, amadureceu no seio da Segunda Comissão, ou seja, a comissão econômica da Assembléia Geral, e foi aprovado no decurso da XVII Assembléia Geral. De maneira que o Secretário-Geral, o ilustre Sr. U-Thant da Birmânia, foi autorizado e incumbido, pela Assembléia Geral, de preparar grupo de trabalho com a finalidade expressa de estudar os aspectos específicos que assume o fenômeno da inflação nos países subdesenvolvidos.

Com estas palavras encerro minhas considerações de hoje e agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, e ao Senado a bondade com que me deram sua atenção. (*Muito bem! Muito bem! Palmas.*)

Chefia da Delegação à Conferência do Desarmamento

14-5-1963

O SR. AFONSO ARINOS (*Não foi revisto pelo orador.*) – Sr. Presidente, venho hoje à tribuna para completar a exposição iniciada na última sessão da semana passada, na qual tive a oportunidade de relatar ao Senado os principais acontecimento verificados no decurso da minha gestão como delegado do Brasil a XVII Assembléia Geral das Nações Unidas.

Em prosseguimento desta missão, coube-me a honra de exercer outra, ou seja, a chefia da delegação do Brasil à Conferência internacional do Desarmamento que se reuniu a partir de 12 de fevereiro, na cidade de Genebra.

Antes de entrar no mérito da minha exposição, gostaria de recordar ao Senado a composição atual dessa Conferência.

Como não ignoram os meus eminentes colegas, a XVI Assembléia Geral das Nações Unidas, por decisão adotada no mês de setembro de 1961, estendeu o Comitê de Desarmamento, que se reunia em Genebra, desde 1958, e no qual estavam representadas dez potências, para o número de dezoito, com a inclusão de oito países, admitidos com o critério de representarem a opinião internacional, desvinculados dos compromissos políticos e militares expressos pelos dois pactos chamados do Atlântico Norte e de Varsóvia.

Nestas condições, ficou a Conferência do Desarmamento integrado por dez países que representam os grupos de Varsóvia e do Atlântico Norte, e mais oito, eleitos pela Assembléia Geral das Nações Unidas, como integrantes deste grupo de negociação, e poderemos mesmo dizê-lo, de pressão, desvinculados dos compromissos constantes desses dois pactos internacionais.

O grupo do Atlântico Norte, ocidental, é representado pelos Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, o Canadá e a Itália. O grupo soviético, oriental, está presente nas delegações da União Soviética, da Polônia, da Bulgária, da Tcheco-Eslováquia e da Romênia. Finalmente, o grupo dos países novamente admitidos, também chamados, no seio da conferência, de potências não comprometidas ou não aliadas, está constituído pelas delegações do Brasil e do México, escolhidos entre os países da América Latina, da Suécia, como representante da Europa Ocidental, da RAU – República Árabe Unida – Etiópia e Nigéria, como representantes da África e, por último, a Birmânia e a Índia, como representantes asiáticos.

A Conferência, chamada das dezoito potências, reuniu-se, de fato, até o presente momento, com o comparecimento de apenas dezessete delegações, visto que a cadeira da França nunca foi ocupada, desde 1961, por motivos que não seria oportuno neste momento analisar, mas que se prendem a concepções e à orientação política do governo daquele grande país com referência às tarefas incumbidas à Confe-

rência do Desarmamento. A França manifestou sua divergência precisamente em relação ao princípio da extensão da conferência a países não integrantes dos dois blocos antagônicos. E por essa razão, embora a Conferência continue a considerar a República Francesa como membro permanente do seu conjunto, até o momento o governo de Paris não se fez representar.

A Conferência do Desarmamento foi incumbida especialmente, pela Assembléia Geral, do preparo de dois projetos.

Um deles devia ter como finalidade o tratado de cessação definitiva dos ensaios nucleares para fins bélicos. O segundo, o tratado de desarmamento geral e completo.

No decurso das sessões verificadas no correr do ano de 1963, praticamente a Conferência de Genebra concentrou suas atividades no estudo do primeiro desses dois itens, ou seja, no estudo da preparação do tratado de suspensão definitiva dos ensaios nucleares. Com efeito, a natureza mesma desses estudos impõe a sua prioridade cronológica. As dificuldades e obstáculos criados no andamento das negociações determinaram uma espécie do quase monopólio das atividades da Conferência em torno desse tema. Não há dúvida de que algumas sessões foram dedicadas aos trabalhos iniciais, ou ao prosseguimento dos trabalhos iniciados no ano passado, com referência ao projeto de tratado de desarmamento geral. Mas acontece que, para todos aqueles que têm uma freqüentação maior com o problema do desarmamento, se torna evidente que, sem um progresso satisfatório nas negociações concernentes ao tratado de suspensão dos ensaios nucleares, não será possível, de maneira alguma, encarar-se com otimismo o prosseguimento dos estudos referentes ao tratado de desarmamento geral, porque é claro que todo o seu mecanismo está baseado no desarmamento nuclear e, da mesma forma, todo o mecanismo do desarmamento nuclear está baseado sobre a idéia da cessação das provas nucleares.

É inequívoco que a Conferência se especializou e se concentrou quase exclusivamente no estudo do primeiro dos itens que lhes foram conferidos, ou deferidos, pela Assembléia Geral.

A Conferência, como disse, Sr. Presidente, inaugurou-se, este ano, no dia 12 de fevereiro. Inaugurou-se em uma atmosfera de relativa esperança e de fundado otimismo, porque se instalava em seguimento a uma troca de correspondência entre os chefes de governo das duas superpotências nucleares, troca de correspondência esta que colocava a questão de um acordo eventual sobre a cessação dos ensaios nucleares no quadro das possibilidades concretas e, poderia mesmo dizer, no quadro das possibilidades próximas, se não imediatas. Refiro-me, Senhor Presidente, à troca de cartas entre o Primeiro-Ministro Kruschev e o Presidente Kennedy.

O Primeiro-Ministro Kruschev endereçou ao chefe do governo americano, no dia 19 de dezembro de 1962, uma missiva na qual exprimia a nova posição adotada pelo governo soviético com referência à possibilidade de aceitação do princípio das inspeções para os ensaios subterrâneos. O governo soviético aludia à aceitação de três inspeções por ano e, também, ao acolhimento da possibilidade de instalação de três estações automáticas detectoras de fenômenos não identificados em território soviético.

A 28 do mesmo mês de dezembro, o Presidente Kennedy, em resposta ao Primeiro Ministro Kruschev, manifestou a profunda satisfação do governo americano no tocante à evolução que se processa na posição soviética, com referência à aceitação das inspeções locais. Observou que o governo americano havia mostrado uma flexibilidade muito grande quanto ao número dessas inspeções ou visitas, visto que tinha passado de um nível mínimo requerido anteriormente nas conversações de Genebra, que correspondia a vinte inspeções por ano, para atingir agora uma cifra que não ia além de dez. Reduzia, portanto, à metade suas reivindicações no tocante às visitas. Ao manifestar, portanto, o seu aprazimento com a nova posição assumida pelo governo soviético, o governo americano solicitava um reexame do problema do número de inspeções, a fim de que se pudesse chegar a um acordo em base mais realista.

O Primeiro-Ministro Kruschev, no dia 28 de dezembro de 1962, ou seja, nove dias depois da publicação da carta do Presidente Kennedy, expediu uma segunda missiva ao chefe do governo americano, na qual aceitava o princípio das negociações, embora insistisse nos seus pontos de vista com referência ao caráter satisfatório que teria o número mais reduzido de inspeções, mas de qualquer forma, mantendo embora sua posição anterior quanto aos números, transigia quanto ao reconhecimento de que esses números poderiam ser objeto de negociações.

Essas negociações foram imediatamente iniciadas em Nova Iorque, por acordo entre os dois grandes países. Houve também algumas reuniões na cidade de Washington, e elas determinaram o adiamento da conferência, que estava marcada para janeiro, até o mês de fevereiro.

Acontece, porém, que as negociações de Nova Iorque e de Washington se processaram em uma atmosfera de incertezas porque, enquanto elas se desenrolavam em caráter estritamente confidencial, e mesmo secreto, entre os dois grupos negociadores, a imprensa internacional, inclusive a americana, deixava filtrar supostas informações de que haveria possibilidade de o governo americano baixar o número anteriormente apresentado como o mínimo para as inspeções locais.

É claro que essas são contingências obrigatórias de uma sociedade aberta, de uma sociedade democrática, em que as manifestações da opinião de certos jornalistas adquirem, por vezes, a forma de informações, ou apresentação de informações. Essa idéia de que o governo americano estaria disposto a baixar as suas reivindicações no tocante ao número de inspeções, segundo a opinião de comentarista mais experiente no trato dessas negociações, determinou uma espécie de enrijecimento, de endurecimento da posição soviética, que passou a ser irredutível no sentido de não mais permitir aquele número apresentado na carta primeira do Sr. Ministro Kruschev.

Chegou-se, então a verdadeiro impasse nas negociações de Nova Iorque, e elas foram subitamente suspensas com a declaração de que prosseguiriam na Conferência de Genebra.

Infelizmente, Sr. Presidente, essa suspensão coincidiu com a retomada, no dia 8 de fevereiro, das experiências subterrâneas por parte dos Estados Unidos. De for-

ma que quando a Conferência se reuniu em Genebra no dia 2 de fevereiro, nós o fizemos – poder-se-ia dizer isto como forma retórica, mas a verdade é que psicologicamente o fizemos – em más condições, sob o clarão e ruído das novas explosões nucleares levadas a efeito pelo governo americano.

O governo brasileiro, com toda a razão, havia publicado uma nota do Itamarati em que manifestava sua satisfação com o desenrolar das negociações e as perspectivas abertas para a Conferência, em face da troca de correspondência entre os dois chefes de governo; o nosso governo havia enviado ao seu Delegado em Genebra instruções expressas, que constam deste trecho da nota oficial do Itamarati, que me permitirei ler: *(Lê)*

> "O governo brasileiro recebeu com a mais viva satisfação o anúncio do governo dos Estados Unidos relativamente à suspensão imediata de experiências nucleares enquanto se processam os entendimentos tendentes para a conclusão de um tratado definitivo sobre a matéria. O anúncio em apreço, conjugado à declarada intenção soviética de agora aceitar o princípio da inspeção *in loco* para detecção e identificação dos ensaios subterrâneos, vem abrir novas e promissoras perspectivas para as negociações que se conduzirão no âmbito da Conferência do Comitê das 17 Nações sobre o Desarmamento. O Governo brasileiro, que foi um dos co-autores e principais articuladores do projeto que se converteu na Resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas nº 1.762 de 6 de novembro de 1962, está transmitindo instruções à Delegação do Brasil em Genebra para realizar as necessárias gestões junto aos delegados das potências nucleares no sentido de aplainamento de pequenas divergências que ainda subsistem nesta matéria fundamental de interesse para a humanidade."

Senhor Presidente, entre parêntesis queria acentuar que a Resolução nº 1.762, de 6 de novembro de 1962, é exatamente aquela a que me referi em meu último discurso sobre este assunto, e que foi apoiada por 37 países na Primeira Comissão da Assembléia Geral das Nações Unidas e aprovada por 81 votos contra zero, com 25 abstenções.

Foi o projeto do Brasil no sentido da diminuição do número de experiências nucleares e de que houvesse entendimento entre as grandes potências, para levarem a efeito negociações que culminassem em um tratado.

Esta resolução foi enviada a Genebra, e um de seus itens estabelecia que aquela decisão, uma vez adotada, fosse remetida a Genebra, como um dos fatores sobre os quais teríamos de trabalhar.

O governo brasileiro fez muito bem em aludir a essa resolução, que deveria ser um dos pontos de apoio das nossas negociações de Genebra, e também procedeu com acerto no momento em que publicou a nota de que me permiti ler um tópico, porque foi

exatamente quando se tinha suscitado, em todo o mundo, a atmosfera de confiança e de esperança no futuro das negociações, baseada na troca de correspondência.

Recebi, assim, em Genebra, instruções que, embora determinantes e positivas, estavam condicionadas por uma situação que havia sido alterada em função do impasse a que tinham chegado as negociações em Nova Iorque e em função do reinício das experiências americanas.

É claro que isto não foi motivo suficiente para que o Delegado do Brasil deixasse de se manifestar pelo cumprimento das instruções recebidas, e todo o empenho da delegação brasileira foi no sentido de atenuar as divergências existentes nos termos das instruções que me foram expedidas.

A única alteração é que essa divergência já não era mais pequena, já se assentava sobre uma contradição fundamental, conforme terei oportunidade de mencionar aos meus ilustres colegas em breve momento.

A abertura dos trabalhos, a 12 de fevereiro, contou com a presença de duas autoridades da mais alta categoria no plano não só da política internacional em geral, como, especialmente, no plano do problema do desarmamento. Foram o Vice-Ministro das Relações Exteriores da União Soviética, Kuznetsov, uma das figuras mais importantes do Ministério das Relações Exteriores soviético e que se tem preocupado, especialmente, com o problema do desarmamento, e do lado do americano, o Embaixador Foster. Para que o Senado tenha uma idéia de até onde vai a participação do Embaixador Foster neste assunto, é suficiente que eu recorde que ele é Chefe da Agência Federal do Desarmamento, uma grande seção da Administração federal nos Estados Unidos e, que independe da própria Secretaria do Estado. A Agência Federal do Desarmamento está subordinada diretamente à jurisdição do Presidente da República. É, portanto, uma autoridade de grande nível, aquela que compareceu em nome dos Estados Unidos.

Infelizmente, Senhor Presidente, as posições antagônicas praticamente irredutíveis se manifestaram desde logo, e elas não foram mais do que o eco ou a repercussão do impasse a que se tinha chegado nas negociações anteriores de New York e de Washington. O ponto nuclear em que desde logo se assentou essa divergência foi a questão das inspeções e do seu número.

Eu me permitirei, aqui, apresentar ao Senado, em poucas palavras, algumas informações para salientar a real importância deste capítulo das negociações sobre o desarmamento. Diria que se quiséssemos sintetizar o problema da paz e da segurança internacionais, tal como conceituado na Carta das Nações Unidas, poderíamos fazê-lo por meio de um gráfico, de um diagrama, de um grande círculo que tivesse, como território, a paz e a segurança internacionais. Mas dentro deste círculo, iríamos colocando, em círculos concêntricos de raio menor, certos assuntos que, de certa maneira, condicionam a solução do grande problema da paz e da segurança internacionais. E diria que, imediatamente, como círculo de maior raio vem o problema do desarmamento geral. Para que a paz exista é indispensável que as grandes potências militares concebam e executem uma fórmula de desarmamento. Dentro do qua-

dro do desarmamento geral se inscreve um círculo de menor raio, do desarmamento nuclear, conforme tive oportunidade de dizer e de resto está na consciência de toda a gente, mas é claro que temos o direito de nos valer de lugares comuns. Nosso mestre Montaigne já dizia que a mais suculenta verdade se exprime por lugares-comuns. Então o desarmamento nuclear é o núcleo do problema do desarmamento. Dentro do círculo do desarmamento nuclear se deve inserir o problema da cessação dos ensaios nucleares, em um círculo menor, e dentro do círculo da cessação dos ensaios nucleares eu colocaria, no meu diagrama, no meu desenho, o problema do controle da execução do tratado de cessação dos ensaios nucleares.

Para que possa haver confiança na execução de um tratado de cessação de ensaios nucleares é indispensável que se possa criar um sistema conveniente de controle para esse tratado; e dentro desse sistema de controle colocaria o problema das inspeções locais para as explosões subterrâneas. Como sabe o Senado, os ensaios nucleares se verificam em meios diferentes. Há os ensaios atmosféricos e os extra-atmosféricos, os ensaios submarinos e os ensaios subterrâneos.

A escolha de um ou de outro desses tipos de ensaio corresponde a várias razões que eu, que não sou técnico, não poderia enumerar com segurança. Apenas posso dizer que quanto aos ensaios extra-atmosféricos e subterrâneos, a detecção pelas estações sismológicas existentes e pelos processos técnico-científicos de identificação é inevitável. Os países que possuem instalações técnicas de sensibilidade suficiente e que possuem cientistas com conhecimentos necessários para interpretar o resultado do funcionamento automático desses aparelhos fatalmente poderão detectar as explosões nucleares que se verifiquem no meio extra-atmosférico, no meio atmosférico ou no meio subterrâneo. Não há sobre isso a menor dúvida.

O problema está, Sr. Presidente, na detecção e na identificação. São duas operações diferentes. A detecção é o registro automático, através da sensibilidade dos aparelhos, da existência de um determinado fenômeno. A identificação desse fenômeno é que, até o presente momento, não pode ser feita fatalmente, indiscutivelmente, de maneira satisfatória. Porque os aparelhos registram determinados fenômenos que tanto podem constituir uma explosão deliberada pela indústria humana, quanto podem corresponder a movimentos sísmicos subterrâneos. Em determinadas regiões, sobretudo as que são sujeitas, de acordo com a ciência meteorológica normal, à observação de multiplicados fenômenos sísmicos subterrâneos, a existência de explosões subterrâneas provocadas por ensaios nucleares ficará em uma zona de dúvida que se estende além de um determinado número de quilotons e abaixo de determinado número de quilotons.

Há, portanto, uma faixa na qual os cientistas não podem dizer com segurança que espécie de fenômeno se verificou. Aí, torna-se indispensável a presença das equipes nacionais ou internacionais de visita, a fim de que, pelos processos hoje considerados infalíveis, no local, e dentro de um prazo determinado – esse prazo não pode ser excedido – se verifique qual o tipo de fenômeno que ocorreu.

Vê V. Exª, Sr. Presidente, a importância da visita no quadro geral da cessação dos ensaios e no quadro geral do desarmamento nuclear, conseqüentemente no ciclo do desarmamento e no ciclo da paz internacional.

A divergência entre os dois grupos manifesta-se, principalmente, no tocante ao número dessas visitas. No momento, o que me compete manifestar ao Senado é a impressão, que foi sinceramente a minha, de que o problema evoluiu da sua configuração técnica para posições irredutíveis de natureza política.

Tornou-se uma questão de prestígio para o grupo soviético não ir além de três, é uma questão de prestígio para o grupo ocidental não baixar além de sete. Devo dizer, entre parêntesis, que a primeira posição manifestada na carta do Presidente Kennedy e que dizia respeito a oito ou dez visitas foi, posteriormente, alterada pela Delegação americana, no decurso da Conferência, aceitando um máximo de sete.

Nós países que não pertencemos aos dois blocos militares – e insisto aqui na observação que fiz na vez anterior: quando digo que não pertencemos aos dois blocos militares não estou escapando às responsabilidades do Brasil nas incumbências militares que decorrem do Tratado do Rio de Janeiro, onde temos deveres, compromissos e direitos de natureza política e também militar, que são, também direitos, deveres e compromissos dos Estados Unidos, pois estamos ligados por um sistema continental; quando digo que não temos responsabilidades militares, é no Tratado do Atlântico Norte e no Pacto de Varsóvia.

De maneira que esses países entendem chegado o momento de tentar uma solução que quebrasse o gelo deste impasse, que correspondesse às sugestões de natureza concreta, realista, de fácil execução e que, ao mesmo tempo, fosse um ponto de convergência de negociações e compromissos, para que a Conferência escapasse do atoleiro em que se tinha metido.

Neste particular tive a oportunidade de, por duas vezes, intervir nas discussões da Conferência. A primeira, no dia 15 de fevereiro, e a segunda no dia 27 do mesmo mês. No dia 15 de fevereiro, salientei alguns tópicos. Primeiro que as declarações das potências nucleares não haviam fornecido elementos suscetíveis de esclarecer a Conferência sobre as perspectivas das negociações, apesar dos progressos verificados e constantes das cartas dos dois chefes de governo.

A segunda observação é que o resíduo das divergências, embora pouco considerável, bastava para paralisar as tentativas de progresso. Terceira observação: o Brasil, tanto quanto as outras potências não comprometidas, era de opinião que os pontos concretos de divergência tinham pouca importância. Finalmente, nós nos referíamos à Resolução nº 1.762 da ONU, às responsabilidades que essa resolução tinha lançado sobre os ombros da Conferência, e insistimos pelo alargamento das áreas de acordo que haviam ficado consubstanciadas na correspondência entre os dois chefes de governo.

No dia 27 de fevereiro, como as negociações não tivessem progredido, minha intervenção foi mais enérgica, mais severa. Eu me dirigi diretamente às duas delegações principalmente responsáveis, chamando a atenção para os seguintes

pontos: primeiro, para a urgência que tínhamos de resolver a questão; segundo, para a preocupação da Delegação do Brasil em face da atitude das potências nucleares que, em lugar de estudar as possibilidades de flexibilidade de suas próprias posições, limitavam-se a imputar a responsabilidade do impasse aos grupos adversários.

Finalmente, usando de uma expressão que o Embaixador Padilha Nervo, representante do México e meu velho amigo, disse, em seguida, que "eu tinha cunhado uma moeda que iria correr entre as discussões da Conferência" – asseverei que "os pontos de divergência entre os dois grandes países são graves porque são irredutíveis, mas não são irredutíveis porque são graves". Quer dizer, são posições de prestígio. E acentuei que o prestígio era uma das formas de coação, de pressão na política internacional: era uma maneira de só fazer uma demonstração e desdobramento de forças, a fim de evitar que essas forças sejam empregadas. Mas isto, em uma Conferência que tinha por finalidade eliminar ou amortecer as questões de prestígio a fim de que os problemas fundamentais de que estava incumbida fossem se não resolvidos, pelo menos aproximados, me parecia profundamente estranho.

Sugeri então, Sr. Presidente, que abordássemos a questão do ponto de vista também técnico, e não do ponto de vista político. Eu sustentava, como sustento, que quando os assuntos de natureza diplomática são estudados também pelos técnicos, há várias vantagens.

É claro que os técnicos não têm posição decisória; mas uma das principais vantagens da colocação dos problemas desse tipo em base técnica está em que, ainda quando as negociações políticas sejam interrompidas por impasses diplomáticos, as conversações no nível técnico podem prosseguir, e essas conversações que prosseguem em nível técnico são, muitas vezes, o chamariz ou o ponto de partida para novas reaproximações no plano político.

E ainda mais, Sr. Presidente, as decisões políticas em um terreno tão fluido, tão rápido e de tanta facilidade de transformação, como é a matéria nuclear, rapidamente podem tornar-se obsoletas, porque a ciência nuclear progride geometricamente enquanto que as negociações políticas marcham, eu não direi nem algebricamente, marcham aritmeticamente. De forma que, se desvincularmos as negociações políticas das suas bases técnicas, poderemos chegar a uma situação ridícula, que é a de países entrarem em acordo sobre assuntos já superados técnica e cientificamente.

A Delegação do Brasil sugeriu com grande empenho, com grande energia, que o assunto fosse preservado nos seus aspectos técnicos; e, felizmente, essa nova sugestão – nossa porque a fiz em nome do nosso governo – foi favoravelmente acolhida por várias delegações, inclusive com a manifestação expressa do Ministro de Estado Godber, que é o representante da Inglaterra, o Chefe da Delegação inglesa. Sugeri que as discussões políticas corressem paralelamente com as discussões técnicas, porque o aprofundamento dos estudos técnicos revelaria a inanidade e a insubsistência de engrenar essas duas posições.

Infelizmente, a minha sugestão para que se constituíssem grupos técnicos de estudo, inclusive dos quais não participassem as potências nucleares, pelo menos as principais, e que fossem recrutados cientistas em países como o Canadá e a Suécia, que têm grande experiência dessa matéria, e inclusive no Brasil onde temos técnicos de primeira ordem neste assunto, a minha sugestão não foi acolhida pelos países da "cortina de ferro" e foi frontalmente recusada pela Delegação soviética, sob a alegação de que a colocação do assunto em bases técnicas – o delegado soviético não manifestou diretamente, mas deu a entender – poderia ser uma forma escapatória para evitar o debate político, quando absolutamente não era essa a intenção brasileira. A nossa intenção era fazer com que as conversas fossem paralelas, e a expressão "paralela" consta, inclusive, do meu discurso.

Então, Sr. Presidente, os oito países novamente admitidos à Conferência acharam que era chegado o momento de intervir, e preparamos, depois de longa negociação baseada na parte técnica do estudo da Delegação sueca, um memorando, que aqui está, e que foi apresentado informalmente à aceitação do grupo em conjunto, depois de laboriosas e demoradas negociações.

Neste memorando a Delegação do Brasil teve, também, atuação primacial. Devo aqui aproveitar a oportunidade para salientar a grande contribuição que recebi dos dois funcionários do Itamarati que ficaram à minha disposição, o Ministro Roberto Assunção, cujo nome foi há pouco aprovado pelo Senado como Embaixador do Brasil na Argélia, e o Primeiro Secretário Frank da Costa.

Também quero mencionar o auxílio, o apoio, a contribuição que tive dos departamentos especializados do Itamarati, principalmente do Chefe das Organizações Internacionais, que é o Embaixador Araújo Castro.

Sr. Presidente, este memorando resolvia, de forma extremamente sagaz – a meu ver – e construtiva, o problema da divisão existente na questão das visitas ou das inspeções locais, porque os oito países propuseram um tratado que deveria ser vigente por determinado número de anos, concretamente sete; propuseram um número geral de inspeções que se distribuíssem por esses sete anos concretamente trinta e cinco inspeções; e ainda, que os países interessados, ou seja, os Estados Unidos e a União Soviética, negociassem entre eles uma escala móvel de visitas, que se distribuíssem dentro dos dois marcos de sete anos e trinta e cinco inspeções. De maneira que o número de sete anos e o número de trinta e cinco inspeções foi conseqüentemente ao estudo que fizemos baseados na ação e na demonstração efetuadas pela Delegação sueca.

Tenho aqui, no relatório que preparei e de que trouxe cópia, os detalhes e os pormenores desses cálculos, mas o meu apoucamento matemático me impede até de, nesses cálculos de probabilidade e outros fatores que intervêm nas conclusões a que chegaram os técnicos soviéticos, fazer uma exposição mais completa aos nobres Senadores. Apenas quero salientar que não foi uma improvisação aventurosa, não foi uma escolha apriorística ou arbitrária, mas sim a conseqüên-

cia de estudos que nos foram demonstrados em longas, penosas e – aqui quase poderia dizer – tediosas sessões.

A Delegação do Brasil teve parte importante, como dizia, nesta solução e poderei mesmo comunicar ao Srs. Senadores que a fórmula da distribuição flexível foi de minha autoria. Levei-a em uma das reuniões dos países que constituem o Grupo dos Oito como se fossem emendas a um projeto de orçamento, em pequenas papeletas datilografadas, sem assinatura, e declarei aos meus colegas que não era, propriamente, uma proposta, mas uma base de raciocínio, uma sugestão despretenciosa, que eu subordinava à consideração mais apurada da sua experiência.

Acontece, porém, que ao termo de uma longa sessão de debates, eles chegaram à conclusão de que a melhor fórmula era mesmo esta. Então um dos representantes disse que, se o Embaixador do Brasil não apresentasse a sua proposta, ele o faria. Nesse caso resolvi apresentá-la, e ela foi unanimente adotada e incluída no memorando que aqui está. É a cláusula III.

A razão principal do êxito da nossa sugestão estava na sua confidência, no seu sigilo, porque sabíamos que, caso filtrassem informações sobre o conteúdo do nosso memorando, os grandes países que estavam em posição divergente no tocante ao problema das visitas – posição que, repito, porque esta a minha convicção, não baseada em razões que não fossem políticas – ficariam em certa dificuldade para justificar uma recusa a uma sugestão tão singela, mas tão operativa.

Infelizmente – por motivos que o Senado compreenderá que não posso, em sessão pública, mencionar pormenorizadamente, mais estarei pronto a fazê-lo em sessão reservada da Comissão de Relações Exteriores, conforme assegurei ao nobre Senador Jefferson de Aguiar – infelizmente o conteúdo do nosso memorando transpirou e chegou ao conhecimento dos chefes das duas delegações principalmente interessadas.

É claro que de posse dessas informações, essas delegações, que estavam de tal maneira divergentes quanto à matéria em discussão, passaram a trabalhar em conjunto para evitar que nossa fórmula chegasse ao plenário.

Estou aqui exprimindo-me – e não poderia fazê-lo em nome do governo brasileiro nem como chefe da Delegação brasileira – como um indivíduo particular. Tenho a impressão de que nenhum dos dois países estava, no momento, em condições de aceitar uma transação ou uma negociação quanto ao problema da cessação dos ensaios. Esta a minha convicção pessoal.

Por essa razão é que existiu um certo acordo entre os dois países e que veio impedir que nossa fórmula fosse objeto de proposta formal.

Com essa explicação, que dou em termos gerais, penso ter esclarecido ao Senado as razões pelas quais os oito países proponentes, ou pretendidamente proponentes, ou proponentes presuntivos, decidiram não mais levar avante sua sugestão. Por uma razão muito simples, porque a Conferência não deliberou por votação –

nem poderia fazê-lo – pois as incumbências e as responsabilidades caem sobre, principalmente ou exclusivamente, os dois grandes países.

Então, é claro que esses dois países não podem adotar atitudes em um campo dessa gravidade, em virtude de uma votação de potências de menor responsabilidade – menor responsabilidade não no sentido intelectual e moral, mas no sentido militar – quanto a esse assunto. De forma que, desde que contássemos com a oposição declarada, como foi o caso, das duas grandes potências, não haveria possibilidade alguma de nossa sugestão ter qualquer sombra de êxito.

Resolvemos, então, adiar, para que ela pudesse ser formulada, como o será, fatalmente, quando se desanuviar o horizonte internacional em outras áreas. Porque, realmente, o problema do desarmamento não pode ser considerado isoladamente, conforme salientei aqui no último pequeno discurso que proferi, dos outros problemas mundiais.

Genebra não é um grupo de trabalho autônomo, Genebra é um espelho da conjuntura internacional.

De maneira que se refletem sobre a Conferência de Genebra as mutações, as transformações e a evolução do processo internacional que, nesse momento, atravessa fase de intensa fluidez e de grande incerteza. Conseqüentemente o adiamento da nossa sugestão pareceu-me a medida mais prudente.

Pedindo instruções ao Itamarati, dando minha opinião a respeito, que foi solicitada pelo Ministro de Estado, ouvi de S. Exª que o governo concordava com o adiamento da nossa sugestão para apresentação do nosso memorando, depois que o governo brasileiro havia dado o assentimento a ele. Aliás, tivemos a satisfação de ver que nosso governo foi o primeiro que, oficialmente, apoiou o memorando, concordando em que fosse sobrestada a apresentação, até que pudéssemos encontrar uma oportunidade mais favorável, que não poderá deixar de vir.

Desejo, no quadro pessimista e até certo ponto desencantado que constitui a tela de fundo desta exposição, finalizar com este toque, com esta pincelada de otimismo, de otimismo felizmente não fundado em razão de natureza ética, nem mesmo especialmente baseado na confiança suscitada pelo bom-senso e pela ponderação dos estadistas que governam os principais países militares do mundo, mas de otimismo de quem se aproxima do problema do desarmamento, como o tenho feito nos últimos dois anos, por injuções e por deveres de ofícios, otimismo fundado em razões mais humildes, em razões menos generosas, em razões menos brilhantes mas, talvez por isso mesmo, mais sólidas e inevitáveis. Não é possível que a humanidade prossiga na corrida armamentista que, atualmente, devora centenas de bilhões de dólares, por ano, da economia dos principais países industrializados, no mundo soviético e no mundo democrático.

Não é possível que a pressão, aparentemente desarmada mas fundada nessa força irrecorrível e insopitável que é a opinião mundial, não se exerça sobre aqueles setores, quer militares, quer econômicos, quer políticos, que constituem o núcleo dos senhores da guerra.

E assim, Sr. Presidente, confiando, como confio, no esclarecimento, no sentimento humano, nas virtudes elevadas dos homens a quem o destino incumbiu a terrível tarefa de governar os povos que são os responsáveis pelos destinos de todos os demais povos, estou certo de que, por estas razões de natureza econômica, de natureza da própria defesa da nossa geração e das gerações futuras, estes pontos de divergência básica, que oferecem as razões pelas quais a Conferência do Desarmamento não pode evoluir, serão reduzidos, serão atenuados, serão eliminados e, muito breve, poderemos de fato penetrar em uma área efetiva de negociações, da qual o Brasil não deve estar ausente de maneira alguma.

Não é apenas pelo fato de termos recebido o honroso mandato de cento e dez países que devemos integrar a Conferência do Desarmamento, mas porque nossas responsabilidades evoluem com o nosso crescimento, nossa atuação progride com a nossa maturação. O prestígio internacional do Brasil, apesar da flutuação da nossa conjuntura interna, cresce e se consolida no mundo internacional. E o Brasil, assim como não pode fugir ao seu destino nacional, não poderá fugir às incumbências e aos esforços do seu destino internacional.

Muito grato a V. Exª, Sr. Presidente. *(Muito bem! Muito bem! Palmas.)*

Bicentenário do nascimento de José Bonifácio

12-6-1963

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, a grande vida de José Bonifácio de Andrada e Silva suscita de maneira inevitável o exame da controvérsia tradicional da historiografia, que tem por objeto resolver qual o fator preponderante no curso dos acontecimentos, se o homem, se o tempo.

É de fato antiga esta discussão.

A historiografia clássica apresenta, entre os seus cultores culminantes, partidários das duas tendências, aqueles que entendem que o homem superior, que o líder, que o condutor condiciona, por meio de sua atuação individual, os acontecimentos da História, e aqueles que defendem a tese oposta, ou seja, os integrantes daquilo que, modernamente, se chama escola do materialismo histórico, segundo a qual o homem não é senão uma resultante das influências condicionadoras da sua época.

A historiografia clássica, dizia eu, oferece cultores das duas tendências. Plutarco, na sua *Vida dos Varões Ilustres*, Tácito, nos seus *Anais*, onde estuda os episódios culminantes da vida e da psicologia de alguns imperadores, Suetônio, seriam, de certa maneira, partidários ou praticantes da escola do individualismo histórico, do subjetivismo histórico ou da História condicionada à influência preponderante das personalidades superiores. Também na historiografia antiga homens como Heródoto ou Tucídides seriam antes adeptos de uma interpretação distinta, ou seja, da

submissão da ação dos homens aos fatos e às influências conformadoras da sua época.

Essa velha divisão dos historiadores, de certa forma, se transpõe e se projeta na historiografia moderna.

Ainda encontramos, quer as teorias que visam a focalizar as individualidades marcantes como motor e dínamo da História, quer as que procuram, no estudo dos climas, das raças, do condicionamento econômico e da evolução técnica, o segredo ou a decifração do mistério dos acontecimentos da vida dos povos.

José Bonifácio de Andrada e Silva, em uma das suas fecundas reflexões sobre esses pontos da doutrina histórica, coloca-se, como aliás, ocorre habitualmente em toda a sua copiosa obra intelectual, em uma posição moderada. E essa posição moderada, na minha opinião, aplica-se verdadeiramente ao estudo dos homens da categoria e do nível de José Bonifácio de Andrada e Silva na História de seu país.

Dizia, com efeito, o Patriarca, em uma das reflexões políticas que elaborou para uso de seus conterrâneos – aquele admirável capítulo sobre a civilização dos índios do Brasil – que se trouxéssemos Newton para o convívio dos aborígines americanos, provavelmente nunca seriam apresentadas as teorias de Newton que revolucionaram as ciências físicas e naturais. Mas se pegássemos um representante dotado de nossa raça indígena e o colocássemos ao lado de Newton, seria possível que esse jovem índio brasileiro chegasse à altura de se tornar um discípulo não indigno de seu mestre.

A opinião de José Bonifácio era, portanto, a de que a História é uma resultante complexa, um meio termo em que influi, equilibradamente, o dínamo das personalidades mais eminentes, mas que esse dínamo, decisivo para a criação das forças de transformação social, por sua vez só funciona de maneira adequada quando enquadrado, engastado, quando homogeneamente colocado no contexto de sua época.

Se fizermos uma análise retrospectiva, desapaixonada e, tanto quanto possível, minuciosa da vida e da obra de José Bonifácio, encontraremos na esteira desta figura tutelar da nacionalidade a fusão desses dois fatores, o choque criador dessas duas forças que marcaram indelevelmente a sua presença nos fastos da História nacional – a presença de uma inteligência superior, de uma vontade inquebrantável, de uma energia física e moral digna, hoje, da admiração dos pósteros, de uma cultura ao mesmo tempo geral e particular, acumulada e ampliada em todas as possibilidades de seu tempo e, juntamente com esses atributos individuais, vamos encontrar, na ação de José Bonifácio, o realismo e a preocupação constante de integrar-se naqueles elementos que constituem a teia, a esteira, o tecido dos fatos e das reações de sua época.

José Bonifácio é, portanto, na História do Brasil, uma das mais altas personalidades do seu tempo, o mais típico representante do seu tempo, entre todas as figuras da época.

A biografia desse grande homem não está por se fazer. Ainda ontem, na sessão da Câmara dos Deputados, aquele que traz, nesta geração – e traz com brilho e

dignidade – a alta responsabilidade de ostentar perante o país o nome de José Bonifácio, o Deputado José Bonifácio Filho, representante de Minas Gerais, teve oportunidade de rememorar, em brilhante oração, alguns dos aspectos mais marcantes da vida de seu avoengo.

Não são, portanto, as etapas da vida particular e pública de José Bonifácio que me proponho a rememorar nesta comemoração do Senado brasileiro, principalmente depois que um dos maiores historiadores do nosso país, infelizmente desaparecido antes que pudesse completar a sua admirável obra científica e literária, Octávio Tarquínio de Souza, em seguimento a Latino Coelho e a tantos outros biógrafos do Patriarca, fixou de forma clássica e imperecível os aspectos principais daquela biografia brasileira.

Aquilo que me parece realmente digno da atenção da nossa geração, no momento em que cultuamos a memória de José Bonifácio, é o dever de situarmos o Patriarca no quadro de sua época e de extraírmos das suas ações e reações – ações fortes e reações fortíssimas – aqueles ensinamentos que são verdadeiramente a razão de ser da História como ciência, a razão de ser da História como ética, a razão de ser da História como regra de conduta política.

José Bonifácio integrou, no Brasil, aquela extraordinária geração da época das luzes. Sabe V. Exª, Sr. Presidente, e sabe o Senado que essa denominação de época das luzes designa o conjunto de movimentos de natureza filosófica, científica e literária, que caracterizou a evolução intelectual na segunda metade do século XVIII.

José Bonifácio, nascido há duzentos anos, é portanto, contemporâneo exato da época das luzes. A característica talvez principal desse grande movimento de idéias que, até certo ponto, foi precursor e determinante dos acontecimentos de importância mundial da Revolução Francesa e das suas conseqüências, a característica principal – repito – talvez seja encontrada nesta observação: a época das luzes foi o redemoinho em que se encontraram as forças da filosofia, da razão e da ciência experimental.

A filosofia, liberada do cânones teológicos, emancipada das limitações religiosas, tinha adquirido, a partir do século XVII e principalmente depois do racionalismo de Descartes, uma força admirável, não apenas destrutiva, mas também construtiva.

Em seguimento a essa espécie de libertação filosófica, cresceram e ampliaram-se as ciências do raciocínio, principalmente a Matemática, que foi a pedra de toque da ciência exata na primeira metade do século XVIII.

Mas, Sr. Presidente, na ocasião em que nascia José Bonifácio, já a ciência da Matemática pura, como capacidade de funcionamento abstrato da razão humana, estava cedendo passo à Física, ou seja à generalização das observações conseguidas por meio da experiência. Realmente, naquela época, a grande contribuição da Física ao avanço das idéias políticas foi sobretudo a de se fundar em uma capacidade de generalizar observações e experiências concretas sobre as leis ou os fenômenos da natureza. Então assistimos, já naquela época, ao afastamento dos matemáticos, dos

Descartes e dos Pascal, pela admiração e pelo culto dos físicos. Daí a grande voga, o grande prestígio e a grande força que criava ou que cercava o gênio de Newton como exatamente o criador das leis que desvendam os segredos da natureza.

José Bonifácio de Andrada e Silva é, portanto, um homem típico dessa fase, um homem do período em que as abstrações da razão pura e da Matemática se viam substituídas pelas aquisições experimentais da Física, com todas as suas implicações e todas as suas aplicações. Daí não nos devemos, de forma alguma, surpreender com o fato de vermos José Bonifácio de Andrada e Silva como aluno da Universidade de Coimbra, imediatamente após ter conseguido aquela láureas que lhe advinham do estudo das ciências sociais, sobretudo das leis, preocupando-se com o estudo das ciências naturais, com base na Física e na Matemática.

Pouco importa, Sr. Presidente, como costumam fazer historiadores que fundam a sua criação principalmente na biografia, pouco importa sabermos quem determinou ou quem facilitou ou quem propiciou essa passagem do jovem intelectual de Santos, ao fim do seu curso de Direito, do estudo dos livros das Ordenações para parte de aplicação da ciência à Física e à Matemática. Pouco importa que tenha sido o Duque de Lafões, seu aparentado, pouco importa que tenha sido o Conde de Linhares, igualmente seu parente. O fato é que independentemente do seu parentesco com os dois influentes titulares, José Bonifácio estava fadado a essa transposição, a esse passo verdadeiramente simbólico na sua carreira, e que deve ser considerado simbólico para quem analisa a evolução das idéias do Brasil – um homem que saiu da Universidade, mal descascada ainda das suas tradições teológicas, passar do estudo das leis para o estudo das ciências físicas e naturais.

Neste terreno, sobretudo a partir de 1790, é realmente estupenda a atuação de José Bonifácio. E foi exatamente por isso, Sr. Presidente – e aqui me esmero em renovar os agradecimentos que devo àqueles ilustres colegas que ontem apoiaram meu projeto de resolução – que sugeri ao Congresso editasse as obras completas de José Bonifácio, retirando da dispersão e do olvido em que se encontram as suas obras de ciência, as suas obras de Metalurgia, as suas obras de Mineralogia, em suma, de Ciências Naturais, que constam de publicações não apenas da Academia de Ciências de Lisboa, de que foi Secretário, mas de publicações de vários centros científicos da Europa, que ele frequentou com grande aproveitamento e com grande glória para a vida brasileira, na França, na Suécia, na Itália, na Áustria, na Alemanha, e em outros países do continente europeu.

Passada essa fase, em que ele foi – como disse – o símbolo da aventura intelectual da sua época, na evolução da ciência jurídica para a Matemática e desta para as ciências físicas e naturais, volta José Bonifácio ao Reino, já investido de funções correspondentes àquelas que deveriam ser entregues a um naturalista de seu quilate. Era à época em que as ciências naturais e físicas começavam a exercer influência sobre a Ciência Política. Não nos devemos, com efeito, esquecer, Sr. Presidente – e isto tem um significado especial para o crítico de hoje, que procura compreender a figura de José Bonifácio – não nos devemos esquecer de que o *Espírito das Leis* de Montesquieu é praticamente

contemporâneo da edição dos primeiros volumes da *Enciclopédia*. Ao mesmo tempo em que o gênio coletivo da França fazia surgir, perante a curiosidade e a expectativa do mundo, aquela formidável primeira coleção resumida das ciências naturais, matemáticas e também sociais, que é a *Enciclopédia*, com uma diferença de poucos anos, de menos de cinco anos o grande pensador francês Montesquieu fazia publicar o fruto laborioso de tão longos anos de meditação, o *Espírito das Leis*.

Vê V. Exª, Sr. Presidente, como todas essas facetas do espírito humano se engrenam, se organizam harmonicamente; como toda aquela força de captação da realidade, como toda aquela força de transformação dos cânones avelhantados da ciência oficial se vão subitamente transportar para o plano da especulação jurídica e das construções políticas, porque, afinal de contas, o *Espírito das Leis* não é senão isso. Um livro de especulação jurídica, sim, de especulação abstrata, sim, mas fundado naquilo que, pelo menos teoricamente, deveria ser a experiência histórica colhida com a mesma veracidade que a ciência natural. É a generalidade dessa experiência, por meio da elaboração de um certo sistema de instituições e de leis, que vinham servir de fundamento às normas da democracia.

José Bonifácio exprime tudo isto.

Quando ele chegou a Portugal investido das funções que lhe fora outorgadas, encontrou o velho Reino atrelado e preso ainda à rotina secular que o fazia paralítico. Inúteis ou quase foram os esforços do grande brasileiro, inúteis ou quase foram as suas sofridas penas no sentido de incutir, como uma espécie de transfusão de sangue novo na artéria esclerosada da administração portuguesa, tudo aquilo que ele tinha não apenas apreendido, mas elaborado pessoalmente nos vários anos de peregrinação pelas academias de ciências européias.

José Bonifácio, Sr. Presidente, convém que se diga, é aquele tipo de homem que sabe mais do que os livros ensinam, porque realmente a capacidade de aprender vai além do que consta dos textos dos livros, é aquela capacidade que faz com que os livros não sejam apenas um repositório de fatos mortos, aquela capacidade de criar em torno dos fatos, de criar por detrás das doutrinas, uma interpretação que é ao mesmo tempo uma lição do leitor, uma criação do leitor, uma colaboração do leitor para com o escritor.

O esforço que fez José Bonifácio para aplicar, para nacionalizar, para aportuguesar as noções da ciência progressista, que tinha colhido na Europa, aos cânones da administração portuguesa, foi um esforço melancólico, porque perdido.

Portugal estava vivendo o fim de uma época e podemos dizer que estava pleno, estava grávido de uma nova nacionalidade; a vida que Portugal sentia morrer nas suas entranhas era a vida que ia transferir ao filho que lhe nascia, e esse filho era o Brasil. Empregando uma expressão que seria talvez um tanto grosseira, eu diria que José Bonifácio foi o parteiro desse filho. Assistiu ao fim daquela nacionalidade, que morria na decadência de uma administração anquilosada, e conseguiu transferir a vida que lhe fugia para o filho que lhe nascia entre as mãos.

Depois de dezenas de anos de exílio, exílio voluntário, exílio fecundo, exílio em que não perdeu as suas afeições e o seu feitio, a sua configuração típica de caboclo da baixada paulista, José Bonifácio chegava ao Brasil. Não perdeu suas características, antes trouxe-as iluminadas e enriquecidas por dezenas de anos de preparação e de cultura.

José Bonifácio, dizia eu, reintegrou-se no quadro da sua pequena vila provinciana; mas, desde logo a fama de que vinha precedido, a eminência de seus dotes, o valor e a realidade das suas conquistas intelectuais, tornaram a sua colaboração indispensável no processo de gestação da nova nacionalidade que despontava nos céus da América.

A sua participação no governo da Junta Provisória de São Paulo, presidida pelo Conde de Oyenhausen, é fato demasiadamente conhecido para ser aqui lembrado.

Mas, o que quero salientar nesse episódio é a manifestação imediata da liderança individual, é o choque, o primeiro choque da personalidade com o seu meio. No caso da Intendência do Porto, durante a Revolução Liberal, em que José Bonifácio, como Intendente de Policia da cidade do Porto, conseguiu aplacar as iras da turba enfurecida, não fez sentir com tanta nitidez e com tanta significação a presença do indivíduo nos fatos do seu tempo como a sua participação no governo da Junta de São Paulo. Então, sentimos o homem de ciência, o intelectual pretendidamente teórico e abstrato, subitamente transformar-se em ponto de convergências, em foco de decisões, em alvo de obediência daquela multidão que, talvez, pouco o conhecia.

Vemo-lo decidir, vemo-lo escolher, vemo-lo intervir entre erros e divergências e indicar a solução sempre melhor, porque, de acordo com sua opinião, a solução sempre melhor é aquela que mais condiz com os dados fugazes da realidade. Vemo-lo nessa oportunidade assenhorear-se de um poder que não foi raptado pela violência, mas que lhe foi entregue num momento de conturbação e desordem, pela adesão instintiva e incontrolada do povo, desejoso de uma liderança realmente forte – e quando digo liderança realmente forte, quero dizer liderança moderada, porque fortes só são as lideranças moderadas.

Vindo ao Rio de Janeiro com a incumbência de pleitear junto ao Príncipe Regente D. Pedro a sua permanência no Brasil em face da ação arbitrária das Cortes de Lisboa, que o chamavam a Portugal, José Bonifácio é surpreendido com a notícia de sua nomeação para Ministro do Reino e Ministro dos Estrangeiros. Ele herda, assim, da emperrada administração reinol, duas grandes pastas, dois grandes departamentos de Estado: o Ministério do Reino, que depois passou a ser a pasta do Império e que corresponde ao que chamávamos, na Primeira República, o Ministério do Interior; e o dos Estrangeiros, quer dizer a simbolização e a personalização do Brasil nascente, do Brasil infante, do Brasil gigantesco e imaturo em face da conjuntura internacional.

Temos então – e seria muito largo procurar espelhar aqui os aspectos mais marcantes das influências exercidas pela revolução liberal do Porto no Brasil – te-

mos então a ação de José Bonifácio principalmente concentrada no esforço de equilibrar aquelas posições teóricas racionais, que, de certa maneira, estavam configuradas ou concentradas na ação das Cortes de Lisboa, com a situação conjuntural, circunstancial e nacional brasileira.

Esse foi a meu ver, um dos lances mais dramáticos e mais fecundos da vida de José Bonifácio, porque para que possamos compreender a importância dessa capacidade criadora de adaptação que era a sua, não devemos esquecer de que o constitucionalismo liberal era uma doutrina internacionalista, era uma doutrina baseada no pressuposto de que suas leis eram aplicáveis uniformemente a todos os povos, em todas as latitudes.

V. Exª, Sr. Presidente, não estará deslembrado de que um dos artigos da Constituição francesa de 1791 dizia que o país que não tivesse quais ou tais atributos de organização interna não teria uma Constituição. Isto queria dizer o seguinte: o país que não seguir o modelo francês não tem regime constitucional. Por quê? Porque a Ciência Política, apesar dos esforços de adaptação, objetivo de Montesquieu – e quando digo Ciência Política, refiro-me ao Direito Constitucional – a Ciência Política e o Direito Constitucional estavam ainda muito fundados nas tradições do racionalismo liberal. Havia a presunção, emanada da idéia da razão pura e dos julgamentos sempre benéficos do raciocínio, de que, abandonada a si mesma, a razão constituiria, em todas as partes, como que o ideal do progresso humano.

Verificava-se então, como hoje, que certas normas gerais eram, sem dúvida, racionais, mas deixavam sua aplicação histórica pendente das condições objetivas de cada povo.

Vemos então começar a grande, a formidável presença de José Bonifácio na evolução e na unidade do povo brasileiro.

Tomo aqui a liberdade de ler dois ou três períodos de José Bonifácio, naquela fase. São eles extraídos das instruções ou das reflexões que ele elaborou para uso dos Deputados à Assembléia Constituinte portuguesa, eleitos pela província de São Paulo, entre os quais estava o seu grande irmão Antônio Carlos.

Nessas reflexões, José Bonifácio desvenda muito da sua personalidade, muito da sua capacidade de adaptação, muito daquilo que eu considero como sendo a trilogia do gênio de José Bonifácio: realismo, moderação e progresso.

Se quisermos fazer retrato fiel, psicológico e histórico, de José Bonifácio, não teremos mais do que empregar estas três tintas: o realismo, a moderação e o progresso.

José Bonifácio, no trabalho a que me referi há pouco e que são notas autógrafas de seu punho – mais tarde, se não me engano em 1844, foram copiadas pelo Conselheiro Tristão de Araripe e por ele publicadas na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* – escreve o seguinte, que eu me permito ler e submeter à meditação do Senado:

"As melhores instituições absolutamente não são as melhores relativamente. Os homens são entes sensíveis e das circunstâncias e não entes de razão ou idéias de Platão."

Com essas palavras, de certa maneira, ele compunha o exórdio das suas reflexões e sugestões aos Deputados que se encaminhavam para as Cortes de Lisboa.

Essas virtudes ou essas qualidades de idealismo, de moderação e de progresso acompanham fielmente, sem distorções, toda a vida política de José Bonifácio.

Como Ministro foi também Constituinte, o que, como não ignora o Senado, era permitido na época. Como Ministro e Constituinte, José Bonifácio diz o seguinte, na sessão do dia 5 de maio de 1823, palavras que bem mostram a tese que sustento quanto à sua permanente capacidade de se adaptar à realidade ambiente:

"O povo do Brasil quer uma Constituição, mas não quer demagogia nem anarquia... Queremos uma Constituição que nos dê aquela liberdade de que somos capazes, aquela liberdade que faz a felicidade do Estado e não a liberdade que dura momentos e que é sempre a causa e o fim de terríveis desordens. Mas eu protesto em face da Assembléia e em face do povo que não concorrerei para a formação de uma constituição demagógica..."

Nesse momento, José Bonifácio exprime os seus sentimentos de moderação raciocinada e experiente em face da sublevação amotinada daquilo que poderíamos chamar as esquerdas da Constituição de 1823.

Sr. Presidente, veremos em breve que a mesma resistência implacável e invencível ele ofereceu também em face dos agrupamentos vociferantes das direitas reacionárias do seu tempo, e colocou-se naquela posição que correspondia verdadeiramente ao homem, cuja trilogia espiritual há pouco procurei definir – realismo, moderação e progresso. Enfrentando, mais uma vez, os dentes arreganhados da demagogia, dizia José Bonifácio de Andrada e Silva, em 5 de setembro de 1823, na famosa entrevista que concedeu a Drumond, redator do *Tamoio,* publicada no nº 2 deste jornal.

"Uma liberdade justa e sensata, debaixo das formas tutelares da monarquia constitucional, único sistema que poderia conservar unida e sólida essa peça majestosa de arquitetura social desde o Prata até o Amazonas."

Estas palavras, Sr. Presidente, ditas com o recuo de século e meio, são, por assim dizer, lugar – comum hoje nas escolas onde jovens ainda impúberes aprendem que a monarquia constitucional terá sido uma das forças mais influentes na preservação da unidade nacional.

Acontece porém que José Bonifácio dizia isto no período de ebulição, no período de fermentação, no período de ventania e tormenta dos acontecimentos vivos. E ele pressentia então, ele declarava então, e ele exprimia com singeleza rigorosa de forma que, na sua opinião a monarquia constitucional seria, deveria ser, ia ser para o futuro e para o condicional, aquela peça que deveria soldar a unidade nacional desta pátria.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com satisfação.

O Sr. Aloísio de Carvalho – V. Exª está situando admiravelmente, neste ponto, o momento culminante da atuação de José Bonifácio na formação da independência nacional. Isto podia parecer, realmente, àquele tempo, e mesmo hoje ainda, uma demonstração de antidemocracia, de sentimento antidemocrático, quase até de reacionarismo.

Era, entretanto, a manifestação mais positiva, mais eloqüente de um admirável realismo que foi evidentemente o que deu a José Bonifácio a posição de líder na Independência e assegurou ao País a sua unidade. V. Exª, que tão brilhantemente faz a biografia de José Bonifácio, está oferecendo a visão mais perfeita e mais eloqüente do serviço que a ele devemos, porque compreendeu exatamente que, naquele momento, o caminho do Brasil era o da monarquia constitucional, que pôde assegurar a unidade do país. Parecendo, entretanto, que era contrário aos princípios e sentimentos de liberdade que tumultuavam aquela Constituinte, José Bonifácio tornou-se, realmente, a principal figura da Independência do Brasil. A ele devemos ter conduzido Dom Pedro I para a unidade do Brasil. A ele devemos tudo o que hoje somos.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado ao nobre representante da Bahia que abrilhantou o meu discurso com seu aparte. Tem razão o nobre Senador Aloísio de Carvalho. Na época, a adesão aos princípios da monarquia constitucional, sobretudo no nosso continente, em que a figura de Bolívar fulgurava como um astro-rei, como um sol em torno do qual se organizavam os demais astros, a idéia da monarquia constitucional poderia parecer retrógrada. Mas, José Bonifácio sabia duas coisas: primeiro, ele sentia, talvez, mais que sabia, que o liberalismo constitucional era uma doutrina racional, mas não histórica. Era uma doutrina emanada da tradição racionalista da *Enciclopédia*, mas não fundada na experiência dos homens políticos. Conseqüentemente, o liberalismo constitucionalista das Cortes de Lisboa, que aparentemente representava o progresso ideológico para nosso país, no fundo, era uma capa para a manutenção do colonialismo. As Cortes estavam tão divorciadas de nós, tão distanciadas da realidade brasileira, que aquela liberdade outorgada pelas Cortes e proclamada pelos Deputados portugueses, nas tribunas de Lisboa, – repito – era puramente formal.

O maior dentre eles, Fernandes Tomás, ao mesmo tempo em que sustentava, nos *Anais* das Cortes de Lisboa, o liberalismo como vinha desde a doutrina da esco-

la francesa, procurava justificar a negação à então recente Colônia do Brasil até de um mínimo de condição, já não direi de soberania, mas de autonomia. De forma, Sr. Presidente, que a adesão àquele racionalismo liberal das Cortes representava realmente uma espécie de submissão a um colonialismo político e histórico que jogava com dados imediatos da realidade.

José Bonifácio pressentiu e percebeu que o nome dos Bragança e, sobretudo, a capacidade de improvisação do povo brasileiro eram instrumentos hábeis para instituirmos em nosso país um regime flexível, um regime adaptável, um regime ajustável como a monarquia constitucional, que não vinha mais das páginas dos livros franceses e, sim, do suor da experiência inglesa.

Esta foi a grande opção, o grande escolha, a grande vislumbre que ocorreu ao ilustre brasileiro, e que está consignado no trecho que acabo de ler.

Não é presunção de um crítico, a século e meio de distância; não é declaração gratuita de um admirador que desde os seus tempos de colégio se habituou a venerar a figura de José Bonifácio; é a repetição das palavras que lhe saíram dos lábios, numa declaração em que não falado no passado, mas sim do Império como o futuro. Ele diz que "o Império vai ser o foco da unidade nacional". Ele não fala como nós, quando dizemos, hoje, que o Império foi o instrumento da unidade nacional.

Estão aí, em alguns exemplos rapidamente colhidos das próprias palavras de José Bonifácio, indicações daquilo que chamei o seu realismo, ou seja a sua capacidade de adesão à realidade conjuntural, à realidade histórica, de acordo com o que procurei sugerir no início dessa oração.

Vemos aí o homem integrado na sua época, a capacidade do líder, a presença da força intelectual, da força de vontade, da força moral, mas não desligado dos acontecimentos do seu tempo.

A outra faceta marcante, determinante, expressiva, simbólica, poderíamos dizer, da personalidade pública de José Bonifácio de Andrade e Silva é o que chamei a sua moderação.

Seria talvez para quem conhece o anedotário do Patriarca, expressão pouco adequada para um impulsivo, para um violento como ele, falar-se em moderação.

Ora, Sr. Presidente, aqueles que têm o hábito do estudo da História e aqueles que têm a atenção voltada para o comércio dos homens, que praticam as relações humanas, sabem muito bem que a moderação intelectual pode coexistir, freqüentemente, com a impulsividade temperamental. José Bonifácio era um imoderado, um temperamental, era um violento e às vezes mesmo – que me perdoem seus descendentes aqui presentes, chegava a parecer um energúmeno. Mas esse aparente energumenismo de José Bonifácio estava determinado por fatores casuais de sua personalidade: o orgulho andradino, o sentimento de superioridade sobre os homens de seu tempo, que ele não proclamava, porque era modesto. Há aqui outra aparente contradição, mas o orgulho não é incompatível com a modéstia. A vaidade, sim, é uma atitude de espírito dos imbecis, é incompatível com a modéstia. O orgulho é uma espécie de reação do conhecimento do seu próprio valor, e pode coexistir,

perfeitamente, com a modéstia. O vaidoso é sempre um idiota; o orgulhoso é freqüentemente um homem de gênio. José Bonifácio era um orgulhoso e um temperamental. Mas era um moderado raciocinante, moderado nas suas atitudes políticas, um pausado e prudente nas linhas de sua conduta pública. Tanto é assim – e aqui está uma tentativa para demonstrar o que acabo de dizer – que sua imoderação, que a sua violência, que os seus excessos só se manifestavam na oposição ou, mais freqüentemente na oposição, do que quando ele tinha a responsabilidade das decisões do poder. Quando sob essa responsabilidade, era raríssimo que se deixasse arrastar a qualquer ato menos prudente ou menos considerado. Era, então, um violento, um temperamental, mas um moderado na conduta.

Se V. Exªs têm dúvida sobre o que acabo de dizer, basta que percorram, não o que dizem os biógrafos, principalmente os que lhes são antipáticos, que o acusam de brutalidade e violência, mas que procurem os documentos que lhe são emanados da pena ou das palavras, que lhe saíram dos lábios, para saber se era ou não em sua vida um moderado, um realista e um progressista. Insisto na minha definição. A moderação deve-lhe ter vindo não apenas da própria estrutura intelectual e psicológica, mas da sua experiência vital.

Não nos devemos esquecer de que José Bonifácio assistiu ao período mais dramático da Revolução Francesa. Em 1790, ele estava em Paris. Não vou acompanhar aqui o anedotário sobre José Bonifácio, inclusive as suas notas de cadernos íntimos, em que incluía despesas nem sempre precisamente canônicas. Mas, Sr. Presidente, quero referir-me à sua amizade com grandes figuras do seu tempo, ao fato de ter sido discípulo de Lavoisier e de Voltaire e, mas principalmente de Lavoisier, o grande naturalista, o grande físico, o homem que exprimiu talvez na sua vida, aquela fusão do racionalismo abstrato e matemático, com a aquisição da experiência natural, a que me referi no início do meu discurso.

Pois bem, como sabe o Senado, Lavoisier foi uma das vítimas da Revolução Francesa, guilhotinado por ter exercido uma função – a qual desempenhara, aliás, com galhardia e decência – na administração financeira do antigo regime.

Então aquele homem que tinha sido um dos luminares da ciência do seu tempo, então aquele francês que tinha contribuído da maneira mais honesta e mais lúcida com tudo que seu sangue, que seu coração e nervos lhe poderiam conceder para o progresso do seu país, era guilhotinado pelo fato de, num momento dado de sua vida, ter pertencido a determinado sistema administrativo.

O horror que José Bonifácio manifestou sempre pela violência indiscriminada e sangrenta, pela violência cega, deve ter-se baseado, não apenas na sua estrutura psicológica de homem moderado, como na experiência de fatos de seu tempo, como a condenação de Lavoisier.

Em toda a sua vida, ele foi um moderado na conduta, embora muitas vezes um imoderado na palavra. Lutou conscientemente contra os extremismos em que se debatia a Assembléia Constituinte. A princípio, contra o extremismo demagógico da

esquerda, que, sem ousar declará-lo, queria levar o nosso país para a solução radical do republicanismo militar.

Aqui nós encontramos, Sr. Presidente, um filão admirável para os pesquisadores da História pátria. Nós podemos juntar um homem do fim do Império, como Quintino Bocaiúva, partidário do republicanismo militar haurido nos exemplos americanos e sobretudo platinos, com aqueles homens do princípio do Império, do tipo de Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, de Custódio Dias e tantos outros que, sem o confessarem diretamente, esperavam, entretanto, por intermédio da maçonaria e outras formas de agitação intelectual, retirar o Brasil da órbita do constitucionalismo monárquico e levá-lo, decididamente, para a influência do republicanismo militar americano.

José Bonifácio conscientemente lutou contra essas esquerdas, contra aquilo que se poderia chamar as esquerdas de seu tempo. E foi contra essas esquerdas que ele foi obrigado a se demitir. Em outubro de 1822, foi levado a demitir-se dos ministérios para os quais tinha sido nomeado em princípios daquele mesmo ano, nos dias do "Fico". Aí ele foi arrastado por aquele condicionamento radical, em que a Assembléia estava sendo envolvida, e que o Imperador sustentava – o jovem e fogoso, contraditório, Pedro I sustentava porque não queria deixar de dar arras da sua sensibilidade esquerdista, de sua possibilidade de evoluir em função das reivindicações das esquerdas.

Pedro I tinha tradição absolutista, que lhe vinha dos Bourbon de Espanha, mas tinha, ao mesmo tempo, uma espécie de influência liberal, que lhe vinha por osmose, porque ele não era nem muito lido, nem muito culto, que lhe vinha pela freqüentação das eminências intelectuais de seu tempo, e que eram de cunho liberal.

Pois bem! Esse liberalismo de um lado, e esse absolutismo do outro, o levavam a posições aparentemente antagônicas, e mesmo substancialmente antagônicas, que faziam com que ele titubeasse e balançasse como um pêndulo entre as esquerdas e as direitas. Arrastado pelas esquerdas, quando ficava receoso de ser apresentado como reacionário; e arrastado pela reação, quando ficava com medo de ser tido como elemento esquerdista.

Mas, Sr. Presidente, José Bonifácio tinha consciência dessa situação. O que gostaria de salientar é que não estou baseando esta interpretação, que procuro fazer no meu discurso, em conjecturas, senão que em documentação extraída das próprias palavras de José Bonifácio. Ele tinha consciência dessa posição: em 1822, dizia eu, ele empreendeu a luta enérgica contra os extremismos. Do lado esquerdo-radical, representavam este extremismo o republicanismo pernambucano e o federalismo mineiro.

Não estou disposto a defender o republicanismo pernambucano – deixo ao Senador Barros Carvalho a incumbência. Eu defenderei o federalismo mineiro.

Sr. Presidente, Minas era federal antes da Federação; Minas era uma ilha sofrida neste oceano de conformismo bragantino. Vínhamos nós, mineiros, da Inconfidência, ultrajados, dilacerados pela repressão. Os nossos grandes homens, os nossos

maiores poetas, as nossas figuras culminantes da ciência, do pensamento e da ação política aferrolhados nas enxovias da Guanabara, apodrecendo ao sol da África, quando não esquartejados depois de suspensos ao patíbulo. Tínhamos da casa de Bragança a mágoa do sofrimento e da repressão. De forma que quando o federalismo mineiro se manifesta no início do Império, nós temos que compreender e que lhe dar o devido desconto.

José Bonifácio, entretanto, agiu aí como um moderado, como um realista moderado. A incumbência, e quase poderia dizer, as instruções que ele transferiu ao jovem Imperador na sua visita a Ouro Preto, em que ele chega e submete a rebelião do Brigadeiro Pinto Peixoto, foi um ato ao mesmo tempo de energia e de sabedoria prudente. Bem fez o Imperador de sair com a sua juventude arrebatada e encantadora das plagas da Guanabara e, pela primeira vez internar-se no território nacional, para enfrentar aquela espécie de conspiração desconfiada, embiocada, aquela típica conspiração mineira de sofrimentos, de sacristia e de cochichos que se manifestou subitamente, na explosão militar de Pinto Peixoto. Ao mesmo o Imperador prestava essa homenagem à grande Capitania de Minas. Minas tinha sido o centro do império intelectual lusitano, no século XVIII. No momento em que a cultura desaparecia na metrópole, ela floria a mil léguas nas rosas de Ouro Preto, de Sabará, de São João del Rei, de Congonhas, da Vila do Príncipe, de Caeté, de Diamantina. A cultura dos poetas, dos pintores, dos escultores, dos arquitetos, dos homens de ciência, constituiu, na serrania de Minas, um império de beleza e grandeza intelectual, na segunda metade do século XVIII.

Respeitando essa personalidade coletiva que tinha sofrido duramente a repressão reinol foi que José Bonifácio incumbiu o Imperador daquela visita, que era ao mesmo tempo de prudência e de energia, de restrição mas de apoio, uma visita de mestre que fosse ao mesmo tempo enfermeiro. Aí ele agiu com moderação e com realismo. A sua declaração, na Assembléia Constituinte, a respeito da sua maneira de enfrentar as esquerdas que se apresentavam contra ele, mostra sua maneira de pensar, neste terreno. Diz ele:

> "Enfim, Sr. Presidente, deixemos as máscaras, falemos claro.
>
> O que se queria era que o governo favorecesse esses escritos demagógicos, subversivos da ordem estabelecida, contrários à grande causa que abraçamos e juramos; mas José Bonifácio nunca o consentirá. Enquanto estiver a meu cargo a conservação da tranqüilidade pública, serei sempre o inimigo dos que a pretenderem perturbar."

Com essas idéias é que ele enfrentou as duas expressões máximas da agitação esquerdista do tempo: o republicanismo, expresso na marcha heróica de Pernambuco, e o federalismo expresso no protesto alevantado de Minas Gerais. Mas, ao mesmo tempo em que era um realista e um moderado, o homem que enfrentava, concomitante, as esquerdas e as direitas, José Bonifácio era um progressista, e como homem do progresso é que levantou contra si as direitas. Analisando essa última faceta

do seu espírito, acredito que poderia configurar sucintamente seu perfil político, nesta data, para os *Anais* do Senado.

Progressista, ele o foi pela sua função científica, pela sua adesão aos princípios gerais do Direito Público e da política de seu tempo, pelo seu sentimento de solidariedade humana, pela sua modéstia, pela sua simplicidade, pelo seu patriotismo e pelo seu desprendimento. Aquele orgulhoso, aquele aristocrata, aquele violento, era, de fato, um homem desprendido materialmente, desinteressado dos bens da fortuna. Vivia asceticamente.

De resto devemos salientar este traço naquela grande geração, e mesmo na que se lhe seguiu.

José Bonifácio tinha um tipo de desprendimento e de desinteresse pelos bens materiais que é indispensável aos espíritos progressistas, porque não há espírito progressista com cobiça de bens, com hedonismo, com prazer dos requintes, com a solicitação do luxo. É indispensável que o homem tenha aquela capacidade de desprendimento, que faz com que ele seja receptivo aos cortes nos seus supérfluos para o atendimento das necessidades mínimas dos outros.

José Bonifácio tinha esse conjunto de fatores que fazia com que o seu espírito, essencialmente progressista, se manifestasse em várias etapas da sua grande vida.

Já mencionei aqui, no princípio do discurso, o seu esforço pela libertação dos índios. O trabalho que ele escreveu, embora se ressentisse de uma natural falta de dados objetivos sobre a situação dos aborígines na época, é, entretanto, no que toca às instituições intelectuais, ainda hoje da maior importância. Importantíssimo também é o conceito que ele exprime a respeito do latifúndio e da necessidade do parcelamemto da propriedade territorial no Brasil.

A propósito da libertação dos escravos, por ele sugerida, levantou-se contra José Bonifácio a desconfiança dos proprietários; argumentos que se têm levantado invariavelmente, no Brasil, quando se fala no problema de propriedade da terra. Tocar na propriedade é tocar na liberdade. Este é o grande argumento daqueles que não querem que se toque na propriedade, embora sejam, muitas vezes, bem indiferentes – e têm manifestado isso – a que se toque na liberdade. Aquilo que a liberdade representa no conceito do pensamento cristão, no tocante à propriedade, é aquela quota de propriedade que torna o homem autônomo na sua vida. Mas jamais o pensamento cristão entendeu que está ligada ao conceito da liberdade a posse de uma quota de propriedade que seja superior às necessidades da autonomia individual. Sempre, porém, que se procura impor restrições à propriedade surge, invariavelmente, na história do reacionarismo brasileiro a tecla, a imprecação, a argüição de que se ataca a liberdade.

Vou lembrar aqui as palavras do progressista José Bonifácio:

> "Dirão, talvez, que se favorecerdes a liberdade dos escravos será atacar a propriedade. Não vos iludais, senhores, a propriedade foi sancionada para o bem de todos."

Isso, dizia ele, antecipando aquilo que depois se chamou o conceito social da propriedade.

> "Se a lei deve defender a propriedade – prosseguia –, muito mais deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não é propriedade de ninguém."

Essas declarações fazia José Bonifácio a propósito da abolição da escravatura no Brasil.

Encontramos increpações semelhantes e respostas semelhantes meio século depois, quando Rui Barbosa ofereceu o seu famoso parecer ao Projeto Dantas, ou seja, o projeto de emancipação dos sexagenários. Então, assistimos, na Câmara dos Deputados e no Senado do Império, à formação de uma espécie de trincheira conservadora que empregava palavras como estas que eu retiro das expressões do Deputado Sousa Carvalho, dirigindo-se a Rui Barbosa:

> "Falta de consciência, de escrúpulo, verdadeiro roubo, a naturalização do comunismo, a ruína geral, a bancarrota do Estado, o suicídio da nação."

Então, a Associação Comercial, a Associação Rural, organismos que deixaram descendentes na nossa história de associações comerciais e de associações rurais, juntaram-se em torno a Deputados e Senadores que chamavam Rui Barbosa de comunista, que diziam que a abolição da servidão era um roubo, era a vergonha, o suicídio do Estado, a bancarrota da nação, a desaparição da produção agrícola, era contra a Constituição do Império, e assistimos, Sr. Presidente, o Deputado Sousa Carvalho chamar de comunista o chefe do liberalismo brasileiro – Rui Barbosa.

Mas, voltemos a José Bonifácio, pois fiz a digressão para demonstrar como, numa repetição fastidiosa do tempo e das atitudes, as contumélias não se revestem sequer de palavras novas, as suspeitas não adquirem nem mesmo novas conformações e aqueles que, na época de hoje, se abalançam a sustentar a humanidade do progresso, graças a reformas prudentes, moderadas e realistas da estrutura, não se devem intimidar nem preocupar com o fato de serem trazidos ao pelourinho das contumélias e das agressões desse tipo de acusações, de traição, de subversão, de desonestidade, de incompetência e de falta de patriotismo.

Sr. Presidente, José Bonifácio prosseguiu na sua marcha para o progresso do país; realista, prudente, moderado, progressista; a civilização dos índios, a abolição da escravatura, o parcelamento da propriedade rural, a colonização pela imigração estrangeira que ele tentou, inclusive providenciando a vinda dos primeiros colonos ingleses, que depois – só muito depois – o Império veio a substituir por colonos de outras procedências, graças à obra do Senador Vergueiro, de Rodrigo Silva, de Antônio Prado e outros estadistas eminentes do velho regime.

A mudança da capital para este planalto, para a velha cidade de Paracatu, que, do outro lado do Rio São Marcos, e como sentinela avançada do planalto brasileiro, foi trazida, provavelmente, à memória e à sugestão de José Bonifácio pelo seu velho amigo Francisco de Mello Franco, poeta, condenado pela Inquisição, nascido em Paracatu.

Juntos foram alunos da Universidade de Coimbra; juntos escreveram contra a Universidade de Coimbra a sátira pela qual Francisco de Mello Franco pagou com as penas da Inquisição, o chamado *Reino da Estupidez*, contra o atraso rotineiro da instrução coimbrã.

José Bonifácio, provavelmente, em homenagem àquele seu amigo, que já então havia morrido esquecido, embora depois lembrado pela sua obra científica, lançou a idéia de transferir-se a capital para as fronteiras do planalto brasileiro, para a velha e ilustre Paracatu do Príncipe.

Aí está a figura do homem que manifestou a sua poderosa intuição progressista na administração interna do Brasil. Também na política internacional ele foi grande. Antes da Independência, já fazia acreditar agentes diplomáticos do Brasil. Em Buenos Aires, Corrêa da Câmara; em Londres, o Marquês de Barbacena; em Paris, Gameiro Pessoa e nos Estados Unidos, Luis Moitinho.

Segundo as informações de um seu amigo diplomata, colhidas nos arquivos da Áustria pelo historiador Tobias Monteiro, José Bonifácio pensou em realizar algo que funcionasse como embrião da atual ALALC, ou seja, Associação Latino-Americana do Livre Comércio. Falava ele na necessidade de nos aproximarmos em uma união democrática continental, na América do Sul, através da qual poderíamos estabelecer um mercado comum para as nossas próprias economias.

Bicentenário do nascimento de José Bonifácio

12-6-1963

O SR. AFONSO ARINOS – É profundamente sensibilizado que agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, a espontânea decisão que vem de tomar, fundada no Regimento Interno do Senado.

Estou convencido de que, se o intérprete do senado nesta sessão, por muitas razões, está abaixo da incumbência que lhe foi honrosamente confrida, o homenageado no dia de hoje, José Bonifácio de Andrada e Silva, é bem digno da atenção excepcional que V. Exª acaba de ter para com sua memória.

Por conseguinte, considerando como evidente na sua decisão uma homenagem à figura de José Bonifácio, nem por isso deixo de manifestar a V. Exª minha gratidão profunda pelo fato de ter sido, ocasionalmente, o intérprete do Senado na

homenagem que ora presta ao grande vulto brasileiro, e, conseqüentemente, aquele que se beneficiou com a generosidade da Presidência.

Muito grato a V. Exª, Sr. Presidente.

Prossigo. Dizia eu, Sr. Presidente, que as suas iluminações no campo da administração da política internacional foram equivalentes às posições pioneiras que assumiu em todos os demais terrenos que perlustrou na vida pública. E para isso mencionamos a iniciativa verdadeiramente extraordinária de ter imaginado a criação de uma organização continental, nos moldes daquela que, até hoje, ainda não conseguimos estruturar convenientemente, com o objetivo de estabelecer as bases de um mercado econômico comum para a América do Sul.

Mas o grande moderado, o prudente progressista foi, afinal, derrubado pela ação conjunta das forças extremistas da esquerda e da direita.

Em outubro de 1822, como há pouco recordava, foi derrubado por uma cabala da esquerda, principalmente pela maçonaria.

Ainda não está bem estudado o papel meritório, sob certos aspectos, e agitador sob outros, que teve a maçonaria no processo da independência da América do Sul, e particularmente do Brasil.

De qualquer forma, as lutas deflagradas pela maçonaria contra a forte personalidade de José Bonifácio são hoje uma conquista positiva da investigação histórica. Há uma certa justificativa para esta hostilidade maçônica. É que a maçonaria – e o próprio nome o indica, e a própria simbolização geométrica o acentua – era uma doutrina meio esotérica e meio racional. Ela tinha uma fonte ou uma base racionalista, a preocupação geométrica, matemática, abstrata, e José Bonifácio era inimigo nato das abstrações, era o acomodador das idéias às condições do seu tempo, e não podia sujeitar-se à pior de todas as ditaduras, que é a chamada ditadura da razão, a ditadura do raciocínio, a ditadura do pensamento abstrato, desligado da realidade. Daí ter ele tentado enfrentar o problema em manobra de flanco, dividindo a maçonaria com a criação de uma espécie de sublegenda da maçonaria, se assim posso me exprimir, que foi o Apostolado, mas não o conseguiu.

Em 1822, ele é afinal apeado do Ministério, por coligação das forças da esquerda, provavelmente incitadas pela maçonaria. Mas volta ao poder.

O Imperador o convoca de novo, até que ele é então enleado por uma espécie de conspiração das direitas, fundada em uma coligação ou apoio das esquerdas da Constituinte, que vieram se juntar ao elemento reacionário e conservador, mas que, no fundo, tinha o objetivo de impedir aquele tipo de nativismo reformista, o ideal de José Bonifácio. De um lado, havia uma espécie de revolucionarismo abstrato, com o qual ele não pactuava; do outro lado, uma espécie de reacionarismo plutocrático e conservador, com o qual tampouco pactuava. Esses dois grupos, revolucionarismo teórico e reacionarismo econômico, se juntaram para derrubá-lo a 15 de julho de 1823. Deixa, então, José Bonifácio o governo, como sabem os meus ilustres colegas, é aprisionado e exilado com alguns dos seus mais próximos discípulos e correligionários.

Tinha eu a intenção de trazer, para conhecimento do Senado, um documento do maior interesse e de cuja existência talvez nem mesmo o Deputado José Bonifácio saiba. É a carta com que o Patriarca respondeu à interpelação feita pelo Ministro do Brasil em Paris, Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, ilustre poeta e intelectual baiano, carta na qual, seguindo as instruções da Secretaria de Estado, o Ministro pergunta aos brasileiros, que se encontravam na Europa se assinavam ou não a Constituição outorgada. A resposta de José Bonifácio foi admirável, modelar.

Não trouxe esse documento porque pertence ao Itamarati, e não tive tempo necessário para fazê-lo copiar. Quero, entretanto, indicar aqui que o Patriarca protestou contra o exílio de que estava sendo vítima e inquiriu do Ministro sobre se aquele exílio era uma providência temporária, devida à oscilação transitória da situação política, ou uma pena vitalícia, que ele teria que cumprir. Porque, no caso de ser um exílio temporário, ele o considerava uma punição política, que se modificaria com a transformação da situação política, e juraria a uma Constituição liberal. Mas, se se tratasse de um exílio vitalício, que jamais lhe permitisse voltar ao seu país, ele, então, declarava que a Independência, por ele conquistada em grande parte, que a Monarquia, por ele em grande parte consolidada, não mais mereciam a sua adesão. Deixaria ele a cidadania brasileira, porque não aceitava que aqueles que tinham nascido para a liberdade, para a independência, pudessem, como brasileiros, contribuir para um forma que excluía o respeito aos elementares direitos da defesa e da liberdade. É isso, se bem me lembro, o que ele diz na sua carta a Pedra Branca. Essa carta é vigorosa, é extremamente importante para mostrar a psicologia de José Bonifácio, e dela dou aqui apenas uma idéia aproximada. Está nos arquivos do Itamarati e pertence à documentação histórica deixada pelo Visconde de Pedra Branca.

Mas, Senhor Presidente – e eu aqui serei breve na terminação desta oração que já vai longa – como disse, a minha preocupação estava menos em traçar uma biografia do que interpretar uma personalidade histórica dentro dos quadros das condições do seu tempo.

Voltando à pátria em 1829, ele, na ocasião da abdicação, como a maior figura do Brasil, recebe, com admirável capacidade de desprendimento e de esquecimento, a maior herança que um vivo pode deixar a outro vivo: a herança do seu próprio filho. Foi ele o herdeiro do filho do Imperador. O Imperador deixou-lhe o seu maior bem, o seu maior tesouro: aquela criança adormecida no berço de São Cristóvão, em torno de cujo leito infantil se adensavam as ameaças e esperanças do futuro do Império.

Daquela educação, daquela vida, daquela criança, dependeria substancialmente o saber se a América Latina conheceria o seu grande país, se a história da raça e da civilização latinas, se o novo mundo conheceria o seu grande futuro ou se o território do Império português iria despedaçar-se na fragmentação das pequenas repúblicas militares, tal como acontecera na tradição espanhola.

O que foi a ação de José Bonifácio na tutoria é também fato suficientemente conhecido pela investigação da História. Mal recebido pelo elemento político e pelos corrilhos particulares, empregando a frase de Talleyrand, quase que se poderia

dizer, mal recebido pelas câmaras e antecâmaras, que sustentaram, como especiosidade jurídica, que aquela tutoria não era uma tutoria particular, advinda do Direito Civil, mas, sim, uma investidura pública, que precisava do apoiamento e da aprovação do Legislativo. Aliás, essa aprovação foi dada, porém em diminuição da autoridade de tutor, como se o sentimento que tivesse levado o Imperador a lhe confiar o filho pudesse ser dividido entre o pai e o imperante, entre o homem do governo e o homem de família.

José Bonifácio, ao receber aquele que lhe trouxe a notícia, recebeu-o com modéstia – e aqui tem o Senado mais um exemplo de como a modéstia é compatível com a violência – mas com energia, transportando-se aos paroxismos da ira. Recebeu com expressões recolhidas fora dos dicionários protocolares, mas ao mesmo tempo se submeteu, porque pressentiu que seu dever não era suscetibilizar-se em face de um ato, mas cumprir a sua missão histórica.

Acaba, como sabem V. Ex^{as}, depois de tantas miseráveis intrigas, envolvido por mais uma conspiração conservadora da direita, derrotado por uma espécie de conspiração de palácio em que entram desde senhores de nomes mais espetaculares que respeitáveis do Império, até personalidades ligadas aos interesses mais diretos da reação – aos ricos, aos grandes senhores de escravos, aos proprietários de terras, àqueles que se opunham não ao temperamento de José Bonifácio, mas às idéias dele.

Não menciono aqui os nomes desses que se envolveram na obscura intriga de sua destituição, desses que puderam dizer no dia em que ele caía: "Demos com o colosso por terra". Manifestando, ainda, através desta forma desviada a sua admiração pelo colosso derrubado.

Senhor Presidente, vou terminar esta desconchavada, porém profundamente sentida e emocionada, homenagem que tenho a honra de prestar à memória de José Bonifácio de Andrada e Silva, por nímia e generosa delegação do Senado da República. Terminarei dizendo que José Bonifácio fez parte do grupo de homens que poderemos chamar "os homens farol". Do fundo da morte, da escuridão do passado, ele lança, sobre as ondas escuras do presente, as suas chicotadas de luz. No estudo da sua vida podemos acompanhar os clarões do seu exemplo.

Pertencemos, Senhor Presidente, a uma mesma nau que é este país; estamos dentro da mesma tripulação, que é a nossa geração. E a nossa geração está-se confrontando com problemas semelhantes àqueles que ele enfrentou.

É, portanto, fazendo um apelo a esta geração, a estes homens de governo para que se mirem no seu exemplo, e se iluminem com chicotadas de luz daquele farol que transmite sua mensagem admirável do fundo da História, que eu termino esta oração dizendo: grato é o país à memória de José Bonifácio de Andrada e Silva. (*Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.*)

Empréstimos externos dos estados-membros

20-7-1963

O SR. AFONSO ARINOS (*Não foi revisto pelo orador.*) – Sr. Presidente, em uma das sessões deste mês, apresentei ao Senado, que dela tomou conhecimento e deu-lhe aprovação, uma indicação no sentido de que fossem consultadas as comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Relações Exteriores, sobre circular emitida por S. Exª, o Sr. Ministro da Justiça e distribuída aos governadores do país, com referência aos empréstimos externos estaduais. Esta circular, que não está datada diz, entre outras, o seguinte: que em cumprimento de decisão do Sr. Presidente da República, o Ministro comunica aos governadores que quaisquer gestões no sentido de obtenção de ajuda do governo ou agências estrangeiras, sob forma de empréstimo, financiamento ou qualquer modalidade de auxílio, deverão ser feitas por intermédio do Ministério das Relações Exteriores.

Concomitantemente, o Sr. Ministro da Justiça transmitiu aos prefeitos dos diversos municípios do país o texto de um ofício que ele, Sr. Ministro, havia recebido do Sr. Presidente da República, dos quais cumpre destacar os seguintes trechos:

"Governos estaduais e até mesmo alguns municipais têm-se dirigido a estados estrangeiros para pleitear, dos seus governos ou de agências que lhes são vinculadas, a obtenção de ajuda externa, sob forma de empréstimo, financiamento ou qualquer outra modalidade."

"Todos os entendimentos, entretanto, que no particular ocorram deverão, necessariamente, ser dirigidos por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, que é o órgão da política externa do Brasil."

"Não convém aos interesses da soberania nacional que governantes estaduais ou municipais procurem estados estrangeiros, nossos amigos, para solicitar-lhes amparo financeiro."

Apresentando e comentando o ofício de que li alguns parágrafos, o Sr. Ministro da Justiça observou que tais operações não se situam, exatamente, dentro do conceito de empréstimos ou de tratados, podendo ser reconsideradas como convenções. E adianta: "Os estados e municípios não têm personalidade jurídica para negócios externos."

Na base dessas declarações oficiais pareceu-me que o Senado da República deveria fazer convergir suas atenções para o estudo deste problema. Daí a razão da minha indicação, sobre a qual pediu-me o eminente Presidente da nossa casa que eu procedesse a um estudo especial a título de contribuição, e o oferecesse aos doutos companheiros das comissões técnicas a que me referi no início do meu discurso.

Sr. Presidente, este o estudo que, embora não pertencendo a qualquer das três comissões referidas, tenho a honra de oferecer ao Senado em forma de discurso escrito, que passarei a ler.

Desde logo, desejo acentuar que não é senão contribuição muito modesta e muito desvaliosa ao estudo daqueles doutos órgãos técnicos que, como os demais colegas, o esperam ansiosamente, dado a importância do assunto, por assim dizer, levantado pelas circulares oficiais que tive oportunidade de mencionar no meu discurso de apresentação da indicação.

Devo acentuar, antes de começar a leitura de meu trabalho, que não concordo, data vênia, com os pontos de vista expressos tanto pelo Sr. Presidente da República como pelo Sr. Ministro da Justiça. As razões de minha divergência serão melhor esclarecidas no decurso da leitura a que vou proceder, com licença do Senado. (*Lê.*)

Antecedentes do art. 63, II, da Constituição

1 – Sob o regime imperial já se discutia a competência jurídica das províncias do Império de negociarem empréstimos no estrangeiro.

Pimenta Bueno, considerado então a maior autoridade na matéria de Direito Constitucional, sustentava que as Províncias não podiam contrair dívidas externas. Esta opinião era, no entanto, contestada por outros, inclusive por Silveira Martins, que, no Senado, defendeu a tese oposta, na ocasião em que a Província de São Paulo promoveu o lançamento do seu primeiro empréstimo em praças estrangeiras.

2 – A questão dos empréstimos externos feitos pelos estados-membros foi bastante debatidas, também, na primeira República. O silêncio da Constituição de 1891, a respeito do assunto, fazia com que ficasse incluída entre as competências dos estados a de assumir responsabilidades financeiras no mercado internacional. Isto em virtude do princípio dos poderes reservados, que aos estados eram facultados pelo artigo 65 da mesma Constituição, desde que lhes não fosse aplicada vedação expressa.

Esta liberdade estadual de contrair dívidas externas coexistia com o monopólio concedido aos poderes federais de representarem o país nas relações internacionais, quer o Poder Executivo, que personificava a soberania e negociava os tratados e convenções, quer o Poder Legislativo, que resolvia definitivamente sobre os referidos atos internacionais.

3 – As conseqüências de tal anomalia se fizeram, logo, sentir. Abusando, ao longo de administrações incapazes ou corruptas, do privilegio da representação financeira internacional, certos estados levaram a efeito operações ruinosas, cujo fracasso arrastava o crédito do país e colocava, mais de uma vez, o Governo Federal na desagradável contingência de receber reclamações diplomáticas sobre as conseqüências de atos que não praticara e que não podia, legalmente, evitar.

4 – Criada essa situação, passaram governantes, legisladores e publicistas a cuidar do seu remédio. Vamos dar alguns exemplos. Em 1908 reuniu-se no Rio o Congresso Jurídico Americano, entre cujas teses figurava a do seguinte enunciado: "Os estados federados e seus municípios podem contrair empréstimos em país estrangeiro, sem autorização do governo nacional?" Foi seu relator o Conselheiro Leôncio de Carvalho, que, reconhecendo embora a procedência das preocupações reinantes, concluiu pela competência estadual, fundado no regime federativo e na

autonomia dos estados. O Congresso aprovou as conclusões do relator, mas contra elas se manifestaram outros juristas.

5 – Em 1901, o Deputado Joaquim Pires ofereceu projeto segundo o qual nenhum estado poderia contrair empréstimo externo sem autorização do Congresso Nacional. O projeto não chegou a receber parecer das comissões. No ano seguinte, 1902, o Deputado Brício Filho retomou a iniciativa. O projeto Brício Filho teve parecer com substitutivo do Deputado Estevão Lobo, mas encontrou oposição de parte de outros representantes prestigiosos, inclusive João Luís Alves. Foi aprovado em primeira discussão, mas não prosseguiu. Em 1905, o Deputado Leite Ribeiro mais uma vez procurou levar avante o assunto, porém sem êxito.

6 – O Presidente Rodrigues Alves, em três mensagens durante o seu benemérito governo, chamou a atenção do Congresso para a gravidade da situação. Em 1903 ele advertia quanto ao uso de uma atribuição que poderia "ser prejudicial ao crédito do país, à regularidade de suas finanças e até às suas relações internacionais". Em 1905, Rodrigues Alves, que não era favorável à reforma da Constituição, insinua que a lei ordinária podia dar solução à anomalia: "Melhor será, portanto – diz ele – que o legislador fixe as relações dos estados com a União sobre serviço tão importante e que muito pode interessar às finanças da República".

Em 1906, Rodrigues Alves acrescenta: "É de toda conveniência que a União seja informada dos recursos que forem destinados à amortização de tais empréstimos, assim como se os estados estão aparelhados para o pagamento das prestações em tempo próprio". (Rodrigues Alves, *Mensagens,* apud Epitácio Pessoa, *Mensagens ao Congresso*, Rio, 1959, págs. 599 – 600.)

7 – Em 1907, durante a Conferência de Haia (7ª sessão), Rui Barbosa defendeu, com grande cópia de argumentos jurídicos, a licitude da intervenção de um país para defender os interesses dos seus súditos que fossem credores de empréstimos lançados por outros países. A defesa de Rui Barbosa, fundada, segundo ele, na organização jurídica brasileira, teve o objetivo de consolidar nosso crédito na Europa, com a impressão de que considerávamos tão respeitável a dívida externa que admitíamos até a intervenção estrangeira para sua satisfação. Mas a verdade é que a opinião do grande jurista e homem público contribuia ainda mais para aumentar a preocupação dos que receiavam as conseqüências das desordenadas finanças dos estados-membros no Brasil. Contra a opinião de Rui levantou-se na Conferência a tese do delegado argentino Drago, tornado depois famosa sob o seu nome.

8 – O próprio Rui Barbosa nos dá a medida de tais receios. Com efeito, na sua memorável *Plataforma,* documento básico da campanha civilista, no qual expôs todas as suas idéias, longamente amadurecidas, sobre a revisão constitucional, assinala: "Seria um desafogo para o crédito nacional e um benefício inestimável para o dos próprios estados regular, também constitucionalmente, a faculdade, natural a eles, como aos municípios, de contrair empréstimos externos, quando estes possam vir a empenhar a responsabilidade federal, provocar intervenções estrangeiras e arriscar a nossa integridade ou prejudicar a nossa reputação. É uma sugestão utilíssima, que

entre nós tem captado gerais simpatias e que, ainda há pouco, vimos adotar, no Rio Grande do Sul, pelo Partido Republicano Democrático, em seu projeto de programa" (Rui Barbosa *Plataforma,* Bahia, 1910, pág. 27). Note-se, de passagem, que o Partido Republicano Democrático, cuja tese foi esposada por Rui, fundou-se em 1908, em convenção havida em Santa Maria, Rio Grande do Sul, sendo redator de seu programa Assis Brasil (Joaquim Luís Osório, *Partidos Políticos no Rio Grande do Sul* Pelotas, 1930, págs. 188-189). A idéia do controle dos empréstimos externos estaduais bem como outras do ilustre estadista gaúcho, foram, com o tempo, se incorporando ao nosso Direito Constitucional positivo.

9 – Passo importante nessa marcha foi o projeto apresentado ao Senado pelo Senador carioca Sá Freire, em 1910. Por essa época a dívida fundada externa dos estados brasileiros era mais de quatro vezes superiores à sua dívida fundada interna. O projeto Sá Freire englobava em suas disposições as normas aplicáveis aos empréstimos externos da União, dos estados e municípios. Todos eles deveriam se basear em autorização legal anterior. O projeto foi declarado inconstitucional pela Comissão de Justiça do Senado, embora o seu autor o tivesse defendido amplamente na discussão de plenário. No brilhante debate que se feriu, e de que participaram Francisco Glicério, Leopoldo de Bulhões e outros, as principais teses sobre a matéria foram ventiladas. É oportuno observar que, entre as idéias surgidas no decurso dos debates sobre o projeto Sá Freire, figurava a interpretação do artigo 6 da Constituição, de forma a se estender o conceito de intervenção à insolvabilidade dos estados no tocante às suas dívidas externas. Esta sugestão, como se sabe, foi acolhida na reforma constitucional de 1926, embora imperfeitamente, como veremos adiante.

10 – Na órbita estadual, naquele mesmo ano de 1912, Rodrigues Alves, então Presidente de São Paulo pela segunda vez, depois de haver sido chefe da nação, fez aprovar uma lei estadual, pela qual as câmaras municipais só poderiam contrair empréstimos externos depois da aprovação do Congresso do estado (Lei nº 1.344, de 18 de dezembro de 1912). A aprovação desta lei era fato de relevo, porque a sua constitucionalidade estaria sujeita às mesmas objeções levantadas contra os projetos de lei federal, referentes aos estados.

11 – Em 1914, Viveiros de Castro debateu largamente o assunto, sob vários aspectos, examinando as opiniões dos dois campos, mas concluindo, com razoáveis e lúcidos argumentos, pela constitucionalidade e pela oportunidade da legislação do Congresso que viesse subordinar à autorização federal os empréstimos externos dos Estados (Viveiros de Castro, *Estudos de Direito Público,* Rio, 1914, págs. ...219 – 336.)

12 – Ainda em 1914 outra opinião de grande autoridade é divulgada. Aparecia, com efeito, naquele ano, o estudo depois famoso de Alberto Torres, *A Organização Nacional.* Na seção destinada à revisão constitucional, o pensador político fluminense inclui, na sua proposta de reforma do artigo 6º, entre as causas de intervenção federal nos estados, "autorizar as províncias (Alberto Torres restaurava a an-

tiga denominação) e os municípios a contraírem empréstimos internos e externos, verificar a sua necessidade e fiscalizar a sua aplicação". (Alberto Torres, *A Organização Nacional,* Rio, 1914, pág. 227.)

13 – Na linha de Alberto Torres, e provavelmente influenciado pelo seu livro, que teve grande repercussão, o Deputado Gonçalves Maia apresentou, em 1916, um projeto de lei ordinária regulamentando a aplicação do artigo 6º da Constituição. Este projeto previa, também, a intervenção, "quando, por falta de cumprimento dos compromissos externos de um estado, os governos estrangeiros, em virtude de cláusulas contratuais, tivessem de interferir na administração local". (*Documentos Parlamentares. A Intervenção nos Estados,* Vol. 13, Rio, 1921, pág. 492.)

14 – Em 1922, o Presidente Epitácio Pessoa, na última mensagem que enviou ao Congresso, adverte-o sobre o assunto em tom severo. "Os estados – escreve o brilhante estadista paraibano – reclamam para si a faculdade de contrair empréstimos no estrangeiro, à revelia e sem nenhuma dependência dos poderes federais. Mas, infelizmente, nem sempre se acautelam de modo que façam valer a sua autonomia também na época do vencimento, e esquecem, que quando os emprestadores apelam para a intervenção diplomática, é ao governo da União que esta se dirige, ao governo da União que não tem meios regulares para compelir os estados à satisfação de seus cargos, mas que, entretanto, não há de deixá-los entregues à ameaça ou à violência de soberania estranhas. "O Presidente Epitácio, constitucionalista emérito, parecia considerar constitucional a lei ordinária que colocasse o crédito externo dos estados na dependência do controle federal. Pelo menos é o que se conclue destas palavras da mensagem: "Faz-se urgente venha um ato do Congresso impedir que a União continue exposta aos riscos de operações nem sempre bem dirigidas e que, sobre concorrerem para o descrédito dos estados, provocam o descrédito da nação". (Epitácio, op. e loc. cit..)

15 – À manifestação do Presidente Epitácio sucederam-se, em setores importantes, outras opiniões sempre favoráveis ao controle jurídico do crédito externo dos estados. Aurelino Leal, em sábio comentário ao artigo 5º da Constituição de 1891, aborda com excelentes argumentos o problema. Depois de breve resenha dos seus antecedentes no Congresso, o ilustre professor de Direito Constitucional sustenta, com vários fundamentos, a sua opinião de que os estados "não podiam ser privados da sua faculdade de contrair empréstimos internos ou externos". Mas, segundo o acatado mestre, "esse direito era suscetível de ser regulado por lei da União". Sua tese é de que, sendo da União a competência par legislar sobre direito privado substantivo, e sobrepondo-se a lei federal às leis estaduais, inclusive constitucionais, poderia a União regular por lei a maneira pela qual seriam processadas as operações de crédito em geral, inclusive as realizadas pelas pessoas jurídicas de Direito Público interno. Assim, seriam fixados critérios para o montante dos empréstimos (em relação com a capacidade da receita); sobre vedação de cláusulas atentatórias à soberania nacional; a designação de um órgão (Aurelino Leal propunha que fosse o Tribunal de Contas) para examinar a legalidade dos contratos de empréstimos etc. Como se vê o provecto jurista entendia que o papel reservado pela Constituição de 1891 ao Senado poderia ser exercido pelo Tribunal de Contas, mediante

competência atribuída até mesmo por lei ordinária. (Aurelino Leal, *Teoria e Prática da Constituição Federal,* Rio, 1925, págs. 46 – 54.)

16 – Com o advento da presidência de Artur Bernardes, o movimento reformista da Constituição, iniciado pela campanha civilista, encontrou sua realização. Havia algum tempo, aliás, que o reformismo constitucional adquiria contornos nítidos nos meios jurídico-políticos. Em 1924 o Instituto dos Advogados instituíra um concurso sobre o tema da reforma, e premiara a tese apresentada por Castro Nunes, futuro Ministro do Supremo Tribunal.

A questão dos empréstimos externos dos estados entrava em foco, com a mensagem do Governo Federal aos nossos representantes diplomáticos nos Estados Unidos, recomendando-lhe que desaconselhassem publicamente a subscrição de um empréstimo pretendido pelo insolvável Estado do Amazonas. As instruções do Chanceler Felix Pacheco foram comunicadas ao Governador do Estado, oficialmente, pelo Ministro da Justiça João Luís Alves, e o empréstimo não tivera andamento. Era nesse ambiente que se preparava a reforma constitucional preconizada por Artur Bernardes, e por ele delineada ao Congresso na mensagem referente ao ano de 1924. Castro Nunes, como Aurelino Leal, como Epitácio Pessoa, entendia não ser necessária reforma constitucional, mas simples regulamentação por lei ordinária do Congresso. (Castro Nunes, *A Jornada Revisionista,* Rio, 1924, pág. 117.)

17 – Araújo Castro, em estudo também dedicado à reforma constitucional, junta-se aos autores que preconizam uma solução para o caso. Seus argumentos eram os habituais da responsabilidade da União sobre atos praticados pelos estados e do princípio de que a soberania, no plano internacional, era encarnada na União, não sendo permitido aos estados comprometê-la com atos administrativos menos refletidos. (Araújo Castro, *A Reforma Constitucional,* Rio, 1924, págs. 108-110.)

18 – A 3 de julho de 1925, depois de longos e difíceis debates dedicados à reforma do Regimento Interno, foi apresentado à Câmara o projeto da reforma constitucional, anunciado pela mensagem que no ano anterior o Presidente Bernardes dirigira ao Congresso. A emenda que nos interessa tomou o nº 3 e era oferecida ao artigo 6º referente à intervenção federal, a qual passaria a ser admitida "para reorganizar financeiramente o Estado, cuja incapacidade para vida autônoma se demonstrar pela cessação de pagamentos de sua dívida fundada por mais de dois anos. (*Documentos Parlamentares. Revisão Constitucional,* Vol. 1, 1927, pág. 223.)

19 – Pela resenha que fizemos da evolução da matéria no Congresso e fora dele, podemos distinguir três posições. A primeira preferia a regulamentação por lei ordinária; a segunda, reforma constitucional estabelecendo mais um caso de intervenção; e a terceira a reforma constitucional, dando aos poderes da União competência para autorizar os empréstimos externos. A decisão dos autores da reforma de 1926 inclinou-se pela segunda hipótese, que não era, de fato, a preferível, pois que o verdadeiro remédio se encontrava obviamente na solução da autorização prévia, tal como foi adotada pela Constituição vigente.

20 – O relator do projeto de reforma, Deputado Herculano de Freitas, referindo-se à Emenda nº 3, acentua que a matéria não era nova e que, no fundo, tratava-se de, através de regulamentação do artigo 6º, completar o artigo 5º, que dizia que os estados deviam prover a expensas próprias às necessidades dos governos. O Deputado Eurico Vale apresentou emenda mais acertada, vedando que os estados contraíssem empréstimos externos sem autorização do Congresso Nacional. Mas a Comissão Especial deu-lhe parecer contrário e preferiu a fórmula da intervenção. (Op. e loc. cit., vol. II, pág. 360.)

21 – Em outubro de 1925, a maioria da Câmara apresentou o projeto substitutivo da reforma. A redação da emenda que nos ocupa passou a ser a seguinte: "Para reorganizar as finanças dos Estados cuja incapacidade para a vida autônoma se demonstrar pela cessação de pagamentos de sua dívida fundada, por mais de dois anos". (Op. cit., vol. III, pág. 70.) É desnecessário acompanhar aqui a longa tramitação do projeto substitutivo. Importa somente consignar que o texto acima transcrito foi o que prevaleceu no artigo 6º da Constituição reformada. Convém acentuar, também, que na expressão "dívida fundada" estavam compreendidas as duas modalidades de dívida, interna e externa. A antiga reivindicação de tantos juristas e homens de Estado viu-se assim atendida, embora imperfeitamente, através da modificação constitucional no capítulo da intervenção.

22 – Vinda a Revolução de 1930, o decreto institucional do Governo Provisório limitou-se a reconhecer a vigência das obrigações assumidas em empréstimos pelos estados (art. 10). Mas a Constituição de 1934 deu afinal ao assunto a forma conveniente através do artigo 19, o qual proibia aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios "contrair empréstimos sem prévia autorização do Senado Federal".

23 – Sigamos rapidamente a evolução do preceito na Constituinte de 1934.

O anteprojeto da Comissão estabelecia que "os estados e municípios não poderão contrair empréstimo externo sem prévia aquiescência da Assembléia Nacional. "Isto porque, como é sabido, o referido anteprojeto não cogitava da existência do Senado, mas só de um Conselho de Estado. O Deputado Teixeira Leite, no entanto, apresentou emenda transferindo para esse Conselho a incumbência de autorizar empréstimos estaduais.

24 – A Comisão Constitucional designou relatores para os diversos capítulos do projeto, cabendo ao Deputado Solano da Cunha relatar a parte referente aos estados. Ao tratar dos empréstimos externos, disse o relator: "Os dispositivos que restringem a faculdade ilimitada dos estados e municípios para contraírem dívidas, fundamentam-se na experiência de quarenta anos de nossa República, com a prova amarga dos abusos que se praticaram. Uma Constituição nova, no Brasil, que não impuser restrições nessa matéria aos autores de práticas tão condenáveis, estará destinada a sofrer as mesmas acusações e ataques feitos à anterior, sem a justificada escusa da inexperiência com que esta se defendia. (*Anais da Assembléia Nacional Constituinte,* Rio, 1936, vol. X, pág. 405.)

25 – Com efeito, no projeto-substitutivo apresentado a 8 de março de 1934, já aparece, no título do Poder Legislativo, o Senado, com o nome de Câmara dos Esta-

dos, e, entre as "atribuições exclusivas" da Câmara dos Estados, figurava (art. 43 letra **b**) "autorizar os empréstimos externos dos estados e municípios". (Op. e doc. cit., pg. 570). Esse substitutivo foi aprovado na sessão de 13 de março, em primeira votação, sendo declarados prejudicados o anteprojeto do Governo Provisório e as emendas dos constituintes. (Op. cit. vol. XI. pág. 26).

26 – Ficava, assim, composto o sistema bilateral, incluído no texto da Constituição e que prevalece até hoje. De um lado, no capítulo da intervenção federal, estabelecia-se a hipótese da mesma para reorganizar as finanças do Estado que suspendesse por mais de dois anos, o serviço da sua dívida interna fundada (art. 12. VI). Por outro lado, conferia-se privativamente ao Senado a incumbência de autorizar previamente os empréstimos externos pretendidos pelos estados (art. 90, **b**), incumbência reafirmada no art. 33 do título Organização Federal.

27 – Esta foi, repetimos, a situação integralmente mantida pela Constituição de 1946, no artigo 7, VI, quanto à intervenção federal, e no artigo 63, II, quanto à competência privativa de autorização. Os estudos dos antecedentes, que aqui encerramos, dispensam-nos de acompanhar a evolução do preceito na Constituinte de 1946, pois nela não houve variação de monta.

28 – Um só ponto deve ser, no entanto, salientado. Enquanto a Constituição de 1934, no art. 12 (seguindo neste passo a reforma de 1926) sujeita à intervenção federal o Estado que por mais de dois anos não pague a sua "dívida fundada", a Constituição de 1946 precisa e especializa a expressão, dizendo que deve ser "dívida externa fundada". Quem acompanhou as discussões do assunto na reforma de 1926 e na Constituição de 1934 sabe que a expressão "dívida fundada" compreendia – e já o dissemos acima – tanto a dívida interna como a externa. O que fez, pois, a Constituição de 1946 no tocante ao capítulo da intervenção, foi excluir da medida o Estado que se atrase no serviço da dívida interna. Só o devedor relapso de dívida externa fica sujeito a intervenção federal, pelo estatuto constitucional vigente. Quanto à competência do Senado nada se alterou.

Alcance da competência conferida pelo Artigo 63, II

29 – A competência conferida ao Senado pelo art. 63 tem, na terminologia da Constituição, caráter "privativo". A interpretação desta expressão "competência privativa" mereceu o cuidado dos nossos juristas, desde a Constituição de 1891. É conhecida a opinião de Barbalho a respeito. Para o ilustre comentador a expressão "privativa" qualificativa da competência do Congresso Nacional no artigo 34 da Constituição de 1891 não se referia à exclusão dos outros poderes federais, mas sim dos estados. Competência privativa de um poder, portanto, compreendia a colaboração de outro poder federal, mas excluía os poderes estaduais. (João Barbalho, *Constituição Federal Brasileira.* Comentários, Rio, 1902, pág. 103).

30 – Aurelino Leal pretende divergir de Barbalho no particular, mas o curioso é que com ele concorda. Se não vejamos. Comentando o mesmo artigo 34 que servia de base à opinião de Barbalho, escreve Aurelino Leal: "A meu ver não tem razão

Barbalho, quando afirma que o advérbio – privativamente – no art. 34, foi empregado com o intuito de excluir os poderes estaduais da obra legislativa; o que ele exclui é rigorosamente, os outros poderes federais. É preciso não confundir interdependência constitucional, penetração recíproca de poderes, sistemas de equilíbrios, com competência própria, essencial. Quem faz as leis é o Congresso, é o Legislativo; logo, essa função lhe é peculiar, lhe é essencial, lhe é privativa." Este trecho já denota a confusão em que se enleiou, ao tratar do assunto, o ilustre jurista baiano. A princípio ele escreve que o artigo "excluia rigorosamente" os outros poderes federais da competência do Congresso. Estava confundindo, já então, competência privativa com competência exclusiva, coisas diversas, segundo se verifica no texto da Constituição de 1946, neste ponto mais clara que a de 1891. Na Constituição atual a competência exclusiva prescinde da colaboração de outro poder, não havendo então exemplo de interdependência, penetração ou equilíbrio a que se refere Aurelino Leal. É o caso do artigo 66 da referida Constituição de 1946. Mas, depois de falar na "exclusão rigorosa" dos outros poderes é o próprio Aurelino Leal quem alude ao processo legislativo, quando ele sabia perfeitamente que em tal processo existe a participação do Executivo através da iniciativa e do veto. Portanto, não há exclusão rigorosa nenhuma, e a privatividade da competência se compõe perfeitamente com a participação de outro poder. Aliás, em outro ponto do seu confuso comentário – confusão rara no excelente livro – Aurelino Leal deixa clara a sua posição concorde com a de Barbalho, quando escreve: "Como funções privativa que são, elas pertencem essencialmente ao Congresso. E quando um dos outros poderes públicos intervém na obra legislativa, ou é representando um papel de mera colaboração inicial, ou de sanção, como são os casos do Poder Executivo... Nenhuma, porém, dessas situações a que a obra legislativa está exposta atinge a privatividade do poder de legislar". (Aurelino Leal, op. cit., págs. 495-496.) Exatamente. A privatividade do poder não fica atingida pela colaboração em certos casos, de outro poder federal, embora não haja referência aos estados. Temos, assim, concordes os dois comentadores de 1891.

31 – No regime da Constituição vigente a situação é a mesma, como não podia deixar de ser. Pontes de Miranda mostra que os casos de competência privativa podem se incluir entre os de "competência concorrente". Seriam, assim, três situações, em matéria de competência: a competência cumulativa, em que os poderes funcionam em igualdade de condições; a competência exclusiva, em que só um poder funciona; e a competência privativa, na qual pode haver concorrência de outro poder, conservando, contudo, aquele que detém a privatividade, uma situação de superioridade na matéria. (Pontes de Miranda, *Comentários à Constituição de 1946,* vol. II, Rio, 1960, pág. 5.)

32 – Este é exatamente o caráter que deve ser atribuído à competência do Senado, fixada pelo artigo 63, II, da Constituição de 1946. Nós, o Senado, temos competência privativa para autorizar os empréstimos externos dos estados-membros, do Distrito Federal e dos municípios. Isto quer dizer que a autorização é pri-

mordialmente da nossa alçada, mas que nós mesmos podemos fixar critérios para a colaboração do Executivo, a fim de que possamos levar a bom termo a tarefa. É curial que assim seja porque, não sendo a autorização que nos incumbe função legislativa, mas de caráter administrativo principalmente, precisa o Senado aparelhar-se para exercê-la, com elementos colhidos na administração, ou seja nos ministérios das Relações Exteriores, Fazenda, etc.

33 – Os critérios de colaboração estão fixados nos artigos 342 a 346 do Regimento Interno do Senado. Ali se diz que o pedido de autorização, encaminhado pelo Governo estadual, deve ser acompanhado "de parecer do órgão incumbido da execução da política financeira do Governo Federal".

34 – Minha impressão é que o Regimento Interno deve ser aperfeiçoado, neste ponto. A importância das responsabilidades que nos foram outorgadas pelo artigo 63, II, é bem maior do que pode parecer à primeira vista. No discurso com que encaminhei a votação da indicação solicitando os pareceres das comissões de Justiça, Finanças e Relações Exteriores, acentuei que muitas vezes os textos são redigidos com os dados de uma experiência incompleta. E o caso do capítulo do Regimento a que nos referimos. Os pedidos de empréstimos, segundo a experiência atual, passaram a merecer a especial atenção do Senado, como órgão de equilibrio federativo, com atribuições específicas em política internacional. Várias questões delicadas poderão surgir, dentro da nossa competência privativa neste terreno.

35 – Entre os nossos deveres de órgão de equilíbrio está o de atentar na regra do artigo 31 da Constituição, que assim dispõe: "À União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios é vedado: I – criar distinção entre brasileiros ou preferência em favor de uns contra outros estados ou municípios." Se à União é defeso criar tais distinções, muito mais vedadas serão elas para países ou entidades estrangeiras. Reconhecemos, sem dúvida, a procedência das distinções fundadas nas melhores garantias ou no crédito mais sólido de que disponha este ou aquele Estado, em comparação com outros. Ou, ainda, em casos de empréstimos de governo a governo pelo critério de maior utilidade social da aplicação. É natural que o prestamista particular ou público se oriente de preferência em favor dos devedores mais solváveis, ou em benefício de regiões onde a receptividade é mais rendosa socialmente falando. Como braileiros, porém, não poderemos nunca aceitar preferências estrangeiras fundadas em outras razões, sobretudo em motivos ideológicos. Isto, além de representar intolerável intervenção política, constitui grave risco para a unidade nacional. Somos, sem dúvida nenhuma, parte do ocidente e o nosso povo em enorme maioria repele a ditadura comunista ou qualquer outra. Porém, se determinados países passarem a preferir governos estaduais que lhes pareçam ideologicamente mais simpatizantes, então os países adversários daqueles poderão também procurar auxiliar outros governos estaduais que crêem ideologicamente mais próximos, e teremos, assim, a pretextos de auxílio externo, a radicalização cada vez maior das nossas posições internas, que, de políticas, passarão rapidamente a revolucionárias. Exemplifico melhor: se os Estados Unidos cujo governo democrático praticamos, resolvem auxi-

liar a área A, porque supõem que os governantes da mesma sejam pró-americanos, e não houver para isso efetivo e bem orientado controle do Senado, a União Soviética passará a auxiliar a área B, pelas razões equivalentes. Não nos esqueçamos que, *mutatis mutandis,* foi isto precisamente o que ocorreu na guerra de Espanha.

Acho que o Senado deve ser severo no ponto em referência, a fim de evitar discriminações fundadas, não na solvabilidade do devedor ou na utilidade do empréstimo, mas em considerações ideológicas. Elas só podem provocar revide do outro lado, fazendo do nosso país campo de experiências de guerra fria.

Alteração do Regimento

36 – Para melhor cumprimento das atribuições conferidas ao Senado no caso em tela, penso que seria conveniente uma emenda ao Regimento, mediante a qual se criasse uma nova comissão permanente incumbida do problema de autorização dos empréstimos externos aos estados, Distrito Federal e municípios, e possivelmente também, de algumas outras atribuições específicas do Senado, em casos que dissessem respeito às suas finalidades de órgão de equilíbrio federativo e de conselho do Executivo, como em certas matérias é considerado. O estudo de competência dessa possível comissão não será feito aqui, por inoportuno, mas não seria inútil em ocasião próxima. De qualquer forma o órgão especial sobre os processos de ajuda externa deve ser criado, porque tudo indica que, com os programas de auxílio internacional em vários setores, e principalmente com a tendência de tornar multilaterais esses auxílios, que agora se observa nas Nações Unidas, os casos de auxílio externo às pessoas de Direito Público interno vão aumentar em número, importância e complexidade. E o Senado, de acordo com a Constituição, será sempre o seu órgão de controle.

Alcance da cooperação do Executivo

37 – Estudamos acima os limites do caráter privativo das atribuições do Senado e concluímos que ele não exclui a participação do Executivo, mas a pressupõe. Devemos, agora, investigar até onde vai, juridicamente, essa participação do Executivo.

38 – A meu ver o assunto deve ser abordado desde o ponto de vista em que se colocou o professor Pontes de Miranda, quando observa que "uma vez que não é cumulativa a competência concorrente... permite que se conceitue a uma das competências como superior, – não porque se lhe dê mais, e sim porque se lhe deixa, às vezes, o poder de escolher os próprios limites". (Op. e loc. cit.).

39 – No caso em exame, desde que tenhamos competência privativa para autorizar os empréstimos externos e desde que, no exercício desta competência, reconheçamos – como é fato – a necessidade da colaboração do outro poder, segue-se que podemos traçar, no nosso Regimento, os limites dessa colaboração. Há casos em que a colaboração do outro poder, na competência privativa, está limitada pela própria Constituição, como, por exemplo a colaboração do Legislativo na competência privativa do Executivo quanto à sanção e veto. Mas, no ponto que nos interes-

sa, a Constituição não marca os limites da colaboração do Executivo. Daí podemos nós mesmos fazê-la, no Regimento Interno.

O Regimento é a lei da nossa casa. No seu texto se traçam as normas de execução das nossas incumbências constitucionais. Depende, pois, do Senado, dizer no Regimento até onde vão os limites da sua competência privativa no caso em questão, traçando, dentro desses limites, a área de atuação do outro poder. Ficará, assim, a salvo o princípio do equilíbrio e interdependência dos poderes, através de norma traçada indiscutivelmente no quadro das nossas atribuições constitucionais.

40 – A este propósito ocorre, desde logo, salientar que não é procedente a opinião segundo a qual falece aos estados capacidade de iniciativa no tocante às negociações de empréstimos. Esta foi a tese do ofício do Presidente da República e da circular do Ministro da Justiça, mas, ela, data vênia, não se coaduna nem com o texto da Constituição, nem com a tradição do nosso direito. É certo que a competência da União de "manter relações com os estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções" (Const., artigo, 5, I) exclui a competência dos estados-membros, segundo o conceito clássico, e nunca posto em dúvida, do direito federal, pelo qual a União é que encarna a soberania nacional. Mas o de que trata o artigo citado é das relações internacionais políticas, estabelecidas através dos canais diplomáticos e fixados em atos de direito público internacional, de natureza substantiva. Ora, a prática de atos de natureza administrativa, inclusive financeira, sempre foi reconhecida, no campo internacional, pelas pessoas de direito público interno, no sistema federativo, da mesma maneira que, em qualquer sistema do Estado é reconhecido até para as pessoas de direito privado, como firmas ou empresas. Esta foi a lição dos Estados Unidos, que adotamos, de início, na nossa organização federal. No Brasil republicano, sempre se reconheceu o direito de iniciativa dos estados no particular. Basta que recordemos, aqui, para não irmos além dos autores já citados, as opiniões de Rui, Barbalho, Aurelino, Pontes de Miranda e outros. De resto, o assunto nunca foi posto em dúvida, com argumentos sérios, desde 1891. Quase todos os estados tinham os seus serviços de dívida externa – somente cinco estados não os tinham em 1930 – e foi exatamente o abuso disso que levou à formação gradativa do direito federal vigente, conforme demonstramos no início deste trabalho. Alguns estados tiveram incontestáveis vantagens com os empréstimos externos, feitos para transporte, iluminação, água e saneamento.

41 – O texto da Constituição vigente só foi modificado nos capítulos da intervenção federal, das vedações aos estados e da competência do Senado, estabelecendo as restrições conhecidas. Os princípios gerais do sistema federativo não se viram alterados. Nem a União adquiriu, no ponto específico, mais poderes, nem os estados perderam mais autonomia do que o que resultou das duas alterações estudadas. Negar-se preliminarmente o poder de iniciativa do estado de negociar administrativamente empréstimos externos é contrariar a tradição do nosso direito, bem como a ordem constitucional vigente. Assim, como o Senado deve coibir abusos federalistas que ponham em risco a unidade e a soberania nacionais, também deve o Senado se

opor, como órgão de defesa da Federação, aos abusos centralizadores que cerceiam indevidamente a autonomia dos estados. Além de antifederativo tal cerceamento torna-se freqüentemente em ação antidemocrática. E o Senado tem o dever de agir em defesa da democracia e da Federação. Mas, como veremos adiante, o poder de iniciativa dos estados deve ficar harmonizado, sempre que necessário, com os interesses predominantes da União.

Caracterização das operações estaduais

42 – Outro ponto que deve merecer cuidadoso exame do Senado é o que diz respeito à caracterização das operações financeiras levadas a feito no exterior pelos estados. Neste aspecto é difícil fixar antecipadamente regras precisas, mas certos critérios normativos são possíveis, que venham facilitar o exame concreto de cada caso, com fundamento em padrões gerais identificáveis. Espero, naturalmente, a opinião dos especialistas na matéria existentes no Senado, e eles são vários doutos, quer na Comissão de Finanças quer em outros órgãos da casa.

43 – A Ciência das Finanças, mesmo clássica, identifica e acolhe formas de empréstimos públicos inortodoxas ou anômalas, que fogem aos padrões tradicionais do contrato com prazos, juros e acordos da vontade. Os financistas clássicos aceitam sem vacilação, modernamente, em matéria de crédito público, noções como a do empréstimo compulsório (coisa inaceitável no empréstimo privado), empréstimo sem prazo, ou com carência de juros por prazo determinado, ou ainda outras formas peculiares.

44 – Os casos concretos atualmente em curso no Brasil, inclusive aqueles que têm conexão com a situação dos estados, oferecem tipos muito variáveis. Na execução do programa de ajuda norte-americana, por exemplo, que tomou o nome de Aliança para o Progresso, há situações bastantes variadas, cuja caracterização depende do grupo a que pertence a operação em causa. Por isto mesmo dissemos mais acima que os casos concretos deviam ser estudados de *per si,* embora subordinados a certos critérios gerais. Certos casos, por exemplo, são de empréstimos simples, como as chamadas operações compensatórias. Outros se apresentam em forma mista, de empréstimo e doação, como se dá com os chamados acordos do trigo. Finalmente há casos de doação simples, sem empréstimo, como acontece com os planos de cooperação técnica (Ponto IV) e o suprimento chamado de alimentos para a paz. Notamos, de passagem, que a participação percentual do Brasil na distribuição de auxílio norte-americano, em fundos públicos, para a América Latina, vai diminuindo à proporção que aumenta globalmente esse mesmo auxílio. No período 1946-1954 tínhamos 42%; no período 1955-1960 tivemos apenas 20%; enquanto que o período 1962-1963 estamos com 24%. (Dados fornecidos pela Comissão Coordenadora da Aliança para o Progresso).

45 – É urgente que o Senado estude, em consulta com os componentes da COFAP, o teor das diversas modalidades de auxílio que se acham em execução, ou em vias de serem executadas, nos termos dos convênios e da legislação vigente. Só um exame direto poderá instruir o Senado sobre a verdadeira natureza das operações

efetuadas com os estados, na base do referido programa, e só dessa verdadeira natureza poderá o Senado concluir que tais ou quais operações se enquadram na categoria geral dos empréstimos externos, cuja autorização lhe deve ser solicitada pelos estados, nos termos da Constituição.

46 – Desde logo deveremos saber que, atualmente, todos os projetos de investimentos estaduais ou municipais, seja em forma de empréstimo, seja de doação, estão sendo aprovados, de acordo com as regras vigentes no Brasil, pelos órgãos competentes do governo brasileiro, que são a Cocap no plano nacional, ou, em certos casos, a Sudene, no plano regional do nordeste. Também os convênios de assistência técnica (Ponto IV) são submetidos a aprovação do órgão brasileiro de coordenação desse programa de auxílio.

47 – Uma dúvida tem surgido neste ponto, e é a seguinte: podem os poderes federais, Executivo ou Senado, intervir em casos de negociações estaduais que visem operações de financiamento não enquadradas no conceito geral de empréstimo?

A minha opinião a este respeito é afirmativa, isto é, sustento que em face dos princípios da organização federativa e dos preceitos constitucionais vigentes, não apenas podem, como devem, os poderes federais – seja o Executivo o Legislativo, conforme o caso – exercer a supervisão das operações de financiamento realizadas pelos estados e municípios com entidades de direito público estrangeiro, sejam os governos dos países, sejam agências estrangeiras, que atuem sob a jurisdição e o controle desses governos.

48 – Do ponto de vista formalmente jurídico, esta posição me parece resultante dos mais lídimos princípios federativos e das normas dominantes da hermenêutica constitucional.

De fato, no plano político internacional não existe superposição ordenada de competência, com exclusividade de uma delas, a competência federal. Teoricamente, a noção unitária, indivisível e intransferível de soberania; politicamente, os interesses permanentes da coesão nacional e da sobrevivência do Estado levam inevitavelmente a essa conclusão, expressa na fórmula constitucional "compete à União manter relações com os estados estrangeiros". (Art. 5-I.)

Praticamente, a hermenêutica constitucional nos ensina que a interpretação da Constituição se faz em conjunto, na apreciação combinada dos diversos aspectos do seu texto, a fim de que não se possam criar incongruências, inaceitáveis em qualquer lei e *a fortiori* na lei magna, entre os seus diversos capítulos. E como a interpretação constitucional é essencialmente finalística a análise combinada deve ter invariavelmente por escopo extrair, da comparação das partes, aquele entendimento que mais se coadune com os objetivos finais e conhecidos de todos. No direito federal este objetivo é a manutenção da União, para bem das partes componentes que se estiolariam com o desaparecimento daquela. A supremacia da União nas relações internacionais é essencial à sua manutenção. Assim toda interpretação constitucional será destrutiva quando tender ao desprestígio internacional da União, ao enfraquecimen-

to da sua personalidade política, ao parcelamento ou à transferência do poder soberano que só ela exprime, que só ela pode exprimir.

49 – Do ponto de vista não mais jurídico, porém político, as razões igualmente ponderosas se acumulam em favor da conclusão a que chegamos. Hoje desapareceram, praticamente, os empréstimos externos feitos por particulares, que só sobrevivem para alguns países em condições muito diferentes do Brasil. Empréstimos, auxílios, financiamentos e até certos tipos de doações, são hoje atividades diretamente ou indiretamente feitas e recebidas de governo a governo. Se, do lado dos que concedem, essas operações são direta ou indiretamente controladas pelo poder central – e isto é invariável – então, do lado dos que recebem, o mesmo se deve dar. Num regime federal, se tal não ocorrer, estará sendo burlado o sistema constitucional que dá à União o monopólio das relações internacionais.

50 – Ainda há outras considerações de certo relevo, embora secundárias. Uma delas é o risco de câmbio nas operações de financiamento. Os estados não são criadores de divisas, só a União o é, pois tem o monopólio do câmbio. Os financiamentos a prazo envolvem compromissos de câmbio, que, nos vencimentos, vão recair sempre sobre a União. É indispensável que o conjunto dos financiamentos estaduais seja parte do plano de previsão cambial da União, e da sua planejada capacidade de endividamento.

51 – Sem lhe dar caráter da opinião definitiva, mas de simples sugestão, proponho as seguintes bases para a caracterização das operações de auxílio externo que devam ser submetidas ao controle das agências do Governo Federal, embora não sejam empréstimos e escapem, por isso, ao controle do Senado:

a) Que sejam prestados por entidades estrangeiras de direito público. As fundações e outras entidades de direito privado, como a Fundação Rockefeller ou a Fundação Ford, e também certas entidades que têm legislação nacional e internacional específica, como a Cruz Vermelha, ficariam fora do controle ou seriam reguladas como já o vêm sendo.

b) Que se destinem a entidades estaduais ou municipais de direito público. É óbvio que se o beneficiário é o Governo Federal, ou dele depende diretamente, o controle se exerce por outras formas.

c) Que se destinem a certas entidades estaduais e municipais de direito privado, que tenham ligações especiais com os estados e municípios, e cujas operações envolvem co-responsabilidade, cambial ou outra, do Governo Federal. Este ponto é delicado e merecerá melhor estudo. Com efeito, certas entidades como a Cemig ou a Cosipa têm, creio, organização jurídica de sociedades de economia mista. (Não tendo elementos à mão não posso afirmá-lo. Mas se estiver em erro, meu raciocínio se aplica em tese.) Em casos tais a participação do Poder Executivo da união sobre as operações de auxílio, financiamento etc, se justifica, no quadro constitucional do art. 5-I, porque caberá à União assumir riscos cambiais ou outros, além de enquadrar as operações em causa dentro do seu plano geral de desenvolvimento econômico.

Conclusão

52 – O Brasil nunca sofreu, ou sofreu muito reduzidamente, pressões internas de caráter centrífugo ou secessionista. O aumento da população brasileira para níveis não previstos; o desequilíbrio econômico alarmante entre zonas territoriais do país; a divisão ideológica do mundo em blocos antagônicos e a repercussão desta divisão na sociedade brasileira, com a crescente radicalização das elites, que começa a atingir todas as instituições sociais tradicionais e a penetrar nas massas; o fato dos empréstimos e auxílios externos serem, hoje, atos políticos; esses e outros fatores, aliados à ação militante das grandes potências, podem criar, e já estão criando, pressões contra a unidade nacional. É, mesmo, alarmante verificar que nós, que nunca experimentamos, como disse, pressões internas de caráter secessionista, começamos a conhecer pressões devidas, até certo ponto, a fatores de ordem externa. O direito público brasileiro, na sua interpretação e na sua aplicação, não pode desconhecer estes fatos, e deve-se orientar no sentido de evitar suas piores conseqüências. Os interesses partidários, as ambições pessoais, as opiniões ideológicas, tudo isso deve cessar e ceder o passo aos interesses mais altos, que são os da perenidade do Brasil, do seu progresso e da sua integridade. O sistema constitucional ou é interpretado e aplicado para fortalecer a União, ou poderemos chegar àquela situação que os Estados Unidos conheceram há um século atrás. Segundo o brocardo romano *quae uno jure contrahuntur contrario jure dissolvantur,* ou seja, "o que o direito une pode ser separado pelo direito contrário". As responsabilidades do Senado, órgão da coesão federativa, são especialmente importantes nesta situação. *(Palmas.)*

O Sr. Padre Calazans – Permite V. Exª um aparte?

(Assentimento do orador.) Estava aguardando, para aparteá-lo, o término do magnífico discurso de V. Exª, com substancioso histórico sobre processo tão importante para a vida da nação e para o desenvolvimento da própria vida democrática do país. Tenho a impressão, Sr. Senador, de que seria muito interessante, não somente para o Senado mas também para a Câmara dos Deputados e mais estudiosos do assunto, que o trabalho de V. Exª fosse publicado em separata, para que se possa tê-lo permanentemente presente. E ninguém melhor do que V. Exª para apresentar a essa casa um estudo, no sentido da reforma dos estatutos nesse capítulo, a fim de que se afastem dificuldades e divergências. É sugestão que ora faço a V. Exª, cumprimentando-o pelo magnífico e sustancioso estudo que acaba de apresentar ao Senado da República.

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, peço permissão a V. Exª para agradecer ao meu prezado colega, Senador Padre Calazans, sua honrosa manifestação relativamente no meu desvalioso trabalho. Nem sempre nossas opiniões são concordes em matéria de política externa. Estou seguro, porém de que S. Exª e eu teremos sempre a mesma opinião no que toca aos interesses da Federação, da união nacional e da liberdade do Brasil.

Nessas condições, ouso encaminhar a V. Exª a sugestão do ilustre colega de representação de São Paulo, a fim de que a Mesa, caso julgue que meu insignifican-

te trabalho possa ser de utilidade para os Senadores e Deputados, examine a possibilidade de imprimi-lo em separata, na Imprensa Nacional.

Agradeço a V. Exª *(Muito bem! Muito bem!) (Palmas.)*

Ato Institucional

9-4-1964

O SR. AFONSO ARINOS (*Sem revisão do orador.*) – Senhor Presidente, dizia o velho Assis Brasil, que tive a honra de freqüentar na minha mocidade, que em tempo de guerra não costumava acreditar em informações.

Esta era a opinião do experiente lidador democrático, endurecido nas lutas da sua terra natal e encanecido na experiência política brasileira, tanto civil quanto militar, tanto pacífica quanto armada.

Vieram-me, hoje, à memória aquelas palavras do meu velho e saudoso amigo, quando percorri o noticiário da imprensa carioca matutina a respeito dos acontecimentos ontem verificados na cidade do Rio de Janeiro, de que emergiu, possivelmente, a fórmula decisória para a crise política brasileira.

Preocupado, como sempre estou, em fornecer, por meio do documentário parlamentar, aquelas informações verdadeiramente idôneas que possam servir, mais tarde, à recapitulação dos diversos acontecimentos do nosso tempo febril, pedi ao nobre e eminente colega e meu particular amigo, Senador Eurico Rezende, que me cedesse sua inscrição, na primeira hora do Expediente, a fim de que pudesse participar à casa o conteúdo do trabalho que tive oportunidade de ontem remeter à cidade do Rio de Janeiro, trabalho que foi de conhecimento de vários dos nossos colegas e dos líderes políticos, assim como de diferentes personalidades do Comando Militar Revolucionário, no decorrer das conversações ontem havidas.

O texto, Sr. Presidente, não precisa de ser explicitado nem comentado; ele se explica por si mesmo, e é o seguinte:

1. "As transformações políticas impostas pela força tendem a se ordenar juridicamente em bases estáveis. Opera-se esta ordenação nos quadros do chamado 'direito de crise' ou 'legalidade de tempo de crise'. Quando as forças que impuseram a transformação não conseguem estabelecer um direito intermediário entre a situação político-jurídica destruída e a nova que se tende a criar, como resultante do equilíbrio entre as forças dominantes, a conjuntura geral declina para a confusão e a anarquia mais ou menos prolongada. As revoluções só se completam, assim, à medida que foram capazes de formulação jurídica dos seus próprios objetivos. Se tal formulação não é possível é porque a revolução vai prosseguir, com rumos talvez distintos. Sendo ela possível, seus efeitos jurídicos são indiscutíveis, não se colocando o

problema constitucional de sua validade. É com efeito impossível juridicamente negar a um poder que pode tudo a competência para traçar regras jurídicas.

2. Em Direito Constitucional, a fonte da qual promana a estrutura jurídica do Estado é o poder constituinte, o qual se apresenta historicamente sob duas formas, segundo as suas origens:

a) poder constituinte originário;

b) poder constituinte instituído.

3. O poder constituinte originário é aquele que emana diretamente da soberania nacional e surge em duas hipóteses:

a) quando da transformação de uma nação em Estado, como se deu no Brasil, com a Assembléia Constituinte em 1823;

b) quando de uma crise revolucionária, por meio de ordenação jurídica das novas forças dominantes, como se deu no Brasil na Assembléia Constituinte de 1890; no ato da instituição do Governo Provisório em 1930; na Assembléia Constituinte de 1934 (conseqüente à revolução de 1932); na Constituição outorgadâ de 1937; na Assembléia Constituinte de 1946.

4. O poder constituinte instituído se confunde com a competência do Poder Legislativo ordinário de emendar a Constituição. Habitualmente o poder constituinte instituído opera em tempos normais e só muito excepcionalmente em épocas de crise, como por exemplo ocorreu no Brasil com o Ato Adicional de 1834 (resultado da abdicação de Pedro I) e o Ato Adicional de 1961 (resultado da renúncia do Presidente Jânio Quadros). O poder constituinte instituído só opera excepcionalmente porque, na quase totalidade das situações, a urgência das crises não tolera os complexos processos que as constituições prevêm para sua própria emenda.

5. A crise brasileira, que persiste após a destituição pelas armas do Presidente João Goulart, só poderá encontrar um sistema de equilíbrio por meio da intervenção do poder constituinte originário, visto que as transformações mediatas preconizadas pelas forças dominantes, civis e militares, não seriam exeqüíveis por intermédio do poder constituinte instituído, devido às exigências do texto constitucional em matéria de emenda; nem pelo remédio do estado de sítio, porque, cessado este, cessam os seus efeitos e muito dificilmente os quadros atuais poderiam reabsorver juridicamente as providências acaso tomadas em caráter transitório, pelo estado de sítio.

6. O quadro brasileiro atual se caracteriza pelos fatores seguintes:

a) autolimitação do poder de fato, que são as forças militares, as quais desejam levar a termo os propósitos da revolução, alterando, mas não destruindo a legalidade constitucional anterior;

b) permanência e funcionamento de importantes elementos de legalidade constitucional anterior, como Poder Judiciário, federal e estadual; Poder Legislativo, federal, estadual e municipal; governadores de estados, imprensa falada e escrita, serviços administrativos em todos os níveis. Pode-se dizer mesmo que a legalidade constitucional anterior permanece íntegra, a não ser nos direitos e garantias indivi-

duais cuja supressão é necessária à obtenção adequada dos propósitos da revolução, os quais podem ser resumidos em dois itens:

a) eliminação da subversão comunista da vida política, militar e administrativa brasileira;

b) eliminação da corrupção administrativa em todos os setores.

7. A coexistência do poder revolucionário com a legalidade constitucional não é fato desconhecido juridicamente. Mas, o equilíbrio entre o poder jurídico sem força e o poder de fato, sem ordenação jurídica, é extremamente instável e não pode durar. No caso brasileiro atual o poder de fato deve limitar-se, para não destruir os instrumentos da legalidade, e o poder jurídico deve cooperar para a ordenação jurídica da revolução, a fim de não cair o país na ditadura. Esta cooperação se dará com o pronunciamento do poder de fato e do poder jurídico integrados em poder constituinte originário, realizando rapidamente as transformações exigidas pelos propósitos da revolução.

8. A integração dos poderes, o de fato e o jurídico, em poder constituinte originário, poderá ser feita mediante a eleição do novo Presidente da República pelo Congresso Nacional, nos termos da recente lei aprovada por este, outorgando o Congresso Nacional ao Presidente eleito, plenos poderes para levar a efeito os propósitos da revolução.

9. Os plenos poderes outorgados seriam definidos e limitados no ato de outorga, sendo que, pelos entendimentos havidos, existe já um consenso majoritário sobre a natureza e o alcance de tais poderes.

10. A aprovação do ato de outorga de plenos poderes, bem como a sua execução, não seriam uma emenda do poder constituinte instituído, mas um direito novo, criado pelo poder constituinte originário, e assim as formalidades exigidas para as emendas constitucionais".

Nessa última sentença, Sr. Presidente, encerra-se o texto do trabalho que foi transmitido para conhecimento dos líderes políticos e dos líderes militares que ontem se encontraram, durante todo dia, na cidade do Rio de Janeiro.

Como vê V. Exª, o meu propósito, correspondendo aliás a uma opinião que sentia em vários setores do Congresso com que tive oportunidade de me entreter e em muitos dos juristas desta casa, era o de, em primeiro lugar, fixar, dentro do quadro político, a formulação jurídica desses episódios em desenvolvimento, e em segundo lugar, traçar certas linhas de natureza teórica e de natureza também doutrinária e genérica, para que se pudessem enfrentar as soluções que deveriam ser trazidas à crise que está vivendo o país. E, como disse, não tenho necessidade de comentar nem explanar mais demoradamente estas páginas, que são poucas, estes raciocínios, que são sucintos, que nada têm de originais, mas que representam apenas e tão-somente a concatenação, e digamos, a articulação de certas opiniões jurídicas assentadas nos tratadistas de todos os países a respeito de situações históricas como esta que estamos atravessando, posições doutrinárias que evidentemente se sentiam no meu trabalho, adaptadas às condições de fato que prevalecem no país.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Aloísio de Carvalho – A contribuição de V. Exª para a formulação jurídica dessa situação de fato a que se refere limitou-se exclusivamente a esse documento?

O SR. AFONSO ARINOS – Era isso exatamente o que eu estava formulando.

O Sr. Aloísio de Carvalho – E estou exatamente procurando firmar este ponto, para que não haja dúvidas, porque como V. Exª mesmo declarou inicialmente, em ocasião de guerra, as notícias são muitas, e alguns jornais atribuem a V. Exª, inclusive, a redação ou, vamos dizer, mesmo a autoria intelectual e material de um ato que representaria essa formulação.

O SR. AFONSO ARINOS – Não, não é esta a realidade.

O ato sobre o qual se tem falado, principalmente no dia de hoje, eu não conheço, não tenho nenhuma notícia do seu conteúdo. Mas, mesmo o ato que decorreria da aplicação dessas idéias que aqui se encontram, não foi por mim formulado, porque a formulação do ato em termos de uma decisão legislativa seria o resultado de entendimentos políticos, que fixariam os limites destas providências. E, como eu não estava participando desses entendimentos, não poderia, evidentemente, conhecer o conteúdo material desse ato. Aquilo que eu estava procurando explicar no meu trabalho eram as razões de natureza teórica que deveriam à possibilidade de uma atuação nessa direção sem que isto representasse uma sugestão concreta sobre o conteúdo do texto a ser aprovado.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Perfeito. Agradeço a V. Exª o esclarecimento, que, como V. Exª vê, se tornava indispensável.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª a sua intervenção, que propiciou, então, uma espécie de explicação lateral ou complementar da leitura que eu vinha fazendo.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Muito obrigado a V. Exª

O Sr. João Agripino – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. João Agripino – Queria informar a V. Exª e aos nobres colegas que nenhum dos líderes que participaram, ontem, das sucessivas reuniões para encontrar uma fórmula para a solução do problema, teve ou tem conhecimento da redação do documento do comando revolucionário. É verdade, os líderes acordaram numa fórmula, dentro das idéias de Vossa Excelência, mas o Comando Militar informou que já havia chegado à conclusão de que lhe cabia também baixar um Ato Institucional. Se-

ria também uma prerrogativa sua. Nesse caso, dispunha-se a fazê-lo. Não tomou conhecimento do trabalho dos líderes nem nos deu conhecimento do seu próprio trabalho.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço muito ao meu velho amigo, Senador João Agripino, as informações que acaba de fornecer à casa. Elas são também de molde a contribuir para o esclarecimento, digamos, histórico, da situação. É claro que o nosso propósito era o de fixar determinada linha de orientação e, ao mesmo tempo, propiciar determinada fronteira limitativa. Esta foi a preocupação com que atuei e creio ter sido esta a razão ou o sentimento daqueles líderes que, como disse generosamente o meu velho colega e amigo Senador João Agripino, se manifestaram favoravelmente a essa orientação.

De forma, Sr. Presidente, que sem mais comentários, deixo estes fatos documentadamente inscritos nos nossos *Anais*.

Muito obrigado a V. Exª *(Muito bem! Muito bem!)*

Maioria absoluta

3-7-1964

O SR. AFONSO ARINOS *(Sem revisão do orador.)* – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a razão verdadeira, efetiva ou principal de minha presença na tribuna, no dia de hoje, é o desejo de trazer alguns esclarecimentos sobre uma subemenda que, com o apoio honroso do meu nobre líder, o Sr. Senador Daniel Krieger, tive oportunidade, ontem, de oferecer ao exame da Comissão Especial que, no momento, estuda o problema da maioria absoluta em função da emenda remetida ao Congresso Nacional pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Realmente, gostaria de salientar que o instituto da maioria absoluta, a meu ver extremamente salutar do ponto de vista político e, na atual conjuntura brasileira, mesmo necessário – quem sabe se indispensável – está em risco. Está em risco porque a acomodação das situações decorrentes do não atingimento dessa maioria absoluta, na eleição direta está-se tornando extremamente difícil e, portanto, muito duvidosa em face da grande facilidade de soluções divergentes, descoordenadas e, até mesmo, conflitantes surgidas no encaminhamento da matéria. Tenho a impressão, aliás, de que o assunto deveria ter sido melhor coordenado pelo Poder Executivo, antes de sua apresentação ao estudo do Congresso, porque, como todos sabemos, o Presidente da República é, de fato, no sistema presidencial, o líder verdadeiro do Congresso e, como tal, incumbem-lhe aquelas atribuições específicas de liderança política, ou seja de coordenar, antecipadamente, o encaminhamento das proposições de influência e de repercussão nacional como esta de que estou tratando.

Veja V. Exª, por exemplo, o que sucede nos Estados Unidos da América com relação à companha pela tramitação e pela aprovação do projeto que lá tomou o nome de Direitos Civis.

Foi uma batalha pessoal travada pelo falecido Presidente Kennedy com o desdobramento previsto, estabelecido, articulado a partir da casa Branca.

Portanto, quero crer que matéria de tal magnitude, que importará decisão definitiva de uma série de situações difíceis e de acontecimentos graves, que transcorreram no decurso da nossa história constitucional recente, iniciativa como esta, dizia eu, deveria ter sido mais bem coordenada pelo Poder Executivo, no decurso da sua preparação e antes da sua apresentação ao Congresso. Mas, uma vez aqui apresentada, a impressão que me ficou no espírito é a de que existe um acolhimento, uma receptividade favorável à aceitação do princípio em si, mas que não existia nenhum estudo prévio, nenhum contato entre os grupos e as bancadas, nenhuma atenção convergente no sentido de, no segundo turno ou da segunda etapa do processo eleitoral, encontrar-se uma solução que satisfizesse à média dos interesses e das opiniões – porque não se deve esquecer que em matéria política, as opiniões estão estreitamente jungidas aos interesses – uma solução que pudesse consultar à média predominante dos interesses e das opiniões dos grupos representados no Congresso.

É exatamente nesta segunda fase, quando se trata de dar solução à situação criada com a inexistência de um candidato provido da maioria absoluta do eleitorado, na eleição direta, que surgem aquelas posições conflitantes a que há pouco me reportava, e que, em verdade, muito provavelmente trarão ao soçobro, ao naufrágio, a iniciativa principal que é exatamente a do estabelecimento da maioria absoluta nas eleições presidenciais. E por que é o sistema da maioria absoluta, como eu disse há pouco salutar, e mesmo necessário? Pelo seguinte, Sr. Presidente. No regime presidencial brasileiro, inauguramos, na América Latina, uma simbiose, uma concomitância de situações praticamente contraditórias. Instituímos o sistema presidencial com voto proporcional.

Devemos, para compreender a gravidade, a delicadeza do problema político brasileiro, partir das suas origens. E as origens da gravidade do problema político brasileiro, da instabilidade, da fragilidade jurídica do sistema presidencial brasileiro, atualmente, vêm deste fato: da concomitância do regime presidencial com o voto proporcional.

Realmente uma das alegações que mais me surpreendem – e poderia dizer que mais me divertem na corporação entre o sistema presidencial e o sistema parlamentar, é a alegação corrente de que o sistema parlamentar é frágil por sua natureza e que o regime presidencial é forte.

Ora, isto, dito hoje no Brasil, toca as raízes da sandice, para não dizer do ridículo, pois exprime uma tremenda confusão entre força material e força política. O regime presidencial pode ser considerado forte porque dispõe de força material, de atuação fulminante, que coloca o Presidente acima dos controles legais e faz dele um ditador a prazo certo. Por isso é forte, mas juridicamente é um dos mais frágeis.

E a prova V. Exª a tem: de alguns anos a esta parte, tivemos sete presidentes depostos, desde que contemos um deles deposto duas vezes.

Como pode ser forte um regime em que, sucessivamente, as estruturas jurídicas são derrubadas pelos conflitos políticos, que se tornam insolúveis? Como pode ser juridicamente estável uma situação em que a estabilidade se apresenta sempre com uma intervenção armada para resolver os conflitos civis?

Não, Sr. Presidente. O sistema presidencial brasileiro é um sistema fraco, juridicamente. E é fraco porque ele existe em uma base contraditória, ou seja, a concentração, a convergência do poder político nas mãos do Executivo e a dispersão do poder político, através do voto proporcional, dentro do Congresso. Isto não existe no sistema modelar que é o sistema americano; isto nunca existiu.

A instituição do voto proporcional no Brasil, que foi devida à pregação de Assis Brasil, era o recurso de que se utilizavam os políticos de visão ampla, como aquele ilustre gaúcho, que já apresenta o voto proporcional no seu famoso livro *Democracia Representativa,* aparecido em 1894, logo depois da República. Essa aspiração pelo voto proporcional não é senão a substituição dos controles efetivos do sistema presidencial, que fracassaram no Brasil. Nunca pudemos, no nosso país, fazer funcionar os controles efetivos do regime presidencial, e estes são realmente a Suprema Corte, com a sua capacidade política, a sua possibilidade de intervenção nas decisões do Legislativo e do Poder Administrativo, enfim, com o seu grande aparato histórico de Suprema Corte, tal como existe nos Estados Unidos, e os partidos divididos em duas grandes correntes, como força de expressão das aspirações populares, como força de regularização das ambições políticas e como força de decisão, da vontade do Estado na solução dos problemas nacionais. O Brasil presidencialista nunca teve atuação efetiva da Suprema Corte e dos partidos nacionais. Basta dizer que estes só aparecem com a Constituição de 1946, enquanto que, nos Estados Unidos, datam da época da independência. Foi esta inexistência dos controles efetivos, que regularizam e estabilizam o funcionamento do sistema presidencial, libertando a ação do Presidente, que determinou, em nosso país, a preocupação de trazer o voto proporcional para funcionar com o sistema presidencialista.

O voto proporcional era uma aspiração dos democratas a fim de enfraquecer o poder ditatorial do Presidente da República. De maneira que o Presidente da República perdia o controle do Congresso, dispersava a sua influência na quantidade enorme de partidos, pois, como sabe V. Exª, Sr. Presidente, o voto proporcional leva à multiplicação dos partidos. Temos, então, um leque, um verdadeiro prisma decomposto em todas as cores. E o Presidente tem de naufragar ou tem de se apoiar ou equilibrar em cima dessas ondas movimentadas da vida partidária nacional. Daí a aspiração de introduzir o voto proporcional para funcionar juntamente com o sistema presidencialista: diminuir a ditadura do Executivo. Mas não deu o resultado que se esperava.

Não estou preconizando a sua eliminação, pois a batalha pelo voto proporcional foi de muitos anos, e a volta do voto majoritário também seria uma batalha de

muitos anos. E não tento voltar ao voto majoritário, pois a minha posição, como é do conhecimento do Senado, é contrária ao sistema presidencialista e pela implantação do verdadeiro sistema parlamentarista. Mas, o que quero dizer é que o voto proporcional está na base do enfraquecimento jurídico do sistema presidencialista brasileiro e, conseqüentemente, está na base da hipertrofia política, da hipertrofia do poder material e legal do Presidente da República. Porque o Presidente da República, não estando em condições de ter uma política dentro do Congresso, a única coisa que faz é ter uma política fora do Congresso, ou contra o Congresso, procurando apoiar-se em forças estranhas ao Congresso para governar, ou seja os sindicatos, como fazem os demagogos da esquerda, ou sejam as classes armadas, como fazem os demagogos da direita. Por duas vezes, na intimidade da Presidência da República, assisti à impossibilidade do controle da política nacional pelo Presidente, por causa da multiplicação das facções partidárias, com todas as conseqüências que aí estão: valorização excessiva dos pequenos partidos, a cobiça, o jogo de interesses, o leva-e-traz, o jogo das compensações, as barganhas.

Assisti no governo Café Filho, em que eu era Líder na Câmara e a UDN era o maior partido governista, à impossibilidade em que estava o Presidente de ter uma política dentro da Câmara, a tal ponto que o Presidente Café Filho me dizia: "Não posso ter um Líder da Maioria".

Assisti, igualmente, quando fui Ministro do governo Jânio Quadros, ainda na intimidade do Executivo, à mesma situação de completo desarmamento em que fica o Presidente da República, através do voto proporcional, em face da conjuntura política do país, obrigado a lançar mão de forças e apoios estranhos ao Congresso.

Mas, Sr. Presidente tudo isso vem servir de introdução para a exposição que estava fazendo, a respeito da iniciativa tomada tendo em vista a maioria absoluta, neste discurso meio desordenado. Com efeito, não estava preparado. Vim à tribuna porque percebi que tinha oportunidade para fazê-lo, pois não havia oradores inscritos.

Queria salientar que, não tendo sido preparado convenientemente o desfecho da conquista da maioria absoluta, vamos provavelmente encalhar o nosso barco neste pantanal das decisões secundárias, em que cada partido e, mais do que cada partido, cada facção traz o seu remédio, cada Cristovão Colombo põe o seu ovo (*risos*), se posso dizer assim.

Então, as soluções se multiplicam, sem que seja possível saber quais serão suas repercussões no conjunto da estrutura constitucional. Porque uma Constituição é como uma construção de cimento armado. Se tocamos numa viga, muitas vezes produzimos abalos e repercussões em outros pontos da estrutura, que no momento não podemos identificar.

Eu mesmo, que, pela minha condição de conhecedor um pouco secundário, um pouco suburbano, mas, enfim, conhecedor deste assunto, pois que minha atividade profissional é de professor desta matéria, devo dizer a V. Exª, Sr. Presidente, que, lendo a quantidade de incisos que estão sendo tocados, este picadinho de emen-

das, esta espécie de caruru-com-quiabo que vêm sendo essas emendas, fico surpreso sem saber até onde os fatos que estamos alterando irão repercutir em outros pontos da Constituição que não estão sendo tocados. Até mesmo na parte formal dessa mudança o problema é muito sério, porque a própria técnica verbal empregada muitas vezes está em completo desacordo com aquilo que está mantido na parte permanente da Constituição, o que vai ter repercussão quando, mais tarde, esses assuntos tivessem que cair no Judiciário.

Em resumo, a minha impressão é de que o barco vai encalhar no lamaçal das soluções secundárias. Procuro uma imagem mais poética. V. Exª que, como eu, começou sua vida como professor de literatura no Colégio Militar, V. Exª em Porto Alegre e eu na minha terra, compreenderá o meu propósito.

Vamos tratar de outra imagem, a de Robinson, que constrói um barco e depois não consegue arrastá-lo até o mar. Da mesma forma, estamos fazendo um barco enorme. Estamos diante do mar. E vamos sentir-nos impotentes, como o velho Robinson, para carregar até o mar esse nosso barco.

A maioria absoluta é o único expediente que hoje encontramos para evitar, nos sistemas políticos, as soluções radicais. O objetivo da maioria absoluta é evitar a vitória do radicalismo. Esta explicação, habitualmente dada, de que a maioria absoluta se impõe porque todo poder emana do povo, é uma explicação, vamos dizer, formal, tirada do texto da Constituição; é uma explicação que poderíamos chamar teórica, mas não é verdadeiramente política. A razão de ser da maioria absoluta é que ela é o único remédio eficaz contra os governos radicais, porque, se a história ensina que a democracia é o único sistema em que as correntes políticas se manifestam livremente, o que a história democrática ensina também, em todos os países, desde a fundação deste sistema de governo, é que o radicalismo é sempre minoritário. Este é o ponto sobre o qual devemos convergir a nossa atenção: as alas radicais são sempre minoritárias. Mas, em certas condições, em momentos de crise, podem passar a ser relativamente majoritárias.

Então, num confronto livre entre as diversas correntes em que se divide a opinião pública, é possível que uma corrente radical surja, emerja, com maioria relativa. Então estaria a grande maioria, infensa a este radicalismo, sendo governada por uma corrente radical, o que só pode trazer desastres e conseqüências danosas.

A idéia da maioria absoluta é a de se obrigar a uma solução em que prevaleça, necessariamente, o espírito anti-radical, porque as correntes radicais jamais atingem à maioria absoluta.

Se nós tivermos, distribuídos no plano em que habitualmente hoje se coloca o esquema das opiniões – vamos dizer grosso modo, de maneira muito sumária – direita, centro ou esquerda, a direita radical será sempre menor do que o centro com a esquerda radical, conseqüentemente, a esquerda radical será, também, sempre menor que o centro com a direita radical. De forma que a maioria absoluta é o processo pelo qual se impedirá, sistematicamente, a orientação do governo do país por uma das alas.

Mas esse princípio, que é, como eu dizia há pouco, inerente à expectativa, ao desejo de maturação do sistema democrático, vai fracassar no Brasil. Ele que foi tantas vezes proclamado, ele que se transformou numa das reivindicações do meu partido – hoje creio não muito unido em torno dele – até hoje não conseguiu se impor no Brasil por causa das dificuldades das soluções secundárias.

É o que está acontecendo, agora, pela ausência de uma coordenação eficaz por parte do Executivo, pela ausência de um espírito de transação e de desprendimento por parte das correntes políticas. Estamos em condições de naufragar, como dizia eu, ou de não poder levar o nosso barco até o mar.

Foi por essas razões que, ontem, com o apoio de meu líder, eminente Senador Daniel Krieger, sugeri uma solução que tenho a honra de submeter, hoje, à apreciação do Senado.

Não a tenho aqui em termos escritos porque, como dizia há pouco, não estava preparado para falar. Mas dela dei conhecimento a alguns de meus eminentes confrades.

Esta solução é a seguinte: estabelecermos o princípio da maioria absoluta pelas razões que acabo de enunciar, de acordo com a iniciativa tomada pelo Presidente da República, acolhendo-se tal e qual a instituição desse princípio. Mas, ao invés de entrar no debate sutilíssimo, no debate ultrabizantino das preferências sobre fórmulas que se tornam cada vez mais complicadas, apresentei apenas um parágrafo ao artigo instituído da maioria.

Pelo meu parágrafo, no caso de ser a emenda constitucional aprovada, ela deferirá ou conferirá ao Congresso Nacional a incumbência de regular, por lei orgânica aprovada pela maioria de seus membros, a eleição indireta que se tornar necessária, no caso de nenhum dos candidatos atingir, na eleição direta, à maioria absoluta.

Vamos por partes, para que eu possa dar – creio que por uma vez e para sempre, porque não pretendo voltar à matéria – a justificativa da minha sugestão.

Em primeiro lugar, quero falar da lei orgânica. A lei orgânica é uma das figuras de Direito Constitucional de conformação, de especificação, de finalidade mais conhecidas. A lei orgânica é precisamente aquele diploma do direito público que se situa entre os textos da Constituição e a lei ordinária. Ela se destina a, como diz o seu nome, organizar os poderes do Estado: Lei Orgânica do Poder Executivo, Lei Orgânica do Poder Legislativo, são leis que compuseram a Constituição francesa de 1875.

Como sabe o Senado, a Assembléia Constituinte francêsa que se reuniu depois da guerra de 1870, nunca chegou a um acordo sobre a redação da sua Constituição unida, porque as divisões internas eram muito grandes. A Assembléia Constituinte estava dividida entre os legitimistas, que eram partidários da tradição dos Bourbons, do ramo mais antigo da casa Real; os chamados Orleanistas, partidários do ramo menos antigo, o dos Orleans: os bonapartistas, partidários do Império, e os republicanos, adeptos da República.

Esta divisão da Constituinte fez com que ela não pudesse funcionar, ficou de 1870 a 1875 sem sequer proclamar a República e sem adotar uma constituição. Então adotou as chamadas leis orgânicas, leis que faziam funcionar o Legislativo e o Executivo. E na base dessas leis constituiu a lei constitucional, que foi a terceira República, que levou a França até à segunda grande guerra.

No nosso direito ela tem uma posição hierárquica intermediária entre a Constituição e a lei ordinária. Por isto proponho na minha sugestão, que a lei orgânica seja aprovada pela maioria absoluta do Congresso, ao contrário das leis ordinárias, para as quais é prevista a maioria simples. A lei orgânica regulará então a eleição indireta, nos termos desejados pela média da opinião.

Só uma coisa está definida no texto que apresentei, é a eleição indireta para prover o cargo de Presidente da República, no caso de nenhum dos candidatos atingir a maioria absoluta na eleição direta. Mas a forma desta eleição indireta fica ao arbítrio e aos cuidados do Congresso, porque tanto pode ela ser feita pelo próprio Congresso, como pode ser realizada por um Colégio Eleitoral – idéia que hoje está aparecendo em vários setores da discussão que se trava – ou por uma combinação das duas instituições, e poderá se proceder de qualquer forma que parecer mais conveniente na discussão da proposição e no estudo dos temas.

Também o problema dos candidatos não fica nada impositivo. Os candidatos novos podem, ou não, ser admitidos; o número deles também depende de decisão ulterior. Em suma, fica a possibilidade de instituir-se o princípio que corresponde às exigências a que a pouco me referi. Mas fica a enorme flexibilidade de acomodação das soluções para os problemas secundários.

Não tenho a intenção, nem tive, desde o princípio, qualquer intenção pessoal em colaborar com esta sugestão. Fiquei muito impressionado – não sei se cometo aqui uma indiscrição, mas, se cometer, será com a melhor intenção – com o que meu colega, velho amigo e mestre Ministro Milton Campos disse-me há dias, numa visita com que me honrou na minha casa: "Faça funcionar a imaginação, porque estou vendo que é preciso que alguém imagine qualquer coisa". Isto calou-me no espírito e fiquei preocupado com a idéia de que, em vez de dar uma solução concreta em meio a tantas emoções concretas conflitantes, talvez a imaginação funcionasse no sentido mais simples, que é não dar solução nenhuma, mas permitir que qualquer solução seja adotada no momento oportuno. A vantagem desse retardamento é que a lei corresponderá, de fato, às inclinações mais efetivas e mais caudalosas da opinião pública. Porque não tenhamos dúvida: instituído o princípio, veremos todos os partidos, nas suas bases, nas suas orientações, grupos parlamentares nas suas bancadas, institutos técnico-profissionais, advogados, congregações das faculdades, sindicatos – não podemos afastar o povo destas decisões – organizações patronais, meios militares, todos contribuindo com suas sugestões, suas idéias, suas luzes, para que possamos, dentro do Congresso, elaborar uma solução que venha, de fato, corresponder à conveniência nacional.

Aí está Sr. Presidente, em palavras ligeiras, a justificativa verbal, incompleta, insuficiente que queria apresentar ao Senado da iniciativa que ontem tive a honra de ver aprovada pelo líder da minha bancada.

É claro que ela não tem caráter pessoal nem partidário, não tem qualquer intenção política. É apenas uma espécie de solução oferecida no caso de outras soluções fracassarem. Por esta razão, não tenho o desejo de fazer qualquer proposta ou esforço para que seja aceita, ou qualquer proselitismo em torno dos seus termos.

Estou certo de que, se tudo fracassar – infelizmente é a impressão que subsiste no meu espírito, e oxalá se encontre uma solução aceitável, dentre as muitas apresentadas – existe esta possibilidade de não desaparecer o essencial que devemos adotar, em razão de circunstâncias secundárias nas quais não nos devemos perder. *(Muito bem! O orador é cumprimentado.)*

Saudação ao Presidente Charles de Gaulle

10-10-1964

O SR. AFONSO ARINOS *(Lê o seguinte discurso.)* – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Srs. Ministros, Srs. Membros do Corpo Diplomático e das forças Armadas.

Excelentíssimo Senhor Presidente Charles de Gaulle:

Sois um daqueles homens que a História elege, em cada século, para simbolizar, no traçado de uma vida, o destino inevitável de um povo. A força misteriosa que anima e protege os escolhidos pela História é esta, de exprimir as tendências predominantes do seu meio e da sua época, mais do que lhes imprimir diretrizes pessoais. Sei que ao dizer-vos isto contrario a opinião mais corrente, no vosso país e fora dele, segundo a qual construístes a França de hoje à vossa imagem, quando, na verdade, o que fizestes foi identificar, despertar e reunir, pelas vossas idéias e pela vossa ação, as forças adormecidas dos franceses. Às vezes, personalidades dominadoras, como a vossa, aparentam conferir seu próprio molde à vida coletiva, marcando o social com os traços do individual. Mas a precariedade das construções que empreendem termina, sempre, por se revelar. Quando não existe correspondência entre a ação do homem e a realidade do tempo, a obra histórica não vai além da vida do seu protagonista. De presente se transforma logo em passado. Não existe, nela, a semente do futuro. Hitler e Stalin seriam exemplos desta dominação sem representação. Suas realizações, que chegaram a parecer gigantescas, esvaíram-se num relance, porque a realização pressupõe a realidade, que não se confunde com violência ou brutalidade.

Outro é o vosso caso, Senhor Presidente. A vitória da vossa vida deve-se ao fato de que ela pode reunir os melhores elementos da realidade francesa, que exis-

tiam submissos ou esquecidos. Vossa obra traz em si a semente do futuro, porque ela, na mutação necessária da História, representa aquele instante de eternidade, que é a vontade do tempo, no incessante caminho dos homens. Quando se diz que a França é de Gaulle, o que de fato se deseja dizer é que de Gaulle é a França. Esta adequação do vosso destino às forças mais profundas que emergem do vosso povo justifica a situação muito rara que ocorre convosco. Sendo, como sois, um dos homens de passado pessoal mais rico do nosso século, ninguém, ao pensar em vós, fá-lo em termos de passado, senão que de presente e de futuro. Na vossa biografia, aquilo que já fizestes não é mais surpreendente do que aquilo que fazes. A vida não vos pode aprisionar dentro da estátua ou do livro biográfico. Somente a morte poderá fazê-lo. As estátuas são imóveis, embora simulem, às vezes, movimento, e os livros contêm, invariàvelmente, uma página que é última. Mas vós vos moveis, e vossos movimentos podem ser reveladores, imprevistos e, até, inquietantes. Também no livro da vossa vida, a última página ainda não foi escrita e conserva para o mundo o viço, a seiva do mistério.

A História baseia-se no real, mas o espírito é elemento da realidade. Hegel foi uma das leituras da vossa juventude; nele talvez tivestes aprendido, desde cedo, esta presença inafastável do espírito no fundo de toda ação histórica. Mas Hegel foi um filósofo; vós sois um combatente e um homem de Estado. Assim o espírito, para vós, é instrumento de ação e muito se afasta da expressão do absoluto ou da negação da natureza, tal como se apresenta na obra do pensador alemão. Em vós, o espírito é um processo de avaliação da realidade e de influência sobre ela. Quando chegastes à Inglaterra, depois de perdida a batalha da França, dissestes: "Eu assumo a França". Como seria isto possível, se a França estava do outro lado do mar, vencida e humilhada? O que assumistes, então, foi a idéia da França, e esta idéia, sempre idêntica a si mesma para os que amavam a França em todo o mundo, era, de fato, a expressão mais forte, naqueles dias, da realidade francesa. *(Palmas.)* O tremendo potencial do exército invasor, a quebra da resistência, a submissão dos governantes de Vichy, tudo isso era material, mas não era real. A realidade estava convosco, Senhor Presidente, e era a idéia da França. Permiti que vos dê um testemunho. Na noite de 18 de junho, como em todas aquelas noites de pesadelo sem sono, minha mulher e eu nos curvávamos ansiosos sobre o rádio, no silêncio da nossa casa, quando, súbito, ouvimos o apelo que fizestes.

Aquela voz desconhecida rompia a noite por sobre o oceano e chegava até nós, que queríamos acreditar em outra realidade. Desde aquela hora, desabrochou em nossos corações a flor da esperança, esta esperança criadora, que prescinde do conhecimento e da confiança. *(Palmas.)*

Sendo um homem que utiliza, na ação, as forças do espírito, não sois, no entanto, um ideólogo nem um doutrinário. Uma das formas da liberdade intelectual é a libertação do dogmatismo, o que não quer dizer abandono da razão. O verdadeiro homem de Estado racionaliza, mas não teoriza nem dogmatiza. A razão, na conduta dos negócios humanos, leva à liberdade. A teoria rígida e o dogma podem conduzir à escravidão. Só no domínio da fé religiosa o dogmatismo tem o seu lugar.

No pensamento político, o seu resultado é transformar qualquer doutrina em religião. Sempre vos insurgistes contra esta atitude errada. Como jovem oficial, vosso pensamento se voltava para os problemas da defesa nacional, a vossa ação era no sentido de alterar a organização militar da França, de forma profunda. A rotina e a confusão entre a realidade e os destroços do passado frustraram vossos intentos, que outros aproveitaram contra a França. Foi a primeira comprovação vossa de que, nas instituições humanas, a tradição vigente não passa, algumas vezes, de fantasma do passado, e que a verdadeira realidade se acolhe nas idéias que desvendam o futuro. Foi então que endereçastes, em 1932, esta advertência aos alunos da Escola de Guerra: "Pudesse o pensamento militar francês resistir à atração secular do a *priori* e do dogmatismo".

Esta qualidade cartesiana de atingir o real através do racional, atributo do espírito francês, vós a manifestastes outra vez, quando de vossa dramática renúncia, em 1946, às aparências de um poder inexistente. Dissestes então: "Saberei deixar as coisas, antes que as coisas me deixem". Ainda aqui, a vossa idéia da França não se compunha com as instituições que a pretendiam representar. E a prova de que a realidade estava mais nas vossas idéias do que nas formas envelhecidas, emergiu doze anos depois, em 1958, quando desabou por si mesma a estrutura de um Estado fundado em ficções tradicionalistas inaplicáveis, e fostes convocado para transformar em ação o vosso pensamento.

Data de então a segunda parte da vossa presença histórica. A primeira metade do século é marcada, no ocidente, pela guerra. Como militar, fostes o intérprete mais lúcido das mutações profundas que a atualidade impunha aos métodos de defesa nacional. Não confundistes os valores permanentes da cultura e do espírito com tradições que, de fato, eram riscos para a vida do vosso povo.

Vossa volta ao poder, em 1958, pode representar, não somente em França mas também fora dela, uma lição semelhante, trazida em tempo de paz. Nesta segunda metade do século, que se iniciou com o fim da guerra, o grande problema da humanidade parece ser a adequação do Estado às tarefas sociais, sem abandono dos fins humanos. Para chegar a isto, os estadistas devem encarar corajosamente a realidade, colocando a razão a serviço do bem comum, sem escravizá-la a doutrinas de outro tempo. A mais atuante destas doutrinas passadas é o marxismo, porque é a que mais se reveste do caráter dogmático-religioso.

Sem serdes um teórico político, vossas meditações sobre as tarefas do Estado surgem, no entanto, ao longo de toda a vossa obra escrita. Convosco a França volta a ser um ponto de atenção e de atração para os que se preocupam com as questões do Estado. De vossa ação do homem de governo parece ficar provado que o Estado atuante e poderoso, desde que liberto das ideologias, não representa nenhuma opressão para o indivíduo. A morte da liberdade não vem da ação intervencionista do Estado, mas das ideologias totalitárias, ou dos processos ditatoriais dos governantes. Estados absenteístas no campo econômico e social são, ao mesmo tempo, inimigos da liberdade humana. Algumas vezes, mesmo, a omissão do Estado diante da in-

fluência de grupos econômicos privilegiados é retribuída pelo apoio destes aos regimes de força que mantêm sufocados os povos, a fim de que tais grupos respirem mais livremente.

Quando chegastes ao governo da França, depois da libertação, um de vossos primeiros cuidados foi o de estruturar um Estado que pudesse reprimir os abusos de alguns, em benefício da liberdade de todos. Eis as vossas próprias palavras, ao resumirdes os propósitos da vitória: "Fazer com que o interesse particular seja levado a ceder ao interesse geral; que os grandes recursos de riqueza comum sejam utilizados e dirigidos em benefício de todos; que as coalizões de interesses sejam abolidas para sempre e que, enfim, cada um dos filhos e das filhas da França possa viver, trabalhar e educar suas crianças em segurança e com dignidade". *(Palmas.)*

A função do Estado, nos países em desenvolvimento, como os da América Latina, se assemelha à que ele exerceu em países desenvolvidos como a França, a Inglaterra, a Alemanha, quando empenhados na tarefa de reconstrução, posterior à guerra. Nesses países, a ação planejadora e vigorosa do Estado permitiu a reconstrução e não comprometeu a liberdade. Vossa ação pessoal, pela consciência dos objetivos e pela grandeza da execução, é das mais marcantes neste processo de adaptação do Estado aos fins sociais, sem comprometimento das suas bases humanas. Humanismo não é sinônimo de individualismo. A evolução do individualismo para o humanismo constitui – não esqueçamos – a grande revolução da democracia dos Estados Unidos de hoje; aquilo que escritores daquele país já chamaram a "revolução americana".

Outras lições podem ser colhidas da vossa conduta, no campo da política externa. Demonstrastes que a afirmação nacional aumenta e não diminui a cooperação internacional. O mundo em que vivemos é ainda, e será por muito tempo, um mundo de nações. Assim, o valor da contribuição dos países à obra comum de garantir a paz e a segurança internacionais está na medida de sua colaboração consciente e não de sua abdicação irresponsável. *(Palmas.)*

O grande e malogrado Presidente Kennedy, chefe do mais poderoso Estado do mundo, deixou isso bem claro em memoráveis discursos.

Recentes acontecimentos no mundo comunista mostram que a autodeterminação dos povos leva de vencida as próprias resistências daquela doutrina fechada. Como, então, aceitar que ela possa ser desconhecida no mundo democrático?

A presença da França no mundo árabe e na África negra aumentou com a independência destes países, em vez de diminuir, porque é uma presença desejada e não imposta. Na Europa, depois de haverdes participado, vitoriosamente, nas duas maiores guerras da História, fostes também o artífice de uma paz que redime os erros de vários séculos.

Vindes percorrer, Senhor Presidente, grande parte da América Latina. Neste continente, como no velho cenário histórico do Mediterrâneo, o gênio latino impri-

miu a sua marca poderosa e conseguiu, através da cultura, dar expressão e síntese às influências de muitas raças e civilizações. Aqui, como no mundo mediterrâneo, a cultura latina fundiu em si mesma civilizações milenárias, povos indígenas bárbaros, raças exóticas, climas os mais diversos. Aqui, as mais variadas e estranhas línguas vão enriquecendo as línguas latinas, sem fazê-las desaparecer. Aqui também, por sobre as religiões e crendices mais diversas, a Igreja de Roma abre os braços imensos da sua Cruz. *(Palmas prolongadas.)*

É por tudo isso que amamos a França, filha mais velha e guia secular do mundo latino. Sabemos que a França nos compreende, e a América Latina precisa tanto de compreensão como de auxílio; ou melhor, o auxílio verdadeiro não é um ato de caridade, mas um esforço de compreensão. *(Palmas prolongadas.)*

O Brasil é o mais completo exemplo desta integração das diferentes culturas e civilizações no estuário da civilização e da cultura latinas. Por isso mesmo, nenhum outro país do continente está mais ligado ao vosso do que o Brasil.

O Brasil, Senhor Presidente, ainda não é uma grande potência, mas já é um grande país. Em nós, a cultura latina predomina com sua profunda força disciplinadora, força cuja claridade e leveza é, às vezes, erroneamente confundida com superficialidade e anarquia.

Nós reunimos, na nossa formação social e política, heranças ameríndis, asiáticas e africanas. Esta formação histórica, para a qual contribuíram tantos elementos mundiais, determinou o conteúdo universalista do nosso espírito americano. Como país da América, o Brasil sabe que o seu destino está ligado ao do continente. Mas em nós a solidariedade continental não contraria nem a consciência da latinidade, nem a vocação para o universal. (*Palmas.*) Daí a importância que atribuímos ao revigoramento das nossas relações com a França, país universal por excelência. Vossos grandes escritores e artistas são, para nós, como se nossos fossem. Sofremos vossas derrotas; exaltamo-nos com as vossas vitórias.

Senhor Presidente, nas vossas *Memórias de Guerra,* ao relembrardes vossa visita ao campo de batalha da gloriosa Força Expedicionária Brasileira, naquele momento excitante em que a liberdade renascia no solo latino da França e da Itália, fixastes a declaração de apego à França, feita pelo comandante brasileiro, e acentuastes literalmente: "Eram palavras que adoçavam muitas feridas".

Senhor Presidente Charles de Gaulle, em vós o Brasil saúda a França. Que nossas bandeiras alçadas possam seguir juntas, em busca de um futuro no qual todos os povos livres sejam prósperos, mas todos os povos prósperos sejam livres; os estados soberanos sejam pacíficos; as ideologias e fanatismo, cedam passo à razão política e as raças convivam sem se odiar. Um mundo digno da vocação do Brasil; digno do pensamento, que nos veio de França, e da fé, que nos veio de Roma. *(Palmas prolongadas.)*

Homenagem a Winston Churchill

11-2-1965

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, pude testemunhar, como V. Exª, pois ambos nos encontrávamos na Europa, há poucos dias, o que foi a atmosfera de compunção, de ternura, quase poderia dizer de orgulho, com que o velho mundo assistiu ao lento apagar da vida admirável de Winston Churchill.

Na França, onde me encontrava, não só o Presidente de Gaulle, com quem ele teve tantos ásperos choques no decorrer da última conflagração mundial, mas o povo de rua, as elites intelectuais, toda a gente, enfim, manifestava, não um sentimento de desconforto ou de tristeza ao seguir a fatal marcha da moléstia que o afastava da vida, mas, ao contrário, uma espécie de tranqüilidade íntima, uma espécie de sensação de plenitude, como aquela que, invariavelmente, se apossa do observador que contempla o espetáculo empolgante do pôr do sol.

Foi exatamente uma espécie de glorioso poente a descida do velho leão das liberdades britânicas para o horizonte da eternidade.

Foi nesse momento em que ele penetrava na treva que, como acontece com o astro solar, a radiação da sua luz mais vigorosa se tornou e – como que à imagem da sua grandeza – mais empolgante se apresentou aos olhos deslumbrados de todo o continente.

Tivemos o privilégio, Sr. Presidente, de viver na época churchilliana. Pudemos assistir, com ele e através dele, àquela repetição, não monótona, porque milagrosa, da fecundidade histórica, capaz de criar, de amoldar e de revelar os grandes líderes e as personalidades excepcionais nos momentos em que as crises nacionais e internacionais exigem a presença de figuras como a dele.

A sua vida, embora grande, teria sido, se não frustrada, talvez nem mesmo incompleta, mas irrevelada, se não tivesse ocorrido a circunstância da imperiosa necessidade da sua afirmação de liderança. De resto, um dos maiores ensaístas da sua nação, que foi Carlyle, no seu famoso livro sobre os heróis, chama exatamente a atenção para esse aspecto singular do destino estelar dos homens de exceção, que é a circunstância do seu aparecimento e da sua rutilação, no ambiente e no firmamento da História, precisamente no momento em que parece que os povos se engolfam na decadência. A grande revelação da liderança não é o seu surgimento nos momentos de plenitude e de grandeza, mas, ao contrário, o seu aparecimento nos momentos de dúvida, de perplexidade e de decadência.

Churchill, como muitos outros do seu povo, era aparentemente a negação daqueles atributos que constituem a fórmula estereotipada do caráter inglês.

Já se tem dito e repetido que os maiores cidadãos, que as maiores expressões da cultura e da vitalidade da Inglaterra se revelam, aparentemente, com os atributos contrários à medianidade das qualidades de seu povo.

Num povo silencioso, ele era o extrovertido; num povo criterioso, equilibrado, amigo das fórmulas, ele era o impulsivo, o desobediente e o imprevisível; num povo amigo das tradições – e ele o era – a prática que ele exprimia das tradições era sempre através de uma forma de renovação. A tradição para ele era apenas a base de autoridade e de cultura, através da qual ele se lançava nos caminhos do desconhecido. Num povo amigo das contas certas, contrário aos imprevistos e às aventuras, ele era o homem que mudava de partidos, que descumpria aparentes compromissos e que andava à caça de novas perspectivas e de novas possibilidades.

Mas é que, Sr. Presidente, os homens de exceção, que se manifestam em momentos de exceção, muitas vezes podem dar esta aparência de desconformidade com os traços fundamentais da sua própria raça. Na verdade, o que eles exprimem são aqueles elementos que jazem no substrato das culturas e que vivem na profundidade da alma popular, elementos que a rotina da vida muitas vezes apaga e esmaece, mas que a presença das crises faz deflagrar numa irrupção de violência e de temeridade.

Nós verificamos que aquela aparência de conformismo, de tranqüilidade e de ordem, que todo mundo encontrava como sendo a característica essencial do povo inglês, desapareceu durante a guerra, e aquele povo, que Bernard Shaw dizia que resistiu ao perigo porque não chegou a entendê-lo, de fato revelou-se capaz de impulsos, de uma certa virgindade, de um certo prazer e alegria no risco, que é o supremo desafio diante da morte.

Porque, Sr. Presidente, para enfrentar como eles, os ingleses – e cada um daqueles ingleses era um pequeno Churchill – os momentos da *blitzkrieg* alemã, como enfrentaram, com desassombro e indiferença, a morte, como ele e seus governados o faziam, era preciso ter um profundo amor à vida. Só quem ama a vida profundamente enfrenta, como eles o fizeram, a morte com altivez e desassombro.

Mas, no improvisado desta exposição ou destas reflexões, eu queria salientar outro aspecto, que me parece deva merecer a atenção dos meus ilustres pares, na personalidade de Winston Churchill, que é o vigor das elites.

Georges Clemenceau representou também isto: ele foi, no poder, a expressão da elite burguesa da terceira República, na primeira guerra mundial.

O grande analista do panorama mundial daquela época, que foi Leon Trotsky, ao combater, em um dos seus livros, a pequenez e a estreiteza de observação dos dirigentes da União Soviética, chamava a atenção para a incapacidade que eles tinham de compreender a força e a grandeza que subsistiam no seio da classe burguesa. E então mostrava que, em toda a primeira guerra, a personalidade mais vigorosa que se revelou no panorama europeu foi a de um burguês: Georges Clemenceau. E toda esta idéia de classe decadente desapareceu, como por encanto, diante daquela figura pétrea – não pétrea, porque era ágil e agressiva –, daquela figura, vamos dizer, entre terna e ameaçadora, daquele que foi chamado "Tigre".

Mas o que representa, na Inglaterra, a tradição das elites não é a cultura nem a civilização burguesa: é, ao contrário, a cultura e a civilização aristocrática. Churchill

representava, no seio do povo inglês, aquela tradição de aristocracia que corresponderia na França à tradição burguesa da terceira República, expressa em Clemenceau.

Um grande escritor, meio francês e meio inglês, que é Hilaire Belloc, num livro curioso chamado *Contribuição ao Entendimento da Inglaterra,* diz ironicamente, é claro, que o povo inglês não apenas se conforma, mas estima ser dominado por uma aristocracia.

O caso de Winston Churchill é precisamente esse. Figura tradicional do aristocrata, representou o que existe de mais sólido e substancial na cultura daquele país, porque o espírito aristocrático, o espírito da elite aristocrática, tal como se apresentava nesse grande homem do século, está muito mais perto do povo do que o arrivismo dos bem sucedidos de primeira geração.

No caso dele, toda aquela glória ancestral que vinha do seu antepassado, o Duque de Marlborough, aquele nascimento em um castelo forte, aquela educação nas universidades privilegiadas dos filhos das grandes famílias, aquela situação parlamentar que se conquistava muito mais no berço do que no voto, filho que foi de um grande parlamentar e neto de outros que perpassaram e ilustraram a Câmara dos Comuns, tudo isso fazia com que desaguasse e convergisse na personalidade de Winston Churchill aquela marca profunda e vivaz, imorredoura, da importância das elites, que se manifestou, na França, através do intelectualismo burguês e, na Inglaterra, através do ímpeto e da resistência aristocrática.

Ele não chegou a realizar uma carreira – e aliás, sempre nos períodos de afastamento da atividade política dominante, nos períodos em que, embora parlamentar, ele se mantinha afastado dos círculos governativos, em numerosas ocasiões que poderiam ser relembradas de discursos seus, estabelecia uma diferença muito nítida entre a carreira política e o destino político. A carreira é uma sucessão monótona e ascensional de postos; o destino é o imprevisível encontro do político com a História, que se pode dar e que pode não se dar. No caso dele, deu-se.

E eu suspeito, Sr. Presidente, que no momento mais dramático da sua vida – que foi o momento mais terrível da vida de seu povo e um dos instantes cruciais da História do ocidente – nunca ele terá sido mais feliz, com aquela segurança de que se encontrara com o seu destino.

A morte era, para ele, provavelmente, naqueles dias, um acidente complementar de uma realização que tinha sido atingida. E já naquela ocasião – e eu me lembro que li isso em um dos jornais que se ocuparam do seu falecimento, nos dias que a ele se seguiram –, já naquela ocasião ele tinha tanta segurança de ter realizado seu destino histórico, que tomou as mais minuciosas providências para que seu enterro fosse um espetáculo universal. Chegou a dizer que exigia *a lot of soldiers and bands,* quer dizer, uma multidão de soldados e de músicos.

Saindo – como saiu – da terra dos seus ancestrais, florindo e frutificando como uma das grandes árvores dos bosques da sua Inglaterra, ele, entretanto, possuía também aquele traço peculiar das figuras de destino histórico, que é uma visão humanista do seu tempo.

Profundamente inglês, inglês até a medula dos ossos, inglês até os desvãos mais recônditos do seu pensamento e da sua sensibilidade, apesar disto, ou talvez por isto mesmo, ele fosse o homem mais sensível a uma visão global do mundo.

O nosso Castro Alves, num dos mais belos versos da sua musa estentórica, dizia que "a Inglaterra é um navio que Deus na Mancha ancorou". Geograficamente talvez isto se possa conceber, mas, historicamente, a Inglaterra não é um navio ancorado. A Inglaterra é um navio largado pelos mares do mundo, e Churchill era bem o tripulante desse navio solto pelos oceanos de todos os quadrantes da Terra; isto é, era o homem capaz de – sem sair daquele círculo nacional em que se comprazia, e de que era produto sublimado – sentir, entretanto, as influências da realidade universal. Não apenas a material, mas também a espiritual e a cultural, de todos os povos e de todos os recantos da Terra.

Por esta razão, Churchill foi o que se poderia chamar, no nosso século, um verdadeiro humanista. Humanista não no sentido que a palavra tinha no Renascimento, isto é, de homem voltado para os estudos humanos, do homem que abandonava o misticismo religioso da Idade Média para se integrar no reinado da natureza e na observação de seus semelhantes. Não é neste sentido propriamente que Churchill foi um humanista. Ele o foi no sentido de que nada do que era grande no homem escapava à sua ternura, à sua percepção e até à sua participação. Com os defeitos que todos conhecemos, com as contradições que lhe foram tantas vezes apontadas, entretanto, o que havia de grande no homem encontrava-se nele em qualidades e em quantidades conspícuas.

O domínio da palavra: hoje, fala-se no estilo churchilliano como sendo uma forma de renovação da língua inglesa. Mas não era apenas o domínio da palavra escrita, em que ele se manifestou, principalmente, no seu livro sobre a história dos povos de língua inglesa. Ao escrever a história da Inglaterra, o título que ele dá a esse livro é *História dos Povos de Língua Inglesa.*

É fundamental para ele a linguagem, o idioma como expressão de uma afirmação nacional; mas também o é a palavra falada. Grande foi a sua luta para a conquista da mestria na tribuna; luta parecida com a de um seu antepassado na oratória – a de Demóstenes: as dificuldades, a impossibilidade dele de pronunciar certas letras, o gaguejar, que é uma prova da elegância britânica. Não há grande orador inglês que não gagueje. Um orador que tenha linguagem escorreita de expressão é considerado homem de mau gosto, quase de má educação. Mas, essa capacidade que ele teve de renovar a oratória, utilizando um processo de que nunca se afastou, qual seja o de fazer convergir a atenção do seu auditório – auditório que foi crescendo desde a comunidade restrita do seu burgo até as audiências de milhões de homens, através da televisão e do rádio, no fim da sua vida –, era o de concentrar a atenção, a emoção e o interesse do auditório em três ou quatro sentenças lapidares. Verdadeiramente lapidares, porque ele as utilizava, não apenas como lápides, mas como pedras que atirava sobre a sensibilidade dos ouvintes. E em torno dessas três ou quatro frases construía, então, monumentos de entusiasmo, de emoção e de vigor.

O amor pelas artes plásticas, que aqui foi tão bem salientado pelo nosso ilustre companheiro representante do Ro Grande do Sul, bem titulado para falar sobre este assunto.

O conhecimento, não teórico, mas prático, da teoria política. A nutrição, a impregnação do ambiente histórico e o sentimento da grandeza. Porque, Sr. Presidente, para que um país possa sobreviver nos momentos de crise, é indispensável que seus dirigentes tenham sentimento da grandeza, a convicção e a confiança na sua grandeza.

Um grão de desconforto, de descrença ou de pessimismo pode arrastar uma geração capaz de se redimir às catástrofes mais terríveis, que era precisamente o que acontecia com a Inglaterra, que não tinha um veículo de expressão antes da chegada de Churchill ao poder, porque seu antecessor não tinha o sentimento de grandeza; seu antecessor tinha uma das piores qualidades que podem ornar ou habitar no espírito de um homem público nos momentos de crise, que é o chamado bom senso. O bom senso é um risco terrível nas horas insensatas.

Então, para que se possa sobreviver, para que se possa sublimar e dominar as catástrofes que não são baseadas na lógica nem no bom senso, não é o bom senso que prevalece, mas o sentimento de grandeza, a capacidade de enfrentar o desconhecido e de criar o desconhecido pela sua própria ação. Foi o que ele fez. Ele não saberia nunca o que poderia acontecer uma semana depois; só saberia uma coisa: é que a sua resistência estaria na medida do desconhecido e, portanto, a sua resistência não se poderia pautar por nenhum dos elementos habituais que são tomados em consideração para se enfrentar uma resistência conhecida. Então, a resistência dele tinha que ser de resultado aventuroso. E por esse espírito de grandeza, essa capacidade de discernir, de distinguir na visão do seu povo a resposta a este ímpeto e grandeza, é que se pode dizer que Churchill nunca perdeu a poesia, a sua capacidade poética de imaginar e criar. Grande orador, grande prosador, medíocre pintor – embora com sensibilidade para as artes plásticas, mas um grande poeta da ação, quer dizer, poeta no sentido grego, no sentido daqueles que do espírito tiram a realidade e que interpretam a vida, saindo do incognoscível. Isso foi, a meu ver, o segredo da sua vitória. Este foi o segredo da segurança e da exatidão com que ele exprimiu o que estava no íntimo de cada homem e de cada mulher da Inglaterra, a ponto de se poder repetir o que foi dito certa vez a propósito de Napoleão: que cada um daqueles era um pequeno Churchill.

Sr. Presidente, estamos atravessando no mundo uma fase melancólica que poderíamos chamar o crepúsculo dos heróis, talvez o crepúsculo dos deuses: a morte de Kennedy, a morte de João XXIII, a morte de Churchill e, até certo ponto, a morte de Stalin, que representou uma forma de liderança individual apesar de toda a sua brutalidade, cegueira e sectarismo.

O desaparecimento dessas figuras excepcionais pode demonstrar não apenas que a humanidade se esgotou no parto desses gigantes, ao fazer surgir, numa só geração, figuras tão eminentes. Mas pode significar, queira Deus seja verdade, o início da transição, de uma fase cinzenta, em que os grandes esmaecem,

mas que a História conheça acalmias e não precise usar o forceps da necessidade para arrancar esses nascituros dramáticos, esses nascituros da tempestade e da violência.

Nós, que assistimos ao fim, ao crepúsculo desses heróis dos nossos dias, nos últimos anos, não poderemos ter uma noção exata dos nossos deveres de representantes democráticos se não conservarmos bem vivos o valor dos seus exemplos e o respeito pelas suas memórias, porque, no Brasil e no mundo, é através das grandes figuras que as crises são dominadas. E aqui está Rui Barbosa (*o orador aponta o busto*), cuja admirável trajetória de luta, cuja estupenda vida de criação e de combate precisa ser, neste instante, excepcionalmente reverenciada, por nós que temos a certeza de que a confiança nos heróis, a crença nos grandes homens, é uma condição indispensável à sobrevivência dos povos. Os povos não sobrevivem por si mesmos; os povos sobrevivem na medida em que eles encontram grandes figuras humanas, expressões para os seus entusiasmos, para as suas esperanças, para as suas decepções e as suas cóleras.

Churchill, num determinado momento – como bem disse um dos meus ilustres colegas –, com o humanismo e capacidade de se projetar acima da sua terra, do seu povo e do seu tempo, exprimiu aquilo que havia de melhor em todos nós. Ele impediu que fossemos dominados pelo pânico; ele não consentiu em que nos curvássemos à disciplina da concordância, na aceitação do inevitável; ele, velho como era, pregou à juventude a revolta; ele nos conduziu, com um facho que iluminava, os caminhos do desconhecido. E ele foi, em certo momento, Sr. Presidente, o pai de todos nós, o pai da liberdade humana. *(Muito bem! Palmas.)*

Acordo sobre Garantia de Investimentos Brasil-EUA

30-4-1965

O SR. AFONSO ARINOS – (*Lê o seguinte discurso*) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, acompanhado da competente mensagem justificativa, o Exm.º Sr. Presidente da República enviou ao Congresso Nacional o texto de um acordo assinado pelos Governos do Brasil e dos Estados Unidos, sob o título Acordo sobre Garantia de Investimento entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América.

Esse ato internacional, pela sua importância imediata e conseqüências futuras, vem despertando justamente a atenção de representantes dos dois ramos do nosso Poder Legislativo, tendo sido, mesmo antes da chegada da mensagem presidencial ao Congresso, objeto de manifestações da tribuna e de requerimentos de informações nas duas casas. Esse movimento de atenção é perfeitamente justificável, não apenas pela já referida importância da matéria, como, também, pela sua novidade, nas nossas práticas internacionais.

Antes de entrarmos na apreciação direta do texto e das suas implicações, é oportuno que recordemos, em breves palavras, o essencial sobre as causas determinantes dessa modalidade, relativamente nova, de acordos internacionais de caráter bilateral.

Motivação dos acordos

Não há dúvida de que, no sistema atual de relações entre os estados democráticos, os acordos de garantia de investimentos se fundam em motivos válidos, de natureza política e econômica, e constituem, atualmente, um dos elementos necessários ao progresso de certos povos, bem como um valioso instrumento diplomático e jurídico para o aumento do intercâmbio econômico mundial e para a regularização da vida internacional.

Esses acordos decorrem de certas convicções, impostas pela experiência internacional recente, convicções tanto de ordem política quanto econômica.

Na moderna comunidade internacional, as aspirações de paz e de primado do direito sobre a força estão vinculadas a certas condições objetivas, entre as quais a de independência dos povos, seja por meio da liquidação do colonialismo, seja através da autêntica autodeterminação daqueles já libertos da opressão colonial e, também, a condição de desenvolvimento econômico, que é o indispensável complemento social da independência política.

O fato político da liquidação do colonialismo, por si só, não contribuiria para a paz mundial, se não fosse correspondido, no plano econômico, pelo desenvolvimento de todos os países em condições pouco satisfatórias de progresso, pertençam ou não ao grupo de colônias recentes.

Os estados mais poderosos e com maiores responsabilidades na manutenção da paz e na consolidação do direito sentem-se, hoje, levados a um esforço de cooperação, seja direta, seja por intermédio das Nações Unidas, em favor do desenvolvimento dos povos mais atrasados.

Não precisamos insistir, aqui, nesta observação óbvia, nem é necessário que examinemos, com pormenores, as diversas modalidades que vem assumindo a colaboração de certos estados no desenvolvimento de outros, em todo o mundo, quer em acordos bilaterais, quer em ação conjunta, pelos órgãos competentes das Nações Unidas.

As modalidades variam muito, em função de diversos fatores, desde o tipo de organização política dos estados em questão, até o gênero de colaboração levada a efeito.

Nas relações entre povos cuja organização econômica é fundada, de um lado, na iniciativa privada, e, de outro, na ação corretiva e estimulante do estado, a cooperação econômica dos países mais poderosos para com os que o são menos deve acompanhar aqueles mesmos elementos básicos, ou seja, deve pressupor a ação

consciente dos estados no sentido de estimular a iniciativa privada e de corrigir suas deficiências e distorções.

O Acordo sobre Garantias assinado entre o Brasil e os Estados Unidos constitui, exatamente, ato representativo dessa função do Estado, de orientar e controlar a ação da iniciativa privada no campo da cooperação econômica internacional. Integra-se, assim, no sistema de instrumentos com que o Direito Internacional contemporâneo estimula, entre países que participam de um certo tipo de organização econômica, os esforços em prol da paz e do progresso entre todos os povos.

A razão de ser desses acordos se funda no fato de que, em alguns países, a deficiência de capital e o intenso aumento populacional fazem com que as diversas formas de poupança interna – seja a inversão direta da poupança individual, seja a sua inversão indireta por meio do crédito bancário ou outros sistemas de financiamento, seja a aplicação dos lucros das empresas – sejam sempre insuficientes para atender às necessidades do desenvolvimento. No Brasil esta situação ainda se complica em virtude da inflação, que leva os recursos provenientes da poupança nacional a exigirem altas taxas de juros na sua aplicação, encarecendo desmesuradamente, e, portanto, entravando a produção e o desenvolvimento.

Assim, o fluxo de capital estrangeiro se torna elemento benéfico e necessário ao desenvolvimento nacional. Quando esse capital estrangeiro é público, e funciona por meio de empréstimos e financiamentos de governo a governo, ou através da intervenção de organizações paraestatais, não são necessários acordos sobre garantias. Quando se trata, porém, de regular a atividade de capitais privados, os Estados Unidos, que são, hoje, a sua principal fonte, têm considerado conveniente a aplicação de tais acordos. Não parece que, em princípio, o Brasil deva opor-se a esses instrumentos, uma vez que eles representam uma condição do, para nós, necessário investimento estrangeiro.

Condições de adaptação

Toda a questão está em que, de um lado, os Estados Unidos, por motivos compreensíveis, tendem à uniformização do sistema de acordos que assinam com diferentes governos, uniformização que facilita enormemente a ação do governo americano na execução dos ditos acordos, mas, de outro lado, países como o Brasil não os podem aceitar sem uma prévia adaptação dos seus textos às condições nacionais.

Estas condições nacionais dizem respeito, basicamente, aos interesses econômicos e à organização jurídica do nosso país.

Tendo estudado o texto do Acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, e submetido pelo Sr. Presidente da República à apreciação do Congresso, pretendo ressaltar alguns pontos em que, na minha opinião, ele carece de certas adaptações às condições nacionais.

Interesses econômicos

Em termos gerais, parece-me que os interesses econômicos do Brasil ficaram satisfatoriamente atendidos no Acordo. Pelo art. I ficou estipulado que cada investimento a ser coberto por acordo seja objeto de estudo do governo brasileiro, que examinará a sua conveniência quanto ao nosso desenvolvimento. E o art. II determina que o investimento será garantido depois de aprovado pelo nosso governo.

Estes dois artigos contêm os dispositivos substanciais do Acordo, do ponto de vista econômico, e são, como se vê, satisfatórios. Atendem, a um só tempo, às conveniências do investidor, que tem a garantia do seu próprio governo reconhecida pelo nosso, e atendem aos interesses do desenvolvimento econômico brasileiro, nos termos já referidos no início deste discurso.

Os arts. III, IV e V do Acordo contêm disposições de caráter mais processual, em geral aceitáveis. Não me deterei sobre eles, para não me alongar demasiadamente.

Não sendo economista, não irei, no exame do ato submetido à nossa decisão, além dos aspectos econômicos gerais abordados aqui, e que, na minha opinião, merecem o apoio do Senado.

Desejo, entretanto, examinar agora os aspectos jurídicos, e, neste terreno, indicar a necessidade de certas adaptações à nossa organização constitucional.

Proteção diplomática

Dois são os aspectos jurídicos mais importantes que desejo salientar. Um é o da proteção diplomática do capital estrangeiro e outro é o do recurso ao arbitramento internacional por motivo de denegação da justiça. Tratemos do primeiro. A proteção diplomática é, por assim dizer, inerente a todo o mecanismo do Acordo. O Acordo é, no fundo, um seguro instituído a favor do investidor privado, com a peculiaridade de que, quando se torna necessário executar o contrato de seguro, os direitos do seguro ficam sub-rogados no governo dos Estados Unidos. Esta sub-rogação, que é, como disse há pouco, inerente a todo o mecanismo do Acordo, fica expressamente estabelecida nos arts. II e V.

Os direitos do investidor privado, uma vez sub-rogados no governo dos Estados Unidos, só podem ser defendidos por este, junto ao governo do Brasil, por via diplomática. Quaisquer que sejam as instituições intermediárias usadas pelos Estados Unidos para representar os direitos sub-rogados, elas só poderão se dirigir ao governo do Brasil, que é o outro signatário do acordo, por meio dos canais diplomáticos. Por isto é indubitável que o capital estrangeiro protegido pela garantia, quando esta garantia tiver de funcionar, passará a desfrutar da proteção diplomática. Porque o que ficou sub-rogado ao governo americano foi o exercício do direito de garantia do capital. Este, porém, continua a ser o mesmo capital privado estrangeiro, defendido agora, em caso especial, pela proteção diplomática do governo americano. Creio que não pode haver dúvidas a este respeito.

O art. 153 e seu § 1º, da Constituição Federal, dispõem que o aproveitamento dos recursos minerais e da energia hidráulica será exercido exclusivamente por brasileiros ou por sociedades organizadas no país. É conhecido o sentido jurídico desta expressão "sociedade organizada no país". Significa que, para funcionar no Brasil, além de serem constituídas de acordo com as leis brasileiras, as referidas sociedades devem também ser nacionais, ter a sua sede e administração no país, não ser, em suma, agências internacionais, que possam reclamar proteção diplomática. Este último aspecto, o da não-ingerência da proteção diplomática, faz parte da interpretação da expressão, segundo os constitucionalistas. Claro é que não se pode obstar a que o representante diplomático de um país estrangeiro se esforce para defender os interesses daqueles indivíduos de sua nacionalidade que sejam sócios de uma sociedade organizada no Brasil. A nossa Constituição estabeleceu clara diferença entre as sociedades brasileiras que tenham sócios estrangeiros, como as referidas no art. 153, e outras que, além de serem brasileiras, só podem ter, também, sócios brasileiros, como, por exemplo, os jornais e as empresas de rádio. Esta exigência pode ser também feita por lei ordinária, como no caso da Petrobrás. Quando há sócios estrangeiros, a proteção diplomática se restringe a eles, no exercício do direito que tem todo Estado de proteger seus nacionais no exterior. O que não se admite, de acordo com o direito brasileiro, é a proteção diplomática estrangeira para a empresa organizada no Brasil, ainda que de sócios estrangeiros, a proteção diplomática para os seus negócios, as suas atividades empresariais. Esta a diferença fundamental. Assim, o primeiro aspecto jurídico que nos compete ressaltar é que o acordo de garantia não pode abranger os capitais estrangeiros, como tais, porventura aplicados nas sociedades referidas no art. 153 da Constituição, ou seja, nas empresas de mineração e de eletricidade. Não pode porque a Constituição se sobrepõe aos tratados, acordo com o Direito Constitucional brasileiro e, também, com as correntes dominantes do Direito Internacional, inclusive nos Estados Unidos.

O Sr. Mem de Sá – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Mem de Sá – Mas, neste caso, o governo brasileiro não poderá concordar com investimentos nesses dois setores.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª acaba exatamente de antecipar o que vou ler.

(Retomando a leitura.)

Esta ressalva jurídica não implica em qualquer modificação no texto do acordo. É, apenas, um esclarecimento necessário, para uso do Poder Executivo. O governo brasileiro deve ficar advertido de que não pode, nos casos concretos, permitir a extensão das garantias a capitais americanos investidos em energia elétrica ou em

mineração, em virtude de vedação constitucional, porque a garantia resulta em proteção diplomática que a Constituição não aceita.

Vê o nobre Senador Mem de Sá que minha conclusão é exatamente aquela que S. Exª havia enunciado.

O Sr. Vasconcelos Torres – V. Exª permite um aparte? (*Assentimento do orador.*) V. Exª trata do assunto com a categoria indiscutível...

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado.

O Sr. Vasconcelos Torres – ... do conhecedor e do jurista consagrado em todo o país, e do colega admirado por todo o Senado e por todo o Congresso.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª é muito generoso. Agradeço as suas amabilidades.

O Sr. Vasconcelos Torres – Está V. Exª chamando a atenção prévia para um fato que seremos conclamados, dentro em breve, a examinar e sobre que, sem o passionalismo que muitas vezes caracteriza aqueles que não entram bem no assunto e só o examinam perfunctoriamente, V. Exª, neste instante, faz uma análise fria, correta, sensata e jurídica. Entendo, de minha parte, que um acordo dessa natureza está revestido daquele cálculo de risco, o risco que esses investidores – não quero classificá-los apenas como americanos – internacionais têm que correr. Porque, desgraçadamente, nesta conturbada América Latina, nesta parte do nosso continente americano, aquele que, com seu suor, conseguiu alguma coisa e que depois pretende um lucro moral, um lucro, dentro do moderno conceito econômico, racional, não pode perder tudo que conseguiu num país com estabilidade democrática, vendo-se totalmente perdido por essas revoluções semanais, mensais e anuais que ocorrem nesses países. Quero dizer que ouço V. Exª, não como colega, e sim como discípulo porque, na verdade, homens como V. Exª dignificam o Senado pela sapiência, pela cultura jurídica acumulada e, no seu caso, por ter sido ainda – permita-me dizê-lo, eu que não sou do elogio fácil e sim do ataque – um dos melhores Ministros das Relações Exteriores que o Brasil teve, em todos os tempos. A exposição de V. Exª faz com que todos nós examinemos estes acordos correlatos com aquela isenção que deve marcar o voto de cada representante do povo, em matéria dessa natureza. Peço permissão ao meu eminente colega – fico constrangido de chamá-lo de colega, preferiria chamá-lo de mestre – para congratular-me com V. Exª pela exposição que faz, pois em matéria dessa natureza não deve prevalecer a paixão, ou a idiossincrasia. Tais assuntos devem ser tratados com base no Direito Internacional. O que me está impressionando, realmente, no seu discurso, é a garantia do investimento. Permita-me terminar dando-lhe parabéns por estar tratando tão objetivamente dessa matéria. V. Exª é insuspeito para fazê-lo, porque nesta casa e nos postos executivos que tem ocupado, sempre esteve, está e estará a serviço do Brasil.

O Sr. José Ermírio – Permite o nobre orador um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Já o concederei. Peço, apenas, permissão para responder ao aparte com que me honrou o nobre Senador Vasconcelos Torres.

Pessoalmente, estou habituado às generosidades e às amabilidades reiteradas do meu ilustre companheiro, representante do Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, quero salientar que, hoje, S. Exª excedeu-se a si mesmo nas suas manifestações para com seu humilde colega. Desejo, também, reiterar aqui a opinião que manifestou a respeito do tom que venho imprimindo ao meu discurso. De fato, foi minha intenção calculada não introduzir no seu texto nem a ênfase oratória, nem a conotação política, nem a preocupação teórica ou acadêmica, mas fazer, como o nosso ilustre companheiro bem observou, uma exposição exclusivamente objetiva, factual e técnica, a fim de poder alicerçar as conclusões a que vou chegar, sobretudo porque elas culminam em uma sugestão que terei a honra de formular perante o Senado, sugestão que, evidentemente, deve estar acima das divisões partidárias e das dissensões ideológicas. Sugerirei a adoção de uma fórmula restritiva que corresponda à melhor técnica do Direito Internacional e que o Senado, assim o espero, examinará apenas no seu mérito, isto é, na sua conveniência, na sua utilidade, despreocupado, como disse, de qualquer apreciação, seja partidária, seja ideológica.

Com esta explicação, que corrobora com o aparte que, mais uma vez, agradeço profundamente, do meu ilustre colega, justifico o tema do meu discurso.

Concedo, com muito prazer, o aparte que me foi solicitado pelo eminente colega, Senador José Ermírio.

O Sr. José Ermírio – Ilustre Senador Afonso Arinos, estamos prestando a máxima atenção à exposição de V. Exª Entretanto, a experiência, no Brasil, que não é de hoje, aconselha-nos um estudo profundo da cláusula IX – a mais importante do Acordo – que diz o seguinte, segundo tenho de memória: "Seis meses antes, podem ser denunciados por qualquer dos países, porém os acordos assinados terão a vigência, no mínimo, de vinte anos." Ilustre Senador Afonso Arinos, sabemos que o capital estrangeiro, geralmente, quer regressar ao seu país com rapidez. No Brasil, a média é de cinco anos.

O Sr. Mem de Sá – Cinco anos! Não é exato. É afirmação completamente falsa!

O Sr. José Ermírio – Tenho muitos dados, Senador Mem de Sá, a respeito desses pormenores. Mantenho o que disse, nobre Senador. Em segundo lugar, em um país que dá seis meses de garantia – o que considero justo –, durante esses seis meses haverá uma enxurrada de projetos que terão, no mínimo, vinte anos de garantia. O México, por exemplo, país que mais progride na América Latina, hoje não dá garantia alguma. Gostaria que V. Exª, homem estudioso e que tem na mente a verdadeira função jurídica do Senado, examinasse com cuidado essa garantia excessiva que parece estar consubstanciada na cláusula IX.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado ao nobre Senador José Ermírio. Nos termos da sua inclinação intelectual e experiência cultural, observo que V. Exª inclina-se para o exame dos aspectos econômicos do tratado, o que não poderia fazer com a competência e a experiência de V. Exª Sem me propor a responder diretamente à sua argüição, à sua objeção, tomarei a liberdade de solicitar manifeste V. Exª seu ponto de vista de forma mais extensa, em discurso oportuno sobre a matéria. Isto porque me cinjo àquele limite e possibilidades que as minhas qualificações profissionais permitem. Neste sentido, vou prosseguir na análise do instrumento, a fim de contribuir, na parte que me é possível, para o aprimoramento jurídico do Acordo. Mais que isso, sugiro a única maneira pela qual, a meu ver, ele poderá transitar pelo Legislativo sem a pecha de inconstitucionalidade, evitando, em conseqüência, venha a ser fulminado pelo Poder Judiciário em qualquer convocação de que este Poder seja objeto.

Prossigo, Sr. Presidente, na leitura do meu discurso:

(*Lendo.*)

Arbitramento e denegação de justiça

Chegamos agora ao ponto em que o exame do acordo deve impor ao Senado, na minha opinião, a adoção de uma ressalva expressa na votação do tratado que nos é submetido.

Refiro-me às disposições sobre recurso ao arbitramento internacional, em caso da denegação de justiça. Em resumo, essas disposições são as seguintes: quando houver divergências entre os dois governos sobre a interpretação do tratado, e não sendo elas resolvidas por negociação direta, qualquer dos dois governos poderá recorrer a arbitragem, que será regulada pelo Tratado Geral de Arbitramento de 1929. Também serão submetidas ao mesmo processo de arbitramento, a pedido de um dos governos signatários, as reivindicações dos investidores particulares que possam constituir matéria de Direito Internacional. Além disso, os interesses dos investidores privados que não constituem matéria de Direito Internacional, portanto os interesses dos investidores privados americanos que se exerçam exclusivamente em função da legislação interna brasileira, podem, também, pelo acordo, ser submetidos a arbitramento internacional, nos casos em que haja denegação de justiça (Artigo VI).

Aqui, permito-me fazer uma ligeira digressão no texto da minha leitura, para colocar, perante o Senado, da forma mais explícita, este problema, que talvez não tenha ficado bem exposto na maneira por que o abordei por escrito.

O Acordo prevê três hipóteses de arbitramento. A primeira hipótese, no caso de necessidade de uma acomodação de divergências entre os dois governos signatários, divergências que não cheguem a bom termo através de negociações diretas. Essas divergências entre os dois governos, sobre matéria do Acordo, são submetidas a arbitramento. Isto está perfeitamente enquadrado nos termos da nossa tradição, inclusive constitucional, porque, como é sabido, o nosso país, desde a Constituição de

1891, exprime a sua adesão ao princípio do arbitramento como solução para litígios pacíficos entre o Brasil e qualquer outra potência do mundo. A tendência para o arbitramento, num caso de controvérsia entre dois governos, corresponde precisamente à nossa tradição.

A segunda hipótese de arbitramento é aquela pela qual será submetida à jurisdição arbitral internacional uma questão suscitada já pela prática do Acordo, não mais por divergência entre dois governos. A prática do Acordo pode suscitar um ponto de Direito Internacional. E qual seria esse ponto? É imprevisível. Mas é explícito que é um ponto de Direito Internacional. Neste caso, o apelo ao arbitramento é também um recurso perfeitamente compatível com a tradição brasileira, em matéria de arbitramento.

O Sr. Mem de Sá – No caso, seria entre o Brasil e os Estados Unidos. Certo?

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente, porque é matéria de Direito Público Internacional, e não pode ser discutida entre partes particulares.

O Sr. Mem de Sá – Claro.

O SR. AFONSO ARINOS – Há uma terceira hipótese para o arbitramento – é a inovação do tratado –, a hipótese pela qual a execução do tratado suscita um ponto de direito interno, regulado pela lei brasileira e submetido à decisão da jurisdição nacional, em que haja denegação de justiça por parte da organização judiciária nacional. Neste caso, o Acordo prevê a possibilidade do recurso de instância internacional.

O Senado, creio, terá acompanhado perfeitamente o desdobramento das três hipóteses.

O Sr. Mem de Sá – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Mem de Sá – Vou aparteá-lo apenas para colaborar na magnífica preleção que V. Exª está fazendo.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª

O Sr. Mem de Sá – O Senado, que está, sobretudo neste ano, tão pobre de orações – e que tem ouvido tantas orações desinteressantes –, está, pela primeira vez, nesta sessão legislativa, tendo uma verdadeira peça de cultura jurídica, de interesse político e, principalmente, uma visão superior dos problemas econômicos e nacionais. O meu aparte é apenas para colaborar. Gostaria que V. Exª esclarecesse a seguinte: na terceira hipótese que suscita, já teria havido sub-rogação, não é certo? Quer dizer, seria a hipótese de, em conseqüência do Acordo, o governo garantidor, como se chama, ter prestado a garantia ao capital privado americano e sub-rogado nos seus direitos. Então, a questão sujeita aos tribunais brasileiros, se se desfechasse

no que o Acordo chama, de forma muito vaga, de denegação de justiça, é que seria arbitrada. Mas seria, ainda, arbitrariamente entre o governo brasileiro e o americano, este sub-rogado no direito dos investidores privados.

O SR. AFONSO ARINOS – Se o nobre Senador me permite, respondo de acordo com o seu pensamento, sublinhando esta nossa opinião comum na leitura do texto do artigo sobre o qual abordarei pequeno comentário.

Diz o texto:

> (*Lendo.*) "Serão excluídos das negociações e do procedimento arbitral aqui contempladas os assuntos que permaneçam exclusivamente dentro da jurisdição interna de um Estado soberano."

Este é o princípio geral do Direito Internacional e do Direito Constitucional: são excluídos da apreciação internacional os assuntos que digam respeito à jurisdição interna do Estado. Este é, até, um princípio consignado na própria Carta da ONU, que fala em *domestic jurisdiction* – jurisção interna, jurisdição doméstica.

Em conseqüência, prossegue, entretanto, o texto:

> (*Lendo.*) "... ficà entendido que reivindicações decorrentes de desapropriação de bens de investidores privados estrangeiros não apresentam questões de Direito Internacional Público a não ser e até que o processo judicial do país recipiente tenha sido exaurido e se configure uma denegação de justiça, na forma em que tais termos são definidos no Direito Internacional Público."

Sr. Presidente, estou lendo o texto como foi publicado num jornal. Não posso garantir se está exatamente de acordo com a cópia oficial do Acordo. Mas o que desejo acentuar é que, como vê o nobre Senador Mem de Sá, exaurida a jurisdição interna, pode o Estado garantidor recorrer ao arbitramento internacional. Mas o que me chama atenção – e quero transferir minha preocupação ao Senado – é o fato de que não são casos de Direito Internacional que vão permitir a recorrência à jurisdição internacional; são casos de direito interno, que, por conseqüência, tecnicamente, se enquadram dentro da competência da jurisdição nacional. Há, contudo, uma execução – a intercorrência de uma denegação de justiça. Quando houver denegação de justiça, pode o Estado garantidor apelar para a jurisdição internacional, nos termos do Tratado assinado em Washington, em 1929. Isto fica melhor explicado na redação mais coerente que dei ao meu discurso.

(Retomando a leitura.)

Vê-se, assim, a enorme importância que tem a cláusula da denegação de justiça no contexto do Acordo, pois é ela que vai permitir que divergências entre o governo do Brasil e o governo dos Estados Unidos, determinadas pela aplicação da le-

gislação exclusivamente interna brasileira ao capital americano, possam ser decididas por uma jurisdição que não é a do Brasil.

O assunto é, repetimos, de primordial importância para o Senado, e também para a aplicação do Acordo, porque vem suscitar um daqueles casos, a que já me referi, da necessidade de adaptação do texto à organização jurídica nacional.

Se eu quisesse apreciar a matéria em todas as suas implicações, poderia escrever sobre ela uma tese, um livro que excederia enormemente as proporções de um discurso parlamentar. Isto é impossível, e, portanto, vou cingir-me ao exame dos aspectos verdadeiramente essenciais do problema que levantei.

Comecemos por observar que a linguagem constante do texto do Acordo é imprecisa e insuficiente, quando toca neste ponto básico da denegação de justiça. Com efeito, ao dispor a respeito o número 3 do art. VI, diz que arbitramento não será excluído (o texto utilizou sintomaticamente a afirmação pela negação), quando o processo judicial brasileiro, no tratamento dos assuntos de nossa jurisdição interna, "configura uma denegação de justiça, na forma em que tais termos são definidos no Direito Internacional Público". Aqui tem lugar a primeira objeção. Esta objeção, grave e de fundo, é a de que não existe, no Direito Internacional Público, uma forma geralmente aceita para se definir a expressão "denegação de justiça". O que existe é uma oposição frontal de duas concepções dessa figura de direito, uma que prevalece nos países investidores e outra que predomina nos países que recebem capital estrangeiro. A primeira concepção tende a ampliar a aplicação do princípio da responsabilidade internacional do Estado; a segunda tende a restringir este mesmo princípio. Foi exatamente este choque entre as duas concepções antagônicas que tornou impossível o êxito da Conferência da Haia de 1930, destinada, precisamente, a fixar, no Direito Internacional, os princípios da responsabilidade do Estado. Nessa conferência, os pontos de vista divergentes se manifestaram de maneira muito significativa para o nosso caso, entre os representantes dos Estados Unidos e os da América Latina. O relatório que exprimia a opinião dos latino-americanos foi redigida pelo professor Guerrero, da América Central, ilustre jurista que pertenceu à Corte Internacional de Justiça. A opinião dos norte-americanos foi expressa, também, por juristas ilustres, como Basset Moore e Mielsen.

Por isto mesmo é que uma jurista da autoridade do professor belga Charles de Visscher, na sua notável monografia sobre o problema da denegação de justiça no Direito Internacional, acha conveniente que fiquem definidos, nos tratados que cuidam da matéria, os limites da denegação de justiça.

Conceito da denegação de justiça

Em síntese, os antagonismos de conceitos sobre a denegação de justiça podem ser manifestados ao se dizer que um aprecia formalmente e o outro materialmente a mesma denegação.

O conceito formal, predominante nos países recipientes de capital, é o de que a denegação se verifica quando o Estado não assegura ao estrangeiro uma adequada proteção judicial. O conceito material, adotado pelos países investidores, é o de que, ainda que se assegure formalmente a proteção judicial, ela pode se exercer de forma injusta para com o estrangeiro. Vamos desenvolver muito rapidamente as duas noções.

A denegação de justiça formal é mais de direito interno, e se dá nos casos de recusa de acesso às vias judiciais para o estrangeiro; discriminação, contra ele, no uso dessas vias; ou retardamento injustificável de decisão judicial em casos que interessem a estrangeiros. Já a denegação material diz respeito ao próprio conteúdo da sentença, e considera possível que a sentença contra o estrangeiro seja discriminatória e injusta. Não vou discutir aqui, do ponto de vista acadêmico, estas duas noções. Seria descabido. O que me interessa é examiná-las à luz do Acordo e da nossa Constituição, que, nunca é demais repetir, deve sobrepor-se ao Acordo. Uma coisa é de ressaltar, desde logo. Nos termos da concepção material de denegação de justiça, a sentença injusta pode ser, inclusive, proferida em conformidade com a lei interna.

O Sr. Mem de Sá – Exato.

O SR. AFONSO ARINOS – É da maior gravidade,

(*Lendo.*)

É a idéia de que o ato jurídico e a coisa julgada são princípios de direito interno, não necessariamente aplicáveis no campo do Direito Internacional. Vê-se, imediatamente, o alcance desta concepção, se aplicada aos termos do Acordo em exame.

Nos termos do Acordo, essa concepção pode ser aplicada pelo governo americano.

O Sr. Mem de Sá – Apoiado.

O SR. AFONSO ARINOS – Desde que assuntos que não sejam de Direito Internacional, mas que estejam afetos à jurisdição interna do Brasil, podem ser levados a arbitramento internacional, em caso de denegação de justiça, por iniciativa de qualquer dos dois governos, e desde que um destes governos considere que denegação de justiça existe em casos de sentença injusta, ainda que proferidas nos termos da lei interna, então se segue que uma sentença dada pelo Judiciário brasileiro, nos termos da lei brasileira, pode ser submetida *ex post facto* a uma jurisdição internacional.

O Sr. Mem de Sá – Está cristalino. Muito bem!

O SR. AFONSO ARINOS – Pouco importa que, na prática, isto venha a ocorrer raras vezes, ou mesmo nunca. O fato é que, se aceito o Acordo nos termos em que se acha, esta possibilidade jurídica existe, e existe com a nossa concordância. Ora, na minha opinião, o Senado não pode concordar com aquilo que repugna à nossa organização constitucional.

O Sr. Mem de Sá – Neste ponto, estou plenamente de acordo com Vossa Excelência.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito grato a Vossa Excelência.

O Sr. Bezerra Neto – Permite V. Exª um aparte? (*Assentimento do orador.*) Pela análise de V. Exª, surge uma nova instância para assuntos de justiça interna brasileira.

O SR. AFONSO ARINOS – Desde que seja permitido a uma das partes considerar denegação de justiça uma sentença injusta. Pelo que estou dizendo, não significa que isto ocorrerá, mas, à falta de uma definição concreta, pode ocorrer, de acordo com teoria existente, que é a teoria que prevalece nos Estados Unidos.

O Sr. Mem de Sá – E V. Exª tem razão, porque os termos do Acordo permitem as duas interpretações.

O SR. AFONSO ARINOS – De acordo com o Direito Internacional Público.

O Sr. Mem de Sá – Nos termos em que essa expressão é considerada no Direito Internacional Público – como não há direito positivo em Direito Internacional, como não há definição de uma assembléia geral, de um acordo geral –, então ficamos flutuando de acordo com o interesse do governo americano.

O SR. AFONSO ARINOS – Chamo a atenção do Senado para este aspecto: não estou sugerindo opção, em face da circunstância de pertencer a determinada corrente de pensamento que contesta a validade daquela figura da denegação de justiça. Não estou sugerindo isto. Não é em função de posições teóricas que me manifesto. Estou sugerindo uma posição em face das obrigações que a Constituição Federal nos impõe. É uma opção, a meu ver, obrigatória, em face do texto constitucional, porque, no nosso sistema jurídico, a Constituição se sobrepõe aos tratados. E tratado como este, como pretendo provar na parte final do meu discurso, infringe o texto da Constituição Federal.

O Sr. Bezerra Neto – Nobre Senador Afonso Arinos, nesta parte de tratados internacionais, a função do Senado ainda não está disciplinada em lei ordinária. Já tem sido debatida em plenário a espécie. E o argumento é o de que não sabemos qual a forma de se adotar essa ressalva que V. Exª está lembrando no seu discurso. Nos termos regimentais, nos acordos internacionais que vêm aqui *a posteriori,* o nosso voto é apenas sim ou não.

O SR. AFONSO ARINOS – Eu me permito sugerir o voto conforme a ressalva, como fiz quando Deputado, por ocasião da votação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, em que tive oportunidade de redigir uma ressalva, que foi apresentada como constituindo a interpretação da Câmara, com referência a um dos artigos daquele tratado. Aqui, o caso é mas explícito, conforme procurarei demonstrar ao Senado. Lá, a melhor solução que consegui foi obter uma carta do Itamarati. Era então Ministro o sau-

doso patrício Embaixador João Neves da Fontoura, que me forneceu a carta declarando que o Itamarati concordava com a nossa interpretação e a daqueles que pensavam como eu. Incluíam-se, entre estes, vários colegas, inclusive – é-me grato recordar aqui – o Deputado Bilac Pinto. Lembro-me bem de que S. Exª estava de acordo com a nossa posição, como também o antigo e saudoso Deputado Rafael Correia de Oliveira e outros. Foi então adotada, com o aval – digamos assim – do Itamarati, aquela ressalva que fizemos. Procurarei expor, com maior objetividade, o que pretendo sugerir.

(*Retomando a leitura.*)

Para salientarmos os impedimentos constitucionais, convém que fixemos certos pontos preliminares. O primeiro deles é, no caso concreto, o da supremacia da Constituição sobre os tratados, a prevalência do Direito Constitucional sobre o Direito Internacional. Não vou, também neste caso, debater a questão de forma acadêmica. Quero somente referir que, no mundo de hoje, esta é a noção aplicada aos assuntos da jurisdição interna do Estado, e nos Estados Unidos, tanto quanto no Brasil, são estes o entendimento geral e a prática obrigatória.

Aliás, confirmados, como eu disse, por um artigo da própria Carta de São Francisco.

Aplicando esta preliminar ao Acordo em exame, concluo que, nos assuntos afetos à jurisdição interna brasileira, isto é, nos assuntos referidos no artigo VI, que não suscitam pontos de Direito Internacional, a cláusula da denegação de justiça, quando invocada contra o Brasil, tem de ser aplicada nos termos do Direito Constitucional brasileiro, que se sobrepõe ao tratado.

Não é, assim, por motivo de uma conceituação teórica da denegação de justiça, ainda que participemos dela, que não podemos aceitar a aplicação da tese da denegação material, ou seja, a tese pela qual pode haver sentença injusta, ainda que acorde com o direito positivo.

O Sr. José Guiomard (Com assentimento do orador.) – V. Exª está evidentemente tratando de assunto de alto interesse até para os não especialistas nesta matéria, em que V. Exª é douto.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado.

O Sr. José Guiomard – Mas tenho lido, mais de uma vez, que esse tratado foi assinado e creio que ratificado por outros países. Desta forma, seria curioso ou interessante para nós todos, se V. Exª pudesse informar como essa questão, tão interessante, suscitada por V. Exª, teria sido tratada ou resolvida; qual o comportamento dos países interessados quanto a essa parte. Se teve informação de que isso foi objeto de alguma dúvida de outros países.

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente. Atendo ao aparte do nobre Senador e prezado amigo José Guiomard.

O Itamarati, nas conversas que mantive com o negociador principal do Acordo, conforme referirei adiante, forneceu-me, entre outros dados, a lista dos países que tinham firmado convênio semelhante. Não conheço os textos dos convênios firmados com os outros países. Tenho ouvido dizer, com referência a alguns deles, como o da Iugoslávia, que o acordo foi de natureza diferente, mas acordo de financiamento público, e isso se explica pelo tipo de governo daquele país, que não permitiria propriamente acordos de capitais privados, dada a natureza de sua direção econômica.

Esta primeira parte da minha resposta visa apenas a manifestar a V. Exª que o Acordo tem sido, segundo li, embora não conheça o texto, acomodado às condições internas de cada país. E no início do meu discurso – V. Exª não me dava, no momento, o prazer de sua presença no plenário – salientei exatamente a conveniência e a necessidade imperiosa que temos de acomodar os acordos ao texto da nossa organização nacional. O que não podemos é aceitá-los como estão concebidos, porque estamos impedidos pela organização do Poder Judiciário brasileiro e pelas disposições constitucionais em matéria de coisa julgada, conforme terei oportunidade de salientar adiante.

Em todo caso, agradeço muito ao nobre Senador José Guiomard pela sua colaboração.

Termino, portanto, a leitura desta página:

(*Lendo.*)

Nós não podemos aceitar tal aplicação em virtude de um outro motivo, ou seja, de que a nossa Constituição nos impede de fazê-lo e o Senado não pode votar um tratado que seja expressa ou implicitamente, mas, em qualquer hipótese, indubitavelmente inconstitucional. Os pontos que seriam vulnerados no nosso direto interno, nas hipóteses de recurso ao arbitramento que não constituam ponto de Direito Internacional, estão nos seguintes artigos da Constituição Federal:

Artigo 141, parágrafo 3º, que proíbe à lei (no caso, o tratado se equipara à lei) prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Artigo 101, nº II, letra *b*, que dá ao Supremo Tribunal competência para julgar, em grau de recurso (portanto, em decisão final), as causas decididas por juízes locais, fundadas em tratados da União com Estado estrangeiro; e artigo 101, nº III, letra *a*, que atribui ao mesmo Tribunal competência para julgar, em recurso extraordinário (também em decisão final), quando a decisão dos juízes e tribunais locais for contrária à Constituição ou à lei federal. Nestes casos a coisa julgada não pode ser objeto de recurso arbitral, pela Constituição.

Neste ponto, quero dar uma pequena explicação, que não consta do texto mas que acompanha meu raciocínio, quando faço referência ao artigo 101, nº III, letra *a*, que diz respeito à competência do Supremo Tribunal Federal para julgar as decisões dos tribunais que forem contrárias a dispositivos da Constituição, à letra do tratado ou à lei federal. Se o investidor ou a empresa estrangeira declara que o julgamento foi injusto, porque contrário à lei brasileira, esta é a única forma, no nosso direito,

de se considerar injusta a sentença – porque ela foi dada contra a lei brasileira –, muito embora, na concepção do Direito Internacional – de que participam os Estados Unidos –, possa haver uma sentença injusta, dada de acordo com a lei. Daí a idéia de denegação de justiça que não podemos aceitar.

Quando, entretanto, faço referência à decisão tomada em caso em que a sentença contrarie o direito expresso brasileiro, é para mostrar que esse caso de sentença injusta – o único que pode ser conceituado, hipoteticamente, no nosso sistema judicial – fica afastado, porque o Supremo Tribunal Federal tem competência, em recurso, para anular a sentença que foi injusta, isto é, que foi dada contra a lei, a única forma que temos de reconhecer a sentença injusta.

(*Retomando a leitura.*)

A organização constitucional brasileira assegura, desta forma, a garantia judicial aos capitais estrangeiros aplicados no país, naquelas questões suscitadas dentro do âmbito da jurisdição interna do Brasil, e em assuntos que não suscitem questões de Direito Internacional. A Constituição não permite ao legislador exceder estes limites de jurisdição interna e do Direito Constitucional, submetendo os assuntos, a ela pertencentes, à jurisdição externa e ao Direito Internacional. E isto nós estaríamos fazendo, se aceitássemos a cláusula do recurso do arbitramento fundado na denegação de justiça, tal como se encontra expressa no tratado.

Soluções possíveis

Foi no empenho de não prejudicar a aplicação do Acordo sobre Garantias (chamo a atenção do Senado para este aspecto: minha intervenção teve o empenho de facilitar a execução de um acordo que, segundo a opinião dos economistas, é útil ao desenvolvimento nacional), cujas vantagens salientei no início deste discurso, e, ao mesmo tempo, resguardar a integridade da Constituição brasileira e da soberania nacional, que, depois de estudar o texto do acordo, procurei contatos com o Itamarati, por intermédio do principal negociador do tratado, Embaixador Edmundo Barbosa da Silva. Devo, aliás, salientar o alto conceito em que tenho deste experiente e ilustre diplomata, que contei entre os meus melhores colaboradores nas duas vezes em que exerci a pasta do Exterior.

Minha sugestão ao Itamarati foi no sentido de que, através de um protocolo adicional, de notas reversais, ou de qualquer outro documento do mesmo gênero, o governo brasileiro, mesmo depois de assinado o tratado, introduzisse, no texto, as modificações convenientes.

Aqui, ainda, uma pequena digressão: para os Estados Unidos, seria mais fácil do que para nós fazer isso, porque lá é um acordo executivo, não foi aprovado pelo Senado; é do tipo de acordo chamado acordo executivo, e as modificações do texto são feitas pelos próprios órgãos do Poder Executivo americano.

(*Lendo.*)

Pelo que fui informado, a sugestão não foi aceita pelo governo americano, porque não lhe pareceu conveniente aceitar modificação que se poderia refletir em outros acordos do mesmo tipo, que aquele governo negocia com diferentes países, em todo o mundo.

Imaginou que outros países poderiam, depois de firmar o acordo, sugerir alterações no texto.

Considero válida a explicação, do ponto de vista americano, mas observo que ela não resolve o impasse em que, na minha opinião, nos encontramos, em face da nossa Constituição.

O Sr. Vasconcelos Tôrres – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Vasconcelos Tôrres – É de estranhar que não tenha sido aceita a sugestão de V. Exª, porque o Congresso não é um mero chancelador, no meu modo de entender, desses acordos internacionais. Não vêm eles aqui para ser aprovados apenas: vêm para ser discutidos. E há precedentes. Queria citar a V. Exª um deles, em que tomei parte direta, quando se discutiu o acordo do Gatt. Era eu Deputado Federal. E nós o alteramos. As partes contratantes aceitaram. Essa idéia de V. Exª tem que ser ponderada. E eu lhe pergunto, como jurista consagrado que é, se não seria o caso de, justamente aqui no Congresso – no Senado ou na Câmara –, acrescentarmos esse aditivo, que iria purificar, tornar bem claro e resguardar os interesses das partes contratantes, nesse aspecto tão oportunamente abordado por Vossa Excelência.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradecendo, mais uma vez, o amável aparte de V. Exª, tenho a informar que exatamente no texto do meu discurso há a sugestão desse acréscimo ao Acordo. Não foi possível aceitar a minha sugestão no sentido de que ele já viesse com o assentimento da outra parte contratante. Mas, como não podemos dar, na minha opinião, nossa aprovação ao Acordo, nos termos em que se encontra, o Congresso Nacional, a meu ver, deve, por sua iniciativa e pelo exercício do seu próprio poder, introduzir aquela disposição que está consignada no fim do meu discurso.

O Sr. Vasconcelos Tôrres – E há inúmeros precedentes em casos similares.

O SR. AFONSO ARINOS – Nos Estados Unidos, há mais de cem. Inclusive em tratado a que o próprio texto do Acordo se refere – o Tratado de Arbitramento, aprovado nos Estados Unidos, com uma modificação imposta pelo Senado, conforme vou mostrar aqui.

(*Lendo.*)

Abriu-se, então, para mim, uma outra solução, a da votação do Acordo com ressalva expressa do Legislativo, ressalva que qualifique e condicione a sua decisão, de maneira a, em casos futuros, poder servir de base a uma orientação do governo brasileiro.

Confesso que não foi sem dúvidas e hesitações que cheguei a esta solução, que terei a honra de propor ao Senado.

A mim parecia bem melhor a acomodação do próprio texto do tratado, pelos meios que referi. Mas, na impossibilidade de obtê-la, não me pareceu útil ao Brasil votar contra o texto, uma vez que seja possível marcar o voto do Senado por uma interpretação expressa que afaste o vício de inconstitucionalidade e que afaste também os vícios de criação futura de dificuldades nas nossas relações com os Estados Unidos. Na verdade, quanto a este último ponto, estou certo de que, tornando juridicamente viável o tratado, o Senado estará agindo no melhor sentido de amizade para com a grande República do norte, e que, ao contrário, se aceitarmos um documento que o Poder Judiciário poderá condenar, estaremos criando complicações imprevisíveis nessas mesmas relações.

A solução de ressalva

O voto, pelo Congresso, de um tratado, com ressalva interpretativa, é processo jurídico conhecido e perfeitamente aceito. O Senado americano o tem empregado mais de uma vez. Para não ir mais longe, basta lembrar que o próprio Tratado Geral de Arbitragem, invocado no texto do Acordo, foi votado pelo Senado dos Estados Unidos, com a ressalva, tomada em resolução de 1º de abril de 1935, que ficou fazendo parte da ratificação, de que o arbitramento, em cada caso, deveria ser aceito pelo Presidente dos Estados Unidos, com aprovação do Senado. E com esta ressalva, que não estava no texto, é que os Estados Unidos cumprem o Tratado de Arbitramento.

No Brasil mesmo, já tive ocasião de propor ressalva à Câmara dos Deputados, quando eu a ela pertencia. Tratava-se do Acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos. Havendo dificuldades na sua aprovação, eu, que era então Líder da UDN na Câmara, apresentei uma ressalva interpretativa, que foi aceita na votação. É um recurso semelhante que ora proponho ao Senado, como condição do seu voto favorável. Não se refere à parte econômica do tratado, que fica intacta. Apenas consigna a nossa interpretação de um dos seus aspectos jurídicos, o do recurso ao arbitramento fundado na denegação de justiça, para evitar, repito ainda uma vez, um voto contrário pela inconstitucionalidade do texto. Assim, proponho que o Senado, ao votar favoravelmente ao Acordo sobre Garantias, o faça com a seguinte ressalva expressa:

> "Os casos de denegação de justiça somente ocorrem nas seguintes oportunidades:
>
> 1. Recusa de julgar, por parte das autoridades competentes.
>
> 2. Inexistência de vias de acesso à Justiça, ou de recurso contra sentença proferida.
>
> 3. Retardamento injustificável da decisão judicial, em violação das leis processuais internas.

4. O ato do governo praticado no exercício de atribuições constitucionais não constitui denegação de justiça.

5. O ônus da prova da denegação de Justiça incumbe à parte que o alega.

6. Só se pode imputar denegação de Justiça aos órgãos do Poder Judiciário."

Com essa ressalva, parece-me que fica expressa no Acordo a hipótese da denegação de justiça puramente formal, quer dizer, denegação de justiça como falta de cobertura judicial, falta de acesso ao Judiciário para o estrangeiro. E como essa hipótese não se pode verificar, nos termos da Constituição, nunca será suscitado o problema da denegação de justiça.

O Sr. Vasconcelos Torres – Quero pedir perdão a V. Exª por interrompê-lo novamente. Ainda há pouco, o Senador Mem de Sá dizia que o Senado anda pobre de grandes discursos, inclusive porque o Senador Mem de Sá não tem falado.

O SR. AFONSO ARINOS – Nem Vossa Excelência.

O Sr. Vasconcelos Torres – Falo e requeiro, mas faço-o no ramerrão, na humildade que caracteriza o desempenho do meu mandato. (*Não apoiados.*) Nesta casa há luminares. E eu queria pedir permissão a V. Exª – com humildade, faço questão de ressaltar – para o fato de que o Itamarati, neste instante, não tem a assessoria jurídica que seria de desejar. O atual Ministro, homem de carreira brilhante, tem sido bom chefe para os colegas: o Ministro Vasco Leitão da Cunha. S. Exª é de uma simpatia inegável, grande Ministro para os assuntos administrativos do Itamarati. Infelizmente lhe tem faltado assessoria jurídica em assuntos dessa natureza. Com permissão ainda de V. Exª, acrescento que estranho que, tendo o Senado responsabilidade constitucional na política exterior do país, não seja chamado, por seus elementos categorizados, a colaborar em acordos, a fim de se evitarem falhas como as que V. Exª aponta, neste momento. Esta a verdade iniludível, que se deve lamentar. Devemos lamentar também o fato de que, no Senado, quanto à política exterior, só nos cabe aprovar ou rejeitar os nomes submetidos à nossa apreciação para embaixadores. No entanto, se o imperativo constitucional que determina a nossa missão fosse válido, talvez muitos dos fatos referidos por V. Exª fossem evitados. Com todo respeito, saliento que a assessoria jurídica do Itamarati tem sido falha. Cabe-nos, justamente agora, suprir essa lacuna, aceitando a sugestão de V. Exª. No meu entender, não poderá ela deixar de ser aceita, porque dá unidade ao Acordo. Creio que a parte contratante não oporá obstáculo à sugestão de V. Exª, porque ela se assenta no melhor critério jurídico internacional. Por isso não pode deixar de merecer acolhida nesta casa do Congresso Nacional.

O SR. AFONSO ARINOS – Responderei ao nobre Senador – com reiterados agradecimentos – que o Itamarati conta, no seu quadro de assessores jurídicos, com

alguns professores de indiscutível mérito, a começar pelo único que citarei – o Professor Haroldo Valadão, nosso colega, companheiro na Faculdade de Direito, e a quem devo os respeitos da minha homenagem, porque foi meu examinador no concurso de Direito Constitucional.

Não conheço a manifestação do Professor Haroldo Valadão a respeito deste tratado.

O Sr. Vasconcelos Torres – Permita-me ainda V. Exª. Quem sabe se o Professor Haroldo Valadão não foi ouvido? Há um espírito-de-porco no Itamarati, infelizmente, um preconceito no sentido de que todos são plebeus para aqueles que ingressam na carrière. É importante que o mal seja apontado e repisado, porque a política exterior não se faz apenas com os diplomatas; também com os juristas e políticos. O Sr. Vasco Leitão da Cunha, tão simpático, ultimamente, com o seu chapéu texano (*risos*), dócil, inteligente e hábil, na gestão que tem marcado sua atuação no Itamarati, tem desprezado a colaboração dos políticos, no bom sentido, na formulação da política externa, e também dos juristas. Não queria, pois, de modo algum, praticar aqui uma indelicadeza para com o Professor Haroldo Valadão.

O SR. AFONSO ARINOS – De qualquer maneira, o Senado não tem condições para se pôr a par da tramitação interna dos assuntos elaborados na rotina das seções burocráticas e diplomáticas do Itamarati.

Desejaria, também, colocar aqui, com o devido respeito ao meu ilustre colega, uma ressalva ao Itamarati propriamente, casa a que me sinto ligado por tantos laços, de ascendentes e descendentes, e inclusive por alguma participação pessoal.

Entendo sobretudo que, depois da implantação do sistema do mérito, introduzido pelo Curso Rio Branco, as gerações novas de funcionários diplomáticos exprimem o que há de melhor no quadro do serviço público do nosso país.

O Sr. Vasconcelos Torres – Perfeitamente.

O SR. AFONSO ARINOS – Outros ministérios poderão ter elementos mais destacados. Acho difícil, entretanto, que gerações de servidores públicos mais bem dotados e mais úteis ao desenvolvimento do país possam sobrepor-se àquelas que saem do Curso Rio Branco.

O Sr. Vasconcelos Torres – Estou de acordo com V. Exª, porque essa geração nova segue o programa no bom sentido, inclusive estuda Economia, Sociologia, Direito Internacional. Mas o Itamarati ainda está dominado por uma diplomacia de salão, de homens que vão para o exterior sem o gabarito necessário, e apenas comparecem às recepções, às festas, e estão completamente alheios aos interesses da verdadeira diplomacia do Brasil.

O SR. AFONSO ARINOS – Pior do que a diplomacia de salão é a de boates, que aparece eventualmente no funcionamento do Itamarati.

O Sr. Vasconcelos Torres – Exato. Essa é a pior, pois é mais prejudicial ao Brasil. Os representantes diplomáticos do Brasil no exterior não deveriam comparecer a essas boates. Entretanto, alguns deles – não quero generalizar – nelas permanecem até altas horas da madrugada, e se descuram dos interesses do nosso país. Freqüentam a alta sociedade, mas não atuam no sentado da defesa dos interesses da pátria em acordos de economia, em acordos internacionais. E temos o exemplo de que V. Exª acaba de dar notícia nesta casa, pelas falhas injustificáveis do acordo que assinamos.

O Sr. Mem de Sá – Permita-me o nobre orador um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª, Senador Vasconcelos Torres.

Nobre Senador Mem de Sá, primeiramente darei o aparte ao Senador José Ermírio, que me havia solicitado.

Completando, direi que estou terminando meu discurso, pois já me excedi na hora. Todavia, quero manifestar meu pleno apoio – hoje não sou mais Presidente da Comissão de Relações Exteriores, integrada por alguns dos colegas mais ilustres da casa – à observação do nobre Senador Vasconcelos Tôrres, da necessidade de certo intercâmbio de pontos de vista do Itamarati com o Congresso Nacional e, especificamente, com o Senado, que é a nossa casa, na negociação de tratados de grande ressonância. Isso se faz eventualmente nos Estados Unidos. O exemplo americano, no particular, é fecundo para nós. O Senador William Fulbright, Presidente da Comissão do Exterior do Senado Americano, é homem que atua em consonância e na intimidade das decisões tomadas pela casa Branca, no que diz respeito à política externa.

Ouço o nobre Senador José Ermírio.

O Sr. José Ermírio – A pergunta, que pretendia formular, V. Exª já a respondeu. Desejava consultá-lo sobre se o ilustre jurista, nacional e internacionalmente conhecido, Professor Haroldo Valadão, era Consultor Jurídico do Itamarati. Consultoria que conta com homens da categoria de Haroldo Valadão tem, realmente, o melhor apoio jurídico que possa encontrar no país.

O Sr. Mem de Sá – Desejo acrescentar às categorias de diplomatas que o nobre Senador Vasconcelos Torres encontrou no Itamarati uma terceira, que S. Exª omitiu, e que é a mais importante e numerosa. Não há no Itamarati apenas a diplomacia de salão e de boates. Há, também, para orgulho nosso, a diplomacia dos competentes, que, felizmente, são em maior número, sobretudo na nova geração. Há, na diplomacia brasileira, um grupo de homens que honra não só o Brasil como qualquer nação, dedicados ao estudo, grandes economistas, grandes financistas, homens que vivem exclusivamente estudando e trabalhando em defesa dos interesses da pátria, quase sem freqüentar boates e recepções. Já que o nobre colega Senador Vasconcelos Torres fez essa classificação, peço que cite a principal categoria, na qual se inclui o filho do nobre orador, aqui presente, que é diplomata e não é freqüentador nem de boates nem de recepções.

O Sr. Vasconcelos Torres – Por isso eu disse que não queria generalizar. Estou de acordo com o aparte de V. Exª.

O SR. AFONSO ARINOS – Aliás, o adendo foi feito por mim quando me referi à nova geração.

Termino agradecendo a referência do nobre Senador Mem de Sá, em nome do Deputado Afonso Arinos Filho, que está na impossibilidade regimental de fazê-lo. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Remessa de tropas à República Dominicana

20-5-1965

SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, a mensagem remetida ao Congresso pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República visa à aplicação da lei que torna obrigatória a anuência do Congresso Federal, nos casos de remessa de tropas brasileiras para o exterior, em virtude de cumprimento de obrigações internacionais, assumidas em órgãos de que faça parte o nosso país.

Felicito-me, Sr. Presidente, de ter sido o autor do projeto de lei de que resultou esse diploma legislativo. Na verdade, a Constituição Federal não previa, na ocasião em que foi elaborada, a hipótese da remessa de tropas brasileiras para o exterior, a não ser em caso de guerra externa, ignorando, assim, como aliás era natural, dada a oportunidade da sua confecção, os novos aspectos previstos desde a Carta de São Francisco e os demais tratados supervenientes, que encaram a possibilidade ou necessidade de mobilização de forças armadas para missões outras que não sejam as de guerra.

Em 1951, se não me engano, apresentei projeto de lei, aprovado na Câmara, e que teve tramitação demorada no Senado, mas foi aprovado nesta casa na data mencionada por V. Exª, 1956, por ocasião do armistício conseguido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em seguimento ao conflito entre Israel e alguns países da Liga Árabe.

Foi, então, fundado nesta lei que o Brasil, pela primeira vez, remeteu um contingente das nossas Forças Armadas para a chamada Faixa de Gaza, onde ainda se encontra neste momento.

Este problema, Sr. Presidente, da ação militar em operações que não sejam bélicas corresponde, de fato, a uma figura de Direito Internacional e de política internacional, que não é precisamente recente, embora tenha sido bastante tardiamente elaborada, em torno de tratados ou de outros atos de Direto positivo Internacional. Pode-se mesmo dizer que a idéia da segurança coletiva, não apenas no sentido de defesa contra ataque armado como também no sentido de defesa contra outros tipos

de crise nacional que não correspondam a um ataque armado, pode-se dizer que estas idéias são contemporâneas da própria formação do nosso continente independente.

A idéia da segurança coletiva emergiu conjuntamente com a formação das nações independentes da América, substituindo a prática, a praxe, o costume político então prevalecente na Europa, que era aquele chamado da balança dos poderes.

A idéia de que um país só não está, muitas vezes, em condições de operar a sua defesa em caso de agressão, e que precisa de utilizar o apoio de outras nações, tinha no século passado – desde antes, mas principalmente no século passado – na Europa, assumido aquela forma de aliança diplomática conhecida com o nome de balança do poder.

Isso fazia com que o continente ficasse dividido em grupos que procuravam equilibrar seu potencial político, seu potencial econômico, e seu potencial armado. Mas no caso da América, a situação se apresentou desde logo diferente, e por uma razão fácil de ser explicada: é que a América emergiu, em poucos anos, de um estado geral de continente colonial para o estado geral de continente independente.

Aquilo que hoje, sob as nossas vistas, se opera no continente africano e, até certo ponto, no continente asiático, foi exatamente o que aconteceu no nosso continente, nos primeiros lustros do século passado.

Então, essa emergência internacional de uma série de novas personalidades nacionais determinou, necessariamente, a idéia de união desses países que saíam da colônia para o *status* de nação independente, no sentido de uni-las, de coordená-las, de reuni-las em sistemas que pudessem funcionar contra as possibilidades de agressão das antigas metrópoles.

De maneira que a idéia da solidariedade coletiva é, por assim dizer, idéia contemporânea da formação do nosso continente independente.

Assistimos hoje, na África, com ligeiras exceções – e não é o momento, neste discurso, de se debater o assunto – ao mesmo fenômeno, isto é, a formação de uma mentalidade de solidariedade coletiva, naquele continente que emergiu, recentemente, para o *status* de independência.

Mas, Sr. Presidente, a solidariedade coletiva, a defesa coletiva sempre apresentou, na história do Direito Internacional americano, dois aspectos, por assim dizer, paralelos, e que às vezes se tornam conflitantes. Um desses aspectos diz respeito à defesa coletiva contra ataque armado externo, contra a guerra. O outro diz respeito à defesa coletiva contra a subversão interna. Nem mesmo isso é propriamente uma novidade. O que é novo é a formulação jurídica desses princípios. Sua revelação política, sua sensibilidade política já existiam desde praticamente a época da independência. Basta que tenhamos diante dos olhos o texto da famosa mensagem com que Simón Bolívar conclamou vários países da América Latina, inclusive o nosso, para a Reunião do Panamá, e o convite feito aos Estados Unidos. Essa é uma questão ainda hoje historicamente discutida; alguns historiadores sustentam que o convi-

te feito pelo General Santander ao Presidente dos Estados Unidos da América fora convite determinado por Simón Bolívar; outros dizem que não, que o General Santander teria dirigido ao Presidente dos Estados Unidos da América por livre determinação, *sponte sua,* e que a intenção de Bolívar era a de não convidar os Estados Unidos. Mas isto é problema diminuto, de maior interesse histórico do que jurídico.

A verdade é que nesta mensagem, na qual Bolívar procurou convocar os povos da América para a Reunião do Panamá, para defesa do continente, ele já distinguia perfeitamente estas hipóteses. A mensagem está publicada, existe nas obras do grande vulto da história americana, nas obras do *Libertador,* que foram publicadas em dois volumes, há alguns anos.

Nela se nota perfeitamente a distinção entre as duas hipóteses desde quando Simón Bolívar diz que convocava os povos para a Reunião do Panamá a fim de estabelecer um tratado confederativo que os habilitasse a se defenderem contra agressões externas, ou a dominar as desordens e anarquias trazidas pelas facções políticas.

Vê, portanto, V. Exª que o problema sempre se apresenta nestes termos, e o desenvolvimento deste problema foi sempre muito semelhante àquele que hoje se apresenta na nossa época.

Quais foram estas linhas paralelas, quais foram estas linhas conflitantes? Desde o início, as seguintes: é que a mais poderosa nação do hemisfério, que são os Estados Unidos da América, entenderam que era do seu dever, de sua obrigação e responsabilidade, a salvaguarda, a garantia não apenas da soberania externa dos países, posta em risco pelas agressões bélicas, mas também da soberania interna dos países posta em risco pela anarquia. Sempre os Estados Unidos entenderam que esta responsabilidade lhes competia em relação ao hemisfério.

A Doutrna de Monroe não é senão isto. A Doutrina de Monroe, expedida na ocasião em que havia a ameaça de uma retomada da ocupação espanhola do continente, protegida pela Rússia czarista, a Doutrina de Monroe foi lançada contra a Rússia, que apoiava a Espanha, no sentido de explicar, de exaltar, de legitimar a responsabilidade dos Estados Unidos, de defenderem, eles, a integridade da soberania das nações americanas, ameaçadas por agressão externa.

Se esta foi a linha que sempre defenderam os responsáves pela política externa americana, outra foi a linha que sempre defenderam os responsáves pela política externa dos países latino-americanos. Esta linha sempre defendeu a tese de que competia também aos países latino-americanos uma certa área de decisão, uma certa área de responsabilidade, uma certa iniciativa de ação, no sentido de participar daquelas providências, quer visassem à defesa do continente contra a agressão externa, quer visassem à defesa individual desse ou daquele país ameaçado de subversão interna.

Estas linhas paralelas são muito fáceis de perquirir e comentar, porque muito fáceis de serem encontradas em todos os documentos, desde a Doutrina de Monroe, de 2 de dezembro de 1823, desde a mensagem de Bolívar, de 1826, até todos os tra-

tados sucessivos, todas as reuniões sucessivas, todos os documentos sucessivos publicados, e que têm enriquecido a história do Direito Internacional americano.

A grande contribuição que prestaram a América Latina e toda a América, na formulação das normas do que, hoje, todos os tratadistas de Direito Internacional chamam e reconhecem como sendo o Direito Internacional americano, a grande contribuição, dizia eu, foi, exatamente, no sentido de estabelecer um complexo de normas e uma formulação jurídica que atendesse tanto quanto possível, e que previsse nos limites da previsão humana, a incidência ou a ocorrência de fatos, quer os casos de agressão externa, quer os casos de subversão interna.

Esta sofrida construção, este lento caminhar, esta dificultosa arquitetura jurídica é que constitui o acervo de tratados que, no momento, regem as hipóteses que nós estamos examinando.

Sr. Presidente, o problema da agressão armada externa, com caráter belicoso, contra o território americano, é relativamente menos difícil de ser tratado do que o outro, ou seja, o problema da subversão interna dentro de um país americano.

Neste caso da agressão armada externa, a ação dos Estados Unidos tem sido invariavelmente admirável, majestosa e salvadora.

Não pretendemos ir mais longe, Sr. Presidente, do que no estupendo espetáculo que ofereceram o povo, o governo e as forças armadas dos Estados Unidos nos dois últimos conflitos que ensangüentaram o planeta.

É a humanidade devedora e, mais particularmente, a América Latina, de uma gratidão inapagável, de uma admiração exaltada, pela bravura, a generosidade, a eficiência e o sacrifício com que a grande nação do norte, em duas oportunidades, nos salvou: a primeira vez, dos perigos da expansão do militarismo prussiano; da segunda vez, dos perigos da expansão do fascismo internacional.

Pessoalmente, Sr. Presidente, tive a honra e a emoção de, representando o meu país, na ocasião da Reunião de Consulta de 1962, em Washington, trazer o apoio do nosso voto para a deliberação unânime da Organização dos Estados Americanos justamente no momento em que se adensavam, no horizonte internacional, as nuvens tremendas da ameaça nuclear sobre o América. O problema dos foguetes transportados para Cuba era, sem dúvida alguma, demonstração evidente, concreta, agressiva, contundente, da ameaça de uma agressão armada externa contra a soberania, não de um, mas de todos os países da América.

Então, funcionando com o potencial de que é capaz, com os títulos de liderança que lhe são irrecusáveis, reconhecendo estes elementos, demos o apoio, a decisão unânime da Organização dos Estados Americanos, que fez com que negociações, ainda hoje não de todo desvendadas, evitassem a tragédia.

Entre os documentos do meu arquivo, na parte que se refere às missões que exerci na política internacional, conservo, cuidadosamente, a carta em que o meu amigo, o ilustre Embaixador Adlai Stevenson, manifesta o reconhecimento pela contribuição modesta que pude dar àquela decisão.

Mas se no campo da agressão armada, de caráter bélico internacional, contra os países da América, a atuação dos Estados Unidos tem merecido, invariavelmente, a admiração e o apoio dos países americanos, no campo da outra linha paralela, ou seja, no campo das suas intervenções, no sentido de coibir aquilo que pode parecer aos governos americanos o grave risco de subversão das instituições internas do país, nem sempre a ação dos Estados Unidos tem sido feliz, nem sempre a ação dos Estados Unidos tem sido acertada e nem sempre a ação dos Estados Unidos tem recebido o apoio dos demais países do continente.

Creio, Sr. Presidente, ter deixado bem claro a diferença entre as duas posições. Em primeiro lugar, a idéia de que o governo dos Estados Unidos e seu potencial militar eram obrigados a respeitar a soberania territorial dos países americanos só muito tardiamente conseguiu a adesão incondicional do governo americano.

Sabe V. Exª que tentativas houve, desde a promulgação ou a expedição da Doutrina de Monroe, reiteradas vezes, durante mais de um século, para obter o compromisso formal, a submissão declarada ao imperativo jurídico do respeito, pelos Estados Unidos, das demais soberanias territoriais do continente.

Tal só foi conseguido com a Declaração de Buenos Aires, em 1936. O grande Presidente Franklin Delano Roosevelt que, na sua linhagem intelectual e na sua linhagem partidária, teve como maior herdeiro o grande Presidente John Kennedy, na Reunião de Buenos Aires, em 1936, coroando os princípios que ele próprio tinha denominado de "política da boa vizinhança", resolveu declarar, expressamente, a obrigação, e pela primeira vez, dos Estados Unidos, de aderirem, eles próprios, à tese da doutrina de Monroe, aplicada ao respeito às soberanias continentais.

As razões disso, Sr. Presidente, são de história, e não estou na tribuna do Senado como historiador, mas como Senador. Não estou procurando falar nem com emoção nem com espírito crítico; estou procurando encaminhar o meu raciocínio e justificar o meu voto em termos de uma completa objetividade. Então, digo: é necessário que, nesta parte, que se refere ao segundo aspecto do funcionamento do princípio de defesa coletiva, ou seja, o aspecto que diz respeito à salvaguarda das instituições internas, a nossa posição seja, como sempre tem sido, de autonomia, de vigilância e de autoridade.

O Brasil é um país grande demais, neste momento, para ter uma política internacional pequena. Não é possível que um país do nosso porte, um país do nosso passado, um país das nossas responsabilidades, um país de futuro, como o nosso, se prenda a si mesmo numa camisa-de-força de incondicionalismo e de submissão.

Não é meu desejo declarar que isto esteja ocorrendo. Chamo a atenção da casa para este aspecto. Não estou, aqui, proferindo discurso de ataque ao governo, que eu apóio; não estou fazendo um discurso de ataque aos Estados Unidos, que eu admiro; estou fazendo um discurso de defesa de uma posição nacional, que eu considero inalienável, inarredável e que não é mais nossa, que é uma posição que nos vem do passado e que se projeta através de nós para o futuro.

Então eu digo, Sr. Presidente, que, no exercício deste dever de vigilância, de autoridade e de autonomia, não pode o Senado da República deixar de acompanhar a linha da organização do direito positivo que condiciona, orienta e determina o funcionamento do princípio da defesa coletiva no tocante à segunda hipótese aqui aventada, ou seja, no tocante ao caso da garantia contra a subversão interna e do policiamento dessa garantia.

Duas são as bases em que se assentaram estes princípios de direito. São as idéias clássicas da autodeterminação e da não-intervenção.

Note bem o Senado: o jogo de equilíbrio entre estes elementos aparentemente díspares, entre estas forças aparentemente conflitantes, ou seja, o jogo entre a necessidade de nos integrarmos num sistema continental, a necessidade de funcionarmos dentro da defesa desse sistema, de acordo com a liderança do mais forte – e eu reconheço essa liderança – e a necessidade de nós a reconhecermos de um lado, e de outro, a necessidade de mantermos os princípios da soberania nacional, da integridade nacional e da independência nacional.

O jogo dessas forças conflitantes só pode-se equilibrar por um sistema jurídico que represente a vivência sucessiva desses problemas, que represente a evolução intelectual, moral e histórica desses fatos, que represente a experiência de toda essa tradição e que seja, então, a garantia da liberdade de cada qual dentro da obrigação comum.

Fora do respeito à institucionalização jurídica, fora do respeito ao sistema de normas, então todo o edifício desaba, e os riscos para cada qual são imensos.

Se não tivermos a segurança da obediência a um sistema que nós mesmos criamos, então, se reconhecermos o direito de que esse sistema seja subvertido, então, Sr. Presidente, nós não temos mais garantias, então toda essa admirável construção da inteligência, da sabedoria e da generosidade dos povos da América, passa a não representar nada, e o próprio princípio da solidariedade e da defesa coletiva se esvai num jogo de palavras, e mais do que num jogo de palavras, numa terrível trama de ações que vêm desbordar os limites do direito.

Eu poderia, Sr. Presidente – e aqui tinha tomado umas notas – acompanhar, em leituras sucessivas, os textos dos diferentes tratados de que participamos, principalmente desde a VII Conferência Interamericana de Montevidéu, de 1933, mais especificamente desde a Conferência de Buenos Aires, de 1936, até as últimas reuniões, como aquela de Consulta de que tive a honra de participar e a que há pouco me referi. Poderia mostrar que nessas duas linhas – na linha da definição da autodeterminação e na linha da definição da não-intervenção – estes textos só se vão reiterando, estes textos só se vão confirmando, só se vão apurando e tornando mais expressivos, mais imperativos, mais categóricos. Mas não vou infligir ao Senado esta série de leituras que, afinal de contas, constam dos tratados, que são acessíveis; apenas direi que esta série de disposições encontra o seu clímax, o seu ápice no Tratado de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro, de 1947, e na Carta da OEA, de 1948, Carta

esta que, no artigo 25, que é aquele que mais nos interessa, faz uma referência precisa ao Tratado do Rio de Janeiro, que é o trabalho anterior.

O Tratado do Rio de Janeiro, que serviu, sem dúvida alguma, como modelo e inspiração para o Tratado do Atlântico Norte – tão festejado pela sabedoria dos seus dispositivos que foi imitado no velho continente – precisa, com muito rigor, as duas hipóteses que de início formulei, ou sejam, a hipótese de agressão externa e a hipótese de subversão interna.

Quanto à hipótese de agressão externa, conforme tive oportunidade de salientar, ela praticamente não está em discussão, porque a ação americana nunca encontrou motivo de resistência ou de objeções. Mas, quanto à parte de subversão interna, o Tratado do Rio de Janeiro diz o seguinte, no seu artigo 6º:

"O Órgão de Consulta se reunirá, imediatamente, a fim de resolver sobre as medidas que, em caso de agressão..."

Abro um parêntese: agressão que não seja de guerra, que não seja armada, mas de tipo subversivo ou ideológico.

"... se deva tomar em ajuda do agredido ou, em todo caso, as que convenha tomar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança do continente."

Sr. Presidente, este é o texto jurídico vigente, isto é, como disse, a chave de abóbada de toda a construção.

Na parte de agressão armada, qualquer nação tem o direto de mobilizar suas forças para repelir uma invasão estrangeira, no seu ou em outro país. No caso de agressão ideológica, essa possibilidade só aparece com a cautela a que eu aqui me referi.

Sr. Presidente, desde 1939, se não me engano, ou 1940, quando da Reunião de Consulta em Havana, toda a tônica da interpretação jurídica, na Organização dos Estados Americanos, era no sentido de se confundir agressão não-armada, ou seja, a agressão ideológica, com a doutrina fascista. O Presidente Roosevelt tinha, com sua genial intuição, previsto, desde 1936, em Buenos Aires, os riscos que haveria para o mundo de uma expansão descontrolada do poderio nazista. Os Estados Unidos, então, procuraram imprimir, à União Pan-americana, uma colaboração antinazista, como definidora da agressão ideológica. Numerosas são essas decisões, tomadas em diferentes reuniões, que obrigam os estados a se defenderem contra a subversão nazista. Uma delas faz um apelo aos diferentes países para tomarem a peito a legislação específica contra a espionagem e propaganda nazista nos seus territórios.

Não sei até que ponto essas deliberações não terão influído na redação do artigo da nossa Constituição que proíbe a propaganda totalitária.

Depois da vitória, depois que, infelizmente, desgraçadamente, se abriu para o mundo a fase da guerra fria entre os antigos aliados contra o nazismo, entre os Estados Unidos e a União Soviética, toda a conceituação de agressão ideológica desviou-se do campo da tonalidade nazista para o campo da tonalidade marxista-comunista. Começamos, então, a acompanhar as diferentes decisões da Organização dos

Estados Americanos, notadamente desde a Carta de Bogotá; da Reunião de Consulta de Washington, de 1951; da Conferência Interamericana de Caracas, de 1954, com a Resolução nº 93; da Reunião de Santiago, que V. Exª, Sr. Presidente, ilustrou com sua presença; da Reunião de Costa Rica, que ocorreu posteriormente à Reunião de Santiago; e enfim da Declaração de Punta del Este e demais declarações que condenam o comunismo internacional, até a que me referi, em 1962.

Portanto, hoje, a agressão ideológica internacional, sem dúvida nenhuma, está caracterizada – seria pueril, ridículo, negá-lo – como sendo de fundo comunista.

Não participo e aqui caminho para a conclusão do meu discurso, Sr. Presidente, da opinião de que devamos intensificar o espírito de insofrido radicalismo à idéia de que a luta entre a democracia e o comunismo seja apenas uma luta material e armada.

Se esta fosse a verdade, a humanidade estaria perdida, porque no impasse nuclear, no impasse atômico, na impossibilidade indiscutível de qualquer dos dois grupos, que cercam as duas superpotências, dominarem o grupo adversário pela força nuclear, e na segurança, que é hoje indiscutida em todos os círculos de cientistas, de políticos e de militares, de que a irrupção da guerra nuclear seria o fim da civilização e talvez da humanidade, se partimos deste princípio, então a idéia do combate ao comunismo tem que ser necessária e permanentemente um combate armado, e concluímos, fatalmente, que marchamos para a catástrofe nuclear.

Não há saída para este dilema. E esse dilema é inteiramente inaceitável; é mais do que inaceitável, é insuportável.

Se não confiarmos na salvaguarda dos princípios que norteiam nossa formação política, moral e religiosa, entre os quais está o de encontrar solução pacífica para os conflitos irremediáveis; se não formos capazes de acreditar que o desarmamento não é apenas uma utopia – ele pode ser uma utopia hoje, mas não deverá ser uma utopia amanhã; se não fizermos preces a Deus para que os cinqüenta bilhões de dólares que as duas superpotências despendem, provavelmente, por ano, apenas em armamentos nucleares, possam ser destinados a um emprego de desenvolvimento pacífico de todos os povos do mundo, estaremos, então, sendo os arúspices, os anunciadores da catástrofe.

Sr. Presidente, é natural que, chegado à minha idade, ao termo de minha experiência de vida pública, e o deva ter – e tenho – os títulos suficientes para me fazer respeitar como um democrata. Eu que, humildemente, reclamo a existência destes títulos, não os digo grandiosos, não os digo importantes, digo-os autênticos, experimentados e sofridos, declaro ao Senado que não acredito, não aceito como forçado, como provado, como inevitável que a luta contra o perigo comunista no mundo represente uma luta que se tenha de colocar necessariamente no campo da retaliação armada.

Os exemplos são ofuscantes; a continuidade geográfica não é a razão primordial do risco; se a continuidade geográfica com os países que vivem escravizados pela ideologia marxista fosse a razão da infiltração dessa ideologia nas potências vi-

zinhas, então a Europa Ocidental não teria resistido aos desastres da segunda guerra, não teria renascido para uma época de força e esplendor que ela jamais conhecera. Porque, se o perigo estivesse na linha que divide o oriente da Europa Ocidental, o ocidente da Europa Oriental, se fosse a continuidade geográfica a razão de risco da infiltração comunista, então a Alemanha Ocidental não floresceria na sua riqueza, no seu poderio, na sua glória ao lado da Alemanha Oriental.

Não, Sr. Presidente, existe de fato implicação na continuidade geográfica, mas a base da subversão comunista está nas estruturas econômicas, está na injustiça da nossa vida, está no desconhecimento dessa injustiça, está na miséria do povo, está no atraso das massas brasileiras, está no seu obscurantismo, está na sua doença, está no seu abandono, está no seu esquecimento.

Sr. Presidente, creio que, manifestando, reiterando o meu apoio ao governo que ajudei a instituir na hora de risco e o meu aplauso à grande nação que me serve, pela sua linha de cultura jurídica, inclusive de exemplo e de farol para minha própria profissão de professor, creio que, manifestando ainda uma vez este sentimento, essa opinião e esse propósito, em virtude dos argumentos que expendi, devo ter autoridade para me manifestar contra este projeto.

Votarei contra, porque entendo que a subversão do sistema jurídico constituído e elaborado nos termos que acabei de enunciar, representa um risco tremendo para cada um dos países que integram o mesmo sistema, e que a importância do Brasil, que, como eu disse, é um país grande demais para ter uma política internacional pequena, não se pode atrelar, não se pode satelitizar, não se pode submeter a decisões que são contrárias a uma organização jurídica de que participam e que só pode criar riscos e dificuldades para o futuro.

Esse projeto vai ser aprovado, Sr. Presidente. Nenhum de nós tem ilusões a esse respeito.

Para terminar, eu queria apenas chamar a atenção do ilustre Sr. Presidente da República e dos ilustres comandantes das Forças Armadas – se eu pudesse fazer menção de um nome eu faria do eminente Cel. Meira Matos, de quem não sou amigo, mas com quem mantenho corteses e respeitosas relações recíprocas: a nossa força, que vai contra o meu voto, vai para se desincumbir de uma missão de paz. Deve o Sr. Presidente da República estudar bem, depois de autorizado pelo Congresso, a oportunidade de remetê-la, porque, pelas notícias que temos, hoje o país está conflagrado. O país para onde nossa força está se dirigindo está em guerra. Vamos, portanto, exercer missão de paz num país que está em guerra.

Não foi o que aconteceu em Suez.

Admito que seja perfeitamente possível o estudo de uma dilação dessa providência, para que a força vá cumprir aqueles objetivos que estão consignados no texto da mensagem.

É manifestando esta opinião e esta esperança, Sr. Presidente, que eu agradeço aos meus ilustres colegas a honra da sua atenção. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)*

Saudação ao Presidente Giuseppe Saragat

10-9-1965

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Congressistas, minhas senhoras, meus senhores. Sr. Presidente Giuseppe Saragat, ao receber-vos calorosamente, o Senado Federal do Brasil homenageia, a uma só vez, o Estado italiano e o povo da Itália.

De fato, coisa muito rara entre os homens públicos de qualquer país, vós apresentais, na vossa vinda e na vossa pessoa, os traços mais impressivos e nobres da organização política de vossa pátria e do caráter da vossa nação.

Sois, assim, Senhor Presidente, um autêntico embaixador da Itália moderna, da Itália eterna; um embaixador especial, que pode estar seguro de levar pelo mundo não apenas a autoridade de um governo livre e humano, mas as fortes, límpidas e graciosas virtudes latinas, que há milhares de anos madrugaram no Lácio com a luz de uma cultura imorredoura. É este sol latino, até hoje longe do ocaso, que tão bem representais na vossa vida de estadista e na vossa formação de intelectual.

Nós, latinos, não devemos subestimar o significado da nossa presença no mundo atormentado de hoje, nem descrer da importância da nossa contribuição humanística à abertura de caminhos, neste impasse, em que vivemos, de uma civilização paralisada entre o terror técnico e o terror ideológico.

Vossa formação pessoal e política representa bem a adaptação desse velho humanismo latino às tarefas históricas do nosso tempo; o exemplo da vossa vida é uma indicação das possibilidades de que dispõe a nossa cultura comum, na solução dos problemas de agora e na construção de um melhor manhã.

Nascido na bela Turim, capital desse Piemonte ao mesmo tempo tão italiano e tão universal, fostes, desde cedo, marcado pelo amor direto ao povo e à terra que vos cercava, e pela atração das idéias vindas de outras terras e outros povos, através dos mares e fronteiras que cercam o vosso torrão natal.

Desde muito jovem vos reunistes ao grupo de moços que se congregavam em torno de Piero Gobetti, o grande pensador e polemista piemontês que, no seu periódico *Revolução Liberal*, logo identificou os pendores ditatoriais e reacionários do então socialista Benito Mussolini. Aquele mesmo Piero Gobetti, vosso mestre, que enfrentou a ditadura fascista com a maior coragem e elevação moral; que foi insultado, incompreendido, agredido até fisicamente, e que teve de se exilar em França, onde veio a morrer, sem ver a liberdade restaurada além dos Alpes.

Inscrito no Partido Socialista, vossa ação começou a se tornar notória, quando da reunião do congresso partidário, após o assassinato do Deputado Matteotti pelos fascistas. Data dessa época vossa elevação ao diretório do partido. Mas, em breve, o fascismo proscrevia, na Itália, a liberdade política. Preferistes, então, o exílio, e vos refugiastes na Suíça, naquele mesmo ano de 1926, em que vosso primeiro mestre, Go-

betti, morria em Paris, no triste exílio dos intelectuais que não se curvam, nem se corrompem.

Para Paris seguistes também, mais tarde, e ali vos reunistes a outro ilustre italiano, Filippo Turatti, o velho pensador e lutador do socialismo democrático, então já no fim da sua gloriosa vida. Pode dizer-se que estes dois grandes homens, Gobetti e Turatti, vos incutiram o que há de melhor na vossa formação de homem político latino: a confiança na paz entre as nações e no progresso social dos povos, dentro da liberdade e dos valores morais.

Justamente em homenagem à memória de Turatti, morto em Paris, como Gobetti, escrevestes uma das melhores páginas da vossa obra de pensador político. Nela afirmais o seguinte:

> "A civilização do princípio do século não era comum a todos os povos e a todas as classes sociais: era patrimônio de poucos povos e de classes privilegiadas. A massa das nações e a massa dos povos sentiram-se estranhas, em certo momento, a um mundo que não era seu. Desde esse momento a divisão se desenvolve em busca de suas conseqüências, das quais a guerra civil e a guerra mundial não são senão aspectos."

E, mais adiante, acentuais:

> "No mesmo período ocorreu o fato provavelmente mais grave do século: a fratura da classe trabalhadora. Era fatal que a violência desencadeada na guerra fosse seguida pela violência como força decisiva da História, e era inevitável que, frente à realidade brutal daquele tempo, que parecia desmentir as esperanças do socialismo democrático, os totalitários se pusessem contra os democratas como inimigos implacáveis."

A esta divisão anti-humanista dos ideais humanos, que tão bem indicastes, veio juntar-se, depois, o diabólico poder de uma ciência que pode tudo destruir, sob pretexto de salvar. Assim, entre as ameaças de escravização, de um lado, e de destruição, do outro, encontra-se a humanidade, desde que foram esquecidos os valores latinos de humanismo; estes valores que alguém já definiu como sendo a fusão harmônica da filosofia grega, do direito romano e da moral cristã.

A vossa posição política humanística era profunda e sincera; por isto mesmo resistiu sem esmorecimentos a todos os reveses imediatos, impostos pela expansão fascista. Com efeito, seguindo uma lógica cruel, as ditaduras alemã e italiana, depois de submeterem os seus respectivos povos e assaltarem algumas nações mais próximas, lançaram-se à conquista do mundo. Seus sucessos inaugurais foram fulminantes. Só a velha Inglaterra, liderada pelo maior dos seus filhos, resistia impávida na fortaleza inexpugnável da sua ilha. Com a queda de Paris, refugiastes-vos na douta Tolosa, cuja Universidade é dos mais potentes focos da cultura jurídica mundial. Naquele ilustre centro de saber vos juntastes a outros patrícios exilados e exercestes intensa

ação clandestina contra o invasor nazista. Retornando secretamente à Itália, conhecestes a prisão, de que vos pudestes evadir, e prosseguistes sem desfalecimento na luta contra o invasor tedesco, ao mesmo tempo em que participastes da organização da democracia italiana, cujo restabelecimento se aproximava. Restaurado o regime democrático, depois da vitória, fostes ministro e, depois, embaixador em Paris, posto que deixastes para integrar a Assembléia Constituinte italiana, como deputado de Roma. Como Presidente dessa Assembléia tivestes a honra de proclamar oficialmente a implantação da República, no vosso país. Daí por diante vossa vida política tem-se desenvolvido em contínua ascensão. Chefe partidário e fundador de um partido; Embaixador, Deputado, Ministro, Vice-Presidente do Conselho, coube-vos também, antes de serdes elevado à suprema magistratura, a tarefa de dirigir a política externa italiana. Como Chanceler, defendestes a personalidade italiana no plano europeu e mundial; esforçaste-vos pela integração e autonomia da Europa, inclusive com a participação inglesa, sem nunca descurar dos interesses reais da Aliança Atlântica. Em suma, realizastes o verdadeiro papel do Ministro do Exterior de um Estado soberano, que é o de nunca perder de vista, em primeiro plano, a personalidade e os interesses reais do seu próprio país, no quadro da fidelidade às causas comuns supranacionais.

Vossa eleição para Presidente da República, pelo Colégio Eleitoral em que predomina o Parlamento, verificou-se ao termo de 21 escrutínios, realizados entre 16 e 28 de dezembro de 1964. Chefe de um pequeno partido, em concorrência com candidatos provenientes das maiores correntes partidárias italianas, vossa vitória, ao termo de longa decantação de tendências, representou a confiança geral na vossa ação de socialista democrático, de pensador político e de lutador pela paz. Como quinto Presidente da República da Itália, viestes suceder imediatamente a Antonio Segni, o fino e honrado filho da Sardenha, outro exemplar de autêntica liderança humanística, política e intelectual, com quem, como Embaixador do Brasil, tive a honra de me entreter nas Nações Unidas, na Conferência do Desarmamento, e, já Presidente, no Palácio Quirinal, em Roma. Sucedestes, pois, imediatamente a Antonio Segni, de que se disse que possui "probidade exemplar e antiga sabedoria", e continuais a linhagem do enérgico Giovanni Gronchi, do sapientíssimo Luigui Einaudi e do fundador dessa ilustre linhagem republicana, Enrico De Nicola. Raramente um país terá reunido elenco sucessivo de tão altas virtudes republicanas, tão bem preparados e prudentes timoneiros da nau do Estado; capazes de equilibrar os seus poderes arbitrais com o dinamismo de um sistema parlamentar que foi a força central da reconstrução da Itália. Reconstrução firmada na aplicação dos princípios humanísticos de um governo capaz de atentar para as necessidades coletivas, sem descurar dos valores individuais.

Vossa orientação pessoal, dentro do movimento nacional e internacional do socialismo, reflete perfeitamente essa linha de pensamento. A divisão do socialismo entre as tendências democrática e totalitária conduziu à implantação do comunismo em certos países, antes da primeira guerra mundial, e do fascismo, em outros, depois dela. Nunca perdestes o equilíbrio entre as solicitações socialistas e a crença demo-

crática. Enquanto prestigiosos companheiros se deixavam atrair pela aliança com as posições totalitárias, tivestes sempre o senso necessário para conservar vossas posições liberais, dentro da doutrina socialista.

De resto, essa direção de progresso social, fundado nos valores do espírito e nos direitos básicos do indivíduo, constitui uma espécie de leito comum, que conduz, no mesmo objetivo, as principais correntes democráticas italianas. É como um largo rio, que recebe afluentes de diversa origem, misturando as forças de ideologias diferentes e levando-as para o mar do futuro. Não se nota, com efeito, diferença de substância entre os objetivos e mesmo entre os métodos principais da vossa ação política e aqueles da Democracia Cristã, que, radicados desde o princípio do século no pensamento de Giuseppe Toriolo e desenvolvidos, depois, por Luigi Sturzo, encontraram no grande Alcide De Gasperi o seu primeiro intérprete e executor. *(Palmas.)*

No magnífico discurso com que vos apresentastes, como Presidente, ao Parlamento italiano, fixais alguns pontos básicos dessas vossas concepções comuns a toda uma geração de estadistas. Ali salientastes a importância da luta pela paz e pelo desarmamento, e observastes que o caminho que pode conduzir ao desarmamento é o da distensão internacional e não o do agravamento das confrontações mundiais. Ali recordastes que – e estas são as vossas próprias palavras – "a salvaguarda da função parlamentar é a salvaguarda da democracia e a condição primeira para o desenvolvimento da justiça social". Ali dissestes claramente que – e são ainda palavras vossas – "as realizações sociais mais responsáveis e corajosas devem remover, segundo as palavras da Constituição, os obstáculos de ordem econômica e social que, limitando de fato a liberdade e a igualdade entre os cidadãos, impedem o pleno desenvolvimento da pessoa humana e a efetiva participação de todos os trabalhadores na organização política, econômica e social do país".

Senhor Presidente, esta é a estrada reta do humanismo latino, a nossa insubstituível contribuição para vencer os riscos do presente e abrir um caminho mais digno e feliz aos nossos descendentes. Não é uma estrada suave, mas, ao contrário, áspera e penosa. A vitória de vossas idéias, na Itália, e o êxito indiscutível da orientação que, como outros ilustres italianos destes à República, mostram, porém, que aquela contribuição é valiosa e, mesmo, inevitável.

À míngua de imensos potenciais armados e colossais recursos econômicos, não exclui que o futuro se desenhe mais de acordo com as nossas tradições latinas de humanismo fundado nas idéias de paz, de liberdade e de solidarismo social, idéias que são consubstanciais à nossa Igreja de Roma. É com a tranqüila confiança neste futuro, do qual o humanismo latino e cristão será um dos construtores, que vos saudamos, Senhor Presidente, vendo em vós um dos líderes de nossa causa, que é a influência moral e intelectual da latinidade, como valioso elemento de orientação para os temores e perplexidades de nosso tempo. *(Palmas.)*

Saudando-vos, relembramos também, carinhosamente, o vosso povo, que há mais de um século mistura o seu ao nosso sangue, labora ao nosso lado, integrado conosco, nos campos e nas fábricas. Saudamos este povo italiano tão rico de virtu-

des humanas, que é um dos elementos mais fortes na formação do povo brasileiro, pela ampla miscigenação, e pela funda afluência cultural e artística, científica e religiosa.

Podemos, assim, dizer que, ao saudarmos em vós o vosso povo, estamos, de fato, nos festejando a nós mesmos.

Finalmente, Senhor Presidente, em vós glorificamos a Itália, *(palmas)* país em cujo louvor todos os superlativos empalidecem; expoente supremo milagroso da perfeição paisagística e monumental; esta Itália que sentimos tão nossa e que representa em si mesma, pela sua história, pela sua cultura e pela sua beleza, uma das provas de que a terra e os homens foram criados por Deus. *(Palmas prolongadas.)*

Reforma constitucional

3-3-1966

O SR. AFONSO ARINOS – A 27 de outubro do ano passado, no próprio dia da expedição do Ato Institucional nº 2, ocupei a tribuna do Senado proferindo um discurso de análise e de advertência. Analisando resumidamente a trajetória da revolução brasileira, de 1922 aos dias atuais, ressaltei o seu paralelismo, ou seja, o fato de que os aspectos sociais e institucionais do nosso processo revolucionário revezam-se no tempo, mas não se integram nunca em fases de acordo ou compromisso. O resultado é que nem as tendências reformistas se exprimem no Brasil por meio de instituições jurídicas democráticas, senão que adotam formas ditatoriais e processos corruptos, nem as instituições democráticas servem de instrumento às necessárias reformas sociais, mas se apresentam, antes, como empecilho ou entrave à sua execução. Observada desta maneira, que parece acertada, a nossa História recente, extraí da análise feita a advertência de que, enquanto não se reúnam as duas correntes da revolução brasileira em um só leito, enquanto os anseios de reforma não cheguem a institucionalizar-se democraticamente e as instituições formais da democracia não sirvam de instrumento às reformas necessárias, continuaremos nesta dolorosa marcha de movimentos periódicos, que ora tendem para um reformismo anárquico, ora para a contenção institucional reacionária, sem que o Brasil avance realmente na única estrada que lhe convém, que é a do progresso com estabilidade; de justiça social com liberdade.

Esta fusão é possível e depende só do desaparecimento da radicalização ideológica.

Não há dúvida de que, nos dias atuais, diminuiu consideravelmente a influência das ideologias na formação dos governos. A ideologia política, como sistema coerente e fechado de valores teóricos e doutrinários, servindo de suporte, método e propósito ao governo dos povos, tende a desaparecer do cenário histórico contemporâneo. A fase áurea de experimentação ideológica na ação política foi o período que

se seguiu à primeira guerra mundial. A revolução comunista, com a sua tremenda força, surgiu, então, como realização de uma escola pretendidamente científica e, embora a primeira geração bolchevista constituísse, na Rússia sob a liderança de Lenine, um movimento de raízes profundamente nacionais, ofereceu-se aos olhos do mundo como a experiência inaugural, capaz de transformar em realidade universal o desenvolvimento, supostamente inevitável, de uma ideologia abstrata e supranacional, filha do materialismo e da História.

Em contraposição ao risco invasor da ideologia de esquerda, surgiu o fascismo, como ideologia da direita. Sem ter atingido, nunca, o rigorismo científico nem a sistematização global do marxismo, é contudo inegável que o fascismo pretendeu, e até certo ponto conseguiu, erigir-se em sistema coerente de idéias. Os mitos da raça na Alemanha e do destino nacional na Itália vieram servir de cimento à união das massas em torno de certos valores ideológicos exclusivistas, expostos por filósofos, sociólogos e juristas.

De qualquer forma, na medida em que se cristalizavam ideologicamente, de maneira rígida e inflexível, o marxismo russo e o fascismo ítalo-alemão, ambos movimentos nacionais, se internacionalizaram, provocando movimentos e reações em todo o mundo, inclusive no Brasil.

A novidade do acontecimento era chocante e enormes foram as suas conseqüências. Até então o mundo civilizado conhecera tipos de governo fundados em princípios gerais, dotados de flexibilidade e suscetíveis de acomodações. O Estado moderno renascentista, por exemplo, confundiu-se com a monarquia absoluta, delineada por Leon Bodin e Bornet, sobre a idéia de soberania nacional, expressa na pessoa do monarca, assegurada a continuidade do sistema por meio do direito divino dos reis. Mas, dentro do quadro, havia amplas perspectivas de expansão diferenciada dos princípios da monarquia absoluta, segundo a índole e a formação de cada povo. O mesmo se pode dizer a respeito do Estado democrático, no seu início, assentado sobre o pensamento de Locke, Montesquieu, Rousseau, Jefferson e outros. A maioria governante, as liberdades civis, as garantias individuais, a necessidade de oposição, a temporariedade dos mandatos, princípios cardeais do sistema democrático, foram, a partir do século XVIII, construídos e praticados por governos nacionais tão diversos como os emanados do parlamentarismo inglês, da independência americana ou da revolução francesa.

Com a passagem dos governos fundados em princípios para os governos baseados em ideologias, tudo mudou. Em face das ideologias dominantes, que se excluíam pelo impulso mesmo de dominação, advieram resultados inevitáveis. O primeiro resultado proveio de internacionalização ideológica, da qual seguiu-se a divisão inconciliável dos povos sob sua influência. Se dois sistemas de pensamento e de ação se afrontam em todo o mundo, ambos intransigentes, tornou-se inevitável que os povos submetidos a essa pressão contraditória se dividissem em correntes antagônicas. Essa divisão levou, também inevitavelmente, ao extremismo e condicionou os acontecimentos decisivos ocorridos entre as duas guer-

ras em países tão importantes como a Itália, a Alemanha, a Espanha e a própria França. A mesma divisão extremista se fez sentir em outras regiões do mundo, inclusive no Brasil, onde a revolução democrática de 1930 foi absorvida pela divisão ideológica radical, que nos levou ao comunismo, em 1935, ao fascismo, em 1937, e até hoje, à sucessão pendular de movimentos opostos a que já me referi.

A área democrática, a única que conseguiu manter a estabilidade das instituições no mundo em profunda mudança, foi a dos países de língua inglesa, a Suíça e as pequenas monarquias do norte da Europa, precisamente aqueles povos que, pela sua formação, tendiam a conceber os governos como instituições fundadas na realidade da vida, e não em sistemas ideológicos abstratos.

Sem dúvida, a ação das ideologias, principalmente o marxismo, ainda é hoje a frente principal das crises políticas que atormentam o mundo. Dentro, mesmo, do marxismo, no entanto, assistimos ao fato revelador da União Soviética, acusada pela China de traição à pureza doutrinária, tornar-se, até certo ponto, elemento de conciliação com o ocidente, enquanto a China, fechada no seu purismo ideológico, como numa nova e imensa muralha, constitui o centro da ameaça radical dos nossos dias.

Esta fragmentação do marxismo, em contato com a realidade da vida, é que vem determinando o chamado policentrismo ideológico comunista, cuja expressão mais importante é o dissídio entre Pequim e Moscou, mas que também se faz sentir na Iugoslávia, na Albânia, nas repúblicas populares da Europa e na própria Cuba.

De todo esse amplo movimento histórico, a lição que deve ser tirada é o declínio atual e o fim próximo do Estado baseado em ideologias, e, em conseqüência, a derrota do pensamento teórico revolucionário pela sociologia política com seus métodos realistas, objetivos e empíricos, capazes, no entanto, de reconhecer e resguardar os valores éticos da personalidade humana.

Se acompanharmos a marcha do processo revolucionário brasileiro encontraremos na divisão e na radicalização ideológica a chave da explicação de nossas dificuldades. A presunção de certa escola do nosso pensamento político, que enfatiza os aspectos econômicos da nossa evolução como razão principal das crises que atravessamos, não me parece fundada. Com efeito, o Brasil atravessou crises semelhantes, e até mais graves, sem que sofresse a estabilidade das suas instituições.

As crises institucionais se apresentaram somente quando surgiram conflitos e radicalizações ideológicas. Assim foi a República e, dentro dela, a instabilidade institucional que a persegue, cuja curva coincide muito mais com a da radicalização ideológica do que com a das mutações ou pressões econômicas.

Para nós, brasileiros, é vital o esforço no sentido de se afastar as idéias de Estado e de governo do domínio da ideologia, porque disso depende a possibilidade de reunirmos, no mesmo leito, as correntes, até agora separadas, da nossa revolução, ou seja, o lado da ordem formal e o lado da reforma social. Depois da revolução de 1964, e como conseqüência normal de agitação ideológica e imatura do governo en-

tão deposto, a situação criada assentou suas bases ideológicas numa posição antagônica ao comunismo. Acontece, porém, que este anticomunismo tornou-se por sua vez ideológico, isto é, cristalizou-se em um sistema fechado, que, aos poucos, se desliga da realidade social e aprofunda a radicalização interna, tornando inviável uma verdadeira obra de governo.

Desta radicalização se aproveitam grupos econômicos e forças reacionárias para servir aos seus interesses, muitas vezes conflitantes com os do povo. A este propósito a experiência dos dias atuais me tem sugerido uma observação melancólica. Há cerca de um quarto de século que venho participando dos acontecimentos políticos nacionais. Já deputado, incluí-me entre os que se esforçavam para defender a ordem jurídica estabelecida na Constituição das tentativas e ameaças que contra ela, vez por outra, levava a efeito Getúlio Vargas, Presidente constitucional. Eu defendia, ardorosamente, como líder da oposição na Câmara, a integridade das garantias constitucionais contra as tendências ditatoriais do governo, tendências estas que procuravam despertar a esperança das massas na reforma social, e dela fazer a base de uma possível volta à ditadura.

O conflito foi-se agravando até o triste fim por todos conhecido. Hoje observo, preocupado, que o processo se inverteu. Os mesmos civis e militares que antes defendiam a ordem democrática, contra a força, defendem agora a necessidade de um período de governo de força, para manutenção da ordem. Mas o grave é que este interregno ditatorial, destinado à defesa da ordem, parece às vezes destinado a conter o impulso da evolução social necessária à paz interna e, portanto, à estabilidade democrática.

Fico, então, cogitando, que muitos entre nós que aderimos à revolução de 1964 no empenho de enfrentar a desordem, a radicalização ideológica e a corrupção, estamos servindo de caudatários a algo que não aceitamos, ou seja, a participar da transformação dos instrumentos da ordem em barreira contra o progresso social e econômico exigido pelo bem comum e conducente ao estabelecimento de um governo democrático no país. Em uma palavra, não pertenço ao grupo que, antes, defendia a integridade da lei para evitar reformas ditatoriais, mas que, hoje, apela para a ditadura com o objetivo de evitar transformações necessárias, ainda que legais. A responsabilidade embora modesta, do meu passado de idéias e de ação, exige de mim a repulsa clara a esta posição inaceitável.

Não se confunda esta atitude com qualquer forma de radicalismo, nem mesmo de romantismo político. Ela pretende ser, ao contrário, moderada e realista. Não estou, por exemplo, entre os que acreditam na possibilidade de uma restauração imediata, entre nós, de todos os processos e garantias inerentes à prática da democracia.

O vazio institucional em que vivemos e a predominância de correntes autoritárias na atual correlação de forças indicam que seria arriscada e ilusória a reinstalação imediata de uma situação de normalidade, cuja conquista, para ser duradoura, há de ser gradativa. O que sustento é que os poderes de emergência, concedidos ao governo pela revolução, não devem nem ser desviados para o fim de uma contenção

reacionária da desejada evolução social, nem empregados no propósito de estabilizar o governo de força, senão que, ao contrário, com o fim de preparar juridicamente o termo da sua duração. Não é isto, no entanto, o que infelizmente vem ocorrendo. Na verdade, o ano de 1966 se anuncia como eminentemente político, mas político apenas no sentido de uma luta de poder dentro dos quadros limitados do dispositivo revolucionário, ou, ainda mais estreitamente, no âmbito militar desse dispositivo. Não há dúvida de que a fixação do processo dentro desses limites é possível, mas é também muito provável que, se tal acontecer, o governo a se instalar no ano próximo depare com uma situação cada vez mais difícil de ser resolvida pacificamente.

A meu ver, a sucessão presidencial, passo invariavelmente penoso do presidencialismo brasileiro, e que, agora, como sempre, absorve todas as atenções nacionais, tem pouca importância se comparada à tarefa que aguarda o futuro governo em face da reconstrução constitucional. A revolução não se completa com fazer o futuro Presidente; ela só se completará se, por meio dele, puder encontrar solução adequada ao difícil problema institucional do nosso país.

Com efeito, não é possível que atravessemos ainda um período de governo no mesmo caos constitucional em que nos encontramos. Não há exemplo na História do Brasil independente, de nada que a isto se assemelhe.

A maior crise constitucional do Império, a do Ato Adicional de 1834, foi cortada com desrespeito à Carta de 25 de março. Mas se os processos utilizados na elaboração do Ato Adicional foram formalmente ilegais, a verdade é que ele instalou uma situação jurídica estável, manteve e ampliou as liberdades públicas, e, depois de corrigido pela Lei de Interpretação, conferiu à Constituição do Império aquele alto teor que fez dela um dos grandes documentos políticos do século XIX.

A ditadura provisória, instaurada com a proclamação da República, o foi dentro de um quadro jurídico coerente, constante do decreto de proclamação, quadro este que se manteve íntegro e em satisfatório funcionamento até a Constituição de 24 de fevereiro.

O mesmo se pode dizer da moldura jurídica do Governo Provisório saído da revolução de 1930. Embora de longa duração, o seu direito público, fundado no decreto que organizou, foi orientado em direção conhecida.

A própria ditadura pessoal de Getúlio Vargas não ofereceu o espetáculo de insegurança jurídica e permanente flutuação que oferece o direito público da revolução de 1964.

O ditador não cumpriu o processo de legitimação da Carta de 10 de novembro por ele mesmo outorgada, processo que se manifestaria no plebiscito. Mas, embora não legitimado, o sistema funcionou dentro das linhas traçadas naquele documento, o que conferia ao regime, ainda que detestável, o seu âmbito de segurança jurídica.

O que me parece extremamente grave na situação atual é o vazio da insegurança jurídica. Voltaire disse, certa vez, que nunca se vai tão longe como quando

não se sabe aonde se vai. Esta é, a meu ver, a situação alarmante do nosso país, em cujo futuro imediato todos os caminhos podem ser trilhados, uma vez que não se encontra traçado nenhum caminho.

Nas crises anteriores de transformação das estruturas jurídicas, como acabo de recordar, as elites dirigentes sempre souberam encontrar formas de relativa estabilidade e segurança jurídica para as fases transitórias, ou intermediárias. Não há precedente para a confusão atual na qual observamos esta situação de um país com as grandes tradições políticas e jurídicas do nosso, que oferece ao mundo o singular espetáculo de um Estado civilizado praticamente desprovido de um direito público apreciável e coerente.

A segurança de que dispomos provem somente das qualidades de lucidez, patriotismo, equilíbrio e moderação que se reúnem na pessoa do Presidente da República, mas não de um quadro assentado de norma jurídicas, defendido por autoridades judiciais e administrativas providas de poderes adequados. Na verdade, as normas que constituem a base do nosso atual direito político são confusas, flutuantes, não raro conflitantes e sujeitas a súbitas e não motivadas mutações; enquanto a administração e os poderes Judiciário e Legislativo se vêem desprovidos de qualquer eficácia, nos assuntos fundamentais, em virtude da legislação revolucionária.

A desordem constitucional foi aumentada, em vez de se ir dissipando com a marcha da revolução. O Ato Institucional nº 1 parecia ser apenas um interregno de força no quadro da normalidade constitucional, interregno destinado a eliminar os riscos que rondavam a nossa democracia, a fim de que, cessados eles, pudesse a mesma funcionar a contento. O referido Ato não tem número, o que indica que não eram previstos outros da mesma natureza, e fixa o seu termo na data de 31 de janeiro de 1966, quando se empossaria um governo eleito regularmente, nos termos da parte permanente da Constituição. Dificuldades e obstáculos de toda ordem, inclusive conflitos e ambições na área civil e militar da revolução, tornaram impossível a marcha prevista. Foi necessária a prorrogação do mandato presidencial a fim de que, dentro desta dilatação de prazo, pudesse ser delineado o quadro das nossas instituições, de maneira a que a transferência do poder pudesse se operar normalmente, num país juridicamente organizado. Infelizmente, a revolução fracassou por completo nesta parte. Ambições desencadeadas no radicalismo civil e estimuladas pelo radicalismo militar; a posição ideológica tornando impossível a reabsorção dos vencidos adaptáveis aos ideais revolucionais; hesitações e divergências no seio do governo; pressões de problemas econômicos e financeiros que exigiam solução pronta; e, acima de tudo, a falta de uma orientação doutrinária firme levaram-nos a este processo imediatista de legislação constitucional que, longe de sistematizar uma construção, fez o contrário, ou seja, metodizou, se assim se pode dizer, a destruição do que havia sem nada de sólido pôr em seu lugar.

De minha parte fiz o que pude, chamando a atenção para o que ia ocorrer, e está ocorrendo. Em discursos e trabalhos escritos, notadamente em longa entrevista concedida a *O Globo* do Rio de Janeiro, e a *O Estado de S. Paulo* da capital paulis-

ta, bem como em trabalhos remetidos diretamente ao governo, e por ele solicitados, apresentei o melhor que me foi possível, durante meses sucessivos, os argumentos em favor de um plano de reformulação constitucional que criasse instituições realmente adequadas à nossa realidade histórica, e que propiciasse, ao mesmo tempo, uma solução pacífica à eterna crise brasileira, que é a da transferência do poder.

O mais importante não era o que eu dizia, mas o fato de alguém dizer alguma coisa sobre a evidente necessidade, no meio da desordem jurídica que aumentava, de um planejamento constitucional. Existem pessoas, inclusive inteligentes, mas alheias às evidências da Ciência Política, que consideram o direito como simples formalismo, e supõem que a vida de um povo se pode estabilizar na medida em que a conjuntura econômico-financeira seja dominada. Na verdade estas são suposições ineptas, porque, se não se estabelecem normas de convivência política, civilizadas e estáveis, para a vida dos grupos sociais, a disputa pelo poder, entre facções e interesses, passa a ser uma aventura desmedida e desregrada, e, por isso mesmo, levada a centralizar as principais energias nacionais, a absorver as suas mais relevantes tarefas e a criar a insegurança total, comprometedora de todos os mais setores de atividades, que hoje domina a nação brasileira.

Por isto, enfrentando embora o ceticismo de uns e a suspeição de outros, insisti tanto, no decorrer do ano findo, por uma ação coordenada de total reconstrução institucional. Ela se torna cada vez mais cruamente, mas ofuscantemente indispensável. Isto que por aí anda não é República, mas um regime inominado; isto que por aí se pratica não é Constituição, mas uma amostragem de confusas improvisações. Não procuremos culpados, culpados somos todos nós, que nos dividimos e nos paralisamos reciprocamente na disputa miúda das aparências e despojos de um poder inoperante, em vez de levantarmos os olhos e os corações. Culpados, tanto mais culpados quanto mais seguramente estejamos conscientes da inviabilidade do que aí está, e da possibilidade da construção de algo viável.

Nas incertezas do futuro próximo, ainda que a crise sucessória se deslinde, só uma certeza subsistirá: o governo futuro não poderá restaurar as condições necessárias à paz e ao progresso do país, no atual clima de caos constitucional.

A tarefa de ordenação conferida a uma comissão de eminentes juristas, embora útil, não alterará, de forma nenhuma, a substância do problema. Seria o mesmo que tentar a cirurgia plástica para recuperar um doente que carece de cirurgia profunda.

Com efeito, a comissão de Juristas não foi, nem o poderia ser, incumbida da reorganização constitucional de que carecemos, mas, e apenas, de uma reordenação formal dos textos existentes, o que é coisa muito diversa.

Na temível desordem jurídica em que nos debatemos, como já disse, só os atributos pessoais do atual Presidente servem ainda de ponto de equilíbrio e confiança. O termo de seu mandato está porém próximo, e é inevitável. Acreditamos sinceramente em que se possa chegar à escolha de um sucessor capaz de despertar, pelas suas qualidades, os mesmos sentimentos. Mas, ainda que tal se dê, a situação perma-

necerá a mesma que agora, isto é, incompatível com o passado e o futuro de um grande país, como o nosso. O regime dito presidencial que mais se aproximava do brasileiro de hoje, era o da República de Gana, cujas instituições políticas eram singularmente assemelhadas às que nos regem. Aqui e lá eleição do Presidente pelo Congresso; candidato indicado pelo partido oficial; sujeição total do Legislativo e do Judiciário ao Presidente. É triste reconhecer o modelo que escolhemos, bem diferente do norte-americano. Vimos, há poucos dias, que o regime ganense, apesar do prestígio do seu líder, foi por água abaixo. Não devemos ter muitas ilusões sobre a nossa capacidade de agüentar o que a antiga Costa do Ouro não agüentou.

Referi-me a este exemplo apenas para insistir na necessidade do Senado, de todo o Congresso, meditar sobre a situação em que nos encontramos.

Há muito em que insisto nesta linha, obstinadamente, convencido de que cumpro os deveres do meu mandato legislativo. Certo é que, como o semeador da parábola evangélica, as pobres sementes que lanço têm caído no solo sáfaro da indiferença, do imediatismo, ou da ambição de poder.

Mas continuarei, até o fim, pronto a dar o meu auxílio e apoio àqueles que, mais prestigiosos, influentes e capazes, pensem, em princípio, como penso.

A sugestão que agora formulo aos meus caros e ilustres colegas do Senado e da Câmara, tanto da corrente governista como da oposicionista, é simples e prática.

Urge que o Brasil se integre no mundo das potências democráticas modernas. Devemos entrar, de fato, nesta segunda metade do século XX, fase que a sociologia política moderna chama pós-política, e que se caracteriza pelo combate consciente à divisão ideológica e pela organização de regimes que se preocupam menos com o classicismo dos modelos do que com a adequação das instituições às realidades nacionais. Devemos, assim, criar um Estado que seja realmente a expressão livre, forte e pacífica de nossa personalidade histórica e cultural. Com estes altos objetivos é que sugiro às grandes correntes em que se divide o Congresso que, sem preocupações de apoiar o governo ou combater o governo, à margem da disputa sucessória, lancemos as bases de um movimento visando preparar um anteprojeto de Constituição para o Brasil. Este anteprojeto seria a resultante natural do encontro das forças dominantes na sociedade brasileira, e se transformaria, provavelmente, no fato político dominante, tendo, inclusive, repercussões internacionais, na medida em que, como estou seguro, represente um elemento de progresso na Ciência Política e no Direito Constitucional contemporâneos.

O documento, uma vez preparado, ainda que não logre aprovação no corrente ano, poderá ser a base de apoio do governo futuro, e o caminho largo pelo qual ele evitará despenhar-se na desordem ou na ditadura.

Se esta sugestão, feita com os mais altos propósitos, e sem quaisquer segundas intenções, lograr bom acolhimento, eu proporia ainda que se cuidasse logo da organização interpartidária de um grupo de trabalho incumbido de estudar as bases do anteprojeto e a redação do seu esboço. Esta tarefa não deveria interferir com a mar-

cha assentada dos próximos acontecimentos políticos, tal como foi traçada pela revolução, inclusive a realização das eleições deste ano.

O Congresso, com efeito, na situação atual, não tem condições para alterar o quadro delineado pela força revolucionária. Muito diminuído na sua função legislativa, sem iniciativa própria no domínio político, no qual se limita a executar decisões tomadas fora do seu seio, o Congresso Nacional sobrevive principalmente como símbolo democrático e também como demonstração do desejo das forças da revolução de restaurarem a democracia. Mas existe, no Congresso, apesar de todas as limitações e inibições, uma força imanente, que decorre da natureza das coisas. Esta força, se utilizada, encontrará valioso apoio na opinião. No momento, pelas circunstâncias existentes, o seu poder de iniciativa se resume em tarefas como aquela que tenho a honra de propor à sua meditação.

O Congresso deve encerrar a sua última sessão fazendo algo de grande para o país, algo que explique a sua sobrevida submissa, durante a revolução.

Ainda que não se possa fazer aprovar o projeto de Constituição, cujo preparo preconizo, a sua simples existência seria uma esperança para o país, e uma porta de saída para a aflitiva situação sem saída em que nos achamos.

E seria ainda, talvez, o único ponto de apoio do governo saído das eleições revolucionárias, bússola e roteiro para a incerteza e tormentosa travessia que o aguarda.

Eleição indireta do Presidente da República

29-9-1966

O SR. AFONSO ARINOS *(Lê o seguinte discurso)* – Senhor Presidente, Srs. Senadores, quando assinei o documento de organização da Aliança Renovadora Nacional, por solicitação honrosa do meu eminente colega Senador Daniel Krieger, observei a este ilustre companheiro que atendia à convocação sob reserva de duas posições, nas quais, por motivo de convicção e de consciência, desejava manter-me livre de quaisquer compromissos políticos.

Uma dessas posições em que me reservei a liberdade de ação parlamentar, dizia respeito às minhas convicções jurídicas sobre sistemas de governo.

Quanto a este ponto, deixei claro ao amigo referido que persistia na convicção de que somente o sistema parlamentar, estruturado modernamente e adaptado às condições reais do nosso país e do nosso povo, poderá estabelecer, no Brasil, um tipo de equilíbrio entre a liberdade e a autoridade, capaz de propiciar instituições que atendam às nossas deficiências e estimulem as nossas qualidades.

Não é por vasão pirronismo, nem com maligna satisfação, que antevejo, em próximo futuro, o cumprimento destes tristes vaticínios. A fragilidade básica do pre-

sidencialismo brasileiro reside na crise de transmissão do poder e só tende a se agravar, na medida em que o desenvolvimento do país aumenta as incumbências e responsabilidades das funções entregues a um só homem, ao mesmo tempo em que certos fatores inafastáveis da nossa formação sociológica tornam impossível o controle jurídico do poder pessoal. Isto sem aludir à ausência completa, no Brasil, de elementos necessários, como o respeito religioso à Constituição, a força do Congresso, a pujança dos partidos ou o papel da Suprema Corte – que fizeram do presidencialismo americano um tipo de governo muito mais institucional do que pessoal.

A crise de transferência do poder, sempre presente no presidencialismo brasileiro, foi iludida e contornada mais do que evitada ou resolvida, com o expediente da eleição do Presidente da República pelo Congresso Nacional.

E precisamente diante desta solução, a meu ver precária e errada, que se colocou dentro de mim, o problema de convicção e de consciência, para cujo deslize, reservei-me liberdade de atitudes.

A meu ver, a eleição do Presidente da República pelo Congresso, no regime presidencial, além de desvirtuar os fundamentos políticos do sistema, aumenta grandemente os piores aspectos de que ele se reveste no Brasil, que são o seu personalismo exclusivista, gerador da improvisação e da descontinuidade político-administrativas, do desrespeito às liberdades públicas e individuais; em uma palavra, da total falta de limitação do poder, caprichoso e arbitrário, pelo direito.

Muito se tem escrito a respeito da eleição indireta, recentemente, entre nós, e nem sempre com o propósito de esclarecer a questão, que é simples, nem de recordar noções consagradas. Via de regra, os debates havidos, ou confundem o que é claro, ou se destinam a justificar – sem êxito, seja observado – posições pessoais pouco sustentáveis.

A primeira noção que tem aparecido obscurecida é a do próprio voto indireto. Vem-se confundindo, não deliberadamente, estou certo, duas coisas diversas, que são o sufrágio indireto e o direto em dois graus.

Realmente, nem sempre estes dois conceitos aparecem bem definidos nos autores. Sua diferenciação proveio mais das transformações históricas do que das doutrinas jurídicas. Hoje, no entanto, podemos distinguir os dois tipos diferentes de sufrágio. O voto indireto é aquele no qual o eleitor primário designa um eleitor de segundo grau, o qual é incumbido de escolher livremente o eleito. Este foi o sistema que conhecemos no Império, antes da reforma eleitoral da Lei Saraiva, em 1881, que instituiu o voto direto. Assim, no verdadeiro voto indireto, é essencial o elemento da liberdade do eleitor eleito, para dar o seu voto. O sistema, hoje em desuso, era, no fundo, um processo de sufrágio censitário, visto que se exigia, para o eleitor eleito, novas condições de capacidade, inclusive financeira. Mas, com o tempo, o voto indireto passou a ser direto em dois graus.

Neste tipo de eleição, que é o aplicado para a escolha do Presidente dos Estados Unidos, o eleitor de segundo grau é escolhido diretamente com a finalidade exclusiva de eleger o candidato que tiver obtido maioria na eleição primária. É sabido

como o processo de escolha do chefe do Estado foi difícil na Convenção de Filadélfia. Hesitou-se entre a eleição direta, a escolha pelo Congresso, ou por um colégio de eleitores eleitos. Foi assentado esta última solução, na persuação de que se tratava, realmente, de uma eleição indireta, na qual um corpo esclarecido de cidadãos de elite designasse o Presidente. É sabido, no entanto, como a lógica do sistema presidencial levou a prática do regime ao que é atualmente isto é, ao mandato imperativo do colégio eleitoral, que corresponde, exatamente, à eleição direta em dois graus. Outro exemplo da mesma lógica dos fatos é visível na França atual. A medida em que o regime evoluta para o presidencialismo, foi, se tornando inevitável a eleição direta do Presidente, decisão afnal tomada na reforma constitucional de 1958.

No Brasil, o processo estabelecido pela exuberante legislação constitucional revolucionária, é o da eleição do Presidente pelo Congresso, segundo o Ato Institucional nº 2, artigo 9: mas com voto obrigatoriamente vinculado, para os congressistas, nos termos do Ato Complementar nº 16, artigo 1.

Trata-se, pois, de certa maneira, de um sufrágio direto em dois graus, visto que os eleitores são eleitos pelo povo mas não podem votar senão no candidato do seu partido, ou, como agora se diz, da sua organização.

Acontece, porém, que o processo em vigor – e permanentemente em vigor, segundo o Ato Institucional nº 2 – é completamente diferente do em uso nos Estados Unidos.

Ali se elege um colégio eleitoral expressamente para o fim de ratificar a escolha da maioria; feito o que, o mesmo se dissolve. Aqui conferiu-se ao Congresso Legislativo permanente a incumbência. Ora, esta solução é inconveniente por vários motivos. Vejamos os principais: 1º é contrária aos princípios essenciais do sistema democrático-representativo a imposição de mandato imperativo aos membros do Poder Legislativo; 2º o Congresso não pode exprimir, pela sua longa duração, a inclinação popular imediata quanto à preferência entre os candidatos, o que torna a sua representação inautêntica, além de antidemocrática; 3º no caso especial do Brasil, conferiu-se a incumbência extravagante a um Congresso mutilado de muitas das suas funções e prerrogativas normais, o que aumenta a escala do erro. Pode-se, mesmo, afirmar que a missão descabida só foi conferida ao Congresso precisamente porque ele foi privado de muitos dos seus atributos de legitimidade e de independência, tornando-se, assim, órgão mais submisso às conveniências, nem sempre justas, do poder.

Em defesa da solução que condenamos, tem-se utilizado muito a opinião de Assis Brasil, expressa no livro *Do Governo Presidencial.* Ninguém respeita mais que eu a memória do ilustre pensador político, a quem tive ainda o privilégio de conhecer pessoalmente, mas a verdade é que o ponto em questão é dos mais fracos do seu livro. No trecho referido, ele começa por dizer que o sistema de eleição presidencial que ele preferia era "a usada na França, onde esta missão esta confiada às câmaras"; e acrescenta que "esta era uma das boas coisas que via na organização constitucional francesa". Assim, ao tratar do sistema presidencial, e do seu problema mais delicado, Assis Brasil indica a solução adotada no sistema parlamentar da Terceira Repú-

blica francesa, onde a eleição do Chefe de Estado obedeceu a pressupostos inteiramente diferentes. Depois, Assis Brasil faz uma estranha confusão entre o voto direto e o indireto. Diz ele que a eleição pelas câmaras, que preconiza, "é direta", mas "de eleitorado resumido", embora acentuando que os eleitores devem ser "legal e virtualmente livres para meditar, discutir e deliberar", o que constitui, precisamente, como já vimos, a essência da eleição indireta.

Para completar a confusão do trecho, Assis Brasil acentua, ainda, sem explicar como isto é possível, que os eleitores eleitos do sistema que preconiza não são de segundo grau. Tudo, aí, é incompreensível.

Além disso, a concepção que Assis Brasil tinha das funções do Presidente era inteiramente irrealista. Ele diz, textualmente, que a escolha do Presidente era "mais um ato de administração que de soberania" e que "eleger Presidente não é constituir um representante, é fazer o primeiro dos funcionários públicos". Por isto, para Assis Brasil, é que tal escolha, não sendo política, deve caber a um pequeno corpo esclarecido e não à massa dos cidadãos. Como se vê, ele faz tábua-rasa das atribuições políticas fundamentais do Presidente no sistema presidencial, e, portanto, do caráter inalienavelmente político da sua eleição.

Não é descabido, assim, assegurar que o texto tão citado de Assis Brasil não passa de uma antologia de erros de fato e de confusões de pensamento.

A verdade, a meu ver indiscutível, é que a escolha do Presidente pelo Congresso, no sistema presidencial, constitui um dislate jurídico e uma contradição política que, cedo ou tarde, se desvendarão por si mesmos.

Outro argumento tem sido utilizado, que, embora bastante invocado para combater o sistema de partidos, adquiriu aqui vezos de originalidade e, por isto mesmo, merece contestação.

Trata-se da alegação de que não existe, de fato, eleição popular direta, visto que os candidatos não se apresentam por si mesmos, mas devem passar pela escolha prévia dos partidos. Não se pode negar, em boa-fé, a falha que isto significa no sistema representativo. Nem é por negar as falhas que podemos corrigi-las. Acontece porém, que este defeito corresponde a uma certa etapa do desenvolvimento democrático, e corrige-se fatalmente com o progresso da democracia, e não com o seu retrocesso, como é o caso da eleição por sufrágio restrito. Além do mais, o remédio para o defeito é conhecido, e reside no aprimoramento da legislação sobre partidos, com a adoção da eleição primária aberta para a escolha de candidatos e outros recursos facilmente aplicáveis. Nunca, pórem se pode admitir, a pretexto de uma imperfeição corrigível, a supressão do princípio essencial do sistema que se diz praticar.

A observação sobre o caráter anti-representaivo da escolha partidária não é nova, como disse. Um dos livros clássicos sobre partidos é o do jurista alemão Robert Michels, publicado no começo do século, e trata exatamente desse fenômeno, que ele chamou a "aristocratização dos partidos." Mais modernamente, o problema tem sido encarado de outro ponto de vista, o da ditadura interna dos partidos de massa, que leva a resultados semelhantes. Tudo isso, como afirmei, é conhecido

e bem estudado. Mas em nenhuma democracia verdadeira estes vícios do regime são apresentados como justificativa para a supressão virtual do mesmo.

Acresce, para liquidar este ponto, uma observação que, por demais repetida, não deve ser esquecida. É que, sendo embora as escolhas prévias feitas pelos partidos, a decisão definitiva, no caso da eleição presidencial direta, se faz no sufrágio universal. O poder, portanto, enfim, vai emanar realmente do povo. Não sou partidário do regime presidencial, mas não sei como possa ele ser aplicado sem se apoiar nesta pedra angular da sua estrutura. Coisa muito diferente é ser a indicação final feita em votação restritíssima, e, o que é mais, no caso presente, sem sequer ter havido a oportunidade de uma confrontação, ou alternativa.

Devo, ainda, uma explicação complementar. Dir-se-á que reclamo, agora, contra um tipo de eleição para o qual colaborei, em abril de 1964, quando votei na investidura do atual Presidente da República. A explicação é simples. Então não se cuidava de instituir um governo normal, mas de se reconhecer e limitar juridicamente, pelo voto do Congresso, uma situação revolucionária. Minha interpretação dos acontecimentos foi esta: evitar que o poder militar se instalasse expontaneamente, quer dizer, ilimitadamente, sem o controle que provenha da investidura de um órgão constitucional. Posso recordar, ainda, que, naqueles dias, a pedido de senadores amigos, preparei um esquema político diferente do que foi adotado no Ato Institucional nº 1, o qual, levado ao Rio por um dos nossos colegas, foi estudado, mas não aceito, pelo comando revolucionário que decidia no momento. Minha sugestão era o desdobramento lógico da interpretação acima indicada. Por ela, em vez da revolução legitimar o Congresso, como ficou dito algo brutalmente no preâmbulo do Ato nº 1, o Congresso legitimaria a revolução, concedendo plenos poderes, dentro de um quadro estabelecido, ao chefe militar que conduziria à Presidência. Sua autoridade para isto era histórica, visto que ele, Congresso, é que pela voz do seu Presidente, declarara o colapso e a vacância do poder civil, antes que o Comando Revolucionário estivesse em condições militares de fazê-lo.

Continuo persuadido de que a sugestão, que não foi só minha, mas de um grupo de senadores, teria provocado menos dificuldades no processo de redemocratização que vamos penosamente tentando percorrer.

A revolução se orientou por outro caminho, preferindo resolver dificuldades imediatas, ainda que sem criar condições efetivas de institucionalização estável a longo prazo. Encaro, por isto a situação que se abre com a eleição presidencial de 3 de outubro, como um esforço, um expediente talvez inevitável, mas que, queira Deus, seja apenas transitório. Recurso capaz de evitar uma crise militar e política próxima, mas que, espero sinceramente, não afaste, na futura reforma constitucional, a introdução de preceitos que venham restituir o regime que se pretende praticar à sua autenticidade, não o mantendo na falsidade atual, que, compromete o caráter verdadeiramente democrático do nosso sistema de governo.

Continuo convencido da necessidade de implantação do sistema parlamentar; mas se o meio político lhe é ainda infenso, que seja coerente com seus próprios princípios.

Em resumo, convicções jurídicas antigas, e naturais em um velho estudante de Direito Constitucional, impõem-me, por dever de consciência, estas reservas à solução encontrada para o pleito de 3 de outubro. Não vai na minha atitude qualquer razão que não seja de consciência. Estou no fim do meu mandato de Senador, e desejo terminá-lo como o iniciei, e como procurei sempre atuar nestes vinte anos de obscura mas dedicada atividade parlamentar: sem nunca sacrificar a interesses ou posições de momento uma conduta pessoal que se prende a motivações mais gerais e permanentes.

Estas motivações intelectuais são, para mim, inafastáveis da minha vida de homem público. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Reforma constitucional

14-12-1966

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, Srs. Senadores, a sessão extraordinária em curso, do Congresso Nacional, foi convocada pelo Exmº Sr. Presidente da República para discussão e votação do Projeto de Reforma Constitucional que se encontra impresso e distribuído aos senhores Congressistas.

Desde logo, cabe aqui uma primeira observação: na exposição de motivos de que fez acompanhar o Projeto, Sua Excelência, o Sr. Ministro da Justiça, enumera as duas atividades que são solicitadas ao Congresso Nacional no decurso desta sessão extraordinária e elas estão especificadas como sendo discussão e votação. Entretanto, Senhor Presidente, nada impede que a essas duas atividades se adicione a uma terceira, que é a de transformação, de emenda ou de modificação do Projeto apresentado.

De qualquer maneira, o Congresso se acha reunido em sessões diárias para o debate desta matéria. Acontece, porém, que está ocorrendo atualmente nas sessões vespertinas do Congresso aquilo que é tradicional nas discussões de emendas constitucionais – a limitação dos prazos fixados para os oradores; a variedade enorme dos assuntos suscitados, particularmente no caso presente, em que não se trata de uma emenda simples, senão da votação de um verdadeiro projeto de Constituição. Estas e outras circunstâncias fazem com que as discussões de emendas constitucionais, quer decorram no ambiente da Câmara dos Deputados, quer no recinto do Senado, se processem sempre de forma tumultuária desatenta.

Esta é a razão primeira, Sr. Presidente, em virtude da qual deliberei inscrever-me no Senado, nas sessões do Senado, para debater a matéria, dado que pelo Ato Institucional nº 4, ficou previsto que as duas casas do Congresso se reuniram separadamente durante o decurso da sessão extraordinária, para tratar dos assuntos da sua própria competência.

Assim sendo, achei de melhor alvitre utilizar a tribuna do Senado para debater os temas e os problemas ligados à reforma constitucional. Uma outra razão – e esta não tanto de natureza formal, mas de natureza substancial, e diria mesmo, Sr. Presidente, de natureza íntima, de natureza pessoal – leva-me a optar por esta alternativa. E esta razão é a de que desejo utilizar o tempo que me for facultado regimentalmente nas sessões do Senado, nesta fase dos nossos trabalhos, para despedir-me desta casa.

Na verdade, Sr. Presidente, falar ao Senado, falar do Senado desta tribuna que no momento ocupo, é uma honra que não me caberá mais por muito tempo. Ela correspondeu, na minha vida de vinte anos de presença no parlamento brasileiro ao coroamento de toda a minha atividade política. O exercício do mandato de Senador propiciou-me as horas mais gratas, mais plenas de satisfação cívica e de responsabilidade funcional. Desligo-me, assim, desta casa ao fim do período do meu mandato. Volvo às minhas atividades, não direi privadas, mas especiais de Professor da Universidade do Brasil, com a satisfação do convívio estimulante, do convívio enriquecedor dos meus colegas, com a profunda gratidão pelas atenções, pelos ensinamentos, pelos conselho e exemplos memoráveis que deles pude auferir no transcurso do meu mandato.

Retiro-me do Senado da República com a consciência – apesar do conhecimento das minhas insuficiências e das minhas limitações – com a consciência do dever cumprido. Faço-o com tristeza, sem ressentimento. E deixo aqui, Sr. Presidente, neste momento, a minha mensagem inicial de profunda amizade pelos meus colegas e os meus votos para que aqueles que a esta casa retornem no decurso da próxima legislatura o façam com todo êxito, com toda possibilidade de contribuir, com a sua experiência, com as suas luzes, com a sua capacidade e com o seu patriotismo para as tarefas memoráveis que se abrem diante do Congresso Nacional.

Senhor Presidente, também desejaria aqui ter uma palavra de estimulo e de confiança aos novos companheiros que virão integrar esta grande casa política do Brasil, a partir de 31 de janeiro do ano próximo, porque estou certo de que formar-se-á, no Congresso Nacional, aquele núcleo diligente e capaz de audácia e de moderação, de iniciativa e de experiência, de cumprimento dos deveres de oposição e de cumprimento dos encargos de apoio à situação. Formar-se-á aquele núcleo de legisladores brasileiros que poderão acompanhar, até a sua últimação frutuosa e pacífica, o processo de restauração do Estado de direito em nosso país.

É portanto, não apenas com a despedida aos meus atuais companheiros, mas com a minha palavra de estímulo e confiança aos futuros componentes que saem da consagração eleitoral, que afirmo a minha convicção de que ao Congresso vai caber, ainda agora, como sempre coube no passado, a tarefa final de afeiçoamento das instituições nacionais às contingências históricas do Brasil.

Ao iniciar o exame do projeto de Constituição da República, não quero deixar, por outro lado, de manifestar uma palavra de apreço, de aplauso e de confiança à ação do governo e, particularmente, do Sr. Presidente da República, que se expri-

me através da apresentação do documento que estamos começando a analisar. Porque, Sr. Presidente, descontadas, superadas ou afastadas quaisquer divergências que possamos ter, e que temos, e que devemos ter – e que daqui, quanto a mim, procurarei manifestar a respectiva existência – quaisquer que sejam as divergências, as objeções e as críticas que possamos formular ou apresentar ao texto do projeto que será votado pelo Congresso, há uma consideração inicial que é indubitável e que merece salientada e exaltada pelos legisladores. Essa consideração é o desempenho manifestado, o esforço continuado, a preocupação salutar do Sr. Presidente da Republica de coroar a sua passagem pela chefia do governo revolucionário com a instauração de um documento que corresponde, de fato, ao assentamento do Estado de direito em nosso país, o assentamento das linhas jurídicas que, de certa maneira, termina a fase do poder arbitrário e inaugura a fase do poder legal.

Esta posição não pode deixar de ser reconhecida e proclamada, e ela, sem dúvida alguma, se inscreverá no acervo, no ativo, na contribuição que o Sr. Presidente Castello Branco prestou ao país e ao povo brasileiro nos difíceis, nos tormentosos, nos ásperos caminhos da sua gestão na Presidência da República. Realmente, a revolução que colheu o Brasil em março de 1964 foi uma revolução nitidamente política. Nós devemos – e isto é elementar – conceituar desde logo devidamente a diferença existente entre as revoluções políticas e as revoluções de tipo social. As revoluções políticas são precípuamente aquelas que visam à transformação das instituições do Estado, seja porque estas instituições se demostrem inadequadas às tarefas que incumbem ao Estado moderno, seja porque elas tenham sido subvertidas pelo mau uso que delas tenham feito os detentores do poder. De qualquer forma, a revolução política visa à transformação das instituições do Estado, enquanto que as revoluções sociais, como obviamente se depreende da própria expressão, visam à transformação das condições da sociedade, da estrutura social, do meio em que se desenvolve a cooperação e a vida das sociedades humanas.

Ora, evidentemente, ninguém procura negar que o que ocorreu, em 1964, em nosso país, foi exatamente uma revolução política, foi o esforço de se adaptarem as instituições do Estado republicano no Brasil àquelas tarefas que tradicionalmente incumbem à ação do Estado em qualquer país.

A nossa revolução política caracterizou-se por dois aspectos que me parecem igualmente indiscutíveis: ela foi uma revolução restritiva, no sentido administrativo, e ela foi uma revolução repressiva, no sentido limitadamente político.

Ela foi restritiva no sentido administrativo, nos esforços ingentes que praticou no campo da economia e das finanças, no campo da regularização da vida burocrática, no campo da contenção de certos abusos que eram praticados por várias instituições estatais ou paraestatais. E foi repressiva no sentido político, na medida em que teve de usar o poder arbitrário para coibir, para reprimir, para afastar, para liquidar a atividade de certos elementos que estavam em desacordo aberto, ou que representavam perigo iminente para o processo revolucionário.

Sei que estou tratando de assuntos ainda polêmicos, sei que estas palavras podem despertar justas resistências e até mesmo justos ressentimentos; mas sei, igualmente, que a marcha do tempo conduz à serenidade da História, e a serenidade da História será sempre favorável a esta interpretação que acabo de atribuir aos desígnios verdadeiros da revolução política de 1964 – revolução repressiva no campo propriamente político, revolução restritiva no campo administrativo.

Mas a restrição e a repressão, no caso brasileiro, não se poderiam exercer num Estado de direito, não se poderiam exercer sem a ruptura das garantias jurídicas e, conseqüentemente, tivemos um poder de arbítrio. Vivemos, durante dois anos, quaisquer que sejam os eufemismos, quaisquer que sejam os desvios ou as frases utilizadas para caraterizar ou para definir esse poder – a verdade substancial é que vivemos, durante dois anos, em uma era de arbítrio revolucionário.

Portanto, aqui volto ao que há pouco dizia: é que o passo inaugural desta remessa do projeto de Constituição é exatamente a intenção manifestada de se terminar com a era do poder de arbítrio do arbítrio repressivo e do arbítrio restritivo, para se estabelecer a vida administrativa e política do país na base de uma trama, na base de uma composição, na base de um alicerce de natureza jurídica.

Esse é, portanto, o esforço mais meritório da iniciativa do Sr. Presidente da República, através da ação do Senhor Ministro da Justiça e da cooperação de vários setores da inteligência nacional, vários setores da técnica e da experiência nacionais, desde a formação da Comissão de juristas que primeiro trabalhou neste sentido. Das sucessivas etapas que atravessou o processo de elaboração do anteprojeto e, finalmente, da contribuição que a essas etapas sucessivas foi sendo dada por vários setores da atividade nacional, desde os setores da produção aos setores das Forças Armadas, dos ministérios técnicos, como os da Educação e da Saúde, e finalmente pela apresentação de sugestões de alguns elementos do Congresso, previamente ouvidos pelas lideranças do governo, tudo isso compõe uma espécie de aluvião, tudo isso se estabelece numa espécie de sedimentação sucessiva, que vem configurar e caraterizar o trabalho que hoje temos sob nossos olhos.

Mas, Sr. Presidente, o que é esse trabalho, o que é o projeto de Constituição que temos em mãos?

Eu aí diria – cedendo ao meu velho hábito de professor – que devemos, para esclarecer a matéria, procurar, desde logo, caracterizar os tipos de constituição em função das situações políticas. E eu diria que, visualizada dessa forma essa caracterização, não é difícil chegar a uma conclusão.

Em função das suas origens políticas, as constituições se apresentam principalmente com dois aspectos. Quaisquer que elas sejam, qualquer que seja seu conteúdo, quaisquer que sejam as suas diretrizes doutrinárias ou filosóficas, as constituições se apresentam inevitavelmente sob duas categorias: primeiro – a Constituição é a suma de um processo revolucionário, que declinou e se extingüiu; segundo – a constituição é o instrumento de uma revolução que prossegue no seu processo evolutivo e dinâmico.

A Constituição pode, assim, ser uma suma, pode ser um resultado, pode ser a adição de todos aqueles fatores que se viram vitoriosos pelo decurso de uma revolução que se extingüiu. Então temos aquilo que chamo a Constituição-suma. Mas também pode ser um instrumento de prosseguimento e de fixação de certos aspectos de uma revolução que continua em pleno desenvolvimento, e este é exatamente o caso a que eu proponho se chame o da Constituição-instrumento.

Devemos, por outro lado, observar o seguinte: as constituições que chamei "suma" são aquelas que têm uma tendência mais conservadora – seria pleonasmo dizê-lo, quase era óbvio que se viesse a reconhecer – uma doutrina mais duradoura. As constituições-suma são aquelas que estabelecem os lineamentos do Estado depois de aplacada a força revolucionária e de estabelecida aquela fase de adaptação demorada que se segue a um grande abalo político.

As constituições-instrumento são menos duradouras; trazem dentro de si – pela sua própria natureza, pelo seu próprio espírito, pela própria chama da sua existência, pela sua própria razão de ser – aquela carga de emoção, de reivindicação e de exigência que a torna necessariamente um documento transitório, um documento de transformação, um documento de difícil sedimentação, um documento de evolução.

Por quê? Porque o Estado de direito não se coaduna com o processo revolucionário. O dinamismo revolucionário não se consegue fixar facilmente em composições de natureza jurídica. O dinamismo revolucionário é necessariamente instável, mutável, caloroso, imprevisto, implacável. Conseqüentemente, não é fácil trazer o dinamismo revolucionário para um texto que tenha a intenção da durabilidade. O texto da Constituição-instrumento é necessariamente um texto evolutivo e transitório. Esta é a experiência. A cátedra de Direito Constitucional, e principalmente a cátedra da História do Direito Constitucional – que, em muitos países, constitui uma disciplina separada – a cátedra de Direito Constitucional Comparado, que constitui, igualmente, matéria autônoma em muitas faculdades de Direito, ensinam inevitavelmente, ensinam sem nenhuma discussão, que esta Constituição, que traz em si a carga das necessidades revolucionárias – a Constituição-instrumento – é aquela que preside a uma época de transformação, mas que não vincula, que não se liga a uma época de sedimentação.

Nós, no Brasil, temos exemplo disso. Para que nós não suponhamos que esta observação se prende a países com as dificuldades culturais, econômicas e históricas do nosso, poderemos recorrer a exemplos tirados de amadurecidas, outras nações, nações líderes, nações construtoras, nações-exemplo em matéria constitucional. De resto, tenho sempre sustentado, nas minhas aulas, que o Brasil não é um país subdesenvolvido, nem mesmo em vias de desenvolvimento, no campo jurídico. O Brasil, no campo jurídico, é um país amadurecido, sobretudo em Direito Público. É país altamente desenvolvido na sua experiência, na sua doutrina e na sua técnica. Nós não recebemos lições nesse particular; freqüentemente as damos. A Constituição do Império serviu de lição para muitas constituições européias do século XIX.

Mas, Sr. Presidente, não vou-me perder nessas minúcias com que se deleitariam, como que numa colheita de flores, os meus colegas de cátedra e de cadeira, senadores Milton Campos e Josaphat Marinho, colegas de Direito Constitucional. Diria que é uma verdade adquirida. Citaria, como exemplo apenas, um país que nos tem servido tantas vezes de modelo – a França – e recordaria que, de 1791, a data da Constituição revolucionária que se seguiu à grande revolução, até 1870, que é a inauguração da terceira República, a França teve nada menos do que treze constituições diferentes. Treze constituições escritas, fora os estados em que não havia propriamente um sistema constitucional delimitado, estabelecido, mas onde havia uma espécie de prática de instituições costumeiras, ou instituições forçadas pela emergência de situações políticas especiais.

Conseqüentemente, este exemplo pode ser uma espécie de batismo, de água lustral, para que nós não tenhamos nenhuma dúvida, nenhum escrúpulo, nenhum acanhamento em lançar mão da História do nosso próprio país.

Então, direi que temos, no Brasil, exemplos clássicos de constituições a que acabo de me referir; de Constituição-suma e de Constituição-instrumento. A primeira Constituição brasileira, de 25 de março de 1824, é tipicamente a Constituição-instrumento. Foi elaborada por um grupo de dez figuras eminentes, designadas pelo Imperador Pedro I, para atender à fixação do processo revolucionário da independência. O de que se tratava, naquele momento, era de instituir, através de um instrumento constitucional, as conquistas da independência nacional. E por quê?

Porque, Sr. Presidente, não era apenas o problema interno que prevalecia naquela época, mas, sobretudo, o problema internacional. O Brasil representava um dos maiores problemas internacionais do princípio do século XIX. O problema era o do reconhecimento de um Estado independente com a quebra de todos os processos, todas as alianças, todos os tratados, assentados pela Europa Ocidental, no que diz respeito à monarquia legitimista e ao Congresso de Viena.

Então, a Independência do Brasil significava a ruptura daqueles compromissos assumidos com a Coroa portuguesa, que prevaleciam no Direito Internacional da época. E esta a razão por que esse reconhecimento exigia que fosse feito sob um documento constitucional de importância mundial. Isso é coisa notória na História do nosso direito.

De qualquer maneira, a Constituição de 1824 não foi senão instrumento de configuração, fixação e apresentação do Império brasileiro independente.

Ela não foi uma Constituição-suma, não foi um documento que viesse incorporar a seu texto uma experiência terminada, uma experiência liqüidada, uma experiência vivida. Ela foi um texto que veio propulsionar o dinamismo de um movimento que estava em plena ascenção.

Daí a sua dificuldade, daí a sua pouca durabilidade. Sei que poderei provocar a surpresa dos Srs. Senadores em falar na pouca durabilidade da Constituição do Império, mas é que estou falando nela em relação ao ano em que foi expedida, em 1824, e não dez anos depois, em 1834, quando foi votado o Ato Adicional.

Este Ato Adicional é que veio incorporar à Constituição de 1824, ou seja, de dez anos antes, aquela experiência do federalismo brasileiro, aquela necessidade de autonomia das autoridades estaduais. Enfim, aquela série de reivindicações da nossa existência e da nossa vida política que não tinham podido ser objeto de considerações no preparo daquele documento-instrumento. Então, a partir do Ato Adicional é que a Constituição do Império passou a ser uma Constituição-suma, isto é, uma Constituição que integrava no seu texto não apenas as razões da revolução da independência, mas as razões da existência do Império. Temos, então, a grande vida da Constituição do Império, que vai até à proclamação da República.

Senhor Presidente, outra Constituição-instrumento é a de 1937. Foi feita para atender a uma situação nacional, que era a repercussão, o reflexo, a projeção de uma situação internacional. Foi feita igualmente por um grupo de juristas, ou mais especialmente, por um jurista, um grande jurista, que elaborou o seu texto de acordo com as idéias que na época prevaleciam. Mas aquela Constituição visava à fixação de um revolução que se processava no Brasil; e ela não durou. A idéia de que ela durou, o famoso "curto período" que medeia entre 1937 e 1945, é uma ilusão. E não durou por várias razões. A primeira, porque nunca foi aplicada. Ela, para ser aplicada, precisava compor o instrumental da sua aplicação, que deveria partir do plebiscito. Ora, o plebiscito nunca se operou. A reunião dos poderes legislativos que ela previa, também nunca se verificou.

A investidura do Presidente, de acordo com a composição do colégio eleitoral, nunca foi solicitada. E se ela nunca se realizou juridicamente, também a Constituição de 1937 nunca se realizou politicamente. Ela começou – vemos isto pelo preâmbulo que aparece no seu texto – ela começou para defender o Brasil contra uma pretensa investida de esquerda. Digo pretensa não no sentido polêmico; digo pretensa porque esta era a alegação pretendida para instauração daquele estado excepcional. Mas, como terminou a Constituição de 1937? Terminou com a libertação do chefe comunista; o Sr. Luiz Carlos Prestes foi um preso político libertado no fim do chamado Estado Novo, no fim do período da Constituição de 1937, e para atender aos reclamos e necessidades da política dominante.

E como dizer que durou politicamente uma Constituição, a de 1937, se ela começou enfrentando a esquerda com a direita e acabou enfrentando a direita com a esquerda, enfrentando os integralistas, soltando Prestes e fazendo apelo às massas, procurando os sindicatos?

Essa Constituição não durou juridicamente porque nunca se completou na integração dos órgãos previstos no seu texto, e não durou politicamente porque foi composta, foi sonhada, foi concebida para atender a uma situação política, e terminou tendo que se apoiar na situação contrária, na esperança de se salvar. Portanto, Constituição-instrumento de a 1937 também não prevaleceu.

Já, Sr. Presidente, a Constituição de 1946 é Constituição-suma por excelência. Ela corresponde à composição, ao equilíbrio, à fixação-não estática, porque o Direito Constitucional não pode ser um direito estático – mas à fixação – falta-me a palavra, Sr.

Presidente – digamos, plena. Ela corresponde à fixação plena, ao equilíbrio da plenitude de todas as razões, de todas as forças, de todos os impulsos nacionais em todos os estágios, em todas as dimensões, em todas as direções e de todas as classes que se tinham manifestado desde 1922, e que vêm terminar em 1945. A Assembléia Constituinte de 1945 – e posso falar, Senhor Presidente, porque dela não fiz parte, cheguei à Câmara em 1947, mas aqui vejo companheiros que a ela estiveram presentes – a Assembléia Constituinte de 1945-1946 foi realmente o estuário, o desaguadouro, a força de união de todos aqueles componentes da grande revolução brasileira. Aqueles componentes que partiam das reivindicações políticas de representação e justiça que começamos a encontrar formuladas em certos partidos de oposição constituídos no âmbito estadual – o Partido Libertador, no Rio Grande do Sul, e o Partido Democrático, em São Paulo. A fundação do Partido Libertador, no Rio Grande do Sul, e do Partido Democrático, em São Paulo, em 1926, os dois ao mesmo tempo, representou precisamente a transposição para o plano jurídico das aspirações e da ação política de âmbito nacional, à fixação jurídica que representa a liquidação da Constituição de 1891, que havia começado com o sangue nas areias de Copacabana. Portanto, Sr. Presidente, estas foram as forças políticas libertadas, no sentido de dar ao Estado brasileiro estruturação que correspondesse à formulação jurídica do Estado de direito; não à substância social, não à substância do desenvolvimento econômico, mas à sua formulação jurídica, aos seus aspectos ligados às idéias de representação, de justiça e autenticidade eleitoral. Esta foi uma das grandes correntes que vieram desaguar na Assembléia de 1945.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com todo prazer.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Talvez pudéssemos remontar um pouco mais sobre o sangue das areais de Copacabana, lembrando como fator primordial inestimável dessa evolução no sentido da reformulação da Constituição de 1891, o movimento civilista dirigido pelo Conselheiro Rui Barbosa.

O SR. AFONSO ARINOS – Eu atendo, prazerosamente, à óbvia reivindicação baiana. *(Risos.)*

De fato, o Conselheiro Rui Barbosa na sua vida exemplar, na sua vida estelar – que não é feita apenas de trabalho mas de coragem, que não é feita pena, mas também de espada na mão, pois Rui não foi o escritor nem o orador somente, mas o grande espadachim da primeira República – contribuiu para essa evolução.

Atendo, prazerosamente, à solicitação do meu ilustre colega da Faculdade de Direito da Bahia. Apenas diria que, no projeto de reforma lido no Politeama baiano, o grande projeto de reforma constitucional do conselheiro Rui Barbosa, constante da famossísima conferência no Politeama da Bahia, estão as inspirações, as tendências, as preocupações que vieram, mais tarde, a se corporificar na obra de 1946, mas não estão as soluções, nem a técnica operativa, porque Rui – permita-me, reverentemen-

te, meu ilustre colega observá-lo – demasiadamente preso às suas próprias obras às próprias convicções que o tinham norteado na mocidade, não poderia no esplendor da sua velhice consagrar-se às idéias novas; naquela velhice que descambou para a eternidade como um sol descamba para o ocaso, desprendendo os seus mais belos clarões. Em 1910 ele suscitou as teses, ele levantou as hipóteses, ele agitou as idéias. Mas, no programa do Politeama baiano não estavam as soluções fundamentais da justiça eleitoral, do estabelecimento de certas condições especiais para o direito de voto de certas garantias oferecidas à justiça dos Estados, enfim, todo aquele acervo que vem tecnicamente compor as idéias que formavam o ponto alto da sua pregação.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Estou certo de que V. Exª dá interpretação justa à contribuição das idéias de Rui Barbosa nesse movimento de 1910. Sua participação foi, sobretudo, notável, naquela ocasião, sob dois aspectos: primeiro, tendo sido ele apontado, até então pelo país inteiro, como o autor intelectual da Constituição de 1891, vinha a campo e defendia o movimento revisionista, idéia a que se apegou com tanta convicção que recusou, em certo momento, ser candidato à Presidência da República apoiado pelas forças majoritárias do Rio Grande do Sul. Isto porque não transigia com ponto de vista de não reformar a Constituição. Outro aspecto é o do seu pensamento sobre a necessidade de se modificar a estrutura do regime republicano, substituindo a República presidencialista – o que, em 1910, já se admitia – pelo sistema parlamentarista no Brasil. Afirmava, então, com muita ênfase, que preferia, talvez a instabilidade que a irresponsabilidade dos governos.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência, neste ponto toca, particularmente, a minha sensibilidade. No decurso destas intervenções terei oportunidade de tratar precisamente, de maneira objetiva, não de maneira romântica, nem pessoal, nem ilusória, nem passional, mas de maneira objetiva, o problema da transformação do regime, ou seja da instalação do regime parlamentarista no Brasil.

Nessa ocasião, terei muito prazer em recordar as palavras que V. Exª acaba de pronunciar sobre assunto que constitui, depois da campanha civilista, o programa do Partido Republicano Liberal, o famoso programa do Partido Republicano Liberal, que o nobre Conselheiro Rui Barbosa elaborou e tentou instalar no país.

Depois do insucesso da campanha política de Rui Barbosa, como V. Exªs sabem, essa tentativa de formação do Partido Republicano Liberal, na primeira República, em contraposição com o Partido Republicano Conservador, fundado por Pinheiro Machado, foi a demonstração da inadeqüação das soluções que eles preconizavam, com o processo que queriam instituir. Não conseguiram criar, na primeira República, ambiente propício em tempo oportunc, para formação dos partidos nacionais. Mas, terei outra ocasião, por certo, de ouvir a palavra sempre tão respeitada do meu ilustre mestre e colega, Senador Aloísio de Carvalho.

Sei, Sr. Presidente, que chegamos ao meio-dia e meia e me sinto fatigado; concluo, pois, que o Senado deve estar mais do que eu. Assim, prosseguirei, noutra sessão. Hoje fazendo esta introdução à minha presença na tribuna, falarei apenas so-

bre as premissas das reformas e sua significação. Sobretudo, quero acentuar como fecho ou como pré-fecho – se me permitem os puristas esta expressão – que considero este projeto uma Constituição-instrumento, isto é, projeto destinado a compendiar toda a carga de dinamismo da revolução que ainda não terminou.

É muito importante que os Senhores Congressistas, que os Srs. Senadores reflitam – não digo que aceitem, porque não tenho tal vaidade – sobre a sugestão que ora faço. Peço-lhes que reflitam, um pouco, sobre a observação que acabo de formular. A Constituição-instrumento, neste momento, tem grande importância; ela tem a importância de manifestar o empenho do Sr. Presidente da República em passar ao seu sucessor, não um Estado de arbítrio, mas um Estado de direito, um Estado limitado pelo direito. As normas de direito, contidas nessa limitação, são discutíveis e serão discutidos por mim, que pertenço, com desvanecimento, ao partido da maioria, como serão, naturalmente, objetadas, com maior veemência, pelos nossos colegas da oposição. Serão ainda, objeto de tentativas de emendas que eu, inclusive, estou disposto a apoiar, quando partam do meu setor, ou iniciar quem sabe – na esperança de algum apoiamento. Mas, esta observação prévia me parece fundamental; não foi apenas a psicologia social do brasileiro; não foram os seus atributos gentis – e eu gosto muito desta palavra gentil, Sr. Presidente, porque ela não tem nada de frágil nem de efeminada, é uma palavra que diz respeito ao gentil-homem, que diz respeito à bravura generosa – os atributos gentis do povo brasileiro, não foram apenas eles que se manifestaram no processo revolucionário. Houve violências censuráveis, houve injustiças gritantes e até mesmo repugnantes, mas, no conjunto, não podemos deixar de reconhecer que estes dois anos de profunda transformação nacional, processada debaixo de pressão militar irrecusável e cheia de suspicácia, cheia de falta de informação sobre o meio civil, não se processou, de maneira nenhuma, nos moldes que tem oferecido vida política de outros países. É aquela gentileza, é aquela graça generosa, é aquela tolerância humana, é aquela cordura, é aquela capacidade compassiva que caracterizam o povo brasileiro. Mas queria salientar também que a elite política do país, aqueles que estão com a responsabilidade do poder, também procedem, não pelas mesmas razões psicológicas, mas por motivos da liderança, por convicção e boa-fé política, por direitura política, a este esforço de conter os impulsos revolucionários, dentro de um quadro discutível, sim, de um quadro frágil, sim, dentro de um quadro inadequado, sim – e sou dos primeiros a proclamá-lo, mas em todo o caso, dentro de um quadro limitativo do arbítrio e impositivo das regras do Estado de direito.

Mas esta observação ninguém no-la pode tirar, ninguém no-la pode recusar, à situação ou ao governo, este empenho de terminar o processo e passar as responsabilidades do poder, não dentro de um Estado de arbítrio, mas dentro de um Estado de direito.

O Sr. Josaphat Marinho – V. Exª permite?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Josaphat Marinho – V. Exª faz, sem dúvida alguma, observações ponderabilíssimas, inclusive por parte da oposição. Sobretudo V. Exª fala com a serenidade mais de quem quer buscar acerto e esclarecimento do que defender posição partidária. É evidente que a pronunciamentos dessa natureza nós outros, da oposição, devemos dar a devida consideração. Eu me permitiria, apenas, lembrar a V. Exª que o projeto busca, em grande parte, institucionalizar o arbítrio, quer quanto aos direitos individuais, quer quanto ao poder legislativo do Presidente da República, quer quanto à faculdade de o Presidente da República estabelecer medidas excepcionais além das enumeradas na fase de estado de sítio. Claro que, como minoria, compreendemos que não podemos obstar a feitura da Constituição nem elaborá-la segundo nosso pensamento. Nem por isso, entretanto, deixaremos – segundo o tratamento que recebermos – de oferecer a nossa contribuição para reduzir a parcela de autoritarismo e de arbítrio que se encerra no projeto governamental. Se essas modificações forem possíveis, se alterações adequadas se tornarem oportunas, asseguro a V. Exª que a oposição não pecará por omissão.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, eu me rejubilo, eu me felicito por ter dado oportunidade à brilhante intervenção do meu colega, Senador Josaphat Marinho, e estou convencido de que o fino aparelho auditivo do Senador Daniel Krieger não terá estado alheio a esta mensagem (*risos*) circunloquial, que chegou à sua cadeira.

O nobre Senador Josaphat Marinho falou mais para V. Exª, Sr. Senador Daniel Krieger, do que propriamente para mim. E eu estou certo de que, na medida em que o meu querido amigo e velho companheiro, Senador Daniel Krieger, puder atuar nos dois sentidos da sua responsabilidade – no sentido da obediência às suas inspirações e convicções pessoais, que são conhecidas e decorrem da sua formação, e no sentido das suas responsabilidades de líder político, no conhecimento de fatores que muitas vezes não são do nosso – na medida em que ele puder equilibrar estas duas condições de sua missão aqui, e servir aos interesses – servir no melhor sentido – do seu grupo, ele, que eu conheço bem, será um fator de composição altiva, como que V. Exªs desejam, já que não desejam barganhas nem diminuições, um fator de composição altiva e construtiva para com a minoria desta casa, no sentido de atender às aspirações tão brilhantemente enunciadas por V. Exª

Apenas queria acentuar, Sr. Presidente, que a dose de arbítrio é inerente a todos os documentos políticos, e até mesmo a todas as leis de direito privado. É a imposição de certas diretivas políticas desejadas, democraticamente, pela maioria, nos sistemas democráticos.

Vossa Excelência dirá com razão, e concordo com V. Exª, que essas diretivas não se puderam fazer sempre democraticamente, isto pelas limitações impostas à tramitação do projeto no Congresso. Vou falar em meu nome pessoal, na posição de estudioso da matéria, não só da História Constitucional como do Direito Constitucional. Quero salientar que é inerente a todo documento político certa dose de arbí-

trio. V. Exª diz bem: há certa dose de arbítrio tolerável democraticamente, mas, além disso, devemos nos insurgir. Esta é a função da minoria.

Meu caro colega: fui o Líder da Minoria que mais tempo ficou nessa posição, no Congresso. Fui, durante sete anos, Líder da Minoria na Câmara dos Deputados. Senti, e muito bem, as suas dificuldades, as suas espertezas, as suas lutas, mas a grande lição que tive na liderança da minoria na Câmara dos Deputados é que não há duas condições, nem duas espécies de brasileiros. Só existe uma espécie e uma condição de homem público brasileiro, que é àquele que deseja realmente trabalhar, se esforçar, viver, sofrer, calar sofrimentos em benefício do país e do seu povo. Estou certo de que V. Exª e os componentes da minoria são dessa espécie de brasileiros com que me defronto desde os tempos da minha infância, desde os tempos da minha juventude. Tenho assistido, Sr. Presidente, dentro da minha casa, da casa do meu pai, às lutas dramáticas da primeira República; assisti à revolução, de 1930 e às terríveis dificuldades da segunda República, ao desfecho dela, à luta da terceira República: e, por isso, com a segurança de que podemos ter o orgulho, que devemos ter, de que todo brasileiro, qualquer que seja a sua posição, a sua etiqueta dentro de uma casa do Congresso, que ocupe uma ou outra ala dos assentos dos representantes do povo, estarão sempre em condições de esperar, de transacionar, de trabalhar para que as reivindicações possam ocorrer, num sentido de consolidação da ordem política do país.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite V. Exª nova intervenção?

O SR. AFONSO ARINOS – Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho – Conhece a casa e sabe V. Exª das restrições que temos ao Ato convocatório do Congresso e aos termos do projeto encaminhado ao nosso exame. Mas posso adiantar a V. Exª que precisamente pela esperança da boa conduta dos homens esclarecidos e sensatos, que os há do outro lado, deliberamos participar da elaboração constitucional, ainda que resistindo e combatendo, mas na justa expectativa de que encontraremos aquelas soluções que não sejam no interesse dos grupos partidários, mas do interesse geral do país.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

Senhor Presidente, vou terminar esta fase, digamos, introdutória ou propedêutica do tratamento que desejo dar à discussão da matéria nesta casa.

E vou terminar exatamente com uma palavra de divergência e de restrição no que diz respeito ao Ato Convocatório.

E a primeira vez, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional se reúne com poderes constituintes, tendo o seu sistema de trabalho limitado por ato do Executivo. Isto nunca aconteceu na História Constitucional brasileira.

Sabe o Senado que o choque, a luta, entre a Constituinte de 1823 e o Imperador Pedro I foi fundada na circunstância de que a Constituinte queria negar ao Imperador o direito de sancionar as leis ordinárias, quer dizer, ela negava à Coroa o direi-

to de intervir no próprio processo de elaboração legislativa, sob o pretexto de que, sendo uma Constituinte, não estava subordinada a nenhum outro poder.

Foi evidentemente esse exagero de defesa de prerrogativas, que ainda não estavam fixadas no texto, que determinou a dissolução da Constituinte, pela força armada, e a outorga do texto de 1824.

Em 1891 é conhecida, também, a resenha do processo de preparação do anteprojeto. Foi constituída uma Comissão dos Cinco, presidida por Américo Brasiliense e com a participação de Saldanha Marinho, Magalhães Castro e outros.

Esse processo, transformado, depois da revisão de Rui Barbosa, no chamado Projeto do governo Provisório, foi longamente discutido pela Assembléia Constituinte de 1890.

As dificuldades que a primeira Constituinte republicana teve com o Poder Executivo não tiveram relação alguma com o projeto votado. Foram devidas à questão da eleição do Presidente da República, em que houve uma divergência entre o Marechal Deodoro e o Presidente da Constituinte, Prudente de Morais. De maneira que o processo de trabalho do Congresso, como Poder Constituinte, não sofreu restrição alguma, nem nenhuma limitação, por parte do Poder Executivo.

A Constituição de 1924 é conhecida também. A Comissão do Itamarati, presidida – permita-me o Senador dizer com emoção – pelo Ministro do Exterior Melo Franco, foi a fonte de elaboração do anteprojeto, remetido depois à Constituinte, que o votou como bem lhe aprouve, baseada no seu próprio processo de trabalho.

Na reforma Artur Bernardes de 26, houve certa limitação aos poderes do Congresso. Mas essa limitação se fez através de uma reforma do Regimento, votada pelo próprio Congresso.

Evidentemente não pude consultar, na pressa de vir à tribuna, mas lembro-me muito bem – homens de idade não têm o privilégio de citar mas de lembrar, é a tristeza da idade – que o processo de reforma do Regimento foi feito com largo debate, principalmente dentro da Câmara, em que avultavam os nomes dos deputados Leopoldino de Oliveira, Adolfo Bergamini, e creio que Maurício de Lacerda. Houve grande oposição e o processo de reforma do Regimento do Congresso, para adoção das emendas constitucionais, demorou largo espaço de tempo, creio que mais de um ano. Foi o próprio Congresso que se preparou para a reforma preconizada e dirigida pelo Presidente Artur Bernardes.

A Constituição de 1946 está na memória de todos nós. Sabemos como trabalhou a Constituinte de 1945 e 1946. Muitos dos ilustres colegas, que me ouvem dela fizeram parte. Portanto, é a primeira vez que o Congresso Republicano se reuniu com tarefa constituinte na obrigatoriedade de trabalhar de acordo com uma limitação estrita que lhe vem do Poder Executivo.

Divirjo disso, nobre Senador Josaphat Marinho, sou contra isto. Mas reconheço que esta circunstância excepcional é menos devida à intenção do governo do que ao processamento anterior que o colocou nesta alternativa. O erro foi não se ter cuidado disso antes.

Em 1965 fiz reiteradas manifestações em favor do trabalho e consolidação constitucional, de institucionalização jurídica da revolução. Dei entrevistas, escrevi artigos, proferi palestra na televisão. Entendia que desde 1965 deveríamos ter tratado disto. Falo com a autoridade que esta precedência cronológica me pode dar.

A verdade é que o choque entre facções militares e correntes civis, as dificuldades criadas à administração por várias contingências, que são do conhecimento de todos, fizeram com que o governo só muito tarde, já na gestão do nobre colega, Senador Mem de Sá, na pasta da Justiça, cuidasse de um trabalho de conjunto que foi a Comissão de juristas.

Este trabalho demorou demais. Não faço qualquer restrição, ao contrário. São meus mestres e amigos os componentes dela.

Mas dada a situação política em que nos encontrávamos o trabalho foi demorado e praticamente posto à margem e, então, teve que se refundir – e aqui volto ao início das minhas considerações – refundir nos bons propósitos de instituir um Estado de direito, que viesse pôr fim, através das limitações jurídicas e econômicas, ao Estado de arbítrio, anterior à revolução. Mas em virtude das contingências históricas, o documento vem carregado daquele dinamismo revolucionário, que o tornou discutível e transitório.

Estas, Sr. Presidente, as minhas últimas palavras neste dia, em que faço votos para que, não apenas aqui, com as limitações dos nossos poderes consentidos e restritos conferidos por este Ato, mas depois, quando eu não mais aqui estiver, quando não mais gozar da honra e do desvanecimento do convívio com V. Exª, no decurso do processo legislativo da próxima legislatura, possa o Senado continuar a contribuir com as suas luzes, com seus esforços e seu patriotismo, para a elaboração de uma carta que corresponda ao nosso passado, que dignifique o nosso presente e que possa abrir as portas do nosso futuro. (*Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.*)

Reforma constitucional

15-12-1966

O SR. AFONSO ARINOS (*Sem revisão do orador.*) – Sr. Presidente, antes de iniciar meu discurso, perguntaria a V. Exª qual o prazo de que disponho, porque, na altura em que se encontram os trabalhos da sessão, não estou seguro de que possa terminar o discurso que tenho preparado.

O SR. PRESIDENTE – V. Exª dispõe, regimentalmente, de uma hora.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª

Senhor Presidente, prossigo, na sessão de hoje, nas considerações que ontem iniciei, com referência ao Projeto de Reforma Constitucional submetido à apreciação do Congresso, para tramitação no decurso desta sessão extraordinária.

Ontem, procurei delinear certos aspectos introdutórios ligados a problemas gerais atinentes à reforma que se preconiza. Hoje, Senhor Presidente, embora não possa ainda, em virtude do desenvolvimento natural do meu plano de apreciação desta matéria, entrar na análise pormenorizada do texto, já procurarei, entretanto, situar certos aspectos concretos que configuram uma aproximação maior da tarefa. Para fazê-lo, eu lembraria, em primeiro lugar, que as condições especiais em que foi elaborado o projeto de reforma muito contribuíram para os seus defeitos e, conseqüentemente, para as críticas que, em relação a ele, será lícito levantar.

Na verdade, o projeto teve uma fase de preparo estranha, submetido que ficou a prazos iniciais praticamente ilimitados e a um prazo final intransponível.

Na primeira fase de sua elaboração, os estudos foram caprichosos e erradios. Não obedeciam a uma orientação predeterminada.

Ouviu-se uma Comissão, submeteu-se o trabalho desta Comissão ao crivo da apreciação de várias personalidades e de vários órgãos. Finalmente, em obediência à orientação do governo, de terminar o mandato do atual Presidente da República com a existência de um texto constitucional aprovado, fez-se com que essa fase inicial, que eu chamei erradia, de preparação, fosse seguida de uma outra fase, angustiada e fatal, que é da tramitação deste trabalho no seio do Congresso Nacional.

Então, desde logo se estabeleceu esta contradição: uma nucleação intelectual desconchavada e anárquica, e uma aprovação parlamentar rigorosamente fixada em etapas e em prazos.

Isto, para mim – e eu ontem, no discurso que aqui proferi, salientei o mérito da iniciativa governamental no sentido de evoluir do Estado de arbítrio para o Estado de direito e, portanto, o mérito da iniciativa de confeccionar uma lei constitucional, ainda no prazo de vigência do atual governo – isto, entretanto, determinou um desequilíbrio entre a fase de preparação e a fase de ultimação do projeto, que faz com que o Congresso, realmente, não tenha condições para intervir, de forma eficaz, na tramitação deste mesmo projeto em seu seio.

E isto é tanto mais verdade quanto por uma espécie de traição do subconsciente, o próprio Ministro da Justiça, na introdução com que acompanha o projeto, salienta que o dever do Congresso ou a incumbência do Congresso será a de discutir e votar este mesmo projeto, sem fazer S. Exª nenhuma referência à competência do Congresso para modificá-lo ou emendá-lo.

Sr. Presidente, as constituições são sempre, é claro, um trabalho de equipe. As constituições elaboradas individualmente são muito raras. Temos é claro, alguns exemplos na História, inclusive no nosso país. Temos, por exemplo, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, na primeira República, que foi praticamente o trabalho de um só pensador político, de um só constitucionalista – Júlio de Castilhos. Mas, habitualmente, as constituições se fazem através de trabalhos de equipe. Entre-

tanto, trabalhos de equipe que se compõem em torno a uma liderança coordenadora e organizadora.

Quero dizer com isto que, embora na sua distribuição de matéria os textos constitucionais provenham da cooperação de muitas inteligências, habitualmente essa cooperação obedece a um centro de recebimento e de distribuição de impulsos e de inspirações: um centro de confecção coordenada de um documento que seja, no fundo, uma transação entre várias forças sociais e políticas, mas uma transação que se assente na base de um corpo de doutrinas, de princípios, de aspirações e de processos comuns.

Uma Constituição não é uma unidade, mas é sempre uma união. O que aconteceu, entretanto, com esse projeto, foi que, dada as condições de sua colaboração, como venho de mencionar, não se procedeu a essa espécie de nucleação centralizadora, no sentido de obediência ao esforço comum, baseado em certos princípios, de que participassem os elaboradores, de que fossem conscientes e cientes os elaboradores, e que tivesse, então, um desenvolvimento normal decorrente da própria existência desses princípios.

O que se deu foi que o texto é produto não de uma síntese, não de uma composição, mas de uma adição automática, de uma soma inorgânica, de uma série de reivindicações e de uma série de opiniões.

E isto fez com que o texto chegasse às nossas mãos sem representar praticamente nada. Se é que queiramos que o texto constitucional represente um corpo de doutrinas, de idéias, de técnica e de desenvolvimento operativo. Ele não representa isto. O texto representa uma adição ocasional de uma série de sugestões que provêem de opiniões divergentes, de intenções divergentes e de concepções divergentes. Isto faz com que ele seja, de fato, aquele repositório, aquele conglomerado de dados que não correspondem, a meu ver, de maneira alguma, ao que se pode chamar o esforço pela institucionalização de uma doutrina e de uma aspiração política.

Isto determinou, Senhor Presidente, em primeiro lugar, uma grande deficiência da linguagem. Não sou filólogo, não chego mesmo a ser gramático. Confesso que não sou um conhecedor da língua. Mas sou um ledor permanente dos textos castiços, dos textos altos da nossa literatura, tanto política como ficcionista, como de outra natureza, enfim do acervo da obra impressa da inteligência brasileira. E confesso a V. Exªs – e tenho a impressão de que esta será a opinião generalizada – que no que toca à linguagem, o Projeto de Constituição é de uma indigência total, é de uma afrontosa insuficiência. Acredito mesmo que não exista texto constitucional, na História do país, nem mesmo texto de uma legislação importante e significativa, que seja tão mal redigido quanto o projeto que temos em mãos.

Insisto em que não sou um crítico autorizado, sou apenas um leitor surpreso, um leitor espantado, um leitor golpado pelos assaltos de solecismos e de construções sintáticas inesperadas, ousadas e de deficiência estilísticas que comprometem não apenas a feitura formal do documento, mas sua própria lógica, o seu próprio enten-

dimento, com prejuízos evidentes quando chegarmos à fase da sua inteligência e da sua interpretação.

Eu poderia pegar o texto e citar aqui, com facilidade, alguns trechos e incisos que viessem corroborar esta afirmativa que venho fazendo. Mas creio ser perfeitamente inútil este trabalho, não apenas porque não cabe a mim, como porque as lacunas que saliento terão, evidentemente ocorrido àqueles Senhores Senadores que se dedicam mais ao trato da filologia e da lingüística.

E, desde logo, isso me parece muito importante: uma revisão completa do texto, ainda que mantendo o conteúdo discutível, o conteúdo inaceitável. É uma tarefa que se impõe, desde logo, embora ela seja penosa, esmagadora, porque seria uma redação a bem dizer total, uma recomposição total em prazo muito exíguo. Mas não é tanto isto que interessa. As condições em que foi preparada a reforma, baseando-se, nas observações que há pouco fiz, deram em resultado um outro tipo de defeito, quer dizer, a inexistência de uma série de princípios comuns da Filosofia do Direito, de Ciência Política, de Teoria do Estado, que levassem a um desenvolvimento conseqüente. A inexistência de um núcleo de pensamento comum determinou resultados contraditórios, porque então a Constituição vai apresentar, no seu contexto, em estado prévio, em estado preliminar, aquele choque de opiniões e de forças que, nas elaborações constitucionais, são o período de adaptação e de transação do trabalho de equipe. Mas como não houve esse período de adaptação e de transação, as contradições figuram inerentes ao texto. Ele não é uma combinação, como eu disse, não é uma síntese, ele é um conglomerado de elementos muitas vezes opostos – e eu digo no sentido das aspirações jurídicas, no sentido da necessidade que têm as instituições jurídicas dentro do Direito Público – e isto faz com que o texto se apresente essencialmente contraditório consigo mesmo.

O Sr. Aurélio Viana – Permite V. Exª um aparte? *(Assentimento do orador.)* V. Exª, Senador Afonso Arinos, que é um mestre, está fazendo discurso que todos nós ouvimos com a maior atenção. V. Exª advoga a tese de que o mérito está em que o Presidente da República deseja o estado de direito através do envio de um projeto de Constituição, reconhecendo, porém, que o prazo para análise desse projeto é extremamente exíguo. No decorrer da sua exposição, V. Exª afirma que há gritantes contradições dentro do projeto que nos chega. Então, passaríamos de um estado de arbítrio para um estado de direito, cujo estado de direito se caracteriza pela anarquia que está dentro do próprio texto constitucional. Esse estado não poderia permanecer, em virtude das contradições todas que V. Exª vem apresentando. Ou entendi mal?

O SR. AFONSO ARINOS – Não, V. Exª entendeu bem. Apenas eu gostaria de precisar melhor meu pensamento.

Procurarei demonstrar que, de qualquer maneira, do ponto de vista político, a limitação de poderes, ainda que contida num documento deficiente, é preferível à ilimitação de poderes, ou utilização de arbítrio. É o primeiro passo.

A segunda observação, que ontem salientei, é que esse texto é transitório e, portanto, o fundo dos meus discursos é exatamente o de dar aquelas impressões que um parlamentar, que chega ao fim do seu mandato, pode dar, no sentido de contribuir, muito modestamente, muito humildemente, para o pensamento e julgamento daqueles que aqui vão continuar; no sentido de reconduzir o conjunto àquelas condições mínimas que ensejam o nosso progresso, a nossa cultura e o nosso desenvolvimento. Isto, partindo do princípio de que o poder está limitando pelo direito e de que ao Congresso cabe na 6ª Legislatura, função da maior relevância. A ele competirá, mostrar quais são os pontos principais em que as atividades do Congresso se podem desenvolver.

Quanto à anarquia, tomaria a expressão do nobre senador no sentido coloquial, mas não no sentido jurídico, no sentido científico da palavra "anarquia", porque, a existência de limitações do poder é a negação do princípio da anarquia. A anarquia é a inexistência do poder. Anarquia, no sentido técnico da expressão, é a inexistência do poder e, portanto, a esperança de que a sociedade viva bem com as aspirações naturais de cada indivíduo. Esta, a filosofia do anarquismo, que V. Exª sabe, é, desde o século passado, concepção puramente romântica.

Agradeço, assim, a V. Exª, meu nobre colega de bancada, a oportunidade de ter dado este esclarecimento especial à dúvida que suscitou.

Mas dizia eu que as contradições existem em função da falta de unidade na concepção e desenvolvimento do raciocínio que preside a confecção do projeto. Essa contradição eu salientária, como disse, em primeiro lugar, entre os propósitos delineados, no sentido da restauração da democracia representativa e os meios preconizados para esta restauração.

É o que se poderia chamar contradição entre a esperança e o medo.

Existe, em nossa geração, sobretudo nos grupos dominantes, a esperança e o empenho do restabelecimento do regime de liberdade e de justiça. No entanto, também existe a idéia de que a liberdade evoluiu para a anarquia e para a corrupção. Então, essa contradição pscicológica, que está em todos os responsáveis, faz com que os anseios democráticos sejam contidos por uma série de repressões, que passam a prejudicar a substância mesmo do desenvolvimento democrático.

Eu vou, no decorrer dos meus discursos – se puder proferi-los no plano que estabeleci – mostrar que esta contradição é permanente, é básica, em todo o desenvolvimento do projeto: a aspiração, por um governo de democracia e justiça e a execução de medidas que tornam praticamente irrealizável esta aspiração. Mas, hoje, eu pretendia abordar, desde logo uma contradição que não está expressa, que não está consignada literalmente no texto, mas é de grande importância, porque ela constitui o fundamento, a influência profunda, básica, que vem tornar inevitável a contradição superior.

Eu sei que o assunto é delicado, mas precisamente porque o assunto é delicado é que ele deve ser abordado com a objetividade, com o respeito, com a serenidade que são o apanágio do Senado.

Quero, Senhor Presidente, tratar hoje, como tema do meu discurso, da contradição básica de tudo isso – a contradição entre o poder civil e o poder militar.

No ano em que transcorreram, neste edifício, os acontecimentos recentes, que todos deploramos, ou seja, o Ato que suspendeu o funcionamento do Congresso, o Comandante das forças militares, que cumpriu a ordem que recebera, teve – segundo foi noticiado – um diálogo curto e fulgurante com o Presidente da Câmara dos Deputados, na saída deste edifício.

Disse o Presidente da Câmara: "Eu sou o poder civil". Respondeu o Comandante das forças armadas: "Mas eu sou o poder militar".

Estas expressões encontraram, evidentemente, uma guarida sensacional na imprensa diária, porque elas têm o aspecto de sensação. Têm entretanto, outra significação não sensacional, que é significação político-jurídica, importante. Exatamente esta contradição que se esboçou no diálogo entre o Presidente da Câmara e o Comandante das forças em operação, é o que queria hoje, neste discurso, procurar acompanhar um pouco melhor.

Começaria, Senhor Presidente, chamando a atenção de civis e de militares, porque, num sistema democrático não há contradição entre poder político, poder civil e poder militar.

Na realidade, só existe um poder, que é o poder do Estado, que é o poder jurídico. Ou o Estado é organizado juridicamente – esta é a aspiração das personalidades militares que levaram a efeito a revolução de 1964, aspiração reiteradamente proclamada em documentos de toda natureza – ou marchamos, com o apoio das Forças Armadas, para a restauração de um sistema democrático, limitado pelo direito – e então, não há civil nem militar, senão poder da Constituição, o direito, poder jurídico – ou vamos imaginar que se possam defrontar, permanentemente, no funcionamento das instituições, as influências contraditórias do elemento civil com o elemento militar. Isso me parece o maior de todos os erros, o erro de tudo aquilo que na Constituição corresponde às contradições profundas, às contradições íntimas, àquelas que estão no nosso pensamento e que não conseguimos dissipar. Tudo aquilo que na Constituição corresponde a essa contradição civil-militar é o pior.

Senhor Presidente, o que é o poder? Poder, dizem os sociólogos, porque é problema mais de ordem sociológica do que de direito, – é, historicamente, um grupo de homens. Não se pode, conceber o poder senão através daquele grupo de homens que o exerce. Mas por que esse grupo de homens é o poder? Aí respondem os sociólogos: é um grupo de homens autorizados a falar em nome de todos os outros. Isto é o poder. E que é o poder jurídico? É a investidura de um determinado grupo de homens, civis e militares, para falar em nome de todos, dentro do quadro estabelecido pela lei. Portanto, a idéia de que possa haver uma duplicidade de poder num sistema jurídico é uma idéia perfeitamente insensata.

Não estou falando com o intuito de fazer crítica ao diálogo a que me reportei, porque esse diálogo é apenas uma troca de palavra num momento de emoção, entre

duas personalidades ilustres. Estou dizendo que isso não pode servir de filosofia para a confecção de Constituição nenhuma.

Qualquer Constituição que se pretenda erigir sobre uma contradição não compensada, não declarada, mas permanente, mas contínua, entre o poder civil e o poder militar, não é uma Constituição democrática – é uma Constituição submetida aos impulsos da ditadura ou da rebeldia.

O Sr. Aurélio Viana – Permita-me V. Exª uma breve intervenção. *(Assentimento do orador.)* Penso que não estou entendendo bem o raciocínio de V. Exª Em primeiro lugar, V. Exª compreendeu muito bem que, quando falei em anarquia, não me estava reportando à filosofia adotada no século passado, pelos anarquistas, por aqueles que não admitiam a existência, digamos do Estado, organizado nos moldes conhecidos. Mas então V. Exª advoga a tese de que, se essa Constituição for aprovada como veio do Executivo, teremos um conflito insanável: o Estado será de direito mas não será um Estado democrático. Teremos, então, um Estado de direito, ditatorial. Logo, deve haver alteração profunda para que, entre a esperança e a realidade se chegue a uma conclusão que dê na constituição de um Estado de direito democrático. Talvez seja o objetivo de todo o discurso e de todas as intervenções de V. Exª Como democrata, deseja o Estado de direito, de fundo democrático. Entendi?

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª

Vou procurar responder à objeção de V. Exª Lembro a V. Exª, que quando falei nessa oposição entre a filosofia do poder civil e a filosofia do poder militar, esclareci que ela não estava expressa no texto, que ela era, por assim dizer, um estado de espírito subjacente, tanto no meio civil quanto no meio militar.

E, voltando ao que, eu dizia há pouco; não percebendo grandes possibilidades de que estejamos em condições de fazer essas alterações profundas a que V. Exª se referiu no decurso da tramitação atual, era mais uma idéia, que procurarei desenvolver, no sentido de que isso sirva de base para o trabalho de V. Exª e de outros ilustres parlamentares na próxima legislatura.

Porque não existe no texto nenhuma observação concreta no sentido de oposição entre as duas concepções de poder. O que digo é que existe, da nossa parte, como civis, e da deles, como militares, certa tendência a reivindicar situações parciais de um lado e de outro, sem compreender que o poder jurídico é a fusão de todas as forças da sociedade, dentro de objetivos comuns.

É isto precisamente o que desejo exprimir no discurso de hoje, de forma mais concreta, fazendo referência a dados mais concretos.

O Sr. Aurélio Viana – Que tem isso a ver com o texto constitucional? Qual a relação de causa e efeito?

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência verá, no decurso destas intervenções, é claro.

Dizia – em primeiro lugar, uma observação a essa pergunta que Vossa Excelência fez há pouco – que o caráter totalitário e formidável dos conflitos internacionais ocorridos no século XX teve uma primeira conseqüência também geral, que foi o esvaziamento das diferenças existentes entre população civil e organização militar.

Se existe uma conseqüência visível, principalmente nos grandes países que foram teatro das maiores guerras do nosso tempo, é esta: o tipo de guerra, o tipo de ação militar e, conseqüentemente, a concepção de segurança nacional, eliminou todas as diferenças entre a tarefa civil e a tarefa militar, fazendo com que a tarefa conjunta seja precisamente a tarefa nacional, a tarefa de segurança nacional.

Isto é uma afirmativa óbvia. Mas há outra afirmativa, que não é comum para todos os países e que se aplica mais precisamente aos países do tipo do nosso, de organização política instável, desenvolvimento econômico desigual, educação pública insuficiente e tradição histórica agitada. É que não existe – isso devemos reconhecer, nós políticos civis – espontaneidade na intervenção militar.

Nos cursos que se têm feito a respeito do assunto, isto é, a respeito da participação do elemento militar na orientação política civil – e hoje esse é um assunto que se estuda muito, e especialmente nas universidades americanas, nas universidades dos Estados Unidos é assunto corrente, porque a matéria começa a tornar-se importante também lá – no tocante à intervenção direta do elemento militar na constituição dos poderes civis, na sua transformação – digamos numa palavra, nas revoluções civis – não é habitualmente, quase podemos dizer nunca, uma iniciativa do elemento militar. O que há é um apelo de facções civis ao apoio e à intervenção das forças militares; é o apelo de facções, de grupos civis, de correntes de opiniões civis incapazes de resolver, juridicamente, os problemas internos do país, problemas de natureza política, e que lançam mão, então, do apelo às forças militares para a intervenção, seja na pacificação do país em termos de uma convulsão, seja no predomínio de determinadas forças em face de outras.

Essa não é uma situação peculiar ao Brasil, é situação que se repete em todos os países mais ou menos do tipo do nosso, e mesmo em países de desenvolvimento histórico e cultural superior ao nosso, como temos exemplo recente, inclusive, na República Francesa.

Essa é uma primeira consideração que trago para enfatizar a responsabilidade do meio civil no tocante à criação de situações e de processos jurídicos que possam desenlaçar as crises sem que seja necessária esta rotineira, esta repetida solução de apelo feito pelos civis à intervenção militar.

Mas, Senhor Presidente, por que se faz, permanentemente, nos países do tipo do nosso, esse apelo à intervenção militar?

Temos que considerar – e eu fiz uma tentativa de síntese nessa matéria – que os países são divididos em duas grandes categorias: os países realmente subdesenvolvidos e os países em processo de desenvolvimento ou em vias de desenvolvimento como dizem atualmente os economistas, como é o caso brasileiro. Os países em vias de desenvolvimento são os que apresentam um panorama so-

cioeconômico, institucional e, principalmente, cultural, com grandes ilhas de desenvolvimento, com uma grande complexidade de problemas que os tornam muito diferentes dos países especificamente subdesenvolvidos, como certos países do continente africano, do sudeste asiático e mesmo da América Latina. Nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, existem certos fatores dignos de menção. Primeiramente, a superioridade da organização militar sobre a civil.

Os militares constituem um grupo com maior capacidade, maior preparo, maior operosidade, maior presteza na ação. Quer dizer, a própria tarefa militar está condicionada a uma permanente atuação no sentido do seu preparo, do seu aprimoramento técnico e do seu encerramento dentro de um determinado ambiente limitado, em que age com maior eficiência do que a dispersão natural dos grupos correspondentes civis. Qual o resultado em nosso país? É que o maior número de atividades e funções, exercidas anteriormente por civis, passam a ser exercidas por militares, porque eles têm uma formação, um trabalho mais solidário e uma capacidade maior de atuação. A essa atuação dos militares vem – se juntar, com maior possibilidade de êxito e de influência em tarefas que habitualmente seriam confiadas aos civis, a permanente solicitação dos grupos civis conflitantes para intervenção militar no campo político. O que acontece, então, é que grupos militares mais capacitados, mais unidos, solicitados pelos civis para intervirem no processo político, contam com maiores responsabilidades nas atividades governativas. Passam a ter e a justificar uma presença maior nas atividades governativas.

Isto, como disse, não é uma observação peculiar ao nosso país. O Brasil se enquadra numa categoria geral em que esses fatores são notórios e preponderantes. O nosso país tem uma situação um pouco diferente, como salientei no princípio desta fase da minha exposição, ou seja, não é um país subdesenvolvido, é um país em vitas de desenvolvimento; um país onde os problemas políticos e administrativos se apresentam com uma complexidade muito maior, com necessidade de vivência muito mais ampla, com necessidade de uma – vamos dizer – atuação política, no verdadeiro sentido da palavra, mais eficaz.

Nestes países, o predomínio exclusivo da casta militar não se opera com grande facilidade. Ela encontra dificuldades no seu próprio exercício. Quando o poder é conquistado pelos militares, a conquista não é difícil, mas o exercício desse poder, em termos de orientação política e de orientação administrativa, já se torna bem mais difícil, porque o país já é muito mais complexo.

O Sr. Aurélio Viana – Não sei de estou importunando, mas gostaria de apartear Vossa Excelência mais uma vez.

O SR. AFONSO ARINOS – Ao contrário. V. Exª me dá prazer.

O Sr. Aurélio Viana – Nobre senador, não acha V. Exª que esse apelo dos civis aos militares é, na verdade, um apelo de grupos civis a grupos militares, toda vez que os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento ameaçam a ordem vigente para uma transformação da ordem econômica e social? Para a manutenção do *status*

quo, daquela situação contra a qual se vai rebelando o povo, no seu desejo, de felicidade econômica e de segurança social? Não sei se é este o entendimento que V. Exª dá à tese que defende, mas historicamente sempre foi assim. Historicamente é assim. Toda vez que um país quer furar a barreira do subdesenvolvimento econômico, toda vez que as massas se transformam em povo e passam a solicitar vantagens que não têm, para uma vida digna, grupos civis apelam para os militares para manutenção e em defesa da velha ordem, muitas vezes superada. Nos estados organizados, de economia forte, isso não acontece, não vem acontecendo. V. Exª declarou que não é propriamente este o caso do Brasil. Nunca tivemos militarismo no Brasil; nunca tivemos uma casta propriamente militar, no conceito que se deu noutros países. Mas eu gostaria que V. Exª se aprofundasse mais sobre esse assunto, porque o conceito de segurança nacional, por exemplo, no atual projeto de Constituição, é tão elástico que talvez esteja aí o conflito a que V.Exª, no início, se referiu .

O SR. AFONSO ARINOS – Eu respondo a V. Exª V. Exª revelou, sem dúvida, uma opinião procedente, mas, diria, parcialmente procedente.

O Sr. Aurélio Viana – Sim!

O SR. AFONSO ARINOS – É uma assertiva feita em relação aos países do tipo do nosso por escritores estrangeiros. A tese sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento do grande economista sueco, que teria de dar um curso no Brasil no ano de 1967, Gunnar Myrdal, tem muitos pontos de contato com as idéias expressas por V. Exª E eu mesmo, no discurso que fiz aqui logo depois do dia 1º de abril, e que foi publicado em revistas não parlamentares, manifestei a opinião que V. Exª está emitindo. Dizia que tinha assistido, em minha vida, a esse conflito permanente na busca da ordem e do desenvolvimento econômico, que não chegam a um ponto de encontro dessas duas correntes – a ordem baseada nas inspirações jurídicas, e o desenvolvimento baseado nas necessidades populares, sem limitações de direito.

Esta é, no fundo, a idéia do discurso. Mas, no Brasil, não é tanto assim que aconteceu, e a tanto responde a nossa experiência é pessoal. Chegamos a uma idade e a um trânsito na vida política que nos permite utilizar nossas próprias recordações, para conceituar este problema. No Brasil o apelo à intervenção militar já se fez pelos dois lados, tanto pelo lado que é considerado o guardião da ordem conservadora, como pelo lado que é considerado o campeão da ordem progressista.

Em 1954, o apelo foi feito pelos civis, pelos chamados conservadores, e eu era Líder da União Democrática Nacional nesse momento. Em 1955, foi feito pelos civis da chamada ordem revolucionária, do movimento em prol do progresso, liderado pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Não vou citar nomes. A casa, porém, tem presente, vários discursos inflamados de muitos parlamentares, inclusive de alguns cassados e exilados pela revolução, que apelavam freqüentemente para a intervenção militar.

De maneira que a conceituação não é muito procedente no que toca ao nosso país. Ela vem mais dos fundamentos que procurei anunciar, isto é, a falta do discernimento político e a falta de resignação jurídica do meio civil, para processar, dentro dos quadros constitucionais, a marcha do progresso nacional, sem fazer apelo à intervenção da força, porque esse apelo – repito aqui – já foi feito pelos dois lados, pelo lado do centro – direita e pelo lado do centro-esquerda.

O Sr. Aurélio Viana – Mais uma pequena e última intervenção, nobre senador. É uma questão a se discutir; foi feito apelo e V. Exª declarou que sim. V. Exª mesmo, em nome de uma corrente política, o fizera.

O SR. AFONSO ARINOS – E do outro lado, também, declarei que sim. E posso trazer os textos.

O Sr. Aurélio Viana – E nós iríamos à pergunta – que não vai ser feita: qual dos dois apelos foi atendido pelas Forças Armadas? Ou nenhum dos dois foi atendido? Aí já é outra questão, porque seria confirmada a tese. Mas, que o apelo é feito, é. Muito bem! Há quem pense, há quem discuta que, na conjuntura internacional, os países estão sendo obrigados a tomar posição e os grupos mais organizados desses países, principalmente dos em desenvolvimento ou subdesenvolvimento, lançam-se na luta, numa posição definida e clara. O mundo está dividido e cada grande potência pede aos seus aliados uma definição em nome da segurança nacional, pelo medo daquelas ideologias que favoreciam certas potências, contrariando interesses de outras. Então há transformações. Mas, de qualquer maneira, há apelos de civis para que os militares tomem uma posição. No Brasil, por exemplo, foi declarado que havia uma ameaça em potencial às instituições democráticas, democráticas liberais, pelo avanço dos subversivos, pela organização dos subversivos; um grupo tentava levar o Brasil a tomar uma posição, no campo internacional, contrária às tradições políticas, às tradições do povo brasileiro. Então se deu a intervenção. A inclusão na Constituição, no conceito amplíssimo da segurança nacional – nos nossos últimos textos repetidos – vem justamente para isso: impedir a subversão, isto é, impedir que, no campo da sua política internacional e de sua política interna, de ordem econômica, haja qualquer alteração, haja qualquer modificação. Estou satisfeito por V. Exª, homem da ARENA, mas como tantos outros muito independente, trazer para o debate esses assuntos que são de impressionante objetividade e grandeza. E por isso mesmo que nós, que constituímos a oposição no Senado e na Câmara, desejaríamos prazo mais longo para um debate mais objetivo, mais claro, a fim de que pudéssemos constituir a base de um sistema autenticamente democrático que, praticamente, nunca houve no Brasil.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

Sr. Presidente, o Senador Aurélio Viana, meu prezado amigo, procuraria, talvez, levar-me para o discurso que a sua generosidade esperava que eu fizesse, mas não consigo me desprender, com o hábito que tenho de preparar os meus assuntos e, desprender-me do roteiro que eu me tracei.

Então, a esta objeção responderia que, no meu ponto de vista, que nem sempre é coincidente com o ponto de vista do governo – e meu querido colega Senador Daniel Krieger, desde o início da nossa tarefa depois da revolução conhece isto, e com a sua liberdade de pensamento e a sua generosidade de coração deu-me carta branca para agir e votar como penso em matéria de política externa – que a minha opinião não é absolutamente aquela que aqui foi apresentada pelo meu ilustre colega como sendo a que determinou a adoção de certos princípios da Constituição. Eu não participo da idéia de que o mundo esteja irremediavelmente dividido em dois blocos, não porque eu tenha qualquer razão de natureza filosófica para assim pensar, mas por uma consideração brutalmente realista: é a de que se o mundo estivesse irremediavelmente distribuído em dois blocos, a humanidade desapareceria debaixo da arma nuclear. Essa consideração elementar de que não há passibilidade de um predomínio armado de um bloco contra outro leva, também, à conseqüência de que não há possibilidade de uma guerra total de um bloco contra outro, porque a guerra total só se realiza quando existe a possibilidade de um esmagamento total. Ora, o esmagamento total é bilateral no caso de uma catástrofe nuclear – que é uma expresão utilizada pelos especialistas.

Esta simples consideração, mecanicamente realista, é que me leva à convicção de que não existe essa divisão.

Hoje, nós votamos aqui, no Senado, um projeto de resolução autorizando um bravio anticomunista, o Governador João Agripino, a fazer um empréstimo com um país da Cortina de Ferro. Esses fatos, que se repetem, são evidentes. Existe, é claro, um jogo diplomático, uma posição de radicalismo que se chama guerra fria, mas essa posição funciona apenas nas votações das assembléias. Não está na mente dos dirigentes, não pode estar.

De maneira que peço apenas permissão para essa explicação. Toda a minha gestão no Itamarati foi nesse sentido. Sei que depois foi mal interpretada em certos setores e contraditada em outros. Sei que não estou de acordo com muitas posições assumidas depois de mim. Mas minha posição é esta: não existe possibilidade de divisão irremediável que leve à guerra total porque essa posição irremediável corresponde ao desaparecimento da civilização e do próprio gênero humano.

Voltando ao plano que eu próprio me tinha traçado, Senhor Presidente, quero prosseguir, nestes poucos minutos que me restam, acentuando o ponto em que tinha ficado, isto é, que nos países de desenvolvimento relativo, e portanto de complexidade maior nos problemas políticos, a tarefa militar no monopólio do governo é extremamente mais difícil, é praticamente impossível. Por uma razão. Porque um grupo – mais bem preparado, sem dúvida, mais solidário na atuação, sem dúvida – mas um grupo limitado no número, não pode ocupar as posições decisivas em um Estado das proporções territoriais e populacionais do nosso. E, em segundo lugar, porque este monopólio é gritantemente ilegítimo e, portanto, a ilegitimidade do poder é uma fórmula de enfraquecimento desse poder se quiser exercê-lo livremente. Em outras palavras, o poder ilegítimo só se exerce através da força ditatorial, e a declaração reiterada dos elementos militares, dos mais categorizados e melhores, sobre a

significação da revolução de março e do texto constitucional é exatamente no sentido da restauração dos princípios de liberdade.

Dizia então que a tarefa é complexa, demorada, que depende da compreensão do que significa o poder jurídico, que é, exatamente, a composição, a combinação, a união entre aquilo que o Coronel Meira Matos chamou poder militar e o que o Deputado Adauto Cardoso chamou poder civil.

Sem dúvida, na América Latina hoje, às perspectivas não são animadoras.

Fiz aqui uma pequena resenha, que consegui compendiar e que talvez já esteja em atraso, sobre a situação do nosso continente no momento atual e nos seus antecedentes imediatos.

Em 1954, das vinte repúblicas do continente, doze eram governadas por ditadores militares. Em 1961, sete dos doze ditadores tinham sido derrubados: Peron, na Argentina; Magloire, no Haiti; Rojas Pinilla, na Colômbia; Jimenez, na Venezuela; Batista, em Cuba (Batista não era bem ditador militar, mas oprimiu Cuba através das forças militares); Lemos, no Salvador – e quatro tinham sido assassinados: Ramon no Panamá, Somoza na Nicarágua, Castillo Armas na Guatemala e Trujillo na República Dominicana.

Havia, portanto, em 1961 – ano em que no Brasil houve aquele grande impulso popular, em que, numa das raras vezes a História da República, todas as forças conservadoras se uniram às forças populares, para a eleição de um candidato à chefia do Estado – não apenas no país, como em todo o continente, uma atmosfera de otimismo com relação à recuperação do poder jurídico nas nações. Mas essa atmosfera, infelizmente, não se confirmou, porque nós tivemos a volta da intervenção militar, sempre seguindo ao apelo de facções civis dissidentes ou dissentidas: na Argentina, em 1962, com a deposição do Presidente Frondizi; no Peru, em 1962, com a deposição do Presidente Prado; na Guatemala em 1963; no Equador em 1963; na República Dominicana, em 1963, com a deposição do Presidente Bosch; em Honduras, em 1963 e no Brasil, em 1964.

Como vêem os Senhores Senadores, isto é um processo que corresponde a certas contingências básicas, não tanto de natureza sociológica, de natureza econômica, exclusivamente, como estava querendo salientar o eminente Senador Aurélio Viana, ainda presente neste recinto, mas de natureza estritamente de cultura política, de concepção política, de atuação política. Porque, como eu procurei esclarecer, na resposta ao aparte que me deu, o nosso país é uma demonstração de que esta fermentação e este apelo são sucessivamente feitos pelos representantes das duas correntes em que se divide a política civil – a corrente progressista e a corrente conservadora.

Não é, por outro lado, uma verdade indiscutível que o apelo aos militares tenha sempre o propósito de manutenção de uma estrutura econômica anárquica. E digo que não é porque tenho conhecimento com numerosos oficiais jovens das forças Armadas brasileiras, conhecimento superficial, mas, enfim, conversas com rapazes que me procuram na minha casa – não para conspirar, pode ficar tranqüilo

o Serviço Nacional de Informações – mas para conversas, para ouvir de um velho professor, em vésperas de sua aposentadoria política, uma outra opinião sobre este e aquele assunto de natureza geral. Como aqui estamos debatendo: a céu aberto. Porque hoje preveni o meu querido líder de que vinha debater este assunto, assunto delicado, polêmico, mas que o faria a céu aberto numa casa de mentalidades responsáveis, amadurecidas, serenas, para deixar alguns traços, algumas posições, alguns fatos, algumas sugestões sobre este assunto que não aparece no texto constitucional, mas que é, no fundo, aquilo que determina uma série de conflitos e contradições dentro dele.

Dizia, voltando ao que afirmava há pouco, que na mentalidade oficial jovem existe uma preocupação açodada com os problemas de desenvolvimento e bem-estar do povo, tão açodada, diria, que um velho liberal como eu se sente um pouco preocupado com a impaciência com que certos setores vêem as dificuldades da marcha liberal no sentido do atendimento a estas justas reivindicações de desenvolvimento e bem-estar.

Vou empregar a palavra verdadeira – porque, Senhor Presidente, realmente cheguei àquela idade em que a gente não tem medo das palavras; eu as digo com a maior candura-nasserismo.

Esta palavra é cheia de conotação política importante. Ela representa o contrário daquilo que o nobre senador pela Guanabara procurou classificar; ela representa a insatisfação de grandes setores militares ou, pelo menos, de setores influentes, altamente inteligentes, profundamente informados, cultivados, com referência à lentidão e às dificuldades encontradas nos processos de salvaguarda da soberania nacional, de defesa da economia nacional, e atendimento ao bem-estar do povo brasileiro.

Claro que o nasserismo especificamente, limitadamente, é uma filosofia política condicionada a uma série de fatores que não intervêm no Brasil.

Lemos o livro do Presidente Nasser sobre a revolução egípcia – e esse livro foi amplamente divulgado e até foi traduzido para o português – e percebemos que os fatores da ação revolucionária foram dois: a derrota diante de Israel, e o espírito de união islâmica pan-arabista. Então é o fator religioso e racial árabe, e o fator do ressentimento ante a derrota.

Isto, graças a Deus, não tem influência num país como o nosso, que tem multiplicidade racial e que não tem problemas internacionais com seus vizinhos. Mas o que depois condicionou o desenvolvimento da doutrina nasserista foi a presença das Forças Armadas como estimulante ao processo de desenvolvimento, cerceando a liberdade, isto é, fazendo o contrário do que se diz, que o cerceamento da liberdade pelas Forças Armadas é sempre a maneira de restringir o bem-estar do povo. Não! Pode atingir também o outro extremo, pode chegar ao outro setor, ao outro campo, da mesma maneira como procurei aqui chamar a atenção para o fato de que os apelos feitos pelos civis à intervenção militar situavam-se em dois campos.

O Sr. José Guiomard – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. José Guiomard – Desejava saber se V. Exª, no que está dizendo, poderia ter em conta não só a tradição histórica do Exército brasileiro como sua formação, suas classes, seu recrutamento no seio mesmo do povo.

O SR. AFONSO ARINOS – Vossa Excelência tem toda razão. Quer dizer, os dois grandes vultos do Exército brasileiro representam precisamente este equilíbrio entre a aristocracia e o elemento popular. Caxias, dizia-se, nasceu nos degraus do trono, e Osório é o homem da tropa, é o homem da cavalaria, é o homem do povo.

Sr. Presidente, estas descosidas considerações – eu sei – são extremamente insuficientes; elas procuram apenas situar um dos fatores profundos, e é esta a minha reflexão final; elas procuraram apenas situar um dos fatores profundos da contradição permanente em que se desenvolvem o estímulo à liberdade e o apelo à repressão, que constituem a trama íntima, a trama invisível do projeto. Isso decorre da idéia, da necessidade ou da inevitabilidade de uma oposição constante entre o poder civil e o poder militar, e todo o meu esforço – que sei inteiramente insuficiente – foi apenas no sentido de lembrar que essa contradição não existe, porque esses dois poderes não existem. E que, portanto, o trabalho político do Congresso deve ser exclusivamente fundado em construir aquele tipo de instituição que supere essa divergência e que faça do poder civil e do poder militar, assim chamados, dois ramos de um só poder, que é o poder jurídico nacional. *(Muito bem! Muito Bem! Palmas.)*

Reforma constitucional

16-12-1966

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na primeira parte deste discurso, dividido em várias seções, com que eu me despeço dos meus companheiros de Senado, procurei estabelecer uma distinção fundada, não imaginativa ou ilusória, sobre as revoluções, segundo o seu caráter político e social.

Salientei, então, que a revolução política é aquela que tende à transformação das instituições do Estado, enquanto que a revolução social é obviamente a que procura modificar as condições de vida da sociedade.

Na institucionalização das revoluções políticas o desfecho é assemelhado, porém bipartido. Ou bem o seguimento das revoluções políticas conduz ao estabelecimento de uma ditadura, como a supressão do Estado de direito e a instalação de um poder arbitrário, ainda que sob a aparência de uma delimitação jurídica – e este foi o

caso das diferentes manifestações do fascismo europeu – ou bem as revoluções políticas conseguem emergir do pélago ditatorial, mas se organizam sempre na base do fortalecimento do Poder Executivo.

É uma experiência praticamente sem exceção na história moderna de todas as revoluções políticas, que liquidam o seu balanço em benefício do fortalecimento do que os juristas chamavam, antigamente, o Poder Executivo, e a que hoje preferem dar o nome de função executiva.

Por que isto? Porque o Poder Executivo, no processo da revolução política, tende a se transformar, realmente, num poder, isto é, ele vai deixando de parte, como uma atividade subordinada ou secundária, as suas atribuições administrativas, as suas características de poder administrativo, para se ir investindo, aos poucos, do caráter de um verdadeiro poder político, e este caráter de poder político se concentra, especificamente, no domínio da legislação.

Só é político, ou só é predominantemente político, o poder que domina o processo legislativo. Quem legisla é quem governa. Qualquer que seja a forma assumida pela lei, seja a lei individual ou o ucasse da personalidade soberana, que encarna em si todos os poderes do Estado, seja a lei democrática, elaborada segundo os cânones e as normas de direito público democrático, a verdade é que o domínio da legislação é o domínio do governo.

Ora, as revoluções políticas – dizia eu – se caracterizam, na primeira etapa, pela absorção do poder político, na função executiva, ou como manifestação dessa absorção pelo domínio do Executivo sobre a legislação.

O Projeto de Constituição que estamos examinando é, no tartamudear de sua linguagem canhestra, a expressão dessa evolução natural. O projeto diminui consideravelmente as atribuições do Legislativo, a sua iniciativa, o seu poder de controle, e transfere a soma destas atribuições, desta iniciativa e deste poder de controle para as mãos do Executivo. É, assim, uma situação que corresponde, indubitavelmente – não à verificação, que não quero chamar verificação –, à constatação rotineira que eu aqui estava fazendo: é a característica da revolução política. Não se processou por meio dele nenhuma mudança substancial no processo social; ao contrário, o que se pode observar, como procurarei salientar mais adiante, foi exatamente uma filosofia, não manifestações claras e eficazes, mas uma filosofia que tende a demonstrar o desejo de se impedir essa evolução social. Mas a transformação política – e insisto, pedindo desculpas nesta observação –, a transformação política constante da transferência da legislação para o Executivo se operou claramente no projeto.

Devemos, por outro lado, reconhecer imparcialmente, equanimemente, que neste projeto existe um fator a meu ver altamente destacável, que é o da manutenção da integridade das atribuições do Judiciário. Considero um dos traços importantes do projeto que temos em mãos, dos mais significativos, dos mais expressivos da continuidade de uma substância democrática no sistema de governo que se vai instaurar, a permanência das atribuições conferidas classicamente ao Poder Judiciário.

Sem dúvida, quando entramos na análise desse capítulo – se é que a ele chegaremos, se tivermos tempo –, veremos que houve certas distorções na configuração da competência do Judiciário, de acordo com as tradições do nosso direito.

Não é da minha especial competência manifestar-me sobre esse assunto; não sou um bom conhecedor dessa matéria. Vejo, no plenário do Senado, colegas que têm sobre o assunto informações muito mais importantes do que aquelas que eu poderia veicular. Mas, de qualquer maneira, o fato geral, a situação global, de conjunto, me parece irrecusável; a Constituição respeitou o Poder Judiciário.

A criação de mais dois tribunais de Recursos, que, dizem, será contrastada ou eliminada por uma das emendas já aceitas, ou, pelo menos, já encaminhadas pelas lideranças responsáveis desta casa, a criação de mais dois tribunais de Recursos é matéria de processo, que não me parece de grande significação. Haverá vantagens e desvantagens. Não sei, nunca fui advogado de foro, não conheço bem essa questão.

As recriminações levantadas contra os poderes de fiscalização do Tribunal de Contas possivelmente também serão procedentes. Não me compete examiná-las; não sou conhecedor desses aspectos financeiros do Direito Constitucional. Conheço-os superficialmente. Entretanto, não me parece seja matéria de grande relevo, visto que a própria natureza da Corte de Contas se insere num terreno de permeio entre a legislação e a judicatura.

Certas atribuições especiais concedidas ao Supremo Tribunal Federal, como, por exemplo, a de se manifestar sobre as decisões tomadas pela Justiça Militar, em relação a acusados civis, já é inovação muito estranha. Não corresponde à tradição nem à técnica da competência do Supremo Tribunal. Mas, de qualquer maneira, é uma inovação salutar. Se não pudemos evitar esta implantação, que considero absurda, a jurisdição militar sobre os civis, em quaisquer casos, dada a natureza de jurisdição militar – eu não vou, aqui, me estender sobre ela – e não pudemos evitar isso, então essa medida, tomada um pouco ao arrepio da nossa tradição jurídica, é antes de se aceitar do que de se repelir, embora se possa estranhar.

Outra matéria que talvez suscite controvérsias fundadas é a participação do Supremo Tribunal Federal em decisões sobre cassações de direitos políticos. Mas também considero que, da mesma maneira, o assunto merece antes acatado, porque o que está em discussão, o que pode ser incriminado não é propriamente a participação do Supremo Tribunal Federal, mas a extensão do processo cassatório, a ampliação desse poder de polícia política. Então, se se põe uma barreira ou um anteparo à plenitude desse poder, claro que também deveremos aceitar com satisfação essa solução.

Mas, dizia eu, esses são aspectos, como vê o Senado, de natureza secundária circunstancial. A verdade é que a competência dos tribunais, a majestade da justiça, a garantia dos magistrados ficaram indubitavelmente asseguradas no projeto de reforma. E tanto mais é de se ressaltar isso quanto, no meio da confusão, da destruição e da ineficácia das demais disposições de natureza genérica, a manutenção desse

bloco, o respeito a esse chão, a esse palmo de terra limpa me parece uma razão que suscite otimismo e confiança.

Direi mais: este projeto não pode ser incriminado no estrangeiro de projeto antidemocrático, de projeto confuso e autoritário, de projeto de implantação de um regime inominável e ilegítimo, exclusivamente porque o brasileiro, no exterior, poderá mostrar o capítulo em que se inserem os artigos referentes ao Poder Judiciário.

Um país que mantém a instituição judicial nos termos que aqui estão não pode ser considerado um país desviado completamente da órbita democrática. Quero dizer, com isso, que as responsabilidades do Judiciário político são enormes no prosseguimento da vida deste projeto, quando transformado em lei constitucional.

Grandes são as responsabilidades do Legislativo, porque elas se enquadram na obrigação de transformar isto que aqui está no decurso da primeira legislatura que se seguir a esta, mas grandes serão também as responsabilidades do Judiciário, porque elas significam a manutenção do que aqui existe de respeito às tradições de liberdade e de justiça da República brasileira.

Mas, Sr. Presidente, se deixarmos a apreciação desta parte referente ao Poder Judicial – como se dizia na Constituição do Império – e novamente entrarmos nos fatores referentes ao Poder Executivo, então aparece aqui a primeira grande contradição do texto.

Os Srs. Senadores que me têm premiado com a bondade de sua atenção hão de se recordar que tenho enfatizado especificamente as contradições que se manifestam no texto que vamos aprovar. Quando digo vamos aprovar, refiro-me ao Congresso, muitos de nós não o aprovarão, mas é fatal que o texto seja aprovado. Essas contradições decorrem das observações que aqui fiz sobre a falta de unidade na elaboração do projeto, a falta de uma filosofia política diretora, a falta de coordenação dos trabalhos preparatórios, e, finalmente, essa dicotomia, essa dissensão terrível que perdura em nosso país, a dissensão do poder civil com o poder militar. Essa é uma das razões da fragilidade e das contradições inerentes ao documento que estamos examinando.

A primeira delas, a que ressalto desde logo, é a seguinte: tendo o processo da revolução política levado à natural conseqüência do fortalecimento do Poder Executivo, nós fortalecemos o Executivo e o transformamos em poder oligárquico, em poder emanado de uma eleição indireta. Essa contradição vulnera de morte o espírito da nova Constituição. No momento em que, seguindo o processo de fortalecimento do Executivo, levamos ao máximo as atribuições do Presidente da República, tornamos essa autoridade saída de um conchavo político em que o povo não se manifesta.

Senhores Senadores, perdoem talvez a rispidez excessiva destas palavras, mas elas correspondem exatamente ao que estou pensando. Vai-se instituir no Brasil um sistema de governo oligárquico. Não é uma eleição indireta que se vai fazer; eleição indireta é coisa diferente. Não voltarei a repetir os argumentos de que lancei mão na ocasião em que fiz um discurso em divergência do meu partido neste sentido, e a minha abstenção na eleição presidencial que então se verificou. Não quero voltar à

análise das razões nem à exposição daqueles motivos. Seria longo. O que quero é ressaltar esse aspecto: vai ser uma eleição menos que censitária. Eleição censitária é aquela que se processa através de um eleitorado reduzido por motivo de natureza econômica. O que se vai processar é uma eleição oligárquica, eleição saída de um eleitorado composto de um Colégio Eleitoral, constituído de uma oligarquia para manter o predomínio de uma situação militar. Esta a realidade. Enquanto houver a eleição indireta, a República estará entregue a governos militares. Com a adoção da eleição direta, restabelecer-se-á o poder jurídico civil.

Não sou presidencialista. Sou contra o sistema presidencial.

Sustentarei aqui, no decurso ainda desta discussão, a possibilidade e a conveniência da implantação do regime parlamentar. Mas, se se quer adotar o regime presidencialista e, ainda mais, o presidencialismo baseado na revolução política que leva ao fortalecimento do Executivo, é uma contradição intolerável que se rapte ao povo o direito de escolher aquele que vai governar a nação.

O Sr. José Guiomard – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. José Guiomard – V. Exª, quando se refere a eleição indireta, sabe muito bem que, na República norte-americana, não se deu este predomínio da casta militar; nela esse perigo parece cada vez mais longe.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço muito ao meu querido conterrâneo e velho amigo, Senador José Guiomard, mas divirjo completamente de sua opinião. Não acho que a República americana seja governada por eleição indireta. O que se deu na República americana foi precisamente o contrário disso.

Na ocasião em que se processou a confecção, a redação do processo de indicação do Presidente da República, muito discutido foi esse processo. Talvez tenha sido o ponto nevrálgico de dúvida, de ansiedade na elaboração da Constituição de Filadélfia.

Em primeiro lugar, a figura do Presidente da República não existia. Antes de ser instituída na Constituição americana, não havia Presidente da República: era entidade desconhecida.

Então, a figura do Presidente da República foi uma incógnita, uma esfinge que começou a se desenhar na consciência coletiva daquela Assembléia. O que seria aquela personalidade, aquele monstro?

Sabe V. Exª que, segundo os comentadores mais antigos da Constituição americana, a figura do Presidente foi transferida ou foi projetada pela figura do rei inglês, e dos mais fortes, o Rei Jorge III.

Então, criaram, instituíram uma espécie de soberano popular. Depois não se sabia nem mesmo o tempo que ele iria ficar no governo. Houve uma dúvida constante.

Sabe o Senado que, quando foi adotada a Constituição americana, não havia prazo para permanência do Presidente da República. O prazo de quatro anos foi dado pelo que se chamava a Comissão de Estilo, e aqui chamamos Comissão de Redação. Foi a Comissão de Redação – não se sabe quem indicou ou escreveu – que estabeleceu o prazo de quatro anos. Era um funcionário saído da imagem soberana para governar um grupo, sem saber como nem por quê. Poderia ficar governando a vida inteira, porque muitos dos redatores da Constituição e outros membros não menos ilustres diziam que George Washington poderia governar a vida inteira. E não governou porque não quis – o Senado sabe isso. Não governou porque renunciou. A investidura desse homem era pela eleição indireta. V. Exª tem toda razão. Alexander Hamilton – creio que ele, não tenho certeza –, em um capítulo do *Federalista,* explicou longamente por que a eleição deveria ser indireta. É porque aquela escolha deveria caber a um grupo reduzido de cidadãos que tivessem a consciência alertada para a gravidade dos problemas que iriam ser geridos por aquela pessoa. Então, esses cidadãos deveriam pertencer à alta escala intelectual, à alta escala social. Seria uma escolha feita no vértice da pirâmide social americana. Pois bem, isso nunca se realizou. Depois de Washington, seguramente desde o princípio do século passado, jamais um delegado escolhido para integrar o Colégio Eleitoral votou contra o mandato que recebeu, de escolher o candidato para cuja eleição ele, delegado, foi eleito.

O Sr. José Guiomard – Pode votar contra.

O SR. AFONSO ARINOS – Podem votar contra, formalmente, meu caro colega, mas nunca aconteceu isto. Há até um caso famoso de certo delegado – lamento estar falando sem elementos para consulta, pois estou hospedado em hotel – cujo nome eu poderia dizer se não o houvesse esquecido neste momento. O fato é relatado no livro *American Papers* que contém uma coletânea de documentos dos mais importantes da história constitucional dos Estados Unidos. Houve momento em que um dos presidentes americanos foi eleito com a maioria de votos eleitorais e a minoria de votos populares. Ficou manifesto isto, coisa que pode acontecer em circunstâncias muito especiais. Então, esse Presidente – de cujo nome no momento, infelizmente, não me lembro – teve a sua investidura contestada, porque era manifesto que ele tinha um eleitorado popular menor do que o do seu adversário, embora um eleitorado colegial maior. Pois bem, foi solicitado a um dos membros do colégio eleitoral que mudasse de voto, porque, se mudasse de voto, elegeria o outro. E este membro do colégio eleitoral – isto por volta de 1870 – tem uma carta famosa em que explica como não lhe era possível proceder dessa maneira.

O eleitor do colégio eleitoral americano não pode mudar de voto; nunca aconteceu mudar de voto. V. Exª sabe que não é preciso ser americano nato para integrar este colégio eleitoral. Pode ser estrangeiro.

V. Exª conhece os Estados Unidos, lá estivemos juntos. Quando se reúne o colégio eleitoral, ninguém mais fala na decisão. A notícia sai na quinta, sexta página dos jornais. Por quê? Porque a reunião desse colégio é inteiramente formal,

não tem importância e não é possível que o delegado vote contra o mandato que recebeu. Tanto que existe no Congresso dos Estados Unidos, ou existia há pouco tempo, emenda constitucional fartamente apoiada, recomendando que se termine com esta brincadeira, com esta farsa que é o Colégio Eleitoral dos Estados Unidos.

Portanto, o que existe nos Estados Unidos é eleição direta em dois graus; não é eleição indireta! E o que vai existir aqui é eleição direta procedida por um Colégio Eleitoral reduzido ao extremo de uma oligarquia. O que se vai instituir nesta Constituição é o maquinismo de uma oligarquia militar.

O Sr. José Guiomard – V. Exª, creio, insinua, com a diplomacia que caracteriza o Embaixador que tem sido tão brilhante, em todas as partes do mundo, que receia a candidatura dos ministros da Guerra.

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente. É o que estou procurando declarar. Exatamente isto o que receio. Não a candidatura do antecessor do atual Ministro da Guerra, o candidato eleito, porque isto é a liquidação de um processo revolucionário. O meu discurso de ontem foi exatamente para mostrar que não pode haver a preocupação de se estabelecer um dissídio entre o meio militar e o meio civil. E não se pode estabelecer um critério mediante o qual o Congresso pode ser levado a dar apoio a um candidato militar.

Senhor Presidente, estou falando sinceramente, estou falando no fim do meu mandato, estou deixando aqui um depoimento que, acho, deve ser respeitado.

O Sr. José Guiomard – Um grande e notável depoimento, faça-se justiça a V. Exª

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço muito a V. Exª V. Exª sabe que minha afeição por V. Exª é antiga, amigo do meu pai que foi. Tenho por V. Exª a estima, o respeito, a afeição, não do coestaduano apenas, mas de velho amigo da mocidade.

O que eu estou dizendo obedece a injunções que me parecem conduzidas pelo meu mais estrito espírito de dever, de dever parlamentar, de dever político, o dever funcional. Estou dizendo, aqui, aquilo que muitos pensam, mas que têm situações políticas que os impedem de dizer. Eu não as tenho mais. Estou desligado, neste instante, de quaisquer compromissos políticos. Estou falando como Senador, da tribuna do Senado.

O Sr. José Guiomard – V. Exª está falando para a História.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª

Como dizia eu, Senhor Presidente, a primeira e a mais grave das contradições que, desde logo, se manifestam no problema político da revolução é esta: de se fazer um governo necessariamente fortalecido no Poder Executivo, mas composto, por meio de um sufrágio oligárquico, cuja finalidade é manter, na República, o domínio militar.

É contra isto que, ontem, comecei minha dissertação, para chegar à conclusão de hoje.

Ninguém mais do que eu respeita, admira, reconhece e venera as glórias militares do nosso país. Sou estudioso da História e, antes de ser professor de Direito Constitucional, fui professor de História.

Não é possível que nós tenhamos idéia da formação da nacionalidade brasileira se não tivermos o respeito devido à participação histórica que teve nela a coletividade militar na Marinha, no Exército e, mais recentemente, na Aeronáutica – coletividade ligada, pela trama da sua formação, ao povo brasileiro, coletividade exposta, pelas dificuldades da sua vida, aos azares do destino de uma nação pobre, coletividade sofrida, coletividade admirável na sua dedicação, no seu ministério, na sua pureza, na sua coragem, na sua humildade, na sua modéstia.

Tudo isto eu sei, tudo isto reconheço, proclamo, mas nada disto me impede de dizer que, numa organização política, jurídica, constitucional, democrática, nós, legisladores, temos o dever de organizar o país para ser governado de acordo com as nossas tradições.

No período em que tínhamos maior necessidade, no período em que tivemos a mais ampla participação, no período em que nos defendemos com o sangue e a espada das Forças Armadas brasileiras, durante as grandes guerras da nossa formação, da independência, do Império, durante os grandes movimentos da nossa consolidação política, no princípio da República, tivemos, sempre, a possibilidade de nos manter dentro de um quadro de instituições livres. É o que desejo, é o que preconizo. Estou certo de que, no decorrer da próxima legislatura, este Congresso tal fará, com o apoio das Forças Armadas.

Mas, Senhor Presidente, há outro aspecto que queria salientar, além da contradição política que mencionei, o fortalecimento do Executivo com fragilidade da liderança popular do Executivo.

Temos um Executivo funcionalmente poderoso, extremamente poderoso, mas politicamente frágil, sem liderança popular alguma, porque investido de mandato que a nação não reconhece. Então, é uma autoridade com pés de barro; os pés da democracia são de barro.

Passando a outro aspecto, gostaria de mencionar, exatamente, a contradição na apresentação do problema econômico, a contradição entre este autoritarismo político a que venho de me reportar e o liberalismo econômico da Constituição. Isto atribui certo sabor reacionário. A Constituição pode ser definida como social e econômicamente reacionária por esta razão: porque fortalece, indiscutivelmente, o poder político do Executivo, e afrouxa, enormemente, o controle do Estado no campo da economia e no campo das relações sociais.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Quer dizer que uma das justificativas, senão a melhor justificativa, de reforçamento do Poder Executivo seria a do controle do Estado numa área econômica?

O SR. AFONSO ARINOS – "Vós o dissestes". Realmente, é outra matéria. O Senado deve compreender e perdoar o desconchavo de discursos feitos sem preparação teórica, sem livros, baseados em notas apressadas tomadas no tempo roubado ao sono, pela noite, com um livro apenas, que é o texto das constituições. O Senado há de perdoar as insuficiências, mas há de reconhecer que as proclamo, de antemão.

Uma das conquistas da idade é esta – a capacidade de dizer "eu não sei". Quando se é moço, tem-se a tendência de dizer o que se sabe ou o que não se sabe, ou pelo menos omitir o que se ignora, mas, depois de certa idade, esta afirmativa passa a ser defesa. O Senado tem testemunhado que sou dos primeiros a reconhecer minhas insuficiências. Há pouco ainda, o fazia em relação a certas obras de Direito Processual, e agora o faço prazerosamente com relação às instituições econômico-financeiras. Não as conheço bem, nunca foram da minha especialidade, mas a verdade é que, mesmo para um leigo como eu, a comparação dos textos indica a observação geral que há pouco fiz. Isto é, que a segunda contradição fundamental que saliento no texto é exatamente esta: o autoritarismo político equilibrado por uma negligência do Estado em relação ao terreno da vida econômica.

Pode ser que eu esteja enganado, mas vou procurar basear essa assertiva com a citação dos textos.

O art. 162 do projeto diz:

"Art. 162. As atividades econômicas serão preferencialmente organizadas e exploradas por empresas privadas com o estímulo e o apoio do Estado."

Essa definição me parece razoável. Vivemos dentro do quadro da democracia capitalista. Não sou, absolutamente, contrário à democracia capitalista. Entendo que ela é uma alternativa da nossa geração. Acho mesmo, pela experiência superficial que tenho do mundo – digo superficial porque minhas viagens são rápidas, apressadas –, tenho a impressão de que, nas democracias capitalistas altamente evoluídas, a situação do trabalhador é, dentro do conjunto da população, muito melhor do que ela se apresenta nos países de democracia socialista.

Esta afirmação é feita por um leigo, mas é sincera. Não sou contra; ao contrário, sou a favor da evolução social da democracia dentro do quadro capitalista, mas esta evolução da democracia capitalista prevê uma série de situações, de medidas e, sobretudo, de convicções que não me parecem esposadas pelo projeto.

Quer dizer, a democracia capitalista, hoje, é feita também, é praticada também, é acreditada também, no sentido do benefício do bem-estar do maior número.

Não é um capitalismo instituído para fazer feliz, poderosa e opulenta, uma pequena classe, senão para utilizar o gênio desta classe empresarial, o seu espírito público, a sua força de operosidade, a sua solidariedade que se invista de uma função pública, e faça com que, dessa fonte de energias produtivas, saia, então, o bem-estar

de todos. E para isto é indispensável reconhecer-se a hegemonia do Estado, o direito do Estado, a preocupação do Estado, a intervenção potencial do Estado. Intervenção do Estado, não para a trair os princípios da democracia socialista, mas a intervenção do Estado para manter os princípios autênticos da democracia capitalista, tal como se dá na França, nos Estados Unidos, na Alemanha. E não transformar o país em exploração colonial por nós mesmos, uma espécie de colônia brasileira, uma espécie de terra ocupada por estrangeiros, e por nacionais em benefício desses oligopólios, dos monopólios e dos seus patrimônios.

A filosofia do capitalismo progressista é que me parece estar ausente do projeto. Não consegui encontrar no meu quadro comparativo – porque não quer interromper o veio dessas considerações – a parte do art. 62 do projeto em relação com a anterior legislação constitucional. Mas, o § 1º, queria salientá-lo bem.

Diz ele:

"§ 1º Somente para suplementar a iniciativa privada o Estado organizará e explorará diretamente atividade econômica."

Esse princípio, trazido à consagração de cânone constitucional, parece-me muito discutível, eu diria até mesmo muito perigoso.

Agora, por gentileza de uma funcionária da casa, tenho em mãos o quadro comparativo. Não disse antes porque não tinha certeza, mas o quadro comparativo que tenho em mãos mostra: não existe precedente, nem semelhança desse preceito na legislação constitucional anterior.

Então, a filosofia do projeto foi no sentido de proibir a intervenção supletiva do Estado, desde que ela seja corretiva – corretiva dos excessos que se podem verificar no jogo das forças capitalistas desencadeadas. E querem V. Exªs ver como isto é mais digno de atenção?

Está no art. 157, § 8º, o seguinte:

"É facultada a intervenção no domínio econômico e o monopólio de determinada indústria de atividade, mediante lei da União, quando indispensável por motivo da segurança nacional, ou para organizar setor que não possa ser desenvolvido, com eficiência, no regime de competição e de liberdade de iniciativa, assegurados os direitos e garantias individuais."

Aqui, vejo em risco a Petrobras. Aqui neste artigo, que também não existia com esta forma, vejo em risco, não em risco imediato, mas é uma declaração de filosofia do governo que pôs em risco a filosofia apoiada pelo Congresso, ao estabelecer o monopólio da exploração do petróleo pelo Estado.

Quando é que o Estado pode intervir e utilizar determinada indústria – a indústria petrolífera – ou atividade econômica? Quando isto for determinado por lei da União, por motivos indispensáveis à segurança nacional e, ainda mais, "para organizar setor que não possa ser desenvolvido com eficiência no sistema de competição..."

Ora, a utilização de empresa estrangeira, na exploração de petróleo, não compromete ou, pelo menos, é muito discutível que comprometa a segurança nacional.

Fui partidário da Petrobras, era Líder do meu partido e fiz força muito grande pelo monopólio estatal. Mas, evidentemente, seria demagógico de minha parte, seria pouco ponderado que eu viesse aqui proclamar sem provas que tenha certeza de que a exploração do petróleo por empresa estrangeira compromete a segurança nacional. Por outro lado, não se pode dizer seja impossível o desenvolvimento da empresa no regime de competição ou de liberdade. Ao contrário, aqueles que sustentam a terminação do monopólio estatal declaram, permanentemente, que o bom é o regime de liberdade de competição.

De maneira que esse artigo me parece obedecer a determinada filosofia econômica, a determinada filosofia de governo. Mas põe em risco uma coisa concreta, conquistada pelo Congresso Nacional, porque também na Constituição de 1946 não era obrigatório o monopólio das jazidas de petróleo. Foi uma conquista da lei em virtude de determinada orientação filosófica.

Senhores Senadores, é o que receio. Estou muito receoso dessa contradição do autoritarismo político com o liberalismo econômico, que se manifesta dessa maneira, um pouco florida, um pouco prolixa.

O Sr. Mem de Sá – Permite-me V. Exª, um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Mem de Sá – Dou razão a V. Exª Creio que seria uma das emendas necessárias: acrescentar um parágrafo a esse artigo, assegurando, entretanto, o monopólio da exploração do petróleo e dos minérios atômicos. Participo desta filosofia. Acho também que, sempre que for possível, dar à atividade privada a exploração industrial, ela deve ser dada a fim de que o Estado tenha mais recursos para o desempenho de funções que lhe são específicas, exclusivas, privativas dele, como, por exemplo, o ensino, a saúde, o combate às endemias etc. De modo que, embora esteja de acordo com a redação desse artigo, penso que, para evitar as dúvidas que V. Exª tão bem aponta, haveria todo cabimento para um parágrafo que torne expresso o monopólio do petróleo e dos minerais atômicos. São os dois assuntos, a meu ver, discutíveis, como também diz V. Exª, a respeito dos quais entendo que a segurança, senão determina, pelo menos aconselha o monopólio.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, a minha satisfação, o meu júbilo, a minha consciência de ter acertado – e não é esta uma declaração formal; gostaria que fosse tida por uma expansão sinceramente profunda – se vêem coroados com a intervenção do nobre Senador Mem de Sá, não apenas pela sua tradição de economista e de financista, mas pela posição política que ocupou no governo e pela autoridade moral de que desfruta entre os seus companheiros.

Senador, V. Exª realmente me convenceu de que tenho razão. Estava um pouco hesitante e V. Exª definiu melhor do que eu o problema, trazendo as razões pelas quais considero a intervenção do Estado necessária. V. Exª traduziu nas palavras do economista, as sugestões lactantes do estudioso de Direito Constitucional, que não

chegava a precisar. Veja V. Exª como é deficiente, como deve ser deficiente este projeto em matéria de Direito Constitucional, na falta de constitucionalistas que o houvessem elaborado.

Fico satisfeitíssimo e só peço a esta casa que acompanhe a emenda que solicito ao Senador Mem de Sá redija ainda hoje.

O Sr. Mem de Sá – Não farei nenhuma emenda a essa Constituição.

O SR. AFONSO ARINOS – Mas, pelo menos, redijirá para mim o texto dela, o seu esboço.

O Sr. Mem de Sá – Isso sim, porque esta Constituição faz lembrar muito o dito do grande Assis Brasil, a respeito do qual estou muito magoado com V. Exª pelas referências menos respeitosas que lhe fez.

O SR. AFONSO ARINOS – Vamos terminar esta conversa em torno de uma coca-cola , ou mesmo de um uísque, se quiser... *(Riso.)*

O Sr. Mem de Sá – Assis Brasil gostava muito de uma frase, que repetia quase diariamente: a pressa é inimiga da perfeição. Essa Constituição é uma demonstração disso.

O SR. AFONSO ARINOS – O velho Assis Brasil me dizia também, eu o conheci na minha mocidade – uma frase de que nunca me esqueci e que é profundamente sábia: Não acredito em informações. *(Riso.)* Só acreditava naquilo que via e sentia.

O Sr. José Ermírio – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. José Ermírio – Desejo lembrar a V. Exª que já apresentei uma emenda com relação a urânio e tório, ao mesmo tempo incluindo os metais raros que são usados durante o desenvolvimento da energia atômica – por exemplo, o berilo. Exportamos todo o berilo. O Brasil não produz um grama. Por essa emenda, há obrigatoriedade de fabricação de, pelo menos, um terço do minério exportado. Porque, sem esses produtos, não temos condições de desenvolver a energia atômica. O tório, o urânio e a Petrobras, portanto, já estão ressalvados na minha emenda, inclusive os minérios de metais raros, para que estes sejam produzidos no Brasil na quantidade de, pelo menos, um terço do que já é exportado.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª Eu não o acompanharei na sua emenda porque, como digo, não sou conhecedor da matéria e, assim, prefiro cingir-me a um ponto – como é minha tradição nesta casa – que, neste caso, é o problema do monopólio do petróleo, acrescentando a este o da energia atômica, suscitado pelo nobre Senador Mem de Sá.

Estou certo de que a Petrobras tem cometido erros. Tenho até aqui – em contrário à opinião de Assis Brasil – informações sobre muitos erros da Petrobras. Sei, por exemplo, que, neste instante, a Refinaria de Caxias, as fábricas que lá existem, de borracha sintética, enfim, da parte de petroquímica, estão com cerca de mil e oitocentos trabalhadores para uma produção que corresponde mais ou menos àquela de uma empresa privada, em São Paulo, com quinhentos. Sei de uma porção de vícios, erros, de muitas coisas que precisam ser examinadas. Sei que a frota da Petrobras, a Fronap – atividade que em outros países fez uma fortuna de um Onassis, um desses grandes armadores gregos – é uma fonte de prejuízo calamitoso. Tudo isto eu sei. Agora, isto não me desvincula de minha convicção de que temos de manter o regime do monopólio estatal. Temos é que aprimorar a administração desse regime.

Vou terminar, Sr. Presidente. Estou na tribuna há uma hora, agradeço muito V. Exª a gentileza de me haver dado a palavra, e aos Senhores Senadores a grande honra que me fizeram ao acompanhar-me neste discurso. Se houver sessão amanhã, peço a V. Exª me inscreva como um dos oradores do dia. Muito obrigado. (*Muito bem! Muito bem! Palmas.)*

Reforma constitucional

19-12-1966

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, é tradição no sistema das Constituições escritas, do ponto de vista técnico, e é tradição do Direito Constitucional democrático, do ponto de vista jurídico, atribuir-se uma importância primacial ao capítulo dos direitos e garantias individuais. Faz mesmo parte da sistematização dos estudos do Direito Constitucional clássico a divisão do texto das Constituição, praticamente, em três setores principais, ou seja, a definição dos poderes do Estado e a fixação das suas respectivas competências, as relações que interligam esses poderes no seu funcionamento e a parte destinada à declaração dos direitos e garantias individuais.

Assim haveria, nas constituições, uma parte que poderíamos chamar de anatômica, que é a da descrição dos poderes; outra que denominaríamos de fisiológica, que é a do funcionamento conjunto desses três poderes, a sua fisiologia; e, finalmente, aquela que não mais diz respeito ao Estado nem aos seus poderes, porém reservada ao indivíduo, ao homem, no Direito Constitucional.

Mais recentemente, o Direito Constitucional ampliou-se naquilo que os autores costumam chamar o Direito da Constituição, através da introdução, no texto das leis constitucionais, de muitas medidas, muitas providências e muitas iniciativas que são ligadas à ampliação progressiva da ação do Estado na vida social e que não são, propriamente, dependentes daquela noção clássica do Direito Constitucional.

Então, para distinguir as duas idéias chamou-se a esse novo aluvião de preceitos que costumam encher as constituições deste século de o Direito da Constituição, isto é, a preocupação de fixar, de maneira mais duradoura, certos princípios relativos à ação do Estado.

Mas, Sr. Presidente, mesmo nos textos mais recentes dentro do pensamento dos autores mais modernos, nunca se pretendeu diminuir a importância daquele capítulo referente aos direitos públicos individuais.

Por que eles assim são chamados – direitos públicos individuais? Porque, evidentemente, são aqueles que o homem pode apresentar ou reivindicar contra o Poder Público e não contra uma competição verificada ou instalada no seio da vida social. Não é direito que se ergue contra outra pessoa física ou jurídica; é um direito que se levanta contra a própria ação do Estado – é o direito do homem contra o Estado.

Esta idéia da existência dos direitos do homem contra o Estado não é, em si mesma, uma idéia recente; é uma idéia antiga. Apenas, ela foi, em uma época relativamente recente, estruturada de maneira técnica para se inserir nos textos das constituições escritas.

Mas esta idéia, Sr. Presidente, se insere, se enraíza na própria concepção cristã do homem. Então poderemos aqui realmente falar em civilização cristã.

A primeira luz, a primeira sugestão, a primeira afirmação correta e impressionante desta idéia do homem contra o Estado está naquela sentença de Jesus, quando Ele, em resposta a uma indagação insidiosa, ensina aos seus opositores: "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus".

Esta idéia de que há, dentro do homem, uma parte que se furta à influência de César, esta idéia de que existe dentro da personalidade humana um reduto permanentemente livre de qualquer coação do Estado, é o germe cristão do princípio do direito individual.

No decurso da evolução do pensamento político, terá tomado esta noção outras designações, principalmente a de Direito Natural, a de superdireito e de direito racional e, mais recentemente, pelos estudos dos juristas, dos publicistas de maior tomo nesta matéria, a de Direito Público Individual. Mas, no fundo, o de que se trata é do reconhecimento de que o homem, pela sua condição humana, pelo seu próprio destino, pelas próprias origens do seu ser, pelos próprios atributos da sua personalidade e da sua formação, constitui um mundo dentro do mundo, constitui uma partícula de uma presença imanente e permanente, que não pode ser totalmente subordinada às mutáveis relações sociais e às frágeis deliberações do poder público.

Isto representou, talvez ou seguramente, a maior contribuição do cristianismo ao direito público. Porque, quando refletimos sobre a noção de liberdade tal como conceituada no pensamento greco-romano, em Platão, Aristóteles ou Cícero, concluímos que, para o pensamento político da Grécia e de Roma, mesmo nos momentos do seu mais indiscutível esplendor, a liberdade era concedida como uma forma de integração no Estado. Em *A República,* de Platão, e em *A Política,* de Aristóteles, na *República* de Cícero, a idéia de ser livre é a idéia de contribuir para a formação da

vontade coletiva. Na medida em que o cidadão participava das deliberações da *polis*, era livre, e é por isso mesmo que a cidadania era privilégio dos homens livres.

Mas a grande inovação do pensamento ou do sentimento cristão foi exatamente esta: a de mostrar que o homem era livre na medida em que também podia impedir que sobre todo o seu ser influísse a ação do Estado. Então, a liberdade cristã e a liberdade democrática – e exatamente por isso é que chamamos democracia cristã e ocidental – está no reconhecimento, no respeito e na salvaguarda jurídica de uma parte da personalidade que não se pode submeter, de maneira alguma, à ação do Estado. É a definição desta parte da personalidade, é a explicação dos pontos em que a personalidade se libera da influência, da coação, das restrições, dos limites da ação estatal, que constitui, precisamente a chamada declaração de direitos e garantias.

O Sr. Argemiro de Figueiredo – V. Exª permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo – V. Exª vai descrevendo com brilho de jurista e sociólogo aquilo que poderíamos envolver em dois princípios dominantes no Direito Constitucional, que são exatamente o princípio da coexistência social e, por outro lado, o equilíbrio entre liberdade e autoridade. Estamos ouvindo, com a máxima atenção, a exposição de Vossa Excelência.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a lúcida e encorajadora intervenção do meu ilustre colega Argemiro de Figueiredo. S. Exª, que é um dos estudiosos dos problemas do Direito e da Filosofia do Direito...

O Sr. Argemiro de Figueiredo – Muito obrigado.

O SR. AFONSO ARINOS – ...acaba de situar, de maneira concreta, o desdobramento natural do meu raciocínio: a existência do mundo social e a existência do mundo social condicionando o exercício da autoridade; a existência do mundo individual defendendo isto. E isto – como eu dizia – é a maior conquista do pensamento político cristão.

Santo Tomás, na *Suma Teológica*, defende precisamente essa idéia. Quando Santo Tomás fala da liberdade do homem, da sua possibilidade de desenvolver-se no sentido dos seus atributos essenciais, ele está configurando, organizando, racionalizando a palavra de Jesus, aquela palavra de Jesus que diz que César tem o direito de exigir até certo ponto, mas de um certo ponto em diante há uma parte do homem que não está submetida à dominação de César.

As declarações de direitos e garantias são feitas para definir, num texto permanente e invulnerável, essas situações nas quais o homem não cede à presença do Estado.

A idéia de uma declaração de direitos, apesar de fundada principalmente na tradição do pensamento anglo-saxônico, do pensamento político que vem com Locke, não foi, entretanto, configurada no texto da Constituição dos Estados Unidos,

que é a primeira. Mas ela apareceu como grande glória, como grande vitória, como grande iniciativa da revolução francesa. Ela vem do Marquês de Lafayette. O Marquês de Lafayette, que tinha a experiência heróica dos dois mundos, o homem que tinha participado da revolução da independência americana e o homem que tinha participado da revolução política e social que destruiu a monarquia francesa – segundo informam os seus biógrafos –, foi o grande iniciador desta idéia, foi quem propôs que se consubstanciasse, no texto definitivo, a Declaração desses Direitos Humanos.

Esta declaração nós todos a conhecemos. É dos mais belos textos da história humana. Ela pode ser tida, no processo da revolução francesa, como um documento equiparável, como um documento do mesmo nível, da mesma altitude, da mesma beleza formal da Declaração da Independência Americana, redigida por Thomas Jefferson.

São ambas, portanto, desses marcos definitivos, dessas tábuas de bronze que se inserem na tradição do direito democrático. Daí a preocupação, que sempre tiveram os redatores destas declarações, com a beleza formal, com a pompa, com a apresentação grandiosa do tema.

Os direitos humanos sempre foram configurados em textos que parecem de teatro clássico. Tem-se a impressão de que o redator é como um daqueles atores de Cornelle e Racine, que chegam ao proscênio, e lançam, através de palavras lapidares, imagens e idéias eternas.

Portanto, Sr. Presidente, a beleza formal, a deliberada procura do êxito do estilo fazem parte, na tradição do direito democrático e, especificamente, na tradição do direito brasileiro, das declarações de garantias e direitos individuais.

Com o passar do tempo, o que se foi inovando nesses documentos foi a sua limitação. Não limitação mutiladora, não limitação no sentido do abandono de certos aspectos substanciais, mas ao contrário: uma limitação nucleadora, uma limitação condicionadora que viesse permitir o olvido de certos aspectos formais e que viesse consultar mais certas idéias e certos sistemas fundamentais, porque, nas declarações de direitos, havia muito preço pago às aparências das idéias da época. Por exemplo: no Brasil, um dos grandes problemas era o dos cemitérios religiosos, dos cemitérios seculares. Desde o tempo da colônia havia discussões eruditas sobre o caráter secular das administrações das necrópoles. A conquista da inclusão desses cemitérios em um dos deveres da administração municipal foi uma certa conquista de direito humano. Daí figurar na Constituição do Império e vir sendo repetida até a Constituição de 1891 a secularização dos cemitérios.

Claro é que, hoje, o problema não tem mais significação. Assim, também a configuração do direito de propriedade, que obedecia, no século passado, a certas aparências ou a certos cânones ligados ao processo de desenvolvimento da economia liberal.

Então, a idéia era de que a propriedade não poderia ser restringida em nenhum de seus atributos, porque essa restrição feria o interesse social defendido na tese de Adam Smith.

Encontramos ainda, na feitura da Constituição de 1891, aquela preocupação de Rui Barbosa – porque foi dele, inserir no texto com a sua letrinha "a propriedade será garantida em toda a sua plenitude". Isto é de Rui. Não que fosse um reacionário, pois estava dentro do quadro das idéias liberais.

Depois, foi-se compreendendo que a propriedade era função social, que só se justificava a garantia do direito humano na medida em que fosse uma participação da personalidade e, conseqüentemente, que não influísse nas outras pessoas que compõem a sociedade.

Então, começamos a encontrar nas constituições modernas, inclusive na brasileira, aqueles roteiros que diminuem o caráter absoluto, o caráter pleno da propriedade e colocam esse direito individual no quadro de uma certa relatividade.

Senhor Presidente, isso ocorreu no sentido de se diminuir a ilimitada acepção de certos direitos, mais sociais do que humanos. Uma das grandes conquistas da Ciência Política moderna é consectária disto, ou seja, naquilo que diz respeito aos direitos humanos propriamente, aos direitos à defesa dos atributos imanentes da personalidade. Então, as garantias foram-se aprofundando, as definições foram-se tornando mais claras, mais cheias de conteúdo, de conseqüência e de responsabilidade. Começamos a ter o quadro em que os direitos são em número menor, porém cada vez mais ligados aos atributos essenciais da personalidade, porém cada vez mais bem defendidos no direitos democrático. Não há democracia sem uma definição adequada e sem a apresentação de garantias eficazes para os direitos individuais. A ausência disso é a ausência de democracia.

O Sr. José Ermírio – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. José Ermírio – Tem V. Exª falado, inúmeras vezes, sobre a Constituição americana. Esta Constituição, feita em 17 de setembro de 1787, consta, apenas, de sete artigos. Durante todo este tempo foi emendada somente vinte e três vezes. Ora, notei que no art. 1º – Poderes do Congresso – são realmente muito simples as subdivisões. Por exemplo: prevê a manutenção da armada. Mais nada. Aqui dividimos, subdividimos e fazemos tanta coisa que, no fundo, quem não é jurista como V. Exª, conhecedor profundo do assunto, se perturba ao ler a Constituição brasileira. A nossa, agora, tem cento e oitenta artigos. Não sei por que o número de artigos é tão elevado, quando a do país mais desenvolvido do mundo contém, apenas, sete artigos e foi emendada apenas vinte e três vezes. Assim, agradeceria a V. Exª se me pudesse orientar. Nunca li tanto a Constituição do Brasil como hoje. Não sou jurista e sim um simples engenheiro. Nesta condição, considero muito difícil interpretar a grande diferença entre essas duas constituições. Gostaria, pois, que V. Exª me esclarecesse a respeito.

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª Procurarei, da maneira mais sucinta, responder ao nobre Senador.

A Constituição americana tem, de fato, este número de artigos. É, porém, dividida em várias seções. Os artigos correspondem quase que àquilo que chamamos de capítulos. Isto não implica em que ela não seja mais, muito mais reduzida do que a nossa. Seus artigos são, portanto, divididos em várias seções. Além disso, toda a construção da Constituição americana é uma construção de jurisprudência. Esta a divisão fundamental entre a tradição do direito público anglo-saxônico, tanto o inglês como o americano, e o direito público latino. Nós procuramos estabelecer esquemas racionais, minuciosos e ideais, através de movimentos políticos sucessivos, destruindo o que havia antes. Os saxônicos estabelecem esquemas operacionais, esquemas realistas, através de modificação constante, que se processa no texto da Constituição, por meio da interpretação judicial.

O que fazemos, emendando e escrevendo no novo texto, eles o fazem emendando o que o texto significava antes da nova interpretação. São numerosos os exemplos.

A Suprema Corte, que tem dito sobre a Constituição coisas completamente contraditórias – por exemplo, no caso da discriminação racial –, sustentava, até o fim do século passado ou ate o princípio deste, a teoria da discriminação propriamente, quer dizer, igualdade de oportunidades para as duas raças. Tal era, segundo se pensava, permitido pela Constituição.

Pode haver separação, desde que se ofereçam oportunidades iguais.

Hoje, a Suprema Corte, depois do famoso julgamento do Presidente Warren, diz o contrário: que não é possível estabelecer-se uma separação entre as duas raças, ainda que ofereçamos oportunidades idênticas. De modo que o que existe não é diferença de tratamento, mas diferença de psicologia: psicologia dos saxões, que procuram marchar de acordo com interpretações construtivas longas, enquanto a nossa concepção latina procura reduzir o assunto a um esquema convulsivo, porque importa em atos de convulsão revolucionária.

Mas, agradecendo ao nobre Senador a honra do seu aparte, procurarei prosseguir na linha que me tinha traçado. Queria dizer que o texto que vamos votar não corresponde, de maneira alguma, nem às tradições do Direito Constitucional comparado, nem às tradições do próprio direito. Não vou negar que exista na definição ou no desenvolvimento do art. 149 do Projeto uma espécie de gérmen das idéias, uma espécie de semente, uma espécie de ponto de partida das noções de declaração de direitos individuais. Mas a técnica utilizada pelo projeto é que, a meu ver, não pode subsistir. É neste momento que digo que ela não pode subsistir. Procurarei demonstrar, realmente, a impossibilidade substancial, com referência ao conteúdo dos artigos, e impossibilidade processual, com referência ao funcionamento desses artigos e às atribuições que sobre eles são concedidas ao Supremo Tribunal Federal.

Eu faço daqui um apelo, não aos meus ilustres colegas da oposição, que têm motivos políticos para promover a transformação do projeto, mas, sobretudo, aos meus correligionários do partido majoritário, para que reflitam bem – ao

nosso querido companheiro e Líder Senador Daniel Krieger; ao Líder da Câmara dos Deputados, o ilustre e também meu velho amigo, Deputado Raimundo Padilha; ao Presidente da Grande Comissão de Reforma, o eminente e ilustre coestaduano Deputado Pedro Aleixo, Vice-Presidente eleito da República; ao Senhor Presidente da República, o ilustre Marechal Castello Branco; ao Senhor Ministro da Justiça, o ilustre jurista Carlos Medeiros da Silva, para que vejam se eu tenho ou não tenho razão nas considerações que, neste momento, vou iniciar, porque o que esse me parece e o que aqui está não poderá funcionar. Então, se não pode funcionar, não é nenhuma humilhação, nenhum recuo, nem mesmo é uma medida de desconformidade política; é apenas o atendimento aos interesses substanciais da democracia brasileira.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com prazer.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Vossa Excelência diria muito bem que todas as garantias individuais estão aí apenas indicadas. Não há um conceito, uma definição, uma idéia; nenhuma dessas garantias individuais independe de uma lei geral que as faça respeitadas e executadas.

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente. O ilustre Senador Aloísio de Carvalho acaba de dar a síntese do raciocínio que passo a desenvolver. A técnica utilizada pelo projeto cifra-se no seguinte: indica, como disse o Senador Aloísio de Carvalho, muito resumidamente, a idéia de cada um dos tradicionais direitos individuais ou da sua garantia e, em seguida, faz remissão a uma lei geral que vai oferecer os elementos definidores desse direito e dessa garantia.

Ora, Sr. Presidente, o que acontece é que, se nós não fizermos constar do texto constitucional os elementos que configuram, na sua descrição, a substância do direito, nós estaremos mutilando potencialmente esse direito.

A razão primeira é a seguinte: não se reconhece o caráter auto-aplicável de nenhum direito, e é sabido que, entre os direitos públicos individuais, há numerosos que são auto-aplicáveis.

Um dos melhores trabalhos, a meu ver, de Rui Barbosa sobre os problemas do Direito Constitucional geral, e também do Direito Constitucional brasileiro, é, exatamente, aquele em que o grande tribuno e político brasileiro estabelece uma separação, uma discriminação entre direito individual e garantia individual. Ele demonstra que o direito individual é a substância da reivindicação que o indivíduo pode opor ao Estado e demonstra ainda que a garantia é o recurso processual que o Estado oferece ao indivíduo para fazer prevalecer seu direito individual. A importância de que este recurso conste da Constituição é exatamente a de impedir que ele seja iludido através das interpretações políticas de uma lei ordinária. Mas na técnica ordinária, no texto utilizado pelo Projeto, o que vemos é o seguinte: ao anunciar, com muita brevidade, ao indicar, de forma estritamente resumida, o direito e ao fazer remissão

para uma lei geral, mutila esse direito, porque como dizia, há pouco, se retira o caráter auto-aplicável.

Vou dar um exemplo: um dos direitos individuais auto-aplicáveis da maior importância é a inviolabilidade do domicílio. Isto é tradicional no Brasil. Está na Constituição de 1824, está na Constituição de 1891, está, igualmente, na Constituição de 1934, e se encontra, finalmente, na Constituição de 1946. Quando a Constituição estabelece a inviolabilidade do domicílio, define o processo do exercício desse direito. E, porque esta definição faz parte da inviolabilidade, a Constituição diz assim: a casa é o asilo inviolável do indivíduo; ninguém poderá entrar nela à noite, senão para atender a casos de crime ou desastre. As palavras utilizadas na Constituição do Império eram um pouco diferentes mas tinham a mesma idéia: a idéia do crime ou sinistro. E durante o dia, a não ser com a ordem escrita da autoridade competente. Se dissermos apenas, como diz o projeto, inviolabilidade do domicílio, então nos reportamos a uma lei ordinária para estabelecer elementos dessa inviolabilidade. Podemos, por meio de uma lei ordinária, permitir que a casa seja invadida à noite pela autoridade, com o desassossego da família e o terror do morador, com a opressão do cidadão. Podemos permitir que a visita domiciliar feita pela Polícia não seja por meio de ordem escrita da autoridade senão apenas por meio de uma decisão puramente momentânea de um delegado de Polícia. Em suma, o Senado tem aí o quadro das possibilidades gravíssimas que se depreendem desse processo técnico, de fazer uma remissão muito limitada e deixar para a lei ordinária o cuidado da definição.

Mas há também outra conseqüência que me parece igualmente importante: é que esta técnica torna possível a violação de outros direitos que não tenham a importância desse direito individual, da inviolabilidade do domicílio, mas que são igualmente de grande majestade, porque dizem respeito aos atributos intelectuais do homem. Por exemplo, a liberdade de expressão, de pensamento, que recentemente está completada pela liberdade de informação. Mas quero-me situar, aqui, especialmente, no campo da liberdade de manifestação de pensamento, vamos dizer, da liberdade da imprensa, como atualmente se diz.

Sabe o nobre Senador Aloísio de Carvalho – e a ele me refiro pessoalmente porque S. Exª é professor de Direito Penal – que a liberdade de imprensa na legislação brasileira sempre foi contida pela idéia da responsabilidade, conseqüentemente, pela punição dos abusos, através da incidência da lei penal, baseada no princípio da responsabilidade. Isto se traduz, concretamente, no seguinte: desde antes da independência, quando se instituiu no Brasil uma espécie de imprensa (não no sentido moderno, mas uma espécie de publicação de periódicos, na Corte), desde o tempo do Brasil Reino de Dom João VI – e me lembro deste particular porque, em certa ocasião fiz, na Câmara dos Deputados, um parecer sobre a liberdade da imprensa, procurando debater um projeto que vinha do governo e que visava restrições a esta liberdade, incompatíveis com as tradições do nosso direito – desde essa época, está expressa, nas leis de imprensa, a declaração de que a manifestação de pensamento não está subordinada à censura prévia.

Apelo para o nobre Senador Aloísio de Carvalho, porque posso estar enganado, mas tenho quase certeza de que sempre se fez apelação à inexistência de censura.

Ora, se nós, no texto da Constituição, apenas nos referimos, de passagem, à liberdade de manifestação de pensamento e deixamos a execução desse princípio ao cuidado da lei ordinária, então vamos tranqüilamente permitir que a lei ordinária institua, sem infringir a Constituição, a censura prévia dos jornais. E por que não?

O Sr. Aloísio de Carvalho – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer!

O Sr. Aloísio de Carvalho – Exatamente por isso é que as constituições brasileiras anteriores distinguiram a censura prévia em relação às diversões públicas, excluindo, explicitamente, a do exercício da liberdade de pensamento, por meio da imprensa.

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente!

O Sr. Aloísio de Carvalho – Outro reparo que V. Exª poderá – e estou certo, irá fazer – é que não há liberdade de pensamento sem a sua contraprestação, que é a responsabilidade pelos abusos dessa liberdade. Nada disso, realmente, no projeto da Constituição está estabelecido.

O SR. AFONSO ARINOS – O Senador Aloísio de Carvalho acaba de confirmar, com sua experiência e seu conhecimento, aquilo que eu vinha dizendo: será possível instituir-se legalmente, por lei que não seja constitucional, a censura prévia no nosso país? Na França, por exemplo, a liberdade de imprensa não é garantida especificamente por uma disposição constitucional – se não estou enganado –, mas é garantida por determinação do Código Penal e do Código do Processo Criminal. E assim na França ocorrem muitas vezes apreensões e censuras de jornais. Mas nunca o sistema francês serviu de modelo, em tais casos, à tradição brasileira, que sempre se apoiou na tradição saxônica, na tradição inglesa e na tradição norte-americana. E toda a cultura brasileira, toda a evolução do drama da política brasileira sempre foi ligada, jungida, associada à liberdade de imprensa. Então, o que queria salientar é que a técnica utilizada pelo projeto vai ter as conseqüências que citei, apenas para exemplificar, em dois casos, no caso da inviolabilidade do domicílio, colocando possivelmente o cidadão diante dos azares da opressão, da autoridade política ou policial; e no caso da liberdade de pensamento, criando a figura legal e jurídica, mas repugnante, da censura prévia, que nunca existiu no nosso direito.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Vossa Excelência permite um aparte? *(Assentimento do orador.)* O item da liberdade de pensamento pela imprensa cristalizado na Constituição de 46 é um dos mais belos capítulos do nosso Direito Constitucional. Em todos os seus desdobramentos, inclusive na proibição do anonimato na imprensa, sentimos o espírito liberal brasileiro. No que está no projeto não senti-

mos nada realmente que possa traduzir uma intenção nobre de estabelecer em bases certas e duradouras o princípio da liberdade de manifestação do pensamento pela imprensa.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito grato a V. Exª Incorporo, com grande satisfação, os seus ensinamentos ao meu discurso.

Quanto à questão do anonimato, eu me permito, aqui, uma pequena divergência, não com Rui, mas com a época de Rui. O problema do anonimato entrou na Constituição de 1891, e foi sendo repetido nas posteriores também muito em função da filosofia positivista. Rui não era positivista – sei disso –, mas havia um ambiente de idéias que influiu nas idéias da Constituinte. Então a idéia de que o escritor público – como então se chamava o jornalista – poderia emitir opinião sem se denunciar, sem se qualificar, sem se declarar, era uma idéia considerada pouco democrática. Mas, depois, a imprensa de opinião foi ganhando uma aparência diversa. Na medida em que o artigo é assinado, passa a ser menos importante, porque transfere ou transmite apenas uma posição individual; na medida em que o artigo não é assinado – é o chamado artigo de fundo – ele passa, pelo menos na aparência, a exprimir uma idéia geral.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Aí, o artigo não assinado é chamado editorial. A proibição do anonimato visa, sobretudo, aos ineditoriais em que através de uma acusação gratuita, de uma calúnia, se esconde o autor da ofensa.

O SR. AFONSO ARINOS – Ah! Agora estou compreendendo. Confesso a V. Exª que recebo, com muito agrado, essa lição.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Não é lição, absolutamente. V. Exª pode sentir isso na obrigação contemporânea...

O SR. AFONSO ARINOS – Do direito de resposta.

O Sr. Aloísio de Carvalho – ...que têm todos os jornais de indicar os responsáveis pela parte editorial, de todos os artigos de colaboração serem assinados, e os de matéria paga a serem recebidos pelos jornais por meio do reconhecimento de firma.

O SR. AFONSO ARINOS – E o direito de resposta, que está assegurado também.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Exatamente.

O SR. AFONSO ARINOS – Dizia eu, Sr. Presidente, que esta técnica não pode prevalecer. Está claro. Parece-me não haver nenhuma intenção polêmica nesta afirmativa. O que estou procurando deixar evidente para o Senado é que, mantida a redação tal como se encontra, isto é, se a cada artigo não corresponder uma definição que integre imediatamente o conteúdo da sua garantia; se em cada artigo não aparecer um desdobramento de noções, se não for ele próprio esse desdobramento,

uma parte do direito definido, o direito desaparece, o direito fica nas mãos do arbítrio do poder político, que poderá, por meio de leis ordinárias, suprimi-lo, extinguilo, exterminá-lo.

Então, esta técnica é inaceitável. O Senado não pode concordar com isto. O Presidente da República – e a ele faço um apelo – também não pode. Os Líderes do governo, esta casa, não podem aceitar isto.

Senhor Presidente, salientei com a maior boa-fé, no primeiro ou no segundo discurso que aqui fiz – não me lembro bem –, a importância que tem para a nossa honra política, para a nossa tranqüilidade jurídica, social e até pessoal, a manutenção do Poder Judiciário, neste projeto, com as atribuições que conservou e com as garantias que manteve. Acho que o Poder Judiciário aparece neste projeto como uma demonstração de que o Congresso tem diante de si um documento com raízes democráticas, que depende de aperfeiçoamento, de uma adaptação. O capítulo dos direitos e garantias não é a conseqüência disto, da importância e da independência do Judiciário: é a causa disto. O Judiciário só tem razões para ser independente e importante na medida em que exista o capítulo de direitos e garantias individuais.

Para que manter um aparelho que não tem como ser aplicado? Para que manter a integridade, a importância, a independência e honra tradicionais do Judiciário brasileiro se, no momento em que for trabalhar, estiver preso a todas as insídias, a todas as paixões, a todos os provisórios e a todos os equívocos de uma lei política? Para que criar-se o instrumento de defesa da liberdade humana e da tranqüilidade do cidadão se esta liberdade e esta tranqüilidade não se acham convenientemente definidas no texto constitucional?

Portanto, Sr. Presidente, este é o apelo que faço, com toda humildade, com a segurança de que me estou desincumbindo apenas dos últimos deveres que eu possa ter com o poder ao qual durante tantos anos pertenci. É o apelo que faço aos nossos companheiros da maioria, à Liderança da Minoria, aos companheiros da Comissão Constitucional, ao nosso ilustre colega Senador Antônio Carlos Konder Reis, que é o Relator, ao Presidente Pedro Aleixo, ao governo, para que examinem se tenho ou não razão nestas humildes, nestas modestas sugestões que aqui venho desconchavadamente enumerando, eis que eles terão condições muito mais amplas e muito mais sólidas para apoiar ou para corrigir.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Esta interferência é para afirmar a Vossa Excelência que a sua crítica a este capítulo é brilhantíssima. Leva-nos a pensar que nada se pode corrigir ali, senão com uma substituição total do que figura no Projeto, restabelecendo-se inteiramente o capítulo da Constituição de 1946. Fazendo esta crítica, V. Exª, além de confirmar seus merecimentos de jurista, reafirma perante o Senado sua

consciência de velho liberal que, em todo o exercício de mandatos eletivos, esteve sempre na brava, intrépida defesa das liberdades públicas.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, raramente me terá ocorrido, na tribuna, o que neste momento acontece. A consagradora declaração do meu querido companheiro vem como prêmio, como estímulo a que eu prossiga, não com os atributos de brilho ou de saber a que S. Exª se referiu, mas com o empenho e a boa-fé que nortearam minha vida parlamentar e que são herança de um nome que recebi e que transmiti, no sentido da defesa das liberdades públicas no nosso país.

Senhor Presidente, continuarei mostrando que a técnica da sujeição dos textos constitucionais aos azares da legislação ordinária sempre foi repelida pelo nosso direito público – e aqui me permito ler o artigo da Constituição do Império que trata exatamente do assunto. Como sabe o Senado, a Constituição do Império era flexível, não rígida, não costumeira. Era uma Constituição escrita, porém, não rígida; Constituição escrita e flexível, não uma Constituição costumeira, como a inglesa, que pode ser alterada por legislação ordinária. Não era Constituição rígida, como a americana, que precisa ser alterada por emenda, ou como as constituições republicanas brasileiras que se seguiram. Era uma Constituição flexível, assim chamada porque tinha um corpo de doutrina inalterável, a não ser por emenda constitucional, e com uma parte complementar de disposições que poderiam ser modificadas por lei ordinária.

É uma grande sabedoria da Constituição do Império. Ainda hoje, os autores do Direito Constitucional costumam a ela se referir como modelo desta noção de Constituição rígida que influiu sobre outras constituições da Europa, em meados do século passado.

O chamado Estatuto Albertino – Constituição do Reino Piemonte-Sardenha, depois adaptada em Constituição do Reino da Itália, após a unificação italiana – sofre diretamente a influência da Constituição do Império brasileiro, com esse jogo, esse molejo da flexibilidade jurídica: uma parte intangível, imutável, e um parte transformável, com certa liberalidade.

Diz a Constituição o seguinte:

"Art. 178. É só constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectiva dos poderes políticos e aos direitos políticos e individuais do cidadão. Tudo o que não é constitucional pode ser alterado, sem as formalidades referidas, pela legislação ordinária."

Veja o Senado a importância desta contribuição que não sou eu quem está trazendo, e sim a história do Direito Constitucional brasileiro: mesmo a Constituição chamada flexível, aquela Constituição extremamente dútil que permitia a sua própria transformação através de lei ordinária, mesmo nesse tipo de lei constitucional, vem o reconhecimento, vem a afirmativa consentânea com a consciência e com a boa-fé na adesão aos princípios jurídicos da democracia, ao declarar que tudo pode-

se alterar por lei ordinária, exceto o que diz respeito aos direitos e garantias individuais.

O que fez a República? Depois de tantos juristas, depois de tantos escritores, depois de tantos políticos, depois de tantos oradores parlamentares, depois de tantos professores e estadistas, vem a República e diz: "os direitos e garantias individuais poderão ser transformados, modificados, configurados pela lei ordinária".

Não acredito possa haver uma demonstração mais clara de inconformidade, de oposição, de subversão, Sr. Presidente – esta é exatamente a palavra, subversão – da ordem democrática brasileira.

Teria a intenção ainda de prosseguir em observações e considerações que seriam o desenvolvimento do que foi hoje assentado. Mas verifico que já decorreu cerca de uma hora que estou na tribuna. Assim, eu me retiro, Sr. Presidente, para prosseguir e completar amanhã, se possível, esta sugestão, este apelo à maioria e ao governo. E, como sempre tenho feito, penitencio-me perante os meus colegas do tempo que lhes tomei e agradeço, do fundo do coração, a honra da atenção com que vêm acompanhando estes discursos. *(Muito bem! Muito bem! O orador é cumprimentado.)*

Reforma constitucional

20-12-1966

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, na sessão de ontem, procurei acompanhar, com comentários adequados, o capítulo do projeto de Constituição que trata dos direitos e das garantias individuais. Hoje, tentarei prosseguir no exame desta matéria, analisando o capítulo e os incisos nos quais se estabelecem os processos de limitação ou de suspensão dessas mesmas garantias e direitos, processos analisados tais como estão consignados no projeto de reforma constitucional.

Desde logo temos que considerar esta matéria, nos termos do projeto, distribuída em dois setores: um, aquele setor clássico no direito brasileiro, do estado de sítio; o outro, uma nova concepção introduzida no projeto de Constituição, estabelecendo uma limitação aos direitos e garantias, mas que não funciona em conseqüência do estado de sítio, e sim obedecendo a outras razões e a outros procedimentos.

É o art. 151 do projeto em exame que diz o seguinte:

"O abuso de direito individual ou político de qualquer pessoa natural, com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção, importará na suspensão, por dois a dez anos, daqueles direitos, declarada mediante representação do Procurador-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo da ação civil ou penal que couber."

Este artigo, Sr. Presidente, tem aspectos muito estranhos. Proponho ao Senado que o sigamos no seu desenvolvimento redacional. Aqui se diz que os abusos dos direitos individuais e políticos, no propósito da subversão ou da corrupção, importarão na suspensão, por dois a dez anos, daqueles direitos. Quer dizer, indiscriminadamente, sem qualquer enumeração, os abusos no exercício dos direitos individuais e políticos determinarão a suspensão de qualquer dos direitos individuais e políticos consignados no texto da reforma constitucional. Ora, isso começa por ser absurdo e, em função desse caráter de anomalia, conclui-se por ser inaplicável.

O Supremo Tribunal Federal, feito para garantir e não para suspender direitos – mas isto é uma observação *a latere* –, não terá condições de executar esse artigo na amplitude em que se encontra redigido. Senão, vejamos.

Quais são os direitos individuais previstos no próprio texto da reforma?

São: igualdade perante a lei, chamado princípio de isonomia. Já na *História* de Heródoto se diz que o princípio da isonomia é a característica da liberdade humana...

O Sr. Heribaldo Vieira – Pelo artigo, perde-se até o direito à vida!

O SR. AFONSO ARINOS – Exatamente. Ia chegar lá.

Depois: liberdade de consciência e culto; livre manifestação do pensamento; inviolabilidade do domicílio; liberdade de reunião e associação.

E por aí, vamos passando pelas garantias de liberdade, garantia de respeito aos direitos adquiridos, e finalmente, como salienta o nobre Senador Heribaldo Vieira, a proibição da pena de morte.

De maneira que, se tomarmos o art. 151, tal como se encontra redigido – não logicamente, mas textualmente –, verificaremos o absurdo de se suspender o direito à vida. Assim, mediante representação do Procurador-Geral da República, o Supremo Tribunal Federal autorizaria o que se pode chamar de "a morte provisória": o indivíduo seria condenado à morte pelo prazo de 2 a 10 anos e, decorrido o prazo processual, aconteceria o que aconteceu com Lázaro, que subiu do seu túmulo, restituído à vida pela palavra sacramentada de um novo Presidente.

Ora, Sr. Presidente, não quero dizer que isso tivesse ocorrido à intenção dos redatores do projeto, que eles tivessem chegado a essa conclusão inteiramente risível e que transcende os limites do permitido pela análise séria de um texto, para entrar francamente no território do cômico. O fato denota a necessidade de uma revisão desse texto.

O Sr. Heribaldo Vieira – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não.

O Sr. Heribaldo Vieira – É interessante ressaltar ainda que o indivíduo perde, também, o direito a trabalhar, pois o art. 149 diz que ficam assegurados a liberdade de consciência, crença e culto; livre manifestação do pensamento e de informação; inviolabilidade do domicílio; liberdade de reunião e de associação; livre escolha de

trabalho e de profissão; inviolabilidade da correspondência. Assim, concluímos que até o direito ao trabalho o indivíduo perderá.

O SR. AFONSO ARINOS – Realmente, perdendo o direito à igualdade perante a lei, inclusive perderá o direito à inviolabilidade do domicílio, perderá o direito ao trabalho, perderá o direito à liberdade de consciência, intrinsecamente um dos direitos mais nobres da natureza humana, que ficaria também desaparecido.

Então, insisto, Sr. Presidente, insisto sem ira, nem ironia; insisto apoiado apenas nas muletas acolchoadas do bom senso; insisto no sentido de que os responsáveis pelo andamento desse projeto, no Congresso Nacional, tenham cuidado. Isto denota redação atabalhoada e desatenta, uma redação sôfrega, ansiosa, despreocupada e ilógica, e não ficaria nada bem para o nosso país com foros de tradição jurídica, com tradição de elementar aprendizado nas regras do bem-escrever, nas regras do bem-pensar e nas regras do bem-dizer, não ficaria, dizia eu, satisfatório para um país como o nosso, com as responsabilidades que temos, que surgisse no mundo jurídico internacional, e mesmo no mundo das traduções, quaisquer que sejam, um documento jurídico de instituição do Estado brasileiro, de limitação de poderes da autoridade brasileira pelo direito, e de preparação de uma existência na nossa sociedade, fundado em declarações desta superficialidade, desta incongruência e desta comicidade.

O Sr. Jefferson de Aguiar – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Tem V. Exª o aparte.

O Sr. Jefferson de Aguiar – Aliás, a expressão "abuso" tem elastério próprio, segundo conveniências pessoais e circunstâncias de fato. Além disto, evidentemente, como anotou V. Exª, a tradução do texto alemão, parece-me, não foi, apropriada.

Se não me falha a memória, o texto é reprodução da Constituição alemã de 1959, incluindo no texto do projeto os atos que não são conhecidos, explicados ou justificados. Acredito que o Congresso Nacional terá a acuidade necessária e a experiência indispensável para modificar o teor do texto que V. Exª critica mui justamente.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado, prezado colega. De fato essa disposição consta da lei fundamental da República Federal Alemã, da Alemanha Ocidental chamada. Mas não se tratou, precisamente, de uma tradução. O que ocorreu, foi uma espécie de amálgama, de concentração, de apanhado de uma idéia que a Constituição alemã adotou de maneira conseqüente, de maneira lógica.

O que se contém na Constituição alemã?

Não a tenho aqui; não a possuo entre os elementos com que me aparelhei hoje. Só tenho os textos das constituições brasileiras. Mas, V. Exª, Sr. Presidente, poderá, caso seja possível, fazer vir da biblioteca o volume do jurista naturalizado francês, Guetzevitch, que tem, entre as diversas constituições compendiadas no livro *Consti-*

tuições da Europa de Hoje, a chamada Constituição de Bonn, e lá encontraremos à disposição da Constituição alemã. Ela é enumerativa. Diz que, em caso de subversão ou utilização de determinados direitos no sentido da subversão da liberdade democrática, do sistema democrático de governo, compete a medida ao Tribunal Constitucional, que não é precisamente o que nós chamamos o nosso Supremo Tribunal Federal, mas é qualquer coisa assemelhada. Diz: "O Tribunal Constitucional poderá suspender o uso, o benefício dos seguintes direitos". Em seguida, vem a enumeração daqueles direitos, cujo abuso pode constituir um elemento de subversão e cuja supressão não leva o indivíduo para fora do gênero humano, não torna o indivíduo um marginal, um relegado na sociedade.

Mas, Sr. Presidente, este episódio serve apenas para marcar a impossibilidade da manutenção do texto – e aqui reitero o apelo, o caloroso apelo, sincero, que ontem formulei às altas autoridades da República, a começar pelo eminente Presidente da República, Marechal Castello Branco, pelo seu Ministro da Justiça e pelos líderes do meu partido nesta casa – a fim de que seja acomodada uma redação que, realmente, corresponda aos intuitos dos preceitos que são consignados na Constituição alemã, ou seja, a enumeração daqueles direitos que poderão ser suspensos em primeiro lugar, sem lesão dos atributos essenciais da individualidade, cujos direitos são também aqueles que podem ser objeto de utilização abusiva, no sentido da subversão. Mas tal como está, da maneira como se encontra, é evidente, como se diz na linguagem de hoje, "está na cara" que isto não pode ficar.

Temos, portanto, a primeira parte do art. 151. A segunda parte também mereceria um reparo. Aí já é um problema de lingüística, mas parece-me que permitido o texto atual como se encontra no Projeto, ficaria uma espécie de intimação, de obrigação do Supremo Tribunal Federal.

Perderia o caráter de judicatura, da decisão livre, a declaração de perda ou suspensão de direitos políticos por parte da Corte Suprema.

O Projeto diz assim:

"... com o propósito de subversão do regime democrático ou de corrupção importará na suspensão por dois a dez anos daqueles direitos, declarada mediante representação do Procurador-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo da ação civil ou penal que couber."

Não é propriamente isso que se contém na idéia da Constituição alemã. O que se contém na Constituição alemã é a iniciativa da autoridade do Ministério Público perante a Suprema Corte para que esta declare ou não, conforme for o caso.

A declaração não é obrigatória como aqui parece estar escrito, que se diz que a suspensão será "declarada mediante representação do Procurador-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal" como uma espécie de carimbo ou de chancela aposta à representação do Procurador-Geral.

Nós todos temos a certeza de que o Procurador-Geral, sobretudo com os atributos morais do que atualmente se encontra no cargo, iniciaria uma diligência nesse sentido, apenas quando as hipóteses previstas na Constituição se confirmassem.

Mas, mesmo que essa iniciativa do Ministério Público fosse baseada em pressupostos aceitáveis, é claro que a decisão final ficaria com o julgamento do Supremo Tribunal Federal e não como está dito aqui, que uma vez iniciado o processo receberá a chancela do Supremo Tribunal Federal, o que não se coaduna com a idéia que, evidentemente, ocorreu ao redator do texto e que está consignada na Constituição alemã.

O Sr. Aurélio Viana – Permite-me V. Exª breve aparte? *(Assentimento do orador.)* Nobre Senador Afonso Arinos, pode estar certo de que a série de observações de V. Exª sobre o Projeto de Constituição que ora se debate no país inteiro vem causando efeito impressionante – não quero dizer surpreendente – no Brasil que lê, no Brasil que se interessa pela solução dos seus problemas mais sérios e mais graves. Não sei por que razão havendo aqui homens constitucionalistas da estrutura de V. Exª, cultores do direito como o Senador Aloísio de Carvalho, por exemplo; constitucionalistas como o Professor Josaphat Marinho, e mais alguns outros que poderia citar, da ARENA como do MDB – não se promove um entendimento a fim de que, dessa conjugação de esforços, saia uma Constituição que proteja o Estado democrático, o Estado de direito, que garanta os direitos individuais do homem e do cidadão, que honre nosso país e que o faça respeitado perante toda as nações! Por que não haver esse entendimento? Tenho a impressão – senão a certeza – de que toda a oposição receberia, com a maior das satisfações, entendimentos dessa espécie, à base da honestidade, da sinceridade, da cultura e dos interesses patrióticos daqueles que compusessem esse tipo de comissão de harmonização. V. Exª estaria muito bem colocado numa posição como essa, como muitos outros acerca dos quais não falamos para não estar cansando os demais.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, em primeiro lugar desejo agradecer muito sincera e emocionadamente as palavras com que galardoou o meu esforço destes últimos dias, o meu companheiro e venho amigo Senador Aurélio Viana, com quem mantenho as mais respeitosas e afetuosas relações desde o tempo em que freqüentávamos a tribuna da Câmara dos Deputados e que, hoje, me honra como colega de bancada na representação da Guanabara.

Quanto à segunda parte da sua intervenção, eu diria que ela representa uma grande esperança, nesse momento. O nobre Senador Aurélio Viana, com a importância e a responsabilidade de que desfruta, no seio da bancada minoritária, não poderia ir ao microfone, político como é, experiente que é, fazer uma advertência desta natureza se não estivesse respaldado pela opinião de seus companheiros. Quando diz que é necessário uma composição de esforços, com a participação da minoria, traz S. Exª elementos de grande importância nesta hora angustiada e tumultuosa de preparação do texto final. Não tenho condições políticas e funcionais para poder orientar ou participar da orientação desta sugestão que formula S. Exª, mas é com o coração aberto a qualquer entendimento que eu a proclamo extremamente importante e que chamo a atenção da casa e da direção do partido majoritário para o que acaba de dizer o Senador Aurélio Viana. Não podemos negar a importância de uma contribui-

ção franca da oposição, nesta casa, no sentido da confecção de um texto comum, texto que corresponda, de imediato, à realidade brasileira; texto que venha manter certas posições tomadas pela revolução, que são irretratáveis, mas que venha restaurar as liberdades reclamadas pela oposição e que são também indispensáveis. Então, as conquistas da revolução e as liberdades da oposição deveriam ser objeto de um tratamento conjunto, de um tratamento desprendido de qualquer reivindicação pessoal ou de qualquer sentimento de vaidade, em benefício do Brasil.

Outros países têm atravessado crises semelhantes. Ainda ultimamente, estive relendo o volume segundo das memórias do General de Gaulle, que se chama precisamente *A União,* e que diz respeito ao esforço tremendo que aquele grande homem de Estado empreendeu no sentido da união daquelas duas correntes que se debatiam e que dividiam a França, visando à formação do bloco que constituiria a unidade francesa, nos anos da libertação. Este volume, mais do que uma narrativa história, é uma espécie de *vade mecum* político, e representa ensinamento constante no sentido do abandono de todas as questões pessoais, que tantas vezes nos dividem, em benefício da união geral, que só poderá servir à boa causa do povo brasileiro.

Daí por que eu entendo que a declaração do Senador Aurélio Viana deve ser tomada em termos pelos dirigentes da maioria, a fim de que se consiga fazer o que S. Exª preconiza.

Mas, Sr. Presidente, eu falava que, depois deste artigo, iremos entrar no capítulo que diz respeito à tradição clássica da limitação e da suspensão dos direitos individuais – o capítulo do estado de sítio.

Em primeiro lugar, chamo a atenção para um aspecto. No projeto atual, existem duas possibilidades de se limitarem os direitos individuais: uma, fora do estado de sítio, mediante a aplicação do art. 151, retirado da Constituição alemã; depois, os aspectos constantes da enumeração dos artigos referentes ao estado de sítio que, como sabe o Senado muito bem, é uma tradição que vem do direito francês. O estado de sítio que, pela própria expressão – *état de siège* –, vem do direito francês, não corresponde, de maneira alguma, à nossa tradição constitucional, na parte em que incide na Constituição americana. A Constituição americana só tem um artigo em que fez referência à suspensão do *habeas corpus* e outras medidas contra a garantia da liberdade individual – em caso de motim ou de rebeldia.

Mas a idéia de estado de sítio nos vem do direito francês, idéia surgida das lutas da revolução francesa.

O fundamental, no estado de sítio da tradição francesa, é o princípio do deslocamento do poder político das mãos da autoridade civil para as mãos da autoridade militar, correspondendo a uma ficção de cidade sitiada, de cidade em guerra. Daí a idéia de estado de sítio.

Todos os estudantes de Direito Constitucional sabem o que foi a larga, a lenta elaboração dos princípios referentes ao estado de sítio. Na primeira República, havia uma publicação para a qual chamo a atenção de V. Exª, como Presidente do Senado, no sentido de estudar a possibilidade de refazê-la. Eram os *Documentos Parlamen-*

tares, publicados pelo Congresso na primeira República, e constituem repositório dos mais importantes estudos produzidos no seio do Parlamento, como temas fundamentais da Constituição brasileira. Nesses documentos fundamentais, que andam por volta de duzentos volumes, há uma série – se não me engano dezesseis deles – referentes a estado de sítio. Então acompanhamos toda a elaboração da teoria brasileira de estado de sítio, feita, em grande parte, dentro do Congresso.

Aproveitando a hora que me é concedida, relembro ao Congresso a importância que têm o Senado e a Câmara dos Deputados na elaboração do nosso direito público.

Os estudos da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e do Congresso, com relação aos problemas fundamentais da Constituição brasileira – o estado de sítio, a intervenção nos estados, todos os problemas políticos da época –, são contribuições da maior significação, pelo menos tão importantes – digo-o sem desrespeito – como as que foram trazidas pelo Supremo Tribunal Federal.

O Congresso sempre estudou, o Congresso sempre analisou, o Congresso sempre participou da solução desses problemas, e a evolução da teoria brasileira do estado de sítio está consignada nas disposições referentes a esse assunto que se vêm seguindo nas constituições presidencialistas até hoje. Mas não vou entrar na análise delas. Como estou dizendo, é assunto, se não corriqueiro, corrente, no estudo dos nossos problemas e os que fizeram esta Constituição, os redatores, evidentemente, estão muito bem informados a respeito.

Chamo a atenção para o parágrafo 3º do art. 152, que diz:

"A fim de preservar a integridade e a independência do país, o livre funcionamento dos poderes e a prática das instituições, quando gravemente ameaçados por fatores de subversão ou corrupção, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá tomar outras medidas estabelecidas em lei."

Desde já, quero trazer daqui, de público, uma palavra de agradecimento ao Líder Daniel Krieger. Quando foi da discussão da primeira fase desse Projeto, ainda, antes da instalação deste período extraordinário, tendo o eminente Presidente da ARENA pedido que examinasse alguns aspectos do Projeto, uma das sugestões que formulei, de início, foi a da não aplicação destes poderes de emergência sem uma lei que os definisse. Não poderia deixar de haver referências ao estabelecimento anterior das situações, mediante as quais esses poderes de emergência poderiam ser aplicados, e o estabelecimento anterior só o poderia ser, por via de lei. Houve então, de minha parte, a sugestão do acréscimo desta palavra:

"Tomar outras medidas estabelecidas em lei."

Isto foi incluído no texto. É passo da maior importância. Preferiria, se pudesse influir, que esta expressão "estabelecidas em lei" fosse completada pela palavra "complementar" – "estabelecidas em lei complementar" – porque a lei complementar, pela sua significação, pela sua hierarquia, pela sua importância, seria feita com um cuidado mais apurado, e as hipóteses apareceriam em condições talvez mais sa-

tisfatórias para o equilíbrio entre o uso da autoridade por parte do Presidente, e a preservação da liberdade com referência ao cidadão.

Mas, Sr. Presidente, feita essa ressalva preliminar e tendo mostrado que esse projeto, no momento, está já em condições muito melhores do que estava antes, queria acentuar que este inciso representa uma inovação no nosso direito. De fato elas são duas: há uma inovação que consta do artigo 151, isto é, a possibilidade de se suspenderem os direitos individuais fora da crise, da desordem, fora comoção intestina que provocaria o estado de sítio, apenas pelo abuso pessoal do responsável que traria, evidentemente, uma responsabilidade pessoal para ele, através da manifestação do Supremo Tribunal. A outra é coisa diferente, é a responsabilidade, vamos dizer, coletiva, conseqüente a uma situação de anormalidade na ordem pública que determinou a vinda do estado de sítio. Então, neste caso de crise, que não é apenas o abuso individual, que é de crise política, de crise social, funciona outro sistema coercitivo, além das medidas previstas e enumeradas na Constituição, o de outras medidas de que poderá lançar mão o Presidente da República para atender a situações de extrema gravidade.

Isto, como disse, é uma inovação levantada com referência à anterior. Não há dúvida de que foi inovação, atenuada pela referência à lei. Ainda ontem o Deputado Gustavo Capanema, conversando comigo, salientava a importância da inclusão deste pequeno acréscimo "estabelecidas em lei".

O Sr. Aloísio de Carvalho – Permite V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com prazer.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Concordo com V. Exª em que essas são as duas inovações do projeto, no capítulo de estado de sítio. V. Exª está fazendo uma dissertação brilhante, fugindo embora dos pormenores, e eu me animo a pedir a atenção de Vossa Excelência para dois pontos deste capítulo, que, não representando inovação, constituem alterações perigosas para a estabilidade das instituições e a garantia dos direitos civis, mesmo em período de estado de sítio. Preferiria, por exemplo, que se tivesse conservado a expressão "comoção intestina".

O SR. AFONSO ARINOS – De que lancei mão, há pouco.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Exatamente. V. Exª há pouco usou a expressão "comoção intestina". Então, nada haveria, neste particular, a alterar ou a substituir no texto da Constituição de 1946, que V. Exª tem em mãos e que poderá ler, dentro em pouco. Outra alteração – que pode ser de texto mas não entendo que o seja – é a supressão do qualificativo de "externa" para "guerra" que dá motivo ao estado de sítio. A Constituição de 46 se refere a guerra externa, como em outro ponto se refere a guerra com país estrangeiro, para mostrar exatamente que se trata de uma guerra do Brasil com outro país, e não como está simplesmente no projeto, de guerra cujo sentido pode ser associado, amanhã, até ao de guerra civil, ou a uma guerri-

lha dentro do país. Outro ponto que me parece importantíssimo no parágrafo que discrimina algumas das garantias individuais, que podem ser suspensas pelo estado de sítio, é o relativo à liberdade de reunião e associação. Ora, duas são essas liberdades: uma é a liberdade de reunião, outra é a liberdade de associação, desde que em associações para fins lícitos. Mas, inadvertidamente ou propositadamente, o projeto suspende a liberdade de reunião e de associação; o que o estado de sítio suspende é a liberdade de reunião, mesmo dentro de uma associação. O que se suspende é a liberdade de reunião, que tanto pode ser realizada a céu aberto, nos comícios geralmente falados, como em reuniões dentro de uma associação. Mas suspender a liberdade de associação, impedir que durante o estado de sítio alguns homens se reúnam e resolvam fundar uma associação livre, isso eu não compreendo.

O SR. AFONSO ARINOS – O Senador Aloísio de Carvalho acaba de tocar em alguns pontos do projeto com grande precisão – e pontos, de fato, muito significativos. Não me demorei sobre eles, em princípio, porque, como S. Exª salientou muito bem, estou sendo levado mais por considerações de ordem geral a fim de não me prolongar demasiadamente na tribuna.

O que S. Exª diz sobre a expressão "guerra externa" é absolutamente certo.

O art. 206 da Constituição de 46, diz: *(Lendo.)*

"Art. 206. O Congresso Nacional poderá decretar o estado de sítio nos casos:

I – de comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar a mesma a irromper;

II – de guerra externa."

O projeto atual retirou a expressão "externa" e tornou possível a decretação do estado de sítio em casos de guerra civil.

Não atribuí uma importância exagerada ao fato porque o que houve foi uma espécie de tautologia, isto é, repetição do que foi dito anteriormente de forma diferente, ou seja, considerou-se a comoção intestina como guerra civil.

É um caso curioso, porque uma ampliação concedida por uma supressão. Suprimiu-se uma palavra e ampliou-se um conceito, mas esse conceito ampliado está contido no item nº 1, que é exatamente o da Constituição de 46.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Vossa Excelência há de convir que guerra civil é uma comoção intestina muito mais grave na sua extensão, quer dizer, grave no espaço e no tempo. Uma comoção intestina é uma perturbação da ordem que pode estar limitada a determinado espaço do território nacional. A guerra civil, inclusive, pode abranger todo o território nacional; a guerra civil é uma luta entre irmãos, uma comoção intestina é uma perturbação temporária da ordem pública, que se pode restringir a determinado ponto de território nacional. Daí o estado de sítio poder ser decretado para aquele ponto do território nacional.

O SR. AFONSO ARINOS – Convenho plenamente com o que acaba de declarar o nobre Senador Aloísio de Carvalho.

Quanto à segunda parte, a que versa sobre a liberdade de associação, é exatamente aquilo que se amalgama no projeto.

Na Constituição atual a liberdade de reunião e de associação são consideradas em situações diferentes, e a dissolução de uma associação só poderá ser feita por sentença judicial. Se não estou enganado, a palavra "sentença" é o que consta na Constituição de 1946. Acho, aliás, sentença judicial uma expressão um pouco forte. Poderia haver uma decisão judicial que não fosse sentença.

Fui relator, na Câmara dos Deputados, do projeto apresentado pelo saudoso Deputado João Mangabeira regulando o direito de reunião. Fui o seu relator. Nesse projeto estão previstos certos casos realmente convenientes e até necessários como o da possibilidade de a autoridade pública fixar o local da reunião. Aceito. Esta parte poderia constar do texto constitucional. Mas a liberdade de associação deve ser trazida para o seu terreno específico. É assunto muito estudado o problema da liberdade de associação. Eu me permito esta pequena digressão. Sr. Presidente, o conteúdo destas expressões, em Direito Constitucional, tem uma maturação muito lenta, estão conformadas por um série de pensadores, de pesquisadores, de legisladores, e não se podem utilizar, assim, muito ligeiramente, desastradamente, essas expressões que são tradicionais, sem saber o que querem dizer. Então, um que não seja leigo pega o texto e o lê, percebe imediatamente a carência ou a intenção de desvirtuar o conteúdo. A carência de conhecimentos sobre o instituto ou a intenção de desvirtuá-lo. O Senador Aloísio de Carvalho colocou o problema perfeitamente.

Sr. Presidente, essa disposição decorre do art. 16, creio eu, da Constituição francesa atual, que atribui ao Presidente francês poderes de emergência em situações excepcionais.

Em primeiro lugar, temos que partir desta consideração inicial: esse poder foi incluído na Constituição francesa em função de personalidade do General De Gaulle.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Foi ele quem pediu.

O SR. AFONSO ARINOS – Sim, foi ele quem pediu.

O General De Gaulle não é personalidade que se encontre à venda por atacado. É uma personalidade que se manifesta raramente em cada século, é uma das figuras pinaculares do seu tempo. E sua vida, a sua atuação no destino do seu povo, o significado da sua presença gigantesca, militar e civil, condicionaram, em grande parte, a possibilidade de transferência para esse árbitro, para essa figura tutelar, para essa espécie de homem que já não é propriamente um ser, mas um símbolo, a utilização de determinadas prerrogativas.

Além disso, ao exigir, como disse o Senador Aloísio de Carvalho, essa inclusão, o General De Gaulle não se esqueceu de que a posse destes atributos correspondia ao exercício de uma liderança popular indissolúvel.

Então foi por isso que o Presidente da República Francesa passou a ser eleito diretamente pelo povo, por maioria absoluta. Quer dizer, só pode dispor desse tipo de poder um homem que o povo tenha consagrado numa escolha indiscutível.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Vossa Excelência frisou pefeitamente a razão por que o General De Gaulle pediu, na França, uma eleição direta. Pediu ao povo, na totalidade dos que podiam votar, um julgamento da sua decisão em relação à Constituição e sobretudo a essa disposição, muito menos grave no seu texto na Constituição francesa do que no projeto brasileiro.

O SR. AFONSO ARINOS – Sim, porque na Constituição francesa existe o seguinte: a utilização desses poderes depende da ruptura, quer dizer, se não estou exagerando, a Constituição francesa diz: *Quand le pouvoir se trouve interrompu* – quando os poderes sejam interrompidos, que não estejam funcionando mesmo, não exista possibilidade de funcionamento do Poder Legislativo – o Judiciário lá não é muito importante, não é poder público –, mas o Legislativo e o Executivo estejam com seu poderes interrompidos.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Isso em circunstâncias excepcionalíssimas.

O SR. AFONSO ARINOS – Em circunstâncias excepcionais.

E aqui diz o projeto de Constituição:

"A fim de preservar a integridade e independência do país, o livre funcionamento dos poderes e a prática das instituições quando gravemente ameaçados por fatores de subversão ou corrupção, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderá tomar outras medidas estabelecidas em lei."

São situações muito graves, reconheço. Estas situações previstas no artigo são muito graves, mas não da gravidade das situações previstas no texto francês.

Em segundo lugar, o texto francês foi feito sob a medida da farda do General De Gaulle. É uma farda que nem todo mundo pode usar, porque pode ficar muito grande nas mangas, nas calças... *(Risos).*

O Sr. Pedro Ludovico – Permite V. Exª um aparte? *(Assentimento do orador.)* Aliás, o General De Gaulle não é grande somente na altura; conversando com ele, uma pessoa perguntou: "Como vai a França?" Em outros termos, repetiu ele a frase de Luis XIV: "*L'état c'est moi*", ao responder: *"Je suis la France".*

O SR. AFONSO ARINOS – Quando da visita que fez ao Congresso, e eu tive a honra de falar em nome do Senado Federal, uma das coisas que lembrei ao General é que ele tinha dito: "Eu assumo a França", e dizia isso fora da França. Como podia dizer "Eu assumo a França" estando na Inglaterra?

Era um homem que estava tão seguro de seu destino, que dizia assumir o seu país como alguém assume um cargo de datilógrafo.

O Sr. José Ermírio – O General de Gaulle tem feito coisas extraordinárias. A França tinha omitido a América Latina quase inteiramente. Hoje, como conseqüência de sua visita ao México, fez empréstimo de 150 milhões de dólares para estabelecer a petroquímica no México, sem exigir condição alguma. E volta-se para a América do Sul e para a América Latina procurando auxiliar nosso desenvolvimento. É a França de hoje.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito grato ao nobre Senador José Ermírio.

Sr. Presidente, dizia eu, esses poderes de emergência são necessários ao Estado moderno, muitas vezes são necessários, mas nem sempre estão ligados ao problema da ordem.

A minha reserva, a minha restrição é a idéia de que se inseriu, no capítulo da concessão do poder de emergência ao Executivo, uma faculdade a mais, para conter a desordem – a desordem material, a desordem política, a preocupação com a subversão.

Ora, o que o Direito Constitucional ensina é que esses poderes de emergência são muitas vezes poderes de outra natureza, que nada têm a ver com a desordem. Um poder de emergência poderia funcionar há um ano, na ocasião em que no meu Estado, no Estado que tenho a honra de representar, a Guanabara, ocorreu aquela espécie de ira atmosférica que o inundou e que trouxe terrível consequência para a população pobre da cidade. Numa invasão, numa epidemia, em suma – não posso prever –, os poderes de emergência podem ser utilizados, serem circunstanciais, sem relação direta com a ordem.

Nesse sentido, muitas constituições modernas tiram a figura dos poderes de emergência do Executivo. Darei um exemplo, na Constituição que já citamos tantas vezes – a Constituição alemã de Bonn, a Constituição da Alemanha Ocidental – existe um tipo de poder de emergência muito interessante de que lança mão o Executivo – e lá o Executivo é o Parlamento, é o Chanceler – que é o poder de emergência parlamentar.

Como sabe o Senado, a constituição da Câmara dos Deputados alemã não é bipartidária. Há vários partidos. Em certas circunstâncias as posições tomadas por esses partidos podem ser de tal maneira acentuadas, aprofundadas, que tornem impossível a legislação solicitada pelo governo, porque – e isso seria outro problema que teríamos de admitir – a legislação hoje é quase toda solicitada pelo Executivo. Esta é a verdade, tanto no regime presidencial como no parlamentar.

Quando se estabelece a paralisia do funcionamento da Câmara em virtude de conflitos interpartidários e da impossibilidade de a Câmara deliberar, então o Chanceler estabelece o que ele chama emergência legislativa; ele retira o assunto do estabelecimento da Câmara e transfere para o Senado.

O Senado alemão é muito parecido com esta casa, que vejo funcionar com esta generosidade para com o orador, essa possibilidade de entendimento, esta força de composição.

Então transfere-se a deliberação da matéria, que ficou paralisada pela divisão da casa jovem, ebuliente, calorosa – como é a nossa Câmara –, para atmosfera serena do Senado.

Vemos a discussão da emenda constitucional na Câmara e vemos como é no Senado. O que foi a sessão de ontem, anteontem, com grandes arroubos oratórios, grandes violências de atitudes – e como ela se processa no Senado.

Na Alemanha existe o caso da emergência parlamentar. E a transferência do assunto da Câmara para o Senado não tem nada que ver com o problema da ordem.

Aqui no projeto ficou consignado, restrito exclusivamente ao problema da ordem. Não podemos fazer mais nada, assim já foi feito e é impossível mudar.

Se eu tivesse podido participar de qualquer influência na redação, traria o problema da emergência do Executivo para seus devidos termos, que não estão sempre ligados à questão de ordem pública.

Apenas considero que esta matéria é inovação, como acentuou o nobre Senador Aloísio de Carvalho, e ela foi atenuada com referência às medidas estabelecidas em lei. Poderia sugerir, se me for permitido, enfim, que esta lei seja de tipo especial. Então acrescentar-se-ia a expressão "complementar".

O Sr. Jefferson de Aguiar – Pela própria natureza ela o será.

O Sr. Aloísio de Carvalho – V. Exª permite um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – O Senador Jefferson de Aguiar acaba de dizer uma coisa muito exata.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Eu me permito discordar da idéia de que poderia ser uma lei complementar, porque uma lei complementar é feita para uma duração mais longa, estabelecendo medidas que podem ser previstas com uma certa extensão. Parece-me que aí "estabelecidas em lei" fica uma disposição mais flexível, portanto, permitindo melhor que se atenda a determinadas circunstâncias que podem ser circunstâncias simplesmente ocasionais. Não sei se me fiz compreender.

O SR. AFONSO ARINOS – Perfeitamente.

O Sr. Aloísio de Carvalho – Quer dizer, uma lei complementar teria um esquema de providências que acabariam intocáveis. E, talvez de acordo com a aplicação na evolução do estado de sítio, estas providências se tornassem muito rígidas, delas podendo lançar mão o chefe da nação. Ao passo que uma lei ordinária, que pode ser modificada a qualquer momento, uma lei feita exclusivamente para a hipótese do estado de sítio emergente, em execução, talvez fosse melhor, para melhor garantir os direitos individuais.

O SR. AFONSO ARINOS – Compreendo a posição de V. Exª, mas me permito divergir dela. Acho que a lei feita mais facilmente no calor dos acontecimentos pode ser feita para atender a certas emoções políticas, determinadas pelos aconteci-

mentos que venham a exigir o agravamento de medidas em função daqueles casos, o que talvez não fosse necessário. Então a lei poderia fazer da providência aquilo que o fogo faz com o metal. Poderia amolecer o metal, mas também queimar. O metal quente também queima.

Tenho a impressão de que uma lei feita ao sabor e sob a imediata influência da crise poderia criar um tipo de medida mais grave do que aquela que tivesse transitado em tempo de paz, pelo Congresso, através de lei especial.

Mas nós dois temos razão, e só a História, afinal, poderá vir a dizer qual de nós dois tem mais razão do que o outro.

Sr. Presidente, não sei há quanto tempo estou na tribuna e de quanto tempo ainda disponho.

O SR.PRESIDENTE – V. Exª está na tribuna há 45 minutos.

O SR. AFONSO ARINOS – Vou concluir, Sr. Presidente; não apenas este discurso, mas essa série de discuros.

Confesso ao Senado que, além do respeito e do receio que tenho de cansar, de fatigar os Senhores Senadores *(não apoiado),* eu também já estou-me sentindo, com a ocupação da tribuna tantas vezes seguidas, um pouco consciente de que não estou mais nos meus tempos de liderança na Câmara. Lá se vão tantos anos! Mais de doze anos! Então eu podia permanecer um dia na tribuna. Hoje receio que um dia na tribuna me custe meio dia de cama, pelo cansaço em que costumo ficar, depois que dela me aparto.

Portanto, quero concluir, não este discurso, mas estes discursos. E quero concluir fazendo uma demonstração, manifestando uma esperança, levantando uma bandeira. Sei que esta esperança, no momento, é irrisória. Sei que este apelo não encontrará receptividade. Sei que esta bandeira se levanta fora do tempo; mas eu aqui deixo, eu aqui a planto neste terreno que é o Senado Federal, neste terreno que tem todas as condições para guardar, para fazer com que essa bandeira, ou com que o mastro desta bandeira possa depois se transformar em uma árvore que venha a frutificar para o futuro. O meu apelo é para que o Senado tome conhecimento da emenda para instituição de governo parlamentar, que tive a honra de apresentar aos funcionários da Mesa.

À medida que me aproximo do fim do meu mandato, vou-me convencendo, sinceramente, sem qualquer preocupação teórica, sem nenhuma idéia de influir, que esta é a solução para o Brasil.

O problema do Brasil neste momento se manifesta de maneira fulgurante, de maneira ofuscante. O problema do Brasil é a transferência legal do poder político. Este documento que temos em mão, essa tentativa de reforma não resolveu este problema. Ela omitiu esse problema, ela evitou esse problema, ela girou em torno desse problema através da eleição indireta, mas ela girou em torno desse problema estabelecendo uma solução contraditória: como disse num dos discursos aqui proferidos, ela aumentou, enormemente, as atribuições do Poder Executivo, mais retirou-lhe

a liderança popular, retirou-lhe a legitimidade autêntica, ela retirou-lhe a força histórica que vem do reconhecimento do povo nos regimes democráticos. Então, Sr. Presidente, não resolveu o problema, o grande problema brasileiro, que é o da transferência periódica do poder político.

Aliás, esse é o problema que tem tornado difíceis as vidas de muitos grandes países. Grandes países têm vivido este drama. Assim, o Império Romano, na sua decadência, nas suas convulsões, em suas desordens tão bem descritas no estilo pomposo e estupendo de Gilbon no famoso livro *A Decadência e Queda do Império Romano* – vemos que o problema do Império Romano era o da inexistência de solução para a transferência do poder. Talvez eu esteja primariamente esquematizando demais um grande drama do mundo, mas nesse livro aparece aos olhos dos leitores a impossibilidade de se encontrar uma solução legal e consuetudinária para a transferência do poder supremo. Em outros países que se situam na órbita dos grandes impérios modernos, como a União Soviética, por exemplo, a transferência do poder é, sempre, o problema central que gera as grandes crises. Iremos assistir talvez uma grande crise histórica quando o problema se colocar na China de hoje.

Então, Sr. Presidente, a solução que as mentalidades jurídicas e políticas do país devem encontrar para o caso brasileiro é a solução para a transferência do poder, a fim de que ela se faça legítima e pacificamente. Quando o poder se transfere pela força das armas e pela eleição indireta, a transferência pode dar-se com aparência de transferência pacífica, mas não legítima; e quando o poder se transfere por eleição, a transferência é legítima, porém hoje, no sistema presidencial, já não se transfere pacificamente. Porque hoje a eleição se transformou num cataclismo, num terremoto, numa inundação emotiva que faz com que os candidatos, para serem eleitos, tenham que se transformar em chefes de uma espécie de subversão nacional, prometendo o que não podem fazer, aliciando todo tipo de apoio, transformando-se ou reduzindo-se a uma espécie de porta-vozes de uma catástrofe, de um cataclismo de esperanças inatingíveis.

Esta é a situação do Brasil: ou o poder legítimo do presidencialismo traz o terremoto, ou o poder do governo oligárquico traz a ditadura nas fontes do poder. Ditadura eventual, com a sufocação do povo, com a ausência do povo.

Então Sr. Presidente, não vou falar aqui sobre as qualidades do sistema parlamentar. Venho dizer que o que se diz sobre o sistema parlamentar de governo é prova do preconceito ou da falta de conhecimento. Não é governo fraco; não é governo que abandona os interesses da defesa nacional; não é governo que se apresenta contra o interesses da Federação.

Eu considero perfeitamente inútil voltar a reprisar ainda, a insistir sobre esse assunto, mas coloco aqui a minha emenda que institui o governo parlamentar no Brasil, e que procurei fazer da maneira mais flexível, caracterizada em dois artigos. No primeiro, institui-se o governo parlamentar; no segundo, faço com que o Congresso que se inaugura no próximo ano, na 6ª Legislatura, proponha esse governo

parlamentar votando, em leis complementares orgânicas, aquelas condições necessárias ao seu funcionamento, a definição dos poderes, a inter-relação entre os poderes e as demais condições básicas do funcionamento de um regime. Isto pode ser feito. A instituição do governo se fará por emenda constitucional, mas o afeiçoamento, a construção do governo se fará por leis complementares. Isto foi o que fez a Constituição francesa de 1875.

A Constituição francesa de 1875 não era senão a soma de três leis complementares votadas, em épocas diversas, pela Assembléia Nacional.

Tecnicamente, historicamente, isto é possível de ser feito.

E é com essas palavras, Sr. Presidente, que me despeço da tribuna do Senado, fazendo aos meus companheiros, aos parlamentaristas e presidencialistas, um apelo para que procedam a um exame de consciência e procurem, na próxima legislatura, a possibilidade de instalação do governo parlamentar neste país, para honra de nossa vida pública, para a paz da nossa vida social e para o engrandecimento da nossa nacionalidade. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

Exortação ao Congresso Nacional

16-1-1967

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, Senhores Congressistas, quem visse o plenário do Congresso no último dia de discussão do Projeto de Reforma Constitucional, tal como se apresenta hoje, há uma hora e 45 minutos depois de aberta a sessão, teria talvez inclinação a aceitar os vaticínios pessimistas daqueles que consideram que o Congresso vem, a trouxe-mouxe, seguindo a elaboração desta reforma, fundamental aos destinos do país, num estado de espírito de capitulação e de abandono.

No entanto, Senhor Presidente, não é esta a verdade. Eu não remontaria aqui a exemplos conspícuos da história parlamentar brasileira, que tendem a demonstrar que a relativa frigidez a ausência de entusiasmo e de freqüência nos hemiciclos nas casas do povo, não significam desinteresse, despreocupação ou perda do senso de responsabilidade dos representantes desse mesmo povo em relação aos problemas fundamentais da nação.

Lembraria apenas um exemplo que agora me ocorre à memória, o do maior, talvez, de todos os parlamentares da República, aquele cujo modelo, cujo exemplo poderemos invocar sem diminuição para qualquer outro – Rui Barbosa, que, em um de seus discursos memoráveis, salientava que o fato de estar sendo ouvido por seis senadores apenas, no recinto do Senado, do velho Senado, não significava que ele

desconhecesse a importância da participação do mesmo Senado na discussão e elaboração do projeto que o levara à tribuna.

Com efeito, Senhor Presidente, não é exato, e aqui procurarei demonstrar com o meu testemunho, não é exato que se deva ceder ao pessimismo, ao tédio, à desconfiança, ao sentimento de desamparo e abandono, que parece transparecer de muitos comentários feitos a respeito da elaboração constitucional que estamos vivendo.

A verdade é que a ebulição das idéias, o entrechoque das paixões, a luta dos interesses, dos ideais, dos propósitos, das ambições e até das cóleras não se processa, muitas vezes, aqui neste recinto, que é um estuário aberto, mas nos debates que se prolongam noite adentro nestas madrugadas do planalto, nas acomodações, nas transigências, nas resistências, nas durezas, nas insídias, nas conquistas, nas sessões com que, a pouco e pouco, aquele ser estranho, do ponto de vista jurídico, aquela entidade canhestra, coxeante e indeterminada, aquele meio-monstro que, talvez, fizesse ora sorrir, ora ameaçar, que aqui recebemos, vai-se afeiçoando, vai adquirindo os contornos de um instrumento fundamental do Estado brasileiro, e vai abrindo a pouco e pouco, descerrando as portas do futuro. É ali – e posso falar, Senhor Presidente, porque não participo da Comissão que tem sido o filtro de todas essas iniciativas frustas ou coroadas de êxito –, é ali que, realmente, deve ser encontrado o significado; é ali que deve ser definida a fisionomia histórica do que está ocorrendo entre nós.

Hoje, neste recinto, estamos chegando ao fim de uma etapa em que se fala para assistentes circunstanciais, mais atentos alguns, mais despreocupados outros. Mas, hoje, começaremos a ser nós mesmos, os personagens centrais do drama que se vai abrir. É com o término deste turvo e meio misterioso período de elaboração, de transformação e de filtragem, e com a abertura da fase que hoje se inaugura, de exibição, de proclamação aos olhos do povo das posições realmente assumidas, que o plenário se vai animar. É aqui que ele vai voltar a viver os seus velhos dias, aqueles velhos dias que nós tanto conhecemos, prolongados por anos; é realmente, daqui, desta tribuna, que é uma eminência de onde se descortina o panorama do país, que vamos contemplar o espaço nacional, o espaço temporal, o espaço histórico, de que o Parlamento brasileiro tem sido, há tantos anos, há mais de século, há quase século e meio, a expressão genuína e o espelho fiel.

Falei, Senhor Presidente, em espaço nacional e em dimensões históricas. Sou um homem que parte, sou um homem que vai partir. Aqui neste recinto, tomado não na sua significação material de sala, de ambiente concreto, mas na sua representação simbólica de local por excelência da vida brasileira, aqui neste recinto, nos seus dois ramos, transcorreram, na sua maior parte, os últimos vinte anos de minha existência. Aqui, Senhor Presidente, branquearam-se-me os cabelos; aqui, constrangeu-se, muitas vezes, o meu coração em lutas que se tingiram de sangue, em debates, que se turvaram, muitas vezes, de aspectos oprobriosos, mas também em espetáculos que se engrandeceram e que se iluminaram com as cores mais puras e com os sons mais altos de nossa alma. Aqui, Senhor Presidente, eu senti e sinto, como homem que par-

te, como homem que compreende bem o significado das personalidades políticas que servem de elo à soldagem dos tempos e das gerações; aqui, como homem que transitou e que seguiu, levando sua pobre bagagem de viajante, esta bagagem que não sai mais cheia de riqueza do que quando aqui entrei, aqui compreendi que ainda existe, Senhor Presidente, lugar para a esperança.

Daqui sigo, certo de que fui participante de momentos em que à minha vista despetalaram-se horas de grandeza e de drama, mas com a confiança de que esta instituição prosseguirá no papel que sempre teve, de testemunha de nossa dimensão histórica e da nossa dimensão nacional.

O Sr. Geraldo Freire – Nobre Senador Afonso Arinos, a sua palavra, como sempre acontece, é de belos auspícios para todos nós. Vossa Excelência, durante grande período de sua brilhante existência, enriqueceu as duas casas do Congresso Nacional. Deu, primeiramente, à Câmara dos Deputados, como Líder eminente que foi, com a sua bravura, com seu talento e com sua cultura, tudo o que o autêntico brasileiro pode dar à sua pátria. Posteriormente, no Senado Federal, essa mesma linha de tradição vem-se mantendo, sem qualquer solução de continuidade. Agora, já no final do seu mandato, tão cheio de realizações, Vossa Excelência se apresenta à tribuna do Congresso para nos dar bela lição de crença na instituição parlamentar. Como seu coestaduano, como homem que sempre se mirou nos exemplos de Vossa Excelência, na sua altitude intelectual, aqui estou, Senhor Senador Afonso Arinos, para, em nome daqueles nossos coestaduanos, que tanto se honraram de tê-lo por Líder, apresentar-lhe nossas homenagens. Vossa Excelência continuará servindo ao Brasil na sua estirpe e na sua própria vida. Esta tem sido sempre uma linha indesviável, e estaremos de olhos fitos em Vossa Excelência, porque um homem do seu teor não se pertence, pertence à coletividade. E é com orgulho que a coletividade brasileira se mira em Afonso Arinos, o continuador de uma grande linhagem, um homem que tem projetado a nossa cultura em face do mundo. Senador, continuarei, aliás, continuaremos a ouvi-lo com a atenção merecida, certos de que a lição, como sempre, servirá para a nossa edificação e para a grandeza das instituições democráticas da nossa pátria.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a Vossa Excelência.

Senhor Presidente, ao tentar formular sugestões para a interpretação, a difícil interpretação, do caráter mineiro, do misterioso, do refolhado caráter mineiro, eu muitas vezes tenho pensado que o sul, a zona de onde vem o nobre Deputado Geraldo Freire, representa, realmente, a flor da tradição montanhesa. É uma ilusão supor que nós, mineiros, somos apenas os representantes do rotineiro, do tedioso equilíbrio das contas bem pagas, dos deveres conjugais cumpridos com invariável submissão e lealdade, dos estudos aprofundados do latim e de outras inutilidades floridas, a não ser para sábios professores como o Padre Câmara.

Os mineiros têm em si qualquer gérmen de inconformidade e de loucura. Há em Minas zonas de transição entre o bom senso, que aparece aos olhos do país como

representativo da nossa gente, e aquele grão específico de insensatez, que é o levedo de nossa aventura histórica.

Os nossos homens representativos, a partir de Tiradentes, são a negação da conformidade da rotina e do bom senso. E no sul, de onde vem o nobre Deputado Geraldo Freire, então há o encontro – sempre sustentei isto, em relação aos homens do sul – dessas duas linhas: a fantasia, a graça, a generosidade, a poesia, e a velha tradição mineira do bom senso, da responsabilidade, da aplicação, da austeridade.

O nobre Deputado acaba de dar um exemplo dessa mistura auspiciosa, com o calor da sua imaginação, com a graça florida do seu verbo, com o brilho da sua generosidade, premiando um dos seus coestaduanos que não deixou a sua terra ao abandonar-lhe a representação e que a ela volta, neste momento, com o coração repleto da mesma ternura da sua infância e da sua mocidade.

O Sr. Geraldo Freire – Se Vossa Excelência permite, lembrarei uma das características principais dos homens de Minas, sobretudo dos homens do sul, que é o espírito de justiça.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado.

O Sr. Benjamin Farah – Como representante da Guanabara, não poderia ficar indiferente diante da presença de V. Exª nessa alta tribuna, quando já se aproxima o término do seu mandato. Conheci V. Exª na primeira legislatura, esparzindo aqui, nesta casa, como um príncipe oriental, a pedraria da sua inteligência, através de discursos memoráveis, combinado com a sua entrada para a Academia de Letras. Vossa Excelência, certa vez, foi procurado pelos cariocas para representá-los no Senado da República. Desta tribuna, com absoluta sinceridade, afirmo que os cariocas se sentem orgulhosos pelo grande brilho que Vossa Excelência deu à representação da Guanabara. Hoje, Vossa Excelência retorna àquele Estado. Não quis candidatar-se novamente, se o tivesse feito teria sido reeleito, tal a estima e prestígio de que ali goza. O povo carioca – repito – sente-se orgulhoso porque Vossa Excelência soube honrar o seu mandato e nós, daquele Estado, somos gratos pelo realce dado à nossa representação.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, é profundamente sensibilizado que agradeço as palavras do meu velho companheiro e amigo, Deputado Benjamin Farah. A ele, com a responsabilidade da sua ascendência, é que cabem aquelas alusões à generosidade oriental, a ele, que descende, pelo sangue, daquele povo habituado a espargir, como ele diz, as galas da generosidade, é que poderiam caber as palavras em retribuição ao muito de excesso com que comentou minha passagem pelo Senado.

Mas, Senhor Presidente, é motivo de satisfação muito especial, porque sempre fomos representantes de facções adversas. Devo dizer a Vossa Excelência, Deputado Benjamin Farah, que é realmente com pena que o vejo afastar-se da Câmara dos Deputados, a que honrou com a sua presença durante tantos anos. Vossa Excelência

tem títulos, prestígio, estima do povo da Guanabara para, nas próximas eleições, volver a esta casa a que serviu com o devotamento da sua profissão, com a caridade dos seus sentimentos e com a dedicação que sempre manifestou à causa pública.

O Sr. Martins Rodrigues – Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Com muito prazer.

O Sr. Martins Rodrigues – Apesar de termos militado constantemente em campos políticos contrários, fui sempre grande admirador do espírito, do talento e do devotamento cívico de Vossa Excelência. De longos anos, quando não tínhamos maior convivência, era essa a minha posição relativamente ao homem público da sua categoria, do seu valor moral, da sua cultura, que tanto honrou o Estado de Minas Gerais e o Brasil. Recentemente, tivemos ocasião de um encontro mais próximo pela vivência pessoal e pela aproximação do mesmo pensamento democrático. Cresceu em mim essa admiração e esse encantamento e, ainda agora, o vejo trazer à discussão do Projeto de Constituição sua contribuição valiosa, quando já podia despedir-se da vida pública, deixar de vir ao debate. Mesmo porque Vossa Excelência, por meio de grandes discursos que proferiu no Senado da República, já trouxe preciosos subsídios ao exame de matéria de tanta relevância para a vida pública nacional. Só temos a lamentar, nobre Senador Afonso Arinos, que o Brasil perca, na atividade da vida pública militante do Parlamento, a contribuição valiosa de um homem da sua estatura política, moral e intelectual. Integrado na vida pública, creio que Vossa Excelência não sai dela definitivamente nem se afasta senão para trazer, noutros setores do magistério a que se consagra, das letras a que se entrega, contribuições mais demoradas, mais meditadas, para que possamos nós, na defesa das prerrogativas democráticas, manter as nossas posições, nossos princípios, e a segurança da permanência desses ideais. É com esse sentimento, nobre Senador Afonso Arinos, que interrompo, por alguns momentos, o discurso de Vossa Excelência para trazer a manifestação do meu pensamento.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, seria escusado agradecer as palavras do nobre Líder da Oposição nesta casa, o Deputado Martins Rodrigues, a quem me ligam relações de amizade as mais afetuosas, pois Sua Excelência oferece, com a aspereza do seu temperamento, aquele espetáculo que podemos lobrigar na flora da sua terra ensolarada. As árvores do Ceará aparecem, às vezes, ásperas, espinhosas, de receptividade discutível, fechadas, como em defesa contra a agressividade do meio.

Mas, Sr. Presidente, sabemos bem que esses são expedientes com que, de fato, a vida se constrange, se concentra, se amplia e se dilata na riqueza interior; na água pura que guardam certos gravatás; nas flores maravilhosas, que explodem entre folhas espinhosas e até mesmo na profundidade com que as raízes se embebem no solo da terra, profundidade que, compreendida intelectual e moralmente, muito se aproximam das raízes com que o nobre Deputado se assenhoreia da realidade do

país, dos sentimentos do seu povo e das incumbências de sua atividade. Quem o conhece de perto sabe onde, no caule adusto, na folha espinhosa, encontrar a água que dessedenta e a flor que embevece.

O Sr. Cesário Coimbra – Prezado e culto amigo Senador Afonso Arinos, se não fosse o cumprimento do dever, eu não ousaria interromper o discurso de Vossa Excelência, sobretudo quando me precederam homens que, com a sua cultura, o seu trabalho e o seu caráter, têm dignificado esta casa. No entanto, prezado Senador Afonso Arinos, venho trazer a Vossa Excelência, homem que engrandece não somente a ARENA, não somente o MDB, mas o Brasil – e, neste momento, não posso falar a Vossa Excelência em nome do meu partido e muito menos da ARENA, porque falo mais alto do que isso –, o reconhecimento, a gratidão, o muito obrigado da raça negra do Brasil, porque foi Vossa Excelência, com esse espírito generoso, com esse coração magnânimo, bem humanitário, quem completou a emancipação dos negros da minha pátria. E neste momento em que o Congresso brasileiro engrandece o homem intimorato, e alvinitente, a raça negra, que teve e tem sempre em Vossa Excelência um verdadeiro, um legítimo advogado, não poderia deixar de trazer o seu sincero e perene agradecimento.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, as palavras do nobre Deputado Cesário Coimbra, ilustre representante do Maranhão nesta casa, valeriam para mim como prêmio muito além do que eu mereço, com referência a toda a minha vida parlamentar. Quando se encontra alguém com a sua boa-fé, com a sua honestidade – e quem sabe? – com a sua experiência de sofrimentos, de revoltas sopitadas, de ambições mutiladas, quando se encontra alguém que pode dizer: "falo não em meu nome, nem em nome da facção que represento, mas em nome do meu povo, da minha raça", e esse alguém diz: "trago-te as expressões da nossa gratidão", então, Senhor Presidente, a nossa humildade não detém um profundo sentimento de conforto e de satisfação porque, realmente, tem-se a convicção de que se passou pelo Congresso deixando qualquer coisa que se torne mais perene do que o som ilusório das vozes que nele se fazem ecoar.

Mas não fui eu, Senhor Deputado, não fui eu o autor dessa lei. Eu fui a mão que a redigiu. Basta Vossa Excelência recordar-se de que essa lei passou nas duas casas sem uma emenda, sem um voto contrário. Naquele momento, aquela pobre mão, no cursivo hesitante de sua fragilidade, robusteceu-se, apoiou-se com segurança no papel e redigiu qualquer coisa que era a palavra de todos, o sentimento de todos, a intenção de todos. Devo dizer a Vossa Excelência e a esta casa que, se tive alguma compensação por aquele momento em que procurei exprimir, não apenas os anseios da raça que foi oprimida, mas a grandeza das outras raças que com ela convivem no Brasil; se tive um prêmio por esse esforço, ele se completou agora, porque foi também a minha mão de velho parlamentar que pôde redigir, na Declaração de Direitos e Garantias, aquelas palavras que trazem para o texto da Constituição a perenidade do princípio até agora consignado na lei ordinária; esta modifica-

ção introduzida na Declaração de Direitos que diz: "a discriminação racial será punida pela lei".

O país que pode apresentar aos olhos do mundo, neste momento em que o drama das raças, o choque entre raças, o massacre entre as raças, a brutalidade das guerras raciais espanta e comove, um país que pode introduzir no seu texto, sem que houvesse aqui, neste plenário, uma só palavra, não direi de condenação, mas de curiosidade por essa inovação estranha, de se dizer, no texto de uma lei constitucional, que tal ato será punido pela lei penal; um país que pode apresentar esse exemplo é não uma grande potência, mas uma grande nação.

Senhor Presidente, há pouco, falando do meu caso individual – mas posso, quero e desejo transferir para o nosso caso coletivo –, dizia que todos somos passageiros, todos somos transeuntes, todos somos viajantes que desta casa partimos, para outros roteiros. Um país, um Congresso, uma coletividade política que pode levar na sua viagem essa bagagem de generosidade e de confiança não é um país que se deva deixar submeter aos assaltos de pessimismo, da dúvida. Ao contrário, é, Senhor Presidente, um país que dá lições ao mundo, porque as lições de força nacional não são aquelas, ou não são somente aquelas, que se apresentam robustecidas pela couraça das armas ou pelo ímpeto das realizações econômicas. É também esta substância íntima que sobe das fibras profundas da sensibilidade de um povo, e que sem armas, e que sem dinheiro, e que sem técnica, e que sem liderança histórica, resolve, pelo amor, aqueles problemas que outros países, que outros estados desafiadores da grandeza divina, que outros estados rebeldes à voz de advertência do maior Pastor das almas, não podem solucionar, não podem deslindar, malgrado todo o aparato de força com que se apresentam.

Então, fortes somos nós, então, poderosos historicamente somos nós, então, exemplares humanamente somos nós, este povo de analfabetos, de opilados, de abandonados, de perdidos na vastidão deserta. Este povo de subalimentados, de maliciosos, este povo que resolve os problemas da vida pela malícia, contornando-os, elidindo-os, evitando-os, mas que os resolve e que, em problemas desta natureza, os decide com aquela força coletiva que pode transformar um homem que não sabe ser mais do que isto, que não quer ser mais do que um homem, com as virtudes, os defeitos e os atributos específicos da natureza humana, que pode transformar, de repente, esse homem, entre milhões de outros, no detentor da glória imarcescível de receber as homenagens de uma raça.

O Sr. Adauto Cardoso – V. Exª é um velho parlamentar e sabe que os discursos de despedida nunca podem conservar uma linha coerente de unidade, e que eles ensejam sempre a produção de testemunhos, às vezes inoportunos, às vezes anárquicos, mas indispensáveis. O orador é quem menos fala; falam aqueles que dele se despedem. Eu, neste particular, aliás, invejo a coragem de Vossa Excelência, pois tendo que enfrentar, também, dentro de alguns dias, a despedida, não terei coragem de ir à tribuna: a minha sensibilidade não suportará a posição que Vossa Excelência está suportando. Como seu companheiro do tempestuoso partido que nós tivemos,

também tenho que dar meu testemunho de que Vossa Excelência é um daqueles a quem se deve a restauração da dignidade da vida pública neste país. Sucedemos a um tempo em que os homens públicos foram dizimados. Eram os carcomidos, Vossa Excelência se recorda. Tudo aquilo que o passado nos legou foi dispersado, foi dizimado. Vossa Excelência serviu de ponte entre o passado e o presente. Vossa Excelência, que é professor, que é pedagogo, fez, durante mais de vinte anos, pedagogia política, por meio daquilo que mais vale em matéria pedagógica – por meio dos exemplos, mais estimulantes do que os raciocínios. Os seus exemplos hão de ficar e as gerações hão de se lembrar de que foram esses homens – que Vossa Excelência liderou, que Vossa Excelência comandou, primeiro como líder de bancada e, depois, como líder de Oposição –, foram esses homens que fundiram de novo a tradição democrática neste país. Isto Vossa Excelência conquistou, e nada lhe arrancará.

O SR. AFONSO ARINOS – Senhor Presidente, talvez a casa ignore um pormenor de nossas vidas paralelas – eu aqui estou utilizando o título de Plutarco, *granus salis* de ironia que terá ocorrido a cada um dos presentes. As nossas vidas paralelas. Sentávamos, Senhor Presidente, no mesmo banco da Faculdade Nacional de Direito – Adauto Cardoso e o orador que, neste momento ocupa, talvez por demasiado tempo, a atenção da casa.

E então as nossas vidas correram realmente paralelas. Ele sempre ensinando, sempre contando, sempre – vou empregar a palavra que lhe dá, hoje, o sentido exato, que lhe cabe como uma luva admirável, uma luva, ao mesmo tempo, que lhe ficará em desafio: sempre julgando.

Está aí, Senhor Presidente, um homem que se encontra, na cabeça branca dos dias de hoje, com a inspiração, a motivação, a inclinação, a vocação de uma vida: julgar. Incômodo, rebarbativo, imprevisto, irritante, sempre, entretanto, iluminado por uma flama interior de pureza e de fé.

Aí está, Senhor Presidente, o juiz – o juiz dos seus colegas, juiz dos seus adversários, o juiz implacável de si mesmo. Aí está o homem que o Congresso Nacional oferece como uma das mais puras, das mais altas, das mais confiantes expressões da sua vida à Suprema Corte deste país.

Vossa Excelência, Deputado Adauto Cardoso, não precisa falar para se despedir. Sabemos que Vossa Excelência vai atuar lá com um voto entre quinze, coisa diferente de um voto entre 409, e que esse voto entre quinze que Vossa Excelência há de proferir lá – nos momentos de vacilação, de ansiedade, nos momentos culminantes dos dramas nacionais que se aproximam –, será, nobre Deputado Adauto Cardoso, aquele mesmo voto julgador, intransigente às vezes, que desperta e que tem despertado tantas vezes a cólera, mas nunca o desprezo.

Este é o voto que formulo com segurança para os votos que Vossa Excelência formulará nesta nova etapa da sua grande vida.

Mas, Senhor Presidente, preciso chegar realmente aos dois pontos em que queria me deter no meu discurso. Estou falando com aquela confiança na generosi-

dade que Vossa Excelência tem tantas vezes manifestado na outra casa, o que servirá como um ...

O SR. PRESIDENTE – Nobre Senador Afonso Arinos, no momento não há tolerância, há gozo espiritual.

O SR. AFONSO ARINOS – ... servirá como um viatico para esta nova viagem que iniciarei.

Realmente, tenho a impressão, e vou transmiti-la a esses jovens deputados que foram colegas do meu filho.

Aqui as gerações se sucedem. De meu filho a mim. De mim a meu pai. De meu pai a meu avô e a outros mais recuados no tempo. São gerações que aqui vêm passando, falando, falando, seguindo, prosseguindo.

Certa vez me encontrava numa rua de Paris e fazia uma meditação que freqüentemente me ocorria naquela época. Que tristeza, a velhice se aproximava na sua confidencial advertência fisiológica. Certos anúncios, certo bater discreto de portas, que só a velhice e aquele que começa a envelhecer compreendem. Eu dizia, de mim para mim: – Por que nós, que pretendemos constituir a classe privilegiada dos organismos naturais, não temos esta prerrogativa, este privilégio, esta satisfação, esta bênção de reflorir em cada nova primavera? Apareciam as folhas nos castanheiros de Paris. Era, Senhor Presidente, uma daquelas manhãs de fim de inverno e início de primavera, que é como o raiar de uma madrugada num novo ano, em que as forças misteriosas da natureza abrolham e rebentam não apenas na aparência da vegetação, mas na graça das mulheres, no sorriso dos homens, na alegria das populações. E, então, eis que passa junto a mim um casal de namorados parisienses – ele e ela enlaçados, naquela espécie de atenção a qualquer coisa que ninguém vê, naquela espécie de concentração dentro de si mesmos, naquela espécie de marcha para o único destino certo dos namorados, que é a falta de destino, que é o descompromisso com as direções. E, então, de repente, veio-me uma idéia consoladora: é que não é o homem que reverdece, que refloresce, que se reconstitui, mas é a humanidade. E, então, os homens são as folhas desse tronco imperecível que são as nações.

Nós nos devemos contentar, nos orgulhar e nos honrar com esse destino efêmero das folhas. Não envelhecemos, não deperecemos, não desaparecemos, porque nos projetamos, porque nos transmitimos, porque nos transfundimos naqueles que ressurgem. E, Senhor Presidente, foi aplicado, foi consolado, foi quase satisfeito que volvi à minha casa, pensando nisto, e é exatamente isto que penso nesta hora. Quando vejo aqui estas gerações sucessivas, desde aqueles que quase foram companheiros de meu pai até os jovens que andaram em companhia de meu filho, sinto que o Congresso é isto, sinto que todas essas forças se reúnem neste grande estuário, neste grande volume, nesta grande corrente histórica que se projeta majestosamente para o futuro, turbada às vezes, impedida às vezes, por redemoinhos tumultuosos, mas nunca suprimida.

Chamo a atenção da casa para este aspecto, que é importantíssimo: assistimos nós ao Poder Executivo entrar em sucessivas fases de convulsão e de colapso; assis-

timos a um Presidente morto por suas próprias mãos; assistimos a um Presidente renunciante; assistimos a um Presidente deposto, e o Congresso permaneceu, agredido, mutilado, muitas vezes submisso ao inevitável, mas sempre sobrevivendo; sobrevive, não porque aqueles que pensam fazê-lo sobreviver ou consentir na sua sobrevivência estejam certos na sua persuasão, mas sobrevive, porque não há possibilidade política nem histórica de suprimi-lo. A sua supressão física, a sua supressão material depende da marcha ou das intenções imediatas de algumas formações militares, mas a sua supressão histórica, o seu desaparecimento sociológico, criaria problemas de uma envergadura muito maior, de que mesmo as inteligências menos perspicazes se apercebem. E, então, esta acomodação com a vida do Congresso não é a prova da nossa fragilidade; é a prova da nossa necessidade, da nossa força, da nossa integridade.

Senhor Presidente, eu vejo, daqui, isto. Parto, como disse, levando a minha própria bagagem, não mais rica do que quando aqui cheguei, não mais rica de bens, não mais rica de valores; mais pesada talvez de frustrações, de mágoas, de desilusões, mas também, nobres Congressistas, com uma larga parte destinada à esperança, à confiança na responsabilidade que incumbe a Vossas Excelências e de que Vossas Excelências irão seguramente se desincumbir.

Quando examinamos os acontecimentos que se vêm desdobrando nos últimos anos, temos a tendência – a meu ver perigosa – de nos deixarmos impressionar pelo aspecto enganoso dos pormenores. Só podemos compreender o significado dos grandes espetáculos na sua observação conjunta. E a apreciação conjunta do espetáculo brasileiro, dos últimos anos para cá, demonstra, a meu ver, que existem razões sobejas de otimismo e de confiança. Não estou aqui como o porta-voz de um ufanismo vazio e caduco. Não estou aqui como um aplicador de injeções estimulantes ou de tranqüilizantes psicológicos. Estou aqui, ao contrário, com a segurança de quem deseja exprimir aquilo que está no fundo de seu coração e de seu pensamento.

Vejam os Senhores Congressistas se a marcha dos acontecimentos não parece indicar as razões da esperança. Todo o esforço a que assistimos e contra o qual muitas vezes nos erguemos, todas as contradições, as debilidades, as injustiças, os erros que se vieram acumulando, nestes quase três anos, parece, entretanto, se confundirem numa marcha para o caminho irresistível da restauração da legalidade.

Não fosse assim, não estaríamos aqui com a convicção íntima, que é a nossa, de cada um de nós – estou certo disso –, de que estávamos marchando para a Constituição. Estaríamos deprimidos, com a segurança de que estávamos marchando para a ditadura. A força, esta força aparente, esta força proclamada, às vezes detestada, muitas vezes vilipendiada, com que o governo que encerra o seu mandato chega ao termo de sua vida, da sua autoridade, esta força lhe provém, a meu ver, precisamente da circunstância, que está no subconsciente de todos nós, de que ele vai seguindo a duras penas para o caminho da restauração legal. Se o governo estivesse tendendo para a ditadura, nós o veríamos frágil, nós o veríamos como nas vezes em que ele,

no decurso dessa marcha, foi obrigado a capitular com as imposições temporárias da ditadura. Nesses momentos é que ele foi fraco, nesses momentos é que nós o vimos pouco livre, submerso pela onda sobranceira da violência. Nunca se deixou, entretanto, de esperar que ele emergisse dessa luta, dessa luta terrível a que vimos assistindo. E ele marcha, e à medida que marcha, e à medida em que se aproxima do seu fim, e à medida em que chega ao termo da sua vida, está cada vez mais forte. Por que esse fim é a lei, é porque esta porta se abre para a luz e não para as trevas, é porque marchamos para o domínio do fato pela lei, e não para o domínio da lei pelo fato. Esta é a minha persuasão, e ela não é fundada num raciocínio tirado apenas do bem-querer, do bem-desejar. Ela é tirada também da maturação de certos exemplos históricos.

Ora, acompanhem-me os Senhores Congressistas nesta ligeira explanação: a Constituição de 1891 foi feita em termos muito mais belos, historicamente, do que esta. O projeto dos juristas – que também houve – foi remetido ao Governo Provisório. O Governo Provisório remeteu esse projeto à Assembléia Constituinte e esta procedeu então com uma liberdade espetacular.

Os debates da Constituinte de 1891 são uma grande página da nossa história. Mas que ocorreu? Foram modificados, se não estou enganado, quatorze artigos, seguramente não mais de dezesseis. E se instalou, se instaurou e se fixou a estabilidade jurídica do país depois daquilo? Não.

Sabemos da luta que se seguiu à adoção dessa Constituição. Sabemos da renúncia de Deodoro. Sabemos da luta sangrenta que talou as campinas do Rio Grande, com a revolução federalista. Sabemos da deposição dos governadores. E sabemos, depois da adoção do documento constitucional, da tormenta, do turbilhão em que entrou o país por cinco ou seis anos.

E a Constituição de 1934? Todos os homens da minha idade participaram um pouco dela. Lembro-me aqui de um desses homens que comigo conversou, não na ocasião da Constituinte, mas depois dela, o Deputado Amaral Peixoto, aqui presente, no período em que éramos ambos representantes da Câmara dos Deputados. Entretinha-me com Sua Excelência, que pela circunstância da sua vida tinha acompanhado muito de perto a atuação do Poder Executivo naqueles dias da Constituição de 1934, e não sei se Sua Excelência se lembrará neste momento do que então me contou: que o Presidente desinteressou-se da elaboração constitucional, desde que pressentiu que não poderia contribuir com eficácia para a adoção de certos pontos fundamentais que tinha em vista. Esta é a prova de que a elaboração constitucional de 1934 fez-se também com plena liberdade do Congresso, a ponto de levar o Presidente da República a desinteressar-se dos trabalhos, porque não conseguiu fazer com que seus pontos de vista fossem adotados.

E que ocorreu? Desde que aprovada a Constituição de 1934, sentia-se no país, nas profundezas da sua alma, na certeza de sua convicção – e aqui está o Deputado Capanema, meu velho amigo, grande brasileiro, ilustre brasileiro, que honrou o país naquele momento, como ainda hoje honra o seu mandato nesta casa, que não me

desmentirá – sentia-se que o país marchava para a ditadura, sentia-se que era inevitável a força histórica que nos levava para a dissolução do Estado democrático e para a instalação do Estado-de-força.

Essa bela Constituição, essa Constituição luminosa, que tinha incorporados no seu texto os ensinamentos mais fecundos do Direito Constitucional moderno, desde a Constituição de Weimar à Constituição espanhola, essa Constituição, que era um repositório de sentenças sábias, de sentenças lapidares, de belas sentenças jurídicas e humanas, marchou para o declínio, para o estiolamento, para a dissolução e marchou para a morte. Ela nasceu com odor cadavérico. Sentia-se, no país, que marchávamos para a ditadura, pouco importa o papel que representou a Assembléia Constituinte e a importância do seu desempenho na confecção daquele documento.

Hoje, sentimos o contrário, sentimos que, aqui, torturados, sufocados, humilhados, impelidos, contidos nas nossas esperanças, estamos fazendo um documento que marcha evidentemente, que marcha historicamente, que marcha, porque corresponde às forças profundas do nosso país, para a reinstalação da liberdade democrática no Brasil.

Sentimos isto. Sinto isto e desafio a quem proclame o contrário, desafio a que se diga que esta Constituição vai servir para uma volta a um estado de ditadura. Não; ela vai servir, pela própria confecção do seu novo texto, para uma provocação ou um desafio a Vossas Excelências, que aqui ficam, para que a reformem e instalem no seu bojo, com a correção das deficiências, com a adição de novas qualidades, o caminho do país para o futuro democrático. Este é o sentimento unânime deste país, e é por isto que protesto, e é por isto que conclamo aqui o Congresso a declarar comigo, sim ou não, se devemos partir hoje para uma marcha de descrença e de pessimismo, ou se devemos levantar os nossos corações contra as divisões, contra as cóleras, contra as ambições frustradas, contra os desejos insatisfeitos, e colocar este Congresso na posição que sempre teve, em benefício dos nossos filhos, em benefício do futuro desta pátria comum.

Senhor Presidente, eu poderia e deveria, mas não quero abusar da tolerância de Vossa Excelência e de generosidade do plenário – fazer uma explanação, resumida, mas convincente, das transformações que sofreu a elaboração da nova Constituição de 1967, contra a qual me manifesto em muitos pontos, contra a qual me manifestei em reiteradas declarações no Senado da República, e que não me satisfaz de forma alguma, mas que não me tolhe as esperanças, que não me mutila a confiança no país. Eu poderia manifestar-me aqui para demonstrar, pormenorizadamente, aquilo que, entretanto, procurarei salientar de forma muito geral e muito superficial. Se fizermos a comparação entre o anteprojeto publicado – chamemo-lo assim– e o projeto enviado, e entre o projeto enviado e o documento que daqui vai sair, vamos ver uma marcha incessante para o progresso jurídico e para a melhoria das condições políticas. Foi transigência, foi permissão, foi cessão à pressão incoercível dos fatos, seja o que for, mas isto saiu daqui, deste Congresso, dessas mil e tantas emendas apresentadas, saiu das lutas travadas, como há pouco, no princípio do meu discurso,

eu salientava, não neste plenário, mas nos corredores, nas salas de deliberação das Comissões; saiu daqui, Senhores Deputados e Senhores Senadores, saiu deste centro de impulsão, de contenção e de fixação da alma nacional, que é o Congresso do Brasil.

Saiu daqui, e porque não esperar então que, daqui por diante, saiam novas coisas, como as que nós mesmos conseguimos introduzir? Entre as modificações substanciais no projeto, há aquela que diz que as emendas constitucionais serão aprovadas, por maioria absoluta, em uma só tramitação nesta casa. Nunca houve maior facilidade para renovação do texto constitucional do que esta que introduzimos e que está consignada. Então, por que desesperar? Então, por que descrer? Então, por que protestar? Então, por que boquejar? Por que ficar nas ante-salas e nas rodas dizendo aquilo que nós sabemos que não é verdade, dizendo da nossa desconfiança, quando ela não existe, do nosso pessimismo, quando não tem razão de ser, dizendo da nossa descrença neste país? O que existe no fundo, como um verme que corrói a polpa de um fruto, é a descrença, é o pessimismo; é a descrença no país. Existe, em alguns poucos, a certeza de que somos uma subnação e não uma nação; de que somos um subgrupo de homens públicos, e não um grupo de homens públicos; de que somos homens levados pela nossa visão a não a perseguir os objetivos comuns. E eu não quero – longe de mim a idéia – desestimular as divisões. Longe de mim a idéia de desestimular, de proscrever, de condenar, de atacar os ataques, de que fui porta-voz tantos anos da minha vida. Levantem-se, protestem, divirjam, ataquem, agridam, mas confiem, creiam na função que lhes compete – a de transformar este documento, que já entregamos transformado ao povo, em qualquer coisa de muito melhor.

Deixo aqui, Senhor Presidente, esta palavra de confiança, de esperança. Sigo, como disse, meu destino com os olhos fitos nos de Vossa Excelência. Não quero entrar em pormenores, mas, se pudesse também deixar uma palavra de advertência, seria aquela para uma emenda que vai cair, que vai ser condenada. É a emenda que institui, no Brasil, o governo parlamentar. Não provocará tantos sorrisos daqui a alguns anos, não provocará tantas declarações de que se trata do devaneio de um escritor ou das elocubraçõs de um professor. Não. Existem sementes da realidade. A realidade não está nos textos estatísticos, não está nas notas promissórias, não está nas declarações de imposto de renda. Isto, sim, são ficções, são aparências, são convenções. A realidade está na vida, que não se define, mas que se sente. A realidade está na força das coisas, que não se pode limitar, mas cujo impacto é sensível aos nossos destinos.

Deixo aqui esta advertência. Lembrai-vos de um velho companheiro que se foi, que marcou a sua passagem por muitos erros que confessa, que sai daqui sem ter um só inimigo – de minha parte, não tenho nenhum – sem ter um só ressentimento, sem ter uma só mágoa, mas que tem diante de si, perene como a tinha quando aqui entrou na sua mocidade, a confiança na estrela do futuro deste país.

Lembra-me agora um belo verso de um poeta italiano, que diz, falando a seu país: "*Arma la prua e sorti verso il mondo*".

Emenda parlamentarista

4-8-1987

O SR. AFONSO ARINOS – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Constituintes, ao assomar a esta tribuna, defendendo, na medida das minhas possibilidades, a implantação do sistema parlamentar de governo no nosso país, eu poderia fazer rememorações pessoais, que justificariam, até certo ponto, a audácia de comparecer a esta sessão, neste momento, para trazer uma contribuição, por mínima que fosse, ao andamento do nosso projeto e à solução de um dos problemas mais sérios do Brasil.

Sustento, Sr. Presidente, que o regime presidencial nunca foi aplicado no Brasil. Gostaria de fazer uma pequena digressão a este respeito. Aliás, o regime presidencial nunca foi aplicado convenientemente fora dos Estados Unidos. Não existe exemplo, em nenhum país, em nenhum continente, da reprodução desse sistema de governo, que obedece a condições específicas da formação sociológica, cultural e histórica daquela nação, na época em que ele surgiu no campo das instituições políticas modernas.

A razão do que digo, Sr. Presidente, é fácil de ser comprovada. O regime presidencial, nos Estados Unidos, adveio de uma conseqüência da guerra da independência, e V. Exªs sabem que, antes de ser uma Federação, os Estados Unidos foram uma Confederação, e o sistema federativo foi inaugurado, modernamente, pela República dos Estados Unidos. Mas, no tempo da Confederação o General Washington foi eleito, pelo Congresso da Confederação, para comandante das forças que trouxeram a independência nacional. Foi, portanto, um general tirado do meio civil, eleito por um Congresso representativo da Confederação, a fim de assumir as forças que levaram adiante a guerra da independência.

A Constituição americana vai completar 200 anos, dentro de alguns dias e nós devemos festejar, no nosso Congresso Nacional, o evento, no dia 17 de setembro de 1987, Sr. Presidente, porque é a data da Constituição americana, que escolheu um sistema sem precedentes no mundo, apenas com a intenção de conseguir um acordo para a vitória da Federação. A situação interna dos Estados Unidos era extremamente grave, por causa da diferença que existia entre os treze estados que compunham aquela União, que ainda não era federal, era uma união confederal, que ainda não marchava porque lhe faltavam os elementos essenciais. Ela não podia levantar um exército nacional, ela não podia emitir moeda, em suma, ela tinha condições que eram simplesmente inviáveis para a formação de um Estado. Então, a criação daquilo foi uma mágica. Um dos livros mais notáveis que ultimamente se publicaram nos Estados Unidos, a respeito do bicentenário da Constituição, chama-se *The Miracle at Philadelphia, O Milagre de Filadélfia.* É, realmente, um milagre histórico, que não tem reprodução. Eu insisto neste ponto, porque é muito fácil de ser comprovado.

Em primeiro lugar, os Estados Unidos não são um governo monista, eles são um governo dualista. Nos Estados Unidos existe qualquer coisa que, também, é sin-

gular no mundo moderno. É a presença da Suprema Corte americana, cuja competência essencial não está prevista no texto da Constituição. Ela não está prevista com a competência que tem. A competência que tem a Suprema Corte dos Estados Unidos provém de um julgado, de um aresto, de uma decisão formidável de um dos seus maiores juízes, o Juiz Marshall, tomada em 1803, por causa de uma questão sem nenhuma importância. Ele, nomeado pelo Presidente Adams, esperou algum tempo, como Juiz Presidente da Suprema Corte, para tomar essa decisão. E essa decisão foi tomada de repente, para ele fixar esse princípio, desde então inamovível, de que o Poder Judiciário controla o Poder Legislativo e o Poder Executivo, através de princípio de constitucionalidade obrigatória das leis.

É esse dualismo essencial, que corresponde à estrutura interna, à estrutura cultural, à história política, à sociologia, à formação progressiva do Estado americano, que não pode existir em nenhum outro país do mundo, a não ser nos Estados Unidos, porque ele veio da *Common Law* inglesa, adaptado às condições específicas dos Estados Unidos. Isso nunca mais se repetiu em país algum. Por isso é que eu digo que o sistema presidencial brasileiro é o contrário daquilo que foi, que serviu de embasamento, que serviu de inspiração, que serviu de ideal e que serviu de esperança à formação daquele grande Estado no fim do século XVIII. Por quê? Porque no Brasil a República nasceu de condições, mais que distintas, adversas. Não só adversa no sentido de contrária, mas também adversa no sentido de adversária. No Brasil, a ideologia republicana começa em meados do século XIX, através do Positivismo. O positivismo foi o fundamento filosófico da formação do pensamento republicano no Brasil, através da famosa tese de Benjamim Constant, então jovem oficial, apresentado na Escola Militar, a respeito de matemática, mas que, de fato, era uma tese política, que esposava a filosofia de Augusto Comte. E o que era a filosofia de Augusto Comte? A filosofia de Augusto Comte era a ditadura esclarecida, era o governo que pendia necessariamente para ditadura.

A ditadura esclarecida do grande pensador francês era uma coisa diferente do que foi a ditadura mal esclarecida do Brasil. É que na França a ideologia de Augusto Comte nunca chegou a se realizar politicamente. Ele foi um dos maiores filósofos do século XIX, mas sua herança política foi nula. Na América do Sul só o Brasil e o Chile devem-lhe alguma influência.

Eu, na minha mocidade, lembro-me ainda dos grandes representantes do pensamento comtista no Brasil, da sua divisão interna, das lutas sem quartel que foram estabelecidas entre os seus maiores representantes. A respeito existem estudos de grande valor escritos por dois mineiros João Camilo de Oliveira Torres e Jucá Monteiro de Barros Lins.

Eu conheci pessoalmente Teixeira Mendes, em casa de meu pai. Eu lembro então, aos Srs. Constituintes que esse sábio, esse santo, que era Teixeira Mendes, tomou parte na revolução da vacina. Ele era contra a vacina obrigatória. E ele participou intelectualmente da revolução da vacina porque achava que as moças não podiam levantar a manga para mostrar o braço a fim de receber as novas determi-

nações sanitárias de Osvaldo Cruz. Não quero falar do fio dental, mas quero falar do simples gesto de levantar a manga. Então é uma coisa impossível. Como é que um homem como Texeira Mendes, com aquela respeitabilidade, com aquela dignidade, com a aquela sabedoria – foi o homem que desenhou a Bandeira Nacional, era o mesmo homem que sabia das coisas, sabia as ciências físicas, as ciências naturais, e era sobretudo um douto em matéria filosófica – participou da revolução da vacina contra o Presidente Rodrigues Alves? Quase que depõe o Presidente Rodrigues Alves, porque ele mandou adotar a vacina obrigatória de Osvaldo Cruz.

Então, vemos a diferença fundamental em que se desenvolveram esses dois tipos de governo.

O positivismo fundamentou no Brasil a idéia da ditadura, e o militarismo fundamentou ao Brasil a idéia da ditadura militar. Então, a psicologia, a filosofia política era ditatorial – o positivismo; e a prática militar era ditatorial. A ditadura militar se implantou no Brasil desde o início da era republicana, desde o início da fundamentação do sistema presidencial. Ela começa com Deodoro – Deodoro faz a ditadura; do governo Deodoro ao fim do governo Floriano atravessamos seis anos de luta e de ditadura sangrenta, de violências de toda a parte. Deodoro renuncia, Floriano assume o governo, e conhecemos bem o que foi o governo Floriano. Floriano já antes dizia que se a revolução era contra os casacas – e os casacas somos nós – ele tomaria parte muito bem na revolução; ele vinha atraído pelo militarismo positivista, que se tinha implantado, como eu disse há pouco, por meio da tese de Benjamim Constant, quarenta anos antes. Então, essa idéia da filosofia política ditatorial é assimilada é acrescida, é aumentada pela tendência militarista da América Latina. Por isso na América Latina o presidencialismo norte-americano se desvirtuou completamente. Em todos os países da América Latina assistimos por mais de um século às ditaduras militares. Nós devemos pensar o que foi o General San Martin na Argentina, pois já li não sei onde que a viúva do General San Martin foi forçada, como outras pessoas, a puxar o carro do tremendo ditador Rosas, derrubado pelas armas do nosso Império, mas cuja memória é ainda hoje respeitada por certa ala militar argentina mais radical.

Eu citaria outros países, eu citaria o ditador Gomes, na Venezuela, símbolo de brutalidade e violência, citaríamos, ainda hoje, outros países da América Latina. Em vários países latinos da América é uma tradição brutal de assassinos, de violências, das maiores barbaridades praticadas, durante todo esse tempo. No Brasil, infelizmente, embora a coexistência fraterna, sentimental, do brasileiro, a brutalidade da ditadura presidencial muitas vezes, infelizmente, guarda na nossa memória estigmas irreparáveis para a História nacional republicana.

E é com essa maneira de supor que nós criamos uma filosofia ditatorial, partida de Augusto Comte, e que nós criamos uma prática militar ditatorial, a partir do princípio da República, com Deodoro, com Floriano e a terminar, esperamos que para sempre, em 1984. Sarney outro dia foi apedrejado, e isso transformou-se numa situação nacional grave, um atentado contra o Presidente da República. Prudente, o

primeiro Presidente civil, tomou posse no Itamarati de tílburi, porque Floriano não quis comparecer à cerimônia. Pouco depois Prudente sofre um atentado em que morre o seu Ministro da Guerra ao lado do Presidente da República, no Arsenal de Marinha, no Rio de Janeiro. Depois vêm Campos Sales, Rodrigues Alves e Afonso Pena. Afonso Pena, sucessor de Rodrigues Alves, foi o Presidente que sofreu a opressiva presença do Marechal Hermes, seu Ministro da Guerra, a quem Rui Barbosa chegou a elogiar e foi, depois, o seu grande adversário, o homem que ele destruiu na campanha civilista, de uma maneira cruel. Era essa a mentalidade: de tradição ditatorial filosófica e de prática ditatorial militar. Foi nesse período que o ilustre Presidente Afonso Pena morreu. Mas morreu de quê? Do que então se chamou "traumatismo moral". Mas o que era o traumatismo moral? Era a violência da presença do Ministro da Guerra, retirando-lhe a autoridade. Depois de Afonso Pena, vem Nilo Peçanha, e depois o governo Hermes. Aquele lamentável governo Hermes, em que o homem sofreu mais do que merecia. Ele era um homem bondoso e honrado, no fundo. Era o antigo Marechal, o antigo chefe de governo, o antigo Ministro da Guerra, o antigo quase ditador militar.

E, daí por diante, Sr. Presidente, atravessamos freqüentes períodos de profunda agitação nacional. Nós temos – eu fiz aqui um cálculo ligeiro – entre Deodoro e Floriano, seis anos; Afonso pena, dois anos de violência, em Hermes; quatro anos de lamentável governo, chamado presidencial; Epitácio três anos. Eu me lembro da luta que foi o governo Epitácio com o célebre episódio de Copacabana, que fez a legenda de Eduardo Gomes. Meu pai levou-me, à noite, para ver o local fronteiro à Matriz de Copacabana, na Praça Serzedelo Correia, para ver o sangue dos jovens sacrificados naquele combate e cujos corpos tinham ficado provisoriamente colocados na calçada. Com Artur Bernardo vivemos anos e anos em estado de sítio. Washington Luís cai na luta militar da Aliança Liberal e, com ele, cai a primeira República. Getúlio Vargas impôs quinze anos de governo ditatorial, sobretudo a partir de 1937.

Finalmente, a partir de 1964, vinte anos de autoritarismo militar. Cem anos de República, cinqüenta e quatro anos de violência sem lei, de governos opressivos, de degradação do caráter, às vezes de vergonha nacional. Cinqüenta e quatro anos de Governo absolutamente antidemocrático, absolutamente irreconhecível, absolutamente repugnante a qualquer modelo de governo respeitador da lei e da liberdade. Eis a face velada mais inesquecível do presidencialismo republicano no Brasil.

Nós temos, Sr. Presidente, que reconhecer isso. E é uma honra para mim, no declínio da minha vida; no amadurecimento de uma existência tipicamente brasileira, nas letras, na universidade, no Parlamento, na diplomacia, na imprensa, transmitir perante esta histórica Assembléia algumas reflexões a respeito da sua também histórica responsabilidade. Falo também àqueles que não concordam comigo, os que estão contra o que estou dizendo e sustentando. Faço-lhes um apelo de coração, um apelo de brasileiro, para que reflitam que esta é a última oportunidade que se oferece a esta Assembléia para que ela levante este país e faça dele

aquilo que ele merece, aquilo que lhe está destinado pelas suas possibilidades, e que restabeleça um sistema de governo digno do nosso futuro.

Sr. Presidente, tudo aquilo que se diz contra as possibilidades de implantação do parlamentarismo no Brasil é falso. Dizem que não temos partidos, quando os partidos só se formaram no regime parlamentar, no Império, formado juntamente com os partidos após a maioridade do imperador. Na República, os partidos não existiam. Rui Barbosa, o maior dos republicanos, quis fazer o Partido Republicano Liberal, não conseguiu. Pinheiro Machado, o mais forte dos políticos brasileiros, quis fazer o Partido Republicano Conservador, não conseguiu. O General Glicério, o mais hábil dos manobristas políticos republicanos, quis fazer o Partido Republicano Federal, não conseguiu. Os partidos só surgiram, na República, no Brasil, depois que se tornaram uma conveniência internacional, depois que apareceu aqui a luta ideológica internacional, depois que, em 1922, veio o movimento comunista, que tem aqui representantes da minha estima e admiração especiais: os representantes do Partido Comunista Brasileiro e os do Partido Comunista do Brasil. Eu os respeito, os admiro e os considero como meus companheiros e, por isso, apelo que, por motivos não ideológicos, nem interesseiros em matéria de política, os comunistas se botem ao nosso lado agora e votem pelo parlamentarismo no Brasil. *(Palmas.)*

Em 1922, começou essa luta. Nessa época, foi o sistema de esquerda, a ideologia marxista, que provocou o primeiro movimento. Mas, em seguida, veio o integralismo. Só depois que os partidos se apresentaram, no nosso país, com a máscara trágica da luta internacional, é que outras correntes começaram a se tornar partidos nacionais.

Nós só fundamos os partidos nacionais depois que os extremistas da esquerda e os da direita apareceram, aqui, representando a luta internacional que se desenvolvia na Europa.

O Sr. Leite Chaves – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. AFONSO ARINOS – Tenho a honra de oferecer a V. Exª o aparte.

O Sr. Leite Chaves – Nobre Constituinte, é uma honra para mim, como para toda a casa, apartear V. Exª. Como V. Exª tem conhecimento, apresentamos, aqui, uma emenda parlamentarista pelo Congresso. Prevendo essa crise, nós a antecipávamos. A emenda era inspirada no resultado daquele trabalho, daquela Comissão Nacional que V. Exª presidiu. Essa mesma emenda foi enviada para a Constituinte, foi aceita em grande parte. O pronunciamento de V. Exª foi um grande instante em favor dessa emenda. Quero aduzir apenas um argumento muito modesto ao brilhante discurso de V. Exª nesta noite. O presidencialismo, para existir, aqui, no Brasil, tem que se deformar. Veja V. Exª que, há mais de vinte anos, não existem eleições neste país. Logo, defende-se nesta casa, a sobrevivência de um regime que é impossível, de, na prática, existir. Para que exista o presidencialismo, é preciso que o Presidente seja eleito pelo Congresso Nacional. Quando a eleição sai do povo – digamos – leva-nos a deparar com situações que V. Exª bem co-

nhece. Tive a delicadeza de apresentar minha emenda ao Presidente José Sarney. Porém, noto que estamos vivendo no Brasil, uma coisa interessante, o que se chama a Lei de Parkinson – não a lei – mas o Parkinson, esse que criou uma lei americana que diz que, quando alguém está sobrecarregado de responsabilidades, ele tem três alternativas: ou renunciar, ou dividir com outra pessoa a sua responsabilidade, ou distribuir com assessores. Ninguém renuncia à primeira, nem a segunda; ninguém usa dessas duas faculdades. Todos defendem essa alternativa. Ninguém quer abrir mão do poder. Quando, para Sua Excelência, seria o grande instante na vida – o último Presidente do regime presidencialista e o primeiro desse regime, que haverá de dominar este país, que haverá de se instaurar, de forma definitiva, neste país. Digo, com a experiência de quem obteve 59 assinaturas de Senadores e 340 de Deputados. Alguns, é verdade, fizeram a exceção de darem-na por apoiamento. Mas estou convencido de que o nosso futuro regime será o parlamentarista. E veja V. Exª o argumento mais contrário ao parlamentarismo é o de que não temos quadros burocráticos. Ora, então, isso é uma acusação ao presidencialismo, porque ele existiu ao longo desses anos e não criou quadros!.. E eu concordo com V. Exª de que o parlamentarismo haverá de ensejar, não só a formação de partidos sólidos e conscientes, como, sobretudo, a formação de uma boa burocracia, à altura das necessidades administrativas nacionais. No resto, muito grato a V. Exª pela concessão do aparte.

O SR. AFONSO ARINOS – Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Brandão Monteiro – Permite V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE – A Mesa só pondera que, após aparte que vai ser dado pelo nobre Líder Brandão Monteiro, outros apartes não sejam dados, não por mim, mas, para tristeza minha, o relógio anuncia ao sábio orador, jurista, que o seu tempo está esgotado.

O SR. AFONSO ARINOS – Obrigado a V. Exª.

O Sr. Brandão Monteiro – Professor Afonso Arinos, acho que toda a casa está de parabéns. Tivemos oportunidade de ouvir de V. Exª, que foi meu professor, uma aula sobre a História do Brasil. E a casa está de parabéns, porque, até então, era impossível, dentro do regime de discussão de temas constitucionais, termos oportunidade de ouvir V. Exª. Eu teria algumas discordâncias muito pequenas em relação ao que disse V. Exª, mas não quero, neste momento, aqui levantá-las. Eu gostaria somente de ouvir de V. Exª uma opinião, a opinião do mestre. Durante todo esse processo que nos conduziu à Assembléia Nacional Constituinte, nenhum partido, neste país, discutiu o tema nacional, ou tema sobre presidencialismo ou sobre parlamentarismo; provavelmente, nem V. Exª, candidato ao Senado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, nem eu, candidato a Deputado pelo Rio de Janeiro. Por isso, penso que, neste momento em que nós tivemos a sorte e a felicidade, de, numa Assembléia Nacional Constituinte, produzir um Regimento Interno bastante aberto e, por que não dizer, Regimento Interno bastante livre, que nós levássemos ao povo o

direito de o povo opinar sobre o regime brasileiro. Por isso, tenho um projeto de resolução que institui o referendum popular para decisão, não só do mandato do Presidente da República, como do regime parlamentar ou regime presidencial. Oportunidade em que V. Exª, se houver liberdade neste país, terá o tempo suficiente para dar aulas tão boas como esta, da tribuna e nos meios de comunicação, de forma, a um debate público neste país sobre a questão. Eu gostaria de ouvir, de remetermos ao povo o direito de o povo participar do debate e decidir sobre parlamentarismo e presidencialismo; sobre quatro anos, ou cinco anos. Muito obrigado a V. Exª pelo aparte.

O SR. AFONSO ARINOS – A minha opinião. Sr. Constituinte Brandão Monteiro, é a favor de que exista um *referendum* sobre o texto constitucional por completo, não por partes, *referendum* por completo e após a promulgação da Constituição aqui pela Assembléia Constituinte, como na Espanha se fez, e em outros países, na França se fez, na França dois referendos, um a respeito da Constituição de 46 e outro a respeito da Constituição gaullista. O referendo faz parte do sistema democrático, mas ele tem que ser sobre o trabalho na sua integridade, porque nós não podemos esperar de oitenta milhões de eleitores brasileiros, que participam do referendo a sutileza de discernir entre trechos do documento constitucional, eles têm que se manifestar sobre todo o documento constitucional. De modo que eu, pessoalmente, sou partidário do referendo, mas o referendo de todo o texto.

Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exª a honra de me ter concedido a palavra. Srs. Constituintes, eu agradeço profundamente a V. Exªs a honra de me terem ouvido com tanta bondade e com tanta generosidade. E devo dizer a. V. Exªs que eu sairia com a consciência tranqüila depois de ter dito aquilo que eu quis dizer, que a minha idade, que a minha experiência, que o meu sofrimento, que a minha participação na vida nacional me levaram a dizer, mas é mais do que isso, eu saio com a inteligência tranqüila e saio com o coração cheio de gratidão por V. Exªs *(Palmas prolongadas. O orador é efusivamente cumprimentado.)*

Presidência da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e da Comissão de Sistematização

4-12-1987

O SR. AFONSO ARINOS *(Pela ordem.)* – Sr. Presidente, meus ilustres Colegas, lamento sinceramente que não tenha podido reprimir-me e tenha solicitado a V. Exª a bondade de me conceder a palavra. E aos meus ouvintes e ilustres companheiros, tenho a esperança de que possam retardar um pouco a sua retirada para o

merecido descanso de fim de semana prolongado. Sei que estou infringindo um pouco a ética parlamentar e a tradição do nosso Congresso, que é aquela de levar a efeito, como acaba de fazer o eminente Senador Mauro Benevides, uma sessão cerimonial de encerramento desta parte dos nossos trabalhos. Peço desculpas pessoais ao Senador Mauro Benevides por ter infringido neste momento o que considero uma lei da tradição parlamentar brasileira.

Mas o debate que aqui se travou em relação à Comissão que tive a honra de presidir animou-me com a esperança de que possa, com a contribuição mais nítida em função dos assuntos que aqui foram levantados, não proceder a explicações, porque não são necessárias; não responder a críticas, porque elas não foram feitas; mas, tecer comentários sobre as apreciações extremamente úteis a quem as ouviu, extremamente generosas para com o eventual presidente daquela comissão, de resto, escolhido pelos seus pares em eleição, não propriamente indicado por um grupo partidário, mas eleito pelo conjunto dos representantes, numa reunião realizada para esse fim. De maneira que aqui estou exercendo uma função, que sei está um pouco extracerimonial, mas que me parece conveniente para colocar no mesmo passo dos nossos *Anais* estas observações que vou pretender encaminhar.

Sempre houve, na tradição brasileira, a insistência, a coerência, a repetição dos anteprojetos constitucionais. A Constituinte de 1823 foi presidida pelo Deputado Antônio Carlos, o primeiro Antônio Carlos, que elaborou o Projeto da Constituição, o qual, depois, como sabemos, foi objeto de dificuldades políticas que se foram agravando até que, naquela chamada "noite de agonia", de 11 para 12 de novembro de 1823, provocou a intervenção da força militar. Aliás, com o admirável protesto de Antônio Carlos na tribuna e, depois, quando deixa o Palácio da Cadeia Velha, (que conheci na minha infância – meu pai me levada ao Palácio da Cadeia Velha, no tempo da Velha República, para assistir às sessões) e atravessando a Rua da Assembléia, onde estava o Imperador – chama-se Rua da Assembléia a partir dessa época, exatamente porque ali estava a Constituinte – Antônio Carlos, à frente do Imperador, que se encontrava em uma janela do Paço, fronteiro à Assembléia, dirige-se ao comandante da tropa, que havia ali colocado alguns canhões, e diz: "Respeito as ordens de Sua Majestade o Imperador", e aponta para o canhão.

Essa substituição da autoridade legítima pela força das armas começa a se apresentar logo depois da independência. É a solução militar se impondo à negociação civil, a um problema que era de natureza puramente jurídica, dentro da Assembléia Constituinte.

A essa Assembléia Constituinte seguiu-se a de 1891. Ali também houve uma comissão preparatória de um projeto anterior. Foi a famosa Comissão dos Cinco, cujos nomes eu não poderia repetir – talvez o Senador Nelson Carneiro, que tem a memória melhor do que a minha, poderia fazê-lo com um pouco de esforço.

Essa Comissão dos Cinco preparou o anteprojeto que, depois, foi apresentado ao Governo Provisório e recebido por ele como o Anteprojeto da Constituição. Esse

Governo chegou a elaborar um texto baseado no anteprojeto e a publicá-lo no *Diário Oficial* com o nome de Constituição Federal Brasileira.

Sobre essa Constituição, procedeu-se a novos estudos, chefiados por Rui Barbosa, o grande Relator da Comissão dos Cinco e o adaptador do projeto publicado no *Diário Oficial* e transformado, enfim, na primeira grande Constituição da República, a Constituição presidencialista de 1891.

Em 1934, deu-se o mesmo fato. Quando se reuniu à Assembléia Constituinte, o Presidente da República, Getúlio Vargas, nomeou uma comissão, presidida pelo meu pai, que preparou o Projeto da Constituição de 1934.

Em 1946, não se pode fazer o mesmo, porque a situação de 1945, quando se tentou pôr um termo violento e inesperado à longa passagem de Getúlio Vargas pelo poder, exigiu uma solução especial. Nós não tínhamos o anteprojeto, mas ele foi criado, dentro da Constituinte de 1946, por uma comissão que tomou como anteprojeto o texto da Constituição de 1934.

Peço desculpas para essa pequena rememoração histórica, mas apenas para mostrar que é uma tradição do Brasil essa de sempre se apresentar um anteprojeto à Constituinte.

O projeto da comissão que tomou imerecidamente o nome do orador não é um projeto pessoal. É um projeto que foi elaborado, imaginado, configurado e executado pela comissão criada por Tancredo Neves. Foi Tancredo Neves que, Presidente da República, já eleito, pediu-me que o recebesse na minha casa, velhos amigos que éramos. Eu o fiz e ele com aquele jeito muito mineiro, próprio dos mineiros, disse-me: "Ministro – chamava-me de Ministro –, pobre quando entra em casa de rico é sempre para pedir". E, eu disse: "Mas, Presidente, V. Exª é eleito Presidente da República, pedir o que a quem? Não tem nada que pedir a ninguém, tem que dar ordens e em seguida exigir soluções". Então, ele me falou sobre essa comissão.

Essa comissão foi organizada, eu servi apenas como mediador, como um controlador, eventual participante de certos momentos cercados de controvérsias, mas de fato foi uma Comissão... Não preciso lembrar o que ela foi, como ela procedeu, o que ela realizou. Foi uma Comissão que tentou reunir as aspirações provindas de todos os setores sociais do País: setores sindicais, setores acadêmicos, setores empresariais, enfim, os setores operários. Havia os líderes operários, o líder dos trabalhadores camponeses, o líder dos operários sindicalizados da indústria, havia os grandes professores de direito.

O projeto dessa Comissão foi trazido pelo seu Presidente e apresentado ao Presidente da República – meu velho amigo José Sarney. Ele recebeu muito bem o anteprojeto, mas não o encaminhou à Assembléia Constituinte que se ia reunir.

Na minha opinião, manifestada a ele pessoalmente, ele não fez porque o projeto optava pela solução parlamentarista.

Ele contestou isso. Na conversa que tivemos, disse-me que não era por essa razão; que a razão era porque não queria influir, como Chefe do Executivo, numa

espécie de recomendação de posições destinadas privativamente à elaboração da Constituinte.

Eu aceito a argumentação dele – acho que era dada de absoluta confiança, de completa boa-fé –, mas, também, aceito o meu argumento; acho que terá influído psicologicamente nele, para tomar essa posição, o fato de que o sistema de governo que propúnhamos pela primeira vez na História republicana não era aceito por Sua Excelência.

Lamento que não seja. Estou convencido de que deve ser. Quero manifestar aqui, defronte a Edison Lobão, que acho que Sarney é o homem que, neste momento, tem maiores condições de fazer a transição política definitiva do Brasil, dentro da Constituinte, com mandato adaptado às condições cronológicas necessárias para essa travessia. Mas chefiar a travessia, comandar essa travessia, comandar esse barco encalhado que é o sistema presidencial brasileiro, ao fim de cem anos irremediavelmente condenado, não por qualquer opinião pessoal, mas pela História do país. Não vou insistir nesse ponto, o qual tenho repetido, mas o Presidente emergiria historicamente de maneira impressionante, aceitando a posição de desencalhar esse barco e fazê-lo navegar para o futuro. Estou convencido disso. O barco é o Estado brasileiro, estou certo de que muitos de vós estareis contra a minha posição, mas, no fim desta pequena intervenção, procurarei dirigir-me, principalmente, também, àqueles que são contrários à minha maneira de pensar neste particular.

O Sr. Edison Lobão – V. Exª me permite uma ligeira interrupção, nobre Senador Afonso Arinos?

O SR. AFONSO ARINOS – Pois não. Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão – Desde logo, peço desculpas por interrompê-lo. Um discurso como o que V. Exª pronuncia nunca deve ser interrompido, mas apenas para trazer um fato que penso que ficará, também, um pouco para os *Anais* e para a História. Estávamos nós dois – V. Exª e eu – recentemente na residência do Presidente da República, quando nós três conversávamos sobre o projeto elaborado pela Comissão Afonso Arinos. Sua Excelência, naquele dia, confessava que estava arrependido de não ter enviado à Assembléia Nacional Constituinte aquele documento – foi a palavra do Presidente ao Sr. Senador Afonso Arinos e a mim, há cerca, mais ou menos, de uns quarenta dias.

O SR. AFONSO ARINOS – É claro que eu tenho, perfeitamente, na memória esta passagem a que V. Exª se refere. Apenas não a quis transmitir, porque era uma coisa que só uma pessoa de sua intimidade com o Presidente poderia fazê-lo, e, como mineiro, devo dizer que estava à espera deste seu aparte. *(Risos.)*

Sr. Presidente e meus queridos companheiros, feita esta dissertação, um pouco longa, para mostrar a tradição, eu queria falar sobre a Comissão de Sistematização. Em primeiro lugar, eu queria lembrar que a autoridade do Presidente era uma autoridade distribuída. Eu tinha como Vice-Presidentes Jarbas Passarinho, Aluízio

Campos, Brandão Monteiro e Fernando Henrique Cardoso. De maneira que era um colegiado de Presidentes, e eu não preciso manifestar a confiança que a Comissão devotava a esta chefia, senão referindo o nome de meus companheiros. Quer dizer, era um colegiado cuja presença assegurava a confiança. O número da Comissão, que era elevado, não representará talvez, na opinião de muitos dos nossos companheiros, o pensamento da Assembléia, ao contrário, a Comissão foi feita para representá-lo.

As chefias dos partidos influíram na formatura da Comissão, na escolha dos seus membros. Ignorava que algumas das nossas bancadas não tivessem representação na Comissão, algumas das nossas bancadas partidárias e estaduais, ao mesmo tempo em que outras bancadas, que não tinham o mesmo número, encontraram representação no seu seio. Eu ignorava isso. Tudo indicava que os comissários indicados pelos partidos representavam esses mesmos partidos em nome da Constituinte.

Quero dizer que a intenção da Comissão era, à medida do possível, representar o Plenário. Nunca ninguém tentou impedir que a Comissão representasse o Plenário; nunca ninguém tentou influir para que a Comissão deixasse de representar o pensamento do Plenário, que se apurava majoritariamente sempre. As votações eram sempre feitas com a maior lisura.

Nós que dirigíamos a Comissão, eu e meus companheiros, para quem apelo, não poderíamos saber que nos estávamos distanciando, de tal maneira, das conclusões, para chegarmos a ser – não digo acusados –, mas a sermos indigitados como uma Comissão que não representava a origem majoritária da sua formação. Não tínhamos idéia alguma disso. Isso está acontecendo depois que a Comissão manifesta as suas fraquezas, as suas deficiências, sem que se faça propriamente uma justiça à Comissão para merecer, também, uma reflexão, fundada sobre aquilo que não são deficiências e que não foram erros, aquilo que foram contribuições, como foi salientado por muitos companheiros, inclusive por V. Exª, nobre Senador.

Então, o Presidente está aqui numa situação que não é pessoal, é uma situação de dizer que nenhum de nós tem responsabilidade naquilo que hoje é considerado como uma falta de correspondência entre a coletividade da Comissão e a coletividade do Plenário. Nós não temos responsabilidade alguma nisto, porque a coletividade do Plenário estava representada majoritariamente, segundo a proporção partidária, no quadro da Comissão; nunca houve dúvida alguma sobre isso, nunca ninguém contestou isso dentro da Comissão, nunca ninguém disse isso fora dela. Hoje se afirma: a Comissão não representa o Plenário. Ao contrário, sempre supúnhamos – eu, então, supunha de uma maneira absoluta – que estávamos ali para representá-lo.

Por que pensava assim? Eu pensava assim porque estava vendo que o que estava ocorrendo na Comissão, pela falta de um anteprojeto inicial, era a presença invasora, a presença, como poderia dizer, inundante, dos apelos diretos da população, das queixas, das mágoas, do sofrimento, das frustrações do povo brasileiro, que se apresentava diretamente àquela Comissão, sem intermediários.

Outro dia, tive a honra de manter um diálogo com uma grande personalidade americana pela televisão, que sustentava que a nossa Constituição deveria ser sucinta, porque uma constituição muito cheia de pormenores criaria uma máquina muito pesada e onerosa. Eu respondi ao ilustre jurista americano, Warren Burger, que é uma maneira muito americana de ver este fato, porque nos Estados Unidos o presidencialismo criou uma instituição que só é comparável, na História ocidental, ao Senado romano e ao Parlamento inglês: essa instituição é a Suprema Corte americana. A Suprema Corte americana tem quatro mil decisões sobre matéria constitucional; a Suprema Corte americana não é senão uma Constituinte permanente, que funciona mediante declarações e imposições do Poder Judiciário aos Poderes Executivo e Legislativo. Isto não existe fora dos Estados Unidos, e é por isto que o sistema presidencial não existe fora dos Estados Unidos.

Na Constituição americana, não figurava de início uma Declaração dos Direitos individuais, porque não se queria colocar no texto que o negro era igual ao branco, como homem, dada a presença da escravidão americana. Por isto, a Declaração de Direitos só veio em 1791, depois da francesa, de 1789. Quer dizer, as condições de formação daquele documento são específicas da vida americana, assim como a criação da supremacia da Suprema Corte também o é. Depois da guerra civil é que foi elaborada uma emenda, durante a gestão do Presidente Abraham Lincoln, que reconhecia a igualdade entre negros e brancos. O presidente da Suprema Corte, Juiz Warren Burger, celebrizou-se, principalmente, porque condenou um branco com a mesma pena que uma Corte da Justiça tinha condenado um preto por delitos semelhantes. Na verdade, quando o delinqüente era branco, condenava-se a um certo número de meses de prisão, quando era negro, a Corte condenava-o a um prazo maior. Foi Warren Burger que mudou isto, daí a sua nomeada, a sua posição de líder antiracial nos Estados Unidos.

Senhor Presidente, estou excedendo-me, porque estou emocionado, saindo um pouco fora do controle a que eu mesmo me impus.

O Sr. Jarbas Passarinho – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Afonso Arinos?

O SR. AFONSO ARINOS – Agradeço a V. Exª a honra.

O Sr. Jarbas Passarinho – Gostaria de tornar mais uma vez público o meu orgulho de ter podido secundar V. Exª na presidência eventual da Comissão de Sistematização. V. Exª, pelo seu porte, pelo seu valor intelectual, pela sua expressão moral, deu à Comissão de Sistematização uma absoluta tranqüilidade para dirigir os trabalhos. V. Exª é testemunha, porque viveu o fato, que houve momentos em que foi censurado pelo silêncio. Quando V. Exª votava de uma maneira a agradar especialmente uma área da esquerda, era muito aplaudido, mas quando V. Exª votava com a sua consciência, contrariamente a outra proposição, pelo menos se fazia o silêncio. O que prova justamente que a envergadura de V. Exª foi o grande final que

tivemos para a direção dos trabalhos. Eu muito me honro de colocar no meu currículo que um dia secundei V. Exª numa missão dessa natureza.

O SR. AFONSO ARINOS – V. Exª sabe, Senador Jarbas Passarinho, da minha velha admiração e de minha profunda amizade por V. Exª. Considero-o um dos grandes brasileiros da nossa geração. A intervenção de V. Exª me comove e eu agradeço profundamente a honra de ter merecido de V. Exª este julgamento público.

Mas voltando a esta dissertação que já está se tornando fastidiosa, queria apenas dizer o seguinte: estamos numa situação em que temos de figurar a duplicidade dos sentimentos de concordância e das expressões do entendimento. Concordar e entender não são coisas idênticas; até etimologicamente concordar não é a mesma coisa que entender. O meu mestre em Latim, Eduardo Badaró, já mostrava isso no terceiro ano do Colégio Pedro II: concórdia vem de coração, quer dizer, a concordância é um impulso do sentimento, um impulso do coração. O entendimento é um impulso mental, de compreensão. Então, estas duas posições é que temos agora de procurar reunir, não apenas no Senado, não apenas na Comissão, caso continue ela, ou desapareça. Tenho uma vida pública suficientemente longa para compreender estas possibilidades que podem ocorrer, mas o que eu queria era, realmente, com a autoridade que só a idade traz, lembrar que é em raros momentos que devemos estar atentos e lúcidos, sabendo que temos de atravessar essa fase esquiva, em que urge mesclar a concordância com o entendimento. Não podemos chegar ao entendimento sem concordância; não podemos chegar à razão sem o coração; e não podemos, através do coração, eliminar a razão. E é isso que se está impondo, hoje, no Brasil; um esforço no sentido de que marchemos em comum, confluamos, mobilizemos os nossos corações e entendimentos, a fim de que possamos fazer aquela constituição de que no momento todos nós precisamos. É a constituição que faz avultar a parte social da vida moderna, com as tarefas jurídicas que incumbe ao Estado exercer, inclusive para absorver esse impacto social. O impacto social ou se dá de uma maneira que genericamente tem de ser promovida, compreendida, definida, estabelecida pelo texto constitucional, ou não se realiza. Se a Constituição não reconhecer a parte social que exige hoje intervenção do Estado, ela estará fora do entendimento, e estará fora da concordância. Ela não vai trazer a unidade dos corações, não vai trazer a unidade das mentes, e nós, Constituintes, temos que fazer isso. Ou o Direito Constitucional brasileiro positivo marcha no sentido de que toda a gente hoje percebe, que, sobretudo, em um país como o nosso, em um país subdesenvolvido que marcha para o desenvolvimento, um país de notável potencial econômico, tecnológico, mas infelizmente uma deficiência educativa e uma desigualdade humana que não estão mais em proporção com esse potencial; um país que está promovendo as soluções de vida exclusivamente para um grupo limitado das elites, mas deixando os grandes problemas para a maioria da população... A parte da educação é fundamental, a fim de que todo o povo participe daquele desenvolvimento que as bases econômicas, tecnológicas e bases industriais estão atravessando. Mas o desfrute dessa civilização, dessa cultura está sendo emperrado pelos problemas educacionais, que são essenciais

hoje, no Brasil, para que se possa fazer a fusão de todos esses elementos em direção ao futuro. Então, digo: ou temos a compreensão disso, ou não nos poderemos despir dos rancores manifestados subitamente, como na sessão de outro dia. Não acho aquilo importante. Em todos os parlamentos do mundo há esses momentos de violência. Mas já assisti a cenas violentas e trágicas. Devo dizer aos meus queridos companheiros – eu vi, por exemplo, o sangue do Deputado Sousa Filho no chão do Palácio Tiradentes. Eu vi, Srs. Senadores, junto ao estrado da mesa do Palácio Tiradentes, o sangue do Deputado, vi o sangue do Deputado, morto! É um fato histórico, V. Exªs se lembram disto!

O Brasil tem atravessado crises semelhantes, muito mais graves, e nunca ocorreu isso dentro do Parlamento, posteriormente a esse fato.

Eu não era nada, era um simples rapaz, estudante, que estava lá porque meu pai e meu irmão, Virgílio de Mello Franco, atuavam na Aliança Liberal, e eu ia à Câmara para assistir das galerias aos discursos de João Neves da Fontoura e outros grandes oradores. Da galeria desci para o plenário e vi o sangue da vítima, cujo corpo já havia sido transportado. Devo acentuar que a violência de Sousa Filho provocou a tragédia.

São problemas que temos vivido e acompanhado. O que aconteceu há poucos dias, no recinto da Câmara, nem se aproxima do drama, o que ocorreu foi algo de mais grotesco do que grave. Só achei grave o Líder do meu partido dizer que usaria o revólver, se o portasse na hora. S. Exª não podia dizer uma coisa dessas! Isto, sim, eu acho muito grave.

Estou procurando – não sabia que iria falar e peço desculpas por isto, porque infringi o Regimento e a polidez, e agradeço profundamente ao meu velho amigo e companheiro, o Sr. Presidente Humberto Lucena – trazer esta contribuição de um homem que não fez muito, mas que viu muito.

O que a vida traz para a experiência não é a ação; é a visão, a assistência, o enriquecimento do espírito, a tranqüilidade diante dos fatos e, sobretudo, uma coisa que o tempo não pode matar: esperança.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem! Palmas.)*

Poder constituinte

12-1-1988

Sr. Presidente, Srs. Senadores, às vésperas de importantes votações na Assembléia Constituinte, notadamente aquelas que dizem respeito à duração do mandato do Presidente da República e à adoção do sistema parlamentar de governo, considerei que não seria inoportuno apresentar à nação, desta alta tribuna do Senado, algumas reflexões sobre a natureza do mandato constituinte, sobre o caráter juridicamen-

te ilimitado dos seus poderes e, portanto, sobre a precariedade das afirmativas que tendem a negar-lhe a soberania constitucional, em decorrência do fato de não ser a atual Constituinte originária, mas derivada de lei constitucional anterior.

Tem sido representante conspícuo dessas teses o ilustre Dr. Saulo Ramos, Consultor-Geral da República, figura brilhante das nossas letras jurídicas, meu ex-colega na Comissão de Estudos Constitucionais, criada pelo saudoso Presidente Tancredo Neves e confirmada pelo ilustre Presidente José Sarney. Não desejo polemizar com o Dr. Saulo Ramos, a quem voto sincera estima e destacado apreço, mas, sim, colocar perante a Constituinte, a partir da tribuna do Senado, a contestação às teses limitativas do poder constituinte, a nosso ver insustentáveis, tanto na Teoria do Estado quanto no Direito Constitucional.

A conceituação do caráter soberano do poder constituinte é assunto exuberantemente estudado pelos maiores mestres desde que ela apareceu historicamente na Convenção de Filadélfia de 1787, que criou o chamado "milagre americano", que é a Constituição dos Estados Unidos, cujo bicentenário foi festejado por todo o mundo, nos departamentos das ciências sociais em geral.

O problema da soberania da Constituinte, em face da existência de constituições já adotadas por vários dos treze estados confederados da União norte-americana, foi o maior obstáculo criado à supremacia da União sobre os estados e, portanto, a soberania da Constituinte em relação à chamada soberania dos estados. Aquele grupo de cinqüenta e cinco homens, entre os quais dois terços eram juristas, trabalhou em segredo na confecção do documento que, até hoje, em permanente evolução judicial interpretativa, criou o mais poderoso Estado da História moderna. E aquele grupo nem sequer podia-se reclamar a origem representativa, visto que havia sido indicado pelo frouxo Congresso da Confederação, que o procedera, a partir da independência. Foi a dogmática federativa que, com o tempo, estabeleceu a superioridade entre a soberania da União e a autonomia dos estados, decorrente da soberania da Constituinte.

Hoje, porém, o problema da soberania das assembléias constituintes se encontra amplamente estudado pelos mais respeitados autores, de forma a não deixar nenhuma dúvida sobre os elementos contidos no conceito, sobre as suas razões justificativas e sobre sua adequação ao processo governativo de qualquer Estado organizado democraticamente. Esta situação de plena segurança e unânime apoio, encontrada, tanto no Direito Constitucional quanto na Teoria do Estado, foi-se depurando e fortalecendo cientificamente, nas várias formas e nos vários regimes contidos no quadro geral das democracias modernas, nas quais a nossa Assembléia Constituinte brasileira ocupa espaço destacado na esperança nacional e na atenção internacional. As dúvidas agora suscitadas não são jurídicas. São exclusivamente de caráter político e visam, realmente, à manutenção de um sistema de poder existente, e nunca à criação de um futuro sistema de poder adequado ao Brasil. Não são, tampouco, novas as alegações de que se tornou brilhante porta-voz o ilustre Dr. Saulo Ramos.

Há mais de um século, no ano de 1871, quando a França de Napoleão III jazia invadida e derrotada pela Alemanha de Bismarck, e que Paris era envolvida pelo drama sangrento da Comuna, a França elegeu a Assembléia Nacional republicana, que se reuniu na cidade de Bordeaux. Pretendeu-se, dentro desta Assembléia, negar-se o seu poder soberano constituinte, sob o pretexto de que ela se destinava somente a firmar a paz com a Alemanha, mas a própria Assembléia Nacional reagiu, com a aprovação da lei de 31 de agosto de 1871, que dizia:

"A Assembléia Nacional, considerando que tem o direito de usar o poder constituinte, atributo essencial da soberania, de que ela se acha investida..."

A Assembléia Constituinte francesa só conseguiu terminar o seu trabalho em 1875. Ela levou cinco anos, por causa da perturbação que se apresentou em toda a Europa, inclusive na França.

A lei de 15 de março de 1873, da mesma Assembléia Nacional de Bordeaux, reiterava:

"A Assembléia Nacional, reservando, na sua integridade, o poder constituinte que lhe pertence..."

Como é sabido, foi esta Assembléia Nacional que terminou por votar, em 1875, as três leis constitucionais que formariam a gloriosa Constituição parlamentarista da terceira República francesa, a qual durou até a vitória contra Hitler, na segunda guerra mundial.

O caráter soberano da Constituinte se impõe, no Direito Constitucional democrático, às próprias determinações dos textos constitucionais anteriores. No Brasil, por exemplo, é da tradição republicana estabelecer-se no texto da Constituição o princípio de que ela não pode ser emendada nos pontos referentes à Federação e à República.

Examinando a matéria, juridicamente e não historicamente, outro eminente professor francês, Julien Laferrière, escreve o seguinte:

> "Do ponto de vista jurídico o processo que consiste em declarar a imutabilidade de uma parte da Constituição não tem valor. O poder constituinte que se exerce em certo momento não é superior ao poder constituinte que se exercerá no futuro e não pode pretender restringi-lo, ainda que em ponto determinado. As disposições desse gênero são simples votos de manifestações políticas, mas não têm nenhum valor jurídico, nenhuma força obrigatória para os constituintes futuros" (Julien Laferriére, *Droit Constitutionnel*)."

Estas afirmativas do conceituado professor francês mostram a inanidade das tentativas de cerceamentos implícitos, derivados, para o poder constituinte, quando ele afirma, e com razão, que mesmo as proibições explícitas não podem tolher nem diminuir a soberania do poder constituinte. Se formos considerar o assunto do ponto de vista mais amplo da influência do fator político na elaboração jurídica da Constituição, temos excelente observação no direito italiano.

Com efeito, o professor Emilio Carosa, no seu trabalho *II Fattore Político e la Constituzione*, incluído na obra coletiva *Studi in Onore de Oreste Ranelletti* (homenagem ao grande mestre italiano), escreve:

> "Não se pode nem se deve sustentar que o intérprete do direito possa ignorar e excluir os fundamentos históricos, sociológicos e políticos dos fenômenos que se dispõe a estudar. Esta posição do intérprete do direito seria dificílima de ser sustentada em momentos históricos particulares, especialmente quando o fator político domina, pela sua novidade e pela sua urgência, o porvir histórico do Estado."

A parte que acima sublinhamos corresponde exatamente à situação atual do Brasil e à soberania de sua Constituinte. Tentar impedir a marcha da história com argumentos pseudo-jurídicos, ligados a textos passados e, ainda por cima, infundados, é tarefa vã e atentatória ao porvir histórico do Estado brasileiro.

Passemos, agora, à análise da mesma tese (sempre a mesma tese da limitação dos poderes constituintes tidos por não originários) feita por outro eminente professor de Direito Constitucional, que era Marcelo Caetano. Escreve o mestre e político português.

> "A Constituição é a lei suprema do Estado... mas este caráter supremo vem-lhe de ser a própria e integral afirmação da soberania nacional". Peço a atenção dos meus eminentes colegas: a Constituição é a própria e integral afirmação da soberania nacional. "Uma sociedade política revela-se como soberana na medida em que possui e pode exercer o poder constituinte. Esta cresce com o Estado mas, sendo o suporte da Constituinte é anterior a ela. Não se deve confundir um poder originário da sociedade com a sua regulamentação. Quando as constituições escritas incluem regras acerca de sua revisão ou reforma, elas não instituem poderes constituintes; limitam-se a, na suposição da vigência daquele texto, regulamentar o seu exercício. Mas o titular do poder originário (a nação, o povo), pode sempre afastar essas regras e exercer, independentemente delas, a sua soberania".

Peço a atenção especial dos nobres senadores para a conclusão final de Caetano.

O texto transparente de Marcelo Caetano explica e justifica a soberania intrínseca do poder constituinte, cuja limitação não é nem pode ser jurídica, e só pode ser aceita como fato metajurídico, de caráter cultural, histórico ou brutalmente repressivo, como é o caso que se tem repetido, infelizmente, no Brasil, desde 1937.

O poder constituinte originário, tal como hoje o conceituam os juristas referidos e a generalidade dos mestres, não existia ao tempo da Constituição dos Estados Unidos. Essa noção vem alguns anos depois, ou seja, da revolução francesa com o chamado princípio da soberania nacional. Em setembro de 1790 (três anos depois da Constituição dos Estados Unidos) discutiu-se na Assembléia Nacional francesa a

participação do Rei Luís XVI no exercício do poder constituinte. Ninguém menos do que Robespierre declarou, então, que o Poder Executivo "não poderia criticar o poder constituinte de que ele próprio emanava". Foi assim que o pobre Rei, depois guilhotinado, deu sua aceitação à Declaração de Direitos da Constituição de 1791, depois universalizada nos seus princípios, inclusive nos Estados Unidos, onde, naquele mesmo ano, foram aceitas as primeiras emendas ao texto de 1787, criando-se só então a Declaração de Direitos americana. Em resumo: sejam poderes originários (provindos de representação popular) ou derivados (provindos de leis constitucionais anteriores), o poder constituinte é soberano, ou não é constituinte. Por exemplo, a chamada Constituinte brasileira de 1967 – fiz parte dela – na verdade não era Constituinte, pois provinha de uma atribuição dada ao Congresso pelo Presidente Castelo Branco, que chegou até a fixar o prazo de preparação do texto oriundo do seu projeto.

Falo por experiência própria, pois, havendo feito, como Senador, duras críticas ao projeto, na parte da Declaração de Direitos, o Presidente Castelo Branco mandou pedir-me, pelos Deputados Nilo Coelho e Rui Santos, que preparasse o texto da Declaração de Direitos (art. 153 da Constituição de 1967), que foi aprovado pelo Presidente tal como havia sido preparado. O Congresso de 1967 não foi, assim, realmente Constituinte. A dogmática jurídica constitucional é específica. Ou funciona na sua integridade, ou não existe.

O Presidente Castelo Branco pediu que um Senador fizesse o texto do artigo dos Direitos e Garantias. O Senador fez o texto e entregou a ele, que, por sua vez, mandou aprovar na Constituinte.

O grande mestre brasileiro Pontes de Miranda, a quem tive a honra de conhecer sendo eu adolescente, pois meu pai era seu admirador desde quando ele publicou seu primeiro livro, *A Sabedoria dos Instintos*, o ilustre brasileiro Pontes de Miranda, repito, depois colega na Academia Brasileira de Letras, escreve o seguinte, na sua última obra, em três volumes, *Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1, de 1969* sobre a atual situação constitucional brasileira:

> "Os poderes constituintes ilimitados não estão sujeitos, fora dos princípios do Direito das Gentes, a regras superiores às que vai promulgar."

Para ele "o legislador constituinte só atende ao que, no momento e no lugar, é compatível com o ritmo da civilização", ou seja, o que ele chama "princípios da praticabilidade".

Isto escrevia Pontes de Miranda na vigência da Constituição emanada pelo autoritarismo militar de 1969. Portanto, para Pontes de Miranda, a soberania da Constituinte só se autolimita no tocante às normas do Direito Internacional de que o Brasil participe. Nunca do direito interno.

Já vai longe este discurso, destinado a esclarecer, com o apoio de opiniões de consagrada autoridade nacional e internacional, que não existe possibilidade jurídica

de se limitar a soberania de uma Assembléia Constituinte, por motivos de ordem formal, quaisquer que eles sejam. Para rematar tal demonstração, deixaremos a palavra final ao professor Burdeau, da Sorbonne de Paris, mestre maior da nossa ciência no nosso tempo, o qual tive a honra de conhecer, há vários anos, quando ele ainda professava na Universidade de Dijon, mas já estava sendo convocado à Sorbonne de Paris. Escreve, com efeito, Georges Burdeau, sobre os temas versados neste discurso, marcando a impossibilidade de determinar juridicamente a natureza e os limites do poder constituinte:

> "Um poder para o jurista se apóia sempre em uma competência; sua natureza, sua extensão, as modalidades do seu exercício são determinadas por regras anteriores, de tal maneira que se o deve considerar como uma força domesticada pelo direito e, por conseqüência, dócil à análise jurídica. Com o poder constituinte é diferente. Ele é dotado de uma significação política que nenhuma exegese poderá apagar. A potência de que ele dispõe é rebelde a uma integração total a qualquer sistema hierarquizado de normas e competências... Ele se encontra, assim, colocado no ponto de intercessão entre a política e o direito, entre a turbulência das forças sociais e a serenidade dos procedimentos jurídicos".

E, para terminar, acentua o mestre:

"Os poderes constituídos não existem senão no Estado... O poder constituinte, ao contrário, se situa fora do Estado." (*Traité de Science Politique*, 7 volumes.)

Vamos adaptar este pensamento ao Brasil: a possibilidade de que dispõe o atual poder constituinte brasileiro para implantar a forma parlamentarista de governo (como esperamos venha a fazer) corresponde a mudar, não uma simples forma de governo, mas, na verdade, a estabelecer no Brasil um outro modelo de Estado, muito mais adequado ao nosso tempo e ao futuro do nosso povo.

Peço desculpas ao Senado pelo espaço que ocupei da sua atenção. A contribuição que aqui pudemos trazer foi deliberadamente pouco pessoal. Cingiu-se a coordenar lições de alguns dos mais autorizados mestres da ciência jurídica e do pensamento político do nosso tempo e expô-las à reflexão dos Srs. Senadores e, também, através da ressonância histórica desta tribuna, levar os temas sucitados à reflexão, não só da Assembléia Nacional Constituinte, mas de toda a opinião nacional, interessada no êxito da obra que aqui está sendo realizada e da qual tanto depende o futuro do Brasil e do seu povo.

Pelo poder constituinte soberano! Pela renovação do Estado brasileiro!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Maioridade eleitoral

2-3-1988

O SR. AFONSO ARINOS (*Sem revisão do orador.*) – Sr. Presidente, Srs. Constituintes.

A Assembléia escusará a emoção com que me dirijo aos meus colegas, neste exórdio da defesa que vou fazer da emenda que tenho a honra de representar aqui, em nome de seus signatários, em nome do seu principal autor, Constituinte Hermes Zaneti.

Depois de uma fase de preocupação em matéria de saúde, estou em condições de poder-me dirigir aos Srs. Constituintes, agradecendo profundamente a recepção generosa que aqui me fizeram. E dizendo que sou servo humilde da Constituinte, com uma peculiaridade curiosa, Sr. Presidente, de que sendo o mais idoso desta Assembléia, venho aqui defender os direitos dos mais jovens, dos pretendentes à participação na vida pública.

É um coroamento, é uma alegria, é um reconforto, é um prêmio que, ao termo de uma vida dedicada ao Parlamento, eu possa vir aqui – repetindo, como o mais idoso de nossos colegas – interpretar o sentimento, o pensamento, a esperança, o entusiasmo de toda essa garotada que se encontra lá em cima, nas tribunas gerais.

Mas não é só isso, Sr. Presidente, é que existem razões de prudência, de tradição,de maturidade, de bom senso, de equilíbrio, de moderação, para que possamos sustentar esta tese que pode parecer, à primeira vista, demasiadamente ousada.

Se nós acompanharmos, na História do nosso país, este problema, vamos verificar que ele evolui à medida da evolução da sociedade, das transformações impostas pela civilização, pela cultura, pelo progresso intelectual, material, econômico e social do nosso próprio país.

Em 1824, a Constituição optou – a Constituinte de 23 foi dissolvida pelo Imperador – pelo voto censitário, o voto que representava o poder econômico das classes que poderiam participar da política. O elemento conservador era tão poderoso, naquela época, que para se participar da política era preciso ter um mínimo de disponibilidades econômicas; isso vinha da inspiração francesa da nossa primeira carta, isso vinha das constituições da restauração. Depois da revolução francesa, vieram os Bourbons ao trono com Luiz XVIII, com Carlos X, e foi exatamente esta fase da restauração, que está expressa, que está escrita, em grandes obras literárias, sobretudo em Balzac – Balzac é um dos romancistas extraordinários da Restauração – essa idéia de restauração, com o voto censitário que transferiu-se para o Brasil na Constituição de 24. É por isso a Constituição de 24, além do voto censitário, estabelecia a idade mínima de 25 anos para o voto.

Já a Constituição de 1891 obedece aos princípios do direito privado e Direito Civil. Ela vem com a participação na política equilibrada, correspondente à livre gestão dos assuntos econômicos.

Ela vem com 21 anos. Isso correspondia à maioridade civil. Desde o tempo dos juristas do Império, desde o tempo de Teixeira de Freitas, de Lafayette, dos grandes juristas do Império, 21 anos era a maioridade civil; então, entendia-se que 21 anos era a maioridade política, daí a sua inserção na Constituição de 1891.

Em 1934, já a Constituição corresponde a uma fase completamente diferente do Direito Constitucional. É o Direito Constitucional posterior à grande guerra. Ela vem da grande Constituição alemã de 1919. Eu poderia recordar aqui, com saudade e com honra, que quem presidiu a comissão que elaborou o anteprojeto da Constituição de 1934 foi Afrânio de Melo Franco, meu pai. Ele foi o Presidente da Comissão que fez aquele anteprojeto.

Já essa Comissão trouxe a idade para os 18 anos. Era o pensamento daquela Europa pós-revolucionária e pós-belicosa, da Europa da vitória das democracias, da Europa que fez uma nova orientação do Direito Constitucional, com o progresso, inclusive, da participação política dos mais jovens, com 18 anos.

Hoje, nos defrontamos, Sr. Presidente, com um problema que continua a acompanhar o passo do tempo, é uma marcha com o século, é uma marcha com o tempo. O rapaz de 16 anos, hoje, tem uma formação geral através da informação. A informação é uma maneira de formação. A televisão é, sobretudo, um processo de informação educativa de um alcance gigantesco, que coloca a juventude em contato com o drama da vida, não apenas com as regalias, com a festa da vida, mas com o drama da vida, com os problemas da vida, com os crimes, com as brutalidades, com as injustiças, com tudo aquilo que torna a vida do nosso tempo tão difícil, não de ser vivida, mas difícil de ser compreendida. E os rapazes que hoje atingem essa idade já têm um desenvolvimento mental suficiente para eleger, no sentido próprio, mesmo que eles não sejam eleitores, eleger no sentido de escolher uma posição, uma orientação, em face da vida. *(Palmas.)*

Escolher é eleger para si, eleger é escolher para todos. A forma de escolha é uma forma de eleição diante dos problemas que a vida oferece.

Devo confessar a V.Exª que é com profunda saudade que digo aqui – não vou dizer a minha idade, todo mundo sabe e não vou repetir – e tenho que comunicar a V.Exª que, não havendo curso intermediário entre o secundário e o universitário, entrei para a Faculdade de Direito com 16 anos. Com 16 anos, me inscrevi na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. De maneira que a experiência, já naquela época, poderia fazer de um rapaz de 16 anos um estudante, e foi o que eu fui.

Sou um exemplo pessoal desta transição, da transformação, da maturidade que o século impõe, que a civilização impõe, que a tecnologia impõe, que a defesa contra a droga impõe – o grande perigo da mocidade não é o desdobramento diante da

liberdade, diante da escolha (*palmas*); devemos prevenir a mocidade contra a vítima que ela está se transformando em matéria de utilização da droga, através de pessoas que não têm absolutamente dezesseis anos. E isto é uma coisa para a qual gostaria de chamar a atenção: o jovem precisa ser defendido, e para tanto ele necessita da participação política na sociedade.

Sr. Presidente, estas são palavras muito simples, muito singelas muito sinceras, que um pós-convalescente pode oferecer à Assembléia Nacional Constituinte, sem querer prolongar demais a sua intervenção. Apenas queria dizer o seguinte: aqui na frente está um conservador por excelência, um monarquista, o nobre Constituinte Cunha Bueno; é um conservador na tradição, na compostura, nas idéias, mas S. Exª se esquece de que o Deputado Antônio Carlos – onde está o Constituinte Bonifácio de Andrada? – na famosa reunião da Câmara dos Deputados, em que se criou o primeiro ministério no Brasil, foi o defensor da maioridade do Imperador com quinze anos. A tradição do Brasil não é dezesseis anos para eleitor, não; é quinze anos para Imperador! *(Palmas prolongadas.)* E ninguém foi mais prudente, e ninguém foi mais acertado. *(Palmas prolongadas.)*

Srs. Constituintes, vamos aprovar os dezesseis anos para essa juventude! *(Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)*

Centenário da Abolição da Escravatura

12-5-1988

O SR. AFONSO ARINOS (*Pronuncia o seguinte discurso.*) – Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Humberto Lucena; Exmº Sr. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, Exmº Sr. Senador Nelson Carneiro, Exmº Sr. Senador Leite Chaves, Srs. Constituintes, minhas Senhoras, meus Senhores:

O Centenário da Abolição deve ser comemorado na sede do Congresso Nacional, não só como data festiva, mas como oportunidade para reflexões de caráter sócio-histórico, despidas de propósitos ideológicos e político-partidários, ou de ressentimentos raciais. Reflexões que conduzam a uma visão equilibrada e justa do nosso contexto social, passado, presente e futuro, no tocante à influência da escravidão e da miscigenação no contexto social brasileiro. Escravidão e miscigenação intimamente ligadas aos quase cinco séculos de formação e desenvolvimento do nosso povo.

Tão próximo de nós está, ainda, o grande evento histórico, que o orador que vos fala lembra-se bem de, na sua infância, conversar bastante com duas antigas escravas, Raquel e Beatriz, que moravam na acolhedora casa dos avós Melo Franco, em Belo Horizonte.

A *Grande Enciclopédia de Ciência Sociais* da Editora McMillan, provavelmente a melhor síntese científica sobre o assunto da escravidão em geral, estuda o problema no mundo, desde os primórdios, na antigüidade , até a guerra de secessão, nos Estados Unidos, sem esquecer a parte dedicada ao Brasil. A abolição, nos Estados Unidos,ocorrida quinze anos apenas antes da nossa, com ela contrasta, de forma impressionante, pelo seu imenso custo histórico. Lá, a ferocidade devastadora da luta entre o sul e o norte encobre, pela sombra da tragédia, a formidável ação do Presidente Lincoln e do seu vitorioso governo. No Brasil houve luta também (basta recordar a maior e mais duradoura de todas, que foi a de Palmares, no século XVII), mas a solução do problema só foi possível no século XIX, ao termo de uma grande campanha sem guerra. Longa companha de persuasão nacional pela oratória parlamentar, pela ação da imprensa, pela conquista do apoio de toda a sociedade. O primeiro brasileiro marcante a se manifestar sobre o assunto foi ninguém menos do que José Bonifácio, o patriarca da Independência. Em 1823 ele preparou longa exposição à nossa primeira Assembléia Constituinte, na qual combatia, com linguagem candente, o tráfico de africanos para o Brasil. Denunciava os horrores daquele comércio e os crimes exigidos pela sua prática, bem como criticava com rigor os donos de escravos, referindo-se especialmente aos proprietários de terras, aos padres e aos magistrados, visando assim, diretamente, as altas camadas sociais da época.

Em 1831, o Ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó, expediu o primeiro ato proibitivo do tráfico, mas tal medida não produziu resultado. O passo inaugural dado efetivamente neste assunto foi o decreto do ilustre Eusébio de Queirós Matoso Câmara, Ministro da Justiça, a 14 de outubro de 1850, que veio dar verdadeira eficácia ao ato proibitivo de Diogo Feijó.

É curioso acentuar que Eusébio de Queirós nasceu na África, antes da independência, filho de magiestrado brasileiro. Foi ele o grande ministro da Lei de 14 de outubro de 1850.

A Abolição continuou abrindo caminho pelas leis. Em 1871 veio a Lei do Visconde do Rio Branco, ou do Ventre Livre, que dava liberdade aos nascituros de escravos ao completarem 20 (vinte) anos. Em seguida foi a Lei dos Sexagenários, do Gabinete Sousa Dantas, em 1885, apoiada no extraordinário parecer de um jovem Deputado chamado Rui Barbosa.

O Império brasileiro continuava, através de leis, a resolver o problema que tanto que sangue fizera derramar à República americana. Mas no Brasil, o caminho do Legislativo, aberto por José Bonáficio, foi acompanhado e estimulado pelos estudos dos historiadores, como Perdigão Malheiro; pela elogüência dos oradores parlamentares, como Joaquim Nabuco; pelo destemor dos jornalistas, como José do Patrocínio; pelos versos de poetas, como Castro Alves; pela adesão crescente de muitos senhores que alforriavam seus escravos e, finalmente, pelo apoio crescente do Imperador, expresso, afinal, na participação direta de sua filha, a Princesa-Regente Isabel, que tinha sido Princesa-Regente na ocasião da Lei Rio Branco, da Lei do Ventre Livre.

Imitando Gilberto Freire, seria possível escrever-se uma história da abolição em livro que tivesse por título *Trono e Senzala.*

A abolição fez alguns grandes homens do Império, tanto quanto estes fizeram a abolição. Em meio a uma das suas conferências famosas no Teatro Santa Isabel, do Recife, a propósito da escravidão e referindo-se ao Visconde do Rio Branco, exclamou Joaquim Nabuco: "Não foi o nome de Paranhos que fez grande a emancipação dos escravos; foi a imancipação dos escravos que fez grande o nome de Paranhos!" Realmente, só pelas grandes causas se fazem os grandes nomes.

A escravidão dos negros na Europa começou bem antes das viagens de Colombo ou de Cabral. Desde meio século antes do descobrimento do Brasil, já os navegadores portugueses levavam negros da África para Lisboa, cidade que chegou a abrigar dezenas de milhares deles. Os chamados "pombeiros" africanos, às vezes mulatos, eram intermediários na captura de negros, de várias nações africanas, aprisionados nas lutas entre tribos e vendidos aos traficantes portugueses em Angola, Costa da Mina, Guiné, Moçambique ou outros pontos apropriados. Na frota de Cabral, talvez já viessem escravos negros de serviço. Pelas *Denunciações e Confissões do Santo Ofício*, no século XVI, observa-se a constante presença dos escravos e das escravas entre os padres, os governadores e outras autoridades, em suma, entre os poderosos e ricos senhores, desde o primeiro século. A literatura do tempo menciona sempre escravos, desde o romantismo da *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, até os escravos domésticos ligados às famílias dos personagens, na primeira parte inicial da obra de Machado de Assis.

No Brasil, como nos Estados Unidos, a escravidão, por doloroso que se o diga, foi uma condição do desenvolvimento econômico, resultante da exploração estensiva da terra na cultura da cana-de-açúcar, do tabaco, do algodão e do café, sucessivamente. Era uma forma primitiva de organização do trabalho, sem qualquer alternativa, como havia acontecido, no Egito, na Grécia, em Roma, muitos séculos antes do tráfico de escravos negros para as Antilhas, os Estados Unidos e o Brasil. A importação para a América começou para as Antilhas, antes de chegar ao Brasil, e os ingleses participavam largamente desse tráfico para o Haiti, as Ilhas Virgens, São Domingos e outras colônias. Só mais tarde, já no século XIX, com o desenvolviento industrial devido ao carvão, às estradas de ferro, à maquinaria e ao crédito bancário (os Rothschild são dessa época), os ingleses, havendo abolido a escravidão nas suas terras da América, começaram a campanha contra o tráfico no Brasil, porque o trabalho escravo barateava aqui produtos que eles também exploravam. O notável estudo do meu saudoso amigo e mestre Afonso de Taunay, sobre a *História do Tráfico Africano no Brasil Colonial*, reproduz a estrofe do poeta Garcia de Rezende, nascido em fins do século XV, antes do descobrimento do Brasil, que diz:

"Vem grã soma a Portugal,

Cada ano também às ilhas,
É coisa que sempre vai
E tresdobra o capital
Em Castela e nas Antilhas."

Assim, a dura luta travada contra nós pela inglaterra, no século XIX, após a Lei Aberdeen, com a apreensão de navios negreiros até em portos nacionais, era mais apoiada em interesses econômicos do que em razões morais.

Por outro lado, o decreto de Eusébio de Queirós, de outubro de 1850, realmente proibitivo do tráfico, de fato o estimulou a princípio, porque aumentou o preço da carga humana e, portanto, os lucros dos traficantes portugueses e brasileiros que viviam ricamente na Corte Imperial do Rio de Janeiro, sem que se lhes pudesse, na verdade, durante anos, coibir o crime.

Mas a abolição, único remédio, se aproximava. A campanha nacional conquistava terreno. As fronteiras entre os partidos se esbatiam, no Parlamento, diante da causa comum. As contradições dos partidos Liberal e Conservador determinavam o crescimento do Partido Republicano, fundado a 3 de dezembro de 1870, com o fecundo manifesto de Saldanha Marinho e Quintino Bocayúva, no qual, diga-se de passagem, não se alude ao sistema presidencial, mas, ao contrário, tomava-se por modelo o parlamentarismo republicano francês, que nascia também, então, com a derrota na guerra contra a Prússia de Bismarck.

Quero salientar, aqui, que a República nasceu parlamentarista! (*Palmas.*)

Nabuco, no seu livro *O Abolicionismo*, publicado em 1883, diz: "Sob a bandeira da abolição combatem, hoje, liberais, conservadores e republicanos, sem outro compromisso"

A abolição se aproximava, assim, de forma irresistível. No ano de 1888, a 27 de abril, instalavam-se as sessões preparatórias da Câmara dos Deputados, mas a sessão legislativa só foi aberta, oficialmente, como era de regra, a 3 de maio, no glorioso Palácio da Cadeia Velha, que ainda cheguei a conhecer, na minha infância, levado por meu pai. A fala do Trono foi lida pela Regente do Império, Princesa Isabel, na ausência do pai, o Imperador, que se encontrava na Europa. A abolição aparece no seguinte tópico do documento:

> "A extinção do elemento servil, pelo influxo do sentimento nacional e das liberalidades particulares, em honra do Brasil, adiantou-se pacificamente, de tal modo que é, hoje, aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação por parte dos proprietários. Quando o próprio interesse privado vem espontaneamente colaborar para que o Brasil se desfaça da infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio em que não hesitareis em apagar do

direito pátrio a única exceção que nele figura em antagonismo com o espírito cristão e liberal das nossas instituições."

Queria insistir na idéia de que a luta nos Estados unidos foi a maior guerra do mundo até àquela época. Foram centenas de milhares de mortos.

A resposta a esta fala do Trono só foi lida na Câmara dos Deputados a 21 de maio, portanto, já depois da Lei Áurea. Mas a Câmara não deixou de consignar o fato nas seguintes e memoráveis palavras:

> "Senhora – A fortuna permitiu que à Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador, fosse reservada a glória de presidir aos dois atos mais importantes da nossa vida política, depois da reforma da Constituição do Império."

O outro ato a que ele se refere é exatamente a Lei Rio Branco, que foi referendada pela Princesa na ausência do pai.

> "O último ato de data recentíssima, e pelo qual há de caber a Vossa Alteza Imperial o mais invejável título, coloca o Brasil em circunstâncias que, embora árduas, afiguram-se à Câmara dos Deputados com o ponto de partida mais firme da sua progressiva evolução econômica."

No fim do ano, no mês de novembro, o Imperador, ao regressar da Europa, onde estivera em tratamento de saúde, encerra a sessão do Parlamento com a fala no Trono, da qual consta o seguinte trecho:

> "Podemos desvanecer-nos do modo pacífico por que se opera a transformação do trabalho, em virtude da Lei de 13 de maio, cuja decretação tanto me consolou das saudades da pátria, minorando os meus sofrimentos físicos."

Esta alegação é comovente, porque o Imperador já estava ferido de morte pela sua doença. Poucos anos depois, morria em Paris. Disse ele que a abolição minorou a sua doença.

Voltemos, porém, à origem imediata da Lei Áurea. No dia 7 de março retirava-se o Gabinete presidido pelo Barão de Cotegipe e, no dia 10 subia ao poder o novo Ministério chefiado pelo Conselheiro João Alfredo. Com o início da sessão legislativa de 3 de maio, o Ministério apresentou-se à Câmara no dia 7. No discurso de apresentação afirmou o Presidente do Conselho:

> "Direi somente que o Ministério, se tiver o apoio do Parlamento, há de esforçar-se tanto quanto for possível para que esse programa se converta em realidade, e, sobretudo, para que efetue, quando antes, a re-

forma do elemento servil, que é a aspiração nacional, e que o Gabinete tem o empenho em fazer tão perfeita quanto a opinião pública a indica e quer. Amanhã será apresentada a proposta do Poder Executivo para que se converta em lei a extinção imediata e incondicional da escravidão no Brasil." *(Aplausos no recinto e nas galerias.)*

Logo no dia seguinte, 8 de maio, veio, "por ordem da Princesa Imperial Regente e em nome de S. M. o Imperador", o projeto de lei. A redação era a mais simples e enérgica:

"Art. 1º É declarada extinta a escravidão no Brasil.
Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário."

Quem apresentou o projeto à Câmara, em nome do Governo, foi o Ministro da Agricultura, Rodrigo Silva, que, até recentemente, não aceitava a abolição imediata. Votaram a favor, no dia 13 de maio, 83 deputados e contrariamente, apenas 8.

Neste momento, peço licença para declinar perante os constituintes brasileiros e os demais que tiveram a honra de comparecer a este plenário, com sincera emoção, os nomes de dois deputados que, haverá um século, no dia de manhã, votaram pela abolição da escravidão no Brasil: meu avô, Cesário Alvim, Deputado pela Província de Minas Gerais, e o avô de minha esposa, Rodrigues Alves, Deputado pela Província de São Paulo. (*Palmas.*)

No mesmo dia 13 de maio passou o projeto da Câmara ao Senado, onde falaram a favor os Senadores Sousa Dantas, autor da Lei dos Sexagenários de 1885, e o Presidente do Conselho, João Alfredo. Contra a aprovação falou o Senador fluminense Conselheiro Paulino de Sousa, filho do ilustre Visconde do Uruguai, de conhecida tradição conservadora. Como o Senador Paulino prolongasse seu discurso, foi advertido delicadamente, pelo Presidente, de que a Princesa Isabel aguardava o texto no Paço, para sancioná-lo, aviso que provocou a amável réplica do orador: "Vou terminar. Não se faz esperar dama de tão alta hierarquia". Com esta frase respeitosa e galante estava fechado o ciclo glorioso da abolição no Brasil. Fechado como devia ser, pelo Parlamento, como representante de todo o povo.

Sr. Presidente, Srs. Constituintes, como membro mais idoso desta Assembléia Nacional Constituinte, peço a Deus que a inspire nestes exemplos imorredouros da nossa História e não se influencie pelos que temem o progresso, em todas as suas formas. Não devemos recear mudanças que nos levem a uma nova abolição, a da extrema pobreza, a do analfabetismo, a da carência de habitações, de higiene, de saúde, de tantas carências que tornam incompleta a liberdade e transformaram a vida de muitos milhõs de brasileiros, neste fim do século, em um cativeiro de homens livres. (*Palmas.*) Marchemos para abolição da escravidão social no Brasil. *(Palmas.)*

Promulgação da Constituição Federal

4-10-1988

O SR. AFONSO ARINOS (*Pronuncia o seguinte discurso.*) – Exmº Sr. Dr. José Sarney, Presidente da República Federativa do Brasil; Exmº Sr. Constituinte Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte; Exmº Sr. Ministro Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmºs Srs. presidentes dos parlamentos dos países do continente americano, da África de expressão portuguesa, de Portugal e da Espanha; Exmºs Srs. representantes do Corpo Diplomático; autoridades civis, militares, eclesiásticas; colegas constituintes, minhas senhoras, meus senhores, permiti que o mais idoso dos representantes do povo com assento nesta Assembléia agradeça, de todo o coração, a honra que só por aquele título lhe foi concedida (*não apoiado*) de falar em nome dela, nesta data em que a palavra do Brasil, ao se elevar neste recinto, ressoa em todo o mundo. *(Palmas.)*

A experiência histórica brasileira em matéria constituinte é bem antiga. Provém da conspiração da inconfidência, ocorrida em 1788 na Capitania de Minas Gerais.

O Tiradentes, herói e mártir daquele grande episódio, inspirava-se em um livro francês dedicado ao estudo da Constituição dos Estados Unidos da América, elaborada havia apenas um ano.

A primeira Constituinte brasileira foi convocada pelo Príncipe Regente D. Pedro antes da independência, por decisão de 3 de junho de 1822, e eleita pela grande maioria das províncias.

Desde a sua instalação, a 3 de maio de 1823, revelou-se insanável conflito entre a Assembléia, expressão da soberania nacional, e o Príncipe Regente, aferrado à tradição absolutista da monarquia dos Bragança.

Do dissídio crescente resultou a dissolução da Assembléia, pela tropa militar, na noite de 11 de novembro de 1823, a chamada "noite de agonia". Esta agonia da coação militar sobre a representação popular infelizmente não foi a única na nossa História. (*Muito bem!*)

A Constituinte caiu com honra, enfrentando as ameaças e acusando energicamente o Príncipe, inclusive com pregações em prol da República. O principal redator do projeto foi o Deputado Antônio Carlos de Andrada, que tomou por modelo não mais a Constituição dos Estados Unidos, porém aquelas das monarquias continentais da Europa Ocidental.

Esse mesmo modelo francês da Carta outorgada pelo Rei Luiz XVIII, em 1814, na fase da restauração pós-napoleônica, foi embutido na Carta brasileira outorgada, a 25 de março de 1824, pelo já Imperador Pedro I. Foi redigida por pequena comissão de brasileiros ilustres, componentes do chamado Conselho de Estado, no qual figuravam diplomatas como Maciel da Costa, Marquês de Queluz; escritores

como Mariano da Fonseca, Marquês de Maricá, autor das famosas *Máximas;* ou provectos juristas, como Carneiro de Campos, Marquês de Caravelas, o principal redator do documento.

A Constituinte republicana de 1891, na qual predominou o gênio de Rui Barbosa, voltou ao modelo americano, que nunca funcionou a contento no Brasil, nem em nenhum outro sistema presidencialista na América Latina *(palmas)*, devido à impossibilidade da criação, por costume e não pelo texto, de um órgão moderador e constantemente renovador, como é a Suprema Corte dos Estados Unidos, único país do mundo em que o sistema presidencialista funciona a contento, Rui Barbosa, no declínio da vida, rendeu-se a esta verdade.

A terceira Constituinte, de 1934, que encerrou o longo Governo Provisório de Getúlio Vargas, seguiu-se à pressão de vários setores sociais, que a reclamavam desde a revolução paulista de 1932. O texto do projeto foi preparado por uma Comissão, presidida pelo Ministro do Exterior Mello Franco, e composta de outros grandes nomes como Assis Brasil, Antônio Carlos de Andrada, João Mangabeira, Osvaldo Aranha e Oliveira Viana. O jurista Carlos Maximiliano, comentador da Constituição de 1891, foi o relator-geral. Concessão perigosa da Comissão foi a eleição do Presidente da República pela Câmara dos Deputados, o que assegurou a Vargas a desejada continuação no poder e o preparo político esmerado da Constituição fascista de 11 de novembro de 1937, que morreu com a morte do fascismo no mundo.

A quarta Constituinte brasileira foi a de 1946, época em que a vitória democrática na guerra mundial determinou um grande movimento constitucional, em toda parte.

Na Europa surgiram nove constituições, na América Latina, doze, nos países árabes e na Ásia, cinco. Ao todo, vinte e seis reordenações jurídicas estatais.

Iniciou-se, nesta fase, um movimento sem precedentes no processo geral de elaboração constitucional, movimento este que continua a se manifestar até hoje. Como já acentuamos em outra oportunidade. "Tem sido observado, pelos autores de Direito Constitucional Comparado, um fenômeno realmente marcante – o direito, nas novas constituições, parece evoluir, em conjunto, para tornar-se mais um corpo de normas teóricas e finalísticas, e cada vez menos um sistema legal vigente e aplicável. Por outras palavras, nunca existiu distância maior entre a letra escrita dos textos constitucionais e a sua aplicação".

Hoje poderíamos juntar algo de mais grave, que é o seguinte: a aplicabilidade dos textos depende, paradoxalmente, da sua aplicação.

Esta situação anômala manifesta-se fortemente no texto de 1988, confirmando-se aquilo que Oliveira Viana chamou de "idealismo constitucional".

É importante insistir neste ponto. A garantia dos direitos individuais é cada vez mais eficaz e operativa nas constituições contemporâneas, mas a garantia dos direitos coletivos e sociais, fortemente capituladas nos textos, sobretudo nos países em desenvolvimento e, particularmente, nas condições do Brasil, torna-se extremamente duvidosa (para usarmos uma expressão branda), quaisquer que sejam as afirmações

gráficas existentes nos documentos, como este que estamos, hoje, comemorando. Afirmar o contrário é ingenuidade, ilusão, ou falta de sinceridade, quem sabe de coragem. Direito individual assegurado, direito social sem garantia: eis a situação.

Ao Presidente do Supremo Tribunal Federal é dirigida esta exortação: o mandato de injunção vai ser o instrumento dessas experiências. (*Palmas.*) O desejável é que o Supremo Tribunal Federal, preservando suas tradições de competência, diligência e integridade, se esforçe para encaminhar soluções viáveis e realistas, ou para oferecer interpretações aceitáveis às dificuldades, bem como rumos e caminhos para o enfrentamento gradual dos problemas que vão aparecer entre a letra do texto e sua implementação.

Recordemos, ainda uma vez, que este problema não é só nosso, no Direito Constitucional moderno. Tudo decorre do desajustamento entre a generosidade da aspiração política e a dificuldade da sua implementação jurídica.

Somos, pois, a quinta Assembléia Constituinte brasileira. Lancemos um olhar retrospectivo sobre seus trabalhos, que hoje se encerram, em tão consagradora cerimônia.

A idéia da Constituinte já se manifestava, desde o final da década de 70, através de organizações, depois transformadas em partidos políticos. Em 1984, formou-se a Aliança Democrática, que indicou o nome do saudoso Tancredo Neves *(palmas)* para a Presidência da República. Em 1985, já eleito pelo Colégio Eleitoral, o Presidente Tancredo visitou o presente orador, no Rio, e o convidou para presidir uma Comissão incumbida de redigir o anteprojeto da Constituição. Formada ela, com personalidades eminentes nas áreas jurídica, política, literária, empresarial, trabalhista e científica, iniciou seus trabalhos em agosto de 1985. Com o dramático falecimento do Presidente Tancredo Neves, assumiu o Presidente José Sarney, que manteve a convocação. (*Palmas.*)

Na sede do Rio, a Comissão se organizou em várias subcomissões internas e formou comitês regionais, fora do Rio, que muito adiantavam sua tarefa. Concluídos os trabalhos em setembro de 1986, foi o texto final entregue ao Presidente Sarney, que preferiu não o remeter à futura Assembléia, embora lhe dedicasse belo e generoso discurso.

A Constituinte foi eleita em novembro de 1986 e instalada em fevereiro de 1987. Em junho desse ano, foi criada a Comissão de Sistematização presidida pelo mesmo constituinte que chefiara a Comissão lembrada por Tancredo Neves. Aos admiráveis e dedicados membros dessa Comissão coube o preparo final do projeto da Constituição, concluído no mês de novembro e remetido ao plenário, que o discutiu, enriqueceu, e finalmente o aprovou, por consagradora maioria.

Cumpre realçar, finalmente, a colaboração direta do povo no processo político, não só através de centenas de propostas remetidas à Comissão de Sistematização, vindas até do exterior, como também pela ação de grupos variados de brasileiros, que atuavam diretamente: sindicatos, empresários, militares, professores, mu-

lheres, índios e negros. Era estimulante e comovente sentir a mobilização direta do povo, desejoso de colaborar na obra de seus representantes.

Srs. Constituintes, concluída está vossa tarefa preferencial, mas outro dever se abre ao vosso cuidado e esforço. Este dever indeclinável é sustentar a Constituição de 1988 *(muito bem! palmas)*, apesar de quaisquer divergências com sua feitura; é colaborar nas leis que a tornem mais rapidamente e mais eficazmente operativa, apesar das dificuldades referidas; é colaborar na sua defesa contra a onda que se avoluma e propaga no seio do povo, e que visa a atacá-la, tão desabridamente que esses ataques passaram a envolver toda a classe política. Hoje, se está falando dos políticos como se constituíssem um grupo específico de aproveitadores hedonistas e malintencionados. (*Palmas.*)

É indispensável determo-nos sobre este aspecto da atualidade nacional, pois ele envolve graves conseqüências.

Comecemos por lembrar que ação política corresponde exatamente à ação de governar as coletividades sociais e nacionais integradas no Estado. Se há Estado (e ele existe desde a antigüidade grega), há, necessariamente, política. Na Grécia antiga o Estado era a cidade, como a Atenas de Aristóteles, ou a Esparta de Licurgo; e a política era o governo da cidade. Em Roma, o estado abarcou todo o mundo conhecido e o governo fez política, durante séculos, primeiro com os reis, depois com a República, depois com o Império.

Na Idade Média não havia política porque não havia Estado nem propriamente comunidade social, senão que população escassa de senhores e servos disseminados em volta de castelos, em terras que não eram territórios. Com o Renascimento renasce o Estado, e com ele a política, a terrível política ditatorial, doutrinada por Maquiavel para os Médicis de Florença.

Srs. Constituintes, pensemos seriamente neste movimento, talvez não intencional, mas seguramente orquestrado, que visa desmoralizar a classe política. (*Palmas.*) Lembremos aos brasileiros de boa-fé que política é exatamente governo, e que por detrás da campanha insidiosa que atinge milhões de brasileiros de boa-fé pode haver a intenção de acabar não com a política, que não acaba nunca, nem pode acabar, mas acabar com as liberdades que estão garantidas na Constituição que elaboramos, como nunca estiveram garantidas em nenhuma outra. (*Muito bem! Palmas.*)

Derrubar a Constituição, execrar os políticos, é derrubar a liberdade para entregar a política atual a outra "política". Isto é, a outro tipo de "governo" não declarado, que teria em mãos a sorte e o destino do povo, e com ele o próprio futuro da pátria.

O desprezo à política não é a sua supressão, pois ela se confunde com o governo.

Que haverá por detrás de tudo isso? Será que estamos ameaçados de outro tipo de "política", ou seja, as ditaduras civis e militares, que têm sido a agonia secular da nossa República? (*Muito bem! Palmas.*)

Srs. Constituintes de hoje, Srs. Congressistas de amanhã, nosso dever é fazer política, isto é, defender e praticar a Constituição brasileira em vigor, acreditar nela,

convocar a nação para defendê-la, se estiver em risco, reagir contra esses riscos disfarçados. Em suma, praticar e defender a liberdade. Fazer política é honrar nosso mandato, sustentar nosso trabalho, enobrecer a memória do nosso tempo. (*Palmas prolongadas.*)

Bicentenário da Inconfidência Mineira

10-5-1989

O SR. AFONSO ARINOS (*Pronuncia o seguinte discurso.*) – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, nobre Senador Nelson Carneiro; Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, nobre Deputado Paes de Andrade; Exmº Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Néri da Silveira; Exmº Srs. membros das altas cortes de Justiça, Exmº Srs. ministros de Estado; demais autoridades presentes; Srs. membros da Mesa, prezados colegas Senadores e Deputados, Exmºs Srs. chefes de missão estrangeira no Brasil, meus senhores e minhas senhoras:

A Inconfidência Mineira não foi somente o mais importante acontecimento histórico ocorrido no Brasil durante século XVIII. Foi, também, a primeira tentativa de formação do Estado brasileiro, como comunidade política soberana, a partir da nação brasileira, como conjunto sociológico, étnico e cultural. Essa tentativa frustrada ocorreu quase três séculos após o delineamento do Estado nacional moderno, surgido com o Renascimento, após o longo declínio do sistema feudal.

Em Portugal, nossa pátria de origem, o Estado se apresenta talvez precocemente, em plena Idade Média, quando Afonso Henriques, Duque de Borgonha, é reconhecido pelo Papa como Rei de Portugal. Mas a caracterização do Estado moderno se define melhor em França, no século XV, com Joana D'Arc, hoje canonizada, a virgem guerreira, que cedo definiu a centralização do poder real, a unidade do comando militar e a defesa da soberania territorial do Estado contra as pretensões estrangeiras.

A partir do Renascimento o Estado moderno estava reconhecido na França, Inglaterra, Espanha e Portugal. A Itália e a Alemanha foram estranhas a esse processo histórico, pois, em ambos esses países, só muito mais tarde, no século XIX, conseguiram essas nações se organizar em estados. Isso explica, talvez, porque, no século atual, Itália e Alemanha tenham levado o Estado a um culto religioso, foram as doutrinas funestas e criminosas do fascismo e do nazismo deificando o Estado. Insistimos, assim, no caráter inovador, no Brasil, da Inconfidência Mineira, cujos objetivos eram a independência nacional e a República. Isto é, a formação do Estado brasileiro nos quadros da formação étnica, sociológica, cultural brasileira. Além disso, os intelectuais da Inconfidência chegaram a pensar em uma espécie de federação das capitanias, influenciados pela nova Constituição dos Estados Unidos.

O exemplo da Inconfidência Mineira só foi seguido no Brasil bem mais tarde, em pleno século XIX, em episódios ocorridos no norte do país, como a Confederação do Equador, ou no sul, como a guerra dos Farrapos e a República de Piratini.

Outro aspecto relevante a ser destacado na Inconfidência é o seu significado cultural, mesmo no sentido da cultura literária. Este aspecto liga a Inconfidência mais à Revolução Francesa do que à independência e à República americanas.

Pessoalmente, sem hesitação nem dúvidas cabíveis, a figura do Tiradentes domina as de quaisquer outras personalidades da História do Brasil.

Os ressentimentos que ele revelou nos depoimentos da devassa (como era chamado o processo penal dos inconfidentes) exprimem não somente as mais justas queixas pessoais de soldado e de patriota dedicado e injustiçado, mas, sobretudo, o desgoverno geral que oprimia todo o povo da Capitania de Minas, excetuado o pequeno grupo de usufrutuários das benesses do distante poder pessoal. Estava-se em plena fase de decadência da mineração. Minas Gerais atingia o fim da exploração do seu ouro, que havia transformado a Capitania em ponto de atração mundial. A contribuição do ouro de Minas Gerais para a formação dos estoques desse metal em todo o mundo foi imensa, predominante mesmo.

De 1710 a 1760, a Capitania de Minas exportou, principalmente para a Inglaterra, via Portugal, duzentos milhões de libras-peso em ouro, dois terços de toda produção mundial no período. Esta foi a base monetária da industrialização inglesa, que começou em princípio do século XIX. Grandes escritores daquele tempo se referem a tal situação. Montesquieu, no *Espírito das Leis,* alude à enorme quantidade de ouro que Portugal extraiu das minas brasileiras. Voltaire, no *Ensaio sobre os Costumes e o Espírito das Nações*, repete as reflexões que havia lido em Montesquieu. Finalmente,Jean-Jacques Rousseau, cuja obra vem fechar a trindade dos grandes mestres políticos setecentistas, aproveita o único romance de amor que escreveu, a *Nova Heloísa*, para condenar a servidão e a miséria dos povos que habitavam as zonas de mineração do Brasil e que arrancavam da terra os tesouros que iam enriquecer o Tesouro inglês.

J.J. Rousseau devia aludir aqui ao Tratado de Methuem, nome do embaixador inglês que, por assim dizer, entregou à Inglaterra o ouro do Brasil para sua industrialização, como reconhecem alguns dos melhores historiadores portugueses modernos, como João Lúcio de Azevedo.

O Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, era natural do Município de São João del Rei, onde nasceu na Fazenda do Pombal, e não do Município vizinho de São José del Rei, como se supunha no princípio da República, quando o Presidente de Minas Gerais, Cesário Alvim – meu avô materno – lhe deu erradamente o nome de Cidade de Tiradentes.

O alferes era homem com alguma instrução, suboficial de cavalaria da tropa paga, puro de alma, grandioso de intenções, altivo com os poderosos, piedoso com os humildes, fervoroso nas idéias e nas crenças, generoso com os companheiros de aventura, cujas responsabilidade assumiu, heróico e humilde no supremo sacrifício

da vida pelo povo e pela pátria, como deixa claro a narrativa do padre que o acompanhou até o patíbulo, Padre Raimundo, de Pirapora.

Não há símbolo maior que o Tiradentes na nossa História, pois ele exprime, ao mesmo tempo, anseios de todas as camadas sociais, dede o grupo de intelectuais revolucionários que formavam a chamada Arcádia Mineira, grupo este superior ao dos escritores portugueses de então, até as classes mais modestas de trabalhadores agrilhoados à injustiça social reinante na Capitania. Quando me refiro aos escritores portugueses do tempo, desejo relembrar, como exceção, Bocage, o grande poeta cuja imagem ficou popularmente tisnada por causa de sua obra fescenina. A poesia autêntica de Bocage se iguala, e, talvez, supere a dos árcades mineiros. Releva notar que Bocage usava, também, como o inconfidente Tomás Antônio Gonzaga, o nome de Marília para sua musa, e a essa misteriosa Marília (a brasileira é conhecida: Maria Dorotéia Joaquina de Seixas Brandão era o nome de Marília) o português dedica muitos e admiráveis sonetos.

O lado político e heróico da Inconfidência tem sua expressão no apóstolo e mártir, cuja cabeça decepada foi exibida, durante anos, em uma gaiola de ferro, no alto de um poste na praça do palácio, em Vila Rica, e cujos restos esquartejados foram distribuídos também por várias povoações no caminho de Minas.

É, por igual, necessário examinar os aspectos culturais da Inconfidência e isso só pode ser conseguido através de uma apreciação, ainda que sumária, do movimento intelectual da chamada Arcádia Ultramarina, em Minas Gerais.

Para situarmos a questão, relembramos que a escola literária setecentista denominada Arcadismo, ou *Escola Arcádica*, teve origem em Roma, nos últimos anos do século XVII, em torno da Rainha Cristina, da Suécia, que, convertida ao catolicismo, veio habitar a cidade eterna, onde conquistou enorme prestígio. Entusiasta da oratória sacra do grande jesuíta brasileiro Antônio Vieira, então residente em Roma, Cristina fez dos seus sermões um dos atrativos da capital do papado. Isto formou a Arcádia. A Arcádia Romana, ainda existente e que tivemos ocasião de visitar, era uma espécie de retorno poético à presumida simplicidade pastoral da Arcádia antiga, parte territorial da Grécia, que ainda leva este nome. O movimento literário, surgido na Itália, pretendia voltar à antigüidade clássica, e cultivava a vida campesina, os autores greco-latinos, como Píndaro, Horácio e Virgílio. Basílio da Gama, nascido em São José del Rei e padre jesuíta, foi expulso do Brasil pelo Marquês de Pombal, como outros companheiros de batina, e fixou-se em Roma. Lá teve a honra de inscrever-se como membro da Arcádia Romana em 1763, sendo o único membro brasileiro dessa Academia. Talvez os seus seguidores da Arcádia Ultramarina de Ouro Preto, de Vila Rica, não tivessem conhecimento dessa passagem de vida do autor do grande poema *Uruguaia*, obra maior da nossa literatura dedicada à luta contra as missões jesuísticas no Rio Grande do Sul.

A Arcádia Mineira, ou Utramarina, foi ao mesmo tempo, uma academia e um centro do pensamento democrático avançado. Precedentes já havia, pois, anteriores

à Inconfidência, são as *Cartas Chilenas*, escritas pelo embuçado Critilo contra o Governador Cunha Menezes de Minas Gerais. Critilo, como pudemos demonstrar na edição da sátira organizada pelo saudoso Ministro Gustavo Capanema, foi o mesmo Tomás Antônio Gonzaga, o cantor de Marília e réu da Inconfidência, morto no exílio africano. Já antes da Inconfidência, ele satirizava os governadores ineptos de Minas Gerais.

À Arcádia Ultramarina pertenceram cientistas como Conceição Veloso, poetas como Basílio da Gama, Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto ou Santa Rita Durão, e pensadores tomados Clássicos na nossa literatura, como o futuro Marquês da Maricá, Mariano José Pereira da Fonseca.

Foi Tiradentes, o mártir heróico, foram os poetas namorados das suas musas gentis, mas também amorosos do seu país e do seu povo, que morreram no exílio ou na prisão pela liberdade e pela democracia no Brasil.

Duzentos anos depois do devotamento, do sacrifício, da glória do herói e dos poetas da Inconfidência, o Congresso brasileiro não os vê como sombras do passado. Comtempla-os como radiantes anunciadores do futuro. Eles não nos fazem somente olhar para trás, com gratidão. Levam-nos, também, a olhar para a frente, com desafiadora esperança. Se meditamos nele, acreditamos em nós. Nunca, em sua já longa História, teve o nosso país mais precisão de homens que acreditem nele, e que se não deixem atormentar nessa "apagada e vil de tristeza", estigmatizada por outro poeta, o maior de todos, que chamará Luís de Camões. *(Muito bem! Palmas.)*



O Deputado Afonso Arinos, na tribuna da Câmara, lidera a oposição (1956)



O Líder da Oposição, Afonso Arinos, aparteia, do plenário da Câmara dos Deputados. A seu lado, o Deputado Flores da Cunha (1956)



O Senador eleito Afonso Arinos deixa o Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados, para assumir sua cadeira no Senado Federal (1958)



O chefe da Delegação do Brasil, Senador Afonso Arinos, no plenário das Nações Unidas, em New York, na companhia do delegado Gilberto Amado (1961)



O Senador Afonso Arinos, chefe da Delegação do Brasil, abre os debates da 16ª Assembléia Geral da ONU, em New York (1961)



Entrevista coletiva à imprensa, do Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos, no Palácio Itamarati, diante do irmão Afrânio e do filho Afonso Arinos, ambos diplomatas (1961)



O Senador Afonso Arinos reassume o cargo de Ministro das Relações Exteriores, no Palácio Itamarati, cumprimentado pelo seu predecessor, San Tiago Dantas (1962)



Fotografia tirada na biblioteca de Afonso Arinos, durante sua última campanha para senador pelo Rio de Janeiro (1986)



O Presidente da República, José Sarney, entrega ao Senador Afonso Arinos a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito (1987)



O Senador Afonso Arinos na tribuna da Assembléia Nacional Constituinte (1988)



O Senador Afonso Arinos, Presidente da Comissão de Sistematização, entrega ao Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o projeto da Constituição da República, na presença, entre outros, do Senador Fernando Henrique Cardoso (1988)



O Senador Afonso Arinos fala na praça do Buriti, em Brasília (assim denominada em lembrança do poema em prosa "Buriti perdido", do seu tio Afonso Arinos), acompanhado pelo Governador José Aparecido e pelo Senador Pompeu de Sousa (1989)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70168-970
Brasília – DF

Senado Federal
Mesa Diretora
Biênio 1999/2000

Senador **Antonio Carlos Magalhães**
PRESIDENTE

Senador **Geraldo Melo**
1º VICE-PRESIDENTE

Senador **Ademir Andrade**
2º VICE-PRESIDENTE

Senador **Ronaldo Cunha Lima**
1º SECRETÁRIO

Senador **Carlos Patrocínio**
2º SECRETÁRIO

Senador **Nabor Júnior**
3º SECRETÁRIO

Senador **Casildo Maldaner**
4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senador **Eduardo Suplicy**
Senador **Lúdio Coelho**
Senador **Jonas Pinheiro**
Senadora **Marluce Pinto**

Agaciel da Silva Maia
DIRETOR-GERAL

Raimundo Carreiro Silva
SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

DIRETOR
Claudionor Moura Nunes

DIRETOR DA SUBSECRETARIA INDUSTRIAL
Júlio Werner Pedrosa

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SUPRIMENTO
DE MATÉRIAS-PRIMAS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
Luiz Augusto da Paz Júnior

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE APOIO TÉCNICO
Florian Augusto C. Madruga

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
Raimundo Pontes Cunha Neto

DIRETOR DA SUBSECRETARIA DE ANAIS
Flávio Romero Cunha Lima

"'Afonsinho, se estiver desocupado poderá ir, também, fazendo uma seleção dos discursos parlamentares', escrevia-me Afonso Arinos, de Florença, a 13 de fevereiro de 1956. Esse pedido, formulado às vésperas de completar nove anos consecutivos de mandato, denotava plena consciência da importância histórica de sua atuação no Congresso Nacional. Dei andamento à empreitada, que tive de interromper ao ser removido para posto diplomático no exterior, e a retomo agora, estimulado pela disposição generosa do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal.

Afonso fora o oitavo Melo Franco, desde o Império, a passar pela Câmara, e o nono deputado da família, incluído o avô materno, Cesário Alvim. Sua candidatura, em 1945, à Assembléia Nacional Constituinte, devera-se, no entanto, à pressão fraterna. Ao temperamento de Virgílio de Melo Franco, ex-deputado estadual e federal, aborrecia a atividade congressual, e Arinos conta haver o irmão insistido com o argumento de que 'todos nós temos de passar pelo parlamento, e você não deve escapar a essa tradição da nossa gente'. Ficou, afinal, como primeiro suplente na chapa do partido que ajudara a fundar na luta contra a ditadura do Estado Novo, ao qual dera o nome de União Democrática Nacional. E só após a eleição do Deputado Milton Campos para o governo de Minas Gerais, Afonso Arinos assumiu sua cadeira na Câmara, em março de 1947.

Daí até a morte, em 1990, exerceria cinco mandatos parlamentares durante vinte e quatro anos, doze na Câmara e doze no Senado. As duas décadas em que permaneceu afastado do Congresso, de 1967 a 1987, deveram-se à recusa a disputar qualquer eleição sob o regime militar. Mas, apesar desse longo hiato, Arinos falou e escreveu tanto, em plenário e nas comissões, que a seleção aqui exposta implicou a necessidade de escolhas radicais."

Afonso Arinos, filho



CAPA: Cesine Rocha